«Empolgante... brilhante... verdadeiramente poderoso e original.»
SUNDAY TELEGRAPH

Brendan Simms

EUROPA

A LUTA PELA SUPREMACIA

DE 1453 AOS NOSSOS DIAS

70

Brendan Simms

EUROPA

A LUTA PELA SUPREMACIA

DE 1453 AOS NOSSOS DIAS

Título original:

Europe: The Struggle for Supremacy

Copyright © Brendan Simms, 2013

Tradução: Miguel Freitas da Costa

Revisão: Pedro Bernardo

Capa de FBA

Imagem de capa: cerco sueco Colónia e Deutz, na Guerra dos Trinta Anos

© Alamy/ AIC

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

SIMMS, Brendan, 1967-

Europa – a luta pela supremacia: de 1453 aos nossos dias. - (História narrativa; 45)

ISBN 978-972-44-1863-6

CDU 94(4)"14/20"

EDIÇÕES 70

em

1.ª edição: novembro de 2015

Direitos reservados para Portugal por Edições 70

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A. Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 11 – 3º C - 1900-221

Lisboa / Portugal e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,

incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor. Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor

será passível de procedimento judicial.

Para Constance

A balança falsa é abominação diante do Senhor; mas o peso justo é-lhe agradável.

Provérbios 11:1

Em comandar e ganhar,

Servir e perder,

Em sofrer ou triunfar,

Ou martelo ou bigorna Tens de ser

Johann Wolfgang von Goethe

(*Du mußt steigen oder sinken, // Du mußt herrschen und gewinnen, // Oder dienen und verlieren, // Leiden oder triumphieren, // Amboß oder Hammer sein.* – Gesellige Lieder – 'Ein Anderes')

Índice

Lista de mapas

Prefácio

Introdução: a Europa em 1450

1. Impérios, 1453-1648

2. Sucessões, 1649-1755

3. Revoluções, 1756-1813

4. Emancipações, 1814-66

5. Unificações, 1867-1916

6. Utopias, 1917-44

7. Partições, 1945-73

8. Democracias, 1974-2011

Conclusão

Agradecimentos

Índice remissivo

Mapas

1. A Europa em 1500
2. A Europa em princípios do século XVIII
3. A Europa napoleónica (1812)
4. A Europa depois do Congresso de Viena
5. A Europa em 1914
6. O Acordo de Versalhes e depois
7. A destruição do centro da Europa: a Europa em 1942
8. A Europa contemporânea

Mapa 1. A Europa em 1500

ESTÓNIA
Ordem Teutónica
Riga
MOSCÓVIA
Moscovo
Königsberg
Ordem Teutónica
Prússia
Wilno
LITUÂNIA
POLÓNIA
Rio Don
Varsóvia
Rio Vístula
Kiev
Cracóvia
Buda
HUNGRIA
Transilvânia
Mar Negro
Rio Danúbio
IMPÉRIO OTOMANO
Constantinopla
Rodes
Chipre
Creta
Mar Mediterrâneo
0 100 200 milhas
0 200 400 km

Mapa 2. A Europa em princípios do século XVIII

C I A
São Petersburgo
Moscovo
IMPÉRIO RUSSO
PRÚSSIA DO LESTE
POLÓNIA
Varsóvia
Rio Don
Bug
HABSBURGO
GRIA
Mar Negro
Rio Danúbio
IMPÉRIO OTOMANO
Constantinopla
Mar Mediterrâneo
★ Fortaleza da barreira
0 100 200 milhas
0 200 400 km

Mapa 3. A Europa napoleónica (1812)

França (fronteiras de Dezembro 1809)
França (anexações de 1810-12)
Ocupação/administração francesa
Satélites/aliados franceses
Grã-Bretanha e dependências
São Petersburgo
Moscovo
Tilsit
IMPÉRIO RUSSO
Varsóvia
GRÃO-DUCADO DE VARSÓVIA
BESSARÁBIA
Mar Negro
Constantinopla
IMPÉRIO OTOMANO
Mar Mediterrâneo
0 100 200 milhas
0 200 400 km

Mapa 4. A Europa depois do Congresso de Viena

São Petersburgo
IMPÉRIO RUSSO
Moscovo
Riga
Dvina
Niemen
Wilno
PRÚSSIA DO LESTE
A
POLÓNIA
Varsóvia
Vístula
Rio Don
Kiev
Rio Dniepre
REP. DE CRACÓVIA
Rio Dniestre
IMPÉRIO HABSBURGO
Peste
HUNGRIA
VALÁQUIA
Bucareste
Mar Negro
SÉRVIA
Danúbio
BULGÁRIA
MONTENEGRO
Sofia
TRÁCIA
Constantinopla
I M P É R I O O T O M A N O
ALBÂNIA
MACEDÓNIA
Moreia
CHIPRE
Mar Mediterrâneo
Império Habsburgo
Limites da Confederação Alemã
0 100 200 milhas
0 200 400 km

Mapa 5. A Europa em 1914

FINLÂNDIA
São Petersburgo
ESTÓNIA
LIVÓNIA
LETÓNIA
CUR-
LÂNDIA
LITUÂNIA
Moscovo
IMPÉRIO RUSSO
PRÚSSIA
DO LESTE
Tannenberg
Niemen
RÚSSIA
BRANCA
Varsóvia
POLÓNIA
Don
Kharkov
Rio
Donets
Kiev
Dniepr
Vistula
GALÍCIA
UCRÂNIA
Dniester
STRIA-
NGRIA
Budapeste
Odessa
Sebastopol
ROMÉNIA
Bucareste
Mar Negro
Belgrado
Danúbio
SÉRVIA
BULGÁRIA
MONTENEGRO
Sofia
Constantinopla
ALBÂNIA
IMPÉRIO
OTOMANO
Mar
Egeu
GRÉCIA
Atenas
CHIPRE
(Grã-Bretanha)
CRETA
Mar Mediterrâneo
PALESTINA
0 100 200 milhas
0 200 400 km

Mapa 6. O Acordo de Versalhes e depois

Território perdido pela Alemanha
Território perdido pela URSS
Áustria-Hungria em 1914
Fronteiras no início da Primeira Guerra Mundial
1–4 Território devolvido à Alemanha por plebiscito
FINLÂNDIA
Helsinquia
Leninegrado
Tallin
ESTÓNIA
Moscovo
Riga
LETÓNIA
LITUÂNIA
Memel
Kaunas
Vilna
PRÚSSIA DO LESTE
REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA SOVIÉTICA DA RÚSSIA
U N I Ã O
S O V I É T I C A
SSR RÚSSIA BRANCA
Varsóvia
Brest-Litovsk
POLÓNIA
Kiev
REPÚBLICA SOCIALISTA SOVIÉTICA [SSR] UCRANIANA
GALIZA
V Á Q U I A
BESSARÁBIA
Budapeste
GRIA
TRANSILVÂNIA
ROMÉNIA
DOBRUJA
Mar Negro
Bucareste
Belgrado
Danúbio
DOS SÉRVIOS ESLOVENOS
BULGÁRIA
MONTE-NEGRO
Sofia
Istambul
Ancara
T U R Q U I A
ALBÂNIA
Salónica
Mar Egeu
GRÉCIA
Izmir
Atenas
DODECANESO (Itália)
CHIPRE (Grã-Bretanha)
Mar Mediterrâneo
0 100 200 milhas
0 200 400 km

Mapa 7. A destruição do centro da Europa: a Europa em 1942

Grande Alemanha
Potências a colaborar com o Eixo
Territórios sob ocupação alemã
Itália e os seus territórios
Países neutrais
FINLÂNDIA
Leninegrado
Moscovo
REICHSKOMMISSARIAT DE TERRAS DO LESTE
UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
Estalinegrado
Varsóvia
GOVERNO GERAL
Kiev
REICHSKOMMISSARIAT DA UCRÂNIA
Krakow
VÁQUIA
HUNGRIA
ROMÉNIA
Mar Negro
SÉRVIA
MONTE-NEGRO
BULGÁRIA
ALBÂNIA
Istambul
TURQUIA
GRÉCIA
Ocupação/Mandato Britânico
SÍRIA
IRAQUE
CHIPRE (Grã-Bretanha)
LÍBANO
CRETA
Mar Mediterrâneo
PALESTINA
0 100 200 milhas
0 200 400 km

Mapa 8. A Europa contemporânea

Prefácio

A posição no mundo de um Estado depende do grau de independência que alcance. É

obrigatório, por conseguinte, que o Estado organize todos os recursos internos num propósito de autopreservação. É esta a

suprema lei do Estado.

Leopold von Ranke, *Um diálogo sobre política* (1836)

A história é europeia (…) e é bastante ininteligível se for tratada como meramente

local.(1)

William Ewart Gladstone, primeiro-ministro britânico

A democracia recusa-se a pensar estrategicamente a não ser quando é obrigada a fazê-

lo para fins de defesa.

Sir Halford Mackinder(2)

Dizem-nos muitas vezes que o passado é outro país e não há dúvida de que ao longo dos 550

anos aproximadamente que são abrangidos por este livro muitas coisas se foram fazendo de maneira diferente. Para leitores ocidentais, as guerras religiosas, a escravatura, o nazismo e mesmo o comunismo – tudo parece bastante estranho. Em contrapartida, os nossos antepassados teriam ficado perplexos com o atual consenso ocidental a respeito do sufrágio universal dos adultos, da igualdade racial e da emancipação das mulheres. É mais do que provável que muito daquilo que damos por adquirido pareça esquisito a posteriores gerações. Algumas coisas, no entanto, nunca mudam ou mudam apenas muito pouco ou muito devagar. Este livro mostra que as principais questões em matéria de segurança que os europeus enfrentam têm permanecido notavelmente constantes ao longo dos séculos. Os conceitos, mesmo que não a linguagem, do cerco, dos tampões, do equilíbrio, dos Estados falhados e da ação preventiva; o sonho imperial e a busca de segurança; a centralidade da Alemanha como semicondutor que liga as várias partes do equilíbrio europeu; o equilíbrio entre liberdade e autoridade; a tensão entre consulta e eficiência; a ligação entre política interna e internacional; a tensão entre ideologia e razão de Estado; os fenómenos da *hubris* popular e da ansiedade a respeito do

desempenho nacional; o choque de civilizações e o crescimento da tolerância – todos estes temas preocuparam os estadistas europeus e os governantes mundiais (quando uma e outra coisa não coincidiam) desde meados do século XV até aos dias de hoje. Este livro, em suma, é acerca da proximidade do passado.

> Dito isto, devemos sublinhar que o passado, em tempos, esteve em aberto. A nossa história

europeia sempre conteve as sementes de muitos futuros. Devemos, por conseguinte, prestar a máxima atenção possível aos caminhos que não foram seguidos ou àqueles que não levaram a parte nenhuma, bem como à grande autoestrada que leva ao sistema internacional de Estados de hoje em dia e à ordem interna que lhe subjaz. Teremos de tratar os vencidos com a devida dose de respeito, por muito que às vezes nos custe. Não houve, afinal, nada de inevitável nas derrotas de Carlos V, Luís XIV, Napoleão e Hitler. A chegada da tolerância religiosa, a abolição da escravatura e do tráfico internacional de escravos e a difusão do modelo ocidental de democracia na Europa não estavam predestinados. Mas esses resultados também não foram, por outro lado, casuais. Como veremos, a ascensão e queda das grandes potências, o crescimento da liberdade e o triunfo do ocidente estiveram intimamente ligados. Que continuem assim, ou não, depende em grande parte do que os europeus, de ambos os lados do Atlântico, façam a seguir. Teremos de fazer a nossa própria história, usando a História não como um manual, mas como um guia de como estas questões foram abordadas no passado. É por esta razão que o capítulo final não conclui com uma previsão, mas com uma série de perguntas. Se fosse de outra maneira, este livro não teria sido um livro de História, mas de profecia.

-

1 Citado em D. M. Schreuder, «Gladstone and Italian unification, 1848-70: the making of a Liberal?», *The English Historical Review*, LXXXV, 336 (1970), p. 477.

2 Halford Mackinder, *Democratic ideals and reality* (Londres, 2009 [1919]), p. 23.

Introdução

A Europa em 1450

A Europa Ocidental e Central tinha um sentimento de identidade comum desde a alta Idade

Média (1). Quase toda a gente que lá vivia era membro da Igreja Católica e reconhecia a autoridade espiritual do Papa de Roma; as classes instruídas partilhavam o conhecimento do Direito Romano e do Latim. Os europeus estavam unidos também na sua oposição ao Islão, que estava em retirada na península Ibérica, mas avançava rapidamente ao longo do flanco sudeste da Europa. A maior parte das sociedades organizadas europeias possuía estruturas sociais e políticas similares em termos gerais. No extremo inferior do espectro, a gente do campo pagava tributos feudais aos senhores, a troco de proteção, e dízimo à Igreja em troca de orientação espiritual. As muitas cidades que se autogovernavam eram habitualmente dirigidas por uma elite de homens dos grémios e magistrados. No topo da pirâmide, a aristocracia, o alto clero e – nalguns casos – as cidades fizeram um pacto de segurança com os príncipes em que se comprometiam a prestar serviço militar e conselho a troco de proteção e da confirmação ou acrescento das suas terras (2). Esta relação contratual «feudal» era mediada por assembleias representativas na maior parte da Europa: os parlamentos inglês, irlandês e escocês, os Estados-Gerais dos Países Baixos, os Estados-Gerais de França, as Cortes de Castela, as Dietas húngara, polaca e sueca e o *Reichstag* alemão (3).

A vasta maioria dos príncipes, em suma, não detinha um poder absoluto. Ao contrário, por

conseguinte, do vizinho Império Otomano ou de sociedades asiáticas mais distantes, a cultura política europeia caracterizava-se por um intenso debate público ou semipúblico: sobre quanto imposto devia ser pago, por quem, a quem e para que fim (quase sempre militar). Embora fossem súbditos e não cidadãos no sentido moderno, os europeus na sua maioria acreditavam no governo por consentimento. A defesa dos seus direitos – ou «privilégios», em termos contemporâneos – contra os abusos principescos era uma preocupação constante. Os europeus não viviam em democracias, mas as suas elites

eram «livres» num sentido importante. Além disso, houve um crescente desejo de liberdade política em toda a Europa de fins da Idade Média, mesmo que fosse mais aspiração do que realidade à medida que se descia na escala social (4). Esta liberdade era defendida internamente em primeira instância, mas às vezes um tirano interno só podia ser derrotado com a ajuda de príncipes da vizinhança. Por esta razão, os europeus não tinham um sentimento pronunciado de soberania: muitos consideravam a intervenção externa contra um governo «tirânico» não só legítima como desejável e até como incumbência de todos os príncipes bem formados.

> Seria um erro pensar nas principais comunidades políticas europeias de então como «grandes

potências» ou Estados no sentido moderno. Apesar disso, foi visível desde a alta Idade Média um processo de «construção do Estado», à medida que os príncipes procuravam aumentar a mobilização militar a fim de se expandirem ou, pelo menos, sobreviverem (5). Além disso, sociedades como Inglaterra, França, Castela, Polónia e Borgonha tinham uma noção clara da sua própria individualidade, força e importância; nos casos inglês e francês, pelo menos, não é prematuro falar de uma consciência «nacional» que se tinha desenvolvido através da participação política, de uma língua comum e da guerra (principalmente entre si). Ao mesmo tempo, porém, os europeus tinham consciência de uma pertença comum à «Cristandade» – um sinónimo de Europa – que ainda encontrava expressão em cruzadas periódicas contra os muçulmanos. Graças às viagens de Marco Polo e outros, sabiam da China e do Oriente, mas desconheciam em grande parte o hemisfério ocidental. Longe de serem «eurocêntricos», todavia, os europeus na sua maior parte ainda se viam a si mesmos cartograficamente como estando nas margens de um mundo que tinha por centro Jerusalém e a Terra Santa (6). Foi por esta razão que as primeiras viagens exploratórias foram feitas ao longo da costa ocidental de África para encontrar uma rota alternativa para Oriente e assim atacar os muçulmanos pelas costas. O infante D. Henrique, por exemplo, esperava flanquear o Islão e talvez até juntar-se ao reino imaginário do Preste João em África ou na Ásia (ninguém tinha bem a certeza onde ficava). Em 1415, Portugal tomou posse de Ceuta, perto do Marrocos atual. A Europa «expandiu-se», por assim dizer, em legítima defesa.

> A Europa era também um continente profundamente dividido. Tinha estado envolvida em

conflitos intestinos ao longo de toda a Idade Média: entre Imperador e

Papa, entre os principais monarcas, entre cidades-estado e príncipes territoriais, entre vários barões, entre cidades rivais, entre camponês e senhor. A unidade católica vira-se sob ataque dos Lolardos em Inglaterra, dos Hussitas na Boémia, dos Albigenses no Sul de França e de várias outras seitas; havia também muitas vozes dentro da Igreja que eram altamente críticas dos abusos que se tinham desenvolvido ao longo da Idade Média. Em meados do século XV a Europa estava talvez mais sossegada do que na primeira parte da Idade Média, mas continuava a ser um lugar violento e fragmentado. Os Estados italianos, especialmente Veneza e Milão, estavam a ferro e fogo, enquanto Afonso de Aragão planeava a sua própria candidatura ao predomínio na península; cristãos e mouros confrontavam-se em Espanha, onde os muçulmanos ainda tinham Granada; os húngaros estavam prestes a dar início a uma cruzada contra os turcos otomanos; Filipe de Borgonha hesitava, sem saber se partir em cruzada ou arranjar uma querela mais perto de casa; os otomanos estavam a preparar-se para atacar o que restava no Bósforo do Império Cristão Ortodoxo de Bizâncio; e aquilo que viria a ser a Guerra dos Cem Anos entre a Inglaterra e França continuava a ressoar (7).

> No cerne desta contenda europeia estava o Sacro Império Romano, que se estendia de

Brabante e da Holanda, a ocidente, até à Silésia, no leste, do Holstein, a norte, até pouco abaixo de Siena, no sul, e Trieste, no sudeste. Incluía tudo o que é hoje a Alemanha, a Áustria, a Suíça, a República Checa e a Holanda, bem como boa parte da Bélgica atual, o Leste de França, o Norte de Itália e a Polónia Ocidental. Era presidido pelo Imperador, escolhido por sete eleitores – os arcebispos de Mainz, Colónia e Tréveris e os príncipes reinantes da Boémia, do Palatinado, da Saxónia e de Brandeburgo. Governava em consulta com os «estados» leigos e eclesiásticos do Império – os eleitores, príncipes, condes, cavaleiros e cidades – reunidos no Reichstag, o parlamento imperial alemão. Longe de serem um rebanho deferente, os alemães discutiam constantemente com a autoridade, fossem os príncipes com o Imperador ou os camponeses com os seus senhores, através de tribunais locais ou imperiais (8). O Império era o fulcro da política europeia. As cidades dos Países Baixos, da Renânia, do Sul da Alemanha e do Norte de Itália eram – em conjunto – as mais ricas, mais vibrantes e tecnicamente mais avançadas da Europa. O Império, ou pelo menos os seus príncipes mais poderosos, sustentava o equilíbrio entre Inglaterra e França (9); a causa inglesa nunca recuperou da rotura, em 1435, com o duque de Borgonha, membro da família real francesa, com terras que abarcavam a fronteira entre a França e a Alemanha. Acima de tudo, devido à sua origem no império

de Carlos Magno, a coroa imperial era de muito interesse, não apenas para os príncipes alemães, mas também para os reis vizinhos, especialmente os de França (10). O seu detentor era o único entre os príncipes europeus ocidentais que podia reivindicar uma autoridade universal como sucessor do Império Romano (11).

> Em meados do século XV, porém, a despeito da sua crucial importância e da sua orgulhosa

herança, o Império encontrava-se num estado de crise aguda (12). O poder do Imperador, um Habsburgo austríaco desde 1438, tinha-se esfarelado por via das concessões feitas como condição para a sua eleição, a *Wahlkapitulationen*. As querelas privadas eram endémicas, o banditismo proliferava e o comércio estava sujeito a uma avalanche de extorsões mais ou menos criminosas. A Igreja imperial estava afundada numa crise profunda e desmoralizada pelos abusos. Acima de tudo, o Império mal conseguia providenciar a defesa comum. Ao contrário do parlamento inglês, o Reichstag mostrou-se incapaz de acordar num mecanismo regular de tributação para financiar as guerras imperiais contra os hussitas, os turcos e, cada vez mais, os franceses (13). O Império estava também a debater-se com uma crise de identidade. Aspirava a representar a Cristandade como um todo e incluía entre os seus súbditos gente de muitas «nacionalidades», incluindo falantes de francês, holandês, italiano e checo, mas na sua maioria eles consideravam-se alemães ou, pelo menos, falavam dialetos do alemão. Ainda não falavam muito da «Alemanha», mas a partir de mais ou menos 1450 os contemporâneos acrescentavam crescentemente o qualificativo «da nação alemã» à expressão Sacro Império Romano[-Germânico] (14).

> Este livro mostrará que o Sacro Império Romano e os Estados que lhe sucederam estiveram no

cerne do equilíbrio de poder europeu e do sistema global que gerou. Foi ali que as preocupações estratégicas das grandes potências se cruzaram. Em mãos amigas, a região podia servir como um decisivo multiplicador de forças, em mãos hostis seria uma ameaça mortal. O que ali acontecia importava à Inglaterra porque era a âncora da «barreira» que nos Países Baixos protegia de ataques a sua costa sul e a charneira do equilíbrio europeu; à Espanha porque era a fonte do título imperial e de recrutas vitais e servia como interior estratégico das Terras Baixas espanholas; aos austríacos, mais tarde, pela mesma razão; aos franceses porque era ao mesmo tempo uma proteção e um alvo convidativo para a sua expansão; à Prússia porque em última análise lhe fornecia o trampolim para a expansão para leste e para

oeste; aos americanos de princípios do século XX por causa das intrigas do *Kaiser* no México; aos americanos e à União Soviética, cujo principal objetivo era conquistar essa região ou negá-la ao seu inimigo. O Império e os Estados que lhe sucederam têm sido também a principal fonte de legitimidade de quem queira falar em nome da Europa. Durante centenas de anos, os protagonistas principais têm almejado o manto de Imperador do Sacro Império Romano, apropriar-se da herança de Carlos Magno. Henrique VIII queria-o, como também Solimão, *o Magnífico*, Carlos V teve-o, os reis franceses de Francisco I a Luís XVI procuraram ficar com ele, Napoleão pensou seriamente nisso, os seus ecos no «III *Reich*» não podiam ser mais claros e a União Europeia teve origem na mesma região e no mesmo espírito, embora com conteúdo muito diferente. Em suma, tem sido uma convicção inabalável dos líderes europeus ao longo dos passados 550 anos, mesmo daqueles que não tiveram eles próprios aspirações imperiais, que a luta pelo domínio seria decidida pelo Império ou no Império e nos Estados germânicos seus sucessores. A Rainha Isabel I sabia-o; Cromwell sabia-o; Marlborough sabia-o; os dois Pitt sabiam-no; Bismarck sabia-o; o Alto Comando aliado na Primeira Guerra Mundial sabia-o; Franklin Delano Roosevelt sabia-o; Estaline sabia-o; Gorbachev sabia-o; os russos que resistiram furiosamente à expansão da NATO para leste depois da queda do Muro sabem-no; e sabem-no as elites que tentam manter de pé a União Europeia por medo a deixar a Alemanha largar as suas amarras. Quem controlar a Europa Central pelo tempo que for controla a Europa e quem controlar a Europa controlará em última instância o mundo.

> Não é surpreendente, por conseguinte, que a luta pelo domínio da Alemanha também domine o

processo de mudança interna na Europa. Os ingleses revoltaram-se contra Carlos I porque este não foi capaz de proteger os príncipes protestantes alemães, de quem dependiam as suas próprias liberdades; os franceses romperam com Luís XVI por causa da sua alegada subserviência à Áustria; e os russos desistiram do czar porque este não foi capaz de lidar com o II *Reich*. A Alemanha foi também o cadinho das mais importantes mudanças ideológicas da Europa: a Reforma, o marxismo e o nazismo foram todos lá incubados e conformaram a geopolítica global de maneiras decisivas. A busca de segurança e a demanda de predomínio também motivaram a expansão da Europa, das primeiras viagens de Colombo à «corrida a África», o «*Scramble for Africa*», do século XIX, e esteve também por trás do processo de descolonização. Isto nem sempre foi determinado, é certo, por considerações alemãs, mas a questão nunca esteve longe da superfície, como atestam as tentativas dos marinheiros ingleses dos séculos XVII e

XVIII para manter o equilíbrio no Império intercetando o fornecimento de ouro do Novo Mundo aos seus rivais, as observações de William Pitt sobre «ganhar a América na Alemanha», a demanda de uma expansão imperial pelos franceses em fins do século XIX para contrabalançar a Alemanha imperial e a tentativa de mobilizar os judeus do mundo inteiro contra o *Kaiser* por meio da Declaração Balfour, que culminou na criação do Estado de Israel depois da Segunda Guerra Mundial.

-

1 Ver Robert Bartlett, *The making of Europe. Conquest, colonisation and cultural change, 950-1350* (Londres, 1993), pp. 269-91, em especial p. 291.

2 Neste sentido, Thomas N. Bisson, «The military origins of medieval representation», *American Historical Review*, 71, 4 (1966), pp. 1199-1218, especialmente pp. 1199 and 1203.

3 Há panoramas gerais em A. R. Myers, *Parliaments and estates in Europe to 1789* (Londres, 1975), e H. G. Koenigsberger, «Parliaments and estates», in R. W. Davis (coord.), *The origins of modern freedom in the west* (Stanford, Calif., 1995), pp. 135-77. Para Inglaterra, Alemanha e Suécia ver Peter Blickle, Steven Ellis e Eva Österberg, «The commons and the state: representation, influence, and the legislative process», in Peter Blickle (coord.), *Resistance, representation, and community* (Oxford, 1997), pp. 115-54. Para uma crítica da grande estratégia e do reluzir dos dentes fiscais, ver J. S. Roskell, *The history of parliament. The House of Commons, 1386-1421* (Stroud, 1992), pp. 89, 101, 101-15, 126, 129 e 137

4 Ver Samuel K. Cohn Jr, *Lust for liberty. The politics of social revolt in medieval Europe, 1200-1425. Italy, France and Flanders* (Cambridge, Mass., e Londres, 2006), pp. 228-42.

5 Ver Richard Bonney (coord.), *Ver Richard Bonney (coord.), The rise of the fiscal state in Europe, c. 1200-1815* (Oxford, 1999), e Philippe Contamine (coord.), *War and competition between states* (Oxford, 2000). 6 Ver Michael Wintle, *The image of Europe. Visualizing Europe in cartography and iconography throughout the ages* (Cambridge, 2009), pp. 58-64.

7 Para um panorama geral ver Alfred Kohler, *Expansion and Hegemonie. Internationale Beziehungen 1450-1559* (Paderborn, 2008).

8 Neste sentido, Peter Blickle, *Obedient Germans? A rebuttal. A new view of German history* (Charlottesville, e Londres, 1997), especialmente pp. 44-52. Ver também Martin Kintzinger e Bernd Schneidmüller, *Politische Öffentlichkeit im Spätmittelalter* (Darmstadt, 2011).

9 Para o intenso interesse inglês no Império ver Arnd Reitemeier, *Aussenpolitik im Spätmittelalter. Die diplomatischen Beziehungen zwischen dem Reich und England, 1377-1422* (Paderborn, 1999), pp. 14-15, 474-81 e *passim*. 10 Ver Marie Tanner, *The last descendant of Aeneas. The Hapsburgs and the mythic image of the emperor* (New Haven, 1993); Martin Kintzinger, *Die Erben Karls des Grossen. Frankreich und Deutschland im Mittelalter* (Ostfildern, 2005); e Alexandre Y. Haran, *Le lys et le globe. Messianisme dynastique et rêve impérial en France à l'aube des temps modernes* (Seyssel, 2000). Para a dimensão estratégica ver Duncan Hardy, «The 1444-5 expedition of the dauphin Louis to the Upper Rhine in geopolitical perspective», *Journal of Medieval History*, 38, 3 (2012), pp. 358-87 (especialmente pp. 360-70).

11 Ver Bernd Marquardt, *Die «europäische Union» des vorindustriellen Zeitalters. Vom Universalreich zum Staatskörper des Jus Publicum Europaeum* (800-1800) (Zurique, 2005). 12 Ver Thomas A. Brady, *Ver Thomas A. Brady, 1650* (Cambridge, 2009), pp. 90-98. 13 Ver Eberhard Isenmann, «Reichsfinanzen und Reichssteuern im 15. Jahrhundert», *Zeitschrift für die*

historische Forschung, 7 (1980), pp. 1-76 e 129-218 (especialmente pp. 1-9).

14 Ver Tom Scott, «Germany and the Empire», in Christopher Allmand (coord.), *The New Cambridge Medieval History*. Vol. VII: c.1415-c.1500 (Cambridge, 1998), pp. 337-40.

1

Impérios, 1453-1648

O Império foi-me,por fim, conferido pelo consentimento único da Alemanha, por

vontade e a mando de Deus, creio eu. (...) O imperium *de Espanha, com as Baleares e a Sardenha, com os reinos da Sicília, com uma grande parte de Itália, da Alemanha e da França e com um outro mundo, carregado de ouro, poderia dizê-lo, [as Índias] (...) tudo isto dificilmente pode existir, ou ser mantido, a não ser que ligue Espanha à Alemanha e acrescente o nome de César ao de Rei de Espanha.*

Imperador Carlos V, 1520 (1)

A coroa da Suécia tinha de prestar uma apertada atenção à Alemanha e proteger-se,

porque era uma parte do mundo temperada e populosa e um povo guerreiro e não havia nenhum outro país sob o sol em melhor posição para estabelecer uma monarquia universal e um domínio absoluto sobre a Europa (...) ora se um potentado detivesse um poder absoluto neste reino, todos os outros reinos teriam de temer que ele os subjugasse.

Johan Adler Salvius, negociador sueco em Vestefália, 1646 (2)

O ano de 1453 marcou o começo da moderna geopolítica europeia, com o colapso do Império

Bizantino no Oriente, depressa seguido pelo do império inglês em França. Esses dois acontecimentos tiveram profundas consequências para a Europa no seu conjunto e especialmente para o Sacro Império Romano-Germânico – conhecido habitualmente entre os

contemporâneos por «o Império» – que estava no seu cerne. O triunfo de França sobre Inglaterra cedo conduziu a uma acrescida pressão francesa sobre o flanco ocidental da Alemanha e à sua aspiração a controlar ou, no mínimo dos mínimos, a influenciar a política do Império. Mais a leste, os otomanos reataram o seu inexorável avanço para o Centro e o Sudeste da Europa que acabaria por levá-los por duas vezes às portas de Viena. A tarefa de lidar com estas ameaças recaiu sobre a dinastia dos Habsburgos, a qual, no auge do reinado de Carlos V, viria a governar não só grande parte da Europa Central, Meridional e Setentrional, mas também grandes faixas do Novo Mundo. Para a manutenção desse poder era crucial a coroa imperial, através da qual podia ser articulada uma reivindicação universal e que potencialmente dava à Alemanha uma voz decisiva. Aos olhos dos seus opositores, por outro lado, as ambições de Carlos, e dos Habsburgos espanhóis e alemães seus sucessores, eram parte de um plano sinistro para erigir na Europa uma «Monarquia Universal». A luta dos Habsburgos para fazer vingar as suas pretensões imperiais e a determinação dos seus rivais em lhes negar o controlo do Sacro Império Romano dominou a geopolítica europeia nos 200 anos seguintes. A queda de Constantinopla e a derrota inglesa em França conduziram a profundas mudanças internas em toda a Europa. Ao longo dos dois séculos seguintes começaram a emergir dois diferentes tipos de governo, ambos em resposta direta a desafios internacionais. Por um lado, houve os regimes consultivos de Inglaterra e da República Holandesa, cuja notável resiliência tornou ambos os Estados capazes de não só superarem todos os desafios, mas também manterem o equilíbrio europeu. Por outro lado, havia os sistemas monárquicos, que iam de despotismos inequívocos como os do Império Otomano e da Moscóvia às formas mais mistas de governo de França e Espanha, em que continuavam a desempenhar um papel importante assembleias representativas, mas o poder régio estava claramente em ascensão. Entretanto, o Império, que ficava no meio, tanto em termos geopolíticos como governamentais, esforçava-se por se dotar de uma estrutura constitucional capaz de desarmar as tensões internas e manter os predadores externos em respeito.

O primeiro desafio veio dos otomanos. No verão de 1453, Constantinopla – capital do que

restava do Estado Cristão Ortodoxo bizantino – caiu nas mãos dos turcos depois de um longo cerco (3). Seguiu-se um saque brutal, marcado por milhares de mortes e violações bem como pela profanação das vetustas igrejas da cidade. Pior ainda, do ponto de

vista cristão, Mehmed II adotava agora o título de «Sultão I Rum» – senhor de Roma. Não só transferiu a sua capital para Constantinopla – que o Profeta Maomé tinha considerado o centro do mundo – como reteve o nome da cidade com todas as suas conotações europeias e imperiais (4). Era agora apenas uma questão de tempo até que os otomanos lançassem uma nova ofensiva através do Mediterrâneo ou Balcãs adentro em direção à Europa Central, de modo a materializar a sua reivindicação do Império Romano, para alcançar o domínio do mundo mediante o controlo da Europa e para assumir a sua missão universal de promover a difusão do Islão. Por esta razão, a queda de Constantinopla lançou o pânico em toda a Cristandade (5). Mesmo nas distantes Dinamarca e Noruega, o rei Cristiano I declarou que «o grande Turco era a besta saída do mar descrita no Apocalipse» (6).

> Nos princípios do século XVI, o avanço otomano recomeçou com o sultão Solimão, *o Magnífico*.

O seu objetivo era nada menos do que a Monarquia Universal: uma inscrição sobre a entrada da Grande Mesquita de Constantinopla proclamou-o mais tarde «Conquistador das terras do Oriente e do Ocidente com a ajuda de Deus Todo-poderoso e do seu vitorioso exército, possuidor dos Reinos do Mundo» (7). Em estreita ligação com mouros espanhóis desafetos e os seus amigos exilados ao longo da costa norte-africana, atacou no Mediterrâneo. Depois de fazer da Argélia vassalo otomano, esmagando a guarnição de Cavaleiros Hospitalários em Rodes, e apossando-se da maior parte do litoral do mar Negro, o sultão irrompeu na Europa Central. Em 1521, Solimão tomou a grande fortaleza de Belgrado e cinco anos mais tarde fez em pedaços o Exército húngaro na batalha de Mohacs. Uma enorme faixa do Sudeste da Europa, incluindo quase toda a fértil bacia do Danúbio, caiu sob domínio otomano. A Hungria – cujos nobres se tinham descrito a si mesmos como «escudo e baluarte da Cristandade» – já não existia. Na sua autoproclamada qualidade de «Distribuidor de Coroas aos monarcas do mundo», Solimão fez «Rei» da Hungria o seu satélite João Zapolya. O sultão, avisou o historiador grego Teodoro Spandounes, estava a «preparar uma força inumerável para fazer guerra aos cristãos por terra e por mar», sem outro pensamento que não fosse o de «devorá-los (...) como um dragão de fauces escancaradas» (8). Foi só com grande dificuldade que os Habsburgos repeliram um assalto turco à própria Viena em 1529.

> Em finais dos anos 1550, os sucessores de Solimão voltaram ao ataque. Em 1565 os turcos já

tinham aparecido perante a ilha-fortaleza de Malta, vital

estrategicamente, que estiveram muito perto de capturar. No verão de 1570 tropas turcas desembarcaram em Chipre, assenhoreando-se da ilha um ano mais tarde. À medida que os turcos avançavam em finais dos anos 1550, início de 1560, cresceram as incursões mouriscas e corsárias na costa marítima do Leste de Espanha, muitas vezes penetrando profundamente no interior. Ao mesmo tempo, os otomanos iam mais longe na Hungria, ameaçando o Sacro Império Romano. Houve fortes combates ao longo de todos os anos 1550 e 1560, que foram retomados nos anos 1590, após um longa trégua. Foi só em 1606, com a Paz de Zsitva, que a ameaça otomana à Europa Central esmoreceu, pelo menos de momento.

> Os Habsburgos podiam ser o principal alvo nos planos otomanos para a Monarquia Universal,

mas cedo desenvolveram as suas próprias ambições; a sua pretensão à liderança da Cristandade baseavam-na em parte na necessidade da unidade ocidental contra os turcos. A eleição de Carlos V em 1519 como Sacro Imperador Romano determinou a configuração da geopolítica europeia para as três décadas seguintes (9). Governava não só a Espanha, Nápoles, os Países Baixos, a Áustria e a Boémia, mas também o império em expansão no Novo Mundo. Por conseguinte, um bispo espanhol pronunciou Carlos «pela Graça de Deus (...) Rei dos Romanos e Imperador do mundo». Uma Monarquia Universal sob Carlos V, em que os Habsburgos reinavam sobre uma Cristandade católica unida e uma vez mais uniformemente católica, parecia uma possibilidade realista (10). Foi só depois de uns trinta anos de campanha contra os turcos, contra França, os príncipes alemães e até Inglaterra, que Carlos V foi forçado a abandonar a sua ambição de dominar a Europa.

> No espaço de poucas décadas, porém, o seu filho, Filipe II de Espanha, mostrou-se em tudo

igualmente temível. Derrotou os turcos na batalha naval de Lepanto, tomou conta de Portugal e do seu império ultramarino, colonizou as Filipinas, incrementou imenso a extração de ouro do Novo Mundo e foi mesmo, por uns tempos, rei-consorte de Inglaterra. Inchado com o êxito, Filipe II começou a falar mais e mais abertamente sobre as suas ambições europeias e globais. O verso da medalha que comemorou a união de coroas com Portugal foi inscrito com as palavras «*Non sufficit orbis*» – «o mundo não é bastante». Um arco triunfal espanhol tinha uma legenda que indicava que o rei era «senhor do mundo» e «senhor de tudo no oriente e no ocidente» (11). Como o seu pai, Filipe acabou por falhar, desgastado pela batalha contra os rebeldes holandeses nos

Países Baixos e esgotado pela desastrosa expedição da sua Armada contra Inglaterra. A ambição dos Habsburgos de conquistar a Europa não se tinha de maneira alguma esgotado, todavia. Durante a Guerra dos Trinta Anos, na primeira parte e meados do século XVII, foram necessários os esforços conjuntos de França, Suécia, os príncipes alemães e em última instância a Inglaterra para impedir a tentativa austro-espanhola para dominar o continente.

> No cerne desta luta pelo predomínio estava o Sacro Império Romano. A Alemanha era fraca –

não propriamente um vácuo, mas nunca suficientemente forte para resistir a ser sugada para quase todos os conflitos importantes da Europa. As severas divisões entre as partes componentes do Império – o Imperador, os príncipes, as cidades e o clero – significavam que os alemães eram incapazes de impedir que o seu território fosse espezinhado quase à vontade pelos estrangeiros. Isto tinha importância porque aquela região, mais ou menos correspondente à da Alemanha dos nossos dias, mais o Norte de Itália e os Países Baixos, era o centro estratégico da Europa. Neste ou naquele ponto, entrecruzavam-se ali os interesses de todos os principais protagonistas.

> Para os otomanos, o Sacro Império Romano era o principal objetivo do seu avanço pela Europa

Central dentro. Era lá que podia ser desferido um golpe decisivo ao seu inimigo principal, os Habsburgos e os príncipes alemães que os apoiavam. Além disso, era só pela ocupação da Alemanha que Solimão podia ratificar a reivindicação otomana à herança do Império Romano (12). O Sacro Império Romano era também o foco da «diplomacia de salto ao eixo» de Solimão, por meio da qual ele explorava a hostilidade dos príncipes alemães a Carlos V (13). Chegou mesmo a enviar um agente aos rebeldes holandeses da Flandres. «Visto que haveis levantado a vossa espada contra os papistas», escreveu, «e visto que os haveis matado regularmente, temos devotado de todas as maneiras a nossa compaixão imperial e a nossa régia atenção à vossa região» (14).

> O Império estava também no cerne da estratégia geral dos Habsburgos. Carlos V usou a sua

posição ali para encurralar os seus rivais franceses e servir-lhe de trampolim para a recuperação da Borgonha (15). Cada vez mais, no entanto, os seus modos autoritários alienavam os príncipes alemães. Horrorizou-os ouvi-lo anunciar em 1521 que «Não é meu desejo e

vontade que haja muitos senhores, mas sim um só senhor, como é tradição do Sacro Império Romano» (16). Quando Carlos forçou a eleição do seu irmão Fernando como seu sucessor indigitado, esses críticos formaram a Liga de Esmalcalda (1531), chefiada pelo Hesse e pela Saxónia, para se lhe opor. O Imperador começou a prestar cada vez mais atenção a Alemanha, voltando costas ao Mediterrâneo (17). Em princípios dos anos 1540, Carlos V tinha praticamente esmagado França, obrigando-a a renunciar a Milão e aos Países Baixos na Paz de Crépy, em 1544, excluindo-os assim da Alemanha (18). Em 1546 traçou planos para transformar a Alemanha, Milão, a Saboia, os Países Baixos e talvez até Nápoles numa federação para defesa comum sob sua liderança, dirigida tanto contra França como contra o Império Otomano (19). Um ano mais tarde, Carlos V obteve uma vitória esmagadora sobre a Alemanha na batalha de Mühlberg, em abril de 1547. Tudo isto, porém, provocou uma resistência tão grande no Império e em toda a Europa que o Imperador foi forçado a recuar e dividir a sua herança entre um ramo austríaco e um ramo espanhol dos Habsburgos (20). Carlos podia ter ganho militarmente a batalha pela Alemanha, mas perdeu-a politicamente.

> Os seus sucessores como reis de Espanha, Filipe II e Filipe III, mantiveram-se intensamente

empenhados no Império, porque era o enquadramento político no qual se desenrolava a luta contra os holandeses e porque abrangia ou bordejava o «Caminho Espanhol» através da qual os exércitos de Filipe na Flandres eram abastecidos e reforçados. Esta artéria vital saía de Espanha, via Norte de Itália e através das passagens alpinas, bordejando a margem ocidental do Sacro Império Romano até chegar aos Países Baixos. A maior parte do caminho atravessava território dos Habsburgos ou sob controlo dos Habsburgos no Mediterrâneo, na Lombardia e na Borgonha, mas o seu último troço através da Alemanha Ocidental era vulnerável. Além disso, a Flandres não podia ser mantida a não ser que Espanha conservasse o controlo dos pontos de travessia fluviais do Reno e do Mosa. Sem eles, temia o primeiro-ministro espanhol de princípios do século XVII, Gaspar de Guzmán, conde-duque de Olivares, a Flandres espanhola ficaria «fechada numa jaula». A Alemanha era assim a peça central de um precário edifício geopolítico e o colapso de qualquer das suas partes desencadearia um efeito «dominó» imparável. Estas prioridades refletiam-se nas despesas militares espanholas do século XVII, metade das quais eram nos Países Baixos e na Alemanha (21). Inversamente, para França, uma posição forte no Império era vital para afrouxar o «cerco» dos Habsburgos através da Flandres a norte, do Ducado Livre da Borgonha a leste, de Milão a sudeste e de Espanha a sul. Abriam-se aos franceses duas

estratégias que mutuamente se reforçavam. A primeira era a intervenção direta no Império. Em agosto de 1494, por exemplo, Carlos VIII conduziu um exército através dos Alpes com a declarada intenção de validar a sua reivindicação de Nápoles e daí encabeçar uma cruzada pan-europeia contra o Turco. O seu verdadeiro propósito era conquistar a liderança da Cristandade; intimidar o Papa para que este negasse uma coroação imperial em Roma ao seu rival Habsburgo, Maximiliano; e quebrar o anel que cercava e sufocava França. Mais de cinquenta anos depois, Henrique II interveio militarmente na Alemanha, levando a cabo uma famosa «Marcha sobre o Reno» e ganhando de caminho para a França Metz, Toul e Verdun. Durante a Guerra dos Trinta Anos, o primeiro-ministro francês, o cardeal Richelieu, interveio na Alemanha para manter em xeque os Habsburgos e estabelecer «aberturas» (*portes*) para o Império (22). Perto do fim do conflito os franceses conquistaram finalmente a cidade alemã de Breisach, cortando o «Caminho Espanhol» e desse modo, como os plenipotenciários franceses disseram ao sucessor de Richelieu, o cardeal Mazarino, «esta perigosa comunicação das forças da Casa de Áustria, que os nossos pais temiam» (23).

> A segunda estratégia francesa era formar alianças com príncipes alemães contra o Imperador.

Francisco I, por exemplo, foi o primeiro e mais entusiasta apoiante da Liga de Esmalcalda. À sua semelhança, Henrique II acreditava que a segurança de França dependia da defesa das «liberdades» germânicas – a independência dos príncipes alemães – contra o Imperador. Em janeiro de 1552 concluiu o Tratado de Chambord, em que prometia impedir que os príncipes «decaíssem da sua antiga franquia e liberdade para uma servidão brutal, insuportável e perpétua»; a bandeira da aliança falava dele como «*vindex germanicae et principus captivorum*» – «vingador da Alemanha e dos príncipes cativos» (24). Em 1609, Henrique IV, temendo uma anexação pelos Habsburgos do território de Cleves no Noroeste da Alemanha, mais um elo na cadeia sitiante de posições avançadas espanholas, anunciou que mostraria o seu apoio aos seus «antigos aliados [da Alemanha] e a que se impedisse o Imperador de se engrandecer à custa de outros» (25). Enfraquecer o poder dos Habsburgos sobre os príncipes alemães foi também o cerne da grande estratégia do cardeal Richelieu (26). Espanha, escreveu Richelieu em 1629, queria «tornar-se senhora da Alemanha e convertê-la numa monarquia absoluta, revogando as antigas leis da República Alemã (*république germanique*) nas quais se fundava a autoridade imperial». Como os dois Henriques, cria que o interesse francês era proteger das tendências absolutistas do Imperador alemão as «liberdades germânicas», os direitos dos

príncipes e das assembleias representativas (27). «Enfraquecer o excessivo poder da Casa de Áustria e estabelecer a liberdade dos príncipes do Império», escreveu, em maio de 1645, o secretário de Estado francês, Henri-Auguste de Loménie, conde de Brienne, depois da morte do cardeal, «era o principal objetivo da guerra» (28). As liberdades alemãs e a segurança francesa estavam assim inseparavelmente ligadas.

A Alemanha era também central para a segurança dos holandeses depois de se terem libertado

do domínio espanhol em finais do século XVI. A primeira prioridade das novas Províncias Unidas era a defesa do «jardim» da Holanda, uma região vedada que o mar do Norte limitava a ocidente. Mas se a topografia proporcionava proteção contra ataques de norte, sul e oeste, a fronteira oriental da nova República com o Sacro Império Romano era extremamente vulnerável. Aqui, a estratégia holandesa era a de empurrar os seus postos avançados mais e mais fundo para o interior da Alemanha, em ordem a «desviar a guerra para além das fronteiras do nosso país», como observaram os Estados Gerais em 1587. Foi logo desde o princípio, por conseguinte, que a segurança da república se baseou numa estratégia de defesa avançada no Sacro Império Romano (29). Além disso, o líder rebelde, Guilherme de Orange, era um príncipe do Sacro Império Romano e, como dizem as palavras do hino holandês, «de sangue alemão». Havia perto de duas vezes mais exilados holandeses na Alemanha do que em Inglaterra. Foi para a Alemanha que Guilherme fugiu em 1567, foi lá que Guilherme recrutou a maior parte das suas tropas e dali lançou o seu principal ataque. O seu mais próximo aliado, João Casimiro, do Palatinado, tinha terras na área estrategicamente crucial da Alemanha Ocidental. Em princípios do século XVII, os holandeses foram uma vez mais alarmados pelos acontecimentos da Alemanha, desta vez pelos desígnios dos Habsburgos sobre a vizinha Cleves. Apressaram-se a intervir militarmente contra os imperialistas. O destino dos holandeses, em suma, estava intimamente ligado ao do Sacro Império Romano.

O Império era também de vital importância estratégica para Inglaterra. Quando Henrique VIII

se juntou à corrida para conter Carlos V nos anos de 1540, despachou embaixadas em busca de «alguma aliança ou amizade com os príncipes e potentados da Alemanha» (30). O seu curto e desastroso quarto casamento, com Ana de Cleves, foi principalmente motivado pelo seu interesse na Liga de Esmalcalda. Mais tarde, a Alemanha

ganhou um novo significado com os trabalhos de defesa exterior nos Países Baixos, uma região que William Cecil, conselheiro de Isabel I, descreveu como «a verdadeira contraescarpa de Inglaterra», ou seja, uma posição defensiva mesmo encostada ao perímetro interior (31). Em 1572, Isabel pagou a João Casimiro, do Palatinado, para que atacasse as tropas espanholas em Brabante (32). Foi neste contexto que, por fim, Isabel interveio militarmente na Holanda em meados dos anos 1580, para evitar que esta região crítica fosse avassalada pela Espanha. Em princípios do século XVII a Inglaterra foi mais uma vez levada a agir por medo da penetração dos Habsburgos no Noroeste da Alemanha. Foi consequentemente enviada para Cleves uma substancial força inglesa. Em suma, a estratégia geral inglesa era crescentemente movida pela presunção de que a segurança do reino dependia de manter os Países Baixos e o Sacro Império Romano em mãos amigas (33).

> Também a Suécia se preocupava cada vez mais com os acontecimentos da Alemanha. O rei

Gustavo Adolfo e o Parlamento sueco, o Rijkstag, observaram com crescente alarme o avanço ali dos Habsburgos nas primeiras fases da Guerra dos Trinta Anos. Se nada fosse feito, declarou o rei à Dieta em dezembro de 1627, os imperialistas «depressa estariam a aproximar-se das nossas fronteiras». O Rijkstag concordou com Gustavo em que seria melhor agir preventivamente de modo a «transferir a sede e os fardos da guerra para um lugar que esteja sujeito ao inimigo». Além disso, só poderia alcançar-se uma verdadeira segurança detendo os portos alemães do Báltico de onde podia ser lançado um ataque. Como observou mais tarde o chanceler Axel Oxenstierna, «se o Imperador alguma vez se tivesse apoderado de Stralsund, toda a costa teria caído em seu poder e aqui na Suécia não teríamos gozado um único momento de sossego» (34). De modo que em 1630 Gustavo desembarcou tropas em Usedom, na costa da Pomerânia, para estabelecer uma testa-de-ponte. A sua missão, segundo o manifesto redigido por Johan Adler Salvius, seu conselheiro, era evitar por meio da defesa da «liberdade da Alemanha» a criação na Cristandade de uma Monarquia Universal Católica (35). Não muito depois, em setembro de 1631, o rei sueco esmagou em Breitenfeld uma força imperial. As tropas suecas penetraram profundamente no Sul da Alemanha, chegando a ameaçar Munique, capital do mais chegado aliado de Fernando. Muitos especularam que o rei sueco poderia tentar apropriar-se ele próprio da coroa imperial (36). O eleitor Johan Georg da Saxónia chegou a acusar o chanceler Oxenstierna de querer tornar-se «senhor absoluto e ditador perpétuo da Alemanha» (37).

O Sacro Império Romano era de profunda importância estratégica por uma outra razão.

Pensava-se que os seus recursos inexplorados eram suficientemente vastos para fazer inclinar a balança entre os Habsburgos e os Valois, cristãos e turcos. A população do Império em princípios do século XVII era de 15 milhões de habitantes, comparados com os 8 milhões de Espanha. Só a França, com 16 a 20 milhões de habitantes, era maior. Em termos puramente numéricos, a Alemanha era um imenso reservatório de homens; qualitativamente, a competência dos mercenários alemães, especialmente da cavalaria pesada, era muito prezada. Os alemães formavam a espinha dorsal de todos os exércitos que Guilherme de Orange reunira contra Espanha. Em 1600, na verdade, muitos espanhóis acreditavam que os holandeses dependiam mais dos seus aliados alemães do que de Inglaterra (38). A Espanha também dependia em muito dos recursos militares do Sacro Império Romano, os quais, desde fins do século XVI até meados do século XVII, forneceram uns três quartos da infantaria «espanhola» na Flandres. O Império, pelo menos na sua metade ocidental, era também uma região imensamente rica, com vibrantes comunidades comerciais em Colónia, Frankfurt e outras cidades. Tal era o potencial demográfico, militar e económico do Império, avisava o negociador sueco perto do fim da Guerra dos Trinta Anos, que «se um potentado detivesse um poder absoluto neste reino, todos os reinos vizinhos teriam de temer que ele os subjugasse» (39).

O Império era também de profunda importância ideológica na Europa e mesmo para além da

Cristandade. O Imperador estava acima de todos os outros monarcas europeus, pelo menos teoricamente. Por esta razão, alguns dos mais ambiciosos potentados europeus – Carlos V, Francisco I de França, Henrique VIII de Inglaterra – faziam abertamente campanha pelo título; outros, como Henrique II de França, faziam-no implicitamente. Mesmo governantes otomanos, como Mehmed e Solimão, *o Magnífico*, reclamavam o direito à herança imperial romana, mais uma prova do seu eurocentrismo. Mais importante do que tudo o resto era que o Imperador tinha, em conjunção com o Parlamento imperial, o Reichstag, o direito de mobilizar os recursos do Império. Uma vez mais, por conseguinte, os Estados europeus estavam determinados em assegurar o título imperial para si próprios ou evitar que caísse em mãos hostis.

A despeito da sua fé islâmica, Solimão, *o Magnífico* fez um sério esforço para se apropriar do

legado imperial germânico. Realçou vincadamente o seu monoteísmo e adotou na sua iconografia os símbolos ocidentais da coroa e do cetro, com temas retirados da coroação de Carlos IV como «Rei dos Romanos» (40). Nos anos 1520 e 1530, um conselheiro veneziano ajudou Solimão a organizar exibições imperiais ao estilo ocidental na Hungria e nas regiões ocupadas da Áustria para impressionar os habitantes locais. O sultão foi bem-sucedido até certo ponto: o seu cognome de «o Magnífico» era uma honraria europeia, não muçulmana. Nem era Solimão um candidato imperial completamente implausível. Havia muitos príncipes alemães que pensavam que as «liberdades alemãs seriam mais bem protegidas pelos turcos do que pelos Habsburgos» (41).

> Para os Habsburgos, a coroa imperial era uma ferramenta vital para manter unidos os seus

territórios dispersos. O Imperador Maximiliano usou a sua posição para mobilizar a Alemanha contra a França durante as guerras italianas de finais do século XV e princípios do século XVI. O seu sucessor, Carlos V, também não duvidava do valor da coroa de Carlos Magno. «É uma honra tão grande e sublime», observou antes da eleição, «que ofusca todos os outros títulos mundanos» (42). Inversamente, nas mãos dos franceses o título imperial significaria um cataclismo, deixando as terras borgonhesas perigosamente entaladas entre a Alemanha e a própria França. O título imperial forneceria também aos rivais uma vantagem decisiva em recursos e homens. Como disse o chanceler-mor dos Habsburgos Mercurino Gattinara, «se fosse negligenciado, o Império seria entregue aos franceses que de modo nenhum rejeitariam uma tal oportunidade, mas se atirariam a ela com todas suas forças e tais coisas poderiam empreender com esse Império que [Carlos] não seria capaz de preservar nem as terras da sucessão austro-borgonhesa nem os seus reinos ibéricos» (43). Por esta razão, Carlos V empenhou enormes recursos – na sua maior parte em 67 subornos dos príncipes alemães – na eleição imperial de 1519 e acabou por conseguir o título (44).

> Daí por diante a reivindicação por Carlos V da liderança da Cristandade assentou na coroa

imperial alemã, como também nela assentava a sua esperança de presidir a uma Europa unida e pacífica sob sua liderança. «Deus Criador», anunciou Gattinara em 1519, «concedeu-vos a graça de vos elevar em dignidade acima de todos os reis e príncipes cristãos ao constituir-vos no maior Imperador e Rei que tenha havido desde a divisão do Império, o que se realizou na pessoa do vosso antecessor

Carlos Magno, e ao elevar-vos ao direito de monarquia para devolver o mundo inteiro a um só pastor». Uma e outra vez, Carlos V e os seus ministros justificariam as suas políticas «tanto a pensar no Império como nos nossos reinos de Espanha» (45). Carlos revelou-se incapaz, todavia, de persuadir ou forçar suficientes príncipes alemães a eleger o seu filho Filipe Rei dos Romanos e, assim, seu sucessor indigitado. Embora Filipe lhe sucedesse como Rei de Espanha, o título imperial recaiu no ramo austríaco da família. Os Habsburgos espanhóis e o Imperador continuaram na mesma a trabalhar em estreita colaboração. Fosse como fosse, a coroa imperial alemã seria uma componente importante do poder dos Habsburgos na Europa. Este facto determinou a preocupação de França com o título imperial. Em fins do século XV, Carlos VIII vivia no temor de que o imperador Maximiliano se valesse dos recursos da comunidade política alemã. Procurou também firmar a sua própria pretensão à coroa imperial. Para sublinhar as suas aspirações Carlos V fez cunhar moedas com a divisa inequívoca de «Carolus Imperator – Imperador Carlos» (46). Duas décadas depois, Francisco I apresentou em vão a sua candidatura à coroa imperial quando concorreu contra Carlos V na eleição de 1519. Francisco proclamava que, como verdadeiro herdeiro de Carlos Magno, estaria meramente a «recuperar» o título. Negar a coroa imperial aos Habsburgos era também essencial para escapar a um cerco contínuo. «A razão que me move a ganhar o Império», explicava Francisco, «é impedir que o dito Rei [Habsburgo] o faça. Caso ele tenha êxito, vendo a extensão dos seus Reinos e senhorios (...) sem dúvida me expulsaria de Itália». Além do mais, Francisco sabia que a posse do título imperial lhe daria o direito de liderar a Cristandade e por conseguinte sublinhava a sua «intenção (...) de fazer a guerra aos turcos mais eficazmente» (47). Uns cem anos depois, o mentor de Richelieu, o *Père* Joseph, escreveu que o principal objetivo da guerra era impedir os espanhóis de tornarem seu «o Império hereditário na Casa de Áustria» e assim realizarem as suas «pretensões de reinarem sobre toda a Cristandade [Europa]» (48).

> Também a Inglaterra estava profundamente preocupada com o título imperial. Em 1519,

Henrique VIII lançou na arena o seu guante, contra Carlos V e Francisco I. A sua candidatura refletia a determinação de reconstruir o império inglês em França e de se afirmar mais geralmente na Europa. O rei estava profundamente consciente do tradicional argumento francês de que a Inglaterra era súbdita do Papa, enquanto a coroa de França não estava sujeita a ninguém. Se Henrique queria reafirmar o seu direito ao trono de França, então a dimensão imperial era essencial, tal como uma forte posição diplomática na Alemanha, que

ameaçaria os franceses no seu flanco oriental. O caminho de regresso a França, por outras palavras, passava pela Alemanha. O estatuto imperial aumentaria também as possibilidades de que o (então) favorito de Henrique, Wolsey, ascendesse ao papado; por esta razão, o rei condenou inicialmente Lutero nos mais vigorosos termos (49). Havia na Alemanha algum apoio ao monarca inglês, na própria pessoa do imperador Maximiliano, que estava desesperado por manter de fora os franceses e não estava ainda certo de que um candidato Habsburgo fosse viável. A candidatura de Henrique falhou, mas é fascinante especular sobre o que poderia ter acontecido se o rei tivesse obtido a coroa imperial – tornando-o Henrique VIII da Alemanha a par de Henrique VIII de Inglaterra – e se os seus sucessores a tivessem conservado: a história teria sido muito diferente. As formas inglesas de governo poderiam ter-se estendido ao continente: Calais desfrutava de representação parlamentar e mesmo Tournai, na Flandres, brevemente detida por Henrique, enviou uma delegação a Westminster (50). Teria havido um Império Britânico muito diferente e talvez também uma Europa mais britânica.

*

Estes padrões geopolíticos foram moldados, mas não fundamentalmente transformados pelas

correntes religiosas e políticas que se entrechocaram na Europa desde meados do século XV até meados do século XVII. Em 1517, o monje alemão Martinho Lutero pregou as suas 95 teses na porta da igreja de Wittenberg, atacando a Igreja Católica Romana pela sua corrupção e pelos seus erros (51). Esta «Reforma» não foi apenas uma revolta teológica, mas um protesto contra a desordem interna e as intrusões externas no Império. Lutero, Ulrich von Hutten, Andreas Oislander e outros reformadores estavam profundamente preocupados com o avanço otomano e contribuíram com vários empolgantes gritos de guerra contra os infiéis (52). Procuravam reanimar a nação alemã por meio de uma transformação espiritual, um apelo ao arrependimento e à oração que purgasse o Império das impurezas que o tinham enfraquecido face aos ataques do oriente e do ocidente. A mensagem de Lutero encontrava eco não só entre as pessoas instruídas, mas também nos habitantes das áreas rurais, especialmente no Sul e no Oeste, que viam na Reforma uma possibilidade de se emanciparem do controlo dos senhores e uma oportunidade para reformar o Império e

restaurar a «honra» nacional alemã na Europa. A «Guerra dos Camponeses» que estalou poucos anos depois não foi, assim, uma *jacquerie* local, mas uma exigência popular de participar no novo *Reich* (53). Muitos príncipes alemães, por outro lado, viam o protestantismo como um escudo contra intrusões imperiais e um instrumento para aumentarem o controlo sobre os seus súbditos, emanciparem-se do Imperador e melhorarem as suas finanças apropriando-se dos bens da Igreja.

O contexto político foi também um fator decisivo na Reforma inglesa dos anos 1530. Um

herdeiro varonil era crucial, não tanto para a estabilidade de Inglaterra – onde as mulheres podiam suceder –, como para a pretensão de Henrique sobre França, onde estavam barradas pela Lei Sálica. Quando o Papa recusou conceder-lhe o divórcio para casar com Ana Bolena, Henrique rompeu com Roma. Daí para a frente a espoliação por Henrique das terras da Igreja não só lhe permitiu escorar o seu poder interno como forneceu um muito necessário alento ao financiamento da guerra. A sua fortificação em grande escala da costa sul, em resposta à ameaça católica dos franceses e dos Habsburgos, paga com a espoliação dos mosteiros secularizados e mesmo construída com as próprias pedras tiradas das suas ruínas, simbolizava o apertado laço entre a Reforma e a segurança do reino.

A Reforma encorajou a emergência de uma «cultura de persuasão» e assim de públicos europeus nacionais e transnacionais preocupados com a religião, a diplomacia e o bem comum (54). Os povos da Europa Central, do Norte e do Noroeste foram sujeitos a pregações e a cantorias, inundados de panfletos impressos e bombardeados com imagens, principalmente xilogravuras grosseiras. Ao longo das décadas seguintes foram abraçadas muitas variedades de protestantismo por senhores de todas as partes da Alemanha, mas principalmente do Norte e do Leste, dos Países Baixos, de Inglaterra e da Escócia, de toda a Escandinávia e por muitas comunidades da Polónia, da Hungria e da Boémia. Abriam-se agora novas frentes não apenas dentro das comunidades políticas – onde podiam ser exploradas pelos vizinhos –, mas entre Estados. À solidariedade existente entre cristãos contra o Turco e entre repúblicas contra a tirania dos príncipes vinha juntar-se agora a fraternidade de protestantes contra católicos e vice-versa.

Em parte alguma estas divisões eram mais agudamente sentidas do que na Alemanha, que a

Reforma dividia ao meio (55). Ali, o catolicismo, o luteranismo e o calvinismo estavam frente a frente em grande estilo. Nos anos 1590, grupos de calvinistas ferrenhos juntaram-se em torno do Eleitor Palatino, determinados em reivindicar a «liberdade alemã» contra o Imperador e conseguir paridade nas instituições imperiais (56). Procuraram ajuda nos seus irmãos do estrangeiro – a «Internacional calvinista» em Inglaterra e nos Países Baixos, e estes, por seu lado, aplicaram-se com todas as fibras do seu ser a defender a causa na região estrategicamente crucial da Alemanha (57). Holandeses, ingleses e príncipes alemães protestantes julgavam-se assim ligados uns aos outros numa comunidade estratégica de fé. O principal conselheiro de Isabel I e na prática primeiro-ministro, William Cecil, por exemplo, apelou a «uma conjunção com todos os príncipes protestantes para a defesa comum», especialmente com «os príncipes protestantes do Império [alemão]». Enquanto o Império não caísse em mãos hostis, por outras palavras, os rebeldes holandeses e, assim, a própria Inglaterra estariam a salvo (58). Pouco depois da viragem do século os calvinistas passaram à ofensiva. Perturbaram repetidamente as Dietas imperiais, culminando no estabelecimento da União Evangélica sob o Eleitor Palatino. Em 1609, o duque da Baviera respondeu constituindo a Liga Católica, cujas atividades foram subsidiadas por Filipe II de Espanha. Nesse mesmo ano os calvinistas abandonaram por fim a Dieta, precipitando uma crise constitucional (59).

> A questão crítica era o futuro da coroa imperial, que se tinha tornado agora matéria de uma

rivalidade, não só estratégica, mas também religiosa. O candidato mais plausível, o Habsburgo Fernando da Estíria, era um pesadelo para todos os protestantes. As suas pretensões absolutistas e formação jesuítica representavam uma ameaça direta para os príncipes luteranos e calvinistas. Alguns dos mais radicais entre eles procuraram esvaziar esse perigo garantindo a eleição de um Imperador protestante (60). Este plano era anátema, porém, não só para os Habsburgos austríacos e para os alemães católicos em geral, mas também para Espanha (61). «Se as forças de um Imperador protestante alguma vez se unissem com as dos heréticos [holandeses]», avisou em setembro de 1613 o importante conselheiro espanhol D. Baltasar de Zuñiga, «então as províncias obedientes da Flandres perder-se-ão e com elas o Ducado de Milão e o resto de Itália». «É garantido», avisou em 1618 o diplomata espanhol Iñigo Velez de Guevara, o conde de Oñate, enviado espanhol aos Habsburgos austríacos, «que perderíamos a Flandres e Itália, sobre as quais assenta toda a monarquia, se perdermos a Alemanha» (62).

A questão chegou a um ponto crítico em maio de 1618 quando a nobreza boémia elegeu como

seu rei o protestante Frederico, do Palatinado, na expectativa de que também se candidataria à coroa imperial (63). Em março de 1619, no entanto, Fernando da Estíria foi eleito Imperador. Agiu rapidamente para restabelecer o controlo dos Habsburgos, derrotando a nobreza boémia na batalha da Montanha Branca em 1620. Tropas espanholas ocuparam o próprio Palatinado. Frederico foi forçado a entregar o seu título eleitoral ao mais chegado aliado alemão de Fernando e chefe da Liga Católica, o duque da Baviera, solidificando assim o domínio dos Habsburgos sobre a coroa imperial (64). A balança do poder dentro da Alemanha tinha-se inclinado agora decisivamente para o lado católico e consequentemente ameaçava desengonçar todo o equilíbrio europeu (65). Como escreveram os Estados Gerais holandeses em fevereiro de 1621, a queda final do Palatinado veria «extirpada a verdadeira religião, espezinhada a liberdade universal da Alemanha e, máxima consequência, a coroa imperial transportada para a Casa de Espanha».

Por outro lado, embora a religião muitas vezes acentuasse as existentes divisões geopolíticas,

nem sempre as transcendia. Para os católicos franceses, por exemplo, o ódio aos seus correligionários Habsburgos sobrepunha-se a todas as outras considerações. Francisco I não hesitou em aliar-se com os turcos contra Carlos V. «Não posso negar», observou Francisco, «que desejo ardentemente que o Turco seja poderoso e esteja pronto para a guerra, não por ele, porque é um infiel e nós somos cristãos, mas para minar o poder do Imperador, para o forçar a pesadas despesas com ele e para garantir todos os outros governos contra tão poderoso inimigo» (66). Nem os sucessores de Francisco mostraram quaisquer inibições em usar os príncipes protestantes alemães para enfraquecer o Imperador Habsburgo. De maneira semelhante, Richelieu interveio no Império durante a Guerra dos Trinta Anos em apoio dos príncipes protestantes e dos suecos e contra os seus correligionários Habsburgos. O sultão Solimão, por seu lado, instou os seus apoiantes muçulmanos de Espanha a coordenarem as suas ações com a «seita luterana» nos Países Baixos e no Império.

A luta pela supremacia na Europa, e especialmente no Sacro Império Romano, moldou

profundamente as políticas internas. Estimulou a emergência de uma

esfera pública, principalmente em cada comunidade, mas também numa dimensão pan-europeia. A discussão da grande estratégia esteve no primeiro plano desses debates, dos quais terão de bastar dois exemplos. No rescaldo da queda do seu império em França, em meados do século XV, muitos ingleses furibundos queriam saber o que tinha corrido mal e de quem era a culpa (67). O tempestuoso debate daí resultante transbordou muito para além dos confins do Parlamento em textos manuscritos que circularam amplamente (68). Os artigos de acusação apresentados contra William de la Pole, duque de Suffolk, que era Lorde Chanceler e principal conselheiro de Henrique VI, que acabaram por levar à sua execução eram dominados por alegações de traição da causa inglesa em França. Em Kent, um bando de rebeldes agrários marchou sobre Londres, queixando-se não só de agravos locais, mas também de que o rei «tinha tido falsos conselhos, as suas terras estão perdidas, a sua mercadoria está perdida, os terrenos comuns destruídos, o mar perdido, a França perdida» (69). Partidários da Casa de Iorque alegavam que a inépcia real tinha conduzido à queda de França, questionavam a prontidão das restantes bases inglesas como Calais e acusavam os seus rivais da Casa de Lancastre de planearem a sua rendição aos franceses (70). Durante grande parte de fins do século XV e princípios do século XVI, por conseguinte, o debate público inglês esteve centrado na recuperação do império perdido do outro lado do Canal. Com a passagem do tempo, porém, a atenção da esfera pública inglesa deslocou-se para os Países Baixos e para o Sacro Império Romano. Os rebeldes holandeses e os príncipes protestantes alemães eram geralmente celebrados como baluartes contra o domínio católico dos Habsburgos. No começo do século XVII, muitos ingleses condenaram a paz com Madrid como uma capitulação perante a tirania e o abandono dos protestantes holandeses e, em geral, continentais (71). Pouco depois, a indignação pelo tratamento dos protestantes alemães, os casamentos dinásticos com Espanha e o fracasso da monarquia Stuart começaram a dominar o debate político inglês (72).

> Na Alemanha, a discussão política era bastante estimulada pela invenção da imprensa pelo

editor Johannes Gutenberg em 1444. Aqui, o crescimento do humanismo renascentista foi o motor da emergência de uma esfera pública protonacionalista. Preocupava-se primacialmente com o declínio da comunidade imperial e, por essa via, da reputação da Alemanha na Europa. Os alemães viam-se como herdeiros de um Império Romano universal no qual eles, embora não fossem o único povo, lideravam; tinham inteira consciência do facto de que a sua comunidade política continha uma substancial população eslava e

«romanche» (*welsch*). Este patriotismo e nacionalismo imperiais definiam-se pelo antagonismo às intrusões borgonhesas e francesas a oeste e às depredações húngaras e turcas no Sudeste (73). Exprimia-se também através da crescente participação em instituições imperiais e na exigência de humanistas como Johannes Avertinus de que deveria haver maiores esforços para defender as «liberdades alemãs» contra o despotismo de França e de outros predadores (74). Estavam determinados a tratar da corrupção na Igreja alemã e na condenação da falta de lei, que era vista não só como um flagelo social mas também um convite permanente à interferência estrangeira. Em suma, ainda havia muita vida no velho Sacro Império Romano (75).

> A política externa também determinava as políticas das cortes em toda a Europa e às vezes até

a ascensão e queda de dinastias inteiras. As questões variavam de Estado para Estado, mas em princípios do século XVII a situação no Sacro Império Romano era uma preocupação comum. Em todo o continente, o fracasso ou o aparente fracasso na Alemanha durante a Guerra dos Trinta Anos levou a mudanças políticas internas. Francisco Gómez de Sandoval, duque de Lerma e primeiro-ministro espanhol, perdeu o poder em Madrid em 1618 porque se tinha mostrado incapaz de defender os interesses espanhóis na Europa em geral e especialmente no Sacro Império Romano (76). O seu sucessor, Zuñiga, medrou graças a ter sido capaz de cumprir nessa matéria e morreu em grande favor em 1622. O homem que tomou o seu lugar, Olivares, por outro lado, foi criticado pelos crescentes custos da estratégia geral espanhola, particularmente no Império. De maneira semelhante, em Paris, o principal ministro francês, Charles d'Albert, duque de Luynes, perdeu influência na corte por conta da sua fracassada estratégia alemã (77), tal como o seu sucessor, Charles, duque de Vieuville. O cardeal Richelieu, por outro lado, agigantou-se com base nos seus êxitos no Império.

> Foi em Inglaterra, todavia, que os assuntos externos levaram à mais espectacular erupção

interna. Ao mesmo tempo que a maré imperial austro-espanhola engolia a Alemanha no princípio da Guerra dos Trinta Anos, explodia a indignação parlamentar e popular contra a monarquia (78). Para os críticos da monarquia Stuart, o conflito na Boémia não estava a ter lugar num país distante entre pessoas das quais nada soubessem. Como Sir John Davies contou à Câmara dos Comuns em 1620, «o Palatinado está ao rubro; a religião está ao rubro; e todos os outros países, ao rubro (...) isto é perigoso para os Países Baixos, para as

Províncias Unidas e para todo o interesse protestante». Olhando para todo o continente os críticos parlamentares do rei viam «um partido poderoso e prevalecente (...) que visa a subversão de todas as igrejas protestantes da Cristandade» e notavam «a fraca resistência que é exercida contra eles» (79). Em 1642 os dois lados estavam envolvidos numa áspera guerra civil, que levou à derrota do rei em 1646, à sua execução em 1649 e à substituição da monarquia por um Protetorado sob Oliver Cromwell. A necessidade da apoiar o Palatinado e o protestantismo europeu figurava proeminentemente nas principais declarações parlamentares sobre os objetivos da guerra. Em suma, a Grande Rebelião contra Carlos I foi na sua essência uma revolta contra a política externa dos Stuart. Foi não perceber essa irritação estrangeira que levou à quebra do consenso interno. No fim de contas, foi porque nos vinte anos anteriores não tinham entrado em guerra eficazmente a favor da causa protestante na Europa que os ingleses entraram em guerra uns com os outros em 1642.

A fim de se manterem competitivos na batalha pela Europa, os Estados procuraram consolidar-

se internamente ou encontrar segurança em uniões maiores. Carlos V reconheceu a dificuldade de coordenar a frente austríaca, húngara e mediterrânica contra os turcos, a somar aos seus teatros de guerra italiano, alemão e borgonhês contra os franceses e os príncipes protestantes do Império. Por conseguinte, subcontratou a defesa da Europa Central, e grande parte da administração do Sacro Império Romano, ao seu irmão mais novo, Fernando. Em 1522, Carlos abdicou como arquiduque da Áustria para lhe dar o lugar e nove anos depois forçou os príncipes alemães a elegê-lo Rei dos Romanos e, assim, seu sucessor indigitado. Isto teve profundas implicações na formação de Estados no Sudeste da Europa. Fernando resgatou a Boémia e a Silésia da destruição húngara, tornando mais seguro o seu flanco nordeste (80). Em 1530, declarou ao Landtag, a assembleia de representantes da nobreza, em Linz, que «não se pode resistir aos turcos a menos que o Reino da Hungria esteja nas mãos do arquiduque da Áustria ou de algum outro príncipe alemão» (81). Depois de alguma hesitação, a Croácia e parte da Hungria uniram-se aos Habsburgos. Em ambos os casos o elo era essencialmente contratual, diretamente ligado à capacidade de Fernando para fornecer proteção contra os turcos (82).

Os holandeses foram ainda mais bem-sucedidos em providenciar a defesa comum. Em finais do

século XVI depressa ultrapassaram o «particularismo» que Guilherme de Orange avisara estar a minar a luta para obter a independência de Espanha. Em 1572, os Estados da Holanda votaram a favor de fazer Guilherme *Stadholder* e comandante supremo, concederam-lhe o lançamento de impostos para combater Filipe e proclamaram a tolerância religiosa para impedir uma guerra civil. Três anos mais tarde a província da Zelândia uniu-se-lhes: a primeira medida conjunta foi a declaração em outubro de 1575 «de que deveriam abandonar o Rei [de Espanha] e procurar ajuda estrangeira». Em 1579, a Holanda, a Zelândia, a maior parte de Utreque e a província de Groninga formaram a «União de Utreque». Foi acordado um complexo sistema de extração de recursos, crédito e financiamento da guerra. Tudo isto fez provavelmente dos holandeses o povo mais altamente tributado da Europa. Isto só era sustentável porque tinham decidido tomar nas suas mãos o seu próprio destino e a sua segurança. Os holandeses eram agora «donos» da sua política de segurança. Iniciaram a revolta como um agregado de províncias separadas, todas elas ferozmente apegadas aos seus privilégios. Apenas as pressões do conflito criaram as Províncias Unidas. Os holandeses encontraram maneiras de fazer a guerra, mas a guerra também fez os holandeses (83).

> Em Inglaterra, as exigências da política internacional produziam algumas ideias radicais sobre

a maneira de resolver a tensão entre metrópoles e territórios afastados. Os Tudors temiam que nas mãos de uma potência hostil a Escócia e a Irlanda fossem a «porta das traseiras» de Inglaterra ou pelo menos contribuíssem para o seu cerco. A precoce intervenção de Isabel I e o triunfo do presbiterianismo resolveram em grande parte o problema a norte da fronteira, pelo menos de momento. A Irlanda, onde o grosso da população permanecia católica e onde era intenso o ressentimento dos habitantes locais para com os colonialistas ingleses de qualquer religião, era uma questão muito mais espinhosa. A infiltração espanhola tinha de ser detida e a ameaça de uma revolta gaélica esmagada de uma vez para sempre. Tinha de se encontrar uma solução duradoura, especialmente num contexto em que Estados rivais, como avisara o ministro William Cecil em 1560, «têm ultimamente acrescentado tanto os seus territórios que não estão agora nada do que eram e a Inglaterra, contudo, continua a permanecer só uma, sem acesso a qualquer nova força». Por esta razão, recomendava «uma força unida, pela junção dos dois reinos [Inglaterra e Escócia], sendo também o entretecimento ali da Irlanda digno de consideração». No fim de contas, em 1603, depois da morte de Isabel, o acaso dinástico juntou as coroas escocesa e inglesa sob

Jaime I. Uns anos depois este lançou a «Plantação do Ulster», a expropriação dos proprietários de terras irlandeses católicos e a sua substituição por colonos protestantes ingleses e escoceses. Jaime assegurou assim de uma vez para sempre o flanco ocidental do reino e garantiu que Inglaterra, Escócia e Irlanda atuariam a uma só voz na cena europeia (84).

> A Norte e a Leste estava a dar-se um processo de consolidação semelhante. Aqui, o declínio

dos Cavaleiros Teutónicos e dos seus territórios no Báltico ativou um ciclo de divisão que ameaçou engolir toda a região. Em 1558, o czar Ivan IV, *o Terrível*, deitou a mão a Narba, no Nordeste da Livónia. Os russos também se apoderaram de partes do Norte da Comunidade Polaca em princípio dos anos 1560. Por volta da mesma altura os suecos anexaram a metade norte do que é hoje a Estónia. Apertadas por todos os lados pelos Habsburgos, pelos suecos em ascensão, pela Moscóvia e pelo Império Otomano, as potências mais fracas entraram numa série de fusões territoriais para se manterem competitivas numa vizinhança cada vez mais predatória. Em 1561, os Cavaleiros Teutónicos uniram-se ao Grão-Ducado da Lituânia e oito anos depois ambos se fundiram com a Comunidade Polaca, na União de Lublin. O novo e vasto conglomerado polaco-lituano estendia-se do Báltico até quase ao mar Negro. Tornou-se ainda maior por algum tempo quando o rei da Polónia, Segismundo Vasa, sucedeu na coroa sueca em 1592, unindo as duas monarquias. Esta união proporcionou alguma esperança de manter em respeito russos e otomanos.

> Foi central para o projeto de formação e consolidação de Estados a questão das minorias, na

sua maioria religiosas. Ao longo de todo o século XVI e princípios do século XVII os governos europeus debateram-se com a questão de como podiam ser assimiladas ou se deviam ser reprimidas ou simplesmente expulsas. Uma vez mais bastar-nos-emos com duas ilustrações. A experiência espanhola foi extremista. A colaboração da minoria muçulmana local (mourisca) com os otomanos levou Filipe II a promulgar em 1567 uma nova legislação, draconiana. Esta exigia que os «moriscos» aprendessem espanhol no prazo de três anos; passado esse tempo seria um crime falar, ler ou escrever árabe em público ou em privado. Era proibido o vestuário mourisco bem como os seus apelidos distintivos. Filipe até proibiu os banhos públicos, que eram uma cobertura para abluções muçulmanas clandestinas. Quando os mouriscos em protesto chamaram a atenção para o grande volume de impostos que pagavam foi-lhes dito pelo representante do rei que

Filipe «dava mais valor à religião do que às receitas» (85). Os «Moriscos» não tardaram em revoltar-se em 1568, causando extensos problemas militares a Filipe, que teve de recrutar forças de Itália até esmagar finalmente a sublevação (86). Subsequentemente, considerou culpados de traição todos os mouriscos, *tivessem estado ou não implicados na revolta*. Foram postos a ferros e deportados para o interior noutras partes de Espanha uns 80 000. Cerca de 10 000 permaneceram em Granada, enquanto os que estavam dispersos por outros lugares do país se tornaram uma constante dor de cabeça em matéria de segurança. Em 1609, o seu sucessor, Filipe III, decidiu resolver a questão de uma vez para sempre, expulsando-os *en bloc* – 300 000 ao todo – para o Norte de África. Tinham chegado ao fim centenas de anos de civilização muçulmana no Al Andalus (87).

> Noutros casos os governos optaram pela tolerância religiosa, porque acreditassem

genuinamente na coexistência confessional, porque pensassem que essa tolerância reforçava a coesão do Estado frente ao inimigo ou simplesmente porque os grupos envolvidos eram demasiado poderosos para serem suprimidos. Assim, o imperador Fernando I tendeu a tolerar protestantes de modo a mobilizar os seus territórios contra os otomanos (88). A tentativa mais sistemática de tolerância foi feita pelo filho de Fernando, o imperador Maximiliano II. Em 1571, emitiu a *Assekuration*, que confirmava o direito dos nobres luteranos da Áustria a praticarem a sua religião nas suas próprias terras. O imperador esperava, de facto, enterrar o machado de guerra confessional, não só na Áustria, mas em todo o Império. Era, acreditava Maximiliano, a sua única possibilidade de alistar os príncipes alemães contra os turcos. Em suma, as ameaças externas levaram a abordagens muito diferentes da tolerância religiosa entre as duas linhas da dinastia dos Habsburgos. O homem de Estado e escritor Nicolau Maquiavel fez desta questão o ponto central dos seus dois trabalhos seminais, *O Príncipe* e especialmente os *Discursos*. Estes livros foram a primeira tentativa sistemática de conceptualizar a nova geopolítica e as suas implicações para a estrutura interna dos Estados europeus. No prefácio ao Livro Primeiro dos *Discursos*, Maquiavel descreveu os Estados como comunidades que se tinham agrupado umas com as outras para «viverem mais convenientemente e mais facilmente se defenderem». Isto, sublinhava ele, não o podiam fazer sem «poder». De facto, advertia Maquiavel, «os príncipes de hoje e as repúblicas modernas que não tenham as suas próprias tropas para atacarem e para se defenderem deviam ter vergonha de si mesmas». A finalidade da sua república ideal não era assim a articulação da virtude cívica *per se,* mas sim tomar as melhores decisões estratégicas e mobilizar a força

do Estado em apoio delas (89). O segredo do êxito não era aqui a simples extração de recursos. «O dinheiro», prevenia ele, «não é o nervo da guerra como comummente se supõe que é». O florentino argumentava, em vez disso, que a base de uma forte política externa era uma sólida estrutura interna. No Livro Sexto dos *Discursos*, Maquiavel falava da necessidade de «dar ao Estado uma constituição que o pusesse em posição de se alargar se a ocasião o exigisse e de preservar o que tinha conquistado». A questão crucial aqui era a da participação e do debate, mais importante até do que uma base tributária grande e explorada eficientemente. «As massas são mais entendidas e mais constantes do que é um príncipe», escreveu Maquiavel. Parece mesmo, sustentava ele, «que a populaça por alguma faculdade oculta discerne o mal e o bem que lhe hão-de acontecer». O povo pediria contas ao governante nas grandes matérias do Estado. As repúblicas eram assim os mais fortes participantes na esfera internacional. «Nenhuma cidade aumentou os seus rendimentos ou alargou os seus territórios a não ser livre e em liberdade», escreveu. Em princípios do século XVI, por conseguinte, Maquiavel estabeleceu com inconfundível clareza as questões internas e geopolíticas que haveriam de preocupar as potências europeias, fossem autocracias ou repúblicas, até aos dias de hoje.

> O caso de Inglaterra sugeria que Maquiavel tinha razão. Depois da catastrófica perda do seu

império francês, os ingleses tinham concluído que a provisão de «bom conselho» através do Parlamento era essencial (90). Os impostos teriam de ser pagos pontualmente – por outras palavras, a nação no seu todo deveria ser responsável pela reconquista de França –, mas em troca o rei teria de ouvir o conselho do Parlamento e de conselheiros experientes. A seu tempo, Henrique VIII conseguiu financiar extensas campanhas na Escócia, na Irlanda e especialmente na Europa, graças a uma estreita cooperação com o Parlamento, que tinha de aprovar toda a despesa militar, passada, presente e iminente. Por mais de trinta anos, Lordes e Comuns largaram o dinheiro em grande parte sem queixumes; não havia, por conseguinte, qualquer ligação necessária entre a pressão da guerra e o triunfo do poder régio (91). Isto foi assim porque o Parlamento estava na sua maioria de acordo com a grande estratégia do rei: a reivindicação dos direitos da monarquia em França ou, pelo menos, o controlo da linha da costa do outro lado do Canal e a proteção da porta das traseiras de Inglaterra via Irlanda e Escócia (92). Da mesma maneira, a posição de Isabel I na Europa foi bastante reforçada pela sua capacidade de trabalhar com o Parlamento. Ao contrário, foi a divisão no interior de Westminster e entre o Parlamento e a Coroa que tão fatalmente prejudicou a política externa

inicial dos Stuarts.

> Em geral, porém, a experiência parecia mostrar que um maior poder régio era um pré-

requisito do êxito estratégico. Em França, por exemplo, a vitória foi atribuída ao ressurgimento da monarquia (93). O discurso reformista tendia a realçar a necessidade de um governo central forte com poderes para levantar impostos. É verdade que a expulsão dos ingleses foi um projeto colaborativo em que os estados trabalharam juntamente com o rei, mas a ênfase esteve na execução e não na consulta; no poder real, antes que no conselho baronial. O Parlamento francês, ou Estados Gerais, perdeu em 1439 o direito de assentir à importante *taille*, um imposto direto sobre as terras, e os estados locais da França Central renunciaram a esse privilégio em 1451. Concordaram não só em pagar o exército real, mas também em recolher o imposto para o rei a uma taxa fixada por ele. Os vários «conselhos» que os reis franceses consultaram foram um ponto de contacto entre o monarca e a nobreza, mas não um freio sério ao seu poder (94). Acima de tudo, os impostos eram pagos e as tropas arregimentadas sem o consentimento dos Estados Gerais. Se as estruturas parlamentares e a força nacional se tornaram crescentemente sinónimas em Inglaterra, a cultura política francesa estabeleceu uma ligação contrária, mas igualmente poderosa entre autoridade régia e o lugar da França na Europa.

> Além disso, as muitas comunidades políticas em que as assembleias representativas

permaneceram fortes pareceram sofrer uma resultante falta de coesão interna e de força exterior. Mesmo o poderoso Carlos V teve de se haver com uma profusão de parlamentos: as *Cortes* de Castela, os Estados Gerais da Neerlândia e várias assembleias mais pequenas em toda a monarquia. As *Cortes* pagaram de bom grado as operações em apoio dos interesses espanhóis, como a defesa de Navarra, a supressão dos corsários da Berbéria e o combate aos turcos no Mediterrâneo; foram menos entusiastas, porém, quanto a guerras na Europa Central. Em 1527, um pedido para pagarem uma expedição à Hungria foi recusado, enquanto um para atacar Tunes em 1535 foi concedido. Em 1538, antes de votar um outro pagamento disseram mesmo a Carlos V que fizesse a paz com França (95). Uma das razões por que o fardo recaiu tão pesadamente sobre Castela foi ter-se obtido muito pouco dinheiro de Aragão, Catalunha e Valência, cujas assembleias foram manifestamente pouco cooperantes. A única outra região em que a diferença podia ser compensada era nos prósperos Países Baixos, com

o seu eficiente sistema de tributação. Aqui também, contudo, os Estados estavam desagradados com a política externa real. «Do que mais se queixam os holandeses», informou Carlos V em fevereiro de 1524 a Regente deles, Margarida de Parma, «é que pagam sempre sob a bandeira da guerra, mas ninguém faz a guerra em sua defesa». Nas décadas de 1540 e 1550, os estados da Neerlândia só muito relutantemente pagaram as fases finais das guerras contra França (96). Problemas similares afligiram mais tarde os governantes Habsburgos, tanto em Espanha como na Áustria.

> Na Europa de Leste, a relação entre órgãos representativos fortes e fraqueza externa parecia

particularmente clara. Quando a nobreza sueca se rebelou contra Segismundo Vasa na Polónia-Lituânia-Suécia, a Dieta polaca recusou-se a votar-lhe homens suficientes para reprimir a insurreição. Em 1599, Segismundo já fora deposto pelo Parlamento sueco e foi dissolvida a união com a Polónia. Na Rússia, a experiência da guerra civil seguida pela ocupação polaca entre 1598 e 1610 também favorecia a tese em favor de maior autocracia. Em 1613, a dinastia Romanov estava instalada no trono, pondo fim ao «Tempo dos Tumultos» (1598-1613). Para a elite russa as lições das duas décadas anteriores pareciam claras: demasiada «liberdade» levava ao caos e à fraqueza nacional; os termos «livre» e «à discrição» sugeriam desordem e agitação. Por esta razão, a sociedade russa foi organizada em torno do princípio do serviço ao Estado, especialmente a defesa da sua soberania externa. É certo que muitos russos acreditavam que tinham direito a uma participação que se estendia muito para além das questões essenciais de segurança económica e da justiça social rudimentares. Os russos, no entanto, careciam de órgãos representativos formais – uns Estados Gerais, um Reichstag ou Parlamento – em moldes ocidentais. A assembleia dos nobres russos (os boiardos) – cujo nome, Duma, era tirado da palavra russa para «ponderar» ou «considerar» – não tinha controlo sobre a tributação. O poder dos Romanovs era assim mais ou menos absoluto, limitado apenas pela vasta extensão do território. E enquanto a nova dinastia fosse capaz de providenciar grandeza nacional, ou pelo menos segurança, estaria a salvo (97).

> Um processo semelhante estava a ocorrer no Brandeburgo-Prússia. Os estados da Marca de

Brandeburgo, contudo, funcionavam na verdade como um travão ao ativismo dos príncipes. Recusaram-se a apoiar as ambições do Eleitor em Cleves, um problema de monta para João Segismundo, dado o

direito que tinham de aprovar tributos e aprovar alianças. Do ponto de vista dele, tinham abdicado da sua responsabilidade em matéria de defesa nacional. Confrontados com os desafios de princípios do século XVII, na prática tinham enfiado a cabeça nas areias da Marca. Se a Prússia havia de ser alguma vez um ator importante na cena europeia, ou mesmo alemã, era um problema que tinha de ser atacado. Mais adiantado o século, o sucessor de João Segismundo, Jorge Guilherme, teve a penosa consciência de estar rodeado por todos os lados e bastante incapaz de proteger os seus territórios dispersos ou de persuadir sequer os seus estados a contribuírem para a respetiva defesa. «Muito me dói», lamentava-se ele em julho de 1626, «que as minhas terras tenham sido devastadas desta maneira e que eu tenha sido tão desrespeitado e troçado. O mundo inteiro deve tomar-me por um pobre cobarde» (98).

> A maior prova contra a participação política coletiva era, porém, o próprio Sacro Império

Romano. Não conseguiu mobilizar-se eficazmente quer contra os turcos, quer contra a intrusão francesa. Quando, por exemplo, em 1454, o Imperador Frederico III de Habsburgo convocou em Frankfurt uma Dieta imperial para lançar uma cruzada contra o Turco, nenhuma ação resultou daí. Os frenéticos emissários húngaros foram acusados pelos príncipes alemães de «querer envolver a Alemanha nas suas calamidades, visto que eram incapazes de defender o seu próprio reino» (99). Quando os turcos retomaram o seu avanço no verão de 1480, rumando à cidade austríaca de Graz, o Reichstag comentou sarcasticamente os «longos discursos sobre o Turco» que emanavam do Imperador (100). De igual modo, o filho e herdeiro de Frederico, Maximiliano, foi forçado a desistir da Borgonha para a França.

> De uma maneira ou doutra, o Império mostrava-se incapaz de responder coerentemente às

ameaças às suas fronteiras. Desgostosos com o seu tratamento às mãos de potências estranhas, os reformadores alemães fizeram várias tentativas para regenerar o Sacro Império Romano incrementando a participação política nos órgãos imperiais, especialmente na Dieta, mas todas fracassaram. Em 1489 reuniram-se na Dieta de Frankfurt sob a liderança de Bertoldo von Henneberg, arcebispo de Mainz (101). No prazo de poucos anos tinha estabelecido um «centavo comum» (*der gemeine Pfennig*), a propriedade mista, um imposto sobre o rendimento e um imposto geral, pagáveis ao Imperador. Em troca, este era cominado a garantir a paz geral nas terras alemãs (*der allgemeine Landfriede*) e a reformar os tribunais imperiais; a Alemanha tinha de

estar em paz internamente para ser temível externamente. O Imperador era obrigado a aceitar a opinião de um «conselho» imperial – que respondia perante a Dieta – sobre matéria militar. Por outras palavras, tal como na Inglaterra de meados do século XV, o parlamento imperial alemão marcava a sua reivindicação de participar nas questões de grande estratégia. O passo seguinte foi pôr em ordem a casa militar da Alemanha. Na Dieta de Augsburgo em 1500 o Império foi dividido em dez «círculos» regionais aos quais seria entregue a tarefa da manutenção da ordem interna e a da mobilização contra inimigos externos. Isto não era apenas um embrionário sistema de segurança coletiva alemã, mas também um veículo potencial para a unidade nacional contra os estrangeiros (102). Em princípios do século XVI, pareceu por um momento que o conselho imperial, que se opunha à ênfase que Maximiliano punha em Itália, se afirmaria. Formou-se uma «União de Eleitores», que resolveram reunir-se como uma Dieta na ausência do imperador, se necessário, e promover um programa de reformas. A Alemanha parecia pronta a encontrar alguma forma de maior unidade nacional sob o imperador ou o Conselho. Na prática, cada um dos lados procurou bloquear o outro, o que deu como resultado paralisia e estagnação. Os estados revelaram-se hábeis em cortar as asas ao imperador. Não puderam ou não quiseram, todavia, criar uma alternativa verdadeiramente nacional: a experiência do Conselho depressa se exauriu. Nenhuma das ameaças que o Império enfrentava por parte de franceses, turcos ou húngaros, nem mesmo todas juntas, foram alguma vez suficientemente fortes para persuadir os estados alemães a renunciar às suas liberdades a favor de um comando forte. Por outro lado, em princípios do século XVI a Alemanha já tinha adquirido características de Estado bastantes para superar as tempestades que se avizinhavam mais eficazmente do que o poderia ter feito no passado (103).

> O Império ainda fez um grande bicho-de-sete-cabeças do renovado ímpeto otomano sob

Solimão, *o Magnífico*. A Dieta imperial ignorou sucessivos pedidos de ajuda: o do rei Luís da Hungria à Dieta de Worms em 1521 e o dos nobres croatas em Nuremberga, em 1522. Fernando da Áustria apelou em vão aos alemães para apoiarem «a valorosa nação cristã croata, que se ergue como um baluarte e um escudo diante das nossas terras interiores austríacas» (104). Para os príncipes, cidades e clérigos reunidos o perigo parecia remoto e o aproveitamento à custa de croatas e húngaros era uma confortável opção de base. Uma volumosa literatura panfletária concordava em que os turcos não eram uma ameaça imediata às suas liberdades, sugerindo em vez disso que os Habsburgos estavam a usar o espectro otomano para prosseguir

propósitos tirânicos internos. A derrocada da Hungria em Mohacs concentrou os espíritos, mas só brevemente e muito ineficazmente. Durante as décadas de 1530 e 1540, o Império enviou vários exércitos à Hungria, com êxito variável. No fim de contas, a Dieta nunca chegou a preocupar-se o suficiente com os turcos ou a organizar-se suficientemente para fazer ela própria o trabalho. Tinha-se perdido, uma vez mais, a oportunidade de unir a Alemanha face a uma ameaça externa à sua própria existência.

> Em finais do século XVI, o principal comandante militar imperial, Lazarus von Schwendi,

procurou tomar providências quanto à fraqueza militar alemã. Temia que as diferenças confessionais e políticas fossem atear uma «labareda de desconfiança e divisão» na «pobre Pátria», com protestantes e católicos a chamarem em seu apoio potências estranhas. Em 1569, Schwendi avisou que uma interferência espanhola levaria a «guerras internas» e em última instância à «completa partição e destruição do *Reich* e ao total declínio do bem-estar alemão». Exigia, por esta razão, que a Alemanha mobilizasse todo o seu potencial para proteger a integridade do Império. E Schwendi antevia mesmo um tempo em que, desde que as potências estrangeiras pudessem ser impedidas de prostituir os alemães por meio do recrutamento sem peias de mercenários, o *Reich* estaria em condições de ditar a lei a «todos os potentados estrangeiros» e erigir uma *Pax Germanica* na Europa. A falta de ação, avisava, condenaria o Império a uma «lamentosa queda» à imagem de Bizâncio. As propostas que produziu na Dieta de Speyer em 1570 incluíam um exército imperial alemão regular, encarregue da segurança coletiva, a ser comandado pelo Imperador; Schwendi também esperava que a tolerância dos protestantes mobilizasse a opinião alemã em apoio de um esforço comum contra os turcos. Os príncipes, que desconfiavam mais do imperador agora do que temiam os turcos, frustraram esta tentativa de unir católicos e protestantes contra o inimigo comum. A Alemanha continuaria a ser um anão militar (105).

> A luta pelo domínio também foi o motor da expansão da Europa. Em finais do século XV e

princípios do século XVI, Fernando e Isabel e os monarcas portugueses continuaram para Sul a sua cruzada contra os mouros, capturando uma série de enclaves no Norte de África (106), a fim de negarem aos otomanos uma base para atacar o flanco sul da península. A mesma

ideia estava agora por trás das primeiras viagens de exploração. A partir de meados da década de 1480, Cristóvão Colombo tentou interessar os monarcas de Portugal e Espanha na ideia de um caminho atlântico para a Índia. É certo que a sede de aventura, o enriquecimento pessoal e a glória nunca estiveram muito longe do seu espírito ou do de outros exploradores e dos seus patrocinadores. O fim último da empresa, no entanto, era lançar um ataque ao flanco desprotegido dos otomanos, que levasse à reconquista de Jerusalém, uma tarefa que Colombo descrevia em termos cada vez mais milenaristas. A conquista de novas terras além-mar não abriria apenas uma nova frente contra os otomanos; asseguraria também os recursos necessários para a recuperação da Terra Santa (107).

Colombo partiu em 1492, com alvarás assinados por Fernando e Isabel. Levou com ele um

intérprete árabe (um judeu convertido ao cristianismo) e prometeu que «todos os ganhos desta minha empresa deveriam ser gastos na conquista de Jerusalém» (108). Contudo, em vez de alcançar a Ásia e encontrar aliados contra os muçulmanos ou apossar-se de uma parte das riquezas do Oriente, Colombo deu a terra nas Caraíbas, onde prontamente foi estabelecida uma colónia espanhola. Os nativos foram descritos, como era bastante lógico, como «Índios», uma designação que se manteve até fins do século XX. A inicial descoberta europeia da América foi, em suma, uma consequência da luta pelo domínio sobre o Islão, exatamente como a subsequente colonização foi movida pelas rivalidades entre as potências europeias. Entretanto, os portugueses foram sondando a costa ocidental de África. Para impedir as duas potências ibéricas de se desentenderem na sua missão de cruzada, o Papa preparou o terreno para o Tratado de Tordesilhas, que dividiu entre elas os Novos Mundos, em junho de 1494. O que ficava para ocidente de uma linha muito para além das ilhas de Cabo Verde seria espanhol; para oriente dessa linha, português. Em 1497-98, Vasco da Gama torneou o cabo da Boa Esperança e explorou a costa oriental de África, encontrando um caminho para a Índia mais prático (109). Quando Colombo zarpou na sua quarta viagem em busca da Índia, em 1502, fê-lo na expectativa de encontrar Vasco da Gama, numa espécie de movimento de pinça. Passados poucos anos havia expedições portuguesas a assediar a navegação muçulmana no golfo Pérsico e no mar Vermelho, causando uma considerável desorganização económica. O planeado cerco aos otomanos tinha-se tornado agora uma ténue realidade.

A criação do império ultramarino espanhol era também movida por imperativos europeus,

principalmente a necessidade de fazer pesar os recursos e o prestígio do Novo Mundo na balança do velho continente. Em 1519, Hernán Cortés conquistou o México e a sua prata para a coroa espanhola (110). Isto fez da monarquia Habsburgo um reino em que – como observou o poeta Ludovico Ariosto – «o sol nunca se põe» (111). O Novo Mundo era parte cada vez mais importante do equilíbrio de poder, mas estava completamente subordinado a considerações europeias. O império colonial espanhol ocupava relativamente pouco tempo a Carlos V. A sua principal função era fornecer recursos para sustentar as suas ambições do lado do Atlântico mais próximo: uma e outra vez, foi o tesouro das Índias – normalmente cerca de um quinto do total dos rendimentos – que ou financiou diretamente as campanhas contra franceses, turcos e príncipes alemães ou forneceu a garantia contra a qual o imperador podia contrair empréstimos junto da grande casa bancária dos Fugger de Augsburgo. Dos quase dois milhões de escudos de tesouro trazidos do Perú num dos anos dessa época, quem mais recebeu foi a Alemanha, seguindo-se os Países Baixos. As viagens de Carlos V por todo o seu reino também mostram muito claramente as suas prioridades: visitou Itália em sete ocasiões, França em quatro e Inglaterra e África em duas e passou seis longas estadias na própria Espanha, mas deslocou-se à Flandres e à Alemanha em não menos de 19 ocasiões; nunca visitou as Américas. O seu estatuto imperial decorria do *Imperium Romanum,* não da vastidão global dos seus territórios (112). Em suma, era o Sacro Império Romano, não o emergente império americano espanhol, que proporcionava o contexto imperial em que se desenvolviam as ambições de Carlos V (113).

> Foram considerações europeias, também, que estiveram por trás da ofensiva naval de Isabel I

contra Espanha. O equilíbrio colonial, ou a falta dele, era concebido como parte do equilíbrio geral de poder. «Quem dominar o mar», sustentava o navegador e aventureiro inglês Sir Walter Raleigh, «domina o comércio; quem quer que domine o comércio do mundo domina a riqueza do mundo e consequentemente o próprio mundo». O prestígio e o músculo financeiro de que gozava Filipe II como Rei da Nova Espanha eram uma parte importante da sua capacidade europeia. Assim, Richard Hakluyt, no seu celebrado *Discurso sobre a Plantação Ocidental* (1584), notava que «com este grande tesouro» Carlos V tinha «obtido do Rei de França o Reino de Nápoles, o ducado de Milão e todos os seus outros domínios de Itália, Lombardia, Piemonte e Saboia». Isabel I patrocinou as viagens de Drake entre 1577 e 1580, não como um primeiro passo rumo a um império ultramarino próprio, mas para reduzir o fluxo de metal precioso que custeava os exércitos de Filipe na Flandres. De maneira semelhante, ao

eclodir no Império a Guerra dos Trinta Anos, a ideia de que o ouro e a prata da América não só subsidiavam os empreendimentos de Espanha na Europa, mas também os do imperador contra os protestantes alemães, era parte da ortodoxia estratégica inglesa. Sir Benjamin Rudyerd declarou à Câmara dos Comuns em 1624 que «a Espanha em si mesma não é senão fraca em homens e estéril de bens naturais»; eram «as suas minas nas Índias Ocidentais» que alimentavam «o seu vasto e ambicioso desejo de monarquia universal». Não havia melhor maneira de ajudar os palatinos acossados, argumentava outro, do que «destruir a navegação do Rei de Espanha na sua costa [e] interromper os rendimentos da sua prata». A relação aqui estabelecida entre o império ultramarino, a segurança dos baluartes continentais de Inglaterra e em última instância a segurança do reino havia de ecoar no discurso estratégico inglês durante os 150 anos seguintes (114).

> A colonização do Novo Mundo era também em grande parte uma extensão do conflito europeu

(115). Os puritanos que deixaram Inglaterra na década de 1620 e acabaram por desembarcar no Massachusetts não estavam a voltar costas ao Velho Mundo, longe disso. Desesperando de Inglaterra e depois da República Holandesa cada vez mais exposta, viam a América como um trampolim do qual prepariam a derrota do «Anticristo», ou seja, dos Habsburgos na Europa. Rezavam pela reforma em Inglaterra, pelo «miserável estado das igrejas na Alemanha» e pela vitória ali da causa protestante; «as notícias da Boémia são muito más», observava John Winthrop em 1621, alguns anos antes de zarpar para o Massachusetts. Os colonos seguiam de perto as notícias do continente, particularmente de Genebra, Frankfurt, Leiden, Heidelberg e Estrasburgo, bem como da própria Inglaterra; tremiam pelo Palatinado e regozijavam-se com os êxitos de Gustavo Adolfo. Alguns deles, como Stephen, filho do governador Winthrop, cruzaram as águas de regresso a casa para lutar do lado parlamentar na Guerra Civil, mas a ajuda prática que eles podiam prestar era limitada (116). Em vez disso, os puritanos deviam ser, como lhes disse John Winthrop, «como uma cidade a brilhar no alto de uma colina. Toda a gente está de olhos postos em nós». O que estava a ser celebrado aqui não era o afastamento dos colonos, mas o oposto: a sua pertença à Cristandade e as obrigações daí decorrentes. Eles podiam ajudar a Europa a redimir-se tanto pelo seu exemplo como pelos seus esforços. Os colonos americanos, a causa parlamentar em Inglaterra e os protestantes europeus estavam todos ligados numa mais ampla comunidade de destino (117).

A centralidade da Alemanha refletia-se no facto de que os dois mais

importantes acordos

europeus giravam em torno do futuro do Sacro Império Romano. Carlos V tratou com os protestantes alemães no Tratado de Augsburgo, em setembro de 1555. Foi forçado a desmantelar o gigantesco património dinástico dos Habsburgos em dois ramos separados, um espanhol e outro austríaco. Carlos V renunciou aos seus territórios pela ordem inversa à da sua aquisição, abdicando como Rei de Espanha em favor de Filipe, em 1555, e depondo por fim o seu mais importante título, a coroa imperial, pouco depois. Dois anos mais tarde, o paciente irmão de Carlos V, Fernando, foi eleito Sacro Imperador Romano. Os Habsburgos espanhóis tinham sido desatrelados do Império. Só no tempo de Napoleão um homem reinaria outra vez sobre tão vasto troço da Europa. O Tratado de Augsburgo também ditou o princípio *cuius regio, eius religio* – segundo o qual cada território deveria adotar a religião do príncipe reinante. Sancionava a «secularização» das terras tomadas à Igreja pelos príncipes protestantes antes de 1552 e estabelecia a igualdade entre luteranismo e catolicismo, embora não a do calvinismo. Isto foi suficiente para restaurar a paz na Alemanha, pelo menos de momento.

De modo semelhante, o Tratado de Vestefália (1648), que começou a por termo à rivalidade

pan-europeia que envolvia França, Espanha, Suécia, o Império e muitas outras potências, foi um acordo alemão. Demorou muito porque nenhum dos antagonistas se sentia capaz de concluir uma paz «verdadeira» ou honrosa (118). Espanha tentou com muito empenho manter a unidade da Casa de Áustria e assim a cooperação estratégica com Viena; isto tornou-os céticos quanto a um acordo separado com a Alemanha, especialmente se deixava intactos os ganhos franceses na parte ocidental do Império (119). O imperador esperava fazer a paz com a Suécia e a França, para as manter afastadas dos assuntos alemães e conservar na Alemanha o máximo de autoridade imperial que pudesse (120). França procurava eliminar a influência espanhola na Alemanha e escapar assim ao «cerco» que durava há muito, reduzir o poder do imperador pela formalização do direito dos príncipes a concluir alianças externas e, se possível, descolar os Habsburgos da coroa imperial bloqueando a sua sucessão. Na própria Alemanha, as negociações foram paralisadas durante muito tempo pela recusa do imperador em permitir que os estados do Império – que considerava seus vassalos – participassem nas discussões com os franceses. Mas se em meados da década de 1640 os príncipes alemães se mostravam tão fortemente divididos como tinham estado desde a viragem do século, estavam também unidos pelo seu consenso para restaurar a

integridade do Império perante qualquer interferência estrangeira. O Eleitor Católico da Baviera, por exemplo, lamentava que o «espectáculo» a que a Alemanha fora reduzida «só podia ter um resultado, com vários reis e potentados a combinarem entre si a divisão do Império» (121).

> No fim de contas, a deterioração da situação militar dos Habsburgos forçou os imperialistas a

ceder em pontos-chave, especialmente o direito dos príncipes alemães a negociar com potências estrangeiras (122). Os franceses também cederam, não conseguindo impor uma proibição constitucional da sucessão dos Habsburgos na coroa imperial. Em 1648 a guerra alemã terminou finalmente com a assinatura dos tratados de Münster e Osnabrück; o conflito franco-espanhol, todavia, continuou. Este conjunto de acordos viria a tornar-se conhecido por «Tratado de Vestefália» e tem sido visto por gerações de juristas internacionais e de teóricos das relações internacionais como o ponto de viragem para os conceitos modernos de soberania e de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados (123). Na verdade, o grande objetivo do tratado era impedir que os príncipes alemães exercessem uma soberania sem entraves que podia pôr em risco a paz confessional do Império e, assim, todo o equilíbrio europeu. Foi também concebido para garantir que a Alemanha não pudesse ser unida sob uma autoridade imperial, interna ou estrangeira, capaz de aspirar a uma Monarquia Universal sobre toda a Cristandade. Em suma, pretendia-se que o Império fosse suficientemente forte para impedir os alemães de se desentenderem entre si e para manter fora as potências estrangeiras, mas não para se tornar uma ameaça para a própria ordem europeia.

> Este desígnio ambicioso devia ser alcançado por meio de uma série de disposições

geopolíticas, constitucionais, ideológicas e confessionais imbricadas umas nas outras. Em termos territoriais, as mudanças operadas – ou ratificadas – por Vestefália transformaram o sistema de Estados da Europa. Espanha reconheceu finalmente a independência das Províncias Unidas, conservando apenas a Flandres e a Valónia (a Holanda espanhola). A Suécia ganhou a Pomerânia Ocidental – que protegia de ataques a sua costa meridional – bem como os episcopados de Bremen e Verden, juntamente com os seus votos na Dieta alemã. O Palatinado era dividido: o Alto Palatinado ficava com a Baviera católica (a quem era permitido reter o seu voto eleitoral), mas o crucial Palatinado Inferior, encavalitado no «Caminho Espanhol», foi

devolvido ao protestante Carlos Luís juntamente com o seu velho voto eleitoral. Havia agora ao todo oito eleitores. Numa importante concessão por parte do imperador, o tratado permitia pela primeira vez aos príncipes alemães concluir alianças com potências estrangeiras, mas apenas «na condição de que (...) tais alianças não fossem contra o imperador nem contra a paz pública desta transação» (124). As esperanças francesas de separar os Habsburgos da coroa imperial eram frustradas. Por outro lado, o projeto austro-espanhol, real ou imaginário, de uma Monarquia Universal tinha sido contido. O fantasma de Carlos V estava enterrado.

> O tratado regulava a coexistência das três grandes confissões, a católica romana, a luterana e

a reformada (calvinista). No novo Sacro Império Romano as questões religiosas – e, assim, tudo o que era efetivamente substancial – tinham de ser resolvidas por consenso entre os representantes católicos e protestantes na Dieta e não por votação de uma maioria. Dentro de cada território os governantes obrigavam-se a respeitar certos direitos, incluindo o direito a converter-se, e se eles próprios mudassem de religião não podiam obrigar os seus súbditos a seguir-lhes o exemplo. Aquelas minorias religiosas que tinham gozado de tolerância em 1624, que foi declarado o ano de referência, não só ficavam garantidas para o futuro como não podiam ser excluídas de certos cargos cívicos (125). As cláusulas geopolíticas e ideológicas do tratado estavam intimamente ligadas. Tanto a Suécia como a França tinham entrado na guerra em defesa da «liberdade alemã» que julgavam essencial para impedir os Habsburgos de se apossarem do Império e ameaçar a sua liberdade e a sua segurança. O nexo era resumido pelo negociador sueco, Johan Adler Salvius, que observou que «o mar Báltico será o fosso, a Pomerânia e Mecklemburgo servirão de contraescarpa e os outros estados imperiais serão, por assim dizer, as fortificações exteriores» da segurança sueca. O chanceler sueco explicou, ainda, que o seu objetivo era «restaurar as liberdades alemãs (...) e desta maneira conservar o equilíbrio de toda a Europa» (126).

> Os contemporâneos viam assim uma ligação direta entre a liberdade interna, o equilíbrio de

poder e o direito de intervenção. Foi por esta razão que tanto a França como a Suécia insistiram em ser reconhecidas como «garantes» do Império e das liberdades dos seus vários «estados». Em suma, os tratados de Vestefália eram nada menos do que um instrumento de intervenção: ao fixar o equilíbrio confessional interno *nos* principados alemães e colocar todo o acordo alemão sob garantia internacional

criaram uma ferramenta de interferência nos assuntos internos do Império que subsistiu até finais do século 127 XVII e no século XVIII ().

> A Alemanha fora traumatizada pela experiência da guerra civil e humilhada pela marcha e

contramarcha dos exércitos estrangeiros – espanhóis, dinamarqueses, suecos e franceses, para só falar dos mais proeminentes – através dos seus territórios (128). Outros países tinham sofrido, sem dúvida, mas nenhum tanto como a Europa Central, onde o destino dos alemães foi considerado particularmente horrendo (129). O dano estivera longe de ser universal, é claro, com algumas regiões a serem devastadas e outras a escaparem quase ilesas (130). Em todo o caso, a população do Sacro Império Romano caiu de 21 milhões para pouco mais de 13 milhões, uma percentagem de perdas muito mais alta do que em qualquer outro conflito anterior ou posterior. A sua localização central na Europa tinha-se tornado quase uma sentença de morte coletiva, que ganhou dimensão em cada vez que foi narrada e tornada a narrar. Ao chegar ao fim a década de 1640, príncipes, burgueses e camponeses tinham todos igualmente diante de si uma pavorosa visão de terras devastadas, colheitas arrasadas, aldeias despovoadas e poços envenenados. Eram profundamente ambivalentes, todavia, quanto às lições a tirar de tudo isto. Toda a gente concordava em que o Império se devia manter a fim de proteger a Alemanha do domínio estrangeiro (e dos próprios alemães), mas aí acabava o consenso. Deviam os principados alemães procurar apaziguar os seus vizinhos mais poderosos e evitar conflitos ou deviam procurar a coesão interna e o músculo militar necessários para os dissuadir? As «liberdades alemãs» eram mais postas em risco pelos próprios alemães ou pelas potências estrangeiras que intervinham para os proteger?

> Chegados a 1648, a grande luta de duzentos anos pelo domínio da Europa tinha redundado

num beco sem saída. Nenhuma potência se revelara capaz de dominar o Sacro Império Romano e, assim, o continente inteiro. Carlos V; Francisco I; Henrique VIII; Solimão; Filipe II e Filipe III – e a França de Richelieu e Mazarino, todos falharam; os holandeses e os ingleses viram desfeitas as suas esperanças de um imperador protestante ou de, pelo menos, desalojar os Habsburgos do seu poleiro imperial. Houve, porém, ganhadores e perdedores claros. Depois da sua humilhante expulsão de França, em meados do século XV, a Inglaterra tinha voltado em dobro à política europeia sob Henrique VIII e Isabel I;

depois de uma longa retirada sob Jaime I e Carlos I, estava prestes a fazê-lo outra vez sob Cromwell. Os franceses tinham emergido de uma debilitante guerra civil religiosa como principal Estado do continente. O poder espanhol, em contrapartida, tinha passado o seu ponto mais alto na Europa Central e nos Países Baixos. Os Habsburgos austríacos tinham abraçado a sua «missão alemã» contra os turcos, mas tinham tido dificuldade em transformar isso numa posição decisiva na Europa. Na periferia europeia, os suecos tinham irrompido subitamente na cena alemã como força importante no equilíbrio geral de poder. Entretanto, o avanço otomano em direção à Europa Central tinha estacado, é certo, mas podia esperar-se a qualquer momento o seu reatamento. A rivalidade das grandes potências tinha-se também estendido muito além da Europa em si, a começar pelas tentativas de Colombo para flanquear o Islão e a acabar na criação de novos mundos na América e na Ásia para dominar ou equilibrar o velho.

> Tudo isto tinha provocado profundas transformações em toda a Europa, ao mesmo tempo que

os Estados procuravam aumentar a sua capacidade militar. Em Inglaterra e nas Províncias Unidas este processo estimulou o crescimento da participação política; em França, em Espanha e em muitos outros Estados, reduziu-a. Em contrapartida, a organização política que estava no coração da Europa, o Sacro Império Romano, fez esforços esporádicos para aumentar o seu estatuto militar, mas acabou por ser efetivamente neutralizada, em parte porque os alemães não confiavam uns nos outros e em parte porque as potências vizinhas queriam assegurar-se de que os recursos da Alemanha não eram utilizados contra elas. É impossível separar aqui fatores internos e externos. Em Vestefália, por conseguinte, o Império foi dotado de uma estrutura constitucional que procurava conciliar as aspirações políticas dos alemães com os requisitos do sistema internacional de Estados. As «liberdades alemãs» expressas no Reichstag e nas várias assembleias territoriais tinham sido preservadas. Estava por ver, porém, se novas pressões geradas pela luta pelo predomínio iriam agora transformar a Alemanha num sistema parlamentar em moldes anglo-holandeses ou num Estado mais monárquico, segundo o modelo francês ou espanhol, ou se ia assistir ao reatamento da tendência para a fragmentação e para a interferência estrangeira que tão extensamente vivera ao longo dos 200 anos anteriores.-

1 Citado in Hugh Thomas, *Rivers of gold. The rise of the Spanish Empire* (Londres, 2003, edição de 2010), p. 494. 2 Citado in Andreas Osiander, *The states system of Europe, 1640-1990. Peacemaking and the conditions of international stability* (Oxford, 1994), p. 79.

3 Ver Jonathan Harris, *The end of Byzantium* (New Haven e Londres, 2010), pp. 178-206. 4

Assim, Daniel Goffman, *The Ottoman Empire and Early Modern Europe* (Cambridge, 2002), pp. 2-3, 9-10, 13 (*re* Profeta Maomé), 19, 222 e *passim*; e Osman Turan, «The ideal of world domination among the medieval Turks», *Studia islamica*, IV (1955), pp. 77-90, especialmente pp. 88-9.

5 Ver Steven Runciman, *The fall of Constantinople, 1453* (Cambridge, 1966), pp. 160-80, e W. Brandes, «Der Fall Konstantinopels als apokalyptisches Ereignis», in S. Kolditz e R. C. Müller (coords.), *Geschehenes und Geschriebenes. Studien zu Ehren von Günther S. Henrich und Klaus-Peter Matschke* (Leipzig, 2005), pp. 453-69. 6 Citado em Iver B. Neumann e Jennifer M. Welsh, «The Other in European Self-definition: an addendum to the literature on international society», *Review of International Studies*, 17, 4 (1991), pp. 327-48 (p. 336). 7 Citado em Peter O'Brien, *European perceptions of Islam and America from Saladin to George W. Bush. Europe's fragile ego uncovered* (Londres, 2009), p. 75. Ver também Rhoads Murphey, «Süleyman I and the conquest of Hungary: Ottoman manifest destiny or a delayed reaction to Charles V's universalist vision», *Journal of Early Modern History*, 5 (2001), pp. 197-221.

8 Theodore Spandounes, *On the origin of the Ottoman emperors*, trad. e coord. Donald M. Nicol (Cambridge, 1997), p. 5.

9 Ver Wim Blockmans e Nicolette Mout (coord.), *The world of emperor Charles V* (Amsterdão, 2004), e Alfred Kohler, *Karl V. 1500-1558. Eine Biographie* (Munique, 1999).

10 John Lynch, *Spain under the Habsburgs.* Vol. I: *Empire and absolutism* (Oxford, 1981), citação p. 38. Sobre Carlos V e a Monarquia Universal ver Franz Bosbach, *Monarchia universalis. Ein politischer Leitbegriff der Frühen Neuzeit* (Göttingen, 1988), pp. 35-64.

11 Ver Geoffrey Parker, *The grand strategy of Philip II* (New Haven e Londres, 1998), p. 4. 12 Neste sentido, Gábor Ágoston, «Information, ideology, and limits of imperial policy: Ottoman grand strategy in the context of Ottoman-Habsburg rivalry», in Virginia H. Aksan and Daniel Goffman (coords.), *The Early Modern Ottomans: remapping the empire* (Cambridge, 2007), pp. 75-103.

13 Sobre Solimão e os príncipes alemães ver Goffman, *Ottoman Empire and Early Modern Europe*, p. 111. 14 As instruções do sultão aos mouriscos e o seu enviado à Flandres são referidos em Andrew C. Hess, «The Moriscos: an Ottoman fifth column in sixteenth-century Spain», *American Historical Review*, 74, 1 (1968), pp. 19-20 15 Ver Esther-Beate Körber, *Habsburgs europäische Herrschaft. Von Karl V. bis zum Ende des 16. Jahrhunderts* (Darmstadt, 2002), p. 20 e *passim*.

16 Citado in Lynch, *Spain under the Habsburgs*, pp. 74-5. 17 Este momento de viragem é realçado por Aurelio Espinosa, «The grand strategy of Charles V (1500-1558): Castile, war, and dynastic priority in the Mediterranean», *Journal of Early Modern History*, 9 (2005), pp. 239-83, especialmente pp. 239-41 e 258-9.

18 Ver Federico Chabod, «"¿Milán o los Países Bajos?" Las discusiones en España sobre la "alternativa" de 1544», in *Carlos V (1500-1558). Homenaje de la Universidad de Granada* (Granada, 1958), pp. 331-72, especialmente pp. 340-41. Agradeço a Carolina Jimenez Sanchez ter-me traduzido este artigo.

19 Volker Press, «Die Bundespläne Karls V und die Reichsverfassung», in Heinrich Lutz (coord.), *Das römisch-deutsche Reich im politischen System Karls V* (Munique, 1982), pp. 55-106.

20 Neste sentido, Alfred Kohler, *Expansion und Hegemonie. Internationale Beziehungen, 1450-1559* (Paderborn, Munique, etc., 2008), pp. 371-84.

21 Olivares a respeito da Flandres é citado em Jonathan I. Israel, *Conflicts of empires. Spain, the Low Countries and the struggle for world supremacy, 1585-1713* (Londres, 1997), pp. 67-8. Para a estimativa da despesa militar espanhola em 1634 ver números em J. H. Elliott,

«Foreign policy and domestic crisis: Spain, 1598-1659», in J. H. Elliott, *Spain and its world, 1500-1700. Selected essays* (New Haven e Londres, 1989), p. 130. 22 Randall Lesaffer, «Defensive warfare, prevention and hegemony: the justifications of the Franco-Spanish war of 1635», *Journal for International Law*, 8 (2006), pp. 91-123 e 141-79. Richelieu sobre «aberturas» é citado in J. H. Elliott, *Richelieu and Olivares* (Cambridge, 1984), p. 123.

23 Citado in Derek Croxton, *Peacemaking inEarly Modern Europe. Cardinal Mazarin and the Congress of Westphalia*, 1643-1648 (Selinsgrove, Pa, and Londres, 1999), p. 271.

24 Citado in Stuart Carroll, *Martyrs and murderers. The Guise family and the making of Europe* (Oxford, 2009), p. 68. 25 Citado in Alison D. Anderson, *On the verge of war. International relations and the Jülich-Kleve succession crises* (1609-1614) (Boston, 1999), p. 51.

26 Para a política de Richelieu em relação aos Habsburgos ver Anja Victorine Hartmann, *Von Regensburg nach Hamburg. Die diplomatischen Beziehungen zwischen dem französischen König und dem Kaiser vom Regensburger Vertrag* (13. Oktober 1630) *bis zum Hamburger Präliminarfrieden* (25. Dezember 1641) (Münster, 1998). 27 Richelieu é citado em Hermann Weber, «Richelieu und das Reich», in Heinrich Lutz, Friedrich Hermann Schubert e Hermann Weber (coords.), *Frankreich und das Reich im 16. und 17*. Jahrhundert (Göttingen, 1968), pp. 36-52 (pp. 39 e 41).

28 Citado em Osiander, *States system of Europe*, p. 28. 29 Este parágrafo é largamente baseado em James D. Tracy, *The founding of the Dutch Republic. War, finance, and politics in Holland*, 1572-1588 (Oxford, 2008), pp. 5-7, 143-5, 238-41 e *passim*. Para as ligações entre a Holanda e o Império ver Johannes Arndt, *Das heilige Römische Reich und die Niederlande 1566 bis 1648. Politisch-Konfessionelle Verflechtung und Publizistik im Achtzigjährigen Krieg* (Colónia, 1998). 30 Rory McEntegart, Henry VIII, *the League of Schmalkalden and the English Reformation* (Woodbridge, 2002), pp. 11-12 e 217-18 (citação p. 17).

31 Citado em R. B. Wernham, *Before the Armada. The growth of English foreign policy, 1485-1588* (Londres, 1966), p. 292.

32 Ver J. Raitt, «The Elector John Casimir, Queen Elizabeth, and the Protestant League», em D. Visser (coord.), *Controversy and conciliation. The Reformation and the Palatinate, 1559-1583* (Allison Park, Pa, 1986), pp. 117-45. 33 Para as reservas de Isabel sobre a expansão territorial nos Países Baixos Para as reservas de Isabel sobre a expansão territorial nos Países Baixos ver Simon Adams, «Elizabeth I and the sovereignty of the Netherlands, 1576-1585», *in Transactions of the Royal Historical Society*, Sixth Series, XIV (2004), pp. 309-19. 34 Ver Michael Roberts, *Gustavus Adolphus* (Londres e Nova Iorque, 1992), pp. 59-72, e «The political objectives of Gustav Adolf in Germany, 1630-2», in Roberts, *Essays in Swedish History* (Londres, 1967), pp. 82-110. As citações de Gustavo Adolfo e o Rijkstag estão em Erik Ringmar, *Identity, interest and action. Acultural explanation of Sweden's intervention in the Thirty Years War* (Cambridge, 1996), p. 112. Oxenstierna é citado em Peter H. Wilson (coord.), *The Thirty Years War. A Sourcebook* (Basingstoke e Nova Iorque, 2010), p. 133. 35 «Swedish Manifesto. 1630», in Wilson (coord.), *Thirty Years War. A Sourcebook*, p. 122. As preocupações sobre a aproximação dos Habsburgos às províncias bálticas são claramente explicitadas nas pp. 123-4. A «liberdade da Alemanha» é invocada no parágrafo final, p. 130.

36 Ver Sigmund Goetze, *Die Politik des schwedischen Reichskanzlers Axel Oxenstierna gegenüber Kaiser und Reich* (Kiel, 1971), pp. 75-90.

37 Citado in Michael Roberts, «Oxenstierna in Germany», in Roberts, *From Oxenstierna to Charles XII. Four studies* (Cambridge, 1991), p. 26.

38 Sobre as perceções espanholas da importância da Alemanha para os holandeses ver Howard Carter, *The secret diplomacy of the Habsburgs*, 1598-1625 (Nova Iorque e Londres, 1964), p. 58. 39 Citado em Osiander, *States system of Europe*, p. 79. 40 Ver Gülru Necipog˘lu, «Süleyman the Magnificent and the representation of power in the context of Ottoman-

Habsburg-Papal rivalry», *The Art Bulletin*, 71 (1989), pp. 401-27, especialmente pp. 411-12. 41 Sobre Solimão e a coroa imperial, ver Goffman, *Ottoman Empire and Early Modern Europe*, pp. 107-8. A importância da Europa central e do Mediterrâneo é realçada em Metin Kunt e Christine Woodhead (coords.), *Süleyman the Magnificent and his age. The Ottoman Empire in the Early Modern world* (Londres, 1995), pp. 24 e 42-3. 42 Citado em Karl Brandi, *Kaiser Karl V. Wenden und Schicksal einer Persönlichkeit und eines Weltreiches* (Munique, 1959), p. 78.

43 Citado em John M. Headley, «Germany, the Empire and Monarchia in the thought and policy of Gattinara», in Lutz (coord.), *Das römisch-deutsche Reich*, p. 18.

44 Ver Henry J. Cohn, «Did bribes induce the German electors to choose Charles V as emperor in 1519?», *German History*, 19, 1 (2001), pp. 1-27.

45 Para a centralidade da Alemanha no pensamento de Carlos V ver Headley, «Germany, the Empire and Monarchia», in Lutz (coord.), *Das römisch-deutsche Reich*, pp. 15-33, especialmente pp. 18-19 (citações pp. 16 e 22). 46 Sobre a importância da «Itália imperial» ver Matthias Schnettger e Marcello Verga (coords.), *Das Reich und Italien in der Frühen Neuzeit* (Berlim e Bolonha, 2000). Sobre o choque imperial entre Maximiliano e Carlos V ver Hermann Wiesflecker, Kaiser Maximilian I. Das Reich, Österreich und Europa an der Wende zur Neuzeit (Munique, 1975) (citação p. 50). Para as ambições imperiais «messiânicas» de Carlos ver Haran, *Le lys et le globe*, pp. 39-40. 47 Citado em Heinrich Lutz, «Kaiser Karl V., Frankreich und das Reich», in Lutz *et al., Frankreich und das Reichim 16. und 17. Jahrhundert*, pp. 7-19 (citação p. 13).

48 Citado em William F. Church, *Richelieu and reason of state* (Princeton, NJ, 1972), p. 287. 49 Stella Fletcher, *Cardinal Wolsey. A life in Renaissance Europe* (Londres e Nova Iorque, 2009), pp. 61-2. 50 Ver C. S. L. Davies, «Tournai and the English crown, 1513-1519», *Historical Journal*, 41 (1998), pp. 1-26, especialmente pp. 11-12.

51 Ver em geral Euan Cameron, *The European Reformation* (Oxford, 1991), pp. 99-110. 52 Ver John W. Bohnstedt, *The infidel scourge of God. The Turkish menace as seen by German pamphleteers of the Reformation era* (Filadélfia, 1968), pp. 12-13 and 23-5.

53 Sobre a ligação entre nação, Reforma e participação ver Dieter Mertens, «Nation als Teilhabeverheissung: Reformation und Bauernkrieg», in Dieter Langewiesche e Georg Schmidt (coords.), *Föderative Nation. Deutschlandkonzepte von der Reformation bis zum Ersten Weltkrieg* (Munique, 2000), pp. 115-34, especialmente pp. 117-18 and 125-32. Ver também Klaus Arnold, « "... damit der arm man vnnd gemainer nutz iren furgang haben" ... Zum deutschen "Bauernkrieg" als politischer Bewegung: Wendel Hiplers und Friedrich Wgandts Pläne einer "Reformation" des Reiches», in *Zeitschrift für historische Forschung*, 9 (1982), pp. 257-313, especialmente pp. 296-307 sobre os planos imperiais de reforma.

54 Ver Andrew Pettegree, *The Reformation and the culture of persuasion* (Cambridge, 2005), especialmente pp. 185-210; R. W. Scribner, *For the sake of simple folk. Popular propaganda for the German Reformation* (Cambridge, 1981); e Peter Lake e Steven Pincus (coords.), *The politics of the public sphere in Early Modern England* (Manchester e Nova Iorque, 2007), especialmente pp. 1-30.

55 Ver Diarmaid MacCulloch, *Reformation. Europe's house divided*, 1490-1700 (Londres, 2003), especialmente pp. 124-5. Sobre o acrescido sentimento de insegurança produzido, interna e externamente, pela Reforma, ver Robert von Friedeburg, *Self-defence and religious strife in Early Modern Europe. England and Germany*, 1530-1680 (Aldershot, 2002).

56 Ver Claus-Peter Clasen, *The Palatinate in European history*, 1555-1618 (Oxford, 1963), especialmente pp. 10-11; e Volker Press, «Fürst Christian I. von Anhalt-Bernburg, Statthalter der Oberpfalz, Haupt der evangelischen Bewegungspartei vor dem Dreissigjährigen Krieg (1568-630)», in Konrad Ackermann e Alois Schmid (coords.), *Staat und Verwaltung in Bayern* (Munique, 2003), pp. 193-216.

57 D. J. B. Trim, «Calvinist internationalism and the shaping of Jacobean foreign policy», in Timothy Wilks (coord.), *Prince Henry revived. Image and exemplarity in Early Modern England* (Londres, 2007), pp. 239. Para um dos mais interessantes agentes da «Internacional calvinista» ver Hugh Trevor-Roper, *Europe's physician. The various life of Sir Theodore de Mayerne* (New Haven, 2006).

58 Cecil a respeito dos príncipes protestantes é citado em David Trim, «Seeking a Protestant alliance and liberty of conscience on the continent, 1558-85», in Susan Doran e Glenn Richardson (coords.), *Tudor England and its neighbours* (Basingstoke, 2005), pp. 139-77 (p. 157).

59 Ver Peter H. Wilson, «The Thirty Years War as the Empire's constitutional crisis», in R. J. W. Evans, Michael Schaich e Peter H. Wilson (coords.), *The Holy Roman Empire, 1495-1806* (Oxford, 2010), pp. 95-114.

60 Ver Heinz Duchhardt, *Protestantisches Kaisertum und altes Reich. Die Diskussion über die Konfession des Kaisers in Politik, Publizistik und Staatsrecht* (Wiesbaden, 1977), pp. 326-30.

61 R. A. Stradling, *Spain's struggle for Europe, 1598-1668* (Londres, 1994). 62 Zúñiga e Onate são citados em Eberhard Straub, *Pax et imperium. Spaniens Kampf um seine Friedensordnung in Europa zwischen 1617 und 1635* (Paderborn e Munique, 1980), pp. 116-17. 63 Ver Brennan C. Pursell, *The Winter King. Frederick V of the Palatinate and the coming of the Thirty Years War* (Aldershot, 2003).

64 Thomas Brockmann, *Dynastie, Kaiseramt und Konfession. Politik und Ordnungsvorstellungen Ferdinands II. im Dreissigjährigen Krieg* (Paderborn, 2009).

65 Ver Heinz Duchhardt, «Das Reich in der Mitte des Staatensystems. Zum Verhältnis von innerer Verfassung und internationaler Funktion in den Wandlungen des 17. und 18. Jahrhunderts», in Peter Krüger (coord.), *Das europäische Staatensystem im Wandel. Strukturelle Bedingungen und bewegende Kräfte seit der Frühen Neuzeit* (Munique, 1996), pp. 1-9; e Christoph Kampmann, *Europa und das Reich imDressigjährigen Krieg. Geschichte eines europäischen Konflikts* (Estugarda, 2008).

66 Citado em R. J. Knecht, *The Valois. Kings of France, 1328-1589* (Londres, 2004), p. 144. 67 Para uma visão geral ver Maurice Keen, «The end of the Hundred Years War: Lancastrian France and Lancastrian England», in Michael Jones e Malcolm Vale (coords.), *England and her neighbours, 1066-1453* (Londres e Ronceverte, W. Va, 1989), pp. 297-311, especialmente pp. 299-301.

68 Para a existência de uma «esfera política» anterior à imprensa e à centralidade das guerras inglesas ver Clementine Oliver, *Parliament and political pamphleteering in fourteenth-century England* (Woodbridge, 2010), p. 4 e passim. 69 Citado em Helen Castor, *Blood and roses* (Londres, 2004), p. 60. 70 Ver G. L. Harriss, «The struggle for Calais: an aspect of the rivalry between Lancaster and York», *The English Historical Review*, LXXV, 294 (1960), pp. 30-53, especialmente pp. 30-31. 71 Alexandra Gajda, «Debating war and peace in late Elizabethan England», *Historical Journal*, 52 (2009), pp. 851-78. 72 Ver Noel Malcolm, *Reason of state, propaganda, and the Thirty Years'War. An unknown translation by Thomas Hobbes* (Oxford, 2007), especialmente pp. 74-8, e Robert von Friedeburg, « "Self-defence" and sovereignty: the reception and application of German political thought in England and Scotland, 1628-69», *History of Political Thought*, 23 (2002), pp. 238-65.

73 Ver Almut Höfert, *Den feind beschreiben. Türkengefahr und europäisches Wissen über das Osmanische Reich 1450-1600* (Frankfurt, 2003), e Robert Schwoebel, *The shadow of the crescent. The Renaissance image of the Turk* (1453-1517) (Nieuwkoop, 1967).

74 Ver Caspar Hirschi, *Wettkampf der Nationen. Konstruktionen einer deutschen Ehrgemeinschaft an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit* (Göttingen, 2005), pp. 12, 159, e passim.

75 Ver Alfred Schröcker, *Die deutsche Nation. Beobachtungen zur politischen Propaganda des ausgehenden 15. Jahrhunderts* (Lübeck, 1974), pp. 116-45, e Joachim Whaley, *Germany and the Holy Roman Empire, 1493-1806*, 2 vols. (Oxford, 2011).

76 Para os trabalhos de Lerma ver Elliott, «Foreign policy and domestic crisis», in *Elliott, Spain and its world*, especialmente, pp. 118-19.

77 Ver Sharon Kettering, *Power and reputation at the court of Louis XIII. The career of Charles d'Albert, duc de Luynes* (1578-1621) (Manchester e Nova Iorque, 2008), pp. 217-42.

78 Para o vital contexto europeu ver Jonathan Scott, *England's troubles. Seventeenth-centuryEnglish political instability in European context* (Cambridge, 2000), e John Reeve, «Britain or Europe? The context of Early Modern English history: political and cultural, economic and social, naval and military», in Glenn Burgess (coord.), *The new British history. Founding a modern state, 1603-1715* (Londres e Nova Iorque, 1999), pp. 287-312. 79 'Resolutions on religion drawn by a sub-committee of the House of Commons», 24 de fevereiro 1629, in S. R. Gardiner, Constitutional documents of the Puritan revolution, 3.ª ed. revista (Oxford, 1906), p. 78. Sobre a ascensão do internacionalismo calvinista em Inglaterra ver David Trim, «Calvinist internationalism and the shaping of Jacobean foreign policy», in Timothy Wilks (coord.), *Prince Henry revived. Image and exemplarity in Early Modern England* (Londres, 2007), pp. 239-58.

80 Ver Alfred Kohler, «Karl V., Ferdinand I. und das Königreich Ungarn», in Martina Fuchs, Teréz Oborni e Gábor Újváry (coords.), *Kaiser Ferdinand I. Ein mitteleuropäischer Herrscher* (Münster, 2005), pp. 3-12. 81 Citado em Hans Sturmberger, «Türkengefahr und österreichische Staatlichkeit», *Südostdeutsches Archiv*, X (1967), pp. 132-45.

82 Ver Winfried Schulze, *Reich und Türkengefahr im späten 16. Jahrhundert. Studien zu den politischen und gesellschaftlichen Auswirkungen einer aüsseren Bedrohung* (Munique, 1978), especialmente pp. 270-97. 83 A declaração de 1575 é citada em Geoffrey Parker, The Dutch Revolt (Harmondsworth, 1990), p. 146. M. C. *«t Hart, The making of a bourgeois state. War, politics and finance during the Dutch revolt* (Manchester, 1993), pp. 216-17, aponta que a guerra e a formação do Estado não levam necessariamente ao absolutismo.

84 Sobre o fecho da fronteira nortenha de Inglaterra ver Jane E. A. Dawson, «William Cecil and the British dimension of early Elizabethan foreign policy», *History*, 74 (1989), pp. 196-216 (citação de Cecil p. 209). Para a conceção inglesa da Escócia num contexto europeu mais amplo em vez de só «britânico» ver Roger A. Mason, «Scotland, Elizabethan England and the idea of Britain», *Transactions of the Royal Historical Society*, Sexta Série, 14 (2004), pp. 279-93 (especialmente p. 285). Ver também William Palmer, *The problem of Ireland in Tudor foreign policy 1485-1603* (Woodbridge, 1995), p. 79 e *passim*, e Brendan Bradshaw e John Morrill (coords.), *The British problem, c. 1534-1707. State formation in the Atlantic archipelago* (Basingstoke, 1996).

85 Os comentários do representante de Filipe aos «Moriscos» são citados em Lynch, *Spain under the Habsburgs*, p. 227. 86 Este parágrafo baseia-se em grande em Hess, «The Moriscos: an Ottoman fifth column», pp. 1-25. 87 Már Jónsson, «The expulsion of the Moriscos from Spain in 1609-1614: the destruction of an Islamic periphery», *Journal of Global History*, 2 (2007), pp. 195-212, sublinha a dimensão da segurança, especialmente p. 203. 88 Sobre a ligação entre tolerância e a necessidade de mobilizar contra os otomanos ver M. A. Chisholm, «The Religionspolitik of Emperor Ferdinand I (1521-1564)», *European History Quarterly*, 38, 4 (2008), p. 566. 89 Niccolò Machiavelli [Maquiavel], *The discourses*, coord. Bernard Crick (Harmondsworth, 1970), com citações (por ordem de aparição) nas pp. 98, 100-102, 152, 168, 300, 252, 255, 130, 124, 259 e 122-3. Ver também Mikael Hörnqvist, *Machiavelli and empire* (Cambridge, 2004).

90 Sobre o inquérito inglês a respeito da queda de França ver Catherine Nall, «Perceptions of financial mismanagement and the English diagnosis of defeat». Agradeço à Dra. Nall ter-me

permitido consultar este texto inédito. 91 Uma observação feita por Steven Gunn, David Grummitt e Hans Cools, *War, state, and society in England and the Netherlands, 1477-1559* (Oxford, 2007), pp. 329-34.

92 Ver Wallace MacCaffrey, «Parliament and foreign policy», in D. M. Dean e N. L. Jones (coords.), *The parliaments of Elizabethan England* (Oxford, 1990), pp. 65-90, especialmente pp. 65-7. 93 Sobre o elo entre uma monarquia forte e o êxito da política externa ver Emmanuel Le Roy Ladurie, *The royal French state, 1460-1610*, trad. Judith Vale (Oxford e Cambridge, Mass., 1994). Ver também Steven Gunn, «Politic history, New Monarchy and state formation: Henry VII in European perspective», *Historical Research*, 82 (2009), pp. 380-92. 94 John Guy, «The French king's council, 1483-1526», in Ralph A. Griffiths e James Sherborne (coords.), *Kings and nobles in the later Middle Ages* (Gloucester e Nova Iorque), pp. 274-87. Ver também Emmanuel Le Roy Ladurie, *Royal French state*, especialmente pp. 54-78.

95 Lynch, *Spain under the Habsburgs*, pp. 50-51, 59, 63-4, 92-3 e 97. 96 Citado em James D. Tracy, *The founding of the Dutch Republic. War, finance, and politics in Holland, 1572-1588* (Oxford, 2008), p. 26.

97 Os camponeses do Volga Médio são citados em Valerie Kivelson, «Muscovite "Citizenship": rights without freedom», *Journal of Modern History*, 74, 3 (2002), pp. 465-89 (citação p. 474). Ver também Hans-Joachim Torke, *Die staatsbedingte Gesellschaft im Moskauer Reich. Zar und Zemlja in der altrussischen Herrschaftsverfassung, 1613-1689* (Leiden, 1974).

98 Jorge Guilherme é citado em Christopher Clark, *Iron kingdom. The rise and downfall of Prussia, 1600-1947* (Londres, 2006), p. 26.

99 A. S. Piccolomini, *Secret memoirs of a Renaissance pope. The Commentaries of Aeneas Sylvius Piccolomini, Pius II. An abridgement*, trad. Florence A. Gragg e coord. Leona C. Gabel (Londres, 1988), p. 62. Agradeço a Anastasia Knox esta referência.

100 Citado em Karl Nehring, Matthias Corvinus, *Kaiser Friedrich III und das Reich. Zumhunyadisch-habsburgischen GegensatzimDonauerraum* (Munique, 1975), p. 130.

101 Sobre a famosa Dieta de julho de 1489, ver Gerhard Benecke, *Maximilian I 1459-1519. An analytical biography* (Londres, Boston, Melbourne e Henley, 1982), pp. 141-6.

102 Ver Peter Schmid, *Der gemeine Pfennig von 1495. Vorgeschichte und Entstehung, verfassungsgeschichtliche, politische und finanzielle Bedeutung* (Göttingen, 1989).

103 Ver Whaley, *Germany and the Holy Roman Empire*, pp. 67-80 e *passim*. 104 Citado em Branka Magaš, *Croatia through history* (Londres, 2008), p. 90. Sobre a resposta inicial da Dieta alemã à ameaça otomana ver Stephen A. Fischer-Galati, *Ottoman imperialism and German Protestantism, 1521-1555* (Nova Iorque, 1972 reed.), pp. 10-17. Estou muito grato a Andrea Fröhlich por ter partilhado comigo o seu conhecimento da Hungria de princípios do século XVI.

105 Ver Thomas Nicklas, *Um Macht und Einheit des Reiches. Konzeption und Wirklichkeit der Politik bei Lazarus von Schwendi (1522-1583)* (Husum, 1995), com citações a pp. 113-14, 116 e 121. 106 Citado em Weston F. Cook, *The hundred years war for Morocco. Gunpowder and the military revolution in the Early Modern Muslim world* (Boulder, São Francisco e Oxford, 1994), p. 83.

107 Sobre Colombo e a cruzada ver Felipe Fernández-Armesto, *Columbus* (Oxford, 1991), pp. 46 e 153-5. 108 Descrição de Bartolomé de las Casas, cujos pai e tio navegaram com Colombo, in Abbas Hamdani, «Columbus and the recovery of Jerusalem», *Journal of the American Oriental Society*, 99, 1 (jan.-mar. 1979), pp. 39-48 (p. 43). Para a reação turca ver Andrew Hess, «The evolution of the Ottoman seaborne empire in the age of the oceanic discoveries, 1453-1525», *American Historical Review*, 75, 7 (1970), pp. 1892-1919,

especialmente pp. 1894 e 1899 (cerco), 1905 e 1908 (oceano Índico).

109 Os motivos ideológicos e estratégicos são sublinhada por Robert Finlay, «Crisis and crusade in the Mediterranean: Venice, Portugal, and the Cape Route to India (1498-1509)», in Robert Finlay, *Venice besieged. Politics and diplomacy in the Italian wars 1494-1534* (Aldershot, 2008), pp. 45-90.

110 Hugh Thomas, *Rivers of gold. The rise of the Spanish Empire* (Londres e Nova Iorque, 2003), pp. 540-54. 111 Sobre o impacto do metal precioso do Novo Mundo ver Patrick Karl O'Brien e Leandro Prados de la Escosura, «Balance sheets for the acquisition, retention and loss of European empires overseas», *Itinerario*, XXIIII (1999), p. 28 e *passim*. A citação é de Lynch, *Spain under the Habsburgs*, p. 38.

112 Para a centralidade da Europa no pensamento de Carlos V ver Hans-Joachim König, «Plus ultra – Ein Weltreichs-und Eroberungsprogramm? Amerika und Europa in politischen Vorstellungen im Spanien Karls V.», in Alfred Kohler, Barbara Haider e Christine Ottner (coords.), *Karl V. 1500-1558. Neue Perspektiven seiner Herrschaft in Europa und Übersee* (Vienna, 2002), pp. 197-222, especialmente pp. 203-4.

113 Contrariamente ao que sustenta Hugh Thomas, *The golden empire. Spain, Charles V and the creation of America* (Nova Iorque, 2011), pp. 362-3, 370-72 e *passim* (contas da distribuição do ouro p. 511). 114 Os parlamentares ingleses são citados em Thomas Cogswell, *The Blessed revolution. English politics and the coming of war, 1621-1624* (Cambridge, 1989), pp. 72-3. Rudyerd é citado em J. H. Elliott, *The Old World and the New 1492-1650* (Cambridge, 1992) pp. 90-91.

115 Para a importância da competição com Espanha pelo controlo do comércio do tabaco ver Thomas Cogswell, « "In the power of the state": Mr Anys's project and the tobacco colonies, 1626-1628», *The English Historical Review*, CXXIII, 500 (2008), pp. 35-64.

116 Sobre o trânsito em dois sentidos no Atlântico em geral ver Susan Hardman Moore, *Pilgrims. New World settlers and the call of home* (New Haven e Londres, 2007).

117 Sobre a importância do Palatinado, a causa protestante na Europa, e a «Cristandade» em geral ver Francis J. Bremer, *Puritan crisis. New England and the English Civil Wars, 1630-1670* (Nova Iorque e Londres, 1989), pp. 27-32, 36-42, 45-50, 55-60, 63-4, 84-7 e 237-9 (citações pp. 63 e 137). Perry Miller, *The New England mind. From colony to province* (Harvard, 1953), p. 25, sublinha que a colina de Winthrop era para ser visível na Europa. Winthrop a respeito da Boémia é citado em Francis J. Bremer, *John Winthrop. America's forgotten founding father* (Nova Iorque e Oxford, 2003), p. 137.

118 A este respeito ver Christoph Kampmann, «Peace impossible? The Holy Roman Empire and the European state system in the seventeenth century», in Olaf Asbach and Peter Schröder (coords.), *War, the state and international law in seventeenth-century Europe* (Farnham, 2010), pp. 197-210.

119 Ver Michael Rohrschneider, *Der gescheiterte Frieden von Münster. Spaniens Ringen mit Frankreich auf dem Westfälischen Friedenskongress (1643-1649)* (Münster, 2007), pp. 90 e 307-11. 120 Karsten Ruppert, *Die kaiserliche Politik auf dem westfälischen Friedenskongress (1643-1648)* (Münster, 1979), pp. 39-42 e 115-16.

121 Citado em Andreas Osiander, *The state system of Europe, 1640-1990. Peacemaking and the conditions of international stability* (Oxford, 1994), p. 74.

122 Ver Lothar Höbelt, *Ferdinand III. Friedenskaiser wider Willen* (Graz, 2008), pp. 224-9. 123 Neste sentido a obra imensamente influente de K. J. Holsti, *International politics. A framework for analysis*, 4.ª ed. (Englewood Cliffs, 1983), pp. 4 e 83-4. Para uma enunciação mais recente desta opinião ver Thomas G. Weiss, *Humanitarian intervention. Ideas in action* (Cambridge,

2007), p. 14.

124 Artigo 8.º. O texto do tratado pode encontrar-se em Clive Parry (coord.), *The consolidated treaty series* (Nova Iorque, 1969), pp. 198-356. 126.

125 Sobre isto, ver Joachim Whaley, «A tolerant society? Religious toleration in the Holy Roman Empire, 1648-1806», in Ole Grell e Roy Porter (orgs.), *Toleration in Enlightenment Europe* (Cambridge, 200), pp. 175-95, em especial pp. 176-7. 126 Ver Derek Croxton, «The Peace of Westphalia of 1648 and the origins of sovereignty», *International History Review*, 21, 3 (1999) pp. 569-91 (citações pp. 589-90).

127 Ver Andreas Osiander, «Sovereignty, international relations, and the Westphalian myth», *International Organization*, 55 (2001), pp. 251-87; Stéphane Beaulac, «The Westphalian legal orthodoxy – myth or reality?», *Journal of the History of International Law*, 2 (2000), pp. 148-77; e Stephen D. Krasner, «Westphalia and all that», in Judith Goldstein e Robert O. Keohane (coords.), *Ideas and foreign policy. Beliefs, institutions and political change* (Ithaca e Londres, 1993), p. 235. Para uma visão sociológica do acordo ver Benno Teschke, *The myth of 1648. Class, geopolitics, and the making of modern international relations* (Londres e Nova Iorque, 2003).

128 Para uma noção do trauma e da destruição ver Peter Englund, *Die Verwüstung Deutschlands. Eine Geschichte des dreissigjährigen Krieges* (Estugarda, 1998), especialmente pp. 343-63, e Thomas Robisheaux, *Rural society and the search for order in Early Modern Germany* (Cambridge, 1989), pp. 201-26. 129 Ver Ian Roy, «England turned Germany? The aftermath of the Civil War in its European context», *Transactions of the Royal Historical Society*, Quinta Série, 28 (1978), pp. 127-44 (especialmente pp. 127-30). 130 Para uma opinião diferente ver David Lederer, «The myth of the all-destructive war: afterthoughts on German suffering, 1618-1648», *GermanHistory*, 29, 3 (2011), pp. 380-403.

2

Sucessões, 1649-1755

O Império [alemão] é o membro principal, a Alemanha é o centro da Europa (...) A

Alemanha é a bola que [as potências] atiram umas às outras (...) A Alemanha é o campo de batalha em que se trava o combate pelo domínio da Europa.

Gottfried Wilhelm Leibniz, 1670 (1)

É de temer que os ataques do Imperador à autoridade dos príncipes imperiais ameace

alterar o governo do Império em tal medida que se torne uma monarquia, consentindo ao Imperador elevar-se a senhor absoluto da Alemanha, o que de facto inverteria o equilíbrio do poder na Europa.

Primeiro Comissário do Ministério dos Estrangeiros de França, 1729 (2)

O acordo de Vestefália trouxe a paz ao centro do sistema de Estados da Europa, mas não por

muito tempo. O Sacro Império Romano – e a coroa imperial – continuou a ser a região mais importante de contestação internacional. As diferenças confessionais continuaram a ser importantes, tanto no Império como mais geralmente na Europa, e explodiram em sucessivos conflitos (3). No cerne destes conflitos, contudo, estava um conjunto de questões críticas de sucessão dinástica e de políticas de poder, a maior parte das quais tinham fundamentalmente a ver com a Alemanha. Ao longo dos cem anos seguintes, mais ano menos ano, os europeus desentenderam-se sobre

como preencher o vácuo deixado por Espanha no Império, que fazer sobre a sucessão à própria coroa espanhola, como dividir as terras da Suécia na Alemanha e no Báltico depois do seu rápido declínio e assim por diante. Mais especificamente, os combates travaram-se em torno de uma série de sucessões dinásticas controversas: em vários principados alemães, pequenos mas estrategicamente cruciais, na coroa imperial, nos tronos de Inglaterra, Escócia e Irlanda, na coroa de Espanha, na da Polónia e finalmente em todo o conglomerado austríaco dos Habsburgos. Cada uma destas controvérsias ateou guerras longas e amargas, referentes ao território do Sacro Império Romano e travadas no seu território.

> Depois de 1648, a constituição alemã estabelecida no Tratado de Vestefália – a

Reichsverfassung – tornou-se não meramente *de facto* mas formalmente o fulcro do equilíbrio de poder europeu. Os estados representados na Dieta imperial estavam sujeitos a um sistema de dupla intervenção. Para impedir os alemães de se desentenderem entre si e assim atraírem potências exteriores ou exportarem instabilidade, o *Reichstag* tinha autoridade para intervir contra os príncipes que violassem as cláusulas do acordo de Vestefália ou que de outro modo causassem qualquer distúrbio que pudesse perturbar a paz da Alemanha e, assim, perturbar a paz de toda a Europa. Os príncipes alemães não eram, pois, formalmente soberanos e o seu espaço de manobra interno, salvo no caso dos maiores, estava na prática bastante circunscrito. Por conseguinte, ao longo dos cem anos seguintes o Império ameaçou com «intervenções imperiais» (*Reichsexecutionen*) – que muitas vezes pôs em prática – os príncipes que punham em perigo a harmonia confessional, exerciam um poder «arbitrário» ou agiam de qualquer outro modo destinado a causar instabilidade; nalguns casos foram suspensos ou até destituídos (4). A Constituição Imperial estava também sob a proteção das duas potências designadas «garantes», Suécia e França, que deviam proteger os interesses de protestantes e católicos, respetivamente, e garantir ambos contra o domínio do Imperador Habsburgo. Desta maneira, a Europa como um todo podia estar segura de que nenhum poder dominaria o Império nem, portanto, todo o sistema de Estados (5).

> Ao mesmo tempo, tendo visto o seu país servir como caminho de passagem durante trinta

anos, os próprios alemães estavam decididos a excluir tanto quanto

possível interferências externas. Concordaram em que isto requeria uma forma mais integrada de governação imperial através dos príncipes reunidos na Dieta imperial. Em teoria, esse era o órgão onde o imperador e os seus estados exerciam o poder soberano do Império. Os territórios ali representados procuravam agora estabelecer uma organização militar imperial que mantivesse a paz internamente e mantivesse de fora as potências estrangeiras. O desenho deste sistema foi delegado, juntamente com todos os outros assuntos que tinham ficado por resolver em Vestefália, à Dieta imperial seguinte, que reuniu em Regensburgo em meados dos anos 1650. Quando morreu o Rei dos Romanos (o Imperador-eleito), Fernando IV, em 1657, os eleitores alemães concordaram, depois de alguma hesitação, em eleger Leopoldo de Habsburgo como seu sucessor, declinando encorajar uma candidatura do jovem Luís XIV, que diplomatas franceses e alguns príncipes alemães menores pró-Bourbon tinham sugerido informalmente. À cautela, todavia, um grande número de territórios conluiou-se sob o patrocínio de França para formar em 1658 a Liga Renana contra a dominação imperial, no mesmo ano em que Leopoldo I era coroado Imperador. Incitados pelos enviados franceses, asseguraram-se também de que a autoridade de Leopoldo continuasse a ser limitada por «capitulações» que ele teve de acordar como condição da sua eleição. Havia alguma premência em manter um equilíbrio pacífico na Alemanha, pois continuavam a grassar conflitos à volta das suas fronteiras oeste e nordeste. A guerra franco-espanhola arrastou-se por mais dez anos depois de Vestefália e perturbou toda a área entre os Países Baixos e o feudo imperial do Franche-Comté (Condado Livre) da Borgonha. Foi decidida pela intervenção da *Commonwealth* inglesa, onde o Lorde Protetor, Oliver Cromwell, detendo-se apenas para submeter a Irlanda e os escoceses, fez da prossecução da cruzada protestante na Europa, que a fação parlamentar há tanto pedia, a sua primeira prioridade. Ao contrário das expectativas, contudo, os holandeses recusaram-se a misturar na causa comum as suas diferenças coloniais e comerciais com Londres. Rejeitaram mesmo a oferta de Inglaterra de deixar cair a Lei da Navegação de 1651, a lei que estipulava que todo o comércio com a ilha devia ser levado a cabo em navios ingleses, em troca da aliança anti-Habsburgo, forçando Cromwell a esmagá-los militarmente em 1653-54. Seguiu-se a este triunfo uma intervenção humanitária naval e diplomática coroada de êxito em favor dos protestantes valdenses, que gemiam sob o jugo do duque de Saboia, católico. Cromwell lançou finalmente um ataque a fundo contra a Espanha, que ele continuava a considerar o anticristo e Monarca Universal (6).

A cruzada de Cromwell contra Espanha iniciou-se por fim em 1655,

com uma expedição às

Caraíbas que conquistou a Jamaica. O objetivo estratégico por trás deste «desígnio ocidental» não era talhar um novo Império inglês no ultramar, mas privar os espanhóis de recursos coloniais que alimentassem uma hegemonia europeia. Como observou o antigo plantador das Índias Ocidentais Thomas Gage, «o estado florescente e a força da Casa de Áustria (principal força e pilar de Roma)» era atribuível às «minas [de prata] americanas; que sendo tiradas à Áustria [significando mais geralmente os Habsburgos], a tripla coroa de Roma depressa cairia e declinaria». O golpe principal, no entanto, havia de ser desferido na própria Europa. Com este intuito, Cromwell concluiu uma aliança com França em 1657. Por sua insistência, Mazarino concordou em suavizar as restrições aos huguenotes. Um ano mais tarde, os exércitos conjuntos infligiram uma derrota decisiva aos espanhóis na batalha das Dunas. Madrid chegou a um acordo com Londres e Paris na Paz dos Pirenéus, em 1659. O tratado estipulou que aquelas montanhas que «antigamente separavam as Gálias das Espanhas formarão doravante a divisória entre os dois reinos»; Inglaterra anexou Dunquerque como testa-de-ponte continental através da qual podia prosseguir os seus interesses na Europa. Cromwell morreu em 1658 e, após um curto interlúdio, os ingleses, cansados de discórdia interna e de guerra estrangeira, restauraram a monarquia dos Stuarts com Carlos II (7). A breve irrupção inglesa na Europa tinha acabado e a paz regressou aos Países Baixos.

A norte e a leste, a luta pelo predomínio na Escandinávia e no Báltico ameaçou transbordar

para o Sacro Império Romano. Aqui, o Brandeburgo-Prússia estava na linha da frente. Em Vestefália, o eleitor assegurou o seu flanco norte por meio da aquisição da parte de leão da Pomerânia e arredondou a sua posição no Norte da Alemanha com os territórios de Magdeburgo, Halbertstadt, Kammin e Minden. Governava agora um principado maior do que a Saxónia, até então a primeira potência protestante alemã. Mas o Brandeburgo emergiu também do conflito com um profundo trauma geopolítico, tendo sido impotente para impedir as partes em guerra de atravessar e pilhar à sua vontade o território. Além disso, em Vestefália, a sua principal rival, a Suécia, tinha ganho uma posição na Pomerânia Ocidental, no próprio limiar do principado. Pior ainda, os suecos estavam a fazer bons progressos na sua guerra contra a Polónia, ameaçando assim envolver Brandeburgo por dois lados (8). Só em maio de 1660, quando a guerra chegou ao fim com o Tratado de Oliva, pôde o Grande Eleitor soltar um suspiro de alívio. Era claro, todavia, que a longo prazo não seria possível

evitar uma confrontação com a Suécia. No seu «Testamento Político», o Grande Eleitor avisou mais tarde que embora a paz fosse desejável, preparação e prevenção eram ainda melhores. «Uma coisa é certa», escreveu, «quem ficar parado e pensar que o fogo ainda está longe das suas fronteiras não tardará em ver as suas terras transformadas no palco em que a tragédia será representada» (9).

O fim da guerra na Alemanha e o permanente conflito na Europa teve um profundo efeito nas

políticas internas em toda a Europa. Nos anos de 1630 os franceses tinham deixado de lutar uns com os outros em grande parte porque o seu país tinha entrado em guerra com Espanha pelo controlo do Império. O conflito na Alemanha, todavia, desencadeara uma nova ronda de agitação interna em França. A política externa ativista de Richelieu, que foi continuada depois da sua morte, em fins de 1642, pelo cardeal Mazarino, seu sucessor, havia muito que era altamente controversa entre a elite francesa. Ambos os homens eram acusados de atropelar privilégios tradicionais a fim de prosseguirem e financiarem a guerra; mais, pensava-se que o seu controlo do poder era sinónimo de conflito permanente na Europa. Quando Mazarino propôs entrar em guerra com Espanha e conquistar os Países Baixos, muito embora já tivesse sido assegurado o equilíbrio de poder na Alemanha, o frágil consenso interno desintegrou-se. Pouco tempo depois da assinatura dos tratados de Vestefália em 1648, os parlamentos e amplos sectores da nobreza irromperam numa revolta conhecia como as Frondas. Reagiam tanto ao sentido da política externa régia como às políticas de impostos centralizadoras necessárias para financiar o esforço militar contra Espanha (10). Mazarino era acusado ao mesmo tempo de não defender as fronteiras de França, de «continuar a guerra como pretexto para a sua tirania e os seus roubos», de afastar aliados e de «perder territórios que nos eram deixados em tratados que ele quebrou» (11). As forças reais só em 1653 conseguiram ter completamente dominada a situação. A monarquia francesa foi obrigada a reconhecer que tal como precisava de uma ameaça externa para manter a unidade interna, precisava de unidade interna para conter os perigos externos.

Mais a leste, o impacto da guerra estava a ter efeitos diferentes e variados. Na Comunidade da

Polónia a fraqueza da coroa perante as pressões externas tornou-a incapaz de evitar a instituição em 1652 do *liberum veto*, uma convenção constitucional pela qual o voto discordante de um único nobre polaco podia paralisar o Parlamento nacional, ou *Sejm*. Dado

que a nobreza era muito numerosa, uns 10 % da população tinham direito a votar, proporção maior do que em qualquer outro lugar da Europa, incluindo Inglaterra. Isto podia ter dado um impulso participativo ao poder do Estado, como tinham feito as assembleias holandesa e inglesa. Na prática, porém, não era mais do que um quezilento amontoado de uns 50 estados semi-soberanos, chefiados por magnatas, muitos dos quais podiam dispor de considerável músculo militar independente. E dado que um só voto contrário bastava para bloquear uma resolução parlamentar, na prática o *Sejm* estava paralisado em todas as questões substanciais. O resultado era uma anarquia incipiente. Se o *Sejm* se tivesse tornado um foro para a expressão do interesse nacional polaco com a mobilização dos recursos necessários, o enorme potencial de uma comunidade populosa que se estendia do Báltico ao mar Negro ter-se-ia concretizado. Em alternativa, um príncipe forte podia ter rompido o impasse constitucional e ter imposto uma forma qualquer de absolutismo, na linha dos de França ou da Prússia. De uma ou de outra maneira, o acréscimo da força polaca que daí resultaria teria reduzido à insignificância potências vizinhas como a Suécia e a Prússia.

> Como o Grande Eleitor, os czares tinham emergido das perturbações do século XVII decididos a

criar uma estrutura interna que fosse ao mesmo tempo estável internamente e capaz de defender e expandir as fronteiras do Estado. Em 1649, foi promulgado um novo código das leis da servidão que criava uma ordem socioeconómica que acorrentava o campesinato à terra e a nobreza ao serviço público. Sob a direção de um estadista visionário, Afanasin Ordin-Nashchokin, que na prática foi o primeiro chanceler russo, arquitetou-se um plano sistemático de desenvolvimento interno, incluindo a simplificação e abolição de portagens e a criação de uma marinha mercante. O objetivo era criar um Estado burocrático ao estilo «alemão», capaz de resistir às investidas do exterior e servir de veículo às ambições expansionistas dos Romanovs. As instituições representativas da Moscóvia desempenharam, contudo, um papel importante em tudo isto. É certo que a Duma boiarda – um conselho das famílias mais notáveis – era nomeada pelo próprio czar. Os seus membros aconselhavam-no nos assuntos internos e externos e serviam no Exército, no sistema judiciário, no corpo diplomático e na administração. A *Zemskii Sobor*, ou «Assembleia da Terra», por outro lado, era genuinamente representativa e não só nobres mas também clérigos, comerciantes, habitantes da cidade e até alguns camponeses eram eleitos para ela. A *Zemskii Sobor* desempenhou um papel crucial na política interna e externa ao longo de todo o século, elegendo um novo czar em 1613,

levantando impostos e tropas para guerras contra a Polónia. Debateu e aprovou a lei da servidão de 1649 e nos anos 1650 a *Zemskii Sobor* foi convocada duas vezes para considerar se os cossacos da Ucrânia deviam ser postos sob a proteção do czar. À medida, porém, que o poder real estabilizou, a *Zemskii Sobor* remeteu-se de bom grado a um papel secundário. Ao contrário da Inglaterra e da França do século XVII, por conseguinte, a monarquia russa e as suas assembleias representativas não foram mutuamente antagonistas, mas empenharam-se num projeto comum de autoafirmação nacional.

> A transformação mais fundamental, no entanto, teve lugar em Brandeburgo-Prússia. O Grande

Eleitor argumentou que a natureza excecionalmente exposta da comunidade política prussiana, entalada entre polacos, suecos e o imperador, requeria uma estrutura interna excecionalmente rigorosa que sustentasse a sua defesa. «As alianças são boas, com certeza», escreveu, «mas as nossas próprias forças são ainda melhores. Podemos confiar nestas com mais segurança». Isto tinha profundas implicações para a relação do Eleitor com as suas assembleias representativas. Na leitura dele, estas tinham-se recusado a resistir à campanha dos Habsburgos pela Monarquia Universal em razão da sua parcimónia, paroquialismo e medo da tirania de um príncipe no seu território; tinham mesmo declinado de forma vincada financiar os seus planos para atacar os suecos em 1649. Alguns destes corpos ainda mantinham representação diplomática separada em capitais vizinhas e os da Prússia Ducal (Leste) tendiam a simpatizar com a mais livre Comunidade Polaca, que ficava mesmo do outro lado da fronteira. Nenhum deles, na opinião do Eleitor, mostrava qualquer sentido da responsabilidade: eram, para citar um dos seus funcionários, «indiferentes à defesa do [seu próprio] país» (12). A segurança do Estado requeria que a sua independência fosse eliminada.

> Em maio de 1653 os estados reuniram-se sob a sombra da crescente ameaça sueca e das

acrescidas exigências financeiras do Reichstag para pagamento da defesa comum do Império. O Grande Eleitor exigia um sistema de financiamento do Estado que lhe permitisse prosseguir uma política de «defesa armada» que salvaguardasse o seu «estatuto». Sob intensa pressão, os estados reconheceram finalmente as exigências da «necessidade» e concordaram em prescindir do seu direito de aprovar impostos. Conservaram extensos direitos feudais sobre o campesinato e foi-lhes outorgado um papel privilegiado no Exército e na administração, mas o seu papel consultivo foi severamente reduzido.

Tinha assim cumprido a sua ameaça anterior de excluir os estados de «todas as questões importantes de vida ou morte» (isto é, política externa e guerra). Dois anos depois o Grande Eleitor estabeleceu o Comissariado Geral da Guerra para mobilizar mais eficazmente recursos para a guerra. No prazo de duas décadas tinha multiplicado por dez o seu Exército (13). Alguns dos mais remotos territórios a ocidente continuaram, porém, a desafiar o poder do príncipe; o absolutismo prussiano continuava a ser um trabalho por acabar (14). Na Suécia, do mesmo modo, as pressões da guerra acabaram por persuadir a elite política a restaurar o poder monárquico, reduzir a influência do Rijkstag e acordar uma profunda restruturação interna para aumentar os recursos fiscais e militares disponíveis para a defesa e para a projeção de poder no exterior.

> Em 1661, Luís XIV de França tomou nas suas mãos as rédeas do poder, à morte do cardeal

Mazarino. Estava decidido a alcançar a glória, tanto para si pessoalmente como para França, em parte como fim em si mesmo e em parte para escorar a monarquia internamente; as Frondas não tinham sido esquecidas. Numa medida de que muitas vezes não tiveram consciência quer os contemporâneos quer a posteridade, as políticas de Luís XIV foram também guiadas pela busca da segurança. Pois a situação estratégica básica da monarquia não tinha mudado: os Habsburgos ainda cercavam França pelo Norte, pelo Leste e pelo Sul. Gigantescos exércitos espanhóis permaneciam no Sul dos Países Baixos, no Franche-Comté e na Lombardia, bem como abaixo dos Pirenéus. Luís XIV respondeu a este aperto tentando empurrar os espanhóis para mais longe da sua fronteira norte, expandir-se constantemente para leste na Borgonha, na Alsácia e na Lorena, disputar o Norte da Itália e prosseguir uma diplomacia de «salto ao eixo» com os príncipes alemães protestantes do Império, a Suécia e o Império Otomano. Esperava colocar um candidato francês no trono polaco e assim envolver os Habsburgos austríacos por ambos os lados, oferecendo-se para mediar entre aquele país e a Rússia (15). As reivindicações «históricas» da Monarquia, não meramente quanto às terras contíguas de fala francesa, mas também quanto a todos os territórios em tempos detidos pela coroa francesa, reavivaram-se. A sua iconografia «Augustiniana» remontava aos tempos de Roma (16), enquanto a sua estratégia geral se centrava no Sacro Império Romano, por motivos tanto ideológicos como estratégicos. Manifestou um forte interesse no título imperial alemão, mesmo depois da sua mal-sucedida candidatura informal em finais dos anos 1650, se não em seu

próprio nome pelo menos no do seu filho e herdeiro, o Delfim (17). Luís XIV estava também decidido a proteger a sua fronteira norte e leste do ataque de espanhóis e de forças aliadas estacionadas no Império. Prometeu por conseguinte, em 1664, «aplicar-se mais do que nunca aos assuntos alemães» (18).

> As ambições de Luís XIV requeriam um programa exaustivo de transformação interna que as

sustentasse. Em 1666, o enérgico marquês de Louvois tornou-se ministro da Guerra e três anos depois empreendeu uma série de reformas militares, estabelecendo comissários de guerra, nomeando quartéis-mestres e estandardizando o armamento. Sob a sua supervisão a nobreza francesa foi realmente recrutada para o serviço militar, através de uma subtil mescla de persuasão e coerção (19). O Exército real foi transformado numa temível força combatente, desfrutando de um completo monopólio da força dentro do Reino e de uma tremenda reputação em toda a Europa. A aristocracia nunca mais recuperou a posição que tinha mantido até tempos ainda tão recentes como eram o das Frondas e foi forçada a mostrar obediência a um rei cada vez mais autoritário. Em 1666, foi introduzida uma política pró-natalista, a fim de aumentar a população e, assim, o poder financeiro e militar do monarca (20). Entretanto Jean-Baptiste Colbert pôs em ordem as finanças reais, obrigou ao pagamento dos impostos, estimulou as manufaturas e o comércio. Promoveu também o estabelecimento de uma «Nova França» no ultramar, especialmente no Canadá, destinada a garantir o prestígio e os recursos para a luta europeia e a negar os mesmos aos inimigos da monarquia. Para Colbert a atividade económica era simplesmente a continuação da guerra por outros meios. Tudo isto, contudo, não tornou de modo nenhum «absoluto» dentro de França o poder de Luís XIV. Ainda havia muitas restrições regionais, corporativas e outras à sua autoridade; o potencial demográfico e financeiro de França ainda não fora totalmente dominado (21).

> Não só a sociedade francesa foi fortemente moldada pelas aspirações a grande potência de

Luís XIV como ele sabia que o estatuto europeu do rei era também um fator crucial na alicerçagem do apoio interno à monarquia. Mesmo no distante Languedoque, por exemplo, a reivindicação pela dinastia de defender a França contra o protestantismo interna e externamente e frustrar «os perniciosos desígnios» dos Habsburgos era crucial para a sua legitimidade. As elites locais celebravam os imparáveis raios do «sol de França» e esperavam o «justo castigo pela temeridade»

daqueles que se atrevessem a desafiá-lo. «Sempre que o Rei ganha uma batalha, toma uma cidade ou submete uma província», lamentava um dos críticos de Luís, o povo francês «acende fogueiras e qualquer pessoa menor se sente elevada e associa à grandeza do Rei a sua própria; isto compensa-a de todas as perdas e consola-a em toda a sua infelicidade» (22). Tudo isto podia potencialmente ser um tiro a sair pela culatra, é claro, pois o que fosse visto como fracasso na cena europeia danificaria severamente o poder régio dentro de França.

> Estava agora montada a cena para uma investida diplomática e militar no Império. Em

setembro de 1665, Filipe IV de Espanha morreu. Luís XIV – que era casado com uma filha de Filipe – não tardou a apresentar as suas reivindicações a territórios dos Habsburgos nos Países Baixos com base na «Lei da Devolução» brabantina. Era esta «Lei» um costume local pelo qual as filhas tinham direitos de herança na lei civil; nunca fora destinado a aplicar-se à política internacional. Quando estas reivindicações foram rejeitadas, em maio de 1667 Luís XIV lançou-se na «Guerra da Devolução», esmagando as forças espanholas e anexando algumas regiões estrategicamente importantes na sua fronteira norte. Os seus flancos norte e sul estavam guardados por Inglaterra, cujo monarca, Carlos II, em apertos de dinheiro, vendera Dunquerque a Luís XIV cinco anos antes. Além disso, dado que era casado com Catarina de Bragança, o rei inglês apoiava militarmente a campanha portuguesa pela independência, enfraquecendo assim ainda mais a Espanha e retirando forças espanholas para sul dos Pirenéus. Os holandeses não intervieram, em parte porque os distraía a guerra com Inglaterra, mas principalmente porque o Grande Pensionário, Johan de Witt procurava apaziguar Luís XIV em vez de o confrontar. Cedo se tornou claro, porém, que a ofensiva de Luís XIV contra os Países Baixos era apenas o início de uma campanha muito mais ampla pela própria Alemanha dentro. Os requisitos de segurança de França exigiam nada menos do que aquilo a que o seu enviado a Mainz chamava «uma barreira ao longo de todo o curso do Reno, chegando mesmo até Colónia» (23). Tudo isto era acompanhado de expressões de renovado interesse na coroa imperial: os tratados concluídos com aliados como a Baviera e o Brandeburgo incluíam agora rotineiramente cláusulas em que se comprometiam a apoiar a candidatura de Luís XIV numa futura vaga.

> De momento, porém, não havia muito que os Habsburgos austríacos pudessem fazer a esse

respeito. Era claro desde o princípio da década que os otomanos

estavam prestes a reatar a sua progressão na Hungria, há muito suspensa. Em abril de 1663, com algum encorajamento sub-reptício dos franceses, declararam guerra aos Habsburgo austríacos. A sua campanha terminou numa desastrosa derrota na batalha de São Gotardo. Os austríacos, contudo, foram impedidos de explorar a sua vitória por uma intervenção diplomática francesa em favor dos otomanos. A Áustria estava mais uma vez a combater em duas frentes, diplomática e militarmente.

O efeito cumulativo da ameaça franco-turca à integridade do Império estimulou o crescimento

das estruturas constitucionais na Alemanha. Em fevereiro de 1662 tinha sido convocada uma nova Dieta para discutir a ofensiva otomana iminente. Quando se reuniu em janeiro do ano seguinte, o imperador insistiu em que já não podia suportar sozinho o fardo da luta. Leopoldo I apelou para que os delegados providenciassem «segurança ao Império, a nossa querida pátria da Nação alemã, através da discussão em comum e de uma poderosa unidade». Não muito depois a Dieta empenhou-se em pôr cobro ao perigo que Luís XIV representava, especialmente depois da sua invasão da Holanda espanhola. Foi neste ponto que o Reichstag começou a reunir em sessão permanente em Regensburgo, que se tornava agora a capital constitucional do Império. A cidade transformou-se no centro das comunicações do Império, onde as medidas eram debatidas e decididas, embora muitas vezes não executadas na prática; só Londres a batia como plataforma para a distribuição de panfletos, jornais e outros meios de comunicação políticos. Ao longo das duas décadas seguintes a Dieta afirmou o seu direito a declarar «guerra imperial» aos inimigos externos e começou a discutir a melhor maneira de mobilizar os imensos recursos do Império para lidar com eles. Como em Inglaterra, a pressão dos acontecimentos internacionais tinha conduzido a um aumento do poder do Parlamento (24). Estava por ver, todavia, se a Dieta seria capaz de usar a sua nova autoridade para providenciar a defesa da comunidade política alemã ou se as divisões entre as suas partes componentes continuariam a bloquear uma ação concertada.

Entretanto, o resto da Europa observava o avanço de Luís XIV com desconforto crescente. Em

1668, Inglaterra lançou uma tentativa tardia de o conter através de uma Tripla Aliança com a República Holandesa e a Suécia, que estava a exercer o seu papel de potência garante do Império. Depressa ruíu. Graças a subsídios franceses e tropas inglesas, Portugal conseguiu

nesse mesmo ano a sua independência de Madrid, enfraquecendo mais a Espanha. No fim da década, Luís XIV tinha Carlos II firmemente no bolso, concluindo em junho de 1670 o Tratado de Dover, secreto, no qual este se comprometia a apoiar o rei francês em troca da sua ajuda na restauração do catolicismo e do poder monárquico em Inglaterra. Luís visava agora as Províncias Unidas, que via como uma barreira às suas ambições em todo o Noroeste da Europa. Em abril de 1670 anexou o feudo imperial da Lorena, cortando a ligação entre o Condado Livre da Borgonha (Franche-Comté) e a Holanda espanhola. O poder espanhol estava agora a vergar em toda a linha: uma aliança hispano-holandesa em fevereiro de 1672 sublinhou até que ponto a cena europeia tinha mudado. Dois meses mais tarde, Luís XIV atacou: tropas francesas penetraram na Holanda espanhola e marcharam sobre as Províncias Unidas, fazendo debandar os defensores à medida que avançavam. A caminho de atacarem os holandeses pelo leste, irromperam desdenhosamente através de Cleves, que pertencia a um seu aliado, a Prússia. Luís XIV parecia imparável.

> Depressa se tornou claro, no entanto, que o rei francês fora longe de mais. Encostados à

parede, os Estados Gerais holandeses nomearam como *Stadholder* Guilherme de Orange, comandante competente e robusto francófobo. O seu principal objetivo era defender as «liberdades» da Europa – que ele entendia da mesma maneira que a «liberdade alemã» dos príncipes do Sacro Império Romano perante as reivindicações opressoras do imperador – contra as tentativas de Luís XIV para romper o equilíbrio de poder (25). Os irmãos de Witt, arquitetos da política de apaziguamento com a França, foram assassinados por uma turba orangista. A queda iminente da República Holandesa também galvanizou as cortes de Viena e de Berlim e, mais em geral, o Império. Em maio de 1674, o Reichstag declarou uma «guerra imperial» contra Luís XIV – pela primeira vez, a própria França era condenada como «inimiga do Império» – e em junho do mesmo ano já os prussianos estavam empenhados em hostilidades abertas com França. Luís XIV respondeu apoiando os suecos, exercendo pressão sobre o flanco nortenho do Grande Eleitor. Apoiou também o que viria a ser durante quatro anos a revolta de Messina contra o domínio espanhol na Sicília, que eclodiu em 1674. Nesse mesmo ano a Inglaterra juntou-se ao ataque à Holanda. O jovem John Churchill, mais tarde duque de Marlborough, esteve entre os que foram enviados à Alemanha para apoiar Luís XIV contra as forças imperiais. Em agosto de 1674, os holandeses fizeram uma paz separada que garantia a sua independência. Um ano depois os aliados suecos de Luís XIV foram decisivamente derrotados pelo Grande Eleitor em Fehrbellin e

forçados a pedir a paz. Em fins dos anos 1670, contudo, a posição militar espanhola nos Países Baixos começou a esboroar-se. No Tratado de Nijmegen, que pôs termo à guerra em 1678, Madrid foi forçada a fazer mais concessões territoriais a Luís XIV: Saint-Omer, Cambrai e Charleroi, a norte, e especialmente o Franche-Comté foram perdidos. Luís XIV, por seu lado, ainda se sentia vulnerável a ataques dos Países Baixos e em particular da Alemanha (26)

> Tudo isto ministrou um severo choque às políticas internas da maior parte dos Estados

europeus do oeste e do centro. Eclodiu nos anos 1660 e 1970 um apaixonado debate transnacional sobre a melhor forma de lidar com o crescimento do poder francês. Milhares de panfletos, sermões e folhas volantes voaram para trás e para diante, não só em Inglaterra e na Holanda, onde a esfera pública política sempre fora vibrante, mas também no Império (27). Ali, o novo género do *Mercure*, uma revista mensal ou anual, contribuiu substancialmente para aumentar a quantidade e a qualidade da discussão sobre a política estrangeira e imperial. Nem toda a gente concordava que Luís XIV tivesse de ser detido. Muitos *Tories* ingleses, por exemplo, achavam que os holandeses eram uma ameaça comercial e ideológica maior. Na Holanda, havia muitos que concordavam com os de Witt, em que os franceses deviam ser apaziguados, por prudência, senão por simpatia. Também não havia falta de vozes alemãs que por esta ou aquela razão viam Luís XIV como uma ferramenta útil contra o *hegemon* local. Em termos gerais, contudo, os europeus, fossem católicos ou protestantes, príncipes ou parlamento, concordavam que o rei francês visava uma Monarquia Universal segundo o modelo de Carlos V. Para os protestantes havia mesmo o derradeiro horror do papismo de Luís XIV e da sua aspiração a completar o trabalho da Contrarreforma europeia (28).

> A Alemanha era a chave. Era o controlo do Império que Luís XIV queria, a fim de tirar partido

dos seus recursos e do seu prestígio. Estava agora espalhado na Alemanha o medo de que Luís XIV pudesse ter êxito na sua reivindicação da coroa imperial e talvez até tentar assassinar o imperador (29). Para os *Whigs* ingleses, a ideia de que o equilíbrio europeu e as liberdades inglesas deviam ser defendidas nos Países Baixos e no Império era tão axiomática como havia sido para os parlamentaristas nos anos 1620 (30). Assim, Sir Thomas Littleton avisou o parlamento, em abril de 1675, do perigo mortal que emanava do «alargamento» que Luís XIV fizera do seu Império na Flandres, na

Alemanha, no Franche-Comté e noutros lugares» (31). Os *Whigs* atacavam agora persistentemente a política estrangeira de Carlos II, chegando as críticas ao auge nas sessões parlamentares de 1677-8, e tentaram limitar a prerrogativa real com o fundamento dos seus alegados fracassos (32).

> Tudo isto pôs em agudo relevo a situação do Império. A Dieta não interviera em apoio da

Holanda espanhola durante a Guerra de Devolução (33). Também tinha permitido que o pedido de ajuda do duque da Lorena, em 1670, ficasse por atender. O ataque às Províncias Unidas, porém, sacudiu imediatamente os alemães da sua complacência. As depredações de Luís XIV no Palatinado nos anos 1670 e o seu tratamento da Alemanha em geral inspirou uma profunda execração e um apaixonado sentimento de vitimização nacional. A opinião popular e panfletária denegria-o como «o turco cristão», o «primogénito de Satã», um anticristo puro e simples. Mais em geral, os franceses eram condenados como pervertidos sexuais corruptos e frívolos, escravos dos caprichos tirânicos do seu monarca. O antagonismo alemão a Luís XIV não se baseava apenas num nacionalismo primitivo ou na xenofobia. As suas pretensões absolutistas e a sua intolerância religiosa estavam em contradição direta com as noções tradicionais de *deutsche Freiheit* («liberdade alemã»), a defesa dos estados imperiais na sua dupla qualidade de governantes locais e representantes no Reichstag (34). As guerras contra França eram assim também em grande parte guerras de ideologia. Para muitos alemães, tanto como para os holandeses e os *Whigs* ingleses, Luís XIV representava uma ameaça mortal para o modelo de coexistência política e confessional que tão meticulosamente tinham desenvolvido por tentativa e erro ao longo de muitos séculos. Não estavam a defender só o «solo» alemão, mas também as «liberdades» alemãs.

> Os desafios estratégicos da última parte do século XVII estimulavam apelos à reforma do

Reichskriegsverfassung, a constituição militar imperial. Poucos podiam discordar de Samuel von Pufendorf quando num famoso folheto, publicado sob pseudónimo em 1667, apelava a uma maior «unidade interna» no Império e condenava a medida em que os tratados de Vestefália davam a «estrangeiros [potências estrangeiras] a oportunidade de moldar a Alemanha conforme as suas próprias particulares vontades» (35). Mais controversa era a sugestão de Pufendorf de um conselho imperial para assessorar o imperador sobre política externa, ressuscitando uma ideia de finais do século XV. Outros

sugeriam que a representação no Reichstag devia estar ligada ao número de homens fornecidos para a defesa comum. A maioria, contudo, ainda desconfiava de um Exército permanente imperial. Isso, prevenia Pufendorf, levaria a um «despotismo militar». De momento, por conseguinte, os alemães queriam os fins, mas ainda não estavam prontos para querer os meios (36). Cada vez mais a batalha pela Europa estava a ser travada não só no próprio continente, mas também nas esferas comercial e colonial. Segundo a predominante doutrina económica «mercantilista», o comércio era um jogo de soma zero. Colbert sustentava que um Estado «só podia melhorar o seu comércio, a sua marinha mercante ou as suas fábricas tirando alguma coisa ao comércio, à navegação ou à indústria de outro país». Os que chegavam mais tarde procuravam «imitar» os seus concorrentes mais bem-sucedidos (37). Capturar tantas colónias ultramarinas e uma tão grande fatia do comércio mundial quanto possível ou negá-las aos inimigos tornava-se assim uma parte central da estratégia geral. Isto nunca foi na própria Europa um fim em si mesmo, mas sempre um meio para alcançar um propósito mais amplo. Em Madrid, por exemplo, a perda de autoridade na Europa Central e do Noroeste depois da Guerra dos Trinta Anos conduziu a um maior esforço além-mar para assegurar os recursos necessários a restaurar a posição espanhola nos Países Baixos e no Império (38).

> As investidas de Luís XIV tinham melhorado bastante a segurança fronteiriça francesa. O seu

principal engenheiro, Sébastien de Vauban, tinha fortificado extensamente a nova fronteira norte e leste depois da Paz de Nijmegen. O rei francês, porém, estava decidido não só a tornar-se invulnerável a ataques, mas também a imitar Richelieu, estabelecendo «portais» para os Estados vizinhos que os mantivessem na linha. Já detinha Pinerolo, a fortaleza-chave do Norte de Itália, e em 1681 anexou a vizinha Casale, cercando de facto a Saboia. Mas a principal preocupação de Luís XIV era o Império. Devido à fraqueza de Espanha, não vinha grande ameaça da Flandres, enquanto a Inglaterra de Carlos II e do seu sucessor a partir de 1685, Jaime II, era amistosa e internamente instável. A principal ameaça vinha dos austríacos a leste, apoiados pelos holandeses, e, talvez, dos prussianos. Havia sido a intervenção das potências alemãs, Áustria e Prússia, a salvar as Províncias Unidas nos anos 1670. De modo que a partir de 1680 Luís XIV estabeleceu as Câmaras de Reunião, tribunais destinados a desenvolver títulos históricos espúrios que lhe permitiriam «reunificar» – por outras palavras, anexar – territórios alemães na sua fronteira leste. Em outubro de 1681, tropas francesas ocuparam Estrasburgo, no Reno. Luís XIV, contudo, queria mais, pois cada novo

avanço criava apenas novas dificuldades. As Câmaras de Reunião incrementaram o seu trabalho. Vendo o que lhe estava destinado, Espanha lançou um ataque preventivo gorado em dezembro de 1683, mas Luís seguiu em frente. Em meados do ano seguinte tinha tomado o Luxemburgo. Tudo isto punha França numa rota de colisão com o Império. «Os alemães», anunciou Louvois em junho de 1684, «devem ser considerados doravante os nossos verdadeiros inimigos» (39).

> Luís pôde agir a ocidente com relativa impunidade porque os austríacos foram uma vez mais

distraídos pela diplomacia francesa de «salto ao eixo». Em princípios de 1683, os turcos reataram o seu avanço para norte levando a reboque um substancial contingente de exilados húngaros cristãos. Em julho estavam às portas de Viena. Leopoldo I fugiu da sua capital, perante a troça dos seus habitantes. Foi salvo pelo papado, para quem a guerra era essencialmente um choque de civilizações. O papa Inocêncio XI não tinha muitos batalhões seus, mas pôde empenhar os substanciais recursos diplomáticos e financeiros da Igreja em apoio de uma cruzada. O papa até se entregou a uma réstia de diplomacia de «salto ao eixo» própria, enviando um emissário ao Xá da Pérsia em 1683, com vista a atacar os otomanos pela retaguarda. Este esquema e um outro plano para persuadir os abissínios cristãos a distraírem o sultão com um assalto ao Egipto não resultaram; a lenda do Preste João custava a morrer, pelos vistos. De forma mais útil, o papa negociou um entendimento russo-polaco, permitindo a ambas as potências concentrarem-se contra os otomanos. O rei polaco, Jan Sobieski, não precisou de muita persuasão para atacar a sul, dado que os otomanos eram uma enorme ameaça para as províncias da Comunidade no mar Negro. Inocêncio XI também organizou e financiou um entendimento austro-polaco. A 11 de setembro de 1683 Sobieski chegou a Viena, uniu-se às forças imperiais e pôs em debandada os otomanos. Nunca mais o *Türkenglocke* tornou a soar na Alemanha. No fim do século XVII era claro que o apelo à unidade cristã contra o infiel, que tinha unido os europeus desde as cruzadas, e os alemães ao imperador, perdera a sua força. Nesse sentido, os turcos tinham sido uma espécie de solução.

> Neste ponto, os «orientais» ganharam a mão em Viena e convenceram o imperador a explorar

até ao fim a sua vantagem sobre os otomanos. Em agosto de 1684 Leopoldo I assinou uma trégua com Luís XIV a fim de ter as mãos livres na Hungria e nos Balcãs. O papa, ansioso por evitar que se desse na Alemanha uma guerra fratricida entre cristãos, encorajou o

imperador e providenciou o financiamento para as campanhas de reconquista dos anos 1680 e 1690. A nobreza húngara e croata aceitava agora um direito automático de acesso ao trono dos Habsburgos. As campanhas subsequentes para expulsar os otomanos da Hungria de uma vez por todas tornaram-se uma cruzada nacional alemã. Em 1685, os hanoverianos, os bávaros, o Círculo Renano, o Círculo Suábio e Colónia enviaram ao todo cerca de 30 000 homens. Eram os esforços militares coletivos mais impressionantes jamais vistos. Houve revivescências turcas periódicas, mas ao longo da década e meia seguinte o quadro geral foi de progressiva derrocada. Os muçulmanos da Eslavónia foram expulsos brutalmente. Buda foi tomada, depois a Transilvânia. A certa altura as tropas austríacas penetraram para sul até Belgrado. Leopoldo I chegou a enviar emissários ao czar em 1684 a pedir-lhe que se juntasse à razia. Os russos uniram-se obedientemente à Santa Liga contra o Turco e em 1687 entraram na Crimeia. Não tardaria muito que os austríacos viessem a lamentar a injunção de Leopoldo.

Entretanto o Império estava aberto a novas acometidas francesas. As coisas chegaram ao

ponto de ebulição, como tantas vezes acontecera no passado, a propósito do Palatinado e do vale do Reno. Em 1685, Luís XIV reivindicou parte do Palatinado através da sua cunhada Elizabeth Charlotte, cujo irmão, Carlos, tinha morrido deixando uma sucessão contestada. Para a maioria dos membros do Império esta exigência representava um desafio mortal à sua segurança. Leopoldo I foi finalmente forçado a tomar conhecimento do que estava a acontecer no ocidente, aceitando o risco de uma guerra em duas frentes. Em agosto de 1685, além disso, o Grande Eleitor de Brandeburgo celebrou uma aliança antifrancesa com os holandeses (40). Os prussianos tinham aprendido uma lição amarga no leste. Podiam derrotar os suecos no campo de batalha, para os verem ressuscitados na mesa de negociações pelo seu poderoso patrono francês. Se a Prússia queria manter a anterior Pomerânia ia ter de se tornar um protagonista de relevo na cena europeia ou, pelo menos, participar na contenção da França. Ninguém tinha contribuído mais do que Luís XIV para a interligação das várias partes do sistema europeu e ninguém sofreria mais com isso a longo prazo do que ele. Assim, em julho de 1686, Suécia, Espanha, a República Holandesa, o imperador, Brandeburgo-Prússia e muitos outros príncipes alemães uniram-se para formar a Liga de Augsburgo – mais tarde conhecida por «Grande Aliança» – para defrontar a França.

Luís XIV tentou impedir o regresso de tropas austríacas da Hungria

avançando mais para o

interior do Império. «As notícias que o Rei acaba de receber da derrota do exército turco», disse Louvois a Vauban, «fizeram-no julgar necessário levar a fronteira com a Alemanha ao último estádio de perfeição» (41). Em junho de 1688 morreu o Eleitor de Colónia – um velho aliado francês – e Luís XIV manobrou para impor um sucessor amistoso apesar dos protestos alemães. Em fins de setembro de 1688 enviou tropas para o Palatinado, devastando mais uma vez essa região e com ela a sua reputação na Alemanha e, mais em geral, na Europa. «A dor de ter de destruir cidades tão consideráveis como Worms e Speyer», lamentou o seu comandante veterano, o duque de Duras, «leva-me a submeter a Sua Majestade o mau efeito que tal desolação teria na sua reputação e na sua *gloire* no mundo» (42). Nesse mesmo mês, Brandeburgo-Prússia, Brunswick, Hesse e Württemberg prometeram em uníssono um número específico de tropas em apoio de Guilherme de Orange. Não muito depois, o Império declarou guerra ao rei francês. Em maio do ano seguinte os holandeses acordaram com Leopoldo I empurrar os franceses de volta às suas fronteiras do fim da Guerra dos Trinta Anos. Prometeram ajudar o imperador na Sucessão Espanhola e garantir que o seu filho, José, lhe sucedesse na coroa imperial. Este foi eleito Rei dos Romanos a seu tempo, em janeiro de 1690, com o mandato de mobilizar a Alemanha para conter os franceses. Em julho de 1690, a Espanha entrou na guerra contra Luís XIV, a que se juntou em outubro a Saboia. Tinha começado uma nova luta pelo domínio da Alemanha e da Europa.

A ambição aparentemente sem limites de Luís XIV desencadeou uma nova vaga de

transformações internas. Na República Holandesa, Gulherme tinha tido dificuldade em persuadir os estados da ameaça francesa mesmo já tão tarde como nos primeiros anos de 1680. Quando Luís XIV estava a esmagar as guarnições espanholas nos Países Baixos, por exemplo, as assembleias de Groninga e Friesland, que eram as mais distantes do perigo, mandaram recolher as suas tropas, subvertendo por completo as tentativas do *Stadholder* para mobilizar uma dissuasão militar. No fim da década, contudo, até o mais cético oligarca podia ver que Luís XIV tinha de ser contrariado. Nas Províncias Unidas, por conseguinte, a situação estratégica resolveu o duradouro empate entre príncipe e estados em favor do *Stadholder*. Em Inglaterra foi ao contrário. A crítica antimonárquica da política externa inglesa que crescia desde os anos 1660 atingiu novos píncaros com a queda de mais bastiões na Alemanha, especialmente Estrasburgo, que os *Whigs* panfletários descreviam como um «baluarte» do protestantismo alemão e assim da

liberdade inglesa. Mesmo alguns *Tories* panfletários lamentavam a perda das «chaves da Alemanha», embora tendessem a ser mais anti-holandeses do que antifranceses e preferissem operações navais e coloniais a guerras terrestres caras no continente (43).

> Os ingleses não discordavam apenas do sentido daquela política, mas também quanto à melhor

forma de organização interna para defesa do interesse nacional. Muitos *Tories* queriam resistir a Luís XIV, mas sentiam que era necessário apoiar o monarca a fim de lhe dar a força de o fazer. Carlos II explorou este tema até à exaustão. Na abertura do que se esperava que fosse um Parlamento particularmente turbulento, por exemplo, avisou que «as nossas divisões internas [podem] tornar a nossa amizade menos considerável no estrangeiro» (44). Os críticos *Whig*, por outro lado, tomavam cada vez mais as posições puritanas do período pré-Guerra Civil. Nas palavras de um observador, procuravam «não obrigar meramente o Rei a romper a presente aliança com França, mas vinculá-lo a que no futuro lhes desse conhecimento das suas intenções acerca da guerra, embora até então tais assuntos sempre tivessem dependido da vontade de Sua Majestade, uma prerrogativa da coroa». Quando Jaime II lhe sucedeu em 1685, o seu catolicismo declarado alimentou alegações de subserviência para com Luís XIV; a suspensão do Parlamento em novembro de 1685 não fez mais do conduzir a crítica para «fora de portas», para além de Westminster. O rei e os seus críticos estavam de acordo em que a tarefa mais premente era restabelecer a posição europeia de Inglaterra, mas enquanto Jaime II acreditava que a melhor maneira de o fazer era por meio de uma forma de governo mais monárquica e burocrática, dirigida principalmente contra as Províncias Unidas, os *Whigs* propugnavam o governo parlamentar contra a Monarquia Universal francesa. Em finais dos anos 1680 a questão tinha chegado a um ponto crítico. Em junho de 1688 nasceu a Jaime II um herdeiro varão católico, que em última instância receberia, a herança de preferência a Maria e Ana, as duas filhas protestantes do seu primeiro casamento. Um perigo mais imediato era, porém, o que apresentava o movimento de Luís XIV para o Palatinado. Foi este golpe iminente que impeliu Guilherme de Orange a invadir Inglaterra em novembro de 1688. Só a restauração do governo constitucional em Inglaterra, acreditavam os holandeses, tornaria o país capaz de participar na defesa das liberdades contra Luís XIV. O novo rei via-se como líder na terra das forças internacionais de Deus e os seus apoiantes ingleses, como o bispo Burnet, apelaram aos seus compatriotas para que não amuassem na sua ilha, mas agissem como um «Israel» protestante, «uma luz para os gentios», em defesa da liberdade e da verdadeira religião (45). Da

mesma maneira, foi a deterioração da situação europeia, mais do que a perspetiva ainda longínqua de Jaime II ser sucedido por um herdeiro varão católico, que convenceu as chefias *Whigs* de que não tinham outra hipótese que não fosse a de convidar Guilherme como seu «libertador»; quando Jaime fugiu, fizeram-no seu Rei também. Luís XIV não interceptou o *Stadholder* porque esteve convencido até ao último momento de que Guilherme rumava à Alemanha. A «Gloriosa Revolução» inglesa de 1688 era, por outras palavras, um produto do sistema de Estados, empreendida em ordem a restabelecer o peso de Inglaterra nos conselhos da Europa.

> A Guerra dos Nove Anos, entre Luís XIV e muita da Europa Central e Ocidental, que grassou

de 1688 a 1697, foi essencialmente uma guerra europeia, travada principalmente na Flandres, na Renânia-Palatinado e no Norte de Itália. Foi também nessas arenas que ingleses, holandeses e imperialistas despejaram o grosso dos seus recursos. Os Países Baixos, em particular, foram ardorosamente disputados, com a maior proporção do esforço espanhol a ser ali aplicada (46). Mas a guerra também abrangeu uma série de conflitos regionais, como a Guerra da Sucessão Inglesa, que grassou na Escócia e na Irlanda de 1689 a 1691 e, é claro, a Guerra Turca. Todas estas frentes estavam interligadas. Luís XIV apoiou Jaime II contra o Parlamento deste. Guilherme perseguiu-o até à Irlanda, inflingindo derrotas a Jaime em Boyne e Aughrim. Guilherme de Orange desculpou-se a um aliado alemão por «se ver obrigado a ir à Irlanda» onde estaria «desligado do mundo civilizado», mas, uma vez esmagados os jacobitas, depressa estaria em condições de «agir contra o inimigo comum com mais vigor ainda» nos Países Baixos e no Império (47). Luís XIV também incitou os turcos a desviarem para si alguma da pressão a ocidente. Em contrapartida, a diplomacia holandesa e inglesa tentou mantê-los quiescentes de modo a libertar Leopoldo I para maiores esforços no Império. Em 1692, Georg Ludwig de Hanover foi elevado à categoria de Eleitor como pagamento por conta dos seus futuros serviços militares contra os franceses e os turcos, prova uma vez mais da estreita ligação entre a estrutura interna do Império e a mais ampla situação europeia. Tudo isto estimulou ainda mais o crescimento de uma esfera pública europeia. Esta tinha a sua máxima expressão naqueles lugares onde a nação política tinha de ser persuadida a votar homens e dinheiro para operações militares: a Inglaterra, a República Holandesa e as assembleias coloniais da América do Norte. Foi nesta altura que surgiu em Londres uma imprensa periódica independente, para satisfazer a

insaciável procura pública de notícias sobre o continente. Mas até no Império, onde a ligação entre a opinião popular e a ação política ou militar era menos direta, as pessoas letradas estavam determinadas a informar-se sobre os acontecimentos que afetavam as suas vidas. «Correm às estações de correios e aos vendedores de jornais», observou satiricamente o escritor alemão Kaspar Spieler em 1695, «e estão impacientes por descobrir o que o Rei francês, o Papa ou o Sultão de Constantinopla estão a fazer (...) e tudo isto é realmente de tão pequena relevância para eles como saber se a Lua é povoada por meros mortais ou por deuses» (48).

> A grande luta europeia também motivou uma nova onda de extração de recursos, mobilização

e consolidação burocrática em muitos Estados. Muito à frente do pelotão estavam as duas «potências marítimas», Inglaterra e as Províncias Unidas. A Holanda tinha mostrado o caminho na última parte do século XVI, quando a sua superior organização fiscal-militar lhe permitiu prevalecer contra os muito maiores recursos de Filipe II. Nos anos de 1690, os ingleses, inspirando-se em parte em ideias holandesas importadas, estabeleceram o mais forte e mais «moderno» Estado da Europa (49). Foi criada uma dívida nacional financiada, sustentada pelo novo Banco de Inglaterra (1694) e por um sofisticado mercado de valores e de dinheiro (50). Foi estabelecida uma Companhia das Índias Orientais como entidade semi-estatal (51). Alicerçando tudo isto estava um amplo consenso político a favor do governo parlamentar e da resistência à tirania dentro e fora do país. O Triennal Act (a Lei Trienal) de 1694 estipulava que deviam realizar-se eleições parlamentares de três em três anos e o abandono da censura permitia que os assuntos políticos e comerciais fossem discutidos livremente dentro e fora do Parlamento. A política inglesa ao longo dos anos 1690 foi dominada pela questão de como mais bem travar a guerra, com os *Whigs* a apoiarem Guilherme no seu apelo à intervenção militar direta no continente, enquanto os *Tories* preferiam uma estratégia marítima e colonial mais indireta. Havia pouco desacordo, porém, acerca do facto de que Luís XIV tinha de ser travado ou de que um povo livre requeria um Estado forte, e portanto caro, para o proteger (52). «Fazei o que for necessário para prosseguir a guerra», proclamaram os Comuns nos anos 1690, «mas nada façais que possa destruir a Constituição» (53). Em resultado disso, Guilherme III e os seus parlamentos conseguiram angariar as verbas descomunais necessárias para combater Luís XIV e puderam financiar uma enorme parte da guerra, pelo menos um terço, com empréstimos a longo prazo em lugar de receitas. Os ingleses viviam assim não só no mais livre Estado da Europa, mas também no mais forte em relação à sua

dimensão e à sua população.

A maior parte das comunidades políticas europeias, no entanto, seguiu a via absolutista para

uma eficácia acrescida. Carlos XI da Suécia prosseguiu uma política de «*Reduktion*» – «recuperar» terras da coroa perdidas para a nobreza – aumentando assim imenso o poder financeiro da monarquia. Instituíu também o *Indelnighsverk*, um sistema fiscal-militar de propriedade da terra, que ligava a posse de propriedades à tributação e ao serviço militar; levou décadas a ser posto em execução, mas em finais do século proporcionou à Suécia um peso militar sem qualquer relação com a sua população e riqueza (54). Na monarquia dos Habsburgos, o Imperador Leopoldo I tentou arduamente reformar o aparelho do Estado, em parte porque as guerras com a França e os turcos o requeriam e em parte porque a conquista de novas terras na Hungria lhe dava essa oportunidade. Em flagrante contraste com Inglaterra, os credores de Leopoldo I recusaram quaisquer novos empréstimos em 1680 a não ser que prometesse corrigir a sua administração financeira corrupta. Em vez de trabalhar com os seus vários estados, o imperador tentou a partir de 1681 impor unilateralmente um novo sistema financeiro. Oito anos mais tarde, os comissários de Leopoldo I recomendaram para a Hungria a criação de um exército permanente, a cobrança de impostos regulares e o envio de colonos para desenvolver a terra. Da mesma maneira, os principados alemães médios e mais pequenos empenharam-se numa ativa criação do Estado para aumentar o seu poder exterior, a despeito, ou talvez por causa, do seu tamanho (55). A reforma interna não era de modo nenhum simples, todavia. Havia muitas vezes uma grande distância entre aspiração e realidade; muitos europeus – mesmo na Alemanha – continuavam a esquivar-se às tentativas estatais de os registar, arregimentar, melhorar, tributar e recrutar (56). Leopoldo não conseguiu abolir o *ius resistandi* da nobreza húngara, o seu direito tradicional desde a Idade Média de contestar a autoridade régia se lhes fosse denegada justiça ou assim o pensassem. Teve também de conceder à Hungria o direito a administrar o seu próprio tesouro, separado e ineficiente. De igual modo, as políticas de Carlos XI conduziram a nobreza da Finlândia e do Báltico a uma revolta aberta. Esta última, sob a chefia do dinâmico conde Johan Patkul, estabeleceu laços apertados com potências de fora como a Polónia e convidou-as a dividir a Suécia a troco da restauração das suas liberdades tradicionais.

A América do Norte inglesa tornou-se um particular pomo de discórdia entre centralizadores e

assembleias representativas. Os governadores reais e os colonos *Tories* seus simpatizantes tendiam a ver a ameaça francesa em termos maioritariamente seculares e pensavam que deviam exceder Luís XIV em absolutismo. Comparavam a eficiência militar do Canadá francês, onde a maior parte de uma população masculina muito mais pequena servia na milícia, com o caos completo do Domínio da Nova Inglaterra, muito maior. Tal como as coisas se apresentavam, os ingleses estavam, nas palavras de um observador, «divididos em muitos governos pequenos e separados que se davam muita importância, deixando afundar o interesse público». Só um governo colonial centralizado, argumentavam eles, podia mobilizar todos os recursos locais, fortalecer o braço da metrópole na Europa e repelir ataques franco-indianos. Muitos dos colonizadores *Whigs*, por outro lado, eram religiosa e politicamente radicais. Para eles, Luís XIV era um «anticristo» que subjugava as igrejas da Alemanha, era o «tirânico e traiçoeiro *Grand Seigneur* de França [que] tinha a Europa a ferros». Como avisou, num sermão de 1686, Cotton Mather, pastor e panfletário da Nova Inglaterra, «O cálice está a dar a volta ao mundo. Chegou à América». Longe, porém, de apoiarem os planos governatoriais para tornar a Nova Inglaterra melhor em termos militares, condenaram-nos como um ataque encapotado às suas liberdades. Os colonos rejeitavam quaisquer projetos de reforma centralizadora, em especial a conscrição, e propunham em seu lugar o modelo de uma federação flexível de colónias protestantes (57).

Após quase uma década de combate, manobras e mobilização, nem a França nem a Grande

Aliança haviam sido capazes de prevalecer. Luís XIV obtivera alguns espetaculares êxitos iniciais em Itália, na Alemanha e no mar. Em 1691, contudo, Jaime II fora derrotado decisivamente na Irlanda. Toda a força inglesa era agora dirigida contra França no Império, no Atlântico e no Mediterrâneo. No entanto, Guilherme de Orange nunca conseguiu desferir um golpe decisivo. Os austríacos batiam-se em duas frentes. Em 1690 os turcos reconquistaram Belgrado e embora o avanço dos Habsburgos recomeçasse não muito depois, com substancial apoio do Império, o esforço alemão nos Balcãs era uma distração da batalha contra a França. Ambos os lados ficaram atolados. Os franceses invadiram a Catalunha em 1694, tomando Barcelona três anos depois. Os recursos de Luís XIV, contudo, estavam agora esticados até ao ponto de rutura. Vítor Amadeu de Saboia, sempre fiável como catavento, embora não sendo um aliado de confiança mudou de lado em 1696, alinhando com Luís XIV. Os ingleses e holandeses também começaram a ficar sem dinheiro. Ambos os lados procuravam agora maneiras de pôr fim ao conflito.

Em setembro de 1697, o Tratado de Ryswick pôs finalmente termo à guerra. Para grande

desgosto da opinião pública alemã e de muitos príncipes alemães, Luís XIV conseguiu conservar Estrasburgo. «É impossível», queixou-se o Margrave de Baden, «que a liberdade da Alemanha seja mantida se a cidade de Estrasburgo com todas as suas fortificações (...) não for devolvida ao Império» (58). Na maioria dos outros aspetos, porém, o rei francês estava encurralado. Daqui por diante o caminho para os Países Baixos, vitais estrategicamente, estava bloqueado por uma «barreira» de fortalezas guarnecidas por holandeses, apoiadas por uma garantia anglo-escocesa. Na Alemanha propriamente dita, fulcro de todo o sistema europeu, os Habsburgos austríacos continuavam a dominar, com o apoio dos maiores principados e dos recursos do Sacro Império Romano. Georg Ludwig de Hanover foi premiado com o título de Eleitor em reconhecimento dos serviços prestados contra os franceses e os turcos. No que respeitava a Inglaterra, Ludwig prometia reconhecer Guilherme e Maria como Rei e Rainha de Inglaterra. Além-mar, o tratado dava a França Saint Domingue, nas Caraíbas, e confirmava o seu domínio da Nova França (Canadá), incluindo Acádia, mas de resto dizia muito pouco sobre o resto do mundo, refletindo a preocupação geral com o equilíbrio europeu. Ryswick formalizava, assim, a emergência nos últimos trinta anos de um novo sistema geopolítico na Europa, no qual a ameaça dos Habsburgos se tinha desvanecido completamente e as alegadas pretensões de Luís XIV a uma Monarquia Universal tinham avançado para o centro da cena.

No Norte e Leste da Europa estava também a ganhar forma uma nova ordem. Em junho de

1696 morreu Jan Sobieski, pondo fim a um período de revitalização da Polónia. Muito dependeria da escolha do seu sucessor. Nesse mesmo ano, o czar Pedro I partiu – em teoria, incógnito – com o fito de observar em primeira mão os Estados avançados para melhor modernizar a Rússia no seu regresso. O império czarista só recentemente tinha abandonado o seu tradicional isolamento, com representações diplomáticas na Áustria, na Dinamarca e na República Holandesa; depressa se seguiriam embaixadas à Grã-Bretanha e à Prússia. Um mês depois morreu Carlos XI da Suécia e sucedeu-lhe o adolescente Carlos XII. Entretanto, os austríacos puseram termo triunfantemente à sua guerra contra os turcos com o Tratado de Karlowitz, em 1699. Os otomanos foram obrigados a ceder aos

austríacos a maior parte do que ainda conservavam na Hungria, na Eslavónia, na Transilvânia e em partes da Croácia; Podolia, Kamenice e partes da Ucrânia foram entregues à Polónia; e Azov aos russos.

> Ambos os sistemas foram lançados quase simultaneamente em crises profundas por duas

cartas dinásticas imprevistas que subiram para o cimo do baralho no alvorecer do novo século. As grandes potências estavam preocupadas com a questão de quem sucederia a um Carlos II de Espanha pouco esperto e sem filhos. A perspetiva de que lhe pudesse suceder o candidato mais plausível – Filipe d'Anjou, neto de Luís XIV – conjurava o espectro horrendo de um gigantesco conglomerado bourbon compreendendo a própria França, a Espanha, a Sicília e Nápoles, o Império ultramarino espanhol e, é claro, a Holanda espanhola. Seria um Império ainda mais terrível do que o de Carlos V. O candidato mais bem colocado a seguir, Carlos da Áustria, só marginalmente seria menos ameaçador, reunindo – como aconteceria – as duas principais linhagens dos Habsburgos. A única solução era a partição, mas em 1699-1700 vários esquemas de compromisso ruíram por uma ou outra razão. Ainda não fora alcançado qualquer acordo quando o próprio Carlos II finalmente morreu em novembro de 1700. O seu testamento deixava claro que as terras da coroa espanhola deviam passar inteiras, e não divididas, para o segundo filho do Delfim, Filipe d'Anjou, ou, se ele recusasse, para Carlos da Áustria.

> Isto pôs Luís XIV e os Habsburgos da Áustria sob uma pressão insuportável. Com efeito, o

vencedor ficaria com tudo. Em fevereiro de 1701, Anjou entrou em Madrid acompanhado por tropas e conselheiros franceses e tomou posse da sua coroa; Luís XIV fez questão de recusar excluí-lo da sucessão em França. «Já não há Pirenéus», observou triunfalmente. Nesse mesmo mês Luís XIV entrou na Holanda espanhola e expulsou as guarnições holandesas das fortalezas da «barreira». Em jogo estavam não tanto as possessões coloniais espanholas, ou sequer a própria Espanha, como as encruzilhadas estratégicas dos Países Baixos e do Norte de Itália. Se detidas por uma potência hostil, principalmente com um príncipe Habsburgo a sul dos Pirenéus, voltariam a cercar a França. Mas se Luís XIV controlasse esses territórios, então nem Inglaterra, nem os holandeses, nem os Habsburgos austríacos estariam em segurança. Com tropas francesas firmemente encrustadas na Holanda espanhola, tanto a nação política holandesa como a inglesa não precisavam de mais argumentos em favor da resistência a Luís XIV. Em princípios de setembro de 1701, a

Inglaterra, as Províncias Unidas e o Imperador formaram uma nova «Grande Aliança» para conter Luís XIV. Quando, pouco depois, Jaime II morreu no exílio, Luís XIV retaliou reconhecendo o seu filho – «Jaime III» – como Rei de Inglaterra. Seguiu-se, em maio de 1702, uma declaração formal de hostilidades.

> A Guerra da Sucessão espanhola, como veio a ser conhecido este novo e épico conflito, foi

realmente a respeito do controlo dos Países Baixos, da Alemanha e do Norte de Itália. Em Viena, o «partido da guerra», chefiado pelo filho mais velho do Imperador Leopoldo, José, estava decidido a expurgar o Sacro Império Romano da influência francesa. Havia também um forte desejo de manter os franceses fora de Milão – que Leopoldo considerava uma «parte incontestável» do Sacro Império Romano e que podia servir de base a Luís XIV para atacar a própria Áustria. Finalmente, os Habsburgos queriam manter a sua pretensão à coroa espanhola (59). A guerra contra Luís XIV a oeste tornou-se assim uma espécie de cruzada patriótica de príncipes alemães chefiados pelos austríacos. Em finais de 1700, os prussianos extorquiram a Viena a promessa de reconhecer o Eleitor Frederico de Brandeburgo como «Rei da Prússia» em troca do seu apoio contra França; foi coroado a seu tempo, um ano mais tarde (60). O Império declarou guerra a França em outubro de 1702 e os círculos imperiais ocidentais enviaram uma força substancial às ordens do afamado general Ludwig Wilhelm von Baden. A maioria dos outros príncipes alemães, como o duque de Baden e o eleitor de Hanover, também alinharam contra Luís XIV. As grandes exceções foram o Eleitor Joseph Clemens de Colónia e o seu irmão Max Emanuel, Eleitor da Baviera.

> A principal frente de batalha era o Sacro Império Romano, ao qual todos os outros teatros –

Itália, Espanha e o ultramar – se subordinavam. Navios da marinha real inglesa atacaram os comboios franceses «para» – como declaravam as instruções do Almirantado – «os privar do fornecimento de dinheiro e prata em que parecem confiar para sustentar a guerra». Em 1703, o raide sobre a Havana espanhola foi justificado pela necessidade de «prejudicar a família Bourbon e promover os interesses da Casa de Áustria» (61). Em 1704, Luís XIV procurou desferir na Alemanha um golpe que a pusesse fora de combate, enviando a sua força principal, com um amplo contingente bávaro, para atacar Viena. «O pobre Império», avisou o enviado inglês a Berlim, parecia agora «maduro para a sua destruição» (62). Em agosto desse ano, contudo, a força franco-bávara foi esmagada em Blenheim, no Sul da Alemanha,

por um exército imperial conjunto anglo-holandês comandado pelo duque de Marlborough (63). Nesse mesmo ano uma frota inglesa capturou Gibraltar, selando para todos os efeitos o Mediterrâneo. Quando o Imperador Leopoldo I morreu em 1705 sucedeu-lhe José, um ardoroso protagonista da causa «alemã» no Império, a norte e a sul dos Alpes. Em 1706 os exércitos austro-saboianos já tinham expulsado os franceses do Norte de Itália. Carlos da Áustria continuou a aguentar-se em Espanha, ajudado pelos levantamentos contra Filipe na Catalunha e noutros lugares. Mais importante que tudo o resto foi que as forças imperiais anglo-holandesas continuaram a castigar Luís XIV na Alemanha e na Flandres. Em 1706, o rei francês foi outra vez batido decisivamente em Ramillies e os seus dois mais importantes aliados alemães, os Eleitores da Baviera e de Colónia, foram colocados sob banimento imperial. As esperanças de Luís XIV de dominar o Sacro Império Romano nunca tinham parecido mais distantes.

> Enquanto a sucessão espanhola era disputada na Europa Central, Ocidental e Meridional, a

Europa do Norte e do Leste era conturbada pela sucessão na Polónia e na Suécia. Assim como temiam a sua força potencial, os Estados vizinhos achavam provocadora a sua fraqueza. As divisões da Polónia convidavam à intervenção estangeira e a projetos de divisão. Não obstante, como tinha mostrado o reinado de Jan Sobieski, o potencial da Polónia era considerável: tinha na verdade chegado ao fim do século XVII com um substancial aumento do seu território à custa dos otomanos. Se a Comunidade conseguisse reformar-se, a Prússia e a Rússia enfrentariam um vizinho bastante menos acomodatício; mesmo no seu atual estado caótico não se podia consentir que caísse em mãos hostis. Por esta razão, em 1697, Pedro I ameaçou a nobreza polaca com a guerra caso votassem no candidato francês ao trono, o príncipe Conti. Por fim, foi escolhido Augustus, o Eleitor da Saxónia, em parte porque pagou os maiores subornos, mas também porque se acreditava que fosse o mais capaz de reconquistar aos otomanos a fortaleza estrategicamente importante de Kamenetz-Podolsk, o que fez pouco depois. A estratégia conjunta russo-prussiana era agora, como disse Frederico I da Prússia, «impedir os saxónios de estabelecerem um poder arbitrário sobre a República». Para Berlim, em particular, a união polaco-saxónia evocava o espectro do cerco, entalada como estava a Prússia entre os dois territórios. As «liberdades» polacas, por outras palavras, seriam doravante cruciais para a segurança russa e polaca (64). Foi a imprevisível carta sueca, no entanto, que realmente mergulhou em alvoroço a região. Supunha-se, neste caso, que o jovem e inexperiente Carlos XII era presa fácil para os seus vizinhos. Os dinamarqueses visavam reconstruir à custa dele o seu império báltico

ocidental, os russos procuravam a devolução de Novgorod, enquanto o recém-coroado rei da Polónia procurava expandir-se para a província báltica da Livónia. Em setembro de 1699, os dinamarqueses e os polacos celebraram um tratado dirigido contra a Suécia, a que aderiu dois meses mais tarde a Rússia. O arquiteto desta aliança era o nobre livoniano renegado conde Johan Patkul, que procurava livrar-se e livrar os seus conterrâneos da dominação da coroa sueca. Em agosto do ano seguinte, as três potências caíram todas sobre Carlos XII. Para grande surpresa delas, o novo rei revelou-se um génio militar. Em novembro de 1700, conduziu pessoalmente o seu exército à vitória sobre os russos em Narva. Foi um golpe amargo para as ambições de grande potência de Pedro. Doze meses mais tarde a humilhação ainda era agudamente sentida pelo seu embaixador em Viena, que informava que os austríacos «só se riem de nós (...) o nosso Monarca precisa sem falta de uma vitória, por pequena que seja, pela qual o seu nome ganhe nomeada em toda a Europa». Durante os quatro anos seguintes, contudo, Carlos XII fez das suas na Polónia e no Báltico, inflingindo uma série de novas derrotas aos seus atormentadores (65).

> A princípio, a Guerra da Sucessão espanhola e a Grande Guerra do Norte, como passou a ser

chamada, correram os seus cursos separados. Em 1706, no entanto, isto parecia prestes a mudar. As anteriores vitórias de Carlos XII tinham despertado um animado debate estratégico do lado sueco. Alguns, como o assessor real Nils Lillieroth, sustentavam que o principal inimigo era a Rússia e que a primeira prioridade devia ser garantir a primeira linha de defesa nas províncias bálticas. Deixar de o fazer permitiria a Pedro I ameaçar a província sueca da Finlândia, as ilhas e, finalmente, a Suécia propriamente dita. Era necessário, portanto, uma ação preventiva, talvez até a ocupação de terras russas à volta de Pskow para aumentar a zona de proteção. Carlos XII, por outro lado, via na Polónia-Saxónia o principal inimigo. Procurava colocar naquele trono o seu próprio candidato, Estanislau Leszczynski. Para o fazer, porém, precisava de desferir um golpe decisivo contra Augustus. Não havia por conseguinte outra alternativa que não fosse um ataque direto ao próprio Eleitorado Saxónio, que Carlos XII lançou em setembro de 1706, usando os direitos vestefalianos da Suécia a intervir em favor dos protestantes silésios como pretexto para atravessar território imperial. A primazia da Alemanha, que tinha caracterizado a política sueca no tempo de Gustavo Adolfo, era assim reafirmada.

> Quando Carlos XII se fez ver na Europa Central no outono de 1706 reinou a consternação na

Grande Aliança. «Espero que não seja verdade que o Rei da Suécia está a marchar em direção à Hungria», escreveu Marlborough ao primeiro-ministro holandês em agosto de 1706. «Se assim for, será para nós um grande embaraço». Carlos XII – assim rezava o argumento – desestabilizaria o Sacro Império Romano e reduziria assim a capacidade deste para continuar a guerra contra França. Todos aqueles príncipes do Norte da Alemanha com tropas no ocidente, como a Prússia e Hanover, começaram agora a olhar nervosamente para trás das costas. Carlos XII depressa reduziu os saxónios à submissão: no Tratado de Altranstädt, concluído em outubro de 1706 no coração do seu Eleitorado, Augustus capitulou e renunciou à coroa polaca. O medo, agora, avisava Marlborough, era que o rei sueco pudesse «encontrar um pretexto para avançar mais profundamente na Alemanha», levando-o «mais longe no Império, que é a única coisa que nos causa apreensão e gostaríamos de evitar». Com este fim, Marlborough encontrou-se com Carlos XII em Altranstädt em 1707 e persuadiu-o a virar-se para leste, contra os russos; o Imperador cedeu no caso dos protestantes silésios. Ouviu-se um suspiro de alívio coletivo em toda a Alemanha e nas capitais da coligação (66)

> A Grande Guerra do Norte e a Guerra da Sucessão espanhola não foram apenas um qualquer

minuete diplomático-militar formalístico, mas sim um combate desesperado de luta livre. O resultado destas guerras era uma questão de vida ou morte e não só para os homens que na realidade combateram as batalhas e para os civis apanhados no fogo cruzado. Em toda a Europa, governos, rebeldes e públicos estavam embrenhados num combate pela sua própria existência. A França temia ser apanhada numa renovada tenaz dos Habsburgos, a norte, sul, este e sudeste. Luís XIV, que se lembrava bem dos anos 1650, estava também determinado em não ver o seu reino devolvido aos tempos das Frondas ou, ainda pior, à turbulência das guerras religiosas de fins do século XVI. Os patriotas alemães combatiam para recuperar a Alsácia ou pelo menos evitar perder mais território no ocidente. Estados médios ou mais pequenos como a Saboia batiam-se em parte para se guindarem à primeira fila das potências, mas também para escapar a uma total relegação. Para holandeses e ingleses a questão da sucessão espanhola era crucial para o equilíbrio europeu, de que dependiam as suas liberdades, propriedades e vidas. Não só o controlo da herança espanhola indivisa faria de Luís XIV o *hegemon* incontestado da Europa como também a sua presença na Holanda espanhola constituía uma ameaça direta à segurança tanto da Inglaterra como da República Holandesa. Em junho de 1701, o filósofo político inglês John Locke resumiu da seguinte maneira este nexo

ideológico-geopolítico: «por muito amigo que eu seja da paz, penso que a verdade [que para ele queria dizer o Protestantismo e o Governo parlamentar] deve acompanhá-la, não podendo ser preservada sem Liberdade. Nem sem ela pode o equilíbrio da Europa ser mantido» (67).

> Para se manterem competitivos neste perigoso ambiente os Estados europeus procuravam

maior coesão interna por meio de reformas administrativas, militares e até constitucionais. Os Habsburgos, por exemplo, queriam simplificar o sistema tradicional de administrações separadas para as terras austríacas, boémias e húngaras, com toda a duplicação e fricção concomitantes. José I substituiu temporariamente o esclerótico «Conselho Privado» por um certo número de órgãos mais pequenos dedicados a áreas geográficas específicas. Reduziu também drasticamente o número dos Conselheiros Privados, para tornar mais ágil o processo de decisão, e melhorou as finanças do Estado. O impressionante desempenho austríaco na guerra, sem precedentes, com enormes dispositivos em numerosas frentes, não teria sido possível sem estas mudanças. Também Luís XIV tentou espremer cada vez mais o seu reino já pesadamente tributado de modo a fazer frente ao desafio da Grande Aliança. Durante a Guerra dos Nove Anos, e outra vez em 1701, com a renovada abertura das hostilidades, introduziu a capitação, o primeiro imposto direto que se aplicava – ao contrário da *taille* tradicional – a todos os súbditos, independentemente da sua categoria. Seguiu-se-lhe uns anos depois a *dixième*, outro imposto direto universal. Estas inovações, em conjunto, geraram cerca de um quarto de toda a receita fiscal. Ao contrário do mito, por conseguinte, os nobres franceses pagavam de facto impostos. O problema é que não pagavam nada que se parecesse com a sua total capacidade. Se o tivessem feito, França teria tido um pulso militar e diplomático muito mais forte. Como os Habsburgos, Luís XIV tinha, contudo, de andar com pés de lã, para evitar hostilizar os interesses adquiridos dos cobradores de impostos, detentores dos cargos públicos, nobres isentos de impostos e outros grupos de que dependia em última instância a monarquia. O seu poder estava, de facto, muito longe de ser absoluto, refletindo em vez disso um compromisso entre a coroa e a nobreza no respeitante à distribuição da riqueza internamente e à maior glória do reino no estrangeiro (68). Na Europa do Norte e do Leste, as pressões da Grande Guerra do Norte também tiveram profundas implicações nas políticas internas. Na Rússia, o czar Pedro dissolveu em 1699 a *Strelsy*, uma guarda pretoriana de mosqueteiros demasiado poderosa e militarmente antiquada e criou um exército permanente normal. Seguiu-se uns anos depois um

comando central e em 1718 já tinha instituído um colégio militar (69).

> As pressões estratégicas também causaram profundas mudanças constitucionais em certos

Estados europeus. Em 1701 o parlamento inglês aprovou o Act of Settlement, uma Lei de Sucessão que determinava que à rainha Ana sucederia a Eleitora de Hanover – neta de Jaime I – e seus herdeiros, desde que fossem protestantes. Excluía explicitamente os Stuarts – católicos ou protestantes – e visava proteger deles e dos seus apoiantes franceses o regime da Revolução de 1688. O parlamento de Edimburgo, por outro lado, indignado por não ter sido consultado a respeito da medida inglesa, aprovara pouco depois a sua própria Lei, que apenas estipulava uma sucessão protestante. Isto deixava aberta a possibilidade de que os Stuarts viessem a abjurar o catolicismo e voltassem, o que levantava o espectro de uma separação das coroas e um novo cerco de Inglaterra. Em termos mais gerais, o esforço de guerra contra a França requeria uma coordenação cada vez maior entre Norte e Sul. Não fazia nenhum sentido, por exemplo, ter duas políticas comerciais e coloniais separadas. As elites *whigs* de ambos os lados da fronteira concordavam em que, fossem quais fossem as suas diferenças, conter Luís XIV estava primeiro. De modo que, em 1707, celebraram um Ato de União no qual a Escócia recebia uma generosa representação em Westminster e retinha os seus sistemas legal e educativo, mas renunciava às suas políticas externa e de segurança próprias. E tal como a União era feita para prosseguir a guerra, assim a guerra fazia a união. A causa comum contra os papistas e a Monarquia Universal soldavam mais eficazmente uma à outra as duas partes do que alguma vez o poderiam ter feito o suborno, a intimidação ou uma vantagem comercial grosseira (70).

> Também em Espanha as exigências do esforço de guerra levaram a uma profunda mudança

constitucional. Pareceu a princípio que o conflito aumentaria a participação política. Quando os aliados conquistaram Barcelona, em outubro de 1705, o resultante protesto contra a má condução da guerra provocou uma revolta da nobreza no Conselho de Estado de Madrid. Em novembro desse ano exigiram ser consultados sobre a direção da guerra. Pelo contrário, replicou Filipe, não era a falta de consulta que estava a minar o combate nacional, mas as persistentes divisões e invejas regionais. Em 1707, impôs uma união entre a coroa de Castela e a de Aragão, que incluía além do próprio Aragão, Valência e a Catalunha. Só Navarra e as províncias bascas conservaram a sua autonomia. O resto de Espanha era agora um

Estado unitário. Filipe tinha conseguido aquilo que escapara a Carlos V, Filipe II e mais recentemente Olivares. A Espanha moderna foi também uma criação da Guerra de Sucessão espanhola. Mas enquanto na Grã-Bretanha a União tinha sido conseguida através do parlamento, em Espanha foi efetuada à custa das assembleias representativas (71). Em França, as pressões da guerra não conseguiram remover os obstáculos de longa data à reforma constitucional. Aturdido pela série de vitórias aliadas dos dois anos anteriores, o marechal francês Vendôme sugeriu em 1706 que Luís XIV granjeasse apoio popular convocando uns Estados Gerais, os primeiros desde 1614. O rei recusou-se a fazê-lo, possivelmente por medo de abrir uma caixa de Pandora de exigências. De momento, a participação era em grande parte limitada às funções legais dos parlamentos, que tinham ainda o direito de registar ou rejeitar novos éditos de impostos (72).

> No Império Otomano, as consequências domésticas do catastrófico fracasso estratégico dos

anos 1680 foram dramáticas. Quando Buda caiu nas mãos dos imperialistas em 1686, as ondas de choque depressa atingiram Constantinopla. Uma revolta de Janízaros depôs Mehmed IV e substitui-o pelo seu irmão, Solimão II. O grão-vizir foi executado. Nesse sentido, ele, Mehmed e Jaime II sofreram variações do mesmo destino por erros de apreciação em política externa. O Império Otomano manteve-se neutral durante a Guerra da Sucessão espanhola. Ainda estava fresca a recordação das derrotas de Viena e Zenta. Mesmo assim, os turcos não viram o Tratado de Karlowitz como o princípio de uma coexistência pacífica com a Europa cristã, mas sim como uma trégua durante a qual o Império tomava fôlego antes de reatar o seu avanço. Encontravam justificação teológica para tal na *hudabiya* que Maomé tinha concluído com a gente de Meca. Esta política era, porém, altamente controversa internamente e não foi por acaso que o sultão Mustafá II, que sucedeu a Solimão II depois de um breve intervalo, mudou de facto a capital para Edirna a fim de manter ocultas pelo máximo tempo possível as condições de Karlowitz. Em 1703, os Janízaros de Constantinopla revoltaram-se, em parte devido a agravos locais, como salários em atraso, mas principalmente em protesto contra o declínio do estatuto internacional do Império. Acusavam Mustafá não somente de indolência e corrupção – que não eram propriamente merecedoras de pena capital –, mas também de ter entregado terras que pertenciam à «Casa do Islão», o que certamente o era. O sultão foi deposto e sucedeu-lhe Ahmed III.

Quando Carlos XII finalmente se retirou da Saxónia em 1707, as duas guerras que tinham

parecido na iminência de se tornar uma grande conflagração europeia voltaram a correr cursos separados. A Grande Aliança procurava agora prolongar a longa série de vitórias que desfrutava desde 1704 e meter finalmente na ordem os franceses. Derrotar Luís XIV na Alemanha, na Flandres e no Vale do Pó era uma coisa; levar o ataque até à própria França, contudo, era outra bastante diferente. José I foi incapaz de persuadir mais do que uma minoria de príncipes a lutar pela reconquista da Alsácia e Lorena para o Império e criar uma «barreira imperial» a mais expansão francesa. Muitos deles eram céticos quanto às alegações de José I de que estava a conduzir em Itália uma guerra «imperial» e não pessoal, a mesma questão que perseguira Maximiliano por volta de 1500 e outros imperadores desde então. Não havia sequer consenso entre os habitualmente belicosos britânicos e holandeses, entre os quais começavam a ouvir-se vozes a favor de uma paz de compromisso com Luís XIV. A guerra estagnou. Em 1707, o arquiduque Carlos foi severamente batido em Almansa, em Espanha, provocando um furioso debate no Parlamento britânico. Um ano mais tarde, os aliados venceram em Oudenaarde, na Flandres, mas não fora uma vitória fácil. Ambos os lados começaram a pensar seriamente numa paz de compromisso.

Os Habsburgos estavam também preocupados a respeito de uma nova ameaça que fermentava

na Alemanha. Tinham elevado a Prússia ao estatuto de Reino a fim de conter França, mas em poucos anos Viena começou a ter outras ideias. As ambições do rei depressa se tornaram aparentes: em 1702, Frederico I fez uma tentativa vã para suceder a Guilherme como *Stadholder* das Províncias Unidas. Um ano mais tarde, os prussianos tentaram fazer valer os seus direitos aos territórios de Ansbach e Bayreuth no Sul da Alemanha vizinho e foram bloqueados pelo Conselho Áulico, dominado pelos austríacos. De momento, os prussianos ainda avançavam a medo: no seu primeiro *Testamento Político*, de maio de 1705, o rei instava os seus sucessores a exercer «a máxima cautela» quanto a entrar numa guerra porque o novo Reino estava rodeado de «potências muito mais poderosas e na sua maioria hostis» que tinham «ciúmes» do seu êxito (73). Viena, contudo, não se deixou enganar. «A Casa de Áustria», observou em 1706 o primeiro-ministro de José I, o príncipe Salm, «teme o poder da Prússia mais do que o de França, que é maior (...) o Rei de França só rói as bordas daqueles países que têm fronteira com ele, mas (...) o Rei da Prússia avança diretamente para o coração» (74). Fazia sentido, por

conseguinte, chegar a um entendimento com Luís XIV.

> As conversações foram iniciadas em maio de 1709 e depois continuaram nas cidades

holandesas de Gertruydenberg e Haia ao longo do inverno de 1710. Para dar mostras da sua flexibilidade, Luís XIV já tinha retirado o grosso dos seus homens da península Ibérica e embora nunca pudesse aceder às exigências aliadas de pura e simplesmente depor Filipe V podia muito bem ter persuadido o seu neto a abdicar de Espanha para o arquiduque Carlos. O que se recusava a aceitar, todavia, era a exigência aliada da evacuação de Mons e Namur como penhor do seu bom comportamento, a destruição de todos os fortes franceses na margem ocidental do Reno, a devolução de Breisach ao Império e o banimento dos seus aliados alemães mais próximos, os Eleitores de Colónia e da Baviera. Todas juntas, estas condições representavam, e destinavam-se a constituir, nada menos do que a completa destruição da posição francesa no Império tão cuidadosamente edificada por Luís XIV e pelos seus antecessores. Teriam deixado a monarquia aberta a ataques de norte e de leste e negariam a França os «portais» através dos quais podia exercer influência além-fronteiras. Por conseguinte, Luís XIV não tinha outra solução que não fosse a de rejeitar as condições propostas. A guerra continuaria, com grandes custos.

> As exigências territoriais e as fortificações eram uma maneira de conter Luís XIV, mudar a

natureza do regime francês era outra. Alguns dos aliados começaram a pensar se as liberdades britânicas e holandesas não seriam mais bem protegidas por meio da promoção da liberdade na Europa e, em especial, na própria França. Assim, a fim de ganhar para a sua causa a população de Brabante, em 1706 Marlborough garantiu que Viena honraria os direitos constitucionais tradicionais. Nesse mesmo ano, uma planeada expedição anfíbia britânica à Guiana devia ser acompanhada de uma proclamação em que os aliados se declaravam amigos da liberdade francesa, prometendo restabelecer o Édito de Nantes e restaurar os moribundos Estados Gerais. No mesmo sentido, Marlborough escreveu em junho de 1709 que, se pudessem, as potências da Grande Aliança exigiriam que França «fosse outra vez governada pelos três Estados, o que penso que teria mais probabilidade de dar sossego à Cristandade do que arrancar-lhe províncias». O que os aliados aqui tinham em mente não era a imposição de um governo parlamentar ao estilo britânico, antes a restauração das liberdades corporativas tradicionais, suprimidas pela monarquia francesa. Esperavam que estas impusessem severos

constrangimentos constitucionais e fiscais ao expansionismo bourbon (75).

> Marlborough tocara num dos grandes paradoxos da história europeia. Ele, e muitos com ele,

acreditavam ao mesmo tempo que, embora as liberdades constitucionais fossem o fundamento da grandeza nacional britânica, o encorajamento no estrangeiro de liberdades semelhantes, mesmo que não idênticas, criaria aliados em vez de concorrentes simplesmente mais eficazes. Na realidade, a presunção de que maior participação política redundaria numa França mais pacífica era altamente duvidosa. Pois em junho de 1709, estupefacto perante as duras exigências aliadas, Luís XIV dirigiu-se ao público francês diretamente, através dos seus intendentes e dos bispos, a fim de explicar porque continuava a luta. «Partilho de todos os males que a guerra fez sofrer a tão leais súbditos», anunciou o Rei, «[mas] estou persuadido de que eles próprios se oporiam à aceitação de condições igualmente contrárias à justiça e à honra do nome francês». Esta carta, que foi lida do púlpito nas paróquias de toda a monarquia, gerou uma onda de simpatia popular por Luís XIV e galvanizou o esforço de guerra francês (76).

> Enquanto as negociações de paz estagnavam, a guerra continuou. Em agosto de 1709 os

franceses repeliram em Basileia uma tentativa imperial de invasão. Um mês depois os dois lados maltrataram-se um ao outro num oneroso empate em Malplaquet. Perante a contínua despesa e o contínuo derramamento de sangue, as vozes céticas fizeram-se ouvir ainda mais alto na esfera pública e no Parlamento da Grã-Bretanha. Em novembro de 1709, o *Tory* Henry Sacheverell pregou um ardoroso sermão contra o governo na Catedral de São Paulo, em Westminster. O seu alvo ostensivo era a tolerância dos Dissidentes, mas o que realmente motivava a turba que depois se entregou a atos de vandalismo por toda a cidade era a política externa. «Sacheverell e paz», gritavam, enquanto assaltavam as casas de reuniões dos Dissidentes e o Banco de Inglaterra. Seguiram-se ainda piores notícias da frente de batalha. Em 1710, a força expedicionária inglesa em Espanha foi esmagada em Brihuega; a que os austríacos apoiavam, em Villa Viciosa. Um ano mais tarde tropas francesas avançaram profundamente na península. Com a política *Whig* de envolvimento continental agora totalmente desacreditada, a rainha Ana demitiu os seus ministros e substituiu-os por uma administração *tory* chefiada por Robert Hanley e Henry St John, mais tarde Lorde Bolingbroke,

partidária de uma abordagem mais marítima e colonial. Não muito depois os *Whigs* foram destroçados nas eleições gerais, principalmente porque o público tinha perdido a paciência para a sua estratégia geral. Em meados de abril de 1711 o Imperador José I morreu repentinamente, sem deixar nenhum filho. Sucedeu-lhe seis meses mais tarde o seu irmão mais novo, Carlos [VI], candidato da Grande Aliança ao trono espanhol, que deixou apressadamente a península para assegurar os seus novos títulos e territórios. Isto despertou o espectro de um regresso do Império de Carlos V. Como observou St John, «Se o Império e os domínios de Espanha se vierem a unir na pessoa deste Príncipe [Carlos], o sistema da guerra ficará essencialmente alterado». Os *Whigs* ainda argumentaram que o poder francês era tão grande que se requeria para o equilibrar um bloco Habsburgo conjunto; mas estavam a perder a discussão. O apoio à guerra terrestre na Europa diminuía. Os generais britânicos eram abertamente censurados pela Câmara dos Lordes. O próprio Marlborough foi despedido em dezembro de 1711. A Flandres foi progressivamente privada de homens e dinheiro e foram desviados recursos para o ultramar, embora uma muito propagandeada expedição contra o Quebeque tivesse acabado em desastre em 1711. Em princípios de 1712, as forças britânicas na Europa tinham na prática posto fim às suas operações e os outros beligerantes estavam igualmente exaustos (77). Os holandeses, pela sua parte, sentiam que França estava tão contida como alguma vez poderia estar. Só Carlos queria continuar a combater até ter garantido a sua herança espanhola. A paz estalava assim esporadicamente, com os ingleses e os holandeses a chegarem a acordo com França, no Tratado de Utreque em abril de 1713, e com o imperador no Tratado de Rastatt, em março do ano seguinte.

O acordo de Utreque visava conter a França. A cidade-fortaleza de Kehl foi devolvida ao

Império, fechando aos franceses essa parte do Reno. A crucial Holanda espanhola passava agora para a Áustria, prendendo-a mais diretamente à contenção de França. A Grã-Bretanha e os holandeses ficavam expressamente comprometidos a defender as fortalezas da «barreira». Dava jeito que o novo rei de Inglaterra, Georg Ludwig de Hanover, que sucedeu a Ana, em 1714, como Jorge I, fosse um firme francófobo determinado a satisfazer esse compromisso (78). A sua própria posição no trono, um tanto precária, era por sua vez garantida pelos holandeses. Graças à Sucessão Hanoveriana, a Grã-Bretanha era agora efetivamente uma potência continental, com responsabilidade

pela segurança do Norte da Alemanha. As liberdades constitucionais britânicas estavam assim explicitamente ligadas à manutenção do equilíbrio europeu. Em Itália, Luís XIV estava encurralado pelos ganhos dos Habsburgos na Lombardia. Estes estavam escudados por uma almofada na Saboia, cujas ambições sobre a Lombardia tinham sido desiludidas, mas em contrapartida se fortaleceram com o acrescento da Sicília (mais tarde trocada pela Sardenha). A posição francesa no Mediterrâneo Ocidental estava seriamente debilitada pela manutenção de Gibraltar pela Grã-Bretanha, que controlava a passagem para dentro e para fora do Mediterrâneo, e da ainda mais vital Minorca de onde era abastecida e a partir de onde podia ser vigiada a esquadra francesa de Toulon. Filipe V era reconhecido como Rei de Espanha – e a Grande Aliança abandonara os seus aliados catalães –, mas era forçado a renunciar a quaisquer direitos ao trono francês.

> Os aspetos comerciais e coloniais da paz eram significativos, mais por causa da sua

importância estratégica do que por quaisquer razões puramente económicas. A Grã-Bretanha anexava toda a Terra Nova e a Nova Escócia, e as suas pescarias, vitais para o treino dos marinheiros. Garantia também o cobiçado *Asiento*, o monopólio do direito a comerciar com a América do Sul, especialmente em escravos. Este era agora conferido à Companhia Britânica dos Mares do Sul, que os *Tories* tinham instituído em 1711 como contrapeso à Companhia das Índias Orientais e ao Banco de Inglaterra, dominado pelos *Whigs*. O seu propósito era gerar não só lucros pessoais para os acionistas, mas também capital para os empréstimos governamentais necessários para prosseguir uma vigorosa política externa. Isto estabelecia um elo direto entre o tráfico de escravos e o equilíbrio europeu. Eram outorgados aos holandeses privilégios comerciais especiais à custa da antiga Holanda espanhola e dos seus novos senhores em Viena. O rio Scheldt [o Escalda] deveria ficar fechado ao transporte marítimo para preservar a preeminência de Amsterdão; o sucesso económico holandês baseava-se pelo menos tanto na coação diplomática como na competitividade. O ganho económico resultante devia ajudar os holandeses a guarnecerem as fortalezas da barreira. Na mesma linha, Bolingbroke procurou um tratado comercial com França, não para um ganho pecuniário ou para «comprometer» os Bourbons, mas porque pensava que a Grã-Bretanha prevaleceria numa concorrência comercial aberta. Desta maneira, tanto para os holandeses como para os britânicos, os equilíbrios comerciais e estratégicos estavam estreitamente ligados.

> Avaliado à luz das esperanças de 1700-1701, tudo isto era uma amarga derrota para Luís XIV.

Conservou o Quebeque, mas foi excluído do lucrativo comércio colonial espanhol. Foi forçado a expulsar o pretendente inglês de Saint Germain, nos subúrbios de Paris, para a Lorena e, mais tarde, para mais longe ainda. As fortificações de Dunquerque, de onde os corsários franceses tinham assediado a navegação anglo-holandesa e que era uma base essencial para chegar a Londres, deviam ser desmanteladas. A sua esperança de que o Eleitor da Baviera seria autorizado a trocar o seu património pela muito mais rica Holanda espanhola também foi desfeita. Luís XIV, contudo, tinha banido finalmente o espectro do cerco que durava há 200 anos. Dali por diante haveria – ou assim o pensava Luís – uma monarquia amiga do outro lado dos Pirenéus. Em qualquer caso, agora que a Holanda tinha passado para os austríacos, a França já não enfrentava o mesmo inimigo potencial na fronteira norte e na fronteira sul. A Alemanha, além disso, permanecia desunida: o vácuo nas fronteiras orientais de França ainda estava por preencher. Carlos VI estava também muito desapontado. Tinha querido trocar a distante Holanda espanhola pela Baviera próxima e indignavam-no as restrições económicas que as potências marítimas tinham infligido à sua nova aquisição. Além do mais, ainda se considerava legítimo Rei de Espanha. Por outro lado, a monarquia dos Habsburgos era agora maior do que nunca, recebendo a parte de leão do império europeu de Espanha: não só a Holanda, mas também Nápoles, Sicília e várias terras do Norte de Itália. Cedo se tornou claro que o acordo de Utreque visava lidar com os desafios do passado, não com os do futuro. O seu propósito primacial, a contenção de França, tornou-se redundante depois da morte de Luís XIV, em setembro de 1715. Seguiu-se uma série de regências fracas até o seu bisneto, Luís XV, ter idade para ascender ao trono. Durante sensivelmente os vinte anos seguintes, a França prosseguiria uma política em grande parte pacífica e limitou-se a reagir às mudanças no sistema europeu mais do que marcar ela própria a agenda. O pretendente Jacobita «Jaime III» foi banido para Avignon e finalmente «além dos Alpes», para Roma. O verdadeiro dinamismo do sistema europeu tinha outra procedência, especialmente a persistente Grande Guerra do Norte, onde estava em jogo o futuro do Báltico, da Europa de Leste e, em última instância, o Norte da Alemanha. A inesperada mas decisiva vitória, em 1709, de Pedro, *o Grande* sobre Carlos XII em Poltava, na Ucrânia, assinalava a ascensão de um novo centro de poder no Leste que havia de ter um impacto fundamental no equilíbrio de todo o continente. Como escreveu nesse mesmo ano o filósofo Leibniz, «o czar atrairá doravante a consideração da Europa e

desempenhará um grande papel nos assuntos gerais (...) diz-se por toda a parte que o czar será temível para toda a Europa, que será como se fosse um turco do norte» (79).

> A principal ambição do czar era expulsar os suecos do Norte da Alemanha, ganhar ele próprio

um ponto de apoio ali e garantir um voto e uma voz no Reichstag (80). Isto seria o último prego no caixão da Suécia, a destruição definitiva do legado de Gustavo Adolfo. Em 1711, Pedro, *o Grande* sitiou a guarnição sueca do porto de Stralsund, na Pomerânia, e casou o seu filho com a filha do duque de Brunswick-Wolfenbüttel. Um ano mais tarde o conflito alastrou ao longo da costa do Norte da Alemanha quando os suecos invadiram o Mecklemburgo, convidando uma riposta russa ali. A Guerra do Norte ameaçava agora desarticular o equilíbrio europeu no seu todo. Em maio de 1715, o Conselho Privado de Viena avisou que «em breve mergulharia em chamas todo o Império Alemão» (81).

> Em abril de 1716, Pedro I concluíu uma aliança com Carlos Leopoldo do Mecklemburgo e

casou com ele outra sobrinha. Os laços dinásticos russos cruzavam agora o Báltico. Um ano mais tarde Pedro I acordou com os chineses a fonteira da Sibéria, libertando o seu flanco oriental. Grandes forças russas acamparam em Copenhaga, em preparação para um ataque à Suécia propriamente dita; outras unidades estavam acobertadas na Pomerânia e no Mecklemburgo. Anão ser que se fizesse alguma coisa, a maré russa engoliria todo o Báltico, inundaria a Suécia e perturbaria o equilíbrio alemão em que assentava em última instância todo o equilíbrio europeu. Isto preocupava intensamente o patrono tradicional da Suécia, a França, os holandeses, cujo comércio dominava o Báltico, os ingleses, que tiravam do Báltico os seus vitais abastecimentos navais, e, é claro, o próprio Imperador Sacro Romano e todos os territórios do Império, incluindo Hanover, cujo Eleitor era Rei de Inglaterra desde 1714.

> As ambições russas ameaçavam não só a segurança de muitos estados alemães como também

as suas «liberdades». O duque Carlos Leopoldo contava com o apoio do czar para a sua brutal campanha contra os privilégios da nobreza do Mecklemburgo; os nobres, por sua vez, queixavam-se da sua «tirania». De modo que em 1719 a Dieta mandatou uma intervenção sob direção hanoveriana – *Reichsexecution* – contra Carlos Leopoldo. A

proclamação do imperador falava das tentativas do duque para privar os Estados «dos seus vetustos privilégios, liberdades e direitos» por meio de medidas severas, a fim de os «forçar a uma sujeição arbitrária». Os homens de Carlos Leopoldo e os seus auxiliares russos foram rapidamente derrotados na batalha de Waldmühlen. Nove anos mais tarde, a máquina imperial tornou a entrar em ação. Carlos Leopoldo foi acusado de desautorizar os tribunais locais e estabelecer uma «judicatura sangrenta». O decreto enumerava depois uma longa lista de violências físicas infligidas aos súbditos do duque, incluindo uma pormenorizada descrição da tortura de um magistrado recalcitrante. Carlos Leopoldo foi mais uma vez acusado de «governo arbitrário». Havia também um temor mais generalizado de que o comportamento opressor do duque causasse perturbações no Império. O decreto imperial avisava que «poderia envolver todo o Império Romano ou as suas partes em perigosos distúrbios». O conflito dava, em particular, uma oportunidade de pescar em águas turvas. A motivação não era aqui simplesmente uma cobertura para um qualquer propósito estratégico mais profundo, mas era inseparável dele. Geopolítica e governança neste caso rimavam. Só vizinhos bem governados seriam bons vizinhos (82).

> Perante uma frente comum de tantas potências europeias, Pedro recuou no Norte da

Alemanha e pediu a paz. De qualquer maneira, o Tratado de Nystad, que pôs termo à Grande Guerra do Norte em 1721, foi uma catástrofe para a Suécia. Perdeu toda a sua primeira linha oriental de defesa no Báltico: a Livónia, a Estónia e a província finlandesa da Carélia. Na Alemanha, cedeu Bremen e Werden a Hanover, mas conservou a Pomerânia Ocidental. Estocolmo, por outras palavras, permaneceu relativamente imune a ataques do sul e podia ainda teoricamente ter influência nos assuntos da Alemanha. Para todos os efeitos, no entanto, a Suécia tinha deixado de ser uma grande potência e perdera a maior parte da sua influência no Império.

> Era menos óbvio à época, mas a Grande Guerra do Norte tinha também minado fatalmente a

posição da Polónia. A nobreza polaca – a *szlachta* – combinava catolicismo militante e virtude republicana, internamente, com a determinação em evitar a guerra no estrangeiro a quase qualquer preço. Ao contrário dos parlamentos britânico e sueco, por conseguinte, o *Sejm* não era um veículo da expressão de um robusto interesse nacional, mas uma plataforma para refrear as ambições dos reis saxões e – na prática – frustrar qualquer espécie de possível

mobilização militar (83). Dado que o *Sejm* se recusava a abordar com um mínimo de seriedade a questão da segurança nacional, a melhor esperança para manter a independência da Polónia assentava nos planos de Augustus para tornar a monarquia hereditária na família Wettin. Isto tanto reduziria o papel da nobreza – que era quem escolhia tradicionalmente o Rei – como o dos poderes exteriores, que desde tempos imemoriais exploravam a constituição da Polónia para interferir no processo eleitoral. Por esta razão, tanto a Rússia como a Prússia estavam decididas a bloquear esses planos. Em fevereiro de 1720, Pedro, *o Grande* concluiu uma aliança com a Prússia em que ambas as partes se comprometiam a garantir a Constituição polaca e a opor-se a qualquer aplicação à coroa do princípio hereditário. Um mês depois, Augustus vergou-se ao inevitável e informou Viena, Londres e Estocolmo de que desistia do seu programa de reformas e se submetia à tutela russa. Isto permitiu a São Petersburgo desestabilizar a Comunidade quase à sua vontade, secundando os dissidentes religiosos ou apoiando uma das muitas «Confederações», na realidade fações ou partidos, que periodicamente passavam à oposição nesta ou naquela matéria. O resultado foi que na Polónia a proteção dos direitos das minorias se fundiu inseparavelmente na opinião popular com um sentimento de inferioridade nacional.

> O Tratado de Utreque também não conseguiu resolver a luta pelo domínio do Mediterrâneo,

particularmente de Itália. A Espanha emergiu da guerra muito fortalecida pela união entre Castela e Aragão e as outras reformas governamentais que Filipe de Anjou e os seus conselheiros franceses levaram a cabo entre 1707 e 1715. Governava agora um reino que se tinha despojado das suas indefensáveis províncias periféricas da Holanda e dispunha da maior frota e do maior exército que a Espanha vira nos últimos tempos. Este potencial estava agora atrelado à ambição da sua segunda mulher, Isabel Farnese, encorajada pelo primeiro-ministro, o cardeal Alberoni, que estava determinada a reconquistar tudo o que fosse possível do império espanhol em Itália de modo a proporcionar uma herança aos seus filhos. Além disso, Filipe ainda acalentava ambições à coroa francesa. Perante a óbvia intenção espanhola de sabotar totalmente o acordo de paz, a Grã-Bretanha e a França – que já estavam a colaborar no Báltico e na Alemanha – aproximaram-se mais. Seguiu-se em 1716 uma *entente* formal entre as potências. Isto não demoveu Filipe, que ocupou o antigo território espanhol da Sardenha em julho de 1717 e invadiu a Sicília um ano depois, expulsando a sua guarnição austríaca. O seu

alvo seguinte era claramente Nápoles. A agressão de Filipe não só ameaçava desfazer a posição dos Habsburgos na península italiana como também, em termos mais gerais, despertava o espectro de uma nova hegemonia espanhola no Mediterrâneo. De modo que em outubro de 1718, antes da declaração formal de guerra, a marinha real britânica lançou um ataque de surpresa sobre a frota espanhola ao largo do cabo Passaro, perto da Sicília, e aniquilou-a. Isto não era apenas um ataque preventivo para proteger Nápoles de uma invasão, mas também uma guerra preventiva para eliminar uma futura ameaça naval espanhola.

> Pouco depois, britânicos, holandeses, franceses e austríacos combinaram-se para formar a

Quádrupla Aliança para conter Filipe. Em janeiro de 1719, já Grã-Bretanha e França estavam em guerra com Espanha e uns meses depois a França invadiu o Norte de Espanha. A marinha real atacou a Galiza e limpou o Mediterrâneo Ocidental de toda a navegação espanhola. Em retaliação, Filipe apoiou na Escócia um levantamento jacobita falhado comandado pelo conde de Mar, em abril de 1719. Passado pouco tempo, porém, foi forçado a demitir Alberoni, refrear a sua mulher e chegar a um entendimento. No acordo de paz resultante, Espanha reconheceu a perda das suas terras no Mediterrâneo, pelo menos de momento. Os únicos beneficiários do conflito foram a Saboia e a Áustria, que trocaram entre si a Sardenha e a Sicília, ganhando ambas dessa maneira um território mais manejável estrategicamente. A certo nível, por conseguinte, o acordo de Utreque tinha funcionado.

> O problema era que os Habsburgos austríacos representavam agora uma ameaça

potencialmente maior para o equilíbrio europeu do que os franceses. Adquiriram a Transilvânia e o resto da Hungria em 1699; a Holanda austríaca, Milão e Nápoles em 1714; e com o Tratado de Passarovitz, que pôs termo a uma nova guerra com a Turquia em 1716-18, acrescentaram-lhes Belgrado, o Banato e parte da Valáquia. Os austríacos tinham conseguido agora arredondar a sua presença mediterrânica alijando a indefensável Sardenha e ganhando a Sicília, que servia de baluarte a Nápoles. Como se veio a verificar, 1720 marcou o ponto alto da expansão dos Habsburgos, mas ao tempo parecia a muitos que a aspiração a uma Monarquia Universal tinha migrado de Versalhes para Viena. Estes temores eram avivados pela beligerância do Imperador Carlos VI. Este fazia pouco segredo da sua ambição de recuperar o trono de Espanha e assim ressuscitar o

Império de quem lhe dera o nome, Carlos V – precisamente aquilo que a Guerra da Sucessão espanhola fora travada para evitar. Carlos começou também a fazer sentir o seu peso na Alemanha, apoiando o lado católico numa série de acesas disputas confessionais.

> Para Jorge I e o governo inglês, as ambições austríacas punham em risco não só as terras

hanoverianas do rei, e o protestantismo alemão, mas também, mais em geral, a segurança do Império e, desse modo, o próprio fundamento do equilíbrio europeu. O secretário de Estado inglês, Charles Townshend, temia que os austríacos se julgassem «tão acima do resto da raça humana» que esperassem «dirigir os assuntos do mundo segundo os seus próprios desejos e sem a ajuda de qualquer outro poder» (84). O governo de regência de Versalhes, por seu lado, estava preocupado em conter a ameaça austríaca da Holanda e eliminar os vários enclaves e exclaves que complicavam a fronteira com o Império. Acima de tudo, os franceses estavam determinados em negar aos Habsburgos os recursos da Alemanha. Era, como nunca se cansaram de avisar os diplomatas franceses em toda a primeira parte do século XVIII, um enorme reservatório de «soldados naturais». O ministro dos Estrangeiros francês, o marechal Huxelles, estava mesmo tão inquieto com o facto de «a autoridade do Imperador se estar a tornar de dia para dia mais absoluta» que sustentou em março de 1718 que defender «os direitos e liberdades dos estados alemães» era a única maneira de «impedir o estabelecimento do despotismo no Império (85). Por esta razão, Versalhes apoiou em 1719 uma intervenção diplomática anglo-hanoveriana em defesa dos protestantes palatinos contra o seu príncipe católico e, em última instância, contra o próprio Imperador.

> Os temores franco-britânicos de outra Monarquia Universal habsburga atingiram o auge em

1725. A crise foi resultado direto de súbitas permutações dinásticas. Ansioso por fortalecer a monarquia por meio da rápida produção de um herdeiro, Luís XV renunciou à sua antiga intenção de casar com a ainda muito nova infanta espanhola. Em vez disso, voltou-se para leste e casou com Maria Leszczynska, filha de Estanislau, em tempos rei da Polónia. Filipe e Isabel tomaram isto como uma afronta e procuraram uma aproximação com os Habsburgos austríacos, que antes detestavam. Seguiu-se em maio uma aliança austro-espanhola. Os termos desse tratado constituíam uma ameaça direta ao equilíbrio geral europeu. Carlos VI prometia não dificultar as exigências espanholas de devolução de Gibraltar e Minorca. Concordava também

com a instalação do filho mais velho de Filipe, Dom Carlos, filho de Isabel Farnese, nalguns ducados italianos. A Espanha, por seu lado, outorgava ao imperador privilégios comerciais para a incipiente Companhia de Ostende, que fora fundada uns anos antes com vista a entrar no lucrativo mercado colonial. Como se isto não fosse suficientemente mau, falava-se de um casamento entre a filha mais velha de Carlos, Maria Teresa, e um dos príncipes espanhóis. Se a proposta fusão dinástica se desse, Grã-Bretanha e França enfrentariam um bloco austro-espanhol que ia da Flandres, no canal da Mancha, até ao calcanhar da bota italiana e da Silésia aos Pirenéus e às muralhas de Gibraltar. «Ter os domínios austríacos unidos aos vastos territórios de Espanha», avisava Townshend, poderia tornar o novo Estado «mais temível até para o resto da Europa do que fora Carlos V» (86). Pior ainda, as ambições alemãs do imperador – que preocupavam a França e a Grã-Bretanha muito mais do que a ameaça colonial – seriam financiadas pelo ouro do Novo Mundo espanhol ou talvez até pela sua própria Companhia de Ostende. Nas capitais britânica e francesa ressoavam agora os temores do «domínio», «intimidação» e «poder absoluto» da Alemanha imperial. A situação, queixava-se um diplomata francês, era pior do que antes de 1648. Por esta razão, Grã-Bretanha e França aderiram ao Tratado de Hanover de setembro de 1725, numa aliança para conter Viena e Madrid.

> Com a França e a Grã-Bretanha assim preocupadas, a Rússia pôde reatar a sua campanha para

o domínio completo do Báltico. A chave para a realização destes planos, como sustentou o primeiro-ministro russo, o conde Ostermann, numa série de *memoranda* de 1725-26, era uma aliança com a Áustria. «O Sacro Imperador Romano», escreveu ele, «não só pode ajudar a Rússia contra os suecos, os turcos e os polacos» como «pode dissuadir outras potências de atacar a Rússia». De modo que em princípios de agosto de 1726, a czarina, Catarina I, finalmente tirou a máscara e aderiu ao Tratado de Viena. Tropas russas ocuparam a Curlândia para impedir uma anexação polaca. Para Londres e Versalhes os planos russos não eram apenas um golpe para a região estrategicamente vital do Báltico, que era ainda a principal fonte de abastecimentos navais, como também ameaçavam reavivar os planos de Pedro para dominar o Norte da Alemanha e, assim, o Império. As suas contramedidas estavam prejudicadas pelo facto de que não havia maneira de dissuadir a Rússia ameaçando a sua fronteira ocidental. Em vez disso, foi enviado para o Báltico uma esquadra da marinha real e a Suécia foi persuadida a aderir à Aliança de Hanover. Ao mesmo tempo, em Constantinopla, diplomatas britânicos e franceses tentaram aliciar a Porta, como era geralmente conhecido o governo otomano, a atacar os

russos pelo sul. O plano, para citar Townshend, era «preocupar (...) tanto a czarina do lado da Ásia que possa estar menos atenta e menos empreendedora em criar deste lado distúrbios e incómodo ao Rei». Esta inteligação das várias partes do «equilíbrio» da Europa não podia ter sido mais bem ilustrada (87).

> O grande impasse europeu de 1725-7 abrangia o continente de uma ponta à outra, do Báltico

ao mar Negro e do canal à península Ibérica, onde a Espanha conduzia um cerco ténue a Gibraltar. Mas o principal ponto em causa era o Império, incluindo a Flandres, onde Carlos ameaçava Hanover e – mais relevantemente – onde podia mobilizar os recursos e garantir as bases para ameaçar diretamente a França e a Grã-Bretanha. Era por isso também que os esforços navais britânicos tanto se concentravam nas frotas espanholas da prata: estes ataques não eram apenas raides de destruição e pilhagem grosseiros, mas uma estratégia calculada para privar o imperador dos fundos necessários para desequilibrar a balança de poder na Europa Central. Era por isso que o grosso dos preparativos militares se concentrava em reunir uma força terrestre substancial na Alemanha, onde podiam conter Carlos VI.

> Tudo isto não era apenas uma disputa entre grandes potências, mas também um profundo

conflito ideológico. Muitos contemporâneos viam-no como um choque entre governos representativos, de várias estirpes, e um grupo igualmente heterogéneo de Estados absolutistas. O parlamento britânico e os Estados Gerais holandeses sentiam-se ameaçados por um eixo hispano-austríaco, cuja força se baseava, pelo menos parcialmente, na supressão do seu próprio governo representativo. Para usar uma terminologia contemporânea, a Europa estava dividida entre o campo da «liberdade», de um lado, e o do «despotismo», do outro. Estes termos há muito que eram brandidos pelos panfletários britânicos e holandeses e desde finais do século XVII que também se tinham tornado cada vez mais correntes na crescente esfera pública da Europa Central. Os leitores de jornais no Império cresceram de um total de 250 000 para cerca de meio milhão em meados do século. Era parte integrante desta crítica uma relutância cada vez maior em aceitar a insistência dos príncipes no «segredo» da discussão dos assuntos políticos (88). Em sátiras, sermões e «conversas políticas», os governantes alemães e especialmente o imperador eram cada vez mais chamados a prestar contas, particularmente em matéria de política externa, que era o principal foco do patriotismo «imperial». Mostrava um profundo interesse, não só no estado da política alemã, mas

também na mais ampla balança de poder europeia na qual assentava a sua segurança. Como observou o autor de um esperançosamente intitulado *Friedens-Courier* (Correio da Paz), ninguém podia ter tão pouco interesse nos assuntos do mundo que «mesmo que não quisesse ler ele próprio as notícias não perguntasse pelo menos aos vizinhos o que se ia dizendo de vez em quando sobre a [conferência de] Paz» (89). Muitas destas publicações eram patrocinadas pelo Estado, é certo, mas mostravam que, longe de serem «apolíticos», os alemães estavam profundamente interessados no mundo que os rodeava.

> No fim de contas não houve uma conflagração europeia geral. Nem a Espanha nem a Áustria estavam em condições de sustentar uma guerra na Alemanha e em Itália contra a aliança anglo-francesa. Catarina preferia não confrontar a marinha real no Báltico. Os otomanos recusavam-se a atacar o império czarista. Os únicos tiros de facto disparados foram trocados entre britânicos e espanhóis no alto mar e ao largo de Gibraltar. A guerra foi evitada por meio da diplomacia e da dissuasão.
>
> Se a força austríaca era uma ameaça, também o era a fragilidade intrínseca do conglomerado

dos Habsburgos. Depressa se tornou claro que era pouco provável que o imperador, Carlos VI, deixasse um herdeiro varão, o que levantava a possibilidade de uma sucessão contestada e da divisão às mãos das potências vizinhas após a sua morte. Carlos VI tinha procurado prevenir a questão promulgando a «Pragmática Sanção» de abril de 1713, que estabelecia o princípio de que as terras dos Habsburgos deveriam passar inteiramente e indivisas para os seus filhos e filhas, em primeiro lugar, e só depois para os do seu falecido irmão mais velho, José. Desde maio de 1717 que o presumível herdeiro de Carlos VI era a sua filha mais velha, Maria Teresa. Carlos VI, porém, não dava nada por adquirido. Sabia que por muito que os maridos das filhas de José, os Eleitores da Baviera e da Saxónia, pudessem ter renunciado a quaisquer reivindicações em nome das suas mulheres, aquelas podiam ser rapidamente ressuscitadas se a ocasião se apresentasse. Por esta razão, Carlos VI tratou de garantir a concordância das assembleias representativas da monarquia para os arranjos da sucessão. Em meados de 1722 tinha até persuadido os húngaros a cooperar, em troca, é claro, do reconhecimento dos seus próprios privilégios. Carlos VI dirigiu depois as suas atenções para lá das suas fronteiras, acabando por obter a assinatura de Espanha em 1725, da Rússia em 1726, de Inglaterra em 1731 e da Dieta imperial em 1732. Ao mesmo tempo, contudo, Carlos VI foi muitas vezes forçado a compromissos, quando, por exemplo, concordou em casar

uma das filhas de José com os bávaros, em troca de apoio militar contra os otomanos em 1716. O efeito geral desta azáfama antecipatória, longe de desarmar a questão, foi o de encorajar outros poderes europeus a pensarem em tirar partido da fraqueza dos Habsburgos.

> Isto foi especialmente verdadeiro para a França, que começou a reafirmar-se na cena europeia

nos anos de 1730, depois de um período de relativa passividade após a morte de Luís XIV em 1715. Este ativismo foi, em parte, movido por um maior sentimento de estabilidade dinástica com o nascimento do Delfim – um herdeiro do trono – em 1729. Em parte refletia, também, a crescente frustração com os rendimentos decrescentes da aliança com a Grã-Bretanha, cujas políticas comerciais e alemãs divergiam cada vez mais. França já estava a reconstruir «secretamente» as instalações portuárias à volta de Dunquerque e a investir fortemente na sua marinha. A sua economia estava a expandir-se a um ritmo impressionante; e também a sua pegada colonial, em especial nas Américas. Mas a principal preocupação da política francesa continuava a ser o crescimento do poder austríaco no Império, o qual, como observou em 1729 um funcionário do Ministério dos Estrangeiros francês, ameaçava «alterar em tal medida o governo do Império que se tornaria uma monarquia, permitindo ao Imperador alçar-se como governante absoluto da Alemanha, o que de facto deitaria abaixo o equilíbrio de poder na Europa» (90).

> A revivescência do poder francês apanhou desprevenido o resto da Europa. Fraqueza interna e

declínio comercial tornavam a República Holandesa bastante incapaz de montar uma resposta coordenada. A Áustria estava desejosa de conter a França no Império e no Norte de Itália, mas sentia-se cerceada pela sua situação exposta na Flandres, onde estava pouco inclinada a investir em preparativos defensivos. Alarmada por estes sustentáculos pouco firmes nos Países Baixos estrategicamente vitais, e assombrada pela evidência do crescimento económico na França «não livre», a Grã-Bretanha abandonou então a sua hostilidade a Carlos VI e regressou à política tradicional de reforçar os Habsburgos como contrapeso a França. Em 1731, por conseguinte, entrou numa aliança com a Áustria, pelo Tratado de Viena, e garantiu a Pragmática Sanção. Encorajado pelo apoio britânico, Carlos VI sentiu-se agora suficientemente forte para pedir ao Reichstag que aprovasse a Pragmática Sanção, que passou no colégio eleitoral por seis votos contra três em janeiro de 1732 (91). Longe de dissuadir França, a ação

britânica tornou-a mais determinada em impor-se à Áustria. Em 1733 concluiu um «Pacto de Família» com os Bourbons espanhóis. Isto assinalava, é certo, uma intenção de cooperar contra a Grã-Bretanha no ultramar, mas o seu principal fim era uma frente comum na Europa, em que ambas as partes planeavam explorar a sucessão austríaca para espoliar os Habsburgos. A preocupação mais premente era, contudo, impedir Carlos VI de alcançar o controlo do próprio Império. As coisas atingiram o seu ponto crítico em primeiro lugar com a questão da sucessão polaca, que saltou para o topo da agenda europeia com a morte do Rei-Eleitor Augusto II em princípios de fevereiro de 1733. Os franceses adiantaram Estanislau Leszczynski, que tinha reinado brevemente durante a Grande Guerra do Norte e cuja filha casara entretanto com Luís XV. Era uma figura popular e deixada a si própria a nobreza polaca quase certamente o teria escolhido como Rei. A Comunidade, porém, estava demasiado fraca para decidir o seu próprio futuro. Além disso, o que estava em jogo em 1733 era toda a estrutura geopolítica da Europa. Para os russos, a eleição renovava o espectro de um rei reformista que podia transformar a Polónia caótica numa potência mais dinâmica na sua fronteira ocidental. Para a Áustria, um candidato francês em Varsóvia ameaçava entalar a monarquia entre Estanislau e o seu genro, Luís XV. Quando os franceses tentaram persuadir o grão-vizir otomano a apoiar o seu candidato, a perspetiva de um cerco tornou-se ainda mais preocupante. Os austríacos e os russos queriam por conseguinte que sucedesse outro saxão e mantivesse o *statu quo*. A verdadeira questão, em suma, era o futuro da monarquia dos Habsburgos e a sua posição na Alemanha.

> Não é, por conseguinte, surpreendente que tão pequena parte da Guerra de Sucessão polaca

se tenha combatido na Polónia. Em setembro de 1733, a Dieta polaca elegeu Estanislau como Rei. Cedo se seguiu a guerra entre, de um lado, a Áustria e a Rússia e, do outro, França e Espanha. Havia pouco que os franceses pudessem fazer por Estanislau, que depressa foi esmagado na Polónia. A verdadeira ação deu-se mais a ocidente. Graças a um tratado franco-holandês, a Holanda austríaca ficou neutral até ao fim do conflito. Em quase todos os outros sítios, porém, os Habsburgos estavam na defensiva: na Lorena, que os franceses ocuparam com facilidade no início das hostilidades; no Norte de Itália, onde foram atacados por uma força sardo-franca em outubro de 1722; em Nápoles, que foi invadida por Espanha em fevereiro de 1734; e na Alemanha propriamente dita, a despeito de terem persuadido o Império a declarar guerra a França em abril de 1734. O imperador vergou ante esta acometida. A Grã-Bretanha recusou de pronto prestar

qualquer ajuda à Áustria, a despeito do Tratado de Viena. No fim de contas, só a chegada ao Palatinado de um substancial corpo expedicionário russo em agosto de 1735, depois de uma marcha épica de mais de 1000 quilómetros, salvou os austríacos de uma derrota mais esmagadora (92). Carlos VI foi forçado a pedir a paz em outubro de 1735. Nápoles e Sicília foram cedidas a Don Carlos, embora com a condição de que nunca reverteriam para a coroa espanhola. A França aceitou a sucessão saxónia na Polónia e em troca Estanislau foi instituído duque de Lorena, com o entendimento de que à sua morte passaria diretamente para a França. Foi um triunfo francês.

A permanente turbulência internacional europeia de princípios do século XVIII levou os Estados

europeus a esforçarem-se por melhorar a coesão interna e a extração de recursos para aumentarem as suas capacidades militares. Em 1715, por exemplo, a monarquia dos Habsburgos persuadiu os húngaros a financiarem em termos permanentes alguns regimentos do exército regular. Um ano mais tarde foi criado o Conselho Privado dos Assuntos Financeiros austríaco, para melhorar a coordenação fiscal. Não muito depois disso o Presidente do Supremo Tribunal fez a sugestão revolucionária de que a monarquia devia compor as suas forças militares de modo que refletissem as reais capacidades fiscais – não que alguém lhe fizesse caso. Os Habsburgos não conseguiram unir as suas províncias variegadas e as suas várias e refratárias assembleias representativas num projeto de defesa comum. Não houve um «interesse dos Habsburgos», só o de cada uma das partes componentes da monarquia. A maioria dos territórios, como Nápoles, só pagou a sua própria defesa e mesmo isso de má vontade; o único contribuinte líquido substancial para a defesa geral da monarquia foi a Boémia. Na França bourbon, por outro lado, a aristocracia tinha perdido o seu veto formal sobre a tributação. A tributação direta e a redução de privilégios foram acelerados, mas não demasiado, de modo a evitar perturbar o frágil consenso interno (93). Embora o *dixième* tivesse sido reintroduzido em 1733 para financiar a Guerra da Sucessão Polaca, o rei foi obrigado pela opinião nobre e clerical a aboli-lo depois de terminada a luta, privando assim a coroa de um valioso rendimento futuro; este padrão repetiu-se ao longo de todo o século. Os *Parlements* – há tanto tempo mantidos em respeito pelo Rei – afirmaram crescentemente o seu direito a «registar» e assim na prática aprovar novos impostos. A despeito da sua considerável força, Áustria e França estiveram, por conseguinte, durante a maior parte do século, a combater bem abaixo do seu verdadeiro peso.

Também a Rússia procurou maximizar a sua força por meio de

reformas internas. Os

programas de Pedro, *o Grande*, no entanto, não tinham a ver com a importação de normas políticas da Europa Ocidental e Central como consulta e «liberdade»: o exemplo caótico da Polónia desanimou os russos de tais experiências (94). Para o czar, a «ocidentalização» significava a criação de um Estado absolutista moderno capaz de maior crescimento económico e extração de recursos. Na verdade, toda a sociedade e o governo da Rússia estavam voltados para a mobilização militar. O privilégio aristocrático e o serviço do Estado estavam diretamente ligados. Em 1722, a Lista da Nobreza explicitava a relação entre os títulos dos nobres e os cargos no exército e na administração (95). Em troca era dado à aristocracia um controlo praticamente irrestrito sobre o seu campesinato. Na terminologia de hoje, a Rússia do século XVIII não era livre mas meritocrática. Economicamente, o czar falhou. Embora a Rússia fosse no seu conjunto – graças à sua enorme população – o Estado mais rico da Europa, continuou a ficar muito para trás em termos de riqueza *per capita* e de todos os outros índices de desenvolvimento económico. Teve êxito, porém, política e militarmente. A Rússia entrou no novo *round* da luta pelo domínio da Europa com um exército permanente relativamente grande de mais de 100 000 homens, que podia ser reforçado a qualquer momento a partir de uma reserva de mão-de-obra praticamente ilimitada.

Em contraste com as outras principais potências, a Prússia dispunha de uma influência muito

para além do que se justificava pela sua força «natural» ou «fundamental». No século XVII, a nobreza tinha renunciado ao direito de ser consultada sobre tributação e política externa, em troca do apoio dos príncipes à servidão. Tinha havido desde então periódicas reclamações aristocráticas de acrescida participação, que incitaram Frederico Guilherme a avisar que faria o que fosse necessário para «estabilizar a sua soberania como um *rocher de bronze*». Nas duas décadas seguintes levou por diante reformas de governo destinadas a aumentar a sua eficiência, criando em 1722 o «Diretório Geral», o supremo órgão administrativo. Mais ou menos uma década depois Frederico Guilherme introduziu o famoso «sistema cantonal», que amarrava os camponeses a um determinado regimento e a uma determinada propriedade fundiária. Ao abrigo deste regime desenvolveu-se um verdadeiro «complexo militar-agrário», a nobreza fornecia os funcionários públicos e o corpo de oficiais, enquanto os camponeses trabalhavam a terra e forneciam os soldados rasos (96). Alicerçava-se num sistema de celeiros estatais de duplo propósito,

tanto o de fornecer o Exército como o de aumentar a disponibilidade de cereais em tempos de escassez; bem-estar e guerra estavam assim intimamente ligados (97). Era um sistema altamente eficaz, que garantia a Frederico Guilherme um fluxo regular de recrutas. Tornava-o também menos dependente de mercenários estrangeiros: o seu Exército era em cerca de dois terços feito de súbditos prussianos, um número muito alto para os padrões da época. E contudo havia alguma margem, mesmo na Prússia, porque uma parte substancial da população, principalmente entre os habitantes das cidades, estava «isenta» do serviço militar por esta ou aquela razão (98). O verdadeiro potencial da Prússia ainda não tinha sido realizado.

> Comum à vasta maioria destes programas de reforma era a presunção de que o absolutismo

oferecia o melhor governo no plano interno e a mais eficaz defesa dos interesses do Estado externamente. Os sistemas parlamentares ou corporativos, por outro lado, eram geralmente considerados corruptos, caóticos e propensos à intervenção estrangeira (99). Foi por esta razão que o partido da «reforma» na Polónia tentou a partir de meados dos 1730 refrear os direitos do *Sejm* a favor de um governo mais centralizado capaz de resistir às potências estrangeiras; os «patriotas», pelo contrário, afirmavam que só a restauração das suas «liberdades douradas» geraria a «virtude» necessária para resistir à dominação estrangeira (100). Na Suécia, a monarquia fez uma tentativa, em vão, em 1723 para reduzir a interferência estrangeira mudando de uma sucessão eletiva para uma sucessão hereditária. Problemas similares eram visíveis nas Províncias Unidas, que estavam a entrar num período de longo declínio depois dos estupendos esforços da luta contra Luís XIV. Em 1716-17 o secretário do Conselho de Estado, Simão van Slingelandt, usou a «Grande Assembleia» dos Estados Gerais para pedir reformas do governo e do processo da tomada de decisões na Holanda. Pedia, em particular, que as decisões deixassem de ser enviadas às assembleias provinciais para ratificação e que fosse dado ao governo central o poder de fazer executar legislação e tributação. O plano de Slingelandt falhou, principalmente porque os estados já não temiam suficientemente a França para renunciarem à sua autonomia zelosamente guardada e porque consideravam a centralização a restauração da odiada *Stadholderate* com outro nome qualquer. Isto tinha implicações importantes para a Europa no seu conjunto, porque uma República Holandesa fraca deixaria de ser capaz de cumprir a sua obrigação de sustentar a «barreira» e, em geral, ajudar a manter o «equilíbrio de poder» (101).

> Também na Grã-Bretanha o sistema parlamentar estava sob

crescente escrutínio. Os ministros,

ou os seus porta-vozes, sustentavam que eleições frequentes davam «um apoio às cabalas e intrigas dos príncipes estrangeiros» e encorajavam o desleixo no trato com os aliados. Por esta razão, em meados de 1716 o governo fez passar o Septennial Act, a Lei do Septenato, que aumentava o intervalo entre eleições gerais de três para sete anos. Os ministros argumentavam também a favor de um Exército permanente, mesmo em tempo de paz, «tanto para suprimir qualquer insurreição interna como para repelir qualquer ofensa vinda do estrangeiro; e para cumprir os nossos compromissos de manter o sossego da Europa». Críticos mais radicais, *Tory* e *Whig*, procuravam, por outro lado, fazer a administração prestar contas no Parlamento sobre a sua política externa, exigindo a publicação dos documentos diplomáticos bem como o direito de aprovar tratados e subsídios a Estados estrangeiros. Viam no Exército permanente, como disse um deputado desassombrado, uma coisa bem contrária à «livre execução das leis do país». Nesta leitura, a necessidade externa era meramente um engodo do despotismo interno. Quantas nações, perguntava, «tinham perdido as suas liberdades» com o pretexto de contrariar «os desígnios ambiciosos das nações suas vizinhas e a necessidade de preservar o equilíbrio de poder?» (102).

À primeira vista, estes debates pareceriam confirmar a crença geral europeia de que tudo o

que tendesse a refrear a autoridade interna da coroa enfraqueceria a capacidade do Estado para defender os seus interesses no estrangeiro. Na realidade, o sistema britânico podia gabar-se de duas grandes vantagens. Primeiro, o nível muito alto de participação no processo político fazia do Estado britânico o mais digno de crédito da Europa e assim permitia-lhe mobilizar recursos financeiros sem qualquer proporção com a sua população ou sequer com o seu poder económico «subjacente» (103). Em segundo lugar, o parlamento e a esfera pública proporcionavam um foro onde os interesses britânicos podiam ser expressos e refinados, conduzindo a uma política mais informada e flexível. Havia assim uma ligação direta entre liberdades internas e força política no estrangeiro, mas não era uma ligação necessária nem invariável, como o caso contrário da Comunidade polaca tornava penosamente claro.

Também a Turquia era impelida pelas ameaças externas a melhorar a sua coesão interna. Os

otomanos, lamentava-se o janízaro Hasan Kurdi, eram fiscal e

tecnologicamente atrasados – faltavam-lhes «tesouraria e artilharia» – eram vagarosos na tomada de decisões e sofriam de exaustão e «desobediência» (104). Infelizmente, a estrutura e as tradições do Império Otomano eram totalmente inimigas das formas de Estado do resto da Europa, tanto da parlamentar como da absolutista. A Porta, por conseguinte, deu mais e mais poder às localidades. O desafio também não conduziu ao surgimento de uma esfera pública otomana: os «livros de conselhos» que circulavam havia já algum tempo excluíam a política externa como esfera secreta inapropriada para os súbditos (105). Por conseguinte, a Turquia contrariou a tendência geral da Europa para a centralização, a secularização e – pelo menos no Ocidente – uma participação cada vez maior. Em vez disso, as derrotas otomanas de finais do século XVII e princípios do século XVIII suscitaram um fundo anseio de renovação moral e espiritual. Muitos muçulmanos rejeitavam qualquer explicação técnica ou política da fraqueza muçulmana no mundo moderno. Culpavam pelos reveses otomanos a falta de uma verdadeira piedade e a emergência de heresias religiosas no próprio coração do *Dar ul Islam*. A resposta, arguiam os críticos, era mais Islão (106). Por esta razão, o principal pregador árabe do século XVIII, Muhammad ibn Abdul Wahhab (1703-92), apelava a uma reforma islâmica, um regresso aos princípios incorruptos do Islão medieval. Em finais do século já tinha unido forças com o chefe tribal local Muhammad ibn Saud e levantado a maior parte da península Arábica numa revolta contra os otomanos. Por outras palavras, a radicalização do mundo árabe começou frente às portas de Viena.

> Se a reforma interna era uma maneira de aumentar o poder externo, a expansão ultramarina

era outra. O seu benefício mais óbvio, mas crescentemente marginal, era a simples extração de recursos. A Espanha, em particular, há muito que vinha financiando muito do seu esforço militar com os metais preciosos da América Central e do Sul. A maior parte das outras potências, porém, tirava vantagens mais indiretas. Tanto a Grã-Bretanha como França, por exemplo, viam no comércio e nas pescarias coloniais um método vital de treinar marinheiros para o serviço naval de guerra. Em termos mais gerais, todos as potências coloniais viam o comércio ultramarino, e na verdade todo o comércio, como um elemento integrante do poder do Estado. «Se conseguirmos fazer florescer o comércio», observou o teórico político e diplomata francês *Abbé* de Saint Pierre, merecendo a aprovação do cardeal André-Hercule de Fleury, «teremos toda a tropa que quisermos: se o deixarmos languidescer, teremos menos soldados e menos dinheiro para pagar o seu sustento». Na Grã-Bretanha, declarações destas foram rotineiras de finais do século XVII em diante. Nem toda a gente,

contudo, estava persuadida disto, especialmente na Europa Central e de Leste, onde o interesse nas empresas coloniais permaneceu baixo. Assim, Frederico Guilherme vendeu o território prussiano de Gross Friedrichsburg (no atual Gana) aos holandeses porque tinha «sempre considerado este disparate do comércio uma quimera» (107).

> A Áustria tinha sofrido pesadas perdas durante a Guerra da Sucessão Polaca, mas a sua

humilhação não era de modo nenhum completa. O apoio militar russo na Alemanha e a sua aceitação da Pragmática Sanção tinham custado um alto preço. A Rússia esperava agora que a Áustria apoiasse ou, pelo menos, tolerasse a sua expansão para sul contra os otomanos. Os objetivos de guerra russos incluíam a captura de toda a costa norte do mar Negro, a anexação da Crimeia e a ocupação da Moldávia e da Valáquia. Estes eram apenas os primeiros passos, no entanto. A proeza cimeira seria uma grande investida para sul, culminando na conquista da própia Istambul. Na expressão do autor deste plano trienal, o marechal de campo Münnich, em 1736, «A czarina será coroada Imperatriz dos gregos na mais antiga das igrejas gregas, na renomada Catedral de Santa Sofia, e trará a paz – a quem? (...) Ao mundo inteiro (...) Quem duvidará então se o título imperial pertence àquele que é coroado em Frankfurt ou àquela que é coroada e ungida em Istambul?» O avanço da Rússia para sul, por outras palavras, destinava-se em grande parte a criar uma legitimidade imperial alternativa à que era conferida pelo Sacro Império Romano (108).

> As coisas não correram como tencionavam quer a Áustria quer a Rússia. Em abril de 1736, os

russos atacaram a Turquia, seguindo-lhes o exemplo no ano seguinte os Habsburgos. Em vez de se desmoronar sob este assalto, porém, o Império Otomano defendeu-se eficazmente. O ataque austro-russo foi repelido, as terras perdidas para os Habsburgos em 1717-18 foram recuperadas e a crucial linha de fortalezas de Azov a Belgrado foi restabelecida mais ou menos na forma que tinha tido no fecho do século anterior (109). Pela segunda vez em dez anos, Viena tinha sido bastante humilhada. As raízes da fraqueza dos Habsburgos continuavam a residir na natureza dispersa das possessões da monarquia e nos seus complicados arranjos administrativos e de tomada de decisão, que muitas vezes levavam à paralisia. «O mínimo assunto», observou em 1735 o enviado britânico a Viena, «produz um *referate* [memorando], um *referate* produz uma conferência e se a

cidade estivesse a arder tinha de haver uma conferência para deliberar se o fogo havia ou não de ser apagado e como». Os governos monárquicos, por outras palavras, podiam ser altamente consultivos e não eram necessariamente mais decididos do que os sistemas representativos que tanto desdenhavam. Na verdade, à medida que correu o século XVIII, tornou-se claro que a crescente burocratização dos Estados europeus continentais entorpecia tomadas de decisão eficazes, enquanto a Grã-Bretanha parlamentar permanecia capaz de uma extraordinária clareza de visão, de resiliência e de ação decidida (110).

> Ao mesmo tempo, o sistema britânico era vulnerável a surtos de irracionalidade. Muitos

ministros descobriram isto à própria custa quando as disputas coloniais e marítimas com Espanha provocaram uma explosão de xenofobia e beligerância populares nos anos 1730. O caso de um marinheiro britânico chamado Jenkins, a quem no alto mar tinha sido cortada uma orelha pelos *guarda-costas* espanhóis, provocou uma crise. Dentro e fora do Parlamento os críticos acompanharam as suas exigências estratégicas de um apelo a mais ampla participação política para contrabalançar a «corrupção» e a fraqueza da corte e do ministério. O deputado da oposição *Whig* William Pulteney reivindicou o direito do Parlamento – «O grande e principal conselho de Sua Majestade» – a escrutinar toda a correspondência diplomática. Um tratado de compromisso com Espanha soçobrou numa onda de irrisão pública, panfletária e parlamentar. Em novembro de 1739, a Grã-Bretanha lançou-se na «Guerra da orelha de Jenkins» na expectativa de imitar as proezas de Sir Francis Drake, pilhando a navegação espanhola e saqueando as suas colónias; as vozes mais otimistas esperavam até, na expressão de um Par do reino influente, que a intervenção «permitiria [às populações locais] livrar-se do jugo espanhol» (111). Os céticos duvidavam que Espanha se rendesse tão facilmente (112). «Agora estão a tocar os sinos», avisou o primeiro-ministro, Robert Walpole, «muito depressa estarão a torcer as mãos» (113). Assim veio a ser: depois de algumas vitórias rápidas, incluindo a espetacular conquista de Portobello, as forças britânicas cedo se viram atoladas perante a fortaleza colombiana de Cartagena (114). A intensa preocupação naval e colonial da Grã-Bretanha teve um grande custo para a sua posição na Europa e para a reputação interna da administração. França estava agora desenfreada na Europa, concluindo um tratado de subsídio com a Suécia e chegando a efetuar uma aproximação aos Habsburgos, em recuperação. Em dezembro de 1738 foram anunciados planos de um duplo casamento franco-espanhol; por volta da mesma altura, o rei e os seus ministros foram

abalados por uma ameaça prussiana a Hanover. O mais grave de tudo era que os franceses, com o seu flanco europeu seguro, começavam agora a pensar em concentrar a sua atenção e recursos em lidar com a Grã-Bretanha no mar. Londres estava plenamente consciente deste perigo. «Se não houver a diversão de uma guerra terrestre no continente e não tivermos garantias contra uma invasão da França superior às nossas forças», avisou o estadista britânico Horace Walpole, «temo que na próxima primavera ou verão a sede da guerra será nesta ilha»(115). A ligação entre o equilíbrio europeu e a segurança naval de Inglaterra era assim muito clara para os contemporâneos.

> No termo da década o futuro da Alemanha continuava a ser a grande questão por resolver em

Londres, em Versalhes e em toda a Europa Central. Ao longo de 1738-9, o cardeal Fleury e outros ministros asseveraram repetidamente que manter a sua posição no Império era a chave da segurança francesa. Resolver a sucessão austríaca a favor de França era assim tão crucial para Fleury como a preservação de toda a herança dos Habsburgos para a Grã-Bretanha. A fim de garantir que os Habsburgos nunca tornassem a representar uma ameaça para o flanco oriental de França, o cardeal planeava agora desatrelá-los da coroa imperial. Isto impediria Viena de concentrar os recursos da Alemanha contra os Bourbons. Havia uma certa premência nisto porque Versalhes temia que se o marido de Maria Teresa, Francisco Estêvão, se tornasse Imperador usaria a sua posição para recuperar o seu Ducado da Lorena perdido. De modo que quando Carlos VI finalmente morreu em outubro de 1740, a França de bom grado permitiu que Maria Teresa lhe sucedesse sem oposição como senhora das terras austríacas – deixando aos outros candidatos poucas hipóteses que não fossem seguir-lhe o exemplo. A verdadeira questão era a de quem lhe sucederia como Sacro Imperador Romano. Era assim claro, ao aproximar-se do seu termo o ano de 1740, que a luta pelo domínio da Alemanha estava prestes a entrar numa nova e dramática fase.

> O que ninguém previra era que um elemento novo e dinâmico estava prestes a entrar na

equação: a Prússia de Frederico II (116). O jovem rei tinha sucedido a Frederico Guilherme e toda a gente o julgava uma alma sensível que sofrera às mãos de um pai brutamontes. Na realidade, Frederico estava decidido a ganhar renome como grande comandante e estadista na cena europeia, não por mera vaidade, mas como parte de um plano calculado para congregar o «público» em apoio da monarquia por

meio de uma política externa brilhante. Isto era uma novidade na Prússia, onde o seu pai fora tão desconfiado da imprensa que na sua acessão ao trono em 1713 proibiu brevemente todos os jornais de Berlim. Durante muito tempo a esfera pública prussiana consistiu em pouco mais do que o *Berliner Privilegierte Zeitung*, fundado em 1722, que gozou, como o seu nome sugeria, de um monopólio sancionado pelo Estado. Quando Frederico ascendeu ao trono encorajou desde o princípio a esfera pública, embora uma esfera pública altamente controlada: o *Haudesche Zeitung* foi fundado em 1740, o *Journal de Berlin ou nouvelles politiques et littéraires*, de vida curta, começou a sair nesse ano e 1742 viu a chegada do *Spectateur en Allemagne*, dirigido por um dos seus confidentes, Charles-Étienne Jordan. Mais que tudo, no entanto, Frederico procurava marcar posição entre o público geral alemão em apoio das suas ambições no Império e da busca da segurança da Prússia.

> A primeira prioridade de Frederico era tratar do calcanhar de Aquiles da monarquia: a sua

fragmentação geográfica. «A pior coisa», observou mais tarde na sua *História do meu próprio tempo*, «era o formato irregular do Estado. Províncias estreitas e dispersas estendiam-se da Curlândia [a leste] até Brabante [a ocidente]. Em resultado desta fragmentação (*Zerrissenheit*), o Estado tinha muitos vizinhos, mas não tinha força interior e estava exposto a muitos mais inimigos do que se tivesse sido arredondado mais eficazmente». Era claro para Frederico que limitar-se a trabalhar dentro do sistema do Sacro Império Romano, como tinham feito os seus antecessores, apenas produziria melhorias graduais de pequena monta na posição da Prússia. Neste contexto, a disputada sucessão austríaca representava tanto uma ameaça como uma oportunidade. A Prússia tinha um vago direito à rica e populosa província da Silésia dos Habsburgos, que lindava com as suas terras nucleares de Brandeburgo. Por outro lado, havia o perigo real de que um dos outros candidatos à sucessão austríaca, o Eleitor-Rei da Polónia-Saxónia, acabasse por ficar com a Silésia como compensação. O cerco à Prússia que daí adviria era uma coisa que Frederico desejava evitar a todo custo (117). «Se esperarmos que a Saxónia e a Baviera deem o primeiro passo», avisou em princípios de novembro de 1740, «não seremos capazes de evitar que os saxões se expandam» (118).

> De modo que, em dezembro de 1740, Frederico atacou. Invadiu a Silésia sem aviso e rapidamente ocupou a maior parte da província. Frederico tinha de facto escolhido brilhantemente o seu momento. A Grã-Bretanha, aliada tradicional da Áustria, estava envolvida na sua

custosa guerra colonial com Espanha. O seu outro patrocinador, a Rússia, sofria as convulsões de uma batalha sucessória, depois da morte da czarina Ana, em novembro de 1740. Além disso, o Império estava a preparar-se para decidir quem havia de suceder a Carlos como Imperador: o candidato Habsburgo, Francisco Estêvão, ou Carlos Alberto, Eleitor da Baviera, que os franceses apoiavam. Estes desenvolvimentos facilitaram bastante o golpe de Frederico, mas a invasão libertou por seu turno as forças destrutivas que tinham estado a germinar no Império e em toda a Europa ao longo da década anterior.

Eram postas de lado agora todas as solenes garantias da Pragmática Sanção enquanto

franceses, saxões, bávaros, espanhóis e outros se aglomeravam para tirar partido do que julgavam ser a condição indefesa de Maria Teresa. Em maio de 1741, a Espanha prometeu apoio financeiro às ambições imperiais de Carlos Alberto, em troca do reconhecimento imperial dos seus ganhos em Itália, à custa da Áustria. Um mês depois, os franceses concluíram uma aliança defensiva com Frederico. Concordaram com a sua anexação da Baixa Silésia e de Breslau; em troca, Frederico prometeu o seu voto eleitoral a Carlos Alberto na iminente eleição imperial. Em setembro, os saxões atacaram Maria Teresa, esperando garantir para si a Silésia e Carlos Alberto proclamou-se Rei da Boémia em dezembro de 1741. Nesse inverno, forças espanholas atacaram os Habsburgos no Norte de Itália. E em janeiro do ano seguinte o colégio imperial de eleitores elegeu Carlos Alberto como Imperador. Pela primeira vez em muitas centenas de anos não estava um Habsburgo à cabeça do Sacro Império Romano-Germânico.

O nome dado a este conflito, a «Guerra da Sucessão Austríaca», é um nome falso. Foi

realmente uma «Guerra da Sucessão Imperial»: não estava em discussão apenas a Áustria, mas também a Alemanha. A Grã-Bretanha temia que a sucessão de Carlos Alberto acabasse – como avisou o duque de Newcastle, secretário de Estado do Departamento Sul – «por atirar todo o Império para as mãos de França». Isto ameaçava não só destruir o equilíbrio europeu como também desarticular a vital «barreira» dos Países Baixos da qual dependia a segurança da Grã-Bretanha e das Províncias Unidas. Em 1742, por conseguinte, foram enviadas tropas britânicas para a Alemanha e para os Países Baixos, onde se lhes juntou um corpo holandês em 1743. Ao mesmo tempo a marinha real era enviada para o Mediterrâneo para suster a Espanha e em agosto de 1742 apresentou-se uma esquada frente ao palácio de

Don Carlos em Nápoles, compelindo-o a retirar as suas tropas do Norte de Itália ou então enfrentar a destruição da sua capital. Maria Teresa também não assistiu quieta à partilha da sua herança. A despeito de algumas desfeitas iniciais contra Frederico, mobilizou um vasto exército e em janeiro de 1742 o Piemonte tomou o partido da Áustria no Norte de Itália. Um ano mais tarde um exército anglo-imperial esmagou os franceses em Dettingen. Também os bávaros depressa bateram em completa retirada. A monarquia Habsburgo tinha resistido ao desafio (119).

> A França aumentava agora a pressão sobre a Grã-Bretanha e a Áustria concluindo um Segundo

Pacto de Família com Espanha em outubro de 1743. Este estipulava a cooperação entre as duas potências para instalar o filho do segundo casamento do Rei de Espanha, Dom Filipe, em Milão, Parma e Placência; ação conjunta contra a Grã-Bretanha no ultramar; e a recuperação por Espanha de Minorca e Gibraltar. Na primavera de 1744, por fim, Luís XV declarou abertamente guerra à Grã-Bretanha e a Maria Teresa. Pouco depois, exércitos franceses irromperam na Holanda austríaca, empurrando as forças aliadas – e as guarnições holandesas da barreira – à sua frente. Uma invasão austríaca do Sul de Itália foi detida por forças espanholas e napolitanas em agosto de 1744. Em 1745, os franceses patrocinaram uma invasão da Grã-Bretanha por Carlos Eduardo Stuart, filho do pretendente jacobita ao trono, destinada a tirar Londres da guerra, se possível, mas pelo menos a distraí-la do principal teatro de operações da Europa. Só com extrema dificuldade foi repelida. Nesse mesmo ano uma operação conjunta da marinha real e da milícia colonial americana conquistou a fortaleza-chave francesa de Louisburg, na costa canadiana, enquanto em maio de 1745 forças aliadas eram destroçadas pelos franceses na batalha de Fontenoy, graças não pouco ao heroísmo da «Brigada Irlandesa» de exilados jacobitas.

> No meio do caos, Frederico jogou as suas cartas habilmente. Depois de derrotar os exércitos

austríacos em Mollwitz, aceitou em Klein-Schnellendorff, em outubro de 1741, uma trégua mediada pelos britânicos e subsequentemente concluiu, em julho de 1742, a Paz de Berlim com Maria Teresa, que lhe deixou a posse da Baixa Silésia. «Deve-se ter a capacidade de parar a tempo», observava. «Forçar a nossa boa sorte é perdê-la e exigir mais e mais é sacrificar a nossa satisfação.» A sua principal tarefa, continuava Frederico, «é ambientar os gabinetes da Europa a ver-nos no estado que esta guerra nos atribuiu e alguma moderação e

equanimidade assistir-nos-á neste objetivo. Tenho esperança de que afirmaremos com dignidade a nossa posição no cume da nossa ascensão ao poder». Contudo, a ressurgência militar austríaca forçou Frederico a intervir de novo na Alemanha. Em maio de 1744, combinou-se com a acossada Baviera, com o Palatinado e com Hesse-Kassel para formar a União de Frankfurt contra a Áustria. Em agosto desse ano, Frederico reatou a guerra atacando a Boémia para estabelecer uma zona tampão entre si e os austríacos (120).

> As múltiplas ameaças que a monarquia dos Habsburgos defrontava em 1740-44 –

principalmente nos Países Baixos, na Alemanha e em Itália – forçaram a Áustria a estabelecer prioridades. O seu pensador estratégico mais radical, Wenzel Anton, conde Kaunitz, o então embaixador para a Saboia, recomendava a concentração no Império. Em janeiro de 1744, estava a aconselhar Viena a deixar-se de perseguir quimeras italianas e a tratar em vez disso «dos assuntos da Alemanha». A principal ameaça agora era a Prússia, de modo que os objetivos territoriais da Áustria deviam ser a recuperação da Silésia ou talvez a troca da Baviera por alguns dos seus territórios mais afastados. A um certo nível, a ênfase de Kaunitz na Alemanha era técnica, quase «algébrica». Estava geograficamente mais perto do que Itália ou a Flandres e os seus recursos potenciais eram muito maiores. O seu pensamento também tinha, porém, uma forte componente ideológica. A causa nacional alemã ainda estava muito viva e os austríacos, ao prometerem defender o Império contra ameaças internas – concretamente a Prússia – e externas – concretamente França –, podiam reivindicar uma mais alta legitimidade. Por conseguinte, panfletos patrocinados pela Áustria exigiam a recuperação da Alsácia «alemã» a França e, em geral, apelavam a uma reação patriótica alemã ao inimigo hereditário. O comandante Habsburgo, Francisco Estêvão, tornou-se um herói alemão, até por conta do seu perdido – e antes imperial – património da Lorena.

> Em novembro de 1744, as tropas prussianas tinham sido expulsas da Boémia. Dois meses mais

tarde, em princípios de 1745, Carlos Alberto da Baviera morreu fortuitamente, abrindo o caminho à eleição de Francisco Estêvão como Imperador. O controlo dos Habsburgos sobre o Império estava restabelecido. Nesse mesmo mês, Maria Teresa concluiu o Tratado de Varsóvia com a Grã-Bretanha, os saxões e os holandeses, contra a Prússia. O êxito militar, no entanto, escapava-se-lhe e, após derrotas às mãos de Frederico em Soor e Hohenfriedberg, em 1745, a Áustria

foi finalmente forçada a ceder a Silésia à Prússia, no Tratado de Dresden. A necessária concentração dos Habsburgos na Europa Central compeliu-os a negligenciar os seus deveres tradicionais para com a «barreira» dos Países Baixos. Aqui, o exército anglo-hanoveriano e um contingente holandês pouco entusiasta viam-se aflitos para conter o avanço francês. Em fevereiro de 1746 já tinha caído Bruxelas e estava a tornar-se cada vez mais claro que a maré francesa em breve varreria as Províncias Unidas. Desde o tempo de Luís XIV que nunca perigara tanto a segurança de holandeses e britânicos. Tudo isto tinha um poderoso impacto nas políticas internas das potências. Em França, os êxitos dos anos 1740 reforçaram o estatuto da monarquia e ajudaram a aumentar a coesão social. Isto era sustentado por um consenso nacional sobre o perigo britânico e sobre a ameaça ainda maior do «despotismo» dos Habsburgos. A derrota do exército aliado em Fontenoy produziu, por conseguinte, um júbilo geral e, como Napoleão observou mais tarde, deu ao *ancien régime* «mais quarenta anos». Isto porque, como escreveu o marquês d'Argenson ao filósofo Voltaire logo a seguir à batalha, «O povo sentir-se-á feliz desde que consiga manter a hegemonia de França, pois esta na verdade está em posição de ditar as suas condições, justas condições, à Europa». O corolário implícito disto, é claro, era que a incapacidade de manter essa posição tornaria decerto o povo francês extremamente infeliz.

> Em muitas outras partes da Europa, em contrapartida, a guerra desencadeou uma série de

transformações internas. Maria Teresa foi forçada a fazer mais concessões à nobreza húngara para mantê-la comprometida no esforço de guerra. Sempre que possível, porém, ela procurou limitar o poder dos estados de modo a centralizar a administração, aumentar a tributação e, em geral, a mobilizar os recursos necessários à recuperação da Silésia (121). O seu primeiro-ministro, o conde Haugwitz, teve menos êxito do que ela esperava, mas consegiu mesmo assim angariar somas e exércitos muito maiores do que até então. Maria Teresa também começou a procurar bodes expiatórios, acusando a nobreza boémia e os judeus de colaborarem com os prussianos. Ordenou, por conseguinte, em 1744, a expulsão dos judeus de Praga, como sendo uma potencial quinta coluna. Isto provocou a primeira mobilização geral transnacional da opinião judaica, produzindo uma vaga de petições e protestos de comerciantes e comunidades em toda a Europa, dirigidos não só à própria Imperatriz mas também às potências capazes de a influenciar. «O caso diz respeito a toda a comunidade religiosa dos judeus», afirmou a comunidade de Hamburgo, «as ovelhas dispersas. E temos sempre comparado Israel a um rebanho de ovelhas. Se uma ovelha é atacada,

todas as ovelhas o sentem». O aliado britânico da Imperatriz interveio de facto em favor deles, com o secretário de Estado, Lorde Harrington, a censurar ao embaixador dela as expulsões como «nocivas e prejudiciais para o verdadeiro interesse da causa comum» contra França. Estes argumentos caíram inicialmente em orelhas moucas, mas Maria Teresa depressa cedeu e os judeus acabaram por voltar para casa. A Europa tivera a sua primeira – embora só parcialmente bem-sucedida – intervenção humanitária em favor de um grupo não cristão (122).

> A guerra também teve consequências consideráveis na Grã-Bretanha. Ao longo dos anos 1730

tinha vindo a crescer a oposição popular e parlamentar à política de apaziguamento de Walpole. Os insucessos na guerra ultramarina contra Espanha tinham prejudicado seriamente a sua administração, mas foi a sua má gestão do equilíbrio de poder europeu que se revelou fatal. Em fevereiro de 1741, o Parlamento debateu uma «Moção para a remoção de Sir Robert Walpole», que alegava que «no decurso da [sua] administração o equilíbrio de poder na Europa tinha sido destruído; a Casa de Bourbon foi engrandecida (...) [e] a Casa de Áustria foi deprimida». No curso dos dois anos seguintes Walpole foi vítima de uma série de ataques destes, muitos destinados não apenas a depô-lo mas a abrir caminho a um processo de impugnação, à sua possível prisão e até execução. Quando a coroa imperial caíu nas mãos do candidato francês Carlos Alberto, a posição de Walpole tornou-se insustentável e em março de 1742 demitiu-se, escapando por uma minúscula margem de votos a um inquérito oficial e a uma provável sanção legal. O seu sucessor, Lorde Carteret, também caiu a propósito da política alemã, em parte por causa de pagamentos controversos feitos às tropas hanoverianas ao serviço dos britânicos e em parte por não conseguir conter Frederico (123). Na República Holandesa a guerra iria ter consequências internas ainda mais dramáticas. Desde a morte do último *Stadholder*, Guilherme de Orange, em 1702, que as Províncias Unidas eram governadas por uma oligarquia de regentes e assembleias regionais que estavam decididas a não renunciar a qualquer parcela da sua autonomia, mesmo que a situação política externa o requeresse. À medida que os franceses avançavam do sul, a facção orangista aumentou a sua agitação em favor da restauração do *Stadholderate* a fim de revitalizar a aliança britânica e mobilizar a nação para a defesa comum. Os panfletários holandeses começaram a lembrar ao público o linchamento dos irmãos Witt em 1672 como castigo por não terem contido Luís XIV. Em meados de abril de 1747 a questão já não podia ser sofismada: uma grande força francesa atravessou a fronteira da Flandres holandesa e parecia pronta a ocupar

toda a República. As implicações internas deste movimento eram claras. «Estais a arruinar-nos», queixou-se ao embaixador francês um dos chefes do partido dos «estados», «estais a criar um *Stadholder*». Seguiu-se um golpe de Estado apoiado pelos britânicos – iniciado na Zelândia sob os canhões de uma esquadra da marinha real – com forte apoio popular. Grupos antifranceses vagueavam pelas cidades holandesas; a paranoia apoderava-se da nação. Guilherme IV foi oportunamente instalado como *Stadholder* e o cargo foi reforçado, tornando-o hereditário da Casa de Orange (124). Nem os melhores esforços da Grã-Bretanha nem a restauração do *Stadholder* bastaram para deter o avanço francês na Holanda. A fortaleza chave de Maastricht caiu em maio de 1747 e parecia provável que em breve toda a República fosse subjugada (125).

> No fim de contas, o que decidiu o resultado na Alemanha e nos Países Baixos foi a potência em

ascensão no oriente (126). O ataque de Frederico a Maria Teresa e a subsequente coligação contra ela tinha enfurecido os russos. Dado o interregno em São Petersburgo, o primeiro-ministro, Münnich, sentiu que não tinha outra solução que não fosse contemporizar com Frederico e foi assinado um tratado russo-prussiano em dezembro de 1740. Foi só em dezembro de 1741 que a czarina Isabel garantiu uma sucessão incontestada. A sua primeira prioridade era escorar as defesas no Norte do Império. Em março de 1742 os russos fizeram um apelo público, embora infrutuoso, aos finlandeses para romperem com a Suécia e formarem uma «barreira» que protegesse São Petersburgo. Em agosto de 1743, a Suécia já tinha sido forçada a um acordo no Tratado de Abo (Turku). Um ano mais tarde a Rússia garantiu o reconhecimento antecipado do direito à sucessão no trono da Suécia do seu candidato e até desembarcou tropas em Estocolmo para dissuadir a Dinamarca de intervir. Só agora a Rússia podia voltar as suas atenções para os acontecimentos da Alemanha. Em 1746, concluiu uma aliança com a Áustria, juntamente com uma cláusula secreta que contemplava a partição da Prússia. Seguiu-se em novembro de 1747 um convénio militar austro-russo, na base do qual foi enviado para a Alemanha um substancial exército russo.

> A intervenção da czarina revelou-se decisiva em toda a Europa. Fora o medo de uma iminente

aproximação entre Maria Teresa e a czarina que levara Frederico à paz com a imperatriz em finais de 1745, muito embora ainda estivesse militarmente na mó de cima. A ameaça à Alemanha do exército russo – «os melhores soldados da Europa», como lhes chamou o diplomata

britânico Lorde Sandwich – também concentrou as mentes francesas. Já estavam em apuros no alto mar, onde a marinha real tinha desfeito a sua marinha mercante, e no ultramar. A frente interna gemia com falências, carências e inflação. Em fins de 1747 o marquês de Stainville lamentava que o comércio francês «em geral tivesse diminuído em cem milhões». Açúcar, café e bacalhau, tudo escasseava. A sudeste, os exércitos franco-italianos já tinham sido expulsos de Itália em 1746. Além disso, mesmo o êxito das armas francesas na Holanda era uma bênção duvidosa, porque alarmara a maior parte do resto da Europa. E de que serviria a ocupação de todos os Países Baixos se do leste as forças conjuntas austro-russas inundassem França? No auge da sua glória militar em terra, a França, por conseguinte, aceitou relutantemente fazer a paz. Pela segunda vez em menos de dez anos e em ambas as ocasiões sem disparar um tiro, as tropas russas tinham agido como árbitro da Europa Central e Ocidental (127).

> Em 1748, o Tratado de Aix-la-Chapelle pôs termo à Guerra da Sucessão Austríaca. França

retirou dos Países Baixos em troca da devolução de Louisburg, demonstrando assim a centralidade da Europa na grande estratégia britânica. Maria Teresa conseguiu manter o seu marido no trono imperial e a maioria dos seus territórios intactos. Não conseguiu, porém, recuperar a Silésia, que permaneceu em mãos prussianas como símbolo do novo estatuto diplomático de Frederico. A Áustria foi também obrigada a ceder Parma, Placência e Guastalla, mas manteve o seu domínio do Norte de Itália. França resmungou, com o público a usar a frase «*bête comme la paix*» como insulto vulgar, e começaram os primeiros ataques sérios à política externa do *ancien régime*, embora ainda limitados a questões periféricas como a falta de apoio mais eficaz ao pretendente Stuart contra os anglo-hanoverianos (128). Isto tornou tanto mais importante garantir que França emergisse vitoriosa do *round* seguinte com a Grã-Bretanha.

*

> Durante mais ou menos cem anos a seguir ao Tratado de Vestefália a geopolítica europeia fora

dominada pela sucessão imperial. A Alemanha continuava a ser a

primeira preocupação de todas as principais potências. Para a Grã-Bretanha e os holandeses, a questão principal era manter os baluartes que sustentavam nos Países Baixos a «barreira» contra França e impedir os franceses de dominarem o Sacro Império Romano. Para os austríacos, o Império era a sua principal fonte de legitimidade e poder. Os franceses, por sua parte, procuravam evitar que a Alemanha fosse usada como base a partir da qual ameaçar a sua fronteira oriental ou arregimentada por um poder hostil, especialmente os Habsburgos. De igual modo, os dois recém-chegados, Rússia e Prússia, viam o Sacro Império Romano como o palco principal da disputa internacional. Estas rivalidades motivaram uma intensa concorrência colonial para ganhar recursos e posição no Novo Mundo que pudessem ser usados como alavanca na Europa. Os próprios alemães, que estavam no coração do sistema, tinham domado a sua divisão confessional e coexistiam agora num panóptico geopolítico em que os membros do Sacro Império Romano e as potências garantes exerciam uma forte pressão normativa para o respeito de regras civilizadas de comportamento entre territórios *e dentro deles*. Por outro lado, os alemães procuraram constantemente, sem nunca a encontrar, uma voz coletiva que os passasse de objetos a sujeitos.

> Por volta de meados do século eram claros os vencedores e os perdedores. A Turquia nunca se

repôs da derrota às portas de Viena; os suecos mostraram-se incapazes de se refazer depois de Poltava e os holandeses eram presa de um declínio lento mas inexorável. Todas estas três potências continuaram a ser importantes por muito tempo, mas vamos agora apresentar-lhes as nossas despedidas como participantes importantes na luta pelo domínio da Europa Central. Como no caso dos polacos, as grandes potências não estavam agora preocupadas com a sua força, mas sim com a sua fraqueza. A monarquia Habsburgo tinha sofrido uma dolorosa cirurgia territorial, mas mantinha-se em grande parte intacta e determinada a vingar-se dos seus espoliadores. Os grandes beneficiários eram as potências em ascensão do Leste: a Prússia, que tinha deitado a mão à Silésia, e a Rússia, que tinha começado um avanço aparentemente imparável para ocidente. A França, em contrapartida, tinha-se restabelecido da sua derrota na Guerra da Sucessão Espanhola, mas não tinha conseguido afastar os Habsburgo da sua coroa imperial. A Grã-Bretanha, por seu lado, tinha construído uma elaborada arquitetura de segurança para defender o equilíbrio geral e a sua costa sul, mas o declínio do poder holandês ameaçava miná-la. Em suma, os dois conflitos centrais no cerne do sistema permaneciam sem resolução: a velha contenda anglo-francesa, a Segunda Guerra dos Cem Anos que se estendia sobre os continentes,

mas se concentrava na Alemanha, e a nova disputa da supremacia entre Hohenzollern e Habsburgos, mais uma vez centrada no Sacro Império Romano. Estas duas contendas estavam prestes a fundir-se num choque que ia ter consequências revolucionárias para todo o sistema de Estados.

-

1 Citado em Klaus Malettke, «Europabewusstsein und europäische Friedenspläne im 17. und 18. Jahrhundert», *Francia*, 21 (1994), pp. 63-94 (p. 69).

2 Citado em Sven Externbrink, *Friedrich der Grosse, Maria Theresia und das alte Reich. Deutschlandbild und diplomatie Frankreichs im Siebenjährigen Krieg* (Berlim, 2006), pp. 89-90. 3 Ver agora David Onnekink (coord.), *War and religion after Westphalia, 1648-1713* (Farnham, 2009), pp. 1-15. 4 Ver Bernd Marquardt, «Zur reichsgerichtlichen Aberkennung der Herrsch – ergewalt wegen Missbrauchs: Tyrannenprozesse vor dem Reichshofrat am Beispiel des südöstlichen schwäbischen Reichskreises», in Anette Baumann, Peter Oestmann, Stephan Wendehorst e Siegrid Westphal (coords.), *Prozesspraxis im alten Reich. Annäherungen – Fallstudien – Statistiken* (Colónia, Weimar e Viena, 2005). 5 Karl Härter, «Sicherheit und Frieden im frühneuzeitlichen Alten Reich: zur Karl Härter, «Sicherheit und Frieden im frühneuzeitlichen Alten Reich: zur 1806», *Zeitschrift für historische Forschung*, 30 (2003), pp. 413-31. 6 Sobre a «intervenção humanitária» na Saboia ver D. J. B. Trim, "If a prince use tyrannie towards his people": interventions on behalf of foreign populations in Early Modern Europe», in Brendan Simms e D. J. B. Trim (coords.), *Humanitarian intervention. A history* (Cambridge, 2011), pp. 54-64.

7 As observações de Thomas Gage de cerca de 1654 são citadas em Charles P. Korr, *Cromwell and the New Model foreign policy. England's policy toward France, 1649-1658* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 1975) p. 89. O artigo 42.º do Tratado dos Pirenéus é citado em Peter Sahlins, «Natural frontiers revisited. France's boundaries since the seventeenth century», *Review American Historical*, 95, 5 (1990), pp. 1423-51 (p. 1430). 8 Ver Robert I. Frost, *The northern wars. War, state and society in northeastern Europe, 1558-1721* (Harlow, 2000), pp. 198-200.

9 O Grande Eleitor é citado em Richard Dietrich (coord.), *Die politischen Testamente der Hohenzollern* (Colónia e Viena, 1986), p. 188.

10 Neste sentido, Paul Sonnino, *Mazarin's quest. The Congress of Westphalia and the coming of the Fronde* (Cambridge, Mass., e Londres, 2008), pp. 168-71.

11 Ver as várias reclamações dos parlamentos, publicadas em Richard Bonney, *Society and government in France under Richelieu and Mazarin 1624-61* (Basingstoke, 1988), pp. 21-5.

12 Citado em Christopher Clark, *Iron kingdom. The rise and downfall of Prussia, 1600-1947* (Londres, 2006), p. 55. 13 Ver Christoph Fürbringer, *Necessitas und libertas. Staatsbildung und Landstände im 17. Jahrhundert in Brandenburg* (Frankfurt, 1985), *passim* (citações pp. 56, 67 and 162-3).

14 Ver F. L. Carsten, «The resistance of Cleves and Mark to the despotic policy of the Great Elector», *The English Historical Review*, LXVI, 259 (1951), pp. 219.41, especialmente pp. 223-4 e 232 sobre a ligação com a política externa. 15 Ver Ferdinand Grönebaum, *Frankreich in Ost- und Nordeuropa. Die französisch-russischen Beziehungen von 1648-1689* (Wiesbaden, 1968), especialmente pp. 32-3.

16 Neste sentido, Peter Burke, *The fabrication of Louis XIV* (New Haven, 1992). 17 Sobre a política de Luís XIV para com o império ver Georges Livet, «Louis XIV and the Germanies», in

Ragnhild Hatton (coord.), *Louis XIV and Europe* (Londres e Basingstoke, 1976), pp. 60-81, especialmente pp. 62-3. 18 Citado em Andrew Lossky, *Louis XIV and the French monarchy* (New Brunswick, NJ, 1994), p. 129. 19 Ver Guy Rowlands, *The dynastic state and the army under Louis XIV. Royal service and private interest*, 1661-1701 (Cambridge, 2002).

20 A motivação estratégica é sublinhada por Leslie Tuttle, *Conceiving the old regime. Pronatalism and the politics of reproduction in Early Modern France* (Oxford, 2010), p. 7.

21 Neste sentido, John A. Lynn, *Giant of the Grand Siècle. The French army, 1610-1715* (Cambridge, 1997), especialmente pp. 595-609.

22 Ver William Beik, *Absolutism and society in seventeenth-century France. State power and provincial aristocracy in Languedoc* (Cambridge, 1985), pp. 150-51 and 156-7, e Bailey Stone, *The genesis of the French Revolution. A global-historical interpretation* (Cambridge, 1994), p. 58. As citações vão dos anos 1630 aos 1690. 23 Escrito em 1673, citado em Klaus Malettke, *Frankreich, Deutschland und Europa im 17. und 18. Jahrhundert. Beiträge zum Einfluss französischer politischer Theorie, Verfassung und Aussenpolitik in der Frühen Neuzeit* (Marburgo, 1994), p. 311.

24 Sobre a ligação entre pressão externa e a permanência da Dieta, ver Anton Schindling, *Die Anfänge des immerwährenden Reichstags zu Regensburg. Ständevertretung und Staatskunst nach dem Westfälischen Frieden* (Mainz, 1991), pp. 53-5, 68-90 e 229-30.

25 Ver Wout Troost, «"To restore and preserve the liberty of Europe". William III's ideas on foreign policy», in David Onnekink e Gijs Rommelse (coords.), *Ideology and foreign policy in Early Modern Europe (1650-1750)* (Farnham, 2011), pp. 283-304 (o contexto alemão pp. 288-9).

26 Sobre a centralidade dos Países Baixos e da Alemanha para a estratégia espanhola na última parte do século XVII ver Christopher Storrs, *The resilience of the Spanish monarchy, 1665-1700* (Oxford, 2006), pp. 14 e 113-14. Quanto à anexação do Franche-Comté ver Darryl Dee, *Expansion and crisis in Louis XIV's France. Franche-Comté and absolute monarchy, 1674-1715* (Rochester, NI, e Woodbridge, 2009).

27 Ver Sonja Schultheiss-Heinz, «Contemporaneity in 1672-1679: the Paris Gazette, the London Gazette, and the Teutsche Kriegs-Kurier (1672-1679)», in Brendan Dooley (coord.), *The dissemination of news and the emergence of contemporaneity in Early Modern Europe* (Farnham, 2010), pp. 115-36. 28 Sobre o enorme surto de panfletarismo inglês sobre política externa ver Tony Claydon, *Europe and the making of England, 1660-1760* (Cambridge, 2007), pp. 220-25. Para a Alemanha, ver Erich Everth, *Die Öffentlichkeit in der Aussenpolitik von Karl V. bis Napoleon* (Iena, 1931), pp. 155-7.

29 Ver Alexander Schmidt, «Ein französischer Kaiser? Die Diskussion um die Nationalität des Reichsoberhauptes im 17. Jahrhundert», *Historisches Jahrbuch*, 123 (2003), pp. 149-77, especialmente pp. 150, 156-8 e 174. 30 Ver Gabriel Glickman, «Conflicting visions: foreign affairs in domestic debate, 1660-1689», in William Mulligan e Brendan Simms (coords.), *The primacy of foreign policy in British history, 1660-2000. How strategic concerns shaped modern Britain* (Basingstoke, 2010), pp. 15-31.

31 Citado em Brendan Simms, *Three victories and a defeat. The rise and fall of the first British Empire, 1714-1783* (Londres, 2007), p. 32.

32 Quanto à centralidade da crítica estratégica, ver Annabel Patterson, *The Long Parliament of Charles II* (New Haven e Londres, 2008), pp. 178-208, especially pp. 179-80.

33 Sobre a crítica importância da Guerra de Devolução nas opiniões alemãs sobre Luís, ver Martin Wrede, *Das Reich und seine Feinde: politische Feindbilder in der reichspatriotischen Publizistik zwischen Westfälischem Frieden und Siebenjährigem Krieg* (Mainz, 2004), pp. 330-407.

34 Ver Leonard Krieger, *The German idea of freedom. History of a political tradition* (Chicago e Londres, 1957), pp. 6, 19 e *passim*.

35 Citado em Peter Schröder, «The constitution of the Holy Roman Empire after 1648: Samuel Pufendorf's assessment in his Monzambano», *Historical Journal*, 42 (1999), pp. 961-83 (citação p. 970). 36 Ver Wolfgang Burgdorf, *Reichskonstitution und Nation. Verfassungsreformprojekte für das Heilige Römische Reich deutscher Nation im politischen Schrifttum von 1648 bis 1806* (Mainz, 1998), citações de W. H. Pufendorf pp. 70-73. 37 Ver Sophus Reinert, *Translating Empire. Emulation and the origins of political economy* (Cambridge, Mass., 2011). 38 Para o laço entre os efeitos de Vestefália e da Paz dos Pirenéus e a política ultramarina de Espanha, ver Stanley H. Stein e Barbara H. Stein, *Silver, trade and war. Spain and America in the making of Early Modern Europe* (Baltimore e Londres, 2000), pp. 57-105.

39 A observação de Louvois de junho de 1684 é citada em Livet, «Louis XIV and the Germanies». 40 Ver Wouter Troost, «William III, Brandenburg, and the construction of the anti-French coalition, 1672-88», in Jonathan Israel (coord.), *The Anglo-Dutch moment. Essays on the Glorious Revolution and its world impact* (Cambridge, 1991), pp. 299-333.

41 Citado em G. Symcox, «Louis XIV and the outbreak of the Nine Years War», *in* Ragnhild Hatton (coord.), *Louis XIV in Europe* (Londres, 1976), p. 187.

42 Citado em John A. Lynn, *The wars of Louis XIV, 1667-1714* (Londres e Nova Iorque, 1999), p. 197. 43 Citações em Claydon, *Europe and the making of England*, pp. 56 e 239. 44 Carlos II é citado em *ibid*., p. 237.

45 Ver Tony Claydon, *William III and the godly revolution* (Cambridge, 1996), pp. 138-40 e *passim*. 46 Sobre a centralidade dos Países Baixos na estratégia espanhola mesmo na época tardia da Guerra dos Nove Anos, ver Christopher Storrs, «The army of Lombardy and the resilience of Spanish power in Italy in the reign of Carlos II (1665-1700)», in *War in History*, Parte I, 4 (1997), pp. 371-97, and Parte II, 5 (1998), pp. 1-22. 47 Citado em Wout Troost, «Ireland's role in the foreign policy of William III», in Esther Mijers e David Onnekink (coords.), *Redefining William III. The impact of the King-Stadholder in international context* (Aldershot, 2007), pp. 53-68 (citação p. 53).

48 Citado em Everth, *Öffentlichkeit in der Aussenpolitik*, p. 147.

49 Steve Pincus, 1688. *The first modern revolution* (New Haven e Londres, 2009), pp. 475-7 e *passim*. 50 David Stasavage, *Public debt and the birth of the democratic state. France and Great Britain, 1688-1789* (Cambridge, 2003).

51 Philip J. Stern, *The company-state. Corporate sovereignty and the Early Modern foundations of the British Empire in India* (Oxford, 2011).

52 Ver Robert D. McJimsey, «A country divided? English politics and the Nine Years» War', *Albion*, 23, 1 (1991), pp. 61-74.

53 Citado em Miles Ogborn, «The capacities of the state: Charles Davenant and the management of the excise, 1683-1698», *Journal of Historical Geography*, 24 (1998), pp. 289-312.

54 Ver A. F. Upton, *Charles XI and Swedish absolutism* (Cambridge, 1998), pp. 71-89. 55 Ver Peter H. Wilson, *War, state and society in Württemberg, 1677-1793* (Cambridge, 1995), especialmente pp. 247-8. 56 Neste sentido, Andre Wakefield, *The disordered police state. German cameralism as science and practice* (Chicago e Londres, 2009).

57 Ver Owen Stanwood, «The Protestant moment: anti-popery, the Revolution of 1688-1689, and the making of an Anglo-American empire», *Journal of British Studies*, 46 (2007), pp. 481-508 (citações pp. 488, 491, 501 e 491). 58 Citado em Christian Greiner, «Das "Schild des

Reiches". Markgraf Ludwig Wilhelm von Baden-Baden (1655-1707) und die "Reichsbarriere" am Oberrhein», in Johannes Kunisch (coord.), *Expansion und Gleichgewicht. Studien zur europäischen Mächtepolitik des ancien régime* (Berlim, 1986), pp. 31-68 (citação p. 47). 59 Linda e Marsha Frey, *A question of empire. Leopold I and the War of Spanish Succession, 1701-1705* (Boulder, 1983), pp. 15-17, 47 (citação) e *passim*.

60 Peter Baumgart, «Die preussische Königskrönung von 1701, das Reich und die europäische Politik», in Oswald Hauser (coord.), *Preussen, Europa und das Reich* (Colónia e Viena, 1987), pp. 65-86, especialmente pp. 72-4. 61 As instruções do Almirantado são citadas em Simms, *Three victories*, p. 50. 62 Citado em Frey e Frey, *Question of empire*, p. 77.

63 Charles Spencer, *Blenheim. Battle for Europe. How two men stopped the conquest of Europe* (Londres, 2004). 64 O enviado prussiano Hoverbeck e o Eleitor Frederico III são citados em Martin Schulze-Wessel, *Russlands Blick auf Preussen. Die polnische Frage in der Diplomatie und der politischen Öffentlichkeit des Zarenreiches und des Sowjetstaates, 1697-1947* (Estugarda, 1995), pp. 35 e 37.

65 O embaixador de Pedro em Viena, Golitsyn, é citado em Andrew Rothstein, *Peter the Great and Marlborough. Politics and diplomacy in converging wars* (Basingstoke, 1986), p. 37.

66 Marlborough é citado em Rothstein, *Peter the Great and Marlborough*, pp. 63 e 65-6. 67 Citado em J. M. Dunn, «"Bright enough for all our purposes". John Locke's conception of a civilized society», *Notes and Records of the Royal Society London*, 43 (1989), p. 134.

68 Ver Michael Kwass, «A kingdom of taxpayers: state formation, privilege and political culture in eighteenth-century France», *Journal of Modern History*, 70, 2 (1998), pp. 295-339, especialmente pp. 301 e 303. 69 Para a primazia da política externa e a maneira como alicerçou a transformação interna na Rússia de Pedro, ver Simon M. Dixon, *The modernisation of Russia, 1676-1825* (Cambridge, 1999), pp. 42-9 e 61-7. 70 Ver Christopher Storrs, «The Union of 1707 and the War of the Spanish Succession», in Stewart J. Brown e Christopher A. Whatley (coords.), *The Union of 1707. New dimensions* (Edinburgh, 2008), pp. 31-44, e Allan I. Macinnes, *Union and empire. The making of the United Kingdom in 1707* (Cambridge, 2007), pp. 243-6. 71 O protesto do Conselho de Estado a Filipe está em Henry Kamen, *The war of succession in Spain, 1700-1715* (Londres, 1969), p. 91.

72 Albert N. Hamscher, *The Parlement of Paris after the Fronde, 1653-1673* (Pittsburgh, 1976), pp. 89-90, 122-3 e 198. 73 'Erste Ermahnung Kurfürst Friedrichs III. an seinen Nachfolger», in Richard Dietrich (coord.), *Die politischen Testamente der Hohenzollern* (Colónia e Viena, 1986), p. 218.

74 Citado em Charles Ingrao*, In quest and crisis. Emperor Joseph I and the Habsburg monarchy* (West Lafayette, 1979), p. 58. Sobre as crescentes divisões entre Habsburgos e Hohenzollern ver Christiane Kauer, *Brandenburg-Preussen und Österreich, 1705-1711* (Bona, 1999), pp. 85-6, 159 e *passim*.

75 Marlborough é citado em Rothstein, *Peter the Great and Marlborough*, p. 112. 76 O apelo de Luís é citado em James B. Collins, *The state in Early Modern France* (Cambridge, 1995), p. 162. 77 St John é citado em Simms, *Three victories*, p. 65. 78 Ver Ragnhild Hatton, *George I. Elector and king* (Londres, 1978).

79 Leibniz é citado em Rothstein, *Peter the Great and Marlborough*, p. 124. 80 Ver David Kirby, «Peter the Great and the Baltic», in Lindsey Hughes (coord.), *Peter the Great and the West. New perspectives* (Basingstoke, 2001), pp. 177-88.

81 Citado em Karl A. Roider, *Austria's Eastern Question, 1700-1790* (Princeton, 1982), p. 40. 82 Estes dois parágrafos são baseados muito de perto nas minhas observações em"'A false principle in the law of nations". Burke, state sovereignty, [German] liberty, and intervention in the age of Westphalia», in Brendan Simms e D. J. B. Trim (coords.), *Humanitarian*

intervention. A history (Cambridge, 2011), pp. 89-110 (citações p. 95), e na dissertação inédita de Patrick Milton sobre intervenção na Europa Central de princípios do século XVIII.

83 Benedict Wagner-Rundell, «Holy war and republican pacifism in the earlyeighteenth-century Commonwealth of Poland-Lithuania», in David Onnekink e Gijs Rommelse (coords.), *Ideology and foreign policy in Early Modern Europe (1650-1750)* (Farnham, 2011), pp. 163-80, especialmente pp. 172-3.

84 Falando em 1721, citado em Simms, *Three victories*, p. 169. 85 Huxelles é citado em Jörg Ulbert, «Die Angst vor einer habsburgischen Hegemonie im Reich als Leitmotiv der französischen Deutschlandpolitik unter der Regentschaft Philipps von Orleans (1715-1723),» in Thomas Höpel (coord.), *Deutschlandbilder-Frankreichbilder. 1700-1850. Rezeption und Abgrenzung zweier Kulturen* (Leipzig, 2001), pp. 57-74 (p. 67).

86 Citado em Simms, *Three victories*, p. 183.

87 Townshend é citado em Simms, *Three victories*, p. 197. 88 Ver Lucian Hölscher, *Öffentlichkeit und Geheimnis. Eine begriffsgeschichtliche Untersuchung zur Entstehung der Öffentlichkeit in der Frühen Neuzeit* (Estugarda, 1979), e Andreas Gestrich, *Absolutismus und Öffentlichkeit. Politische Kommunikation in Deutschland zu Beginn des 18. Jahrhunderts* (Göttingen, 1994). 89 O *Friedens-Courier* é citado em Gestrich, *Absolutismus und Öffentlichkeit*, p. 222. 90 O Primeiro Comissário do Ministério dos Estrangeiros francês é citado em Externbrink, *Friedrich der Grosse*, pp. 89-90.

91 As instruções austríacas são citadas em Arthur M. Wilson, *French foreign policy during the administration of Cardinal Fleury, 1729-1743. A study in diplomacy and commercial development* (Nova Iorque, 1972), p. 169. 92 Ver Maren Köster, *Russische Truppen für Prinz Eugen. Politik mit militärischen Mitteln im frühen 18. Jahrhundert* (Viena, 1986).

93 Ver Colin Jones, *The great nation. France from Louis XV to Napoleon, 1715-99* (Londres, 2007), p. xxi e *passim*. 94 Neste sentido, Paul Bushkovitch, *Peter the Great. The struggle for power, 1671-1725* (Cambridge, 2001), *passim*, especialmente pp. 270-80 (sobre a Polónia p. 444).

95 Ver James Cracraft, *The revolution of Peter the Great* (Cambridge, Mass., 2003), pp. 29-37 e 54-74 (Lista da Nobreza, p. 35).

96 Neste sentido, Hanna Schissler, *Preussische Agrargesellschaft im Wandel. Wirtschaftliche, gesellschaftliche und politische Transformationsprozesse von 1763 bis 1847* (Göttingen, 1978). 97 Lars Atorf, *Der Königund das Korn. DieGetreidehandelspolitikals Fundamentdes brandenburgisch-preussischen Aufsteigs zur europäischen Grossmacht* (Berlim, 1999), pp. 86-139.

98 O aviso de Frederico Guilherme é citado em Helmut Neuhaus, «Kronerwerb und Staatskonsolidierung. Der Aufstieg Brandeburg-Preussens im 18. Jahrhundert als Forschungsproblem», in Christiane Liermann, Gustavo Corni e Frank-Lothar Kroll, *Italien und Preussen. Dialog der Historiographien* (Tübingen, 2005), pp. 27-37 (p. 29). 99 Sobre a persistência dos sistemas representativos em face do absolutismo dos príncipes ver D. W. Hayton, James Kelly, e John Bergin (coords.), *The eighteenth-century composite state. Representative institutions in Ireland and Europe, 1689-1800* (Basingstoke, 2010), especialmente pp. 4-5

100 Michael G. Müller, *Polen zwischen Preussen und Russland. Souveränitätskrise und Reformpolitik, 1736-1752* (Berlim, 1983), especialmente pp. 253-4 and 152-200.

101 Sobre o debate holandês ver Herbert H. Rowen, *The princes of Orange. The Stadholders in the Dutch Republic* (Cambridge, 1988).

102 As críticas ministeriais das eleições frequentes e as acutilantes opiniões do deputado

William Shippen são citadas em Simms, *Three victories*, pp. 103-4.

103 Neste sentido, John Brewer, *The sinews of power. War, money, and the English state, 1688-1783* (Londres, 1989). 104 Hasan Kurdi é citado em Virginia H. Aksan, *Ottoman wars 1700-1870. An empire besieged* (Harlow, 2007), p. 92. 105 Ver Suraiya Faroqhi, *The Ottoman Empire and the world around it* (Londres, 2007), pp. 27-8. 106 Sobre o pânico moral otomano, ver Daniel Goffman, *The Ottoman Empire and Early Modern Europe* (Cambridge, 2002), pp. 117-18, e George S. Rentz, *The birth of the Islamic reform movement in Saudi Arabia. Muhammad b.'Abd al-Wahha¯b (1703/4-1792) and the beginnings of Unitarian empire in Arabia* (Londres, 2004).

107 O *Abbé* de Saint-Pierre é citado em Wilson, *Fleury*, p. 42. As observações de Frederico Guilherme sobre as colónias podem encontrar-se em Clark, *Iron kingdom*, p. 93.

108 Münnich é citado em Lavender Cassels, *The struggle for the Ottoman Empire, 1717-1740* (Londres, 1966), p. 100. 109 O observador otomano (um cádi, um magistrado muçulmano com funções civis e religiosas) é citado em Cassels, *Struggle for the Ottoman Empire*, p. 154.

110 O enviado britânico é citado em *ibid.*, p. 24.

111 Lorde Bathurst é citado em Simms, *Three victories*, p. 259. 112 Philip Woodfine, *Britannias glories. The Walpole ministry and the 1739 war with Spain* (Londres, 1998). 113 Citado em Simms, *Three victories*, p. 275.

114 Citado em *ibid.*, p. 251.

115 Citado em *ibid.*, p. 274.

116 Johannes Kunisch, *Friedrich der Grosse. Der König und seine Zeit* (Munique, 2004), pp. 159-84. 117 A «história do meu tempo» é citada em Neuhaus, «Kronerwerb und Staatskonsolidierung», in Liermann *et al.* (coords.), *Italien und Preussen*, pp. 27-37 (citação p. 27).

118 Tim Blanning, «Frederick the Great», in Brendan Simms e Karina Urbach (coords.), *Die Rückkehr der «Grossen Männer». Staatsmänner im Kriegein deutsch-britischer Vergleich 1740-1945* (Berlim e Nova Iorque, 2010), pp. 11-20 (citação p. 12).

119 Newcastle é citado em Simms, *Three victories*, p. 288. 120 As observações de Frederico de junho de 1742 são citadas em Peter Baumgart, «The annexation and integration of Silesia into the Prussian state of Frederick the Great», in Mark Greengrass (coord.), *Conquest and coalescence. The shaping of the state in Early Modern Europe* (Londres, 1991), p. 160.

121 Ver P. G. M. Dickson, *Finance and government under Maria Theresia, 1740-1780*, 2 vols. (Oxford, 1987), especialmente vol. I, pp. 1, 266-7 and 270-71.

122 Baruch Mevorach, «Die Interventionsbestrebungen in Europa zur Verhinderung der Vertreibung der Juden aus Böhmen und Mähren, 1744-1745», *Jahrbuch des Instituts für deutscheGeschichte*, IX (1980), pp. 15-81 (citações pp. 34 e 54).

123 As citações estão em Simms, *Three victories*, p. 289. 124 Para a citação ver Rowen, *The princes of Orange*, p. 163. 125 Gyllenborg é citado em John P. LeDonne, *The Russian Empire and the world, 1700-1917. The geopolitics of expansion and containment* (Nova Iorque e Oxford, 1997), p. 35.

126 Ver Francine-Dominique Liechtenhan, *La Russie entre en Europe. Elisabeth Ière et la succession de l'Autriche (1740-1750)* (Paris, 1997), especialmente pp. 46-9.

127 Stainville é citado em Rohan Butler, *Choiseul. Vol. 1: Father and son, 1719-1754* (Oxford, 1980), p. 700. Para os temores franceses do avanço dos russos ver *ibid.*, pp. 724-6 (citação de Sandwich p. 724). 128 Ver Thomas E. Kaiser, «The drama of Charles Edward Stuart, Jacobite propaganda, and French political protest, 1745-1750», *EighteenthCentury Studies*, 30 (1997), pp. 365-81.

3

Revoluções, 1756-1813

Somos [aquilo] que temos sido durante séculos; um quebra-cabeças de uma

> *constituição política, uma presa para os nossos vizinhos e um motivo do seu escárnio sem paralelo na história do mundo, desunidos entre nós, enfraquecidos pelas nossas divisões, suficientemente fortes para fazer mal a nós próprios, impotentes para nos salvarmos, insensíveis à honra do nosso nome, indiferentes à glória das nossas leis (...) um grande mas também desprezado povo, um povo potencialmente feliz, mas de facto um povo lamentável.*

Friedrich Carl von Moser, membro do Conselho Privado Imperial alemão, 1761 (1)

A história da Alemanha é uma história de guerras entre o imperador e os príncipes

> *e estados; de guerras entre os próprios príncipes e estados; de licenciosidade dos fortes e opressão dos fracos; de intrusões externas e intrigas estrangeiras; de requisições de homens e dinheiro ignoradas ou só parcialmente obedecidas; de tentativas para as fazer executar, totalmente abortivas, ou assistidas de matanças e devastação, misturando os inocentes com os culpados; de geral imbecilidade, confusão e infelicidade.*

James Madison e Alexander Hamilton, *Federalist Paper 19*, 1787

Podemos ver que a derrogação deste tratado [entre França e Áustria em 1756] é

> *uma revolução tão necessária nos assuntos internacionais, tanto para a Europa como para França, como foi a destruição da Bastilha para a nossa regeneração interna.* (*Bravo! Bravo! Aplausos entusiásticos da Assembleia e das galerias do público*.)

Pierre Vergniaud, discurso à Assembleia Nacional Francesa, 1792 (2)

Em meados dos anos 1750 a Europa foi abalada pela «Revolução Diplomática» que viu os dois

arqui-inimigos, a França Bourbon e a Áustria Habsburgo – e mais tarde a Rússia –, combinarem-se contra a Prússia e a Grã-Bretanha. A resultante Guerra dos Sete Anos (1756-63) confirmou a ascensão da Prússia ao estatuto de grande potência, garantiu a supremacia colonial britânica e inaugurou um irresistível surto de expansionismo russo que havia de transformar a política da Europa Central e de Leste ao longo das décadas seguintes. A América foi ganha na Alemanha; combater em duas frentes revelou-se fatal para os Bourbons. Em finais do século XVIII já se podia encontrar todas as principais potências europeias no Sacro Império Romano ou intimamente envolvidas com ele: França e Rússia como garantes em virtude dos tratados de Vestefália e Teschen, a Áustria e a Prússia como maiores Estados do Império e a Grã-Bretanha mercê do seu elo dinástico hanoveriano, bem como pelo seu papel de guardiã dos Países Baixos e do interior alemão. A Guerra dos Sete Anos, além disso, enterrou duas cargas explosivas que detonaram com efeitos espetaculares no último quartel do século. Pois foi então que se fez a primeira tentativa para organizar as treze colónias para a guerra e para a expansão e quando os norte-americanos primeiro começaram a pensar em tomar a sua segurança nas suas próprias mãos. Este processo, acentuado pela negligência britânica da sua posição na Europa, especialmente na Alemanha, levou diretamente à criação dos Estados Unidos da América. Foi durante a Guerra dos Sete Anos, também, que os franceses começaram o seu longo debate nacional sobre a estratégia geral dos Bourbons e os arranjos internos necessários para sustentar as suas ambições de grande potência, que culminaram na Revolução de 1789. Tudo isto redundou em novas linhas de fratura geopolíticas, constitucionais e ideológicas, na Europa e do outro lado do Atlântico, à medida que os Estados exploravam diferentes modelos de organização interna com vista a tornarem-se mais competitivos no palco internacional. *Reich* contendia agora com República; Império contra União. Alemanha e Países Baixos continuavam a ser o ponto focal deste combate. Quem quer que

controlasse esse espaço dominaria o continente e por conseguinte o mundo.

*

A França estava numa encruzilhada. Se a sua política tinha sido firmemente anti-Habsburgo

durante centenas de anos, o principal inimigo era agora a Grã-Bretanha, a cuja predominância colonial se atribuía a sua vantagem. O marquês de La Galissonière, governador-geral do Canadá, avisou em dezembro de 1750 que os recursos que a Grã-Bretanha podia extrair da América «com exclusão de outras nações, certamente lhe dariam superioridade na Europa», especialmente na Alemanha e na Flandres (3). Havia também em Versalhes uma crescente preocupação a respeito da Prússia de Frederico, *o Grande*. O especialista alemão Louis-Augustin Blondel preveniu em janeiro de 1751 que uma aliança prusso-britânica – que era avidamente procurada por Londres – constituiria uma ameaça para o Império e, assim, para os interesses franceses na Alemanha. «A constituição imperial», escreveu, «é a base da grandeza do Rei [de França] e garante a Monarquia ao longo do Reno. O grande número de pequenos estados, que têm tão diferentes interesses, assegura que o poder deste grande Império nunca está concentrado numa só mão» (4). Havia também uma ansiedade cada vez maior a respeito do crescimento do poder da Rússia, que no passado recente por duas vezes interviera decisivamente contra França na Alemanha. Até aqui a *barrière de l'est* – as alianças com a Suécia, a Polónia e o Império Otomano – tinha servido em larga medida para conter a Áustria. Doravante destinava-se, como observou mais tarde o conde de Broglie, a empurrar a Rússia «de volta aos seus vastos desertos e a relegá-la para assuntos fora dos limites da Europa [Central]» (5).

Entretanto, os Habsburgos e os russos debatiam como lidar com Frederico. Na sua qualidade

de principal negociador austríaco em Aix-la-Chapelle, o conde Kaunitz apontou num memorando pioneiro de março de 1749 que tanto a velha aliança com a Grã-Bretanha como a inimizade hereditária com França eram agora obsoletas. Em seu lugar, propunha uma aliança com França, ou pelo menos um arranjo que daria carta-branca à

Áustria para lidar com Frederico na Alemanha. São Petersburgo, que tradicionalmente tinha considerado a Prússia uma potência subordinada, estava furiosa com Frederico por ter transtornado o equilíbrio no Império pela sua aquisição unilateral da Silésia. Era também visto como uma ameaça para a posição da Rússia no Norte; em maio de 1747, o Rei da Prússia concluiu uma aliança defensiva com a Suécia e quando Estocolmo abriu negociações com a Porta, a ameaça de cerco deixou de poder ser ignorada. De modo que em abril de 1753 os russos decidiram refrear a Prússia por meios diplomáticos, se possível, e por uma intervenção militar, se necessário.

> Também a Grã-Bretanha estava a passar por uma revisão estratégica fundamental. A

experiência de finais dos anos 1740 mostrara que os pilares fundamentais da sua política continental estavam num estado de degradação terminal. Os holandeses estavam demasiado fracos para defenderem as fortalezas cruciais da barreira dos Países Baixos e os Habsburgos tinham sofrido tão pesadas perdas nos anos 1730 e 1740 que a sua capacidade para o fazer também era duvidosa. Além disso, a investida francesa na América ameaçava o poder marítimo da Grã-Bretanha e a sua posição europeia. As treze colónias eram uma fonte de receitas comerciais, de marinheiros treinados e também, potencialmente, de abastecimentos navais. «Se perdermos as nossas possessões americanas ou a influência e o peso delas em tempo de paz», avisou Newcastle em 1750, «a França com grande facilidade nos fará guerra daí por diante quando lhe aprouver» (6). Confrontada com estas novas realidades, uma parte substancial da esfera pública britânica – panfletários bem como parlamentares – exigiu uma vigorosa política de «água azul», que dispensasse compromissos continentais custosos. A administração *Whig*, porém, acreditava que a chave para conter França continuava a ser o Sacro Império Romano. Uma lição estratégica crucial da Guerra da Sucessão Austríaca fora a dos resultados fatais de consentir a alienação da coroa imperial dos Habsburgos. Londres, por conseguinte, tentou persuadir os eleitores alemães a ungir o filho de Maria Teresa, José, como «Rei dos Romanos», garantindo assim a sua sucessão automática na coroa imperial depois da morte de Francisco Estêvão. O «Esquema da Sucessão Imperial» que daí resultou dominou a política externa britânica até ao fim dos anos 1750 (7). Era um exercício de prevenção estratégica.

> Do outro lado do Atlântico, a tensão crescente apressou o desenvolvimento de uma animada

esfera pública americana na qual os colonos se tornaram cada vez mais conscientes da sua identidade comum e dos seus interesses estratégicos comuns (8). Exatamente como o Governo britânico, os colonos viam a contenda colonial no quadro mais amplo da disputa europeia. William Douglass, de Boston, descreveu os franceses como «um incómodo geral e perturbadores da Europa, [que] a breve trecho serão o mesmo na América, se não forem mutilados na origem e, na América, separados de nós por fossos e muralhas; ou seja, por grandes rios e montanhas impraticáveis» (9). Muitos colonos exigiam, por conseguinte, que a Grã-Bretanha passasse à ofensiva para eliminar a ameaça Bourbon de uma vez para sempre destruindo o Quebeque e rompendo o cerco dos Bourbons através da expansão. Nas suas *Observations concerning the increase of mankind* [Observações sobre o aumento da humanidade], Benjamin Franklin argumentava que novas colónias a Oeste salvariam os colonatos existentes de ficarem engarrafados ao longo da costa e proporcionaria o espaço vital que tão desesperadamente necessitavam. Assim, Franklin louvava «o Príncipe que adquira novo território, se o encontrar vago, ou remova os nativos para abrir lugar ao seu próprio povo» (10).

A realidade, porém, era que os colonos estavam mal equipados para, por si próprios, lidar

sequer com a ameaça franco-indiana. Faltava-lhes um propósito e uma visão comuns. «Presentemente», lamentava-se Franklin, «somos como os filamentos separados da fibra antes de se formar o fio, sem força, porque sem ligação; mas a união far-nos-ia fortes e até temíveis» (11). Isto foi exemplificado em 1754, quando os britânicos convocaram um Congresso, que se reuniu em Albany, na colónia de Nova Iorque, para discutir a cooperação intercolonial na defesa contra os franceses e os índios. Propuseram que as diversas colónias não devessem daí por diante lidar de forma *ad hoc* e autónoma com os índios, mas sim pôr em comum recursos e coordenar esforços. A reunião foi um fiasco. Todas as colónias presentes rejeitaram o plano, mesmo aquelas, como a Pensilvânia, que tinham mais a perder com a persistência da desunião. O governador Shirley, do Massachusetts, observou que os congregados «não gostam do plano concertado pelos Comissários em Albany que todos eles têm a ideia de que infringiria as liberdades & privilégios da respetiva colónia» (12).

Ao longo dos primeiros anos de 1750, o laço apertou-se à volta da Grã-Bretanha e da Prússia.

No Tratado de Aranjuez, em 1752, franceses, espanhóis e austríacos concordaram em enterrar o machado de guerra em Itália, deixando as três potências livres para se concentrarem contra Londres ou Potsdam. O Esquema de Sucessão Imperial britânico esvaiu-se, não pouco porque os austríacos não queriam afastar França. Em 1755, a expedição de militares e milícias coloniais comandada pelo general Braddock foi massacrada no Mononghabela por índios com apoio francês (13). Em maio de 1756, os holandeses declararam-se neutrais, outro golpe no «Velho Sistema». A sul, os saxões estavam na iminência de se pronunciar pelos austríacos. Há muito que viam os prussianos como uma cunha irritante entre eles e o seu reino polaco. O mais preocupante de tudo era a crescente aproximação austro-francesa que culminou no Tratado de Versalhes entre as duas potências, em maio de 1756. Era verdadeiramente uma revolução diplomática, que invertia mais de dois séculos de inimizade Habsburgo-Bourbon/Valois. Tinha implicações radicais para o equilíbrio do Sacro Império Romano. Para Frederico, pairava agora sobre a Prússia um cenário de pesadelo, em que a Prússia perderia a Silésia para a Áustria, a Pomerânia para a Suécia, Magdeburgo, e talvez mais, para a Saxónia e a Prússia Oriental ou para a Polónia (a troco de que esta cedesse terras orientais a São Petersburgo) ou diretamente para a Rússia. Em privado, Kaunitz fazia votos pela *destruction totale* da Prússia.

> Neste contexto, a melhor hipótese de sobrevivência para Frederico era uma política interna e

externa integrada. «Já vi pequenos Estados capazes de se manterem contra as maiores monarquias», escreveu Frederico, «quando esses Estados possuíam indústria e uma grande ordem nos seus assuntos» (14). O sistema cantonal proporcionava um fluxo constante de recrutas camponeses e oficiais aristocratas; em troca, o rei considerava «seu dever proteger a nobreza que constitui a mais fina joia da sua coroa e o lustre do seu exército» (15). Uma administração eficiente extraía cada vez mais recursos da população: no curso do reinado de Frederico a receita dos impostos triplicou, 83 % da qual era gasta em defesa mesmo nos tempos de paz de 1745-56. Frederico também conciliou os potenciais dissidentes religiosos: estendeu a mão aos católicos, especialmente aos da Silésia, estrategicamente vital. Para Frederico, porém, a chave era a Alemanha. Era vital impedir os Habsburgos de explorarem a coroa imperial para mobilizar o Império contra ele. «Desde o tempo de Fernando I», escreveu, «que os princípios da Casa de Áustria tendem ao estabelecimento do despotismo na Alemanha». Por esta razão, as «liberdades do corpo germânico», isto é, um equilíbrio entre o Imperador e os estados, tinham de ser mantidas (16). Frederico também acreditava que o

equilíbrio dentro do Império era a base sobre a qual assentava a Europa como um todo. Estava convencido de que se os Habsburgos conseguissem transtornar esse equilíbrio acabariam por dominar toda a Europa e assim eclipsariam a Prússia. Mas o rei prussiano não conseguiu ganhar aliados substanciais dentro ou fora da Alemanha, à exceção da Grã-Bretanha, que na Convenção de Westminster, em janeiro de 1756, tinha prometido defender Hanover em troca de subvenções. Em vez disso, paradoxalmente, as ações do próprio Frederico iriam permitir a Viena ativar a máquina do Império contra si.

> À medida que se aproximava uma guerra aberta entre a Europa e a América em 1755-56, a

Grã-Bretanha e a Prússia tomaram precauções. Londres autorizou medidas cada vez mais implacáveis contra ameaças internas à sua segurança. Nas Terras Altas da Escócia, num processo que veio a ser conhecido por *clearances* (expropriações), os pequenos proprietários de terras foram encorajados ou forçados a emigrar, em parte para permitir um uso mais económico da terra, mas principalmente para reprimir os jacobitas e negar aos franceses um aliado local. De igual modo, a população acádia francófona e católica da Nova Escócia há muito que era um espinho cravado no flanco do Governo britânico. Em 1755 foi tratada essa irritação. A maior parte da incómoda população acádia – cerca de 7000 pessoas – foi deportada para as treze colónias e dispersa, principalmente pelo Massachusetts, a Virgínia e o Maryland e finalmente para a Luisiana. Já não representavam uma ameaça séria. Em ambos os casos o Estado britânico tinha resolvido um premente problema estratégico por meio do que hoje se chamaria «limpeza étnica» (17).

> Frederico também recorreu a medidas drásticas. Depois da Revolução Diplomática foi

aumentando a sua preocupação quanto à atitude da Saxónia, essa «adaga apontada ao coração do Brandeburgo» (18). O seu informador no Ministério dos Estrangeiros saxão disse-lhe que o Eleitor estava só à espera do momento oportuno para tirar a máscara e atacar a Prússia em combinação com Maria Teresa, Luís XV e a czarina. Os russos tinham querido atacar imediatamente, mas os austríacos pediram-lhes que esperassem até ao ano seguinte. Frederico decidiu agir primeiro. Em agosto de 1756 invadiu a Saxónia e rapidamente conquistou todo o Eleitorado. Quase a primeira coisa que fez foi vasculhar o arquivo da capital, Dresden, a fim de encontrar documentos incriminatórios que justificassem o seu ataque preventivo. Estes foram publicados com

grande fanfarra nesse mesmo ano, juntamente com a alegação de Frederico de que «quem se antecipa a um ataque secretamente planeado está talvez empenhado numa guerra mas não é o agressor» (19). O público a quem Frederico se dirigia era o alemão: estava a tentar dissuadir a Dieta imperial de emitir uma ordem de banimento contra si por violação do território da Saxónia. Conseguiu evitar que lhe tirassem as terras, mas não pode evitar que o *Reichstag* lhe declarasse guerra em janeiro de 1757. Foi mobilizado contra ele, a um ritmo pausado, um exército imperial, que recebeu ordem de se juntar aos franceses.

> O conflito resultante veio a ser conhecido como Guerra dos Sete Anos (20). A princípio, as

coisas correram mal, tanto para a Grã-Bretanha como para a Prússia. No verão de 1756, uma força francesa ocupou Minorca, enxotando uma força britânica de socorro comandada pelo almirante Byng. Para tornar a humilhação completa, a Grã-Bretanha foi abalada no fim do ano por um alarme de invasão e obrigada a contratar mercenários hanoverianos para defender a sua costa sul. As coisas só marginalmente correram melhor em 1757: houve mais desaires na América e uma força expedicionária enviada para defender Hanover, comandada pelo duque de Cumberland, levou a pior numa breve batalha e capitulou prontamente na Convenção de Kloster-Zeven. A Prússia, por seu lado, depressa se viu atolada frente aos austríacos na Boémia, sofrendo uma pungente desfeita em Kolin, em junho de 1757. A ocidente, a França comprometeu-se pelo Segundo Tratado de Versalhes de maio de 1757 a manter na Alemanha, contra Frederico, um exército de 100 000 homens e a pagar subvenções à Áustria até esta recuperar a Silésia. No leste, os russos capturaram Memel e em finais de agosto de 1757 ganharam um combate importante em Grossjägerndorf. A norte, os suecos penetraram na Pomerânia quatro meses mais tarde. Frederico estava completamente rodeado. Só os dotes militares do rei lhe permitiram levar a melhor em Rossbach em novembro de 1757, quando o exército franco-imperial foi rotundamente batido. O Exército Imperial Alemão ou *Reichsexecutionsarmee* – cruelmente alcunhado *Reissausarmee*, «exército que foge» – tornou-se alvo da irrisão universal; o seu comandante anunciou que preferia ser «fuzilado» a ter de o chefiar outra vez em combate (21). Não muito depois Frederico desfez os austríacos na batalha de Leuthen. Por volta da mesma altura, a Grã-Bretanha repudiou a Convenção de Kloster-Zeven e começou a financiar um grande exército de recrutas britânicos, hanoverianos e outros alemães para defender o Norte da Alemanha dos franceses. Em princípios de 1758 o seu comandante, o duque Fernando de Brunswick, já tinha

posto os franceses em debandada.

A sorte da guerra teve importantes consequências políticas internas em toda a Europa. Na

Grã-Bretanha, as derrotas de 1756-7 desencadearam um pânico moral e político. Num panfleto muito lido, o reverendo John Brown atribuiu mesmo a humilhação da Grã-Bretanha na Europa a uma « 22 efeminação vaidosa, luxuriosa e egoísta» (). O caminho da salvação estava numa total regeneração moral e na criação de uma milícia nacional verdadeiramente abrangente que desse expressão ao novo espírito viril. Este compromisso militar seria depois desenvolvido na reivindicação de maior participação política (masculina). «Cada súbdito, cada Homem», sermoneou em 1757 Wiliam Williams, «é um soldado» (23). A Lei da Milícia de 1757 refletia este pensar. Havia também uma sensação crescente de que o Estado devia interessar-se mais de perto pelo bem-estar médico de um pessoal escasso, que era gravemente atacado pela doença nas campanhas ultramarinas e «apodrecia aos bocados nos ermos da Alemanha» (24). Em França, a catástrofe de Rossbach – que Voltaire descreveu como uma humilhação pior do que as da Guerra dos Cem Anos (25) – despertou uma sensação de mal-estar nacional sobre a «corrupção» da nação pelo «luxo» e a troca da viril lavra do solo pela frivolidade «efeminada» (26). O impacto mais imediato da guerra foi, porém, na alta política e na estratégia geral. A França ficou chocada com as notícias do desastre de Rossbach – o maior desastre militar da monarquia desde Blenheim.

O primeiro-ministro, o cardeal de Bernis, nunca se refez verdadeiramente deste golpe ao

estatuto da nação e à sua própria reputação. «As tropas estavam totalmente indisciplinadas», escreveu mais tarde. «Traição e incompetência estavam na ordem do dia. Generais e nação estavam totalmente desmoralizados» (27). Bernis caiu do poder ainda não tinha acabado o ano. Em Londres, as primeiras derrotas levaram à formação de um novo governo chefiado por uma imponente figura da oposição, William Pitt. A guerra também exacerbou as divisões de longa data entre os *Whigs*, que continuaram a favorecer uma estratégia baseada na intervenção militar e diplomática na Europa, e os *Tories*, que queriam abandonar os «enredos continentais» e concentrar-se em bater a França nas colónias e no mar. Wiliam Pitt conseguiu fazer a quadratura destes círculos estratégicos. Investiu fortemente nos dois teatros de guerra, «alemão» e ultramarino, mas concentrou o seu principal esforço no Império, esperando fixar os recursos franceses na

Europa de modo a explorar a vantagem da Grã-Bretanha no ultramar (28). Em 1759, a abordagem de Pitt foi justificada pelo «ano das vitórias». A importante ilha açucareira francesa de Guadalupe foi conquistada em julho; uma força anglo-alemã desfeiteou os franceses em Minde, na Vestefália, no princípio de agosto; mais à frente nesse mesmo mês uma esquadra francesa foi derrotada na baía de Lagos; e em meados de setembro o exército do general Wolfe capturou o Quebeque. «Não tivessem sido os exércitos de França empregues na Alemanha», argumentou Pitt, «teriam sido transportados para a América. (...) A América [foi] conquistada na Alemanha» (29). Por outras palavras, o império ultramarino da Grã-Bretanha foi assegurado por meio das suas operações no Império.

> Em França, pelo contrário, nunca foi conseguida uma tal síntese. Em vez disso, o grande

debate nacional sobre estratégia começado em 1756 viria a dominar a política francesa nos trinta anos seguintes. No seu cerne estava a aliança austríaca feita durante a Revolução Diplomática. Esta aproximação era totalmente ao arrepio da tradição diplomática francesa e mal acabara de se efetuar foi logo denegrida por Jean-Louis Favier em *Doutes et questions*, uma polémica encomendada pela fação anti-austríaca da corte. Acusava os apoiantes do tratado de abandonarem os velhos aliados dos Bourbons, a Suécia, a Turquia e a Polónia. Pior que tudo, continuava Favier, aliar-se com a Rússia e a Áustria rebaixava a Polónia a fim de promover na Alemanha o inimigo hereditário Habsburgo e permitia ao russos penetrarem ainda mais fundo no Sacro Império Romano, uma política que também era severamente criticada pelos diplomatas em funções. Tudo isto era vertido na linguagem clássica do pânico moral, em que a «aliança anti-natural» era atribuída às maquinações femininas da amante do rei, Madame de Pompadour. O fiasco de Rossbach parecia dar razão a estes críticos. A opinião popular, que inicialmente fora agnóstica a respeito do tratado austríaco, inclinava-se agora decididamente contra ele. Devorou o panfleto de Favier e filípicas semelhantes que circulavam agora em manuscrito por toda a Paris (30).

> O novo primeiro-ministro francês, o duque de Choiseul, reduziu os compromissos franceses na

Alemanha a fim de se concentrar em combater a Grã-Bretanha no ultramar, com ajuda espanhola, se possível. Esta nova estratégia mostrou-se, contudo, incapaz de inverter a maré. Montréal caiu em 1760 e quando Espanha entrou finalmente na guerra do lado francês, em 1762, o resultado foi mais um rol de desastres coloniais. Forças

expedicionárias britânicas conquistaram rapidamente Manila e Havana. Frederico, *o Grande*, por outro lado, foi levado à beira da extinção completa. Sofreu um rol de sérias derrotas às mãos dos Habsburgos, chegando os austríacos a ocupar brevemente Berlim em outubro de 1760. A ameaça mais grave, todavia, era representada pelos russos, que o combateram até o deter em Zorndorf, em 1758, e em 1759 infligiram a Frederico a mais esmagadora das derrotas em Kunesdorf. Só um «milagre», pensava Frederico, o podia agora salvar e em fevereiro de 1762 deu-se o milagre com a morte da czarina Isabel. Sucedeu-lhe um Pedro III fortemente prussianófilo, que abandonou os seus aliados austro-franceses em maio e em junho de 1762 fez mesmo um tratado de aliança com Frederico.

Frederico, contudo, não foi capaz de explorar a sua vantagem porque, em julho de 1762, Pedro

III foi deposto, assassinado e sucedido pela sua mulher, Catarina. Esta repudiou o tratado com a Prússia, mas deu sinais da sua intenção de cessar as hostilidades. A Grã-Bretanha também estava cansada da guerra, inquieta acerca dos avanços franceses na Alemanha e decidida a entesourar os seus ganhos coloniais. Em maio de 1762, Londres abandonou Frederico, depois de o novo rei, Jorge III, o seu ministério, o público e o parlamento se terem cansado da «Guerra Alemã». Confrontado com este consenso, um agastado Frederico acabou por concordar em embainhar a espada. De modo que em 1763 a guerra colonial anglo-bourbon foi concluída pelo Tratado de Paris e a guerra alemã pelo Tratado de Hubertusburgo. Em terra, a Prússia reteve a Silésia sem «compensação» à Áustria pela respetiva perda. No ultramar, os franceses cederam o Canadá, conservando apenas uma pequena posição nas ilhas de Saint-Pierre e Miquelon, a colónia africana do Senegal e uma série de territórios nas Caraíbas, incluindo Granada e Saint-Vincent. Espanha recuperou Havana e Manila, mas cedeu a Florida à Grã-Bretanha. Em recompensa recebeu de França a Luisiana, um território muito maior do que o atual estado do mesmo nome. A balança global inclinava-se agora decididamente em favor da Grã-Bretanha, graças ao êxito da sua política no Sacro Império Romano, enquanto o equilíbrio europeu, no qual assentava todo o sistema, se ajustava para tomar em conta a ascensão da Rússia e da Prússia e o relativo declínio da Áustria e de França.

A Guerra dos Sete Anos suscitou uma reflexão aprofundada na derrotada coligação Bourbon-

Habsburgo (31). Para o primeiro-ministro francês, Choiseul, a catástrofe era atribuível à decisão de combater ao mesmo tempo na Europa e no ultramar. Daí que, argumentava ele, a França não devesse prosseguir mais do que uma estratégia de manutenção no continente, usando a aliança austríaca para impedir a Grã-Bretanha de criar uma diversão na Alemanha, concentrando todos os seus recursos na marinha. Os críticos, por outro lado, alegavam que toda a base da estratégia francesa desde 1756 tinha sido mal concebida. Aos seus olhos, a Áustria continuava a ser o inimigo principal e não a Grã-Bretanha. Continuar a aliança com os Habsburgos depois de 1763, argumentavam, não só sugeria que a monarquia nada tinha aprendido com a guerra, mas indicava também que a retirada da Europa Oriental e Central e, mais crucialmente, da Alemanha, continuaria. Muitos diplomatas franceses temiam que esta estratégia deixasse o caminho aberto ao avanço da Rússia para ocidente. São Petersburgo, como dizia um funcionário, visava «encorajar a anarquia na Polónia com o objetivo de a subjugar», para «ganhar influência» na Alemanha e, em última instância, «avançar as suas tropas até ao Reno, seguidas imediatamente por um enxame de hordas asiáticas (...) e assim conquistar Itália, Espanha e França, alguns de cujos habitantes massacrarão, alguns dos quais escravizarão para repovoar os desertos da Sibéria» (32). A Alemanha, nesta leitura, era o baluarte de França contra o despotismo oriental. No que se referia à Áustria e à Prússia, o veterano diplomata francês e especialista na Alemanha Louis-Gabriel du Buat-Nançay avisava que França não devia tomar o partido de um dos poderes alemães, mas manter um equilíbrio entre eles para evitar a «formação de uma monarquia alemã [unida] que transtornaria [todo] o sistema europeu de Estados» (33). Em suma, crescia na elite a opinião de que o *ancien régime* não estava a defender os interesses nacionais franceses, particularmente no Sacro Império Romano.

> Não era apenas uma determinada política que tinha fracassado em Rossbach, achavam muitos

críticos, mas todo o sistema social e político. A autoridade real e a dominação aristocrática baseavam-se ambas, em última instância, no desempenho militar; fora essa a base do contrato feudal original e da sua evolução desde a Idade Média. A derrota na Guerra dos Sete Anos fora um sério golpe, tanto para o exército como para a nobreza; arguia em favor da primazia do mérito sobre o privilégio. A resultante perda de legitimidade monárquica e aristocrática começava agora a abrir caminho através da comunidade política, gerando um animado debate sobre qual a forma de organização social que tornaria França mais competitiva no sistema de Estados europeu. A maioria concordava em que o sistema existente, com a sua mescla de nobres hereditários e

venda de cargos, era ineficaz. Choiseul e a maior parte dos reformadores militares eram a favor do modelo prussiano, ou, ainda melhor, russo, com uma casta de serviço público em que mérito e função fossem recompensados. Outros preferiam uma nobreza «comercial» ao estilo britânico (34). Outros ainda apelavam a uma síntese dos dois sistemas. Uma pequena minoria, de que fazia parte Jean-Jacques Rousseau, era a favor de um exército de cidadãos. O custo da guerra também levou muitos a exigir maior participação política. O *Abbé* Mably sustentava que cabia à Nação, através dos estados, consentir em qualquer tributação, mas as tentativas da coroa para dobrar a capitação dos nobres (e só deles) produziu os primeiros protestos desde finais do século XVII. As suas reclamações alegavam que a «Nação» tinha de aprovar todos os impostos. Todas juntas, estas críticas representavam uma oportunidade e uma ameaça para o *ancien régime*. A Nação poderia unir-se em apoio de um programa bem-sucedido de grandeza nacional, mas não perdoaria um novo fracasso.

> Em Espanha, a derrota na Guerra dos Sete Anos e a persistente ameaça britânica depois de

1763 inspiraram um programa exaustivo de reforma imperial (35). Era uma questão de vital importância para o estatuto de Espanha como potência europeia, pois era no seu império americano que se baseava a segurança da monarquia no lado de cá do Atlântico. Viviam lá 9 milhões de pessoas, quase tantas como as da Espanha metropolitana, e era a fonte do vital metal precioso. Por esta razão, o Governo espanhol instituiu em 1763 uma comissão secreta para estudar a defesa das Índias. Um ano depois informou que eram necessárias mais tropas regulares espanholas, mais impostos locais e mais fortificações (36). As verbas necessárias só podiam ser encontradas dentro do próprio império. Foram enviados visitadores aos vice-reinos: à Nova Espanha em 1765 e na década seguinte ao Peru e a Nova Granada. As autoridades locais foram substituídas por intendentes eficientes e impopulares idos da Espanha propriamente dita. O governo também começou a estudar a introdução de plantações, com escravatura em grande escala, nas colónias das Caraíbas, especialmente em Cuba, com vista a aumentar a produção de açúcar; no fim do século a importação de escravos negros africanos estava em pleno funcionamento (37). A escravatura e o lugar de Espanha no sistema de Estados europeus estavam assim intimamente ligados (38). A discussão entre os Habsburgos sobre a Guerra dos Sete Anos lavrou furiosamente ao longo dos anos 1760. Uma fação, chefiada pelo chanceler, Kaunitz, mantinha-se fixada numa guerra de desforra contra a Prússia. A outra era chefiada pelo filho e herdeiro de Maria Teresa, José II, que governara com ela, eleito «Rei dos Romanos» em 1764 e sucessor do

seu pai como imperador em 1765. Estava aberto à ideia de uma aproximação com Frederico, até porque via com preocupação o crescente poder da Rússia. Os dois homens também estavam divididos quanto às implicações internas da derrota. José exigia o aumento imediato das despesas militares e um exército maior. Isto exigia uma completa reforma socioeconómica. Kaunitz, por outro lado, queria uma estratégia de crescimento económico sustentado que produzisse maior rendimento tributário e assim mais músculo político-militar a longo prazo. Em nenhum dos casos, contudo, era a política interna a principal preocupação: tanto para José II como para Frederico a reforma interna era a continuação da política externa por outros meios (39). Foi criado em março de 1770 um recenseamento fiável a fim de proporcionar ao governo uma visão muito mais clara dos recursos, humanos, animais e inanimados, disponíveis para mobilização no futuro.

> A Guerra dos Sete Anos também promoveu um acalorado debate sobre o futuro do Sacro

Império Romano (40). Alguns, inebriados pela vitória de Frederico sobre os franceses em Rossbach, viam-no como um salvador nacional contra os «mercenários de Luís [XV]» que estavam a tentar «arrancar» à Alemanha ainda mais bocados do seu território (41). Outros, lembrados do seu ataque à Saxónia, eram mais ambivalentes. Havia, contudo, acordo geral sobre duas coisas. Primeiro, os alemães eram genuinamente amigos e orgulhosos do seu *Reich*, que viam como um oásis de decência e legalidade num deserto de rapacidade entre Estados. A proteção de que gozavam os camponeses alemães – mesmo os mais desgraçados – escudava-os contra expropriações em massa à escala dos escoceses das terras altas ou dos acadianos franceses. A justiça podia pingar vagarosamente dos escleróticos tribunais imperiais e a necessidade de consenso confessional não ajudava a dar vigor à Dieta imperial, mas depois dos traumas da Guerra dos Trinta Anos isto era geralmente considerado um preço que valia a pena pagar. Em segundo lugar, os acontecimentos de 1756-63, em que potências estrangeiras marcharam impunemente por todo o Império, tinham feito perceber aos alemães até que ponto era frágil a sua organização política. Este sentimento estava condensado nos escritos de Friedrich Karl von Moser. Do que a Alemanha precisava, sustentava o seu panfleto *Vom deutschen Nationalgeist* («Do espírito nacional alemão», 1765 [42]), era de uma estrutura governamental que contivesse as tensões internas e dissuadisse a agressão externa. «Quem se atreveria a atacar a Alemanha», escreveu ele, «se a Alemanha estivesse unida». O entusiasmo pela reforma imperial depressa se desvaneceu, no entanto. «As deficiências que são reveladas numa

Guerra Imperial e num Exército Imperial são tão grandes e tão numerosas e tão variadas», observou o frustrado Moser em 1768, «que enquanto o Império Alemão permanecer na sua presente constituição deverá estar para sempre proibido de travar uma guerra imperial, enquanto de todo possível» (43).

Mais a leste, a Rússia czarista ponderava a sua posição no sistema de Estados. Em termos

puramente militares, a Rússia tinha-se portado bem na Guerra dos Sete Anos, mas os seus governantes tinham a penosa consciência de que seria necessária uma profunda mudança interna para que se mantivesse competitiva a longo prazo no sistema de Estados. Como escreveu Catarina, *a Grande* logo na primeira linha da sua instrução ao Governo em 1767, «A Rússia é uma potência europeia». O parágrafo seguinte dizia depois que a Rússia se tinha tornado uma grande potência por ser europeia, isto é, «por introduzir as maneiras e costumes da Europa». O que Catarina tinha em mente aqui não era a Europa das instituições representativas, mas a do absolutismo dos príncipes. Isto era assim porque, como explicava o segundo capítulo da «instrução», «a extensão do Domínio [czarista] requer que seja investida de um poder absoluto aquela pessoa que o governe», de modo a tornar expeditas as decisões. A «intenção e fim da monarquia», continuava ela, «é a glória dos cidadãos, do Estado e da monarquia, isto é, a expansão territorial e o êxito militar». «Desta glória», acrescentava Catarina, «nasce uma sensação de liberdade num povo governado por um monarca que (...) pode contribuir tanto para a felicidade dos seus súbditos como até mesmo a própria liberdade.» Por outras palavras, os russos achariam compensação para a sua falta de liberdade na glória do seu Estado como grande potência europeia (44).

Os dois vencedores, a Prússia e a Grã-Bretanha, responderam ao fim das hostilidades com um

misto de insegurança estratégica e complacência interna. A principal preocupação de Frederico depois de 1763 era o poder ascendente da Rússia a leste, «essa montanha de neve» que ameaçava engolir a Prússia como uma avalanche. Uma aliança com a Rússia em 1764 granjeou-lhe espaço para tomar fôlego, mas nada mais. «Este Estado não se pode manter sem um grande exército», escreveu Frederico no seu *Testamento Político* de 1768, porque «estamos rodeados por inimigos mais poderosos do que nós contra os quais podemos a qualquer momento ter de nos defender» (45). O rei prussiano não pensava que isto requeresse uma participação política mais ampla ou reformas sociais. Pelo contrário, estava convencido de que só o estrito

exercício da autoridade real lhe permitira sobreviver à tempestade. Frederico especulou com a ideia de abolir a servidão depois da cessação das hostilidades, mas o êxito do «complexo militar-agrário» não lhe dava qualquer incentivo para empreender reformas sociais fundamentais. A eficiente administração prussiana tinha sido capaz de sustentar todo o exército com os rendimentos silesianos, enquanto os Habsburgos se tinham previamente visto aflitos para pagar com as receitas da mesma região dois regimentos de cavalaria (46). O exército prussiano contava 150 000 homens em 1763: em 1777 tinha crescido para cerca de 190 000 e ao tempo da morte de Frederico, em 1786, tinha quase atingido uns colossais 200 000. O rei vivia, de qualquer maneira, cheio de terror dos seus vizinhos. Frederico disse a um alto diplomata que realmente devia ter um macaco em vez de uma águia no seu brasão, porque a única coisa que a Prússia podia fazer era macaquear as grandes potências.

> Na Grã-Bretanha, o fim da Guerra dos Sete Anos teve implicações políticas e estratégicas

imediatas. O primeiro-ministro, o marquês de Bute, foi tão brutalmente atacado na esfera pública por «abandonar» a Prússia e o seu «magnânimo» rei Frederico que resignou em princípios de abril de 1763 (47). Ao mesmo tempo, bastou a simples dimensão do triunfo de 1763 para desencadear uma onda de autossatisfação nacional. A vitória foi atribuída à superioridade do comércio e virtude britânicos. Esta *hubris* refletiu-se na orientação da política externa britânica. Entraram na rotina as demonstrações unilaterais de poder naval contra França e Espanha. Em 1763, por exemplo, foi despachada uma força naval para intimidar os franceses, a propósito das Ilha Turcas nas Caimão, e os espanhóis, na baía das Honduras. Estas medidas eram sedutoras porque proporcionavam satisfação sem comprometimento, mas davam também à Grã-Bretanha uma reputação internacional de arrogância. Mais particularmente, a nova abordagem «naval» permitia a Londres reduzir a sua presença diplomática e militar na Europa, especialmente no Sacro Império Romano, deixando-a perigosamente isolada (48). Depressa se tornou aparente, além do mais, que os triunfos da Guerra dos Sete Anos não tinham banido de vez o espectro Bourbon, muito pelo contrário. Em vez de uma aglomeração em grande parte comercial de postos de comércio e colónias, a Grã-Bretanha era agora responsável por um império territorial disperso, com um perímetro novo e ainda mais vulnerável. A ocidente havia uma fronteira cheia de miasmas com os espanhóis e com as tribos índias cada vez mais rebeldes ao longo do vale do Mississipi. A norte, uma vasta comunidade de quebequenses, grande demais para ser deportada, representava uma quinta-coluna

potencial. Em 1763-4, a América do Norte britânica era devastada pela revolta índia de Pontiac que uma vez mais punha a nu a insuficiência das estruturas de defesa coloniais.

> O ministério avançou agora celeremente para assentar a defesa imperial numa base estável.

Primeiro, em outubro de 1763, emitiu a proclamação de que não haveria qualquer colonato a oeste dos Apalaches. Esta medida visava conciliar os índios que ali viviam; aplacar os temores franco-espanhóis de uma expansão colonial britânica irrestrita; e reduzir o perímetro a defender por umas forças da coroa que já estavam sobrecarregadas. Em segundo lugar, foram estabelecidos planos para duplicar o contingente militar ultramarino. Cerca de dois terços destas tropas iam ser colocadas na América do Norte, principalmente ao longo da fronteira ocidental; o resto destinava-se às Caraíbas. A Grã-Bretanha já estava pesadamente endividada em resultado da Guerra dos Sete Anos, de modo que a maioria dos custos tinha de ser coberta pelos próprios colonos. «Proteção e obediência», observou o primeiro-ministro britânico, Lorde Grenville, «são recíprocas (...) A Nação já incorreu numa enorme dívida para lhes dar proteção; e são chamados agora a contribuir com uma pequena parcela para a despesa pública». Com esse fim apresentou primeiro a Lei do Açúcar e depois um Imposto de Selo sobre propriedades, «distribuído igualmente entre a América do Norte e as Índias Ocidentais». Destinava-se ao sustento de uma substancial força regular nos vales do Ohio e do Mississipi. Foram concebidas medidas semelhantes para a Irlanda, e especialmente para a Índia, onde a Companhia das Índias Orientais era na prática um braço do Estado (49).

> O legado da Guerra dos Sete Anos também teve ecos entre as potências mais fracas, que

estavam elas próprias a tentar desesperadamente manter-se competitivas dentro do sistema de Estados europeu. A Polónia, por exemplo, reagiu às evoluções da Europa Central e de Leste tentando reestabelecer-se como ator independente. O *fiat* russo tinha restringido o exército polaco a 24 000 homens em 1717, mas as reservas de potencial humano eram enormes. Nos anos 1750 e 1760, por exemplo, alguns magnatas tinham podido pôr em campo grande número de soldados: o mais poderoso, Miguel Radziwill, uns 10 000. O que impedia a Comunidade de mobilizar um exército muito maior não era apenas a interferência exterior, mas uma tendência crónica para a divisão interna e a anarquia. Graças ao *liberum veto* a tomada coletiva de decisões era praticamente impossível. «A Polónia», observou em

1763 o chanceler russo, o conde Mikhail Illarionovich Vorontsov, «está constantemente mergulhada em desordem; enquanto mantiver a sua Constituição não merece ser considerada entre as potências europeias» (50). Os polacos estavam mesmo tão habituados a ver o seu país atravessado à vontade por potências estrangeiras que se referiam a ele como *Karczma Europy* – «a estalagem de mala-posta da Europa». O novo rei polaco, Estanislau Augusto Poniatowski, que foi coroado em novembro de 1764, dispôs-se a mudar isto. Estabeleceu um serviço diplomático polaco, destinado a impedir os magnatas de prosseguirem políticas separadas, aumentou o Exército e tentou dar às finanças uma base sólida com uma tarifa geral. Acima de tudo, Estanislau Augusto planeava abolir o debilitante *liberum veto*, que tornava a Dieta ingovernável.

> Era central nos debates da Guerra dos Sete Anos, especialmente entre os perdedores e as

potências mais pequenas, a preocupação a respeito de qual a forma de governo e de organização social que seria mais propícia ao êxito na esfera internacional. Neste ponto a experiência dos conflitos de meados do século entre 1740 e 1763 era ambígua. Alguns achavam que os Estados parlamentares comerciais tinham vantagem e podiam dar como exemplo a extraordinária capacidade do Estado fiscal-militar britânico para angariar impostos e créditos em apoio de uma guerra em duas frentes, na Europa e na América. Além disso, a Grã-Bretanha tinha beneficiado com o debate aberto sobre política externa, que tinha unido a nação em torno da causa comum. Noutros lugares, porém, o governo representativo tivera claramente um desempenho inferior, particularmente na Suécia e na Polónia. Os resultados do governo monárquico também eram mistos. A restauração do *Stadholderate* não revigorou, como noutros tempos, a política externa holandesa; o gradual declínio das Províncias Unidas continuou. Os fracassos franceses em Rossbach, nos mares e na América também não abonavam o absolutismo. Por outro lado, a monarquia altamente militarizada e personalizada de Frederico, *o Grande* tinha prevalecido contra todas as probabilidades. Nos seus *Testamentos Políticos* secretos de 1752 e 1768, o rei prussiano sublinhou a superioridade do governo pessoal, que alegava ser mais capaz de responder com celeridade e segredo a uma emergência do que os pesados corpos representativos ou consultivos. Este era o paradoxo definitivo da Guerra dos Sete Anos: os dois tipos ideais de regimes parlamentares e absolutistas, a Grã-Bretanha e a Prússia, tinham saído vencedores (51).

A onda pan-europeia de transformações internas e imperiais desencadeadas pela Guerra dos

Sete Anos e o seu rescaldo cedo conduziram a uma série de crises no sistema de Estados. A primeira a eclodir foi a confrontação entre colonos e metrópole nas treze colónias. Já tinha havido considerável tensão sobre a condução da guerra e o tratamento dos oficiais coloniais pelos regulares britânicos. Os americanos – especialmente o jovem George Washington, que lá estava – ficaram particularmente pouco impressionados com a derrota de Braddock no Monongahela, um verdadeiro Rossbach colonial (52). A «Linha da Proclamação» de 1763 trouxe finalmente à superfície esse antigo ressentimento. Os colonos americanos esperavam que lhes fosse outorgado o vale do Ohio como fruto das suas lutas. Nenhum homem ou ministério, achavam eles, devia pôr limites à marcha de um Império. Um *lobby* «expansionista» começou nesse momento a fazer sentir a sua presença nas assembleias coloniais da América do Norte. Davam voz a uma visão que não era apenas de crescimento territorial, mas de grandeza: um só espaço geopolítico britânico unificado no continente, de mar a rutilante mar, do oceano Atlântico ao golfo do México (53). O engrandecimento imperialista fez assim parte do projeto americano bem antes da independência. Foi até, de facto, a razão de que se tivesse dado a Revolução. As tentativas anglo-espanholas de reforma imperial depressa defrontaram dificuldades. A Lei do Selo de Granville, em 1765, destinada a pagar a nova organização militar na América, provocou protestos furiosos e teve de ser revogada. As taxas alfandegárias de Townshend em 1767 foram concebidas com o mesmo propósito em mente e tiveram um destino parecido. Os americanos tinham estado preparados – embora relutantemente – a aceitar mais Estado na prossecução da expansão, mas poucos meteriam a mão ao bolso para defender a Linha da Proclamação. Estava a surgir uma distância fatal entre as opiniões estratégicas e constitucionais dos colonos e as de Londres. A reforma imperial, tão vital para manter o Império, ameaçava agora rasgá-lo ao meio. A tentativa de Espanha para colocar a defesa imperial numa base mais sólida e para permitir às colónias apoiar as ambições de grande potência na Europa da monarquia também encontrou uma prolongada oposição, provocando uma revolta em Quito e Pueblo em 1765.

Por volta da mesma altura, o programa reformista de Estanislau Augusto estava a esbarrar em

interesses instalados dentro e fora da Polónia. Uma intervenção prusso-russa abortara a tarifa geral proposta em outubro de 1766, destruindo qualquer esperança de fornecer ao Estado as receitas

independentes de que tão desesperadamente carecia para a defesa comum. Catarina também despertou resistência interna. Cerca de metade da população da Polónia, aproximadamente 5 milhões de pessoas, era católica; outros 4 milhões eram uniatas, isto é, cristãos ortodoxos que reconheciam a autoridade do Papa. O resto, cerca de meio milhão de russos ortodoxos e mais ou menos o mesmo número de protestantes eram conhecidos por «dissidentes»; e a enorme comunidade judia desafiava qualquer classificação. Em 1767, uma Confederação de Protestantes e Ortodoxos apoiada pela Rússia exigiu direitos religiosos. Coagido, Estanislau aceitou o «Tratado Perpétuo» de 1768, que consagrava os seus direitos, mas também um domínio russo de pedra e cal sobre a Comunidade. Isto provocou uma reação patriótica polaca na Confederação de Bar, que classificou Estanislau um fantoche czarista. Rebentou uma guerra civil. Acorreram tropas russas para «proteger» os dissidentes. Temendo o total controlo russo da Polónia, com o resultante perigo para a sua fronteira setentrional, os otomanos decidiram atacar primeiro. Quando uns bandos de cossacos violaram território turco em perseguição de confederados polacos, a Porta declarou guerra a São Petersburgo.

Catarina despachou sem grande esforço os otomanos. Em julho de 1770, a frota turca foi

esmagada em Chesme. Tropas russas ocuparam a Moldávia e a Bessarábia e pareciam prontas a entrar na Valáquia. Tudo isto causava consternação em Potsdam e Viena, onde se temia que os ganhos unilaterais de Catarina à custa dos otomanos ainda fariam pender mais a balança do poder em favor de São Petersburgo. A maré russa chegaria ao flanco sul da monarquia dos Habsburgos. Frederico temia que «a guerra contra os turcos decidirá os assuntos da Polónia» e assim abrisse o caminho a maior interferência russa no Império (54). A única solução sem chegar à guerra era repartir os ganhos territoriais tão igualmente quanto possível. Em agosto de 1772, as três potências orientais anunciaram que grandes áreas da Comunidade seriam distribuidas entre si. Um grande pedaço da Polónia foi para a Rússia, os austríacos receberam a província relativamente próspera da Galícia, enquanto Frederico anexou a Prússia Ocidental, muito mais pequena, mas estrategicamente crucial, ligando a Prússia Oriental com os territórios da Prússia Central. A rapacidade descarada desta movimentação causou algumas reservas a Maria Teresa, mas as circunstâncias deixaram-lhe pouca alternativa. Lutou com a sua consciência e ganhou-lhe ou, como disse Frederico, «chorou, mas tirou».

Dois anos depois Catarina fez os otomanos assinarem o Tratado de

Kutchuk Kainarji. Os

ganhos territoriais da Rússia limitaram-se a algumas terras à volta do mar Negro. Muito mais importante foi a influência informal obtida por São Petersburgo. Os otomanos cederam o Canato da Crimeia, que se tornou na prática um fantoche russo. Catarina também forçou a Porta a outorgar-lhe o direito de agir como garante dos direitos dos cristãos dos Balcãs, exatamente como a Rússia há muito «protegia» os dissidentes polacos. Nove anos depois, em maio de 1775, os austríacos deitaram a mão à Bucovina, o que arredondou simpaticamente a sua fronteira oriental.

Tudo isto tinha implicações muito para além da Europa de Leste, Escandinávia e os Balcãs. O

baluarte que mantinha a Rússia fora da Europa Central tinha cedido. «A Polónia», notou o escritor e parlamentar britânico Edmund Burke, «era a barreira natural da Alemanha, bem como das coroas do Norte, contra o poder e ambição esmagadores da Rússia». A partição ameaçava agora «desconjuntar totalmente o antigo sistema da Alemanha e do Norte». A Polónia podia ser agora «a estrada pela qual os russos entrarão na Alemanha» (55). Eram de esperar novos movimentos nesse sentido. A luta pelo Sacro Império Romano tinha entrado numa nova fase.

O impacto destas crises internacionais nas políticas internas da Europa Ocidental foi

dramático. Em França, o efeito mais imediato foi a crescente premência de pôr a monarquia numa base financeira mais estável. Eram inevitáveis impostos mais altos, mas foram bloqueados pelos *parlements,* que insistiram em registar os éditos financeiros reais antes de entrarem em vigor e cuja rebeldia geral fez subir os custos do regime nos mercados monetários internacionais. O conflito estava no ar havia algum tempo porque os custos da Guerra dos Sete Anos e o programa de construção naval do tempo de paz após 1763 tinham de ser pagos por alguém. Em 1768 irrompeu uma confrontação em grande escala na Bretanha, onde o *parlement* local acusou o governador de lançar impostos inconstitucionais para financiar a defesa local. Os *parlements* de Paris e outros *parlements* regionais apoiaram a Bretanha. Seguiu-se um impasse. Um ano depois, o controlador-mor das Finanças avisou que «as finanças de Sua Majestade estão no estado de colapso mais assustador». A monarquia não tinha alternativa. De modo que, em janeiro de 1771, o chanceler Maupeou dissolveu os *parlements*, perante oposição furiosa.

A turbulência internacional de fins dos anos 1760 e dos 1770 reforçou o sentimento

intervencionista na Europa. Nos anos 1770, nada menos que três condes imperiais alemães foram presos por «abuso de poder» (56). Na Grã-Bretanha, escritores e parlamentares proeminentes como James Boswell e Burke foram paladinos da causa da «liberdade» da Córsega, que os franceses tinham ocupado em 1768 depois de expulsarem o carismático cabecilha patriótico Pasquale Paoli, e da Polónia (57). Muitas intervenções destas foram, é claro, causadas por motivos de interesse próprio. A eficaz defesa dos direitos de minorias dependia na verdade de uma sinergia entre sentimento e estratégia; nem sempre era fácil separar as duas coisas. A simpatia pela causa da «liberdade» da Córsega, por exemplo, fazia parte de uma preocupação mais vasta pelas liberdades britânicas e a contenção de França de que estas em última instância dependiam. Por outro lado, era também verdade que os Estados intervinham em defesa de direitos que eles próprios tinham rotineiramente violado, quer no seu país quer no estrangeiro. A garantia francesa da Constituição Imperial e a preocupação que a Rússia professava pelas «liberdades» polacas são os exemplos mais destacados disso. Podia, por conseguinte, ser desculpada a muitos Estados e populações europeias uma certa ambivalência acerca de intervenções em nome de «liberdade» e da «tolerância» que eram transparentemente destinadas a mantê-las numa condição de dependência permanente.

Em todo o caso, a preocupação humanitária não era só questão de atacar o argueiro no olho do

vizinho ignorando a trave no próprio. Isto foi demonstrado no caso dos caribes de St. Vincent, uma ilha que fora conquistada pelos britânicos aos franceses e era usada para abastecer Barbados. Alguns alegavam que os caribes estavam conluiados com os franceses da Martinique. Sob pressão dos plantadores locais para colonizar a ilha, Londres ponderou exterminá-los, mas acabou por rejeitar a ideia como pouco ética. Aceitaram que a deportação não era prática e assim recomendaram que os nativos fossem deslocados para o que era na prática uma reserva. Perante a resistência dos caribes foi lançada uma importante campanha contra eles em 1772. Notícias de atrocidades cometidas pelas forças da coroa provocaram extensos protestos parlamentares e a exigência de um inquérito sobre o que era geralmente considerado uma operação cruel e desnecessária. O deputado Barlow Trescothik falou por muitos outros quando condenou a guerra contra «gente inocente e inofensiva» (58). Nesse mesmo ano o julgamento de Mansfield aboliu na prática a escravatura na própria

Grã-Bretanha embora continuasse amplamente espalhada nas colónias britânicas e os navios britânicos continuassem a praticar o comércio de escravos através do Atlântico. Pouco depois foi organizado um inquérito parlamentar sobre o tratamento dos caribes. Havia no ar um sentimento reconhecivelmente «humanitário».

> Do outro lado do Atlântico estava a ganhar adesão uma crítica popular muito diferente à

política externa britânica. Os colonos da América do Norte também lamentavam a derrota da «liberdade» na Córsega e celebravam ostensivamente o líder patriótico vencido, Paoli (59). Ao mesmo tempo, os colonos objetavam à recusa do Governo britânico em lhes permitir expropriar a população nativa a oeste da Linha da Proclamação. Criticavam o progressivo desmantelamento (por motivos de custo) dos fortes para além dos Apalaches, que tinham sido destinados a dissuadir os raides índios e as reivindicações franco-espanholas sobre os territórios ocidentais. A crise deu-se quando a Companhia das Índias Orientais, que Londres tinha esperado que pudesse financiar a defesa do império em todo o mundo, efetivamente faliu em 1772. O primeiro-ministro, Lorde North, procurou pôr a companhia de pé outra vez em maio de 1773 com a impopularíssima Lei do Chá. Por volta da mesma altura o plano há muito esperado de uma nova colónia ocidental (no que hoje são a Virgínia Ocidental e o Kentucky Oriental) – que se deveria chamar «Vandália» em honra dos antepassados germânicos da rainha Charlotte – foi finalmente abandonado por Londres. Em maio de 1774, a Ilhas Fakland foram evacuadas, em parte para poupar dinheiro e em parte para apaziguar Espanha. Para os críticos coloniais o Império Britânico estava já a desmoronar-se muito antes da Revolução; foi mesmo esta sensação de derrocada imperial que instigou os colonos a rebelar-se, não o contrário (60).

> A Lei do Quebeque de 1774 foi a última gota. Esta lei prometia tolerância religiosa aos

canadianos franceses e era geralmente considerada pelos colonos como parte de uma conjura papista contra as suas liberdades protestantes. A sua principal objeção era, contudo, a maneira como a Lei estabelecia as fronteiras externas da província. Todas as terras entre o Ohio e o Mississipi – matéria de furioso debate entre Londres e o *lobby* expansionista dos colonos desde 1763 – eram agora incorporadas no Quebeque. Aos olhos de muitos norte-americanos isto ameaçava um cerco às treze colónias por uma potência absolutista – uma ressuscitada Nova França. De modo que, em 1775, os colonos

entraram em conflito com Londres a respeito de diferenças constitucionais e estratégicas produzidas pela orientação da política externa britânica. «O primeiro princípio da Independência e da Revolução americanas que eu alguma vez abracei, advoguei ou alimentei», observou retrospetivamente o pai fundador John Adams, «foi a Defesa contra os franceses» (61).

Forças britânicas e patrióticas enfrentaram-se pouco depois em Lexington (62). É costume

dizer-se que os tiros ali disparados foram «ouvidos no mundo inteiro», mas foi não tanto porque anunciavam a aurora da «liberdade», mas sim por causa das suas implicações para o sistema de Estados internacional. Estava em jogo nada menos do que o equilíbrio de poder na Europa. Sem a América – era o que corria em Londres – a Grã-Bretanha seria incapaz de fazer frente a França e Espanha no lado de cá do Atlântico (63). Inversamente, muitas potências europeias estavam convencidas de que se os britânicos prevalecessem na América ganhariam um tal acréscimo de poder que se tornariam intoleráveis. As potências bourbons estavam indecisas porque nenhuma delas queria estabelecer um precedente perigoso ao aliar-se abertamente com rebeldes contra uma autoridade legalmente constituída. Isto era uma questão que afetava em particular a Espanha, que se confrontava com problemas semelhantes nas suas extensas colónias americanas. A oportunidade de fazer a Grã-Bretanha descer um degrau era, porém, boa demais para ser desaproveitada. Uma vitória dos colonos, observou em fins de 1775 o primeiro-ministro francês, o conde de Vergennes, significaria que «O poder de Inglaterra diminuirá e o nosso poder aumentará na mesma medida» (64).

Os patriotas americanos, por seu lado, estavam convencidos de que só poderiam sobreviver

internacionalizando o conflito. Tinham de persuadir a Europa de que, como dizia Benjamin Franklin, a causa americana era «a causa de toda a humanidade, [que estavam] a combater pela liberdade [da Europa] ao defender a nossa» (65). Liberdade significava aqui tanto as liberdades constitucionais como as «liberdades» da Europa, isto é, o equilíbrio de poder. Em março de 1776 o Comité Secreto encarregado de estabelecer ligações com o estrangeiro e as fontes de abastecimento no exterior enviou Benjamin Franklin a França como seu emissário. Os rebeldes também enviaram um representante a Viena, para tentar negar à Grã-Bretanha o acesso a mercenários alemães para uso na América. Pelo menos um terço das tropas britânicas na América era, de facto, contratado a príncipes do Sacro Império Romano; no espírito

dos colonos a ligação entre a falta de liberdade na Europa e a sua própria segurança era assim tão clara como o fora nos tempos de Luís XIV e Luís XV (66). Estas movimentações tinham uma lógica própria inexorável porque alianças totais e abertas com Estados europeus não eram possíveis enquanto os colonos se considerassem súbditos leais da coroa. O eletrizante panfleto de Tom Paine, *Common sense*, arguia que só a independência capacitaria os americanos para se assegurarem do apoio estrangeiro necessário à defesa da Revolução.

> A atividade diplomática era uma das maneiras de proteger a Revolução e garantir a

independência. Muitos americanos, no entanto, já acalentavam uma conceção muito mais ampla da sua segurança e da sua missão no mundo; logo desde o princípio acreditavam que eles próprios e o seu Estado eram ao mesmo tempo excecionais e exportáveis. A América, argumentava Paine, «tinha tomado posição, não só por ela, mas pelo mundo, e via mais além das vantagens que ela própria podia receber» e a sua causa era «em larga medida a causa da humanidade inteira» (67). Ao representarem os princípios da autodeterminação numa era de impérios, do republicanismo num tempo de monarquias, das constituições escritas num mundo de corporativismo tradicional e de governo absoluto, e da liberdade de comércio contra o mercantilismo prevalecente, os Estados Unidos esperavam mudar o mundo através do que *eram* (68). Uma ideia, sustentava ele, «penetrará onde não pode ir um exército de soldados; terá êxito onde a gestão diplomática fracassará»; «Nem o Reno, nem o Canal, nem o oceano [Atlântico] (...) podem travar o seu progresso», predizia, «marchará sobre o horizonte do mundo e triunfará». Feito isto, acreditava Paine, a disseminação da liberdade levará à paz universal quando as nações comerciarem livremente e desarmarem. Mas sendo Paine um internacionalista, não era de modo nenhum um intervencionista. Opunha-se violentamente a qualquer guerra internacional, considerando-as todas uma conspiração para subjugar e defraudar os povos. Chegaria o tempo, contudo, em que muitos americanos iam acreditar que a sua própria liberdade só poderia sobreviver se fosse ativamente difundida pelo mundo todo, a começar pelas regiões que lhe estavam mais próximas. Um vez consolidada esta convicção, cada vez mais os Estados Unidos iriam mudar o mundo pelo que *faziam*.

> A Declaração de Independência americana de 4 de julho de 1776 não criou um Estado unitário.

Falava muito claramente no plural de «estados livres e independentes» unidos. E, no entanto, os Estados Unidos tinham de adquirir – muito

rapidamente – algumas das caraterísticas de um Estado unido para guerrear contra a Grã-Bretanha. Em novembro de 1777, depois de um longo e acrimonioso debate, o Congresso aprovou os Artigos de Confederação. Os estados foram dissuadidos de emitir mais moeda e concordaram em pagar ao Congresso uma percentagem do rendimento dos seus impostos estaduais e do valor das suas terras. Os Artigos, todavia, só muito imperfeitamente resolveram o problema da coesão nacional. Os impostos congressionais eram voluntários e muitas vezes não eram pagos, havendo como único recurso «nomear e envergonhar» os faltosos. Os americanos, por conseguinte, combateram e ganharam a sua guerra de independência como «Confederação», não como um Estado único ou sequer uma união de estados (69).

> Entretanto, o Imperador José II e o seu primeiro-ministro, Kaunitz, estavam decididos a

baralhar de novo a mão geopolítica que a história lhes tinha distribuído. Em finais de 1777, José II tomou a iniciativa. Os seus diplomatas persuadiram Karl Theodor do Palatinado a aceitar a troca de parte da Holanda austríaca pela Baviera que herdara. Desta maneira, José esperava trocar um distante passivo geopolítico por um ativo que era contíguo às terras principais da monarquia. A sua jogada provocou uma resposta imediata de Frederico, *o Grande*, que temia que isso alterasse o equilíbrio de poder dentro da Alemanha. O seu objetivo era manter o Império estático e assim negar aos austríacos a oportunidade de usar a coroa imperial para mobilizar o potencial da Alemanha contra a Prússia. Frederico, realmente, cada vez mais se apresentava aos austríacos na posição de «contra-Imperador» a fim de unir os territórios médios e mais pequenos em defesa do *statu quo*. Dada a persistente aliança Habsburgos-Bourbons, por conseguinte, parecia que os conflitos americano e alemão se fundiriam numa grande conflagração semelhante à Guerra dos Sete Anos.

> A resultante Guerra da Sucessão Bávara pôs a França perante um dilema. Como observou Luís

XVI em fevereiro de 1778, ele estava comprometido por tratado com a Áustria, e «temos de manter na Alemanha a reputação de França, a qual há já algum tempo que está sujeita a grandes ataques», até porque «a garantia da Paz de Vestefália é inerente à coroa francesa» (70). Contraposto a este imperativo estava o facto óbvio de que a intervenção iria abrir uma nova frente na Europa no exato momento

em que França tinha a oportunidade de desferir à Grã-Bretanha um golpe fatal no ultramar. No fim de contas, os franceses decidiram retrair-se e deixar os acontecimentos da Europa Central seguirem o seu curso. Em vez disso, há muito apoiantes encobertos dos colonos e animados pela vitória dos Estados Unidos em Saratoga em 1777, entraram abertamente na guerra americana em 1778, seguidos pela Espanha em 1779. A Grã-Bretanha escapou por pouco a uma invasão bourbon conjunta. Um ano depois os holandeses estavam tão irritados com a sobranceria naval da Grã-Bretanha que também se inscreveram na lista. Por volta da mesma altura, Catarina, *a Grande*, também ela ofendida pelo tratamento dos navios não-beligerantes pela marinha real, fundou a Liga da Neutralidade Armada. A Grã-Bretanha estava agora, na expressão mortificada do chefe do almirantado, Lorde Sandwich, praticamente «em guerra (...) com o mundo inteiro (...) As potências unidas desmembrarão o nosso Estado e vão dividi-lo entre si como lhes aprouver» (71).

> Perante estes desafios, o Estado britânico empreendeu o seu mais intenso programa de

mobilização até à data. Nos três anos decorridos entre 1778 e 1780, a marinha real aumentou o número de barcos de linha em 50 %; no mesmo período, o número de marinheiros deu um salto de mais de metade. O Governo britânico também começou a pensar em maneiras de explorar o vasto potencial humano da Irlanda católica e vencer as objeções do domínio protestante local ao seu recrutamento (72). Em 1778 foi legislada a primeira medida substancial de apoio aos católicos e no ano seguinte foi publicada uma lei em benefício dos Dissidentes. Fosse como fosse, muitos britânicos temiam que a monarquia estivesse a ganhar vantagem sobre o governo representativo. Os cinquenta anos anteriores tinham mostrado que as comunidades políticas «livres» da Polónia, da Suécia e das Províncias Unidas estavam num estado de declínio terminal. O futuro parecia residir nas autocracias da Europa Central e de Leste, que tinham afinado as suas sociedades para a mobilização militar e a expansão. Como referiu em meados de março de 1778 o subsecretário de Estado da Guerra britânico, «as grandes potências militares das zonas interiores da Europa, que acumularam juntas os seus grandes tesouros e moldaram os seus cidadãos em grandes exércitos, tornar-se-ão, no imediato e nos tempos que se seguem, as potências dominantes» (73).

> O estupendo desempenho do Estado fiscal-militar britânico não bastou para inverter a situação

na América ou sustentar a supremacia naval britânica quando mais

falta fazia. O isolamento europeu da Grã-Bretanha acabou por se revelar fatal. Livres da perturbação de uma guerra terrestre na Europa, as potências bourbons ultrapassaram a Grã-Bretanha nos mares, como os *Whigs* sempre tinham temido que acontecesse. França não só ganhou o controlo temporário das águas em volta da América do Norte, mas também conseguiu desembarcar uma força para ajudar Washington. Em 1781, um esforço conjunto franco-americano encurralou em Yorktown uma grande força britânica e forçou-a a render-se. O Governo de Lorde North não sobreviveu muito tempo a esse golpe. A nova administração depressa pediu a paz.

> O Tratado de Paris que pôs termo à Guerra Americana em 1783 marcou uma revolução no

sistema de Estados internacional. A Grã-Bretanha estava dividida entre França, Espanha e os colonos. Foi forçada a reconhecer como estados independentes as treze colónias. A Grã-Bretanha conservou Gibraltar, mas a Flórida e Minorca foram entregues a Espanha e a França recuperou a Luisiana. França, nas palavras triunfais de Vergennes, tinha «apagado a nódoa de 1763». Além disso, tinha surgido uma nova potência no hemisfério ocidental e observadores de vistas mais largas já estavam a predizer que a batuta passaria em breve da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. «Esta pequena ilha [Inglaterra]», tinha observado Horace Walpole ao ouvir a Declaração de Independência, «estará ridiculamente orgulhosa daqui por umas eras dos seus anteriores dias heroicos e jurará que a sua capital foi em tempos tão grande como Paris ou – qual há de ser o nome da cidade que ditará então a lei à Europa? – talvez Nova Iorque ou Filadélfia». Quando um francês prognosticou que os treze estados se tornariam «o maior império do mundo», um membro da delegação britânica em Paris disparou-lhe: «Sim, Senhor – e todos, mas todos, falarão inglês» (74).

> O impacto da Guerra Americana na política europeia foi extraordinário. Em França, levou a um

ressurgimento do apoio ao *ancien régime*. Como um observador lembrou mais tarde aos franceses, «Vós mesmos, (...) nos vossos lares, nos vossos lugares públicos, nos vossos cafés e até nas vossas tabernas, vistes em imaginação toda a esquadra inglesa ser engolida e bebestes em grandes sorvos, por adiantado, o prazer da vingança» (75). Mas o sentimento de euforia cedo se desvaneceu. O custo financeiro da guerra fora enorme, pago em grande parte por meio de empréstimos em vez de novos impostos, o que pôs a prémio o crédito do *ancien régime*. Os mercados monetários, estrangeiros e internos, requeriam transparência e também cada vez mais o fazia o público francês.

Quando, em fevereiro de 1781, Jacques Necker publicou o seu famoso *compte-rendu* das finanças da monarquia, venderam-se 100 000 exemplares só nesse ano. A intenção era aumentar a consulta popular e assim reforçar o crédito, mas o efeito foi o de minar a confiança no Governo. No outono de 1783, a coroa estava à beira da bancarrota.

A dor de cabeça financeira era agravada por uma dor de cabeça estratégica. A não-intervenção

de França na Guerra da Sucessão Bávara deixou a porta aberta a um acrescido envolvimento russo no Sacro Império Romano. Ao longo de todos os anos 1770, Catarina tinha expandido a sua influência, a começar pelos casamentos do seu filho e herdeiro com princesas alemãs, primeiro do Hesse-Darmstadt, em 1773, e, à morte desta, em 1776, com uma outra do Württemberg. A representação diplomática russa na Dieta imperial e entre os principados mais pequenos foi bastante aumentada. A czarina queria muito mais do que o simples reconhecimento do seu título imperial russo. Catarina estava a sinalizar a reivindicação de nada menos que uma voz decisiva nos assuntos do Império. Em outubro de 1779 observou que a Rússia «há muito desejava o privilégio de ser garante da constituição imperial». Isto porque, continuava Catarina, era este poder que «dava a França a sua preeminente influência política» na Europa (76). Foi a sua mediação que levou ao Tratado de Teschen, que pôs termo à guerra austro-prussiana pela posse da Baviera. José II foi compelido a recuar. A cláusula realmente crucial era a que fazia de Catarina garante do Sacro Império Romano. «Os russos», observou um diplomata britânico, «têm de ser agora considerados os árbitros da Alemanha» (77). Em dezembro de 1778, o enviado francês à Dieta imperial queixou-se de que o predomínio do seu país na política alemã, que durava havia 150 anos, tinha sido suplantado pelo da Rússia. Isto tinha muita importância porque, como Vergennes comentou no ano seguinte, «a Alemanha seria em geral bastante capaz de causar danos a França. Sendo o território mais vasto e mais populoso (...) é fácil de ver a vantagem que teria sobre nós se esse poder não estivesse limitado pela forma da sua constituição (...) Devemos assim a nossa superioridade e a nossa segurança às forças da desunião [alemã] e aos vícios desta constituição» (78). França estava em risco de consentir que o Império caísse em mãos hostis.

Na Grã-Bretanha, a Guerra Americana provocou um debate aceso sobre a causa do desastre.

Muitos concordavam em que o caminho da recuperação envolveria uma transformação interna fundamental. Alguns acreditavam que

bastaria uma renovação moral e espiritual. Outros sustentavam que era necessário o alargamento do direito de voto para mobilizar todas as energias nacionais em apoio da causa comum. Muitos apoiavam a ideia de uma «reforma económica» que voltasse a pôr em ordem as finanças. Quase toda a gente aceitava que se requeria uma mudança completa na estratégia geral. Seria construído um «segundo» império ainda mais extenso geograficamente usando a reserva demográfica dos lealistas americanos, muitos deles escravos negros libertados (79). Em 1788, foram desembarcados na Austrália os primeiros colonos e depressa foram estabelecidos novas colónias ou desenvolvidas colónias antigas em África, na Ásia e nas Américas, especialmente no Canadá. A verdadeira tarefa, contudo, era a reconstrução das alianças da Grã-Bretanha, especialmente na Europa Central. A abordagem *Tory* «água azul», com o seu concomitante desdém pelos «enredos» continentais, tinha sido amplamente desacreditada. «Recuperarmos o nosso peso no continente por meio de alianças judiciosas», observou em dezembro de 1783 o veterano diplomata e parlamentar Sir James Harris, «é o desejo geral de qualquer homem, por mínimo conhecimento que tenha dos interesses deste país» (80). Nunca mais deveria a Grã-Bretanha estar isolada na Europa.

> Em meados dos anos 1780, José II acelerou as movimentações para reforçar a monarquia

Habsburgo por meio de um programa de reformas internas (81). Foram abolidas todas as portagens internas, à exceção das que existiam entre a Hungria e as terras hereditárias. Algumas restrições corporativas foram levantadas. José II também tomou providências para quebrar o domínio da hierarquia católica romana. Em 1781, o seu Édito de Tolerância afrouxou as restrições a protestantes e judeus; isto destinava-se não só a mobilizar os dissidentes mais eficazmente ao serviço do Estado, como também a impedir que outras potências, especialmente a Prússia e a Rússia, os manipulassem em seu proveito estratégico. José II fez uma reforma litúrgica, tentou racionalizar as fronteiras episcopais, dissolver as ordens puramente contemplativas e, em geral, promover um catolicismo mais enxuto, racional e menos barroco, respeitador da sua autoridade e mais relevante para as necessidades dos seus súbditos (como ele as via). Tentou reduzir o poder das assembleias representativas, em especial na Hungria e na Holanda austríaca, a fim de valorizar o poder monárquico. Por meados dos anos 1780, José estava a preparar-se para tratar da questão maior de todas: a servidão e a relação triangular entre monarca, nobreza e campesinato, que estava, acreditava ele, urgentemente necessitada de reconfiguração.

> Estas medidas destinavam-se a tornar a Áustria um ator mais temível na cena internacional,

mas custaram um preço diplomático considerável. A reforma hostilizou grupos internos poderosos – como o clero e a nobreza húngara –, que não só podiam ser extremamente disruptivos como eram também capazes de entrar em correspondências sediciosas com potências rivais. A reforma das fronteiras episcopais indignou a hierarquia do Sacro Império Romano. A sua sobranceria convenceu muitos príncipes alemães de que o imperador, longe de ser o defensor da constituição imperial, representava agora uma séria ameaça à sua integridade. A política mais controversa de José II foi, no entanto, a sua determinação em efetuar a consolidação territorial da monarquia, atropelando a constituição imperial, se necessário. Em novembro de 1784, ressuscitou o seu plano de troca da Holanda austríaca pela Baviera. Isto provocou temores generalizados de uma nova Monarquia Universal dos Habsburgos na Alemanha, que desconjuntaria todo o equilíbrio de poder continental. Desta vez – graças ao desprezo manifesto de José II pelas convenções imperiais – muitos aliados tradicionais dos Habsburgos juntaram-se a Frederico na sua oposição, como foi o caso do arqui-chanceler e Eleitor de Mainz. A «Liga de Príncipes» que daí resultou mostrou em 1785 que o Império ainda era capaz de preparar uma resposta diplomática concertada a ameaças internas. Uma vez mais, José II foi forçado a recuar; os custos e fracassos da sua política externa provocaram uma crítica interna generalizada (82).

> Sabiamente, talvez, a Rússia não explorou a sua vantagem no Império. Em vez disso, Catarina

minorou as suas ambições alemãs em troca de uma aliança austríaca para facilitar os seus desígnios mais a sul. O movimento russo seguinte não seria na Europa Central, mas nos Balcãs e no mar Negro, com vista a garantir uma legitimação «romana» alternativa (83). O Tratado de Kutchuk Kainarji em 1774 tinha dado à Rússia o direito de intervir em favor dos cristãos ortodoxos do Império Otomano, um privilégio que Catarina explorou implacavelmente através da sua rede de consulados. Criou também uma Crimeia nominalmente independente, que imediatamente se dividiu em facções pró-russa e pró-otomana. Em novembro de 1776, Catarina enviou tropas para intervir na guerra civil; em 1783 anexou sem mais a Crimeia. Tudo isto fazia parte de um muito mais amplo «Projeto Grego» para conquistar Constantinopla, restaurar a supremacia ortodoxa e reivindicar o estatuto da Rússia como «Terceira Roma» (84). Neste espírito, Catarina deu o nome de batismo de Constantino ao seu neto recém-nascido, em 1779, e a base

russa de Sebastopol, na Crimeia, ostentava um arco onde estava inscrito o letreiro «caminho de Bizâncio» (85).

> Vendo o que os esperava, os otomanos lançaram uma ofensiva preventiva contra a Rússia em

1787. Uma vez mais, porém, os russos contra-atacaram, avançando profundamente para sul no Império. Isto suscitou uma resposta imediata das duas potências da Europa Central. A inação podia significar a total absorção pela Rússia do Império Otomano, ou pelo menos das suas partes europeias, e deixar a monarquia Habsburgo vulnerável a um cerco parcial a leste. De modo que, em finais de 1787, José II entrou na guerra do lado dos russos, para se assegurar de que os despojos seriam repartidos equitativamente. Este movimento, por sua vez, alarmou a Prússia. O sucessor de Frederico, *o Grande*, Frederico Guilherme II, acreditava que uma campanha austro-russa bem-sucedida contra os turcos o deixaria numa posição mais fraca. A Prússia também estava ameaçada no seu flanco ocidental, onde o Partido Patriótico – que era apoiado pelo aliado da Áustria, a França – ia de vitória em vitória nas Províncias Unidas. Uma guerra em duas frentes parecia uma verdadeira possibilidade. Quando os Patriotas se apossaram da mulher do *Stadholder* – irmã de Frederico Guilherme – o rei prussiano decidiu agir. Em 1787 invadiu a República Holandesa e restaurou a Casa de Orange. Um ano depois concluiu a Tripla Aliança com a Holanda e a Grã-Bretanha. Com o seu flanco ocidental agora seguro, Frederico Guilherme abriu negociações com os polacos, os suecos e os otomanos. Em janeiro de 1788 o primeiro-ministro prussiano, Ewald Friedrich von Hertzberg, revelou um «Grande Plano» de reorganização territorial que asseguraria ganhos equilibrados para as três potências do Leste. Aos austríacos ser-lhes-ia permitida uma expansão limitada nos Balcãs, mas seriam obrigados a entregar a Galícia à Polónia, que por seu turno cederia Danzig e Thorn à Prússia. José II ficou furibundo. Anunciou que «preferia travar uma guerra sem quartel» a «permitir ao rei da Prússia apossar-se de uma só aldeia, muito menos realizar na sua totalidade este grande projeto» (86). Nesse verão a Suécia atacou a Rússia, a fim de afrouxar a pressão sobre os turcos. Parecia estar próxima uma guerra europeia mais vasta.

> Estes acontecimentos causaram uma funda impressão nos Estados Unidos da América, o

primeiro Estado europeu independente estabelecido nas longínquas

margens do Atlântico. «Tem estado a formar-se há algum tempo uma nuvem que paira sobre o mundo europeu», observou Alexander Hamilton, «[e] se rebentar em tempestade, quem nos pode garantir que, na sua progressão, uma parte da sua fúria não será gasta sobre nós?» A neutralidade ou a contenção não bastarão. «Lembremo-nos», continuava, «de que paz ou guerra nunca serão deixadas sempre à nossa escolha; que por muito moderados ou não ambiciosos que possamos ser, não podemos contar com a moderação ou esperar extinguir a ambição de outros» (87). A capacidade de mesmo pequenos atores causarem danos aos interesses americanos foi demonstrada quando a retirada da proteção naval britânica depois da revolução expôs imediatamente a navegação comercial americana a ataques brutais de corsários da Berbéria que operavam a partir do Norte de África. Isto não era de modo algum apenas uma questão de «honra»: a vigorosa prossecução do comércio era considerada essencial para dar à jovem república a força para sobreviver contra a concorrência franco-britânica (88). Thomas Jefferson e John Adams foram informados pelo enviado de Tripoli a Londres, em março de 1785, de que todas as nações que não reconheciam a autoridade do Alcorão «eram pecadoras [e] que era direito e dever deles guerrear quem quer que encontrassem e fazer escravos todos os que pudessem tomar como prisioneiros». As tentativas iniciais de chegar a um acordo com os corsários levaram simplesmente a um aumento das suas exigências. Por outras palavras, os Estados Unidos tinham de lidar com o mundo muçulmano, quer quisessem quer não.

> Houve também muitas ameaças à nova república mais perto de casa. Espanha tinha fechado o

Mississipi à navegação em 1784 e mantinha uma presença ameaçadora a sul, na Florida, e estava atarefada na fortificação do Texas. Isto provocou indignação entre os colonos. «Haveremos de ser servos dos espanhóis como os filhos de Israel eram servos dos egípcios?», perguntava uma carta aberta que circulou amplamente nas assembleias locais e nas aberturas dos tribunais em 1786 (89). O secretário dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos, John Jay, perguntava a si mesmo se os franceses estariam «perfeitamente desabituados do desejo de possuir colónias continentais na América». Foram justamente os temores de que uma outra potência europeia se lhes adiantasse que levou a jovem república a patrocinar expedições de informação no Oeste (90). Pior ainda, a Grã-Bretanha tinha conservado o Canadá e recuperado o controlo dos mares brevemente perdido durante a Guerra da Independência; era fortemente suspeita, não só de agitar as tribos nativas, mas também de patrocinar a rebelião de Daniel Shays no Massachusetts Ocidental. O efeito líquido

de tudo isto, como Hamilton anotou em meados de dezembro de 1787, foi que «os territórios da Grã-Bretanha, Espanha e das nações índias nas nossas vizinhanças (...) cercam a união do Maine à Geórgia» (91). Por outras palavras, todas as questões que originalmente tinham levado à separação da Grã-Bretanha permaneciam essencialmente por resolver.

> Além disso, os arranjos constitucionais herdados da Guerra Revolucionária eram

completamente inadequados para lidar com os desafios dos anos 1780. Não havia o que se pudesse chamar um verdadeiro governo, o Congresso não tinha poder para lançar impostos para pagar projetos nacionais e todos os tratados internacionais tinham de ser ratificados por todos os estados antes de entrarem em vigor. As dívidas da Guerra Revolucionária eram em grande parte detidas por cada estado, com poucas perspetivas de serem honradas, destruindo assim todo o crédito público. Os Estados Unidos não tinham um exército propriamente dito porque os estados não conseguiam entender-se sobre como havia de ser pago e muitos americanos temiam que pudesse ser usado para minar as suas liberdades. Eram mesmo tão fracos os laços que mantinham junta a confederação que muitos americanos temiam que os Estados Unidos pudessem fragmentar-se nas suas partes componentes ou até sucumbir à discórdia civil. Este temor era particularmente pronunciado a respeito da questão primacial do Oeste. Hamilton antevia «disputas territoriais» sobre «o vasto campo do território do Oeste» (92). Além do mais, a falta de uma linha decidida no Oeste deixaria um vácuo a explorar por potências estrangeiras. Havia fundados temores de que os colonos entre os Apalaches e o Mississipi poderiam apresentar uma petição para se voltarem a juntar à Grã-Bretanha, apostar em Espanha ou mesmo organizar-se como Estado independente. A escolha era nítida: ou os americanos se uniam mais para criar um Estado capaz de travar guerras e empreender a sua expansão territorial ou iriam entrar em guerra uns com os outros e, em última instância, tornar-se vítimas da expansão de uma potência exterior (93).

> Os representantes das treze colónias juntaram-se, por conseguinte, em Filadélfia em 1787,

para rever os Artigos de Confederação. O debate resultante, de que um dos lados está imortalizado nas trocas de correspondência entre Alexander Hamilton, John Jay e James Madison nos *Federalist Papers*, foi em grande parte movido pela primazia da política externa. «A proteção contra o perigo exterior», escreveu Hamilton em novembro,

«é o mais poderoso diretor da conduta nacional» (94). Foi contra este pano de fundo que Madison e Hamilton contemplaram o «sistema federal» do «império germânico» e acharam que era «um corpo sem nervos, incapaz de reger os seus próprios membros, inseguro contra os perigos externos e agitado pelas incessantes fermentações das suas próprias entranhas». «Os preparativos militares», notavam eles, «têm de ser precedidos por tantas discussões entediantes, que nascem das invejas, do orgulho, das diversas opiniões e das pretensões conflituantes dos órgãos de soberania, que antes que a Dieta possa estabelecer quaisquer arranjos já o inimigo está no terreno». Mesmo que os vários obstáculos à unidade pudessem ser superados, Madison e Hamilton pensavam que «nenhuma das potências vizinhas toleraria que se produzisse uma revolução que desse ao Império a força e a preeminência a que tem direito». Quanto à Polónia, argumentavam que era «igualmente incapaz de autogoverno e de autodefesa [e] que desde há muito tem estado à mercê dos seus poderosos vizinhos, que ultimamente têm tido a misericórdia de a aliviar do fardo de um terço da sua população e dos seus territórios» (95). De todos os precedentes europeus, o único que encontrava favor entre os Federalistas era a União Anglo-Escocesa de 1707, pela qual as duas partes, anteriormente tão divididas, se tinham juntado para «resistir a todos [os seus] inimigos». Jay via nesta forma de «inteira e perfeita união», para usar as palavras que citava aprovadoramente da carta da rainha Ana ao Parlamento escocês de julho de 1706, como o caminho a seguir pela República Americana (96).

> A Constituição acordada em Filadélfia em 1787-1788 mostrava que os americanos tinham

aprendido com a sua própria experiência e com a de britânicos, alemães e polacos. Tal como os escoceses e os ingleses, estavam decididos, na expressão do preâmbulo, a «formar uma mais perfeita união». Nenhum estado teria direito de veto sobre a sua progressão. Todas as decisões da Convenção eram tomadas por maioria de votos dos estados: não se exigia a unanimidade. Era estabelecido um poder executivo forte na forma de uma Presidência com poderes para conduzir a política externa e concluir tratados, que estavam sujeitos, todavia, a ratificação pelas duas Câmaras do Congresso. Este era constituído pelo Senado, representando os diferentes estados, e pela Câmara dos Representantes. Conscientes do que tinha acontecido na Polónia, era criado um colégio eleitoral, por sugestão do eminente sulista Pierce Butler, da Carolina do Sul, para dificultar as cabalas domésticas e o suborno estrangeiro. Todas as dívidas de guerra era «federalizadas», restaurando o «crédito público». Era reconhecida a existência da escravatura na cláusula que dava a «outras pessoas» três

quintos de um representante, mas também um aquinhoamento dos impostos e ainda a presunção de que os estados esclavagistas e a escravatura podiam expandir-se territorialmente (97). Ao mesmo tempo, os signatários acordavam efetivamente abolir o tráfico de escravos num prazo de vinte anos e havia a expectativa geral, pelo menos no Norte, de que toda essa instituição seria gradualmente extinta no futuro. Nesse mesmo ano, a Ordenação do Noroeste estabelecia que a expansão territorial deveria processar-se através da admissão de novos estados na União numa base de completa igualdade com os estados existentes, em vez do alargamento dos que havia. Estipulava também que as terras a sul dos Grandes Lagos e a norte do rio Ohio deveriam ser livres, enquanto a Ordenação do Sudoeste permitia a escravatura nos estados a estabelecer a sul e a ocidente. A Constituição entrou em vigor em junho de 1788. Como os seus rivais europeus, os americanos tinham remodelado a sua política interna para se tornarem mais competitivos no sistema internacional de Estados (98).

Os americanos rejeitaram a solução alternativa para o seu problema estratégico, que era criar

uma «nobreza de serviço», em moldes russo-prussianos, dedicada à defesa da sua independência. É certo que alguns patriotas fizeram a experiência de criar uma aristocracia desse género baseada nos veteranos da Guerra Revolucionária. A resultante «Sociedade dos Cincinnati» era uma «sociedade de amigos» empenhados em manter «inviolados aqueles exaltados direitos e liberdades da natureza humana pelos quais tinham combatido e derramado o seu sangue», a promover «a união e a honra nacional entre os respetivos estados (...) do império americano [*sic*!]» e a fazer ações de beneficência (...) para com os oficiais e suas famílias» necessitados (99). Porém, a despeito de um considerável interesse por parte de proeminentes pais fundadores, em especial do próprio George Washington, os Cincinnati nunca singraram, em grande parte porque se empalaram a si próprios na questão crucial da hereditariedade. Em vez disso, a nova república optou por um pequeno exército permanente complementado por uma robusta milícia popular. Este compromisso foi sacralizado na Segunda Emenda da Constituição que determinava que «sendo necessária à segurança de um Estado livre [uma] milícia bem regulada, o direito do povo a possuir e usar armas não será infringido» (100). O tempo diria qual dos dois métodos de mobilizar a sociedade para a guerra, o do continente europeu ou o do Congresso Continental, seria mais eficaz.

Um debate muito semelhante estava a fervilhar na Europa Central e

de Leste. Os polacos

observaram palpitantes a derrocada do Império Otomano em 1787-78, temendo ser os próximos. Decidido a não sucumbir sem luta, o rei reformista Estanislau Augusto convocou um Parlamento de quatro anos em outubro de 1788. Ao contrário de anteriores sessões, não se suspendeu ao fim de seis semanas, mas constituiu-se em confederação, resolvido a permanecer reunido até a Comunidade ter sido posta numa situação mais segura. Estavam na agenda todas as questões que tinham de ser tratadas se a Polónia queria sobreviver até ao fim do século: a reforma do Exército, as finanças e o temido veto aristocrático. Este programa era destinado a impedir mais uma partição, mas destinava-se também a tornar a Polónia um parceiro de aliança mais eficaz. A reforma, disse Estanislau a Catarina, no seu encontro de maio de 1789, permitiria à Comunidade enviar um exército substancial para combater os turcos e justificaria eventualmente a sua parte dos despojos. O rei polaco exigia reparações pelas perdas de 1772 na forma da Bessarábia, partes de Moldávia e um porto no mar Negro. A czarina recusou, mas acedeu relutantemente a retirar as suas forças da fronteira polaca. Pela primeira vez, a Polónia poderia tornar-se outra vez um ator independente na cena europeia.

Na Alemanha, os temores da «polonização» – uma divisão de território às mãos de potências

estrangeiras, ou seja, Áustria e Prússia – injetou nova vida no debate sobre a reforma imperial. O *Reichstag* tinha estado em grande parte paralisado entre 1760 e 1780 pelas divisões regionais e confessionais, mas a Liga dos Príncipes mostrava que era possível uma ação coletiva concertada para defender a constituição. Em julho de 1787, Karl von Dalberg, coadjutor, delegado e sucessor designado do arqui-chanceler imperial, lançou um programa de reformas destinado a devolver ao Império coerência e um propósito coletivo. Sustentava que a constituição se tinha tornado «débil», tornando o Império «desprezível para os seus vizinhos». A solução, pretendia Dalberg, era uma perpétua capitulação eleitoral, como «constituição permanente» do Império (101). Isto, argumentava ele, levaria a um executivo mais forte para executar as decisões da Dieta. Algumas vozes clamavam também por uma participação pública mais ampla nos assuntos imperiais. Christoph Ludwig Pfeiffer, um propagandista dos Habsburgos, alegava em 1787 que a eleição imperial não devia ser um assunto de apenas nove eleitores, mas sim ser decidida por todos os estados representados na Dieta. Estas iniciativas não levaram a parte nenhuma: ao contrário dos estados americanos, as partes componentes

do *Reich* não tinham qualquer intenção de sacrificar os seus interesses particulares ao bem comum. As tensões entre a segurança exterior do Império e as «liberdades alemãs» de cada um dos príncipes continuavam por resolver.

> Foi em França que os desafios lançados pelo sistema de Estados europeu em finais dos anos

1780 receberam a resposta mais espetacular. Em agosto de 1786, Charles Alexandre de Calonne, controlador-mor das Finanças francês, admitiu efetivamente que a monarquia estava falida. Luís XVI viu-se forçado a convocar uma Assembleia de Notáveis em fevereiro de 1787. Esta dissolveu-se três meses depois sem ter chegado a acordo sobre qualquer substancial reforma fiscal. Em resultado disso a monarquia foi humilhantemente incapaz de intervir quando os prussianos invadiram a Holanda em setembro de 1787. «França caiu», observou José II, «e duvido se alguma vez se levantará outra vez» (102). Foi a última gota para uma nação política cuja paciência para os fracassos dos Bourbons estava quase esgotada e redundou numa profunda crise de legitimidade interna do *ancien regime* (103). Não só a monarquia era geralmente tida por responsável pelo fracasso da política externa francesa como também o ódio à aliança austríaca colocava a rainha, Marie Antoinette, uma princesa Habsburgo, na linha de fogo (104). Ela personificava o «despotismo» Habsburgo, a manipulação «estrangeira» e uma influência feminina «não natural». Nem todos estes ataques eram injustificados: era bem conhecido que Marie Antoinette tinha advogado diplomaticamente a causa do seu irmão José II e esboçado planos para dividir o velho aliado otomano de França. Marie Antoinette tornou-se também o para-raios de um sentimento de mal-estar muito mais amplo. Era o alvo principal de uma campanha sórdida, pornográfica e muitas vezes misógina do sector «mais baixo» da esfera pública. O cerne da crítica, todavia, era político-financeiro. Notando a vasta despesa da política falhada, um crítico perguntava se um ministro do rei devia «poder gastar desta maneira para levar por diante os seus planos? Não sem o consentimento da nação» (105). A implicação deste argumento era clara: a tributação acrescida que era exigida pelas ambições de grande potência de França só podia ser efetuada ao preço de mais participação pública.

> Luís XVI e os seus ministros estavam agora aprisionados numa espiral descendente. A nação

política e os mercados financeiros, tanto estrangeiros como internos, tinham perdido toda a confiança na grande estratégia bourbon. Isto

significava que era difícil à monarquia pedir emprestado a não ser a taxas de juro exorbitantes. Isto, por sua vez, reduzia o poder diplomático e militar dos Bourbons. Em março de 1789, o ministro dos Estrangeiros, o conde de Montmorin, avisou que nenhumas diligências diplomáticas eram possíveis até ter sido resolvida a questão interna e «França ter recuperado toda a sua força e poder» (106). Isto prejudicou ainda mais o estatuto do regime, criando um ciclo destrutivo do qual não havia escapatória. Os vários expedientes adotados por sucessivos ministérios, o aumento da tributação, a coerção dos parlamentos e tudo o mais, só cavaram ao *ancien régime* uma cova ainda mais funda. Uma guerra bem-sucedida em apoio da liberdade holandesa podia ter feito a quadratura do círculo. Isto, observou o fortemente austrofóbico *comte* de Ségur, teria «desviado as paixões que estavam a agitar e a desencaminhar o país». Nunca aconteceu, continuava Ségur, porque o Ministério era «tímido contra os seus inimigos naturais, mas ousado contra [a] Nação» (107). Por outras palavras, dado que a monarquia se recusava a entrar em guerra em defesa dos seus interesses estratégicos na Europa, era forçada à confrontação com o seu próprio povo em casa.

> Em meados de agosto de 1788, Luís XVI acedeu finalmente a convocar uns Estados Gerais,

pela primeira vez desde 1614. Foram preparados cadernos de agravos – *cahiers de doléances*. Estes aceitavam por agora o sistema monárquico como «o mais conducente à sua tranquilidade interna e à sua segurança externa» e não era tanto que se opusessem à aristocracia *per se*, mas sim que esperassem fazê-la servir melhor os interesses da nação (108). Os Estados Gerais reuniram-se por fim em maio de 1789. Por essa altura, contudo, a nação política tinha perdido a confiança no monarca e nos seus ministros. O Terceiro Estado tomou então a iniciativa. As convenções tradicionais de votação por estado, que teriam favorecido o clero (Primeiro Estado) e a nobreza (Segundo Estado), foram substituídas pelo voto por cabeça, que beneficiava o muito mais numeroso Terceiro Estado. Este transformou-se a si mesmo em Assembleia Nacional em meados de junho e pouco depois prestou o «juramento do *Jeu de paume*» de que não se dissolveria antes de ter garantido uma nova constituição para França. A 14 de julho uma turbamulta assaltou a Bastilha. No campo, a população rural era presa da *Grande Peur*, o medo de uma invasão austríaca e da reação aristocrática, o que levou a ataques generalizados a nobres e às suas propriedades. Até ali, contudo, os reformadores não queriam destruir a monarquia em si própria, muito pelo contrário. O advogado Pierre-Louis Lucretelle disse-o desta maneira: «A augusta monarquia ajusta-se à nossa situação física e à nossa natureza moral. Os nossos objetivos e

princípios não tendem a enfraquecê-la, desejamos apenas regulá-la a fim de a fortalecer» (109). Ainda era possível a Luís XVI tornar-se um rei forte por meio de uma política externa vigorosa.

> A onda de mudança revolucionária que varreu a França em finais de 1789 e ao longo de 1780

tinha muitas causas, mas a principal força que a movia era a determinação de tornar a sociedade francesa mais capaz de apoiar o restabelecimento de grandeza nacional na cena europeia. Para tal, o papel da nobreza era crucial. No decurso do ano os reformadores abandonaram a sua esperança de que a aristocracia pudesse ser persuadida a abraçar mais uma vez o seu destino marcial. Em vez disso, em princípio de agosto, a Assembleia Nacional rejeitou todos os privilégios feudais com vista a criar uma ordem social baseada no mérito em vez do nascimento. Seguiu-se no fim do mês a «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão». Em novembro foi a vez do Primeiro Estado, que também já não tinha utilidade; foi decretada a nacionalização da propriedade da Igreja. Os lucros esperados da venda das terras da Igreja foram transformados em *assignats* para financiar as despesas do Estado. Os votos monásticos foram proibidos em meados de fevereiro de 1790 e a nobreza foi finalmente abolida em junho por uma ordem formal. Um mês mais tarde, a Constituição Civil do clero subordinava a Igreja ao Governo e em novembro exigiu-se ao clero que fizesse um juramento de lealdade nesse sentido. As muitas minorias nacionais e linguísticas do reino – bretões, flamengos, bascos, catalães e alemães – foram sujeitos a pressões crescentes para adotarem a língua e os costumes franceses. O mesmo aconteceu com vários grupos de dialetos, especialmente no Sul e no Oeste. A intenção por trás de todas estas medidas, como argumentou o revolucionário Emanuel Sieyès, era «fazer de todas as partes de França um só corpo e de todos os povos em que se divide uma só nação» (110).

> A princípio tudo isto causou muito pouca impressão nas grandes potências europeias. Havia

considerável simpatia pela evolução que se dava em França. Na Grã-Bretanha, muitos julgavam-na inspirada pela «Gloriosa Revolução» *Whig,* pressagiando assim o triunfo da liberdade em França. Em Potsdam e Viena, o primeiro-ministro prussiano, Hertzberg, e José II saudaram ambos o que viam como a vitória dos princípios do governo esclarecido. A restauração pela força da autoridade monárquica em França não estava na agenda de nenhum governo europeu. «Não há dúvida», declarou inequivocamente Kaunitz logo no fim de julho de 1789, «que não podemos intervir de maneira nenhuma» (111). A

própria Alemanha manteve-se relativamente sossegada. Houve uns quantos levantamentos no Oeste, que depressa se dissiparam, e uma revolta contra o príncipe bispo de Liège. Na monarquia dos Habsburgos, por outro lado, estava a desenvolver-se uma verdadeira situação revolucionária em reação às reformas de José II. Em 1789, os seus planos para abolir a servidão tinham provocado uma desobediência maciça na Hungria, enquanto o ataque às instituições representativas da Holanda dos Habsburgos levou a uma rebelião nesse mesmo ano. Estes distúrbios eram tendências centrífugas, destinadas a reafirmar o domínio das elites locais contra uma autoridade central decidida a fazer uma figura mais imponente no sistema de Estados europeu.

> Apenas uma pequena minoria concordava com as *Reflections on the Revolution in France*

(1790) de Edmund Burke, que falava de um ataque à tradição, à religião, à propriedade e ao «cavalheirismo», «uma revolução nos sentimentos, nos costumes e nas opiniões morais». «Parece-me estar perante uma grande crise», escreve Burke perto do princípio das *Reflections*, «não apenas dos assuntos de França mas de toda a Europa, talvez de mais do que a Europa. Tomadas em conjunto todas as circunstâncias, a Revolução Francesa é a mais assombrosa que até hoje aconteceu no mundo» (112). As *Reflections* não foram apenas um marco literário e político, mas também uma sensação editorial, vendendo entre 17 000 e 19 000 exemplares (com muito mais leitores) e provocando por sua vez cerca de mais uns cem panfletos (113). Nos anos que se seguiram, Burke montou uma verdadeira cruzada contra o «império universal» dos jacobinos, portadores de uma «doutrina armada» que ele considerava em tudo tão perigosa como a de Luís XVI. Temia, em particular, o impacto da Revolução no «centro da Europa» – a Alemanha – «essa região que toca e tem de influenciar todas as outras», onde estava a «arruinar o augusto tecido do [Sacro] Império [Romano]». Burke, por conseguinte, invocava a «lei da vizinhança» – ou *vicinage* – em apoio da sua afirmação de que os Estados europeus tinham o direito de intervir em própria defesa contra França; rejeitava explicitamente a ideia de não-intervenção nos assunto internos de outro Estado como «um falso princípio do direito das nações» (114).

> A principal razão para que as potências externas prestassem tão pouca atenção à crise de

França era estarem bastante preocupadas com os acontecimentos doutras paragens. Só numa coisa toda a gente concordava, que a

Revolução tinha finalmente destruído toda e qualquer influência francesa dentro do sistema de Estados. «Desafio as melhores cabeças de Inglaterra a terem planeado, ou toda a sua riqueza a ter comprado», observou o ministro dos Estrangeiros, o duque de Leeds, pouco depois da queda da Bastilha, «uma situação tão fatal para a sua rival, como aquela a que França está reduzida pelas suas próprias comoções intestinas» (115). Os prussianos também saudaram a queda do *ancien régime* como um golpe para o seu aliado Habsburgo. Em agosto de 1789, um escasso mês depois da queda da Bastilha, o rei prussiano resolveu tirar partido da nova situação e atacar a Áustria em princípios do ano seguinte a não ser que José II recuasse nos Balcãs. Uns meses depois, interveio contra os revolucionários em Liège, não para restaurar o antigo regime, mas a fim de se adiantar aos austríacos (116). Em janeiro de 1790, enquanto França continuava a escorregar para o caos, a Prússia concluiu uma aliança ofensiva com o Império Otomano, envolvendo a Áustria por dois lados. A guerra geral europeia, que tinha parecido perto nas vésperas da Revolução Francesa, parecia agora iminente.

Entretanto, a Grã-Bretanha debatia uma intervenção de natureza muito diferente. Em finais de

1787, um grupo de parlamentares, médicos, clérigos e outros tinham-se reunido em Londres para formar o «Comité da Sociedade com o propósito de efetuar a abolição do Comércio de Escravos». Os seus apoiantes eram movidos por um sentimento de indignação humanitária de inspiração religiosa acerca de toda a noção de escravatura e especialmente dos horrores da «travessia», o transporte através do Atlântico. Em meados de abril de 1791, a proposta de lei de William Wilberforce exigindo a abolição da escravatura falhou, mas pôs o assunto firmemente na agenda política (117). Os escravos, é claro, não eram apenas beneficiários passivos da benevolência ocidental. Em agosto de 1791 estalou nas Caraíbas uma importante revolta contra-revolucionária na colónia francesa de Saint-Domingue chefiada por escravos das plantações, indignados não só pela persistente tolerância da escravatura por parte da Revolução e a não extensão dos direitos do homem às *gens de couleur,* mas também pelo seu tratamento do rei e da religião revelada. Os seus cabecilhas consideravam-se chefes tribais africanos, mais do que representantes do povo. Deixados a si mesmos os escravos revoltados teriam provavelmente estabelecido um sistema político semelhante aos reinos tradicionais africanos proprietários de escravos dos quais originalmente procediam; vendiam regularmente escravos aos espanhóis e aos britânicos (118). A revolta foi uma séria dor de cabeça para as potências europeias, especialmente para Espanha e para a Grã-

Bretanha, que tiravam grande parte das suas receitas, e assim o seu poder europeu, das plantações esclavagistas das Caraíbas, e para os americanos, que temiam que o exemplo do Haiti inflamasse a população negra dos estados do Sul. A relação entre a escravatura e o equilíbrio internacional era portanto muito próxima.

> Os acontecimentos de França, por conseguinte, não dominaram a atenção europeia senão

quando duas revoluções geopolíticas impuseram a sua presença na agenda. A primeira teve lugar no Império. Quando José II morreu em fins de fevereiro de 1790, sucedeu-lhe Leopoldo II, que não só inverteu a política interna de confrontação do seu irmão como também estava decidido a reparar as relações com o vizinho do Norte. Em julho de 1790, em vez de entrarem em guerra uma com a outra acerca da expansão de José II na Turquia, a Áustria e a Prússia chegaram a acordo na Convenção de Reichenbach. Leopoldo concordou em suspender as suas operações nos Balcãs sem os esperados ganhos territoriais. A Prússia, em troca, prometia apoiar o candidato Habsburgo como sucessor de José II na coroa imperial. Se os termos do acordo pareciam bastante inócuos, o simples facto de uma aproximação austro-prussiana era um terramoto geopolítico. Estava prenhe de implicações para os outros estados alemães, que temiam uma partilha entre Habsburgos e Hoenzollerns do Sacro Império Romano. Reichenbach abria também caminho a uma cooperação austro-prussiana contra o que era visto como uma França debilitada. A Prússia começou a desenvolver planos para a anexação de Jülich e Berg e a compensação dos seus proprietários com território da Alsácia.

> A outra transformação geopolítica foi uma alteração na estratégia geral francesa. Para os

revolucionários, era a Áustria, uma vez mais, e não a Grã-Bretanha, o inimigo principal (119). A França iria de novo olhar para leste, em vez de olhar para o outro lado do Canal ou para o Atlântico. Mas enquanto os Bourbons tinham trabalhado a favor da corrente da constituição europeia para obter pouco a pouco ganhos territoriais e proporcionar à monarquia fronteiras mais defensáveis (120), a nova geopolítica francesa sublinhava a necessidade para a República de salvaguardar os «limites naturais» de França: os Pirenéus, os Alpes e o Reno. Como disse em princípios de março de 1790 à Sociedade dos Amigos da Constituição o veterano escritor antivienense Claude-Charles Peyssonnel, o objetivo último de França tinha de ser garantir a segurança dos «seus limites até ao Reno, que é a fronteira que a

natureza lhe marcou». Isto punha as regiões ocidentais do Sacro Império Romano, especialmente a Renânia e o Palatinado, na linha de fogo. Os novos homens sublinhavam também a importância da solidariedade revolucionária em toda a Europa. Isto era em parte uma questão de exportar os valores da Revolução, mas refletia também a crença muito arreigada de que a Revolução em França nunca estaria a salvo numa Europa dominada por Estados do *ancien régime*. Como dizia uma carta ao Comité Diplomático Parisiense em julho de 1791, «Quando já não houver tiranos no mundo não teremos mais guerras a temer» (121).

> Estes fios entrançaram-se numa política revolucionária em relação ao Império (122). Em

termos ideológicos, o *Reich* representava tudo o que a nova ordem desprezava: uma mistela reacionária de territórios eclesiásticos mesquinhos e principados mesquinhos. Os revolucionários reagiram com irrisão quando a nobreza e o episcopado imperiais na Alsácia protestaram junto da Dieta, e em última instância junto do Imperador, contra a derrogação dos seus privilégios feudais e dos seus direitos diocesanos pela abolição do feudalismo e a Constituição Civil do clero. Para piorar as coisas, os emigrantes franceses que conspiravam para restaurar a antiga ordem encontravam guarida confortável nas cortes da Alemanha Ocidental, especialmente na vizinha Coblença. Se fossem capazes de persuadir uma ou duas das grandes potências alemãs a assumir a sua causa, a Revolução correria um perigo mortal. Em agosto de 1791, parecia ter chegado esse momento, quando austríacos e prussianos celebraram uma Convenção em Pillnitz, na Saxónia, emitindo uma declaração conjunta de preocupação sobre o estado de coisas em França (123). O jornalista radical e mais tarde ministro dos Estrangeiros Pierre Le Brun chamou ao documento uma «declaração de guerra de déspotas contra a liberdade das nações» (124). «Caso a campanha comece», escreveu Thomas Paine ao marquês de la Fayette em fevereiro de 1792, esquecendo bastante as suas anteriores injunções contra a exportação da liberdade, «espero que culmine numa guerra para acabar com o despotismo alemão e para estabelecer a liberdade de toda a Alemanha. Quando a França estiver rodeada de revoluções estará em paz e segurança».

> As pressões externas tiveram também um profundo efeito na evolução da política interna

francesa. Inicialmente, os revolucionários tinham-se contentado em deixar o governo da política externa nas mãos da coroa. No verão de 1790, porém, uma crise anglo-espanhola a respeito do estuário de

Nootka e da propriedade da costa nordeste do Pacífico trouxe uma mudança. O novo ministro dos Estrangeiros, Montmorin, informou em maio a Assembleia Nacional de que o rei honraria o pacto familiar e acorreria em ajuda dos seus familiares Bourbons. Isto causou indignação, em parte porque muitos achavam que não tinha direito a fazê-lo sem autorização da Assembleia, em parte porque nem toda a gente estava convencida de que a nova França devesse honrar compromissos dinásticos assumidos pelo *ancien régime* e em parte porque se temia que o rei pudesse usar a guerra para restaurar o despotismo a coberto dela. Muitos julgavam que uma França republicana seria mais pacífica e viveria em harmonia com outras repúblicas; apenas uma minoria, como os deputados Jean Sifrein Maury e o barão Malouet, avisou que «despotismo e liberdade têm produzido os mesmos excessos» (125). De modo que no fim do mês a Assembleia aprovou um decreto que clarificava a relação entre o executivo e a legislatura. O rei continuaria a nomear os ministros, diplomatas e oficiais do Exército, mas questões de guerra e paz seriam decididas pela nação, não pela coroa. Nenhuma guerra de conquista ou quaisquer medidas que infringissem as liberdades de outro povo seriam permitidas; os ministros que quebrassem estas linhas de orientação estariam sujeitos a processo. Mais geralmente, os revolucionários exigiam maior transparência na política externa, para marcar a rotura com as práticas secretistas e incompetentes da diplomacia do *ancien régime* (126). Tinha surgido uma nova geopolítica, que questionava a própria base da legitimidade dentro do sistema de Estados.

> Em princípios de novembro de 1791 a Assembleia Nacional decretou que todos os emigrados

deviam regressar ou sofrer a confiscação dos seus bens. O rei vetou esta medida. Depois a Assembleia Nacional exigiu uma medida preventiva contra os emigrados e instruiu o rei para exigir a sua expulsão pelos príncipes alemães que os hospedavam ao longo da fronteira ocidental do Império. De outro modo, França levaria ela própria a cabo a medida, mesmo que significasse infringir a soberania imperial. O rei aceitou então a medida porque viu nela um último recurso para restaurar o seu antigo poder. Uma guerra bem-sucedida uniria o povo atrás do rei, enquanto um conflito perdido destruiria pelo menos a Revolução. Secretamente, contudo, Luís XVI estava a instar as grandes potências a intervirem e restaurarem a sua antiga autoridade. A rainha e o barão de Breteuil encorajavam-no nesta estratégia e mantinham uma correspondência clandestina com Viena. No fim de janeiro de 1792 os franceses enviaram um ultimato à Áustria e em princípios de março o general Charles-François

Dumouriez, um revolucionário extremista, tornou-se ministro dos Estrangeiros. Em meados do mês seguinte foi declarada guerra à Áustria, citando a interferência do imperador nos assuntos internos de França, especialmente «o seu desejo de apoiar as pretensões dos príncipes alemães que possuem terras em França», o que era uma afronta direta à «soberania da nação francesa». A Prússia juntou-se-lhe a 13 de junho. Em fins de julho de 1792, o comandante da coligação, o duque de Brunswick, publicou um manifesto que referia a defesa dos «príncipes alemães da Alsácia e da Lorena» e «da Alemanha» antes mesmo do objetivo igualmente importante de pôr fim à «anarquia no interior de França»; os dois objetivos estavam, é claro, inseparavelmente ligados (127). Tinham começado as Guerras Revolucionárias Francesas (128).

> Para França, o combate era uma contenda tanto ideológica como estratégica; na mente dos

franceses, as duas considerações eram inseparáveis. A Declaração que acompanhou a guerra com a Áustria rejeitava qualquer «objetivo de fazer conquistas» e sublinhava que a força nunca seria empregada «contra a liberdade de qualquer povo» (129). Em meados de novembro de 1792, a Convenção, que tinha sucedido à Assembleia legislativa, emitiu publicamente o seu Decreto de Fraternidade e Ajuda aos Povos Estrangeiros, no qual se comprometia a «outorgar fraternidade e ajuda a todos os povos que desejem recuperar a sua liberdade; e encarrega o poder executivo de dar aos generais as ordens necessárias para levar ajuda a tais povos e para defender os cidadãos que tenham sido ou possam ser molestados pela causa da liberdade» (130). Aqui, o assunto mais premente era a Bélgica, o ponto de apoio mais próximo para um ataque austro-prussiano, onde a natureza do terreno não consentia quaisquer «limites naturais» óbvios e onde os revolucionários locais estavam a pedir ajuda. A resposta, segundo Charles-François Dumouriez e Pierre LeBrun, que foram sucessivamente ministros dos Estrangeiros de março de 1792 a abril de 1793, era expulsar os Habsburgos da Holanda e instalar uma amistosa república jacobina unida em seu lugar. «Se o povo não tem meios para levar a cabo a revolução pelos seus próprios esforços», argumentava Joseph Cambon, «então será necessário supri-los e agir nos seus melhores interesses exercendo temporariamente o poder revolucionário» (131).

A Rússia mantinha-se à margem, pelo menos por agora. Catarina não fez depois de 1791

qualquer menção do seu papel de garante na Alemanha (132). A czarina estava preocupada com assuntos mais próximos de casa; de resto, o seu apoio moral à intervenção austro-prussiana em França foi em grande parte movido pelo desejo de explorar a fraqueza da Polónia. Havia alguma premência em fazer isto, porque o programa de reformas da Polónia culminara em maio de 1791 numa constituição destinada a assegurar a sobrevivência permanente da Comunidade num ambiente internacional perigoso. Longe de ser um rebento dos princípios revolucionários franceses, como Catarina pretendia, este documento previa uma monarquia saxónica hereditária. O *liberum vetum* era abolido, como também o eram as confederações e o anárquico «direito de resistência»; o Exército era aumentado e reformado. A czarina, aliás, opunha-se à Constituição precisamente *porque* tentava dar à Polónia uma monarquia poderosa que a protegeria de ser feita refém pelos vizinhos. De modo que, em janeiro de 1793, Catarina persuadiu Frederico Guilherme II a abandonar Estanislau e participar numa segunda partição da Polónia. Grandes áreas da Polónia Ocidental foram anexadas pela Prússia, enquanto a Rússia deitava a mão a uma outra grande cintura de território no leste. O *liberum vetum* e a monarquia eletiva foram restaurados. Uma «sessão muda» da Dieta polaca, contrariada mas obediente, ratificou estas decisões em setembro de 1793. Um ano mais tarde os polacos sublevaram-se em vão para reafirmar a sua independência sob a chefia carismática de Tadeusz Kosciuszko. No fim dessa campanha, austríacos, russos e prussianos acordaram a partição final da Polónia (1795). Era um exemplo brutal do que o destino reservava aos Estados que não conseguissem encontrar a coesão interna necessária para sobreviverem (133).

Em parte nenhuma foi isto mais agudamente notado do que na Alemanha. Por um lado, a

maioria dos alemães achava que os polacos, supersticiosos, degenerados, preguiçosos, atrasados, brutais e fanáticos, só tinham tido o que mereciam; as minorias religiosas e nacionais foram geralmente mais bem tratadas depois da partição. Por outro lado, o paralelismo entre as duas situações de comunidades divididas rodeadas por grandes potências predadoras era inconfundível. «O recente destino da Polónia», avisava um panfletário, «será também o da Alemanha» a não ser que comece a tempo um programa de reforma imperial (134). «Quando a partição da Polónia estiver completa»,

prevenia o reformista imperial Johan Jacob Moser, «será então a nossa vez de sermos devorados» (135).

> Entretanto, o avanço das forças austro-prussianas comandadas pelo duque de Brunswick foi

travado em Valmy, em meados de setembro de 1792. Num prazo de poucos meses o contra-ataque francês tinha varrido os aliados para fora de França e de volta à Holanda austríaca e à Alemanha Ocidental. A Saboia foi anexada em finais de novembro de 1792. O avanço revolucionário nos Países Baixos levou imediatamente a sérias tensões com a Grã-Bretanha. Em fevereiro de 1793, a Convenção Nacional declarou guerra à Grã-Bretanha e à República Holandesa. Seguiu-se um mês depois a guerra com Espanha. Tudo isto radicalizou ainda mais a política francesa. A eclosão da guerra desencadeou uma vaga de paranoia popular. Uma invasão francesa, falhada, da Bélgica em finais de abril de 1792 foi imputada ao rei e a um misterioso «Comité austríaco» que dirigiria nos bastidores a política francesa. No fim de maio os padres que recusaram jurar lealdade à Constituição Civil foram deportados como potencial risco de segurança. Esta histeria de massas culminou nas «matanças de Setembro» dos presos acusados de ajudar o inimigo. Não tardou muito que recaíssem suspeitas sobre a família real, que se acreditava – com razão – estar conluiada com os inimigos da Revolução no estrangeiro. A monarquia foi derrubada em princípios de agosto e no final do ano já o próprio Luís XVI estava a lutar pela sua vida, num julgamento; foi executado em finais de janeiro de 1793. Daí por diante a política interna seria dominada por julgamentos e debates sobre a condução da guerra. Em abril, um declínio da sorte militar levou à criação de um Comité de Salvação Pública e em setembro a queda de Toulon nas mãos de tropas britânicas desencadeou as execuções em massa do «Terror».

> Rodeados por todos os lados de potências inimigas, os revolucionários couraçaram a sociedade

francesa para fazer frente ao desafio. Em fins de fevereiro, a Convenção decretou a conscrição de 300 000 homens e os meses seguintes viram a criação de exércitos revolucionários financiados por *assignats* – as notas de papel sacadas sobre os bens da Igreja – que se tornaram a única moeda com curso legal, e um empréstimo forçado exigido aos ricos. No fim de agosto, por instigação de Lazare Carnot, ministro da Guerra e «Organizador da Vitória», a Convenção Nacional proclamou que «todos os franceses estarão permanentemente requisitados para o serviço dos exércitos». Nem toda a sociedade francesa reagiu positivamente: a conscrição provocou revoltas anti-

revolucionárias dos *chouans* monárquicos da Bretanha e dos camponeses da Vendeia; os «federalistas» de muitas partes do país e vários grupos rebeldes do Sul também desafiaram a autoridade de Paris durante muitos anos (136). Estes grupos depressa entraram em contacto com a Grã-Bretanha, que ao longo dos anos 1790 despachou uma série de expedições infrutíferas para as costas ocidental e meridional de França. As autoridades agiram com extrema violência para esmagar as insurreições. «Soldados da Liberdade», arengava a Convenção ao Exército do Oeste em outubro de 1793, «os bandidos da Vendeia têm de ser exterminados» (137). A região foi sujeita a uma pertinaz campanha de repressão pelas *colonnes infernales* revolucionárias, que recorreram a execuções em grande escala, fogueiras e até afogamentos em massa. Mais de 100 000 pessoas, na sua maioria civis, foram assassinadas e foi destruído cerca de um quinto de todas as casas. Em parte, o objetivo anunciado pela Convenção de «destruir» a Vendeia refletia a preocupação metropolitana acerca dos laços entre os rebeldes e potências estrangeiras e os temores pela unidade de França, mas refletia também uma visão utópica em que todos os elementos «reaccionários» tinham sido expurgados.

As energias internas desencadeadas pela Revolução tornaram a França uma vez mais a

primeira potência da Europa. Para muitos observadores contemporâneos os franceses tinham desenvolvido a forma ideal de organização interna para a projeção externa de poder, que não só era superior ao absolutismo como ganhava à capacidade britânica de ter uma força acima da sua categoria por meio do seu Estado financeiro-militar consultivo. Tom Paine, por exemplo, predisse que o sistema misto monárquico-parlamentar britânico acabaria por destruir a sua grandeza nacional tal como as monarquias europeias estavam a ser derrotadas pelas suas aristocracias parasitárias. Em contrapartida, argumentava ele, as repúblicas modernas, como os Estados Unidos e França, podiam travar «uma guerra da nação inteira» (138). No curso dos três anos seguintes, os Países Baixos, a Alemanha Ocidental e o Norte de Itália foram inundados por forças revolucionárias. A motivação subjacente aqui não era apenas o estabelecimento dos «limites naturais», mas a esperança de banir a guerra por meio da eliminação dos governos reacionários; os desígnios de hegemonia continental não eram, por enquanto, evidentes. «A Nação francesa declara», disse a Assembleia Nacional em meados de dezembro de 1792, «que tratará como inimigo do povo quem quer que seja que,

recusando a liberdade e a igualdade, ou rejeitando-as, possa desejar preservar, recuperar ou tratar com o príncipe e as castas privilegiadas» (139). Prometia não baixar as armas até que esses povos tivessem adotado os princípios da igualdade e estabelecido um «governo livre e popular». Sob os seus vários governos revolucionários, desde a Assembleia Nacional, passando pela Assembleia Legislativa e a Convenção, até ao Diretório, a França não procurava tanto o poder absoluto na Europa como uma segurança absoluta por meio da paz universal (140).

> Muito depressa, contudo, os revolucionários descobriram que cada expansão os tornava

menos, em vez de mais, seguros. Uma vez ocupada a Bélgica, muitos franceses começaram a sustentar que deviam avançar para a República Holandesa, em parte para a impedir de se juntar, como disse Dumouriez, a «uma temível aliança que nos esmagaria», e em parte porque «sem a Holanda a nossa posição na Bélgica se tornará insustentável» (141). A primeira investida contra a República Holandesa em fevereiro de 1793 abortou, mas perto do fim do ano seguinte uma segunda tentativa teve êxito e em meados de janeiro de 1795 Amsterdão tinha sido ocupada. Quatro meses mais tarde, França estabeleceu a «República de Batávia» com a colaboração de jacobinos locais. Em Itália, o avanço dos exércitos revolucionários – comandados a partir de 1796 por um jovem general notável, Napoleão Bonaparte – espalhou-se como uma infeção mesmo até ao fundo da península, chegando ao calcanhar da bota italiana, produzindo de caminho novas estruturas políticas improvisadas: a República Cispadana em 1796, a Cisalpina e a Liguriana em 1797, a Romana em 1798 e a Partenopeia em 1799. Em março de 1798, a Suíça foi ocupada e reorganizada como «República Helvética». Era uma dinâmica tão movida pelo medo como pela ganância.

> A principal preocupação da nova geopolítica era, porém, a Alemanha. Desde a primavera de

1791 que os diplomatas franceses sempre tinham estado a ponderar a reorganização do Império, que envolveria a abolição da coroa imperial e a consolidação dos principados mais pequenos em unidades maiores, que depois se confederariam num Estado-tampão para proteger a fronteira ocidental de França. A par desta agenda geopolítica havia uma profunda antipatia ideológica. «O Sacro Império [Romano]», nas palavras de um revolucionário em 1795, «esse monstruoso ajuntamento de pequenos e grandes déspotas (...) tem de desaparecer também pelo efeito da nossa incrível revolução. O Reino de França

apoiou-a, a República Francesa trabalhará para a sua destruição» (142). Ao mesmo tempo os franceses ansiavam – nas palavras de um dos peritos do Diretório – por que «a Alemanha se tornasse, por uma série de usurpações, num Reino sob uma só cabeça» (143). Os «limites naturais» eram estabelecidos por meio da eliminação de todos os enclaves imperiais dentro de França – como Montbéliard – e a anexação de todo o território na margem esquerda do Reno. Os franceses também fizeram a experiência de regimes jacobinos locais e foi estabelecida em Mainz uma república que teve curta vida (144). Muitos intelectuais e administradores alemães simpatizavam com os franceses aparentemente mais «racionais» e eficientes que os libertavam do feudalismo (145). Os revolucionários não demoraram muito, porém, a perceber que faltava a estes movimentos legitimidade popular e deste modo eram ineficazes como agentes da política externa francesa. Longe de serem aliados úteis, revelaram-se um passivo que tinha de ser sustentado. Por esta razão, os planos de mais repúblicas, como o de uma no Sul da Alemanha, cedo foram metidos na gaveta (146).

> Do outro lado do Reno os príncipes alemães observaram tudo isto com horror crescente. A

ameaça de «polonização» às mãos da Áustria e da Prússia era agora agravada pela realidade do anexionismo francês. Irritantemente, as potências alemãs menores não podiam proteger-se de uma sem se arriscar à outra. Alguns, como o duque Frederick de Württemberg, falavam desafiadoramente da sua determinação em não deixar que os seus territórios se tornassem um «joguete» das grandes potências. Na prática, todavia, o seu espaço de manobra era penosamente limitado. «Depende inteiramente da Rússia, da Inglaterra e de França», observou em 1795 o enviado bávaro a Viena, «qual será o futuro do Império». E em finais dos anos 1790 tinha-se já tornado perfeitamente claro para os príncipes alemães que ninguém lhes ia tirar as castanhas do lume (147). Tudo isto produziu um último grande debate sobre a constituição imperial. Muitos concordavam com a afirmação, em 1790, de Renatus Karl von Senckenberg de que bastava o Império poder apresentar uma frente comum ao mundo exterior para que «nenhum outro império europeu» fosse tão forte (148). O primeiro-ministro austríaco, o barão von Thugut, chegou a sugerir que se armasse o povo numa *Volksbewaffnung*, o equivalente alemão da *levée en masse*. Mas quando os príncipes mais pequenos e médios se reuniram em Wilhelmsbad em finais de setembro de 1794, numa última tentativa para se congregarem em defesa do Império, os seus esforços foram bloqueados por Viena. Os austríacos viram a reunião como um constrangimento do poder dos Habsburgos no Império e

temeram que fosse aproveitado pelos prussianos.

A maior parte dos estados alemães queria agora fazer a paz com França. Mesmo no fim de

1794, a Dieta pediu ao Imperador que negociasse a paz na base de Vestefália. O Império, por outras palavras, estava preparado para aceitar a França revolucionária como potência garante. Os primeiros a abandonar o navio foram os prussianos. Pelo Tratado de Basileia de abril de 1795 prometeram observar uma estrita neutralidade na guerra imperial contra França. Os franceses, pela sua parte, comprometeram-se a honrar uma zona de neutralidade no Norte da Alemanha, que seria dominada pela Prússia. Todos os territórios alemães a oeste da linha eram abandonados à sua sorte e uma cláusula secreta encarava a eventual anexação francesa dos territórios da margem esquerda do Reno. Só os austríacos se continuavam a bater de todo o coração. O problema era que o Império estava cada vez menos disposto a suportar o fardo da luta contra França. Thugut reconhecia que nenhum arranjo destes duraria, mas a continuação da guerra prejudicava a posição da Áustria no seio do Império. As brutais políticas de requisição no Sul da Alemanha antagonizavam tanto o povo como os governantes. Além disso, as custosas campanhas italianas de 1795 e 1796, destinadas a reduzir a pressão francesa na Alemanha, foram contraproducentes. Expuseram o Imperador Francisco (que sucedera a seu pai, Leopoldo, após a morte prematura deste) à mesma acusação que o seu antecessor Maximiliano enfrentara 300 anos antes, de trocar os interesses alemães pelos italianos.

Para tornar as coisas piores, o novo general francês em Itália, Napoleão Bonaparte, estava a

levar tudo à sua frente e a criticar o desempenho do governo parisiense noutros quadrantes. Em setembro de 1797 traduziu a fama militar em capital político interno e juntamente com os seus aliados tomou conta do Diretório, no golpe de *Fructidor*. Não parece que Napoleão tenha começado por ter um grande plano estratégico; racionalizações subsequentes, dele e doutros, precisam de ser tratadas com ceticismo (149). «Napoleão nunca teve um plano», observou mais tarde o seu ministro dos Estrangeiros durante muito tempo, Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, «foi sempre o que tinha acabado de acontecer que lhe ditou o que fazer a seguir» (150). A perseguição da «glória» e do «destino» – duas constantes na retórica de Napoleão – não constitui em si mesmo uma estratégia, além do movimento e do conflito permanentes (151). Mesmo assim, podem identificar-se certos pressupostos e políticas recorrentes. Primeiro, e principalmente,

Napoleão queria dominar a Europa, unindo-a em termos franceses e em benefício de França. A execução deste desígnio exigia-lhe controlar a Alemanha de modo a garantir os seus recursos e a apropriar-se do legado do Sacro Império Romano para o seu próprio projeto imperial. Esta abordagem levou por sua vez Napoleão a um prolongado conflito com a Áustria e a Prússia, mas também com os árbitros últimos do Império, a Rússia e a Grã-Bretanha. Conter a Rússia significava tomar uma posição avançada bem para além da Alemanha, especialmente na Polónia, nos Balcãs e no Mediterrâneo. E atacar as bases do poderio britânico significava uma invasão da própria Inglaterra ou um golpe contra o império ultramarino de que Londres extraía tanta da sua força (152). Para citar o próprio Napoleão – ainda que na retrospetiva melancólica de Santa Helena – o seu objetivo à época era «restabelecer o Reino da Polónia como barreira contra os bárbaros moscovitas, dividir a Áustria, estabelecer Estados clientes em Itália, declarar a Hungria independente, partir a Prússia aos bocados, formar repúblicas independentes em Inglaterra e na Irlanda, controlar o Egito, expulsar os turcos da Europa e libertar as nações balcãs» (153).

> Perante tudo isto os Habsburgos fizeram finalmente a paz com França no Tratado de

Campoformio em outubro de 1797. Os seus termos marcaram uma mudança fundamental na geopolítica europeia: os austríacos trocaram a distante Bélgica e a Áustria anterior pela mais próxima Veneza, cuja independência se extinguiu assim. Na prática, tinham sido banidos da Alemanha Ocidental e dos Países Baixos. Vinham a caminho, no entanto, mudanças mais profundas. O futuro do Sacro Império Romano foi remetido para um Congresso em Rastatt, que reuniu a partir de novembro de 1797 para considerar como haviam de ser «compensados» os príncipes que tinham sido expropriados pelos franceses na margem esquerda do Reno. Isto abriu caminho a uma reorganização territorial geral do Império arbitrada por Paris, a mudança final da política tradicional dos Bourbons de manter o complexo equilíbrio da Alemanha para a de uma partição que criaria um número menor de estados de maiores dimensões (154). Nesse mesmo ano, Napoleão marcou o tom do que se preparava quando se referiu ao Sacro Império Romano como «uma velha prostituta que há muito é violada por toda a gente» (155). Campoformio foi por conseguinte, no melhor dos casos, apenas uma trégua antes que se reatasse a luta pela supremacia na Alemanha. Quase não durou mais de um ano porque, como novo senhor de França, Napoleão revelou-se um ator ainda mais subversivo do sistema de Estados da Europa do que os seus antecessores revolucionários. Chegou ao poder às costas das suas proezas militares pessoais e com a promessa de travar o

combate contra a Europa do *ancien régime* mais eficazmente do que o tinha feito o Diretório. Este projeto sustentava a promessa interna de Napoleão de «completar a Revolução» e, ao fazê-lo, «pôr-lhe fim». As enormes energias libertadas pela queda da monarquia francesa iam ser agora voltadas para fora.

Em 1798-9, Napoleão passou à ofensiva em várias frentes. Na Alemanha, os seus diplomatas

avançaram implacavelmente com a reorganização territorial. A Suíça foi ocupada em janeiro de 1798, a fim de arredondar o território francês e garantir as importantes passagens alpinas. No verão e outono de 1798 foi enviada à Irlanda uma expedição abortada para apoiar uma rebelião dos Irlandeses Unidos contra o domínio britânico. Por volta da mesma altura, Napoleão desembarcou no Egito, o que conduziu à guerra com o Império Otmano e no ano seguinte invadiu a Palestina. Esta operação não assinalou uma viragem para o «oriente», mas destinava-se a atingir as bases do poder britânico na Índia e assim reduzir a influência de Londres na Europa (156). «Para verdadeiramente destruir a Inglaterra», observou Napoleão a Talleyrand, «é necessário apossarmo-nos do Egito» (157).

Em Itália, as tropas francesas avançaram seguramente pela península abaixo, conquistando

Nápoles em janeiro de 1799. Nas Caraíbas e nos mares, a França aumentou a pressão sobre a navegação inglesa e as colónias açucareiras que financiavam uma parte tão grande do esforço de guerra britânico e dos seus aliados europeus. Napoleão começou também a pensar em maneiras de recuperar as possessões de França no ultramar. Todas estas operações, embora taticamente agressivas, eram justificadas como de natureza estrategicamente defensiva. Na prática, havia pouca diferença entre serem defensivas ou ofensivas: a segurança absoluta de França só podia ser conseguida por meio da absoluta insegurança de todos os seus vizinhos, perto ou longe.

O reatamento do avanço francês sob Napoleão produziu uma resposta instantânea das grandes

potências europeias. Em Viena, Thugut viu com profunda preocupação os ataques à Suíça e ao Império Otomano, mas a sua principal ansiedade era a Alemanha. «Se os franceses continuarem na posse da Suíça», escreveu ele em julho de 1798, «a revolução é inevitável, primeiro no círculo da Suábia e depois em toda a Alemanha (...) cuja ruína conduzirá à desorganização de toda a Europa» (158). Uma vez

perdida a Alemanha, temia que toda a Europa se perdesse com ela. Era essa também a opinião de Paulo I, que em 1796 sucedeu a Catarina como czar. Não só era ideologicamente mais hostil à Revolução como também o preocupava profundamente a investida de Napoleão no Mediterrâneo e no Levante. Paulo I queria, acima de tudo, restabelecer o equilíbrio de poder na Alemanha, que Catarina tinha negligenciado bastante nos seus anos finais. Nas palavras de um diplomata bávaro, a Rússia, tanto tempo passiva, atirava-se agora «para o meio da refrega como protagonista principal» no Império (159). De modo que em 1798-9 tropas austro-russas atacaram os franceses no Sul da Alemanha e no Norte de itália com a ajuda de subvenções inglesas; e uma força anglo-russa desembarcou na Holanda. Tinha começado a Guerra da Segunda Coligação.

> Confrontados com esta nova onda de conflito internacional, os britânicos procuraram reduzir

as suas vulnerabilidades estratégicas e maximizar a sua coesão interna. O levantamento de 1798 na Irlanda e a expedição francesa que o acompanhou tinha demonstrado mais uma vez os perigos de um flanco aberto a ocidente. O governo de William Pitt, *o Jovem*, apresentou por conseguinte, em 1800, a Lei de União entre a Grã-Bretanha e a Irlanda, que fundia os parlamentos de ambos os países. Supunha-se que isto seria acompanhado pela emancipação católica, a fim de reconciliar a maioria da população com a ligação britânica e facilitar o seu alistamento em grande número nas forças armadas para lutar contra França. «Supondo que não houvesse outras razões que tornassem desejável a união dos reinos irmãos», observou o subsecretário britânico para a Irlanda, Edward Cooke, «o estado da Europa e especialmente de França parece ditá-la». A medida falhou porque Jorge III a bloqueou por motivos religiosos (160).

> Em contrapartida, os povos que estavam no olho do furacão, os alemães, permaneceram

divididos. A sua comunidade política, o Sacro Império Romano, não conseguiu encontrar a unidade e a coesão necessárias para manter à distância as potências externas. Não admira portanto que na viragem do século um panfletário ansiasse pelo dia de uma «união nacional em que o povo alemão controlasse por fim as terras alemãs e as energias alemãs», não mais estivesse exposto à «pilhagem dos exércitos estrangeiros, à espoliação diária de tiranos internos» nem fosse «vítima constante de potências estrangeiras» (161). Alguns ainda contavam que uma ou outra das grandes potências alemãs proporcionasse essa liderança. Johann Gottfried Herder, por exemplo,

esperava que a Prússia se tornasse o «poder central (...) que preservaria as terras de todos os povos alemães (...) da opressão das nações e das línguas estrangeiras» (162). A realidade da política estrangeira da Prússia desde 1795 tinha sido, contudo, uma retirada constante dos seus compromissos «alemães» para se concentrar muito mais no Norte e no Leste (163). Isto significava que o pleno potencial da Alemanha por volta de 1800, os quase 16 milhões de pessoas que não viviam na Áustria nem na Prússia (cerca de dois terços do total), ainda estava por realizar.

> O impacto do desafio napoleónico também foi sentido do outro lado do Atlântico, onde os

Estados Unidos observaram os acontecimentos com alarme crescente ao longo de todos os anos 1790. A hostilidade a Londres avolumou-se à medida que a marinha real interferia com a navegação americana como parte do bloqueio contra França e foi preciso todo o engenho de John Jay para fabricar um tratado conciliatório em 1794. Ao mesmo tempo, as ambições francesas também representavam um perigo direto. Notícias de que França estava a procurar comprar a Florida e tomar conta de todo o território espanhol da Luisiana, o que fez com o Tratado de San Ildefonso em outubro de 1800, causaram alarme em Washington. Estas ameaças e as tensões navais Estados Unidos-França levaram a uma «guerra não declarada» – uma «semi-hostilidade» como a designou Hamilton – entre os dois Estados em 1797-1800. Tudo isto significava que a política interna americana era completamente dominada pela questão de como lidar com o impacto internacional da Revolução Francesa (164). Foi um período, como observou mais tarde o presidente Monroe, «durante o qual a política da União nas suas relações com a Europa constituiu a principal base das nossas divisões políticas». O Tratado de Jay só passou no Senado depois de um debate intensíssimo e – a par dos assuntos estrangeiros em termos mais gerais – tornou-se o principal tema da eleição de 1796.

> Entretanto, a Segunda Coligação estava a romper pelas costuras. A Prússia recusou juntar-se

ao esforço comum, a despeito da intensa pressão britânica. Austríacos e russos querelaram a respeito da condução das operações na Alemanha e em Itália. Grã-Bretanha e Rússia zangaram-se violentamente acerca do futuro do Mediterrâneo, em particular o da ilha estrategicamente vital de Malta, e em termos mais gerais acerca do tratamento da navegação neutral pela Marinha Real. As relações deterioraram-se a tal ponto que o czar organizou uma segunda Liga de Neutralidade Armada – que acabou por incluir Rússia, Prússia,

Dinamarca e Suécia – para refrear o unilateralismo marítimo da Grã-Bretanha. Por outras palavras, cerca de uma década depois do começo das Guerras Revolucionárias, grande parte da Europa estava unida, não contra Napoleão, mas em desafio à Grã-Bretanha. Como declarou o Boletim do Exército de Reserva francês a seguir à esmagadora vitória de Bonaparte em Marengo, «os generais, oficiais e soldados do Exército austríaco (...) parecem convencidos de que só nos batemos para que os ingleses possam vender o seu açúcar e o seu café ao mais alto preço» (165). Em São Petersburgo algumas vozes, como Fedor Rostopchin, estavam a instar o czar a voltar costas outra vez à Europa Central, a deixar cair a preocupação com o equilíbrio de poder, enfrentar a Grã-Bretanha e dividir o Império Otomano com a Áustria e a França. No princípio de 1801, Paulo I chegou mesmo a preparar-se para mandar uma grande força cossaca atacar a Índia britânica, um projeto que só foi cancelado depois do seu assassinato uns meses mais tarde por conspiradores da corte que se opunham aos seus planos de uma aliança franco-russa. Em fevereiro de 1801, os austríacos, exaustos, concluíram um acordo de paz com Napoleão em Lunéville; os britânicos seguiram-lhes o exemplo em Amiens em fins de março de 1802.

> Os dois tratados deram a Napoleão a oportunidade de reconstruir o império de França no

ultramar, em parte para se assegurar dos recursos necessários para a hegemonia europeia e em parte para os negar à Grã-Bretanha, tornando mais difícil a Londres financiar futuras coligações contra si. Era central para este projeto tomar posse dos territórios americanos cedidos por Espanha e recuperar a rica ilha do Haiti. Os planos de Bonaparte para criar uma nova «Nova França» estavam, contudo, condenados ao fracasso. A sua tentativa de reocupar o Haiti acabou em fracasso devido à doença e a uma resistência local determinada. Os planos de Napoleão para desenvolver a Luisiana também deram em nada. Washington estava determinada a evitar a revivescência da presença francesa nos flancos sul e oeste da União, por meio da diplomacia, se possível, e de uma ação militar preventiva, se necessário (166). «A França apossar-se da Luisiana», indicou o presidente Jefferson ao negociador francês, «é o embrião de um tornado que rebentará nos países dos dois lados do Atlântico». Perante esta oposição americana implacável, Napoleão decidiu vender todo o território aos Estados Unidos pela gigantesca soma de 80 milhões de dólares, ou cerca de quatro cêntimos por acre. Enterrou de novo esse dinheiro em preparativos militares para o assalto seguinte com a Grã-Bretanha, obtendo um empréstimo do banco Baring de Londres com a garantia das obrigações da Luisiana; os capitalistas britânicos estavam

a vender-lhe a corda que os iria enforcar. As implicações estratégicas do negócio eram enormes. Napoleão tinha desistido de vez das suas reivindicações no hemisfério ocidental. Os Estados Unidos, em contrapartida, já eram o dobro da Europa em tamanho, incluindo todos ou partes dos futuros estados do Arkansas, do Missouri, Dakota do Norte e do Sul, Minnesota, Nebraska, Montana, Iowa, Kansas, Montana, Wyoming e Oklahoma (167).

> O verdadeiro império de Napoleão era na Europa. Os tratados de Luneville e Amiens

deixavam-no no controlo total da Europa Ocidental e Meridional. A Bélgica há muito que fora anexada e a República Batava era um satélite francês; a tradicional «contraescarpa» de Inglaterra fora completamente demolida. Itália estava totalmente sob o seu punho: o Piemonte fora diretamente incorporado em França, enquanto o resto da península estava dividido num aglomerado de repúblicas fantoches. A Ibéria também fora inteiramente subjugada. Espanha, sua aliada desde 1796, tinha sido forçada a um conflito com Portugal, aliado da Grã-Bretanha, na «Guerra das Laranjas». A questão crucial por resolver, contudo, era o futuro da Europa Central, onde o grosso do Império cambaleava, mas ainda se mantinha intacto, onde a Áustria e a Prússia estavam feridas, mas ainda de pé, onde o novo czar estava decidido a tomar posição contra as incursões francesas e onde os britânicos ainda esperavam que a diplomacia e o ouro mobilizariam mais uma coligação contra França. Era ali que os interesses vitais de todos os principais protagonistas convergiriam para um confronto épico uma vez acordada no Recesso Imperial a distribuição de território. «AAlemanha», como observou o inabalável propagandista antinapoleónico Friedrich von Gentz, «é o ponto central. Não poderá haver independência na Europa se a da Alemanha não estiver assegurada»(168).

> Em 1803, o Recesso Imperial pronunciou-se finalmente acerca de como deviam ser divididos

os despojos dos anos 1790. Depressa se tornou claro que o maior dano no tecido da política alemã não era obra dos próprios franceses, mas das tendências divisionistas que tinham sido desencadeadas entre os estados alemães mais pequenos e médios. A despeito de pungentes derrotas militares, a Áustria e a Prússia foram de facto os principais beneficiários da primeira dezena de anos de guerras francesas, tendo em ambos os casos trocado territórios ocidentais expostos por terras mais extensas e mais contíguas. Em termos relativos, porém, foram os estados médios quem mais ganhou. Graças à sua «compensação» pelas

perdas da margem esquerda do Reno, Baden, Württemberg e Baviera aumentaram todos substancialmente em tamanho e coerência, engolindo os principados mais pequenos. Em reconhecimento ao seu novo benfeitor, os três começaram a transferir a sua lealdade do Império para Napoleão. Ao mesmo tempo muitos alemães viam agora o francês como um Imperador substituto. O próprio Napoleão encorajou essas expectativas proclamando-se Imperador de França em maio de 1804 e coroando-se com a coroa de Carlos Magno em Paris em dezembro desse ano (169). Napoleão teve o cuidado de validar o seu título imperial com um referendo: a moeda francesa ostentava agora o lema contraditório de «*République française – Napoléon empéreur*». Os Habsburgos reagiram proclamando a sua própria coroa imperial da Áustria. Havia agora em disputa na Europa Central quatro potenciais impérios: o francês, o russo, o austríaco e o Sacro Império Romano.

> O resultado dessa luta era uma preocupação central de todas as potências europeias. A causa

aparente da nova abertura de hostilidades entre Napoleão e Londres, em 1803, era o futuro de Malta, mas a verdadeira questão estava nos temores britânicos quanto às ambições mais gerais de França na Europa. Pitt tinha desistido de expulsar os franceses da Bélgica, mas ainda esperava persuadi-los a evacuar a Holanda. A Grã-Bretanha estava determinada, em particular, em manter Napoleão fora do Norte da Alemanha, em parte para defender o flanco oriental da Holanda, em parte para salvaguardar o património real de Hanover, mas principalmente para proteger a integridade do Império, na qual assentava todo o equilíbrio europeu. Da mesma maneira, o czar Alexandre I reiterou em setembro de 1801 que a «independência e a segurança» do Sacro Império Romano eram cruciais para a «futura segurança» de toda a Europa (170). Esperava, por conseguinte, estabelecer um controlo conjunto franco-russo sobre a Alemanha e nessa base tinha aceitado o Recesso Imperial em junho de 1802. O seu conselheiro Alexandre Borisovich Kurakin alegava que esse entendimento com França fazia dele «protetor da Alemanha e anjo da paz universal» (171). Mas o reatar do avanço napoleónico na Alemanha com a ocupação de Hanover em finais de 1803, o rapto do diplomata britânico George Rumbold no Norte da Alemanha, um ano mais tarde, e muitas outras indicações de que os franceses tencionavam violar a integridade do Império deu que pensar a Alexandre I. Thugut, que já não estava em funções mas era um atento observador dos acontecimentos, descrevia Napoleão em 1804-5 como um «novo Carlos Magno» que tinha acumulado no Sacro Império Romano e «nos países mais essenciais da Europa (...) os meios mais do que suficientes

para mandar no mundo» (172).

> De modo que em 1804-5 formou-se lentamente contra Napoleão uma «Terceira Coligação», de

novo entre Áustria, Rússia e Grã-Bretanha. Os aliados discutiram maneiras de não só erigir eficazes barreiras geopolíticas para conter a França, mas também de promover princípios políticos internos capazes de sustentar tais estruturas. Alexandre propugnava o direito à autodeterminação de todos os povos libertados do jugo francês, que, como ele disse em setembro de 1804, era um princípio «fundado nos direitos sagrados da humanidade» (173). Mais concretamente, o czar planeava encurralar Napoleão com um Piemonte-Sardenha, Holanda e Suíça alargados; as partes não-austríacas e não-prussianas da Alemanha deveriam ser amalgamadas numa federação credível que escorasse todo o edifício. Pitt apresentou quatro meses depois um «Plano para a Reconstrução da Europa» muito semelhante, embora bastante desprovido de quaisquer conotações ideológicas. O Piemonte, sugeria ele, devia ser reforçado pela aquisição de Génova, com vista a manter os franceses fora do Norte de Itália. O mais importante de tudo, no entanto, era a barreira noroeste, que havia de ser defendida por uma Holanda ressuscitada, um novo sistema de fortalezas defensivas que se estenderia de Basileia à fortaleza Ehrenbreitstein, em Coblença, e uma Prússia alargada por partes significativas da antiga Holanda austríaca e do Luxemburgo e algumas terras do Oeste da Alemanha. Tudo isto seria selado por uma garantia conjunta britânico-russa do *statu quo* territorial europeu.

> A chave era a Prússia. Se pudesse ser persuadida ou intimidada a juntar-se à coligação, a

posição de Napoleão na Alemanha podia tornar-se insustentável. Ao longo de 1805-6, por conseguinte, uma sucessão de enviados aliados e franceses fez a viagem a Potsdam para tentar – ou empurrar – Frederico Guilherme para um dos lados do muro. Apanhado entre os conselhos de neutralidade do seu principal ministro, o barão Haugwitz, e o «partido da guerra» pró-russo encabeçado pelos barões Hardenberg e Stein, o rei vacilou, fatidicamente. Tomou posição contra Napoleão em outubro de 1805, só para ser confrontado com a derrota dos austríacos em Ulm e depois do exército austro-russo em Austerlitz, em dezembro. O czar recuou para leste, deixando os austríacos a fazer a melhor paz que podiam no Tratado de Pressburgo. Pouco depois, os prussianos não só foram forçados pelos franceses a entrar na linha com o Tratado de Schönbrunn, como ocuparam e a seguir anexaram Hanover, a convite de Napoleão.

> Tendo vedado eficazmente a Alemanha aos Habsburgos, Napoleão estava agora bem colocado

para se apropriar da tradição imperial (174). Dentro do Império havia vozes importantes que o encorajavam a fazê-lo. O arqui-chanceler imperial, Karl von Dalberg, que tinha assistido à coroação de Napoleão em 1804, implorou a Bonaparte que salvasse a Alemanha da anarquia e restaurasse a sua constituição. Ansiava pelo momento em que «o Império mundial ocidental [Romano] revive sob o Imperador Napoleão tal como era sob Carlos Magno, composto pela Itália, França e Alemanha». Em fevereiro de 1806, Napoleão escreveu ao Papa Pio VII que era agora na prática Carlos Magno, pois tinha a coroa de França bem como a dos lombardos. Fez também saber por intermédio do seu jornal, o *Moniteur*, que em breve reconheceria apenas as dinastias que estivessem ligadas à sua pelo sangue. Em maio de 1806, Dalberg nomeou seu adjunto e sucessor o cardeal Fesh, tio de Napoleão, e três meses depois abordou Napoleão com um plano formal em que o Império se tornaria uma federação sob sua proteção. Uns meses depois a Prússia acordou com atraso para a ameaça napoleónica, entrou repentinamente em guerra com França, foi posta em debandada na batalha de Iena, em outubro de 1806, e só sobreviveu como Estado independente, muito reduzido, graças à intervenção de Alexandre I.

> Napoleão era agora senhor incontestado da Alemanha e assim de toda a Europa. A Prússia

teve de devolver as suas possessões no Norte da Alemanha, bem como a maior parte dos ganhos das partições polacas. A Áustria perdeu Veneza, a Ístria e a Dalmácia a favor do novo Reino de Itália e o Tirol para a Baviera, a qual – a par de vários outros estados alemães médios – tinha tomado o partido de Napoleão em 1805-6. O conselho de Talleyrand de que fosse sustentado o poder relativo da Áustria a fim de manter a Rússia fora da Alemanha e da Europa Central foi ignorado. Napoleão planeava agora unir a Alemanha sob o seu comando contra o czar. O ministro dos Estrangeiros acabou por se demitir em desacordo com a política alemã de Napoleão, cada vez mais convencido de que a *hubris* do imperador provocaria uma coligação avassaladora contra França (175). A Polónia foi parcialmente reconstituída como grão-ducado de Varsóvia. Foram estabelecidos na Alemanha Ocidental e do Norte os novos estados satélites de Berg e Vestefália. Württemberg, Baviera e Saxónia tornaram-se reinos; Baden um grão-ducado. Para deceção de muitos na Alemanha, Napoleão não assumiu para si próprio a coroa imperial. Em vez disso, estabeleceu a Confederação do Reno, que acabou por incluir quase todos os estados

da Alemanha fora a Áustria e a Prússia. Um mês depois ordenou aos Habsburgos que renunciassem ao seu título imperial alemão. Acederam ao seu pedido, mas proclamaram unilateralmente a dissolução de todo o Sacro Império Romano em princípios de agosto para impedir qualquer tentativa de Napoleão para se apossar da coroa abandonada. Cerca de 800 anos de comunidade política alemã tinham chegado ao fim. Uma miríade de estadozinhos alemães foi reduzida a cerca de 40. Uma longa tradição diplomática francesa de manter a constituição imperial fora destronada. A consolidação territorial da Alemanha tinha começado (176).

> Este terramoto geopolítico propagou os seus tremores a todo o sistema europeu. Alexandre I

chegou a um arranjo com Napoleão no Tratado de Tilsit depois da sua derrota de Friedland, em junho de 1807, desistiu de quaisquer ambições na Alemanha e anunciou que a região entre o Elba e o Niemen serviria de almofada «para receber as alfinetadas que precedem os tiros de canhão» (177). Um ano depois o consenso franco-russo sobre a Alemanha foi reafirmado num encontro entre os dois imperadores na cidade turíngia de Erfurt. O conde de Metternich, alto diplomata austríaco, estava penosamente consciente de ser o recheio da nova sanduiche estratégica entre os aliados alemães e polacos de Napoleão. «A Confederação do Reno», escreveu ele em julho de 1807, «abraça-nos por ambos os lados. Qualquer guerra com França começaria ao mesmo tempo nas fronteiras do Inn e do Wielicza» (178). O mesmo era mais ou menos verdade para a Prússia, que a partir de 1807 estava entalada entre o grão-ducado de Varsóvia e o Reino de Vestefália, um satélite francês. Perante estas realidades ambas as grandes potências alemãs não tinham outra escolha de momento a não ser prosseguir uma política de acomodamento. Napoleão, em suma, era deixado na posse de praticamente toda a Alemanha, cujos recursos eram canalizados para ele através da Confederação do Reno. Centenas de milhares de bávaros, de gente do Württemberg e outros recrutas eram empenhados no projeto imperial francês, tornando a Alemanha o principal reservatório de homens e recursos para sustentar as posteriores campanhas de Napoleão. O maior de todos os impactos da queda do *Reich* foi, contudo, na psique politica alemã. O título de um panfleto publicado em 1806 pelo livreiro de Nuremberg Johann Philip Palm – «A Alemanha na sua mais profunda humilhação» – valia por muitos livros sobre como os alemães na sua maioria viam o destino do Império e a execução de Palm por Napoleão só aumentou o ressentimento existente. Como o geógrafo August Zeune observou amargamente em 1808, os alemães estavam a ser tratados «como animais, trocados, oferecidos, cedidos [e] espezinhados (...) como uma

bola (...) passada de mão em mão» (179).

> As conquistas de Napoleão tinham-lhe granjeado uma preeminência europeia muito maior até

do que a conseguida por Luís XIV ou Carlos V, mas faltava-lhe uma segurança completa. Era agora impelido compulsivamente a cada vez mais conquistas no estrangeiro e cada vez maior militarização dentro do seu império. Tanto a Rússia como a Grã-Bretanha eram ainda forças a ter em conta. De momento, Napoleão contentava-se em deixar ao czar a sua área de influência no Leste da Europa, enquanto tratava da Grã-Bretanha. Após a catastrófica derrota naval de Trafalgar em outubro de 1805 uma investida por mar estava temporariamente fora de questão, de modo que Napoleão tentou destruir a Grã-Bretanha economicamente através do Sistema Continental, proclamado nos Decretos de Berlim de novembro de 1806, que a isolavam da Europa continental. A Grã-Bretanha respondeu em janeiro de 1807 com Ordens do Conselho que proibiam o comércio entre portos franceses pelos neutrais, uma medida que afetou severamente o comércio da América do Sul e do Norte. Em outubro de 1807, Napoleão forçou os espanhóis a consentirem que tropas francesas atravessassem o seu país para atacar Portugal, a fim de privar a Grã-Bretanha do último aliado que lhe restava em solo europeu. Esta estratégia marcou uma mudança em relação às anteriores tentativas de Napoleão para subjugar a Grã-Bretanha através de operações navais e coloniais. Em março de 1808, um golpe palaciano contra o ministro pró-francês Manuel de Godoy provocou uma invasão em grande escala de Espanha pelos franceses.

> A persistente guerra na Europa também moldou a política interna de Napoleão e a dos seus

clientes. Durante os anos 1790 os revolucionários tinham procurado criar uma sociedade francesa eficiente e igualitária capaz de restabelecer a posição europeia perdida pelo *ancien régime*. Napoleão, por outro lado, via na criação de uma nova nobreza a chave da manutenção da superioridade militar francesa. Deu início, por conseguinte, a um programa de refeudalização dentro do império e encorajou os Estados aliados a fazerem o mesmo. Criou a Legião de Honra em maio de 1802, para premiar os leais serviços no Exército e, mais seletivamente, na administração. Tratou de reparar as relações com a Igreja Católica celebrando uma Concordata em que acordou pagar salários ao clero em troca de um alto nível de controlo sobre a

hierarquia e da bênção papal às suas ambições imperiais; Pio VII assistiu à coroação imperial francesa em Notre-Dame. Em março de 1808, no entanto, deu mais um passo e criou uma nobreza imperial de corpo inteiro, em que o estatuto refletia os serviços públicos prestados e podia ser transmitido de pais para filhos. A fim de garantir que a linhagem não acabasse por suplantar o mérito com a passagem do tempo – como tendia a acontecer nas sociedades feudais – havia uma cláusula para que o estatuto de nobre caducasse se as futuras gerações não se mostrassem à altura do serviço do Estado. As extensas terras conquistadas em Itália, nos Países Baixos e na Alemanha forneciam os feudos para esta nova aristocracia (180).

> Imperativos semelhantes estavam na base das reformas internas na Europa de dominação

francesa, que eram principalmente destinadas a maximizar a extração de recursos e a mobilização militar em apoio das ambições de Napoleão. O conteúdo destas medidas, que muitas vezes pegavam onde os reformadores do século XVIII tinham parado, variava de Estado para Estado, mas normalmente incluía a abolição de tarifas internas para a estimular o desenvolvimento económico e gerar mais rendimento fiscal, o desmantelamento das assembleias de nobres e outros «poderes intermédios», reformas financeiras para lidar com o crescimento vertiginoso da dívida pública, o fim das restrições corporativas, a tolerância religiosa para assegurar a integração pacífica de novas terras com populações diversas e a secularização dos bens da Igreja. Todos os Estados na órbita francesa tinham em comum a introdução da conscrição para satisfazer a necessidade constante que Napoleão tinha de novos soldados (181). Tudo isto representava a «integração» da Europa num sistema coerente (182). Era, é claro, um caso de uniformidade mais do que de unidade, em que a nação francesa era explicitamente dominante (183). Por exemplo, nos decretos de Trianon de agosto de 1810, Napoleão outorgava aos navios franceses o privilégio exclusivo de comerciar um limitado número de mercadorias coloniais com os britânicos e de as vender para o resto da Europa. «O que é bom para os franceses», sustentava ele, «é bom para toda a gente» (184). «Não há igualdade suficiente entre as nações da Europa», sustentava Napoleão. «Tem de haver um poder superior que domine todos os outros poderes, com autoridade suficiente para os forçar a viverem em harmonia uns com os outros – e França é a mais bem colocada para esse efeito» (185).

> O poder sobranceiro de França provocou em toda a Europa, inevitavelmente, uma reação. Nas

regiões diretamente ocupadas por Napoleão ou sob o seu controlo efetivo, explodiu a resistência popular. Os exércitos revolucionários franceses já tinham levado à rebelião os camponeses do Sul de Itália em finais dos anos 1790; na primeira década do século XIX, juntaram-se-lhes os tiroleses e os espanhóis. Havia quase tantas motivações como rebeldes. Muita da oposição de napolitanos, espanhóis e tiroleses era movida por fatores locais, indignação perante o anticlericalismo francês e o opressor sistema de tributação e conscrição que a máquina de guerra napoleónica exigia. No caso de alguns insurgentes, como o bandido alemão Schinderhannes, a linha divisória entre patriotismo e banditismo era muito fluida. De uma maneira ou de outra, o aviso de Robespierre de que a Europa não receberia de bom grado «missionários armados» (186) confirmou-se: a «razão», a «fraternidade», a «igualdade» e a «liberdade» oferecidas pela França eram rejeitadas não só por serem uma imposição exterior, mas porque na prática eram altamente opressivas. «Atesto», preveniu o ministro dos Estrangeiros de Napoleão, Talleyrand, «que qualquer sistema que vise levar a liberdade a outros povos pela força só fará que essa liberdade seja odiada e impedirá o seu triunfo» (187).

> Entre os restantes Estados europeus independentes, a hegemonia napoleónica forçou a elite a

debruçar-se atentamente sobre as estruturas nacionais. Na Prússia, o velho complexo militar-agrário, que tão bem servira Fredrico, *o Grande*, foi completamente desacreditado pela catástrofe de Auerstedt e Iena. Foi lançado um exaustivo programa de reformas sob a égide dos barões Stein e Hardenberg. Como argumentou Hardenberg no seu Memorando de Riga, de setembro de 1807, a «situação geográfica» da monarquia significava que tinha de «concentrar as suas forças e organizar e coordenar sistematicamente todos os aspetos dos seus assuntos internos», ou senão correr o risco de «se tornar presa dos seus poderosos vizinhos» (188). De modo que entre 1807 e 1813, as reformas prussianas melhoraram a tomada de decisões pela substituição de conselheiros reais sem responsabilidade por ministros «responsáveis»; abriram o corpo de oficiais a candidatos burgueses segundo o princípio do mérito; aboliram o sistema de corporações para liberalizar a economia; emanciparam o campesinato para criar um mercado livre de terras, abandonando consequentemente o sistema cantonal em favor de um serviço militar universal ao estilo francês; e levantaram as restrições aos judeus. A vulnerabilidade externa da Prússia, antes usada para justificar os privilégios nobres e a separação entre o Exército e a sociedade, era agora avançada como argumento em prol de um «verdadeiro Estado militar» em que formassem uma unidade indissolúvel (189). Havia também apelos a

maior participação popular através de uma «representação nacional» para mobilizar toda a população para a luta contra Napoleão (190).

> O avanço napoleónico também desencadeou um intenso debate na Grã-Bretanha sobre

reformas internas. Pitt tinha-se demitido em 1801, quando o rei se recusou a tolerar a emancipação católica, mas a questão voltou à agenda depois dos choques de 1805-7. O conde de Selkirk escreveu num panfleto de 1808 que tinha havido uma «tão vasta mudança em todos os países circundantes» que «os nossos arranjos, tanto internos como externos, têm de ser adaptados às nossas novas circunstâncias». Com a perda dos seus aliados europeus, a única maneira em que a Nação podia ter esperança de sobreviver contra a população muito superior de França era «por meio de esforços sem precedentes na melhoria dos nossos recursos internos». O aumento de impostos e o recrutamento militar eram apenas parte da resposta: as energias ocultas da sociedade britânica deviam ser libertadas. «Em ordem a salvar esta terra da subjugação estrangeira», sustentou o deputado *Whig* radical Sir Francis Burdett, «temos de nos livrar da opressão interna; temos de ter armas e reformas». A Grã-Bretanha não tinha, portanto, como sustentou o veterano reformista eleitoral John Cartwright em 1809, «senão (...) esta alternativa – ou a refoma parlamentar sob Jorge III ou a subjugação nacional sob Napoleão I» (191). De momento, o Governo britânico resistiu às exigências de reforma do direito de voto e embora o ministério fizesse uma nova tentativa de fazer passar a emancipação católica, foi derrotado no Parlamento em 1807.

> A derrota da Terceira Coligação provocou também uma intensa discussão interna sobre a

orientação da estratégia geral britânica (192). Desacreditou temporariamente os advogados da intervenção na Europa. O «Ministério de Todos os Talentos» encabeçado pelo rival de sempre de William Pitt, Charles James Fox, procurou a paz com Napoleão em 1806-7 e concentrou-se na expansão ultramarina. Era parte integrante desta visão mais «global» a abolição do tráfico internacional de escravos, que o Parlamento aprovou como lei em 1807. Os Estados Unidos seguiram-lhe o exemplo nesse mesmo ano, em conformidade com o acordo constitucional de 1787 para pôr fim ao tráfico num prazo de vinte anos, e proibiram o transporte de escravos sob o seu pavilhão. Isto marcou o princípio de uma nova e subversiva geopolítica abolicionista, baseada na capacidade coerciva da marinha real, que fez uso pleno do seu direito beligerante de inspeção para

perseguir os negreiros no alto mar. O novo Governo, chefiado por Lorde Portland, voltou também ao ataque na Europa. Foram enviadas tropas britânicas para Stralsund, numa derradeira tentativa para insuflar vida na resistência prussiana e russa. Londres também não desesperou depois de Tilsit, que parecia arregimentar todo o continente contra si. Quando a frota dinamarquesa estava em perigo de cair em mãos francesas em setembro de 1807, a Grã-Bretanha levou a cabo um ataque naval preventivo à Dinamarca, destruindo os seus barcos e fazendo várias vítimas civis em Copenhaga. Um ano mais tarde, foram despachadas tropas britânicas para a península Ibérica para apoiar a luta de portugueses e espanhóis contra Napoleão. De uma ponta à outra do continente, especialmente na Alemanha, agentes britânicos conduziram ações clandestinas contra Napoleão, subsidiando propaganda e fornecendo armas a grupos de guerrilha (193).

> Animada pela distração francesa na península Ibérica, a monarquia Habsburgo equipou-se

para uma última investida contra Napoleão. Em 1800 foi introduzido um imposto gradual sobre o rendimento para fazer frente aos défices causados pelo custo da guerra nos anos 1790 e a perda dos mercados de capitais tradicionais dos Países Baixos, do Norte de Itália e da Alemanha. Para lidar com o estado caótico da tomada de decisões austríaca criou-se em 1801 um Conselho de Ministros do Estado (*Staatsrat*) (194). Depois dos desastres de 1805, os Habsburgos instituíram uma milícia nacional, a *Landwehr*, baseada num princípio ténue de serviço militar universal. Os austríacos procuravam, acima de tudo, explorar o crescente sentimento nacionalista alemão contra França. Os húngaros, porém, recusaram-se a dar o seu contributo. Em vez disso, usaram a ameaça francesa como alavanca para extorquir concessões a Viena. Na acrimoniosa Dieta de Pressburgo em 1807-8 não foram votados novos fundos nem mais homens. Confrontada com esta beligerância, Viena recuou na extensão à Hungria da *Landwehr* das províncias alemãs e eslavas. A burocracia austríaca tinha-se escaldado gravemente durante o reinado de José II. Arriscar-se a uma revolução interna para conter o poder revolucionário de Napoleão parecia uma cura pior do que a doença. O programa Habsburgo de reformas foi também curto-circuitado pela decisão insensata de tornar a atacar Napoleão em 1809. É certo que a Áustria conseguiu uma importante vitória em Aspern-Essling, mas logo se tornou claro que Viena fizera um imenso erro de cláculo. Os russos, preocupados com os acontecimentos do Báltico, do mar Negro e dos Balcãs, não se mexeram; os prussianos recusaram-se a mexer-se sem eles. Em julho de 1809, Napoleão desbaratou os austríacos em Wagram. O acordo de

paz resultante deixou-os reduzidos a um canto interior, cercados a sul pela Ilíria, agora governada diretamente de Paris, pela *Rheinbund* (a Confederação do Reno), a oeste, e pelo Grão-Ducado de Varsóvia, a norte. A Áustria era agora na prática um satélite francês, «forçada», como Metternich disse ao Imperador, «a procurar a sua segurança na adaptação ao sistema francês», pelo menos até poder contar com a «ajuda russa» (195). Seguiu-se um humilhante casamento forçado entre Bonaparte e Maria Luísa, filha do Imperador.

> O controlo da Alemanha era a chave do passo seguinte de Napoleão: isolar de vez a Rússia da

Europa, um objetivo que tanto tempo fugira aos estrategas do século XVIII. O Imperador acreditava que não bastava permanecer dentro dos baluartes da fortaleza económica e militar que tinha edificado. A integração económica da Europa prevista pelo Sistema Continental – uma estrutura baseada no egoísmo nacional francês que só podia funcionar numa base de reciprocidade – falhou (196). Em todo o continente, mas especialmente em províncias francesas antes prósperas, como a Alsácia, os mercados começaram a contrair-se e aumentou a desgraça económica. O Bloqueio Continental já não era estanque, com um ativo comércio britânico ilícito ao longo de uma linha de costa que a débil marinha francesa não tinha possibilidade de policiar. Napoleão agiu então para colmatar uma brecha no bloqueio, ocupando em 1810 o litoral norte alemão, incluindo Hamburgo, Bremen e Lübeck; um dos territórios afetados era o de Oldenburgo, cuja família governante estava intimamente ligada ao czar. A indignação resultante em São Petersburgo foi acentuada pela aparente intenção de Napoleão de ressuscitar a Polónia como tampão contra o czar. A Áustria foi forçada a ceder a Galícia ao Grão-Ducado de Varsóvia e o Exército polaco foi bastante aumentado. O Imperador francês, porém, depressa chegou à conclusão de que a Rússia tinha de ser esmagada militarmente. Era o velho dilema de segurança napoleónico: cada conquista requeria outra para a salvaguardar, numa dinâmica destrutiva que só podia acabar em fracasso.

> Em São Petersburgo, a presença francesa na sua fronteira ocidental inspirou um intenso

debate sobre a estratégia geral russa. Alguns sustentavam que a única maneira de afastar o perigo era um ataque preventivo a Napoleão. Alexandre I, contudo, opunha-se profundamente a esta opção. Alexandre estava tão pouco disposto a provocar Napoleão que proibiu a construção de fortificações fronteiriças e de posições de artilharia na margem direita do Niemen. O que acabou por fazer com que o czar se

decidisse foi a Alemanha. Em abril de 1812, Alexandre I exigiu que Napoleão retirasse completamente da Prússia e da Pomerânia sueca, que reduzisse a sua guarnição em Danzig e compensasse o duque de Oldenburgo. Nesse mesmo mês o czar concluiu uma aliança com a Suécia em virtude da qual conduziriam uma incursão conjunta na costa norte da Alemanha; Estocolmo receberia em troca a Noruega como compensação pela absorção da Finlândia pela Rússia. A guerra entre França e Rússia era agora inevitável.

> Washington também teve de enfrentar as consequências do domínio da Europa por Napoleão.

A Grã-Bretanha estava determinada a compensar o aumento do poderio francês no continente por meio da expansão colonial e da afirmação naval. Washington estava alarmada, em particular com as expedições britânicas a Buenos Aires em 1807, as Ordens do Conselho de 1808, que perturbaram seriamente o comércio americano, o sucessivo recrutamento forçado de marinheiros dos Estados Unidos para a marinha real e o envolvimento britânico nos levantamentos índios de 1811. Estas questões podiam não ter sido suficientes por si só para precipitar uma rutura entre os dois países se não houvesse disputas territoriais irreconciliáveis. Os Estados Unidos estavam determinados a impedir qualquer outra potência de ocupar o vazio deixado por Espanha. De modo que, em princípios de 1811, o presidente Madison pediu ao Congresso para ocupar preventivamente essas terras, em particular a Florida Ocidental. Havia também o perene problema do Oeste, que tinha dominado a política interna e externa americana desde meados do século anterior. Em 1806 esses pesadelos vieram de novo à superfície, de forma dramática, quando o antigo vice-presidente Aaron Burr foi acusado de tentar organizar, com apoio britânico, um Estado de colonos independente no território da Luisiana e acusado de traição. A rota de colisão de Washington com Londres era furiosamente controversa internamente e a política interna era dominada pela divisão entre as vozes que recomendavam cautela e os «falcões da guerra» expansionistas. Os americanos, contudo, enfurecidos pela arrogância da marinha real, ainda desconfiados com a presença britânica no Canadá com os seus muitos antigos lealistas (197), e agora ansiosos quanto ao futuro do Oeste, do Sudoeste, das Caraíbas e de toda a América Latina, acabaram por decidir escapar do cerco cuja ameaça pairava sobre eles. Em junho de 1812, os Estados Unidos declararam guerra à Grã-Bretanha para decidir entre eles, de uma vez para sempre, a questão do domínio do hemisfério.

Foi exatamente nesse mesmo mês que o *Grande Armée* de Napoleão atravessou o Niemen para

a Rússia a fim de decidir a luta pelo domínio da Europa Central. Apenas cerca de metade desta força de 600 000 homens era composta por franceses (uma descrição em si mesma muito elástica dadas as fonteiras muito inflacionadas do império, que incluía agora a Renânia e muitas outras partes da Alemanha Ocidental), vindo o resto da Holanda, de Itália, da Polónia e, é claro, da Vestefália, da Baviera, da Saxónia e de outros Estados da *Rheinbund*. Corpos auxiliares prussianos e austríacos guardavam os flancos norte e sul do *Grande Armée*. Sem o controlo da Alemanha, efetivamente, o ataque de Napoleão à Rússia não teria sido possível. A princípio tudo correu bem e em princípios do inverno já o exército do czar fora pesadamente batido em Borodino e Moscovo estava ocupada. O malogro em deter logo o avanço francês provocou considerável agitação e é possível que mais desaires tivessem desencadeado uma revolução palaciana contra Alexandre I. Decorridos uns meses, contudo, os rigores do inverno russo tinham forçado Napoleão a retirar. Pelo final do ano, o seu exército despedaçado tinha sido completamente expulso de território czarista.

A Alemanha inteira era agora obrigada a tomar uma decisão. Um exército russo estava em

perseguição acesa dos franceses e podia esperar-se que a qualquer momento passasse para a Europa Central através da Polónia. As atribulações de Napoleão eram ainda maiores devido às derrotas sofridas em Espanha às mãos das forças da coligação anglo-ibérica de Wellington. Poucos, todavia, estavam dispostos a considerar o imperador desde já acabado. Tinha ressurgido de uma ruína aparentemente inevitável no Egito em 1798 e em incontáveis ocasiões. «Chocalhai as vossas correntes se quiserdes», avisava o poeta Goethe, «o homem é forte demais para vós» (198). Um passo em falso agora podia custar às potências alemãs sobreviventes a sua própria existência. «Todas as considerações da Áustria e de outros pobres intermediários», avisava Metternich, «têm de concentrar-se em como não serem varridos do mapa» (199). A Prússia – que estava diretamente no caminho do avanço russo – era a primeira a ter de se decidir. Ao longo de todo o inverno de 1812-13, Frederico Guilherme hesitou. Facções concorrentes instavam o rei bem a honrar os seus compromissos com Napoleão, bem como a juntar a sua sorte à dos aliados; alguns oficiais contemplaram até um *putsch* para o substituir por um membro da família Hoenzollern mais decidido. Nem mesmo a deserção para os russos na Convenção de Tautoggen, em 1812, das

forças do general York von Wartenburg, que tinham estado a guardar o flanco norte do *Grande Armée*, foi capaz de o demover. A mão de Frederico Guilherme foi finalmente forçada quando os estados da Prússia Oriental se reuniram sem sua permissão e autorizaram uma *levée en masse* para combater os franceses. A nação política prussiana, ou parte dela, tinha-se apropriado da política externa.

> A opinião russa estava dividida quanto a prosseguir ou não o avanço Alemanha dentro.

Exilados prussianos que estavam ao serviço do czar, como o reformador barão Stein, pediam a Alexandre I que reordenasse a Europa Central sob liderança russa de modo a manter fora Napoleão. Muitos oficiais e nobres russos, temerosos de serem sugados para um pântano centro-europeu distante das preocupações de segurança tradicionais mais próximas de casa, aconselhavam prudência. Alexandre, contudo, estava decidido a tratar de Napoleão de uma vez para sempre e em assumir a missão alemã encetada no século XVIII. Quando Frederico Guilherme, em fevereiro de 1813, saiu por fim da sua indecisão, concluiu o Tratado de Kalisch com a Rússia no fim desse mês. Este, para todos os efeitos, reconstituía a Prússia como grande potência, prometendo restaurar as fronteiras de 1806. O propósito destas restaurações, como Alexandre declarou ao embaixador russo em Berlim em março de 1813, era fazer da Prússia a «*avant-garde* da Rússia», ou seja, uma almofada contra ataques vindos do ocidente (200). Perto do fim de março de 1813, Frederico Guilherme emitiu a Proclamação de Kalisch, na qual ele e Alexandre I prometiam o seu apoio a uma Alemanha unida. Com apoio russo e sob a chefia do barão Stein, foi instituído um Conselho Administrativo Central para fazer o recrutamento militar numa base pangermânica e preparar a «reorganização» da Alemanha do Sul e Ocidental este. Tudo isto foi acompanhado de um retumbante apelo de Frederico Guilherme – «*An mein Volk*» [Ao meu Povo] – no qual chamava a população de cada uma das suas províncias a sublevar-se e a expulsar os franceses. Em maio de 1813, os suecos desembarcaram no Norte da Alemanha. Em junho de 1813, no Tratado de Reichenbach, a Grã-Bretanha assumiu o compromisso de apoiar o esforço de guerra russo-prussiano com subvenções reforçadas.

> A Áustria ainda hesitava. Metternich temia que uma derrota de Napoleão demasiado rápida e

completa perturbaria de vez o equilíbrio de poder na Alemanha. Não valia a pena trocar simplesmente a hegemonia francesa pela russa nem estava Metternich preparado para permitir aos prussianos que se lhe

adiantassem. Procurou, por conseguinte, construir alianças com os estados da *Rheinbund*, que andavam em busca de um novo patrono depois da derrota francesa na Rússia. Entre outubro de 1812 e novembro de 1813, a Baviera, Baden e Württemberg foram todos desligados de Napoleão em troca de garantias territoriais. De uma forma ou de outra, tranquilizou-os Metternich, a «Terceira Alemanha» seria reconstituída. Metternich teve menos êxito em relação a França, que ele esperava que continuasse a ser um forte contrapeso ao poder czarista na Europa Central. Durante um memorável encontro em Dresden, em finais de 1813, Napoleão não só se recusou resolutamente a moderar as suas exigências como anunciou friamente a sua disposição a verter o sangue de milhões para reganhar a sua posição de preeminência. De modo que em princípios de setembro de 1813 a Áustria juntou-se à Rússia e à Prússia em Teplitz para acordar a «dissolução da Confederação do Reno, a completa independência dos Estados intermédios entre a Áustria e a Prússia» (201), e a partilha da Polónia. O recontro final na Alemanha já podia começar.

> As forças agora arregimentadas contra Napoleão eram temíveis: não só o exército russo que o

tinha derrotado em 1812, mas os austríacos, os prussianos e praticamente toda a Alemanha, agora quase inteiramente unida para fins militares pela primeira vez na sua história. A Prússia em particular era capaz de pôr em campo uma proporção mais alta da sua população – um pouco mais de 10 % – do que qualquer outra das potências combatentes e tinha uma taxa de deserção menor do que as outras (202). Os *Freikorps*, ou «corpos livres», de estudantes e artesãos patriotas, mobilizavam muitos nacionalistas não representados nas forças regulares; embora relativamente poucos em número, assumiam uma importância simbólica desproporcionada. Só os saxões permaneceram leais a Napoleão, em parte porque os prussianos, que esperavam anexá-los, não deixaram o seu rei mudar de lado. Napoleão opôs uma dura resistência mesmo assim, obtendo vitórias em Dresden e Bautzen. Em meados de outubro de 1813, contudo, os dois lados encontraram-se finalmente numa batalha decisiva em Leipzig. Esta «Batalha das Nações» alinhava franceses, polacos, italianos e alemães contra prussianos, russos, os seus aliados alemães e todos os povos que constituíam o Império Habsburgo. Após três dias de um combate épico, Napoleão acabou por ser absolutamente derrotado. A grande batalha pela supremacia na Europa Central tinha acabado. A derrota de Napoleão em França era agora apenas uma questão de tempo. Estava prestes a nascer uma nova ordem europeia.

A geopolítica da parte final do século XVIII foi dominada por três revoluções. As Revoluções

Americana e Francesa tiveram ambas origem em revoltas contra a estratégia geral do *ancien régime*, fosse a contenção territorial britânica a ocidente ou a retirada diplomática da monarquia Bourbon na Europa Central. Os novos Estados eram pioneiros em novas formas de organização interna para maximizar o seu poderio no sistema internacional: a Constituição americana e a França revolucionária e napoleónica. Um choque entre eles foi evitado, em parte porque os Estados Unidos consideravam a Grã-Bretanha a maior ameaça, mas principalmente porque os franceses davam mais alta prioridade ao controlo do continente europeu, especialmente da Alemanha. Isto produziu a terceira revolução, uma convulsão geopolítica em que o regime revolucionário e Napoleão destruíram o equilíbrio no Sacro Império Romano e finalmente o próprio Império, virando do avesso todo o equilíbrio existente. As anexações francesas, o frenesim divisionista que desencadearam, as reformas que empreenderam e as que provocaram mudaram fundamentalmente a face do continente, especialmente a da Alemanha. Os Estados Unidos, entretanto, aproximaram-se mais de uma hegemonia completa sobre o seu próprio continente ao impedir a Grã-Bretanha de ocupar o vazio deixado por França e Espanha. A sua atenção, além disso, permanecia firmemente fixada nas evoluções europeias, que representavam uma ameaça tanto geopolítica como ideológica para a jovem república. Era inevitável, a seu tempo, uma confrontação entre os herdeiros do Congresso Continental. Os perdedores nesta montanha russa revolucionária foram em primeiro lugar, e principalmente, os estados alemães mais pequenos, que foram engolidos pelos novos arranjos territoriais. A Prússia e a Áustria sobreviveram e até se expandiram, mas ficaram penosamente cientes da fragilidade essencial da sua situação. A Grã-Bretanha sofreu terrivelmente com a perda da América, mas em finais do século tinha conseguido reestabelecer a sua posição no equilíbrio europeu. O poder francês empalideceu, recrudesceu e finalmente desmoronou-se perante uma coligação europeia avassaladora. Entre os beneficiários das grandes transformações que se seguiram à Guerra dos Sete Anos estiveram em primeiro lugar os colonos americanos que talharam um novo Estado no império norte-americano da Grã-Bretanha e formaram uma união poderosa para o defender. A Rússia czarista, entretanto, continuou a sua meteórica ascensão, penetrando profundamente no Império Otomano e na Europa Central e, sobretudo, atuando como árbitro da Alemanha. Ambas as potências, porém, também sofreram de agudas vulnerabilidades. O seu expansionismo manifesto chocou com os interesses das outras grandes potências.

Além disso, tanto a Rússia como os Estados Unidos carregavam o peso de arranjos internos peculiares, na forma da servidão e da escravatura, que os impediam de unir as forças internas em apoio das suas ambições externas. No espírito de muitos governos e públicos europeus, tudo isto fazia que a resistência às ambições russas e americanas fosse não só uma questão de interesse estratégico, mas também um imperativo ideológico. Estava montada a cena para uma nova geopolítica de emancipação: da submissão nacional, do governo autocrático, da servidão e da escravatura.-

1 Citado em Hagen Schulze, *The course of German nationalism. From Frederick the Great to Bismarck, 1763-1867* (Cambridge, 1990).

2 Citado em T. C. W. Blanning, «The Bonapartes and Germany», in Peter Baehr e Melvin Richter (coords.), *Dictatorship in history and theory. Bonapartism, Caesarism, and totalitarianism* (Cambridge e Nova Iorque, 2004), p. 54. 3 Citado em Daniel A. Baugh, «Withdrawing from Europe: Anglo-French maritime geopolitics, 1750-1800», *International History Review*, 20, 1 (1998), pp. 14-16.

4 Citado em Externbrink, *Friedrich der Grosse, Maria Theresia und das alte Reich. Deutschlandbild und Diplomatie Frankreichs im Siebenjährigen Krieg* (Berlim, 2006), p. 316.

5 Citado em L. Jay Oliva, *Misalliance. A study of French policy in Russia during the Seven Years' War* (Nova Iorque, 1964), p. 9.

6 Newcastle é citado em Reed Browning, *The Duke of Newcastle* (Cambridge, Mass., 1975), p. 182. 7 Ver Reed Browning, «The Duke of Newcastle and the imperial election plan, 1749-1754», *Journal of British Studies*, 7 (1967-68), pp. 28-47.

8 Sobre isto ver Richard L. Merritt, «The colonists discover America: attention patterns in the colonial press, 1735-1775», *William and Mary Quarterly*, Terceira Série, XXI, 2 (abril 1964), pp. 270-87, especialmente pp. 270-72. 9 Citado em Max Savelle, «The appearance of an American attitude toward external affairs», *American Historical Review*, 52, 4 (1947), pp. 655-66 (citação p. 660).

10 Citado em Brendan Simms, *Three victories and a defeat. The rise and fall of the first British Empire, 1714-1783* (Londres, 2007), p. 393.

11*Ibid.*, p. 391.

12 A. G. Olson, «The British government and colonial union, 1754», *William and Mary Quarterly*, Terceira série, XVII, 1 (1960), pp. 24-6 (citação p. 26).

13 Ver Fred Anderson, *Crucible of war. The Seven Years War and the fate of empire in British North America, 1754-1766* (Nova Iorque, 2000).

14 Frederico, o Grande, *The history of my own times* (1746). *Posthumous works of Frederic II. King of Prussia* (Londres, 1789), vol. I, p. xx. Agradeço a Ilya Berkovich esta referência.

15 Citado em Tim Blanning, «Frederick the Great», in Brendan Simms e Karina Urbach (coords.), *Die Rückkehr der «Grossen Männer». Staatsmänner im Kriegein deutsch-britischer Vergleich 1740-1945* (Berlim e Nova Iorque, 2010), p. 18.

16 Frederico, o Grande, *History of my own times*, Vol. I, pp. 214-15. 17 Sobre a deportação dos acádios como «limpeza étnica» ver Geoffrey Plank, *An unsettled conquest. The British campaign*

against the peoples of Acadia (Filadélfia, 2001), pp. 140-57.

18 Citado em H. M. Scott, *The emergence of the eastern powers, 1756-1775* (Cambridge, 2001), p. 26. 19 Ver Erich Everth, *Die Öffentlichkeit in der Aussenpolitik von Karl V. bis Napoleon* (Iena, 1931), pp. 355-60 (citação p. 360).

20 Ver agora D. A. Baugh, *The global Seven Years War, 1754-1763. Britain and France in a great power contest* (Harlow, 2011).

21 Helmut Neuhaus, «Das Problem der militärischen Exekutive in der spätphasedes Alten Reiches», in Johannes Kunisch (coord.), *Staatsverfassung und Heeresverfassung in der europäischen Geschichte der Frühen Neuzeit* (Berlim, 1986), pp. 297-346 (citações pp. 297 e 299).

22 Philip Carter, «An "effeminate" or "efficient" nation? Masculinity and eighteenth century social documentary», *Textual Practice,* 11 (1997), pp. 429-43 (citação p. 429).

23 Matthew McCormack, «The new militia: war, politics and gender in 1750sBritain», *Gender & History*, 19 (2007), pp. 483-500 (citação p. 497).

24 Neste sentido, Erica Charters, «The caring fiscal-military state during the Seven Years War, 1756-1763», *Historical Journal*, 52 (2009), pp. 921-41, especialmente pp. 937-40 (citação p. 939). 25 Para uma visão mais ampla ver H. M. Scott, «The decline of France and the transformation of the European states system, 1756-1792», *in* Peter Krüger e Paul W. Schroeder (coords.), *The transformation of European politics, 1763-1848. Episode or model in modern history?* (Oxford, 1996), pp. 105-28 (citação de Voltaire p. 114). 26 Ver John Shovlin, *The political economy of virtue. Luxury, patriotism and the origins of the French Revolution* (Ithaca e Londres, 2006), pp. 54-5.

27 Citado em Bailey Stone, *The genesis of the French Revolution. A global historical interpretation* (Cambridge, 1994), p. 55. Ver também T. C. W. Blanning, *The French Revolutionary Wars, 1787-1802* (Londres, 1996). 28 Ver Brendan Simms, «William Pitt the Elder. Strategic leadership at home and abroad during the great war for the empires (1756-1763)», in Simms e Urbach (coords.), *Die Rückkehr der «Grossen Männer»*, pp. 29-48, especialmente pp. 32-4.

29 Brendan Simms, «Pitt and Hanover», in Brendan Simms e Torsten Riotte (coords.), *The Hanoverian dimension in British history, 1714-1837* (Cambridge, 2007), pp. 28-57 (citação p. 55). 30 Ver Gary Savage, «Favier's heirs: the French Revolution and the secret du roi», *Historical Journal*, 41 (1998), pp. 225-58.

31 Hamish Scott, «The Seven Years War and Europe's ancien régime», *War in History*, 18 (2011), pp. 419-55. 32 Citado em Hugh Ragsdale, «Russian projects of conquest in the eighteenth century», in Ragsdale (coord.), *Imperial Russian foreign policy* (Cambridge, 1993), p. 76.

33 Citado em Externbrink, *Friedrich der Grosse*, p. 339. 34 Para a crise da nobreza francesa depois da Guerra dos Sete Anos ver William Doyle, *Aristocracy and its enemies in the Age of Revolution* (Oxford, 2009), pp. 57, 83 e *passim*.

35 Ver Gabriel B. Paquette, *Enlightenment, governance and reform in Spain and its empire, 1759-1808* (Basingstoke, 2008).

36 Sobre a comissão secreta das Índias ver J. H. Elliott, *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America, 1492-1830* (New Haven e Londres, 2006), p. 299.

37 Ver D. R. Murray, «Statistics of the slave trade to Cuba, 1790-1867», *Journalof Latin American Studies*, 3, 2 (1971), pp. 131-49. Estou grato a Carrie Gibson e Felicitas Becker por conversas muito úteis sobre esta matéria. 38 Neste sentido, Evelyn Powell Jennings, «War as

the "forcing house of change": state slavery in late-eighteenth-century Cuba», *William and Mary Quarterly*, Terceira Série, LXII (2005), 411-40. 39 Ver Scott, *Emergence of the eastern powers*, pp. 76 e 79. 40 Ver Manfred Schort, *Politik und Propaganda. Der Siebenjährige Krieg in den zeitgenössischen Flugschriften* (Frankfurt am Main, 2006), p. 463.

41 Neste sentido, Hans-Martin Blitz, *Aus Liebe zum Vaterland. Die deutsche Nation im 18. Jahrhundert* (Hamburgo, 2000), pp. 160-67 (citação p. 165).

42 Friedrich Karl von Moser, *Neujahrswunsch and den Reichstag zu Regensburg vom Jahr 1765*, n. p. 1765, p. 10. 43 Citado em Neuhaus, «Das Problem der militärischen Exekutive», p. 301. 44 'The Instructions to the Commissioners for Composing a New Code of Laws», Moscovo, 30 de julho de 1767, in William F. Reddaway (coord.), *Documents of Catherine the Great. The correspondence with Voltaire and the Instruction of 1767 in the English text of 1768* (Cambridge, 1931), pp. 216-17.

45 Citado em Scott, *Emergence of the eastern powers*, p. 99. 46 Ver Franz A. J. Szabo, *Kaunitz and enlightened absolutism, 1753-1780* (Cambridge, 1994), p. 76. Estou grato a Daniel Robinson por esta referência.

47 Ver Kathleen Wilson, *The sense of the people. Politics, culture and imperialism in England, 1715-1785* (Cambridge, 1995), pp. 215-16.

48 Ver Michael Roberts, *Splendid isolation, 1763-1780* (Reading, 1970). 49 Citado em Simms, *Three victories*, p. 536. Ver também P. J. Marshall, *The making and unmaking of empires. Britain, India and America, c. 1750-1783* (Oxford, 2005), pp. 1-3, 59-60, 273-310, e *passim*. 50 Citado em Norman Davies, *God's playground. A history of Poland. Vol. I: The origins to 1795* (Oxford, 1981), p. 511. 51 Ver T. C. W. Blanning, *The culture of power and the power of culture. Old regime Europe, 1660-1789* (Oxford, 2003). 52 Sobre isto ver Ron Chernow, *Washington, a life* (Londres, 2010), pp. 59-62. 53 Sobre a facção «expansionista» dos colonos ver Marc Egnal, *A mighty empire. The origins of the American Revolution* (Ithaca e Londres, 1988). O mais recente retrato dos colonos como imperialistas ingleses é Robert Kagan, *Dangerous nation* (Nova Iorque, 2006), pp. 12-16 e 18.

54 Ver Jerzy Lukowski, *The partitions of Poland, 1772, 1793, 1795* (Londres e Nova Iorque), pp. 52-81 (Frederico é citado na p. 55).

55 Citado em D. B. Horn, *British public opinion and the First Partition of Poland* (Edimburgo, 1945), pp. 26 e 36-7. 56 Ver Bernd Marquardt, «Zur reichsgerichtlichen Aberkennung der Herrschergewalt wegen Missbrauchs. Tyrannenprozesse vor dem Reichshofrat am Beispiel des südöstlichen schwäbischen Reichskreises», *in* Anette Baumann, Peter Oestmann, Stephan Wendehorst e Siegrid Westphal (coords.), *Prozesspraxis im Alten Reich. Annäherungen – Fallstudien – Statistiken* (Colónia, Weimar e Viena, 2005), p. 53. 57 Ver Jennifer Pitts, «The stronger ties of humanity: humanitarian intervention in the eighteenth century». Agradeço à Dra. Pitts ter-me deixado ver o seu excelente estudo inédito.

58 Ver Robin A. Fabel, *Colonial challenges. Britons, Native Americans and Caribs, 1759-177*5 (Gainesville, 2000), pp. 158-60.

59 Sobre os americanos e a Córsega ver George P. Anderson, «Pascal Paoli: an inspiration to the Sons of Liberty», *Publications of the Colonial Society of Massachusetts*, 26 (1924-6), pp. 180-210, especiamente pp. 189-91 e 202-3 (para as citações).

60 Ver Richard B. Sheridan, «The British credit crisis of 1772 and the American colonies», *Journal of Economic History*, 20 (1960), pp. 161-86.

61 John Adams para Mercy Warren, 20 de julho de 1807, in *Collections of the Massachusetts Historical Society*, Quinta Série, IV (1878), p. 338. Agradeço a Daniel Robinson ter trazido esta carta à minha atenção. 62 Ver Richard Middleton, *The War of American Independence,*

1775-1783 (Harlow, 2012), pp. 15-36. 63 Hamish Scott, *British foreign policy in the age of the American Revolution* (Oxford, 1990), e Donald Stoker, Kenneth J. Hagan e Michael T. McMaster (coords.), *Strategy in the American War of Independence. A global approach* (Londres e Nova Iorque, 2010).

64 Citado em Robert Rhodes Crout, «In search of a "just and lasting peace": the treaty of 1783, Louis XVI, Vergennes, and the regeneration of the realm», *International History Review*, 5, 3 (1983), p. 374. 65 Citado em Kagan, *Dangerous nation*, p. 47.

66 Neste sentido, Jonathan R. Dull, *A diplomatic history of the American Revolution* (New Haven e Londres, 1985), p. 47.

67 David M. Fitzsimmons, «Tom Paine's new world order: idealistic internationalism in the ideology of early American foreign relations», *Diplomatic History*, 19 (1995), pp. 569-82 (citações p. 579). 68 Ver Mlada Bukovansky, *Legitimacy and power politics. The American and French Revolutions in international political culture* (Princeton e Oxford, 2002), pp. 110-64 e 216-20, e Walter McDougall, *Promised land, crusader state. The American encounter with the world since 1776* (Nova Iorque, 1997). 69 Ben Baack, «Forging a nation state: the Continental Congress and the financing of the War of American Independence», *Economic History Review*, 54, 4 (2001), pp. 639-56, especialmente pp. 639-40. 70 Citado em Munro Price, *Preserving the monarchy. The Comté de Vergennes, 1774-1787* (Cambridge, 1995), p. 22. 71 Observações de Sandwich ao governo, 19 de janeiro de 1781, na Queens' House, na presença do Rei, in John G. R. Barnes e J. J. Owen (coords.), *The PrivatePapers of John, Earl of Sandwich, 1771-1782* (Londres, 1932-8), Vol.4, p. 24. 72 Ver Stephen Conway, *The British Isles and the War of American Independence* (Oxford, 2000), pp. 16, 350 e 17. 73 Citado em Scott, *Emergence of the eastern powers*, p. 1. 74 Citações em Crout, *«A "just and lasting peace"»*, p. 398, e Maya Jasanoff, *Liberty's exiles. American loyalists in the revolutionary world* (Nova Iorque, 2011), p. 87.

75 Citado em Stone, *Genesis of the French Revolution*, p. 142. 76 Citado em Claus Scharf, « "La Princesse de Zerbst Catherinisée". Deutschlandbild und Deutschlandpolitik Katharinas II.», in Dagmar Herrmann (coord.), *Deutsche und Deutschland aus russischer Sicht. 18. Jahrhundert: Aufklärung* (Munique, 1992), p. 320

77 Citado em Jeremy Black, *The rise of the European powers* (Londres, 1990), p.130. 78 Citado em Brendan Simms, *The struggle for mastery in Germany, 1779-1850* (Basingstoke, 1998), p. 45. 79 Ver Vincent T. Harlow, *The founding of the second British empire*, 2 vols. (Londres, 1952-64), e C. A. Bayly, *Imperial meridian. The British Empire and the world, 1780-1830* (Londres, 1989). 80 Citado em Jeremy Black, *British foreign policy in an age of revolutions, 1783-1793* (Cambridge, 1994), p. 13. 81 Ver P. G. M. Dickson, «Count Karl von Zinzendorf's "new accountancy": the structure of Austrian government finance in peace and war, 1781-1791», *International History Review*, 29, 1 (2007), pp. 22-56. 82 Ver Ernst Wangermann, *Die Waffen der Publizität. Zum Funktionswandel der politischen Literatur unter Joseph 11.* (Viena, 2004), pp. 168-84.

83 Neste sentido, Karl Härter, «Möglichkeiten und Grenzen der Reichspolitik Russlands als Garantiemacht des Teschener Friedens (1778-1803)», in Claus Scharf (coord.), *Katharina II., Rußland und Europa.* (*Beiträge zur internationalen Forschung. Veröffentlichungen des Instituts für Europäische Geschichte, Supplement* 45 – Mainz, 2001), pp. 133-81.

84 Ver Hugh Ragsdale, «Evaluating the traditions of Russian aggression: Catherine II and the Greek Project», *Slavonic and East European Review*, 66 (1988), pp. 91-117, especialmente pp. 95-6. 85 Citado em Virginia H. Aksan, *Ottoman wars 1700-1870. An empire besieged* (Harlow, 2007), p. 161. 86 Citado em Karl A. Roider, *Austria's Eastern Question, 1700-1790* (Princeton, 1982), p.180. 87 Alexander Hamilton, *Federalist Paper no. 34, 5.1.1788*, in J. R. Pole (coord.), *TheFederalist. Alexander Hamilton, James Madison, John Jay* (Indianapolis e Cambridge, 2005), p. 178.

88 Ver James R. Sofka, «The Jeffersonian idea of national security. Commerce, the Atlantic balance of power, and the Barbary War, 1786-805», *Diplomatic History*, 21 (1997), pp. 519-44, especialmente pp. 519, 522 e 527. 89 Citado em Doris A. Graber, *Public opinion, the president, and foreign policy. Four case studies from the formative years* (Nova Iorque, Chicago etc., 1968), p. 133.

90 Ver Deborah Allen, «Acquiring "knowledge of our own continent": geopolitics, science, and Jeffersonian geography, 1783-1803», *Journal of American Studies*, 40 (2006), pp. 205-32 (Jay é citado na p. 216). Para a importância do oeste ver François Fürstenberg, «The significance of the trans-Appalachian Frontier in Atlantic history, c.1754-1815», *American Historical Review*, 113 (2008), pp. 647-77.

91 Alexander Hamilton, *Federalist Paper no. 25*, 21.12.1787, in Pole (coord.), *Federalist*, p. 133. 92*Federalist Paper no. 7*, 17.11.1787, in Pole (coord.), *Federalist*, pp. 28-9. 93 Sobre o medo dos colonos da fragmentação e de repetirem a experiência das cidades-Estado italianas ver David C. Hendrickson, *Peace pact. The lost world of the American founding* (Lawrence, Kan., 2003), p. 63. 94*Federalist Paper no. 8*, 20.11.1787, in Pole (coord.), *Federalist*, p. 37. 95*Federalist Paper no. 19*, 8.12.1787, in Pole (coord.), *Federalist*, pp. 99-102. Para o impacto da partição polaca na convenção constitucional ver Frederick W. Marks, *Independence on trial. Foreign affairs and the making of the constitution* (Baton Rouge, 1973), pp. 3-51, especialmente p. 33.

96*Federalist Paper no. 5*, 10.11.1787, *in* Pole (coord.), *Federalist*, pp. 17-18. 97 Ver George William van Cleve, *A slaveholders'union. Slavery, politics, and the constitution in the early American Republic* (Chicago e Londres, 2010), p. 9.

98 A centralidade do contexto internacional na construção da Constituição é sublinhada por Michael Schwarz, «The great divergence reconsidered. Hamilton, Madison, and U.S.-British relations, 1783-89», *Journal of the Early Republic*, 27 (2007), pp. 407-36, especialmente pp. 419-21.

99 Citado em Doyle, *Aristocracy and its enemies*, p. 99. Ver também Markus Hünemörder, *The Society of the Cincinnati. Conspiracy and distrust in early America* (Nova Iorque e Oxford, 2006). 100 Roy Weatherup, «Standing armies and armed citizens: an historical analysis of the Second Amendment», *Hastings Constitutional Law Quarterly*, 2 (1975), pp. 961-1001, especialmente p. 995. 101 Ver Wolfgang Burgdorf, *Reichskonstitution und Nation. Verfassungsreformprojekte für das Heilige Römische Reich Deutscher Nation im politischen Schrifttum von 1648 bis 1806* (Mainz, 1998), pp. 328-35. 102 Munro Price, «The Dutch Affair and the fall of the ancien régime, 1784-1787», *Historical Journal*, 38 (1995), pp. 875-905 (citação p. 904).

103 O meu entendimento da relação entre o declínio diplomático do *ancien régime* e a eclosão da Revolução Francesa foi fortemente influenciada por Gary J. Savage, «The French Revolution and the *secret duroi*. Diplomatic tradition, foreign policy and political culture in later eighteenth-century France (1756-1792)» (tese de doutoramento inédita, Universidade de Cambridge, 2005).

104 Ver Thomas Kaiser, «Who's afraid of Marie-Antoinette? Diplomacy, Austrophobia and the Queen», *French History*, 14, 3 (2000), pp. 241-71.

105 Citado em Price, *Vergennes*, p. 234.

106 Montmorin é citado em Jeremy J. Whiteman, *Reform, revolution and French global policy, 1787-1791* (Aldershot, 2003), p. 103.

107 Munro Price, «The court nobility and the origins of the French Revolution», in H. Scott e B. Simms (coords.), *Cultures of power in Europe during the Long Eighteenth Century* (Cambridge, 2007), pp. 278-9. 108 Neste sentido, o capítulo 2 dos *Cahiers*, citado em John Hall Stewart (org.), *A documentary survey of the French Revolution* (Nova Iorque, 1951), p. 59.

109 Citação em Stone, *Genesis of the French Revolution*, p. 207. 110 Ver David A. Bell, *The cult of the nation in France. Inventing nationalism, 1680-1800* (Cambridge, Mass., e Londres, 2001), pp. 14-7 e *passim* (Sieyès é citado na p. 14).

111 Citado em Michael Hochedlinger, «Who's afraid of the French Revolution? Austrian foreign policy and the European crisis, 1787-1797», *German History*, 21, 3 (2003), pp. 293-318 (citação p. 303). 112 *Reflections on the Revolution in France*, *in* Paul Langford (coord.), *The writings and speeches of Edmund Burke. Vol. VIII: The French Revolution*, *1790-1794* (Oxford, 1989), pp. 131 e 60.

113 Richard Bourke, «Edmund Burke and international conflict», in Ian Hall e Lisa Hill (coords.), *British international thinkers from Hobbes to Namier* (Basingstoke, 2009), pp. 91-116.

114 P. J. Marshall e John A. Woods (coords.), *The correspondence of Edmund Burke. Vol. VII: January 1792-August 1794* (Cambridge, 1968), p. 383; R. B. McDowell (coord.), *The writings and speeches of Edmund Burke. Vol.IX: I The Revolutionary War. II Ireland* (Oxford, 1991), pp. 195 e 250 (*vicinage*); Brendan Simms, « "A false principle in the Law of Nations". Burke, state sovereignty, [German] liberty, and intervention in the age of Westphalia», *in* Brendan Simms e D. J. B. Trim (coords.), *Humanitarian intervention. A history* (Cambridge, 2011), p. 110. 115 Citado em T. C. W. Blanning, *The origins of the French Revolutionary Wars* (Harlow, 1986), p. 132. 116 Neste sentido, Horst Möller, «Primat der Aussenpolitik: Preussen und die französische Revolution, 1789-1795», in Jürgen Voss (coord.), *Deutschland und die französische Revolution* (Munique, 1983), pp. 65-81.

117 Ver Adam Hochschild, *Bury the chains. The first international human rights movement* (Londres e Nova Iorque, 2005), p. 137, e William Hague, *William Wilberforce. The life of the great anti-slave trade campaigner* (Londres, 2007), pp. 149-50.

118 Ver Jeremy Popkin, *You are all free. The Haitian Revolution and the abolition of slavery* (Cambridge, 2010), p. 276. Ver também John Thornton, « "I am the subject of the King of Congo": African political ideology and the Haitian Revolution», *Journal of World History*, 4, 2 (1993), pp. 181-214, especialmente p. 183. 119 Ver Michael Hochedlinger, « "La cause de tous les maux de la France". Die "Austrophobie" im revolutionären Frankreich und der Sturz des Königtums, 1789-1792», *Francia*, 24 (1997), pp. 73-120. 120 Neste sentido, Eckhard Buddruss, *Die französische Deutschlandpolitik, 1756-1789* (Mainz, 1995). 121 Citações em Savage, «The French Revolution and the secret du roi», p. 211 122 Ver Sidney Seymour Biro, *The German policy of Revolutionary France. A study in French diplomacy during the War of the First Coalition, 1792-1797*, 2 vols. (Cambridge, Mass., 1957).

123 A Circular de Pádua e a Declaração de Pillnitz estão reproduzidas em Hall Stewart (coord.), *Documentary survey*, pp. 221-4.

124 Citado em Patricia Chastain Howe, *Foreign Policy and the French Revolution. Charles-François Dumouriez, Pierre LeBrun, and the Belgian Plan, 1789-1793* (Basingstoke, 2008), p. 47.

125 Citado em Whiteman, *Reform, revolution and French global policy*, p. 130. 126 Neste sentido Linda e Marsha Frey, « "The reign of the charlatans is over". The French Revolutionary attack on diplomatic practice», *Journal of Modern History*, 65, 4 (1993), pp. 706-44, especialmente pp. 714-17. 127*The Brunswick Manifesto*, 25.7.1792, in Hall Stewart (coord.), *Documentary survey*, pp. 307-8. 128 Ver Munro Price, *The fall of the French monarchy. Louis XVI, Marie Antoinette and the Baron de Breteuil* (Londres, 2002).

129 Declaração da Assembleia Nacional, in Hall Stewart (coord.), *Documentary survey*, p. 285. 130 Decreto de Fraternidade e Ajuda aos Povos Estrangeiros, 19.11.1792, in Hall Stewart (coord.), *Documentary survey*, p. 381.

131 Citado em T. C. W. Blanning, *The French Revolution in Germany. Occupation and resistance in the Rhineland, 1792-1802* (Oxford, 1983), p. 64.

132 Ver Erwin Oberländer, « “Ist die Kaiserin von Russland Garant des Westfälischen Friedens?” Der Kurfürst von Trier, die Französische Revolution und Katharina II. 1789-1792, *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas*, Nova Série, 35 (1987), pp. 218-31.

133 Ver Jerzy Lukowski, *Liberty's folly. The Polish-Lithuanian Commonwealthin the eighteenth century, 1697-1795* (Londres e Nova Iorque, 1991), p. 265.

134 Ver David Pickus, *Dying with an enlightening fall. Poland in the eyes of German intellectuals, 1764-1800* (Lanham etc., 2001), pp. 36-45, 54-9 e 126--31 (citação pp. 126-7).

135 O aviso de Moser é citado em Burgdorf, *Reichskonstitution und Nation*, p. 343. 136 Ver Thomas Hippler, *Citizens, soldiers and national armies. Military service in France and Germany, 1789-1830* (Londres e Nova Iorque, 2008).

137 Citado em Reynald Secher, *A French genocide. The Vendée* (Notre Dame, Ind., 2003), pp. 250-51. 138 Citado em Richard Whatmore, « “A gigantic manliness”. Paine's republicanism in the 1790s», in Stefan Collini, Richard Whatmore e Brian Young (coords.), *Economy, polity and society. British intellectual history, 1750-1950* (Cambridge, 2000), p. 150. Para o contexto estratégico do pensamento de Paine ver pp. 136, 138-40, 149 e *passim*. 139 Decreto de 15.12.1792, in Hall Stewart (coord.), *Documentary survey*, p. 383. 140 Neste sentido, David A. Bell, *The first total war. Napoleon's Europe and the birth of modern warfare* (Londres, 2007).

141 Citado em Howe, *Foreign policy and the French Revolution*, pp. 119 e 151. 142 Citado em Jörg Ulbert, «France and German dualism, 1756-1871», in Carine Germond e Henning Türk (coords.), *A history of Franco-German relations in Europe. From «hereditary enemies» to partners* (Basingstoke, 2008), pp. 41-2. 143 Citado em Biro, *German policy of Revolutionary France*, Vol. II, p. 624. 144 T.C.W. Blanning, *Reform and revolution in Mainz, 1743-1803* (Cambridge, 1974). 145 Ver, por exemplo, o caso de Friedrich Cotta in Monika Neugebauer-Wölk, *Revolution und Constitution. Die Brüder Cotta. Eine biographische Studie zum Zeitalter der Französischen Revolution und des Vormärz* (Berlim, 1989), especialmente pp. 141-3.

146 Ver Blanning, *Reform and revolution in Mainz*.

147 As citações do duque Frederick e do enviado bávaro estão em Simms, *Struggle for mastery in Germany*, pp. 60-61. 148 A citação de Senckenberg figura em Burgdorf, *Reichskonstitution und Nation*, p. 411. 149 Neste sentido, Philip Dwyer, *Napoleon. The path to power, 1769-1799* (Londres, 2007), *passim*. 150 Citado em Blanning, «Frederick the Great», in Simms e Urbach (coords.), *Die Rückkehr der «Grossen Männer»*, p. 23.

151 Sobre prevalência da «glória» e do «destino» no pensamento de Napoleão ver Philip G. Dwyer (coord.), «Napoleon and the drive for glory: reflections on the making of French foreign policy», in Philip G. Dwyer (coord.), *Napoleon and Europe* (Londres, 2001), p. 129.

152 Ver Javier Cuenca Esteban, «The British balance of payments, 1772-1820: India transfers and war finance», *Economic History Review*, 54, 1 (2001), pp. 58-86, especalmente pp. 58 e 65-6. 153 Citado em Gunther E. Rothenberg, «The origins, causes, and extension of the wars of the French Revolution and Napoleon», *Journal of Interdisciplinary History*, 18 (1988), p. 789.

154 Sobre isto ver Daniela Neri, «Frankreichs Reichspolitik auf dem Rastatter Kongress (1797-1799)», *Francia*, 24 (1997), pp. 137-57, especialmente pp. 155-6.

155 Citado em Hochedlinger, «Who's afraid of the French Revolution?», p. 310. 156 Ver Geoffrey Symcox, «The geopolitics of the Egyptian expedition, 1797-1798», in Irene A. Bierman (coord.), *Napoleon in Egypt* (Reading, 2003).

157 Citado Edward James Kolla, «Not so criminal: new understandings of Napoleon's foreign policy in the east», *French Historical Studies*, 30, 2 (2007), p. 183. Para a tendência geral de Napoleão para conceber a Ásia em termos do equilíbrio de poder europeu ver Iradji Amini,

Napoleon and Persia. Franco-Persian relations under the First Empire, within the context of the rivalries between France, Britain and Russia (Richmond, 1999), pp. 47-54. 158 Citado em Karl A. Roider, *Baron Thugut and Austria's response to the French Revolution* (Princeton, 1992), pp. 283-4.

159 Ver Manfred Hellmann, «Eine Denkschrift über Russland aus dem Jahre 1800», in Heinz Dollinger, Horst Gründer e Alwin Hanschmidt (coords.), *Weltpolitik. Europagedanke. Regionalismus* (Münster, 1962), pp. 135 e 156 (citação p. 139).

160 James Livesey, «Acts of Union and disunion: Ireland in Atlantic and European contexts», in Dáire Keogh e Kevin Whelan (coords.), *Acts of Union. The causes, contexts and consequences of the Act of Union* (Dublin, 2001), pp. 95-105 (Cooke é citado na p. 97).

161 Citado em Erwin Hölzle, *Das alte Recht und die Revolution. Eine politische Geschichte Württembergs in der Revolutionszeit, 1789-1806* (Munique e Berlim, 1931), p. 273.

162 Citado em Friedrich Wilhelm Kantzenbach, *Politischer Protestantismus. Von den Freiheitskriegen bis zur Ära Adenauer* (Saarbrücken, 1993), p. 310. (Herder escrevia em 1802.)

163 Neste sentido, Brendan Simms, *The impact of Napoleon. Prussian high politics, foreign policy and the crisis of the executive, 1797-1806* (Cambridge, 1997).

164 Ver John Ferling, *John Adams. A life* (Knoxville, 1994), p. 341. Para um relato de como as questões de política externa moldaram a política interna dos Estados Unidos até ao mais ínfimo nível ver Maurice J. Bric, *Ireland, Philadelphia and the re-invention of America, 1760-1800* (Dublin, 2008), pp. xvi, 117 e 246-7.

165 Citado em Michael Duffy, «Britain as a European ally, 1789-1815», in *Diplomacy and Statecraft, 8, 3* (1997), p. 28. Sobre a centralidade para a estratégia de Napoleão de unir o continente contra a Grã-Bretanha ver Charles Esdaile, *The wars of Napoleon* (Londres, 1995), pp. 75-6 e 106.

166 James E. Lewis Jr, *The American Union and the problem of neighborhood. The United States and the collapse of the Spanish Empire, 1783-1829* (Chapel Hill, 1998), pp. 25-7.

167 Jon Kukla, *A wilderness so immense: the Louisiana Purchase and the destiny of America* (Nova Iorque, 2003), pp. 229-34 (Jefferson é citado na p. 231).

168 A observação de Gentz em 1806 é citada em Alexander von Hase, «Das konservative Europa in Bedrängnis: zur Krise des Gleichgewichtspublizisten Friedrich (von) Gentz (1805-1809)», *Saeculum*, 29 (1978), pp. 385-405 (p.393). 169 Philip G. Dwyer, «Napoleon and the foundation of the Empire», *Historical Journal*, 53 (2010), pp. 339-58. 170 Citado em Ulrike Eich, *Russland und Europa. Studien zur russischen Deutschlandpolitik in der Zeit des Wiener Kongresses* (Colónia e Viena, 1986), p. 59.

171 Citado em Krüger e Schroeder (coords.), *Transformation of European politics*, p. 237. 172 Citado em Roider, *Baron Thugut*, p. 372.

173 Alexandre I, Instruções secretas a Novossiltzow, in Adam Gielgud (org.), *Memoirs of Prince Adam Czartoryski*, vol. II (Londres, 1888), p. 46

174 Ver Helmuth Rössler, *Napoleons Griff nach der Karlskrone. Das Ende des alten Reiches 1806* (Munique, 1957). 175 Ver Philip G. Dwyer, *Talleyrand* (Londres, 2002), pp. 98-100 e 108-9. 176 Ver Tim Blanning, «Napoleon and German identity», *History Today*, 48 (1998), pp. 37-43. 177 Citado em John P. LeDonne, *The Russian Empire and the world, 1700-1917. The geopolitics of expansion and containment* (Nova Iorque e Oxford, 1997), p. 303. Ver também Dominic Lieven, *Russia Against Napoleon* (Londres, 2009).

178 Citado em Enno E. Kraehe, *Metternich's German policy*. Vol. II: *The Congress of Vienna, 1814-1815* (Princeton, 1983), p. 6.

179 Citado em Simms, *Struggle for mastery in Germany*, p. 92. 180 Ver Rafe Blaufarb, «The ancien régime origins of Napoleonic social reconstruction», *French History*, 14, 4 (2000), pp. 408-23, especialmente pp.416-20.

181 Ver Donald Stoker, Frederick C. Schneid e Harold D. Blanton (coords.), *Conscription in the Napoleonic era. A revolution in military affairs?* (Londres e Nova Iorque, 2009), pp. 6-23 e 122-48. 182 Ver Stuart Woolf, *Napoleon's integration of Europe* (Londres e Nova Iorque, 1991). 183 Neste sentido, Stuart Woolf, «French civilization and ethnicity in the Napoleonic Empire», *Past and Present*, 124 (1989), pp. 96-120, especialmente pp. 106-7.

184 Citado em Biancamaria Fontana, «The Napoleonic Empire and the Europe of nations», in Anthony Pagden (coord.), *The idea of Europe. From antiquity to the European Union* (Cambridge, 2002), pp. 116-28 (citação p. 120). 185 Martyn P. Thompson, «Ideas of Europe during the French Revolution and Napoleonic Wars», *Journal of the History of Ideas*, 55 (1994), pp. 37-58 (citação p. 39).

186 Biro, *German policy of revolutionary France*, vol. 2, p. 62. 187 Citado em David Lawday, *Napoleon's master. A life of Prince Talleyrand* (Londres, 2007), p. 116. 188 Citado em Brendan Simms, «Reform in Britain and Prussia, 1797-1815: confessional fiscal-military state and military-agrarian complex», in *Proceedings of the British Academy*, 100 (1999), pp. 82-3. 189 Neste sentido, Ute Frevert, «Das jakobinische Modell: allgemeine Wehrpflicht und Nationsbildung in Preussen-Deutschland», in Ute Frevert (coord.), *Militär undGesellschaft im 19. und 20. Jahrhundert* (Estugarda, 1997), pp. 17-47 (citação p. 20).

190 Ver Heinz Duchhardt, *Stein. Eine Biographie* (Münster, 2007), pp. 164-235. 191 Citações em Simms, «Reform in Britain and Prussia», pp. 83-4. 192 Ver Brendan Simms, «Britain and Napoleon», in Dwyer (coord.), *Napoleon and Europe*, pp. 189-203. 193 Ver, por exemplo, Otto Johnston, «British espionage and Prussian politics in the Age of Napoleon», *Intelligence and National Security*, 2 (1987), especialmente p. 238.

194 Sobre a ligação da ameaça externa com a transformação doméstica ver Karl Roider, «The Habsburg foreign ministry and political reform», *Central European History*, 22 (1989), especialmente pp. 162 e 172. 195 Citado em Henry A. Kissinger, *A world restored. Metternich, Castlereagh, and the problems of peace, 1812-1822* (Londres, 1957), p. 20.

196 Neste sentido, Geoffrey Ellis, *Napoleon's continental blockade. The case of Alsace* (Oxford, 1981). 197 Sobre isto ver Maya Jasanoff, *Liberty's exiles. American loyalists in the Revolutionary world* (Nova Iorque, 2011).

198 Citado em Simms, *Struggle for mastery in Germany*, p. 99. 199 Citado em Krüger e Schroeder (coords.), *Transformation of European politics*, p. 460. 200 As observações de Alexandre I são citadas em John P. LeDonne, *The grand strategy of the Russian Empire, 1650-1831* (Oxford, 2004), p. 206.

201 Citado em Eich, *Russland und Europa*, p. 150.

202 Para os números ver Blanning, «The Bonapartes and Germany», p. 59.

4

Emancipações, 1814-66

No que se refere ao destino da nossa Pátria [alemã] os dados não rolaram de acordo

> *com as forças da luz. Só podemos construir [a Pátria] do interior por meio de atitudes corajosas e leais e pela disseminação de um verdadeiro ódio a todas as coisas estrangeiras [Waelsch]. Não faltarão as tempestades do exterior que nos conduzirão mais e mais em direção à unidade.*

Ernst Moritz Arndt, 1814 (1)

Qual é a grande missão dos nossos tempos? (...) É a emancipação. Não meramente

> *a dos irlandeses, dos gregos, dos judeus de Frankfurt, dos negros das Índias Ocidentais e de outros povos oprimidos, antes a emancipação do mundo inteiro, da Europa em particular, que atingiu a idade adulta e se arranca agora às férreas cadeias de comando dos privilegiados, da aristocracia.*

Heinrich Heine (2)

A Confederação germânica não é uma união formada apenas pela associação

> *voluntária dos Estados que a compõem e que, por conseguinte, possa ser alterada e modificada absolutamente à sua vontade por esses Estados, sem referência à consulta com quaisquer outras partes. A Confederação alemã é uma União de um diferente carácter e uma diferente espécie. É resultado e criação de um tratado europeu concluído em Viena em 1815 e faz parte da organização geral da Europa que esse Tratado*

estabeleceu e regulou.

Lorde Palmerston, 3 de dezembro de 1850 (3)

Os tratados que puseram termo às Guerras Revolucionárias e Napoleónicas e à luta entre a

Grã-Bretanha e os Estados Unidos transformaram a geopolítica europeia. Na Europa, reconstituíram o velho Sacro Império Romano sob uma nova guisa e reordenaram o Norte de Itália e os Países Baixos de modo a conter França. A Rússia conservou a maior parte dos seus ganhos. A Áustria e a Prússia fizeram aquisições territoriais substanciais que reorientaram ambas as potências: a sul e sudeste, no primeiro caso, e a oeste, no segundo. O impacto destas mudanças na geopolítica europeia ao longo dos cinquenta anos seguintes foi profundo e em parte nenhuma mais profundo do que no fulcro do sistema, a Alemanha. Na América do Norte, os Estados Unidos vedaram o oeste à Grã-Bretanha, mas os seus direitos na América Central e nas Caraíbas ainda eram contestados pelas principais potências. Além disso, as cláusulas internas dos tratados estavam repletas de implicações geopolíticas para ambos os lados do Atlântico. Graças às disposições sobre a emancipação dos judeus, o tráfico internacional de escravos e os arranjos constitucionais, as linhas de batalha estavam agora traçadas no interior das comunidades políticas, dividindo ao meio os Estados Unidos e a maioria dos Estados europeus, especialmente a Alemanha. Os temas geopolíticos clássicos de tampão, cerco e expansão eram vistos agora pelos prismas da emancipação nacional, política, religiosa e dos escravos. No fim deste processo, tanto americanos como alemães estavam decididamente a caminho de descobrir, embora por alto preço, a unidade nacional de que precisavam para sobreviver num mundo de grandes potências predatórias.

Uma vez perdido por Napoleão o controlo da Alemanha na batalha de Leipzig, em outubro de

1813, a sua posição na Europa rapidamente se desmoronou. Os exércitos aliados – engordados pelos contingentes dos estados dissidentes da *Rheinbund* – avançaram agora inexoravelmente para oeste, entrando em França, enquanto o duque de Wellington atravessava os Pirenéus a partir de Espanha e se encaminhava para

norte. A despeito de uma valorosa resistência no território pátrio, os franceses depressa foram vencidos. Napoleão abdicou no Tratado de Fontainebleau, em meados de abril de 1814, e foi enviado para o exílio na ilha mediterrânica de Elba. Foi restaurada a monarquia Bourbon na pessoa de Luís XVIII e pelo Primeiro Tratado de Paris, que era relativamente generoso, a França foi autorizada a conservar o território que tinha adquirido entre a Revolução e a eclosão das Guerras Revolucionárias em 1792, em particular a Saboia. Em setembro de 1814 as potências vencedoras enviaram representantes a Viena para estabelecer uma ordem pós-bélica estável. Pouco depois a Europa foi agitada pelo retorno de Napoleão, que se escapulira aos seus guardas da Ilha de Elba e cujo regresso durante os famosos «Cem Dias» foi aclamado por uma população francesa que rapidamente se cansara dos Bourbons e procurava recuperar a hegemonia de que tinha desfrutado nas duas décadas anteriores. A Grã-Bretanha, cujas melhores tropas estavam na sua maior parte na América, foi apanhada gravemente desprevenida. Napoleão, porém, depois de alguns êxitos iniciais, foi derrotado em Waterloo em junho de 1815 por um exército aliado constituído em grande parte por alemães de uma ou de outra espécie (4). Napoleão foi de novo exilado, desta vez para Santa Helena, de onde já não voltou.

> Entretanto, a luta anglo-americana pelos Grandes Lagos estava a chegar ao auge. A

expectativa dos «falcões da guerra» do Congresso de que o Canadá ia ser rapidamente «libertado» depressa se dissipou. Seguiu-se uma troca de golpes em terra e no mar, dado que a Grã-Bretanha pôde usar as tropas libertadas pela derrota de Napoleão. A guerra abriu grandes fissuras no seio da União: o Sul e o Oeste, maioritariamente republicanos, apoiaram a decisão de Madison, mas a Nova Inglaterra, federalista, opunha-se-lhe solidamente. Vários estados nortenhos recusaram-se a enviar as suas milícias para o Canadá ou retiraram-nas pouco depois de rebentarem as hostilidades. O Senado do Massachusetts condenou sem reservas uma guerra «desencadeada sem causa justificativa e prosseguida de uma maneira que indica que a conquista e a ambição são os seus reais motivos» e anunciou que «não fica bem a um povo moral e religioso exprimir qualquer aprovação de façanhas militares ou navais que não tenham imediatamente a ver com a defesa das nossas costas marítimas e do nosso solo». A secessão parecia estar escrita (5). Uma vaga de êxitos estadunidenses tardios sobreveio então, forçando Londres a pedir a paz. Graças à demora das comunicações nessa era pré-telegráfica, a última e mais espetacular vitória americana – a batalha de Nova Orleães – foi travada alguns dias depois de ter sido celebrada a paz. Um conflito civil

interamericano tinha sido evitado por um triz graças a uma guerra vitoriosa contra o inimigo comum britânico.

Por essa altura estava já em plena atividade o Congresso de Viena. Mesmo no topo da ordem

de trabalhos estava a contenção de um futuro expansionismo francês por meio de uma reorganização territorial – o secretário de Estado britânico para os Negócios Estrangeiros, o visconde de Castlereagh, sustentou que «para manter França na ordem precisamos de grandes massas (...) Prússia, Áustria e Rússia devem ser tão grandes e poderosas como nunca o foram», senão mais (6). O estabelecimento de um governo moderado em Paris também refrearia o aventureirismo francês. Não era menos urgente a questão de como lidar com a explosão do poderio russo, que tinha irrompido na Europa Central e Ocidental para consternação de todos (7). O novo papel do czar como árbitro da Europa foi espelhado numa gigantesca passagem em revista de uns 150 000 homens e 540 peças de artilharia que ele preparou na planície de Champagne, não longe de Paris, em princípios de setembro de 1815. Este espetáculo causou uma profunda impressão nos líderes aliados presentes, que incluíam o rei da Prússia, o imperador da Áustria e o duque de Wellington (8). Todas estas preocupações convergiram no que era a questão central em Viena: a «Questão Alemã». Em fevereiro de 1814 os aliados tinham-se comprometido com um quadro central europeu «composto de príncipes soberanos unidos por um laço federal que assegure e garanta a independência da Alemanha» (9). Oito meses depois Castlereagh acrescentou que a Alemanha devia constituir «um sistema intermédio entre Rússia e França» (10), que refrearia ambos os Estados sem os ameaçar. A Grã-Bretanha estava determinada a impedir a Rússia de preencher o vazio da Europa Central. Uma Polónia ressuscitada que fosse «realmente russa», avisava o irmão diplomata de Castlereagh, Charles Stewart, «avançaria a fronteira russa (...) quase até ao coração da Alemanha» (11). Ao mesmo tempo, o chanceler austríaco estava ansioso por impedir os prussianos de alcançarem a hegemonia na Alemanha e de se servirem de território em excesso, especialmente à custa da Saxónia, aliada derrotada de Napoleão, que era uma importante almofada entre as duas potências, e da Polónia. De modo que em fins de 1815 as grandes potências chegaram a um acordo destinado a manter os britânicos dentro, os russos de fora e os franceses sob controlo.

O Tratado de Viena forçou a França a devolver todas as terras adquiridas entre 1789 e 1792 e

a pagar uma indemnização incapacitante. A Polónia continuou repartida entre Rússia, Áustria e Prússia; parte da quota do czar foi transformada num reino com o seu próprio exército e parlamento. Alexandre I reteve a maior parte dos enormes ganhos das décadas anteriores, incluindo a Bessarábia, tirada à Turquia, e a Finlândia, cedida pelos suecos. Estocolmo foi compensada com território a ocidente. O tratado que pôs fim à guerra entre a Dinamarca e a Suécia em janeiro de 1814 já tinha decidido a luta pelo domínio na Escandinávia em favor da Suécia, que arrancou a Noruega à Dinamarca, privando-a assim de 40 % da sua população e de cerca de 85 % do seu território. O Piemonte-Sardenha reouve a Saboia de França e foi alargado com vista a bloquear os desígnios franceses quanto a Itália. A profundidade estratégica na península era fornecida pelos austríacos, a quem foram outorgadas a Lombardia e Veneza, a par da velha faixa costeira da República Veneziana na Dalmácia, bem como sucursais colaterais dos Habsburgos nos principados mais pequenos da Toscana, Módena e Parma. Era garantida à Suíça uma neutralidade perpétua dentro do seu sistema cantonal tradicional.

> As mudanças mais profundas, contudo, ocorreram nas terras do antigo Sacro Império Romano.

A Áustria cedeu a Bélgica à Holanda para formar o Reino Unido dos Países Baixos, destinado a ser um baluarte contra a expansão francesa nos Países Baixos; os territórios dispersos a ocidente conhecidos por «Áustria Anterior» foram também cedidos para sempre. As esperanças prussianas de arredondar as suas fronteiras com território vizinho foram em grande parte desiludidas; teve de se remediar com a metade norte da Saxónia, em vez de todo o reino. Em troca, foram outorgados à Prússia os enormes prémios da Renânia e da Vestefália com a expressa intenção, como disse Castlereagh, de a pôr «mais em contacto militar com França», com vista a «providenciar de facto contra as intenções sistemáticas de França de se apossar dos Países Baixos e dos territórios da margem esquerda do Reno» (12). Foi só com alguma dificuldade que Potsdam conseguiu evitar a oferta britânica de mais uma grande fatia do Sul da Bélgica. A miríade de principados mais pequenos que tinham sido tão característicos da política alemã antes dos anos 1790 não foi na sua maioria restaurada, enquanto a Baviera, Württenberg, Hanover e alguns estados sobreviveram à queda de Napoleão bastante aumentados. A Grã-Bretanha não teve grandes ganhos territoriais na Europa, embora retivesse as suas presas coloniais (incluindo o Ceilão e a Colónia do Cabo) e um certo número de bases, incluindo Malta; a união pessoal com Hanover foi restabelecida. Esta contenção foi deliberada. «A nossa reputação no continente como faceta da nossa força, poder e confiança», sustentou

Castlereagh em meados de abril de 1814, «é de maior importância real do que qualquer aquisição» (13). Manobrou esse estatuto para formar a Quádrupla Aliança de 1815 entre Rússia, Prússia, Áustria e Grã-Bretanha. O artigo 6.º deste acordo comprometia as partes a encontros regulares com vista a manter o equilíbrio de poder na Europa e outras matérias de premente preocupação comum. Este arranjo veio a ser conhecido como o «Sistema do Congresso».

> A determinação de Castlereagh em colaborar com as potências europeias, em vez de lhes ditar

condições, teve implicações na questão da escravatura. Os abolicionistas britânicos bombardearam o Congresso, incluindo o czar e o rei da Prússia, com pedidos de abolição do tráfico. A sugestão de Thomas Clarkson de que a Grã-Bretanha devia ceder a França «algum pequeno território na Alemanha» a fim de dourar a pílula do fim da sua exploração da escravatura foi rejeitada (14). Para grande fúria dos abolicionistas britânicos, o tratado final não estipulava o fim imediato e completo do tráfico internacional de escravos nem sequer – à falta disso – permitia à Grã-Bretanha anexar as colónias francesas com as quais era feito. «Éramos senhores da negociação», lamentou-se Lorde Grenvolle, um *Whig*, «nesta causa o exemplo da Grã-Bretanha era todo-poderoso (...) a sua determinação definitiva» (15). A maioria das potências europeias, incluindo muitas que se opunham à escravatura, temiam que a questão fosse realmente um disfarce para o domínio naval britânico e um pretexto para continuar com o direito de inspeção após o fim das hostilidades. A França, em particular, considerava o fim forçado do seu comércio de escravos uma insuportável humilhação nacional. Como solução de compromisso, o czar propôs uma liga marítima para acabar com o tráfico. Castlereagh, ansioso por não minar o estatuto interno do restaurado regime bourbon francês, não insistiu. No fim de contas, as potências acordaram uma declaração conjunta de que o comércio de escravos era «repugnante aos olhos dos princípios de humanidade e da moralidade universal». Isto era mera aspiração, de momento, mas as ramificações internacionais potencialmente enormes da questão já eram claras.

> O Acordo de Viena regulava não só as fronteiras como também a estrutura interna da nova

Europa. Tanto a Grã-Bretanha como as potências orientais rejeitavam o republicanismo em favor do «princípio monárquico», preferindo a primeira as monarquias constitucionais, insistindo as segundas em sistemas «corporativos» ou absolutistas. À «Polónia do Congresso» foi-

lhe dado um parlamento e uma constituição; muitos dos estados alemães do Sul e do Oeste, como a Baviera e Württemberg, conservaram ou foram-lhes outorgadas constituições; e na Prússia a promulgação de uma constituição foi muito discutida em 1814-15. Em França, os aliados restauraram a monarquia dos Bourbons, cuja autoridade era contrabalançada por uma carta de direitos e um parlamento eleito por um eleitorado muito restrito. A intenção era desarmar a tentação popular de qualquer aventureirismo militar, mas para jogar pelo seguro a legislação ficava sujeita a exame prévio dos governos aliados; exigiram mesmo ver de antemão uma cópia do discurso de abertura de Luís XVIII ao Parlamento. Foi instalado um exército de ocupação para manter debaixo de olho quaisquer resquícios de bonapartismo, para garantir que as reparações eram completamente pagas e para prestar assistência aos holandeses na proteção contra tentativas francesas de rever o Acordo de Viena (16). A intenção geral dos aliados era promover governos que fossem suficientemente robustos para resistirem a pressões revolucionárias de baixo e suficientemente eficazes para dissuadir agressores externos, mas não suficientemente fortes para ameaçar os seus vizinhos.

> No cerne desta nova ordem estava a Confederação Alemã – *Deutscher Bund* – que substituía o

defunto Sacro Império Romano. Era concebida para manter o equilíbrio europeu ao ser suficientemente forte para conter as ambições franco-russas, mas não suficientemente forte para ter ambições hegemónicas próprias. O preâmbulo da Lei Federal Alemã que a instituía apelava por conseguinte a uma «união forte e duradoura para a independência da Alemanha e a paz e o equilíbrio da Europa» (17). Era encarada como uma comunidade de partes bem como um todo; sacrificar qualquer dos estados por razões estratégicas era expressamente proibido. O artigo 11.º da Confederação obrigava os membros a prestarem assistência mútua no caso de uma invasão, a não celebrarem pazes separadas com o agressor e a não concluírem acordos que ameaçassem a integridade do *Bund*. Com este fim, a defesa da Alemanha era confiada a contingentes militares federais da Prússia, da Áustria e dos estados médios e mais pequenos, também conhecidos como Terceira Alemanha, e a um certo número de fortalezas «federais» no oeste: Mainz, Landau, Luxemburgo e, mais tarde, Rastatt e Ulm. A coordenação política havia de ser fornecida pela Dieta em Frankfurt, sob a presidência da Áustria. Ao mesmo tempo, o *Bund* ficava encarregado de manter o equilíbrio interno da Alemanha, tanto entre os Estados-membros como no interior destes (18). Isto era essencial para impedir que as potências estrangeiras fossem sugadas por quaisquer conflitos que se dessem ou explorassem

as querelas alemãs para ganharem vantagens unilaterais. Todo este arranjo era garantido pelas potências signatárias da Ata Final de Viena; na verdade, a constituição do *Bund* estava escrita nessa Ata Final, que se tornou assim um novo Tratado de Vestefália europeu (19).

> Tudo isto representava uma revolução geopolítica na Europa. A inexorável marcha setecentista

da Rússia para oeste continuava: a Polónia do Congresso continha uma perigosa saliência dentro da Prússia e do Império Habsburgo. A Dinamarca tinha sido destruída como potência báltica e escandinava; a sua atenção voltava-se de novo para sul. Mas a maior mudança fora na Alemanha. A Prússia, uma potência de orientação cada vez mais «oriental» ao longo dos cem anos anteriores, tornava-se agora guarda-portão em relação a França, a ocidente. A Áustria, durante séculos uma potência ocidental intimamente envolvida na política da Renânia, da Borgonha e dos Países Baixos, adquiria agora um enfoque em grande parte balcânico, leste-europeu e especialmente italiano (20). Havia também uma profunda transformação na maneira como as grandes potências conduziam os seus assuntos. Tinham aprendido as virtudes da cooperação e da contenção durante as últimas fases da guerra com Napoleão e esta cultura continuou a permear a sua diplomacia depois de 1815. Ao mesmo tempo, as grandes potências eram concordantes como nunca o tinham sido antes em que tudo o que se passava dentro dos Estados europeus – questões de escravatura, tolerância, opressão política e subversão radical – tinha profundas implicações para as relações entre Estados. Os cinquenta e tal anos que se seguiram ao Tratado de Viena são a história de como se desenrolaram essas contradições, de como os europeus desaprenderam o hábito do consenso, a diferentes velocidades e em tempos diferentes, com consequências que foram tão fatais para a estabilidade da Europa como conducentes à mudança política e social.

> Entretanto, em dezembro de 1814 o Tratado de Ghent pôs formalmente termo à guerra entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. As suas implicações não foram menos revolucionárias. Os Estados Unidos tinham sobrevivido à sua primeira prova de força importante com uma grande potência desde a independência. Ambas as partes concordaram em trabalhar pela abolição do comércio de escravos, embora a instituição da escravatura em si mesma não fosse agora posta em causa. A Grã-Bretanha devolvia o território em disputa à volta dos Grandes Lagos e prometia devolver os escravos que tinham fugido aos seus senhores americanos. Londres não cumpriu esta última cláusula, fazendo em vez disso um

substancial pagamento em dinheiro como compensação. As futuras linhas de batalha entre a Grã-Bretanha e a jovem república estavam agora claramente traçadas. As duas potências continuariam a manobrar para ganhar influência, em parte na América do Norte – onde a fronteira definitiva entre os Estados Unidos e o Canadá ainda não tinha sido claramente determinada – mas especialmente na América Central e do Sul e nas Caraíbas (21). O compromisso pan-europeu sobre a abolição do comércio de escravos assumido em Viena chocava diretamente com a crescente determinação dos Estados Unidos em excluir qualquer espécie de intervenção externa no hemisfério ocidental. As questões entrelaçadas da expansão territorial e da escravatura eram uma carga explosiva que levou os americanos a conflitos com a Europa em mais do que uma ocasião e em última instância os levou a entrar em guerra uns com os outros.

Com Napoleão posto a bom recato no Atlântico Sul, muitos governos europeus tentavam agora

encaixar os seus «dividendos da paz». Na Grã-Bretanha, o tradicional «Estado financeiro-militar» deu lugar ao «Estado *laissez-faire*» (22). Um Exército de 600 000 homens foi reduzido a cerca de 100 000, metade dos quais em serviço no ultramar. Isto era em parte guiado por considerações financeiras, mas refletia também uma mudança político-cultural. Em 1816, o jovem *Whig* Lorde John Russell falou contra as despesas no Exército com o argumento de que transformaria a Grã-Bretanha de «nação naval em nação militar e, em vez de continuar a ser uma poderosa ilha, num mesquinho Estado continental» (23). Na Prússia e na Áustria, os governos também procuravam fazer face às dívidas das Guerras Napoleónicas pela redução dos seus exércitos e da despesa do Estado em geral. Os Habsburgos queriam evitar a todo o custo terem de convocar uma Dieta húngara para angariar o dinheiro necessário para o Exército. Na Prússia, o rei quebrou a sua promessa de promulgar uma constituição e uma «representação nacional». Por outro lado, o governo prussiano admitia que não podia aumentar os impostos ou contrair novos empréstimos substanciais sem consultar a sua população, desistindo para todos os efeitos das suas ambições de grande potência. Por esta razão, a *Staatschuldengesetz* (Lei do Endividamento do Estado) de 1820 prometia não fazer nem uma coisa nem outra sem convocar uma representação geral do povo. Em 1823, como medida interina, Fredrico Guilheme III estabeleceu um sistema com base regional de assembleias dominadas pelos nobres, o *Provinziallandstände*. Eram corpos apenas consultivos, sem poderes fiscais, e durante os primeiros anos sofreram de apatia e baixa comparência. De momento, a ordem social e política nas monarquias de leste estava a salvo, mas só enquanto as evoluções no sistema de

Estados europeus não perturbassem esses frágeis equilíbrios internos.

> Do outro lado do Atlântico, os americanos seguiam de perto as evoluções europeias. O

«princípio monárquico» enunciado em Viena era visto como uma ameaça ideológica para a jovem república. Havia também dois problemas geopolíticos prementes que exigiam ação imediata. Os piratas da Berbéria tinham ressurgido durante a guerra com a Grã-Bretanha. De modo que em 1815 foi despachada uma frota americana para castigar Omar Paxá, de Argel, destruir-lhe a frota e ocupar o seu porto. Mais perto de casa, o vácuo criado pelo afrouxamento do domínio espanhol tornava urgente uma decisão sobre a Florida. O território em si mesmo era considerado quase sem valor, mas não podia consentir-se que «caísse nas mãos de um inimigo que possuísse superioridade nos mares», em especial nas da Grã-Bretanha. Isso deixaria a república cercada a norte e a sul. De modo que a Florida foi comprada aos espanhóis em 1819 e em 1820 a fronteira norte da União foi reforçada pela criação do estado do Maine (24). Tudo isto requereu uma considerável intervenção do Estado para equipar militarmente os Estados Unidos de modo a estarem precavidos contra qualquer interferência europeia e a tirar partido das oportunidades de expansão territorial. Em 1816, o Congresso aprovou uma lei de grande expansão naval destinada a remediar as deficiências que se tinham tornado evidentes durante a guerra de 1812. Mesmo Andrew Jackson, que é muitas vezes mitificado como um bravo individualista, não duvidou de que era necessária. Em março de 1817, criticou a «mania dos cortes» do Congresso, acusando-o de perder «de vista a segurança do nosso país em casa e o seu carácter lá fora». «Cada homem com a sua arma na mão», trovejou, «e nem toda a Europa junta nos pode fazer mal» (25). Foi a Europa, na verdade, a preocupação central de grande parte da presidência de Andrew Jackson: entre um terço e metade das suas mensagens anuais ao Congresso foram dedicadas aos assuntos estrangeiros (26).

> Os desafios ao acordo de 1814-15 não tardaram. O poderio francês reanimou-se rapidamente:

o Exército foi reconstituído, embora numa base muito mais reduzida. Em 1818 as reparações estavam pagas, o exército de ocupação foi retirado e foi introduzido o recrutamento obrigatório por sorteio. De momento, a intenção francesa era claramente defensiva. Nesse verão, reuniu-se uma comissão de defesa para discutir a ameaça à fronteira

leste de França e concluiu que só um programa em larga escala de expansão militar e construção de fortalezas podia garantir a sua segurança contra a Confederação Alemã. A Alemanha, na verdade, continuou a ser a principal preocupação dos planificadores franceses e do debate estratégico até à invasão prussiana de 1870 (27). De maneira semelhante, mau grado todas as suas preocupações imperiais, a primeira preocupação estratégica britânica nos cinquenta anos que se seguiram a 1815 continuava a ser a Europa: a segurança das lhas britânicas e especialmente a proteção da costa sul e de Londres contra uma invasão francesa (28). Havia também potências irrequietas a leste e a sul. O czar Alexandre I mostrou uma notável contenção após 1815 (29), mas a dimensão do poder russo continuava a inquietar os seus vizinhos, tanto mais que o grosso do seu Exército – mais de dois terços – estava estacionado na Polónia ou ao longo da fronteira ocidental. Em Itália, o alargado estado de Piemonte-Saboia procurava maneiras de se precaver contra a sua permanente vulnerabilidade. A melhor maneira de o conseguir, sustentava o diplomata saboiano Joseph de Maistre, era que a monarquia «abraçasse» e assim «sufocasse» as correntes nacionalistas revolucionárias da península. «O rei», de facto, «deveria tornar-se o primeiro dos italianos» (30). Estava em gestação uma nova geopolítica piemontesa, baseada na presunção de que os colchões necessários à segurança dinástica só poderiam ser conseguidos pela apropriação da causa nacional.

> A estabilidade europeia também foi desafiada pela emergência de críticas internas e

movimentos revolucionários a ambos os lados do Atlântico depois de 1815. A maior ameaça potencial veio do crescimento do revanchismo no Parlamento e na esfera pública de França. Cerca de 40 % dos deputados eleitos ao abrigo da carta constitucional introduzida pelos Bourbons em 1817 tinham sido bonapartistas durante os Cem Dias e até muitos monárquicos acreditavam apaixonadamente que a França devia ser o árbitro da Europa. Atacaram incessantemente o governo Bourbon pela sua tolerância da interferência aliada na política interna francesa, pela sua aquiescência aos injustos «tratados de 1815», por permitir o cerco de França por uma coligação hostil e, mais geralmente, pelo seu fracasso em articular uma visão da grandeza francesa. Os críticos exigiam, em particular, a devolução da Renânia e da Saboia, fronteiras naturais que podiam servir tanto de tampões como de canais através dos quais o poder francês poderia inundar Itália e a Alemanha à sua vontade. Essas tendências, por enquanto, eram mantidas em cheque pela repressão bourbon e pelo restrito corpo eleitoral de 100 000 eleitores; e o regime, de momento, resistia à tentação de compensar a sua impopularidade por uma política

externa aventureirista. Havia toda a probabilidade, porém, de que as crescentes pressões populares internas levassem a uma política de maior afirmação no exterior.

> Do outro lado do Reno decorria um debate semelhante. Também ali a nascente esfera pública

nacional e liberal estava profundamente insatisfeita com o acordo de Viena (31). Muitos críticos tinham querido a criação de um Estado-nação alemão segundo a linha francesa, que tivesse facilitado a implementação de reformas liberais e fosse suficientemente robusto para resistir à agressão exterior. Não tiveram nem uma coisa nem outra e estavam profundamente descontentes com os laços frouxos que a Confederação oferecia. No cerne desta crítica estava o medo permanente da França. «Nas flores-de-lis dos Bourbons», prevenia o veterano nacionalista Joseph Görres, «restam abelhas e vespas napoleónicas à procura de mel» (32). De momento, contudo, a frustração resultante virava-se para dentro, contra as barreiras internas à unidade alemã. A agitação liberal nacionalista depressa cresceu de umas poucas centenas de estudantes das irmandades duelistas para manifestações de massas como a *Wartburgfest*, realizada em 1817 para assinalar o tricentésimo aniversário da afixação das teses de Lutero. Em 1819 a questão atingiu um ponto crítico quando o agente russo e dramaturgo reacionário August von Kotzebue foi assassinado por um estudante radical. Temendo uma revolução iminente e ansioso por se adiantar a uma intervenção externa, Metternich persuadiu os prussianos a acordarem nesse mesmo ano os repressivos Decretos de Karlsbad. Ninguém sabia, no entanto, o que aconteceria quando a força do nacionalismo liberal alemão rompesse essas cadeias ou quando uma ou outra potência procurasse usar essa energia para os seus próprios fins.

> A sul dos Alpes, os nacionalistas liberais italianos também tomaram como alvo o Acordo de

Viena. Isto foi acompanhado pelo surto nacionalista cultural e patriótico do *Risorgimento* desencadeado pelos grandes sobressaltos sociais e administrativos do período Revolucionário e Napoleónico (33). Sociedades secretas ilegais como os *Carbonari* atacavam a dominação da Áustria e a subserviência aos seus ditames de dinastias locais repressivas. Acima de tudo, os críticos lamentavam a persistente fragmentação territorial de Itália e exigiam a unificação nacional. Isto refletia em parte um incipiente sentimento de identidade comum e em parte a crença de que os italianos teriam de se manter mais unidos se haviam de sobreviver num mundo cada vez mais predatório em que a

tendência era para formações estatais sempre maiores (34).

> Também na Rússia o descontentamento com a ordem estabelecida, e especialmente com a

política externa czarista, estava a despertar. Surgiu uma miríade de sociedades secretas e semissecretas, cujas fileiras se enchiam de oficiais desmobilizados. Tudo isto se alicerçava no desenvolvimento de um espaço público em que as questões políticas podiam ser debatidas: o primeiro quartel do século XIX assistiu à fundação na Rússia de mais de 120 revistas novas e o ritmo estava a aumentar a cada ano que passava. O principal pomo de discórdia era a Polónia, que alguns nacionalistas liberais – especialmente a «Sociedade Sulista» dos «Dezembristas», como mais tarde ficaram conhecidos, fundada em 1817 – viam como aliado potencial e outros olhavam com a mais profunda desconfiança. Quando Alexandre I proclamou o Reino da Polónia em maio de 1815 e se referiu ao possível futuro «engrandecimento interno» da nova entidade política, muitos interpretaram isto como um sinal de que os territórios perdidos para o império czarista em 1772 iam ser devolvidos. Os críticos também pensavam que ele não estava a fazer o suficiente em favor da causa Cristã Ortodoxa no Império Otomano.

> Foi contra este pano de fundo que uma série de crises revolucionárias eclodiram dos dois lados

do Atlântico. Em 1819, um antigo oficial russo, confidente czarista e patriota grego, Alexandre Ypsilanti, chefiou uma revolta contra o domínio otomano nas províncias do Danúbio da Moldávia e da Valáquia, que hoje fazem parte da Roménia. Por altura de 1821, a luta já tinha alastrado ao Peloponeso e à Grécia propriamente dita, e em janeiro do ano seguinte uma assembleia nacional grega elegeu um Presidente da República Helénica, acordou uma constituição e declarou a independência da «Nação grega». A Turquia reagiu com extrema brutalidade. O patriarca Gregorius V de Constantinopla foi enforcado em público e em 1822 os otomanos assassinaram ou deportaram toda a população da ilha de Quios. Entretanto, a Espanha defrontava movimentos independentistas na América (35). Para os espanhóis, incluindo os liberais, estas revoltas punham em perigo os planos que tinham de usar o império para recuperar a sua dimensão europeia ou, pelo menos, para lhes servir de apoio contra uma renovada agressão estrangeira. De modo que, em janeiro e fevereiro de 1820, o rei Fernando VII reuniu uma grande força para reconquistar Buenos Aires. Enquanto esperavam em Cádiz transporte para a América do Sul, alguns oficiais liberais rebelaram-se e

estabeleceram um governo constitucional. Uns meses depois, em julho de 1820, *Carbonari* e oficiais liberais do Sul de Itália conluiaram-se com outros oficiais liberais contra Fernando I de Nápoles e Sicília. Este foi forçado a adotar uma constituição segundo o modelo espanhol. Pouco depois o mesmo aconteceu em Portugal. Pela primavera do ano seguinte o espírito revolucionário já tinha viajado para norte. Em princípios de março de 1821, elementos do exército piemontês sublevaram-se e apelaram ao rei Vítor Emanuel I para que não só outorgasse uma constituição como também resgatasse Itália aos Habsburgos.

> Tudo isto foi acompanhado pelo surgimento de uma esfera pública liberal humanitária pan-

europeia, mais pronunciada na Grã-Bretanha, onde o movimento contra o comércio de escravos foi predominante. Em 1817, contudo, a causa sofreu um sério revés quando no julgamento do *Le Louis* os tribunais britânicos rejeitaram o direito da marinha real a deter, sem autorização para o fazer dos respetivos países, navios suspeitos de serem negreiros. «Abrir à força o caminho para a libertação de África espezinhando a independência de outros Estados», sustentava-se, era equivalente a «promover um grande princípio pela quebra de todos os outros grandes princípios que se interpõem no caminho da sua instituição». Por esta razão, o Governo britânico procurou construir um consenso diplomático em favor da abolição e evitar uma ação unilateral. Porém, mesmo quando esses acordos eram obtidos, o respeito pelas normas legais tornava difícil a sua execução; um vivaz comércio ilegal de escravos conduzido multiculturalmente continuou em todo o Atlântico durante os primeiros tempos do século 36 XIX (). Por esta razão, os ativistas e os seus simpatizantes parlamentares instavam constantemente os ministros a que usassem mais vigorosamente a marinha real contra os entrepostos de escravos da África Ocidental e os navios que transportavam a sua mercadoria humana para outro lado do Atlântico (37). Nos primeiros anos 1820, a geopolítica da empatia foi alargada aos gregos, cujas tribulações sensibilizaram os liberais e os românticos, em particular na Grã-Bretanha, na Rússia e nos Estados Unidos – muitas vezes por motivos muito diferentes –, mas também em grande parte da Europa Central e Ocidental. Houve apelos generalizados a uma intervenção que pusesse fim às atrocidades otomanas. Alguns, como o poeta britânico Byron, alistaram-se como voluntários para combater pela Grécia.

> As crises grega, latino-americana, espanhola e italiana atearam um debate que dominou a

diplomacia europeia – e muitas vezes as políticas internas – em princípios e meados dos anos 1820. A certo nível, a maior parte das grandes potências estava de acordo, na maioria das vezes, em que estas erupções eram expressão de um veio profundamente subversivo da sociedade europeia e continental que poderia desconjuntar a ordem estabelecida e o sistema de Estados. Metternich, em particular, estava obcecado pela ideia de uma conspiração revolucionária internacional orquestrada por um mítico *Comité Directeur* central. Chocado pelos acontecimentos de Espanha e Itália, Alexandre I, que antes se aproximara do liberalismo, veio a concordar com ele. Os prussianos, à época completamente subjugados por Metternich, tendiam a segui-lo em todas as grandes questões europeias (38). Em Paris, a monarquia francesa restaurada também se sentia profundamente incomodada com a atividade revolucionária, especialmente na Espanha e no Piemonte fronteiriços. A Grã-Bretanha era mais cautelosa quanto à interferência nos assuntos internos de uma potência estrangeira, mas até Castlereagh anunciava em janeiro de 1821 que «nenhum governo pode estar mais preparado do que está o Governo britânico para apoiar o direito a intervir de qualquer Estado ou Estados, onde a sua segurança imediata ou os seus interesses essenciais estejam a ser postos seriamente em perigo pelas atividades internas de outro Estado» (39). Não se opunha ao princípio da intervenção em si mesmo, apenas à sua exclusiva aplicação em apoio do interesse reacionário na Europa.

> Ao mesmo tempo, as grandes potências interpretaram as crises revolucionárias no contexto da

geopolítica pós-1815. Para a França, a intervenção em Espanha ou Itália forneceria um veículo para fugir aos constrangimentos do Acordo de Viena e para mobilizar a opinião pública interna a apoiar um regime impopular. Para a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos as erupções hispano-americanas eram uma oportunidade de expansão territorial e comercial. Para a Rússia, a revolta grega era uma oportunidade para retomar o persistente avanço para sul de Catarina, *a Grande*. Ao mesmo tempo, as potências europeias preocupavam-se em negar essas oportunidades aos seus rivais. A Rússia temia que algum rival pudesse estabelecer uma situação de monopólio no antigo império espanhol. Alexandre I chegou a especular que as revoltas fossem parte do desígnio de pôr «toda a riqueza das Américas à disposição da Grã-Bretanha» (40). Metternich, pelo seu lado, temia um avanço russo para os principados do Danúbio, que ainda mais cercaria o flanco sudeste do Império. Estava também muito mais preocupado com a penetração francesa em Itália do que com as revoluções em si mesmas. Por motivos similares, Metternich

era profundamente ambivalente acerca da intervenção francesa do outro lado dos Pirenéus e só a ideia de que Alexandre I levasse lá a cabo uma restauração da monarquia Bourbon enchia toda a gente de um horror ainda maior. Castlereagh avisava que um princípio universal de intervencionismo daria aos russos «um quase irresistível direito a marchar através dos territórios de todos os Estados confederados até ao mais distante ponto da Europa» (41). Muitas vezes, em suma, o temor de consentir a qualquer potência uma vantagem estratégica unilateral sobrepunha-se à posição ideológica comum contra as tendências revolucionárias.

> Em novembro de 1820, russos, prussianos e austríacos encontraram-se em Troppau e

acordaram que «Estados que tenham sofrido uma mudança de governo devida a uma revolução, cujos resultados ameacem outros Estados», precisavam de ser postos na linha outra vez «por meios pacíficos ou, se necessário, pelas armas». Nesta base, as potências tornaram a reunir-se em Laibach em 1821 para autorizar a intervenção austríaca em Nápoles e no Piemonte. Uma vez resolvidos os surtos revolucionários de Itália, convocou-se um novo congresso em Verona, aparentemente destinado a discutir a realização de reformas nas áreas pacificadas para impedir futuras erupções. A reunião, contudo, desde cedo se viu embrulhada num debate sobre o que fazer acerca da Grécia e especialmente de Espanha; os ânimos aqueceram, até porque os delegados franceses usaram a oportunidade para exigir a revisão da fronteira do Reno. Desta vez não se chegou a acordo e a intervenção francesa em Espanha, em abril de 1823, que esmagou a revolução e reinstaurou Fernando, foi uma ação unilateral que mereceu a desaprovação enérgica de Metternich. A grande questão latente nos congressos e durante o debate sobre a intervenção, e que ninguém queria discutir, era a Confederação Alemã. Castlereagh sustentou que «a segurança geral da Alemanha» era «inseparável» da da «Europa» no seu todo. Era intransigente, no entanto, quanto ao facto de a ameaça de revolução ter de ser «direta e iminente» bem como «de carácter militar, verdadeira e existente»; caso contrário, daria aos russos um pretexto para entrar na Alemanha (42). A mais robusta oposição ao princípio da intervenção, no entanto, veio do outro lado do Atlântico. A opinião pública e governamental via a Espanha e a Grécia, especialmente a primeira, como baluartes ideológicos contra o avanço do absolutismo europeu. A questão atingiu o seu ponto crítico quando França não só esmagou a Revolução espanhola, mas também se ofereceu para dar apoio naval ao transporte até ao outro lado do Atlântico dos príncipes Bourbons espanhol e francês para estabelecerem monarquias conservadoras no antigo império espanhol

em substituição dos radicais locais. John Quincy Adams desconfiava que as potências europeias tinham a intenção de «recolonizar» as terras espanholas e «[as] repartir entre si». Apresentava-se agora um panorama pavoroso: «A Rússia podia ficar com a Califórnia, o Peru [e] o Chile; França [podia ficar com] o México – onde sabemos que tem andado a intrigar para instalar uma monarquia sob um príncipe da casa dos Bourbons. E a Grã-Bretanha, como seu último recurso, se não conseguisse opor-se a este curso dos acontecimentos, ficaria pelo menos com a Ilha de Cuba como sua parte deste assalto. Qual seria então a nossa situação – com a Grã-Bretanha dona de Cuba e a França do México?» (43). Os Estados Unidos, por outras palavras, iam ficar cercados por potências europeias hostis.

Foi neste contexto que o presidente Monroe se dirigiu ao Congresso na sua famosa «Sétima

Mensagem Anual» em princípios de dezembro de 1823. Observou que a Europa era «um quarto do globo, com o qual temos um tão grande intercâmbio e do qual derivamos a nossa origem» e «de cujos acontecimentos temos sido espectadores tão ansiosos e interessados». Avisava que embora os Estados Unidos se tivessem comprometido a respeitar «as colónias existentes», «considerariam qualquer tentativa [das potências europeias] para alargar o seu sistema a qualquer porção deste hemisfério», pela opressão das novas repúblicas latino-americanas, «como perigosa para a nossa paz e a nossa segurança». Anunciava também sem ambiguidade que «os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumiram e mantêm, não podem por conseguinte ser considerados como objeto de uma futura colonização por quaisquer potências europeias». Por outras palavras, a Doutrina Monroe não refletia uma viragem para o isolacionismo hemisférico, mas sim a persistente crença americana de que os acontecimentos na Europa eram de profunda relevância para a segurança da República.

*

A turbulência internacional dos anos 1820 ressoava em toda a Europa. Os enormes custos da

intervenção em Itália forçaram os Habsburgos a convocar outra vez a Dieta húngara em 1825. Seguiu-se um impasse: os magiares, chefiados

por Istvan Széchenyi, não conseguiram que o húngaro fosse adotado como língua oficial, enquanto o Governo austríaco partia de mãos a abanar. Na Grã-Bretanha, a situação internacional – e especialmente o legado da luta contra Napoleão – moldou o debate sobre as reformas. Quando a emancipação dos católicos romanos foi finalmente aprovada em 1829, as alegações em seu favor deveram muito ao famoso discurso do duque de Wellington em que lembrou ao Parlamento que as suas vitórias não teriam sido possíveis sem o contributo dado pelos irlandeses católicos. O império czarista foi também abalado por perturbações internas acarretadas por fatores estratégicos. O «partido da guerra» na corte achava que Alexandre I não estava a fazer o suficiente para ajudar os seus irmãos gregos (44); o mesmo pensava a «União para a Salvação», uma organização liberal nacionalista clandestina. Enfurecidos pela falta de ação nos Balcãs e decididos a explorar o vazio de poder deixado pela morte de Alexandre I, em dezembro de 1925 os conspiradores lançaram a revolta fracassada de cujo mês tomaram depois o nome. Garantiram, contudo, que Nicolau I subisse ao trono com a consciência de que a grande estratégia russa teria doravante de levar em conta essas vozes.

> Foi este o contexto em que as potências europeias contemplaram a fase seguinte da crise

grega. Em fevereiro de 1825, frustrado pela persistente resistência dos helenos, o sultão apelou ao seu vassalo nominal egípcio, Mehmet Ali, para que abafasse o levantamento. Este concordou, em troca da promessa da Síria, e não tardou a que o seu poderoso exército estivesse a avançar inexoravelmente – e sangrentamente – pela Grécia fora. Os comités pró-gregos entregaram-se a uma furiosa campanha pela intervenção contra o sultão. O novo czar sentiu também a força do sentimento popular a respeito da Grécia. Em abril de 1826 concluiu com a Grã-Bretanha a Convenção de São Petersburgo, na qual as duas partes acordaram mediar na Grécia e renunciaram a quaisquer ganhos comerciais ou territoriais. Na Convenção de Ackerman, seis meses depois, Grã-Bretanha, França e Rússia acordaram ainda que a Grécia devia tornar-se um Estado vassalo semi-independente da Turquia. Tanto Paris como Londres esperavam que uma Grécia forte, longe de ser um agente do expansionismo czarista, funcionaria de facto como uma barreira a São Petersburgo; em qualquer caso, o primeiro-ministro britânico, o conde Grey, estava mais preocupado em manter os russos fora da Alemanha do que dos Balcãs. As preocupações humanitárias acerca das atrocidades turcas também desempenharam o seu papel (45). A intervenção inicial foi levada a cabo por uma força naval anglo-francesa, a qual – na sequência de um mal-entendido – foi completamente desfeita pela frota conjunta otomana e egípcia em

Navarino, em outubro de 1827. Mesmo no fim desse ano o sultão Mahmud II decidiu adiantar-se à coligação que se desenhava contra ele declarando uma *jihad* contra a Rússia. Depois de uma breve campanha os turcos foram obrigados a chegar a um acordo no Tratado de Adrianópole, em setembro de 1829. A Grécia tornou-se independente e a Valáquia e a Moldávia receberam a sua autonomia, enquanto a Rússia apenas conseguiu ganhos territoriais muito modestos no Cáucaso.

A controvérsia internacional sobre Espanha, Itália, Grécia e América Latina desviou

temporariamente as atenções da questão principal da política europeia: o futuro da Alemanha. Aqui, a Prússia contemplava com crescente preocupação o ressurgimento do poder francês nos anos 1820. Frustrado pelo que considerava a apatia austríaca, o novo ministro dos Estrangeiros prussiano, o conde Bernstorff, começou a cultivar os estados alemães médios e mais pequenos, muitos dos quais temiam uma renovada agressão francesa. No cerne da sua política mais agressiva esteve a criação de uma União Aduaneira, cujo objetivo primário era mais político e estratégico do que comercial (46). O ministro das Finanças prussiano, Friedrich von Motz, predisse que a «unidade política» seria «a consequência necessária da [união] comercial». O objetivo último, concluía ele, era uma «Alemanha unida, verdadeiramente livre interna e externamente, sob chefia e proteção prussianas». A ligação entre a unidade da Alemanha e a segurança da Prússia foi assim articulada pela primeira vez.

Do outro lado do Reno, os observadores franceses viam com inquietação o crescimento da

capacidade militar alemã. Havia muitas vozes dentro e especialmente fora do parlamento que chamavam à pedra o monarca e os seus ministros por não se apressarem mais em rever os odiados «tratados de 1815». Foi por esta razão que o rei Carlos X especulou que «talvez uma guerra contra a corte de Viena me fosse útil para pôr termo aos debates internos e ocupar a nação *en grand* como ela deseja» (47). Em vez de enfrentar os Habsburgos, o Governo francês preferiu atacar no Norte de África os debilitados otomanos. Em princípios de julho de 1830, apoderou-se da Argélia, em parte para eliminar os piratas da Berbéria de uma vez para sempre, em parte para preencher aquele vazio ameaçador no seu flanco meridional antes que fosse ocupado por outra potência, mas principalmente a fim de revitalizar a posição

do ministério junto da opinião popular. Era tarde demais. Mais adiante nesse mesmo mês, o ressentimento acumulado contra as políticas internas da monarquia restaurada e a sua incapacidade para recuperar o devido papel de França na Europa, explodiu numa revolução. A linha principal da Casa de Bourbon foi deposta e Louis-Philippe, duque de Orleães, ascendeu ao trono como «rei cidadão».

> Durante os dois anos seguintes espalhou-se por toda a Europa o descontentamento

revolucionário, em reação aos acontecimentos de França ou pelo menos em conjugação com eles. Em finais de agosto de 1830 os belgas revoltaram-se contra o rei Guilherme IV do Reino Unido dos Países Baixos e declararam a independência; o Luxemburgo também se revoltou e foi reivindicado pelos belgas, em desafio à Confederação Alemã. Três meses depois, os polacos sublevaram-se em Varsóvia contra o domínio russo. Os estados alemães na sua maioria permaneceram relativamente sossegados, mas houve erupções revolucionárias na Saxónia e em Brunswick. O princípio de 1831 assistiu a revoltas em Itália, em Parma e Módena. Entretanto, fervilhava a agitação interna na Grã-Bretanha ao mesmo tempo que cresciam as exigências de uma reforma dos direitos de voto. E em finais de 1831, Mehmet Ali – cujas relações com o Império Otomano tinham sido azedas desde a intervenção falhada na Grécia e a recusa de lhe outorgar a Síria como compensação – rompeu finalmente com o seu suserano e avançou sobre Constantinopla. Em dezembro de 1832, infligiu uma pesada derrota ao Exército turco na batalha de Konya. O czar Nicolau começou a temer que Mehmet Ali conquistasse toda a Turquia e chefiasse os Tártaros da Crimeia numa cruzada islâmica contra a Rússia. Do Atlântico ao Bósforo e mais além, a Europa estava num turbilhão.

> As implicações destes sobressaltos para a estabilidade europeia eram muito mais sérias do que

haviam sido nos anos 1820. Desta vez, a revolução tinha atingido a própria França e para reacionários empedernidos como Metternich as reverberações posteriores em todo o continente eram por demais numerosas, e aparentemente semelhantes, para serem inteiramente uma coincidência. Suspeitava, como já era o caso há muito tempo, que forças obscuras estavam a orquestrar na sombra a violência. «O comité diretor de Paris triunfará», profetizava Metternich a um diplomata russo em agosto de 1831, «e nenhum governo ficará de pé» (48). A principal ameaça ao sistema não era, contudo, ideológica, mas sim geopolítica. Havia todos os sinais de que o novo regime de Paris

prosseguiria a política externa ativista que os seus apoiantes exigiam. «O canhão de Paris», declamou o general Lamarque perante o parlamento francês, em meados de janeiro de 1831, «silenciou o canhão de Waterloo». Os radicais apelavam agora rotineiramente a uma guerra preventiva de libertação na Europa ou no mínimo uma cruzada para ajudar belgas, italianos e polacos. Isto refletia não apenas o simples desejo de espalhar a liberdade, mas a crença de que a Revolução Francesa só estaria segura se o resto da Europa também fosse «livre». Houve correrias de manifestantes pró-polacos nas ruas de Paris. Em janeiro de 1832, foram desembarcadas tropas em Ancona para manter debaixo de olho os movimentos das tropas austríacas nos Estados Papais. O mais preocupante de tudo, do ponto de vista do resto da Europa, eram as exigências de união com a Bélgica, que atingiram o auge quando os próprios belgas ofereceram a coroa ao filho mais novo de Louis-Philippe, o duque de Nemours, para substituir Guilherme.

> Em suma, as revoluções de 1830-32 feriram na Alemanha e nos Países Baixos o próprio

coração do sistema europeu de Estados. A união entre França e Bélgica destruiria a barreira erigida em 1815, exporia a ataques a costa sul de Inglaterra e abriria um rasgão na fronteira oeste da Confederação. Ao contrário dos recentes avanços czaristas, seria também um ganho territorial francês unilateral e suficientemente grande para desequilibrar a balança europeia. Qualquer ameaça interna ou externa ao *Bund* era uma ameaça mortal à estabilidade internacional e portanto à segurança britânica. «O nosso verdadeiro interesse na Alemanha», sustentava em setembro de 1832 o embaixador britânico na Áustria, «é que seja forte, unida, monárquica e federal, sob essas condições, incapaz ela própria de agressão e repelindo-a, venha do leste ou do oeste, torna-se a pedra angular da paz na Europa» (49). A unificação política exigida pelo movimento nacional alemão destruiria o equilíbrio do poder. Por esta razão, o embaixador britânico na Confederação alertava para a «extravagante doutrina da Unidade da Alemanha» (50). Parecia inevitável um conflito europeu. «Talvez [tudo] isto sejam sinais muito fortes de uma guerra geral», escreveu animadamente um jornal de esquerda parisiense em agosto de 1831, «mas a oposição não se importa com uma guerra geral» (51).

> Confrontadas com estes desafios, as grandes potências não iniciaram uma cruzada

contrarrevolucionária como tinham inicialmente sugerido tanto Metternich como Nicolau I. Em vez disso, concordaram em conter

França, não em esmagá-la; não interfeririam com a revolução, mas qualquer investida procedente do outro lado do Reno seria instantaneamente repelida. O futuro crucial da Bélgica foi estabelecido na Conferência de Londres, em dezembro de 1830. Ia ser separada da Holanda, mas só na condição de que fosse neutralizada e aceitasse um monarca incontroverso – isto é, não francês. Para acrescentar credibilidade à sua diplomacia, as forças austríacas abafaram as revoluções italianas, enquanto se reunia uma força confederada alemã muito maior, chefiada pelos prussianos, para conter França. As revoluções alemãs foram também rapidamente reprimidas. A Bélgica era mais complicada: Guilherme IV recusava-se a aceitar a perda da Bélgica e em princípios de agosto forças holandesas tentaram reconquistá-la. Isto proporcionou por sua vez a França um pretexto para intervir e sitiar os homens de Guilherme em Antuérpia, no meio de grande fanfarra patriótica e sob os olhares vigilantes da Grã-Bretanha, da Prússia, da Áustria e da Rússia. Levou até ao fim de 1832 para submeter os holandeses e garantir a integridade de um novo Estado belga neutralizado; as tropas francesas retiraram pouco depois. Entretanto, o czar reprimiu os polacos em setembro de 1831 e em fevereiro de 1833, a pedido do sultão, enviou tropas para os Estreitos, onde fizeram estacar Mehmet Ali. O resultante Tratado de Unkiar Skelessi, em julho de 1833, foi uma vitória clara para o czar. Deixava os Estreitos abertos aos navios russos em tempo de guerra, mas fechava-os aos de outras potências.

> Quando por fim o fumo da conflagração se tinha totalmente dissipado em 1833-34, foram

visíveis em todo o continente os contornos de uma nova geopolítica europeia. Assim, o Império Otomano estava transformado numa barreira maciça que defendia o flanco oriental da Rússia, com Constantinopla a funcionar como um portão para surtidas no Mediterrâneo. De momento, os russos exerceram comedidamente a sua influência recém-adquirida, em parte porque tinham interiorizado as regras do Sistema do Congressso e em parte porque temiam provocar uma coligação contra eles que procurasse contrabalançá-la. Quando uns anos depois Alexandre Menshikov apelou a novos avanços para sul, foi-lhe dito pelo ministro dos Estrangeiros, Charles de Nesselrode, que isso só serviria para levar os britânicos e os franceses a instalarem bases navais no mar Negro (52).

> O desafio liberal nacionalista tinha sido detido, mas não fora contido. A fundação formal da

Grécia pelo Tratado de Londres de 1830 marcava a emergência de

uma potência irrequieta no flanco ocidental do Império Otomano. A maior parte dos gregos, cerca de três quartos, ainda vivia fora das fronteiras do Estado, na Macedónia, na Tessália, nas ilhas, na Ásia Menor e, é claro, em Constantinopla. Uni-los todos tornou-se agora a «Grande ideia» – ou *Megale Idea* – da política externa grega e o tema de debate predominante na política interna grega dos noventa e tal anos seguintes; de facto, era o único princípio de unificação de uma sociedade em tudo o resto fragmentada. Uma questão mais imediata era o contínuo crescimento do nacionalismo italiano, refletido no movimento «Jovem Itália» comandado pelo liberal nacionalista Giuseppe Mazzini. Como ele disse nas suas «Instruções Gerais para os membros da Jovem Itália» (1831), a península precisava de unidade porque sem ela «não há verdadeira força; e Itália, rodeada como está por nações poderosas, unidas e cobiçosas, precisa antes de mais nada de força». Rejeitava o federalismo: «ao reduzi-la à impotência política da Suíça, iria necessariamente colocá-la sob a influência de uma das nações vizinhas». Mazzini integrou o seu programa para a unidade italiana numa visão mais ampla da unidade da Europa, que era «a grande missão que a Itália [estava] destinada a cumprir para com a humanidade». Sentia-se confiante na vitória final porque acreditava que «a Europa [estava] a atravessar uma série progressiva de transformações que [estavam] a guiar gradual e irresistivelmente a sociedade europeia para se tornar uma massa vasta e unida». Em abril de 1834, estes sentimentos encontraram expressão na fundação, em Berna, da «Jovem Europa» por delegados italianos, alemães e polacos. De momento, pelo menos, o grupo planeava evitar atividades conspiratórias e tencionava subverter a ordem estabelecida apenas pelo poder das ideias (53).

> O mais importante de tudo foi que as revoluções de 1830-32 aceleraram a transformação da

geopolítica alemã que começara em 1815. A Áustria mostrou-se demasiado preocupada com os acontecimentos de Itália para prestar atenção à defesa da Confederação em geral ou do Luxemburgo em particular. Os estados médios alemães, por seu lado, eram manifestamente incapazes de assegurar a sua própria segurança. A despesa militar anual da Baviera, por exemplo, tinha caído mais de um terço entre 1819 e 1830 (54). O primeiro-ministro bávaro, Karl August von Wangenheim, orgulhava-se mesmo de «fazer o mínimo» pela defesa comum. As fortalezas confederativas não tinham sido construídas ou estavam degradadas. Foi a Prússia, e não a Áustria, que defendeu a causa do Luxemburgo perante a tímida Dieta de Frankfurt. Fê-lo não apenas por um sentimento de patriotismo alemão, mas por causa da sua crescente convicção de que a segurança da Prússia no

sistema de Estados europeu dependia de mobilizar toda a Alemanha em favor da sua causa. Ao mesmo tempo, estava a instalar-se em Baden, Württemberg e até na Baviera a consciência de que só Berlim os podia defender contra França. «Não conheço uma Alemanha do Sul ou uma Alemanha do Norte», escreveu em março de 1831 o rei Luís da Baviera, «só a Alemanha. Estou convencido de que só encontraremos segurança numa firme associação com a Prússia». Não muito depois de amainarem as crises, a maior parte da Alemanha concordou em juntar-se à Prússia na famosa União Aduaneira – *Zollverein* – de 1833. O primeiro-ministro de Hesse-Darmstadt, Freiherr von Thil, foi bastante franco acerca das suas implicações políticas. «Não escondo o facto», escreveu, «de que uma vez ligados de maneira comercial a uma grande potência também lhe estaremos ligados num sentido político» (55).

> A crise revolucionária deu também ao sentimento liberal e nacionalista um impulso enorme.

Em 1832, foi criada a «associação patriótica alemã em apoio da liberdade de imprensa». Depressa dispôs de mais de 5000 membros em vários estados e nesse mesmo ano desempenhou um papel importante na organização do Festival de Hambach. Bastante mais de 20 000 alemães compareceram ali para manifestar o seu patriotismo. O sentimento liberal dentro e fora dos parlamentos do Sul da Alemanha, particularmente em áreas que confinavam diretamente com França, como Baden, começaram a voltar-se para a Prússia em matéria da sua segurança (56). O democrata palatino e súbdito alemão Johan Georg Wirth até apelou a uma liga dos estados constitucionais alemães a ser chefiada pela Prússia. Na própria Prússia, o liberal renano David Hansemann exigiu reformas constitucionais com vista a «manter e acrescentar o poder do Estado tanto internamente como a respeito das suas relações externas», em particular da contenção de França. Tinha nascido uma esfera pública nacional liberal alemã cuja principal preocupação era a consecução da unidade nacional contra a ameaça francesa (57). Esta ligação entre reforma política interna e defesa externa foi explicitada pelo príncipe Joseph zu Salm-Dick, delegado à Dieta provincial renana. «É precisamente a criação de uma representação unificada», escreveu ele ao Governador prussiano da Renânia em fins de janeiro de 1931, «o que vencerá diferenças daninhas [entre as várias regiões do Estado] e permitirá que as partes meramente agregadas da monarquia se dissolvam num todo unificado». Anotava também que «o poder de França e a influência que exerce sobre os seus vizinhos derivam das suas instituições liberais» e sustentava que «a Prússia pode reivindicar o mesmo poder e influência», mas apenas «pondo-se à cabeça» do movimento

constitucional (58).

> Os desenvolvimentos na Alemanha eram observados de perto a ocidente e a oriente. A

velocidade e dimensão da mobilização prussiana impressionavam profundamente os militares franceses. Daí que considerassem mais a Prússia do a que a Rússia como principal ameaça. Em termos mais gerais, a França temia a força do nacionalismo alemão. «Temos de ter o Tratado de Viena», observou em julho de 1832 o diplomata Adolphe de Bourqueney. «É a independência dos pequenos príncipes alemães que tem de ser o fundamento da nossa política na Alemanha. Fazei com os vossos súbditos o que quiserdes (...) não podemos consentir na desaparição de um único estado alemão, por pequeno que seja» (59). Os russos, por seu lado, viam a Áustria e a Prússia como um dique ou quebra-mar contra-revolucionário que deteria ou pelo menos faria abrandar as correntes subversivas antes que chegassem à Polónia e, em última instância, à própria Rússia. Foi com isto em mente que o czar fez pressão junto de Berlim para desautorizar os ministros que pretendiam cooperar com o nacionalismo liberal. Conseguiu o que queria depois da morte de Motz e da substituição de Bernstorff pelo conservador Friedrich Ancillon como ministro dos Estrangeiros em princípios dos anos 1830. Em 1833 as três potências do Leste juntaram-se em Münchengrätz para acordar uma política conjunta de estabilidade para a Europa Central e o Império Otomano baseada em princípios conservadores. Dois anos depois, Berlim e São Petersburgo publicitaram a sua solidariedade realizando manobras militares conjuntas na Polónia. A contrarrevolução estava a cerrar fileiras em toda a Europa.

> No Ocidente, as potências liberais e constitucionalistas foram rápidas a recolher a luva. A

política externa britânica, em particular, manifestava uma veia emancipatória e às vezes quase messiânica. Isto refletia um forte sentimento de que a paz europeia e a segurança da própria Grã-Bretanha dependiam, como disse o ministro dos Estrangeiros, Lorde Palmerston, da «manutenção das liberdades e independência de todas as outras nações». Na sua leitura, a sobrevivência da liberdade na Grã-Bretanha requeria a sua defesa em toda a Europa: os Estados constitucionais eram assim os seus «aliados naturais». Havia também um sentimento mais amplo de que a Grã-Bretanha devia, como sustentou Palmerston em agosto de 1832, «interferir pelo conselho e aviso amistosos», a fim de «manter as liberdades e independência de todas as outras nações» e assim «lançar o seu peso na balança de

qualquer povo que espontaneamente lute por (...) um governo racional e difundir a civilização pelo mundo fora» até tão longe e tão depressa quanto possível (60). Por outras palavras, a Grã-Bretanha não interferiria nos assuntos internos de outros países nem imporia os seus valores a populações que não o desejassem, mas prometia o seu apoio àqueles que estivessem dispostos a tomar a iniciativa – que «espontaneamente lute[m]» – pelos seus direitos liberais. Em termos globais, a principal frente de batalha era o tráfico internacional de escravos e, cada vez mais, a própria instituição da escravatura. Em 1833, a escravatura foi finalmente abolida em todo o Império Britânico, o que levou no ano seguinte à constituição de uma associação abolicionista francesa (61). Começava agora de um lado e outro do canal uma agitação franco-britânica contra o tráfico de escravos e tornava-se verdadeiramente possível um programa governamental conjunto para a sua erradicação. Isto abriu caminho a uma política mais robusta contra o tráfico internacional de escravos que a marinha real vinha combatendo com êxito relativo desde 1807 (62). Os Estados recém-independentes da América Central e do Sul tinham acabado de abolir a escravatura, enquanto a Grã-Bretanha forçara Madrid a renunciar à importação de escravos em 1820 e estava a aumentar a pressão sobre Espanha para abolir totalmente a escravatura em Cuba, única colónia de grande dimensão que lhe restava (63). Em 1835, Londres e Madrid concluíram um Tratado para limitar o comércio de escravos; de momento este acordo não era honrado do lado espanhol, mas era mais um passo na deslegitimação internacional do tráfico. A Sociedade Britânica e Estrangeira contra a Escravatura foi fundada em 1838 e dois anos mais tarde realizou-se em Londres a Convenção Mundial contra a Escravatura. Aumentaram as tensões com Portugal, cujos navios continuavam a transportar a lucrativa carga para o Brasil.

> Nos Estados Unidos, por outro lado, a questão da escravatura tornou-se cada vez mais

controversa na política interna e externa, no preciso momento em que a nova economia do algodão estava a arrancar no Sul (64). Em janeiro de 1820, o Compromisso do Missouri determinara que – com exceção do próprio estado do Missouri – não haveria escravatura a norte do paralelo 36o30', mas este acordo estava debaixo de fogo de ambos os lados dessa linha. William Lloyd Garrison fundou o seu jornal abolicionista, *The Liberator*, em 1831. A opinião pública nos Estados do Norte tornava-se cada vez mais radical na sua oposição, se não à escravatura no Sul, pelo menos à sua extensão para oeste. Os sulistas, pelo seu lado, olhavam com reservas não só a cena interna, mas também o panorama internacional. Mais a ocidente, a influência

francesa no México estava a crescer, refletida na sua ocupação temporária de Veracruz, com o fim ostensivo de impor o pagamento da dívida internacional do México; os franceses estavam ativos também na Califórnia. Era evidente que se os Estados Unidos não se mexessem para preencher o vazio existente a oeste e a sul outra potência o faria. E contudo, enquanto a escravatura dividisse Norte e Sul, não era possível um consenso interno sobre a expansão. A inexorável marcha dos Estados Unidos para o Oeste sofreu por conseguinte uma paragem de vinte anos.

> O principal enfoque da nova geopolítica, porém, era a Europa. Com governos liberais – mas

não radicais – em Paris a partir de 1830 e em Londres a partir de 1832, França e Grã-Bretanha estavam agora ideologicamente alinhadas. Em 1834, ambas as potências reagiram a Münchengrätz unindo-se à Espanha e ao Portugal liberais e constitucionalistas para formar a Quádrupla Aliança. «A Tripla Liga de governos despóticos», exultou Palmerston, «será agora contrabalançada por uma Quádrupla Aliança a ocidente». O continente estava agora dividido em dois campos ideologicamente opostos. Em tempos esperançada nas intenções de Alexandre I, a opinião liberal via o império czarista de Nicolau I como o baluarte da reação em toda a Europa. O escritor inglês Robert Bremner notou no fim da década que a edição europeia transbordava de livros que retratavam a Rússia como a «mais ilimitada, irresistível (...) mais temível e mais bem consolidada [potência] que alguma vez tenha ameaçado as liberdades e direitos do homem» (65).

> Esta guerra fria tinha o seu ponto mais quente na península Ibérica, principal campo de

batalha na confrontação entre ocidente e oriente. Portugal estava em convulsão com uma guerra civil desde finais dos anos 1820; a Espanha explodiu em 1833, quando a morte de Fernando levou a uma luta pela sucessão entre os liberais reinantes, que apoiavam a pequena rainha Isabel, e o tio dela, o conservador Don Carlos. As potências de Leste apoiavam os conservadores ibéricos com armas, dinheiro e ajuda diplomática. Os liberais espanhóis e portugueses, por seu lado, enviaram nada menos que seis pedidos de intervenção internacional na década e meia seguinte; Grã-Bretanha e França responderam com apoio naval, pressão diplomática e o empréstimo da Legião Estrangeira. O ministro do Interior francês, Adolphe Thiers, alegava que era do interesse nacional francês que o governo interno de Espanha correspondesse ao de França. Isto tornava imperativa a

defesa do liberalismo espanhol. Além disso, arguia Thiers, a lei da «vizinhança» – *voisinage* – dava a França o direito de intervir (66); era o mesmo argumento da *vicinage* que Burke avançara nos anos 1790. Para Palmerston, a primeira missão da sua «confederação ocidental» era a proteção do constitucionalismo na península Ibérica, que ele via como a primeira linha de defesa da liberdade mais próxima de casa.

> O consenso internacional liberal e ocidental começou a fragmentar-se em finais da década.

Sofreu crescentes ataques internos em ambos os países. Em França, uma esfera parlamentar e pública impaciente achava que não se estava a fazer o suficiente para ajudar a causa da liberdade no continente e – pois a seus olhos era a mesma coisa – para restabelecer a posição de França no sistema de Estados. Louis-Philippe era vituperado não só por causa da sua política cautelosa em relação a Espanha, mas também por ter tolerado a repressão militar austríaca dos tumultos da Cidade Livre de Cracóvia. Na Grã-Bretanha, o campo liberal estava dividido entre os intervencionistas palmerstonianos e os liberais económicos ortodoxos, seguidores de Cobden. Quebrando o consenso russófobo – que abrangia britânicos de toda a estirpe, mas em particular os liberais – Cobden rejeitava a intervenção («nada de política externa»). Cobden não só minimizava a ameaça czarista como também acreditava que uma política externa ativista requereria uma política interna de apoio que incluiria um grande exército permanente, um crescente aumento da dívida nacional, colónias e Leis dos Cereais [Corn Laws] destinadas a entrincheirar a supremacia aristocrática no Estado, na sociedade e nas forças armadas. Para ele, a revogação das Leis dos Cereais e a promoção do comércio livre internacional eram os instrumentos adequados a garantir o liberalismo internamente e, assim, a paz no exterior – e vice-versa (67).

> No fim de contas, foram os acontecimentos e não as opiniões que estilhaçaram a geopolítica

liberal dos anos 1830. Mesmo nos seus melhores tempos, França e Grã-Bretanha tinham tanto competido como cooperado na península Ibérica, no ultramar e noutros lugares. As suas relações tornaram-se turbulentas, porém, quando rebentou de novo a guerra entre Mehmet Ali e o Império Otomano. Em 1839, Mehmet declarou a independência do Egito, provocando uma desastrosa invasão por parte do sultão (68). Encorajados por França – cuja opinião pública considerava Mehmet um modernizador liberal – os egípcios penetraram profundamente no Império Otomano. No meio deste drama, rebentou uma outra crise em Damasco, de onde chegaram à Europa notícias de que judeus

importantes da cidade tinham sido condenados por assassinatos rituais com base em provas fornecidas pelo cônsul francês. A opinião pública liberal da Grã-Bretanha – já excitada por causa da escravatura – indignou-se com o tratamento dado aos judeus e membros proeminentes da campanha antiesclavagista, como Sir Thomas Fowell Buxton e o líder parlamentar irlandês Daniel O'Connell, aderiram à causa. Foi ainda mais importante que o Governo de Londres e políticos de quase todas as estirpes estivessem profundamente preocupados com a penetração francesa no Próximo Oriente. Também o estava Metternich e nesta matéria podia contar com o apoio diplomático prussiano. Os russos, nem é preciso dizê-lo, viam com horror a perspetiva de um modernizador dinâmico em Constantinopla apoiado pelos franceses. De modo que em meados de julho de 1840 as quatro potências acordaram escorar o Império Otomano e proteger os Estreitos de uma ocupação por terceiros. Em setembro de 1840 a marinha real foi enviada para o Líbano, onde desembarcou a norte de Beirute uma força de fuzileiros navais britânicos e austríacos, para forçar Mehmet a renunciar à Síria. Palmerston disse ao cônsul britânico que não deixasse qualquer dúvida a Mehmet Ali sobre «o extremo descrédito» que as barbaridades de Damasco «lançavam sobre a sua administração» (69). Confrontado com esta frente unida, Mehmet libertou os judeus e evacuou a Síria. Não foi a primeira vez na história europeia que o Ocidente produziu não só a doença como também a cura.

> Em França, a crise oriental detonou uma explosão popular e parlamentar. O entusiasmo por

Mehmet – que era visto não só como um modernizador, mas também como um russófobo e um opositor do «despotismo marítimo» britânico – estava em alta em 1839, de modo que em julho o Governo não teve dificuldade em angariar os fundos necessários para aumentar a frota no Mediterrâneo. O verdadeiro objetivo do exercício, porém, não era tanto a promoção da influência francesa no Médio Oriente como garantir uma moeda de troca que pudesse ser usada por progressos na fronteira do Reno. Contra este pano de fundo, não é muito surpreendente que a exclusão de França do acordo quadripartido de julho de 1840 sobre os Estreitos tenha tido em Paris o efeito de um raio. Imprensa, parlamento e opinião popular explodiram de indignação por essa humilhação. O escritor político francês Alexis de Tocqueville avisou que «não há qualquer governo, nenhuma dinastia sequer, que não se expusesse à sua própria destruição se desejasse persuadir o país a assistir impávido a isto» (70). As massas indignadas exigiam a guerra e uma reforma eleitoral; os desembarques de Beirute tinham provocado mais uma tentativa de assassinato contra o rei.

Thiers achava que a sua única opção era subir a parada e exigir como «compensação» pelo desapontamento de França no Próximo Oriente uma revisão da fronteira do Reno. Decorou o seu gabinete ostentatoriamente com mapas militares da Renânia, ameaçou os austríacos no seu «lado fraco» de Itália e, em geral, falou da perspetiva de uma guerra europeia de modo a manter satisfeita a opinião pública interna. «Prefiro cair nas margens do Reno ou do Danúbio», anunciou o duque d'Orléans, «do que numa sarjeta da *Rue* Saint Denis» (71). Por outras palavras, ou os franceses entravam em guerra com a Alemanha ou entravam em guerra uns com os outros.

> Do outro lado do Reno, a erupção francesa produziu uma reação correspondente. Um surto de

nacionalismo envolveu o país, especialmente no Sul e no Oeste, onde a perspetiva de uma segunda ocupação francesa numa mesma geração era desagradável. Uma vez mais, contudo, a deficiência dos arranjos defensivos confederais era posta cruelmente a nu. Em conjunto, Württemberg, Baden, Baviera e todos os outros estados médios e mais pequenos só conseguiam reunir uma fração das forças requeridas. Os austríacos, que sofriam com uma Dieta húngara renitente, envolvidos em Itália e com uma dívida incapacitante, também não estavam em condições de intervir. Foi a Prússia, uma vez mais, que se mostrou à altura do desafio e num período de tempo muito curto não só tinha posto em ordem as fortalezas confederais ocidentais como também mobilizara cerca de 200 000 homens. Louis-Philippe acabou por perder a coragem, Thiers demitiu-se, a França recuou e foi evitada a guerra.

> As crises da Europa de Leste e Central de 1839-40 desencadearam uma série de

transformações na política interna e externa europeia. Aceleraram a propensão da Terceira Alemanha para recorrer à Prússia para se proteger do revanchismo francês. Mesmo continuando a recusar teimosamente uma total subordinação militar a Berlim, os estados alemães mais pequenos foram obrigados a admitir que a noção de uma dissuasão militar independente era irrealista. Por cada passo atrás em direção a um passado particularista davam agora dois passos em frente rumo ao futuro prussiano. A Crise do Reno deu também um impulso poderoso à emergência de uma geopolítica alemã liberal nacionalista que transcendia as fronteiras dos estados. «O [Império] alemão tem de ser grande e forte», escreveu o liberal renano David Hansemann num memorando de 1840 que teve ampla difusão, «pois temos vizinhos perigosos». No leste, escreveu ele, jazia a Rússia, «o

Estado mais consistentemente expansionista desde os tempos romanos, que já tomou uma posição ameaçadora no coração da Prússia [isto é, na Polónia]» e que estava a ameaçar a Prússia Oriental. A ocidente jazia França, «um Estado que é perigoso por causa da sua coesão interna, da natureza belicosa e excitável dos seus habitantes e por causa da sua crença tenaz e infeliz na necessidade de mais cedo ou mais tarde controlar a fronteira do Reno». Incumbia por conseguinte à Prússia unir a Alemanha e salvá-la de ser «a arena de todas as grandes guerras europeias» (72). Opiniões semelhantes eram manifestadas pelos liberais de uma ponta à outra da Alemanha, incluindo mesmo o Sul. Os franceses tinham marcado um golo na própria baliza com consequências fatídicas. Metternich observou em novembro de 1840 que Thiers tinha precisado de «pouco tempo para levar a Alemanha ao lugar onde a tinha posto Napoleão com dez anos de opressão» (73).

> Como os seus antecessores monárquicos, os liberais nacionalistas alemães concordavam que a

estrutura interna devia refletir as necessidades da política externa. Ao contrário deles, porém, tomavam isto como equivalente à exigência de um governo constitucional. A Prússia, como notava Hansemann, era feita de províncias «muito dispersas». Faltava-lhe um patriotismo «correspondentemente vibrante, geral e nacional» que as mantivesse juntas; «só a liberdade», asseverava, «pode criar um tal patriotismo na Prússia». Os liberais nacionalistas alemães procuravam, por conseguinte, compensar a sua vulnerabilidade geopolítica entre leste e oeste através de um programa de reformas internas. «Se libertarmos e unificarmos a nação cá dentro», argumentava o liberal Robert Prutz, «fá-la-emos também grande e poderosa externamente». Os liberais queriam, em particular, canalizar o poder das classes médias: só a opinião pública, uma milícia popular e a «homogeneidade de princípios» podiam garantir a segurança; o poder monárquico tradicional já não era suficiente. Foi neste contexto que os liberais renovaram a sua exigência de uma «representação nacional» prussiana e, em última instância, alemã, como único veículo para mobilizar a nação contra os inimigos externos (74).

> Os acontecimentos de 1839-40 conduziram também a profundas mudanças geopolíticas nos

Balcãs. A Rússia tinha frustrado um golpe francês nos Estreitos, mas a Convenção de Londres entre Grã-Bretanha, Áustria, Prússia, França, Império Otomano e ela própria, que teve lugar no verão de 1841, foi em muitos aspetos uma derrota. Este acordo proibia expressamente a passagem nos Dardanelos e no Bósforo dos navios russos e dos de

todas as outras potências estrangeiras em tempo de paz. Ainda mais preocupante era a sensação de que o Império Otomano estava à beira do desmoronamento interno ou do desmembramento às mãos de Mehmet Ali e de outros potentados locais. Em janeiro de 1844, o czar levantou o problema numa visita a Londres e instou o Governo britânico a considerar como reagir se «circunstâncias imprevistas» levassem a um vazio de poder em Constantinopla (75). Em vez de se juntar à corrida pelos despojos do Império Otomano, a Grã-Bretanha tentou encorajar os esforços reformistas do sultão, na esperança de tornar a Turquia menos propensa a explosões internas e menos vulnerável a ataques externos. Era central para esta empresa a defesa dos direitos das minorias religiosas. Londres queria a transformação do Império Otomano, não para o humilhar ou dominar, mas para o fortalecer contra predadores externos e reduzir o perigo de agitação interna. «Não há razão» observou Palmerston a respeito das reformas *Tanzimat*, «para que [a Turquia] não se torne uma potência respeitável» (76). Estava-se a pedir-lhe que se juntasse ao Ocidente, não que se lhe submetesse.

> Foi do outro lado do Atlântico, no entanto, que o impacto de uma renovada geopolítica liberal

oeste-europeia foi mais agudamente sentido. Em 1839, o Governo francês anunciou a sua intenção de abolir a escravatura, o que finalmente fez seis anos depois (consentindo um período de transição nas suas colónias), apertando cada vez mais a rede em torno da escravatura e do comércio de escravos. Palmerston recusou-se a reconhecer o Estado independente do Texas – que se tinha separado do México – até este ter abjurado a escravatura em 1841. Em maio desse ano Palmerston indicou a sua intenção de pôr termo à sua longa campanha com um tratado entre as cinco grandes potências europeias. Os donos de escravos americanos observaram estas evoluções com inquietação crescente. Em agosto de 1843, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Abel P. Upshur, predisse que «a Inglaterra está determinada a abolir a escravatura em todo o continente e ilhas americanas» (77). Os estrategas sulistas cada vez mais tiravam a conclusão de que, para sobreviver, a escravatura teria de se expandir e para expandir o *lobby* da escravatura – longe de se barricar por trás do princípio dos «direitos dos Estados» – teria de conquistar o aparelho da política externa norte-americana, acabando com perto de duas décadas de relativa contenção estratégica. Assim, em 1844, o democrata do Tennessee James Polk foi eleito Presidente, com um programa de mais expansão territorial, depois de uma contenda eleitoral em que as relações com os Estados vizinhos e com as grandes potências e, mais geralmente, os acontecimentos da Europa tinham

tido lugar proeminente (78).

> Lá na Europa estavam a abrir-se dentro das sociedades europeias novas linhas de fractura

transnacionais e ideológicas. O Caso de Damasco e as explosões de sentimento antijudaico que o acompanharam na Europa Central e de Leste apressaram o crescimento de uma esfera pública judaica internacional a partir de 1840. «Não temos um país que seja nosso», disse o rabino Isaac Leeser a uma assembleia de judeus em Filadélfia, em agosto de 1840, «já não temos um governo unido à sombra do qual possamos viver em segurança» e, no entanto, «saudamos o israelita como irmão, tanto faz que o seu lar seja na zona tórrida ou onde os polos rodeiam a Terra» (79). Apoiados financeira e moralmente pela abastada diáspora de França e Grã-Bretanha, houve ativistas que começaram a tomar por alvo governos e organizações que prosseguiam políticas abertamente antissemitas. Assim, Moses Montefiore e o francês Adolphe Crémieux foram a Damasco exigir a libertação dos acusados, enquanto os Rothschilds intervinham em favor dos judeus ameaçados de expulsão da Zona de Assentamento dos judeus da Rússia. A Internacional Judaica terçou armas com alguns Estados, especialmente com o império czarista, mas a sua atividade incidia principalmente no inimigo transnacional, o catolicismo romano. A reação judaica também ajudou a criar, é claro, o próprio fenómeno que tentava combater. «A nacionalidade hebraica não morreu», troava em 1840 o jornal católico francês *Univers*. «Que relação religiosa existe entre os Talmudistas da Alsácia, de Colónia ou do Leste e os Senhores Rothschild e Crémieux». E falava a seguir de «um sentimento de unidade [que] liga os judeus uns aos outros e os faz agir como um só homem em todas as partes do mundo [de tal modo que] por meio do seu dinheiro podem, quando lhes convém, controlar quase toda a imprensa da Europa» (80). Foi este o paradoxo do internacionalismo judaico: fez subir o preço da discriminação, mas deixou os judeus do mundo inteiro mais vulneráveis à paranoia e à opressão.

> Este internacionalismo judaico era mais universalista do que nacionalmente seletivo. A maioria

dos judeus acreditava que a sua própria liberdade só seria possível como parte de um processo europeu mais amplo de emancipação social e política; ainda não se tinham apercebido de que também poderia libertar os antissemitas das restrições estatais ou que os seus próprios direitos nacionais teriam de ser assegurados à custa dos direitos alheios. Na própria véspera da partida de Montefiore para

Damasco, em 1840, ele anunciou que estava a reivindicar «os direitos da humanidade [inteira]», que era «ultrajada nas pessoas dos nossos irmãos perseguidos e sofredores». Montefiore explicava que a sua visita tinha, por conseguinte, um propósito muito mais vasto do que o de uma pura solidariedade judaica, que era o de «infundir nos governos do Oriente princípios de legislação mais esclarecidos (...) e em particular convencer esses governos a abolir o uso da tortura e estabelecer a supremacia da lei sobre um poder indefinido e arbitrário» (81). O propósito por trás destas iniciativas «humanitárias» não era colonizar os Estados em questão, mas torná-los lugares melhores para as suas populações e em última instância membros mais viáveis do sistema de Estados. Os anos 1840 marcaram também a emergência de uma geopolítica transnacional diferente que refletia as enormes mudanças sociais e económicas dos cinquenta e tal anos anteriores. A Grã-Bretanha já tinha assistido a uma «revolução industrial» e muitos outros Estados, particularmente no Ocidente, estavam à beira de lhe seguir o exemplo. Industrialização, urbanização, o *boom* dos caminhos-de-ferro, o crescimento da burguesia, a emergência das embrionárias «classes trabalhadoras» – eram tudo, em maior ou menor grau e a diferentes velocidades, evoluções pan-europeias. E também o eram a alienação, as manifestações operárias e o conflito de classes. Um jovem jornalista radical chamado Karl Marx observava tudo isto em princípios dos 1840. Vivia e escrevia na Renânia prussiana, uma área em rápida industrialização onde estavam a ser fabricados os primeiros comboios da Alemanha. Foi neste ambiente que começou a desenvolver a sua conceção materialista da história como um processo de conflito de classes baseado em interesses socioeconómicos. Em 1844 conheceu Friedrich Engels, que pensava como ele, e ambos começaram a escrever uma obra sobre *A ideologia alemã*. A única resposta ao injusto sistema capitalista predominante, argumentavam eles, era o «comunismo (...) um ideal ao qual a realidade [ia] ter de se ajustar». Isto só poderia realizar-se se os trabalhadores europeus reconhecessem que tinham mais em comum uns com os outros do que com os seus respetivos opressores. Em finais de setembro de 1845, um grupo de cartistas britânicos de esquerda, operários e artesãos alemães e vários outros revolucionários europeus reuniram-se em Londres para fundar os «Democratas Fraternais»; embora Marx e Engels não tenham estado presentes, foram decisivos na preparação do acontecimento. Nascera o internacionalismo socialista (82).

A cena internacional permaneceu relativamente estável até meados da década, mas de 1845

em diante foi um pandemónio. Em dezembro desse ano, confrontados com a ameaça da penetração britânica e francesa no México e o constante avanço do movimento contra o tráfico de escravos, os Estados Unidos anexaram o Texas como estado esclavagista. Fizeram-no em parte para se adiantarem a uma qualquer potência estrangeira e em parte porque o lóbi sulista precisava da extensão da escravatura a novos territórios a fim de manter a sua posição interna contra a ameaça abolicionista do Norte. Depressa as tensões fronteiriças escalaram até chegarem a uma guerra que o México perdeu decisivamente. A Europa estava a entrar também numa fase de severa agitação interna e de tensão internacional. Esta fase deu-se contra o pano de fundo da escalada de diferenças coloniais anglo-francesas e do medo de que o advento da máquina a vapor minasse a supremacia naval britânica; seguiu-se em 1844-45 o primeiro destes alarmes de invasão na costa sul. «O Canal já não é uma barreira», advertiu Palmerston na Câmara dos Comuns em junho de 1845. «A navegação a vapor tornou aquilo que antes era intransponível para uma força militar em nada mais do que um rio transponível por uma ponte de vapor» (83). Em 1846 a *entente* franco-britânica foi inutilizada por uma zanga a respeito do casamento da irmã mais nova da rainha Isabella II, de Espanha – e herdeira esperada –, com o filho de Louis-Philippe. Este golpe enfureceu Londres, que tinha esperado que ela desposasse um primo do Príncipe Alberto. A Grã-Bretanha foi abalada por mais um alarme de invasão que durou até 1847. Por volta da mesma altura, uma revolta polaca na Galícia dos Habsburgos foi dominada pelas autoridades austríacas com alguma dificuldade e considerável derramamento de sangue. Os acontecimentos verdadeiramente importantes, porém, deram-se na Alemanha*. Em princípios de agosto, o rei Cristiano VIII da Dinamarca publicou uma «carta aberta» em que declarava que os ducados de Schleswig e Holstein eram parte integrante da monarquia dinamarquesa. Isto era uma afronta não só à Confederação Alemã, de que o Holstein fazia parte, mas também ao movimento nacional alemão, que reivindicava ambos os ducados para o seu planeado Estado alemão unido.

> Estes acontecimentos interagiram com os discursos geopolíticos no interior dos Estados

europeus. O susto da invasão francesa motivou um debate sobre a prontidão militar britânica, que na opinião geral estava a declinar desde 1815 e decaíra a pique durante os anos 1840. O governo de Londres respondeu inovadoramente a este desafio, abraçando o apelo de Cobden à paz internacional através da liberdade de comércio. Vista muitas vezes como um reflexo das mudanças na sociedade britânica, a abolição das Leis dos Cereais em 1846 tinha de facto as suas raízes na

política externa. Esperava-se que não só destruísse as bases internas do militarismo britânico ao esmagar o poder dos latifundiários, mas que também ligasse os Estados comercialmente através do que hoje chamaríamos «interdependência», tornando assim a guerra praticamente impossível. O livre comércio, predizia Cobden, inauguraria «a maior revolução que alguma vez aconteceu na história do mundo», destruiria «o antagonismo de raça, credo e língua» e tornaria supérfluos os «impérios grandes e poderosos (...) os exércitos gigantescos e as grandes marinhas de guerra» (84). Em França, o persistente fracasso do regime orleanista em derrubar ou pelo menos rever o Acordo de Viena levou a uma crise terminal de legitimidade. «É acima de tudo a desconfiança causada pelo tratamento da questão estrangeira pelo governo», observou em 1840 o socialista Étienne Cabet, «que nos faz desejar tão fortemente o reinado da democracia: é esta a principal causa das nossas agitações internas» (85). A resultante tensão entre a administração, o eleitorado pequeno e em grande parte pacifista e o muito maior grupo de falcões nacionalistas republicanos começou a dilacerar o país. A política externa figurou proeminentemente na campanha eleitoral de 1846, que mobilizou muito mais gente do que aqueles que podiam na prática votar.

> Do outro lado do Reno, a opinião pública alemã teve uma explosão de fúria acerca do

Schleswig-Holstein. A Confederação meteu os pés pelas mãos; Metternich permaneceu conscienciosamente inativo. Em Baden, o radical Friedrich Hecker ameaçou enviar voluntários para os ducados se a Confederação e os príncipes se recusassem a agir. Todos os olhos se viraram agora para Berlim. «A Prússia tem de se pôr à cabeça da Alemanha», sustentou o historiador liberal de Heidelberg G. G. Gervinus. «Isto requer três coisas», continuava, «a Prússia tem de promulgar uma constituição, deve permitir a liberdade de imprensa e tem de tentar uma política externa vigorosa» (86). Depois de um prolongado período de hesitação, Berlim foi obrigada a admitir que a posição geopolítica exposta da Prússia entre ocidente e oriente requeria uma mobilização militar e logística que só uma maior participação política podia garantir. Isto não era possível, contudo, porque criar novos impostos ou contrair novos empréstimos substanciais exigia o consentimento de uma representação nacional, coisa que o rei e os conservadores queriam desesperadamente evitar. A questão agudizou-se após o outono de 1845, quando o governo francês começou a construir uma rede de caminhos-de-ferro estratégicos que ameaçava a fronteira oeste da Confederação. Quando, em abril de 1846, uma comissão federal sublinhou a necessidade de um equivalente sistema ferroviário estratégico alemão, a questão já

não podia ser adiada.

> Uma vez mais, a Confederação vacilou. A Áustria, preocupada pela escalada de violência em

Itália, não fez nada; os estados do Sul da Alemanha não conseguiram sequer chegar a acordo sobre a bitola de uma rede ferroviária integrada. Se a Alemanha havia de ter um sistema de caminhos-de-ferro estratégicos, a Prússia teria de agir sozinha ou, pelo menos, tomar a iniciativa. Afim de o fazer, porém, teria de se submeter a uma reforma de fundo da sua economia política. A única maneira de sair do seu impasse político-fiscal era convocar uma representação nacional que sancionasse a tributação extraordinária necessária à construção da rede ferroviária. De modo que, em 1846, Frederico Guilherme finalmente o assumiu e convocou a reunião de uma Dieta Unida para o ano seguinte. Quando esta reuniu no verão de 1847, proporcionou um foro nacional em que se puderam manifestar as queixas liberais. Esta crescente confiança e o crescente ativismo da esfera pública liberal nacionalista encontraram expressão na fundação do *Deutsche Zeitung*, em maio de 1847. O seu programa constava de três exigências principais: uma posição competitiva para os produtos alemães nos mercados estrangeiros, o fim da dependência diplomática da Rússia e uma política externa «alemã» ativa na prossecução da unidade política; as três deviam ser realizadas por meio de uma aliança entre o Estado prussiano e o movimento nacionalista.

> O ajudante-geral prussiano Ludwig von Thile satisfez a meias estas preocupações no seu

discurso de abertura à Dieta. A Prússia, sustentou, era «chamada pela sua localização geográfica a ser o paladino da Alemanha», porque as suas «terras são em toda a parte a vanguarda da Alemanha e os inimigos têm primeiro de passar por cima dos nossos corpos antes de penetrarem mais profundamente na Alemanha» (87). Com este fim, argumentava o governo, um ferrocarril que ligasse as duas metades da monarquia não só era comercialmente desejável como também estrategicamente vital. A maioria dos delegados, na sua maior parte liberais, concordava com esta análise. «Se os nossos irmãos não puderem acorrer em nossa ajuda», observou um deles, «seremos certamente (...) inundados por cossacos, calmucos e quirguizes» (88). Duvidavam, todavia, de que o governo tivesse coluna vertebral para satisfazer as exigências nacionalistas. Esta preocupação combinava-se com a sua determinação em usar o embaraço financeiro da monarquia para promover a mudança constitucional. A Dieta Unida recusou-se a votar os fundos para o *Ostbahn* de Frederico Guilherme enquanto ele

não concordasse no estabelecimento de uma representação nacional permanente para toda a monarquia. Forçaram-no a concordar com várias outras reformas, como a extensão a todas as províncias da emancipação dos judeus. Pouco depois, Hansemann exigiu a intervenção da Prússia em apoio do interesse alemão no Schleswig-Holstein. Entretanto, no Centro e no Sul da Alemanha reuniram-se delegados dos membros das assembleias representativas para debaterem a melhor maneira de alcançar a unificação nacional bem como as reformas sociais e constitucionais.

> Na Áustria, Metternich, enfrentava um bloqueio político-fiscal. Eram necessárias verbas

avultadas para financiar o programa de construção de caminhos-de-ferro iniciado em 1842 e para manter em respeito os revolucionários de Itália. Estas não se podiam ir buscar à Hungria, onde estava emergir uma nova liderança radical chefiada por Lazlo Kossuth. Aumentar ainda mais os impostos nalguns dos outros territórios era correr o risco de provocar agitação a não ser que esse aumento fosse acompanhado de concessões constitucionais obnóxias. A única alternativa, contrair empréstimos nos mercados financeiros internacionais, dependia da manutenção da credibilidade dos Habsburgos tanto dentro como fora do país. Pois quando o sindicato de Viena concordou em adiantar créditos substanciais ao governo, só o fez na condição de que a cotação das obrigações do Estado não caísse abaixo do par. Para completar o quadro, a oposição triunfou nas eleições para o Parlamento húngaro. Em finais dos anos 1840, por conseguinte, o Estado austríaco viu-se lentamente sufocado pelo mesmo torno político-fiscal que tinha destruído o *ancien régime* francês em 1787-8. Alguma coisa ia ter de ceder.

> O momento da verdade na Europa Central e Ocidental chegou por via de duas crises

interligadas. Em 1845-6 tinha havido uma colheita fraca em muitos países europeus. Os artesãos empobrecidos tornaram-se progressivamente mais impacientes. Um estrangulamento coletivo do crédito, o desemprego galopante e taxas de juro a aumentar – em muitos aspetos, a primeira crise do sistema capitalista – somaram-se aos outros infortúnios do governo em 1847. Mas o *coup de grâce* na ordem estabelecida foi dado, contudo, pelo fracasso da sua política externa. A última gota foi a crise suíça de 1847, desencadeada pela vitória dos cantões liberais protestantes, chefiados por Berna, sobre os cantões católicos conservadores do *Sonderbund*, mais pequenos. Segundo o Acordo de Viena, as grandes potências eram garantes da

constituição e havia toda a probabilidade de que a Áustria, que simpatizava com os conservadores, e a França, que apoiava os liberais, depressa se vissem empenhadas numa luta diplomática e ideológica por procuração. O que estava aqui em jogo não era tanto a Suíça como a estabilidade da Alemanha e todo o sistema europeu. Metternich temia que a vitória liberal atuasse como um íman para as tendências revolucionárias do Sul da Alemanha, onde eram seguidos de perto os acontecimentos da Suíça. Na verdade, os liberais alemães lançaram uma campanha maciça de petições em apoio dos liberais suíços; impressionava-os particularmente a atuação da milícia liberal, que desejavam adotar para si próprios. Metternich não conseguiu, no entanto, impor a sua vontade à Suíça, até porque não tinha recursos financeiros para tanto. Em conjunto, as crises socioeconómica e político-diplomática de finais de 1847 destruíram rapidamente a legitimidade que restava e, assim, a credibilidade financeira do *ancien régime* em França, na Áustria e na Prússia. François Guizot, primeiro-ministro francês, estava nas últimas. A ansiedade acerca do crescimento do poderio da Prússia e da segurança da fronteira leste vinha a crescer desde meados dos anos 1840 e a administração estava também debaixo de fogo cerrado dos radicais por ter aquiescido à anexação de Cracóvia e abandonado os nacionalistas italianos. No parlamento, Victor Hugo exaltava Napoleão e condenava o materialismo. Organizavam-se em toda a Paris os «*banquets*» – na realidade, manifestações da oposição que juntavam até 20 000 pessoas – para exigir direitos de voto mais amplos e uma política externa mais ativa para desfazer os tratados de 1815 e apoiar os revolucionários nacionalistas em Itália, na Polónia e na Alemanha. Na Áustria, Metternich – que estivera tão decidido a aprender com os erros alheios – viu-se ele mesmo preso num círculo vicioso cada vez mais apertado de confrontação na política externa, de agitação interna e de constrangimento financeiro. Em princípios de março de 1848, enquanto as obrigações do Estado caíam a pique, os bancos finalmente fecharam a torneira. O Governo foi forçado a convocar os estados para sair do pântano financeiro. Como na França de 1789, o vigor da ordem estabelecida tinha sido completamente erodido pela acutilante crítica da política fiscal e externa por parte de uma vibrante esfera pública muito antes de que os primeiros manifestantes saíssem para a rua em Paris, Viena ou Berlim. «O governo não foi derrubado», observou Tocqueville, «consentiram-lhe que caísse».

> O vírus revolucionário atacou primeiro o ponto mais fraco da velha ordem: Palermo (89).

Alastrou rapidamente da Sicília para o continente e muito depressa o rei de Nápoles e Sicília foi forçado a outorgar uma constituição. Os

senhores do Piemonte e da Toscana, procurando impedir revoluções nos seus territórios, seguiram-lhe o exemplo. Estes acontecimentos não foram suficientes, contudo, para provocar um levantamento europeu. A revolução de Paris, que rebentou em fevereiro, foi outra coisa. A fuga de Louis-Philippe, a proclamação da república e a emergência de uma coligação de radicais, socialistas e moderados eram um profundo desafio a todo o Acordo de Viena. Houve imediatamente um alarme de guerra no Sul e no Oeste da Alemanha, especialmente em Baden e na Província do Reno prussiana, onde se esperou um iminente ataque francês e onde o persistente fracasso das autoridades em providenciar a defesa comum minou ainda mais a sua legitimidade. Em Itália, os revolucionários tomaram o poder em Veneza e Milão, as forças dos Habsburgos retiraram para uma rede de fortalezas; mais adiante nesse mesmo ano tomaram também Roma. Por volta da mesma altura, os revolucionários tomaram o controlo de Berlim e obrigaram o rei a aceitar uma constituição e a subscrever a unificação da Alemanha. Liberais e nacionalistas também arrebataram o poder no Schleswig-Holstein, em Baden, na Baviera e em vários outros territórios alemães. No Império Habsburgo, insurretos liberais forçaram Metternich a exilar-se e formaram um governo de coligação com conservadores de Viena. Liberais e nacionalistas também tomaram conta de Hungria, Praga e Cracóvia. Tudo isto representava já um enorme desafio ideológico ao Acordo de Viena, mas era o potencial impacto geopolítico da tomada do poder pelos revolucionários que mais preocupava as duas restantes grandes potências, Grã-Bretanha e Rússia. O programa de política externa liberal nacionalista em França, na Alemanha e em Itália era na prática uma declaração de guerra permanente contra a Europa conservadora. Parecia de prever uma cruzada para libertar os polacos e os italianos, para unificar os alemães e, em geral, fazer recuar o despotismo czarista. Uma intervenção para apoiar os revolucionários italianos estava logo no topo da lista das exigências radicais de Paris. O novo governo liberal prussiano enviou tropas para apoiar os nacionalistas alemães no Schleswig-Holstein contra os dinamarqueses. Considerava abertamente a guerra com a Rússia em defesa dos polacos. Em Itália, os revolucionários procuravam não só a criação de um Estado unitário, mas também a exportação dos seus princípios. «O fim que persigo», anunciou Mazzini, «é a unidade italiana, concentrando na Roma do povo o pensamento italiano e irradiando dali para toda a Europa» (90). A sua agenda revolucionária coincidia – em parte – com a do governante piemontês, Carlos Alberto, que estava a procurar expandir-se à custa dos Habsburgos. Apelando ao sentimento nacional italiano, prometia «fazê-lo sozinho» e atacava os austríacos, ameaçando derrubar o equilíbrio cuidadosamente arquitetado na península. A

proliferação de revoltas nacionalistas dentro do Império Habsburgo também tinha profundas implicações para o sistema europeu porque pareciam pressagiar a derrocada da Áustria como grande potência.

> Havia muito de impraticável e utópico na visão liberal nacionalista, mas fundava-se também

num sentido agudo das prioridades estratégicas. O principal inimigo em França e na Alemanha não era o Império Habsburgo, mas o colosso czarista, que era visto como o prestamista de último recurso da reação. Nem sequer o mais otimista dos radicais pensava que pudesse ser destruído; tinha de ser contido. Neste ponto, de facto, os franceses favoreciam uma federação alemã que bloqueasse a Rússia – o ministro dos Estrangeiros, Édouard Drouyn de Lhuys, apelava a um pacto fraternal franco-alemão para reconstruir uma Polónia «livre e independente» como almofada a leste (91). Também queriam manter a Áustria tão forte quanto possível pela mesma razão. Com esse intuito, o novo primeiro-ministro francês, Alphonse de Lamartine, propunha compensar os Habsburgos pela perda de Itália com principados do Danúbio. Em julho de 1848, o ministro dos Estrangeiros francês, Jules Bastide, explicou que uma Áustria expandida serviria como «uma barreira entre a Rússia e o domínio completo da Europa de Leste» (92). Paris procurou fazer a quadratura destes círculos nacionais e estratégicos recomendando uma «federação danubiana». Na mesma linha, os nacionalistas liberais alemães reunidos em Frankfurt olhavam para uma Polónia restaurada como o baluarte do liberalismo europeu contra o despotismo czarista.

> Os desacordos sobre política externa radicalizaram as revoluções. Isto era particularmente o

caso em França, onde as irritações com a política cautelosa de Lamartine depressa vieram à tona. Em meados de maio de 1848, a Assembleia Constituinte foi invadida por manifestantes de esquerda apelando – em vão – a que fosse enviado para a Alemanha um exército que dissuadisse a Prússia e ajudasse os polacos, tudo financiado por um imposto sobre os ricos. Não muito depois, Louis Napoléon, sobrinho de Napoleão Bonaparte, foi eleito para a Assembleia Nacional e em dezembro ganhou a presidência esmagadoramente. Foi um voto pela revisão do Acordo de Viena, senão imediata mas certamente urgente. «O nome de Napoleão», gabou-se ele próprio um ano depois, «é um programa em si mesmo» (93), uma clara piscadela de olho a uma agenda territorialmente revisionista. Ao receber as notícias da eleição, Frederico Guilherme IV da Prússia disse a um grupo de parlamentares alemães que «Como podem ver a Alemanha

está ameaçada no Reno. Espero que quando chamar às armas o meu povo ele se mostrará digno dos seus antepassados e protegerá gloriosamente as suas fronteiras como em 1813»; apelou mesmo para que se levantasse uma «cortina de bronze» (*mur d'airain*) contra França, a ocidente (94). No curto prazo, contudo, Louis Napoléon contentou-se em enviar uma expedição a Roma em abril de 1849, de forma a impedir um ataque austríaco à República Romana. Restaurou o Papa, em parte para apaziguar a opinião católica dentro de casa, mas principalmente para reafirmar o seu poder na península e assim mobilizar mais geralmente o público por trás do novo regime.

> As revoluções também testemunharam a articulação de uma geopolítica ainda mais radical.

Em finais de janeiro de 1848, a Liga dos Comunistas reagiu às notícias de revolução em Nápoles e na Sicília com o pedido a Karl Marx e Friedrich Engels para que acelerassem a sua planeada declaração programática. O resultado, depois de uma correria louca, foi o *Manifesto Comunista*, que saiu em fevereiro, o mesmo mês em que Paris explodiu. «Um espectro paira sobre a Europa», anunciavam os autores, «o espectro do comunismo». Existia, sustentavam eles, porque «já é reconhecido por todas as potências europeias como uma potência também». Ao contrário de todos os outros partidos operários ou socialistas, afirmavam Marx e Engels, os comunistas «sublinham e trazem para primeiro plano o interesse comum de todo o proletariado, independentemente de qualquer nacionalidade». De facto, continuavam eles, «os trabalhadores não têm pátria ... [porque] as diferenças e antagonismos entre povos [estavam] dia após dia a desvanecer-se, devido ao desenvolvimento da burguesia, à liberdade de comércio, ao mercado mundial, à uniformização do modo de produção e às condições de vida que lhes correspondem». Neste mundo interligado a única resposta era uma nova geopolítica que contrapusesse o interesse comum dos explorados aos seus opressores. Tornaria supérfluo o conflito entre Estados e nações porque «na proporção em que se ponha termo à exploração de um indivíduo por outro também por-se-á termo à exploração de uma nação por outra» (95).

> Tudo isto apresentava um gigantesco desafio à Grã-Bretanha e à Rússia. Os planos liberais e

socialistas para a reconstituição da Polónia ameaçavam o próprio cerne do império czarista. «A Polónia tal como é entendida pelos polacos», avisava o diplomata russo barão Peter von Meyendorff em março de 1848, «estende-se até à foz do Vístula e do Duna, bem como

ao Dniepr em Kiev e Smolensk». «Uma tal Polónia», continuava, «entra na Rússia como uma cunha, destrói a sua unidade política e geográfica, lança-a de volta para a Ásia [e] fá-la andar para trás duzentos anos». Pôr cobro a isto, concluía Meyendorff, era uma causa de «todos os russos» (96). Os britânicos estavam também preocupados com a Itália, porque destruía o baluarte meridional contra a expansão do poder francês. A região já não era, como disse Palmerston em junho de 1848, «o escudo de Ajax», mas sim «o calcanhar de Aquiles» (97). Reconhecendo que os Habsburgos tinham os dias contados em Itália, ele e Russell começaram agora a procurar uma nova solução para o problema da barreira.

> Mas em 1848-9 o campo de batalha central para todos os partidos, conservadores, liberais,

radicais, socialistas e comunistas, e para as grandes potências, era a Alemanha. Aqui, as revoluções ameaçavam derrubar toda a base do Acordo de Viena, ideológica e geopoliticamente. Os britânicos, pelo seu lado, observavam com profunda preocupação a derrocada da posição dos Habsburgos em 1848-9. «A exclusão da Áustria da organização da Alemanha», prevenia em fins de abril de 1848 o embaixador britânico em Munique, Sir John Milbanke, «aparece, se examinada em relação ao equilíbrio de poder na Europa, apenas à luz do engrandecimento da Prússia. Altera completamente esse equilíbrio. Destrói os tratados que formam a base da lei nacional europeia. As grandes potências teriam toda a justificação para a declarar um *casus belli*» (98).

> Do outro lado da barricada havia um sentimento correspondente de expectativa. «Os

comunistas voltam a sua atenção principalmente para a Alemanha», escreveram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, «porque esse país está em vésperas de uma revolução burguesa». Era natural que esta ocorresse, argumentavam eles, «nas mais avançadas condições de civilização e com um proletariado muito mais desenvolvido» do que as revoluções da Inglaterra do século XVII e da França do século XVIII. Marx e Engels estavam de facto convencidos de que «a revolução burguesa [na Alemanha] não seria mais do que o prelúdio a uma revolução proletária que se lhe seguiria imediatamente» (99). Os liberais alemães de Frankfurt, pelo seu lado, queriam uma Alemanha constitucional unida em vez do frouxo conglomerado confederal estabelecido em Viena. Estavam divididos, contudo, quanto a se havia de ser uma *Kleindeutschland* – uma «pequena Alemanha» que excluísse as terras dos Habsburgos – sob liderança prussiana, ou uma

Grossdeutschland – uma «grande Alemanha» que as incluísse – sob comando austríaco.

> Tanto Londres como São Petersburgo tinham consciência de que uma Alemanha unida teria

profundas implicações no equilíbrio geral, em particular se aliada a um dinâmico movimento liberal nacionalista. «Todo o nosso sistema», observou em abril de 1848, o ministro dos Estrangeiros russo, Nesselrode, tem de mudar porque está despontar na Alemanha uma nova potência que, unida, democrática e ambiciosa, tem meios para nos causar consideráveis dificuldades» (100). São Petersburgo estava particularmente preocupada com a situação no Schleswig-Holstein, que afetava a segurança do Báltico (101). Nem a Grã-Bretanha nem a Rússia objetavam à ideia de uma maior unidade alemã *per se*, mas ambas tinham conceções muito diferentes de qual havia de ser a compleição ideológica do novo Estado. Já em março de 1848 Palmerston saudara qualquer iniciativa que visasse «consolidar a Alemanha e dar-lhe mais unidade e mais vigor político» como «produtora de uma segurança adicional do equilíbrio de poder na Europa» (102). Uma Alemanha unida moderada e liberal chefiada pela Prússia, observou Palmerston em julho de 1949, «seria uma sólida barreira entre as potências do continente» (103), que conteria a França e excluiria a Rússia. O império czarista, por outro lado, queria uma forte Alemanha conservadora sob comando prussiano ou austríaco ou gerida como um condomínio, que reprimisse a atividade revolucionária na confederação, deixasse de intervir na Polónia e atuasse como um baluarte contra a difusão das ideias revolucionárias vindas de França. A Rússia, por conseguinte, opunha-se firmemente à unidade alemã como «projeto democrático» (104).

> Os austríacos apresentaram o plano mais radical para a Europa Central. Os Habsburgos

estavam decididos a manter a sua posição na Alemanha e a tornar o seu império mais eficaz através de uma maior centralização. Mesmo no fim de 1848, o príncipe Schwarzenberg, primeiro-ministro, avançou um esquema para criar uma Alemanha «grande, unida, poderosa» (105), incorporando as terras existentes da Confederação bem como os territórios eslavos, húngaros, polacos e italianos dos Habsburgos. Embora o propósito ostensivo deste «Império de Setenta Milhões» fosse o de dissuadir a agressão externa das grandes potências, era rejeitado pelas grandes potências como uma ameaça para o equilíbrio europeu. Os franceses avisaram que uma expansão territorial descomunal da Confederação – que aumentaria bastante o

poder militar que podia ser utilizado pelos Habsburgos na fronteira leste e particularmente na Lombardia – não seria tolerada. A Grã-Bretanha tinha a mesma opinião, tanto por motivos ideológicos como geopolíticos. «Toda essa mole», avisava Russell em meados de novembro de 1850, «poderá ser empregue em nome da Confederação contra a França ou contra a Bélgica. Isto é uma questão séria (...) inconsistente com o equilíbrio do poder na Europa» (106). Ambas as potências sustentavam que a ordem territorial e constitucional da Confederação era parte integrante do equilíbrio europeu e do «direito público» e por conseguinte não podia ser alterada unilateralmente. Os russos gostavam da ideia de uma Alemanha conservadora forte, mas não estavam dispostos a travar uma guerra europeia para a pôr em prática. Isolada, a Áustria foi forçada a recuar e o plano de Schwarzenberg foi discretamente metido na gaveta.

> As revoluções europeias tinham fracassado por várias razões. A unidade revolucionária estava

fraturada pelas divisões entre campo e cidade, liberais e radicais, protestantes e católicos. Na maior parte dos casos, o campesinato cedo foi subornado com concessões e se tornou uma força em grande parte conservadora; em Itália, isto ajudou os Habsburgos na sua luta contra revoluções em grande parte burguesas e de artesãos. Depois de passado o período inicial de choque os conservadores da Prússia, Áustria, França e de toda a Europa mobilizaram-se, fundaram jornais e passaram à ofensiva. O rei da Prússia recusou-se a aceitar uma coroa que lhe era oferecida – «da sarjeta» – pelos liberais nacionalistas de Frankfurt. Não toleraria uma Alemanha unida a não ser com o consentimento de todas as potências envolvidas. Os exércitos, que se tinham revelado tão pouco dignos de confiança em 1847-8, foram expurgados de elementos subversivos e postos em campo com efeitos devastadores pelo general Prittwitz, em Berlim, pelo general Cavaignac em Paris e pelo marechal Radetzky no Norte de Itália. Na Europa de Leste e do Centro, onde 1848 tinha alvorecido com esperanças de uma «primavera dos povos», as nacionalidades cedo se encarniçaram umas contra as outras. O fator decisivo, porém, foi o fracasso estratégico dos revolucionários europeus. Em março de 1848, Lamartine enviou uma circular às grandes potências abjurando qualquer intenção de subverter pela força o Acordo de Viena. A República celebrava «a sua reposição no lugar que tem direito a ocupar entre as grandes potências da Europa», mas aceitava que os «limites territoriais» existentes eram «factos que a República admite como base (...) nas suas relações com as nações estrangeiras» e prometia não «efetuar propaganda secreta ou incendiária entre os Estados vizinhos» (107). Isto tornava claro que a cruzada liberal tão

frequentemente invocada nos últimos anos da década de 1840 não se materializaria. Além disso, a unidade alemã, mesmo sob auspícios liberais, inquietava muitos franceses: a *Gazette de France* prevenia em 1848 contra um «*colosse allemand*» e Jules Bastide, ministro dos Negócios Estrangeiros, temia pela França se 45 milhões de alemães seguissem um «mesmo ímpeto». Advogava, por conseguinte, uma política de «divisão e equilíbrio de poder» para com o seu vizinho de leste (108). Quando a Grã-Bretanha e a Rússia, preocupadas com o equilíbrio no Báltico, impuseram o armistício de Malmo às tropas prussianas que apoiavam a causa nacional alemã no Schleswig-Holstein, nada as podia deter. Sem qualquer força militar própria, o Parlamento de Frankfurt era impotente para intervir e nunca se refez da resultante humilhação. Em termos mais gerais, os revolucionários alemães assustaram-se com as aspirações nacionais de polacos, checos e outras minorias (109). Em Itália, Carlos Alberto foi esmagado – duas vezes – por tropas austríacas e foi forçado a abdicar em favor do seu filho Vítor Emanuel. O próprio Piemonte sobreviveu em grande parte ileso devido ao seu valor como Estado-tampão. Finalmente, em 1849, os russos intervieram militarmente na Hungria para restaurar o poder dos Habsburgos em Budapeste. No fim de contas, ao contrário do que liberais, socialistas e comunistas tinham proclamado, a contrarrevolução revelou-se internacional enquanto o alcance da revolução permaneceu nacional e até regional. Liberais e trabalhadores não se tinham unido, mas os conservadores e reacionários sim.

> A despeito do seu fracasso, as revoluções operaram enormes mudanças internas e

geopolíticas. A eleição do príncipe Louis Napoléon como Presidente francês em novembro de 1849 levou a negociações vigorosas, embora em última instância fúteis, com os russos, os prussianos e os austríacos sobre a expansão francesa para a Renânia em troca de ganhos correspondentes para as potências orientais noutros lugares. Combinou esta política externa ativista com uma posição interna populista em apoio de amplos direitos de voto. Em princípios de dezembro de 1851, tomou o poder com um golpe de estado em grande parte incruento, ganhou as eleições em fevereiro de 1852 e em novembro desse ano levou a cabo um plebiscito para a restauração do império. A nova constituição criou uma monarquia com poderes quase absolutos, que monopolizava o direito de introduzir legislação, por exemplo, mas que era sustentada pelo apoio popular. Napoleão era «responsável perante o povo, junto de quem tinha sempre direito de recurso» (110), por meio de plebiscitos. Esta era a fórmula para uma política externa altamente ativista, movida pelas ambições neo-

bonapartistas de Napoleão e pelos sentimentos revisionistas da opinião pública francesa. A fronteira do Reno e, mais em geral, a situação de Itália e a «*grandeur*» de França estavam firmemente de volta à agenda internacional.

> A Áustria reagiu aos traumas de 1848-9 e à humilhação do resgate pelos russos com um

programa de modernização «neo-absolutista» patrocinada pelo Estado. A Patente Sylvester de 1851 tentou algumas reformas agrárias há muito necessárias; os camponeses tornavam-se agora iguais perante a lei. A certo nível, as medidas foram um êxito: o comércio externo duplicou, a receita do Estado aumentou em dois terços e a Hungria foi finalmente obrigada a dar o seu contributo fiscal (111). Infelizmente para os Habsburgos, a centralização alienou os húngaros (que pagavam quatro vezes mais impostos no novo sistema), os polacos e os italianos e encontrou pouca aceitação entre as populações eslavas, cada vez mais vociferantes. A norte, o novo *Landtag* prussiano eleito por um corpo eleitoral limitado a três classes de proprietários não perdeu tempo a exigir ao mesmo tempo maiores esforços em apoio dos interesses «alemães» e o controlo do orçamento. O mesmo foi verdade dos parlamentos dos Estados do Sul e do Ocidente. Além disso, muitos liberais alemães estavam a examinar severamente o seu fracasso em 1848-9 e cada vez mais enervados pela ressurreição, por Louis Napoléon, das reivindicações francesas sobre a fronteira do Reno. Havia o temor generalizado de que – como dizia em novembro de 1850 o *Augsburg Allgemeine Zeitung* – «a nossa terra volte uma vez mais a ser a arena onde estrangeiros arrogantes disputarão as suas querelas com o nosso sangue» como haviam feito durante a Guerra dos Trinta Anos; havia uma enorme explosão de interesse nos anos intermédios do século XVII como lugar de trauma nacional, matanças, divisão e humilhação. Por altura do Natal de 1853, o *Kölnische Zeitung* avisava que a Alemanha «não se podia considerar a salvo do destino da Polónia» (112). Estes liberais começaram a aceitar que podia ter de se chegar a uma espécie de grande acordo com o Estado prussiano a fim de alcançar a unidade alemã. Teriam de escolher não só entre a Áustria e a Prússia, mas também entre liberdade (*Freiheit*) e unidade (*Einheit*) (113).

> De momento, todavia, os conservadores prussianos e o Governo mantinham os grupos

nacionalistas a uma distância prudente, em parte por medo de contaminação pelo vírus liberal, mas também porque – como Otto von Bismarck disse ao *Landtag* em março de 1851 – o controlo parlamentar

do orçamento tornaria impossível uma política externa coerente. «A grandeza da Prússia», argumentava num memorando para o príncipe-herdeiro dois anos depois, «não foi alcançada de modo nenhum através do liberalismo e do livre pensamento, mas por meio de uma série de governantes fortes, resolutos e sábios, que nutriram e economizaram cuidadosamente os recursos militares e financeiros do Estado». Por esta razão, estabelecia que «todos os prussianos deveriam [apenas] disfrutar do grau de liberdade que seja condicente com o bem público e com o curso que a Prússia há de tomar na política europeia, mas não mais». «Pode-se ter essa liberdade», observava Bismarck enfaticamente, «sem governo parlamentar» (114).

Em meados dos anos 1850 o sistema europeu e global foi agitado por uma nova ronda de

crises. Perturbado pela fraqueza manifesta da Porta frente à agressão egípcia e à interferência da Europa Ocidental, o império czarista agiu preventivamente para garantir a sua parte na fragmentação esperada. «Temos entre mãos um doente», foi a célebre observação de Nicolau I, «um doente muito grave. Será (...) uma grande desgraça se, um dia destes, nos escapa das mãos, especialmente antes de terem sido feitos todos os preparativos necessários» (115). Em fevereiro de 1853, o ministro dos Estrangeiros russo, Mershikov, apresentou um ultimato exigindo que o sultão outorgasse ao czar soberania sobre as populações ortodoxas do Império Otomano e cinco meses depois tropas russas ocuparam os principados do Danúbio, provocando uma declaração de guerra do sultão. Em novembro de 1853, o czar exigiu a independência dos principados do Danúbio, de Sérvia, Bósnia e Bulgária e de uma Grécia aumentada; tudo isto foi acompanhado pelo apelo a uma sublevação geral cristã contra o domínio otomano. Nesse mesmo mês, a marinha russa destruiu uma esquadra otomana em Sinope, no mar Negro. Um ultimato franco-britânico que exigia a retirada russa da Moldávia e da Valáquia foi ignorado. Pelo contrário, em março de 1854, tropas russas cruzaram o Danúbio e avançaram para sul.

Tudo isto provocou ondas de choque em toda a Europa. A verdadeira questão não era o

Império Otomano, mas a Alemanha e todo o equilíbrio de poder. Para Viena, a presença de tropas russas na Moldávia e na Valáquia alargava o anel do cerco à volta da fronteira leste do Império; era imperativo tirá-las dali o mais depressa possível. Era esta também a opinião em

França e na Grã-Bretanha, onde as preocupações sobre a Europa Central ganharam prioridade sobre as muito reais preocupações acerca da Turquia e – neste último caso – a segurança da Índia (116). Vinda depois da intervenção militar russa na Hungria e da intervenção diplomática na Alemanha em 1848-9, a ocupação dos principados parecia indicar a intenção do czar de não fazer meramente a partilha do Império Otomano, mas de também dominar toda a Europa. No grande debate parlamentar de fevereiro de 1854, na véspera da declaração de guerra, Russell argumentou que a Grã-Bretanha deveria confrontar a Rússia com vista a «manter a independência não só da Turquia como também da Alemanha e de todas as nações europeias» (117). De modo similar, o ministro dos Estrangeiros, Lorde Clarendon, sublinhou que «a Alemanha, pela sua posição geográfica, tem de ser o principal baluarte contra uma agressão russa» (118). Os franceses concordaram.

> Por conseguinte, Grã-Bretanha, França e – um bocadinho mais tarde – o Piemonte declararam

guerra à Rússia e enviaram uma substancial força expedicionária para atacar o czar no flanco sul da Crimeia. Durante os dois anos seguintes o conflito grassou com sorte variável. Depois de uns desastres iniciais, as potências ocidentais capturaram Sebastopol em setembro de 1855, infligindo ao czar uma derrota humilhante. O golpe realmente decisivo foi, contudo, desferido na Alemanha. Viena persuadiu os prussianos – embora neutrais – a apoiarem a sua exigência de que a Dieta se comprometesse com a defesa da Áustria no Danúbio. Isto significou que o czar enfrentaria potencialmente o poderio conjunto da Alemanha na sua frente ocidental. Os Habsburgos apresentaram um ultimato aos russos para abandonarem a Moldávia e a Valáquia. Contrafeitas, as forças czaristas deram lugar a uma guarnição austríaca enquanto durasse o conflito. Isto privou os russos da sua base avançada para um ataque aos otomanos e da oportunidade de desferir um golpe decisivo por terra pelo caminho mais curto. Em dezembro de 1855, os austríacos até se juntaram aos franceses e aos britânicos num ultimato ao novo czar – Nicolau I tinha morrido em março desse ano – para pôr termo às hostilidades ou defrontar-se com uma ação conjunta contra ele. Isolado na Europa, Alexandre II pediu a paz. A consequência, o Tratado de Paris em 1856, foi um golpe devastador nas ambições russas. O czar não só foi obrigado a recuar nos seus planos de dividir o Império Otomano e cooptar os cristãos dos Balcãs como ficou proibido de manter navios ou arsenais no mar Negro. Em termos mais gerais, o preâmbulo do tratado declarava que a independência e a integridade da Turquia eram centrais para «a paz na Europa», enquanto o segundo artigo apelava para que a Porta

«tirasse partido do direito internacional e do concerto europeu». O Império Otomano era convidado a juntar-se ao sistema de Estados numa base de igualdade porque a sua estabilidade e a sua força eram consideradas vitais para a paz internacional.

> As reverberações da Guerra da Crimeia fizeram-se sentir no mundo inteiro. Nos Estados

Unidos houve temores de que a vitória de França e da Grã-Bretanha levasse a uma interferência das potências ocidentais no «seu» hemisfério. Se Londres e Paris podiam enviar por mar um exército para a outra ponta da Europa e impor a sua vontade à Rússia, não havia nada que os impedisse de atravessar o Atlântico. Por esta razão, a maioria dos americanos, do Norte e do Sul, tinham aplaudido os russos. Onde a ansiedade era mais forte, contudo, era entre os esclavagistas, que ficaram ainda mais isolados pela abolição otomana da escravatura em 1856, como parte do preço da sua entrada na sociedade civilizada internacional, e temiam uma cruzada anglo-francesa contra si. Estas preocupações vinham num momento em que a tensão interna a propósito da escravatura estava a aumentar progressivamente. Os sulistas há muito que resistiam à formação de estados sem escravos no Território do Nebrasca, a norte da Linha Mason-Dixon. Tinham medo, como disse o senador do Missouri David R. Aitchison, de ficar «cercados por território livre» (119), e expostos a constantes ataques dos abolicionistas. A Lei Kansas-Nebrasca de 1854 foi por conseguinte uma vitória sulista, que rompeu com o Compromisso do Missouri ao criar dois estados nos quais a «soberania popular», ou seja a vontade dos colonos brancos, decidiria a questão da escravatura. Ao mesmo tempo, os interesses esclavagistas procuravam expandir-se para sul, talvez a fim de contrabalançar o gradual aumento de estados «livres» pelo aumento de lugares sulistas na Câmara dos Representantes e antecipar-se à difusão da influência abolicionista britânica e francesa nessas áreas (120). No Manifesto de Ostende, do outono de 1854, publicado enquanto a Grã-Bretanha estava distraída na Crimeia, os diplomatas dos Estados Unidos avisavam a Europa que não impusesse a emancipação a Cuba. Em 1856, enquanto a Grã-Bretanha e França triunfavam na Crimeia, o presidente Buchanan foi eleito com um programa de aquisição de Cuba por compra e três anos mais tarde acabou por dirigir ao Congresso um pedido de 30 milhões de dólares para esse efeito. A política externa dos Estados Unidos tinha sido completamente capturada pelos interesses esclavagistas.

> Mas foi na Europa Central, porém, que a Guerra da Crimeia teve o seu maior impacto

geopolítico (121). Até aí o império czarista tinha tentado permanecer em bons termos tanto com a Prússia como com a Áustria, mas inclinava-se fortemente para a segunda por motivos ideológicos. Durante a guerra, ambas as potências tinham borrado a escrita em São Petersburgo, mas o humilhante ultimato da Áustria tinha causado muito mais ofensa do que a neutralidade tímida da Prússia. Daí por diante os russos viram os austríacos como a principal barreira às suas ambições nos Balcãs e a ideia de que o caminho para Constantinopla passava por Viena – um *slogan* que se vulgarizou em décadas posteriores – começou a ganhar curso em São Petersburgo. Ainda mais crucialmente, os russos estavam determinados em nunca mais enfrentar toda a força da Confederação alemã sob a égide da Áustria. Viena teria de ser apeada da liderança da Alemanha. De modo que em finais de agosto de 1856 o novo ministro dos Estrangeiros russo, Alexandre Gorchakov, anunciou numa circular amplamente discutida que o czar deixaria de apoiar os monarcas seus colegas. A mensagem era clara: os Habsburgos enfrentariam sozinhos o seu próximo desafio revolucionário.

> A Guerra da Crimeia provocou uma sucessão sustentada de reformas internas na Rússia. A

derrota mostrara que as formas sociais tradicionais não estavam à altura do desafio das potências ocidentais de meados do século XIX. O problema residia no facto de que, graças aos constrangimentos da servidão, a maior parte da vasta população do Império não tinha um peso militar correspondente, com talvez só uns 10 % dos aptos para o serviço militar disponíveis na prática (122). A escolha que se deparava ao regime czarista era clara. Ou o sistema agrário era reformado ou o império se arriscava a mais derrotas no sistema europeu de Estados. Assim, em março de 1856, Alexandre II disse a um auditório de latifundiários de Moscovo que a servidão tinha de ser abolida, dourando a pílula com a observação de que era melhor fazê-lo «de cima» antes que se desse espontaneamente «de baixo». Acabou por assinar a legislação respetiva em meados de fevereiro de 1861. O que o czar estava determinado em não conceder, porém, era qualquer espécie de representação segundo o modelo ocidental. O desequilíbrio daí resultante entre a modernização socioeconómica e a estagnação política foi notado por observadores contemporâneos: é famosa a observação do agitador revolucionário Alexandre Herzen quando disse que a Rússia era «Gengis-Khan com o telégrafo» (123).

> A Guerra da Crimeia teve também um profundo impacto na política interna do Império

Britânico (124). As notícias dos fiascos militares e organizacionais na península provocaram consternação geral no Parlamento e na esfera pública. O governo de Lorde Aberdeen caiu em janeiro de 1855, com a derrota numa votação para estabelecer uma comissão parlamentar especial para examinar a condução das operações militares; Palmerston substituiu-o como homem que podia ganhar a guerra. Havia desacordo, todavia, quanto à melhor maneira de pôr a Grã-Bretanha alinhada com as necessidades do sistema de Estados europeu. Alguns, como sustentou em junho de 1855 Samuel Morley, um fabricante de roupa interior de Nottingham e mais tarde deputado, afirmaram que o fracasso na guerra refletia a falta de legitimidade popular e que «o próprio povo» devia assumir mais responsabilidade pela sua segurança através da milícia e de uma reforma do censo eleitoral (125). Outros apontavam o conservadorismo e a falta de profissionalismo do Exército, em que os oficiais compravam as suas comissões em vez de as adquirirem pelo mérito. Para os críticos liberais e radicais tudo isto era prova do persistente domínio «aristocrático» das instituições britânicas que debilitava a nação na sua luta com os inimigos exteriores. Com vista a preparar-se para os desafios que tinha pela frente a Grã-Bretanha deu início a uma série de reformas internas e imperiais. Nos anos seguintes foi criada uma Comissão Real sobre as defesas do Reino Unido, reformou-se o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a despesa militar foi substancialmente aumentada. Londres tentou também pôr a Índia num melhor estado de prontidão contra ataques russos modernizando as forças da Companhia das Índias Orientais. Estas reformas provocaram o Motim de 1857, que só com grande dificuldade foi dominado.

> Foi em Itália, contudo, que o impacto da Guerra da Crimeia foi mais agudamente sentido. O

primeiro-ministro do Piemonte, o conde de Cavour, podia agora explorar a boa vontade que tinha angariado em Londres e Paris através da participação na guerra. Para Cavour, a segurança do Piemonte só podia ser garantida se abraçasse a causa nacional italiana. Os seus esforços rimavam com os dos variados radicais da Sociedade Nacional como o veneziano Daniel Manin, o siciliano Giuseppe la Farina e (a partir de julho de 1856) o saboiano defensor da República Romana, Giuseppe Garibaldi. Estes homens tinham passado por uma revisão fundamental do seu pensamento depois do fracasso das revoluções de 1848-9. Teriam preferido uma confederação de repúblicas, ou melhor, uma república unitária, mas, tal como os nacionalistas alemães e a Prússia, passaram a considerar um Piemonte forte a sua única esperança de se verem livres dos austríacos (126). Cavour explorou este sentimento brilhantemente. «Os

acontecimentos levaram o Piemonte a tomar uma posição definida e firme em Itália», escreveu ele em 1857. «Dado que aprouve à Providência que só o Piemonte fosse livre e independente, o Piemonte tem de usar a sua liberdade e independência para defender junto da Europa a causa da nossa infeliz península» (127). Quando se encontrou com Napoleão III em Plombières, em julho de 1858, para discutir a expulsão dos Habsburgos, as circunstâncias eram extraordinariamente favoráveis. A Rússia, ainda furiosa com a «traição» austríaca durante a Guerra da Crimeia, dera mostras de se querer pôr de parte; num tratado secreto franco-russo de princípios de março de 1859, o czar concordou com mudanças em Itália e com a neutralização da Confederação Alemã, em troca de uma promessa implícita de rever as odiadas cláusulas sobre o «mar Negro». Na Grã-Bretanha, o sentimento público era fortemente pró-italiano e a opinião do governo estava cada vez mais convencida de que uma Itália forte seria uma barreira mais eficaz aos franceses do que os atabalhoados Habsburgos. Nem Cavour nem Napoleão III, na verdade, desejavam uma Itália unida. Aquilo que acordaram em Plombières foi a cessão de Nice e Saboia a França, anexações piemontesas compensatórias no Norte de Itália, a continuação da independência de Roma (que era importante para apaziguar a opinião católica francesa) e de Nápoles, enquanto a Toscana e os Estados Papais seriam combinados num Reino da Itália Central. Todos estes territórios deveriam ser unidos por uma Confederação Italiana (128). Viena decidiu adiantar-se ao ataque que se perfilava no horizonte, emitindo em abril de 1859 um ultimato que exigia ao Piemonte que cessasse os seus preparativos militares. Isto veio a revelar-se um erro grave, porque não ter explorado a via diplomática custou à Áustria a boa vontade preciosa da Europa. Isto foi especialmente verdade no respeitante à Confederação Alemã, em que a maior parte dos estados temia ser arrastada para uma guerra com França por conta das ambições dos Habsburgos em Itália; a Prússia observou inicialmente uma neutralidade rigorosa. A Áustria foi batida rápida e decisivamente nas onerosas batalhas de Magenta e Solferino. Nesta altura, contudo, a Confederação começou a manobrar sob comando prussiano para evitar uma completa derrocada austríaca. Foi mobilizada uma grande força para ameaçar a França na sua fronteira oriental. Napoleão perdeu a coragem: temendo a intervenção prussiana, chegou a um acordo com o Imperador Francisco José em Villafranca, em condições que ficavam muito aquém das acertadas em Plombières. A Lombardia foi cedida pela Áustria a Napoleão III, e por ele ao Piemonte, mas os principados do Centro de Itália iriam ser restaurados. A opinião nacionalista indignou-se; Cavour demitiu-se, revoltado. Pela segunda vez em menos de uma década, a carta alemã tinha sido jogada na Europa com efeitos decisivos (129).

Era tarde demais, porém, para deter a marcha para a unidade de Itália. Os movimentos

populares aproveitaram o vazio deixado pela partida dos austríacos para tomar o poder na Itália Central, seguidos pouco depois por tropas piemontesas sob o pretexto de «restabelecer a ordem». As ocupações foram rapidamente ratificadas por plebiscitos. Garibaldi não tardou em ocupar, por sua própria iniciativa e com um bando de voluntários nacionalistas, o reino Bourbon das Duas Sicílias. Uma vez mais, na esteira vieram soldados piemonteses, em parte para completar a unificação de Itália e em parte para garantir que as massas não se descontrolavam. Em outubro de 1860, foi proclamado o novo Reino de Itália sob o Rei Vítor Emanuel II. Incluía toda a península, com exceção de Nice e da Saboia, cedidas a França como recompensa pela sua ajuda militar, Roma, que permanecia sob controlo papal, e o Véneto, que de momento permanecia austríaco. Abrira-se a primeira grande brecha no Acordo de Viena.

A guerra italiana teve um impacto importante nas políticas internas europeias e no sistema de

Estados. Na Áustria, a primeira perda de território desde as Guerras Napoleónicas levou as autoridades a abandonarem o «neo-absolutismo» e a tentarem uma liberalização para escorar o Império. Para Napoleão III, a vitória, e a recuperação de algumas dos territórios perdidos em 1815, era a confirmação da sua ideia de que a reorganização da Europa em moldes «nacionais» era totalmente compatível com os interesses franceses. De momento, tinha silenciado os críticos internos, que se uniram à causa da «glória» nacional. Na Grã-Bretanha, os acontecimentos de Itália eram olhados com ambivalência. Por um lado, a anexação da Saboia, a derrota da Áustria e as ambições navais de França produziram outro alarme de invasão e um novo movimento de «voluntariado» (130). Por outro lado, a vitória italiana promoveu um sentimento de triunfalismo liberal: a convicção de que a maré dos acontecimentos na Europa estava a dirigir-se inexoravelmente para uma modernidade nacionalista e constitucionalista na linha inglesa. Gladstone, quando perguntado sobre o que o transformara de conservador em liberal, respondeu sucintamente: «Itália» (131).

O impacto mais profundo da guerra italiana, porém, foi sentido na Alemanha. Reduziu ainda

mais o prestígio da Áustria, em parte por causa das derrotas de Magenta e Solferino, mas também por causa dos temores de que a

Confederação fosse arrastada para os conflitos alheios dos Habsburgos. Produziu também uma nova vaga de sentimento nacional alemão (132). Este tinha simpatia pelos austríacos, que eram ainda – no fim de contas – alemães merecedores de solidariedade e imitava os italianos, que tinham aberto a senda da unificação nacional. Em meados de agosto de 1859, os liberais nacionalistas criaram o *Nationalverein* para fazer agitação pela unificação da Alemanha com um único parlamento nacional (133). Exigiam a abolição da Confederação, a criação de uma autoridade central e a transferência de todos os poderes políticos e militares para a Prússia enquanto aquela não tivesse sido estabelecida. Estava a ser de novo oferecida aos Hohenzollerns a «missão alemã» liberal-constitucionalista que se tinham recusado a aceitar em 1848-9. Adolphe de Bourqueney, um veterano diplomata francês, avisou que Napoleão III tinha aberto uma caixa de Pandora na Europa Central. «Temos brincado demais com as pomposas e ocas palavras do nacionalismo», escreveu ele em 1859. «O único nacionalismo sério que demos a lume é o da Alemanha. Sem pensarmos duas vezes, restaurámos na opinião alemã a sua antipatia por França» (134).

> A mobilização de 1859 tinha sem dúvida intimidado Napoleão, mas também expusera a

profunda falta de preparação da Alemanha e até da Prússia. Esta convicção desencadeou dois debates entrelaçados sobre as reformas a fazer que iam marcar a agenda da década seguinte. A Prússia procurava agora garantir uma resposta mais eficaz ao próximo desafio francês, mas as suas tentativas esbarraram imediata e previsivelmente nas objeções dos outros estados alemães, encabeçados pela Áustria, que temia a perda de soberania. No interior da própria Prússia o governo tinha agora de lidar com o facto de que os constrangimentos financeiros estavam a impedir que o tamanho do Exército refletisse o crescimento da população. Nos anos 1850, apenas metade dos homens aptos para a conscrição foram de facto recrutados. O Exército, e o regente, o príncipe Wilhelm, queriam expandir o exército regular por meio da instituição de um período de instrução de três anos para os conscritos em vez de confiar no tradicional *Landwehr*. Isto deparava com intensa resistência por parte da forte facção liberal do *Landtag*, o parlamento prussiano. Eles e, em geral, os liberais nacionalistas do *Nationalverein* não precisavam de ser convencidos da necessidade de uma maior prontidão militar contra França. O jornal da sociedade anunciou em princípios de junho de 1860 que «Ninguém duvida já de que a fronteira alemã no Reno está sob a ameaça de um ataque francês» (135). Havia, contudo, um desconforto generalizado acerca do custo das reformas propostas e das implicações políticas de romper com o conceito de uma milícia de cidadãos. Os liberais sustentavam,

em vez disso, que uma mudança constitucional poderia dar à monarquia a coerência interna necessária para dissuadir predadores externos (136). O resultado foi um impasse, tanto na Prússia como na Alemanha no seu conjunto.

> Entretanto, o problema nuclear da geopolítica prussiana e alemã não tinha desaparecido –

quando muito estava pior. A monarquia Hohenzollern e a Confederação ainda se sentiam encalhadas no centro da Europa, entaladas entre o império czarista e uma França triunfante depois das vitórias na Crimeia e em Itália. Desde que tinha assumido o papel de guardiã da porta ocidental em 1815 que a Prússia tinha procurado mobilizar a Alemanha atrás de si. Estes esquemas tinham esbarrado na parede inamovível da oposição austríaca e da recusa sistemática da Terceira Alemanha em comprometer a sua soberania em troca de mais segurança; a integração económica não conduzia inexoravelmente à unidade política. A reforma da Confederação Alemã parecia mais longínqua do que nunca e todavia o dinasticismo conservador já não era uma base suficiente de legitimação para a monarquia Hohenzollern. De modo que, em fins dos anos 1850, a liderança prussiana enfrentava uma série de problemas interligados e intratáveis, uns próprios, outros na Alemanha e no sistema de Estados europeu.

> Otto von Bismarck, no entanto, via como a Prússia podia tirar partido dessas dificuldades. A

ideia de que a segurança da Prússia lhe exigia que se pusesse à cabeça da Alemanha não era nova. «Não há nada mais alemão», observou Bismarck em 1858, «do que o particularismo prussiano devidamente entendido». Bismarck também acreditava que a Prússia só podia sobreviver se garantisse «fronteiras seguras», quer encabeçando uma Confederação Alemã reformada quer através de anexações territoriais puras e simples (137). Em 1859 descreveu essas «fronteiras naturais da Prússia» como nada menos que o Báltico, o mar do Norte, o Reno, os Alpes e o lago de Constança. Era um programa de dominação prussiana que poria um fim abrupto à independência da Terceira Alemanha. Só podia ser realizado se Bismarck conseguisse assegurar-se da aceitação pelas outras potências de uma mudança gigantesca na ordem territorial europeia ou isolar as que se opusessem; pôr de lado a Áustria ou pelo menos ganhar a paridade com ela; convencer a Terceira Alemanha ou esmagar os elementos que se recusassem a cooperar; cooptar o movimento nacional alemão; e persuadir ou ultrapassar os liberais do *Landtag* com vista a garantir os fundos para

pagar a necessária ação militar. Uns meses antes de tomar posse como chanceler prussiano, em finais de setembro de 1862, Bismarck anunciou em privado que «O meu primeiro cuidado será reorganizar o Exército, com ou sem a ajuda do *Landtag* (...) Logo que o Exército tenha sido posto em condições tais que inspire respeito aproveitarei o primeiro bom pretexto para declarar guerra à Áustria, dissolver a Dieta alemã, submeter os estados mais pequenos e dar a unidade nacional à Alemanha sob liderança prussiana». O seu interlocutor, o futuro primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli, comentou depois ao embaixador austríaco: «Tenham cuidado com aquele homem; acredita no que diz» (138).

> Enquanto a Prússia se preparava para dar a si própria e à Alemanha a coesão de que precisava

para sobreviver numa Europa instável, a confrontação na América do Norte chegou ao ponto crítico durante a campanha presidencial de 1860. O que estava em causa não eram as exigências do Norte de abolição da escravatura; a não ser os mais ardorosos abolicionistas, toda a gente aceitava que alguma forma gradual e consensual de emancipação era a única maneira de evitar uma secessão que danificaria a União de modo irreparável. Foram os sulistas quem passou à ofensiva. Exigiram um aumento territorial – e assim a extensão da escravatura – como preço de permanecerem na União. O candidato republicano, Abraham Lincoln, prometeu, pelo contrário, frustrar a absorção de Cuba como estado esclavagista. A seguir à sua vitória nas eleições, as negociações para a compra de Cuba goraram-se. «Na União», avisou o senador da Geórgia Philemon Tracy logo depois da eleição, «não podereis ter nem mais uma polegada de território» (139). Pior ainda, o esclavagismo estava agora completamente isolado internacionalmente. A Grã-Bretanha tornou clara a sua feroz oposição à anexação de Cuba e estava a aumentar a pressão sobre Madrid para que promulgasse ali um decreto de emancipação. Depois da abolição russa da servidão em meados de fevereiro de 1861, a «peculiar instituição» da escravatura estava inteiramente sozinha no mundo civilizado. Não conseguindo coagir Washington a uma política expansionista nos seus próprios termos e vendo a deterioração da situação internacional, o Sul lançou um ataque preventivo (140). Em abril de 1861, a artilharia sulista bombardeou Fort Sumner, marcando o início das hostilidades com o Norte. Os estados secessionistas organizaram uma Confederação explicitamente destinada a não só manter à distância o Norte abolicionista como também a facilitar a expansão territorial. A sua constituição previa a aquisição de novas terras que só poderiam ser estados esclavagistas. O Sul entrou assim em guerra com a União a

respeito da mesma questão que tinha oposto Londres e as treze colónias: a expansão territorial.

> Para a Grã-Bretanha e para a França, a Guerra Civil americana parecia uma ocasião caída do

céu para incapacitar um rival a nível global. «Inglaterra nunca encontrará ocasião mais propícia», disse Napoleão III em 1862 ao embaixador britânico em Paris, «para rebaixar o orgulho dos americanos ou para firmar a sua influência no mundo» (141). Londres, no entanto, preferiu esperar até que a Confederação assestasse um golpe militar; e embora a escravatura não fosse impedimento para que mesmo alguns liberais – como Gladstone – simpatizassem com a Confederação, inclinou de facto a opinião pública no sentido de ser firmemente contra uma intervenção ativa em apoio do Sul. A França aproveitou a oportunidade para meter o nariz abertamente no México, onde Napoleão III queria instalar o arquiduque Maximiliano, um Habsburgo, como Imperador sob sua proteção. Foi enviada para o apoiar uma substancial força militar, incluindo vários milhares de homens do Egito, aliado de França (142); era mais uma prova de que a não-intervenção no Médio Oriente não era garantia de que o Médio Oriente não tentasse interferir nos assuntos do hemisfério ocidental. Estas iniciativas provocaram uma reação alérgica em Washington. «O povo dos Estados Unidos nunca poderá olhar com indiferença», avisava o programa republicano na campanha eleitoral de 1864, «qualquer tentativa de uma potência europeia para derrubar pela força ou suplantar pela fraude as instituições de qualquer governo republicano do continente ocidental». Mais, veriam «com extrema vigilância, como ameaças à paz e independência do seu próprio país, os esforços de qualquer dessas potências para obter qualquer posição de apoio ao governo monárquico sustentados por forças militares estrangeiras na vizinhança próxima dos Estados Unidos» (143). De momento, contudo, a União não tinha mãos a medir com o seu combate à Confederação e teve de morder o freio.

> Tudo isto junto – a incapacidade de mobilizar mais depressa, a proclamação nortista de

emancipação dos escravos e o seu fracasso em obter uma intervenção externa – condenou a Confederação. A opinião pública na Grã-Bretanha não se opunha a reduzir os americanos à sua insignificância, mas opunha-se apaixonadamente a uma guerra em defesa da escravatura. A tensão entre os dois países continuou, quanto mais não fosse porque navios de construção britânica, como o *Alabama*, davam cabo da navegação nortista. No outono de 1863, Lincoln chegou ao

ponto de avisar que a construção de navios que pudessem romper o bloqueio da União levaria à guerra. Napolão III permaneceu obcecado com o México, onde as suas ambições imperiais já estavam a encontrar dificuldades. De modo que a Confederação foi deixada a combater sozinha e foi gradualmente asfixiada pelo peso dos números e pela superioridade industrial nortista. Em 1865, o general Robert E. Lee rendeu-se no Tribunal de Appomattox. A guerra de reunificação americana acabara.

> Na Europa, a luta pela unidade alemã seguia a todo o vapor. Na liça estavam o projeto radical

de Bismarck contra a geopolítica liberal da Grã-Bretanha e de França e a Áustria, uma potência conservadora tanto no sentido ideológico como geopolítico. O fator decisivo era a Rússia, que o chanceler prussiano tinha conseguido ganhar para o seu lado graças à sorte e ao seu discernimento. Pois os polacos, em janeiro de 1863, animados pela derrota da Rússia na Crimeia, estimulados pelo triunfo do nacionalismo em Itália, esperançados na ajuda de França, e aproveitando um regime mais liberal destinado a aplacá-los, sublevaram-se contra o czar. Houve um pânico momentâneo em São Petersburgo, onde Alexandre II temia um renascimento da «Coligação da Crimeia». Britânicos e franceses tinham forte simpatia pelos polacos e ambos os governos lhes deram poderoso apoio retórico. Dado que estava fora de questão a intervenção militar, isto só teve o efeito de prolongar a agonia até a vitória das forças russas. «Se o Governo britânico não tenciona combater», observou com frustração o embaixador britânico em São Petersburgo, «que o diga e ponha fim à perda de vidas e aos sofrimentos acarretados por uma insurreição que, sem ajuda, não pode ter êxito» (144). Os austríacos, ansiosos por apaziguar a opinião liberal, católica e polaca dentro de portas, permaneceram numa neutralidade desconfortável, redobrando a ofensa que tinham causado durante a Guerra da Crimeia. Bismarck, pelo contrário, deu um forte apoio ao czar, concluindo uma convenção para selar a fronteira entre a Prússia e a Polónia russa. O chanceler estava agora em excelente posição para explorar a primeira oportunidade de promover as suas intenções prussiano-russas. Em março de 1863 os dinamarqueses anunciaram a incorporação do Schleswig na monarquia. A Dieta da Confederação alemã, sob forte pressão dos nacionalistas indignados, declarou guerra à Dinamarca. Os liberais alemães, na sua maior parte, incluindo os de fora da Prússia, aplaudiram Bismarck. As velhas doutrinas alemãs do cerco, por outras palavras, tinham ganho amplo curso em toda a nação. Ao contrário de 1848, a Rússia pôs-se de parte; o mesmo fez a França, planeando usar a resultante turbulência internacional para reabrir o Acordo de Viena.

Tropas prussianas e austríacas esmagaram os dinamarqueses na primavera e no verão de 1864. O Schleswig e o Holstein foram postos sob administração conjunta de Viena e Berlim. Uma vez mais, a Grã-Bretanha foi forçada a assistir impotente da bancada (145). Liberais e nacionalistas alemães, por outro lado, exultaram com a primeira vitória para a sua causa sob liderança prussiana. A despeito de serem senhores de uma vasta maioria no *Landtag*, decidiram engolir as suas objeções ao facto de a guerra ter sido travada por tropas pagas com impostos lançados sem aprovação parlamentar. Bismarck descobrira uma fórmula que resolvia de uma assentada as suas dificuldades internas e de política externa.

> Enquanto Bismarck desferia machadadas no Acordo de Viena a partir de fora, a estabilidade

da ordem europeia estava a ser ameaçada a partir de dentro. A industrialização tinha conduzido a um enorme crescimento do proletariado, da consciência de classe e em última instância ao estabelecimento de organizações políticas internacionais. Em julho de 1863, anarquistas e socialistas tinham-se reunido em apoio da independência polaca. Como os seus homólogos liberais, viam o império czarista como a principal força reacionária da Europa e consequentemente consideravam todos os seus opositores como elementos progressistas. O nacionalismo alemão era especialmente predileto: «A Alemanha toma o Schleswig», tinha anunciado antes Karl Marx (em agosto de 1848), «com o direito que a civilização tem sobre a barbárie, o progresso contra a estabilidade». Em setembro de 1864, vários grupos esquerdistas juntaram-se para formar a Associação Internacional dos Trabalhadores, para trabalhar em prol da revolução internacional socialista sem olhar às fronteiras dos Estados (146). Nasceu assim uma nova potência europeia, «a Internacional», que haveria de figurar na retórica e nas políticas dos estadistas conservadores e na agenda das cimeiras europeias ao longo de toda a década e das que se seguiram. Criou novas frentes geopolíticas transversais aos alinhamentos tradicionais. De momento, todavia, o ritmo era imposto pelo radicalismo de iniciativa estatal. Em 1865, Bismarck voltou-se para a Áustria, o principal obstáculo tanto à expansão territorial prussiana como à realização das aspirações nacionais alemãs. Viena estava em contrapé, mal tendo conseguido manter-se a par da Prússia na guerra dinamarquesa e sujeita a um novo episódio de obstrucionismo húngaro. Os magiares opunham-se firmemente a uma política ambiciosa na Confederação, especialmente se envolvesse ações militares. «As guerras deles não são as nossas», avisava em 1861 o líder patriota húngaro Ferenc Déak (147). A falta de disposição da Hungria para dar o seu contributo fora sempre o

calcanhar de Aquiles dos Habsburgos e em meados dos anos 1860 era particularmente fatal porque bastava a Hungria ter cumprido as suas obrigações para ficar coberto todo o défice público da Áustria. A Rússia ia continuar a observar uma neutralidade benevolente em relação à Prússia. «As nossas atuais relações com as potências estrangeiras», lembrou a um interlocutor, em setembro de 1865, o sucessor de Nesselrode como ministro dos Estrangeiros, Alexandre Gorchakov, «foram moldadas pelo período da crise polaca» (148). A Rússia, continuava ele, opunha-se ao «princípio da nacionalidade» da França revolucionária, em que a «Alemanha era o caminho para a Polónia». A Alemanha, como sempre, era a chave, e a Rússia estava decidida a que a Prússia, em sintonia ideológica com ela, ali fosse dominante.

Neste contexto, a atitude de França era decisiva. Napoleão III era o grande vencedor da

década anterior e tencionava usar a confrontação entre a Áustria e a Prússia para fazer valer os seus próprios interesses na Alemanha. Estava mais uma vez, no entanto, sob severa pressão interna para alargar a participação política e defender mais vigorosamente os interesses nacionais franceses. Não ter protegido os polacos tinha deteriorado a reputação de Napoleão no seu país, mas o que preocupava realmente os críticos era a Alemanha. Ao promover o nacionalismo em toda a Europa, minar a Áustria e encorajar a Prússia, rezava o argumento, o imperador tinha quebrado a primeira regra da política externa francesa, que era impedir o surgimento de uma Alemanha forte no seu flanco oriental. «Uma das minhas maiores críticas à unidade italiana», declarava o veterano Thiers em meados de abril ao *Corps Législatif*, «é que está destinada a ser a mãe da unidade alemã» (149). Em agosto de 1865, a opinião francesa e o próprio Napoleão ficaram chocados com a Convenção de Gastein, na qual Áustria e Prússia acordaram a administração do Schleswig e do Holstein sem dar palavra a Paris. Apesar destes sinais de aviso, Napoleão não apoiou os austríacos no confronto iminente. Foi distraído pela situação no México, onde a sorte de Maximiliano começava a declinar espetacularmente depois da derrota do Sul na Guerra Civil americana. Também a Grã-Bretanha estava preocupada com os assuntos do ultramar. «A Inglaterra já não é uma potência meramente europeia», explicou o chanceler do Tesouro, Benjamin Disraeli, «mas [sendo] o centro de um grande império marítimo (...) ela é realmente mais uma potência asiática do que europeia» (150).

Em 1866, Bismarck atacou. Recusou-se a apoiar as propostas de Viena e da Terceira Alemanha

para uma reforma confederal. Em abril, o chanceler prussiano concluiu uma aliança com os italianos, prometendo-lhes o Véneto a troco de eles abrirem uma frente no flanco sul da Áustria; também encorajou o separatismo húngaro a fim de enfraquecer internamente Francisco José. Nesse mesmo mês, tropas prussianas ocuparam o Holstein, que supostamente estava sob administração austríaca. A Áustria – apoiada por praticamente todo o resto da Alemanha – mobilizou-se para a guerra, em parte para desviar a atenção dos seus problemas nacionais, que se multiplicavam, mas principalmente para defletir o desafio à sua posição na Alemanha (151). Para surpresa de muitos, as forças prussianas usaram a nova rede de caminhos-de-ferro para se concentrarem rapidamente na Boémia e esmagaram os austríacos na batalha de Sadowa, em junho de 1866. Os exércitos da Terceira Alemanha obtiveram alguns êxitos pontuais contra os prussianos, mas depressa foram enxotados. Em agosto, a Áustria aceitou a sua exclusão da Alemanha no Tratado de Praga; dois meses depois, cedeu o Véneto a França, que depois o ofereceu à Itália. A Prússia anexou o Schleswig-Holstein, Hanover, Hesse-Cassel e Frankfurt. Muito do resto da Alemanha, vinte e dois estados ao todo, foi metido na Confederação da Alemanha do Norte sob a liderança de Berlim. Os estados alemães do Sul conservaram a sua independência, mas foram forçados a assinar acordos militares secretos que os amarravam ainda mais intimamente à Prússia. Pela primeira vez na história europeia moderna, a maior parte da Alemanha estava agora organizada com um centro de poder único. A luta pelo domínio da Alemanha tinha findado; estava prestes a começar uma nova fase na luta pela supremacia na Europa.

> Nos cinquenta anos que se seguiram ao Congresso de Viena a geopolítica europeia tinha

permanecido tão globalizada como sempre. As grandes potências contendiam pelo Egito, pela Síria e, em geral, pelo Império Otomano. Uma nova geopolítica humanitária centrada na escravatura e na proteção dos judeus fundia-se com convicções que vinham de longe sobre a ligação entre as boas normas de governo e a estabilidade internacional. A Grã-Bretanha e França confrontavam-se com os Estados Unidos, e entre si, na América Central e nas Caraíbas. Chegaram a estar à beira de intervir na Guerra Civil americana. A contenda central, contudo, era na Europa: na península Ibérica, em Itália e, acima de tudo, na Alemanha. Era na Confederação Alemã que os interesses geopolíticos se entrechocavam mais ruidosamente e onde os sentimentos liberais e nacionais que agitavam todo o continente

tinham as mais profundas implicações para todo o equilíbrio europeu; estas tensões acabaram por destruir a ordem central europeia e abriram caminho a uma geopolítica completamente nova baseada numa Alemanha independente e unida, em vez de uma confederação frouxa sob supervisão internacional. Quem ficou a perder em tudo isto foram alguns dos atores mais atrasados do sistema de Estados. No fim deste nosso período a Confederação Americana tinha sido destruída, a Rússia czarista derrotada na Crimeia e os Habsburgos austríacos expulsos da Alemanha. A Grã-Bretanha, em contrapartida, prevalecera diplomaticamente em toda a Europa por via da adoção do anti-esclavagismo como norma internacional e do apoio à sobrevivência do Império Otomano, da emergência de uma Itália unida e da progressiva unificação da Alemanha. A França tivera um êxito mais ambíguo, mas em termos gerais podia bem dar-se por satisfeita com a contenção da Rússia e a destruição da influência austríaca em Itália. A comunidade política mais bem-sucedida era de longe a dos Estados Unidos da América, que não só esmagara a secessão como também dissuadira uma intervenção estrangeira. A Prússia de Bismarck, que tinha cooptado os nacionalistas constitucionais, também se saiu bastante bem. Além do mais, embora a unificação da Alemanha e dos Estados Unidos estivesse longe de estar completa, ambos os Estados pareciam bem encaminhados para o estatuto de grandes potências baseadas num governo representativo de um ou outro tipo. Para os liberais, tudo isto parecia indicar a alvorada de uma nova era. Mal sabiam eles que nos anos vindouros a participação popular levaria a geopolítica europeia em direções imprevistas, acabando por conduzir a uma confrontação entre essas duas poderosas uniões.

-

1 Citado em H.-O. Sieburg, *Deutschland und Frankreich in der Geschichtsschreibung des neunzehnten Jahrhunderts* (Wiesbaden, 1954), p. 108.

2 Citado em James Chastain, «Privilege versus emancipation: the origins of Franco-Austrian confrontation in 1848», *Proceedings of the Consortium on Revolutionary Europe* (1987), p. 247 3 Citado em Anselm Doering-Manteuffel, *Vom Wiener Kongress zur Pariser Konferenz. England, die deutsche Frage und das Mächtesystem, 1815-1856* (Göttingen e Zurique, 1991), pp. 137-8. 4 Ver Peter Hofschroer, *1815. The Waterloo campaign. The German victory* (Londres, 1999). 5 O Senado do Massachussetts é citado em James G. Wilson, *The imperial republic. A structural history of American constitutionalism from the colonial era to the beginning of the twentieth century* (Aldershot, 2002), pp. 130-32. 6 Citado em Hermann Wentker, «Der Pitt-Plan von 1805 in Krieg und Frieden: zum Kontinuitätsproblem der britischen Europapolitik in der Ära der napoleonischen Kriege», *Francia*, 29, 2 (2002), pp. 129-45 (citação p. 137). 7 Ver Enno E. Kraehe, *Metternich's German policy. Vol. II. The Congress of Vienna, 1814-1815* (Princeton, 1983). 8 Sobre a parada russa ver John P. LeDonne, *The grand strategy of the Russian Empire, 1650-1831* (Oxford, 2004), p. 208.

9 Citado em Ulrike Eich, *Russland und Europa. Studien zur russischen Deutschlandpolitik in der Zeit des Wiener Kongresses* (Colónia e Viena, 1986), p. 172.

10 Citado em Wentker, «Der Pitt-Plan», p. 141.

11 Citado em John Bew, *Castlereagh. Enlightenment, war and tyranny, 1769-1822* (Londres, 2011), p. 377. 12 Citado em Brendan Simms, *The struggle for mastery in Germany, 1779-1850* (Basingstoke, 1998), p. 105. 13 Citado em Henry A. Kissinger, *A world restored* (Londres, 1957), p. 33. 14 Ver Betty Fladeland, «Abolitionist pressures on the Concert of Europe, 1814-1822», *Journal of Modern History*, 38, 4 (1966), pp. 355-73 (citação p. 363).

15 Ver Paul Kielstra, *The politics of the slave trade suppression in Britain and France, 1814-48* (Basingstoke, 2000), pp. 26-9 (citação p. 28).

16 Ver Thomas Neve, *The Duke of Wellington and the British army of occupation in France, 1815-1818* (Westport e Londres, 1992), pp. 93-103.

17 Citado em Wolf Gruner, «Der deutsche Bund und die europäische Friedensordnung», in Helmut Rumpler (coord.), *Deutscher Bund und deutsche Frage, 1815-1866* (Munique, 1990), p. 248. 18 Para as funções e objetivos internos «alemães» da Confederação Alemã ver Jürgen Müller, *Der deutsche Bund, 1815-1866* (Munique, 2006).

19 Neste sentido Anselm Doering-Manteuffel, *Vom Wiener Kongress zur Pariser Konferenz. England, die deutsche Frage und das Mächtesystem, 1815-1856* (Göttingen e Zurique, 1991), pp. 57-72. 20 Ver David Laven, «Austria's Italian policy reconsidered: revolution and reform in Restoration Italy», *Modern Italy*, 2, 1 (1997), pp. 1-33, que põe especial ênfase na dimensão geopolítica.

21 Ver Kenneth Bourne, *Britain and the balance of power in North America, 1815-1908* (Londres, 1967), pp. 53-119. 22 Ver Philip Harling and Peter Mandler, «From "fiscal-military state" to "laissez-faire state", 1760-1850», *Journal of British Studies*, 32 (1993), pp. 44-70.

23 Citado em Jonathan Parry, *The politics of patriotism. English liberalism, national identity and Europe, 1830-1886* (Cambridge, 2006), p. 46.

24 Frank Lawrence Owsley Jr e Gene A. Smith,*Filibusters and expansionists: Jeffersonian Manifest Destiny, 1800-1821* (Tuscaloosa, 1997).

25 Ver Edward Howland Tatum, *The United States and Europe, 1815-1823. A study in the background of the Monroe Doctrine* (Nova Iorque, 1936), pp. 186-7.

26 Neste sentido John M. Belohlavek, *«Let the eagle soar!» The foreign policy of Andrew Jackson* (Lincoln, Nebr., 1985), pp. 9-10.

27 Ver Gary P. Cox, *The halt in the mud. French strategic planning from Waterloo to Sedan* (Boulder, São Francisco e Oxford, 1994), p. 97.

28 Ver Michael Stephen Partridge, *Military planning for the defence of the United Kingdom* (Nova Iorque, 1989), pp. 4-21, 147-8 e *passim*.

29 Sobre a contenção russa ver Henry A. Delfiner, «Alexander I, the Holy Alliance and Clemens Metternich: a reappraisal», *East European Quarterly*, XXXVII, 2 (2003), especialmente pp. 138-50. 30 Citado em Derek Beales e Eugenio F. Biagini, *The Risorgimento and the unification of Italy* (Harlow, 2002), pp. 213-14.

31 Ver Daniel Moran, *Toward the century of words. Johann Cotta and the politics of the public realm in Germany, 1795-1832* (Berkeley, 1990).

32 Brendan Simms, «Napoleon and Germany: a legacy in foreign policy», in David Laven e Lucy Riall (coords.), *Napoleon's legacy. Problems of government in Restoration Europe* (Oxford e

Nova Iorque, 2000), pp. 97-112 (Görres é citado na p. 101).

33 Ver Lucy Riall, *The Italian Risorgimento. State, society and national unification* (Londres, 1994), especialmente pp. 11-28.

34 Neste sentido Maurizio Isabella, «Mazzini's internationalism in context: from the cosmopolitan patriotism of the Italian Carbonari to Mazzini's Europe of the nations», in *Proceedings of the British Academy*, 152 (2008), p. 50. 35 Ver Jaime E. Rodríguez O., *The independence of Spanish America* (Cambridge, 1998), pp. 169-92. 36 Para o «trabalho de equipa» entre gente de muitas nacionalidades diferentes dedicada ao comércio de escravos ver Joseph C. Dorsey, *Slave traffic in the age of abolition. Puerto Rico, West Africa, and the non-Hispanic Caribbean, 1815-1859* (Gainesville, 2003), pp. 83-100.

37 Maeve Ryan, «The price of legitimacy in humanitarian intervention: Britain, the right of search, and the abolition of the West African slave trade, 1807-1867», in Brendan Simms e D. J. B. Trim (coords.), *Humanitarian intervention. A history* (Cambridge, 2011), pp. 231-55. Só para Cuba foram traficados cerca de 400 000 escravos africanos depois ter sido ilegalizado o tráfico: para os números ver D. R. Murray, «Statistics of the slave trade to Cuba, 1790-1867», *Journal of Latin American Studies*, 3, 2 (1971), pp. 131-49 (pp. 134, 136, 141, 142, 144, 147 e especialmente 149). 38 Ver Paul W. Schroeder, *Metternich's diplomacy at its zenith, 1820-1823* (Austin, 1962), especialmente pp. 237-66. 39 Citado em D. L. Hafner, «Castlereagh, the balance of power, and "non-intervention" «, *Australian Journal of Politics and History*, 26, 1 (1980), p. 75.

40 Citado em Rafe Blaufarb, «The Western Question: the geopolitics of Latin American independence», *American Historical Review*, 112, 3 (2007), pp. 742-63 (citações p. 746).

41 Citado em John Bew, « "From an umpire to a competitor". Castlereagh, Canning and the issue of international intervention in the wake of the Napoleonic Wars», in Simms e Trim (coords.), *Humanitarian intervention*, p. 130. 42 Ver Günther Heydemann, *Konstitution gegen Revolution. Die britische Deutschland und Italienpolitik, 1815-1848* (Göttingen e Zurique, 1995), pp. 47-9 (citação p. 49).

43*Ibid.*, p. 108.

44 Ver Theophilius C. Prousin, *Russian society and the Greek Revolution* (DeKalb, Ill., 1994), pp. 26-54. 45 Ver Davide Rodogno, *Against massacre. Humanitarian intervention in the Ottoman Empire, 1815-1914* (Princeton, 2011).

46 Ver David T. Murphy, «Prussian aims for the Zollverein, 1828-1833», *Historian*, 53 (1991), pp. 287, 291 e *passim*. 47 Citado em F. R. Bridge, *The Habsburg monarchy among the great powers, 1815-1918* (Nova Iorque, Oxford e Munique, 1990), p. 34.

48 Citado em Barbara Jelavich, *Russia's Balkan entanglements, 1806-1914* (Cambridge, 1991), p. 62. 49 Citado em Frank Lorenz Müller, *Britain and the German Question. Perceptions of nationalism and political reform, 1830-63* (Basingstoke, 2002), p. 29.

50 Citado em Heydemann, *Konstitution gegen Revolution*, pp. 239-40 e 347. 51 Citado em Robert Tombs, *France 1814-1914* (Londres e Nova Iorque, 1996), p. 37. 52 Matthew Rendall, «Restraint or self-restraint of Russia: Nicholas I, the Treaty of Unkiar Skelessi, and the Vienna System, 1832-1841», *International History Review*, 24, 1 (2002), pp. 37-63, em especial pp. 38 e 57. 53 Citado em Beales e Biagini, *Risorgimento and the Unification of Italy*, pp. 26-7. 54 Ver Jürgen Angelow, *Von Wien nach Königgrätz. Die Sicherheitspolitik des deutschen Bundes im europäischen Gleichgewicht, 1815-1866* (Munique, 1996), p. 81.

55 Citado em Simms, *Struggle for mastery in Germany*, pp. 116 e 112. 56 Neste sentido Manfred Meyer, *Freiheit und Macht. Studien zum Nationalismus süddeutscher, insbesondere badischer Liberaler 1830-1848* (Frankfurt, 1994), pp. 117-30, 132, 137 e *passim*. 57 Sobre isto

ver Simms, *Struggle formastery in Germany*, pp. 128-31 e *passim* (citação p. 131). 58 «Prince Joseph zu Salm-Dyck an den General-Gouverneur Prinzen Wilhelm. Memorandum on the Constitutional Question», 28.1.1831, Aachen, in Joseph Hansen (coord.), *Rheinische Briefe und Akten zur Geschichte der politischen Bewegung, 1830-1850. Vol. 1: 1830-1845* (Essen, 1919), p. 5.

59 Citado em John M. Knapp, *Behind the diplomatic curtain. Adolphe de Bourqueney and French foreign policy, 1816-1869* (Akron, 2001), p. 60.

60 Citado em Parry, *Politics of patriotism*, p. 149.

61 Lawrence C. Jennings, *French anti-slavery. The movement for the abolition of slavery in France, 1802-1848* (Cambridge, 2000), pp. 50-53.

62 Ver Lacy K. Ford, *Deliver us from evil. The Slavery Question in the Old South* (Oxford, 2009), pp. 199-200. 63 Ver Christopher Schmidt-Nowara, *Empire and anti-slavery. Spain, Cuba and Puerto Rico, 1833-74* (Pittsburgh, 1999), p. 15.

64 Ver agora Seymour Drescher, *Abolition. A history of slavery and anti-slavery* (Cambridge, 2009), pp. 294-306. 65 Citado em Oscar J. Hammen, «Free Europe versus Russia, 1830-1854», *The American Slavic and East European Review*, XI (1952), pp. 27-41 (p. 29).

66 Citado em Roger Bullen, «France and the problem of intervention in Spain, 1834-1836», *Historical Journal*, 20, 2 (1977), pp. 363-93 (citação p. 381).

67 Neste sentido Anthony Howe, «Radicalism, free trade, and foreign policy in midnineteenth century Britain», in William Mulligan e Brendan Simms (coords.), *The primacy of foreign policy in British history, 1660-2000. How strategic concerns shaped modern Britain* (Basingstoke, 2010), pp. 167-80.

68 Ver Letitia W. Ufford, *The Pasha. How Mehmet Ali defied the west, 1839-1841* (Jefferson, 2007). 69 Citado em Abigail Green, «The British Empire and the Jews: an imperialism of human rights?», *Past and Present*, 199 (2008), pp. 175-205.

70 Citado em Tombs, *France*, p. 365.

71 O Duc d'Orléans é citado em H. A. C. Collingham (com R. S. Alexander), *The July monarchy. A political history of France, 1830-1848* (Londres e Nova Iorque, 1988), p. 232.

72 Citado em Simms, *Struggle for mastery in Germany*, pp. 159 e 162. 73 Citado em David H. Pinkney, *Decisive years in France, 1840-1847* (Princeton, 1986), p. 133. 74 Citado em Simms, *Struggle for mastery in Germany*, p. 165. 75 Citado em John P. LeDonne, *The Russian Empire and the world, 1700-1917. The geopolitics of expansion and containment* (Nova Iorque e Oxford, 1997), p. 125.

76 Citado em Cemil Aydin, *The politics of anti-westernism in Asia. Visions of world order in pan-Islamic and pan-Asian thought* (Nova Iorque, 2007), p. 20.

77 Citado em Robert Kagan, *Dangerous nation* (Nova iorque, 2006), p. 218. 78 Ver Donald Bruce Johnson e Kirk H. Porter (coords.), *National party platforms, 1840-1972* (Urbana, Chicago e Londres, 1956), pp. 12, 31, 36 e *passim*.

79 Citações em Abigail Green, «Nationalism and the "Jewish International". Religious internationalism in Europe and the Middle East, c.1840-c.1880», *Comparative Studies in Society and History*, 50 (2008), pp. 548 e 546. 80*Ibid.*, pp. 535 e 547.

81 Citado em Abigail Green, «Intervening in the Jewish Question, 1840-1878», in Simms and

Trim (coords.), *Humanitarian intervention*, p. 143.

82 Ver Jon Elster (coord.), *Karl Marx. A reader* (Cambridge, 1986), pp. 171-**A ideologia alemã* só foi publicado em 1932, pelo Instituto Marx-Engels de Moscovo (citação p. 182). 83 Citado em Michael Stephen Partridge, *Military planning for the defense of the United Kingdom* (Nova Iorque, 1989), p. 9.

84 Citado em Parry, *Politics of patriotism*, pp. 159-60. As minhas ideias nesta matéria foram muito influenciadas por Howe, «Radicalism, free trade and foreign policy», in Mulligan e Simms (coords.), *Primacy of foreign policy in British history*, pp. 167-80.

85 Citado em Tombs, *France*, p. 38.

86 Harald Müller, «Zu den aussenpolitischen Zielvorstellungen der gemässigten Liberalen am Vorabend und im Verlauf der bürgerlichen-demokratischen Revolution von 1848/49 am Beispiel der "Deutschen Zeitung" «, in H. Bleiber (coord.), *Bourgeoisie und bürgerliche Umwälzung in Deutschland, 1789-1871* (Berlim, 1977), p. 233. 87 Citado em Simms, *Struggle for mastery in Germany*, p. 171.

88*Ibid.*

89 Este relato é baseado numa muito útil cronologia analítica in Jonathan Sperber, *The European revolutions, 1848-1851*, 2.ª ed. (Cambridge, 2005), especialmente pp. VIII-XX. 90 Citado em Harry Hearder, «The making of the Roman Republic, 1848-1849», *History 60* (1975), p. 181. 91 Drouyn de Lhuys é citado em Martin Stauch, *Im Schatten der heiligen Allianz. Frankreichs Preussenpolitik von 1848 bis 1857* (Frankfurt, 1996), p. 78.

92 Lamartine e Bastide são citados em James G. Chastain, «France's proposed Danubian federation in 1848», *Proceedings of the Consortium on Revolutionary Europe* (Tallahassee, 1978), p. 103. 93 Citado em Tombs, *France*, p. 385.

94 Ver Stauch, *Im Schatten der heiligen Allianz*, pp. 41-3 (citações pp. 11 e 47). 95 Karl Marx e Friedrich Engels, *The communist manifesto*, coord. David McLellan (Oxford, 1992), pp. 2, 17 e 23. 96 Citado em Alan Sked, *Metternich and Austria. An evaluation* (Basingstoke e Londres, 2008), p. 65. 97 Citado em Parry, *Politics of patriotism*, p. 196.

98 Milbanke fez comentários semelhantes ao longo de todo o período 1848-9, como mostram os registos dos Arquivos Nacionais (cartas a Palmerston de 8.5.1848, 6.6.1848 e 31.3.1849 in *NA – National Archives – F09/10; NA F09/101 e NA F09/103*). Estou muito grato a Frank Lorenz Müller por me ter fornecido estas referências. 99*Ibid.*, p. 39.

100 Citado em Martin Schulze Wessel, *Russlands Blick auf Preussen. Die polnische Frage in der Diplomatie und der politischen Öffentlichkeit des Zarenreiches und des Sowjetstaates, 1697-1947* (Estugarda, 1995), p. 120. 101 Ver Randolf Oberschmidt, *Russland und die Schleswig-holsteinische Frage, 1839-1853* (Frankfurt am Main, 1997), pp. 281, 289 e *passim*.

102 Citado em Mathias Schulz, «A balancing act: domestic pressures and in ternational systemic constraints in the foreign policies of the great powers, 1848-1851», *German History* 21, 3 (2003), pp. 319-46 (citação p. 326). 103 Citado em A. J. P. Taylor, *The struggle for mastery in Europe, 1848-1918* (Oxford, 1971 [1954]), p. 37. 104 Citado em Schulz, «A balancing act», p. 328.

105 Ver Schulz, pp. 335-6, para as citações.

106 Citado em Frank Lorenz Müller, *Britain and the German Question. Perceptions of nationalism and political reform, 1830-63* (Basingstoke, 2002), p. 153.

107 O «Manifesto à Europa» de Lamertine in Alphonse de Lamartine, *History of the French*

Revolution of 1848 (Londres, 1849), pp. 283-5.

108 A *Gazette de France* é citada em Stauch, *Im Schatten der heiligen Allianz*, p. 73; Bastide é citado em Jörg Ulbert, «France and German dualism, 1756-1871», in Carine Germond e Henning Türk (coords.), *A history of Franco-German relations in Europe. From «hereditary enemies» to partners* (Basingstoke, 2008), p. 44. 109 Ver Manfred Kittel, «Abschied vom Völkerfrühling? National- und aussenpolitische Vorstellungen im konstitutionellen Liberalismus 1848-49», *Historische Zeitschrift*, 275 (2002), pp. 333-83. 110 Citado em Tombs, *France*, p. 398.

111 Ver R. J. W. Evans, «From confederation to compromise: the Austrian experiment, 1849-1867», *Proceedings of the British Academy*, 87 (1995), pp. 135-67 (especialmente pp. 138-40).

112 Citado em Nikolaus Buschmann, *Einkreisung und Waffenbruderschaft. Die öffentliche Deutung von Krieg und Nation in Deutschland, 1850-1871* (Göttingen, 2003), p. 191. Ver também Kevin Cramer, *The Thirty Years War and German memory in the nineteenth century* (Lincoln, Nebr., e Londres, 2007), pp. 51-93 e 141-77. 113 Ver Christian Jansen, *Einheit, Macht und Freiheit. Die Paulskirchenlinke und die deutsche Politik in der nachrevolutionären Epoche, 1849-1867* (Dusseldorf, 2000), pp. 510-20 e 530-64. 114 Citado em Otto Pflanze, *Bismarck and the development of Germany. The period of unification, 1815-1871* (Princeton, 1963), p. 72.

115 Citado em Efraim Karsh, *Islamic imperialism. A history* (New Haven, 2006), p. 97. 116 Ver Taylor, *Struggle for mastery in Europe*, p. 61: «O que estava verdadeiramente em jogo na guerra da Crimeia não era a Turquia. Era a Europa Central; ou seja, Alemanha e Itália.»

117 Citado em Doering-Manteuffel, *Vom Wiener Kongress zur Pariser Konferenz*, p. 215. 118 Citado em Müller, *Britain and the German Question*, p. 162. 119 Citado em Kagan, *Dangerous nation*, p. 234.

120 Ver Robert E. May, *The Southern dream of a Caribbean empire, 1854-1861*, 2.ª ed. (Gainesville, 2002), pp. 46-76. A relação entre a expansão territorial e o interesse Sulista no Congresso é descrito nas pp. 11-12. 121 Paul W. Schroeder, *Austria, Great Britain and the Crimean War. The destruction of the European Concert* (Ithaca e Londres, 1972), especialmente pp. 423-4.

122 Estes números fascinantes estão em David Saunders, *Russia in the age of reaction and reform, 1801-1881* (Londres e Nova Iorque, 1992), p. 207.

123 Citado em Saunders, *Russia in the age of reaction and reform*, pp. 223-4. 124 Sobre a centralidade da política externa na política interna britânica ao longo dos anos 1850, ver Adrian Brettle, «The enduring importance of foreign policy dominance in mid-nineteenth-century politics», in Mulligan e Simms (coords.), *Primacy of foreign policy in British history*, pp. 154-66.

125 Citado em Parry, *Politics of patriotism*, p. 68.

126 Ver Denis Mack Smith, *Cavour* (Nova Iorque, 1985), p. 111 e *passim*. 127 Citado para Derek Beales, *England and Italy, 1859-1860* (Londres, Edimburgo, etc., 1961), pp. 3-4. 128 Ver Mack Walker (coord.), *Plombières. Secret diplomacy and the rebirth of Italy* (Nova Iorque, Londres e Toronto, 1968), pp. 27-37, especialmente pp. 28-9.

129 Sobre a centralidade da Alemanha durante a guerra italiana ver Franco Valsecchi, «European diplomacy and the expedition of the thousand. The conservative powers», in Martin Gilbert (coord.), *Acentury of conflict, 1850-1950. Essays for A. J. P. Taylor* (Londres, 1967), pp. 49-72, especialmente pp. 54-65. 130 Ver Michael J. Salevouris, *«Riflemen form». The war scare of 1859-1860 in England* (Nova Iorque e Londres, 1982), pp. 152-95.

131 Ver D. M. Schreuder, «Gladstone and Italian unification, 1848-70: the making of a Liberal?», *The English Historical Review*, LXXXV (1970), p. 475.

132 Ver Mark Hewitson, *Nationalism in Germany, 1848-1866* (Basingstoke, 2010), pp. 76-7.
133 Andreas Biefang, *Politisches Bürgertum in Deutschland, 1857-1868. Nationale Organisationen und Eliten* (Dusseldorf, 1994), pp. 66-79.

134 Citado em Knapp, *Behind the diplomatic curtain*, p. 270. 135 Citado em Frank Lorenz Müller, «The spectre of a people in arms: the Prussian government and the militarisation of German nationalism, 1859-1864», *The English Historical Review*, CXXII, 495 (2007), pp. 82-104 (citação p. 85). 136 As duas posições são discutidas em Hans-Christof Kraus, «Militärreform oder Verfassungswandel? Kronprinz Friedrich von Preussen und die "deutschen Whigs" in der Krise von 1862/63», in Heinz Reif (coord.), *Adel und Bürgertum in Deutschland. Vol. I: Entwicklungslinien und Wendepunkte im 19. Jahrhundert* (Berlim, 2000), pp. 207-32. 137 Ver Andreas Kärnbach, «Bismarcks Bemühungen um eine Reform des Deutschen Bundes 1849-1866», in Oswald Hauser (coord.), *Preussen, Europa und das Reich* (Colónia e Viena, 1987), pp. 199-221, especialmente pp. 207-8. 138 Esta extraordinária troca de palavras é citada em Jonathan Steinberg, *Bismarck. A life* (Oxford, 2011), p. 174. 139 Citado em May, *The Southern dream of Caribbean empire*, p. 237. Em geral, May é demasiado modesto quanto à medida em que a questão da expansão territorial levou à Guerra Civil: pp. 242-3. 140 Sobre o ataque preventivo sulista ver Matthew Flynn, *First strike. Preemptive war in modern history* (Nova Iorque, 2008), pp. 41-2.

141 Citado em Kagan, *Dangerous nation*, p. 91.

142 Ver John Dunn, «Africa invades the new world: Egypt's Mexican adventure, 1863-1867», *War in History*, 4 (1997), pp. 27-34.

143 Citado em Henry Blumenthal, *France and the United States. Their diplomatic relations, 1789-1914* (Chapel Hill, 2009), p. 109.

144 Citado em James Chambers, *Palmerston, the people's darling* (Londres, 2004), p. 495. 145 Ver David F. Krein, *The last Palmerston government. Foreign policy, domestic politics, and the genesis of «splendid isolation»* (Ames, 1978), pp. 174-9.

146 Ver Jacques Freymond e Miklós Molnár, «The rise and fall of the First International», in Milorad Drachkovitch (coord.), *The revolutionary Internationals, 1864-1943* (Stanford, 1966).
147 R. J. W. Evans, «From confederation to compromise: the Austrian experiment, 1849-1867», *Proceedings of the British Academy*, 87 (1995), pp. 135-67 (citação p. 164).

148 Citado em Schulze Wessel, *Russlands Blick auf Preussen*, p. 130. 149 Citado em Tombs, *France*, p. 414.

150 Citado em Sked, *Metternich and Austria*, p. 63.

151 Para as causas da guerra do lado de Viena ver Geoffrey Wawro, «The Habsburg Flucht nach vorne in 1866: domestic political origins of the Austro-Prussian War», *International History Review*, 17, 2 (1995), pp. 221-48, especialmente pp. 221 e 229.

5

Unificações, 1867-1916

Sua Majestade o Rei da Prússia em nome da Confederação da Alemanha do Norte,

> *Sua Majestade o Rei da Baviera, Sua Majestade o Rei de Württemberg, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Baden, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Hesse (...) concluem uma perpétua federação para a proteção do território da federação.*

Tratado Constitucional da Alemanha, 1871 (1)

Meus senhores, se a guerra que tem pendido sobre as nossas cabeças por mais de

> *dez anos como uma espada de Dâmocles – se essa guerra rebentar, ninguém poderá prever por quanto tempo durará nem como acabará. As maiores potências da Europa, armadas como nunca antes, confrontar-se-iam no campo de batalha (...) Meus senhores, poderá ser uma Guerra dos Sete Anos; poderá ser uma Guerra dos Trinta Anos; e ai do homem que ateie fogo à Europa, do primeiro que atire um fósforo para o barril de pólvora!*

Helmuth von Moltke, maio 1890 (2)

O fim das guerras civis alemã e americana em meados dos anos 1860 deixou a cena europeia e

mundial absolutamente transformada por duas grandes unificações nacionais. Na América do Norte, a longa luta pela supremacia entre Norte e Sul resolveu-se com a rendição da Confederação em 1865. Um ano mais tarde, a luta pelo domínio da Alemanha decidiu-se em Sadowa e no subsequente Tratado de Praga. O resultado em ambos os

casos foi um acréscimo sem precedentes de força política, militar e económica, de enormes consequências para a balança do poder. Porém, a despeito dos seus recursos gigantescos, nem os americanos nem os alemães se sentiam à vontade com o mundo exterior ou, sequer, consigo mesmos. A Alemanha unida herdou a preocupação da Prússia com o cerco e, mesmo depois da reunificação, os líderes dos Estados Unidos ainda viam ameaças em todo o lado. Ambas as sociedades estavam profundamente divididas no seu interior: culturalmente, regionalmente, politicamente e economicamente, e isto afetava a sua noção do lugar que tinham no mundo. Em todo o caso, as potências estabelecidas – Grã-Bretanha, França, Áustria e Rússia – enfrentavam agora novas ameaças às quais reagiram tanto interna como diplomaticamente. Isto levou a um crescimento explosivo do interesse geral na geopolítica, tanto na Europa como do outro lado do Atlântico. O poderio em ascensão de Berlim, especialmente, marcou a agenda dos cinquenta anos seguintes, nas capitais europeias, primeiro, bem como depois em Washington. Chegados ao fim do período coberto por este capítulo, por conseguinte, os dois colossos unificados estavam em rota de colisão. A questão de qual desses dois grandes centros de poder prevaleceria na Europa e no resto do mundo não ficaria decidido senão em meados do século seguinte (3).

> A vitória do Norte na Guerra Civil Americana levou a uma política externa mais ativa dos

Estados Unidos. Estava quebrado o longo impasse da expansão. Em dezembro de 1868, o presidente Johnson declarou perante o Congresso que «uma verdadeira política nacional parece aconselhar a aquisição e incorporação nesta nossa união federal das várias comunidades continentais e insulares vizinhas» (4). Tudo isto eram más notícias para os índios que habitavam os grandes espaços entre a área nuclear da União e as suas extensões no oceano Pacífico. Durante os trinta anos seguintes foram progressivamente expropriados, marginalizados e, em muitos casos, pura e simplesmente exterminados, à medida que a União foi avançando para oeste, numa sucessão de novos estados (5). O renovado sentido de missão dos Estados Unidos também pressagiava problemas para as potências europeias com interesses importantes no lado oposto do Atlântico. A questão mais premente era a do México, onde Washington via as tropas imperiais patrocinadas pela França e os egípcios que o quediva tinha enviado para fazer um favor a Napoleão III, como uma ameaça estratégica e uma afronta ideológica. O imperador Maximiliano era a personificação daquilo que a Doutrina Monroe tinha sido criada para

evitar: instituições monárquicas no pátio das traseiras da América, apoiadas por uma potência europeia. Em setembro de 1865, os egípcios foram avisados pelo secretário de Estado William Seward que, finda a Guerra Civil, o Congresso e o Presidente estavam agora «unidos na preocupação pela segurança de instituições republicanas livres neste continente». Mais diretamente, o quediva Ismail foi prevenido pelo emissário dos Estados Unidos de que aquilo que tinha «feito no México a pedido de outra potência podiam os Estados Unidos fazê-lo no Egito a pedido de alguma potência amiga» (6). Após um breve alarme de guerra as forças francesas e egípcias abandonaram Maximiliano, que foi pouco depois capturado e executado pelos republicanos mexicanos.

> Washington voltou-se agora para fazer frente à Grã-Betanha, que bloqueava a expansão

territorial para norte e com a qual estavam por resolver disputas marítimas da Guerra Civil, em especial no que se referia às reparações pelas depredações do *Alabama*, um navio de corso confederado construído pelos britânicos. Uma convenção anglo-americana de compromisso de janeiro de 1869 foi rejeitada pelo Senado. Em maio desse ano o senador republicano e presidente da Comissão de Relações Estrangeiras, Charles Sumner, chegou a pedir a cessão da América do Norte britânica. Ao mesmo tempo, deflagrou grande tensão ao longo da fronteira sudeste da União, onde a Espanha temia que os Estados Unidos usassem a persistência da escravatura como pretexto para anexar Cuba, ansiedade que aumentou quando a partir de 1868 rebentou na ilha uma revolta contra Madrid.

> Do lado de cá do Atlântico, a potência revolucionária do sistema era a Prússia, a alma de uma

Confederação da Alemanha do Norte que incluía a Saxónia, a parte norte do Hesse, os Mecklemburgos e um certo número dos estados mais pequenos; o rei Guilherme descreveu a Confederação alemã como «uma extensão do braço da Prússia» (7). O parlamento confederal era eleito por voto direto universal masculino – uma concessão que Bismarck usou para ultrapassar a burguesia. Mas o plano da Prússia ia ainda mais longe, pois os membros da *Zollverein* que não pertenciam à Confederação, como Baden, Württemberg e Baviera enviaram delegados a um «Parlamento Aduaneiro» conjunto. Bismarck tinha esperança de que estes pudessem ser usados para mobilizar o apoio popular à fase seguinte do projeto de unificação e forçar a mão dos governos dos estados. Continuava a acreditar que a segurança da Prússia só podia ser assegurada pelo estabelecimento de

fortes baluartes a sul e oeste, isto é, trazendo Baden, Württemberg e Baviera a uma associação mais estreita com a Prússia.

> Deixados a si mesmos, todavia, os estados do Sul não faziam tenções de se submergir numa

Alemanha unida. Nem sequer os incentivos económicos oferecidos pelo *Zollverein* e a cooperação com uma Prússia em rápida industrialização conseguiram persuadir as elites a prescindir da sua soberania duramente ganha ou as suas populações a submeter-se à tutela prussiana. A cooperação económica não levava inexoravelmente à união política. Todos os estados médios se tinham posto do lado da Áustria em 1866 e a retirada de Viena da Alemanha não os levou automaticamente a procurar abrigo na Prússia (8). Pelo contrário, as eleições para o Parlamento Aduaneiro em março de 1868 produziram maiorias sulistas contra a união. Os nacionalistas liberais também não tiveram bons resultados nas eleições de 1869 da Baviera e do Württemberg. Como lamentou um ano mais tarde o proeminente escritor liberal Gustav Freitag, «Não é verdade que os estados do Sul da Alemanha estejam a aproximar-se gradualmente de nós. Estão necessariamente a ficar mais distantes de nós quanto mais progride a legislação no Norte. E depois, o quê? Uma eterna divisão» (9). Ao longo dos últimos anos 1860, os deputados nacionalistas do *Landtag* da Alemanha do Norte vituperaram a administração Bismarck por não ter protegido Baden de França admitindo-o rapidamente na nova Confederação e, em geral, por não ter promovido a unidade alemã. Isto incitou nacional-liberais como Karl Twesten a usar a aprovação do orçamento em abril de 1869 como alavanca para exigir uma apresentação e discussão mais abertas dos «objetivos principais da política externa» (10). Só uma forte ameaça externa geraria o impulso necessário para uma geopolítica popular de modo a completar o projeto de unificação e consolidar a posição do chanceler internamente.

> A súbita explosão do poder americano e prusso-alemão em meados dos anos 1860 teve um

profundo impacto na estratégia geral e nas políticas internas da Europa e do mundo inteiro. A Grã-Bretanha mostrava de momento pouca ansiedade no que se referia à Alemanha. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Lorde Stanley, observou em agosto de 1866 que «para nós não há perda, antes ganho, na interposição de uma sólida barreira entre as duas grandes potências agressivas do continente [França e Rússia]» (11). Mesmo assim, os acontecimentos de finais dos anos 1860 convenceram muitos de que a Grã-Bretanha

precisava de mobilizar recursos novos para defender a sua posição no sistema de Estados. Gladstone argumentou em abril de 1866 que o triunfo da União na Guerra Civil demonstrava as vantagens de um voto alargado de modo que «pode ser alinhada uma acrescida potência a mando do governo e dada uma acrescida energia aos atos de uma nação» (12). Em 1867, o direito de voto foi ampliado pelo Reform Act, uma medida que tinha, sem dúvida, profundas raízes internas, mas que também era informada por um forte sentido da sua importância para a posição internacional da Grã-Bretanha.

> Ao mesmo tempo, Londres começou a explorar maneiras de poder fazer que o império

ultramarino em desenvolvimento desse o seu contributo à defesa imperial (13). A América do Norte britânica, que estava especialmente ameaçada pelo surto expansionista americano do pós-guerra e pela simples atração gravitacional da dimensão dos Estados Unidos, encetou conversações em 1865 com vista a uma federação e em 1867 as comunidades de colonos ali existentes formaram o Domínio do Canadá. Em Viena, eclodia agora um debate aceso entre aqueles que queriam assumir o prejuízo na Alemanha para se concentrarem nos Balcãs e aqueles que exigiam que o projeto prussiano de unificação devia ser interrompido ou pelo menos travado através de uma cooperação com França e com os estados do Sul da Alemanha. «Sairemos totalmente da Alemanha», prometeu Franciso José I depois de Sadowa, «quer nos seja exigido quer não e depois das experiências com os nossos queridos aliados alemães considero isto uma bênção para a Áustria» (14). O seu novo ministro dos Estrangeiros, o conde Friedrich Ferdinand von Beust, por outro lado, anunciou que «não recuaria perante qualquer (...) possível consequência» de uma aliança com Napoleão III para refrear a Prússia, «nem sequer o engrandecimento de França na Alemanha» (15). A vitória prussiana também teve um profundo impacto na política interna dos Habsburgos. A reforma constitucional tornava-se agora imperativa, em parte porque a derrota do Império tinha enfraquecido a posição de Francisco José I contra as exigências húngaras, mas principalmente porque a ferida antiga do ressentimento magiar tornava impossível uma política externa forte. Em 1867, Viena chegou finalmente a um entendimento com Budapeste no acordo de *Ausgleich*, ou «Compromisso». A Hungria não só retinha o seu próprio Parlamento com substanciais poderes fiscais e legislativos e adquiria o seu próprio exército, o *Honved*, como também lhe era outorgado um estatuto de igualdade com a metade austríaca do Império. O novo Estado era uma monarquia dual – a Áustria-Hungria – e a dinastia esperava que as energias libertadas pela nova estrutura constitucional tornassem o

Império mais competitivo na Europa.

> Em São Petersburgo a opinião dominante continuava a ser a de que os avanços de Bismarck na

Alemanha eram o melhor método de enfraquecer a França, permitindo assim à Rússia rever as odiadas cláusulas sobre o mar Negro (16). Começavam, no entanto, a fazer-se ouvir fora dos círculos governamentais algumas vozes críticas. Em 1865 foi abolida nas principais cidades a censura prévia da imprensa, dando grande impulso à nascente esfera pública. Aproveitando essas novas liberdades, o eslavófilo I. S. Aksakov e o magnata dos jornais de Moscovo M. N. Katkov sustentaram que o principal inimigo da Rússia era agora a Prússia, cuja defesa da causa «alemã» representava uma ameaça mortal nos Balcãs e até mais perto (17). Tal como Bismarck estava a unir a Alemanha, a Rússia devia juntar os eslavos. Como a Grã-Bretanha, a Rússia procurava aumentar o seu peso europeu graças a uma expansão imperial na Ásia Central e Oriental. «Como os Estados Unidos na América, França em África (...) a Grã-Bretanha (...) na Índia», observou Gorchakov em dezembro de 1864, a Rússia era obrigada a expandir-se «menos por ambição do que [por] absoluta necessidade» num mundo «em que é extremamente difícil ficar parado». Muitos, dentro e fora do governo, estavam céticos quanto a uma expansão para leste, que viam como uma distração dos interesses centrais russos na Europa, especialmente nos Balcãs. «Tudo o que torna a Rússia maior» na Ásia, queixava-se Katkov em março de 1865, «enfraquece-a na Europa. O papel da Rússia como grande potência não tem ali a sua base mas sim no seu domínio sobre as planuras ocidentais e a sua posição no mar Negro» (18).

> Em França, a ascensão da Prússia dominou a política interna e externa a partir de 1866.

Napoleão procurou contrabalançar o duplo embaraço da derrota no México e da vitória de Bismarck sobre a Áustria marcando as suas reivindicações de uma «reparação» na Alemanha Ocidental, no Luxemburgo e até na Bélgica. O seu ministro dos Estrangeiros, o marquês de la Valette, justificava essa reivindicação, em setembro de 1866, com o argumento de que «há uma força irresistível (...) que empurra os povos a unirem-se em grandes aglomerações e faz desaparecer as potências intermédias» (19). As ambições diplomáticas do Imperador forçaram-no a concessões internas para reforçar a apoio às suas políticas ativistas no exterior. Em meados de janeiro de 1867, os ministros foram autorizados a dirigir-se ao Parlamento e a ser questionados pelos deputados. Um ano mais tarde foram levantadas as

restrições à imprensa e ao debate parlamentar. A oposição prontamente intensificou o seu ataque à incompetência do regime. Thiers acusou Napoleão III no parlamento de ter consentido a consolidação da Alemanha e assim o estabelecimento de uma grande potência, «jovem, ativa, audaz e devorada pela ambição» junto à fronteira leste de França. Tinham sido derrubados desse modo séculos de estratégia francesa. «Não falta por cometer», troou Thiers em março de 1867, «um único erro» (20). À medida que a década se aproximava do fim era claro que Napoleão III teria de averbar uma espetacular vitória na política externa ou ceder ainda mais terreno aos seus críticos internos.

> O chanceler prussiano quebrou então o impasse com uma série de golpes de mestre.

Encorajou secretamente as exigências francesas sobre o Luxemburgo em 1867, só para depois as renegar quando se estabeleceu a inevitável indignação pública. Neutralizou o czar em março de 1868, garantindo que os russos manteriam em cheque a Áustria-Hungria. Em março-abril de 1869, explorou a controvérsia internacional sobre as tentativas de França para se apossar de uma parte do sistema ferroviário da Bélgica. Nesse mesmo ano, apoiou a candidatura de um Hohenzollern ao trono de Espanha. França opunha-se furiosamente a isto. O ministro dos Estrangeiros, o duque de Gramont, jurou que a França nunca consentiria que Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen assumisse o «trono de Carlos V» (21), uma referência direta ao traumático cerco de França pelos Habsburgos. Em toda a Paris e nas províncias soou o alarme de que os prussianos não estavam agora apenas do outro lado do Reno, mas também a sul dos Pirenéus. Napoleão decidiu adiantar-se a este pretenso perigo – que assentava na presunção altamente discutível de que Leopoldo estaria disposto a subordinar a política externa espanhola aos objetivos prussianos – confrontando a Prússia. O governo, como admitiu sem rebuços o primeiro-ministro Émile Ollivier, também esperava usar a crise para fins internos; «devemos mostrar firmeza e ânimo ou não conseguiremos dar conta da revolução e do socialismo cá dentro» (22). Quando Bismarck manipulou o relato de um encontro entre o rei prussiano e o embaixador francês no famigerado «Telegrama de Sem», o sentimento mútuo de indignação em França e na Prússia conduziu à guerra. A melhor hipótese de vitória para Napoleão era um rápido avanço em território alemão, para tirar partido da suposta superioridade do corpo do seu exército antes que os prussianos conseguissem mobilizar as suas reservas. Como o chanceler esperava, esta intenção agressiva lançou nos braços de Bismarck os nacionalistas alemães e especialmente os governos dos estados do Sul da Alemanha.

Mesmo muitos que tinham permanecido céticos a respeito da unidade da Alemanha – ou pelo menos da sua variante sob direção prussiana – tomaram agora partido contra França (23). Bismarck tinha agora o necessário mandato popular e dos príncipes para uma guerra nacional contra o inimigo hereditário. Em meados de julho, Francisco José, enojado com o abandono por Napoleão do seu irmão Maximiliano à vingança mexicana, anunciou a sua neutralidade. Os Estados do sul da Alemanha, arrebatados por uma onda de entusiasmo nacionalista, alinharam do lado da Prússia e ao crescerem as vitórias o resto da Alemanha – inicialmente hesitante – depressa se lhes seguiu. Mesmo aqueles que tinham sido anexados brutalmente pela Prússia em 1866 – como os hanoverianos – se juntaram à luta contra o «inimigo hereditário». Passados poucos meses o Exército francês já tinha sido derrotado em Sedan e Napoleão III feito prisioneiro. Em maio de 1871, o Império Alemão era proclamado na Sala dos Espelhos de Versalhes.

> A Alemanha unida era um colosso segundo qualquer critério. Com uma população de 41

milhões de pessoas, era maior que França (36 milhões) e que a Grã-Bretanha (31 milhões). Só o vasto império czarista se podia gabar de um maior número de súbditos (77 milhões) (24). Em comparação, a população da Prússia em 1850 era de apenas 16 milhões. Além disso, ao contrário da sua estagnada rival francesa, a população alemã estava a crescer rapidamente. Atrelados a este motor demográfico havia uma economia que se industrializava rapidamente, o melhor sistema educativo do mundo e um Exército que não era inferior a nenhum outro. Os contemporâneos comparavam a Alemanha aos recém-reunificados Estados Unidos. «A adoção na Europa», disse o presidente Ulysses S. Grant ao Congresso, em fevereiro de 1871, «do sistema americano de uma União sob o controlo e direção de um povo livre, educado na autocontenção, não pode deixar de difundir as instituições populares e alargar a influência pacífica das ideias americanas» (25). A imprensa popular celebrava Bismarck como «pai fundador» e mesmo como o «Washington» do novo império (26). Ao contrário dos Estados Unidos, todavia, esta vasta entidade nova estava localizada no coração da Europa. A consolidação do centro europeu tinha eliminado a almofada de «intermediários» que durante tanto tempo separara as grandes potências; «a Áustria tinha sido excluída da Alemanha definitivamente» (27). Onde durante centenas de anos existira uma pletora de Estados mais pequenos e uns meros sete anos antes ainda tinha havido cerca de quarenta entidades distintas, reinava agora sem rival um só poder. Ao longo das décadas seguintes este facto dominaria as políticas internas e externas dos principais Estados

europeus.

> A derrota de Sedan e a captura de Napoleão III destruíram o II Império. Muitos franceses

acreditavam agora que só uma transformação revolucionária interna podia salvar a nação de uma derrota completa. Foi proclamada a III República e designado um Governo de Defesa Nacional com o carismático Léon Gambetta como ministro da Defesa. A Guarda Nacional foi ressuscitada. Dado que estavam a seguir o guião de 1792, muitos franceses estavam convencidos de que a resultante onda de entusiasmo nacionalista, liberal e radical varreria os alemães para fora do país (28). Em princípios do ano seguinte, contudo, os alemães já tinham forçado o novo governo a assinar um armistício, nos termos do qual se incluía a cessão da Alsácia-Lorena e o pagamento de uma enorme indemnização. O partido da paz chefiado por Thiers ganhou esmagadoramente as eleições subsequentes, os bonapartistas foram varridos e depois de um debate azedo a assembleia reunida em Bordéus depressa aceitou as condições de Bismarck. O voto parlamentar a favor da paz provocou a revolta da «Comuna» em março de 1871, daqueles que desejavam continuar a combater, em parte para salvar a honra nacional, mas também porque consideravam a decisão um cavalo de Tróia para a restauração da monarquia. Dois meses depois a Comuna foi esmagada pelo Governo antes que o pudessem fazer os ocupantes.

> Tudo isto fez os franceses voltar à estaca zero (29). O principal desafio estratégico depois de

1871 continuava a ser a Alemanha. Segundo a influente *Revue des Deux Mondes*, em edição de janeiro de 1872, «A Casa de Hohenzollern está condenada a uma guerra perpétua, como Napoleão, porque se recusa a pôr um limite aos seus ganhos (...)» (30). Da mesma forma, a política interna era dominada pela questão de como recuperar a Alsácia-Lorena ou pelo menos restaurar o devido lugar de França no sistema de Estados europeu (31). A direita desistia agora da sua longa oposição ao serviço militar obrigatório; à esquerda, as antigas «pombas» transformavam-se em «falcões» que advogavam a *levée em masse*. Uma série de leis militares de 1872, 1873 e 1875 aumentou a duração do serviço militar para cinco anos, fazendo de França – por muitas deficiências que tivesse o seu sistema de conscrição – a sociedade mais altamente militarizada da Europa. Foi instituído um forte poder executivo, com um Presidente quase monárquico, eleito diretamente, que não respondia perante o Parlamento.

> O colapso de França também conduziu a uma importante reconfiguração geopolítica na

Europa de Leste e do Sudeste. O primeiro-ministro austro-húngaro, Beust, desistiu finalmente da Alemanha e decidiu pedir a ajuda de Bismarck contra a Rússia, no estrangeiro, e, internamente, contra a revolução. Procurou também criar uma «Europa Central» mais unificada – a *Mitteleuropa* – para compensar a perda do apoio francês contra São Petersburgo (32). Isto era em parte o reconhecimento das novas realidades das políticas de poder, em parte uma resposta ao apoio russo à agitação pan-eslávica no Império, em especial na Boémia, e em parte um aceno ao estado de espírito interno. À Rússia, a derrota francesa proporcionava a oportunidade para nova investida para sul em direção a Constantinopla. Em novembro de 1870, o czar revogou unilateralmente as odiadas cláusulas do mar Negro, demonstrando a sua intenção de reatar o avanço sobre o Império Otomano. Depressa se tornou claro, contudo, que ainda havia sérios obstáculos à realização da sua «missão histórica». Os Habsburgos, recentemente expulsos da Alemanha e de Itália, estavam cada vez mais determinados a evitar que o czar os flanqueasse no sudoeste. «O caminho para Constantinopla», escreveu o general russo Rostislav Fadeyev na sua famosa *Opinião sobre a Questão do Oriente* (1870), «[agora] passa por Viena» (33). Crescia, porém, a opinião de que a verdadeira barreira às ambições russas e às aspirações pan-eslávicas era a Alemanha. Os dois principais jornais russos, a *Gazeta de Moscovo,* de Mihail Katkov, e *A Voz*, transbordavam de vitríolo anti-alemão em 1870-71. Condenavam «a imposição da Prússia à Europa» e alegavam que «uma tendência irreprimível e natural impele a Alemanha na senda da conquista» (34). De momento, todavia, esta retórica ainda era contida pela política oficial czarista, que se mantinha favorável a Bismarck por motivos ideológicos e saudava a unificação alemã como uma brecha no odiado sistema da Crimeia. Para ele, e para muitos homens de Estado czaristas, o inimigo principal ainda era Londres e não Berlim.

> Na Grã-Bretanha, o significado histórico da unificação alemã foi imediatamente reconhecido,

mas o consenso acabava aí. Alguns acreditavam que a anexação da Alsácia-Lorena tinha revelado que a nova Alemanha era uma ameaça potencial ao equilíbrio de poder europeu. Gladstone acautelava em novembro de 1870 que «mal a Alemanha começa o seu trabalho de engrandecimento (...) sai dos seus limites e chega-nos num terreno em que todos os países têm direito a contestar e discutir o título», exatamente como as grandes potências tinham feito com a Rússia na

questão da Crimeia (35). Três anos mais tarde, o embaixador britânico, Odo Russell, avisou que Bismarck visava não só manter França perpetuamente na mó de baixo, mas também alcançar a «supremacia da Alemanha na Europa e a da raça alemã no mundo» (36). A maioria dos britânicos, porém, opinava que a unificação alemã era uma coisa boa e não representava qualquer ameaça para a segurança britânica; na verdade, a derrota de Napoleão III até reduzia o perigo para a costa sul (37). Muitos diplomatas e comentadores, tais como o veterano Robert Morier, eram altamente entusiásticos quanto à emergência no centro da Europa de um Estado protestante, poderoso e potencialmente liberal, capaz de conter tanto a França como a Rússia (38). Além disso, a maior parte dos céticos – incluindo Russell – foram aceitando gradualmente as garantias de Bismarck de que a Alemanha era uma potência «saciada». A verdadeira razão para que os acontecimentos de 1870-71 importassem não era, contudo, por levarem à unificação da Alemanha, mas por marcarem a derrocada do poder francês. Disraeli descreveu esta evolução – num discurso muito incompreendido – como o principal resultado da «Revolução Alemã» (39).

> Onde a Grã-Bretanha sentia mais agudamente a fraqueza francesa era em relação às Américas

e ao império czarista. A revogação das cláusulas do mar Negro foi recebida com alarme, como também o foram os avanços russos na Ásia Central que cedo os poriam à distância de um tiro do Afeganistão e, logo a seguir, da Índia. Do mesmo modo, a nova situação depois da derrota de França tornava, como disse o embaixador britânico Lorde Loftus, «de incalculável importância para Inglaterra (...) encontrar-se escudada contra quaisquer embaraços do lado da América» (40). Londres assim fez no Tratado de Washington de maio de 1871 e no verão de 1872 concordou em pagar a compensação substancial atribuída aos Estados Unidos pelos árbitros da controvérsia do *Alabama*. Sobre este pano de fundo, a unificação alemã colocava um problema peculiar. «Quaisquer que fossem os defeitos da ambição francesa», observava Lorde Loftus, «já prestou e está em condições de prestar grandes serviços à Grã-Bretanha em hemisférios» como as Américas, a Índia e a China. «A Alemanha», em contraste, «é impotente para nos servir como aliado nessas regiões» (41). Em suma, não era com as ambições coloniais e as capacidades navais do novo *Reich* que inicialmente se preocupava a Grã-Bretanha, mas com a sua ausência. O colapso francês teve também um profundo efeito na política interna britânica. Primeiro, o processo inquestionavelmente brutal da unificação alemã estilhaçava a crença liberal no poder meliorativo do comércio e no avanço inexorável do direito

internacional (42). A ideia de que os valores liberais prevaleceriam sem guerra, ou não precisavam de ser defendidos militarmente, já não era credível. Como observou, de forma devastadora, em julho de 1870 o antigo primeiro-ministro conservador Lorde Derby, «Gladstone acreditava sinceramente na teoria de Cobden de que os homens estavam a ficar civilizados demais para guerras», razão pela qual a Guerra Franco-Prussiana «deixou [os liberais] atónitos e perplexos» (43). O país foi tomado pelo pânico. Panfletos futuristas prevendo a invasão e conquista da Grã-Bretanha venderam-se às centenas de milhares. Um exemplo famoso, *The battle of Dorking*, redigido por um oficial do Exército e mais tarde deputado, G. T. Chesney, em maio de 1871, postulava um ataque prussiano que subjugava as milícias mal treinadas enquanto as forças regulares britânicas, impotentes, rangiam os dentes no ultramar. A «Europa» parecia de repente muito perto.

> Muitos britânicos pensavam agora em mais Estado para lidar com as novas ameaças à sua

segurança. A reforma do Exército, há muito uma preocupação dos liberais e radicais que eram críticos dos aristocratas «pouco viris» que o comandavam ainda, tornou-se imperativa. A Guerra Franco-Prussiana convenceu suficientes conservadores de que os privilégios nobiliárquicos e as práticas tradicionais do Exército já não tinham justificação e, também, suficientes liberais de que as suas próprias liberdades dependiam de um Exército eficaz que as defendesse. Em 1871, o ministro da Guerra de Gladstone, Edward Cardwell, enfrentando intensa oposição, conseguiu fazer passar finalmente no Parlamento uma lei militar. As suas reformas puseram termo aos piores abusos, como a compra de comissões, e iniciaram a mudança do Exército britânico para os novos tempos. Não era agora possível a Gladstone cortar as despesas militares como estava planeado e, assim, tinha ele esperado, abolir o imposto sobre o rendimento. Em abril de 1871, o chanceler do Tesouro, Robert Lowe, apresentou um orçamento em que os custos acrescidos do Exército seriam cobertos por 1% adicional no imposto sobre rendimentos, um imposto sobre os fósforos e a duplicação do imposto sucessório sobre propriedades fundiárias. Isto pretendia que toda a sociedade desse o seu contributo para a defesa nacional, mas os protestos que se seguiram forçaram Gladstone a aumentar apenas, em vez disso, o imposto sobre os rendimentos. Quando, mais tarde, o Exército e a Marinha se recusaram a concordar com os cortes na despesa que Gladstone pretendia para abolir o imposto sobre o rendimento, ele convocou eleições gerais, em janeiro de 1874. A sua derrota, e substituição pelo líder conservador, Disraeli, foi assim em grande parte um resultado da Guerra Franco-Prussiana.

Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha procurou compensar em peso global aquilo que lhe faltava

em poderio militar europeu (44). Em julho de 1871, os apoiantes da «Federação Imperial» reuniram-se em Londres, sob a sombra da unificação alemã (45). Havia uma concordância muito difundida de que as colónias deviam ser mais estreitamente integradas para defesa dos interesses britânicos; o lançamento de cabos transatlânticos tornava agora isto possível pela primeira vez. Em 1872, foi outorgada autonomia à província sul-africana do Cabo, na esperança de que não só pagaria a sua própria defesa, mas agiria também como motor de maior expansão para o interior. Quatro anos mais tarde, Disraeli fez Vitória «Imperatriz da Índia», uma decisão destinada a manter-se a par do velho Império da Rússia e do novo Império Alemão; a Grã-Bretanha era agora na prática uma monarquia dual (46). A expansão imperial também fornecia uma oportunidade de reafirmar a universalidade dos valores liberais e humanitários, que tinham sido duramente amachucados pelas vitórias prussianas na Europa. O historiador James Anthony Froude, por exemplo, via as colónias como um instrumento para «recuperar (...) a estima do mundo» (47). O principal veículo neste campo era a campanha para a abolição da escravatura e do tráfico de escravos em África. Esta recebeu um enorme impulso quando em 1872 chegaram a Londres as notícias do resgate de David Livingstone por Stanley e os seus horripilantes relatos dos maus tratos à população negra. No ano seguinte já estava em curso uma campanha parlamentar e jornalística em grande escala e exercia-se pressão sobre o Egito para que desse cumprimento aos seus compromissos contra a escravatura (48).

Entretanto, estava a nascer no próprio coração da Europa um desafio temível ao sistema de

Estados. A Associação Internacional dos Trabalhadores cresceu exponencialmente durante o período da unificação alemã e tinha obtido também a adesão de cerca de 100 000 trabalhadores norte-americanos; nestes e noutros aspetos, os Estados Unidos faziam efetivamente parte do sistema europeu. Como tornava claro a *Internationale*, o empolgante hino de Eugène Pottier de 1871, a solidariedade de classe que atravessava fronteiras era a chave da vitória. Os versos «Paz entre nós, guerra aos tiranos» infundiam terror não só nos corações dos proprietários, mas também nos dos estrategas que dependiam dos recrutas das classes trabalhadoras para defender a sua soberania nacional. Embora tivesse começado como uma associação informal dos seguidores de Marx, Pierre-Joseph Proudhon, Mazzini e Auguste Blanqui, a Primeira Internacional foi

crescentemente dominada pelos marxistas. No Congresso da Haia de 1872, Bakunine foi posto fora. Não se tratava simplesmente de despeito ou sectarismo. A derrota da Comuna tinha servido de aviso de que só o entusiasmo não bastava. As forças do socialismo revolucionário teriam de ser unidas e centralizadas se queriam desafiar as forças do capital e da reação. «Só quando as forças das massas trabalhadoras estiverem assim apertadamente unidas sob um comando central, tanto à escala nacional como à escala mundial», sustentava o órgão marxista alemão *Sozialdemokrat*, poderá «a classe trabalhadora (...) libertar toda sua força. A centralização democrática – é essa a chave da vitória da classe trabalhadora». O tempo mostraria que aquilo que se encarava aqui tinha muito pouco a ver com a democracia e tudo a ver com o centralismo (49).

Bismarck proclamara que a nova Alemanha era uma potência «saciada» sem mais ambições

territoriais. O *Reich*, contudo, ainda estava ameaçado em dois dos seus flancos: a leste, pela Rússia, que se começava a mexer outra vez depois de um longo período de passividade, e a oeste por França, que permanecia completamente inconformada com a sua derrota de 1870-71. Nas duas décadas seguintes Bismarck referiu-se frequentemente ao seu *cauchemar des coalitions*, o pesadelo da resurreição da «Coligação de Kaunitz» entre Áustria, Rússia e França. Para tornar as coisas piores, este potencial cerco diplomático era agravado por um sentimento de envolvimento ideológico. Como firme conservador protestante, Bismarck via inimigos por todos os lados: liberalismo gladstoniano na Grã-Bretanha, revanchismo monárquico e católico em França, pan-eslavismo revolucionário, para não falar dos socialistas, anarquistas e radicais sortidos conglomerados na Primeira Internacional. Dado que o revanchismo francês ao longo dos anos 1870 tinha um cunho distintamente católico e monárquico, o chanceler olhava com profunda desconfiança para os milhões de católicos alemães, muitos dos quais eram ambivalentes quanto à Prússia e à unificação. Também considerava o papado, que acabava de proclamar a sua infalibilidade em matéria de doutrina, um perigoso foco alternativo de lealdade, no melhor dos casos, e, no pior, o centro nevrálgico de uma conjura jesuítica para ressuscitar o império francês e destruir o seu *Reich* protestante. Para ele, confundia-se com os sociais-democratas, os monárquicos hanoverianos e os polacos como *Reichsfeinde* – «inimigos do Império» – e portanto como potenciais riscos de segurança.

O novo Império Alemão de 1871 estava mal equipado para lidar com estas ameaças reais e

imaginárias. A sua constituição era na realidade um tratado de unificação de vários reinos e principados para a defesa externa, uns «Estados Unidos da Alemanha», de facto. Os inspiradores deste esforço eram o imperador alemão – antes rei da Prússia – e o chanceler nomeado por ele. Segundo a constituição, «o Imperador determina[va] os efetivos, a divisão e a organização dos contingentes do Exército do *Reich*» em tempo de guerra. Em tempo de paz, porém, a constituição estipulava que «os efetivos do Exército (...) serão determinados por legislação do *Reichstag*» (50), um parlamento nacional eleito por sufrágio direto masculino universal. Isto significava que a defesa exterior do Império se tornaria assunto de debate político interno. A ligação direta entre política externa, controlo orçamental e o alargamento da participação política popular mantinha-se assim; havia muito espaço para mais «democratização» (51). Por outro lado, a estrutura federal da Alemanha unida alocava os impostos diretos aos parlamentos regionais e apenas as receitas indiretas ao governo central, que era responsável pela defesa geral. Daqui resultava que o *Reich* só se podia permitir um Exército muito mais pequeno do que o tamanho da sua população autorizava, sem que nem de longe fossem conscritos anualmente todos os recrutas aptos. O alto comando militar e os conservadores eram coniventes nisto porque lhes permitia excluir das fileiras agitadores socialistas, reais ou imaginários. Tudo isto quis dizer que durante os seus 40 anos de existência o Império sempre se bateu muito abaixo do seu potencial fiscal e económico.

Bismarck respondeu às pressões externas sobre o *Reich* com uma estratégia bipartida.

Internamente, prosseguiu uma guerra cultural, a *Kulturkampf*, contra os católicos alemães, com o apoio dos liberais anticlericais. Foram presos padres, perseguidas publicações católicas e uma atmosfera de medo e intimidação inquinou o parlamento e a esfera pública. No exterior, Bismarck apoiou-se numa gestão hábil do sistema europeu de Estados. Ao contrário da Grã-Bretanha, de França e da Rússia, contentou-se em deixar a outros a expansão ultramarina: «O chanceler», notou um dos seus interlocutores, «recusa-se a qualquer conversa sobre colónias» (52), em parte porque a Alemanha não tinha meios para as proteger, em parte porque eram uma ferramenta útil para distrair Paris das suas perdas mais perto de casa, mas principalmente porque a segurança europeia do *Reich* era a sua principal preocupação. «O meu mapa de África», observou uma vez, «está na Europa. Aqui está a Rússia e aqui está França e nós estamos

no meio. É este o meu mapa de África.» (53). Esta contenção ultramarina tranquilizava os Estados Unidos. Em dezembro de 1871, Bismarck disse ao embaixador alemão em Washington que «Não temos interesse de qualquer espécie em ganhar uma posição em qualquer parte das Américas e [que] reconhecemos inequivocamente a influência predominante dos Estados Unidos lá» (54). A chave, cria Bismarck, era ser um de dois numa Europa de três potências e um de três numa Europa de cinco. Isto significava ser aliado da Áustria-Hungria ou da Rússia nas questões da Europa de Leste e com os britânicos e franceses em matérias de importância mais geral. A Liga dos Três Imperadores que ele intermediou entre Guilherme I, Alexandre II e Francisco José I em 1873, era tanto uma tentativa de reduzir as tensões austro-russas que poderiam forçar Bismarck a tomar partido como um sinal de que as potências conservadoras estavam unidas para defender «considerações de uma ordem mais alta» (55) contra a ameaça do liberalismo, do socialismo e do anarquismo. O objetivo último de tudo isto era o isolamento permanente do irreconciliável inimigo «hereditário», a França. «Estou convencido», escreveu em fins de fevereiro de 1874, «de que o perigo que nos ameaça de França começa no momento em que França pareça às cortes da Europa ser capaz outra vez de fazer alianças» (56). As leis militares francesas e a enorme despesa militar da III República tornaram esta questão aguda em meados dos anos 1870. Em março de 1875, um jornalista que geralmente se acreditava ter sido instruído por Bismarck especulava num artigo de jornal que se os franceses não rescindissem a lei «a guerra [estaria] à vista». O plano neste caso era humilhar França, forçá-la a abandonar os seus preparativos militares e torná-la um aliado implausível para as outras grandes potências. O chocalhar de sabres de Bismarck não era apenas uma pose machista ou uma tentativa de distrair os seus críticos internos, mas sim parte de uma política calculada de dissuasão. «Não se ataca displicentemente ninguém», escreveu em fins de maio de 1875, no auge da crise da «Guerra à Vista», «cuja espada não está presa na bainha» (57).

> O efeito da jogada de Bimarck foi, no entanto, o oposto do que ele pretendia. Longe de isolar a

França, as ameaças alemãs levaram as outras potências a temer pelo equilíbrio europeu. Premonitoriamente para o chanceler, a Rússia recusou-se a apoiá-lo e manifestou publicamente a sua oposição a um maior declínio do poder de França. Na Grã-Bretanha, Disraeli inclinou-se percetivelmente por Paris na questão europeia, em defesa do equilíbrio de poder (58). A Lei Militar francesa manteve-se; Bismarck foi forçado a recuar. A sua tentativa de garantir a segurança absoluta da Alemanha, pelo menos no seu flanco ocidental, tinha

criado um sentimento de insegurança em toda a Europa.

Em 1875, os camponeses eslavos ortodoxos da Bósnia-Herzegovina sublevaram-se contra os

seus senhores muçulmanos. Um ano mais tarde a luta alastrou à Bulgária. Os turcos reagiram com extrema brutalidade, mandando soldados irregulares queimar as aldeias. Dezenas de milhares de civis foram assassinados em cenas que faziam lembrar as atrocidades gregas. Os «horrores búlgaros», como depressa ficaram conhecidos, desencadearam um debate apaixonado na Grã-Bretanha. Apelando à «nossa humanidade comum», Gladstone, chefe da oposição liberal, pediu ao Governo que «aplicasse todo o seu vigor para concorrer com os outros Estados da Europa em obter a extinção do poder executivo turco na Bulgária». Os acontecimentos nos Balcãs também apressaram a emergência de uma geopolítica popular na Rússia. As notícias das matanças bósnias e búlgaras lançaram a imprensa e o público – incluindo muitos camponeses normalmente apáticos – num frenesim patriótico. Houve um clamor quase unânime da imprensa pela intervenção militar, manifestações gigantescas, uma proliferação de proclamações e uma torrente de voluntários para o serviço militar nos Balcãs (59). Em abril de 1877 já os russos estavam em guerra com a Turquia, renunciando a quaisquer reivindicações territoriais, pondo-se à cabeça de uma intervenção guiada pelo princípio, como disse o príncipe Gorchakov, «de que a independência e integridade da Turquia devia estar subordinada às garantias exigidas pela humanidade [*sic*], pela Europa cristã e pelos interesses da paz» (60). Em janeiro de 1878 os homens do czar já tinham chegado a Constantinopla. Não muito depois, a Porta pediu a paz. O resultante Tratado de San Stefano, em março de 1878, não acrescentou à Rússia diretamente, mas talhou um bom bocado do império europeu da Turquia. Criou uma enorme Bulgária, que se estendia do Danúbio, a norte, até ao Egeu, a sul, e ao mar Negro, a leste, e a ocidente chegava até à Albânia (sem a incluir). O mapa estratégico dos Balcãs tinha sido transformado de forma fundamental.

Este novo golpe na integridade do Império Otomano alarmou profundamente as grandes

potências. A Áustria temia estar a seguir. A Grã-Bretanha estava igualmente horrorizada com o avanço russo. O seu objetivo principal, como disse Disraeli em dezembro de 1876, não era apoiar as pretensões dos cristãos balcânicos, mas manter os russos fora dos

Balcãs. Se fosse permitido que se mantivesse a Grande Bulgária criada em San Stefano sob sua tutela, a Rússia possuiria uma base cómoda de onde montar a conquista de Constantinopla. Por conseguinte, foi enviada para os Estreitos uma esquadra da marinha real. A questão para Bismarck, por outro lado, não era «o bem-estar da Turquia», ou dos seus súbditos, mas «a calamidade de uma [possível] rutura» entre a Rússia e a Áustria-Hungria. O chanceler alemão estava desesperado por não ser obrigado a escolher entre as duas potências. A neutralidade não era solução, visto que o privaria simplesmente de qualquer poder negocial. No seu famoso «*Diktat Kissinger*» de meados de junho de 1877, Bismarck sublinhou que o resultado de toda esta instabilidade podia muito bem ser uma repetição do «pesadelo das coligações», o «género de pesadelo [que] por muito tempo (e talvez sempre) pode legitimamente ter um ministro alemão». A segurança alemã, por outras palavras, estava inextricavelmente ligada à sorte do equilíbrio geral europeu.

> A estratégia de Bismarck como «intermediário honesto» foi, por conseguinte, «não a de ganhar

território, mas a de uma situação política geral, em que todas as potências exceto a França precisavam de nós e portanto seriam assim tanto quanto possível dissuadidas de coligações contra nós pelas suas relações entre si» (61). Isto significava tomar conta dos acontecimentos muito para além da esfera imediata de interesses da Alemanha, para reduzir as tensões entre os seus aliados e remover qualquer instabilidade que pudesse ser explorada por França. O resultante Congresso de Berlim – a que presidiu Bismarck – reduziu drasticamente o território atribuído à Bulgária em San Stefano. A Macedónia foi devolvida à Turquia e a parte sul do país – conhecida por Rumélia Oriental – foi tornada autónoma. Já não havia Grande Bulgária. A Áustria-Hungria foi autorizada a ocupar e administrar a Bósnia-Herzegovina, embora não a anexá-la imediatamente. A Grã-Bretanha adquiriu Chipre e, assim, uma base no Mediterrâneo Oriental a partir da qual apoiar a defesa dos Estreitos. Subjacente a estes arranjos estava o compromisso das grandes potências de evitar violações graves dos direitos humanos, em parte na prossecução de um desejo mais amplo de fazer respeitar normas «civilizadas» de comportamento, mas principalmente para privar as potências vizinhas de qualquer pretexto de intervenção. Os novos Estados, Bulgária, Montenegro, Sérvia e Roménia, foram obrigados a subscrever uma política de não-discriminação, especialmente em relação aos judeus, que estavam – como disse um diplomata britânico – «sob a proteção do mundo civilizado» (62). Só comunidades políticas bem governadas, rezava o argumento, seriam membros estáveis e pacíficos do sistema

europeu. Desta maneira, o homem que ficou famoso por pensar que os Balcãs inteiros valiam menos do que os ossos de um «mosqueteiro da Pomerânia» (63) tornou-se cogarante dos direitos humanos nos Balcãs.

A mediação alemã no Congresso de Berlim moldou a política europeia na década seguinte. O

público russo explodiu de fúria com a brutal emasculação da Grande Bulgária. O publicista pan-eslavista Ivan Aksakov recriminou o Congresso como «nada mais do que uma descarada conspiração contra o povo russo (...) com a conivência dos próprios representantes da Rússia» (64). Alguns críticos visavam agora a própria instituição do czarismo, que se tinha mostrado incapaz de defender o interesse nacional. Relatórios policiais referiam com nervosismo murmurações revolucionárias «de que só dois países ainda carecem de governo constitucional: o Império Russo e o Reino Celestial da China» (65). Na Grã-Bretanha, aquilo que foi visto como os seus fracassos quanto aos horrores búlgaros e as suas subsequentes escapadelas imperialistas em África e no Afeganistão desempenhou um papel substancial nos seus trabalhos políticos de finais dos anos 1870. Aimoralidade da política externa conservadora foi a peça central da famosa campanha de Gladstone em Midlothian, que sublinhava a «humanidade comum» e a «irmandade dos homens». As suas críticas não se dirigiam apenas à imoralidade e à despesa de matar negros ou afegãos por simples ganância colonial, mas também à consequente negligência da missão da Grã-Bretanha de espalhar o liberalismo e o constitucionalismo, especialmente na Europa. O papel apropriado da política externa, por outras palavras, era a exportação dos valores britânicos, não uma bazófia vã. Avitória eleitoral liberal em 1880, que foi também, tanto como qualquer outra coisa, um veredito sobre o desempenho internacional de Disraeli, mostrou que esta opinião tinha eco entre o público britânico.

O efeito mais importante dos imbróglios búlgaro e bósnio foi, contudo, o seu impacto no

pensamento estratégico de Bismarck. Era claro que a escolha fundamental entre Viena e São Petersburgo já não podia ser adiada. O chanceler optou agora por uma aproximação austro-alemã que unisse a força combinada da Europa Central contra ataques de leste e de ocidente. «Se a Alemanha e a Áustria se unissem», observou Bismarck em 1879, «estariam, juntas, à altura de qualquer inimigo, França ou Rússia». Uma parte importante da decisão de Bismarck foi o seu reconhecimento de que optar pela Áustria era muito mais aceitável para a opinião interna alemã do que uma colaboração mais próxima

com São Petersburgo. O chanceler chegou a falar da necessidade de estabelecer entre «o Império Alemão e a Áustria-Hungria uma ligação orgânica que não seria publicada como os tratados vulgares, mas deveria ser incorporada na legislação de ambos os impérios e requereria para a sua dissolução um novo diploma legislativo por parte de um deles». Esta ideia nunca deu nada; teria sido equivalente ao plano de Schwarzenberg de um império de 70 milhões de habitantes de base constitucional (66). Bismarck, no entanto, abandonou a *Kulturkampf*, num gesto dirigido à opinião católica, e em princípios de 1879 concluiu um acordo com a Áustria-Hungria, mais tarde conhecido por Dupla Aliança, em que ambas as potências se comprometiam a prestar ajuda uma à outra na eventualidade de um ataque russo. Esta decisão, cujos pormenores permaneceram secretos embora não o seu sentido geral, destinava-se também a fazer o czar cair de novo nos braços do chanceler. Fosse como fosse, o chanceler alemão acreditava que tinha impedido a emergência de uma «coligação Kaunitz» (67).

> Bismarck ainda era um de dois num mundo de três, mas continuaria a ser um de três num mundo de cinco? Isso dependia de manter França isolada da Grã-Bretanha e ambas as potências separadas da Rússia. Neste ponto Bismarck podia tornar um potencial passivo num ativo. Uma vez esbatida a ameaça católica em fins dos anos 1870, em grande parte devido ao recuo eleitoral da direita em França, o chanceler começou a ficar cada vez mais preocupado com a ameaça da subversão socialista e anarquista. Seguiu-se uma catadupa de leis contra os sociais-democratas e notou-se com crescente preocupação a ruidosa promoção internacional dos valores liberais depois da sua reeleição em 1880. Bismarck transformou num ganho diplomático em São Petersburgo esta alegada ameaça a todas as monarquias. O governo russo, traumatizado pelo assassinato do czar Alexandre II em meados de março de 1881, estava singularmente recetivo à ideia de que era necessário manter uma solidariedade conservadora pan-europeia contra as ameaças vindas de baixo. Na medida em que todas as partes mantivessem dominados os críticos internos, podiam manter-se as suas boas relações. Foi com isto em mente que o chanceler levou a bom termo o *Dreikaiserbund* com a Áustria e a Rússia em junho de 1881, alegando que «o perigo para a Alemanha de uma coligação franco-russa [estava agora] completamente afastado» (68). Como o seguro morreu de velho, concluiu, no entanto, a Tripla Aliança com a Áustria e a Itália em meados de maio de 1882, principalmente para garantir o flanco sul dos Habsburgos, a fim de permitir a estes concentrarem-se na oposição à Rússia.

Os novos alinhamentos internacionais dos anos 1880 tiveram também um profundo efeito nas

políticas internas europeias. À medida que declinavam as relações com a Áustria-Hungria e a Alemanha, o governo czarista estava cada vez mais preocupado com a segurança das terras fronteiriças a ocidente, com as suas vastas populações não russas. A «russificação» dos polacos e, cada vez mais, dos alemães, foi acelerada. Prestava-se agora particular atenção aos judeus do Assentamento (do *Pale*), apanhados entre o tradicional antissemitismo camponês e os pânicos de inspiração governamental sobre a sua lealdade em zonas estrategicamente importantes. O ministro da Guerra, por exemplo, anunciou que daí por diante só 5 % dos médicos militares podiam ser judeus porque os seus correligionários já tinham mostrado «uma consciência deficiente no cumprimento dos seus deveres nos serviços sanitários do Exército» (69). É certo que os *pogroms* de 1881-2 em Odessa e Podolia começaram espontaneamente por causas que nada tinham a ver com considerações de segurança, mas a administração nada fez para acabar com eles. O conde N. P. Ignatiev, ministro do Interior, acusou os polacos e os judeus de estarem por trás da organização secreta dos Niilistas. Centenas de milhares de judeus fugiram do Assentamento para a Alemanha e para a Áustria-Hungria (70). Em toda a Europa e nos Estados Unidos mobilizaram-se grupos humanitários e organizações judaicas para exprimir a sua indignação: o império czarista tornava-se agora a quintessência da opressão no espírito não só dos públicos da Europa de Leste e Central, mas também da opinião americana (71).

Entretanto, grassava em toda a Europa uma grande discussão sobre qual a estrutura interna

mais adequada para garantir a segurança externa. Bismarck continuava a alegar que a precária situação geopolítica do Império requeria um poder executivo forte e devia impor limites claros aos poderes do *Reichstag*. Na Grã-Bretanha, Lorde Randolph Churchill lamentava que uma opinião pública e parlamentar «caprichosa» tornasse impossível uma grande estratégia coerente. Esta ênfase no poder monárquico ou executivo sobre o poder da soberania popular baseava-se na presunção generalizada da elite e dos radicais de que os eleitorados eram menos belicosos do que os seus governos. O reformador britânico John Morley acreditava fervorosamente que um parlamento eleito por sufrágio universal se recusaria a entrar em guerra. Os críticos internos, no entanto, clamavam cada vez mais por um maior envolvimento nos assuntos estrangeiros, em parte para exercer a sua supervisão, mas principalmente porque acreditavam que

era necessário uma maior participação política popular para mobilizar a nação em defesa dos seus interesses vitais. Além disso, a ascensão das preocupações humanitárias com os direitos das minorias e, especialmente, com a escravatura, tendia a encorajar o intervencionismo. Em suma, o crescimento de uma geopolítica popular tendia, isso sim, a produzir maior beligerância no sistema de Estados.

> Ao longo da última parte do século XIX as grandes potências enveredaram por uma expansão e

uma reorganização imperiais para se assegurarem da mão-de-obra, dos recursos económicos, do território e do prestígio que podiam ser usados contra os rivais europeus. Em França, o imperialismo era visto como necessário, tanto para proporcionar à Alemanha terras que se trocassem pela Alsácia-Lorena, como advogou Gambetta ao longo dos anos 1870, bem como para equilibrar as suas possibilidades com as do seu vizinho muito mais forte. O membro do governo Paul Bert falou delas como «um meio de fortalecer a energia nacional de modo a que quando o tempo estiver maduro possamos recuperar as duas províncias» (72). Tunes foi anexada em 1881, até para se antecipar à Itália, e em 1885 foi despachada uma expedição para Tonquim, na Indochina. Entretanto, crescia no Império Britânico o apoio à «Federação Imperial». Numa famosa conferência em Melbourne de finais de agosto de 1885, o escritor autraliano Edward Morris sustentou que «o futuro pertence aos grandes Estados. A Alemanha, pelo menos, ainda não alcançou todo o seu tamanho», avisava ele, e «ia continuar a expandir-se». O seu prognóstico era o de que haveria «três grandes impérios, os Estados Unidos e a Rússia, com a Alemanha não muito atrás deles». Se a Grã-Bretanha não se queria arriscar a um «apagamento total» teria de integrar o seu Império mais eficazmente numa defesa de âmbito imperial (73). A arquitetura governamental que Morris propunha era uma «união» entre as províncias australianas e terras comparáveis noutras partes do Império, mas uma «federação» entre essas uniões e a própria Grã-Bretanha. Falhar o estreitamento dos laços imperiais, temiam muitos, levaria a uma repetição da traumática experiência americana com as treze colónias que romperam com Londres, precipitando assim uma crise na posição da Grã-Bretanha na Europa (74).

> O imperialismo não era um projeto apenas geopolítico mas também ideológico: as duas

motivações estavam inseparavelmente entrelaçadas, especialmente em

África. As colónias existentes eram constantemente ameaçadas pela instabilidade dos Estados e tribos vizinhas. As potências coloniais aplicavam agora um princípio que há muito praticavam no seu próprio continente. Quando um Estado se tornava «permanentemente anárquico e indefeso», observou em relação à Europa Lorde Salisbury, veterano ministro dos Estrangeiros e primeiro-ministro da Grã-Bretanha, os Estados vizinhos estavam obrigados a impor uma «tutela de embaixadores» ou a «partição» (75). Os colonialistas franceses, por exemplo, acreditavam que o seu domínio sobre o Norte de África nunca estaria seguro enquanto a sua periferia meridional não estivesse pacificada e todo o território que ia do Mediterrâneo até às posições francesas na Costa do Marfim não estivesse sob seu controlo. Da mesma maneira, os estrategas britânicos procuravam neutralizar os zulus predadores e os igualmente irrequietos *afrikaners* a norte da Província do Cabo. Acima de tudo, as grandes potências queriam preencher o vasto «vazio» do interior africano, em parte para garantir as colónias existentes contra ataques desse lado, em parte para se assegurarem dos seus recursos e em parte para se anteciparem aos seus rivais. Era central para este projeto a campanha para abolir o tráfico de escravos na África Oriental, o que era visto por muitos europeus não só como um imperativo moral, mas também como necessário ao estabelecimento do bom governo e da estabilidade em todo o continente. Nesta matéria, as medidas navais britânicas tinham-se revelado inadequadas para acabar com o tráfico árabe, que era praticado em milhares de pequenos barcos através do mar Vermelho e do golfo de Aden (76). Se os africanos haviam de ser libertados da maldição do cativeiro e haviam de prevalecer as normas civilizadas, tinha de haver uma robusta expansão «continental» para o ventre da besta, para esmagar os emiratos árabes esclavagistas e os seus auxiliares negros locais. A opinião pública britânica não aceitaria menos do que isso (77). As alternativas para as populações eram a escravatura árabe ou o colonialismo europeu e a escolha seria feita por outros, de qualquer maneira.

> Tudo isto fez por um tempo da África Central o fulcro da geopolítica europeia. Os franceses

avançavam do noroeste, os britânicos do sul e do nordeste. Bismarck temia que a bacia do Congo se tornasse uma fonte de soldados de cor que os franceses poderiam usar contra ele na Europa. O mapa de África estava a fechar-se sobre ele. Por conseguinte, convocou uma conferência das potências europeias em Berlim, que reuniu de dezembro de 1884 até fins de fevereiro de 1885 para discutir o futuro da região e garantir a neutralização da bacia do Congo em caso de guerra (78). Na «corrida» que se seguiu a maior parte do continente foi

repartida. Londres ficou com a Bechuanalândia, a África Oriental Britânica e a Somalilândia Britânica. França recebeu o Benim, o Gabão, Madagáscar e vários territórios da África Ocidental. Bismarck levou o Sudoeste Africano, a África Oriental Alemã, o Togo e os Camarões. Juntamente com os territórios do Pacífico na Nova Guiné, as ilhas Marshall e Salomão, era isto o novo império ultramarino alemão. A vital bacia do Congo, ela própria, cujos enormes recursos potenciais não se podia consentir que caíssem nas mãos de qualquer das principais potências europeias, foi outorgada à inofensiva Bélgica. Esperava-se geralmente que o seu monarca jovem e liberal, Leopoldo, abolisse o comércio de escravos e desse aos seus desafortunados habitantes uma nova oportunidade na vida. Uma vez mais, Bismarck fora obrigado a envolver-se em acontecimentos muito distantes das fronteiras alemãs para garantir a segurança do *Reich*. Os acontecimentos da África Central e da Europa Central estavam assim estreitamente ligados (79).

> O processo de modernização imperial provocou uma teimosa resistência das forças locais.

Quando os egípcios tentaram demonstrar as suas credenciais europeias expandindo o seu império para sul e, especialmente, cumprindo a obrigação que os tratados lhe impunham de extirpar ali o comércio de escravos, depressa levaram os senhores muçulmanos do Sudão, que eram culturalmente afeiçoados à escravatura e dela dependiam economicamente, a revoltar-se em 1881, sob a chefia do Mahdi. Em 1883, o exército do quediva, comandado pelo Paxá Hicks, foi massacrado; dois anos depois, em fevereiro de 1885, os rebeldes capturaram Cartum depois de um longo cerco e mataram o general Gordon, seu defensor lendário. O Mahdi vitorioso proclamou então uma *jihad*, declarou o quediva traidor do Islão, restabeleceu a escravatura e jurou restaurar o Califado. Pela mesma altura, os Boers anularam uma tentativa britânica de avançar para norte, derrotando o exército britânico em Majuba Hill em 1881. Três anos depois a descoberta de ouro no Witwatersrand deu aos Boers recursos para comprarem armas na Europa.

> A expansão colonial era também altamente controversa no Ocidente. Havia fortes reservas

humanitárias quanto à ética do imperialismo (80). Havia ainda profundo desacordo sobre se os valores europeus podiam ou deviam sequer ser exportados para o mundo extra-europeu. «Pensamos», escreveu um anticolonialista radical, «que toda a experiência milita contra tentativas prematuras para introduzir a nossa específica

civilização na existência de tribos que estão num estádio muito mais baixo» e quanto à escravatura «bastava que a Europa Ocidental impedisse qualquer exportação de africanos, deixando-a como instituição interna para o próprio desenvolvimento deles» (81). Outra objeção era a de que a preocupação com a Ásia e com África distraía os estadistas de preocupações de segurança mais prementes e mais próximas. Os sociais-democratas alemães denegriam incansavelmente o colonialismo como um luxo caro que desviaria recursos da confrontação que se avizinhava com o despotismo czarista. Na Rússia, os pan-eslavistas estavam dispostos a tolerar a expansão para a Ásia Central se não prejudicasse a sua «missão histórica» nos Balcãs. Onde esta crítica era mais pronunciada era em França, onde a maioria pensava que o principal propósito da política nacional devia ser o ajuste de contas com a Alemanha, não a perseguição de bugigangas ultramarinas. Estas tensões vieram a lume a propósito do fracasso da expedição de Tonquim em 1885, que deitou abaixo o governo de Jules Ferry. O principal jornal radical lamentou que «Por um par de minas duvidosas na Indochina, Ferry esteja a penhorar à Alemanha a nossa segurança, a nossa dignidade e as nossas esperanças» (82).

As grandes potências foram abruptamente lembradas da primazia da Europa quando, em

setembro de 1885, os nacionalistas búlgaros – agindo independentemente da Rússia – anunciaram repentinamente a reunificação da Rumélia Oriental com a Bulgária propriamente dita. Estes acontecimentos perturbaram profundamente a Rússia porque o movimento nacionalista búlgaro se tinha emancipado do seu controlo. No outono de 1886, por conseguinte, o czar Alexandre III tentou forçar Sófia a aceitar um herdeiro do trono pró-russo. Quando isto falhou, agentes russos recorreram ao rapto e a uma abdicação forçada, provocando violentos protestos austríacos. Em fins de 1886 e princípios de 1887, Viena e São Petersburgo estiveram à beira de uma guerra aberta. Só se evitou uma grande conflagração quando Bismarck mediou. Ele temia tanto um conflito austro-russo, com a Alemanha apanhada no meio, como a total humilhação dos Habsburgos. No fim de contas, Bismarck persuadiu os russos a recuarem e a aceitarem a eleição como rei, pelo parlamento búlgaro, de um Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha neutral. Uma vez mais o chanceler tentava encrustar a segurança da Alemanha na resolução de questões muito distantes da própria Europa Central.

Ao longo dos dois anos seguintes as repercussões da crise búlgara

reformularam

fundamentalmente a geopolítica europeia. Em Londres, a emancipação búlgara da tutela czarista tornou realista pela primeira vez a ideia dos nacionalismos balcânicos como um possível constrangimento para São Petersburgo em vez de mero joguete russo. Isto permitia aos britânicos conciliar as exigências, de outra forma contraditórias, da ideologia, que ditavam a oposição ao desgoverno turco, e a *Realpolitik*, que requeria fazer vista grossa ao mesmo no interesse de bloquear o avanço czarista. Em Viena, os acontecimentos de 1885-7 eram uma lembrança oportuna dos perigos persistentes do expansionismo russo. Na Rússia, a alegação de imparcialidade de Bismarck era rejeitada rotundamente pela esfera pública. Os pan-eslavistas lamentavam ruidosamente que, tudo visto e considerado, a influência russa na Bulgária tinha sido substancialmente reduzida e erigida mais uma barreira à realização da «missão histórica» nos Estreitos. O discurso germanófobo, que tinha começado em finais dos anos 1860, não só dominava a imprensa como ganhava crescente adesão nos círculos czaristas. Em França, havia também uma crescente inclinação anti-alemã na opinião pública. Ao longo de 1886-9 a política parisiense foi dominada pela figura carismática e belicosa do general Georges Boulanger, ministro da Guerra, que prometia sarar as divisões internas em preparação de um confronto com Bismarck.

Na Alemanha, a crise búlgara deu grande impulso à crítica pública e parlamentar da política

externa de Bismarck. Em agosto de 1886, o influente *Berliner Tageblatt* exigiu medidas contra a Rússia, que considerava uma ameaça tanto ideológica como estratégica. Bismarck era também atacado por permitir que a ameaça francesa crescesse no seu flanco ocidental. O destacado nacional-liberal Rudolf von Bennigsen apelava a uma «segunda guerra» com a França por causa da Alsácia-Lorena com vista a garantir a «segurança permanente do Estado nacional alemão» (83). Vozes militares influentes começaram a renovar o apelo a um golpe preventivo. Em vez disso, Bismarck negociou um Tratado de Resseguro com o czar em meados de junho de 1887, pelo qual concordou em princípio permitir à Rússia assumir o controlo dos Estreitos. O conteúdo do tratado, contudo, teria sido tão impopular em ambos os países que o chanceler e o czar foram obrigados a mantê-lo em segredo. Em fevereiro de 1888 os termos da Dupla Aliança foram finalmente publicados, tornando as promessas contraditórias feitas à Áustria e à Rússia matéria de debate público. A questão chegou a um ponto crítico quatro meses depois durante um novo alarme de guerra austro-russa acerca da Bulgária, que se prolongou até meados de

1889. À medida que a exigência de «clareza» ecoava nas chancelarias, nas colunas dos jornais e no *Reichstag*, a política de Bismarck de equidistância entre São Petersburgo e Viena tinha-se tornado insustentável.

> Foi neste contexto que o jovem Guilherme II subiu ao trono em 1888. O novo *Kaiser*

compartilhava a opinião maioritária de que a Alemanha teria de escolher agora entre a Áustria e a Rússia e por motivos internos e militares devia optar por Viena. Em 1889, o *Kaiser* forçou Bismarck a anunciar que o Tratado de Resseguro não seria renovado, decisão que foi mais um reflexo do que uma causa do afastamento germano-russo. Nesse mesmo ano a Rússia tomou como uma ofensa a primeira visita do *Kaiser* ao Império Otomano, que indicava que as promessas a respeito dos Estreitos no Tratado de Resseguro caducado eram agora totalmente nulas. Em março de 1890, Bismarck demitiu-se. Um ano mais tarde a Rússia iniciou a construção do caminho-de-ferro transiberiano, com capital francês. Vários intercâmbios navais e outras visitas culminaram numa plena aliança defensiva em 1893 e numa convenção militar em janeiro de 1894. Era um triunfo das preocupações comuns de segurança sobre os interesses culturais, económicos e ideológicos contrapostos. Na Grã-Bretanha, a aproximação franco-russa era vista com grande alarme. Em resposta, a marinha real proclamou em 1889 o «padrão duas-potências», que estabelecia que a construção naval da Grã-Bretanha devia «atingir um padrão de potência equivalente ao das forças conjuntas das duas seguintes maiores marinhas do mundo». Foi na Alemanha, porém, que a aliança franco-russa realmente caiu como um raio. O «pesadelo» que tinha perseguido Bismarck desde 1871 – um cerco militar pela França e pela Rússia – tornara-se realidade.

> A Alemanha reagiu intensamente à nova ameaça. As primeiras versões do famoso Plano

Schlieffen foram traçadas em 1891-2. O Plano assentava na premissa de que em caso de guerra a França teria de ser derrotada rapidamente, antes que a superioridade numérica conjunta da aliança inimiga pudesse fazer-se sentir (84). De resto, a Alemanha apostava cada vez mais na aliança austríaca, até porque, como admitiu candidamente o novo chanceler, o conde von Caprivi, «não podia jogar com cinco bolas de vidro» como Bismarck, mas era apenas capaz de «manter duas bolas de vidro ao mesmo tempo no ar» (85). Não foram, contudo, a simples incompetência ou a falta de opções que levaram Caprivi a aproximar-se de Viena. O seu «Novo Rumo» pós-bismarckiano foi

antes baseado numa compreensão radicalmente diferente de como havia de ser garantida a segurança alemã. Em vez do enervante malabarismo com bolas de vidro, que acabaria em lágrimas mais cedo ou mais tarde, o chanceler procurava criar no centro da Europa um poderoso bloco comercial germano-austro-húngaro de 130 milhões de pessoas, que poderia competir economicamente com os Estados Unidos e com os impérios ultramarinos francês e britânico e compensar o poderio militar e territorial da Rússia czarista. Era um exercício inovador de pensamento espacial para escapar ao aperto tradicional da Alemanha no meio da Europa (o *Mittellage*) (86). A alternativa para uma potência sem colónias viáveis, temia Caprivi, era uma emigração em massa – uma ameaça demográfica estratégica de enormes proporções. «Temos de exportar», avisou, «ou exportamos bens ou exportamos pessoas» (87). A emigração alemã não só beneficiava imenso os Estados Unidos como também o Império Britânico, especialmente o Canadá, ambos rivais potenciais. Além disso, os americanos estavam a começar a discriminar o comércio estrangeiro com as tarifas McKinley, que entraram em vigor nos anos 1890. Com tudo isto em mente, Caprivi enveredou por uma política ativa de comércio externo, concluindo tratados com Áustria-Hungria, Itália, Bélgica e Suíça em 1891. Em 1893-4, estavam planeados mais acordos com a Espanha, a Sérvia, a Roménia e até a Rússia. Afinalidade por trás desta política não era primacialmente económica nem a procura de um domínio comercial global, antes garantir a segurança da Alemanha na Europa.

> A aproximação franco-russa teve um profundo impacto nas políticas internas. Na Alemanha, a

ameaça militar acrescida deu um valor ainda maior à mobilização das energias nacionais para a defesa externa através de reformas. «Estou à procura de soldados», observou o *Kaiser* Guilherme em relação à reforma da educação, «homens vigorosos que serão também líderes e servidores intelectuais da Pátria» (88). A tensão entre a diversidade interna da Alemanha – com os seus grupos díspares de católicos, socialistas e outros – e a segurança externa do Estado também precisava de ser resolvida. Isto era necessário porque a duplicação da despesa militar em finais dos anos 1880 e princípios dos 1890 tinha de ser aprovada pelo *Reichstag*. Caprivi procurou lidar com isto através da sua *Sammlungpolitik*, a estratégia de unir à volta do governo todos os partidos e grupos que fosse possível. O governo cedeu em 1891 às exigências do Partido do Centro Católico, por exemplo, relativamente às concessões sobre as escolas, a fim de ver aprovada uma lei militar. Quando o *Kaiser* hesitou perante a reação protestante, Caprivi demitiu-se, referindo a necessidade de unidade interna por motivos de

segurança. Um ano mais tarde a lei foi rejeitada pelo *Reichstag*, obrigando a novas eleições. Em março de 1895 rebentou outra crise quando o ministro da Guerra prussiano e o ministro dos Estrangeiros argumentaram uma vez mais que o Partido do Centro tinha de ser aplacado para fazer passar o orçamento militar. Deste modo, os requisitos estratégicos de uma Alemanha unida, que antes tinham militado contra uma maior participação política popular, determinavam agora um processo de maior parlamentarização.

> A sociedade e a política alemãs não se limitavam a ser apenas um ator passivo em tudo isto.

Pelo contrário, católicos e socialistas não só acolhiam com agrado os gestos internos feitos na sua direção como compartilhavam os pressupostos estratégicos – em especial o medo da agressão russa – em que se baseava a política alemã. A maioria dos alemães, fossem nacionalistas burgueses ou trabalhadores internacionalistas, era mesmo mais robustamente anticzarista do que as elites. Isto encontrou expressão na criação de associações e ligas populares militaristas. Em 1894, foi fundada por nacionalistas radicais a Liga Pan-germânica. A ambição do projeto nacionalista burguês e a sua irritação com a contenção da política governamental foi resumida pelo sociólogo e economista em ascensão Max Weber. «Temos de tomar consciência», anunciou ele na sua famosa conferência inaugural de Friburgo em 1895, «de que a unificação da Alemanha foi uma partida juvenil que a nação pregou na sua velhice e deveria ter evitada tendo em conta o seu custo, se havia de ter sido a conclusão em vez do ponto de partida de uma tentativa de poder global alemão».

> A aliança contra a Alemanha moldou as políticas internas da Rússia e de França. Em São

Petersburgo, o ministro das Finanças nomeado em 1892, Sergei Witte, estava convencido de que uma transformação económica e política era crucial para a restauração do estatuto internacional da Rússia (89). Argumentava ele que o protecionismo era a chave do desenvolvimento económico; rejeitava a liberdade de comércio como um dispositivo de potências rivais mais avançadas para manter o império economicamente subjugado. Em 1894, a Rússia autorizou um grande aumento nos gastos de defesa, para igualar a Alemanha. Não foram as ansiedades sobre a segurança das áreas da fronteira ocidental que causaram em 1893 uma nova ronda de tumultos antissemitas, especialmente na zona de Kishinev, mas certamente os agravaram. Era em França, contudo, que o consenso interno estava sob maior tensão. À medida que melhoravam as relações com a Rússia iam piorando

com a pequena comunidade judaica. Em 1886 Édouard Drumont escreveu *La France Juive*, que apelava a que o Estado combatesse os judeus, que constituiriam uma quinta coluna alemã. A recuperação da Alsácia-Lorena teria de começar, por conseguinte, por uma purificação nacional. As suas ideias depressa ganharam uma aceitação generalizada, não só à direita como também entre muitos radicais e socialistas. Isto tornou-se evidente no outono e inverno de 1894, quando a descoberta de que andavam a passar aos alemães documentos militares altamente secretos redundou numa caça às bruxas contra um oficial do Exército, Alfred Dreyfus. Como judeu e alsaciano com ligações potenciais à Alemanha foi julgado duplamente culpado de traição, condenado num processo espetacular e deportado para uma colónia penal. No entanto, as fugas de informação continuaram. Em janeiro de 1898, os rumores de que Dreyfus estava inocente tinham explodido numa famosa carta aberta – *J'Accuse* – do romancista Émile Zola, em que alegava que o oficial fora vítima de uma conspiração conservadora para perverter o curso da justiça.

> Perante o crescimento do antissemitismo em toda a Europa, os judeus começaram a contra-

atacar. A nível local, formaram organizações de autodefesa ou partidos políticos como o *Bund*, fundado em 1897 como União Geral dos Trabalhadores Judeus da Rússia e da Polónia. Os judeus procuraram também exercer pressão financeira e diplomática em favor dos seus correligionários. Nos primeiros anos 1890, os Rothschilds, Gerson Bleichroeder, confidente de Bismarck, e outros banqueiros judeus boicotaram os empréstimos à Rússia em protesto contra os *pogroms* de 1891, as expulsões de Kiev em 1896, as deportações de Moscovo e São Petersburgo de 1891 e outras medidas discriminatórias. Alguns judeus, no entanto, estavam a começar a pensar numa solução mais radical para o crescimento do antissemitismo internacional. O momento decisivo chegou em 1896, quando o judeu austríaco Theodor Herzl publicou *Der Judenstaat*, um manifesto em favor da criação de um Estado nacional judaico. Era parte integrante do novo movimento uma tentativa consciente de enrijecer a fibra moral e física dos judeus, transformando os nervosos «judeus de café» naquilo a que Max Nordau chamava «judeus musculados» (90). Quanto mais eficazmente os judeus se uniam na sua própria defesa, porém, mais os antissemitas se convenciam de que estavam perante uma conspiração internacional; esses temores depressa encontraram expressão nos falsos *Protocolos dos Sábios de Sião*, publicados em 1903 por instigação da polícia secreta czarista, que pretendiam revelar uma conjura sionista para dominar o mundo. Era este o «dilema de segurança» judaico.

O movimento «sionista» – que realizou o seu primeiro congresso em Basileia em 1897 – não só

era secular como muitíssimo alemão em natureza e orientação. Herzl era ele próprio um fervoroso admirador de Bismarck, a língua de trabalho do movimento sionista era o alemão e Berlim cedo se tornou a capital informal da Direção Sionista Mundial. Os sionistas não esperavam ser capazes de conseguir por si mesmos o seu Estado: necessitariam do patrocínio de uma grande potência e Herzl contava e esperava obtê-lo da comunidade política que ele considerava a mais progressiva na Europa de fins do século XIX, a Alemanha Imperial. «O carácter do povo judaico», escreveu Herzl, «só pode tornar-se mais saudável sob o protetorado desta grande, poderosa, moral Alemanha, com a sua administração prática e a sua rigorosa organização. O sionismo tornará os judeus capazes de uma vez mais amarem a Alemanha, à qual, a despeito de tudo, os nossos corações pertencem» (91). «Devemos ao alemão em nós sermos judeus outra vez», escreveu o sionista alemão Moisés Calvary. «Aqui está», concluía Calvary, «a prova viva da medida do cultivo pela Alemanha do nosso próprio ser criativo: o sionismo político é a dádiva da Europa ao judaísmo» (92).

A partir de meados dos anos 1890, o enfoque das grandes potências mudou para a arena

global, onde procuraram ganhar ou proteger o prestígio e os recursos que podiam servir de alavanca para sustentar a sua posição europeia. Na China, principal área de interesse, tentaram assegurar-se de concessões comerciais exclusivas junto da debilitada dinastia Manchu. Em África, o principal campo de batalha era o vácuo deixado pelos mahdistas na região do grande Sudão e a fraqueza aparente dos Estados circunvizinhos (93). A partir de meados dos anos 1890 precipitaram-se de todos os lados expedições britânicas e francesas. Em 1896, os italianos atacaram a Abissínia na esperança de rápidos ganhos territoriais. Havia também uma crescente tensão na África Austral, à medida que Cecil Rhodes colonizava o que havia de ser a Rodésia. Depressa se tornou claro, no entanto, que as grandes potências não iam fazer tudo o que lhes apetecesse. A invasão da Abissínia por Itália acabou numa humilhante derrota em Adua. Em 1895-6, o «Raide Jameson», uma tentativa patrocinada por Rhodes para derrubar a liderança Boer, acabou num fiasco completo. Acima de tudo, no Extremo Oriente, as ambições europeias na China chocaram com as do Japão. Para grande desgosto de Tóquio, no entanto, os japoneses foram forçados pelas grandes potências a

devolver à China a crucial península de Liaotung, depois da vitória na guerra sino-japonesa de 1895. Era evidente que a sorte do Extremo Oriente não seria decidida pelos seus habitantes, mas pelas grandes potências europeias e pelos asiáticos dispostos a batê-las jogando segundo as suas regras.

Do outro lado do mundo, os Estados Unidos também estavam a exercitar os seus músculos. Concluído agora em grande parte o processo de expansão e consolidação a ocidente – embora não inteiramente – os americanos voltavam crescentemente a sua atenção, uma vez mais, para fora. Nesse mesmo ano, a publicação de *The influence of sea-power upon history*, de Alfred Thayer Mahan, levou a uma renovada consciência da importância para os Estados Unidos do equilíbrio marítimo global. Mais prementemente, Cuba estava outra vez na mira americana. Em 1895 rebentou na ilha uma revolta em grande escala contra Espanha. O público americano muito depressa tomou conhecimento com escândalo da escala da repressão espanhola – 100 000 mortos pela fome, a doença e a guerra – mas também da política de *reconcentración*, ou «repovoamento», por via da qual muitos ilhéus foram arrebanhados e levados para campos de concentração brutais. Foi montada em dezembro de 1895 uma gigantesca campanha de recolha de assinaturas para exigir que o Congresso republicano apoiasse a liberdade de Cuba. Ambas as Câmaras do Congresso aprovaram por largas maiorias resoluções que apelavam à independência de Cuba. O Presidente Cleveland, democrata, tergiversou. Os problemas levantados por Cuba não eram apenas ideológicos e humanitários, mas também estratégicos. Muitos americanos acreditavam que a defesa da «liberdade» no estrangeiro era vital para evitar que potências «despóticas» ameaçassem os Estados Unidos. A persistente instabilidade do flanco sul da República ameaçava atrair potências estrangeiras. Dito isto, os americanos, que desejavam projetar os seus valores no exterior ou, quanto mais não fosse, proteger os seus flancos, eram confrontados com alguns factos desanimadores. Os Estados Unidos não só eram muito mais fracos em termos navais do que a Grã-Bretanha como também só a custo se podiam comparar a Espanha e até ao Chile. O seu Exército era minúsculo, suficientemente grande para lidar com as tribos índias, mas nada mais. Washington era, sem dúvida, um gigante económico – a sua produção industrial era a maior do mundo em 1890 –, mas continuava a ser um pigmeu militar. Tudo isto tinha implicações para a política interna americana. Só era possível um grande esforço no exterior se as várias comunidades imigrantes fossem integradas com êxito e deixassem para trás as suas lealdades nacionais. Em

termos mais amplos, os apoiantes das ambições de grande potência da América arguiam em favor de umas forças armadas maiores e de um Estado mais forte – com tudo o que isto implicava de fornecimento de educação, de infra-estruturas e, portanto, de aumento de impostos – que realizassem todo o potencial da nação para a sua missão global. Nas eleições presidenciais de novembro de 1896, o Partido Republicano, chefiado por William McKinley, venceu com um programa baseado em reformas internas, expansão naval dos Estados Unidos e uma política mais interventiva no exterior.

Entretanto o Império Alemão tentava escapar ao seu cerco pela França e a Rússia. A chave era

a Grã-Bretanha, a única das grandes potências europeias sem compromissos. Se a Alemanha conseguisse garantir uma aliança britânica continuaria a ser uma de três num mundo de cinco potências e a pressão militar francesa na sua fronteira ocidental seria bastante reduzida. Londres, contudo, ainda estava muito focada no seu império ultramarino e procurava evitar envolvimentos continentais específicos. Quando a Grã-Bretanha cancelou um tratado de comércio com a Alemanha, Guilherme II observou com amargor que «Se tivesse tido uma frota forte, que impusesse respeito, então esta revogação nunca teria acontecido» (94). O *Kaiser* convenceu-se de que a Grã-Bretanha só levaria a Alemanha a sério como seu parceiro europeu se o *Reich* possuísse um poder naval e «global» próprio. Em termos gerais, os estrategas alemães e importantes segmentos do público começaram a subscrever a *Weltreichlehre*, ou «doutrina do império mundial», segundo a qual o poder geoeconómico dos impérios globais esmagaria o mais débil bloco centro-europeu (95). «Três enormes impérios de conquista», prevenia o proeminente académico Gustav Schmoller, «os quais com a sua ganância de território, o seu poderio marítimo e terrestre, o seu comércio, as suas exportações [e] a sua energia expansionista ameaçam pulverizar, destruir mesmo todos os outros Estados mais pequenos, encurralá-los economicamente e privá-los da luz de que precisam para viver» (96). Em meados de janeiro de 1896, por conseguinte, Guilherme II proclamou que «o Império Alemão se tornou um império mundial» (97), e um ano mais tarde anunciou um programa naval sob o comando do almirante Tirpitz. Seguiu-se a primeira lei naval, em 1898.

A viragem «global» na grande estratégia alemã também refletia a sensação de que a

segurança do *Reich* era afetada pela emergência de novos centros de

poder fora da Europa. Guilherme II inquietava-se com o poder americano e a sua «arrogante» Doutrina Monroe, que se intrometia nos seus próprios planos globais. Em 1895 lançou a ideia de uma «liga continental» de Alemanha, França e Rússia para conter as potências «anglo-saxónicas», Grã-Bretanha e Estados Unidos. Em setembro de 1896, num encontro com o czar em Breslau, o *Kaiser* chegou a sugerir que todo o continente europeu se devia unir para contrabalançar o poder ascendente de Washington. Nesse mesmo ano, Guilherme II fez gala em enviar ao Presidente bóer, Paul Kruger, um telegrama de felicitações por ter derrotado o Raide Jameson. Os alemães começaram a interessar-se mais intensamente pelos assuntos da África do Sul em geral (98). Em novembro de 1897, a Alemanha avançou para o porto chinês de Kiauchau. Um ano mais tarde, o *Kaiser* fez uma visita altamente publicitada ao Império Otomano, com escala na Palestina. Pouco depois, foi confiada a uma empresa alemã a tarefa de construir um caminho-de-ferro para Bagdad e, mais abaixo, até ao golfo, o início da «linha Berlim-Bagdad». O verdadeiro propósito de toda esta atitude global era, contudo, assustar Londres de modo a que entrasse numa aliança contra Paris e São Petersburgo. Na sua essência, a *Weltpolitik* não era uma tentativa de dominar o mundo, mas um grito de socorro na Europa.

> Na Grã-Bretanha, tudo isto aumentou o sentimento de alarme que tinha vindo a crescer desde

a aproximação franco-russa. O império já estava sob ameaça do czar na Ásia Central e no Extremo Oriente; dos franceses, no Sudão; dos bóeres na África do Sul; e dos Estados Unidos em todas as Américas. A opinião oficial e pública indignou-se com o «Telegrama Kruger»: um diplomata britânico falou na «determinação por parte do Governo alemão em fazer sentir a sua influência no Sudeste Africano» (99). O anúncio do programa naval de Tirplitz, em 1897, aumentou ainda mais as tensões. Num acordo secreto anglo-germânico de agosto de 1898, Berlim abandonou os bóeres à sua sorte a troco de uma opção sobre as colónias africanas de Portugal, mas o mal estava feito. Daí por diante, era distintamente audível uma veia de germanofobia entre os muitos outros antagonismos. Sob o esplendor das celebrações do Jubileu de Diamante da Rainha Vitória escondia-se um sentimento de profundo desconforto, captado pelo poeta Rudyard Kipling no seu «Recessional».

As nossas naves ao longe se dissolvem;

O fogo morde em promontório e dunas:

Olhai, toda a nossa pompa de antanho

é una com Nínive e Tiro!

Juiz das Nações, poupa-nos por ora,

Para que não esqueçamos, para que não esqueçamos! (100)
[*Far-called our navies melt away;*

On dune and headland sinks the fire:

Lo, all our pomp of yesterday

Is one with Nineveh and Tyre!

Judge of the Nations, spare us yet,

Lest we forget – lest we forget!]

O padrão das duas potências, com uma escassa década de vida, já não chegava. A Grã-

Bretanha precisaria de aliados para sobreviver aos desafios que tinha pela frente e teria de os encontrar, no Novo Mundo e no sistema tradicional europeu ao qual tinha virado costas durante tanto tempo.

Em 1898-1903, as tensões globais explodiram numa série de crises que haveriam de

transformar o sistema internacional. A primeira a deflagrar foi a de Cuba, onde a deterioração da situação humanitária, o crescente clamor popular por uma intervenção dos Estados Unidos e a escalada dos temores de que a ilha pudesse cair nas mãos de outra potência levaram Washington a agir. «Não é resposta dizer», declarou aos críticos o presidente McKinley, «que tudo isto se passa noutro país, pertencente a outra nação e por conseguinte não é da nossa conta». Pelo contrário, argumentava ele, «é nosso especial dever, pois está mesmo à nossa porta» (101). Era o direito de intervenção burkeano por *vicinage.* Em fins de abril de 1898, o Presidente adiantou-se à ameaça de uma resolução parlamentar vinculativa em prol da intervenção militar e do reconhecimento unilateral da independência de Cuba declarando guerra a Espanha. Era, argumentou McKinley seis meses mais tarde, uma «guerra pela humanidade», um tempo de «dar a mão

à oportunidade e alargar ainda mais as fronteiras da liberdade» (102). As forças espanholas depressa foram derrotadas em terra e no mar. Uma questão mais complicada era o que fazer com o império espanhol na América. Deixada a si própria, avisou o líder republicano, Henry Cabot Lodge, Cuba tornar-se-ia «como o Haiti ou Santo Domingo (...) sem Doutrina Monroe [deles próprios] que impeça outras nações de lá interferir» (103).

> Entretanto, a prolongada luta pelo domínio da África Central entre Grã-Bretanha e França

atingiu o seu auge. Ambas as potências se moveram rapidamente para o vácuo deixado pela derrota italiana de Adua, pelo colapso do império egípcio e pela subsequente desintegração progressiva do Estado mahdista. No princípio de 1898, o explorador e oficial do Exército francês Jean-Baptiste Marchand chegou a Fachoda; uma quinzena mais tarde foi confrontado pelo general britânico Herbert Kitchener, que acabava de pôr em debandada o exército do Mahdi, em Omdurman. A guerra pela sucessão egípcia, que grassava desde a queda de Cartum nas mãos do Mahdi, parecia prestes a tornar-se uma conflagração europeia em larga escala. França tinha de escolher entre combater pela expansão das suas possessões coloniais para contrabalançar a Alemanha ou atingir o mesmo fim reduzindo a sua pegada colonial para apaziguar a Grã-Bretanha. Paris recuou, vendendo o seu quinhão centro-africano num mercado em alta. Fachoda e o império ultramarino francês em geral tinham cumprido o seu objetivo. Foi trocado pela possibilidade de um entendimento com a Grã-Bretanha do qual dependia a segurança de França na Europa.

> A atenção da Grã-Bretanha voltou-se agora para a África Austral, onde a tensão com o

Transval e o Estado Livre de Orange ia em crescendo desde o fiasco de Jameson. Aquestão principal não era a simples riqueza mineral, as fabulosas jazidas de ouro e diamantes. A África do Sul era de vital importância geopolítica porque servia como crucial retaguarda continental da base naval de Durban, a partir da qual se defendia a rota para a Índia. Não se podia consentir que caísse nas mãos de outra potência europeia, especialmente as da Alemanha, que já estava instalada a nordeste (na atual Tanzânia) e a noroeste (na atual Namíbia). Sabendo que a anexação estava iminente, Kruger decidiu atacar primeiro. Em outubro de 1899 lançou um ataque relâmpago à Província do Cabo. Foi preciso um sério esforço de Londres e do resto do Império para o fazer retirar. Daí por diante a questão crítica passou a ser a de saber se as potências de fora interviriam em favor dos

afrikaners e reduziriam o Império Britânico à sua insignificância, como França e Espanha tinham feito durante a Guerra da Independência Americana (104). O sentimento pró-bóer era grande em toda a Europa, especialmente em França, na Alemanha e na Irlanda, e em 1900 Paris e São Petersburgo planearam em conjunto um possível ataque à Grã-Bretanha bem como uma invasão russa do Afeganistão. Falava-se até de uma partição do Império Britânico, ficando Espanha com Gibraltar, ganhos para França em África e para a Rússia na Ásia Central. Mas o momento «Saratoga» chegou e passou e em maio de 1902 os bóeres já tinham sido esmagados.

> Por importantes que os acontecimentos de África fossem para os europeus e para o equilíbrio

global, eram pequenos em comparação com a luta pelo domínio do Extremo Oriente. «O centro da tempestade mundial mudou para a China», observou John Hay, o secretário de Estado dos Estados Unidos, «quem compreenda esse Império (...) tem a chave da política mundial dos próximos cinco séculos» (105). Neste ponto, o vazio deixado pela fraqueza do Império Chinês atraiu as potências à procura de recursos, prestígio e mercados e que procuravam negá-los aos seus rivais. Os russos avançaram do norte, indignando os japoneses ao arrendarem, em março de 1898, a península de Liaotung, que três anos antes Tóquio devolvera à China sob pressão internacional. Alemães, franceses, britânicos e outros, todos apresentaram as suas reivindicações junto da Corte Celeste. Os nacionalistas chineses viam o «Império do Meio» atacado por todos os lados e sublevaram-se contra o domínio estrangeiro. Esta «Revolta dos *boxers*» deu origem a uma intervenção internacional para a reprimir, não porque as potências estivessem unidas numa indignação ocidental contra o Oriente, mas porque temiam que os seus concorrentes pudessem procurar vantagens unilaterais. A esperada partição total do Império Chinês nunca veio a dar-se porque o equilíbrio de poder na região não o permitiu. A crise global da viragem do século teve um profundo efeito na política externa e interna europeia. Em Londres, a experiência do isolamento diplomático durante a Guerra dos Bóeres desencadeou um debate aceso sobre grande estratégia. O ministro dos Estrangeiros, Lorde Landsdowne, condenava agora as «fórmulas bafientas» e as «superstições antiquadas» contra envolvimentos continentais. «*Prima facie*», escreveu em 1902, «se não houver objeções que o contradigam, o país que tenha a sorte de ter aliados é mais digno de inveja do que o país que os não tem» (106). Mas uma aliança com quem e contra que potência ou potências? O machado da guerra com França estava a ser lentamente enterrado, mas ainda havia sérias diferenças a aplanar a respeito do Norte de África. A Rússia continuava a ser uma enorme

ameaça e foi contra ela que se dirigiu a primeira iniciativa diplomática importante da Grã-Bretanha no novo século, a aliança anglo-japonesa de 1902. A principal preocupação, no entanto, era a Alemanha, que revelara uma simpatia mal disfarçada pelos bóeres e cujas ambições navais eram vistas como um desafio frontal à supremacia marítima britânica (107). Sir Edward Grey, que em breve seria ministro dos Estrangeiros, observou em janeiro de 1903 que Berlim era agora «o nosso pior inimigo e o nosso maior perigo». A discussão no muito influente clube dos «Coeficientes» onde Grey falou, resumiu o sentimento geral em fins de abril desse ano. «No que respeita à Alemanha», registaram as atas, «pensava-se que as suas ambições ultramarinas, o seu desenvolvimento económico e o rápido crescimento da sua população faziam dela um sério rival deste país» (108). Em fins de 1903, em suma, a ameaça alemã tinha substituído a ameaça russa como principal preocupação da política externa britânica (109).

> Isto tinha profundas implicações para a estratégia marítima e para a governação imperial. Ao

longo das duas décadas anteriores a Grã-Bretanha presumira que o seu estatuto global dependia do império. «Enquanto governarmos a Índia», observou Lorde Curzon, o vice-rei, em janeiro de 1901, «somos a maior potência do mundo. Se a perdermos cairemos diretamente para potência de terceira ordem» (110). Era necessário agora um grande exército capaz de intervir no continente e a Lei da Reforma Militar de 1901 foi um primeiro passo nesse sentido. Seguiu-se em 1902 a criação da Comissão Imperial de Defesa, um órgão que a despeito do seu nome estava firmemente centrado na situação militar na Europa,. Esse mesmo ano assistiu ao estabelecimento de uma *Home Fleet* (uma «Frota Territorial», dedicada à defesa das costas britânicas) em resposta ao desafio naval alemão e que depressa absorveu a maior parte da atenção e dos recursos do Almirantado (111). Se, contudo, a Grã-Bretanha ia fazer menos na cena global, então o Império teria de fazer mais. As colónias de colonos brancos já estavam a chegar sozinhas a essa conclusão. A Austrália e a Nova Zelândia viam com preocupação os avanços alemães no Pacífico e especialmente a vitória japonesa sobre a China em 1895. O estadista da Nova Gales do Sul Sir Henry Parkes acelerou por conseguinte as negociações de federação começadas em 1889. Em 1900, Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Tasmânia e Austrália do Sul uniram-se finalmente numa federação. Isto não refletia a ascensão de um nacionalismo separatista, mas sim o contrário: a determinação de manter a ligação britânica como segurança de último recurso e a perceção de que o fardo da defesa imperial teria de ser partilhado mais igualmente. A Grã-

Bretanha devia continuar a ser o polícia global, mas a Austrália serviria como seu ajudante no Pacífico Sul.

> A Guerra dos Bóeres e a crescente ameaça alemã também provocaram um debate sobre o

estado da sociedade britânica. Se os militares tinham feito um bicho-de-sete-cabeças de uns quantos lavradores armados com espingardas, como podia a Grã-Bretanha ter esperanças de estar à altura de um adversário europeu a sério, equipado com artilharia moderna? Havia também sérias dúvidas a respeito da capacidade da população para uma luta prolongada: a má condição física de muitos recrutas urbanos sugeria que a casta nacional tinha «degenerado». Estes sentimentos fizeram surgir o movimento em prol da «eficiência nacional», destinado a tornar a Grã-Bretanha uma sociedade mais produtiva, mais racional e, por conseguinte, mais poderosa (112). Em fevereiro de 1902, foi criada a Liga do Serviço Nacional para fazer agitação em favor da introdução da conscrição, assim «distribuindo as cargas da defesa nacional igualmente entre todas as classes, em vez de deixar que pesassem esmagadoramente sobre o proletariado» (113). Um ano depois, Joseph Chamberlain, secretário de Estado das Colónias, com a sua Liga para a Reforma das Tarifas, procurava ligar o império mais estreitamente à Grã-Bretanha através da «preferência imperial» contra as importações «injustas» do estrangeiro, mesmo que isto redundasse numa concorrência reduzida e assim em preços mais altos para os consumidores, em especial dos produtos agrícolas (114). O seu objetivo era a transformação do Império Britânico num bloco comercial que pudesse competir em igualdade de condições com a Alemanha e os Estados Unidos. O dinheiro dos altos direitos alfandegários, assim rezava o argumento, podia ser usado para financiar as reformas sociais necessárias para mobilizar a população para as grandes tarefas que tinham pela frente. A reforma das tarifas dividiu o Partido Conservador entre protecionistas e livre cambistas.

> As ambições globais da Alemanha estavam a causar também intensa ansiedade nos Estados

Unidos (115). Durante a Guerra Hispano-Americana, surgira na Baía de Manila uma grande esquadra alemã, fazendo nascer temores de que a Alemanha tivesse ambições no Pacífico. Apartir de 1901 barcos alemães começaram também a patrulhar as Caraíbas e o Atlântico Sul. Um ano mais tarde os navios alemães de uma força internacional enviada para cobrar dívidas por pagar tinham bombardeado os portos venezuelanos até serem obrigados a parar por um ultimato dos Estados Unidos; Berlim também se recusou a garantir que não

procuraria engrandecimento territorial à sua custa. O presidente Theodore Roosevelt não tinha objecções, como ele próprio preveniu um diplomata alemão, a que gente de fora «sovasse» algum Estado sul-americano que se portasse mal, mas opunha-se terminantemente a que qualquer país, incluindo os Estados Unidos, ganhasse ali «mais território» (116). Em 1904 Washington foi abalada pela notícia de que a Alemanha tinha exigido a cessão de um porto em Santo Domingo. Roosevelt falava agora da «extrema desejabilidade de manter a Alemanha fora deste hemisfério», dado que era a «única potência com a qual há qualquer probabilidade ou possibilidade de virmos a chocar no futuro» (117). As ondas causadas pela revolução geopolítica na Europa Central em 1866-71 tinham atingido as costas americanas.

A resposta de Roosevelt aos desafios à sua segurança enfrentados pelos Estados Unidos não

era meramente diplomática e militar, mas também ideológica. «Mau comportamento crónico ou uma impotência que redunde num relaxamento geral dos laços da sociedade civilizada», disse ele ao Congresso, «podem, na América como noutro lugar qualquer, requerer em última instância a intervenção de alguma nação civilizada». Insistia em que a finalidade era sempre «desenvolver os próprios nativos de modo a que tomem uma parte cada vez maior no seu próprio governo». Acreditava também que a promoção dos valores americanos, «falando em voz baixa», se possível, mas empunhando um «grande cacete», se necessário, era a melhor garantia de paz e da estabilidade internacionais a longo prazo e, assim, da segurança dos Estados Unidos (118). Depois dos *pogroms* de Kishinev em 1903, na Rússia, por exemplo, o Presidente protestou para São Petersburgo. O crescente entendimento britânico-americano baseava-se em parte num sentimento de terreno comum geopolítico – contra a Rússia e especialmente contra a Alemanha –, mas também em valores compartilhados e aqui tinham na sua mira tanto a autocracia russa como o alegado absolutismo do *Kaiser* (119). Estes «anglo-saxões desprezavam as raças vermelhas, amarelas e castanhas – sem dúvida – e temiam o 'Eslavo', mas a sua principal preocupação era o 'Teutão'». «A *Vaterland*», observou o secretário de Estado americano, John Hay, em 1898, «está a arder em ganância e ódio contra nós» (120). Alguns anos depois, Roosevelt disse a um diplomata britânico que «hoje em dia (...) ninguém na América pensa em Inglaterra como possível inimigo. AAlemanha é o inimigo de referência da Marinha [dos Estados Unidos]».

Esta política externa ativista requeria um governo forte em casa, argumentava Roosevelt,

«aplicado num espírito progressista para ir ao encontro de condições em mutação». Ele tinha a consciência penosa de que «a desordem cívica, a corrupção brutal e os violentos preconceitos raciais (...) em casa» embaraçavam os Estados Unidos no exterior. Além disso, embora Roosevelt celebrasse o espírito empreendedor da maior parte dos americanos, temia que um capitalismo desenfreado não só conduzisse à escravização pelas «grandes empresas» mas «sugasse» também a «vitalidade das (...) classes trabalhadoras». Por esta razão, o Presidente apoiava os sindicatos, «com vista a melhor garantir os direitos dos assalariados»; lançou um programa de investimento em infraestruturas; e encetou uma campanha determinada de «destruição dos cartéis» porque acreditava que só o Governo podia «lidar adequadamente com as grandes empresas». Roosevelt louvava a imigração e a naturalização, desde que fosse do «tipo certo». Este era definido não «por lugar de nascimento ou credo», mas segundo os critérios do «Bom Americanismo»: «uma questão de coração, de consciência, de aspirações elevadas, de sólido senso comum». Fazia tudo isto não só porque pensava que os americanos não mereciam menos, mas também porque acreditava que era necessário defender a segurança dos americanos projetando os valores americanos no exterior.

> Por volta de 1900, por conseguinte, a Alemanha emergia da turbulência global com poucos

motivos de satisfação. A *Weltpolitik*, destinada a aumentar os recursos, o prestígio e o espaço de manobra diplomático do *Reich*, tinha na realidade aumentado a sua insegurança. Uma força expedicionária, despachada com grande fanfarra em junho de 1900 para combater os *boxers* e posta em campo ao grito de «alemães para a frente de batalha», enfureceu os russos e os japoneses. A desejada aliança britânica continuava esquiva: as negociações mantidas em 1898-1902 ruíram porque Londres não estava disposta a comprometer-se com a defesa da Alemanha na Europa e Berlim hesitava em apoiar militarmente a Grã-Bretanha na Ásia. Como vimos, o programa naval, longe de impressionar os britânicos e os americanos, apenas os antagonizou. Por outro lado, a vitória dos Estados Unidos sobre Espanha e a derrota dos bóeres pela Grã-Bretanha mostrou aos alemães o preço da fraqueza marítima. Berlim decidiu, por conseguinte, avançar com o programa naval, tendo cuidado em não precipitar um ataque preventivo de Londres. Este «Complexo de Copenhaga» – assim chamado por causa da destruição da frota dinamarquesa em 1807 para impedir que caísse em mãos francesas – levou o ministro dos Estrangeiros alemão, o conde von Bülow, a avisar que «em vista da nossa inferioridade naval devemos operar muito

cautelosamente, como a lagarta antes de se ter transformado numa borboleta» (121).

> Em Fevereiro de 1904, o Japão adiantou-se a mais expansão da Rússia na China lançando um

devastador ataque de surpresa à frota czarista em Port Arthur. Durante o ano e meio seguinte as duas potências trocaram golpes na Manchúria e no alto mar. Para surpresa geral, o czar viu-se rapidamente na defensiva, batido por japoneses bem treinados e armados, sem amigos com exceção do pequeno Montenegro (que declarou guerra ao Japão por solidariedade pan-eslava) e incapaz de obter suficiente financiamento internacional devido ao boicote dos banqueiros judeus. A derrota do Exército russo em Mukden em finais de fevereiro e a completa destruição da frota báltica em Tsushima, em maio de 1905, forçou finalmente São Petersburgo a pedir a paz. O czar evacuou a Manchúria, entregou Port Arthur, vital em termos estratégicos, e reconheceu a supremacia japonesa na Coreia, que Tóquio anexou formalmente cinco anos depois. A humilhação da Rússia foi quase completa; foi-lhe poupada apenas a indignidade de pagar reparações ao Japão. As consequências da sua derrota iam agora retumbar no mundo inteiro e em todo o sistema internacional de Estados.

> Para a maior parte dos ocidentais a derrota da Rússia fora resultado do seu atraso político.

Argumentava-se que enquanto o Japão gozava de um governo constitucional, o império czarista não; a vitória japonesa era vista, por conseguinte, como uma validação dos valores ocidentais que parecia ser de bom augúrio para o progresso da civilização e para o bom governo em todo o mundo. Os japoneses, escreveu Roosevelt no apogeu da guerra, em julho de 1904, eram um «povo maravilhoso e civilizado, com direito a estar em pé de absoluta igualdade com todos os outros povos do mundo civilizado» (122). Da Rússia, por outro lado, nada esperava, «até que o seu povo comece a trilhar a senda de uma liberdade ordenada e uma certa medida de autogoverno». Na própria Rússia os críticos do regime czarista estavam a chegar à mesma conclusão. A política de expansão para Leste fora sempre controversa entre o público em geral, especialmente quando redundava na negligência da esfera de influência «natural» do império nos Balcãs (123). À medida que cresciam as notícias de derrotas no Oriente, a opinião popular ia-se tornando mais irrequieta. Em julho de 1904, o

ministro do Interior, Plehwe, foi assassinado. Em novembro de 1904 houve apelos a «banquetes» de massas – numa imitação consciente de Paris em 1848 – para protestar contra a autocracia e houve manifestações em grande escala em janeiro de 1905. No mês seguinte o czar concordou finalmente com uma assembleia consultiva, a *Duma*. O parlamento resultante foi escolhido por meio de uma votação restrita e indireta e não satisfez as exigências liberais, mas foi um começo. Em outubro de 1905, o czar publicou um manifesto que garantia liberdades civis como a liberdade de prisões arbitrárias, as liberdades de expressão, de observância religiosa e de associação. As leis tinham de ser aprovadas pela *Duma*. Ao mesmo tempo, o Estado procurou criar um Exército de conscritos mais fiável e eficaz (124). O propósito por trás deste programa de limitada modernização política era canalizar o potencial da sociedade russa para o grande projeto que tinha pela frente: reconstruir a posição internacional da Rússia e reivindicar os seus interesses estratégicos. Enquanto a política global russa ruía na Manchúria e em Tsushima, a Grã-Bretanha e França contemplavam com alarme a ascensão persistente do poderio alemão. A escalada da corrida naval anglo-germânica era mais um sintoma do que uma causa do antagonismo que residia na perceção de Londres de que o *Kaiser* procurava desequilibrar a balança do poder na Europa (125). Independentemente de quantos navios os alemães podiam construir a curto prazo, era um velho axioma da estratégia britânica que a marinha real nunca seria capaz de conter um inimigo que controlasse o grosso dos recursos do continente. Além disso, era assumido que a derrota da Rússia no Extremo Oriente a tornaria mais dependente da Alemanha e até, possivelmente, aberta a uma aliança. O resultado foi a *Entente Cordiale* de abril de 1904 entre a Grã-Bretanha e França. Era um entendimento, mais do que uma aliança militar, e os seus termos específicos resumiam-se a pouco mais do que um acordo colonial, em que Marrocos calhava a França, enquanto Paris desistia finalmente da sua parte no Egito. A *Entente* não envolvia de momento qualquer cooperação oficial entre os dois Exércitos, ainda menos planos de guerra concretos contra a Alemanha na linha da aliança franco-russa. Habilmente, os franceses não insistiram nisto, a princípio, mas procuraram envolver a Grã-Bretanha cada vez mais profundamente pela criação de uma obrigação moral de envolvimento continental (126). Para a Grã-Bretanha, a esperança de apoio francês na moderação da Rússia ainda desempenhava um papel importante. Mas apesar de tudo o sinal era claro: embora a Grã-Bretanha e França ainda não estivessem mutuamente empenhadas na contenção da Alemanha, a sua nova amizade tinha profundas implicações para o equilíbrio de poder europeu, em geral, e para a Alemanha, em particular (127).

As notícias da aproximação franco-britânica foram acolhidas com consternação em Berlim. O

cauchemar des coalitions de Bismarck – o medo de ser esmagado entre as mós de uma poderosa aliança hostil – estava um passo mais perto de se realizar. O *Kaiser* escreveu que a situação lhe lembrava o dilema de Frederico, *o Grande* antes da Guerra dos Sete Anos; vozes jornalísticas falavam uma vez mais de que a Alemanha estava «cercada por todos os lados», numa linguagem reminiscente da geopolítica popular das décadas de 1850 e 1860 (128). A liderança imperial procurava agora encontrar maneiras de sair daquilo a que o *Kaiser* chamou «o horrendo torno galo-russo». Em 1905, o estado-maior alemão completou a versão final do Plano Schlieffen, destinado a capacitar a Alemanha para lidar com o cerco. Se não o fizesse, avisou Schlieffen, «abrir-se-ão os portões, baixar-se-ão as pontes levadiças e exércitos de milhões de homens serão despejados na Europa Central através do Vosges, do Mosa, do Königsau, do Niemen, do Bug e até através do Isonzo e dos Alpes tiroleses, numa onda de devastação e destruição» (129). Algumas vozes influentes defendiam uma política ativa em vez de se ficar à espera do ataque inimigo. O ministro dos Estrangeiros alemão, o conde von Bülow, rejeitou essas exigências, como antes dele Bismarck fizera (130). Tentou, contudo, tirar partido da fraqueza russa exercendo pressão sobre o elo mais fraco da cadeia circundante: a França. Foi este o pensamento por trás da intervenção do *Kaiser* em Marrocos em 1905-6. A questão não era tanto sinalizar uma tardia reivindicção do Norte de África quanto tentar tornar a Alemanha mais segura na Europa forçando a quebra da coligação sitiante.

A princípio tudo correu bem. O *Kaiser* desembarcou em Marrocos em março de 1905 e exigiu

uma conferência internacional para salvaguardar a integridade de Marrocos, que os franceses estavam a transformar progressivamente em protetorado. Paris, exposta pela falta de apoio russo efetivo e não podendo ainda recorrer à Grã-Bretanha, recuou publicamente em junho de 1905; o ministro dos Estrangeiros, Théophile Delcassé, foi obrigado a demitir-se. Em fins de julho, o *Kaiser* explorou a sua vantagem concluindo uma aliança defensiva com o czar em Björkö. Dentro de muito pouco tempo, contudo, São Petersburgo deslizou outra vez para França depois de ter acabado a Guerra Russo-Japonesa e o czar ter sido obrigado pelos seus ministros a repudiar a aliança com a Alemanha. A Grã-Bretanha, entretanto, reagiu asperamente. Em janeiro de 1906, o ministro dos Estrangeiros britânico, Sir Edward Grey, autorizou as primeiras conversações de estado-maior anglo-

francesas. A corrida naval com a Alemanha, centrada agora numa nova e mais avançada classe de navios de guerra de nome *Dreadnought*, entrou numa escalada (131). Aqueles que conheciam toda a extensão da superioridade industrial alemã, como o antigo primeiro-ministro Arthur Balfour, avisaram que a Grã-Bretanha ficaria a perder em termos de «estaleiros», «fábricas», «grandes canhões» e «couraças»: «Se os alemães pensarem que lhes vale a pena, não penso que possamos contar em construir navios de guerra mais depressa do que eles são capazes» (132). Quando por fim a conferência internacional exigida pelo *Kaiser* se reuniu em janeiro de 1906, a Alemanha estava completamente isolada. Os franceses foram encarregados da polícia de Marrocos e desse modo ficaram com um firme controlo de todo o território. A estratégia alemã para quebrar o anel do cerco tinha apenas soldado mais apertadamente os seus elos.

> A emergente visão britânica de Berlim foi resumida pelo especialista alemão do Ministério dos

Estrangeiros, Eyre Crowe, no seu famoso «Memorando sobre o presente estado das relações britânicas com França e a Alemanha», de janeiro de 1907. Longe de ser invulnerável atrás do seu fosso marítimo, sustentava ele, a Grã-Bretanha era de facto, «no sentido literal do termo, vizinha de todo os países com acesso por mar». Daí decorria, por conseguinte, que o interesse predominante do Estado britânico, ainda mais importante do que a sua preocupação com «a liberdade de intercâmbio e comércio», era assegurar-se de que não houvesse qualquer «combinação geral do mundo» contra si, que resultaria muito rapidamente na perda da sua superioridade naval. Isto significava por sua vez que era «quase uma lei da natureza» que Londres devesse intervir para manter o equilíbrio de poder europeu. Este, alegava Eyre, estava a ser agora posto em perigo pela Alemanha. Depois de uma longa lista das alegadas provocações de Berlim na África do Sul, na China e na corrida naval, Crowe sublinhava que «o edifício do pan-germanismo, com os seus bastiões exteriores na Holanda, nos países escandinavos, na Suíça, nas províncias alemãs da Áustria e no Adriático nunca podia assentar sobre qualquer outro alicerce que não fosse a destruição das liberdades da Europa». Se era isso o que Berlim visava, concluía ele, então esta «geral hegemonia política e ascendência marítima» ameaçava a «independência dos seus vizinhos, e em última instância a existência de Inglaterra», e tinha de ser travada.

> O pior para a Alemanha ainda estava por vir. A derrota no Extremo Oriente encorajou os

russos a voltar a sua atenção de novo para a Europa e especialmente para os Balcãs. Aqui, havia muito que São Petersburgo tinha vindo a considerar a Alemanha como principal obstáculo às suas ambições. Era o *Kaiser* que protegia o sultão da Macedónia, avançava com o caminho-de-ferro Berlim-Bagdad e, em geral, sustentava o poder otomano em todo o Próximo Oriente. Neste contexto, os russos olharam outra vez para a Grã-Bretanha, cuja inimizade ainda se fazia sentir intensamente na Pérsia e na Ásia Central, mas cujo interesse nos Balcãs e no Leste do Mediterrâneo tinha decrescido consideravelmente desde os anos 1870. Na questão crucial de Constantinopla, Londres e São Petersburgo já não estavam tão afastadas. De modo que, em finais de agosto de 1907, as duas potências chegaram a um acordo que dividia a Pérsia numa zona de influência russa, a norte, outra de influência britânica, no sul, e uma zona neutral no meio. Foi alcançado um *modus vivendi* quanto ao Tibete e ao Afeganistão. Como no caso da *Entente* anglo-francesa, estabelecera-se uma *entente* colonial para garantir interesses europeus mais vitais. «Esta necessidade de uma unidade coesa [entre Grã-Bretanha, França e Rússia]», observou secamente o *chargé d'affaires* alemão em São Petersburgo, «é um elogio, embora perturbante, ao Exército alemão, à Marinha alemã, aos nossos comerciantes e à capacidade do povo alemão em geral para o desenvolvimento» (133).

> As ondas nacionais e internacionais das revoluções diplomáticas de 1904-7 – a vitória japonesa

no Extremo Oriente e a formação da Tripla Aliança entre Rússia, França e Grã-Bretanha – alastravam agora a toda a Europa. No Império Otomano irrompeu um vigoroso debate sobre a transformação interna necessária para resgatar a Turquia da destruição. Em fins de 1908 um grupo de oficiais, dito dos «Jovens Turcos», forçou o sultão Abdul Hamid a restaurar a constituição de 1876 e convocar eleições e acabou por pura e simplesmente o depor. O principal objetivo do novo Comité para a União e o Progresso era restruturar a sociedade otomana dentro do país e projetar o seu poder mais eficazmente no exterior. À cabeça das suas intenções estava a recuperação da Bósnia-Herzegovina, sob ocupação austro-húngara desde 1878, mas que permanecia sob suserania nominal otomana. Isto expôs repentinamente o flanco meridional do Império Austro-Húngaro. Os búlgaros aproveitaram a oportunidade para proclamar a sua total independência; a Sérvia começou a fazer agitação pelo controlo da Bósnia. O barão Aerenthal, ministro dos Estrangeiros dos Habsburgos, correu a preencher o vazio resultante anunciando a anexação unilateral das duas províncias. A Rússia, que pensava ter pelo menos assegurado um *quid pro quo* para a passagem dos seus navios de

guerra através dos Estreitos, só podia espumar, impotente. Em Berlim, a questão era vista como um teste da *Entente* anglo-russa. «A Áustria», sustentava em princípios de outubro de 1908 o veterano diplomata Friedrich von Holstein, geralmente conhecido como a «eminência parda» do Império, «luta hoje pelas suas próprias razões egoístas [mas é também] a nossa batalha contra o Concerto Europeu – aliás, a hegemonia inglesa, aliás, o cerco» (134).

> Esta cascata de *ententes*, anexações e corridas aos armamentos dominou as políticas internas

europeias ao longo de toda a segunda metade da década. Na Alemanha, a opinião pública estava a ficar irrequieta com a sombria situação internacional e com a condução da política externa e imperial em geral. Esta crítica assumiu formas humanitárias, estratégicas e constitucionais. Em novembro de 1906, por exemplo, o Partido do Centro lançou um ataque feroz contra o decreto de indemnizações para pagar a repressão da revolta dos hereros no Sudoeste Africano, com o fundamento de que o general no comando, Von Trotha, tinha feito uso de força excessiva (135). Em 1907, o Governo caiu mesmo por causa do orçamento do Exército e em 1908 houve uma outra zaragata por causa do orçamento da Marinha. Em geral, as objeções não eram tanto à despesa militar *per se,* mas sim à forma como havia de ser paga e ao uso que lhe era dado. À medida que a Alemanha ficava cada vez mais isolada, particularmente após a convenção anglo-russa, a paciência do parlamento e da imprensa começou a esgotar-se. Em princípios de dezembro de 1908, Philip Scheidemann, delegado do Partido Social-Democrata (SPD), lamentava-se de que um «anel de ferro» se estava a fechar à volta da Alemanha (136).

> Também em São Petersburgo a política externa permanecia no centro da política interna. A

nova *Duma* fazia a vida negra ao Governo a respeito da defesa dos interesses russos. Os partidos Outubrista e Cadete, moderados e constitucionais, exigiam ter uma palavra a dizer sobre a política externa e sustentavam que a Rússia nunca realizaria plenamente o seu potencial na cena europeia sem um programa de reformas sociais e políticas (137). A sua sensação de que a Rússia estava a perder terreno internacionalmente transformou o Parlamento num *forum* para atacar a autocracia. A questão central aqui era como lidar com a Alemanha. Muitos conservadores – hostis ao liberalismo britânico e francês – simpatizavam com o *Kaiser*. Queriam voltar à era da Liga dos Três Imperadores ou mesmo da Santa Aliança. A opinião predominante, contudo, era fortemente anti-alemã. Os Outubristas falavam do

«inevitável combate com as raças germânicas» e o líder do Cadete, P. N. Miliukov, via-se embrenhado numa confrontação com a «civilização germânica» (138). A autocracia estava avisada: se falhasse outra vez em defender a grandeza russa no estrangeiro contra a Alemanha, fá-lo-ia um novo regime liberal. Na Grã-Bretanha, os desacordos sobre a melhor maneira de organizar a Nação e o Império para fazer frente ao desafio alemão continuavam a ser centrais na política interna. A reforma das tarifas merecia uma feroz resistência dos Liberais e de muitos Conservadores com o fundamento de que violava o princípio da liberdade de comércio e fazia subir o preço dos bens alimentares básicos. Em dezembro de 1905 o Governo conservador deArthur Balfour desabou finalmente, por causa das tensões desta questão. A resultante eleição de janeiro de 1906 teve como resultado uma ampla maioria liberal comandada por Henry Campbell-Bannerman. A reforma das tarifas foi metida na gaveta. Em vez disso, o novo governo recorreu a métodos liberais clássicos para endireitar a Grã-Bretanha. Em 1907, o ministro da Guerra, Lorde Haldane, introduziu a Lei das Forças Territoriais e de Reserva que instituía o treino militar nas escolas e universidades. Isto era visto como alternativa à conscrição e ao «militarismo» e destinava-se a enrijecer o nervo moral e físico da nação contra a Alemanha. Ao mesmo tempo, os liberais procuravam reconciliar as classes trabalhadoras com o Estado através de um programa de reforma social e de previdência, especialmente pela introdução de seguros de saúde e de pensões. O problema era que embora a política de força no estrangeiro e justiça no interior fosse complementar em termos conceptuais, parecia ser contraditória de um ponto de vista fiscal. Os extremistas do orçamento exigiam saber o que é que seria: «*Dreadnoughts* ou pensões de velhice», canhões ou manteiga.

> O ponto crítico chegou em 1909, quando foram tornados públicos relatórios dos seviços de

informações sugerindo que os alemães estavam a ganhar a dianteira na construção naval; isto foi agravado por boatos desenfreados de que os alemães estavam a vigiar a Ânglia Oriental e a costa sul (139). Em outubro desse ano o Governo montou o Secret Service Bureau (o Gabinete dos Serviços Secretos, que depois veio a transformar-se no MI 5 e no MI 6) especificamente para lidar com a penetração alemã (140). O orçamento da Marinha era uma questão mais controversa. No seu famoso «Discurso de Limehouse» de finais de julho de 1909, David Lloyd George, ministro das Finanças, perfilhou a necessidade de mais *Dreadnoughts* e atacou as elites latifundiárias por se recusarem a aceitar a nova tributação necessária para os pagar. Os liberais radicais sustentavam, por outras palavras, que as estruturas sociais tradicionais

já não eram do interesse nacional. De forma bastante parecida aos reformadores europeus continentais, Lloyd George alegava que «a propriedade da terra não é um mero desfrute, é uma responsabilidade. Já como tal foi considerada no passado e se os proprietários deixarem de se desincumbir das suas funções, *a segurança e a defesa deste país* [itálico meu], olhar pelos desfavorecidos nas aldeias e nas suas circunvizinhanças que são parte dos seus deveres tradicionais anexos à propriedade da terra (...) chegará o dia de reconsiderar as condições em que a terra é possuída neste país» (141). De modo que quando a Câmara dos Lordes rejeitou o orçamento em fins de novembro de 1909, as eleições gerais que se seguiram não foram apenas sobre a questão constitucional de saber se a Câmara dos Lordes agira corretamente ou sobre a questão da redistribuição da riqueza, mas também sobre como havia de ser financiada a segurança nacional e como tinha de ser remodelada a sociedade britânica para enfrentar os desafios da nova era. Duas eleições em 1910 mostraram Liberais e Conservadores quase a par; os Liberais, que estavam ligeiramente à frente, acabaram por formar uma coligação com os nacionalistas irlandeses. Lloyd George teve as suas pensões e a Marinha os seus navios.

> A pressão dos acontecimentos internacionais também levou a uma mudança no papel das

mulheres. Na Europa Central e Ocidental o patriotismo tornou-se o veículo por meio do qual algumas mulheres puderam exprimir a sua reivindicação de participação política. Um maior empenho feminino na política patriótica e em organizações de caridade não envolvia necessariamente, é claro, uma agenda «progressista» ou feminista; era acompanhada, com muita frequência, da ênfase no espírito de sacrifício feminino e da reafirmação das relações vigentes entre os sexos (142). Cada vez mais, porém, as mulheres usaram a sua contribuição para a causa nacional para reclamar maiores direitos e até a concessão do direito de voto. Não foi por acaso que estas reivindicações foram apresentadas primeiro na Grã-Bretanha, o único país desenvolvido europeu que nas décadas mais recentes se tinha batido num (quase mal-sucedido) conflito importante. Em 1903, logo a seguir à Guerra dos Bóeres, Emmeline Pankhurst fundou a sua União Social e Política das Mulheres (WSPU, Women's Social and Political Union); dois anos mais tarde, a sua filha Christabel interrompeu um comício liberal em Manchester para exigir o voto para as mulheres. Em 1912, Millicent Fawcett fundou a União Nacional das Associações para o Sufrágio das Mulheres (NUWSS, National Union of Women's Suffrage Societies) para fazer campanha pelo direito de voto. Tudo isto era notado com alarme pelos governos, pelos conservadores e pela

maioria dos liberais. Houve pouco entusiasmo inicial pelos direitos das mulheres *per se,* mas havia um reconhecimento generalizado de que a população feminina representava uma nova e vasta fonte de energia a ser explorada. Além disso, era consensual que a vitalidade e dimensão da «casta nacional» e a provisão de jovens do sexo masculino para o serviço militar estavam ligadas à saúde das mulheres. Este sentimento era particularmente forte na Grã-Bretanha, onde os temores de um declínio eugénico se tinham tornado virulentos durante a Guerra dos Bóeres. A maternidade, mais do que as mulheres, era a grande preocupação. Em 1902 foi instituída a formação de parteiras e oito anos mais tarde a Lei das Parteiras exigia a sua certificação. Em 1907, Lloyd George patrocinou a Semana Nacional do Bebé, com o seu lema «É mais perigoso em Inglaterra ser um bebé do que um soldado» (143). De momento, contudo, os governos europeus e os homens europeus não conseguiam propriamente decidir-se entre querer as mulheres confinadas ao lar para criar novos soldados ou mobilizá-las mais amplamente para os desafios que todos tinham pela frente.

> Na Alemanha, a tradicional ansiedade geopolítica deu lugar à paranoia depois da convenção

anglo-russa de 1907. O «cerco» diplomático da Alemanha, como se lamentou o *Kaiser* em outubro desse ano, estava a seguir o seu «curso, calmo, inalterável, inevitável». Era agora uma de duas num mundo de cinco. Se isto ia ou não levar a que também fosse cercada no sentido militar era ainda, no entanto, uma questão em aberto e a opinião em Berlim estava furiosamente dividida quanto ao modo de proceder. Toda a gente estava de acordo com o *Kaiser* e o seu novo chanceler, Theobald von Bethmann-Hollweg, em que a Alemanha precisava de «quebrar» o cerco. Alguns, como Bülow, falando em junho de 1907, argumentavam que a Alemanha podia resistir a qualquer tempestade desde que mantivesse «o firme bloco que constituímos com a Áustria na Europa Central» (144). Outros, como o *Kaiser*, batiam-se por uma maior despesa naval; isto foi formalmente proposto em novembro de 1907 e a lei foi aprovada no *Reichstag* em 1908. Outros ainda, como Bethmann, argumentaram a partir de 1909 que a Alemanha devia reduzir a dimensão do seu programa naval e das suas ambições coloniais para aplacar Londres. Todas estas três abordagens foram experimentadas em combinação, mas nenhuma delas tornou a Alemanha mais segura. A Áustria-Hungria estava demasiado dividida internamente para equilibrar a Tríplice Aliança, mesmo que a Itália permanecesse neutral, o que era duvidoso. A acrescida despesa naval do *Kaiser* só serviu para provocar o gigantesco programa britânico de *Dreadnoughts* de fevereiro de 1909. As aberturas de Bethmann a Londres não levaram a nada, porque a Grã-Bretanha não estava na

disposição de dar garantias militares concretas, fosse contra França, fosse contra a Rússia.

> Em maio de 1911, os franceses romperam o frágil consenso de Marrocos ao ocuparem Fez, a

pedido do sultão e em resposta à crescente agitação civil. A Alemanha decidiu, por conseguinte, fazer uma última tentativa de romper o anel das potências sitiantes atacando o seu elo mais fraco, a França. Berlim exigiu uma «compensação» pelos ganhos franceses e em princípios de julho o couraçado *Panther* apareceu ao largo do porto marroquino de Agadir para apoiar a reivindicação. O resultado foi simplesmente o de aproximar mais estreitamente Paris e Londres. Lloyd George pronunciou um discurso muito firme em apoio de França. A Áustria-Hungria manteve-se à margem. Em princípios de novembro, a Alemanha fora forçada a aceitar um protetorado francês em Marrocos em troca de uma fatia do Congo francês para salvar as aparências. Uma vez mais, as tentativas de Berlim para afrouxar o laço que a estrangulava só conduziram a que se lhe apertasse ainda mais à volta do pescoço.

> A Segunda Crise Marroquina desencadeou um novo ciclo de turbulência internacional e nacional em toda a Europa. Em novembro de 1911, os italianos correram os turcos da Líbia e das ilhas do Dodecaneso. A perspetiva de uma completa derrocada otomana desencadeou por sua vez uma mudança na geopolítica dos Balcãs, que estava num equilíbrio precário desde 1908. Apoquentava a Rússia que os Estreitos estivessem agora sob ameaça a partir do sul e ofereceu-se para os garantir contra Itália. A Áustria-Hungria estava tão preocupada com as ameaças crescentes no seu flanco que o seu chefe militar, o conde Franz Conrad von Hötzendorf, exigiu um ataque preventivo que pusesse Roma no seu lugar. Acima de tudo, as potências locais viam chegada a sua oportunidade de destruir de uma vez para sempre o Império Otomano na Europa. No fim de 1911, Sérvia, Bulgária e Grécia iniciaram conversações para enterrarem as suas diferenças e se unirem contra os turcos. Estava a preparar-se uma crise balcânica de monta. Tudo isto se passou sobre um pano de fundo de instabilidade global. No Extremo Oriente, o Japão anexara finalmente a Coreia em 1910, a fim de reforçar a sua almofada a ocidente. Esta ação causou indignação na China e também acentuou o crescente mal-estar americano – ainda não era ansiedade de corpo inteiro – sobre um combate que ameaçava desencadear-se pelo domínio do Pacífico. O sentimento geral de que a dinastia Manchu era impotente para evitar a partição do país inspirou a revolução de

outubro de 1911 e a proclamação da República sob o comando de Sun Yat-sen. Do outro lado do mundo, o México começou a deslizar para a guerra civil com a eclosão de uma revolta contra Porfírio Díaz, há muito seu Presidente, e tornou-se uma ferida purulenta no flanco sul dos Estados Unidos.

Para Washington, as crises mexicana e marroquina estavam estreitamente ligadas por causa

do temor altamente exagerado de que o vazio abaixo do rio Grande seria preenchido por uma potência hostil. Muitos mexicanos procuravam de facto um contrapeso aos seus vizinhos do norte, só que desta vez não era a Paris de Napoleão III, mas a Berlim do *Kaiser*. «A política externa do México», comunicou o presidente León de la Barra ao embaixador alemão em 1911, «visará contar com a Europa e especialmente com a Alemanha» (145). Washington sabia que uma mudança no equilíbrio europeu em favor de Berlim depressa se faria sentir no hemisfério ocidental. Por esta razão, os Estados Unidos apoiaram as tentativas de Londres para o manter. «Enquanto a Inglaterra conseguir manter o equilíbrio de poder na Europa», escreveu Theodore Roosevelt, «está tudo muito bem. Caso (...) não consiga fazê-lo os Estados Unidos serão obrigados a intervir, pelo menos temporariamente, a fim de restaurar o equilíbrio de poder na Europa». Longe de estarem mergulhados numa ignorância isolacionista, os diplomatas americanos tinham plena consciência da dinâmica europeia; avisaram regularmente para um potencial ataque preventivo alemão (146). Em conjunto, um Estado em ascensão com ambições navais do outro lado do Atlântico e um Estado fraco ao pé da sua porta eram um prenúncio de perigo para os Estados Unidos. Depois da Segunda Crise Marroquina, em suma, os americanos temiam que o próximo «salto da *Pantera*» fosse por cima do Atlântico.

A liderança imperial alemã renunciava agora à *Weltpolitik* e começava a concentrar-se na

segurança mais próxima de casa. Como observou Bethmann no *Reichstag* em novembro de 1911, «a Alemanha só pode prosseguir uma política forte em termos de política mundial se permanecer forte no continente» (147). O *slogan* dos partidários da política naval – «O nosso futuro está nas águas» – foi abandonado. Como observou Maximilian Harden, publicista e velho crítico do imperador, «O nosso futuro está agora no continente. O povo alemão tem outra vez consciência disso» (148). O resultado foi uma acrescida sensação de «cerco» das elites e do público. Como observou o chefe do estado-maior general, von Moltke, em dezembro de 1912, a Alemanha continuava «rodeada por inimigos seus em três lados» e o relativo equilíbrio militar com a Rússia estava a deteriorar-se paulatinamente, mercê do crescente armamento e construção de caminhos-de-ferro deste país (149). Perante esta situação começaram a levantar-se vozes importantes na liderança imperial e na esfera pública apelando uma vez mais para uma guerra preventiva que

se antecipasse a um ataque pela coligação inimiga mais à frente. Numa reunião do Conselho da Coroa em 1912, o *Kaiser* e os seus conselheiros rejeitaram essa opção, mas concordaram em que a guerra era «inevitável» a longo prazo, «quanto mais cedo melhor».

A *Entente* também se concentrava cada vez mais na Europa. Um *réveil national* («despertar

nacional») varreu a França, enquanto se recordava à opinião pública que o verdadeiro inimigo estava ali mesmo, do outro lado da fronteira. Em agosto de 1911, o chefe do alto comando, o general Joffre, inaugurou o «Plano 17» para uma investida contra a Alemanha. A questão da Alsácia-Lorena, muito tempo submersa pelas preocupações coloniais, reemergiu com força no topo da agenda. Em janeiro de 1912, Poincaré foi eleito primeiro-ministro com o mandato de fazer frente à Alemanha. Na Grã-Bretanha, a segurança de França e dos Países Baixos tornou a ganhar nitidez. O novo Diretor das Operações Militares, o germanófobo Sir Henry Wilson começou a planear abertamente – e com considerável encorajamento político – um envolvimento militar continental (150). Em junho de 1912, um acordo naval deu a França o papel principal no Mediterrâneo, permitindo à Grã-Bretanha concentrar-se no mar do Norte; o grosso da frota estava agora concentrado em águas nacionais (151). A Europa, disse o Primeiro Lorde do Almirantado, Winston Churchill, aos australianos e neozelandeses, em abril de 1913, era «de onde soprava o vento» (152).

A crescente ameaça de guerra dominava as políticas internas. Na Alemanha, a humilhação da

Segunda Crise Marroquina provocou uma barragem de ataques populares e parlamentares sobre a fraqueza da política externa imperial (153). Os pan-germanistas exigiam a guerra e o mesmo fazia o líder nacional-liberal, Basserman. Numa turbulenta sessão do *Reichstag*, em novembro de 1912, o chanceler foi acusado de consentir que a Alemanha caísse para «fora das fileiras das grandes potências». No centro e na esquerda moderada, que representavam a maior parte da população, a preocupação concentrava-se na vulnerabilidade do *Reich* a um ataque russo e no desperdício de recursos em aventuras coloniais frívolas. Na Rússia, também, crescia na *Duma* a impaciência com a política externa. O principal crítico era Aleksandr Ivanovich Guchkov, chefe dos Outubristas dominantes. Há muito crítico da ineficiência e da falta de coordenação em matéria de segurança nacional, Guchkov exigia aumentos, não só na Marinha, que teriam sinalizado um renovado empenho no Extremo Oriente, como também

no Exército, que era preciso para defender as ambições russas nos Balcãs e na Europa Central. Os governos enfrentavam agora em todo o continente o problema de como maximizar os seus recursos militares. No cerne dos debates estava a defesa e as suas implicações sociais e económicas. Em junho de 1912, a *Duma* russa autorizou um aumento enorme nas despesas com a frota do Báltico, que era em grande parte dirigida contra a Alemanha. Um mês depois, a situação internacional crítica deu à Áustria-Hungria a possibilidade de fazer passar um aumento do Exército contra o obstrucionismo magiar, o primeiro aumento em mais de vinte anos. Em França, o governo procurou contrabalançar a superioridade alemã com a introdução de uma lei que aumentava para três anos o tempo do serviço militar. Quando Berlim respondeu com uma lei do Exército, imediatamente enfrentou dificuldades. Os aristocratas conservadores do Exército eram renitentes em diluir a sua exclusividade social pela entrada de recrutas das classes trabalhadoras nas fileiras e de candidatos da classe média no corpo de oficiais. Havia também na direita uma ansiedade mais geral de que pudessem ser precisos impostos diretos sobre as fortunas para pagar os aumentos. Para tornar as coisas ainda piores, o *Reichstag* era dominado pelos sociais-democratas, agora o partido mais numeroso, depois das eleições de janeiro de 1912; isto tornava muito difícil mais tributação indireta, que tendia a recair desproporcionadamente sobre as classes trabalhadoras. Os sociais-democratas, centristas e liberais alemães não se opunham, no entanto, a maiores preparativos militares, antes pelo contrário. «A social-democracia», asseverou em 1913 o líder do SPD August Bebel, «sempre teve consciência de que a posição geográfica e política do *Reich* torna necessária uma defesa forte» (154). De facto, em relação à Rússia czarista, seu acérrimo inimigo ideológico, os sociais-democratas e liberais eram em muitos aspetos mais belicosos do que a própria liderança imperial. A crítica de esquerda e liberal também vituperava como obsoleto o «*Dekorationsmilitarismus*» [militarismo decorativo] – a sua alegada obsessão por paradas e outras fantasias – da velha classe dos oficiais; os sociais-democratas não queriam fazer a guerra tradicionalmente – mas sim eficazmente. O jovem liberal Gustav Stressemann exigia que o «*Reich* alemão fosse exteriormente forte e livre internamente; é esse o objetivo pelo qual lutamos» (155). Em junho de 1913, os aumentos do Exército alemão, financiados por impostos diretos progressivos, passaram no *Reichstag*. A «parlamentarização gradual» da Alemanha andava de mãos dadas com os seus preparativos de guerra. Havia, contudo, um impasse crucial que nenhuma dose de cooperação a nível nacional era capaz de romper. A Alemanha imperial bem podia ter sido produto das «guerras de unificação», mas não era de modo nenhum um Estado unitário. Era

uma federação na qual eram devolvidos a cada Estado amplos poderes culturais, educativos e – sobretudo – fiscais. Podia confiar-se em que o parlamento prussiano, que representava dois terços da população do Império, votasse os impostos diretos para pagar o Exército, mas na Baviera, no Württemberg e em Baden a posição era muito menos clara. Isto colocava um teto artificialmente baixo para as verbas que a Alemanha imperial – um país muito rico – podia gastar em armamento e explica porque comunidades políticas mais centralizadas como a França ou a Rússia podiam gastar verbas muito mais altas em termos relativos e, no caso da Rússia, também em números absolutos. Os estadistas e planificadores alemães estavam bem cientes do problema, que permitia aos seus rivais mais pobres adiantarem-se-lhes na corrida armamentista. O efeito paradoxal de tudo isto era tornar mais provável que a Alemanha imperial entrasse em guerra, não porque estivesse a gastar demais em armamento, mas porque só podia gastar tão pouco (156).

> O governo czarista estava a tentar também integrar a sociedade russa num grande projeto

nacional, embora com menos êxito. É certo que a *Duma* era uma apoiante entusiástica da «missão histórica» e apoiava maior despesa em defesa, pelo menos em princípio. O problema era que a *Duma*, eleita por um reduzido corpo eleitoral com o direito de voto baseado na propriedade, se opunha violentamente à tributação direta progressiva necessária para pagar os aumentos militares. Só 7 % dos impostos eram diretos, em comparação com os 30 % da Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, muitos parlamentares argumentavam que o governo devia envolver as classes médias, se não também as massas rurais e os trabalhadores, na política externa. Para Guchkov, de facto, a grandeza da Rússia e a sobrevivência da burguesia estavam ligadas. A única via de progresso, argumentou em novembro de 1913, era mobilizar «os círculos e grupos da população cuja fé política se baseia primariamente no papel da Rússia como grande potência» (157). No princípio de 1914, por conseguinte, a Rússia tinha chegado a um impasse. A nação política exigia uma política externa mais ativa, mas recusava dar ao executivo os meios de a pagar; o governo queria subir os impostos para financiar os armamentos, mas não admitia as reformas políticas que teriam persuadido a *Duma* a concordar com isso. Uma guerra bem-sucedida poderia salvar o regime czarista, mas um fracasso certamente o destruiria.

> O impasse interno britânico era de natureza diferente. Desde as eleições de 1910 que o

Governo Liberal tinha estado sempre dependente do Partido Parlamentar Irlandês para ter maioria na Câmara dos Comuns. Os irlandeses mereciam ser congraçados, não apenas por oportunismo político, mas também porque a sua cooperação era altamente desejável em qualquer conflito europeu vindouro. O seu líder, John Redmond, era um ardoroso imperialista que não desejava mais do que autonomia e participação no império em igualdade de condições, com a defesa e a política externa a ficarem firmemente sob controlo de Westminster. Em 1912, a Terceira Lei de Governo Autónomo foi devidamente aprovada e parecia pronta a entrar em vigor dois anos depois, logo que o veto dos Lordes prescrevesse. A medida provocou uma furiosa resistência entre os unionistas irlandeses e em 1912 os protestantes do Norte assinaram o Pacto do Ulster, jurando opor-se à autonomia, se necessário pela força das armas. No princípio de 1913 fundaram a Força Voluntária do Ulster (UVF, Ulster Volunteer Force); os nacionalistas responderam montando as suas próprias formações paramilitares. Ambos os lados importaram armas da Alemanha. Os oficiais britânicos na Irlanda, instigados por Sir Henry Wilson, anunciaram que não ajudariam o poder civil a instaurar o Governo Autónomo. Em princípios de 1914, a Grã-Bretanha já estava à beira da guerra civil. As potenciais implicações estratégicas disto eram claras: os nacionalistas irlandeses nunca tinham hesitado em conspirar com os inimigos da Grã-Bretanha em tempo de guerra e mesmo os «lealistas» sugeriram que se o rei não era «leal» o seria o *Kaiser*. A questão nacional representava uma ameaça séria para a maior parte das grandes potências europeias, mas era de vida ou morte para os socialistas. A sua estratégia contra uma guerra europeia assentava na solidariedade do proletariado além-fronteiras que se exprimia no conceito de «greve geral», pela qual os trabalhadores paralisariam as máquinas de guerra capitalistas rivais. O nacionalismo era um desafio mortal a essa abordagem, mas enquanto alguns rejeitavam o fenómeno como forma de «falsa consciência», outros eram mais abertos ao seu potencial «progressista», particularmente onde a diferenciação de classes não estava muito avançada. Assim, o austríaco Otto Bauer, principal especialista socialista em nacionalismo, sustentava que a autonomia pessoal e cultural eram necessárias, mas que o Estado deveria ser uma organização unitária para todos os seus cidadãos numa base de igualdade. Por outro lado, um jovem bolchevique mais tarde conhecido por Estaline escreveu no seu *A questão nacional e a social-democracia* (1913) que as nacionalidades deviam ter direito à «autodeterminação até ao ponto da secessão» (158), embora não lhes devesse ser permitido enfraquecer qualquer Estado de que continuassem a fazer parte através de exigências de governo próprio ou de outros direitos especiais. Esta tensão entre

classe e nacionalidade haveria de atravessar a geopolítica socialista e mais tarde comunista até ao fim do século.

> Entretanto, as implicações das crises marroquina e mexicana continuaram a reverberar na

Europa e do outro lado do Atlântico. Em outubro de 1912, a Liga Balcânica atacou o Império Otomano, pondo a Porta de joelhos em dois meses. O Tratado de Londres, que pôs termo oficialmente à Primeira Guerra dos Balcãs em maio de 1913, marcou o fim do Império Otomano na Europa, reduzido agora a uma pequena posição mesmo ao pé de Constantinopla. No México, entretanto, o reformista democrático Francisco Madero foi assassinado em fevereiro de 1913 e substituído pelo general Victoriano Huerta, que depressa desfrutou de um estreito apoio alemão. Para o presidente Woodrow Wilson isto representava um desafio tanto estratégico como ideológico. Em finais de novembro de 1913 enviou uma nota às grandes potências anunciando que «Usurpações como a do general Huerta ameaçam a paz e o desenvolvimento da América como nenhuma outra coisa faria», ao tornar «impossível o desenvolvimento de uma autonomia ordeira» (159). Acima de tudo, Washington estava determinada em evitar o crescimento da influência alemã no seu flanco sul, exemplificada pelo envio unilateral de cruzadores alemães para proteger os seus cidadãos. Os Estados Unidos impuseram um embargo ao armamento destinado às forças de Huerta, no qual a Grã-Bretanha participou. Só a Alemanha recusou acatar essa medida, fornecendo apoio diplomático, moral e até algum apoio logístico ao ditador militar mexicano.

> As questões de como havia de ser preenchido o espaço criado pela derrocada da República

Mexicana e do Império Otomano atingiram o ponto de ebulição simultaneamente em princípios de 1914. Para a Turquia, a derrota nas Guerras dos Balcãs revelou-se traumática. Perdeu 80 % das suas terras europeias e 16 % da sua população total (4 milhões de pessoas); cerca de 400 000 refugiados amontoaram-se na Anatólia. Pior ainda, Constantinopla estava agora perigosamente exposta a ataques e havia verdadeiro temor pela integridade do núcleo central otomano, a Anatólia, onde cerca de um quinto da população não era muçulmano. Se ali se aplicassem princípios idênticos aos aplicados nos Balcãs, muito em breve nada restaria do Império. Aguerra destruiu por fim a confiança tradicional nas grandes potências. A Grã-Bretanha e a França, preocupadas agora em manter a Rússia concentrada na contenção da Alemanha, há muito tinham abandonado a defesa de

Constantinopla. O Império Otomano tinha jogado de acordo com as regras da comunidade internacional e a única coisa que ganhara com isso era que lhe fosse dito agora pelas grandes potências que tinha de capitular perante as exigências dos nacionalistas balcânicos. «Temos agora de reconhecer totalmente que a nossa honra e a integridade do nosso povo não podem ser preservadas pelos velhos livros do direito internacional», observou um jornal turco em meados de outubro de 1912, «mas apenas pela guerra» (160). Tornar a pôr a Turquia no mapa europeu iria requer um aliado novo e de mais confiança e esse só podia ser a Alemanha.

Na Sérvia, as Guerras dos Balcãs também levaram a um redireccionamento estratégico. O

aparelho de segurança de Belgrado, juntamente com organização nacionalista clandestina da «Mão Negra», começou a planear como se poderia arquitetar, com apoio russo, um confronto com a Áustria-Hungria. O império czarista apoiava a campanha sérvia porque considerava a Áustria-Hungria, e o seu patrono, a Alemanha, o derradeiro obstáculo à realização da «missão histórica» da Rússia nos Estreitos. Havia agora, além disso, a necessidade premente de uma ação preventiva antes que a penetração alemã no Império Otomano se tornasse irreversível e os preparativos militares turcos estivessem terminados. Por esta razão, os russos reagiram violentamente ao anúncio, em finais de 1913, de que o general alemão Liman von Sanders ia comandar a guarnição do Bósforo. O ministro dos Estrangeiros, Sergei Sazonov, exigia agora um «programa de acção» para garantir «uma solução adequada ao problema histórico dos Estreitos»; foram elaborados planos pormenorizados para a captura dos Estreitos por um golpe de mão. Avisou também que «não devia presumir-se que as nossas operações contra os Estreitos possam prosseguir sem uma guerra europeia» (161). Os austríacos, e em particular os alemães, teriam de ser subjugados primeiro. «O caminho operacional para Constantinopla mais curto e mais seguro», sustentava o quartel-mestre general russo Yuri Danolov, «passa por Viena (...) e Berlim» (162). Berlim continuava a ser a barreira que se interpunha na estrada para Constantinopla.

As crises que tinham estado a tomar forma em ambos os lados do Atlântico deflagraram

repentinamente em finais da primavera e no verão de 1914. Quando o presidente Wilson soube que o regime de Huerta no México estava prestes a receber um carregamento de armas alemãs em Veracruz ordenou a ocupação do porto. A tomada da cidade em fins de abril

provocou uma reação nacionalista mexicana contra os Estados Unidos. Não era intenção de Wilson, no entanto, ocupar permanentemente qualquer parte do México; teria enfrentado internamente uma severa resistência dos anti-imperialistas e dos brancos do Sul. Nem, por outro lado, podia simplesmente retirar e consentir que o vácuo fosse preenchido por um regime repressivo apoiado pela Alemanha. A solução para este dilema ideológico e estratégico, acreditava Wilson, era a democratização. «Dizem que os mexicanos não são capazes de se governar a si mesmos», escreveu num artigo de jornal de maio de 1914, «e a isso eu replico que, quando adequadamente orientado, não há nenhum povo que não seja capaz de se autogovernar» (163). Passados poucos meses Huerta tinha sido derrubado e o líder dos constitucionalistas, Venustiano Carranza, instituído Presidente. As tropas dos Estados Unidos retiraram não muito depois. Verificou-se mais tarde que as armas eram na verdade de fabrico americano e apenas tinham sido encaminhadas através de Hamburgo para evitar o embargo, mas o incidente reforçou os temores norte-americanos em relação a uma presença alemã no seu flanco sul.

> Em fins de junho de 1914 o arquiduque Francisco Fernando, que se esperava que sucedesse

em breve ao imperador Francisco José, doente, foi assassinado na capital da Bósnia, Sarajevo, por agentes da Mão Negra, numa operação planeada em Belgrado, quase certamente com conhecimento de membros importantes do governo sérvio e muito possivelmente com apoio russo também. Para Viena, o homicídio era ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade (164). O herdeiro do trono dos Habsburgos fora assassinado por terroristas patrocinados pelo aparelho de segurança de um Estado vizinho. Não dar resposta seria simplesmente encorajar mais ataques e, nas palavras do conde Leopold Berchtold, ministro dos Estrangeiros austríaco, equivaleria a «renunciar à nossa posição de grande potência» (165). A Sérvia teria de ser severamente punida e impedida de lançar futuras provocações. O severo ultimato que daí resultou, que um observador contemporâneo descreveu como o mais tremebundo documento alguma vez dirigido por um Estado soberano a um outro, visava isso mesmo. Era indubitavelmente um desafio à independência sérvia e refletia a opinião austríaca de que o comportamento passado tinha mostrado que a soberania de Belgrado era incompatível com a estabilidade regional e a sua própria segurança. Os austro-húngaros estavam também a prosseguir uma agenda muito mais ampla. Berchtold estava determinado a «usar o terrível ato de Sarajevo para um esclarecimento militar da relação impossível» com o seu vizinho do sul (166). Em suma, um ataque à Sérvia quebraria o anel do cerco que se tinha

estado a apertar à volta da monarquia ao longo dos anos mais recentes (167).

> A Alemanha estava decidida a apoiar o seu aliado até à última. Um colapso austríaco deixá-la-

ia totalmente isolada contra a *Entente* e exporia o seu flanco sul, até então seguro. A crise foi também uma oportunidade bem-vinda de afrouxar a chave franco-russa que a estrangulava. Se São Petersburgo não apoiasse a Sérvia ou, ainda melhor, não obtivesse o apoio anglo-francês, sofreria então uma humilhação ainda maior do que durante a crise bósnia, de consequências possivelmente fatais para a *Entente*. Se a Rússia sempre viesse em auxílio da Sérvia, então a Alemanha estava disposta a arriscar a guerra com o fundamento de que seria em qualquer caso inevitável mais à frente, em condições muito menos favoráveis. Era, como sustentou o *Kaiser* em princípios de julho, «agora ou nunca (...) É preciso tratar dos sérvios e depressa». Mesmo Bethmann, geralmente moderado, era agora a favor de uma ação preventiva porque, como avisou por volta desta altura, «O futuro pertence à Rússia, que não para de crescer e se torna um pesadelo cada vez maior para nós» (168). Acontecesse o que acontecesse, os fiascos marroquinos tinham mostrado que a Alemanha não devia entrar em guerra sem ter a seu lado a Áustria-Hungria. Além disso, a opinião pública alemã, especialmente os céticos sociais-democratas, teriam de ser incluídos. Com isto em mente, a Alemanha comprometeu-se a apoiar incondicionalmente a Áustria-Hungria, na esperança de que a guerra poderia ser localizada, mas assumindo o «risco calculado» de que pudesse não o ser.

> Tudo isto tornou altamente provável o confronto entre a Áustria e a Sérvia e inevitável uma

crise europeia, mas o conflito só se tornou uma conflagração geral em resultado da intervenção russa. Foi São Petersburgo que deu os primeiros passos irrevogáveis no sentido de uma ação militar entre as grandes potências. Isto foi em parte porque não podia permitir-se mais uma crise bósnia: Sazonov preveniu que «a Rússia nunca perdoaria ao czar se este se rendesse aos alemães» e «cobrisse de vergonha o bom nome do povo russo» (169). Era por esta razão que a Sérvia tinha de ser apoiada. A crise era também, contudo, uma oportunidade para prosseguir a «missão histórica» nos Estreitos, amarrando Grã-Bretanha e França a uma guerra geral para reduzir o poder alemão e assim desimpedir o caminho para um avanço sobre Constantinopla. França depressa indicou a sua disposição para apoiar a Rússia, crendo que não tinha outra maneira de conter a Alemanha e evitar o isolamento;

a Grã-Bretanha tergiversou, ainda na esperança de que a guerra ia ser localizada. A 28 de julho, a monarquia Habsburgo declarou guerra à Sérvia. Um dia depois a Rússia anunciou uma mobilização parcial, só contra a Áustria, e dois dias depois disso a mobilização geral, contra a Alemanha também.

> São Petersburgo tinha dado assim o primeiro passo fatal a partir do qual a «guerra segundo o

horário» se desenrolou por si. A mobilização ameaçava a premissa em que se baseava o Plano Schlieffen. A Alemanha tinha agora de mobilizar imediatamente a fim de não se ver apanhada no torno franco-russo e explorar a sua superior rede de caminhos-de-ferro para eliminar um dos seus rivais antes que o outro entrasse em cena. A 1 de agosto, a Alemanha decretou a mobilização geral e declarou guerra à Rússia; isto provocou a mobilização francesa, como os russos tinham esperado. Isto, por sua vez, forçou a Alemanha a atacar a França e a 2 de agosto pediu livre passagem pela Bélgica; um dia depois declarou guerra a França e passado um dia tropas alemãs invadiram a Bélgica, começando a executar o Plano Schlieffen. Na Grã-Bretanha, Sir Edward Grey passou semanas de ansiedade a pensar se as promessas militares privadas feitas a França, que iam muito para além das obrigações formais do tratado da *Entente*, seriam honradas pelo parlamento. Chegar a «um acordo com a Alemanha à custa de França», avisou, «seria uma vergonha de que o bom nome deste país nunca recuperaria» (170). A questão foi decidida, em qualquer caso, pela violação da neutralidade belga, que Londres estava comprometida a defender. A 5 de agosto, o Império Britânico declarou o estado de guerra com a Alemanha. Apesar de Cobden, e o seu seguidor liberal pacifista Norman Angell, com o seu famoso argumento em *The Great Illusion* (1913) de que as ligações comerciais tornavam a guerra impossível, a interdependência económica não conseguira manter a paz (171). Investidores e banqueiros desesperaram. A Europa estava em guerra.

> Alemanha e Áustria-Hungria pegaram em armas a fim de escaparem a décadas de

agravamento do «cerco». Berchtold falou da necessidade «de enfraquecer duradouramente a Rússia» (172). Em setembro de 1914, tornado mais expansivo sem dúvida pelos êxitos militares alemães, Bethmann exigiu «segurança para o *Reich* alemão a ocidente e a oriente por todo o tempo imaginável. Com este propósito, a França tem de ser tão debilitada que o seu renascimento como grande potência se torne impossível para sempre. A Rússia tem de ser

empurrada para o mais longe possível da fronteira leste da Alemanha e quebrado o seu domínio sobre os povos vassalos não-russos». Para este fim, a Bélgica teria de ser transformada em «Estado vassalo», a Holanda tornada «dependente», enquanto a *Mitteleuropa* havia de ser um espaço económico único sob tutela da Alemanha. Por outras palavras, a geopolítica europeia devia ser totalmente reorganizada de modo a garantir perpetuamente a segurança da Alemanha (173). A Grã-Bretanha, a França e a Rússia, por outro lado, entraram em guerra para conter a Alemanha. «O nosso objetivo primordial é a destruição do poder alemão», disse o embaixador francês em São Petersburgo, Maurice Paléologue (174). Dizia isto porque queria eliminar a última grande potência que ainda entravava a realização da «missão histórica» da Rússia em Constantinopla. Pelo Tratado de Londres de março de 1915, Grã-Bretanha e França comprometeram-se formalmente à anexação pela Rússia dos Estreitos, do mar de Mármara e das Ilhas Imbros e Tenedos, que formavam uma proteção avançada dos Dardanelos, no Egeu. Fizeram-no porque estavam determinados a amarrar São Petesburgo à guerra contra a Alemanha, a que o ministro dos Estrangeiros britânico, Sir Edward Grey, chamava «a questão (...) de que todas as outras questões dependem». Não o fazer, alertava o ministro dos Estrangeiros francês, era arriscar-se a «atirar» o czar «para os braços da Alemanha» (175).

> O resultado desta luta não estava predeterminado. As despesas de defesa e os

estabelecimentos militares de 1914, que mais refletiam decisões anteriores à guerra do que a força subjacente, dão uma ideia enganadora do real equilíbrio de forças. Em 1913, Grã-Bretanha, França e Rússia gastaram ao todo em armamento mais do dobro do que gastaram a Alemanha e a Áustria-Hungria. No que se refere a puro potencial industrial a Tríplice *Entente* também tinha vantagem sobre as potências centrais, mas esta estava longe de ser decisiva. Em termos de PIB, em que a Alemanha não era muito maior do que a Grã-Bretanha, enquanto o da Áustria-Hungria ficava atrás da França e da Rússia, a disparidade era reconhecidamente maior (176). Em termos de população, o fosso era ainda maior: as populações conjuntas das três potências da *Entente* eram cerca de três vezes as das potências centrais (177). A Alemanha, contudo, tinha para começar o Exército mais eficaz. Varreu a Bélgica mais ou menos eficientemente, como planeara Schlieffen; os franceses atacaram com muito menos êxito no sul. A «porta de batentes» teria prendido os exércitos franceses se não fossem duas coisas. Primeiro, os russos movimentaram-se mais celeremente do que se esperava para a Prússia Oriental; foram derrotados esmagadoramente pelo marechal de campo Paul von Hindenburg e

pelo general Erich Ludendorff, mas a necessidade de conter o czar tinha deslocado homens que eram desesperadamente necessários a ocidente. Em segundo lugar, os planificadores alemães não tinham tomado em suficiente conta a Força Expedicionária Britânica, que o *Kaiser* tinha menosprezado – fosse pela sua pequena dimensão, fosse pelas suas presumidas qualidades combatentes – como um «exercitozinho desprezível». Desempenhou aqui um papel importante o contingente indiano, que, como escreveu Curzon, «ajudou a salvar a causa tanto dos aliados como da civilização» no outono de 1914 (178). O resultado foi que a ala direita não teve força suficiente para envolver os exércitos anglo-franceses e um contra-ataque francês na batalha do Marne fez parar o avanço alemão. Depois de mais umas escaramuças, os dois lados instalaram-se na guerra de trincheiras (179). O conflito consequente não era estático nem teve lugar num vácuo geopolítico. À medida que solidificaram as frentes da Flandres, da Picardia e dos Vosges, os protagonistas procuraram flanquear o inimigo ou forçar as suas linhas por meios diplomáticos ou militares. A principal área de confronto continuava a ser a Frente ocidental, onde ambos os lados procuraram infligir um golpe decisivo numa série de dispendiosas ofensivas ao longo dos quatro anos seguintes. No Leste, a guerra continuava a ser uma guerra de movimento. Estes factos ditaram duas estratégias opostas. As potências centrais procuraram romper o anel do cerco e eliminar da guerra pelo menos um dos seus inimigos principais. Em novembro de 1914, a Turquia entrou na guerra do lado alemão com vista a impedir os desígnios russos sobre os Estreitos e reconstituir a sua posição europeia. Em outubro de 1915, a Bulgária juntou-se às potências centrais na esperança de reverter as suas perdas durante a Segunda Guerra dos Balcãs. A tentativa de Berlim de esfomear a Grã-Bretanha por meio de uma guerra submarina irrestrita teve, contudo, de ser abandonada depois de ruidosos protestos dos países neutrais, especialmente dos Estados Unidos. No Leste, os austro-húngaros deram-se muito mal com os sérvios e depressa se viram também em grandes dificuldades com os russos. Os reforços alemães, em compensação, tiveram muito melhores resultados: até finais de 1915 já tinham eliminado a Sérvia, cujas forças sobreviventes retiraram para Corfu. Nesse mesmo ano, depois de sofrerem uma derrota devastadora em Gorlice-Tarnow, os russos foram empurrados para trás centenas de quilómetros e a escola dos «orientalistas» do Exército alemão, com Ludendorff e Hindenburg à cabeça, sustentou que uma ofensiva decisiva ali poderia levar os russos à mesa das negociações e assim permitir que fossem transferidos recursos para o recontro final na Flandres. O chefe do estado-maior, Erich von Falkenhayn, por outro lado, insistia, com o apoio do *Kaiser*, que o principal esforço devia ser feito contra os

britânicos e os franceses na Frente ocidental. Aqui, os alemães montaram uma série de ofensivas maciças, culminando com a gigantesca campanha de Verdun em 1916, destinada, como Falkenhayn disse, «a sangrar França até que ganhe juízo» (180) e forçá-la a pedir a paz.

Inicialmente, os aliados não foram mais bem-sucedidos em flanquear o inimigo por meio de

manobras diplomáticas. O Japão juntou-se à *Entente* pouco depois de rebentar a guerra, mas a despeito dos temores de Bethman de que enviasse forças para a Europa, Tóquio limitou-se a operações de limpeza das possessões da Alemanha no Pacífico. A Itália era um candidato mais promissor. Ainda estava formalmente comprometida com a Tríplice Aliança, mas as suas ambições territoriais só podiam ser satisfeitas à custa da Áustria. Além disso, a Itália queria usar a oportunidade para garantir aquilo que o seu primeiro-ministro, Antonio Salandra, definiu como «fronteiras terrestres que já não estejam abertas a anexações». Isto implicava a reivindicação do Sul do Tirol, de Trieste e da Dalmácia, para conter os austríacos a norte dos Alpes e barrar aos russos tanto quanto possível a entrada no Mediterrâneo. Nalguns destes territórios os italianos estavam em minoria. Quando os Aliados lhes garantiram estes objectivos, no Tratado de Londres de abril, de 1915, Itália não tardou em se juntar à guerra. No entanto, o equilíbrio militar geral praticamente não se alterou. Não passou muito tempo até os italianos se atolarem também na guerra de trincheiras ao longo da sua fronteira norte. O golpe diplomático seguinte, que foi a entrada da Roménia na guerra contra a Áustria-Hungria, na esperança de anexar a Transilvânia, também não inverteu a maré. Depois de uma campanha relâmpago da Alemanha, as forças romenas foram batidas rotundamente no verão de 1916 e forçadas a retirar de praticamente todo o seu país.

Em termos militares, as potências da *Entente* procuraram apertar o anel do cerco à volta da

Alemanha e da Áustria-Hungria, esmagá-las pela força dos números ou matá-las à fome por meio de um apertado bloqueio marítimo (181). As potências aliadas não só cercaram a Alemanha e a Áustria-Hungria, como também, graças aos seus impérios coloniais, envolveram os Otomanos. Entretanto, britânicos e franceses procuraram desgastar o inimigo por meio de uma constante pressão na Frente ocidental, que o alto comando aliado concordou que devia ser o principal teatro de operações. O Primeiro Lorde do Almirantado, Winston Churchill, concebeu mesmo a sua malfadada campanha para conquistar os

Dardanelos em 1914-15, não apenas como um dispositivo para eliminar a Turquia da guerra e abrir à Rússia um caminho para sul, mas no fundo para impedir a Alemanha de construir uma base de submarinos em Constantinopla, não a deixar expandir-se para o Médio Oriente e como ensaio experimental de operações mais importantes contra a Alemanha no Báltico e no mar do Norte (182). As pesadas baixas entre as tropas australianas e neozelandesas em Galípoli causaram tensões entre as respetivas opiniões públicas e a metrópole. Durante todo esse tempo, Grã-Bretanha e França lançaram uma série de ofensivas a ocidente, destinadas, como escreveu o marechal Joffre no seu Memorando de Chantilly, em dezembro de 1915, a garantir «a destruição dos exércitos alemão e austríaco», mas o principal alvo era a Alemanha. Longe de lançar uma série descabelada de assaltos em massa, os Aliados conduziram desde o princípio uma campanha coerente de múltiplas frentes contra as Potências Centrais (183). Estas ofensivas atingiram o apogeu em 1916 com o gigantesco ataque britânico ao longo do Somme. Não foi alcançada a desejada viragem. mas a taxa de fricção começou a desgastar os alemães (184).

> Ambos os lados procuraram também minar os seus inimigos na frente interna ou nas suas

possessões imperiais. «Os nossos cônsules na Turquia e na Índia», observou o *Kaiser* em vésperas da guerra, «devem inflamar todo o mundo maometano contra esse povo de regateiros, odiosos, mentirosos e sem consciência» (185). O embaixador dos Estados Unidos em Constantinopla, Lewis Einstein, descreveu essa relação – encabeçada pelo diplomata judeu-alemão Max von Oppenheim – como «*Deutschland über Allah*». A par destes esforços, os propagandistas alemães procuraram excitar na Índia o nacionalismo hindu contra os britânicos, embora com pouco êxito (186). Berlim também patrocinou os nacionalistas irlandeses, enviando armas para apoiar a revolta da Páscoa de 1916 contra o domínio britânico. Ao mesmo tempo, a Alemanha e a Áustria-Hungria promoveram a fragmentação política e étnica do império czarista apoiando a União para a Libertação da Ucrânia, concordando com a criação de um Estado polaco – embora sob tutela alemã – em agosto de 1916 e, em geral, apoiando movimentos subversivos na Rússia (187). «A vitória e o primeiro lugar no mundo são nossos», sustentou um estadista alemão, «se conseguirmos a tempo revolucionar a Rússia e assim dividir a coligação» (188).

> Do outro lado do Atlântico, a Alemanha procurou imobilizar os Estados Unidos por meio de um

programa de subversão e infiltração. Foi lançada uma operação clandestina para pôr bombas em fábricas e navios que forneciam armas ao esforço de guerra aliado. Esses agentes causaram na realidade muito poucos danos, mas a sua descoberta causou um sério prejuízo às relações germano-americanas. Um terreno mais promissor era o México, onde a agitação civil tinha voltado a eclodir uma vez mais pouco depois de terem retirado em 1914 as tropas dos Estados Unidos. Aqui, Berlim procurou negar à Marinha britânica o acesso a fornecimentos vitais de petróleo mexicano. O principal objetivo alemão, no entanto, era atrair os Estados Unidos para o pântano mexicano. «Seria altamente desejável», sublinhou o ministro dos Estrangeiros alemão, Gottlieb von Jagow, «que a América se visse envolvida numa guerra e desviada da Europa, onde claramente simpatiza mais com a Inglaterra» (189). Em princípios de março de 1916, o senhor da guerra «Pancho» Villa atacou a cidade de Columbus, no Novo México, não necessariamente por direta instigação da Alemanha, mas certamente com a sua aprovação.

A *Entente*, pelo seu lado, apoiou os elementos separatistas da monarquia Habsburgo (190). Em

maio de 1915, a Grã-Bretanha patrocinou a criação do Comité Jugoslavo de Londres, destinado a mobilizar eslovenos, croatas e sérvios em apoio do estabelecimento de um novo Estado eslavo do Sul à custa de Viena. O líder croata Frano Supilo explicou que sem esse enquadramento «a Itália devora-nos como macarrão» (191). Os britânicos também encorajaram os nacionalistas checos e eslovacos a juntarem-se contra o domínio alemão, sob a liderança do carismático T. G. Masaryk. No Médio Oriente, a Grã-Bretanha entrou em negociações com os árabes e outros povos que procuravam alijar o jugo otomano. A carta arménia parecia particularmente promissora, porque se fosse estabelecido um Estado separado na «Arménia histórica» (que era muito maior do que o atual Estado independente com o mesmo nome) cortaria o caminho-de-ferro Berlim-Bagdad, faria a ligação com os russos a norte e talvez com os ingleses que subissem do Egito, cravando outro rebite no anel do cerco em volta da Turquia e das Potências Centrais. Em princípios de 1916, o xerife de Meca, Hussein bin Ali, e Sir Henry McMahon, alto-comissário britânico no Egito, corresponderam-se acerca da criação de um Estado árabe independente. Mais adiante nesse mesmo ano, franceses e britânicos concluíram o acordo Sykes-Picot que dividiu o Médio Oriente entre uma esfera de influência britânica na Palestina e na Mesopotâmia e outra francesa, na Grande Síria. Mas até finais de 1916 nenhuma dessas prometedoras iniciativas tinha decidido a guerra num ou noutro sentido.

> De momento, os Estados Unidos permaneciam neutrais, mas seguiam muito de perto os

acontecimentos da Europa, especialmente o comportamento alemão (192). Washington inclinava-se fortemente para a *Entente*, permitindo-lhe beneficiar do seu maior crédito para usar os recursos financeiros e industriais americanos (193). Quase chegaram a vias de facto com a Alemanha a propósito da sua guerra submarina irrestrita, principalmente depois do afundamento do navio de passageiros *Lusitania*. Também permaneciam profundamente preocupados com os desafios à estabilidade do hemisfério. Já em novembro de 1914, o confidente de Wilson, o Coronel (*sic*) Edward House, se lamentava de que o Brasil era «o principal objeto dos desejos da Alemanha» e que o *Kaiser* já não considerava a Doutrina Monroe aplicável abaixo do Equador (194). Mas o principal problema era o México. Washington estava bem ciente de que Berlim, como disse em outubro de 1915 o secretário de Estado Robert Lansing, «queria manter a barafunda [ali] até os Estados Unidos serem obrigados a intervir» e esperava evitar fazê-lo pelo máximo tempo possível. «As nossas (...) relações com a Alemanha», continuava ele, «devem ser a nossa primeira consideração; e todo o nosso relacionamento com o México tem de ser regulado em conformidade» (195). Depois do raide de Villa sobre Columbus, porém, Wilson foi obrigado a ripostar. Em fins de março de 1916, uma expedição punitiva comandada pelo general Pershing cruzou a fronteira em perseguição de Villa. Não o conseguiu capturar, causou uma indignação geral no México e foi retirada sem ter alcançado os seus objetivos. Os Estados Unidos, tendo renunciado à anexação, estavam agora condenados a uma perpétua intervenção na América Latina. Em todos estes casos, o objetivo era não só o de reduzir a instabilidade no quintal da América, mas também o imperativo perene de evitar que outra grande potência estabelecesse lá uma presença e ameaçasse assim a União no seu flanco sul.

> A guerra dominava as políticas internas europeias. A princípio serviu para sarar quezílias

internas. Na Áustria-Hungria, o governo aproveitou a oportunidade para suspender totalmente o parlamento. Tanto separatistas como unionistas irlandeses foram combater os alemães em vez de se combaterem uns aos outros. Os conservadores correram a apoiar o esforço de guerra do governo liberal, não tanto para proteger a Bélgica como para impedir que França fosse esmagada pela Alemanha e assim destruído todo o equilíbrio europeu (196). À esquerda, o Partido Trabalhista Independente conciliou apoio à guerra, oposição ao capitalismo e desconfiança da Alemanha por meio do ódio ao

«Kruppismo» (197). Em França, esquerda e direita juntaram-se para formar a *Union Sacrée* para combater o invasor. A opinião pública russa também se uniu em torno do czar, agora que ele decidira fazer frente ao Teutão e combater para concretizar a sua «missão histórica» nos Estreitos. A *Duma* votou os impostos e créditos militares necessários. Na Alemanha, os socialistas aderiram à *Burgfrieden* – «a paz dentro da fortaleza» – enquanto durassem as hostilidades; o *Kaiser* proclamou que já não reconhecia «quaisquer partidos, só alemães». Todos os principais partidos parlamentares aprovaram aos respetivos governos os créditos necessários para travar a guerra em 1914; sem eles a guerra teria parado muito depressa ou redundado na derrota do Estado onde se tivesse rompido o consenso. A principal razão para que os socialistas alemães e franceses tenham entrado na linha não foi uma falsa consciência nacionalista, mas o medo de que não o fazer os deixaria à mercê do despotismo czarista ou do absolutismo do *Kaiser*. Nestas circunstâncias, o conceito da Segunda Internacional de uma greve geral que estrangularia à nascença uma guerra imperialista e daria início à revolução nunca passou do papel.

> A condução da guerra dominou a alta política francesa e britânica ao longo de 1915-16 (198).

Em causa estavam a nomeação dos comandantes militares, a extração de recursos e a questão de saber se uma estratégia nova e inovadora – como a campanha dos Dardanelos – podia abreviar a guerra ou se, como insistiam os generais e a maior parte dos políticos relutantemente concordava, a chave da vitória estava num golpe esmagador contra os alemães na Frente ocidental. Em maio de 1915, a «crise do obus», uma escassez de munições de artilharia, afetou de tal maneira o primeiro-ministro, Herbert Asquith, que este foi forçado a chamar conservadores importantes para formar um governo de coligação dedicado a prosseguir a guerra mais eficazmente. Cinco meses mais tarde foi a vez do Gabinete francês de René Viviani, que tinha perdido a confiança da Assembleia Nacional por não conseguir obter uma vitória rápida. Durante todo este tempo o parlamento francês foi-se intrometendo cada vez mais na condução do esforço de guerra, de modo que em junho de 1916 o delegado André Maginot, que ficara inválido em Verdun, se levantou numa sessão secreta para vituperar a «impreparação e inércia do alto-comando» (199). E em dezembro de 1916 a persistente incapacidade de Asquith em ganhar a guerra fez o liberal radical Lloyd George aparecer como o homem capaz de desferir o «golpe decisivo» para acabar com a guerra (200). Das duas potências, foi a Grã-Bretanha que se mostrou mais capaz de combinar um intenso esforço de guerra com abertura e supremacia parlamentar. O fracasso de Galípoli, por exemplo, na prática destruiu,

de momento, a carreira de Churchill e levou o parlamento a organizar uma comissão de inquérito em meados de 1916. Mesmo no auge do conflito global, por conseguinte, a política britânica manteve a sua capacidade para uma crítica estratégica pública.

> Na América, a opinião sobre a guerra estava profundamente dividida. A elite internacionalista,

em grande parte da Costa Leste – como o líder republicano Henry Cabot Lodge –, simpatizava ideologicamente com os aliados ocidentais e considerava a Alemanha uma ameaça para o equilíbrio de poder. Acusava regularmente Wilson de ter deixado a Nação «indefesa» perante a agressão alemã, exigia inquéritos à prontidão militar e apoiava os esforços de *lobbying* da Liga da Segurança Nacional pró-*Entente*. A Lei da Marinha americana, que autorizou um aumento enorme na despesa naval em 1916, refletia um sentimento de alarme sobre as intenções alemãs. Nos primeiros dois anos de guerra vários milhares de americanos ofereceram-se como voluntários para servir na Europa, a maior parte deles em formações britânicas ou francesas (201). Em contrapartida, o *lobby* germano-americano tendia a simpatizar com as Potências Centrais. O mesmo se dava com a maior parte dos judeus americanos, em grande parte por causa do historial de antissemitismo da Rússia. A maior parte dos americanos, contudo, estava decidida a não ser atraída para um conflito europeu e Woodrow Wilson ganhou a reeleição com a promessa de manter a neutralidade dos Estados Unidos.

> A guerra também teve um profundo efeito nas sociedades e nas economias. A principal

questão que os beligerantes de 1914 enfrentavam era a de como melhor extrair os recursos humanos e económicos que tinham à sua disposição (202). A conscrição já estava em vigor em França, na Alemanha, na Áustria-Hungria e no império czarista, mas a Grã-Bretanha combateu as primeiras etapas do conflito com um Exército só de voluntários (203). Este estado de coisas não podia sustentar-se e foi condenado tanto por liberais – muitos deles radicais do ponto de vista social – como por conservadores. No verão de 1915, o Manifesto pelo Serviço Nacional exigia que «todos os homens válidos, seja qual for a sua posição na vida, têm de estar disponíveis, na medida e sempre que o país os chama». Em meados de 1916, a conscrição foi finalmente introduzida na Grã-Bretanha; a Irlanda, politicamente sensível, ficou isenta, pelo menos de momento. Lloyd George apoiou a lei com o fundamento de que «todas as grandes democracias que foram desafiadas, que viram ameaçadas as suas liberdades, se

defenderam com recurso ao serviço obrigatório» (204).

> Poucos Estados europeus entraram em guerra na expectativa de um conflito curto, mas mesmo

assim os governos depressa se viram assoberbados pelos problemas de abastecimento. A «crise do obus» só foi resolvida pela criação de um Ministério das Munições, encabeçado por Loyd George. Um ano depois, o Governo francês montou consórcios estatais para gerir a economia de guerra mais eficientemente e estes acabaram por não só tomar conta do fornecimento de matérias-primas, mas também fixar preços e regular os movimentos de capitais; um desses jovens burocratas cheios de ânimo foi Jean Monnet. Por toda a Europa, os princípios do capitalismo livre deram lugar ao dirigismo e ao corporativismo que a gestão do esforço de guerra exigia. O aumento do poder do Estado, mesmo em comunidades políticas antes «liberais» como a Grã-Bretanha, foi enorme. Foi a Alemanha, no entanto, sob a liderança competente de Walter Rathenau, que efetuou a transição mais eficazmente (205). Em 1916, o Programa Hindenburg mobilizou toda a sociedade para a guerra: em dezembro desse ano a «Lei do serviço auxiliar patriótico» recrutou todos os homens entre as idades de 17 e 60 anos que não prestavam já serviço como operários ou trabalhadores rurais. Este «comunismo de guerra» garantiu que o *Reich* fosse capaz de continuar a combater embora estivesse em inferioridade numérica, cercado e sem acesso às fontes globais de matérias-primas e bens alimentares.

> Num aspeto, contudo, as potências da *Entente* estavam em vantagem. A França pôde fazer

contar os 50 milhões de habitantes do seu império colonial; cerca de meio milhão deles acabaram por servir na Frente ocidental contra a Alemanha ou no Médio Oriente contra a Turquia (206). A Grã-Bretanha foi ainda mais bem-sucedida com a cartada imperial. Cerca de 400 000 homens serviram na Força Expedicionária Canadiana, principalmente na Frente ocidental. Da Austrália e da Nova Zelândia vieram também às centenas de milhares; o primeiro-ministro australiano empenhou-se em apoiar a Mãe Pátria «até ao último homem e até ao último xelim» (207). Mais de 70 000 sul-africanos brancos, na sua vasta maioria de língua inglesa, e cerca de 40 000 negros foram postos em campo na Europa. Cerca de um milhão de indianos serviram fora do subcontinente, muitos deles em frentes de combate europeias. Os alemães, em vez de «inflamar o Oriente» contra a Grã-Bretanha, viram-se a lutar com asiáticos e outras tropas imperiais nos campos de batalha da Flandres. O valor económico da

contribuição imperial foi também enorme. Até ao fim de 1916, só o Canadá estava a produzir cerca de um quarto das necessidades em munições da Grã-Bretanha e, com a exceção parcial da África do Sul, todo o esforço de guerra imperial foi pago com rendimentos e empréstimos locais (208). A luta contra o domínio alemão no continente foi assim uma questão dominante, não apenas na Europa, mas também em boa parte do globo.

> Confrontada com aquilo a que chamou um «mundo de inimigos», a Alemanha Imperial

procurou a salvação na mobilização de novos recursos mais perto de casa. Na verdade, como declarou brutalmente Falkenhayn, isto significava que a Áustria-Hungria «teria de desistir da sua soberania» e tornar-se, para citar Jaglow, «um mero *Ostmark* germânico» (209). Viena, destroçada pela subversão nacionalista nas periferias e crucificada pelo fraco desempenho dos seus exércitos, não podia senão obedecer. A elite magiar alinhou com isto, porque, como disse o primeiro-ministro húngaro, István Tisza, em abril de 1915, «a Hungria só pode servir como baluarte contra a maré eslava que ameaça a costa ocidental do Adriático se estiver unida à Áustria (...) o destino da Hungria está ligado à existência da Áustria-Hungria como Grande Potência» (210). Em princípios de setembro de 1916 já a Áustria-Hungria tinha concordado com um alto comando unificado com a Alemanha chefiado por Hindenburg e assim deixado de existir como Estado independente. Por volta da mesma altura o político liberal alemão Friedrich Naumann publicou o seu panfleto *Mitteleuropa*, um apelo extremamente influente para que Berlim organizasse a bacia do Danúbio sob seu controlo para resistir ao cerco. Por outras palavras, a Alemanha só estaria segura se controlasse o potencial demográfico e industrial da Europa Central.

> As pressões da guerra acentuaram a estirpe paranoica das políticas internas europeias.

Estados e públicos viam inimigos ao virar de cada esquina; a censura e a vigilância policial tornaram-se norma mesmo nas democracias europeias. Na Grã-Bretanha, turbas enfurecidas estilhaçaram montras de lojas com nomes germânicos; cerca de 30 000 «estrangeiros» foram internados. Feministas patrióticas retrataram os alemães como «masculinos» e por conseguinte predatórios (211). Também a monarquia sentiu esse fervor e foi convencida a mudar de nome para Casa de Windsor. Ao ouvir a notícia, o *Kaiser* observou que os britânicos deviam agora realmente mudar o nome da peça de Shakespeare para *As alegres viúvas de Saxe-Coburgo Gotha*. Fracassou,

no entanto, uma tentativa de introduzir os bilhetes de identidade, devido à oposição geral. A febre da espionagem também se apoderou de França, onde se viam por toda a parte agentes alemães, levando ao internamento de milhares de pessoas, e do império czarista, onde se tornaram frequentes tumultos contra os «estrangeiros». A paranoia foi levada ao extremo em relação aos judeus. Em 1916, nacionalistas antissemitas da Alemanha insistiram num recenseamento oficial que estabelecesse se havia ou não judeus em número apropriado a servir nas frentes de combate ou se se acoitavam na retaguarda e se dedicavam a ter lucro com a guerra, como alegavam os seus detratores. As autoridades czaristas, convictas de que os judeus da zona do Assentamento eram todos agentes alemães, encorajaram os *pogroms* ucranianos durante toda a guerra e deportaram mesmo milhares de judeus da Galícia como potenciais riscos de segurança (212). Embora brutal, a experiência judaica pouca coisa foi à vista do tratamento dado aos arménios pelos otomanos. Convencidas de que eles estavam conluiados com as forças russas que avançavam paulatinamente pelo Cáucaso e determinadas a livrar-se de uma velha ferida étnica, as autoridades turcas empreenderam um programa sistemático de deportação e morticínio (213).

> De outras maneiras, contudo, as exigências da guerra tiveram um efeito emancipatório

poderoso. As mulheres das classes trabalhadoras cedo encontraram trabalho remunerado nas florescentes fábricas de munições, enquanto as mulheres da classe média e da aristocracia se atiraram a várias atividades de voluntariado ou enfermagem. Em toda a Europa milhões de mulheres sentiram-se dotadas de poder pelo facto de que o seu país precisava agora delas. Rejeitaram os apelos de uma pequena minoria para que se opusessem à conscrição e para que o movimento internacional das mulheres se mantivesse fiel à sua postura em grande parte pacifista de antes da guerra. «Poderá alguma mulher», perguntava a sufragista veterana Emmeline Pankhurst, «considerar a possibilidade de que os assuntos do país sejam entregues a objetores de consciência, resistentes passivos e refractários?» (214). Ela e a maioria que pensava como ela acreditavam que a cidadania que exigiam também implicava deveres patrióticos. Em termos mais gerais, as pressões da guerra aceleraram as tendências assistenciais do Estado. Isto foi mais obviamente o caso em França, onde os salários estavam associados não só à produtividade como também ao número de dependentes. Estas políticas pró-família e pró-natalidade visavam manter não só a paz como também a taxa de natalidade num tempo de extremo derramamento de sangue. O princípio de salário igual para trabalho igual era assim violado por motivos que nada tinham a ver

com políticas de género e tudo a ver com os imperativos da segurança nacional (215).

> O desafio social e cultural da guerra foi mais intensamente sentido entre as potências da

Europa Central e de Leste. «O velho sistema de classes e castas tem os dias contados», predisse o almirante Tirpitz pouco depois da abertura de hostilidades, «ganhe-se ou perca-se, acabaremos na pura democracia» (216). Embora a Alemanha Imperial continuasse a ser de uma ponta à outra uma sociedade profundamente estratificada (217), foram muitas as fronteiras culturais e sociais transgredidas no decurso do conflito. O corpo de oficiais tornou-se menos exclusivo à medida que homens da classe média e até da classe trabalhadora preencheram as lacunas deixadas pelos aristocratas mortos. Ainda mais premente era a questão da participação política. No fim de 1916, os nacionais liberais, o Partido do Centro e os sociais-democratas juntaram-se para formar as Comissões Constitucional e do Orçamento. O fim em vista era articular uma voz parlamentar na política externa e estratégica e assim afirmar alguma forma de controlo sobre a luta de vida ou morte em que estavam empenhados. Estes homens não eram pacifistas: se as anexações que os partidos de direita exigiam eram realistas, e necessárias à segurança alemã, apoiá-las-iam. Se uma guerra submarina irrestrita era necessária para pôr a Grã-Bretanha de joelhos, e livrá-los do bloqueio, fosse. A geopolítica popular na Alemanha, como em toda a parte, tendia a ser mais robusta do que a das elites, mas em troca exigia a abolição da Lei Eleitoral das Três Classes da Prússia e a sua substituição pelo sufrágio universal a fim de mobilizar o povo inteiro contra a *Entente*. Era isto a primazia da política externa levada à sua conclusão lógica. «Só quem vê a política interna da perspetiva do seu inevitável arranjo segundo as necessidades da política externa», prevenia Max Weber os conservadores prussianos, «é um político. Aqueles que não gostam das consequências «democráticas» que daqui decorrem devem renunciar à política de grande potência para a qual são precisas». Na Rússia, os constitucionalistas também usaram a guerra para marcar a sua reivindicação de maior participação política. A partir de princípios de fevereiro de 1915, a *Duma* ganhou o direito a reunir em sessão secreta para debater o orçamento e ouvir relatórios do ministro da Guerra. A pressão parlamentar aumentou com as notícias de derrotas. Em princípios de junho de 1915, a Conferência de Cadetes exigiu um «governo que tenha a confiança do público» (218), e não muito depois o ministro da Guerra e o ministro do Interior foram substituídos por figuras mais aceitáveis para a *Duma*. A exigência de um «governo de confiança pública» e de uma mudança no alto comando do Exército foi

repetida no outono de 1915, depois de Cadetes e Outubristas se unirem para formar o Bloco Progressista, que obteve a maioria na *Duma*. Em vez disso, o czar suspendeu a *Duma* e em vez de nomear um novo comandante supremo assumiu ele próprio o comando da guerra. Ao associar tão estreitamente a posição da dinastia à fortuna da guerra, o czar estava a prosseguir uma estratégia de alto risco. Novas derrotas no verão de 1916 levaram a acusações populares e parlamentares de que a autocracia não estava a defender o interesse nacional. «É isto estupidez ou traição?» (219), perguntou Miliukov à *Duma* em meados de novembro, depois da mais recente ronda de fiascos militares. Bastante à semelhança dos dias finais do *ancien régime* francês, esta crítica centrava-se na alegada corrupção da família real, tal como era evidenciada pela sinistra influência do monje russo Rasputin, confidente do czar e especialmente de sua mulher, e nas alegadas simpatias germânicas que ele nutria. Mesmo no fim de dezembro de 1916, conspiradores patrióticos assassinaram Rasputin. Era claro que se o ano seguinte não trouxesse melhores notícias da frente os dias da autocracia estariam contados.

> Ao aproximar-se o fim de 1916, por conseguinte, ainda era cedo demais para dizer quais das

grandes potências ficariam a ganhar ou a perder com as enormes transformações que abalavam a Europa e o mundo depois das unificações americana e alemã. Estes dois acontecimentos tinham dominado a estratégia geral e as políticas internas em França, na Rússia e na Grã-Bretanha, inspirado mais participação popular, parlamentar e da imprensa, mesmo nas sociedades autocráticas, comandado a expansão colonial e alimentado o processo de reorganização imperial do Império Britânico. Após dois anos de guerra parecia que as potências centrais e a Tríplice *Entente* estavam mais ou menos em igualdade; o poder concentrado no coração do continente era grande demais para ser derrotado pelas forças conjuntas dos impérios britânico, francês e czarista e, contudo, também não tinha força bastante para os derrotar. Era preciso uma nova geopolítica europeia, um confronto entre as duas potências que se tinham unificado em 1860, para romper o impasse.

-

1 Citado em Christopher Clark, *Iron kingdom. The rise and downfall of Prussia, 1600-1947* (Londres, 2006), p. 557. 2 Citado em Michael Howard, «A thirty years» war? The two world wars in historical perspective», *Transactions of the Royal Historical Society*, Sexta Série, vol. III (1993), p. 171.

3 Para a relação entre as guerras de unificação americana e alemã ver C. A. Bayly, *The birth of the modern world, 1780-1914* (Oxford, 2004), p. 163; Michael Geyer e Charles Bright, «Global violence and nationalizing wars in Eurasia and America: the geopolitics of war in the mid-nineteenth century», *Comparative Studies in History and Society*, 38 (1996), pp. 619-57, especialmente p. 621; e Stig Förster e Jörg Nagler (coords.), *On the road to total war. The American Civil War and the German wars of unification, 1861-1871* (Cambridge, 1997). 4 Citado em Robert Kagan, *Dangerous nation* (Nova Iorque, 2006), p. 276 5 Ver Bruce Cumings, *Dominion from sea to sea. Pacific ascendancy and American power* (New Haven e Londres, 2009), pp. 55-125.

6 Citado em John Dunn, «Africa invades the new world. Egypt's Mexican adventure, 1863-1867», *War in History*, 4, 1 (1997), p. 32.

7 Citado em Clark, *Iron kingdom*, p. 546.

8 Frank Becker mostra que a aceitação nacionalista alemã da liderança prussiana foi produto e não causa da Guerra Franco-prussiana de 1870-71: Frank Becker, *Bilder von Krieg und Nation. Die Einigungskriege in der bürgerlichen Öffentlichkeit Deutschlands, 1864-1913* (Munique, 2001), pp. 488-9 e *passim*. 9 Citado em F. R. Bridge, *The Habsburg monarchy among the great powers, 1815-1918* (Nova Iorque, Oxford e Munique, 1990), p. 95.

10 Citado em Florian Buch, *Grosse Politik im neuen Reich. Gesellschaft und Aussenpolitik in Deutschland 1867-1882* (Kassel, 2004), p. 351.

11 Geoffrey Hicks, « "Appeasement" or consistent conservatism? British foreign policy, party politics and the guarantees of 1867 and 1939», *Historical Research*, 84 (2011), pp. 520-21 e 525-6 (citação de Stanley pp. 526-7). Augustus Loftus, *The diplomatic reminiscences of Lord Augustus Loftus, 1862-1879*, Vol. I (Londres, 1894), p. 99. 12 Citado em Jonathan Parry, *The politics of patriotism. English liberalism, national identity and Europe, 1830-1886* (Cambridge, 2006), p. 243.

13 J. M. Hobson, «The military extraction gap and the wary titan: the fiscal sociology of British defence policy, 1870-1913», *Journal of European Economic History*, 222 (1993), pp. 461-506. 14 Citado em Bridge, *Habsburg monarchy*, p. 84.

15 Citado em Hans A. Schmitt, «Count Beust and Germany, 1866-1870: reconquest, realignment, or resignation?», *Central European History*, 1, 1 (1968), pp. 20-34.

16 Ver Dietrich Beyrau, «Der deutsche Komplex: Russland zur Zeit der Reichsgründung», *in* Eberhard Kolb (coord.), *Europa und die Reichsgründung. Preussen-Deutschland in der Sicht der grossen europäischen Mächte, 1860-1880* (Munique, 1980), p. 87.

17 Ver M. Katz, *Mikhail N. Katkov. A political biography, 1818-1887* (Haia e Paris, 1966), pp. 112-17. 18 A citação está em Dietrich Geyer, *Russian imperialism. The interaction of domestic and foreign policy, 1860-1914* (Leamington Spa, 1987), p. 94.

19 Citado em Elisabeth Fehrenbach, «Preussen-Deutschland als Faktor der französischen Aussenpolitik in der Reichsgründungszeit», in Kolb (coord.), *Europa und die Reichsgründung*, p. 124. 20 Citado em Tombs, *France*, p. 417.

21 Citado em Clark, *Iron kingdom*, p. 548.

22 Citado em Tombs, *France*, p. 423.

23 Alexander Seyferth, *Die Heimatfront 1870/71. Wirtschaft und Gesellschaft im deutsch-französischen Krieg* (Paderborn, 2007), pp. 76-8, acentua mais o medo da agressão francesa do que o entusiasmo patriótico.

24 Estes números estão em A. J. P. Taylor, *The struggle for mastery in Europe, 1848-1918* (Oxford, 1971 [1954]), p. xxv. 25 Citado em Detlef Junker, «Die manichäische Falle: das deutsche Reich im Urteil der USA, 1871-1945», in Klaus Hildebrand (coord.), *Das deutsche Reich im Urteil der grossen Mächte und europäischen Nachbarn (1871-1945)* (Munique, 1995), pp. 141-58 (citação p. 142).

26 Peter Krüger, «Die Beurteilung der Reichsgründung und Reichsverfassung von 1871 in den USA», in Norbert Finzsch *et al.*, *Liberalitas. Festschrift für Erich Angermann zum 65. Geburtstag* (Estugarda, 1992), pp. 263-83 (citações pp. 271 e 273).

27 Ver Paul W. Schroeder, «The lost intermediaries: the impact of 1870 on the European system», *International History Review*, 6, 1 (1984), pp. 1-27, especialmente pp. 2-3, 8 e 11-12.

28 Ver Sudhir Hazareesingh, «Republicanism, war and democracy: the Ligue du Midi in France's war against Prussia, 1870-1871», *French History*, 17, 1 (2003), pp. 48-78, especialmente pp. 50-51. 29 Bertrand Taithe, *Defeated flesh. Welfare, warfare and the making of modern France* (Manchester, 1999), pp. 71-98, e *Citizenship and wars: France in turmoil, 1870-1871* (Londres e Nova Iorque, 2001). 30 Citado em Jacques Bariety, «Das deutsche Reich im französischen Urteil, 1871-1945», in Hildebrand (coord.), *Das deutsche Reich im Urteil der grossen Mächte*, pp. 203-18 (citação p. 208). 31 Ver Allan Mitchell, *Victors and vanquished. The German influence on Army and Church in France after 1870* (Chapel Hill, 1984), especialmente pp. 41-8, e Rachel Chrastil, *Organising for war. France, 1870-1914* (Baton Rouge, 2010), pp. 157-8 e *passim*.

32 Heinrich Lutz, «Zur Wende der österreichisch-ungarischen Aussenpolitik1871. Die Denkschrift des Grafen Beust für Kaiser Franz Joseph vom 18. mai», *in Mitteilungen des österreichischen Staatsarchivs* 25 (1972), pp. 169-84, especialmente pp. 177-8 («Mitteleuropa», p. 180).

33 Citado em Bridge, *Habsburg monarchy*, p. 94.

34 Ver W. E. Mosse, *The European powers and the German Question*, Apêndice C: «The Russian national press and the "German Peril", 187071», pp. 391-2.

35 Deryck Schreuder, «Gladstone as "Troublemaker": Liberal foreign policy and the German annexation of Alsace-Lorraine, 1870-1871», *Journal of British Studies*, 17 (1978), pp. 106-35 (citação p. 119). Estou grato a Eddie Fishman pelas nossas conversas sobre esta matéria.

36 Citado em Karina Urbach, *Bismarck's favourite Englishman. Lord Odo Russell's mission to Berlin* (Londres, 1999), p. 208.

37 Neste sentido Klaus Hildebrand, *No intervention. Die Pax Britannica und Preussen 1865/66-1869/70. Eine Untersuchung zur englischen Weltpolitik im 19. Jahrhundert* (Munique, 1997), pp. 393-4 e *passim*. 38 Ver Scott W. Murray, *Liberal diplomacy and German unification: the early career of Robert Morier* (Westport e Londres, 2000), pp. 91-138.

39 Neste sentido William Mulligan, «Britain, the "German Revolution", and the fall of France, 1870/1», *Historical Research*, 84, 224 (2011), pp. 310-27.

40 Citado em *ibid.*, p. 324.

41 Citado em Thomas Schaarschmidt, *Aussenpolitik und öffentliche Meinung in Grossbritannien während des deutsch-französischen Krieges von 1870/71* (Franfurt am Main, Berna, etc., 1993), p. 132. 42 Ver Michael Pratt, «A fallen idol: the impact of the Franco-Prussian War on the perception of Germany by British intellectuals», *International History Review*, 7, 4 (1985), pp. 543-75.

43 Citado em Mulligan, «Britain, the "German Revolution", and the fall of France». 44 Sobre a

importância do Império no estatuto de grande potência da Grã-Bretanha ver Edward Ingram, *The British Empire as a world power* (Londres, 2001), especialmente pp. 25-45. Ver também James Belich, *Replenishing the earth. The settler revolution and the rise of the Anglo-World, 1783-1939* (Oxford, 2009). 45 A minha visão da Federação Imperial foi fortemente influenciada pelas minhas conversas com Daniel Robinson, James Rogers e Duncan Bell. Ver Duncan Bell, *The idea of greater Britain. Empire and the future of world order, 1860-1900* (Princeton, 2007).

46 Neste sentido Max Beloff, *Imperial sunset: Britain's liberal empire, 1897-1921* (Londres, 1969), p. 37. 47 Citado em Parry, *Politics of patriotism*, p. 293.

48 Ver William Mulligan, «British anti-slave trade and anti-slavery policy in East Africa, Arabia, and Turkey in the late nineteenth century», in Brendan Simms e D. J. B. Trim (coords.), *Humanitarian intervention. A history* (Cambridge, 2011), pp. 257-82, especialmente p. 273.

49 Ver Jacques Freymond e Miklós Molnár, «The rise and fall of the First International», in Milorad Drachkovitch (coord.), *The revolutionary Internationals*, 1864-1943 (Stanford, 1966), p. 33. 50 Os artigos 60 e 63 da Constituição são citados em Christopher Clark, *Kaiser Wilhelm II. A life in power* (Londres, 2009), p. 94.

51 Margaret Lavinia Anderson, *Practicing democracy. Elections and political culture in imperial Germany* (Princeton, 2000). Ver também Gerhard A. Ritter, «Die Reichstagswahlen und die Wurzeln der deutschen Demokratie im Kaiserreich», *Historische Zeitschrift*, 275 (2002), pp. 385-403.

52 Neste sentido o Príncipe Hohenlohe-Schillingsfürst, citado em W. N. Medlicott e Dorothy K. Coveney (coords.), *Bismarck and Europe* (Londres, 1971), p. 138.

53 Citado em Lothar Gall, *Bismarck. Der weisse Revolutionär* (Frankfurt, 1980), p. 623. 54 Citado em Detlef Junker, *The Manichean Trap: American perceptions of the German empire, 1871-1945* (Washington, DC), p. 14.

55 Ver o texto do acordo (6.6.1873) in Bridge, *Habsburg monarchy*, Apêndice I, p. 381. 56 Citado em Medlicott e Coveney (coords.), *Bismarck and Europe*, pp. 87-8. 57 Citado em Klaus Hildebrand, *Das vergangene Reich. Deutsche Aussenpolitik von Bismark bis Hitler* (Estugarda, 1995), p. 33. Para a perceção e a realidade da ameaça francesa ver Johannes Janorschke, *Bismarck, Europa und die «Krieg in Sicht' Krise von 1875* (Paderborn, 2010), pp. 146-56, e 192-4. 58 A importância da *caesura* é sublinhada por T. G. Otte, «From "War-in-sight" to nearly war: Anglo-French relations in the age of high imperialism, 1875-1898», *Diplomacy and Statecraft*, 17, 4 (2006), pp. 693-714, especialmente pp. 695-7. 59 Para a importância da guerra no desenvolvimento da imprensa ver Louise McReynolds, *The news under Russia's old regime. The development of a mass-circulation press* (Princeton, 1991), pp. 73-92. 60 Citado em Matthias Schulz, «The guarantees of humanity: the Concert of Europe and the origins of the Russo-Ottoman War of 1877», in Simms e Trim (coords.), *Humanitarian intervention*, pp. 184-204 (citação p. 184). 61 Citado em Medlicott e Coveney (coords.), *Bismarck and Europe*, pp. 96-7 e 102-3. 62 Carole Fink, *Defending the rights of others. The great powers, the Jews and international minority protection, 1878-1938* (Cambridge, 2004). O diplomata britânico, que falava em fins dos anos 1860, é citado em Abigail Green, «Intervening in the Jewish Question, 1840-1878», in Simms e Trim (coords.), *Humanitarian intervention*, pp. 139-58 (citação p. 139).

63 Citado em Medlicott e Coveney (coords.), *Bismarck and Europe*, p. 99. 64 Citado em Geyer, *Russian imperialism*, p. 82. Ver também *S. Lukashevich, Ivan Aksakov, 1823-1886. A study in Russian thought and politics* (Cambridge, Mass., 1965), pp. 140-41.

65 Citado em Geyer, *Russian imperialism*, p. 78.

66 Neste sentido Barry Bascom Hayes, *Bismarck and Mitteleuropa* (Londres e Toronto, 1994), pp. 302-3, 353, 391 e *passim* (citações pp. 303 e 357).

67 Citado em Bridge, *Habsburg monarchy*, p. 135.

68 Citado em Medlicott e Coveney (coords.), *Bismarck and Europe*, p. 126. 69 Citado em Hugh Seton-Watson, *The decline of Imperial Russia, 1855-1914* (Nova Iorque, 1960), p. 494. 70 Para o carácter «defensivo» do sionismo inicial ver Anita Shapira, *Land and power. The Zionist resort to force, 1881-1948* (Oxford, 1992), pp. 3-52. Ver John Klier, *Russians, Jews, and the pogroms of 1881-1882* (Cambridge, 2011), pp. 1 (citação de Ignatiev) e 234-54 (para as implicações na política externa). 71 David Foglesong, *The American mission and the «Evil Empire». The crusade for a «Free Russia» since 1881* (Nova Iorque, 2007), pp. 7-33.

72 Ver Wolfgang Schivelbusch, *The culture of defeat. On national trauma, mourning, and recovery*, trad. Jefferson Chase (Nova Iorque, 2003), pp. 179-80 (citação de Bert), e Peter Grupp, *Deutschland, Frankreich und die Kolonien. Der französische «parti colonial» und Deutschland, 1890 bis 1914* (Tübingen, 1980), pp. 75-9. 73 Edward E. Morris, *Imperial Federation. A lecture* (Melbourne, 1885), citações pp. 8-9. 74 Ver Georgios Varouxakis, « "Great" versus "small" nations: scale and national greatness in Victorian political thought», in Duncan Bell (coord.), *Victorian visions of global order. Empire and international relations in nineteenth-century political thought* (Cambridge, 2007), pp. 136-59.

75 Citado em John Darwin, *The Empire project. The rise and fall of the British world-system, 1830-1970* (Cambridge, 2009), p. 79.

76 Ver em termos gerais Humphrey J. Fisher, *Slavery in the history of Muslim Black Africa* (Londres, 2001), pp. 98-137. 77 Ver Mulligan, «British anti-slave trade and anti-slavery policy», in Simms e Trim (coords.), *Humanitarian intervention*, pp. 257-82

78 Neste sentido W. J. Mommsen, «Bismarck, the Concert of Europe, and the future of West Africa, 1883-1885», in Stig Förster, Wolfgang Mommsen e Ronald Robinson (coords.), *Bismarck, Europe and Africa. The Berlin Africa conference 1884-1885 and the onset of partition* (Oxford, 1988), pp. 151-70, especialmente pp. 165-6.

79 Sönke Neitzel, « "Mittelafrika". Zum Stellenwert eines Schlagwortes in der deutschen Weltpolitik des Hochimperialismus», *in* Wolfgang Elz e Sönke Neitzel (coords.), *Internationale Beziehungen im 19. und 20. Jahrhundert. Festschrift für Winfried Baumgart zum 65. Geburtstag* (Paderborn, Munique, etc., 2003), pp. 83-103. 80 Ver Benedikt Stuchtey, *Die europäische Expansion und ihre Feinde. Kolonialismuskritik vom 18. bis in das 20. Jahrhundert* (Munique, 2010).

81 Citado em Gregory Claeys, *Imperial sceptics. British critics of empire, 1850-1920* (Cambridge, 2010), p. 111. 82 Citado em Schivelbusch, *Culture of defeat*, p. 181. 83 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 109. 84 Mas veja-se Terence Zuber, *Inventing the Schlieffen Plan. German war planning, 1871-1914* (Oxford, 2002), pp. 135-219, que vê o plano mais como uma tentativa de obter um acréscimo do financiamento militar do que como uma estratégia totalmente delineada.

85 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 156. 86 Sobre a importância do *Mittellage* no pensamento de Caprivi, ver Rainer Lahme, *Deutsche Aussenpolitik 1890-1894. Von der Gleichgewichtspolitik Bismarcks zur Allianzstrategie Caprivis* (Göttingen, 1990), pp. 34-5 e *passim*. 87 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 168. 88 Citado em Clark, *Kaiser Wilhelm II*, p. 83.

89 Ver Francis W. Wcislo, *Tales of Imperial Russia. The life and times of Sergei Witte, 1849-1915* (Oxford, 2011), pp. 138-88, especialmente pp. 140-42.

90 Ver Moshe Zimmermann, «Muscle Jews *vs.* nervous Jews», in Michael Brenner e Gideon

Reuveni (coords.), *Emancipation through muscles. Jews and sports in Europe* (Lincoln, Nebr., 2006), pp. 15-28. 91 Sobre o carácter alemão dos sionistas ver David Aberbach, «Zionist patriotism in Europe, 1897-1942: ambiguities in Jewish nationalism», *International History Review*, 31, 6 (2009), pp. 268-98, especialmente pp. 274-81 (citação p. 278). 92 Moshe Zimmermann, «Jewish nationalism and Zionism in German-Jewish students organisations», *Publications of the Leo Baeck Institute*, Anuário XXVII (1982), pp. 129-53 (citações p. 153). 93 Citado em Otte, *«From "War in sight"»*, p. 703.

94 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 202. 95 Ver Sönke Neitzel, *Weltmacht oder Untergang. Die Weltreichslehre im Zeitalter des Imperialismus* (Paderborn, 2000).

96 Ver Sönke Neitzel, «Das Revolutionsjahr 1905 in den internationalen Beziehungen der Grossmächte», in Jan Kusber and Andreas Frings (coords.), *Das Zarenreich, das Jahr 1905 und seine Wirkungen* (Berlim, 2007), pp. 17-55 (citação p. 21).

97 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 187. 98 Ver Harald Rosenbach, *Das deutsche Reich, Grossbritannien und der Transvaal (1896-1902)* (Göttingen, 1993), pp. 309-314.

99 Matthew S. Seligmann, *Rivalry in Southern Africa, 1893-99. The transformation of German colonial policy* (Basingstoke, 1998), pp. 16-17,

100 Citado em Darwin, *Empire project*, p. 110.

101 Citado em Kagan, *Dangerous nation*, p. 357.

102 Ver Mike Sewell, «Humanitarian intervention, democracy, and imperialism: the American war with Spain, 1898 and after», in Simms and Trim (coords.), *Humanitarian intervention*, pp. 303-22 (citação p. 303), e Paul T. McCartney, *Power and progress. American national identity, the war of 1898, and the rise of American imperialism* (Baton Rouge, 2006), citação p. 272.

103 Citado em Tony Smith, *America's mission. The United States and the worldwide struggle for democracy in the twentieth century* (Princeton, 1994), p. 41.

104 Ver Keith Wilson (coord.), *The international impact of the Boer War* (Chesham, 2001). 105 Citado em Warren Zimmermann, *First great triumph. How five Americans made their country a world power* (Nova Iorque, 2002), p. 446. Estou grato a Charles Laderman por esta referência. Ver também T. G. Otte, *The China Question. Great power rivalry and British isolation, 1894-1905* (Oxford, 2007).

106 Citado em Gordon A. Craig, *Germany, 1866-1945* (Oxford, 1978) p. 313. 107 Ver Phillips Payson O'Brien, *British and American naval power. Politics and policy, 1900-1936* (Londres, 1998), pp. 26-7.

108 Citado em William Mulligan, «From case to narrative: the Marquess of Landsdowne, Sir Edward Grey, and the threat from Germany, 1900-1906», *International History Review*, 30, 2 (2008), p. 292.

109 Matthew Seligmann, «Switching horses: the Admiralty's recognition of the threat from Germany, 1900-1905», *International History Review*, 30, 2 (2008), pp. 239-58, e Matthew Seligmann, «Britain's great security mirage: the Royal Navy and the Franco-Russian naval threat, 1898-1906», *Journal of Strategic Studies*, 35 (2012), pp. 861-86. 110 Citado em Christopher Ross, *«Lord Curzon, the "Persian Question", and geopolitics, 1888-1921»* (Tese de Doutoramento, Universidade de Cambridge, 2010).

111 Matthew Seligmann, «A prelude to the reforms of Admiral Sir John Fisher: the creation of the Home Fleet, 1902-3», *Historical Research*, 83 (2010), pp. 506-19, especialmente pp. 517-18.

112 Ver G. R. Searle, *The quest for national efficiency* (Berkeley, 1971). Para o papel da política externa na política eleitoral britânica ver T. E. Otte, « “Avenge England’s dishonour” By-elections, parliament and the politics of foreign policy in 1898», *The English Historical Review*, CXXI, 491 (2006), pp. 385-428. 113 Citado em Mathew Johnson, «The Liberal War Committee and the Liberal advocacy of conscription in Britain, 1914-1916», *Historical Journal*, 51. (2008), que cita o *National Service Journal* de novembro de 1903. 114 Sobre a centralidade da política externa na conceção que Chamberlain tinha da refoma das tarifas ver Paul Readman, «Patriotism and the politics of foreign policy, c. 1870-c. 1914», in William Mulligan e Brendan Simms (coords.), *The primacy of foreign policy in British history, 1660-2000. How strategic concerns shaped modern Britain* (Basingstoke, 2010), especialmente, pp. 264-5.

115 Ver Richard H. Collin, *Theodore Roosevelt, culture, diplomacy and expansion. A new view of American imperialism* (Baton Rouge e Londres, 1985), pp. 101-2. Agradeço a Quinby Frey esta e muitas outras referências sobre história dos Estados Unidos.

116 Ver James Ford Rhodes, *The McKinley and Roosevelt administrations, 1897-1909* (Nova Iorque, 1922), p. 249. 117 Neste sentido Frederick Marks III, *Velvet on iron. The diplomacy of Theodore Roosevelt* (Lincoln, Nebr., e Londres, 1979), pp. 6-10, 38-47 and 172-3. Para uma opinião diferente ver Nancy Mitchell, *The danger of dreams. German and American imperialism in Latin America* (Chapel Hill e Londres, 1999), pp. 216-28 *passim* (citações pp. 75-6). 118 James R. Holmes, *Theodore Roosevelt and world order. Police power in international relations* (Washington, DC, 2006), *passim*, especialmente pp. 70 e 110. Para um caso de estudo ver Stephen Wertheim, «Reluctant liberator: Theodore Roosevelt’s philosophy of self-government and preparation for Philippine independence», in *Presidential Studies Quarterly*, 39, 3 (2009), pp. 494-518.

119 Para os ataques dos Estados Unidos ao prussianismo e à «autocracia» alemã em princípios de 1900 ver Marks, *Velvet on iron*, p. 8. Para a emergência de uma «geração» anti-alemã na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos por altura da viragem do século ver Magnus Brechtken, *Scharnierzeit, 1895-1907. Persönlichkeitsnetze und internationale Politik in den deutsch-britisch-amerkanischen Beziehungen vor dem Ersten Weltkrieg* (Mainz, 2006), pp. 374-6. 120 Stuart Anderson, *Race and rapprochement. Anglo-Saxonism and Anglo-American relations, 1895-1904* (Londres e Toronto, 1981), pp. 66-9 (citação p. 67).

121 Sobre o Complexo de Copenhaga ver Jonathan Steinberg, «The Copenhagen Complex», *Journal of Contemporary History*, 1, 3 (1966), pp. 23-46, especialmente pp. 29-30.

122 Citado em Howard K. Beale, *Theodore Roosevelt and the rise of America to world power* (Baltimore, 1956), p. 236. Agradeço esta referência a Charles Laderman.

123 Citado em Geyer, *Russian imperialism*, p. 221.

124 Josh Sanborn, *Drafting the Russian nation. Military conscription, total war and mass politics, 1905-1925* (DeKalb, Ill., 2003), pp. 25-9.

125 Jan Rüger, *The great naval game. Britain and Germany in the Age of Empire* (Cambridge, 2007), pp. 234-40. 126 Sobre esta estratégia ver William Philpott, «Managing the British way in warfare: France and Britain’s continental commitment, 1904-1918», in Keith Neilson e Greg Kennedy (coords.), *The British way in warfare. Power and the international system, 1856-1956. Essays in honour of David French* (Farnham, 2010), pp. 83-100. 127 Neste sentido T. G. Otte, « “Almost a law of nature”? Sir Edward Grey, the Foreign Office, and the balance of power in Europe, 1905-12», in Erik Goldstein e B. J. C. McKercher (coords.), *Diplomacy and Statecraft. Special Issue on Power and Stability. British Foreign Policy, 1865-1965*, 14, 2 (2003), pp. 77-118 (pp. 80-81). 128 Ver Neitzel, «Das Revolutionsjahr 1905», *in* Kusber e Frings (coords.), *Das Zarenreich, das Jahr 1905 und seine Wirkungen*, pp. 43-4.

129 Citado em Annika Mombauer, «German war plans», in Richard F. Hamilton e Holger H. Herwig (eds.), *War planning 1914* (Cambridge, 2010), pp. 48-79 (citação p. 54).

130 Albrecht Moritz, *Das Problem des Präventivkrieges in der deutschen Politik während der ersten Marokkokrise* (Berna e Frankfurt am Main, 1974), pp. 144 e 280-84.

131 Ver Michael Epkenhans, *Die wilhelminische Flottenrüstung, 1908-1914. Weltmachtstreben, industrieller Fortschritt, soziale Integration* (Munique, 1991). Sobre a capacidade do Estado britânico para uma mobilização militar maciça mesmo em tempo de paz ver G. C. Peden, *Arms, economics and British strategy. From Dreadnoughts to hydrogen bombs* (Cambridge, 2007), pp. 1-16.

132 Balfour estava a falar em 1906, «Navy estimates, 1906-1907», *Hansard*, vol. 162, col. 112. (1906) 133 Citado em John Albert White, *Transition to global rivalry. Alliance diplomacy and the Quadruple Entente, 1895-1907* (Cambridge, 1995), p. 288. Outra obra que, ao contrário deste livro, realça a primazia de considerações imperiais sobre as europeias é Keith Wilson, *The limits of eurocentricity. Imperial British foreign and defence policy in the early twentieth century* (Istambul, 2002).

134 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 245 135 Ver Frank Boesch, « "Are we a cruel nation?" Colonial practices, perceptions, and scandals», in Dominik Geppert e Robert Gerwarth (coords.), *Wilhelmine Germany and Edwardian Britain. Essaysin cultural affinity* (Oxford, 2008), pp. 115-40, especialmente pp. 121-3.

136 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 249. 137 Sobre a ligação entre reforma interna e política externa ver Uwe Liszkowski, *Zwischen Liberalismus und Imperialismus. Die zaristische Aussenpolitik vor dem Ersten Weltkrieg im Urteil Miljukovs und der* Kadettenpartei, 1905-1914 (Estugarda, 1974), pp. 56-77.

138 Citações em Geyer, *Russian imperialism*, pp. 295-6. 139 Ver Matthew Seligmann, «Intelligence information and the 1909 naval scare: the secret foundations of a public panic», *War in History*, 17, 1 (2010), pp. 37-59, e Phillips Payson O'Brien, «The 1910 elections and the primacy of foreign policy», in Mulligan e Simms (coords.), *Primacy of foreign policy in British history*, pp. 249-59. 140 Neste sentido Christopher Andrew, *The defence of the realm. The authorized history of MI5* (Londres, 2009), pp. 3-18.

141 David Lloyd George, *Limehouse Speech*, 30 de julho 1909. 142 Ver Jean H. Quataert, «Mobilising philantropy in the service of war: the female rituals of care in the new Germany, 1871-1914», in Manfred F. Boemeke, Roger Chickering e Stig Förster (coords.), *Anticipating total war. The German and American experiences, 1871-1914* (Cambridge, 1999); Roger Chickering, « "Casting their gaze more broadly": women's patriotic activism in imperial Germany», *Past and Present*, 118 (1988), pp. 156-85, especialmente pp. 172, 175 e 182-3. 143 Citado em Sheila Rowbotham, *A century of women. The history of women in Britain and the United States* (Londres, 1997), p. 82.

144 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 240. 145 Ver Friedrich Katz, *The secret war in Mexico. Europe, the United States and the Mexican Revolution* (Chicago e Londres, 1981), citação p. 88, e Reiner Pommerin, *Der Kaiser und Amerika. Die USA in der Politik der Reichsleitung, 1890-1917* (Colónia, 1986).

146 Citado em John Lamberton Harper, *American visions of Europe. Franklin D. Roosevelt, George F. Kennan e Dean G. Acheson* (Cambridge, 1994), p. 31. Ver Matthew S. Seligmann, «Germany and the origins of the First World War in the eyes of the American diplomatic establishment», German History, 15, 3 (1997), pp. 307-32. 147 Citado em Mark Hewitson, «Germany and France before the First World War: a reassessment of Wilhelmine foreign policy», *The English Historical Review*, 115, 462 (2000), pp. 570-606 (citação pp. 594-5). 148 Escrito em 1913, citado em Hartmut Pogge von Strandmann, «Germany and the coming of war», *in* R. J. W. Evans e Hartmut Pogge von Strandmann (coords.), *The coming of the First World War* (Oxford e Nova Iorque, 1988), p. 111. 149 Citado em Fritz Fischer, *War of illusions. German policies from 1911 to 1914* (Londres, 1975), p. 180 150 Ver Keith Jeffery, *Field Marshal Sir Henry Wilson. A political soldier* (Oxford, 2006), pp. 99-100 e *passim*. 151 See P. P. O'Brien,

«The Titan refreshed: imperial overstretch and the British navy before the First World War», *Past and Present*, 172 (2001), pp. 145-69, especialmente pp. 154-5.

152 Citado em Darwin, *Empire project*, p. 306.

153 Thomas Meyer, *«Endlich eine Tat, eine befreiende Tat.» Alfred von Kiderlen-Wächters «Panthersprung nach Agadir» unter dem Druck der öffentlichen Meinung* (Husum, 1996), pp. 295-302. 154 Citado em Groh, p. 432

155 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 266. 156 Neste sentido Niall Ferguson, «Public finance and national security: the domestic origins of the First World War revisited», *Past and Present*, 142 (1994).

157 Citado em Geyer, *Russian imperialism*, p. 306.

158 Citado em Seton-Watson, *Decline of Imperial Russia*, p. 676. 159 Citado em Smith, *America's mission*, p. 69.

160 Citado em Mustafa Aksakal, *The Ottoman road to war: The Ottoman Empire and the First World War* (Cambridge, 2008), p. 21.

161 Citado em Aksakal, *Ottoman road to war*, p. 76.

162 Citado em Sean McMeekin, *The Russian origins of the First World War* (Cambridge, Mass., 2011), p. 6. 163 Citado em Smith, America's mission, p. 70.

164 Ver agora Christopher Clark, *The sleepwalkers. How Europe went to war in 1914* (Londres, 2012), pp. 367-403. 165 Bridge, *Habsburg monarchy*, p. 335.

166 Segundo testemunho do conde Forgach. Ver Annika Mombauer, «The First World War: inevitable, avoidable, improbable or desirable? Recent interpretations on war guilt and the war's origins», *German History*, 25, 1 (2007), pp. 78-95 (citação p. 84).

167 Ver Samuel R. Williamson, *Austria-Hungary and the origins of the First World War* (Basingstoke e Londres, 1991), pp. 191, 197 e *passim*.

168 Citado em Fischer, *War of illusions*, p. 224.

169 Citado em Geyer, *Russian imperialism*, p. 314.

170 Ver K. M. Wilson, «The British cabinet's decision for war, 2 August 1914», *British Journal of International Studies*, I (1975), pp. 148-59 (citação p. 153).

171 Martin Ceadel, *Living the great illusion. Sir Norman Angell, 1872-1967* (Oxford, 2009), especialmente pp. 104-14. Sobre este fracasso da «paz liberal» ver também Ralph Rotte, «Global warfare, economic loss and the outbreak of the Great War», *War in History*, 5 (1998), pp. 481-93, especialmente p. 483. 172 Em novembro de 1914, citado em Bridge, *Habsburg monarchy*, p. 346. 173 Ver Fritz Fischer, *Germany's aims in the First World War* (Londres, 1967), pp. 103-4. 174 Citado em McMeekin, *The Russian origins of the First World War*, p. 92. 175 A. L. Macfie, «The Straits Question in the First World War, 1914-18», *Middle Eastern Studies*, 19,1 (1983), pp. 43-74 (citações pp. 50 e 58).

176 Os números estão em William Mulligan, *The origins of the First World War* (Cambridge, 2010), pp. 181-4. 177 Taylor, *Struggle for mastery in Europe*, p. xxv.

178 Citado em J. W. B. Merewether e Frederick Smith, *The Indian Corps in France* (Londres, 1917), pp. 1-20. Estou muito grato a Tarak Barkawi por esta referência.

179 Ver Hew Strachan, *The First World War*. Vol. I: *To arms* (Oxford, 2001). 180 Robert T. Foley, *German strategy and the path to Verdun: Erich von Falkenhayn and the development of attrition, 1870-1916* (Cambridge, 2005).

181 Ver Elizabeth Peden, *Victory through coalition. Britain and France during the First World War* (Cambridge, 2005). 182 Neste sentido A. L. Macfie, «The Straits Question in the First World War, 1914-18», *Middle Eastern Studies*, 19, 1 (1983), pp. 43-74, e Graham T. Clews, *The real story behind the origins of the 1915 Dardanelles campaign* (Santa Barbara, 2010), pp. 66-7 e 293-4.

183 Ver Robert A. Doughty, *Pyrrhic victory. French strategy and operations in the Great War* (Cambridge, Mass., 2006), pp. 2, 109, 169-71 e *passim*.

184 Neste sentido, o argumento revisionista de William Philpott, *Bloody victory. The sacrifice on the Somme* (Londres, 2009), pp. 96-7, 624-9 e *passim* (Joffre é citado na p. 96).

185 Ver Donald McKale, *War by revolution. Germany and Great Britain in the Middle East in World War I* (Kent, Ohio, 1998), pp. 46-68 (citação p. 48). Ver também Sean McMeekin, *The Berlin-Baghdad Express. The Ottoman Empire and Germany's bid for world power, 1898-1918* (Londres, 2010).

186 Ver Kris Manjapra, «The illusions of encounter: Muslim "minds" and Hindu revolutionaries in First World War Germany and after», *Journal of Global History*, 1 (2006), pp. 363-82, especialmente pp. 372-7. 187 Ver Mark von Hagen, *War in a European borderland. Occupations and occupation plans in Galicia and Ukraine, 1914-1918* (Seattle e Londres, 2007).

188 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 359. 189 Neste sentido, Friedrich Katz, *The life and times of Pancho Villa* (Stanford, 1998), pp. 554-5 (citação p. 555). 190 Ver Hugh and Christopher Seton-Watson, *The making of a new Europe. R. W. Seton-Watson and the last years of Austria-Hungary* (Londres, 1981).

191 Citado em Branka Magaš, *Croatia through history* (Londres, 2008), p. 462. 192 Ver Matthew S. Seligmann, «Germany and the origins of the First World War in the eyes of the American diplomatic establishment», *German History*, 15, 3 (1997), pp. 307-32, especialmente pp. 312, 315 e 323. 193 Ver Martin Horn, *Britain, France and the financing oftheFirst World War* (Montreal e Kingston, 2002), pp. 142-65. 194 Citado em Nancy Mitchell, *The danger of dreams. German and American imperialism in Latin America* (Chapel Hill e Londres, 1999), p. 1.

195 Citado em Katz, *Secret war in Mexico*, p. 302.

196 Frank McDonough, *The Conservative Party and Anglo-German relations, 1905-1914* (Basingstoke, 2007), p. 143. 197 Neste sentido Paul Bridgen, *The Labour Party and the politics of war and peace, 1900-1924* (Woodbridge, 2009), p. 51.

198 Ver John Turner, *British politics and the Great War. Coalition and conflict, 1915-1918* (New Haven e Londres, 1992). 199 Citado em Alistair Horne, *The French army in politics* (Londres, 1984), p. 39. 200 Neste sentido Keith Robbins, «The Welsh Wizard who won the war: David Lloyd George as war leader», in Brendan Simms e Karina Urbach (coords.), *Die Rückkehr der «Grossen Männer». Staatsmänner im Krieg – ein deutschbritischer Vergleich 1740-1945* (Berlim e Nova Iorque, 2010), pp. 96-107, especialmente p. 105. 201 Ver Axel Jansen, «Heroes or citizens? The 1916 debate on Harvard volunteers in the "European War"», in Christine G. Krüger e Sonja Levsen (coords.), *War volunteering in modern times. From the French Revolution to the Second World War* (Basingstoke, 2011), pp. 150-62.

202 Para a Rússia, ver Peter Holquist, *Making war, forging revolution: Russia's continuum of crisis, 1914-1921* (Cambridge, Mass., 2002), pp. 18-19 e 38-9 (sobre a necessidade de imitar os alemães). 203 Sobre a relação entre a conscrição e o voluntariado ver Watson, «Voluntary enlistment in the Great War: a European phenomenon?», in Krüger e Levsen (coords.), *War*

volunteering in modern times, pp. 163-88. 204 Citado em Matthew Johnson, «The Liberal War Committee and the Liberal advocacy of conscription in Britain, 1914-1916», *Historical Journal*, 51, 2 (2008), pp. 402 e 414-15.

205 Ver Laurence V. Moyer, *Victory must be ours: Germany in the Great War, 1914-1918* (Barnsley, 1995), pp. 102-33.

206 Marc Michel, *L'appel à l'Afrique. Contributions et réactions à l'effort de guerre en A.O.F (1914-1919)* (Paris, 1982). Estou grato a Christopher Andrew por esta referência.

207 Citado em Darwin, *Empire project*, p. 333.

208 Baseio este parágrafo em Darwin, *Empire project*, pp. 324-5. 209 Ver Bridge, *Habsburg monarchy*, pp. 353-4.

210 Citado em *ibid*., p. 358.

211 Neste sentido, Jo Vellacott, *Pacifists, patriots and the vote. The erosion of democratic suffragism in Britain during the First World War* (Basingstoke, 2007), pp. 21 e 45.

212 Ver William C. Fuller, *The foe within. Fantasies of treason and the end of Imperial Russia* (Ithaca, 2006), pp. 172-83. 213 Ver Donald Quataert, *The Ottoman Empire, 1700-1922*, 2.ª ed. (Cambridge, 2005), pp. 187-8. 214 Citado em Rowbotham, *Century of women*, p. 67. 215 Ver Frances M. B. Lynch, «Finance and welfare: the impact of two world wars on domestic policy in France», *Historical Journal*, 49 (2006), pp. 625-33, especialmente pp. 628-29; e Paul V. Dutton, *Origins of the French welfare state. The struggle for social reform in France, 1914-1947* (Cambridge, 2002), pp. 14-19. 216 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 336. 217 Neste sentido, Jürgen Kocka, *Facing total war. German society, 1914-1918* (Leamington Spa, 1984). 218 Citado em Seton-Watson, *Decline of Imperial Russia*, p. 712. 219 Citado em *ibid*., p. 723. Para a crítica parlamentar da «dominação alemã» dentro da Rússia nos primeiros anos da guerra ver M. M. Wolters, *Aussenpolitische Fragen vor der vierten Duma* (Hamburg, 1969), pp. 122-34.

6

Utopias, 1917-44

[A Civilização] será varrida pelo incêndio devorador do bolchevismo. Desta terrível

devastação surgirão novos governos (...) e o primeiro povo a cair em si (...) serão os alemães (...) com a sua capacidade de organização eficiente apoiada pelos recursos quase inesgotáveis da Rússia, a Alemanha dominará a Rússia e, se se unir ao Japão, a Ásia será submetida à sua vontade.

Robert Lansing, secretário de Estado dos Estados Unidos, 1919 (1)

Numa visão a longo prazo, não deveremos contar ainda com a possibilidade de que

uma grande parte do Grande Continente [Euroasiático] possa um dia ser unido sob uma única influência e que uma invencível potência marítima possa tê-lo como base? (...) Não deveríamos reconhecer que essa é a grande ameaça última à liberdade do mundo e precavermo-nos contra ela no nosso novo sistema político?

Sir Halford Mackinder, 1919 (2)

Quem quer que controle a Europa apossar-se-á por essa via do comando do mundo.

Devemos, por conseguinte, manter como objetivo da nossa luta a criação de uma Europa unificada, mas só a Alemanha pode dar à Europa uma estrutura coerente.

Adolf Hitler, 1943 (3)

> O ano de 1917 marcou uma viragem na geopolítica europeia e global, a começar pela

Revolução Russa, continuando pela entrada da América na Primeira Guerra Mundial e a acabar na Declaração Balfour com a sua promessa do estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina. Ao longo de mais ou menos trinta anos as consequências geopolíticas e internas destes acontecimentos desenvolveram-se num período de turbulência sem precedentes na Europa e em todo o mundo. Foi um período marcado pelo choque entre duas unificações, a americana e a alemã, e três utopias: a democrática, a comunista e a nacional-socialista. O fulcro da luta foi a Alemanha, que a nova ordem internacional de Wilson se destinava a conter e converter; que era o principal foco da geopolítica revolucionária soviética; contra a qual a Declaração Balfour era dirigida; e de onde emergiu mais tarde o desafio nacional-socialista. O poder alemão era também o ponto focal das políticas internas europeias: na preocupação de Weimar com os constrangimentos de Versalhes; como questão central da contenção em França e noutros países europeus; e nas esperanças soviéticas de uma revolução na Europa Central, a que se seguiu a necessidade urgente de conter Hitler. Para os vizinhos da Alemanha, longe ou perto, o objetivo crucial continuava a ser evitar que a Alemanha caísse em mãos hostis, garantindo ao mesmo tempo que ela não desenvolvesse ambições hegemónicas próprias. Para os próprios alemães, a questão era a de como estruturar a sua estratégia geral e a sua política interna para evitar que fossem esmagados pelas grandes potências globais, sem por sua vez concitarem uma coligação esmagadora contra si. Ambos os projetos falharam, com consequências catastróficas.

> No dealbar do terceiro ano de guerra, a Alemanha retesou os seus músculos – militarmente,

diplomaticamente e internamente – para forçar a questão. A fim de matar a Grã-Bretanha à fome, em fevereiro de 1917 reatou a guerra submarina sem restrições. Dada a débil resposta americana ao raide de Pancho Villa no Novo México, Berlim não temia uma reação adversa de Washington. Para maior segurança, porém, o ministro dos Estrangeiros alemão, Arthur Zimmermann, enviou um telegrama em que prometia ao México a devolução do Texas, do Arizona e do Novo México se tomasse o partido da Alemanha no caso de estalar a guerra entre o *Reich* e os Estados Unidos. A Marinha recebeu instruções para pensar em maneiras de fornecer armas aos mexicanos. Entretanto, a

Alemanha procurou mobilizar todos os seus restantes recursos económicos para vencer a coligação inimiga, tarefa nada fácil dado que estava cercada por todos os lados e sem acesso às suas tradicionais fontes de matérias-primas. Rathenau resolveu em parte este problema racionalizando o processo de produção para maximizar o seu rendimento e minimizar os efeitos do bloqueio. Havia um limite, todavia, para o que se podia conseguir pela simples extração. Estava a tornar-se claro que o *Reich* só poderia sobreviver contra um «mundo de inimigos» se fosse capaz de gerar uma maior participação política popular. Foi por esta razão que a Mensagem do *Kaiser* na Páscoa de 1917 indicou a sua intenção de revogar a discriminatória Lei Eleitoral das Três Classes após o fim da guerra.

> No Império Britânico, a necessidade de mobilizar cada vez mais homens para conter a

Alemanha forçou Londres a reconsiderar a sua relação com o império. A conscrição na Irlanda, que durante muito tempo tinha sido posta de parte para não inflamar o sentimento nacionalista, voltou a estar na agenda e essa perspetiva reabriu as feridas deixadas pela repressão da Revolta da Páscoa. Em resultado disso o partido moderado da *Home Rule*, do governo autónomo, foi crescentemente eclipsado pelo movimento separatista radical Sinn Féin. Na maior parte do Império, em contrapartida, o preço de um continuado apoio militar foi a exigência de mais participação política na direção do conflito e, em termos mais gerais, de maior igualdade política. Os líderes coloniais, indignados pelo que julgavam ser a incompetência militar na Frente ocidental, reclamavam ter voz própria na estratégia geral. O Governo britânico vergou-se a essas exigências criando na primavera de 1917 um Gabinete Imperial de Guerra, prometendo às «nações autónomas da Comunidade Imperial» para depois do fim do conflito «consultas permanentes» e «uma voz adequada na política externa (...) e nas relações externas». Uns meses mais tarde, o ministro da Índia, Edwin Montagu, ofereceu ao subcontinente «o desenvolvimento gradual de instituições de autogoverno [e] a progressiva realização de um governo responsável» dentro do Império Britânico com um calendário vago para um momento qualquer depois da guerra (4). As exigências da guerra contra a Alemanha, em suma, apressaram a emergência de consciência política no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia e na Índia; e marcaram profundamente os debates na Irlanda, onde essa consciência existia há muito.

> Na Rússia, o fracasso da autocracia em conseguir a prometida vitória decisiva sobre os

alemães fortaleceu os apoiantes de uma maior participação política. Só um verdadeiro governo parlamentar, sustentavam os Cadetes e os Outubristas, poderia mobilizar toda a sociedade russa contra o inimigo. Esta crítica fundia-se com uma paranoia popular mais ampla a respeito da «traição» de inspiração judaica e alemã na retaguarda e nos círculos dirigentes, especialmente na família real, com a sua consorte «alemã» e o seu favorito sinistro, Rasputine. No início de 1917, por conseguinte, a dinastia Romanov tinha sofrido uma perda de legitimidade semelhante à da monarquia Bourbon antes de 1789. Tal como a «austríaca» Marie Antoinette se tornou o bode expiatório dos fracassos estratégicos do seu marido enganado, também a incapacidade de Nicolau II para defender o verdadeiro interesse nacional russo era atribuído às maquinações de uma clique cortesã de «alemães». Uma série de greves e motins militares acabou por fazer cair a autocracia em fins de fevereiro de 1917, levando ao poder um ministério chefiado pelo príncipe Lvov, com Paul Miliukov como ministro dos Estrangeiros, determinado a reatar a ofensiva contra os alemães na primeira oportunidade disponível. A «primeira» Revolução Russa, por outras palavras, não foi um protesto contra a guerra em si, mas contra o fracasso do czar em prosseguir mais vigorosamente o combate contra a Alemanha.

> Pouco depois deste terramoto a cena europeia foi transformada por acontecimentos do outro

lado do mundo. As relações entre a Alemanha e os Estados Unidos já eram tensas devido ao recomeço da guerra submarina sem restrições. No fim de fevereiro, Washington viu pela primeira vez descodificado o «Telegrama Zimmermann» secreto, intercetado pelo serviço de informações britânico. A opinião americana ficou indignada com as notícias de que Berlim tinha oferecido a recuperação do Texas, do Novo México e do Arizona a troco de uma aliança mexicana. Não muito depois saltaram para a primeira página dos jornais as notícias dos primeiros afundamentos de navios americanos. Havia também um alarme generalizado sobre os planos alemães para a integração da *Mitteleuropa* sob a sua liderança, que Wilson proclamava ser um esquema para «lançar um amplo cinturão de poderio militar alemão através do próprio centro da Europa e para além do Mediterrâneo até ao coração da Ásia» (5). No seu conjunto, estes acontecimentos convenceram muitos americanos de que o que se passava na Europa, em particular a ameaça de uma hegemonia alemã, tinha profundas implicações para a sua segurança no hemisfério ocidental. Era, em potência, uma ameaça, não só ao comércio dos Estados Unidos, mas à sua própria integridade territorial. O perigo só podia ser contido por meio de uma intervenção direta no sistema de Estados europeu.

Pormo-nos à margem, avisava o Presidente Wilson, era correr o risco de um mapa em que «o negro [alemão] se estendesse por toda a área entre Hamburgo e Bagdad – o grosso do poderio alemão inserido no coração do mundo». Em abril de 1917, os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha.

> Na opinião do presidente Wilson, a Alemanha Imperial também representava um profundo

desafio ideológico aos valores políticos americanos. «O mundo tem de ser tornado seguro para a democracia», disse ele ao Congresso no seu discurso de apoio à guerra com a Alemanha. «A sua paz tem de ser assente nos alicerces comprovados da liberdade política» (6). A agressão alemã, explicou, «era produto do despotismo guilhermino»: «os governantes alemães só puderam perturbar a paz do mundo porque o povo alemão (...) não foi autorizado a ter opinião própria». Era convicção do Governo americano que a defesa da democracia dos Estados Unidos em casa exigia a sua defesa no estrangeiro. O objetivo de Wilson não era tanto tornar «o mundo seguro para a democracia» como tornar a América mais segura no mundo por meio da promoção da democracia (7).

> No verão de 1917, por conseguinte, a situação estratégica estava a tornar-se crítica para a

Alemanha. Os franceses e os britânicos mantinham uma pressão constante no ocidente com ataques a Arras, Ypres e Soissons a partir de fins de maio. Por volta da mesma altura os italianos iniciaram uma nova ofensiva contra os austríacos no Isonzo. Em fins de junho, o novo governo russo autorizou Brusilov a lançar um ataque em grande escala na Frente leste. Apanhada na tenaz russo-italiana, a Áustria-Hungria começou a vergar sob o esforço. A sul, os britânicos reataram o seu avanço através da Palestina e da Mesopotâmia. A perspetiva a longo prazo era ainda mais impiedosa para Berlim, devido ao esperado desembarque de um grande número de forças americanas. Uma «moção de paz» do líder do Partido do Centro, Mathias Erzberger, que renunciava a anexações e passou no *Reichstag* com uma maioria substancial em julho de 1917, refletia estas novas e graves realidades. Nesse mesmo mês Bethmann-Holweg foi forçado a sair e substituído como chanceler por Georg Michaelis. Quando este, em outubro, perdeu por sua vez a confiança do *Reichstag*, foi recrutado o conde von Hertling como substituto. A «gradual constitucionalização» do *Reich*, visível mesmo antes de 1914, estava a ganhar rapidamente velocidade por pressão da guerra.

O alto comando alemão depressa recuperou a iniciativa. Em fins de outubro de 1917, uma

ofensiva conjunta germano-austríaca pulverizou as defesas italianas em Caporetto e quase forçou Roma a pedir a paz. O verdadeiro golpe, contudo, foi assestado no leste. «A Rússia parecia ser o elo mais fraco da cadeia inimiga», observou o secretário de Estado do Ministério dos Estrangeiros alemão, Richard von Kühlmann. «A tarefa por conseguinte era afrouxá-lo gradualmente e, quando possível, removê-lo. Era este o propósito da atividade subversiva que fizemos levar a cabo na Rússia por trás das linhas inimigas – a promoção, em primeiro lugar, das tendências separatistas e o apoio aos bolcheviques»; foram feitos pagamentos regulares aos bolcheviques em apoio desta estratégia (8); Lenine, o líder dos bolcheviques, foi transportado num comboio fechado através de território alemão, da Suíça, via Suécia e Finlândia, para a Rússia. A sua facção acabou por levar a melhor nos debates que se seguiram ao colapso da dispendiosa segunda ofensiva Brusilov em julho de 1917. Era predominante nos conselhos de soldados e marinheiros que tomaram o poder em outubro-novembro prometendo «paz e pão». Estalou então em São Petersburgo um aceso debate sobre a futura direção da política externa russa. Alguns ainda apoiavam fortemente a guerra ou, pelo menos, opunham-se a uma paz precipitada e desvantajosa. Em novembro de 1917, os bolcheviques apossaram-se do poder. Os delegados ao Congresso de Sovietes de Operários, Soldados e Camponeses de Todas as Rússias aprovaram um «Decreto sobre a Paz». Propunha «a todos os povos beligerantes e aos seus governos» negociações imediatas para «uma paz justa e democrática (...) sem anexações (...) e sem indemnizações». O decreto anunciava também a abolição da «diplomacia secreta» (9). Em dezembro de 1917 foi assinado um armistício russo-alemão. Em suma, não só Lenine abraçava uma ideologia originada na Alemanha como também a tinha trazido para a Rússia como parte de um esquema concebido pelo alto comando alemão para a tirar da guerra.

No fim de 1917, por conseguinte, os aliados ocidentais encontraram-se repentinamente em

desvantagem, não só na Rússia mas também nas outras frentes. Depois de algumas evoluções prometedoras em 1917, as forças aliadas estavam uma vez mais atoladas no Médio Oriente e na Frente ocidental. Os italianos precisavam de ajuda substancial para tão-só manter as linhas. As forças russas estavam a retirar no Cáucaso perante os otomanos (10). Quanto à Frente leste, uma vez fechado o negócio de Berlim com os bolcheviques, um grande número de tropas alemãs seria transferido para um confronto final a oeste. Se chegassem

antes que os americanos fizessem a sua aparição, a guerra estaria perdida. Para piorar ainda mais as coisas, a Alemanha controlava agora todos os recursos da Europa Central e de Leste. O *Reich* estava também a caminhar para uma integração ainda mais estreita com a Áustria-Hungria. A Alemanha, avisava Wilson perante uma plateia de Baltimore em princípios de abril de 1918, estava a tentar dominar toda a Eurásia (11). De maneira semelhante, Lorde Milner, estadista imperial britânico, temia que «o bloco central sob a hegemonia da Alemanha controlasse não só a Europa e grande arte da Ásia, mas o mundo inteiro» (12).

> Era agora imperativo para a *Entente* recuperar a iniciativa arrebatando-a às Potências

Centrais. Em princípios de novembro de 1917 o ministro dos Estrangeiros, Arthur Balfour, emitu uma declaração em que prometia a criação de um «Lar nacional judaico» na Palestina. Regionalmente, isto foi considerado com um golpe preventivo para impedir os turcos – e os seus patrocinadores alemães, que estavam em cada vez maior número na Palestina – de cortarem o Império Britânico ao meio através de um ataque ao canal de Suez. Um assentamento de colonos judeus estrategicamente colocados guardaria os acessos ao Egito. Em termos mais gerais, a Declaração Balfour era uma candidatura política e ideológica ao apoio dos judeus no mundo inteiro. «Não penso que seja fácil exagerar o poder internacional dos judeus», observou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Robert Cecil (13). Embora as comunidades judaicas tivessem na sua maioria demonstrado um entusiástico apoio às suas respetivas causas nacionais, os judeus pendiam geralmente para as Potências Centrais, em parte por causa do antissemitismo russo e em parte porque muitos judeus, especialmente os da Europa Central e de Leste, se viravam para a Alemanha para a defesa dos valores da civilização. Era vulgar que líderes judaicos como Chaim Weizmann sugerissem que se a *Entente* não lhes proporcionasse um lar nacional na Palestina, o *Kaiser* o faria (14). Em qualquer caso, foram os britânicos quem procurou os sionistas e não o contrário. A Declaração Balfour foi motivada, não por uma preocupação com aquilo que as potências da *Entente* podiam fazer pelos judeus, mas sim pelo que a judiaria internacional podia fazer pela luta contra a Alemanha. Não muito depois, o presidente Wilson anunciou os seus famosos «Catorze Pontos», em janeiro de 1918. Destinavam-se a evitar a emergência na Europa de um bloco dominado pela Alemanha e a estabelecer uma nova ordem baseada na democracia e na autodeterminação, condicionadas pela geopolítica. O Ponto Sexto exigia a «evacuação de todo e qualquer território russo»; o Ponto Oitavo exigia a evacuação pela Alemanha de todo e qualquer território

francês e a devolução da Alsácia-Lorena; e o Ponto Nono pedia que as fronteiras italianas fossem «reajustadas em linhas nacionais». O Ponto Décimo falava em favor do «desenvolvimento autónomo» dos povos da Áustria-Hungria; deixava em aberto, no entanto, a questão de dever ou não o império permanecer unido para fins externos, funcionando como contrapeso da Alemanha. Segundo o Ponto Décimo Primeiro, Roménia, Montenegro e Sérvia – então sob ocupação austro-alemã – seriam todas restauradas; a última deveria receber acesso ao mar, garantido pelas grandes potências. Seria outorgada às terras árabes, à exceção da Palestina, o autogoverno – mas a sua política externa ficaria sob controlo britânico. O Ponto Décimo Terceiro dispunha o estabelecimento de um «Estado polaco independente», com acesso ao mar garantido pelas grandes potências, contendo «populações indubitavelmente polacas». Finalmente, o Ponto Décimo Quarto propugnava uma «associação geral de nações» para salvaguardar a paz mundial e a integridade territorial dos Estados. A força motriz por trás destas exigências não era um qualquer princípio abstracto, mas a preocupação de reduzir o poder alemão na Europa a proporções geríveis.

> Também se pedia uma intervenção ousada em relação à Rússia. Embora as potências da

Entente se opusessem fortemente à ameaça que a revolução representava para a ordem liberal democrática e capitalista, a verdadeira questão era como restabelecer a Frente Leste. Longe de estar determinado acima de tudo a exterminar o bolchevismo, Balfour anunciou em abril de 1918 que «se o governo bolchevique cooperar na resistência à Alemanha parece necessário lidar com eles como governo russo *de facto*». Dois meses mais tarde, o chefe do estado-maior general imperial, Sir Henry Wilson, avisou que se a Alemanha dominasse o continente, «livre de qualquer preocupação na Europa, poderia concentrar grandes exércitos contra o Egito ou a Índia pelas suas rotas terrestres» (15). Em princípio de julho de 1918, por conseguinte, o Conselho Supremo de Guerra Aliado resolveu intervir militarmente contra os revolucionários com o fim primordial de continuar mais vigorosamente a guerra contra a Alemanha.

> Tudo isto suscitou um debate entre os revolucionários russos que ia ao cerne de todo o projeto

revolucionário (16). «Se o levantamento dos povos da Europa não esmagar o imperialismo», prevenia Leon Trotsky, «seremos nós esmagados (...) isso é inquestionável». Segundo a teoria marxista, as forças da contrarrevolução ou se anulariam umas às outras – as ondas,

como disse Lenine, estariam «destinadas a romper umas contra as outras» – ou então a classe trabalhadora madura pós-capitalista repeli-las-ia, ajudada por revoluções no mundo inteiro. Foi a vez de a realidade intervir. As classes trabalhadoras da Europa Central e de Leste não se sublevaram em solidariedade, ou pelo menos ainda não; os revolucionários estavam por sua conta. Além disso, enquanto Marx tinha esperado o triunfo do comunismo numa sociedade avançada como a Grã-Bretanha ou a Alemanha, os bolcheviques tinham tomado o poder num Estado atrasado com uma classe operária diminuta, povoado em grande parte por camponeses (17). Era um caso de revolução no país errado. Lenine reconhecia que não havia outra possibilidade de momento a não ser «permanecermos no nosso posto até à chegada do nosso aliado, o proletariado internacional, pois esse aliado com certeza chegará (...) mesmo que se mova muito mais devagar do que esperávamos e desejávamos».

> Em março de 1918, os bolcheviques concluíram um tratado de paz punitivo em Brest-Litovsk,

«cerrando os dentes», como observou mais tarde Trotsky, «conscientes da nossa fraqueza» (18). Foram cedidas grandes faixas de território russo a troco da paz e assim de um «respiro», como Lenine disse, para consolidar a revolução dentro de casa. Não só os alemães, contudo, continuaram o seu avanço apesar de Brest-Litovsk como a intervenção aliada se pôs em marcha e vários movimentos separatistas proliferaram na Ucrânia, nas províncias bálticas e em todo o antigo império russo (19). Neste contexto, a política interna dos revolucionários foi em grande parte moldada pela situação política. Os mencheviques, uma fação minoritária oposta à abordagem mais sectária da maioria bolchevique, sustentavam que a única maneira de proteger a Rússia de ataques externos era restabelecer a Assembleia Constituinte, substituir a ditadura comunista pela democracia e mobilizar todo o país para o combate (20). Lenine, por outro lado, argumentava que «a defesa da pátria do socialismo (...) requer que travemos uma luta sem quartel (...) contra a burguesia do nosso próprio país» (21). Fuzilamentos em massa, prisões e deportações – muitas delas iniciadas ou aprovadas pessoalmente pelo próprio Lenine – tornavam-se agora a ordem do dia na Rússia soviética.

> A deterioração da situação estratégica também moldou os assuntos internos na *Entente* e nas

potências associadas, embora menos drasticamente. A política francesa ao longo de 1917-18 foi dominada por discussões sobre a condução da guerra. O governo de Aristide Briand caiu em março de 1917 por

causa da questão de ter ou não o Parlamento o direito de discutir a estratégia em sessão secreta. Nesse verão, depois de se ter desmoronado, com pesadas baixas, uma nova ofensiva, os soldados franceses amotinaram-se *en masse*. Os fracassos militares e os motins provocaram um surto de paranoia de massas acerca de agentes alemães e traição interna. A direita acusou o ministro do Interior, Louis-Jean Malvy, de ser um espião por não ter detido potenciais elementos subversivos no princípio da guerra. Em julho de 1917, no parlamento, o líder radical Georges Clemenceau acusou-o abertamente de «traição». Um mês depois, o governo de Alexandre Ribot demitiu-se após um impiedoso ataque ao seu palmarés militar. O governo que lhe sucedeu, encabeçado por Paul Painlevé, não durou muito: foi forçado a sair em novembro de 1917, após a derrocada das frentes italiana e de leste. O seu substituto, Clemenceau, era de uma fibra totalmente diferente. Não só mandou prender em janeiro de 1918 o antigo líder do Partido Radical e partidário de uma paz negociada, Joseph Caillaux, sob suspeita de traição, como assegurou ao Parlamento em março desse ano a sua determinação absoluta em levar o conflito até ao fim. «Em política interna, faço a guerra», disse, «em política externa, continuo a fazer a guerra» (22).

> Do outro lado do Canal e na outra margem do Atlântico, as fases finais da guerra moldavam

também a política interna. As gigantescas baixas das campanhas do Exército britânico em Passchendaele a partir de julho de 1917 acabaram por conduzir o líder trabalhista Arthur Henderson a exigir uma conferência internacional de paz e a apresentar a sua demissão do Governo quando a proposta foi recusada por Lloyd George. Em princípios do ano seguinte o primeiro-ministro resistiu, com alguma dificuldade, a um ataque público à sua política de pessoal por dois generais poderosos, a quem preocupava que a Grã-Bretanha não tivesse as tropas necessárias para deter a ofensiva final alemã; foi o chefe do estado-maior general imperial, Sir William Robertson, quem teve afinal de demitir-se e foi substituído por Sir Henry Wilson. Os Estados Unidos também se lançaram no negócio da mobilização interna. Em 1916 possuíam o décimo sétimo maior Exército do mundo; em muito pouco tempo a imposição da conscrição tinha produzido quatro milhões de homens, metade dos quais foram enviados para França. A despesa de guerra, que excedeu toda a despesa federal desde o estabelecimento da Constituição, foi financiada por *Liberty Bonds* (Obrigações da Liberdade) comercializados agressivamente. O Comité de Informação Pública encabeçado por George Creel, nomeado por Wilson e antigo jornalista, despachou mais de 70 000 *minute men* para convencer o público em

comícios municipais em todo o país – num total de 7,5 milhões de eventos – que o futuro da própria democracia estava em jogo (23). Os americanos de ascendência alemã foram ostracizados; o *sauerkraut* rebatizado «couve da vitória». A crítica interna foi açaimada por meio da Lei da Espionagem (1917) e da Lei da Sedição (1918). Polícia e justiceiros perseguiam socialistas e manifestantes contra a guerra, muitos dos quais só foram libertados pelos governos republicanos depois do fim do conflito. Por outro lado, a mobilização para a guerra permitiu a certos grupos minoritários, como os afro-americanos, provarem o seu patriotismo e formularem a reivindicação de uma cidadania plena com fundamento no seu serviço militar (24).

> O último ato da luta pelo domínio da Europa abriu com uma grande ofensiva alemã na Frente

ocidental em março de 1918. Pela mesma altura, a aviação e os *zeppelins* alemães aumentaram os seus ataques às cidades britânicas, esperando produzir o máximo de danos com as suas novas bombas incendiárias *Elektron*. No Leste, as forças alemãs continuaram a penetrar mais profundamente na Ucrânia. No alto mar, os *U-boots* lançaram o caos na navegação aliada. Durante vários meses o resultado da guerra esteve indeciso. Os alemães nunca conseguiram, no entanto, impedir os americanos de atravessar o Atlântico em grande número e a ofensiva aérea depressa se esgotou. Os britânicos e os franceses reagiram à crise na Frente ocidental nomeando um Comandante Supremo Aliado conjunto, o marechal Foch, o primeiro exemplo de uma integração militar anglo-francesa bem-sucedida. Chegado o verão de 1918, os alemães tinham sido travados na segunda batalha do Marne. As tropas americanas tiveram uma intervenção decisiva em Belleau Wood, em junho de 1918. Em princípios de agosto, os britânicos e os franceses tinham já obtido uma vitória decisiva perto de Amiens, num recontro descrito pelo general Ludendorff como «o dia negro do Exército alemão» (25).

> Em princípios de outubro de 1918, o príncipe Max von Baden, um liberal, foi nomeado

chanceler alemão como concessão às intenções democráticas do presidente Wilson. Pouco depois os aliados romperam a temível «linha Hindenburg». Por volta da mesma altura, as forças aliadas conseguiram finalmente abrir passagem na frente de Salonica, forçando a Bulgária a render-se em fins de setembro. Forças britânicas venceram também as defesas otomanas na Palestina. No fim do mês seguinte os italianos desbarataram os austríacos na batalha de Vittorio Veneto. Por essa altura o Império Austro-Húngaro estava em estado de

desintegração à medida que as suas partes constitutivas começavam a rebelar-se contra o governo Habsburgo. O novo governo alemão, esperançado em poder negociar um acordo baseado nos Catorze Pontos de Wilson sondou os aliados sobre uma possível paz. No fim de outubro, marinheiros alemães amotinaram-se em Kiel contra as ordens de atacar a marinha real inglesa, numa tentativa desesperada de inverter a maré e a agitação rapidamente alastrou a todo o país. Estalou a revolução na Alemanha, o *Kaiser* abdicou e a 11 de novembro os alemães assinaram um armistício que equivalia de facto a uma rendição.

> A vitória aliada teve muitas causas. A Alemanha foi esmagada, em parte, pelo simples peso da

superioridade da *Entente* em homens e recursos económicos. A controversa estratégia de atrito desgastou sem dúvida as Potências Centrais até Foch e os americanos desferirem o *coup de grâce* em 1918 (26). É também verdade que a frente interna alemã foi sujeita a extremas privações devido ao bloqueio. Mas os números por si só não explicam o resultado. Os grandes batalhões não salvaram, por exemplo, a Rússia czarista. De resto, dos beligerantes originais de 1914 só a sociedade britânica e a francesa se mostraram capazes de aguentar o esforço até ao fim. É certo que o Exército francês se amotinou em 1917, mas a nação reagiu e os desertores, envergonhados, regressaram à frente de batalha. A Rússia, em contrapartida, foi forçada a sair da guerra por uma revolução, nesse mesmo ano, e em 1918 tanto a Alemanha como a Áustria-Hungria se desintegraram por dentro, num caso porque as desigualdades sociais agravadas pelo bloqueio aliado tinham exaurido a população civil e no segundo caso porque a monarquia deixou de ser capaz de abafar os antagonismos nacionais. As democracias ocidentais foram lentas a desencadear a guerra, mas só elas lhe sobreviveram intactas (27). Mesmo assim foi por um triz.

> A guerra *contra* a Alemanha tinha acabado; a luta *sobre* a Alemanha começava agora. O

debate sobre o seu futuro dividia não só a coligação vitoriosa, mas as chefias políticas em França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Em parte alguma a discussão foi mais acesa do que em Paris, onde o custo da guerra estava a ser contabilizado. Tinham morrido nas trincheiras 1 300 000 homens e outros 3 milhões feridos, muitas deles aleijados para a vida. Muito mais de um milhão de mulheres e crianças tinham enviuvado ou ficado órfãs e estavam totalmente dependentes do Estado. A taxa de natalidade, que nunca fora alta, tinha caído a pique

durante a guerra e parecia improvável que recuperasse. A solução ideal teria sido a divisão da Alemanha em vários Estados mais pequenos. «A fim de garantir uma paz duradoura», sustentava um memorando do Ministério dos Estrangeiros francês em outubro de 1918, quando o fim estava à vista, «o legado de Bismarck tem de ser destruído» (28). Muitos exigiam que, no mínimo, França tivesse uma almofada maior na fronteira oriental. O seu comandante supremo militar, o marechal Foch, montou uma campanha de imprensa maciça no sentido de que isto só poderia ser garantido controlando a fronteira do Reno (29). A liderança política chefiada por Clemenceau sustentava que insistir nisto destruiria a crucial aliança com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Acabou por prevalecer o ponto de vista dele, mas só com dificuldade e no entendimento de que os termos impostos à Alemanha seriam tão severos que a impediriam de se entregar a novas conquistas nos tempos mais próximos.

> Britânicos e americanos, por outro lado, não só desconfiavam das tradicionais ambições

francesas na Europa Central como estavam convencidos de que a melhor maneira de lidar com a Alemanha era mudando o seu comportamento em vez das suas capacidades. Londres e Washington estavam de acordo em que a agressividade exterior do Império Guilhermino tinha sido produto do seu iliberalismo interno. A solução óbvia, por conseguinte, era a destruição do «kaiserismo» e a instituição da democracia liberal. Austen Chamberlain, chanceler do Tesouro, sustentou pouco depois da guerra que «se a Alemanha permanecer ou se tornar democrática, não repetirá as loucuras de Frederico, *o Grande* e Bismarck ou dos seus seguidores posteriores» (30). Isto devia ser alcançado, se possível, por atores locais e, se necessário, por pressão externa. «Resta o facto trágico», sustentou o historiador e conselheiro político britânico William Harbutt Dawson, «de que a Nação alemã não pode por sua própria vontade sacudir um dos seus grilhões políticos». Falava por muita gente da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos quando acrescentou que seria preciso uma intervenção externa para remover «esse sistema que durante cinquenta anos se tem revelado um foco de epidemia na vida da Europa» (31).

> Além disso, a Questão Alemã era agravada pelo problema do bolchevismo. O surto

revolucionário na Alemanha indicava aos revolucionários russos que o levantamento geral do proletariado que tinham esperado em 1917 estava agora ao seu alcance. «A crise da Alemanha está só a começar», exultava Lenine. «Acabará inevitavelmente na transferência do poder

político para o proletariado alemão (...) Nesse momento até os mais cegos trabalhadores dos vários países verão que os bolcheviques tiveram razão em basear toda a sua tática no apoio à revolução dos trabalhadores do mundo inteiro». Avisava que «os trabalhadores russos compreenderão que muito depressa terão de fazer os maiores sacrifícios pela causa do internacionalismo» e que «se aproxima o tempo em que as circunstâncias podem exigir de nós que vamos em socorro do povo alemão». Isto porque, como Lenine explicava na sua «Carta aos trabalhadores da Europa e da América», «A revolução na Alemanha – [era] particularmente importante e característica de um dos países capitalistas mais avançados» (32). Logo que o *Reich* se precipitasse na revolução seguir-se-lhe-ia o resto da Europa, mas se a reação voltasse à mó de cima a Revolução Russa não poderia ter esperança de sobreviver por muito tempo. De modo que quando foi criado o Comintern, em março de 1919, para fazer frente à «burguesia internacional», a linguagem oficial da nova organização não era o russo ou sequer o inglês, mas o alemão.

> Os aliados ocidentais, pela sua parte, estavam embrenhados no combate com os bolcheviques

na própria Rússia e desesperados por impedi-los de avançarem para o vácuo que estava a emergir na Europa Central. A Grã-Bretanha e a América depressa se convenceram de que a melhor maneira de conseguir isto era recrutando a Alemanha para a luta contra a revolução ou pelo menos negá-la aos bolcheviques. «Não deve ser consentido», avisou o secretário de Estado americano, Robert Lansing, ainda antes de ter acabado a guerra, em outubro de 1918, que o bolchevismo «domine os povos da Europa Central, onde se tornaria uma ameaça para o mundo maior do que o prussianismo» (33). Por esta razão Churchill apelou à «edificação de uma Alemanha forte mas pacífica, que não ataque os nossos aliados franceses, mas que seja ao mesmo tempo um baluarte moral contra o bolchevismo» e assim «construir um dique de virtude e força paciente, pacífica e respeitadora da legalidade contra a inundação da barbárie vermelha que corre do Leste» (34).

> O Tratado de Versalhes, que estabeleceu o futuro da Europa Ocidental e Central em fins de julho de 1919, exatamente cinco anos depois do dia do assassínio de Francisco Fernando, foi um compromisso entre as várias exigências e preocupações estratégicas dos aliados (35). Destinava-se a precaver uma ressurreição do expansionismo alemão mantendo ao mesmo tempo o *Reich* como baluarte contra a difusão do bolchevismo. A Alemanha renunciou a todas as suas colónias. A Alsácia-Lorena foi devolvida a França e o

Norte do Schleswig à Dinamarca; Eupen-Malmedy foi cedida à Bélgica. O futuro do Sarre ia ser decidido por plebiscito. No Leste, a Alemanha entregou a Prússia Ocidental e a Wartheland a uma Polónia reconstituída e Memel, inicialmente, à administração francesa, antes de ter sido tomada pelo novo Estado da Lituânia. Danzig foi tornada «cidade livre». O futuro da importante área industrial da Alta Silésia e a metade sul da Prússia Oriental, ambas disputadas ardorosamente por bandos armados polacos e alemães, seria decidido por plebiscito. Ao todo, o *Reich* perdeu cerca de 13 % do seu território e à volta de 10 % da sua população. A Alemanha foi também sujeita a um regime de desarmamento, ocupação e pagamento de reparações. A Renânia e o Palatinado ficariam sob ocupação de forças britânicas, francesas, americanas e belgas por um prazo até dez anos, em parte para conter o *Reich* e em parte para se terem debaixo de olho uns aos outros (36). A Alemanha ficava proibida de erigir fortificações perto das fronteiras. O novo Exército alemão, o *Reichswehr*, não podia exceder 100 000 homens e devia ser constituído inteiramente por profissionais; a conscrição e todas as outras formas de serviço militar temporário foram proibidas. Não eram permitidos meios aéreos ou tanques e a maior parte da marinha devia ser entregue. A Alemanha ficava assim absolutamente indefesa militarmente. Os seus rios mais importantes – o Reno, o Danúbio, o Oder e o Elba – eram colocados sob controlo internacional. Finalmente, pelo artigo 231.º do Tratado, a Alemanha era considerada responsável pelos custos da guerra e por conseguinte presenteada com uma conta enorme de reparações em dinheiro e em espécie, num total de 226 mil milhões de marcos. O centro da Europa, na verdade, ia ser neutralizado e monitorizado pela coligação vitoriosa.

Alicerçando este novo regime territorial da Europa estava a Liga ou Sociedade das Nações,

cuja Convenção foi plasmada nos primeiros 26 artigos do Tratado de Versalhes. A Sociedade tinha a sua sede em Genebra e constava de uma Assembleia, à qual pertenciam todos os Estados reconhecidos, e de um Conselho, constituído pelos cinco Estados vencedores, Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e Estados Unidos. Nem a Alemanha nem a União Soviética foram admitidas na Sociedade. Pelo contrário, o propósito primário dela era a contenção da Alemanha e, em muito menor grau, da União Soviética, por meio da garantia do acordo territorial de Versalhes e das suas cláusulas de desarmamento. Segundo o artigo 10.º da Convenção, os seus membros comprometiam-se «a respeitar e preservar (...) contra agressões externas a integridade territorial e a existente independência política de todos os membros da

Sociedade. Em caso de qualquer agressão desse tipo ou em caso de qualquer ameaça ou perigo de uma tal agressão o Conselho indicará os meios pelos quais esta obrigação haverá de ser cumprida». Em suma, a Sociedade das Nações sustentava-se ou caía com o Tratado de Versalhes e a contenção do *Reich* (37).

> O presidente Wilson não queria que a Sociedade se transformasse, como ele dizia, numa

simples «Santa Aliança» dirigida contra a Alemanha (38). Sempre fez tenção de que Berlim viesse a ser admitida como membro de pleno direito uma vez que tivesse demonstrado as suas credenciais democráticas, especialmente com vista a conter os russos. Wilson procurou, por conseguinte, embutir o acordo sobre a Europa Central numa transformação mais ampla do comportamento internacional. No cerne disto estava o desarmamento universal: o Tratado de Versalhes declarava explicitamente que as restrições à Alemanha eram «em ordem a permitir a preparação de uma limitação geral de armamentos por todas as nações» (39). Além disso, a Sociedade procurava mudar não só as relações *entre* Estados mas também o comportamento *dentro* dos Estados por meio do estabelecimento de uma Comissão para os Refugiados, uma Organização de Saúde, uma Comissão da Escravatura, um Comité para o Estudo do Estatuto Jurídico das Mulheres e várias outras entidades transnacionais. Acima de tudo, a Sociedade garantia uma série de «Tratados de Minorias» para proteger os direitos religiosos, civis e culturais básicos de todos os habitantes. Graças aos esforços de Lucien Wolf, advogado anglo-judeu dos direitos humanos, os judeus europeus pareciam gozar agora de um sistema abrangente, sancionado internacionalmente e executável de direitos civis, integrado num programa de direitos semelhantes para toda a gente (40). Estas disposições refletiam em parte uma agenda progressista autónoma que valia por si só, mas a sua principal motivação era reduzir as tensões internas que pudessem levar à tensão internacional e até à guerra.

> Se a Sociedade das Nações se destinava principalmente a assegurar o equilíbrio de poder na

Europa tinha também profundas implicações para o resto do mundo. A Alemanha e a Turquia eram despojadas dos seus impérios, mas as potências vencedoras não queriam limitar-se a deixar esses territórios à deriva como Estados independentes, em parte porque alguns deles cairiam imediatamente na anarquia, em parte porque o precedente criaria uma dinâmica subversiva dentro dos outros impérios, mas principalmente porque o vácuo resultante se tornaria imediatamente

objeto da rivalidade das grandes potências. Nem podiam estas terras ser simplesmente divididas entre os vencedores, porque o presidente Wilson não o consentiria, por motivos ideológicos. O resultado foi o sistema dos «mandatos», pelo qual a Sociedade autorizava uma das potências aliadas ou associadas a administrar as colónias e províncias perdidas até estarem prontas para uma independência completa. A despeito de forte resistência de França, que desejava usar os novos territórios como fonte de pessoal para conter a Alemanha, as potências mandatárias eram expressamente proibidas de fortificar os seus territórios ou de constituir lá exércitos, na procura de vantagens unilaterais que pudessem afetar o equilíbrio de poder. Com base nisto, a Mesopotâmia (o atual Iraque) e a Transjordânia calharam à Grã-Bretanha; a Palestina também, onde Londres foi encarregada pela Sociedae de pôr em prática a Declaração Balfour. A Síria (hoje Síria e Líbano) foi atribuída a França. Wilson e muitos árabes viram desiludidas as suas esperanças de um Estado árabe unido ou de uma confederação de Estados, como se previa no acordo Sykes-Picot. Uma vez que se tornou claro que não lhe seriam atribuídos quaisquer territórios, a Alemanha tornou-se uma firme opositora de todo o sistema de mandatos e uma apoiante apaixonada de uma pronta independência para os Estados em causa.

> O Tratado de Versalhes e a Convenção da Sociedade das Nações dominaram a política interna

em toda a Europa e do outro lado do Atlântico após 1918, tanto entre os vencedores como entre os vencidos (41). Na Alemanha, a derrota, as perdas territoriais e a perspetiva de uma enorme conta de reparações exerceu uma pressão insuportável sobre a República de Weimar. Ficaram daí por diante indelevelmente associadas no espírito do público a uma humilhação nacional comparável à sentida durante a Guerra dos Trinta Anos ou às mãos de Napoleão. O presidente social-democrata Friederich Ebert lamentou que «as condições de Versalhes, com as suas impossibilidades económicas e políticas, são o maior inimigo da democracia alemã e o mais forte impulso para o comunismo e o nacionalismo» (42). O quartel-mestre general William Groener avisou que a Sociedade se destinava à «manutenção do cerco político da Alemanha» (43). Max Weber aconselhou o repúdio do tratado, mesmo ao preço da ocupação aliada de todo o país, com o fundamento de que a jovem república seria inutilizada à nascença pelo estigma de Versalhes. A chefia militar alemã, todavia, pôs de parte um reatamento da guerra que se arriscava a redundar numa derrota total, seguida por uma invasão aliada e uma possível partição. A sua primeira prioridade e a do governo social-democrata devia ser manter o *Reich* intacto. Isto significava tratar dos movimentos

regionais que ameaçavam a sua integridade e das erupções revolucionárias que poderiam dar aos aliados uma desculpa para intervir. Uma insurreição esquerdista dos espartaquistas, chefiados por Rosa Luxemburg e pelo mais jovem Karl Liebknecht, foi severamente reprimida; a República Bávara de Kurt Eisner sofreu o mesmo destino. Rangendo os dentes, a Alemanha assinou o Tratado de Versalhes.

> No entanto, se a derrota e a revolução eram ameaças mortais para o *Reich*, representavam

também uma oportunidade para romper com as tradições federais que tinham impedido durante tanto tempo a Alemanha de realizar o seu verdadeiro potencial fiscal e militar. No topo da agenda estava a unificação permanente dos exércitos prussiano, bávaro, do Württemberg e da Saxónia, que até então só em tempo de guerra tinham estado sob um comando unitário. Em outubro de 1919, o novo *Reichswehrministerium* não só amalgamou os Ministérios da Guerra de Estugarda, Munique e Dresden com o de Berlim, mas também assumiu as tarefas do estado-maior prussiano (44). De igual modo, nos debates que precederam a Constituição de Weimar, o constitucionalista Hugo Preuss, que a redigiu na sua maior parte, sustentava que «o reforço do império em relação ao exterior de maneira que o mundo exterior se depare apenas com um Império unido em vez de tribos separadas é necessário à [continuada] existência da Alemanha». A Constituição resultante criou uma Alemanha muito mais centralizada, em que as regiões perdiam muitos dos poderes federais, especialmente na esfera fiscal, que tinham conservado em 1871. Juntamente com a criação de um Exército alemão único, a centralização dos poderes fiscais transformaria inevitavelmente o equilíbrio europeu. A República Alemã de 1919 era, por conseguinte, potencialmente muito mais poderosa do que alguma vez fora o Império de 1871.

> Versalhes, além disso, deu poucas alegrias aos vencedores. A França viu-se incapaz de insistir

na fronteira do Reno, aceitando em vez disso a desmilitarização da Renânia e uma débil promessa bilateral adicional de Lloyd George de apoio contra «uma agressão alemã não provocada». O marechal Foch, por conseguinte, condenou ruidosamente o Tratado como uma «capitulação» e até uma «traição». Teve uma passagem acidentada pela Assembleia Nacional. Mesmo assim, as eleições de novembro de 1919 foram em geral consideradas um veredito sobre a guerra e o acordo: Clemenceau e o seu *Bloc National* ganharam folgadamente. Daí por diante, a política francesa foi movida pela busca de uma consolidação da vitória e por levar a cabo a reconstrução e a

transformação necessárias para reparar os danos da guerra. Foi posta especial ênfase nas reparações, tanto para manter os impostos baixos como para persuadir o eleitorado de que a ameaça alemã estava a ser contida. Uma outra prioridade era compensar o défice demográfico, que deixaria França militarmente exposta no futuro. A força de trabalho foi escorada incentivando-se a imigração espanhola, italiana e polaca. Foram introduzidas creches nos locais de trabalho, habitação social e outras regalias estatais ou impostas pelo Estado, não por deferência para com qualquer agenda socialista ou feminista, mas com o propósito de aumentar a taxa de natalidade (45). Na esfera económica, o ministro do Comércio, Étienne Clémentel, propôs uma planificação nacional integrada com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos para a distribuição de matérias-primas, recursos energéticos e bens alimentares. Isto visava aumentar a produtividade francesa e protegê-la dos danos do mercado livre. O ministro das Colónias, Albert Sarraut, preparou um ambicioso plano de desenvolvimento das colónias ultramarinas de França, para compensar o peso que lhe faltava agora na Europa.

> Em Itália, os críticos falavam de uma «vitória mutilada» que lhes tinha negado os seus

legítimos direitos no Adriático. «Digamo-lo sem rodeios», sustentava o jornal republicano *L'Italia del Popolo*, «fomos derrotados. Derrotados como wilsonianos, derrotados como italianos. Ganhámos a guerra e perdemos a paz». O Governo do primeiro-ministro Vittorio Orlando foi corrido. O seu sucessor, Francesco Nitti, foi imediatamente confrontado por um desafio do poeta e aventureiro nacionalista radical Gabriele d'Annunzio, que tomou o porto istriano de Fiume – hoje Rijeka, na Croácia – à Jugoslávia em setembro de 1919. Ao mesmo tempo, a democracia italiana via-se e desejava-se para lidar não só com os resíduos de Versalhes como também com as enormes divisões sociais e económicas que vieram à tona depois do fim da guerra. Nas eleições gerais italianas de finais desse ano, a coligação liberal governante teve maus resultados, enquanto proliferavam partidos anexionistas de variada estirpe. O grande beneficiário de tudo isto foi o antigo socialista, firme intervencionista e veterano de guerra Benito Mussolini, cujo movimento fascista dos «Camisas Negras» (fundado em março de 1919) começou então a ganhar cada vez mais aderentes. Substituía eficazmente a promessa de uma Itália afirmativa no exterior por uma mudança interna radical.

> As comemorações britânicas da vitória também não duraram muito. A coligação de Lloyd

George voltou sem dificuldade ao poder nas eleições legislativas que se seguiram imediatamente ao fim da guerra com o programa, como disse um candidato, de «espremer a Alemanha até as pevides chiarem». Na Irlanda, contudo, o partido nacionalista radical Sinn Féin arrasou completamente os autonomistas mais moderados e acabou por iniciar a luta armada pela independência. Em toda a Grã-Bretanha milhões de homens desmobilizados voltaram ao mercado de trabalho e a um futuro incerto. À medida que as paixões esmoreceram, muitos britânicos, que o custo da guerra revoltava e a quem repugnava o que viam como desejo de vingança dos franceses, começaram a sentir que o conflito tinha sido um erro trágico e que a Alemanha precisava de ser reabilitada. De modo que quando John Maynard Keynes publicou *The economic consequences of the peace*, em 1919, estava a chover no molhado. Keynes, que tinha sido membro da delegação britânica à Conferência de Versalhes, defendia que as cláusulas de reparações punitivas eram do ponto de vista económico completamente contraproducentes. Salientava que a recuperação geral europeia, da qual dependia a economia do mundo e em particular a da Grã-Bretanha, só podia começar no Reno. Forçar os alemães a exportar como via para pagar as reparações de guerra prejudicaria os produtos britânicos. Além disso, «O Tratado não inclui quaisquer disposições para a reabilitação económica da Europa», avisava ele, «nada que faça dos impérios centrais derrotados bons vizinhos, nada para estabilizar os novos Estados da Europa, nada para recuperar a Rússia» (46).

> Nos Estados Unidos, o presidente Wilson fez do Tratado de Versalhes e da Sociedade a pedra

angular da sua campanha de reeleição em 1920. «Atrever-nos-emos a rejeitá-lo», perguntou, «e dar um desgosto ao mundo?» (47). Elogiando o artigo 10.º da Convenção, que comprometia os signatários à defesa da integridade territorial de todos os membros, como «a própria coluna vertebral de toda a convenção», Wilson incitava os Estados Unidos a assumir «a liderança do mundo» (48). Isto repugnava aos «isolacionistas», mas a mais séria resistência à ratificação vinha do Partido Republicano, tradicional porta-estandarte do internacionalismo americano. Críticos como o antigo secretário de Estado Elihu Root temiam que o floreado retórico mascarasse um tratado fraco e ineficaz. Também o antigo presidente republicano William Howard Taft apoiava vigorosamente o artigo 10.º, mas apenas se envolvesse uma absoluta obrigação de ir para a guerra em sua defesa, em vez das vagas «obrigações morais (...) impostas apenas em consciência, não por lei» que Wilson tinha em mente. Os Republicanos exigiam garantias de segurança concretas para a França contra a Alemanha, que Wilson se recusava a dar (49). A crítica republicana,

por outras palavras, não era que a Sociedade das Nações envolvesse demais os americanos no mundo exterior, mas que não o fazia em suficiente medida e com suficiente eficácia (50).

> No fim de contas, o Tratado da Sociedade foi derrotado no Senado, onde não conseguiu

alcançar uma maioria de dois terços e o próprio Wilson foi desfeiteado na eleição presidencial de 1920. Os Estados Unidos não se tornariam membros da Sociedade das Nações, nem signatários, nem por conseguinte garantes do acordo de Versalhes. Os americanos podem não ter dado um grande desgosto ao mundo, mas certamente destruíram a complexa arquitetura geopolítica desenhada em 1919 para suster o renascer do poder alemão.

> De modo que quando a poeira assentou em princípios dos anos 1920 tinha ocorrido na Europa,

e mais globalmente, uma revolução geopolítica fundamental. O Império Britânico era agora o *hegemon* incontestado no Médio Oriente e na Ásia, bem como na África e na Australásia. Estava no pináculo do seu poder, com um aparelho militar temível e uma vasta base económica militar-industrial a que recorrer em tempo de guerra. No Extremo Oriente, o Japão tinha surgido como o novo *hegemon*, não tanto perante à Rússia como, sim, aos impérios europeus, à China perenemente fraca e em última instância aos Estados Unidos. Na Europa, os Impérios Otomano, Habsburgo e Czarista tinham desaparecido todos. Uma série de Estados sucessores tinham tomado os seus lugares na Europa Central, de Leste e do Sudeste: Polónia, Checoslováquia, Hungria e Jugoslávia. Acima de tudo, embora a Alemanha tivesse largado bastantes plumas territoriais e estivesse coartada pelas restrições do Tratado de Versalhes, continuava não só a ser o maior Estado da Europa, fora a União Soviética, mas também em termos relativos era ainda mais temível do que antes de 1914 (51). Já não estava contrabalançada a leste e sudeste por impérios poderosos. Além disso, a Alemanha produzia em 1921 três vezes mais aço do que França e a diferença demográfica entre as duas estava a aumentar. Pior ainda, como Sir Halford Mackinder tinha avisado no seu livro de 1919 *Democratic ideals and reality*, o «coração continental» que incluía o antigo *Reich* alemão, a Áustria-Hungria e o império czarista, era uma «base humana tríplice e vasta» que continuava a estar para além do controlo do «poder marítimo» e era, assim, uma ameaça potencialmente mortal para as democracias ocidentais (52).

> Os desafios ao sistema de Versalhes aumentaram no decurso da

nova década. Em fevereiro de

1920, perto da vitória na Guerra Civil Russa e estando à vista a retirada das potências interventoras, Lenine aprovou os planos para um ataque do Exército Vermelho ao seu vizinho ocidental, a Polónia. O chefe de Estado e comandante das forças armadas polacas, Joseph Pilsudski, decidiu-se por conseguinte a uma ação preventiva (53). Em fins de abril, os exércitos polacos atravessaram a fronteira e depressa tinham penetrado profundamente na Ucrânia, conquistando Kiev um mês depois, enquanto forças «Brancas» comandadas pelo marechal Wrangel avançavam para norte a partir da Crimeia. No verão de 1920, porém, o Exército Vermelho comandado pelo marechal Mikhail Tukachevski passou à ofensiva e fez os polacos recuar até Varsóvia. Se conseguissem penetrar as suas últimas linhas de defesa, apressando uma revolução do proletariado polaco, os bolcheviques teriam a Alemanha firmemente na mira. Os bastiões avançados da revolução contra a *Entente* estariam então ao longo do Reno e do Ruhr em vez de estarem na Ucrânia (54). Em fins de julho, o Exército Vermelho atravessou o Bug. Os trabalhadores alemães recusaram-se a tratar material de guerra para os polacos e até os conservadores se regozijaram por Pilsudski estar ter o que merecia. Obedecendo a ordens de Moscovo, os comunistas alemães tornaram-se cada vez mais nacionalistas na sua retórica.

Seriamente alarmadas, as potências da *Entente* enviaram uma missão militar à Polónia. Os

franceses, em particular, temiam que uma derrota polaca permitisse aos alemães restaurar as suas fronteiras orientais anteriores a 1914 sem disparar um tiro e servir-se da sua nova posição como único baluarte contra o bolchevismo como alavanca para rever as cláusulas de desarmamento de Versalhes (55). O seu objetivo primacial não era impedir uma revolução polaca, mas sim manter a maré revolucionária fora da Alemanha. No fim, os trabalhadores polacos não se sublevaram e apoiaram, sim, Pilsudski contra os invasores russos e em fins de agosto de 1920 forças polacas, com o apoio da *Entente,* derrotaram decisivamente o Exército Vermelho no «Milagre do Vístula». O subsequente Tratado de Riga de março de 1921 fixou as fronteiras na Europa de Leste, pelo menos de momento. A União Soviética teve de aceitar a independência da Finlândia e dos Estados bálticos, mas reafirmou o seu controlo sobre a Rússia Branca, a Ucrânia e muito do antigo império czarista no Cáucaso e no Extremo Oriente. A Polónia conservou a posse de Vilnius, que tinha conquistado aos lituanos. Tinha acabado a Guerra da Sucessão czarista.

O desafio muito mais sério era, no entanto, o revisionismo alemão. O *Reich* passara de

potência imperial a ser ele próprio uma vítima – assim se via – de colonização. A Alemanha não tinha sido apenas despojada das suas próprias possessões ultramarinas, mas tinha também sacrificado grandes faixas de território de população alemã, bem como estava sujeita à servidão da dívida por um «cartel» anglo-americano (56). Durante os dez anos seguintes, mais ou menos, Berlim procurou reduzir os pagamentos de reparações ou mesmo evitá-los totalmente, exigiu revisões territoriais, o direito de se rearmar para se defender e fazer parte da Sociedade com mandatos no ultramar como símbolo da sua igualdade. No curto prazo, dada a ausência de qualquer músculo militar substancial próprio, a Alemanha tentou alavancar a sua fraqueza alegando (em geral de forma falaciosa) a incapacidade de pagar reparações, a sua centralidade na economia mundial e o perigo de que uma completa derrocada do poder alemão tornasse a Europa Central um campo de batalha. Com a passagem do tempo Berlim esperava usar o seu enorme potencial económico para forçar uma revisão de Versalhes. O único outro trunfo que Berlim tinha na mão era a Rússia: a cooperação com a União Soviética cercaria a Polónia e poderia persuadir Moscovo a reduzir a sua interferência na política interna alemã e forçar os aliados ocidentais a tratar o *Reich* com mais respeito. Jogar estas duas cartas simultaneamente, como tentou fazer a Alemanha, não era fácil. A tensão entre optar pelo Ocidente em bases económicas e ideológicas e pelo Leste com um fundamento estratégico resultou numa geopolítica alemã altamente ambivalente nos anos que se seguiram.

A União Soviética, por seu lado, continuava convencida de que o mundo capitalista

circundante estava conluiado para a destruir. Respondeu com uma estratégia de duas vias. Para manter o inimigo em desequilíbrio, Moscovo instigou umas quantas insurreições na Europa Central, especialmente na Alemanha, entre 1920 e 1923 (57). Ao mesmo tempo, o Governo soviético prosseguiu uma política de aproximação com Berlim para a manter fora do campo aliado e fazer pressão sobre a Polónia. Uma colaboração militar secreta russo-alemã para iludir as cláusulas de desarmamento de Versalhes começou em 1920 e desenvolveu-se realmente em meados da década. Dois anos mais tarde, em 1922, a Alemanha e a União Soviética concluíram um tratado de amizade em Rapallo, causando um arrepio coletivo nas espinhas de Londres, Washington e especialmente Paris (58).

Por essa altura o sistema de Versalhes estava a dar de si na sua periferia meridional. Em

outubro de 1922, Mussolini marchou sobre Roma e tomou o poder. Prometeu não só resolver os profundos problemas económicos, sociais e políticos do país como também, o que era ainda mais importante, tornar a Itália grande entre as potências. A sua ambição era fazer do Mediterrâneo um «*mare italiano*» pela «expulsão daqueles que são parasitas» e rebentando «as correntes de hostilidade que enleiam Itália no Mediterrâneo». Mussolini sustentava que a nação precisava de talhar o seu próprio «*spazio vitale*», não apenas pela aquisição de massa crítica terrestre, mas também tendo acesso aos oceanos Atlântico e Índico. Esta estratégia ameaçava os franceses no Norte de África, requeria «a demolição do Império Britânico», que estrangulava Itália ao deter as saídas para o Mediterrâno em Gibraltar, em Malta e no Egito, e punha em causa a integridade territorial da Jugoslávia e da Grécia. Só podia ser executada, como o ditador italiano admitiu, «ao lado da Alemanha» (59).

Havia amplo acordo entre as potências da *Entente* sobre como reagir à Rússia. O bolchevismo

tinha de ser contido. Os franceses encorajaram a Roménia, a Checoslováquia e a Jugoslávia a criarem a «Pequena *Entente*» em 1921; destinava-se primacialmente a contrariar o revisionismo húngaro, mas Paris esperava que também fosse um elemento dissuasor em relação à União Soviética. As esperanças de que algumas das antigas terras fronteiriças da Rússia pudessem ser organizadas nuns «Estados Unidos da Europa de Leste» tiveram, contudo, de ser abandonadas (60). Havia também a convicção comum de que a Itália de Mussolini era uma ameaça para ambas as potências, particularmente no Mediterrâneo, mas também em África, e para a estabilidade dos Balcãs. Isto depressa levou ao «Incidente de Corfu», quando a marinha real foi mobilizada para impedir Itália de tomar a ilha em 1923. Mussolini foi obrigado a recuar, mas tudo aquilo deixou os planificadores de Londres e Paris com mais uma dor de cabeça militar.

A Alemanha não era bem a mesma coisa. A França interpretava os acontecimentos da União

Soviética, do Mediterrâneo e do Médio Oriente num quadro germanocêntrico que via Berlim por trás da maré de agitação global contra as potências coloniais (61). A principal ameaça, contudo, vinha diretamente do outro lado do Reno. O comandante militar francês

mais graduado, o marechal Foch, prevenia que enquanto a Alemanha conservasse um núcleo de oficiais treinados poderia rearmar-se num muito curto período de tempo. Em 1920, França concluiu um acordo militar com a Bélgica e em 1921 com a Polónia, ameaçando assim o *Reich* no seu flanco leste. Por volta da mesma altura, tropas francesas ocuparam temporariamente três cidades alemãs do Ruhr, em resposta à falta de pagamento pela Alemanha das reparações de guerra. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos, em contrapartida, seguiam para com a Alemanha uma política mais conciliatória. Em março de 1922, os americanos indicaram a sua intenção de retirar da Renânia o exército de ocupação no prazo de um ano (62).

Na União Soviética a persistente tensão com o mundo capitalista conduziu internamente a

uma mudança radical de rumo. Na ausência da revolução mundial, a União Soviética teria de congraçar o campesinato, fazer crescer a economia e, em geral, conseguir a coesão interna necessária para se defender de uma agressão externa. O resultado foi a Nova Política Económica a partir de 1921, que permitiu aos camponeses produzir para um mercado livre circunscrito e abriu caminho ao investimento externo e à transferência de tecnologia para a União Soviética. «Considerando (...) que seriam de esperar novas tentativas intervencionistas, o Congresso Soviético de Todas as Rússias resolveu em janeiro de 1922 que o restabelecimento e a reabilitação da economia nacional (...) o desenvolvimento mais rápido e mais amplo possível do comércio com outros países, a atração de capital estrangeiro e de pessoal técnico para explorar a riqueza natural da Rússia e a receção da cooperação de outros Estados na forma de empréstimos» eram tão essenciais à segurança soviética que a Rússia estava disposta a honrar as dívidas czaristas à burguesia ocidental (63). Como disse Lenine, numa observação provavelmente apócrifa, «os próprios capitalistas nos venderão a corda que usaremos para os enforcar».

França e Grã-Bretanha procuraram aumentar a sua influência na Europa defendendo e

desenvolvendo os seus impérios ultramarinos (64). «A França não acaba no Mediterrâneo ou no Sara», observou o general Mangin em janeiro de 1919, «vai até ao Congo (...) constitui um império mais vasto do que a Europa e que dentro de meio século contará cem milhões de habitantes». O verdadeiro valor dessas tropas coloniais residia na sua utilidade contra a Alemanha. Dezenas de milhares de homens da África Ocidental e do Norte serviram no exército de

ocupação na Renânia, uma decisão que provocou uma censura geral em todos as antigas potências da *Entente*, onde se tornou matéria de preocupação racista, pacifista e feminista. A Senhora H. M. Swanwick da secção britânica da Liga Internacional pela Paz e pela Liberdade falou por muita gente quando propôs que «no interesse do bom entendimento entre todas as raças do mundo e da segurança de todas as mulheres, esta reunião reclame à Sociedade das Nações que proíba a importação para a Europa com fins bélicos de tropas pertencentes a povos primitivos e o seu uso seja onde for, exceto para fins de polícia e defesa dos seus países de origem» (65). A experiência também deixou um trauma duradouro na população alemã. «O militarismo francês», disse ao *Reichstag* em abril de 1920 o chanceler social-democrata Hermann Müller, «atravessou o Main como se entrasse em território inimigo. Negros do Senegal estão acampados na Universidade de Frankfurt, de guarda à casa de Goethe». Nas mentes dos nacionalistas alemães não podia haver melhor ilustração da ameaça mortal que as colónias francesas representavam, não apenas para a soberania do *Reich*, mas também para a sua integridade cultural e «racial» (66).

> Em princípios de 1923, os franceses já tinham desistido de esperar por uma garantia de

segurança anglo-americana ou pela melhoria do comportamento da Alemanha que Londres e Washington vaticinavam como resultado de uma política de moderação. Paris não podia aceitar o *statu quo* porque este tinha uma dinâmica económica e demográfica intrínseca que estava a mudar inexoravelmente em desvantagem de França. De modo que em 1923 os franceses usaram mais uma vez uma falha (provavelmente deliberada) no pagamento de reparações para enviar as suas tropas. Desta vez, contudo, eles e os seus aliados belgas ocuparam toda a região do Ruhr. Nesse mesmo mês, os lituanos ocuparam Memel, no leste. Uma grande proporção do potencial industrial da Alemanha e milhões dos seus habitantes caíram sob jugo estrangeiro. França retomou a sua política de patrocinar movimentos separatistas na Renânia e no Palatinado. O Governo do chanceler Wilhelm Cuno reagiu com a proclamação de uma política de «resistência passiva». Esta destinava-se a desgastar os franceses por meio de um milhar de golpes de desobediência civil, especialmente greves, negando-lhes ao mesmo tempo a oportunidade de utilizar a sua esmagadora superioridade militar. França foi posta no pelourinho internacional pelo seu comportamento, mas o custo de pagar aos empregados em greve e a disrupção económica geral depressa levaram à hiperinflação e a uma miséria generalizada, especialmente entre os membros da classe média, que perderam todas as suas poupanças. Em agosto de 1923, o desacreditado Cuno foi substituído como chanceler

por Gustav Stresemann. No fim de Setembro, o governo do *Reich* já tinha sido obrigado a cancelar a resistência passiva e a admitir a derrota. O Partido Comunista Alemão, tentando tirar partido do sentimento de humilhação nacional e da severa aflição económica, lançou outra sublevação frustrada. A tentativa de explorar a capitulação do Governo perante França de um obscuro agitador de direita, Adolf Hitler, através de um *Putsch* em Munique, também falhou, em novembro de 1923, levando à sua detenção, julgamento e prisão.

> A crise do Ruhr instigou uma revisão estratégica em toda a Europa e do outro lado do

Atlântico. Uma outra insurreição falhada na Alemanha acabou por inclinar a balança em Moscovo em desfavor da revolução mundial e em favor da construção do socialismo num só país. Isto deu vantagem a Estaline na luta pela sucessão de Lenine depois da morte deste, em janeiro de 1924. Ao contrário dos seus rivais Trotsky, Grigory Zinoviev e Nicolai Bukarine, era um cético de longa data quanto à revolução mundial. No curto prazo, a União Soviética voltou-se para uma política de acomodação com o Ocidente, que lhe granjeou o reconhecimento diplomático pela Grã-Bretanha em 1924, seguido pelo do Japão e de vários outros países em 1925. Na Alemanha, Gustav Stresemann, agora ministro dos Estrangeiros no governo do seu sucessor, Wilhelm Marx, reconheceu a falência política e económica da *Revisionspolitik* estabelecida. Embora firme nacionalista e antigo anexionista, Stresemann sabia que a Alemanha era fraca demais para anular o Tratado de Versalhes por meios militares ou pela confrontação diplomática (67). Por esta razão Stresemann procurou vencer Versalhes, não pelo rearmamento ou pela chicana financeira, mas integrando a segurança e a prosperidade económica alemãs num acordo europeu mais amplo. Planeava usar a interdependência financeira para promover a cooperação europeia e efetivar a igualdade estratégica alemã por meios pacíficos. «Deve-se simplesmente ter (...) tantas dívidas que o credor veja a sua própria existência em risco se o devedor entrar em colapso», argumentava Stresemann uns meses depois (68). Os aliados vitoriosos, por outras palavras, tinham de ser persuadidos que precisavam tanto de uma Alemanha que fosse estável e próspera como ela própria.

> Entretanto, Paris era forçada a aceitar que o género de intervenção militar direta prosseguida

em 1920-23 já não era viável. Os custos diplomáticos e económicos de usar as reparações para conter a Alemanha eram simplesmente

demasiado altos. «Falcões» como Poincaré, que argumentavam sem descanso a necessidade de uma preponderância estratégica sobre Berlim, saíram da Crise do Ruhr com a sua posição debilitada; os conciliadores como Aristide Briand ficaram correspondentemente fortalecidos. O resultado foi uma nova estratégia geral francesa. Para maior segurança foram elaborados planos para a construção de uma linha de fortificações no interior de França em substituição do conceito de defesa avançada na Renânia. Havia agora, no entanto, muito mais ênfase numa abordagem multilateral destinada a enredar a Alemanha numa teia de constrangimentos jurídicos, económicos e políticos que inibiriam ou diluiriam o seu revisionismo residual (69).

> A emergência na Europa de um espírito de maior colaboração, especialmente entre as elites

alemã e francesa, encontrou expressão no nascimento da União Pan-europeia em fins de 1923 (70). No ano seguinte, o seu fundador, o conde Richard Coudenhove-Kalergi, pôs de pé o jornal *Paneuropa* para fazer campanha por um «movimento de massas apartidário pela unificação da Europa». Juntamente com muitas outras organizações e publicações semelhantes apelava a que os europeus enterrassem as suas diferença e renunciassem ao nacionalismo, para celebrarem a sua herança e os seus valores comuns e se agrupassem para se protegerem do comunismo ateu e, nalguns casos, do materialismo americano. A visão do próprio Coudenhove-Kalergi era pró-europeia, mais do que anti-americana: procurava imitar politicamente e economicamente o modelo dos Estados Unidos, embora preservando tanto quanto possível as tradições culturais da Europa. No prazo de um par de anos o movimento conseguira muitos aderentes na Alemanha, incluindo o Presidente do *Reichstag*, o presidente do Partido Democrático e antigo ministro da Economia, e em França, onde o líder socialista Léon Blum era um entusiástico apoiante e o ministro dos Estrangeiros, Aristide Briand, serviu como presidente honorário da *União Paneuropa* (71).

> Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a Crise do Ruhr de 1923 mostrou a necessidade de

rever a Questão Alemã. O primeiro-ministro Ramsay Macdonald viu a ocupação francesa do Ruhr em 1923 como prova de um «apetite histórico» de dominar a Europa Central. No mesmo sentido, em princípios de outubro de 1923 Lorde Curzon acusou a França de procurar «a dominação do continente europeu». Por esta razão Londres recusou-se a reconhecer os «chamados governos autónomos do Palatinado» (72), que considerava meros fantoches franceses. Por outro lado, o ministro dos Estrangeiros Austen Chamberlain escreveu

em janeiro de 1925: «Não podemos permitir-nos ver a França esmagada, ter a Alemanha, ou uma eventual combinação russo-alemã, ou consentir que qualquer grande potência militar domine os Países Baixos» (73). Era preciso, por conseguinte, um acordo muito mais amplo, que satisfizesse as preocupações de segurança da Europa, reconhecesse a Alemanha como um igual e a prendesse numa rede de cooperação e de restrições mútuas. Estes desenvolvimentos coincidiram com uma profunda mudança na política dos Estados Unidos em relação à Europa. Havia um crescente consenso entre os grupos de pressão agrícolas e industriais dos Estados Unidos de que, como afirmou um porta-voz em fevereiro de 1922, «os nossos interesses estão indissoluvelmente ligados ao interesse da Europa e enquanto não tivermos condições de negócio reorganizadas e sólidas na Europa (...) não teremos tempos normais e saudáveis entre nós» (74). A Crise do Ruhr, além disso, ameaçava criar um vazio na Europa Central que a União Soviética poderia preencher.

> Os republicanos internacionalistas que tinham a seu cargo a política externa americana

procuravam agora estabilizar a situação por meio de uma estratégia de intervenção económica. Em princípios de abril de 1924, a administração propôs um plano delineado pelo banqueiro Charles Dawes que era concebido para aligeirar o fardo das reparações de guerra alemãs revendo o calendário dos pagamentos, para dar ao *Reich* acesso a créditos americanos e assim desencadear um *boom* europeu, em que a subida da maré poria todos os barcos a flutuar. Isto poria termo aos estéreis jogos estratégicos de soma zero do período do imediato pós-guerra. Esta política não se destinava a dominar a Europa: em junho de 1924, o secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, Charles Evans Hughes, falou por muitos ao abjurar qualquer desejo de agir ali como «polícia do mundo». Nem a política dos Estados Unidos visava criar um Estado cliente alemão economicamente dependente. Quando o importante industrial do Ruhr Hugo Stinnes pediu ao embaixador americano em Berlim, em finais de 1923, que apoiasse um *putsch* de direita ao estilo de Mussolini contra a República, Washington recuou, horrorizada. Nada teria mais probabilidade de promover uma revolução comunista, temia a administração americana, do que apoiar um *coup d'état* conservador sem representatividade. Em vez disso, os republicanos internacionalistas visavam criar na Alemanha um Estado democrático viável que fosse suficientemente forte para manter a estabilidade na Europa Central e manter em respeito os bolcheviques. Não pretendiam dominar a Europa, mas evitar que o continente, e especialmente o militarismo alemão, fizesse perigar uma vez mais a paz mundial.

> Um ano depois, Chamberlain, Briand e Stresemann concluíram, em outubro de 1925, o acordo

de Locarno, um tratado de não-agressão entre Paris, Berlim e Bruxelas, garantido por Londres e Roma. A Alemanha aceitou o acordo territorial no ocidente, incluindo a perda da Alsácia-Lorena. Em troca, a Alemanha era admitida na Sociedade das Nações numa base de igualdade, embora sem o compromisso de participar em qualquer ação militar coletiva contra a União Soviética. Para maior segurança, Stresemann concluiu um Tratado de Resseguro com a Rússia em fins de abril de 1926. Em conjunto com o Plano Dawes, estes arranjos eram uma tentativa ampla de resolver o problema do poder alemão e de assentar numa base sólida a estabilidade do continente. Saudava-se um novo espírito de cooperação, que teve expressão na atribuição do Prémio Nobel da Paz a dois dos seus arquitetos, Briand e Stresemann. Em Locarno, Briand anunciou: «*on a parlé européen*» (75). O acordo, porém, só se manteve no Ocidente; a Grã-Bretanha tinha recusado alargar o seu compromisso com a França e a Bélgica para cobrir também a Europa do Leste e Central. «Nenhum Governo britânico», anunciou Chamberlain, num tom reminiscente de Bismarck, «arriscaria sequer os ossos de um só granadeiro britânico» para defender a Polónia. A Alemanha, aliás, declinou ostensivamente garantir as suas fronteiras com a Polónia e a Checoslováquia, marcando a sua intenção de procurar a sua revisão num futuro próximo. Só o tempo diria se a paz na Europa era divisível como acreditavam as partes contratantes de Locarno. O embaixador dos Estados Unidos em Londres, para citar um caso, estava insatisfeito com a criação de diferentes classes de fronteiras, que ele previa que apenas «fixariam o ponto em que começará a próxima grande guerra», isto é, na fronteira polaco-alemã (76).

> O Plano Dawes e o acordo de Locarno dominaram a política externa e interna europeias

durante o resto da década. Na Alemanha, Stresemann fez passar as duas medidas no *Reichstag*, mas foi acusado pela oposição de direita de ter vendido o interesse nacional às potências da *Entente* e especialmente aos financeiros americanos e judeus; os comunistas culparam-no de ter escravizado o país ao capital internacional. Neste contexto, o manifesto de Adolf Hitler, *Mein Kampf* – a minha luta –, retratava a política internacional como uma luta pelo espaço, que era «o principal sustentáculo do (...) poder político». Na sua leitura, o *Reich* alemão estava em risco de ser reduzido à insignificância pelas enormes massas territoriais da União Soviética, da China, dos Estados Unidos e dos impérios britânico e francês. «Todas», assinalava, «são

formações espaciais que têm em parte uma área mais de dez vezes maior do que o atual *Reich* alemão». De resto, argumentava Hitler, «de um ponto de vista puramente territorial, a área do *Reich* alemão desaparece completamente em comparação com a das chamadas potências mundiais». Por esta razão Hitler desvalorizava os apelos a uma «restauração das fronteiras de 1914» como «um absurdo político [porque] as fronteiras do *Reich* em 1914 eram tudo menos lógicas. Pois na realidade nem eram completas no sentido de abranger todo o povo de nacionalidade alemã nem faziam sentido em termos de adequação geomilitar». Restaurá-las apenas poria de novo a Alemanha na posição impossível em que tinha estado antes da guerra, globalmente cercada por potências mundiais territorialmente vastas.

> A solução, argumentava Hitler, era «criar uma saudável relação natural e viável entre a

população da nação e o seu crescimento, por um lado, e a quantidade e qualidade do seu solo, por outro». A Alemanha, conduzida pelo Partido Nacional-Socialista, «tem de lutar para eliminar a desproporção entre a nossa população e a nossa área». Isto significava que «terra e solo» a leste, no território da «Rússia e dos seus Estados vassalos» – a União Soviética –, deveria ser «o objetivo da política externa [alemã]». Era ali que os alemães poderiam adquirir o necessário *Lebensraum* [espaço vital] que corresponderia aos vastos espaços abertos aos seus rivais globais. Hitler também expunha as pré-condições internas para este combate cósmico pelo espaço vital: a necessidade de unir o *Volk* atrás do projeto de reafirmação nacional, em particular pelo isolamento dos elementos «daninhos» que corrompiam e confundiam o povo. Aqui Hitler tinha especialmente em mente os judeus, que considerava tanto uma ameaça interna à pureza da raça como o cérebro da conspiração internacional plutocrática e comunista contra a Alemanha. Para Hitler, ainda mais do que para a maioria dos alemães, as políticas externa e interna estavam, por conseguinte, inseparavelmente entrelaçadas (77).

> A União Soviética e a Polónia também ficaram profundamente inquietas com o Plano Dawes e

o acordo de Locarno. Vista de Moscovo, a aproximação entre as principais potências europeias equivalia a uma conspiração contra eles. Entretanto, a situação na Europa Central foi de mal a pior. Em particular, a União Soviética temia, como o *Izvestia* afirmou em maio de 1925, que «a opção por uma orientação decididamente ocidental e a entrada na Sociedade das Nações pode levar apenas à deterioração das relações entre a Alemanha e a república soviética» (78). Tudo isto

serviu para fortalecer a posição de Estaline no seio da elite soviética. A sua doutrina do «socialismo num só país» permitiu-lhe consolidar o poder do partido internamente e a sua própria posição pessoal em Moscovo. Locarno provocou também uma crise na Polónia, que as potências ocidentais pareciam ter abandonado aos extremosos cuidados do revisionismo alemão. Varsóvia tinha mais do que consciência de que a Alemanha usaria a sua participação na Sociedade para se servir contra ela das cláusulas robustas sobre direitos das minorias da respetiva Carta. «Qualquer polaco honesto», observou o marechal Pilsudski, comandante do exército reformado e antigo chefe do Estado, «cospe quando ouve essa palavra [Locarno]». A última gota veio em abril de 1926, quando o tratado de resseguro de Stresemann com a Rússia confirmou o cerco da Polónia. Um mês depois, o marechal Pilsudski lançou um golpe destinado principalmente a proporcionar à Polónia a liderança forte de que necessitaria para sobreviver num ambiente internacional cada vez mais perigoso. A nação estava dilacerada pela paranoia contra grupos minoritários suspeitos de deslealdade, como alemães, ucranianos e judeus. Um dos que fugiram dos *pogroms* de 1926 era um jovem chamado Menachem Begin, que tomou o caminho da Palestina.

> O novo acordo europeu marcou profundamente o Império Britânico. Quando a questão de um

pacto europeu de segurança foi discutido no Comité de Defesa Imperial em 1925 depressa se tornou claro que não podia ser concluído sem consultar as colónias. Havia por conseguinte um forte risco de que a política britânica de defesa ficasse «paralisada». Em janeiro de 1926, o secretário do Comité, Maurice Hankey, redigiu um influente memorando argumentando que era preciso uma nova forma de organização imperial «pan-britânica» para fazer frente à revitalização do poder alemão, à «balcanização da Europa» e à ascensão do Japão no Extremo Oriente. A resultante Conferência Imperial de Westminster, em outubro-novembro de 1926, a que assistiram os primeiros-ministros de Grã-Bretanha, Canadá, Terra Nova, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e Estado Livre da Irlanda, reconheceu a igualdade das colónias, incluindo o seu direito intrínseco à secessão do Império. Em troca, todos os primeiros-ministros presentes, à exceção de W. T. Cosgrave, do Estado Livre Irlandês, prometeram ajudar a Grã-Bretanha em caso de guerra. Não muito depois, a consulta das colónias foi estabelecida formalmente e a seu tempo o Estatuto de Westminster proclamou a igualdade oficial das colónias com a Mãe Pátria. O novo «terceiro» Império Britânico falaria a uma só voz nos assuntos internacionais.

O novo quadro de cooperação na política internacional que Locarno prometia reduziu as

tensões na Europa Ocidental. Em 1926, a Alemanha foi admitida na Sociedade das Nações e, depois de algum regateio, foi-lhe dado um lugar no Conselho. Um ano depois a Comissão Militar Internacional da Renânia foi finalmente retirada. Depressa se tornou claro, todavia, que as preocupações francesas de segurança e as exigências alemãs de igualdade eram de conciliação impossível. O Tratado de Versalhes ligava expressamente o desarmamento imediato da Alemanha a uma redução geral das organizações militares em todo o mundo. A França, em particular, pouco tinha feito nesse sentido e dava todos os sinais de querer assegurar-se da inferioridade estratégica da Alemanha para sempre. Não havia outra maneira, sustentava França, de impedir o seu vizinho de realizar o seu enorme potencial demográfico e militar-industrial. A conclusão lógica deste argumento era a de que a segurança francesa e a estabilidade europeia requeriam que o poderio económico alemão, *em si mesmo,* fosse reduzido. Isto era anátema não só para Berlim como também para Londres e Washington. Como observou um funcionário da Secretaria de Estado, «não se pode propriamente pedir às fábricas Krupp que saiam do negócio de produzir arados porque em caso de guerra poderiam fabricar canhões» (79). Além disso, o resto do mundo não estava a desarmar-se – antes pelo contrário. No verão de 1927, os principais potentados navais – especialmente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos – não conseguiram chegar a acordo na Conferência de Genebra. Não foi surpresa para ninguém, por conseguinte, que a Alemanha começasse agora a exigir com insistência cada vez maior a devolução dos territórios ocupados e o reconhecimento da sua igualdade militar (80).

Alarmado pelo rompimento das suas relações com Stresemann e preocupado com a retirada da

Europa dos Estados Unidos, Briand abordou Washington em abril de 1927 com a sugestão de um pacto franco-americano de não-agressão. O que o francês procurava realmente era uma garantia do *statu quo* europeu pelos Estados Unidos, mas Washington insistia num tratado de alcance muito mais amplo que todas as potências pudessem subscrever. Esta iniciativa teve como resultado o Pacto Kellogg-Briand de agosto de 1928, que proibia a guerra «como instrumento de política nacional» a não ser em legítima defesa. Este acordo, a que aderiram quase todos os Estados europeus, estava absolutamente em linha com as noções clássicas americanas de cooperação internacional não coerciva. A instâncias do secretário de Estado Frank B. Kellog, o pacto não continha qualquer mecanismo de imposição do seu

cumprimento e toda a gente que o assinou tinha perfeita consciência de que o direito de legítima defesa era suscetível de uma interpretação de tal maneira ampla que as suas cláusulas se tornavam irrelevantes. Que aconteceria, por exemplo, se França, como fizera em 1920 e 1923, ocupasse partes da Alemanha para a impedir de se rearmar e se Berlim usasse a força para reafirmar a sua soberania nacional? Uma vez mais Washington tinha reprovado na Questão Alemã. Nesse mesmo ano o ministro da Guerra francês, André Maginot, autorizou a construção de uma cadeia de fortificações na fronteira oriental de França. Foi nesse mesmo ano também que os franceses regressaram ao padrão-ouro, avançando com a constituição de uma reserva de ouro substancial – que no princípio da década seguinte era a segunda maior do mundo – a fim de se dotarem de uma maior alavanca económica contra a Alemanha (81).

O Kremlin era também altamente cético quanto a que o Pacto Kellogg-Briand fosse conduzir a

uma erupção de paz e boa vontade internacionais. Acreditava, antes, que para a revolução sobreviver a longo prazo a União Soviética teria de mobilizar os recursos internos necessários para repelir qualquer adversário que aparecesse. No Congresso do Partido de julho de 1928, Bukarine proclamou que a guerra era «o problema central do nosso tempo», para o qual a União Soviética tinha «pouco tempo» para se preparar (82). Foi acelerada a militarização da juventude. A diretiva do primeiro Plano Quinquenal, em 1928, citava especificamente a perspetiva de outra guerra de intervenção como justificação de um programa de industrialização de emergência. A Nova Política Económica, com o seu mercado livre de produtos agrícolas, foi abandonada. A dependência de especialistas e fornecedores estrangeiros tinha de ser eliminada. A coletivização das explorações agrícolas geraria o excedente de alimentos que alimentaria os operários que construiriam as fábricas que produziriam o armamento que manteria segura a União Soviética. Os agricultores coletivos estavam na prática «presos à terra»; muitos foram fuzilados por não cooperarem. Começou aquilo a que os camponeses chamaram a «segunda servidão»: foi criada uma nova «classe de serviço» para satisfazer as necessidades externas do Estado. Nessa medida, foi 1927-28 e não 1917 que marcou o início da transformação social da Rússia sob o primado da política externa (83). Nascera o «estalinismo».

O Plano Dawes e o Pacto Kellogg-Briand foram o contexto em que Hitler escreveu o seu

Segundo Livro em 1928. Este volume, que só foi publicado depois da

Segunda Guerra Mundial, era exclusivamente dedicado à política externa e mostrava como as conceções estratégicas de Hitler tinham evoluído desde que escrevera *Mein Kampf* em finais de 1923. Influenciado pela recente e extensa intervenção americana na Europa e a sua crescente força industrial e cultural, Hitler estava agora muito mais consciente da força dos Estados Unidos (84). Salientava que a Alemanha tinha chegado ao limite do seu desenvolvimento demográfico interno, enquanto o simples tamanho dos Estados Unidos significava que a «União Americana», como ele lhe chamava, «pode continuar a crescer durante séculos» (85). «Os americanos», continuava, eram «um Povo jovem, racialmente seleto» – de facto «um Estado nórdico alemão» – que mantinham a sua casta por meio de «critérios especiais de imigração» que os elevavam acima da «Velha Europa» racialmente degenerada. Isto estava «a levar lentamente a uma nova determinação dos destinos do mundo pelo Povo do continente norte-americano». Num remoque direto aos «pan-europeus», Hitler atacava aqueles «que querem opor uma União Europeia à União Americana com vista a evitar assim uma anunciada hegemonia mundial do continente americano». Na ausência dos «valores» raciais corretos, argumentava, não passaria de um «Protetorado Judaico» submetido aos «impulsos judaicos». A criação de uma «grande potência europeia» nesta linha envolveria a «submersão racial dos seus fundadores» e assim nunca sobreviveria à «União Americana». Era esta a resposta de Hitler a Stresemann, Briand e Coudenhove-Kalergi. Não havia outra hipótese: as «perspetivas» de que o «*Volk* alemão» estivesse à altura do «*Volk* americano» seriam «nulas» a menos que o território do *Reich* fosse «consideravelmente alargado» para leste.

> Os nacionalistas alemães foram recordados da influência dos Estados Unidos na Europa em

agosto de 1929, quando Washington anunciou um novo plano para a liquidação das reparações alemãs delineado pelos banqueiros J. P. Morgan e Owen Young. Passados poucos meses, no entanto, o *crash* de Wall Street em fins de outubro feriu a economia americana no seu coração. As suas consequências geopolíticas foram profundas. O interesse dos Estados Unidos na Europa reduziu-se radicalmente; muitos dos empréstimos americanos que sustentavam o *boom* da República de Weimar e o programa de reparações em que se baseava o acordo territorial foram agora cancelados. O Banco Internacional de Compensações estabelecido pelo Plano Young foi inutilizado, pela resultante contração do crédito. A América caminhou para o protecionismo. As economias europeias, dependentes do capital e dos mercados americanos, sofreram uma quebra severa. Por danosos que

fossem o *crash* e a subsequente queda, não teriam sido, contudo, suficientes para mergulhar a Europa e os próprios Estados Unidos na depressão profunda que se seguiu. Foi, sim, a competição pela supremacia na Europa Central que desferiu o golpe fatal na economia europeia.

> Não foi por causa das reverberações de Wall Street que, ao aproximar-se o fim de 1929, a

política interna alemã se inclinou para a direita, mas sim em resposta ao anúncio do Plano Young (86). Críticos como Hitler e o barão da imprensa e político nacionalista conservador Alfred Hugenberg condenaram o calendário de pagamentos projetado – que se estendia até 1988 – como um «novo *diktat* de Paris» que escravizaria o povo alemão pelo resto do século. Perderam o respetivo referendo por larga margem, mas o debate tinha servido para concentrar as energias nacionalistas e galvanizar uma substancial parte do eleitorado para quem o regresso ao estatuto de grande potência era a questão principal. O plano acabou por ser aprovado no *Reichstag* em março de 1930, mas a controvérsia que entretanto o rodeou pôs Hitler firmemente no mapa eleitoral alemão. Nas eleições para o *Reichstag* de seis meses mais tarde, que foram dominadas pelas reparações e pelo rearmamento mais do que pela situação económica, os nazis tornaram-se o segundo maior partido, com cerca de 20 % dos votos. A Alemanha estava agora praticamente ingovernável, o que levou o chanceler Heinrich Brüning a governar por decreto presidencial.

> França observava tudo isto com alarme. Aristide Briand fez nesta altura uma última tentativa

para fixar a Alemanha num equilíbrio estável que garantisse a segurança francesa. Propôs negociar a soberania francesa em troca de restrições permanentes do poder alemão numa Europa unida. Em maio de 1930 Briand revelou um plano pormenorizado para uma «União Federal Europeia» que se reuniria numa «Conferência Europeia» munida de um executivo permanente próprio. A cooperação económica seria central em toda esta iniciativa, mas Briand sublinhava que «qualquer progresso na esfera da unidade económica era estritamente determinado pela questão da segurança» (87). Londres recusou-se a participar. Estes esquemas reuniram algum apoio entre os sociais-democratas, mas a reação dos alemães foi em geral fria. Berlim via no plano uma tentativa de lhes impor «novas amarras», como disse o secretário de Estado von Bülow (88). Em vez disso, Berlim preferia levar avante o seu plano de consolidação do poder alemão na Europa Central, através especialmente da cooperação com Viena (89). Em

princípios de julho de 1930, o Governo alemão rejeitou o plano de Briand.

Pouco depois as coisas atingiram o seu ponto crítico entre Paris e Berlim. Em fins de agosto de

1930, o ministro dos Estrangeiros alemão, Julius Curtius, lançou um plano de união aduaneira com a Áustria, destinado a atrair cada vez maiores extensões da Europa de Leste e do Sudeste para a órbita de Berlim: primeiro a Áustria, depois a Hungria, a Checoslováquia, a Roménia, a Jugoslávia e até possivelmente a Polónia. Isto não só conduziria a uma parcial integração económica europeia sob liderança alemã – uma coisa que Briand tentara freneticamente evitar –, mas também à unificação *de facto* da Alemanha e da Áustria que o Tratado de Versalhes expressamente proibia. Em meados de março de 1931, Curtius assinou o acordo em Viena. Um mês depois um alto diplomata alemão via com expectativa a entrada «forçosa» da Checoslováquia na união; o resultante «cerco» da Polónia, acrescentava ele, permitiria à Alemanha discutir as controversas fronteiras orientais numa posição de força (90). Em retaliação, França serviu-se do seu considerável músculo económico – que tinha crescido em termos relativos em comparação com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, a partir de 1929 – para deitar abaixo o maior banco austríaco, o Wiener Kreditanstalt, em maio de 1931. Isto conduziu a uma crise bancária alemã que precipitou o país numa derrocada económica e em última instância aprofundou a Depressão nos Estados Unidos. No ano anterior àquele em que os franceses destruíram o Kreditanstalt, o desemprego alemão estava em 3 milhões de pessoas; um ano depois tinha saltado para mais de 5 milhões e ainda havia de subir mais. Paralelamente, a taxa de desemprego nos Estados Unidos era de 9 % em 1930, mas subira para uns debilitantes 16 % em fins de 1931 e 24 % em 1932. Por outras palavras, foi a crise geopolítica europeia de princípios dos anos 1930 que causou a Grande Depressão e não o contrário.

Tudo dependia agora de que a ronda seguinte da conferência de desarmamento em Genebra,

que abriu em princípios de fevereiro de 1932, pudesse chegar a um acordo que satisfizesse tanto Berlim como Paris. Os franceses recusaram-se a concordar com a igualdade da Alemanha sem garantias satisfatórias; se as conversações falhassem, o Governo do *Reich* estava a postos para executar um programa de rearmamento em grande escala. A corrida para ver se a República de Weimar estava em condições de garantir a sua igualdade militar entrava agora na reta final. O chanceler Brüning não fazia segredo da sua esperança em

conseguir ultrapassar as divisões internas irreconciliáveis graças ao êxito na política externa. A sabotagem pela França da União Aduaneira austríaca e o seu obstrucionismo em Genebra deixava-o indefeso perante a investida da direita nacionalista. O Governo de Brüning caiu em maio de 1932, em grande parte porque o *Reichswehr* e o presidente Hindenburg tinham desistido dele, apenas uns meses antes que, em julho, franceses, britânicos e americanos concedessem a igualdade militar alemã em Genebra. Quando o chanceler tinha suplicado que não o deitassem abaixo «a cem metros da linha da meta» era ao rearmamento que se referia e não à recuperação económica (91).

> As eleições resultantes em julho de 1932 fizeram dos nacionais-socialistas de Hitler – que

capitalizaram o desemprego crescente e o descontentamento com Versalhes – o partido mais votado. Como nenhum candidato tinha uma maioria parlamentar, Hindenburg nomeou chanceler Franz von Papen. O rearmamento era a sua mais alta prioridade. Papen dirigiu propostas a França e à Polónia, oferecendo a garantia regional da fronteira oriental que fora recusada em Locarno, a cooperação contra a União Soviética e uma união aduaneira a troco do fim completo das reparações e da igualdade «total» de armamento. Em junho-julho de 1932 a Conferência de Lausana anunciou o fim das reparações com um último pagamento, mas os franceses foram inamovíveis tanto quanto ao rearmamento como a consentirem que os alemães remilitarizassem a Renânia. A direita nacionalista – com Hitler à cabeça – e os comunistas desancaram a alegada «rendição» de Papen; o seu ministro da Defesa, o general Kurt von Schleicher, falou desdenhosamente de uma «derrota» alemã. Em princípios de dezembro de 1932, Hindenburg despediu Papen, mas umas novas eleições produziram apenas um novo bloqueio parlamentar. Os nacionais-socialistas de Hitler perderam vários milhões de votos, mas continuaram a ser o maior partido; os comunistas obtiveram ganhos substanciais. Hindenburg nomeou Schleicher chanceler, com vista a continuar a governar por decreto presidencial (92). Para fúria da opinião nacionalista e do Ministério do *Reichswehr*, Schleicher recusou-se, porém, a iniciar um rearmamento em toda a escala mesmo depois de a Conferência de Genebra ter, em princípio, permitido à Alemanha fazê-lo. Em janeiro de 1933, Hindenburg despediu o general e substituiu-o como chanceler por Adolf Hitler. Esperava-se que este concitasse o apoio da opinião interna ao novo governo, enquanto conservadores de créditos firmados em posições cruciais supervisionavam o ressurgimento do *Reich* como grande potência. A tomada nazi do poder na Alemanha, por conseguinte, não foi tanto um

produto da depressão económica como do fracasso do desarmamento e da persistência do revisionismo.

> Adolf Hitler assumiu o poder com um mandato do povo e das elites para destronar o Tratado

de Versalhes. Partilhava a opinião predominante de que a posição central da Alemanha na Europa, rodeada como estava por todos os lados de potenciais inimigos, exigia fronteiras mais defensáveis do que as que proporcionava o acordo de 1919. Nessa medida, o novo chanceler pertencia a uma tradição estratégica prusso-alemã que tinha centenas de anos. Em última instância, contudo, Hitler propunha uma quebra radical com a geopolítica alemã tradicional. As revisões territoriais relativamente menores que a direita nacionalista exigia não deixariam a Alemanha mais segura. Só a conquista de «espaço vital» a leste proporcionaria a massa crítica continental que permitiria ao *Reich* sobreviver num mundo dominado pelos impérios francês e britânico, a União Soviética e especialmente a «União Americana», todos manipulados pelos judeus. Esta visão era grandiosa, decerto, mas não propriamente ilimitada. Hitler não visava uma hegemonia global, mas apenas a expansão territorial para leste, pois só ela permitiria à Alemanha manter a independência entre as potências mundiais. A sua tese de que a Alemanha seria uma potência mundial ou não seria nada não era, por conseguinte, mera *hubris* niilista, mas refletia, isso sim, a sua convicção de que o *Reich* teria de conseguir uma massa crítica a nível global ou arriscar-se a ser engolido. Contava que a confrontação final com os Estados Unidos e a «judiaria mundial» se daria nalgum ponto de um futuro remoto, provavelmente depois da sua própria morte (93).

> Hitler dedicou-se então a preparar o Governo e a sociedade alemãs para a guerra. Depois de

um comunista solitário ter incendiado o edifício do *Reichstag*, Hitler aproveitou a indignação que se seguiu para fazer passar uma série de medidas repressivas que visavam os opositores políticos, muitos dos quais se sumiram para campos de concentração. O Partido Comunista foi banido. Em março de 1933 realizaram-se novas eleições num clima de medo e intimidação, nas quais o voto nazi cresceu bastante, mas não obteve ainda a maioria. Hitler já estava seguro, porém, do apoio de substanciais setores da direita nacionalista e o Partido do Centro Católico depressa se rendeu ao seu abraço, embora relutantemente. Em fins de março de 1933, o *Reichstag* votou a Lei de Habilitação que lhe concedia plenos poderes. Esta fazia de Hitler na prática o legislador supremo e autorizava-o a celebrar tratados com potências

estrangeiras sem ouvir o parlamento. Ao longo dos meses seguintes as regiões e todas as instituições administrativas e sociais foram metidas na linha no processo conhecido por *Gleichschaltung*. As formações paramilitares do Partido, a SA e a SS, espalharam-se por todo o *Reich*, suprimindo qualquer oposição. Em meados de 1933, o poder de Hitler não era de modo nenhum absoluto na Alemanha, mas o seu regime estava tão firmemente entrincheirado que só uma invasão o poderia ter desalojado.

O rearmamento da Alemanha, que já tinha começado em fins do período de Weimar, foi agora

acelerado. Hitler expandiu o *Reichswehr* e avançou com o desenvolvimento de armas proibidas pelo Tratado de Versalhes, como tanques e aviões. Em 1934, Hitler ordenou o assassinato do líder da SA, Ernst Röhm, indicando assim a sua intenção de aumentar e modernizar as forças armadas tradicionais em vez de as substituir por umas milícias de massas. Subjacente a tudo isto estava um processo muito mais amplo de mobilização e transformação social. Hitler acreditava fervorosamente que a Alemanha só poderia sobreviver à luta iminente se conseguisse alcançar unidade interna e pureza racial. Foi instituído um Serviço de Trabalho obrigatório (*Reicharbeitdienst*) com fins de doutrinação idelógica e mobilização militar (94). As distinções de classe haveriam de ser transcendidas pela solidariedade. A sociedade alemã seria uma «*Volksgemeinschaft*», uma «comunidade racial» e, em lugar de aristocratas, burgueses e trabalhadores, haveria apenas «*Volksgenossen*», ou «camaradas de povo» (95). As mulheres eram encorajadas a casar, ficar em casa e criar a próxima geração de guerreiros alemães. «Cada criança que uma mulher traz ao mundo», anunciou Hitler, «é [equivalente a] uma batalha travada pela existência do seu povo»; foi criado um imposto para os homens e mulheres solteiros (96). Hitler tentou também sanar a brecha entre a Alemanha católica e a maioria protestante concluindo uma Concordata com o Papa. Acima de tudo, Hitler tomou medidas decididas contra os judeus, que considerava a principal ameaça à coesão de que a sociedade alemã precisava para lidar com os desafios que se lhe deparavam. Os judeus foram rigorosamente excluídos do funcionalismo público e sujeitos a um boicote económico. Apenas a preocupação com a opinião pública da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos e o temor de represálias orquestradas pela «judiaria mundial» coibiram o chanceler de tomar imediatamente medidas mais extremas.

A princípio Hitler pisou cautelosamente na cena internacional. Estava ansioso por não

provocar qualquer ataque antes que tivesse efeito o seu programa de rearmamento. Num discurso aos generais em princípios de fevereiro de 1933, Hitler exprimiu a preocupação de que os franceses e os seus «satélites orientais» atacassem antes que a transformação interna estivesse completa. «Se fosse sabido que a Alemanha estava a planear uma guerra», sublinhou mais adiante nesse mesmo ano, «isso poderia ter consequências altamente danosas». Os relatórios de informações sugeriam que estava em perspetiva uma invasão polaca (97). Hitler, por conseguinte, recorreu a um misto de *bluff*, conciliação e manipulação. As dimensões militares do Serviço de Trabalho foram minimizadas de modo a iludir a observação dos aliados. França e Grã-Bretanha foram levadas a acreditar que o poder aéreo alemão estava muito mais avançado do que na realidade estava (98). Em janeiro de 1934 Hitler libertou-se do cerco franco-polaco celebrando um pacto de não-agressão com Varsóvia. Em todo o caso, o sentido agressivo da política alemã era claro. Hitler pôs termo à cooperação militar secreta com Moscovo. Anunciou a sua intenção de se retirar da Sociedade das Nações e pouco depois abandonou as conversações de desarmamento de Genebra. Hitler usou também o grande Partido Nazi da Áustria para fazer agitação em favor do *Anschluss* com a Alemanha. Em julho de 1934, os nazis austríacos sentiram-se suficientemente fortes para lançar uma tentativa de *putsch* que fracassou, mas durante a qual o chanceler austríaco, Engelbert Dollfuss, foi assassinado. A determinação de Hitler em ressuscitar o poderio alemão, em dominar a Europa Central e, mais geralmente, em destruir o acordo de Versalhes estava agora à vista de toda a gente.

> As políticas alemãs causaram consternação entre as outras potências europeias. Em 1934, em

resposta ao assalto de Hitler a Viena, Mussolini enviou tropas para a Passagem do Brenner na fronteira austro-italiana. Hitler recuou imediatamente. A vitória nacional-socialista alarmou igualmente, se não mais, a liderança soviética. Tinham lido o *Mein Kampf*, especialmente os trechos sobre «a Rússia e os seus Estados vassalos», levavam a sério a ideologia nazi e não tinham dúvidas sobre o que significava para eles. Hitler, avisava em 1933 o veterano comunista Karl Radek, estava a «desfazer Versalhes». Estaline e o seu Comissário para os Negócios Estrangeiros, Maxim Litvinov, procuraram por conseguinte amarrar Hitler a um sistema de garantias mútuas, se possível, e contê-lo por meio de uma ação coletiva internacional, se necessário (99). A União Soviética, por conseguinte, aderiu à Sociedade das Nações em 1934. Nesse mesmo ano, o Comintern abandonou o seu tradicional ódio aos sociais-democratas e apelou a que os partidos «antifascistas» de toda a Europa se unissem contra

Hitler. Foram feitas sondagens diplomáticas junto da Grã-Bretanha e de França. Ao mesmo tempo, contudo, a União Soviética tinha medo de que as potências ocidentais chegassem a um entendimento com Hitler passando-lhe por cima. Moscovo teria de se mover com cautela entre os rivais imperiais e impedi-los de se aproximarem demais uns dos outros. Também não havia dúvidas em Paris, Varsóvia ou Londres sobre a ameaça que a nova Alemanha representava. Os polacos deram uma indicação forte ao ocuparem a Westerplatte, perto de Danzig, em março de 1933, e pensou-se a sério na ideia de um ataque preventivo conjunto com França contra a Alemanha antes que o seu rearmamento estivesse concluído. Não havia, porém, em Paris grande apetite por um tal curso de ação. Joseph Paul-Boncour, ministro dos Estrangeiros francês de dezembro de 1932 a janeiro de 1934, procurou em vão um pacto entre França, Grã-Bretanha, Itália e Alemanha que garantisse a paz. Sucedeu-lhe Louis Barthou, que via como solução uma aliança franco-soviética contra a Alemanha. Em meados de setembro de 1934 até ajudou Estaline a conseguir um lugar no Conselho da Sociedade das Nações. Em Londres, o Subcomité das Necessidades de Defesa proclamou inequivocamente em fevereiro de 1934 que embora tanto o Japão como, em menor medida, a Itália fossem ameaças sérias, o «inimigo potencial por excelência» era a Alemanha (100). A defesa da vastidão do império tinha uma prioridade muito mais baixa. A Grã-Bretanha decidiu em julho de 1934 estabelecer uma «Força de Intervenção» substancial para uso no continente em tempo de guerra. No entanto, havia muito poucos em Whitehall e Westminster que neste ponto advogassem uma inequívoca resistência militar a Hitler. Um deles era Winston Churchill, agora em plena travessia do deserto político, o qual arguia desde o princípio que os alemães – «esse grande povo, o mais poderoso e mais perigoso do mundo ocidental» – se tinham submetido voluntariamente a Hitler e era imperioso resistir-lhes sem delongas (101). A força da Luftwaffe na percepção alheia aumentava bastante a ansiedade a respeito de Hitler. Por esta razão, em julho de 1934 o primeiro-ministro Stanley Baldwin advertiu o parlamento, durante um debate sobre a expansão da RAF, de que «desde a conquista do ar as velhas fronteiras desapareceram». «Quando pensamos na defesa de Inglaterra», continuou, «já não pensamos nas falésias brancas de Dover; pensamos no Reno. É lá que está a nossa fronteira» (102).

> Do lado de lá do Atlântico, Hitler causou de momento um alarme relativamente pequeno (103).

O presidente Franklin Delano Roosevelt, que tomou posse em janeiro de 1933, não queria pôr em risco o seu programa de recuperação interna por via de distrações externas. Além disso, o seu secretário de

Estado, Sumner Welles, era bastante cético em relação a que estivessem em jogo na Europa quaisquer interesses fundamentais dos Estados Unidos. A única iniciativa que Roosevelt lançou para contrabalançar a Alemanha e, em menor medida, o Japão, foi o reconhecimento da União Soviética em novembro de 1933 (104). De uma ou de outra maneira, as grandes potências não só não tomaram qualquer ação preventiva contra Hitler em 1933-4, quando militarmente ainda era bastante simples, como nem sequer formaram uma frente comum contra ele. Nunca foi contemplada uma mudança de regime ou a restauração pela força da democracia alemã.

> Em qualquer caso, a ameaça nazi teve um efeito imediato nas políticas internas de toda a

Europa. Estaline estava ciente de que nada fazer a seu respeito minaria a sua autoridade interna. «Nenhum povo», observou ele em 1933, «pode respeitar o seu governo se vê o perigo de um ataque e não se prepara para se defender» (105). Apertou ainda mais, por conseguinte, o seu controlo sobre o Partido e a população. Embora as origens dessa política pré-datassem a tomada do poder por Hitler, a coletivização foi acelerada, redundando numa fome gigantesca na Ucrânia em 1933. Nesse mesmo ano Estaline lançou uma série de «Julgamentos por Traição», que levaram à execução de Lev Kamenev, antigo vice-presidente do Conselho dos Comissários do Povo, e de Zinoviev, acusados de conspirarem contra a União Soviética com os fascistas e trotskistas do estrangeiro. Ao mesmo tempo, foi lançada uma campanha organizada contra grupos nacionais suspeitos de colaboração com o inimigo externo, especialmente na Ucrânia e na Rússia Branca (106). Em Moscovo, a alta política polarizou-se em torno da questão de como responder a Hitler. Figuras como Vyacheslav Molotov, Presidente do Conselho dos Comissários do Povo, e o grande chefe da coletivização Lazar Kaganovich puseram em causa a política de Litvinov de tentar criar uma aliança europeia contra Hitler através da Sociedade das Nações. De momento, Estaline alinhou com Litvinov, mas ninguém sabia melhor do que ele que o poder que tinha conquistado com a promessa de defender a União Soviética contra ataques externos podia facilmente ser perdido na mesma base.

> As políticas internas da Grã-Bretanha e de França após 1933 também foram substancialmente

conformadas pela ascensão de Hitler. A eleição intercalar asperamente disputada de East Fulham em outubro de 1933 foi dominada pela questão do rearmamento e ganha pelo candidato que se opunha a maior despesa militar (107). Nas eleições gerais de 1935 ambos os

grandes partidos se opunham – o Trabalhista de forma intransigente – ao rearmamento em grande escala e o primeiro-ministro conservador vitorioso, Stanley Baldwin, admitiu mais tarde sem rebuço que qualquer outra posição teria levado à sua derrota. No cerne desta hesitação estava o medo generalizado do bombardeamento aéreo, que toda a gente acreditava que causaria centenas de milhares, senão milhões, de baixas civis. O assunto dominou os debates sobre política externa e rearmamento nos Comuns, com o resultado de que o interesse da imprensa, do parlamento e do público na segurança nacional se esgotou em grande parte na exigência de uma maior provisão de defesas anti-aéreas; esperava-se que Hitler seria contido e finalmente derrotado por meio de um bloqueio naval. Não havia praticamente qualquer preocupação popular pelo estado do equilíbrio de poder europeu e o enorme empenhamento no continente que seria requerido para o salvaguardar. Na opinião pública, a política «água azul» de uma anterior geração de crentes no poder naval tinha-se tornado uma estratégia de «céus azuis» destinada a minimizar tanto quanto possível o envolvimento britânico na Europa.

> Em França, em fevereiro de 1934, houve enormes manifestações de direita defronte da

Câmara de Deputados em Paris. A esquerda viu isto como uma tentativa de tomar o poder ao estilo nazi ou mussoliniano e, por conseguinte, respondeu positivamente à sugestão de Moscovo de uma Frente Popular contra o «fascismo». Em junho de 1934, comunistas e socialistas formaram um pacto de união; os Radicais aderiram um mês depois. Em França, ao contrário da Grã-Bretanha, os partidos esquerdistas depressa se convenceram de que seria preciso resistir aos nazis pela força. O problema era que a sociedade francesa se encontrava num estado de abjeta decadência moral e física. O pacifismo ou, pelo menos, uma «angústia da guerra» induzida pela recordação traumática das trincheiras, era o discurso dominante. Grandes setores da imprensa estavam a soldo da Alemanha ou de Itália, professores e sindicalistas opunham-se fortemente a enfrentar Hitler militarmente e cerca de um terço da população masculina em condições de ser chamada às fileiras era considerada inapta para o serviço militar, quase duas vezes mais do que na mais vigorosa Alemanha (108). Em ambos os países, por conseguinte, havia um pessimismo generalizado quanto à capacidade da democracia para prevalecer sobre os ditadores ou, mesmo, sobre se merecia fazê-lo. Havia muita gente na direita europeia, especialmente em França, que simpatizava com o fascismo e achava que era mais capaz de dar expressão à vontade nacional. Achavam que se não podiam vencer Hitler deviam juntar-se a ele.

O desafio dos ditadores também afetava a relação entre Londres, Paris e os seus impérios

ultramarinos. A prioridade imperial, como observou em meados dos anos 1930 o subsecretário permanente dos Negócios Estrangeiros britânico, Warren Fisher, era conter as «tribos teutónicas, que século após século têm sido inspiradas pela filosofia da força bruta». Por outro lado, o apoio do império, especialmente dos domínios britânicos em autogoverno, não podia ser dado por adquirido. Havia ainda consideráveis dúvidas entre canadianos, australianos, neozelandeses e sul-africanos sobre se era necessário ou prudente um confronto militar com a Alemanha, até porque a ansiedade sobre o poder italiano e especialmente japonês era, no ultramar, muitas vezes mais premente (109). Algumas comunidades, como os *afrikaners* e os canadianos franceses, não mereciam qualquer confiança: o líder *québecois* Henri Bourassa avisou que «não se pode consentir que o imperialismo britânico arraste o Canadá para quaisquer outras guerras» (110). Em 1935 a Lei da Índia procurou cumprir promessas anteriores de autonomia e ir em parte ao encontro das exigências do Partido do Congresso. O subcontinente deveria continuar a ser uma reserva estratégica imperial, paga em parte por Londres, pronta a fornecer tropas ou força de trabalho para operar de oriente a ocidente.

A política americana nos primeiros anos após 1933 foi, em contraste, pouco afetada em geral

pela situação geopolítica cambiante. É certo que o trauma económico da Grande Depressão significou que a ansiedade dos Estados Unidos quanto ao futuro da democracia fosse generalizada, mas apenas uma minúscula minoria visse o nazismo ou o fascismo italiano como uma alternativa viável. Nem os ditadores eram considerados pelo público uma ameaça, pelo menos de momento (111). Havia ainda relativamente poucos apelos à solidariedade com as democracias europeias ou a proteger os judeus da discriminação. O *New Deal* do presidente Roosevelt, uma gigantesca experiência de intervenção do Estado na economia, não foi motivado pela preocupação de preparar a sociedade americana para o próximo conflito. Falava de «guerra» contra a depressão, não contra as potências vizinhas. As medidas radicais tomadas em princípios dos anos 1930, a criação da Tennessee Valley Authority, da Works Progress Administration e de outros programas destinados a tirar os Estados Unidos da depressão ou a minorar, pelo menos, os seus efeitos, foram talvez as primeiras adotadas por qualquer governo de uma grande potência *sem* uma explícita agenda estratégica.

Em março de 1935, Hitler anunciou a introdução da conscrição e a substituição do velho

Reichswehr de 100 000 homens por uma *Wehrmacht* de mais de meio milhão de homens. A existência de uma força aérea cada vez maior, a *Luftwaffe*, foi tornada pública. Esta foi a mais séria violação nazi do acordo de Versalhes até à data. O rearmamento completo da Alemanha e a transformação, assim, de todo o equilíbrio de poder europeu, estava em cima da mesa. Desta vez, as potências reagiram rapidamente. Em meados de abril, britânicos, franceses e italianos formaram a «Frente de Stresa» para sustentar o Tratado de Locarno, defender o que restava do acordo de Versalhes e resistir a novas violações alemãs. Em princípios de maio, França e a União Soviética concluíram um tratado de assistência mútua embora sem quaisquer protocolos militares significativos. Na prática, a Alemanha estava agora muito mais cercada do que em qualquer altura desde 1917. Hitler teria de agir rapidamente antes que o anel se apertasse em torno do *Reich* e estrangulasse na infância a transformação interna que tinha iniciado. Teria de romper à força a coligação sitiante e libertar-se desta primeira tentativa sustentada de manter em desequilíbrio a Alemanha ressurgente.

Em fins de junho de 1935, Hitler abriu uma brecha significativa na frente hostil. Persuadiu os

britânicos a concluírem um Acordo Naval em que ele renunciava à devolução das colónias alemãs, reconhecia explicitamente a superioridade marítima britânica, concordando em limitar a construção naval alemã a um terço da marinha real, e se comprometia a não recorrer a uma guerra submarina irrestrita. Amarrar Hitler a um acordo de limitação de armamentos enquanto ainda levava vantagem foi considerado na Grã-Bretanha um grande êxito. Foi visto também como uma maneira de escapar a um envolvimento continental e de se concentrar na defesa imperial. Em troca, Hitler tinha subvertido o compromisso britânico para com a «Frente de Stresa». De qualquer maneira, a posição da Alemanha permaneceu extraordinariamente precária até outubro de 1935. Nesse mês, Mussolini – interpretando mal o espírito de Stresa – procurou valer-se do seu crédito em Paris e Londres para invadir a Etiópia, sublinhando assim a reivindicação pela Itália do estatuto de grande potência. Para sua grande surpresa, os governos britânico e francês – sob a pressão de uma opinião pública indignada – opuseram-se fortemente à iniciativa. Não instaram a Sociedade das Nações, no entanto, a impor a Mussolini sanções efetivas – especialmente um embargo de petróleo que era crucial. Hitler, por seu lado, não só exprimiu simpatia pública pelas ambições

italianas em África como também indicou a sua disposição para resolver a espinhosa questão do Sul do Tirol aceitando a soberania italiana ali. A Frente de Stresa, e com ela a coligação europeia para conter a Alemanha ressurgente, desintegrou-se.

> Hitler agiu então rapidamente para explorar a oportunidade ocupando a zona desmilitarizada

da Renânia em fins de março de 1936. Isto foi outro forte golpe no sistema de Versalhes e um desafio direto às potências de Stresa. Hitler declarou as subsequentes quarenta e oito horas «as mais tensas da minha vida. Se os franceses tivessem marchado para a Renânia teríamos tido de retirar com o rabo entre as pernas, pois os recursos militares de que dispúnhamos teriam sido insuficientes para qualquer resistência, mesmo moderada» (112). Paris, contudo, não se mexeu e Londres também não. O *Führer* também acelerou a mobilização da sociedade alemã e da economia. Em agosto de 1936 concebeu um «Plano Quadrienal» – a escolha de palavras sugeria um ritmo mais rápido do que o do «Plano Quinquenal» de Estaline – para se preparar para uma guerra em 1940-41. Hermann Göring foi encarregado deste esforço. «Autarcia» – autossuficiência em bens alimentares e matérias-primas – tornou-se a palavra de ordem. Os custos do rearmamento tinham de ser suportados com plena consciência do seu efeito distorcionador na economia. «A confrontação para a qual nos encaminhamos», observou no fim do ano Göring, «requer enormes capacidades. O fim do rearmamento não está à vista. A única coisa decisiva aqui é a vitória ou a derrota. Se vencermos, o negócio será suficientemente compensador. Não podemos guiar-nos nisto por considerações atuariais de lucro, mas apenas pelas exigências da política» (113).

As consequências geopolíticas e internas da remilitarização da Renânia foram enormes. As

outras potências também apressaram agora o passo. Em outubro desse ano a Bélgica abandonou os acordos militares franco-belgas de 1920 para prosseguir uma política «exclusiva e completamente belga», na prática tornar-se neutral (114). O golpe de Hitler provocou também um aceso debate no interior da Grã-Bretanha e de França. Alguns observadores britânicos argumentaram que Hitler estava apenas a entrar no seu «pátio das traseiras». O que os preocupava, na sua maioria, era que as conversações de estado-maior com os franceses pudessem provocar Hitler e arrastá-los a todos para uma nova guerra continental. Em França, pelo contrário, a ação alemã contribuiu substancialmente para a eleição em abril de um governo de Frente Popular chefiado por Léon Blum, que estava empenhado em unir o país contra o fascismo dentro e fora de casa. A sua administração deu início a um programa ambicioso de transformação social, destinado a tornar França não só mais igual, mas também mais resiliente frente a Hitler e Mussolini (115). A escolaridade obrigatória foi aumentada, o Banco de França foi colocado sob o controlo parcial do Estado, foram introduzidos preços fixos para o trigo e em agosto de 1936 a indústria do armamento foi nacionalizada. O Ministério da Defesa de Édouard Daladier foi autorizado a aumentar radicalmente as suas despesas para cerca de um terço do orçamento geral. França estava a preparar-se para o pior.

Não tardou o início da batalha entre as Frentes Populares e a emergente aliança germano-

italiana. Em julho de 1936, forças nacionalistas espanholas sob o comando do general Franco revoltaram-se contra o governo esquerdista de Frente Popular eleito em princípios desse ano, mergulhando o país numa guerra civil (116). Muitos viam este conflito por procuração entre o fascismo europeu e a Frente Popular internacional como uma guerra ideológica entre ditadura e democracia. Mas foram as questões geopolíticas em jogo, no entanto, que fizeram da Guerra Civil Espanhola uma frente tão crucial na batalha pelo domínio da Europa. Hitler enviou uma força expedicionária para ajudar Franco de modo a exercer pressão sobre o flanco sul de França e recriar o padrão do cerco que tinha ameaçado Paris no tempo de Carlos V. Ainda mais importante, Hitler estava determinado a evitar uma vitória comunista que transbordasse para França, permitindo às duas potências colaborarem com a União Soviética em cercar a Alemanha. Mussolini enviou uma força ainda

maior em apoio dos nacionalistas. Estaline hesitou por algum tempo, mas acabou por apoiar os republicanos. O Governo de Frente Popular de Léon Blum, em contraste, proclamou em agosto de 1936 uma política de não-intervenção. A Grã-Bretanha seguiu-lhe o exemplo. Ambas as potências impuseram um embargo de armas a todo o país que tendeu a favorecer as forças nacionalistas, mais bem armadas. Milhares de voluntários de França, da Grã-Bretanha, da Alemanha, dos Estados Unidos e de muitas outras partes do mundo acorreram a Espanha nas «Brigadas Internacionais» para combater o «fascismo».

> Enquanto a Europa era aspirada pelo vórtice espanhol, estava a fermentar outra crise no lado

oposto do Mediterrâneo. Em 1936, encorajados pelo Grande Mufti de Jerusalém, os árabes palestinos desencadearam uma revolta contra o mandato britânico, que duraria três anos e se destinava a expulsar a população judaica. Os colonos sionistas retaliaram e criaram organizações clandestinas como o Irgun e o Betar; pela primeira vez, os judeus iam levar a luta ao inimigo em termos militares. O resultado foi uma guerra de guerrilha implacável. Londres acabou por lançar em fins dos anos 30 cerca de 10 % do exército britânico no seu esforço para assegurar esta peça crucial do quebra-cabeças geopolítico do Médio Oriente. Em 1937, no auge dos distúrbios, a Comissão Peel recomendou a partição da área entre árabes e judeus com uma troca de populações entre os dois Estados. Os líderes árabes temeram ser fracos demais para prevalecerem sozinhos sobre o imperialismo britânico e o sionismo mundial; procuraram, por isso, inspiração ideológica e ajuda prática na Alemanha nazi (117). De momento, porém, os árabes estavam muito mais interessados em Hitler do que Hitler neles. O *Führer* ainda estava a ponderar a ideia de deportar os judeus alemães para fora das fronteiras europeias, talvez para África; em 1938 aprovou a ideia de os enviar para Madagáscar. Um Estado judaico na Palestina não era por conseguinte uma ameaça, mas sim uma oportunidade para despejar mais refugiados.

> Em fins de 1936 Hitler estava de novo no comando dos acontecimentos. Não só se tinha

libertado do cerco franco-polaco como tinha anulado a séria tentativa de França, Grã-Bretanha e Itália em Stresa para o conter. Os Estados Unidos – o seu inimigo último – praticamente não se mexeram. Tinha restaurado uma total soberania alemã no próprio *Reich*, no Sarre e na Renânia; o rearmamento procedia a bom ritmo. Mussolini – que tinha sido uma espinha na garganta em relação à Áustria – cada vez mais vinha às boas depois da crise abissínia. A partir de julho de 1936, o

novo ministro dos Estrangeiros italiano, o conde Ciano, procurou «fascizar» a diplomacia italiana e orientar o seu país numa direção mais «revolucionária» e mais pró-alemã. Seguiu-se uma aliança formal – o Eixo – em outubro. Um mês depois Hitler celebrou o Pacto Anti-Comintern com o Japão e – a seu devido tempo – com a Itália. Era dirigido principalmente contra a União Soviética, que estava agora ameaçada pelo Eixo a ocidente e a oriente, mas visava também o «cerco» global do Império Britânico com vista a dissuadi-lo de qualquer intervenção nos assuntos europeus continentais. Tinha surgido uma nova geopolítica global, pondo frente a frente as ditaduras do Eixo e as democracias ocidentais e todas contra o comunismo soviético.

> Estaline reagiu violentamente. Tornou-se cada vez mais paranoico acerca da subversão

estrangeira e deu início a uma prolongada ronda de «purgas» para consolidar o seu controlo sobre o Partido e o Estado (118). O comandante do Exército mais capaz, o marechal Tukachevski, foi executado por suspeita de contactos desleais com os serviços secretos alemães; dezenas de milhares de oficiais do Exército Vermelho pereceram com ele. Centenas de milhares de cidadãos vulgares foram também fuzilados. Muitos outros foram enviados para o Gulag, um arquipélago de mais de cem campos de trabalho localizados principalmente na Sibéria. Os *kulaks*, uma classe de agricultores independentes de maior dimensão, foram acusados de estar conluiados com os japoneses através de uma imaginária «União Geral Militar Russa». Houve também uma forte componente étnica na perseguição, em que as «nações inimigas» foram sistematicamente visadas. Os coreanos foram deportados das províncias do Extremo Oriente, não se desse o caso de colaborarem com os japoneses. Cerca de 100 000 polacos da Ucrânia e da Rússia Branca considerados um risco de segurança potencial foram abatidos em 1937-8. Foi, a um certo nível, uma política de *pogrom* permanente e a outro nível a conclusão lógica da longa tradição russa de modernização coerciva perante uma ameaça exterior. Foram afetados ao todo cerca de 4 milhões de homens e mulheres, dos quais perto de 800 000 foram mortos.

> Do outro lado do mundo, o presidente Roosevelt também reagiu intensamente à nova

geopolítica do Eixo. Olhando para ocidente e para leste, via acumularem-se forças que a longo prazo ameaçariam a segurança dos Estados Unidos. Na Europa, os ditadores estavam em pé de guerra; na Ásia, encorajados pelo Pacto Anti-Comintern, os japoneses lançaram

em julho de 1937 uma invasão da China em larga escala. Nesse ano o jornalista Livingston Hartley publicou *Is America afraid?*, sustentando que o domínio da Europa por uma só potência como a Alemanha e da Ásia pelo Japão ameaçava cercar os Estados Unidos. Isto seria, além disso, o envolvimento da democracia por ditaduras. Em princípios de outubro de 1937, Roosevelt deu voz a estes sentimentos num discurso em Chicago muito publicitado. «Que ninguém imagine que a América escapará», advertiu, «que a América possa esperar misericórdia, que este hemisfério ocidental não será atacado». «Quando uma epidemia de uma doença física começa a espalhar-se», continuava Roosevelt, «a comunidade aprova e adere a uma quarentena dos pacientes a fim de proteger a saúde da comunidade contra a expansão da doença» (119). Ao mesmo tempo, Roosevelt não tinha abandonado completamente a esperança de que a Alemanha pudesse ser contida através de um novo «acordo geral» na Europa em que as suas exigências razoáveis fossem atendidas. Com este fim, autorizou o seu secretário de Estado, Sumner Welles, a dar a volta ao continente e mediar entre as grandes potências. Quer houvesse de ser por meio da cenoura do «Plano Welles» ou pelo pau da «quarentena», uma coisa era certa: os Estados Unidos tornavam a envolver-se na geopolítica europeia.

> Em Berlim, a mudança na política americana em relação à Europa caiu como um raio. A

estratégia de Hitler tinha sido a de estabelecer o domínio alemão na Europa Central, em preparação para destruir a União Soviética e assegurar-se do *Lebensraum* a leste sem o qual o *Reich* não poderia esperar conter a poderio avassalador dos Estados Unidos. O tiro de aviso de Roosevelt em princípios de outubro de 1937 tornava obsoleto o calendário inicial. Doravante Hitler tinha de contar com a hostilidade americana. Isto significava que a transformação interna da Alemanha e a consolidação da Europa Central sob seu comando teria de ser acelerada. Por esta razão, em princípios de novembro de 1937 Hitler convocou uma reunião dos seus chefes políticos e militares na chancelaria imperial. Uma súbita premência entrava agora no discurso do *Führer*. «É [minha] inalterável determinação», anunciou Hitler, «resolver o problema de espaço da Alemanha até 1943-1945» (120). Só a aquisição de «maior espaço vital» e matérias-primas na Europa, adjacentes ao *Reich*, bastaria. O primeiro passo nessa direção, decretava, era a anexação da Áustria e da Checoslováquia.

> Hitler acelerava ao mesmo tempo o ritmo da mudança interna. Em fevereiro de 1938 pôs fora

o ministro da Guerra, Werner von Blomberg, e o chefe do Exército,

Freiherr von Fritsch. Hitler substituiu-os por um Comando Supremo da *Wehrmacht* entregue a um Wilhelm Keitel absolutamente subserviente e com o igualmente maleável Walther von Brauchitsch como chefe do Exército. Usou também a ocasião para remover o nacionalista conservador Konstantin von Neurath e substituí-lo como ministro dos Estrangeiros pelo nazi radical Joachim von Ribbentrop. O aparelho de segurança nacional alemão estava agora completamente nas mãos de Hitler. O seu alvo seguinte era a Áustria, cujo controlo não só daria ao *Reich* um considerável impulso demográfico e económico como também exporia a Checoslováquia a um ataque no seu flanco meridional. Hitler explorava aqui também uma oportunidade; na verdade, foram os próprios acontecimentos a forçar-lhe a mão. Em princípios de março de 1938, o chanceler austríaco, Kurt Schuschnigg, anunciou a realização de um referendo sobre a unificação com a Alemanha. Tencionava enviesar a pergunta e a composição do eleitorado de modo a assegurar a rejeição do *Anschluss*. Hitler agiu imediatamente para se antecipar e ocupou a Áustria, no meio de cenas de entusiasmo arrebatado da população local. Desta vez, Mussolini manteve-se à margem. No princípio do mês seguinte Hitler ordenou que a tradicional insígnia imperial fosse mudada de Viena para Nuremberga, a cidade do Partido. Esta trasladação altamente simbólica destinava-se a sugerir a síntese entre o Sacro Império Romano e o nacional-socialismo.

> Entre Hitler e o controlo total da Europa Central só se interpunha agora a Checoslováquia,

com a sua grande e irrequieta minoria alemã dos Sudetas, que constituía mais de um terço da população. Não havia grande apetite em Paris ou Londres para defender a sua integridade. Isto refletia uma convicção muito espalhada de que Berlim tinha justificadas queixas contra os checos em relação ao tratamento dos alemães dos Sudetas e as esperanças, ténues, de que os objetivos de Hitler eram essencialmente limitados. A razão principal, contudo, para que as duas potências ocidentais se recusassem a intervir era o medo de uma Alemanha rearmada. Ninguém que se lembrasse do extraordinário desempenho militar do *Reich* na Grande Guerra queria arriscar-se a um novo conflito se fosse possível evitá-lo. Especialmente, tanto o estado-maior da Grã-Bretanha como o de França se opunham fortemente em 1938 a uma guerra terrestre contra a Alemanha. Rejeitavam combater simultaneamente Hitler na Europa Central e Mussolini no Mediterrâneo; Londres tinha de se preocupar também com os japoneses. A cooperação com a União Soviética de Estaline estava posta de parte por motivos ideológicos e práticos. Os domínios ultramarinos eram resolutamente contra entrar em guerra por causa

da Checoslováquia. Fazê-lo estilhaçaria a própria unidade do Império Britânico da qual Londres dependia como multiplicador da sua força na Europa. Mesmo resistentes ardorosos como Sir Robert Vansittart hesitavam em fazer frente abertamente a Hitler e isto enfraquecia a sua posição contra os «apaziguadores» dominantes. «É fácil ser corajoso em palavras», perguntou-lhe o subsecretário Permanente do Ministério dos Estrangeiros, Sir Alexander Cadogan, na altura do ultimato de Hitler a respeito da Áustria, «[mas] estará o senhor disposto a bater-se?» «Não», replicou Vansittart. «Então de que é que estamos a falar?», retorquiu Cadogan. «Parece-me que é uma coisa muito cobarde de fazer, incitar um homem pequeno a lutar com um [homem] grande se não se está disposto a ajudar o primeiro» (121).

> Por esta razão, os líderes ocidentais estavam ansiosos por refutar não só a ideia de que Hitler

representava uma ameaça fundamental para a paz europeia como também a noção de que existia um fosso intransponível entre o nazismo e o Ocidente. «Nunca chegaremos longe» no trabalho de mediação, disse ao parlamento em novembro de 1938 o primeiro-ministro Neville Chamberlain, «a não ser que nos acostumemos à ideia de que as democracias e os Estados totalitários não devem ser alinhados uns contra os outros em dois blocos antagónicos». Era muito melhor para a Grã-Bretanha, sustentava, «trabalhar em conjunto» com os seus rivais e dessa maneira «facilitar a troca de bens e a regulação sob vários aspetos das relações internacionais, para bem de todos» (122). Enquanto Hitler estava a travar conscientemente uma guerra ideológica, as democracias ocidentais continuavam a prosseguir uma estratégia de relacionamento no espírito de Locarno. Rejeitaram as tentativas frenéticas de Estaline para criar uma frente diplomática comum contra a Alemanha. O efeito desta abordagem foi o oposto do que se pretendia. Em vez de entrarem numa cooperação construtiva ou se deixarem enredar numa teia de obrigações mútuas, os ditadores meteram simplesmente ao bolso todas as concessões e fizeram mais exigências.

> De modo que, quando Hitler confrontou a Checoslováquia no outono de 1938, brandindo a

legislação de proteção das minorias da Sociedade em defesa dos alemães dos Sudetas, Praga enfrentou sozinha a investida. Não pôde aceitar a oferta de ajuda militar de Estaline porque nem os polacos nem os romenos – com o temor de que o Exército Vermelho se recusasse a sair – lhe concediam passagem através do seu território. Mussolini apoiou fortemente Hitler. A Grã-Bretanha e França deram

instruções a Praga para capitular às exigências de Hitler; apesar de possuírem um Exército forte, os checos decidiram não combater. Chamberlain voou para a Alemanha em fins de setembro para tratar da rendição checa. No acordo de Munique permitiu a Hitler anexar toda a região dos Sudetas, um semicírculo vital industrial e estrategicamente à volta da periferia boémia. A Checoslováquia não só foi mutilada territorialmente como foi tornada militarmente indefesa. O resto da Boémia estava à mão de semear. De regresso à Grã-Bretanha, Chamberlain proclamou «a paz no nosso tempo».

> O acordo de Munique teve um profundo efeito nas políticas internas e nos alinhamentos

geopolíticos europeus. Em fins de 1938, as sondagens de opinião francesas mostravam que 70 % dos franceses queriam resistir a novas ingerências da Alemanha. Na Grã-Bretanha, o debate já antigo entre «apaziguadores» e «resistentes» sobre como lidar com a Alemanha tornou-se a questão política central. Cada vez mais membros do Partido Trabalhista se afastaram do pacifismo e adotaram a opinião de que Hitler tinha de ser travado; a imprensa de esquerda, encabeçada pelo *Daily Mirror*, desancava agora incessantemente o apaziguamento (123). Os conservadores continuaram a ser uma «classe dividida» entre aqueles, como Churchill, Harold Macmillan e Anthony Eden, que acreditavam que as concessões só encorajavam mais exigências, e a maioria por trás de Chamberlain que mantinha que outra guerra contra a Alemanha destruiria a civilização tal como a conheciam e abriria a porta à conquista de toda a Europa pelo comunismo. Alguns, como o secretário dos Estrangeiros, Lorde Halifax, até viam Hitler como um «baluarte do Ocidente contra o bolchevismo». As coisas atingiram o seu ponto crítico durante as eleições intercalares agrestes realizadas em fins de outubro e princípios de novembro de 1938, quando Liberais, Trabalhistas e Conservadores dissidentes se uniram para apoiar os candidatos anti-apaziguamento. Em Oxford, a sua literatura de campanha proclamava que um voto no candidato conservador oficial era «um voto em Hitler»; foi eleito por pouco com uma maioria bastante reduzida. Três semanas depois, contudo, a maioria conservadora de Bridgewater foi derrotada num resultado que foi geralmente considerado uma rejeição popular do apaziguamento. A mensagem era clara: a política de apaziguamento de Chamberlain tinha perdido agora o seu apoio popular (124).

> Na Alemanha, por outro lado, o triunfo de Hitler em Munique silenciou eficazmente as vozes

críticas entre a elite. Os planos cuidadosamente elaborados pelo

general Ludwig Beck e outros críticos militares para deitar abaixo Hitler antes que este mergulhasse a Alemanha numa guerra ruinosa foram cancelados. Os conspiradores receberam pouco encorajamento do exterior: Chamberlain depreciou a resistência como «jacobitas» sem legitimidade no seu país. Hitler acelerou agora a sua campanha contra o inimigo interior. A 9 de novembro de 1938, a SA e a turbamulta foram largadas contra as sinanogas e os lugares judaicos em toda a Alemanha no *pogrom* da *Kristallnacht.* Um mês depois Ribbentrop insistiu em que todos os deputados de ascendência judia fossem excluídos das receções diplomáticas. Em fins de janeiro de 1939, Hitler levou a sua retórica ainda mais longe. Profetizou ao *Reichstag* que «se a Judiaria Financeira Internacional dentro da Europa e fora dela fosse bem-sucedida em mais uma vez mergulhar os povos numa guerra mundial, a consequência não seria então a bolchevização do mundo e, por conseguinte, uma vitória da judiaria, mas sim, pelo contrário, a destruição da raça judaica na Europa» (125). Por outras palavras, Hitler não considerava a sua luta contra os judeus como parte da sua política interna, mas da sua estratégia geral.

> Em março de 1939, Hitler aproveitou uma crise nas relações checo-eslovacas para ocupar

Praga. Uma vez mais, britânicos e franceses cederam; a Sociedade das Nações nada fez, os Estados Unidos também nada fizeram. A Boémia-Morávia tornou-se um protetorado alemão; a Eslováquia declarou a sua independência na condição de satélite alemão. A Checoslováquia deixou de existir. Os preparativos de guerra militares e económicos de Hitler receberam um poderoso impulso com a absorção do Exército checo, que incluía muitos carros de combate blindados de modelos avançados, e do potencial industrial da Boémia. Em vez de se unirem para conter a Alemanha na Checoslováquia em 1938-9, as pequenas e médias potências correram a fazer as pazes com Hitler. Roménia, Jugoslávia e Bulgária procuraram a proteção alemã. Alguns Estados até se juntaram eles próprios à disputa dos despojos, em parte para satisfazer velhas ambições, mas também porque acreditaram que a contenção teria como única recompensa ganhos unilaterais por parte dos seus rivais. Em finais de 1938, a Polónia tomou à Checoslováquia o disputado território de Teschen e a Hungria anexou uma faixa substancial do Sul da Eslováquia, em grande parte povoado por magiares. Mussolini estava ansioso, também, por «compensar» os ganhos de Hitler com aquisições próprias. Respondeu à anexação da Boémia-Morávia ocupando a Albânia em abril de 1939. Duma ou doutra maneira, o mapa europeu estava a ser tão alterado pelas reações a Hitler como por ele mesmo.

No seio da política interna britânica e francesa, porém, a opinião voltou-se distintamente

contra o apaziguamento. A ocupação de Praga por Hitler destruiu, com efeito, a confiança do público e da imprensa na estratégia dos governos para com a Alemanha; os rumores parlamentares cresceram de intensidade. Chamberlain foi implacavelmente atacado pelas bancadas da oposição e, o que era mais preocupante para si, viu-se confrontado com apelos dos «resistentes» conservadores a um governo de todos os partidos. Na prática, isto teria alinhado a Grã-Bretanha numa «frente popular» contra Hitler. Em França estava a desenvolver-se uma evolução semelhante. Os apaziguadores, chefiados pelo ministro dos Estrangeiros Georges Bonnet estavam a perder terreno para os resistentes que rodeavam o primeiro-ministro Daladier. As sociedades britânica e francesa estavam a preparar-se para resistir à Alemanha.

Londres e Paris eram agora forçadas a reconhecer que Hitler não só dominava totalmente a

Europa Central – coisa que toleravam com sérias reservas – como também, valendo-se disso, tencionava desfazer todo o equilíbrio europeu. Em fins de fevereiro, o Governo britânico concordou em entrar em guerra na eventualidade de um ataque alemão à Holanda, à Bélgica ou à Suíça e emitiu uma garantia pública da segurança francesa. A «Força de Intervenção» continental foi mobilizada nos primeiros meses de 1939 e as primeiras conversações de estado-maior anglo-francesas realmente intensas seguiram-se pouco depois. A *Entente Cordiale* fora ressuscitada. Não bastava, contudo, limitar-se a marcar os limites a ocidente. Mais ganhos alemães na Europa de Leste – e já corriam boatos de uma investida sobre a Polónia ou a Roménia – teriam de ser evitados. Além disso, Hitler só podia ser derrotado – ou, ainda melhor, dissuadido – se fosse obrigado a combater em duas frentes; manter em jogo os polacos era, por conseguinte, vital. Por esta razão, as potências ocidentais emitiram em março de 1939 uma garantia formal da independência polaca e romena, embora não necessariamente da sua integridade territorial. Isto visava dar algum espaço a um acordo territorial polaco-alemão, mas a dissuadir Hitler de uma anexação pura e simples, negando-lhe assim os recursos para travar uma guerra contra elas.

As ações de Hitler tinham causado também uma profunda impressão nos Estados Unidos.

Roosevelt disse aos seus chefes civis e militares que pela primeira vez

desde a Santa Aliança de 1818 os Estados Unidos defrontavam agora a possibilidade de um ataque «do lado do Atlântico tanto no hemisfério norte como no hemisfério sul». Se os alemães conseguissem derrotar ou capturar a marinha real isso poderia redundar numa mudança substancial do equilíbrio de poder marítimo em detrimento da América. Além disso, como Roosevelt salientou numa conferência de imprensa por volta da mesma altura, os progressos tecnológicos – especialmente o poder aéreo – tinham trazido um ataque potencial «infinitamente mais perto» do que nas décadas anteriores (126). Além disso, os ditadores não representavam apenas uma ameaça estratégica, mas também ideológica; aliás, as duas considerações confundiam-se na mente do Presidente. Durante grande parte dos últimos anos 1930 temeu que Hitler ou Mussolini pudessem «fazer no México o que fizeram em Espanha», que fora «organizar uma revolução, uma revolução fascista» (127). Roosevelt, portanto, via a luta contra os ditadores europeus como uma batalha cósmica entre duas visões do mundo, em que a segurança dos Estados Unidos estava inextricavelmente ligada à do mundo que ficava para lá do hemisfério ocidental (128).

Estaline, contudo, estava agora convencido de que as potências europeias não estavam

interessadas numa frente comum. Pelo contrário, havia todos os sinais de que esperavam que Hitler pudesse ser usado para o conter a ele. Em março de 1939, o ditador soviético, por conseguinte, avisou publicamente que a União Soviética se «manteria vigilante e não consentiria àqueles que queiram provocar uma guerra que arrastem o nosso país para o conflito» nem ele «tiraria do lume as castanhas dos outros» (129). A sua sugerida aliança franco-britânico-russa para garantir o acordo territorial na Europa de Leste – na verdade uma simples extensão da promessa que Londres e Paris já tinham feito – levou a negociações esporádicas que se arrastaram ao longo do verão. A demora deveu-se em parte à recusa polaca de admitir a ajuda militar soviética – que teria minado fatalmente o domínio de Varsóvia sobre as suas províncias da Rússia Branca e da Ucrânia – e a uma crença anglo-francesa errada na força do Exército polaco. Era necessária uma ação radical para se libertar da apertada tenaz em que Tóquio e Berlim mantinham agora a União Soviética. Nesse mesmo mês os russos derrotaram decisivamente na Mongólia as forças japonesas, na batalha de Nomonhan. Com o seu flanco oriental seguro, pelo menos de momento, Estaline podia agora concentrar-se em Hitler.

Pela sua parte, Hitler estava a sentir-se cada vez mais encurralado.

Profundamente preocupado pela retórica cada vez mais beligerante de Roosevelt (130), convencido de que o confronto com os Estados Unidos estava muito mais próximo de que tinha esperado, Hitler ordenou a execução do «Plano Z», a construção de uma grande frota de superfície de alto mar – the *Weltmachtsflotte* (131), capaz de projetar o poder aéreo alemão através do Atlântico, não apenas contra o Império Britânico, mas também contra os Estados Unidos. Em março, Hitler ressuscitou as suas exigências coloniais em África e trouxe Espanha para o Pacto Anti-Comintern, um gesto apontado muito mais ao outro lado do Atlântico do que a Moscovo. Em abril de 1939 revogou o tratado naval anglo-alemão, em parte em reação à garantia polaca, mas também em reconhecimento do facto de que o confronto marítimo com as potências anglo-saxónicas se aproximava.

Mas foi na Europa de Leste que o novo calendário de Hitler realmente se fez sentir. A única

maneira de contrabalançar as potências mundiais, especialmente os Estados Unidos, era a conquista de espaço vital no Leste. Com este intuito, Hitler abordou a Polónia em fins de outubro de 1938 – pouco depois da crise dos Sudetas – com a oferta de uma campanha conjunta contra a União Soviética (132). A troco de Danzig e de cooperação militar – incluindo a passagem através de território polaco para atacar a Rússia – Varsóvia receberia terras na Ucrânia. A Polónia, por outras palavras, seria cooptada como parceiro secundário no projeto do *Lebensraum* e não eliminada; ficaria numa categoria a meio caminho entre ser um aliado, como Mussolini, e um satélite absoluto, como a Eslováquia. Para surpresa e imensa irritação de Hitler, os polacos recusaram as suas ofertas. Pior ainda, a garantia anglo-francesa tanto «re-cercava» a Alemanha – a expressão estava em todas as bocas – como criava um obstáculo inamovível à estratégia geral do *Führer*. Os polacos interpunham-se entre ele e a segurança última que ambicionava: profundidade espacial no interior da Rússia. Se a União Soviética houvesse de ser atacada, a Polónia teria de ser esmagada. Com uma audácia espantosa, Hitler voltou-se agora para Estaline a fim de eliminar a última barreira que impedia atacá-lo.

O resultante Pacto Molotov-Ribbentrop de agosto de 1939 foi, assim, uma iniciativa alemã

muito repentina, mas oferecia pelo menos a Estaline uma oportunidade de reorganização territorial controlada a leste. Sem acordo, Hitler ficaria simplesmente com tudo e podia até aliar-se com franceses e britânicos contra a Rússia. Estaline também estava a jogar

a longo prazo, na esperança – como disse ao Politburo em meados de agosto – de uma «Alemanha sovietizada», como recompensa última, depois da vitória franco-britânica sobre a Alemanha. Por todas estas razões, explicou, era «do interesse da URSS (...) que deflagr[asse] a guerra entre o *Reich* e o bloco capitalista anglo-francês» (133).

> A principal preocupação de Estaline não era a Polónia, mas sim os Estados bálticos: temia que

Hitler entrasse na Lituânia, na Letónia e na Estónia. A primeira cláusula tratava da Lituânia, só a segunda da Polónia e a intenção parece ter sido marcar o limite oriental da expansão alemã na Polónia, mais do que necessariamente uma zona de direta ocupação soviética. De modo que quando Hitler atacou a Polónia, a 1 de setembro de 1939, estava a disparar os tiros de abertura de uma guerra da coligação soviético-alemã contra a ordem territorial europeia estabelecida. Nenhum dos ditadores, porém, teve a guerra, ou o parceiro, que inicialmente queria. Hitler tinha tencionado invadir a União Soviética em aliança com a Polónia; Estaline teria preferido grandemente juntar-se a uma frente anglo-francesa contra a Alemanha nazi.

> Grã-Bretanha e França acabaram por declarar guerra à Alemanha a 3 de setembro de 1939

com grande relutância e não fizeram qualquer esforço por atacar a vulnerável fronteira ocidental de Hitler. Ainda esperavam uma paz de compromisso que deixasse a Alemanha intacta como baluarte contra o bolchevismo (134). Estaline, por seu lado, temia que uma derrota alemã transtornasse o equilíbrio europeu e o expusesse a um ataque concertado das potências capitalistas (135). No caso, a resistência de Varsóvia desmoronou-se rapidamente e assim, em 17 de dezembro – o dia em que finalmente derrotou as forças japonesas em Khalkhin Gol, na Mongólia – Estaline enviou tropas para as suas províncias orientais. Estava completada a quarta partição da Polónia.

> Seguiu-se agora um período de intensa cooperação russo-alemã, durante o qual Estaline

enviou a Hitler matérias-primas vitais para travar a guerra contra as potências ocidentais; o NKVD devolveu a Hitler os comunistas alemães que tinham fugido para a Rússia; e a SS entregou à União Soviética nacionalistas ucranianos. Ambos os serviços de informações reprimiram impiedosamente a *intelligentsia* polaca e o corpo de oficiais polaco. Em novembro de 1939, Estaline atacou a Finlândia com vista a

garantir uma zona tampão para a defesa de Leninegrado. Estava em curso uma total reorganização territorial russo-alemã do Leste e do Norte da Europa.

A guerra teve efeitos profundos, mas muito diferentes, nas políticas internas. Ao contrário de

1914, França não viveu uma nova *Union Sacrée* que juntasse todos os partidos e classes da sociedade, por muito breve e superficialmente que tivesse sido. Pelo contrário, as divisões entre esquerda e direita e entre apaziguadores e resistentes de esquerda e de direita aprofundaram-se. A posição foi ainda mais complicada pelo Pacto Hitler-Estaline. O Partido Comunista recebeu instruções de Moscovo para recusar qualquer cooperação com o Governo; o seu chefe, Maurice Thorez, desertou do Exército e fugiu para a União Soviética. A produção de armamento era lenta, principalmente porque o Governo economicamente liberal a deixou nas mãos da iniciativa privada. A guerra foi prosseguida timidamente, tanto em termos militares como propagandísticos. As forças francesas deixaram-se embalar por um sentimento de falsa segurança por trás da linha Maginot, enquanto Hitler e Estaline reordenavam a Europa de Leste.

Na Grã-Bretanha, a eclosão da guerra e a incapacidade em conter Hitler quase destruíram o

governo de Chamberlain. O primeiro-ministro acabou por ser empurrado a agir pela determinação do público, da imprensa e do parlamento em fazer frente à Alemanha. O resultado foi que a Grã-Bretanha entrou na guerra sem entusiasmo mas unida, o único Estado importante da subsequente Grande Aliança vitoriosa que fez frente diretamente a Hitler em vez de ser atacado por ele. Além disso, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e África do Sul, todas se uniram à causa, no caso da última só depois de um aceso debate parlamentar; a Irlanda manteve-se neutral. A economia de guerra funcionou eficazmente logo a partir do início das hostilidades, graças antes de mais à cooperação patrocinada pelo Governo entre a indústria e os sindicatos de modo a impulsionar a produção de armamento (136).

As potências totalitárias, por outro lado, prosseguiam políticas internas muito mais radicais.

Estaline revolucionou os territórios polacos ocupados, erradicando a burguesia; temendo que pudessem formar uma quinta-coluna pró-aliada, ordenou a matança de milhares de soldados polacos capturados, no bosque de Katyn, em abril-maio de 1940 (137). De igual

modo, Hitler apertou o seu controlo da frente interna alemã e dos territórios ocupados. Em fins de setembro de 1939, todas as organizações de segurança e vigilância foram unidas sob o comando de Heinrich Himmler na temível *Reichsicherheitshauptamt.* Um mês depois Hitler autorizou o início de um programa de «eutanásia» destinado a eliminar «vidas sem valor» e fortalecer a fibra biológica de nação para a luta que se avizinhava. Os alemães bálticos e russos foram trazidos para «casa», para o *Reich*. Repetiu os seus avisos de que os judeus seriam punidos por terem de novo mergulhado a Europa na guerra. Os judeus da Polónia foram arrebanhados para guetos; dezenas de milhares deles foram fuzilados sumariamente. De momento, todavia, os judeus alemães foram deixados vivos, principalmente para dissuadir os Estados Unidos. Em julho de 1940, Hitler referiu-se explicitamente a eles como «reféns» nas mãos dos alemães. Apesar de toda a retórica, porém, Hitler não ordenou ainda a total mobilização para a guerra da sociedade alemã. Foi muito mais lento do que os britânicos a recrutar as mulheres para a força de trabalho e preocupou-se mais do que eles em manter o abastecimento em bens de consumo. A Alemanha ainda se estava a armar em largura, mais do que em profundidade: teria dificuldade em sustentar uma guerra prolongada contra Grã-Bretanha e França. Hitler estava determinado a que não se desse uma repetição da experiência da Primeira Guerra Mundial, quando a frente interna se tinha desmoronado em resultado do bloqueio.

> Com a Polónia esmagada, Hitler estava ansioso por abrandar a guerra no Ocidente e garantir o

Lebensraum a leste antes que os Estados Unidos interviessem. Em fins de 1939, abriu uma «ofensiva de paz» destinada a conseguir uma paz de compromisso com a Grã-Bretanha e a França. Teria então quase seguramente lançado o seu ataque à União Soviética como inicialmente previsto. Londres e Paris, contudo, não estavam dispostas a deixá-lo senhor da Polónia e assim as suas propostas foram rejeitadas. Pior ainda, do ponto de vista dos alemães, britânicos e franceses estavam a preparar-se para cortar o seu fornecimento de minério de ferro através da Noruega. De modo que em abril-maio de 1940 Hitler teve de improvisar outra vez. Adiantou-se à ocupação Aliada da Noruega com a sua própria invasão; a Dinamarca foi também ocupada para garantir as linhas de comunicação. Pouco depois Hitler lançou uma invasão-relâmpago de Holanda, Bélgica e França. Esta operação – que ele temia que pudesse demorar vários anos – teve um êxito que excedeu as suas expectativas mais delirantes. Em poucas semanas, os Países Baixos tinham sido completamente conquistados, o Exército francês esmagado e a Força Expedicionária

britânica tão absolutamente batida que foi uma sorte ter escapado em tão grande número das praias de Dunquerque.

> A vitória alemã a ocidente transformou a política europeia (138). A partir de junho de 1940,

Hitler controlava não só toda a Europa Central, mas também grande parte da Polónia, toda a metade norte de França, os Países Baixos, Dinamarca e Noruega. O que restava de França estava sob domínio da Alemanha. O novo regime nominalmente independente de Vichy, chefiado pelo marechal Pétain e o seu primeiro-ministro Pierre Laval, no Sul, procurou encontrar um papel próprio a desempenhar na Europa através da «colaboração» com Berlim (139). O tradicional equilíbrio de poder europeu já não existia. Tinha sido substituído pela hegemonia alemã. Isto desencadeou uma correria territorial que fez tanto – senão mais – do que a ação direta de Hitler para mudar o mapa da Europa. Para as restantes potências, a ameaça geopolítica de Hitler era tanto uma ameaça como uma oportunidade. O líder soviético estava determinado a «compensar» os ganhos de Hitler e adiantar-se a mais avanços da Alemanha por meio de anexações perto das suas fronteiras. Por conseguinte, pouco depois da queda de França Estaline ocupou os Estados bálticos e um mês depois forçou a Roménia a entregar-lhe a Bessarábia e o Norte da Bucovina. Começou a penetrar nos Balcãs, não só para se antecipar aos alemães como também para manter fora de lá os britânicos, que considerava a principal potência capitalista mundial e uma ameaça permanente à segurança soviética. O resultado líquido de tudo isto foi que pelo final do ano Estaline tinha invadido, ocupado ou saqueado territorialmente tantos Estados independentes como Hitler.

> Mussolini reagiu à derrocada de França avançando com os seus planos de um império fascista

no Sudeste da Europa e no Mediterrâneo (140). Em junho de 1940 lançou uma ofensiva tardia e completamente falhada no Sul de França; foi recompensado, no entanto, com uma zona de ocupação. Pouco depois atacou os britânicos no Norte de África e foi ignominiosamente repelido. Finalmente, em fins de outubro, Mussolini invadiu a Grécia, na esperança de estabelecer pelo menos uma hegemonia balcânica que contrabalançasse o domínio de Hitler sobre a Europa Central e Ocidental. Uma vez mais, as forças italianas viram-se irremediavelmente atoladas, visto que os gregos ofereceram uma resistência muito mais forte do que se esperara. Como se tudo isto não fosse já suficientemente mau, os britânicos afundaram em novembro de 1940 uma boa parte da frota italiana ancorada em Taranto. A

humilhação de Mussolini era total. Esta série de derrotas minou internamente o regime, onde estavam a começar a aparecer as primeiras rachas; a política externa, há muito um instrumento do governo fascista em Itália, estava agora a ameaçar miná-lo (141). O ditador espanhol também esperava tirar proveito da derrocada do poder francês. Ocupou a Zona Internacional de Tânger em meados de junho de 1940, até para se adiantar aos italianos. Em outubro de 1940, Hitler encontrou-se com Franco em Hendaia, mas não conseguiu persuadi-lo a abandonar a sua neutralidade. O que estava em questão não era uma recusa do espanhol a atacar a Grã-Bretanha; estava desejoso de o fazer. O problema era que Franco apresentava uma longa lista de exigências territoriais, incluindo não apenas Gibraltar, mas também Orão e Marrocos. Isto não só ia contra a política de Hitler de tentar ganhar Pétain para a coligação antibritânica como também teria ofendido Mussolini (142). Em suma, não foi a contenção de Franco que manteve Espanha fora da guerra, mas sim a de Hitler.

> A invasão alemã dos Países Baixos precipitou uma revolta parlamentar contra Chamberlain em

maio de 1940 (às vezes designada erroneamente por «debate da Noruega»). O novo governo, chefiado por Winston Churchill, estava determinado a continuar a lutar e fazer todos os sacrifícios militares, económicos, sociais e constitucionais necessários para alcançar a vitória. Em meados de junho de 1940, Churchill fez uma oferta malsucedida de união com a França – envolvendo uma cidadania conjunta e um governo comum – destinada a amarrar os franceses ao esforço de guerra contra a Alemanha ou, falhando isso, assegurar-se da sua frota (143). A ameaça nazi era tão de vida ou morte, por outras palavras, que justificava a entrega da soberania inglesa, ou pelo menos a sua partilha. Não muito depois, uma vez consumada a capitulação dos franceses, a Grã-Bretanha rejeitou as propostas de paz de Hitler. Nesse verão, a RAF (a *Royal Air Force*) repeliu a tentativa da *Luftwaffe* para ganhar o domínio dos ares sobre Inglaterra e mesmo com superioridade aérea a capacidade da Alemanha para ultrapassar a marinha real teria sido altamente duvidosa (144). Hitler, em qualquer caso, nunca tinha tencionado combater a Grã-Bretanha, se isso pudesse ser evitado, e só foi levado a abrir hostilidades pela recusa de Londres em consentir que dominasse a Europa Central e de Leste. Cancelou a «Operação Leão Marinho», a invasão da costa sul.

> A queda de França teve um impacto de monta no Império Britânico. Este era agora a última

linha de defesa contra Hitler – Churchill planeava continuar a luta a

partir do Canadá se a Grã-Bretanha propriamente dita fosse conquistada – e um reservatório de forças onde a Grã-Bretanha podia abastecer-se. A Grã-Bretanha, por conseguinte, nunca «esteve sozinha» (145). Centenas de valiosos pilotos «imperiais» voaram na Batalha de Inglaterra (146). As baixas em combate da Nova Zelândia foram as mais altas de todos os beligerantes em proporção da população, com a única exceção da União Soviética (147). As fábricas do Canadá, da Austrália e da Índia produziram de facto mais espingardas do que a própria Grã-Bretanha, bem como dezenas de milhares de aeronaves; a economia do Canadá só por si era igual à de Itália. Ao longo dos mais ou menos cinco anos que se seguiram, milhões de canadianos, australianos, neozelandeses e sul-africanos prestaram serviço nesta ou naquela qualidade, principalmente, em geral, contra os alemães. Também o fizeram muitos indianos, que entraram na guerra quer gostassem ou não. Depois de maio de 1940 o Exército indiano foi duplicado para 2 milhões de homens e os recursos da Índia foram sistematicamente usados para apoiar o esforço de guerra. Com exceção das espingardas, a produção industrial conjunta do Império Britânico depressa excedeu em todas as categorias a da Europa ocupada pela Alemanha.

> Hitler, porém, já não estava concentrado em combater o Império Britânico. Pouco depois da

queda de França indicou à sua liderança militar que planeava atacar a União Soviética na primeira oportunidade. O fracasso em submeter a Grã-Bretanha nesse verão e outono e a recusa de Churchill em aceitar uma divisão do mundo amistosa entre ambos, aumentou a sua determinação em tratar dos dois inimigos ao mesmo tempo antes que os americanos pudessem intervir. Em fins de setembro de 1940 juntou-se com italianos e japoneses para formar um Pacto Tripartido. No fim do ano emitiu instruções detalhadas sobre como devia ser executado o ataque à União Soviética – a Operação Barbarossa. Primeiro, no entanto, tinha de assegurar o seu flanco sul nos Balcãs. Aqui, a aventura grega falhada de Mussolini trouxe tropas britânicas em ajuda dos gregos. Pior ainda, a ofensiva italiana no Norte de África não só falhou como provocou um devastador contra-ataque britânico em princípios de 1941. Para cúmulo disto tudo, a Jugoslávia estava em convulsão com um golpe de Estado sérvio geralmente interpretado como uma rejeição do alinhamento com a Alemanha. De modo que, em fevereiro de 1941, enviou o *Afrikakorps* comandado por Rommel para suster a maré no Norte de África e assegurar a área como ponto de escala a partir do qual ameaçar a América (148); não tardou muito que o Exército britânico se visse em sérias dificuldades. Dois meses mais tarde tinha dominado a Jugoslávia e a Grécia, que ficaram ambas

sob ocupação; no norte foi instalado um Estado fantoche croata sob a chefia de Ante Pavelić e outro no sul, chefiado por Milan Nedić. Hitler não tinha tencionado inicialmente ocupar tão depressa uma parte tão grande da Europa e estas decisões estratégicas improvisadas teriam consequências inesperadas.

> O fracasso italiano e o êxito de Rommel no Norte de África forçaram Hitler a pensar

sistematicamente sobre o Médio Oriente. Encarava agora uma estratégia de pinça gigantesca em que o *Afrikakorps* avançava para oriente através do Egito e da Palestina em direção à Mesopotâmia, enquanto outro exército rumava para sul a partir da Ucrânia, através do Cáucaso, para se juntar com Rommel. Os nacionalistas árabes viam agora Hitler como a sua melhor esperança de expulsar os sionistas da Palestina e as forças britânicas de toda a região. Em janeiro de 1941, o Grande Mufti de Jerusalém, Amin al-Husseini, ofereceu a Hitler uma parceria estratégica contra a coligação «anglo-judaica». Isto acabaria também com «a exploração e exportação de petróleo em proveito da Inglaterra». Subscrevia calorosamente as políticas nazis contra os judeus, incluindo a exterminação física. O ministro dos Estrangeiros nazi, Ribbentrop, estava entusiasmado com as possibilidades do Médio Oriente, especialmente depois do pró-alemão Rashid Ali ter tomado o poder num golpe de Estado em Bagdad e ter lançado *pogroms* contra os judeus. Rashid Ali, porém, cedo foi esmagado pelos britânicos e os dois esquadrões da *Luftwaffe* colocados em Mossul com a ajuda das autoridades de Vichy da Síria foram abatidos em poucos dias. Para Hitler, no entanto, o Médio Oriente continuou a ser essencialmente um teatro secundário: os líderes locais estavam muito mais interessados nele do que ele neles.

> O que realmente preocupava o *Führer* eram os Estados Unidos. O presidente Roosevelt tinha

reagido à queda de França com horror. Considerava a vitória da Alemanha uma mudança fundamental no equilíbrio de poder europeu e global, até porque Hitler podia herdar agora as possessões francesas na América do Sul e nas Caraíbas. Roosevelt temia que o verdadeiro objetivo de Hitler fosse ganhar acesso ao Atlântico, provavelmente obtendo um ponto de apoio na península Ibérica ou mesmo nos Açores ou em Cabo Verde (149). A opinião interna nos Estados Unidos – onde os céticos e isolacionistas puros ainda eram muitos mais do que os intervencionistas – significava que Roosevelt tinha de se conter. O Presidente enquadrava o seu apoio à Grã-Bretanha, por conseguinte, numa estratégia para impedir a penetração alemã na América Latina.

Em princípios de setembro de 1940 negociou um acordo pelo qual a marinha real recebia velhos contratorpedeiros americanos em troca do arrendamento de bases britânicas. Esta decisão era dirigida contra Hitler, é claro, mas também podia ser defendida em termos tradicionais como uma diminuição do poder do Império Britânico no hemisfério ocidental. Nesse mesmo mês o Congresso concordou na introdução da conscrição, o primeiro recrutamento militar obrigatório em tempo de paz na história dos Estados Unidos.

> Em novembro de 1940 Roosevelt obteve um terceiro mandato como Presidente e com ele o

espaço de manobra que lhe faltava. Podia agora começar a sério a contenção de Hitler. Mesmo a chegar ao fim de dezembro de 1940 disse à nação numa das suas famosas «conversas à lareira» que os Estados Unidos agiriam como «arsenal da democracia» contra os ditadores. Em março de 1941 Roosevelt introduziu o *Lend-lease*, pelo qual os Estados Unidos «alugavam» – na prática, davam – grandes quantidades de material de guerra aos britânicos e aos chineses sem dinheiro. Isto era, como assinalou o secretário da Guerra, Henry Stimson, na prática «uma declaração de guerra económica» a Hitler e ao Japão; numa alocução radiofónica no dia em que a Lei do *Lend-Lease* passou no Senado, Roosevelt falou abertamente da «Segunda Guerra Mundial», que «começou há um ano e meio» (150). Mais à frente nesse mesmo mês o Presidente e os seus chefes de estado-maior concordaram em que, em caso de conflito com as potências do Eixo, os Estados Unidos se concentrariam em tratar da «Alemanha primeiro». Todos os planos de guerra se centravam no Atlântico, na Alemanha e no *Reich*. Com isto em mente, os americanos conduziram as «conversações de Washington» com o Japão em abril de 1941, destinadas a manter Tóquio em cheque enquanto se resolvia a Alemanha. Hitler não estava ao corrente, é claro, do planeamento militar americano, mas a direção geral da política dos Estados Unidos – que ele atribuía ao poder da «judiaria mundial» em Washington – era indubitável. Nesse mesmo mês, desesperado por evitar uma derrota japonesa, que o deixaria a enfrentar sozinho todo o poderio dos americanos, e convencido de que o conflito aberto com Roosevelt estava apenas a meses de distância, fez a sua promessa fatal aos japoneses de que os apoiaria numa guerra futura contra os Estados Unidos.

> De modo que, a 22 de junho, o *Führer* invadiu a União Soviética. Ao lado da própria

Wehrmacht, o exército invasor incluía, ou veio a incluir, contingentes

nacionais das aliadas Itália, Finlândia, Roménia, Hungria e Eslováquia e da Espanha neutral (de onde Franco forneceu a Divisão Azul), bem como voluntários de quase todos os lugares da Europa, França, Países Baixos e Escandinávia. Hitler tinha mobilizado quase toda a Europa em apoio da sua estratégia. O seu fim era não apenas eliminar o bolchevismo, ou pelo menos empurrá-lo para lá dos Urais, mas assegurar o *Lebensraum* de que a Alemanha precisava para sobreviver ao iminente confronto com a coligação judia anglo-americana. Com este fim, as terras conquistadas seriam implacavelmente colonizadas e purgadas de todas as influências judaicas e comunistas. Logo desde o princípio o exército executou os comissários soviéticos como suspeitos de serem agentes da judiaria mundial, enquanto os *Einsatzgruppen* da SS que avançavam atrás da linha da frente chacinavam centenas de milhares de homens judeus; de momento, as mulheres e crianças eram geralmente poupadas.

> Estaline dedicava-se agora à mobilização total da sociedade soviética. Proclamou que o

combate «não pode ser considerado uma guerra normal (...) entre dois exércitos», mas sim uma «guerra pela Pátria» da «liberdade contra a escravidão» (151). Foram desmanteladas e tornadas a montar em lugar seguro, para lá dos Urais, as indústrias críticas em risco de serem capturadas pelos alemães. Muito depressa começaram a produzir dezenas de milhares de tanques, aviões e peças de artilharia. Foram recrutados milhões de soldados; muitos oficiais que definhavam no Gulag foram libertados para servir na frente de batalha. O sentimento nacional russo foi encorajado. Estaline, em contrapartida, demorou em apelar ao sentimento religioso popular. Este parece ter-se desenvolvido espontaneamente em reação à invasão e o regime restabeleceu o Patriarcado de Moscovo, não tanto para o promover como para gerir uma onda de entusiasmo que podia de outro modo ser dirigida contra o regime (152). A dissidência, potencial e real, continuou a ser reprimida brutalmente; cerca de 2,5 milhões de pessoas foram enviadas para o Gulag durante a guerra e centenas de milhares de alemães e chechenos foram deportados preventivamente, por medo que pudessem colaborar com Hitler. Perto do fim de 1941, com base na informação vital de que os japoneses não planeavam atacar no oriente e estavam, isso sim, de facto prestes a atacar os Estados Unidos, Estaline autorizou a transferência para ocidente das possantes divisões siberianas. Ao fim do ano o Exército Vermelho tinha impedido a *Wehrmacht* de atingir Moscovo. O desfecho da guerra ainda estava inteiramente em aberto, mas era claro que a oportunidade de uma vitória alemã rápida tinha passado.

> Roosevelt aumentou então ainda mais a pressão sobre Hitler. Não aceitou a espantosa oferta

de Estaline para que destacasse tropas americanas sob comando dos Estados Unidos em qualquer parte da frente russa. A opinião pública ainda se opunha fortemente à beligerância oficial. O Presidente, contudo, enviou a Estaline uma substancial ajuda militar, descongelou os ativos soviéticos e libertou a navegação soviética das restrições da Lei de Neutralidade. Encontrou-se com Churchill na baía de Placentia, ao largo da Terra Nova, em meados de agosto de 1941 e acordou com ele o que veio a ser conhecido por «Carta do Atlântico». Esta anunciava um «futuro melhor para o mundo» com base na rejeição de «alterações territoriais que não se conformam com os desejos livremente expressos dos povos interessados» e o estabelecimento da paz «[depois] da destruição final da tirania nazi»; e o desarmamento de nações «que ameacem ou possam ameaçar agressões fora das suas fronteiras».

> A frase crucial era a referência à «destruição final da tirania nazi». A Carta era uma estratégia

para derrotar Hitler, uma super-Versalhes que mais uma vez desarmaria a Alemanha. Era um documento notável para uma potência não-beligerante, emitido sem autorização parlamentar. No mês seguinte o Presidente deu instruções aos contratorpedeiros dos Estados Unidos para atirarem à vista sobre navios ou submarinos alemães. «Quando se vê uma cascavel pronta a atacar», anunciou Roosevelt à população noutra das suas «conversas à lareira», a 11 de setembro de 1941, «não se espera que tenha atacado para a esmagar». Ninguém que ouvisse esse discurso – incluindo a liderança nazi em Berlim – podia ter qualquer dúvida de que o Presidente estava a avisar o ditador alemão. Para todos os efeitos, a Alemanha estava *já* em guerra com os Estados Unidos. Sobre este pano de fundo ambos os líderes tomaram decisões fatídicas. Enquanto as tropas alemãs se adentravam mais em território russo, o Japão preparava-se, em agosto de 1941, para abandonar a sua neutralidade e avançar contra Estaline no oriente. Roosevelt temia que isto ministrasse o *coup de grâce* à Rússia e entregasse a Hitler os seus enormes recursos. De modo que impôs a Tóquio um embargo de petróleo e aço, em parte para ajudar os chineses, mas principalmente para dissuadir os japoneses de atacar a União Soviética. Isto pôs o cronómetro a contar: os japoneses precisavam de garantir fontes alternativas de energia nas Índias Orientais holandesas ou teriam de ceder completamente à pressão americana e abandonar quaisquer ambições de predomínio asiático. Foi por essa altura – não sabemos exatamente quando – que Hitler se

decidiu pela completa aniquilação dos judeus europeus: homens, mulheres e crianças, no norte, no sul, no ocidente e no oriente. As chefias do planeamento das relevantes autoridades económicas, administrativas, diplomáticas e policiais foram convocadas a Berlim para desenvolverem a execução prática dessa política. Não muito depois disso, logo no princípio de dezembro de 1941, Hitler reafirmou aos japoneses que se uniria a eles numa guerra contra os Estados Unidos. Tinha chegado o momento de combater a «judiaria mundial» em todas as frentes.

> A 7 de dezembro os japoneses lançaram em Pearl Harbor um ataque de surpresa à frota dos

Estados Unidos no Pacífico. Roosevelt tinha agora a guerra errada. Foi salvo por Hitler, que estava determinado a satisfazer o seu compromisso com o Japão. O ditador alemão estava convencido de que era preciso que os Estados Unidos fossem envolvidos numa «guerra em dois oceanos» para evitar um rápido colapso dos japoneses que permitiria a Roosevelt concentrar todas as suas energias na Europa. A 11 de dezembro Hitler declarou guerra à América, para alívio e rejubilação do alto comando alemão, especialmente na Marinha, que saudava a oportunidade de travar abertamente o que se tinha tornado um debilitante combate de sombras. Na realidade, Hitler tinha provocado o cerco global do *Reich* que sempre temera. O seu ataque preventivo contra a judiaria mundial criou a aliança judeo-plutocrata-soviética que o ditador alemão durante tanto tempo tinha procurado adiar, até ter assegurado o *Lebensraum* no Leste que permitiria à Alemanha sobreviver a esse desafio. Continua a ser um dos grandes enigmas sem resposta da história virtual: o que teria acontecido se Hitler não tivesse mordido o isco de Roosevelt e os Estados Unidos não tivessem tido parte ativa na guerra europeia.

> De fins de 1941 em diante mediram forças em todo o globo duas grandes coligações, a

«Grande Aliança» – uma expressão que Churchill foi buscar ao seu antepassado Marlborough – entre Grã-Bretanha, União Soviética e Estados Unidos, e o «Eixo» da Alemanha, Itália e Japão, juntamente com os seus vários satélites e aliados. Em janeiro de 1942, as potências Aliadas emitiram a sua «Declaração das Nações Unidas», prometendo empregar «todos os [seus] recursos» na «luta pela vitória sobre o hitlerismo» (153). Como a sua antecessora, a Sociedade, as Nações Unidas foram concebidas como resposta ao problema alemão. Durante cerca de seis meses pareceu possível que o Eixo vencesse. Os japoneses fizeram o que quiseram dos americanos e dos impérios

coloniais europeus. Hong Kong, Singapura, a Malásia e as Índias Orientais holandesas caíram em rápida sucessão. Entretanto, os *U-Boots* alemães massacraram a desprotegida navegação dos Estados Unidos ao largo das costas americanas; a *Wehrmacht* reatou o seu avanço na Rússia, chegando a Estalinegrado, no Volga, e marchando para sul em direção aos cruciais campos petrolíferos do Cáucaso; e, na África do Norte, o *Afrikakorps* parecia perto de conquistar o Egito e avançar para a Palestina. No verão de 1942, enquanto as tropas alemãs convergiam para o Médio Oriente a partir do norte e do ocidente e enquanto a marinha japonesa pilhava o Ceilão e mandava no oceano Índico, parecia possível uma «junção» entre as duas potências do Eixo.

> As coligações em conflito dedicaram-se a uma mobilização interna em massa para gerar os

homens e recursos necessários (154). Toda a economia americana estava agora dedicada ao esforço de guerra e depressa começou a produzir mais do que o Eixo. A força condutora era aqui o próprio Presidente, e os seus *new dealers*, que desafiaram os conselhos dos homens de negócios estabelecendo objetivos ambiciosos que na realidade não só foram alcançados como excedidos em muito. Estas armas não só equiparam as forças armadas cada vez maiores dos Estados Unidos, Exército, Marinha e Força Aérea, como foram também enviadas para ajudar os britânicos e os russos. Em 1942, Hitler pôs Albert Speer à cabeça da economia de guerra. Por meio de inovação, de organização e do uso implacável de trabalho escravo, este conseguiu um aumento maciço da produção de armamento. Em princípios do ano seguinte o ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, aumentou a sensação de mobilização psicológica declarando a «guerra total». A economia de guerra soviética dependia também em larga medida do trabalho forçado do Gulag. Muito depressa a Rússia estava também a produzir mais do que o III *Reich* em todas as categorias de armamento. A mobilização mais notável, todavia, talvez fosse a da Grã-Bretanha. Apesar de lhe estar cortado pelo domínio de Hitler sobre o continente o acesso a materiais e matérias-primas europeias de importância vital, conseguiu produzir armamentos em maior quantidade – mesmo que nem sempre de melhor qualidade – do que a Alemanha. A Grã-Bretanha foi capaz de não só sustentar o seu próprio esforço contra a Alemanha, mas também de dispensar consideráveis fornecimentos à União Soviética a partir de junho de 1941. Foram recrutados e enviados para o ultramar milhões de homens. Durante todo esse tempo o Parlamento continuou a reunir e continuaram a ser respeitadas as liberdades civis mais básicas. Uma vez mais, o «Estado de guerra» britânico mostrou que a democracia e a

mobilização militar em massa não só eram compatíveis como eram uma combinação mais eficiente do que a ditadura.

> A Alemanha, em contraste, dependia da exploração e colonização dos territórios conquistados.

A população nativa deveria ser subjugada, deportada e muitas vezes simplesmente chacinada. O *Generalplan Ost*, que foi redigido em janeiro de 1941 e sofreu várias revisões ao longo dos dois anos seguintes, implicava a colonização de grandes troços da Polónia, do Báltico, da Rússia Branca e da Ucrânia. Cerca de 30 milhões dos seus habitantes deviam ser expulsos para o oeste da Sibéria e substituídos por cerca de metade desse número de colonos alemães, com a dupla função de guarnição e reserva estratégica do *Reich*. A ideia era transformar a Ucrânia na «cesta do pão» do *Reich*, «de modo que», nas palavras de Hitler, «ninguém possa matar-nos à fome outra vez» (155). Na Alemanha os nazis promoveram o conceito da *Volksgemeinschaft*, uma comunidade nacional exclusivista purgada de judeus, ciganos e outros elementos «indesejáveis», que seria suficientemente forte para resistir à coligação judeo-plutocrático-bolchevista sitiante. Concebiam-na como uma sociedade mais igualitária, rompendo com as rigidezes corporativas e libertando as energias do povo. Na realidade, as desigualdades sociais persistiram em larga medida, mas foram derrubadas velhas barreiras de casta nas forças armadas, onde o alto nível de baixas no corpo de oficiais tradicional proporcionou vagas a candidatos das baixas classes médias e das classes trabalhadoras. Algumas distinções de género também foram afrouxadas no interesse de uma maior mobilização das mulheres para o esforço de guerra (156). Havia também um nítido viés político – particularmente nos últimos anos de guerra – em favor de comandantes, muitas vezes de origens bastante humildes, que apoiavam abertamente a ideologia nacional-socialista. Hitler esperava recompensar o *Volk* depois da guerra com um Estado-Providência de autoestradas, emprego garantido, habitação social e pacotes de férias; nesse sentido, a sua visão fundia a utopia racial com a «modernidade».

> Nas potências democráticas, por outro lado, a guerra acelerou a emergência de um Estado-

Providência abrangente. Em 1941, o Governo de coligação britânico – por instigação do Partido Trabalhista – encomendou um relatório destinado a traçar o mapa de uma transformação em grande escala da sociedade britânica. O documento resultante – o Relatório Beveridge – foi publicado em fins de 1942. Continha a proposta de um Serviço Nacional de Saúde, habitação social melhorada e um sistema completo

de previdência social. O principal objetivo era promover a coesão social e a força demográfica necessárias para sustentar a posição de grande potência da Gra-Bretanha, não só durante a guerra, mas também nos tempos vindouros. Isto transparecia muito claramente na atitude do relatório para com a família e a saúde das mulheres, em que a ênfase era posta no aumento da taxa de natalidade por meio de apoios à maternidade. «Nos próximos trinta anos», escreveu Beveridge, «as donas de casa terão como mães um trabalho vital a cumprir para assegurar a adequada continuidade da raça britânica e do ideal britânico no mundo» (157). Em termos mais gerais o relatório era destinado a estender aos soldados e à frente interna uma recompensa tangível pelas suas canseiras contra Hitler. Deu-se um processo semelhante nos Estados Unidos, onde o «Estado de guerra» cresceu até uma dimensão sem precedentes (158). De um e de outro lado do Atlântico, Estado-Providência e Estado de Guerra estavam inextricavelmente entrelaçados. A lógica era iniludível: se britânicos e americanos haviam de ser mobilizados em defesa da família e do lar, fazia sentido proporcionar àqueles que não tinham nem uma coisa nem outra famílias ou lares que defender.

> O esforço de guerra também tinha tido nos Estados Unidos um efeito profundamente

integrador e emancipatório. No Exército americano, homens de diversos meios de toda a União tinham servido juntos e tinham sido amalgamados numa nação mais coesa (159). Os afro-americanos eram ainda mantidos em unidades segregadas por medo que reduzissem a eficácia das formações brancas, mas serviram em combate em grande número pela primeira vez, demonstrando o seu patriotismo e dando um contributo substancial ao esforço de guerra. Milhões de mulheres americanas foram recrutadas para as fábricas e para a agricultura. Dado que muitas delas tinham família, o Estado foi obrigado a proporcionar pela primeira vez, nas palavras do general Louis McSherry do Gabinete de Produção de Guerra, «instalações adequadas para as crianças das mulheres trabalhadoras». Tudo isto saía caro porque estava a ser substituído trabalho doméstico antes não remunerado; em muitos estaleiros navais, por exemplo, onde havia creches, o seu custo era integrado no preço dos navios. A luta contra Hitler, por outras palavras, transformou a vida das mulheres de ambos os lados do Atlântico. O famoso quadro de Norman Rockwell de «Rosa a Rebitadora», no *Saturday Evening Post* de maio de 1943, que mostra uma possante trabalhadora de guerra com o pé firmemente plantado em cima de um exemplar do *Mein Kampf*, era um resumo desse processo.

Por outro lado, a guerra deu também um poderoso impulso a forças segregacionistas no seio

das sociedades beligerantes. Na Grã-Bretanha, a paranoia governamental e a xenofobia popular levaram ao internamento de milhares de refugiados centro-europeus – muitos deles judeus – como potenciais quinta-colunistas. Da mesma maneira, depois de Pearl Harbor, Roosevelt ordenou o internamento de americanos de ascendência japonesa. Esta política refletiu, em parte, o preconceito anti-asiático prevalecente na costa ocidental, mas a motivação principal foi um desejo estratégico de impedir tentativas de espionagem ou sabotagem. Estaline recorreu a medidas muito mais extremas, deportando populações inteiras, quer em prevenção da sua deslealdade quer como castigo pela colaboração com o inimigo. Alemães, chechenos, calmuques e vários outros grupos étnicos suspeitos foram transplantados em condições de grande dureza.

A campanha de Hitler contra os judeus também teve motivações estratégicas, mas quanto ao

resto foi de ordem completamente diferente. Considerava-os o cérebro por trás de uma vasta coligação internacional dirigida contra a Alemanha. A sua contenção e posterior destruição física eram assim uma parte integrante do esforço de guerra nazi. Até finais de 1941, Hitler postergou o extermínio dos judeus da Europa Ocidental a fim de os manter como reféns do comportamento dos Estados Unidos. Agora não havia paninhos quentes. Apenas uns dias depois da declaração de guerra à América, Hitler tornou claras as suas intenções à liderança nazi. «No que se refere à Questão Judaica», anotou Goebbels no seu diário, «o *Führer* está determinado a limpar a casa. Ele profetizou que se fizessem acontecer uma nova Guerra Mundial se sujeitariam à aniquilação. Isto não eram só palavras. A Guerra Mundial chegou. A aniquilação dos judeus tem de ser a sua consequência necessária» (160). Em janeiro de 1942, os pormenores administrativos foram elaborados numa conferência, muitas vezes adiada, no subúrbio berlinense de Wannsee. Ao longo dos três anos seguintes mais 5 milhões de judeus – cerca de 1 milhão já tinham sido assassinados na Rússia pelos *Einsatzgruppen* – foram fuzilados localmente ou deportados da Europa Central, Meridional e Ocidental para campos de morte como Auschwitz e Lublin-Majdanek, na Polónia, e mortos (161). Num discurso para chefes da SS em Posen, em outubro de 1943, Heinrich Himmler explicou que o programa de aniquilação era necessário para manter a superioridade racial da Alemanha. Isto, argumentou, era «o alicerce, a pré-condição da nossa existência histórica. Um povo que está no centro da Europa, que está rodeado de

inimigos por todos os lados (...) um povo assim só sobrevive graças à sua qualidade, à sua valia racial» (162). A «solução final» era assim uma interpretação extrema das doutrinas clássicas alemãs do «cerco» e da *Mittellage*.

> Havia sérios desacordos entre russos, americanos e britânicos sobre os objetivos e sobre a

condução da guerra. Estas diferenças refletiam uma discordância mais ampla acerca de como devia ser ordenada a Europa e conduzidas as relações internacionais depois de acabada a guerra. Logo desde o princípio, Roosevelt falou em favor de um condomínio global dos «Quatro Cavaleiros» – os Estados Unidos, a União Soviética, a Grã-Bretanha e a China – que dominariam a nova organização internacional que substituiria a Sociedade das Nações. Churchill procurou precaver-se contra o domínio pelas duas «superpotências» acrescentando França à lista. Estaline gostava da ideia de um «Concerto da Europa» ao estilo do pós-1815, mas insistia que a segurança da União Soviética requeria a anexação de substanciais territórios adjacentes e o estabelecimento de Estados sob domínio soviético interpostos entre ela e a Alemanha. Roosevelt, em contrapartida, era terminante em que não deveria haver uma divisão da Europa em «esferas de influência», uma política que ele julgava ter contribuído substancialmente para guerras no passado, e a opinião pública americana apoiava fortemente esta visão. Por conseguinte, criou-se uma Comissão Consultiva Europeia dos três ministros dos Estrangeiros para elaborar um compromisso.

> O verdadeiro pomo da discórdia, contudo, era a Alemanha. Estaline exigia a sua partição numa

Renânia independente, a Baviera e um Estado residual que abrangesse o resto (incluindo a Pomerânia e a Silésia); a Prússia Oriental seria cedida à Polónia. «A Alemanha», como disse Molotov, «tem de ser tornada inofensiva para o futuro»(163). Roosevelt propunha uma divisão ainda mais drástica em seis Estados – Hesse, Hanover-Alemanha do Noroeste, Saxónia, Baden-Württemberg-Baviera, Prússia (Brandeburgo, Silésia e Pomerânia) e Prússia Oriental; as vitais potencialidades bélicas do Sarre e do Ruhr seriam colocadas sob administração internacional. Só a partição, sugeria o secretário de Estado Sumner Welles, «poderia ter qualquer espécie de efeito na psicologia alemã» e curá-los de tendências agressivas (164). Churchill inclinava-se instintivamente para medidas mais extremas: falava periodicamente da necessidade de «castrar» os homens alemães para evitar futuras agressões ou esperava que os alemães se tornassem

«gordos e impotentes». Por outro lado, preocupava o primeiro-ministro que Estaline pudesse preencher o vazio daí resultante. Avisou o governo para não «enfraquecer demasiado a Alemanha – podemos precisar dela contra a Rússia» (165). Os planificadores britânicos, contudo, apoiavam na sua maioria esquemas de partição de uma ou outra espécie, mesmo à custa da hegemonia soviética na Europa Central (166).

> Para a contenção de uma Alemanha do pós-guerra e para a exclusão da União Soviética eram

centrais a revivescência e unificação da Europa, ou pelo menos da sua metade ocidental. Em outubro de 1942, Churchill «desejava uns Estados Unidos da Europa (...) que possuíssem uma polícia internacional e fossem encarregues de manter a Prússia desarmada» (167). Os americanos, em particular, simpatizavam bastante com uma união europeia. Os planificadores do Departamento de Estado eram a favor da integração económica do continente acompanhada de um regime de comércio livre com o resto do mundo, especialmente com os Estados Unidos. Em teoria, isto tanto serviria os interesses económicos americanos como asseguraria o equilíbrio global convertendo o potencial de guerra em produção pacífica. O perigo, no entanto, era que um futuro Hitler ganhasse o domínio desta união aduaneira e a usasse contra os Estados Unidos (168).

> De momento, a única coisa em que os Aliados conseguiam concordar era que não era possível

uma paz separada com Hitler. Na Conferência de Casablanca, em janeiro de 1943, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos anunciaram uma política de «rendição incondicional», que Estaline subscreveu uns meses depois (169). Primeiro, contudo, Hitler tinha de ser derrotado. Nos Estados Unidos havia acordo geral – a despeito de resmungos de alguns partidários da «Ásia primeiro» – em que a prioridade era esmagar Hitler (170); só então a Aliança dedicaria toda a sua atenção ao Japão. Os britânicos não precisavam de ser convencidos. «A Alemanha», anunciava um comunicado conjunto anglo-americano em janeiro de 1942, era «o principal inimigo e a sua derrota é a chave da vitória. Uma vez derrotada a Alemanha, seguir-se-ão o desmoronamento de Itália e a derrota do Japão» (171). Washington e Londres estavam acrimoniosamente divididas, porém, sobre a data do ataque do outro lado do canal que seria necessário para derrotar Hitler. Os britânicos preferiam «desgastar» primeiro Hitler por meio de operações no Mediterrâneo e noutras frentes marginais, enquanto os comandantes americanos eram a favor de um golpe decisivo no Norte

de França (172).

> Estes desacordos atingiram o auge na Conferência de Casablanca de 1943, em que os

britânicos conseguiram repelir as exigências dos Estados Unidos de uma invasão precoce de França, concordando antes numa estratégia mediterrânica. De momento, por conseguinte, os Aliados iam basear-se no uso maciço do poder aéreo. Uma vez mais, contudo, Londres e Washington estavam divididas quanto à melhor estratégia. A RAF, que voava de noite para reduzir as perdas, tentou compensar a sua imprecisão bombardeando zonas residenciais, a fim de quebrar o moral alemão. Em contrapartida, os americanos eram a favor do bombardeamento de precisão sobre indústrias-chave como as fábricas de rolamentos e de combustíveis sintéticos. Tomadas em conjunto, estas operações abriram uma frente totalmente nova sobre a própria Alemanha. Morreram centenas de milhares de civis alemães, a produção de guerra foi bastante perturbada, o moral interno e na frente caiu a pique e, mais importante que tudo, 800 000 militares alemães foram desviados para a defesa anti-aérea, tal como milhares dos mais modernos aviões do *Reich* e dos seus melhores pilotos; a capacidade da *Luftwaffe* para atuar no Leste foi bastante cerceada (173).

> Os recursos que Hitler podia fazer valer na Europa eram sem precedentes e temíveis, mas

eram em grande parte excedidos pelo poder conjunto do Império Britânico, da União Soviética e dos Estados Unidos (174). No decurso de 1942 o desequilíbrio começou a ter efeito. O avanço de Rommel no delta do Nilo foi detido; uns meses depois, o 8.º Exército de Montgomery lançou uma ofensiva em El Alamein, que em última instância expulsou totalmente o Eixo do Norte de África. No Pacífico, os japoneses foram primeiro travados na batalha do mar de Coral e depois sofreram a catastrófica perda da maior parte dos seus porta-aviões nas Midway, em maio de 1942. Os Estados Unidos começaram a lenta reconquista do Pacífico «saltitando de ilha em ilha», cada vez mais perto do Japão. A tentativa de Hitler para capturar os campos de petróleo do Cáucaso falhou quando a sua ofensiva de verão de 1942 perdeu o gás. Em fins do ano, o 6.º Exército alemão estava cercado em Estalinegrado, onde se rendeu em fevereiro de 1943. Poucos meses depois Hitler sofreu um desastre de proporções semelhantes em «Tunisgrado», onde quase todo o seu exército norte-africano se rendeu aos Aliados. Sondou então Estaline sobre uma paz separada, mas em vão. A tentativa de reduzir a Grã-Bretanha à fome por meio da guerra

submarina quase foi bem-sucedida, mas na primavera de 1943 a Batalha do Atlântico tinha sido perdida com tremendas baixas entre as tripulações dos *U-boots*. Um ataque enorme de blindados em Kursk também falhou nesse verão. Não muito depois os Aliados ocuparam a Sicília e depois desembarcaram no Sul de Itália. Este último vexame provocou uma revolta no Grande Conselho Fascista contra a política externa de Mussolini, que depressa levou o país a mudar de lado. Tudo o que Hitler podia agora fazer era transformar a Europa numa fortaleza dentro da qual o *Reich* poderia resistir à tempestade. A estratégia alemã assentava em mobilizar o continente contra as Nações Unidas. «Quem quer que controle a Europa», explicou Hitler aos chefes regionais do seu partido, os *Gauleiter*, em princípios de maio de 1943, «apossar-se-á dessa maneira da liderança do mundo». «O objetivo da nossa luta, por conseguinte, [deve ser]», continuou, «a criação de uma Europa unificada, mas só a Alemanha pode dar à Europa uma estrutura coerente» (175). A propaganda nazi proclamava infatigavelmente a ideia de uma «cruzada europeia contra o bolchevismo». Como Napoleão, Hitler podia contar não só com a Europa ocupada, mas também com uma série de Estados satélites cuja atitude para com a Nova Ordem ia da cooperação entusiástica ao apoio condicional: o Estado Novo croata de Ante Pavelić, a Sérvia de Milan Nedić, a Eslováquia de monsenhor Jozef Tiso, a Hungria do almirante Miklós Horthy, a Roménia do general Ion Antonescu, a Finlândia do marechal Carl Mannerheim e a Bulgária. Em termos puramente extrativos os resultados eram impressionantes. A economia da Europa ocupada, especialmente os dois grandes centros industriais da França-Bélgica e da Boémia-Morávia, mantinham a *Wehrmacht* equipada; a produção excedia em muito a das terras pilhadas no Leste e desmentia o conceito do *Lebensraum*. Milhões de trabalhadores escravos foram deportados para o *Reich*. Mas nem tudo era coerção. Um acervo heterogéneo de formações voluntárias de todo o continente acorreu a defender a «Muralha do Atlântico» contra os anglo-americanos e a repelir as «hordas asiáticas» do Exército Vermelho. O que Hitler não foi sequer capaz de imaginar, contudo, foi uma estratégia que unisse os povos da Europa num projeto político colaborativo, embora sob hegemonia alemã. Quando o Ministério dos Estrangeiros em setembro de 1943 produziu planos para uma Confederação Europeia, Hitler rejeitou-os. Concebia a Europa como um subordinado não como um parceiro (176).

> Em princípios de junho de 1944 – no Dia-D – britânicos, americanos e canadianos atiraram-se

ao Norte de França. Duas semanas depois, o Exército Vermelho lançou uma ofensiva demolidora contra o centro do Grupo de Exércitos

alemão no que seria a maior batalha terrestre da guerra. A breve prazo as forças soviéticas estavam bem dentro da fronteira da Polónia de antes da guerra. A fim de impedir uma ocupação soviética, o Exército Nacional Polaco não-comunista lançou um levantamento em Varsóvia, em agosto de 1944. Os russos mantiveram-se à parte e o levantamento foi esmagado; pouco depois reataram o seu avanço. Após seis semanas de combates ferozes, os aliados romperam as linhas alemãs na Normandia e correram para Paris. A catastrófica situação militar deu novo vigor à resistência alemã contra Hitler, mas a operação mais espetacular – a conspiração bombista de julho de 1944 – falhou por pouco em matar o *Führer*. No ano uma última jogada desesperada nas Ardenas fracassara. A visão do *Lebensraum* e da hegemonia alemã estava morta. Em vez disso, estava a abrir-se um vazio na Europa Central. A segunda guerra contra a Alemanha estava quase a acabar, ia começar uma nova batalha pela Alemanha.

> O choque das três utopias, a democrática, a comunista e a nacional-socialista, não deixou

nenhum continente intacto. O seu foco principal, contudo, foi sempre a Europa, especialmente a Alemanha. O *Reich* era o prémio do combate entre comunistas e democratas desde 1917. Os líderes alemães reagiram a esta situação procurando contrabalançar o poder dos impérios globais através da demanda da *Mitteleuropa* na Primeira Guerra Mundial, do domínio económico durante a República de Weimar e do projeto genocida do *Lebensraum* de Hitler. Esta estratégia quase teve êxito. O poderio consolidado do centro europeu esteve perto de conseguir a hegemonia continental, e portanto global, em 1917-18 e 1939-42. No fim, todavia, o poder conjunto da «União Americana», do Império Britânico e das outras potências das Nações Unidas mostrou-se demasiado forte para o *Reich*. A Utopia Nazi foi absolutamente derrotada. Uma nova geopolítica europeia colocava agora, um contra o outro, o bloco democrático e o comunista, num recontro que foi travado principalmente sobre as ruínas do anterior inimigo comum. 1940», *Journal of Contemporary History*, 9, 3 (1974), pp. 27-63. 1997), pp. 9, 17, 21 e 47, e Mark Stoler, *Allies and adversaries.The Joint Chiefs of Staff, the Grand Alliance, and U.S. strategy in World War II* (Chapel Hill e Londres, 2000), p. 71.-

1 Citado em Klaus Schwabe, *Woodrow Wilson, revolutionary Germany and peacemaking, 1918-1919. Missionary diplomacy and the realities of power* (Chapel Hill e Londres, 1985), p. 256. 2 Halford Mackinder, *Democratic ideals and reality* (Londres, 2009 [1919]), p. 70. 3 Citado em Klaus Hildebrand, *Das vergangene Reich. Deutsche Aussenpolitik von Bismarck bis Hitler* (Estugarda, 1995), p. 781.

4 Citações em John Darwin, *The Empire project. The rise and fall of the British world system, 1830-1970* (Cambridge, 2009), pp. 335 e 348.

5 Ver Charles Seymour (coord.), *The intimate papers of Edward House arranged as a narrative by Charles Seymour* (Boston e Nova Iorque, 1926-8), p. 323. Discurso do Presidente Wilson no Dia da Bandeira, 14 de junho de 1917. Agradeço a Charles Laderman estas referências.

6 Citações em Tony Smith, *America's mission. The United States and the worldwide struggle for democracy in the twentieth century* (Princeton, 1994), pp. 92 e 84.

7 Os críticos alemães de Wilson argumentavam, aliás, que a política aliada «não era a democratização ou submissão da Alemanha, antes a submissão da Alemanha pela sua democratização»: Peter Stirk, «Hugo Preuss, German political thought and the Weimar Constitution», *History of Political Thought*, 23, 3 (2002), pp. 497-516 (citação p. 515). 8 Do Secretário de Estado (Kühlmann) para o oficial de ligação do Ministério dos Estrangeiros junto do Quartel-General, 3 de dezembro de 1917, Berlim, em Z. A. B. Zeman (coord.), *Germany and the revolution in Russia, 1915-1918. Documents from the archives of the German foreign ministry* (Londres, 1958), p. 94. 9 «Decree on peace», 8.11.1917, in Jane Degras (coord.), *Soviet documents on foreign policy* (Londres, 1951), pp. 1-2. 10 Ver Michael A. Reynolds, «Buffers not brethren: Young Turk military policy in the First World War and the myth of Panturanism», *Past and Present*, 203 (2009), pp. 137-79.

11 Citado em John Thompson, *Woodrow Wilson* (Harlow, 2002), p. 170.

12 Citado em Darwin, *Empire project*, pp. 313-14.

13 Jonathan Schneer, *The Balfour Declaration. The origins of the Arab-Israeli conflict* (Londres, 2010), pp. 343-5 (citação p. 343).

14 Ver David Aberbach, «Zionist patriotism in Europe, 1897-1942. Ambiguities in Jewish nationalism», *International History Review*, 31, 2 (2009), pp. 268-98, especialmente pp. 277-9 (citações pp. 281 e 287). Sobre os temores britânicos acerca das simpatias dos judeus pela Alemanha ver John Ferris, «The British Empire vs. The Hidden Hand: British intelligence and strategy and "The CUP-Jew-German-Bolshevik combination", 1918-1924», in Keith Neilson and Greg Kennedy (coords.), *The British way in warfare: power and the international system, 1856-1956. Essays in honour of David French* (Farnham, 2010), p. 337. Para a crença francesa no poder internacional e nas simpatias alemãs dos judeus ver David Pryce-Jones, *Betrayal. France, the Arabs, and the Jews* (Nova Iorque, 2006), pp. 28-32. 15 Nota de Balfour, 25.4.1918, in James Bunyan (coord.), *Intervention, civil war, and communism in Russia, April-December 1918. Documents and materials* (Baltimore, 1936), p. 73. Para os temores de que a Alemanha tomasse conta da Rússia e dos seus recursos ver Benjamin Schwartz, «Divided attention. Britain's perceptions of a German threat to her eastern position in 1918», *Journal of Contemporary History*, 28, 1 (1993), pp. 103-22 (citação pp.118-19). 16 Para o pano de fundo geral ver Caroline Kennedy-Pipe, *Russia and the world, 1917-1991* (Londres e Nova Iorque, 1998), pp. 18-23.

17 Ver John Plamenatz, *German Marxism and Russian communism* (Londres, 1954). 18 Citado em R. Craig Nation, *Black earth, red star. A history of Soviet security policy, 1917-1991* (Ithaca, 1992), pp. 2, 120 e 15.

19 See for example Timothy Snyder, *The red prince. The fall of a dynasty and the rise of modern empire* (Londres, 2008).

20 Aqui os bolcheviques puderam capitalizar a mobilização precedente contra as potências centrais: Peter Holquist, *Making war, forging revolution. Russia's continuum of crisis, 1914-1921* (Cambridge, Mass., e Londres, 2002), pp. 285-6 e *passim*.

21*Ibid.*, p. 121.

22 Citado em J. F. McMillan, *Twentieth-century France. Politics and society 1898-1991* (Londres, 1992), p. 73. 23 Para a propaganda interna americana contra a Alemanha ver Alan Axelrod, *Selling the Great War. The making of American propaganda* (Basingstoke, 2009), pp. 63-5, 143-4 e *passim*.

24 Ver C. Cappozzola, *Uncle Sam wants you. World War I and the making of the modern American citizen* (Oxford, 2008), especialmente pp. 207-14; Adriane Lentz-Smith, *Freedom struggles. African Americans and World War I* (Cambridge, Mass., 2009), pp. 3-5.

25 Ver Wilhelm Deist, «The military collapse of the German Empire: the reality behind the stab-in-the-back myth», *War in History*, 3 (1996), 186-207.

26 Ver a reabilitação de Lord Haig por Gary Sheffield, *Forgotten victory. The First World War: myths and realities* (Londres, 2001). Para o contributo americano para a derrota da Alemanha ver John Mosier, *The myth of the Great War. A new military history of World War I* (Londres, 2002), pp. 327-36 e *passim* 27 Sobre a maior resiliência dos «Estados liberal-democráticos» ver John Horne (coord.), *State, society and mobilisation in Europe during the First World War* (Cambridge, 1997), p. 16 e *passim*. 28 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 390. 29 Clemens King, *Foch versus Clemenceau. France and German dismemberment, 1918-1919* (Cambridge, Mass., 1960). 30 Citado em Patrick O. Cohrs, *The unfinished peace after World War I. America, Britain and the stabilisation of Europe, 1919-1932* (Cambridge, 2008), p. 213.

31 Citado em Stefan Berger, «William Harbutt Dawson: the career and politics of an historian of Germany», *The English Historical Review*, 116, 465 (2001), pp. 76-113 (citação p. 91).

32 Lenine é citado em John Riddell (coord.), *The German Revolution and the debate on Soviet power. Documents: 1918-1919. Preparing the Founding Congress* (Nova Iorque, 1986), pp. 27-8 e 3. 33 Citado em Klaus Schwabe, *Woodrow Wilson, revolutionary Germany and peacemaking, 1918-19. Missionary diplomacy and the realities of* power (Chapel Hill e Londres, 1985), pp. 395-9 (citação p. 46). 34 John Ramsden, «Churchill and the Germans», *Contemporary British History*, 25, 1 (2011), pp. 125-39 (citações pp. 129-30n).

35 Manfred F. Boemeke, Gerald D. Feldman e Elisabeth Glaser (coords.), *The Treaty of Versailles. A reassessment after 75 years* (Cambridge, 1998).

36 Margaret Pawley, *The watch on the Rhine. The military occupation of the Rhineland, 1918-1930* (Londres e Nova Iorque, 2007), pp. 16-18. Ao longo das duas décadas seguintes a Alemanha continuou a ser o principal inimigo potencial do Exército britânico: David French, *Raising Churchill's army. The British army and the war against Germany, 1919-1945* (Oxford, 2000).

37 Sobre a centralidade da Sociedade na contenção da Alemanha e em amarrar o *Reich* à colaboração contra o bolchevismo ver Peter J. Yearwood, *Guarantee of Peace. The League of Nations in British policy, 1914-1925* (Oxford, 2009), pp. 149-50.

38 A frase é citada em Thompson, *Woodrow Wilson*, p. 199. 39 Citado em Maurice Vaïsse, «Security and disarmament: problems in the development of the disarmament debates, 1919-1934», in R. Ahmann, A. M. Birke, e M. Howard (coords.), *The quest for stability. Problems of West European security, 1918-1957* (Oxford, 1993), p. 175.

40 Ver Mark Levene, *War, Jews and the new Europe. The diplomacy of Lucien Wolf, 1914-1919* (Oxford, 1992). 41 Ver, por exemplo, Antoine Prost, «The impact of war on French and German political cultures», *Historical Journal*, 37 (1994), pp. 209-17.

42 Neste sentido William Lee Blackwood, «German hegemony and the Socialist International's place in inter-war European diplomacy», *European History Quarterly*, 31 (2001), pp. 101-40 (citação pp. 108-9). 43 Citado em William Mulligan, «The Reichswehr, the Republic and the primacy of foreign policy, 1918-1923», *German History*, 21, 3 (2003), p. 356.

44 Ver William Mulligan, «Civil-military relations in the early Weimar Republic», *Historical Journal*, 45, 4 (2002), pp. 819-41.

45 Sobre a centralidade das preocupações demográfico-militares ver Paul V. Dutton, *Origins of the French welfare state. The struggle for social reform in France, 1914-1947* (Cambridge, 2002), pp. 22-3. 46 John Maynard Keynes, *The economic consequences of the peace*, in *Collected writings of John Maynard Keynes*, vol. 2 (Londres, 1920), p. 226.

47 Neste sentido, John Milton Cooper Jr, *Breaking the heart of the world. Woodrow Wilson and the fight for the League of Nations* (Cambridge, 2001), p. 119.

48 Citado em Thompson, *Woodrow Wilson*, pp. 224 e 229. 49 Lloyd Ambrosius, «Wilson, the Republicans, and French security after World War I», *Journal of American History*, 59 (setembro de 1972), pp. 341-52.

50 Ver Stephen Wertheim, «The league that wasn't. American designs for a legalist-sanctionalist League of Nations and the intellectual origins of international organisation, 1914-1920», *Diplomatic History*, 35, 5 (2011), pp. 797-836. A citação de Wilson está em Stephen Wertheim, «The Wilsonian chimera: why debating Wilson's vision hasn't saved American foreign relations», *White House Studies*, 10 (2011), p. 354.

51 Ver Gerhard Weinberg, «The defeat of Germany in 1918 and the European balance of power», *Central European History*, 2, 3 (1969), pp. 248-60.

52 Ver Lucian M. Ashworth, «Realism and the spirit of 1919: Halford Mackinder and the reality of the League of Nations», *European Journal of International Relations* (*online*, 2010), pp. 1-23, especialmente pp. 9-10. 53 Ver Norman Davies, *White eagle, red star: the Polish-Soviet war, 1919-1920* (Nova Iorque, 1972). 54 Robert Himmer, «Soviet policy toward Germany during the Russo-Polish War, 1920», *Slavic Review*, 35, 4 (Dez. 1976), pp. 665-82, especialmente pp. 666-7.

55 Para a centralidade da Alemanha no pensamento francês sobre a Polónia em 1920 ver Michael Jabara Carley, «Anti-Bolshevism in French foreign policy: the crisis in Poland in 1920», *International History Review*, 2, 2 (1980), pp. 410-31, especialmente pp. 411-12 e 428.

56 Ver Shelley Baranowski, *Nazi Empire. German colonialism and imperialismo from Bismarck to Hitler* (Cambridge, 2011), pp. 116-71.

57 Ver Werner T. Angress, *Stillborn revolution. The communist bid for power in Germany, 1921-1923* (Princeton, 1963). 58 Stephanie C. Salzmann, *Great Britain, Germany and the Soviet Union: Rapallo and after, 1922-1934* (Rochester, 2003), sublinha que embora o tratado tenha causado sensação não criou pânico no Ministério dos Estrangeiros britânico.

59 Mussolini é citado em MacGregor Knox, «Conquest, foreign and domestic, in Fascist Italy and Nazi Germany», *Journal of Modern History*, 56, 1 (1984), pp. 1-57 (citação p. 19), e em «The Fascist regime, its foreign policy and its wars: an "anti-anti-Fascist" orthodoxy?», in Patrick Finney (coord.), *The origins of the Second World War* (Londres, Nova Iorque, etc. 1997), p. 159.

60 Ver Charlotte Alston, « "The suggested basis for a Russian Federal Republic". Britain, anti-Bolshevik Russia and the border states at the Paris Peace Conference, 1919», *History*, 91 (2006), pp. 24-44, especialmente pp. 33-4. 61 Neste sentido Andrew Orr, « "We call you to holy war". Mustafa Kemal, communism, and Germany in French intelligence nightmares, 1919-1923», *Journal of Military History*, 75 (2011), pp. 1095-1123. 62 Margaret Pawley, *The watch on the Rhine. The military occupation of the Rhineland, 1918-1930* (Londres e Nova Iorque, 2007), pp. 77-88.

63 Citado em Degras (coord.), *Soviet documents on foreign policy*, p. 287. 64 Ver M.D. Lewis,

«One hundred million Frenchmen. The "assimilation" theory in French colonial policy», *Comparative Studies in Society and History*, 4 (1962), pp. 129-53.

65 Citado em Robert C. Reinders, «Racialism on the left. E. D. Morel and the "Black Horror on the Rhine" », *International Review of Social History*, XIII (1968), pp. 1-28 (citação p. 8). 66 Keith L. Nelson, «The "Black Horror on the Rhine". Race as a factor in post-World War I diplomacy», *Journal of Modern History*, 42, 4 (1970), pp. 606-27 (citações pp. 613 (Mangin) e 616 (Müller)). 67 Jonathan Wright, *Gustav Stresemann. Weimar's greatest statesman* (Oxford, 2002). 68 Carole Fink, «German *Revisionspolitik*, 1919-1933», in *Historical papers/ Communications historiques. A selection from the papers presented at the annual meeting [of the Canadian Historical Association] held at Winnipeg, 1986* (Ottawa, 1986), pp. 134-45 (citação p. 143). Sobre o uso por Stresemann do poder económico para fins estratégicos ver Gottfried Niedhart, *Die Aussenpolitik der Weimarer Republik* (Munique, 1999), pp. 63-99. 69 Sobre tudo isto ver Peter Jackson, «France and the problems of security and disarmament after the First World War», *Journal of Strategic Studies*, 29, 2 (2006), pp. 247-80.

70 Ver Richard Coudenhove-Kalergi, *Paneuropa* (Viena, 1923). 71 Ina Ulrike Paul, «In Kontinenten denken, paneuropäisch handeln. Die Zeitschrift *Paneuropa* 1924-1938»,*Jahrbuchfür europäischeGeschichte*, 5 (2004), pp. 61-92, especialmente pp. 182-3.

72 Citado em Cohrs, *Unfinished peace after World War I*, pp. 105 e 135. 73 Citado em Darwin, *Empire project*, p. 365.

74 Ver Melvin P. Leffler, *The elusive quest. America's pursuit of European Stability and French security, 1919-1933* (Chapel Hill, 1979), pp. 41-3 (citação p. 41).

75 Ver Gaynor Johnson (coord.), *Locarno revisited: European diplomacy 1920-1929* (Londres e Nova Iorque, 2004), citação p. 103.

76 Citado em Cohrs, *Unfinished peace after World War I*, pp. 215 e 225. 77 Adolf Hitler, *Mein Kampf*, trad. Ralph Manheim (Boston, 1971), pp. 645, 642-3, 646, 649 e 651. 78 Citado em Teddy J. Uldricks, «Russia and Europe: diplomacy, revolution, and economic development in the 1920s», *International History Review*, 1, 1 (1979), p. 74.

79 Citado em Cohrs, *Unfinished peace after the World War I*, p. 372. 80 Andrew Webster, «An argument without end: Britain, France and the disarmament process, 1925-34», in Martin S. Alexander e William J. Philpott (coords.), *Anglo-French defence relations between the wars* (Basingstoke, 2002), pp. 49-71.

81 Ver John Keiger, «Wielding finance as a weapon of diplomacy: France and Britain in the 1920s», *Contemporary British History*, 25, 1 (2011), pp. 29-47, especialmente pp. 40-43.

82 Citado em Nation, *Black earth, red star*, pp. 61 e 63. 83 Este ponto é argumentado muito eficazmente em Richard Hellie, «The structure of Russian imperial history», *History and Theory*, 44, 4 (2005), pp. 88-112 (pp. 102-3); a despeito do título, grande parte do artigo trata do período soviético. 84 Para o conhecimento da América e o extremo interesse de Hitler pelos Estados Unidos ver Klaus P. Fischer, *Hitler and America* (Filadélfia, 2011), pp. 9-46.

85 Citações em Adolf Hitler, *Second book* [*Aussenpolitische Standortbestimmung nach der Reichtagswahl Juni-Juli 1928*], coord. Gerhard L. Weinberg, in Institut für Zeitgeschichte (coord.), *Hitler. Reden, Schriften, Anordnungen, Februar 1925 bis Januar 1933* (Munique, New Providence, Londres e Paris, 1995), pp. 15, 88-90. 86 Para a Alemanha e o Plano Young ver Michael Wala, *Weimar und Amerika. Botschafter Friedrich von Prittwitz und Gaffron und die deutsch-amerikanischen Beziehungen von 1927 bis 1933* (Estugarda, 2001), pp. 12-151. 87 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, pp. 524-5. 88 Citado em *ibid.*, p. 525.

89 Jürgen Elvert, *Mitteleuropa! Deutsche Pläne zur europäischen Neuordnung (1918-1945)* (Estugarda, 1999). 90 Ver Andreas Rödder, *Stresemann's Erbe. Julius Curtius und die deutsche*

Aussenpolitik, 1929-1931 (Paderborn, 1996), citações pp. 199 e 202.

91 Ver William L. Patch Jr, *Heinrich Brüning and the dissolution of the Weimar Republic* (Cambridge, 1998), pp. 213-19. (citação p. 255).

92 Ver Irene Strenge, *Kurt von Schleicher. Politik im Reichswehrministerium am Ende der Weimarer Republik* (Berlim, 2006).

93 Ver Enrico Syring, *Hitler. Seine politische Utopie* (Frankfurt am Main, 1994), pp. 234-7. 94 Ver Kiran Klaus Patel, *Soldiers of labor. Labor service in Nazi Germany and New Deal America, 1933-1945* (Cambridge e Nova Iorque, 2005), pp. 4, 72 e 228-9.

95 Ver Wolfram Wette, «Ideology, propaganda and internal politics as preconditions of the war policy of the Third Reich», in Militärgeschichtliches Forschungsamt (coord.), *Germany and the Second World War*. Vol. I. *The build-up of German aggression* (Oxford, 1990).

96 Neste sentido Patrizia Albanese, *Mothers of the nation. Women, families and nationalism in twentieth century Europe* (Toronto, Buffalo e Londres, 2006), pp. 32-44 (citação p. 36).

97 Citado em Zach Shore, «Hitler's opening gambit. Intelligence, encirclement, and the decision to ally with Poland», *Intelligence and National Security*, 14, 3 (1999), citação p. 112.

98 Para a errónea visão britânica ver R. J. Overy, «German air strength 1933 to 1939: a note», *Historical Journal*, 27, 2 (1984), pp. 465-71.

99 Neste sentido, Jonathan Haslam, *The Soviet Union and the struggle for collective security in Europe, 1933-39* (Londres, 1984), pp. 1-226, especialmente p. 2.

100 Neste sentido Wesley K. Wark, *The ultimate enemy. British intelligence and Nazi Germany, 1933-1939* (Ithaca, 1985).

101 Citado em Ramsden, «Churchill and the Germans», p. 131. Para a opinião geral ver Philip Towle, «Taming or demonising an aggressor: the British debate on the end of the Locarno system», in Gaynor Johnson (coord.), *Locarno revisited: European diplomacy, 1920-1929* (Londres e Nova Iorque), pp. 178-98 (pp. 190-91). 102 Bret Holman, «The air panic of 1935: British press opinion between disarmament and rearmament», *Journal of Contemporary History*, 46, 2 (2011), pp. 288-307 (citação p. 295).

103 Ver Arnold A. Offner, *American appeasement. United States policy and Germany, 1933-1938* (Cambridge, Mass., 1969), pp. 12, 59 e *passim*, e Alonzo L. Hamby, *For the survival of democracy. Franklin Roosevelt and the world crisis of the 1930s* (Nova Iorque, 2009).

104 Neste sentido Mary E. Glantz, *FDR and the Soviet Union. The president's battles over foreign policy* (Lawrence, Kan., 2005), pp. 17-35.

105 Citado em Nation, *Black earth, red star*, p. 117.

106 Para a ligação entre o (exagerado) medo do cerco, a subversão polaca e as políticas repressivas na Ucrânia e na Bielorússia ver Timothy Snyder, *Bloodlands. Europe between Hitler and Stalin* (Nova Iorque, 2010), pp. 30-31, 37, 42, 71 e 89.

107 R. Heller, «East Fulham revisited», *Journal of Contemporary History*, 6, 3 (1971), pp. 172-96; C. Stannage, «The East Fulham by-election, 25 October 1933», *Historical Journal*, 14, 1 (1971), pp. 165-200. Ver também Philip Williamson, *Stanley Baldwin* (Cambridge, 1999).

108 Ver Mona Siegel, « "To the Unknown Mother of the Unknown Soldier". Pacifism, feminism, and the politics of sexual difference among French *institutrices* between the wars»,

French Historical Studies, 22, 3 (1999), pp. 421-51, especialmente pp. 428-9.

109 Ver Benedikt Stuchtey, « “Not by law but by sentiment”. Great Britain and imperial defense, 1918-1939», *in* Roger Chickering and Stig Förster (coords.), *The shadows of total war. Europe, East Asia, and the United States, 1919-1939* (Cambridge, 2003), pp. 255-70 (citação p. 263).

110 Citado em Darwin, *Empire project*, p. 457.

111 Neste sentido Michaela Hoenicke Moore, *Know your enemy. The American debate on Nazism, 1933-1945* (Cambridge, 2010), pp. 78-93 e 341-2.

112 Citado em Alan Bullock, *Hitler. A study in tyranny* (Londres, 1952), p. 315. 113 Tanto Göring como Hitler são citados em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 623. 114 Citado em Pierre-Henri Laurent, «The reversal of Belgian foreign policy, 1936-1937», *The Review of Politics*, 31, 3 (julho de 1969), p. 370.

115 Ver Nicole Jordan, *The Popular Front and central Europe. The dilemmas of French impotence, 1919-1940* (Cambridge, 1992).

116 Ver Antony Beevor, *The battle for Spain. The Spanish Civil War, 1936-1939* (Londres, 2006). 117 Ver David Patterson, *A genealogy of evil. Anti-semitism from Nazism to Islamic Jihad* (Cambridge, 2011). 118 Sobre a ligação entre o cerco e o «Estado de segurança total» de Estaline ver Silvio Pons, *Stalin and the inevitable war, 1936-1941* (Londres e Portland, 2002).

119 Citado em John Lamberton Harper, *American visions of Europe. Franklin D. Roosevelt, George F. Kennan and Dean G. Acheson* (Cambridge, 1994), p. 67.

120 Ver J. Noakes e G. Pridham (coords.), *Nazism. A history in documents and eyewitness accounts, 1919-1945*. Vol. II: *Foreign policy, war and racial extermination* (Nova Iorque, 1988), citação p. 685. 121 Citado em David Dilks, « “We must hope for the best and prepare for the worst”. The prime minister, the Cabinet and Hitler’s Germany, 1937-1939», *Proceedings of the British Academy*, LXXIII (1987), p. 325. 122 Citado em B. J. C. Roi e M. L. McKercher, « “Ideal” and “punchbag”: conflicting views of the balance of power and their influence on interwar British foreign policy, diplomacy and statecraft», *Diplomacy and Statecraft*, 12, 2 (2001), pp. 47-78 (citação, p. 53).

123 Daniel Hucker, «French public attitudes towards the prospect of war in 1938-1939», *French History*, 21, 4 (2007), pp. 431-4; Jerry H. Brookshire, «Speak for England, act for England: Labour’s leadership and British national security under the threat of war in the late 1930s», *European History Quarterly*, 29, 2 (1999), pp. 251-87. 124 Neste sentido Maurice Cowling, *The impact of Hitler. British politics and British policy, 1933-1940* (Chicago e Londres, 1975).

125 Citado em Tobias Jersak, «A matter of foreign policy: “Final Solution” and “Final Victory” in Nazi Germany», *German History* 21, 3 (2003), pp. 369-91 (citação p. 378).

126 Citado em John Thompson, «Conceptions of national security and American entry into World War II», *Diplomacy and Statecraft*, 16, 4 (2005), pp. 671-97 (citações pp. 673-4).

127 Citado em Thompson, «Conceptions of national security», p. 674. 128 Ver Barbara Rearden Farnham, *Roosevelt and the Munich Crisis. A study of decision-making* (Princeton, 1997), p. 159.

129 Citado em Nation, *Black earth, red star*, p. 98.

130 Sobre o duelo retórico entre os dois ver David Reynolds, *From world war to Cold War. Churchill, Roosevelt and the international history of the 1940s* (Oxford, 2006), pp. 18-19.

131 Ver Jochen Thies, *Architekt der Weltherrschaft. Die «Endziele» Hitlers* (Dusseldorf, 1976).
132 Neste sentido Rolf-Dieter Müller, *Der Feind steht im Osten. Hitlers geheime Pläne für einen Krieg gegen die Sowjetunion im Jahr 1939* (Berlim, 2001), pp. 251-61.

133 Citado em Albert L. Weeks, *Stalin's other war. Soviet grand strategy, 1939-1941* (Lanham, Boulder, etc., 2002), pp. 172-3.

134 Para a pré-história destas tergiversações anglo-francesas ver A. J. Prazmovska, «War over Danzig? The dilemma of Anglo-Polish relations in the months preceding the outbreak of the Second World War», *Historical Journal*, 26 (1983), pp. 177-83.

135 Neste sentido Jonathan Haslam, «Soviet war aims», in Ann Lane and Howard Temperley (coords.), *The rise and fall of the Grand Alliance, 1941-45* (Basingstoke e Nova iorque, 1995), pp. 24-5. 136 Para o contraste neste aspeto entre as economias de guerra da Grã-Bretanha e de França ver Talbot C. Imlay, *Facing the Second World War. Strategy, politics and economics in Britain and France, 1938–1940* (Oxford, 2003). 137 Jan T. Gross, *Revolution from abroad. The Soviet conquest of Poland's western Ukraine and western Bielorussia* (Princeton, 1988).

138 Ver David Reynolds, «1940: fulcrum of the twentieth century?», *International Affairs*, 66 (1990), pp. 325-50. 139 Ver Robert O. Paxton, *Vichy France. Old guard and new order, 1940-1944* (Londres, 1970), pp. 51-62. 140 Ver Davide Rodogno, *Fascism's European empire. Italian occupation during the Second World War* (Cambridge, 2006).

141 Ver Richard Bosworth, «War, totalitarianism and "deep belief" in Fascist Italy, 1935-43», *European History Quarterly*, 34, 4 (2004), pp. 475-505, especialmente pp. 492-93.

142 Neste sentido Stanley G. Payne, *Spain, Germany and World War II* (New Haven e Londres, 2008), pp. 87-113. 143 Avi Shlaim, «Prelude to downfall: the British offer of union to France, June 144 Ver Anthony J. Cumming, «Did the Navy win the Battle of Britain? The warship as the ultimate guarantor of Britain's freedom in 1940», *Historical Research*, 83 (2010), pp. 165-88.

145 Ver agora David Edgerton, *Britain's war machine. Weapons, resources and experts in the Second World War* (Londres, 2011), especialmente pp. 47-8 e 124-5.

146 J. Lee Ready, *Forgotten allies. The military contribution of the colonies, exiled governments and lesser powers to the Allied victory in World War II.* Vol. I: *The European theatre* (Jefferson e Londres, 1985). 147 Sobre isto ver Andrew Stewart, *Empire lost. Britain, the dominions and the Second World War* (Londres, 2008), p. 106.

148 Ver Norman J. W. Goda, *Hitler, northwest Africa, and the path toward America* (College Station, Texas, 1998). 149 As observações de Roosevelt de fins de setembro de 1939 são citados em Harper, *American visions of Europe*, p. 59. 150 Citado em Reynolds, *From world war to Cold War*, p. 19. 151 Citado em Nation, *Black earth, red star*, pp. 122-4. 152 Ver Steven Merritt Miner, *Stalin's holy war. Religion, nationalism, and aliance politics, 1941-1945* (Chapel Hill e Londres, 2003).

153 Ver Dan Plesch, *America, Hitler and the UN. How the Allies won World War II and forged a peace* (Londres, 2011), especialmente pp. 31-57 (citação p. 34).

154 Mark Harrison, «Resource mobilisation for World War II: the USA, UK, USSR and Germany, 1938-1945», *Economic History Review*, 41, 2 (1988), pp. 171-92.

155 Citado em Snyder, *Bloodlands*, p. 161.

156 Ver Nicole Kramer, *Volksgenossinnen an der Heimatfront. Mobilisierung. Verhalten. Erinnerung* (Göttingen, 2011), pp. 164-5.

157 Citado em Sheila Rowbotham, *A century of women. The history of women in Britain and the United States* (Londres, 1997), p. 247. Ver James T. Sparrow, *Warfare state. World War II Americans and the age of big government* (Oxford e Nova Iorque, 2011).

158 Ver James T. Sparrow, *Warfare state. World War II Americans and the age of big government* (Oxford e Nova Iorque, 2011).

159 Ver Thomas Bruscino, *A nation forged in war. How World War II taught Americans how to get along* (Knoxville, 2010).

160 Citado em Ian Kershaw, *Fateful decisions. Ten decisions that changed the world, 1940-1941* (Londres, 2007). 161 Christopher Browning, *The origins of the Final Solution. The evolution of Nazi Jewish policy, 1939-1942* (Londres, 2005). A minha interpretação aqui segue de perto a de Jersak, «A matter of foreign policy», pp. 369-89. 162 Quoted in Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 752. 163 Falando na Conferência de Moscovo de outubro de 1943, citado em Michael R. Beschloss, *The conquerors. Roosevelt, Truman and the destruction of Hitler's Germany* (Nova Iorque, 2002), p. 21. 164 Citado em Ilse Dorothee Pautsch, *Die territoriale Deutschlandplanung des amerikanischen Aussenministeriums, 1941-1943* (Frankfurt am Main, 1990), p. 122. Para os temores dos Estados Unidos do poderio alemão no pós-guerra enquanto lavrava o conflito ver James McAllister, *No exit. America and the German problem, 1943-1954* (Ithaca e Londres, 2002), pp. 1-42.

165 Citado em Klaus Larres, «Churchill: flawed war leader or charismatic visionary?», in Brendan Simms e Karina Urbach (coords.), *Die Rückkehr der «Grossen Männer». Staatsmänner im Krieg – ein deutsch-britischer Vergleich 1740-1945* (Berlim e Nova Iorque, 2010), p. 154.

166 Citado em Lothar Kettenacker, *Krieg zur Friedenssicherung. Die Deutschlandplanung der britischen Regierung während des Zweiten Weltkrieges* (Göttingen e Zurique, 1989), pp. 534 e 537-42. 167 Citado em Larres, «Churchill», p. 141.

168 Ver Patrick J. Hearden, «Early American views regarding European unification», *Cambridge Review of International Affairs*, 19 (2006), pp. 67-78, especialmente pp. 74-5.

169 Ver Brian P. Farrell, «Symbol of paradox: the Casablanca Conference, 1943», *Canadian Journal of History*, 28, 1 (1993), pp. 21-40, que põe em primeiro plano o debate sobre a melhor estratégia contra a Alemanha. 170 Ver Steven T. Ross, *American war plans, 1941-1945* (Londres e Portland, 171 Citado em Reynolds, «1940: fulcrum of the twentieth century?», p. 344. 172 Ver agora Reynolds, «Churchill and allied grand strategy in Europe, 1944-1945: the erosion of British influence», *in From world war to Cold War*, pp. 121-36.

173 Neste sentido Roger Beaumont, «The bomber offensive as a second front», *Journal of Contemporary History*, 22, 1 (1987), pp. 3-19, especialmente pp. 13-15, e Stephan Glienke, «The Allied air war and German society», in Claudia Baldoli, Andrew Knapp e Richard Overy (coords.), *Bombing, states and peoples in western Europe, 1940-1945* (Londres, 2011), pp. 184-205.

174 Ver Mark Harrison (coord.), *The economics of World War II: six powers in international comparison* (Cambridge, 1998).

175 Citado em Hildebrand, *Das vergangene Reich*, p. 781. 176 Ver Sönke Neitzel, «Hitlers Europaarmee und der "Kreuzzug" gegen die Sowjetunion», in Michael Salewski e Heiner Timmermann (coords.), *Armeen in Europa – europäische Armeen* (Münster, 2004), pp. 137-50.

7

Partições, 1945-73

Com a derrota do Reich *e enquanto não emergem os nacionalismos asiáticos,*

> *africanos e talvez sul-americanos, restarão no mundo apenas duas grandes potências capazes de se confrontarem – os Estados Unidos e a Rússia Soviética. As leis tanto da história como da geografia compelirão estas duas potências a uma prova de força, ou militar ou nos campos da economia e da ideologia. Estas leis tornam inevitável que ambas as potências se tornem inimigas da Europa. E é igualmente certo que estas duas potências achem desejável, mais cedo ou mais tarde, procurar o apoio da única grande nação sobrevivente na Europa, o povo alemão.*

Adolf Hitler, abril de 1945

Se não houver uma verdadeira federação europeia e a Alemanha for restaurada

> *como país independente forte, devemos esperar uma nova tentativa de domínio alemão. Se não houver uma verdadeira federação europeia e se a Alemanha não for restaurada como país independente, é um convite ao domínio russo (...) Sendo este o caso, é evidente que a relação da Alemanha com os outros países da Europa Ocidental tem de ser organizada de tal maneira que proporcione salvaguardas mecânicas e automáticas contra qualquer exploração inescrupulosa da preeminência alemã em população e em potencial militar-industrial.*

George Kennan, 1948 (1)

> *histórico no centro da Europa, bem como nosso inimigo histórico, a causa de duas guerras mundiais e, agora, o principal campo de batalha da Guerra Fria, com Berlim a ser, literalmente, a sua linha da frente.*

Anatoly Dobrynin, embaixador soviético em Washington, 1962-86 (2)

A partição foi o facto central do mundo pós-1945. O globo estava dividido ideologicamente

entre um Ocidente democrático e um Leste comunista. Regiões cruciais como a Coreia, a Palestina e o Vietname foram divididas. A própria Europa foi repartida entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) e o Pacto de Varsóvia. No coração do conflito, porém, estava a Alemanha dividida: um país dividido no meio de um continente dividido, no centro de um mundo dividido. A luta por esse espaço dominava a política internacional. Ambos os lados procuravam conquistar os alemães, ou pelo menos negá-los ao outro lado. Estavam também determinados a impedir a re-emergência do poderio alemão. Os projetos paralelos da NATO e da integração europeia foram concebidos com esse duplo propósito em mente; tal como a presença militar permanente dos Estados Unidos, fazendo de Washington garante do acordo europeu. A questão alemã também dominava a política interna de França, da Grã-Bretanha, da União Soviética e, é claro, da própria Alemanha, que procurava recuperar a sua soberania e transformar-se outra vez numa ator independente.

O III *Reich* custou a morrer. Os exércitos de Hitler combateram duramente ao longo de todo o

recuo da Normandia, de Itália e das suas posições na Polónia, no Báltico e no Oeste da Ucrânia. Depois de uma retirada precipitada através do Norte de França em agosto de 1944, a linha estabilizou-se na Alsácia-Lorena e nos Países Baixos. Em setembro, uma tentativa de paraquedistas britânicos, americanos e polacos para se apossarem das pontes sobre o Mosa, o Waal e o Baixo Reno em Arnhem foi repelida com pesada perda de vidas. No leste, o avanço do Exército Vermelho sofreu uma paragem temporária no Vístula. Não muito depois, contudo, os Aliados avançaram outra vez em todas as frentes. Um a um, todos os aliados orientais da Alemanha abandonaram o barco: a

Roménia mudou de lado em fins de agosto, a Bulgária em princípios de setembro e uma semana depois até os finlandeses foram forçados a um armistício. A tentativa da Hungria de lhes seguir o exemplo foi travada por uma enérgica ação alemã em dezembro de 1944; o almirante Horthy foi substituído em Budapeste por uma figura mais maleável. No fim do ano, porém, as forças Aliadas estavam em solo alemão: os russos tinham penetrado na Prússia Oriental e os anglo-americanos tinham ganho posição perto de Aachen. Não tardaria muito que a Grande Aliança conquistasse o resto do *Reich* e pusesse fim ao domínio de Hitler.

A questão da ordem do pós-guerra ganhava agora urgência. Apesar de duas décadas de

desconfiança mútua, Estaline e Churchill concordaram em dividir o Leste da Europa em esferas de influência. No «acordo das percentagens» de outubro de 1944, a Roménia e a Bulgária ficaram para a União Soviética. Em contrapartida, a Grécia foi atribuída aos anglo-americanos – enquanto ambos os lados partilhariam igualmente a sua influência na Jugoslávia e na Hungria. A retirada das tropas alemãs levou ao caos na Jugoslávia – onde os guerrilheiros de Tito se bateram com várias forças centristas e de direita – e na Grécia, onde as forças britânicas se viram prontamente embrulhadas numa luta com o KKE comunista, em dezembro de 1944. Estaline, contudo, honrou os seus compromissos e abandonou o partido grego à sua sorte. Os Aliados também não se desentenderam, para já, a respeito da Europa de Leste. Aqui, por outro lado, Estaline estava determinado a impedir a recriação na sua fronteira ocidental do *cordon sanitaire* de entre-guerras. Recusava liminarmente, em particular, consentir qualquer governo potencialmente hostil em Varsóvia. Na Conferência de Ialta de 1945, as três potências acordaram que a fronteira leste da Polónia devia ser deslocada para mais perto de Varsóvia, de acordo com a velha «linha Curzon», que mais ou menos refletia os limites linguísticos entre o polaco e o ucraniano na Rússia Branca; em troca ganharia «um acréscimo substancial de território no norte e no ocidente» (3).

Sobrepondo-se a tudo, é claro, estava a questão do que fazer com a Alemanha (4). Roosevelt

acreditava que a Alemanha devia ser punida, partida e crivada de reparações. Na opinião do Tesouro isto não só era a maneira mais justa como também a mais barata de administrar a região. O «Plano Morgenthau», batizado com o nome do secretário do Tesouro e adotado por americanos e britânicos em finais de 1944, sustentava

que a Alemanha devia ser desindustrializada de modo a destruir a sua capacidade de fazer guerras. Por volta da mesma altura, as autoridades militares americanas ordenaram que a Alemanha devia ser tratada mais como um país derrotado do que como um país libertado e a sua elite sujeita a um exaustivo processo de «desnazificação». Também recomendavam a partição da Alemanha «como medida para impedir o rearmamento e renovadas agressões da Alemanha». Era esta a política declarada das potências aliadas à medida que se aproximava a derrota final da Alemanha.

> O Departamento de Estado, por outro lado, favorecia a reabilitação da Alemanha. O secretário

de Estado, Cordell Hull, inspirava-se na experiência da Guerra Civil – quando «levou 75 anos a que as pessoas gradualmente se restabelecessem» – como modelo para «erradicar» a estirpe do nazismo do povo alemão (5). A melhor maneira de evitar outra ronda de agressão, rezava o argumento, era a criação de estruturas democráticas fortes. Uma paz punitiva ao estilo de Versalhes – ou pior – só iria complicar isto. Além disso, como Keynes em 1919, o Departamento de Estado acreditava que a saúde da economia europeia no seu conjunto estava dependente do motor do crescimento alemão. A «pastoralização» sugerida por Morgenthau, e os pagamentos colossais exigidos por quase toda a gente, tornariam não só a Alemanha mas todo o continente dependente de uma ajuda americana a longo prazo. Reduziria também o mercado potencial para as mercadorias americanas. Os especialistas preveniam que a partição da Alemanha seria um «desastre» que atrasaria a recuperação económica, encorajaria o crescimento do extremismo e tentaria os vencedores a querelar entre si pelos despojos (6). A Grã-Bretanha adotava uma opinião em geral semelhante. Via o «militarismo prussiano» como a principal ameaça para a estabilidade europeia. De maneira parecida, Churchill alertou por várias vezes para o perigo de «infligir rigores à Alemanha, que está arruinada e prostrada (...) abrindo aos russos em muito pouco tempo a oportunidade de avançarem, se quiserem, até às águas do mar do Norte e do Atlântico». A melhor maneira de impedir isto era, é claro, criar uma Alemanha forte.

> Estaline mantinha as suas opções em aberto. Argumentava que os Hitlers iam e vinham, mas o

povo alemão permaneceria. «Estamos agora a esmagar os alemães e muita gente julga agora que os alemães nunca poderão voltar a ameaçar-nos», explodiu ele em março de 1945. «Ora bem, isto pura e simplesmente não é verdade. ODEIO OS ALEMÃES! (...) É impossível

destruir os alemães de uma vez por todas, estarão sempre por aí. Mas temos de ter presente que os nossos aliados tentarão salvar os alemães e conspirarão com eles (...) É por isso que nós, os eslavos, temos de estar prontos para o caso de os alemães se erguerem outra vez e lançarem um novo ataque» (7). Isto, por um lado, tornava-o temeroso da reemergência de um revanchismo ao estilo de Weimar. Por esta razão, Estaline esperava inicialmente uma presença, ou pelo menos um envolvimento, a longo prazo dos Estados Unidos na Europa. À cautela, todavia, concluiu uma série de alianças destinadas a conter a ameaça: um tratado soviético com o Governo checo no exílio em fins de 1943, um tratado franco-soviético com o líder dos Franceses Livres, o general Charles de Gaulle, em dezembro de 1944, e tratados com a Polónia e com a Jugoslávia em abril do ano seguinte. Por outro lado, Estaline depressa percebeu o potencial acréscimo de poder que lhe traria o controlo da Alemanha. Em 1943, montou o Nationalkomitee Freies Deutschland, feito de oficiais de alta patente capturados, incluindo o comandante das tropas em Estalinegrado, Friedrich Paulus. Estas e posteriores iniciativas destinavam-se a revitalizar a amizade prusso-russa e a canalizar o poder do nacionalismo alemão para fins soviéticos. Estaline manteve em reserva também os quadros do poderoso Partido Comunista alemão – ou pelo menos aqueles que tinham sobrevivido a Hitler e às depurações de Moscovo – a fim de efetuar a transformação comunista de tanta Alemanha quanta fosse necessário. Finalmente, Estaline deixou deliberadamente em aberto a questão da confirmação dos ganhos da Polónia a ocidente ou da sua devolução à Alemanha em termos que fossem aceitáveis para si (8).

> A Conferência de Ialta tentou conciliar estas visões contraditórias sobre a Alemanha (9). A

Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação: soviética, americana, britânica e francesa. Tinha de pagar vastas reparações de guerra, principalmente em espécie de certos artigos como «equipamento, ferramentas mecânicas, navios, carruagens (...) remoções estas a ser levadas a cabo com o fim principal de destruir o potencial bélico da Alemanha». Britânicos, americanos e russos prometiam «dar os passos, incluindo o completo desarmamento, desmilitarização e desmembramento da Alemanha, que tenham por necessários para a paz e a segurança futuras» (10). Um Conselho conjunto de Controlo Aliado da Alemanha administraria o país depois de ter sido alcançada a vitória. Finalmente, haveria uma organização global mais ampla em que o mundo se concertaria para a contenção da Alemanha. O protocolo anunciava a reunião de uma «Conferência das Nações Unidas» que seria composta pelas potências da coligação existente, «as Nações Associadas que tenham declarado guerra ao

inimigo comum até 1 de março de 1945» (11). Esta criaria uma «Organização Geral Internacional para a manutenção da paz e da segurança». Em suma, as Nações Unidas – ainda mais do que a Sociedade das Nações – tiveram as suas origens numa aliança de guerra contra a Alemanha.

> Tudo isto ia ser integrado numa profunda transformação ideológica de todo o continente.

Refletia a crença dos Estados Unidos em que a única maneira de evitar a eclosão de uma outra guerra era assegurar uma justa distribuição dos recursos existentes e «o direito de todos os povos a escolher a forma de governo sob a qual viverão». A declaração estabelecia exatamente como isto seria conseguido. Uma vez estabelecida «a paz interna» e tomadas «medidas de emergência para socorrer os povos em desgraça», esperava-se que os Estados «formassem autoridades governamentais interinas amplamente representativas de todos os elementos democráticos da população» que haviam de ser seguidas pelo «estabelecimento, através de eleições livres, de governos responsáveis perante a vontade do povo» (12). Por outras palavras, longe de entregar abertamente a Europa de Leste a Estaline, a nova ordem acordada em Ialta ia supostamente inaugurar uma revolução democrática pancontinental na forma de governo.

> A despeito da impressionante exibição de unidade Aliada, Hitler acreditava que podia repetir a

façanha de Frederico, *o Grande* continuando a combater até a coligação sitiante se desfazer. Quando o presidente Roosevelt morreu repentinamente em abril de 1945, o *Führer* convenceu-se de que tal como Pedro III tinha feito a paz com a Prússia depois da morte da Imperatriz Isabel, em 1762, também o novo Presidente levaria os Estados Unidos para fora da coligação. Esta esperança foi desiludida quando Harry Truman prometeu continuar a luta. O confronto final dramático em Berlim opôs *Wehrmacht*, *Volkssturm*, franceses, flamengos, escandinavos e russos, e outros auxiliares, ao Exército Vermelho (13). O desfecho nunca esteve em dúvida. A 30 de abril Hitler cometeu suicídio, legando o que restava ao almirante Dönitz. A 8 de maio o novo governo alemão rendeu-se. Tinham sido precisos quase seis anos e os esforços conjuntos dos Estados Unidos, da União Soviética, do Império Britânico e de todos os outros membros das Nações Unidas para dominar o III *Reich* e os seus aliados europeus. A guerra tinha mostrado, como escreveu em 1945 o subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Dean Acheson, «que os alemães eram capazes de se bater com o resto do mundo todo junto» (14). Esta

experiência marcaria a geopolítica europeia durante décadas.

> Dois meses depois da capitulação alemã, a Grande Aliança vitoriosa conferenciou em Potsdam

para acordar «as medidas necessárias para garantir que a Alemanha nunca voltará a ameaçar os seus vizinhos ou a paz do mundo» (15). As quatro zonas de ocupação tomaram agora uma forma definida: uma, soviética, em Mecklemburgo, na Turíngia, nas províncias centrais prussianas à volta de Brandeburgo e na Saxónia; uma zona americana no Sudoeste da Alemanha; uma zona britânica no Noroeste da Alemanha e uma zona francesa retalhada na parcela anglo-americana do Sul da Renânia, do Palatinado, Baden e Sul do Württemberg. Berlim – em plena zona soviética – era também dividida em quatro sectores, um para cada uma das potências. A Áustria era igualmente dividida em quatro zonas de ocupação: a soviética na Baixa Áustria, uma americana à volta de Salzburgo e de Linz, uma britânica no sul, incluindo a Caríntia e a Estíria, e uma francesa no oeste, centrada em Innsbruck. A capital, Viena – que ficava no meio da zona soviética –, era também dividida em quatro sectores. Eupen-Malmedy era devolvido à Bélgica, a Alsácia-Lorena a França e o Norte do Schleswig à Dinamarca. Estas decisões restauravam, essencialmente, o acordo de 1919, mas no Leste as mudanças eram muito mais radicais. A Pomerânia e a Silésia eram cedidas à Polónia – embora a «limitação final da fronteira ocidental desse país devesse esperar o acordo de paz» – enquanto a Prússia Oriental era dividida entre a Polónia e a União soviética. Todas estas três regiões tinham sido governadas durante séculos por príncipes alemães e com exceção da Alta Silésia, onde os alemães eram uma escassa maioria, eram habitadas há centenas de anos quase exclusivamente por alemães. Ao todo, a Alemanha perdeu quase um terço do seu território de antes da guerra.

> Houve mudanças de fronteiras substanciais noutros lugares da Europa. Estaline conservou os

seus ganhos de 1939-40: a Carélia antes finlandesa, a Bessarábia antes romena, os Estados bálticos e, está claro, o Leste da Polónia. Como Estaline explicou em Ialta, a anexação de território polaco não era motivada pela preocupação com o seu vizinho. «A essência do problema», sublinhou, «é muito mais funda. Ao longo da história, a Polónia tem sido sempre um corredor pelo qual o inimigo vem atacar a Rússia (...) os alemães passaram duas vezes através da Polónia para atacar o nosso país» (16). Era a questão alemã, por outras palavras, que motivava o novo acordo territorial no Leste. Em termos etnográficos, a escala da transformação era ainda mais pasmosa (17).

Praticamente toda a população judaica entre o Don e o golfo de Biscaia tinha sido assassinada. Os alemães da Pomerânia, da Silésia e da Prússia Oriental – eram 7,5 milhões deles – foram expulsos *en masse* para ocidente, para as zonas de ocupação; o mesmo aconteceu aos 3 milhões de alemães dos Sudetas. Os alemães, argumentava o restaurado Presidente checo, Edvard Beneš, «deixaram de ser humanos durante a guerra e apareciam-nos como um único e grande monstro humano. Decidimos que tínhamos de liquidar o problema na nossa república de uma vez para sempre» (18). As populações polacas de Pinsk, Lvov e Brest-Litovsk foram também deportadas para ocidente e instaladas nas regiões deixadas vagas pelos alemães. Havia ainda na Europa umas quantas bolsas substanciais de minorias nacionais– especialmente húngaros e alemães na Transilvânia romena e húngaros no Sul da Eslováquia – mas a diversidade étnica que tinha caracterizado a Europa Central e de Leste durante centenas de anos deixara de existir.

> As implicações geopolíticas destas mudanças foram sísmicas. O centro europeu tinha sido

destruído. A Alemanha tinha deixado de existir como Estado independente. O vazio resultante foi preenchido pelos exércitos de ocupação britânico, americano e soviético. Em termos territoriais, a Rússia tinha-se deslocado tanto para oeste quanto o fizera Alexandre I até 1815, mas na prática o braço de Estaline chegava muito mais longe. O Exército Vermelho estava fisicamente presente em grande número na Polónia, na Alemanha Central e na Áustria Oriental. Era mais esparso na Checoslováquia, na Hungria e na Roménia, mas todos esses três países estavam agora firmemente na órbita de Estaline. Não eram menos significativas, a longo prazo, as mudanças etnográficas. Não só a área de assentamento alemão estava agora confinada em grande parte à área entre os rios Oder-Neisse e Reno como a erradicação da tradicional elite dirigente da região a leste do Elba mudara completamente a composição da sociedade e da política alemãs e assim, potencialmente, da sua orientação estratégica. O Holocausto teve também um profundo efeito geopolítico. A judiaria europeia tinha sido em grande parte destruída, mas o antissemitismo europeu permanecia florescente. Os sobreviventes do holocausto eram vítimas de discriminação e em casos extremos assassinados, como por exemplo durante o *pogrom* de Kielce, na Polónia, pouco depois da guerra. Tudo isto significava uma coisa para as vítimas: os judeus não tinham futuro na Europa. Só estariam em segurança no seu próprio Estado, defendidos pelas suas próprias armas. Uma catadupa de refugiados judeus começou a partir para a sua nova Pátria sionista. No próprio mandato, as guerrilhas sionistas do Irgun, do Haganah e do

«bando Stern» aceleraram a sua campanha para forçar a saída dos britânicos.

> Com a Alemanha subjugada, a arquitetura internacional delineada no último ano de guerra

impôs-se. A Conferência de São Francisco de maio-junho de 1945 deu à luz as Nações Unidas. Compunha-se de uma Assembleia Geral e de um Conselho de Segurança constituído pelos representantes da coligação vencedora da guerra: Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, União Soviética e China. Ao lado da nova organização mundial estava um conjunto de outras instituições internacionais destinadas a facilitar a prosperidade económica global e, assim, acreditava Washington, manter a paz internacional. «Nações que são inimigas no mercado», observou em 1945 um secretário de Estado adjunto americano, «não podem ser amigas à mesa do Conselho por muito tempo». Por extensão, a interdependência económica impediria que as disputas alguma vez chegassem ao campo de batalha. Por insistência de Estaline, os membros permanentes do Conselho de Segurança tinham direito de veto. Como observou o funcionário e historiador britânico Charles Webster, que esteve intimamente envolvido na redação da respetiva Carta, isto fazia das NU «uma aliança das Grandes Potências embutida numa organização internacional» (19). A maior parte dos reunidos em São Francisco tinha também profundas expectativas ideológicas.

> A conceção original das Nações Unidas como um clube democrático encontrou expressão no

seu tratamento da Espanha de Franco, vista com extrema repugnância tanto por Washington como por Moscovo. Foi por conseguinte barrada a Espanha a entrada para as NU enquanto continuasse a ser uma ditadura. As coisas atingiram o seu ponto crítico em agosto de 1945 a propósito do futuro de Tânger. O porto tinha sido conquistado por Franco cinco anos antes; agora, não só lhe foi dito que tinha de o devolver como foi informado de que a participação de Espanha numa nova autoridade internacional a estabelecer ali dependia «do restabelecimento de um regime democrático» em Madrid (20). Estaline tentava agora mobilizar as Nações Unidas no seu conjunto contra Franco. Franco era acusado, em particular, de dar abrigo a refugiados nazis e permitir a cientistas alemães que trabalhassem em Espanha numa bomba atómica. Um comité especial informou o Conselho de Segurança de que embora a ditadura espanhola fosse indubitavelmente um «regime fascista» que tinha ajudado Hitler e Mussolini e continuasse a ser «uma fonte de fricção internacional»,

não havia provas de que estivesse «a preparar um ato de agressão». De qualquer maneira, a comissão recomendava que a Assembleia Geral apresentasse um ultimato a Franco para que abandonasse o poder num prazo de quinze meses ou enfrentasse o corte de relações diplomáticas pela Assembleia Geral. Nada resultou daqui, mas é evidente que na sua criação as Nações Unidas foram uma entidade altamente intervencionista. A fetichização da soberania do Estado pela qual se tornou conhecida mais tarde foi uma reinvenção subsequente de ditadores do Terceiro Mundo e advogados internacionais pouco práticos.

> Os Aliados estavam muito afastados entre si quanto à promoção da democracia na Europa de

Leste e no mundo extra-europeu. Apesar de todos os seus compromissos de Ialta, Estaline tornou muito claro em Potsdam que não fazia a mínima tenção de permitir aos europeus do centro e do Leste que decidissem o seu próprio destino. «Um governo livremente eleito em qualquer desses países», anunciou ele, «seria anti-Soviético e não o podemos consentir» (21). De momento, contudo, Estaline só interferiu diretamente nas regiões estrategicamente vitais da Polónia e da Alemanha. Permitiu que se realizassem eleições na Checoslováquia, na Hungria e na Roménia. As potências imperiais europeias também não tinham muita pressa em organizar eleições nas suas colónias ultramarinas, com o fundamento de que as populações «não estavam preparadas» para fazer uma escolha informada sobre se desejavam ou não continuar a fazer parte dos respetivos impérios. Havia também o temor generalizado de que uma participação política mais ampla desencadearia novas rondas do tradicional derramamento de sangue comunitário em zonas religiosa ou etnicamente mistas de África, do Médio Oriente, da Ásia e do subcontinente indiano.

> No outono de 1945, o centro das atenções militares e diplomáticas mudou fugazmente para o

Extremo Oriente, onde os japoneses ainda ofereciam uma resistência obstinada aos americanos que «saltitavam de ilha em ilha» através do Pacífico. A Grã-Bretanha enviou para lá forças substanciais, em parte para afirmar os seus interesses imperiais e em parte para impressionar os australianos e os neozelandeses, cada vez mais céticos, mas também para criar em Washington uma boa vontade que pudesse ser transformada em envolvimento americano na segurança europeia do pós-guerra. Em princípios de agosto, os Estados Unidos lançaram uma devastadora bomba atómica sobre a cidade japonesa de Hiroxima e depois outra sobre Nagasáqui, matando instantaneamente cerca de

200 000 japoneses, quase todos civis (22). A introdução desta arma nova e devastadora mudou radicalmente a natureza da política internacional, pelo menos a curto prazo. «Hiroxima abalou o mundo inteiro», observou Estaline pouco depois. «O equilíbrio foi quebrado» (23). Os Estados Unidos estavam certamente determinados a manter o seu monopólio nuclear: em agosto de 1946, o Congresso aprovou a Lei da Energia Atómica, que proibia à administração dos Estados Unidos transmitir tecnologia nuclear a qualquer outra potência, incluindo aliados próximos. Havia de facto sérios obstáculos éticos, políticos e operacionais ao uso da bomba atómica para fins de coerção estratégica. Esta ameaça foi usada apenas uma vez pelos americanos durante os seus quatro anos de monopólio nuclear, a fim de apressar a retirada soviética do Irão. O principal, como disse por várias vezes Estaline, era manter o sangue-frio. Instruiu os seus cientistas para construírem sem demora uma bomba soviética. Não era só a União Soviética, mas também os aliados da América quem se sentia ameaçado pela nova geopolítica nuclear. Os chefes de estado-maior britânicos eram inabaláveis quanto à necessidade de terem «todos os tacos do saco» e começaram a adaptar os bombardeiros para o lançamento da bomba atómica mesmo antes de terem a respetiva tecnologia. Em suma, o desenvolvimento da bomba atómica levou simplesmente a uma forma extrema de corrida ao armamento «ao estilo Dreadnought» que se tornara familiar em anos anteriores. Como veremos, as armas nucleares interagiram seguramente com as preocupações tradicionais da geopolítica europeia – especialmente a Questão Alemã – mas não as alteraram fundamentalmente.

> A terrível experiência da guerra e a incerteza do seu rescaldo imediato serviram para

promover a ideia de que a Europa devia afirmar coletivamente a sua identidade cultural, espiritual, económica e política separada. Dois italianos antifascistas, Altero Spinelli e Ernesto Rossi, tinham redigido durante o conflito o seu manifesto «Por uma Europa livre e unida». Condenavam a tendência do «imperialismo capitalista» e dos «Estados totalitários» para desencadearem guerras destrutivas. A única maneira de quebrar esse círculo vicioso, sustentavam Spinelli e Rossi, era romper com o clássico equilíbrio de poder e criar um sistema completamente novo de coexistência na Europa através «da abolição definitiva da divisão da Europa em Estados soberanos nacionais» e a criação de uma «Federação Europeia». Estes «Estados Unidos da Europa» haviam de ser «baseados na constituição republicana dos países federados». Os autores sabiam que a melhor altura para realizar este esquema seria o rescaldo turbulento da derrota alemã, «quando os Estados hão de jazer quebrados, quando as massas esperarão

ansiosamente uma nova mensagem, como matéria em fusão, incandescente, e fácil de afeiçoar em novos moldes capazes de aceitar a orientação de homens de mentalidade seriamente internacionalista» (24). O continente seria uma *tabula rasa* e poderia, assim, ser moldado num novo sistema destinado, não a lidar com um inimigo externo, mas a evitar que a Europa se dilacerasse a si própria.

> As experiências quase universais da guerra e da ocupação moldaram fundamentalmente as

políticas internas após o termo das hostilidades. Não levaram, contudo, a um movimento de fundo em favor da união política ou da integração. Em vez disso, as primeiras eleições do pós-guerra foram dominadas pelas averiguações sobre as causas e a condução da guerra, a contenção da Alemanha, a questão premente da reconstrução e a economia da desmobilização. Na Grã-Bretanha, Churchill sofreu uma derrota inesperada nas eleições de julho de 1945, não tanto uma censura à pessoa, ou reflexo de uma irresistível maré de radicalismo, mas sim um juízo devastador sobre a política conservadora de apaziguamento e a queda de França. «Não foi Churchill que perdeu as eleições», observou mais tarde Harold MacMillan, «foi o fantasma de Neville Chamberlain» (25). As eleições de outubro de 1945 para a Assembleia francesa foram dominadas, de forma semelhante, por um ajuste de contas com a derrota de 1940, o regime de Vichy e a preocupação quanto a um possível ressurgimento da Alemanha. Estas questões foram muito mais importantes do que o medo de Estaline ou a unificação da Europa. Os resultados foram uma concludente rejeição da direita de entre as duas guerras e a sua subsequente associação com o marechal Pétain e a humilhação nacional. Os comunistas ganharam um pouco mais de um quarto dos votos e tornaram-se o maior partido; os socialistas e o Movimento Popular Republicano cristão-democrata de Maurice Schumann receberam quase tantos votos como eles. Charles de Gaulle foi reeleito Presidente com uma candidatura independente, pesando mais o seu imenso prestígio pessoal do que a suspeita do seu conservadorismo em política interna. Na Grã-Bretanha, a paz levou ao cancelamento imediato do programa americano de *Lend-Lease*, precipitando uma crise financeira. Os custos da reconstrução e da continuação da defesa do império teriam de ser suportados sem ajuda (26). Estava longe de ser claro onde encontraria o novo governo trabalhista os recursos para financiar não só a «Nova Jerusalém» interna que tinha prometido, mas também as enormes ambições e obrigações estratégicas da Grã-Bretanha (27).

> A experiência da guerra, as suas persistentes ambições internacionais e o aperto financeiro do

pós-guerra tiveram profundas implicações para os impérios coloniais europeus (28). Para os britânicos e para os franceses, manter as possessões ultramarinas e reafirmar o controlo imperial sobre territórios ocupados pelo Eixo era essencial, não só para compensar os recursos que faltavam na Mãe Pátria como também a fim de aumentar o seu peso na cena europeia e mundial. Era vital, anunciou de Gaulle um dia depois da capitulação alemã, que «a nossa Indochina» fosse recuperada e assim «acrescentada» a *grandeur* de França. «É na união com os territórios ultramarinos», declarou de Gaulle, «que França é uma grande potência. Sem esses territórios deixará de o ser» (29). De modo semelhante, o ministro dos Estrangeiros britânico, Ernest Bevin, falou da necessidade de «mobilizar os recursos de África em apoio da União da Europa Ocidental (...) para formar um bloco que, tanto em população como em capacidade de produção, possa estar em pé de igualdade com os blocos do hemisfério ocidental e soviético», uma tarefa ainda mais importante depois do fim do *Lend-Lease* (30).

> Os Estados Unidos olharam inicialmente com desdém a tentativa das potências europeias para

recuperarem os seus impérios coloniais. Graças, quanto mais não fosse, às suas origens revolucionárias, a maior parte dos políticos e estadistas americanos tinha inicialmente simpatia pelas aspirações dos vietnamitas, dos indonésios e de outros nacionalistas. Com a ajuda britânica – e para grande fúria de de Gaulle – correram com os franceses da Síria e do Líbano em 1945. Fizeram também pressão sobre Londres para que se retirasse da Palestina, depois de mediarem um compromisso entre judeus e árabes. Washington também desencorajou os holandeses de tentarem reaver a Indonésia de Sukarno, que tinha repudiado o governo colonial. Os americanos preveniram que não estavam dispostos a apoiar economicamente as potências da Europa Ocidental enquanto esbanjassem os seus escassos recursos na prossecução de pretensões imperiais. Em termos mais gerais, os Estados Unidos estavam ansiosos por que não parecesse que apoiavam o colonialismo, em parte para apaziguar a opinião pública interna, que era fortemente anticolonialista, e em parte para lisonjear o sentimento geral das Nações Unidas.

> Entretanto, as relações de Estaline com o Ocidente deterioraram-se agudamente na Europa e

na sua periferia do Médio Oriente. Esmagou implacavelmente qualquer expressão política na Polónia – violando assim a letra do acordo de Ialta – e na sua zona de ocupação na Alemanha (31). Na Hungria, na Roménia e na Checoslováquia, por outro lado, o ditador

soviético estava inclinado, de momento, a conceder algum espaço à política democrática, desde que do ponto de vista estratégico esses Estados permanecessem solidamente dentro da sua órbita (32). A Finlândia foi autorizada a escolher a sua orientação interna desde que mantivesse uma estrita neutralidade em política externa, servindo assim de almofada no noroeste. Estaline estava também muito satisfeito com a nova organização territorial, que lhe dava a solidariedade eslava de que precisava para se proteger de um ressurgimento do poderio alemão. Olhando para o Cáucaso, no entanto, Estaline anunciou: «Não gosto da nossa fronteira aqui» (33). Por esta razão, encorajado pelos nacionalistas locais azeris e curdos, a União Soviética renegou o seu acordo do tempo de guerra de evacuar o Irão depois do fim das hostilidades e fez pressão sobre a Turquia para lhe outorgar a administração conjunta dos Estreitos. Entretanto, em princípios de 1946 a Grécia era pasto de uma guerra civil em grande escala entre os comunistas e os monárquicos, apoiados pelos britânicos. Londres e Washington estavam convencidas – erradamente – de que Estaline era a força motriz por trás da investida comunista. Na realidade, a guerrilha grega recebia a maior parte do seu apoio logístico de Tito, que esperava trazer para a órbita jugoslava os macedónios eslavófonos.

> A quebra de confiança entre a União Soviética e os aliados ocidentais refletia-se

crescentemente em declarações públicas e memorandos secretos. Em fins de fevereiro de 1946, um jovem diplomata da embaixada dos Estados Unidos em Moscovo, George Kennan, respondeu ao pedido do Departamento de Estado de uma análise da política soviética com um brutal memorando confidencial que mais tarde se tornou famoso como o «Longo Telegrama». Examinando as recentes ações de Estaline e a ideologia comunista, Kennan avisava que «Estamos perante uma força política fanaticamente empenhada na crença de que não pode haver com os Estados Unidos qualquer *modus vivendi* permanente, que é desejável e necessário que a harmonia interna do nosso país seja perturbada, que o nosso modo de vida tradicional seja destruído, que a autoridade internacional do nosso Estado seja quebrada, para o poder soviético estar seguro». A União Soviética, por outras palavras, não era apenas uma ameaça estratégica mas também uma ameaça ideológica; na verdade, era uma ameaça estratégica *por* ser uma ameaça ideológica (34). No princípio do mês seguinte, Winston Churchill, agora fora do governo, resumiu o novo estado de espírito num famoso discurso intitulado «O nervo da paz» em Fulton, no Missouri. Começou por anunciar que o direito a «eleições livres e sem impedimentos» e todas as outras liberdades disfrutadas por britânicos

e americanos eram de aplicação universal e «deveriam residir em todas as moradas». A realidade, contudo, era que «de Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, tinha descido uma cortina de ferro sobre o continente». No pensamento de Churchill, a defesa da liberdade europeia era sinónimo da prevenção de uma nova guerra europeia.

> O sentimento de uma crescente confrontação estratégica e ideológica era partilhado em

Moscovo. Em setembro de 1946 foi pedido ao diplomata Nikolai Novikov, pelo ministro dos Estrangeiros russo, V. Molotov, um memorando sobre a política dos Estados Unidos. O seu memorando avisava que «A política externa dos Estados Unidos, que reflete as tendências imperialistas do capital monopolista americano, é caracterizada no período do pós-guerra pela ambição da supremacia mundial». Sobre o pano de fundo de «amplos planos de expansão», o estabelecimento de um «sistema de bases navais e aéreas que se estendem muito para além das fronteiras dos Estados Unidos», para não falar da «criação de cada vez mais novos tipos de arma», parecia decididamente sinistro. O objetivo dos Estados Unidos, em suma, era «limitar» e «desalojar a influência da União Soviética dos países vizinhos» e, em termos mais gerais, «impor» a sua vontade a Moscovo.

> Tudo isto refletia e ao mesmo tempo tinha reflexos na quebra do consenso dos Aliados a

respeito da Europa Central. Idealmente, ambos os lados teriam preferido ficar com a Alemanha inteira, mas na falta disso tanto a União Soviérica como os aliados ocidentais estavam determinados a assegurar-se tanto quanto possível do seu enorme potencial militar e industrial ou, no mínimo dos mínimos, negá-lo aos seus rivais. Aqui, Estaline partia adiantado. Logo no fim da guerra tinha indicado a sua disposição para chegar a um acordo com o nacionalismo alemão atrasando o mais possível a entrega de Stettin aos polacos. Empatou as exigências ocidentais de abolição formal da Prússia. Estaline autorizou também os comunistas alemães a tomar uma posição firme contra as ambições francesas. Em finais de abril de 1946 fundiu os velhos Partidos Comunista e Social-Democrata na sua zona, com a intenção de usar o novo Partido de Unidade Socialista para alargar também a influência soviética a todas as zonas de ocupação ocidentais (35). Três meses depois Molotov apelou diretamente ao povo alemão num discurso em que lhes oferecia uma Alemanha unida e independente. Estaline, porém, fez menos progressos do que esperava, em parte por causa do comportamento das forças soviéticas – que se caracterizou

por assassínios, violações em massa e o desmantelamento sistemático da indústria alemã – que antagonizou a população local, e em parte porque o comunismo era em si mesmo intrinsecamente antipático para a maioria da população, mesmo para a classe trabalhadora (36). Não era apenas que a mão direita de Estaline na Alemanha não soubesse o que fazia a esquerda: o próprio ditador parece não se ter decidido entre o objetivo de uma única Alemanha sob domínio soviético, um Estado neutral castrado militarmente ou uma combinação qualquer destas duas possibilidades (37).

Os aliados ocidentais, pelo seu lado, reavaliaram fundamentalmente a sua política alemã à luz

da sua perceção das ações soviéticas. Washington queria co-optar o nacionalismo alemão. Em maio de 1946, os americanos aboliram unilateralmente na sua zona as reparações. Num discurso muito comentado proferido em Estugarda nesse outono, o secretário de Estado James F. Byrnes anunciou que não só os Estados Unidos permaneciam empenhados na Europa como também eram favoráveis à autodeterminação da Alemanha e até à revisão da linha Oder-Neisse. Washington estava determinada, contudo, a que a nova Alemanha, ou pelo menos as partes dela sob controlo aliado, fosse democrática. Sob a direção do general Lucius D. Clay, governador militar americano, foi posta em marcha uma transformação de fundo da zona de ocupação americana e, cada vez mais, das duas outras zonas de ocupação ocidentais. Trabalhando de perto com as elites da Alemanha Ocidental, Clay superintendeu a restauração de estruturas de participação política, chamando os britânicos a participar nessa tarefa. Em junho de 1946, as autoridades de ocupação anglo-americanas realizaram eleições para as assembleias regionais; o antigo Presidente da Câmara de Colónia Konrad Adenauer teve um resultado particularmente feliz. Também foi dada particular ênfase à «re-educação» dos alemães, no sentido de os afastar do nazismo e os aproximar dos valores ocidentais (38). Mais adiante nesse mesmo ano, britânicos e americanos anunciaram que tencionavam fundir as suas duas zonas de ocupação para criar a «Bizonia». Clay acreditava que embora uma Alemanha permanentemente dividida fosse «catastrófica», uma Alemanha unida sob domínio soviético representava «uma ameaça ainda maior para a segurança da civilização ocidental e a paz no mundo» (39).

A Grã-Bretanha e a França, em contrapartida, eram céticas quanto às perspetivas de uma

democracia alemã e profundamente hostis à unidade alemã. «Uma

Alemanha unida juntar-se-á a um lado ou ao outro», avisava Bevin, «e quase inevitavelmente causará graves sarilhos» (40) De modo que foi de bom grado que Londres alinhou com os planos americanos para democratizar a Alemanha e combinar as duas zonas ocidentais, mas como maneira de perpetuar a divisão a Alemanha, não de a superar. A França, é claro, opunha-se veementemente a tudo o que restaurasse a unidade alemã e procurou manter a sua vizinha subjugada pelo controlo e exploração dos seus recursos (41). Por outro lado, os franceses temiam que a Alemanha fosse seduzida por uma orientação para leste. De forma que, em março de 1946, os franceses deixaram relutantemente cair a sua exigência de que a Renânia e o Ruhr fossem separados da Alemanha. Começaram a pensar, no entanto, em novas maneiras de conter o poderio alemão por meio de uma forma qualquer de integração europeia. O general de Gaulle, que estava então numa das suas «aposentações» periódicas, chegou a escrever que França estava «destinada pela sua geografia a promover a União Europeia», principalmente como solução do problema alemão.

> Sobre este pano de fundo, os compromissos britânicos no Mediterrâneo Oriental tornaram-se

um luxo exorbitante. Em fevereiro de 1947 Londres anunciou repentinamente que desejava transferir para os americanos a tarefa dispendiosa de defender a Grécia. A batuta que estava a ser passada de Londres para Washington não era apenas a da responsabilidade pelo Mediterrâneo, mas a defesa do equilíbrio europeu no seu conjunto. George Kennan deu lustre à nova política num famoso artigo da *Foreign Affairs* em junho de 1947. O artigo retomava os argumentos do seu «Longo Telegrama» confidencial e sublinhava uma vez mais a importância do comunismo para a política externa soviética. «A ideologia», alegava Kennan, ensinava aos homens do Kremlin «que o mundo exterior era hostil e que era dever deles acabar por derrubar as forças políticas além das suas fronteiras». «Uma coexistência permanente e pacífica» não era, por conseguinte, possível. Ao mesmo tempo, contudo, Kennan salientava que a ideologia era também uma força de retenção, porque dado que a vitória do comunismo sobre o capitalismo era inevitável podia ser aguardada em vez de provocada. O Kremlin evitaria «o aventureirismo» e não «teria qualquer pejo em recuar perante uma força superior». A abordagem correta, por conseguinte, não era uma «dureza» instintiva, mas sim «uma contenção a longo prazo paciente e vigilante das tendências expansionistas russas» (42).

> A principal frente de «contenção» de Estaline era a Europa. Uma nota do estado-maior general

americano de abril de 1947 listava os aliados dos Estados Unidos e os teatros de ação por ordem de importância: Grã-Bretanha, França e Alemanha vinham em primeiro lugar. Japão, China, Coreia e Filipinas vinham em último, atrás da Bélgica. O perigo era que a União Soviética, que já dominava um bom bocado da Europa, conseguisse também colocar sob seu controlo as áreas sobremaneira importantes da Europa Central e Ocidental (43). Washington, por conseguinte, precisava de unir o continente – ou pelo menos a sua metade ocidental – contra Estaline, militarmente, politicamente, economicamente, culturalmente e espiritualmente. Era uma grande encomenda, pois as economias europeias recuperavam mais lentamente do que se esperara e no princípio de 1947 a situação ainda era calamitosa em todo o continente (44); grassava o desemprego e o racionamento ainda estava em vigor. A fé no capitalismo, e até na democracia, era escassa. Os americanos temiam que este vácuo socioeconómico fosse preenchido pelo comunismo, especialmente em França e Itália, onde os Partidos nacionais eram fortes, e na Alemanha, onde a miséria era maior.

> De modo que, em junho de 1947, o secretário de Estado americano George Marshall anunciou

um plano para a regeneração económica da Europa. Os Estados Unidos ofereceram uma transfusão de fundos maciça para colmatar o «défice em dólares» não só de França, da Grã-Bretanha e da Alemanha (os principais beneficiários), de Itália e de outros países a ocidente da «cortina de ferro», mas também dos países da Europa de Leste, incluindo a própria União Soviética. A Alemanha, porém, era a chave. «A restauração da Europa», disse Marshall ao Congresso, «implica a restauração da Alemanha. Sem um ressurgimento da produção alemã não pode haver qualquer ressurgimento da economia da Europa». A principal motivação não era aqui comercial – mal chegava a 5% do PIB dos Estados Unidos o valor das suas exportações –, mas sim estratégica. Os Estados Unidos estavam vitalmente preocupados tanto em neutralizar a ameaça do revanchismo alemão como em garantir a Europa Central contra a penetração soviética. Mesmo o compromisso com a abertura dos mercados era antes de mais movido pela crença de que a liberdade de comércio reduzia o risco de guerra (45).

> A inauguração da confrontação aberta com a União Soviética inspirou movimentos no sentido

de uma maior unidade da Europa Ocidental (46). Em março de 1948, o Pacto de Bruxelas juntou Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo numa União Europeia Ocidental feita em parte para impedir o ressurgimento da Alemanha, mas principalmente para

conter a União Soviética. Os signatários comprometiam-se com a defesa mútua em caso de agressão externa e em setembro de 1948 começou o planeamento militar sobre como repelir o Exército Vermelho: foram integradas as defesas aéreas e estabeleceu-se um alto comando conjunto. Para muitos europeus não era suficiente, contudo, um novo sistema de alianças. Tinham saído da guerra convencidos de que seria essencial alguma forma de federalismo ou soberania partilhada para evitar uma recaída na barbárie e a ameaça de Estaline só reforçava esta opinião. Washington, querendo conter a Alemanha e mobilizar o continente contra a União Soviética, apoiava fortemente este projeto: Truman indicou que era «a favor de uns Estados Unidos da Europa» (47). Em princípios de maio de 1948, centenas de políticos, sindicalistas, intelectuais e outros representantes da sociedade civil encontraram-se em Haia sob a presidência de Churchill e a convite do Comité dos Movimentos pela Unidade Europeia. Estiveram presentes o eminente conservador Harlold Macmillan, François Mitterrand (ao tempo ministro do governo francês), o antigo primeiro-ministro francês Édouard Daladier, o futuro chanceler da Alemanha Ocidental Konrad Adenauer, o estadista italiano Altiero Spinelli e muitos outros. O Congresso de Haia tinha, por conseguinte, a capacidade de se tornar o equivalente europeu da Convenção de Filadélfia de 1787, quando os Estados Unidos se deram um governo central e uma constituição a fim de impedir divisões internas e dissuadir ataques exteriores.

> Ao contrário dos Pais Fundadores, porém, os homens e mulheres reunidos em Haia não

conseguiram formar uma união política, económica e monetária europeia. Não conseguiram pôr-se de acordo sobre se a unidade europeia devia ser gerada em linhas supranacionais ou intergovernamentais. Nesta altura, os franceses e muitos outros governos da Europa Ocidental simpatizavam com a ideia de uma federação europeia. Também a Grã-Bretanha simpatizava com uma cooperação europeia muito mais estreita, que esperava que lhe desse o peso necessário para agir na cena mundial em termos de igualdade com os Estados Unidos e a União Soviética (48). Londres resistia, porém, a qualquer tentativa de fundir a sua soberania num todo maior, em parte por causa dos laços com a sua *Commonwealth*, mas principalmente porque, não tendo passado pela derrota e a ocupação, a opinião britânica considerava a unificação política europeia uma tentativa de consertar uma coisa que nem sequer estava avariada. O secretário dos Estrangeiros, Ernest Bevin, indicou por conseguinte: cooperação e até uma «confederação espiritual» – sim; completa união política – não (49). A esperança de Washington de que a administração e a distribuição da Ajuda Marshall conduziriam ao estabelecimento de

estruturas federais europeias viu-se frustrada.

> A mudança para uma política de «contenção» teve profundas implicações na relação entre os

interesses estratégicos e a promoção da democracia. Por um lado, havia muito menos pressão sobre as ditaduras de direita do Sul da Europa e da América Latina para que se reformassem e dentro de poucos anos os Estados Unidos negociariam um acordo com Franco sobre o uso de bases navais e aéreas em Espanha (50). Por outro, a decisão de fazer frente à União Soviética teve profundas implicações no futuro das zonas ocidentais de ocupação na Alemanha. «Não é exagero dizer», sustentou o subsecretário Adjunto dos Negócios Estrangeiros inglês, Sir Orme Sargent, «que se a Alemanha for ganha isso pode muito bem decidir a sorte do liberalismo no mundo inteiro» (51). Era por conseguinte vital estabelecer uma ordem política capaz de resistir à infiltração soviética, suficientemente forte para contribuir para a defesa do Ocidente no seu conjunto e todavia incapaz ou sem interesse em dominar o resto de Europa. Isto significava, de facto, a introdução de uma forma qualquer de democracia federal. O primeiro passo aqui foi a abolição formal do Estado da Prússia em 1947, o qual, alegavam as potências Aliadas, tinha «representado sempre os elementos do militarismo e da reação da Alemanha». Nos acordos de Londres de junho de 1948, os franceses assentiram relutantemente na criação de uma Alemanha independente, embora, é certo, federal.

> A democracia e a autodeterminação eram armas úteis contra Estaline na Europa, mas podiam ser viradas contra as potências aliadas no ultramar. Na Índia, a política de resistência não-violenta do Mahatma Gandhi desgastou as autoridades levando à partição e à independência em 1947. As regiões de maioria muçulmana a ocidente e em Bengala tornaram-se o Paquistão; a região do meio tornou-se a Índia. As consequências estratégicas da independência indiana foram gigantescas: a Grã-Bretanha perdeu o núcleo militar a partir do qual a defesa do Império a leste do Suez recebera fundos e homens durante gerações. Londres esperava compensar esta perda desenvolvendo, nas palavras de Ernest Bevin em princípios de 1948, «os recursos materiais do [restante] Império Colonial» e intensificando a cooperação com os domínios de colonização branca. A Austrália, por exemplo, concordou em apoiar a posição britânica no Médio Oriente. O Canadá, pelo seu lado, manteve o seu compromisso com a defesa do equilíbrio europeu. Cada vez mais, no entanto, os domínios seguiam o seu próprio caminho no campo da estratégia geral. Isto refletiu-se na criação da ANZUS, uma aliança entre os Antípodas e os Estados Unidos que não passava pelo

Império Britânico.

Em setembro de 1947, sob pressão dos terroristas sionistas e dos nacionalistas árabes, os

britânicos anunciaram a sua intenção de renunciar ao mandato na Palestina, entregar o problema às Nações Unidas e retirar-se. Quando as Nações Unidas proclamaram a divisão do território num Estado árabe e no Estado de Israel em fins de novembro de 1947, os colonos judeus concordaram em acatar a decisão. Foi, no entanto, furiosamente rejeitada tanto pela população árabe como pelos Estados árabes vizinhos. Em 1948, uma guerra em larga escala entre os sionistas e os árabes resultou na derrota destes últimos em poucos meses. Isto levou a um ataque a Israel de Iraque, Síria, Líbano, Egito e Jordânia, em maio de 1948. Uma vez mais, Israel levou a melhor, apesar de um embargo internacional de armas em que participaram os Estados Unidos e todas as potências ocidentais. Centenas de milhares de árabes palestinos fugiram ou foram expulsos pelos sionistas, uma experiência que se tornou conhecida por *Nakba*, ou catástrofe; a Margem Ocidental do Jordão foi anexada pelo Reino da Jordânia. O novo Estado era um transplante europeu no coração do Médio Oriente. A sua liderança era na sua maior parte alemã ou de origem leste-europeia. Embora em forte inferioridade numérica, os colonos judeus adotaram formas europeias de organização, recrutamento e extração de recursos, com o resultado de que conseguiram, com cerca de metade da população, pôr em campo um exército ligeiramente maior do que o dos palestinos. Israel estava militarizado sem ser militarista (52). «Não é segredo para ninguém», observou o ministro do Trabalho Mordechai Bentov, pouco depois do fim das hostilidades, «que o êxito na guerra assenta não só nos êxitos da frente de batalha, mas também do êxito na frente interna; e a mobilização, nas condições da guerra moderna, deve aproximar-se da mobilização total» (53).

Perante a tentativa ocidental concertada de o conter na Europa, Estaline reagiu consolidando

o seu domínio sobre a Europa Central e de Leste (54). Quando, porém, certos governos da Europa de Leste mostraram extremo interesse na Ajuda Marshall no verão de 1947, Estaline temeu que fossem atraídos para a órbita ocidental e forçou-os a declinar a oferta americana. Em setembro de 1947 Estaline fundou o Cominform – uma organização que sucedia ao velho Comintern – para manter na linha os partidos da Europa de Leste e garantir que as atividades do comunismo internacional eram conformes com os interesses de Moscovo. A sua sede estava situada em Belgrado, capital da Jugoslávia. O governo

comunista de Partido único foi imposto a toda a Europa Central e de Leste até fins de 1948. Estaline não tentou, contudo, promover a revolução comunista em França ou Itália (55), com o fundamento de que seria prematuro e daria aos capitalistas um pretexto para esmagar os Partidos locais. O ditador soviético desejava particularmente evitar provocações desnecessárias no que considerava áreas periféricas. Tornou clara a sua intenção de respeitar o «acordo das percentagens» com Churchill e abster-se de apoiar os comunistas gregos. Isto levou a uma confrontação com o marechal Tito, líder independente da Jugoslávia. Em junho de 1948 a paciência de Estaline esgotou-se, quanto mais não fosse porque não queria ser arrastado para um pântano balcânico enquanto estava ocupado com Berlim. Tito foi denunciado, a Jugoslávia expulsa do Cominform e os dois ditadores passaram a ser daí por diante inimigos figadais. Enquanto Tito se aproximava mais do Ocidente a fim de conter Estaline, cortou o apoio aos comunistas gregos, cuja resistência depressa se desmoronou.

A área verdadeiramente crucial era, é claro, a Alemanha. Em março-abril de 1947 uma reunião

do Conselho dos Ministros dos Estrangeiros em Moscovo não alcançou qualquer consenso. Os americanos, em particular, já não estavam dispostos a tolerar as exigências russas de reparações das zonas ocidentais, que – como sustentou o destacado republicano John Foster Dulles – «tornariam os soviéticos, de facto, senhores de toda a Alemanha – incluindo o Ruhr – e com isso toda a Europa sucumbiria» (56). Estaline considerava, com razão, a criação da Bizonia, a reforma da moeda e o Plano Marshall como passos preparatórios da criação de um Estado alemão ocidental e em última instância da reunificação da Alemanha sob a égide dos Aliados. Determinado a impedir uma ameaça tão mortal à sua posição europeia, Estaline retirou o seu representante do Conselho de Controlo Aliado das Quatro Potências em fins de março de 1948. Perto do fim de junho, imediatamente a seguir à reforma da moeda, impôs um bloqueio aos setores aliados de Berlim – cortando a água, a eletricidade e todas as vias terrestres de acesso à cidade. Isto visava não tanto fazer sair os aliados da antiga capital alemã como a forçá-los a desistirem de quaisquer manobras para levar a Alemanha para o seu campo. A luta pela supremacia na Europa Central estava a entrar numa fase nova e mais intensa.

O Ocidente ripostou acelerando a «contenção», particularmente na Europa Central. Aviões de

transporte aliados abasteceram Berlim pelo ar durante todo o inverno de 1948-49, forçando Estaline a levantar o bloqueio (57). Em

princípios de abril de 1949, os Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca, Islândia, Portugal e Itália juntaram-se para formar a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Os signatários acordavam que «um ataque armado contra qualquer um deles na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque contra todos» e desencadeará uma «ação de autodefesa colectiva» de todos os membros do tratado. Isto equivalia a nada menos que uma revolução geopolítica em tempo de paz na Europa: não só os Estados Unidos (e o Canadá) eram agora garantes da ordem territorial pós-1945 como também a comunidade de destino da Europa e da América do Norte há muito existente tinha recebido expressão jurídica internacional. O tratado era dirigido primordialmente contra a União Soviética, mas para muitos dos signatários também ajudava a servir de salvaguarda contra um ressurgimento do poderio alemão. Como disse na sua famosa frase o general britânico «Pug» Ismay, seu primeiro Secretário-Geral, a NATO destinava-se a manter dentro os americanos, os russos fora e os alemães em baixo.

> Pouco depois os Aliados ocidentais decidiram que arriscar a democracia na Alemanha era a

melhor estratégia para negar aquela região a Estaline e integrá-la na frente comum contra o comunismo. Em fins de maio de 1949, as zonas de ocupação americana, britânica e francesa foram fundidas para formar a República Federal da Alemanha, ou Alemanha Ocidental, como cedo passou a ser conhecida. A resultante constituição alemã foi redigida, como observou um oficial de ligação americano, «com fins principalmente internacionais» (58). Estabelecia uma federação de regiões com considerável autonomia, muito mais próxima da velha Confederação Alemã e do Segundo império do que da mais centralizada República de Weimar e do III *Reich*. Isto refletia, em parte, a sobrevivência de fortes tradições federais na Alemanha e em parte o desejo das potências ocupantes, especialmente dos franceses, de evitar o desenvolvimento de um Estado forte. Pela mesma razão, a nova República Federal mantinha-se desarmada de momento. A fim de garantir que a União Soviética não dominaria encapotadamente o novo Estado, a Lei Fundamental consagrava o direito à propriedade privada, que na prática excluía qualquer passo em direção a uma economia planificada e incluía uma forte defesa dos direitos individuais básicos. Da mesma maneira, o convite a aderir ao novo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) garantia que a Alemanha Ocidental não sucumbiria ao protecionismo económico e, pelo contrário, permaneceria integrada no sistema económico global. Como sempre, a estrutura interna da Alemanha e o equilíbrio europeu

estavam intimamente ligados.

> Contrariando um ceticismo muito espalhado, a democracia floresceu na Alemanha Ocidental

(59). O chanceler Konrad Adenauer e o seu ministro da Economia, Ludwig Erhard, presidiram a um *boom* económico, o sistema de partidos estabilizou-se e num regime de «economia social de mercado» as relações laborais e a redistribuição da riqueza funcionaram tão bem que o tipo de agitação socioeconómica que tinha atormentado a República de Weimar, e que ameaçava voltar depois da guerra, se tornou coisa do passado. Esquerda e direita estiveram unidas num consenso antitotalitário contra o comunismo e, retrospetivamente pelo menos, contra o nazismo (60). A questão realmente crítica que enfrentava a nova democracia era, porém, a ameaça soviética e a reconciliação com os seus vizinhos europeus. Por esta razão, Adenauer procurou urgentemente uma aproximação entre a França e a República Federal, uma revolução diplomática que persistiu até se tornar o principal pilar da geopolítica europeia (61).

> O confronto entre Estaline e o Ocidente e, em muito menor grau, os temores persistentes de

um revanchismo alemão, foram o fator dominante das políticas internas europeias e americana. As eleições presidenciais americanas de 1948 foram marcadas pelos debates sobre o lugar dos Estados Unidos no mundo e as suas implicações para a sociedade e a economia. Para Harry Truman, a eleição era essencialmente um referendo sobre a sua gestão da contenção. Em contrapartida, a principal preocupação do líder do novo Partido Progressista, Henry Wallace, era uma política mais conciliatória para com a União Soviética. Os Republicanos estavam profundamente divididos entre isolacionistas como Robert Taft, que se opunha ao Plano Marshall como uma extravagância cara, e aquele que acabou por ser o seu candidato, Thomas Dewey, um internacionalista que apoiava a contenção. Durante a campanha não conseguiram nem assentar quaisquer golpes significativos em Truman nem responsabilizá-lo por aquilo a que Dewey chamava «as políticas que tinham resultado em entregar 200 000 000 de pessoas do centro da Europa nas garras da Rússia soviética» (62). Para surpresa de toda a gente, Truman conseguiu a reeleição, uma vitória que se deveu, pelo menos em parte, à perceção da sua firmeza em política externa, especialmente durante a crise de Berlim.

> Em França, por outro lado, a principal preocupação era o

ressurgimento do poderio alemão.

Em julho de 1948, o clamor popular a respeito do assentimento de Georges Bidault à criação de um Estado alemão (ocidental) levou à queda da sua administração e à sua substituição por Robert Schuman. As eleições italianas de 1948 correram mal aos comunistas, em parte por causa da sua associação a Estaline e em parte por causa de um apoio direto dos Estados Unidos aos seus rivais democratas-cristãos. Na Grã-Bretanha, tanto o governo trabalhista como a oposição conservadora estavam preocupados com a preservação do poder britânico; um proeminente panfleto trabalhista sustentava que «a manutenção da Grã-Bretanha como potência mundial é (...) a pré-condição de uma política externa socialista» (63). A estratégia geral era furiosamente controversa, não só entre os partidos, mas dentro deles. O Partido Trabalhista no governo, em particular, estava dividido entre aqueles que queriam uma aproximação a Moscovo e os apoiantes da contenção. A opinião, todavia, estava a voltar-se contra Moscovo. Em 1947, o Secretário Internacional do partido, Denis Healey, publicou *Cards on the table*, um apelo apaixonado para que acabassem com a indecisão e se opusessem aos avanços soviéticos na Europa de Leste e Central. Na mesma veia, Bevin argumentava que o comunismo devia não ser somente «denegrido com fundamentos materiais», mas por comparação com «uma ideologia positiva (...) de liberdades civis e direitos humanos» (64). Os socialistas britânicos podiam manter uma equidistância ideológica entre capitalismo e comunismo, mas não lhes era possível ficar neutrais entre liberdade e ditadura.

A Guerra Fria que estava a começar também moldou as estruturas governamentais europeias.

Em 1945 os britânicos criaram o Comité Conjunto de Informações para coordenar o fluxo de informação estrategicamente importante para o primeiro-ministro. Foi o primeiro passo na criação de um «Estado secreto» orientado para contrariar a subversão soviética e preparar a Grã-Bretanha para o pior (65). Estruturas semelhantes foram estabelecidas ou restauradas em França. Em ambos os países manteve-se a conscrição mesmo depois do fim da guerra. Todas estas evoluções pouca coisa eram, contudo, em comparação com as que ocorriam do outro lado do Atlântico. A política de contenção assentava num programa de mobilização interna destinado a maximizar o poderio americano para as lutas que se avizinhavam. A Lei de Segurança Nacional de 1947 estabelecia o Conselho Nacional de Segurança, para aconselhar o Presidente em matéria de política externa e segurança internacional, a CIA (Central Intelligence Agency), o Estado-Maior General e muitos outros aspetos do que era

descrito agora, sem muito rigor e muitas vezes pejorativamente, como o «Estado da Segurança Nacional». O recrutamento obrigatório por via do qual os jovens americanos do sexo masculino prestavam serviço militar foi mantido. Pela primeira vez na sua história, os Estados Unidos estavam a ser sujeitos à militarização em tempo de paz. O Estado grande, que tinha nascido durante o *New Deal* e se expandira maciçamente durante a guerra, estava para durar. Os Estados Unidos tinham-se efetivamente tornado um Estado europeu, não apenas em termos da sua orientação geopolítica, mas também no respeitante à sua estrutura interna e à sua mentalidade.

> Muitos desesperavam da capacidade das comunidades políticas ocidentais para resistir às

estruturas centralizadas da União Soviética. Dennis Healey, por exemplo, alertava para a «inestimável vantagem» que Moscovo tinha de dispensar a opinião pública. Isto dava à União Soviética a «liberdade de ajustar rigorosamente a sua política ao cálculo científico de um interesse nacional que oscilava» (66). A Lei da Segurança Nacional e o Comité Conjunto de Informações eram tentativas para corrigir essa deficiência em Washington e Londres, mas não significavam que os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha se tornassem parecidos com o inimigo que combatiam. Na América, especialmente, a hostilidade popular e parlamentar ao Estado permanecia forte. Os Comités do Congresso mantinham uma estrita supervisão das despesas, o que pode ter entorpecido as manobras dos aparelhos executivos e de segurança a curto prazo, mas tornou os Estados Unidos um defensor mais eficiente e vigoroso a longo prazo dos seus valores e interesses (67).

> Em épocas anteriores, desafios externos substanciais tinham motivado programas de profunda

mudança social destinados a aumentar a resiliência nacional. Isto não aconteceu nos princípios da Guerra Fria. Na sua maioria, os Estados da Europa Ocidental estavam por demais preocupados com os problemas da reconstrução para pensar em preparar a sociedade para a próxima guerra. Nos Estados Unidos, contudo, havia quem argumentasse que o desafio da União Soviética requeria uma nova consideração da situação dos afro-americanos, especialmente no Sul, onde ainda eram vítimas de forte discriminação. Isto era em parte motivado pelo medo de que o Partido Comunista explorasse as suas queixas para minar a frente interna e em parte pelo desejo de unir todos os sectores da sociedade na luta vindoura. Como sustentou o negro americano Roy Wilkins, diretor executivo da Associação Nacional para o Progresso

das Pessoas de Cor (a NAACP, National Association for the Advancement of Colored People), «a sobrevivência do sistema democrático americano no presente conflito global de ideologias depende da força que puder retirar das mentes, corações e convicções espirituais de todo o seu povo». «O negro», explicava, «quer mudanças (...) não só para preservar e fortalecer o padrão [de direitos] aqui entre nós, mas também para garantir a sua potência na luta mundial contra a ditadura» (68). Os soviéticos usavam rotineiramente a discriminação racial para atacar os Estados Unidos e a questão era particularmente embaraçosa na Alemanha, onde os soldados negros constituíam mais de 10 % da guarnição e onde se contava que servissem como embaixadores da democracia contra o comunismo e o ódio racial nazi (69). Umas forças armadas segregadas, dizia Jacob Javits, um senador da Missão de Estudos Europeus do Comité dos Negócios Estrangeiros, entravavam seriamente os esforços dos Estado Unidos na Alemanha, «principal frente da Guerra Fria» (70). A emancipação dos negros americanos e a luta pelo domínio da Europa Central estavam assim intimamente ligados.

> Globalmente, os direitos de homens e mulheres estavam agora muito claramente em

discussão. Em princípios de dezembro de 1948, um mês escasso depois da eleição americana, as Nações Unidas emitiram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O preâmbulo declarava que o reconhecimento dos «direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana» era «o alicerce da liberdade, da justiça e da paz no mundo». Isto era assim porque «o desprezo dos direitos humanos» tinha «redundado em atos de barbárie que indignaram a consciência da humanidade» – uma clara referência ao nazismo derrotado – e porque de outro modo o resultado seria «a rebelião contra a tirania e a opressão». Em qualquer dos casos, a promoção dos direitos humanos era vista não só como um bem em si mesma, mas também como uma estratégia para evitar a guerra civil. Logo no topo da lista estava o direito à ausência de qualquer discriminação com base em «raça, cor, sexo, língua, opiniões políticas ou outras, propriedade, nascimento ou qualquer outro estatuto». A escravatura, o tráfico de escravos, a prisão arbitrária, a detenção e o exílio deviam ser abolidos. As implicações internacionais desta posição eram complexas. Por um lado, a Declaração fortalecia a posição do Ocidente contra Estaline na Europa. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que foi acordada dois anos depois, foi certamente movida por esses imperativos da Guerra Fria (71). Além disso, como salientou a viúva de Roosevelt, Eleanor, a União Soviética – que na prática tinha aprisionadas a sua própria população e as populações subjugadas – era

particularmente vulnerável à ideia de que a emigração era um direito humano fundamental (72). Por outro lado, a Declaração Universal, em particular o seu empenho na «autodeterminação», podia ser usada pelos povos coloniais para pôr em causa as potências imperiais europeias.

> Os desenvolvimentos internacionais de 1947-8 tiveram um profundo impacto na política

interna soviética. Muitas das liberdades consentidas durante a guerra foram cerceadas por um regime que se sentia atacado externamente por parte do Ocidente e subvertido pela dissidência interna. A apostasia de Tito desencadeou uma nova ronda de depurações no partido, em que Estaline procurava erradicar os potenciais desviacionistas. Por volta do fim da década, o seu Gulag continha mais presos do que nunca. A mais impressionante mudança política interna veio, porém, em resposta ao triunfo do sionismo na Palestina em 1948. Estaline tinha apoiado a criação de Israel a fim de embaraçar os britânicos, mas o acolhimento entusiástico com que os judeus soviéticos brindaram a Golda Meir, primeira embaixadora de Israel em Moscovo, e a sua própria paranoia levaram-no a temer uma conjura sionisto-americana contra a sua pessoa. «Todos os judeus são nacionalistas e agentes dos serviços secretos americanos», afirmava Estaline (73). Ao longo de mais ou menos quatro anos, a União Soviética foi presa de uma vaga de antissemitismo: médicos judeus foram acusados, sem ponta de provas, de tentarem envenenar Estaline; os comunistas judeus foram assassinados ou encarcerados (74). Acontecimentos similares deram-se por toda a Europa de Leste, especialmente na Checoslováquia, onde Rudolf Slansky, líder do partido e judeu, foi acusado de «sionismo trotskista» e de outros crimes mais ou menos explicitamente ligados à sua ascendência racial (75). O antissemitismo internacional estava firmemente de regresso à ordem do dia. Era este o dilema da segurança judaica: o estabelecimento de Israel alimentara o próprio antissemitismo que visara impedir.

> Estaline respondeu à criação da Alemanha Ocidental com o estabelecimento da República

Democrática Alemã ainda em 1949. De acordo com a sua política em vigor, o ditador soviético não estava a tentar fixar a partição da Alemanha, antes pelo contrário. A criação da RDA tinha a intenção de apontar uma alternativa para todo o país. «Isto não é a criação de um Estado leste-alemão ou de um governo leste-alemão», anunciava a sua proclamação fundadora, «mas de um governo para toda a Alemanha».

De momento, contudo, a RDA iria permanecer desarmada, pelo menos aparentemente. A sua principal valia para Estaline residia na capacidade de entravar a re-militarização da República Federal. A Alemanha «Ocidental» e a «de Leste» tornaram-se assim duas experiências sobre qual dos modelos de sociedade e de governo melhor podia satisfazer as necessidades materiais, espirituais e nacionais do povo alemão. Estaline continuou a avançar também com o seu programa nuclear. Em agosto de 1949, a União Soviética detonou a sua primeira bomba atómica e embora o seu arsenal se houvesse de manter durante muitos anos marcadamente inferior ao dos Estados Unidos, o espetro da chantangem pelo monopólio nuclear americano tinha sido banido.

> Ao mesmo tempo, os russos – que até recentemente tinham olhado o resto do mundo como

uma distração inconveniente das questões europeias – procuraram exercer uma pressão global sobre os Estados Unidos a fim de forçar os americanos a afrouxarem o seu domínio sobre a Europa, e especialmente sobre a Alemanha. Em março de 1949, com a derrota em Berlim a perfilar-se no horizonte, Estaline concordou finalmente em fornecer ao líder da Coreia do Norte, Kim Il-sung, grandes quantidades de armamento moderno (76). Nesse mesmo ano, Mao triunfou finalmente na Guerra Civil Chinesa, que já durava havia muito, e obrigou o seu rival, Chiang, a procurar refúgio na Ilha da Formosa (Taiwan). O seu desejo de restaurar a posição global da China – e vingar assim um século de «humilhação» às mãos de potências estrangeiras – foi uma força motriz crucial para os comunistas. Igualmente importante, contudo, era a missão de pôr em prática e exportar os princípios do comunismo. Mao visava a transformação revolucionária da sociedade chinesa e espalhar a palavra nos países vizinhos, em parte por ela mesma e em parte porque acreditava que não havia outra maneira de manter a salvo a revolução no seu país. Por esta razão, Mao, que pedia meças a quem quer que fosse no seu ressentimento em relação aos estrangeiros, cedia a Estaline, no entanto, o papel de líder do comunismo mundial (77). Herdava todas as conceções comunistas europeias do «cerco» e das ameaças externas (78). Oportunamente se seguiria, em 1950, um Tratado Sino-soviético e Mao anunciou que «saberia tomar o seu partido» na luta entre a União Soviética e o Ocidente. A nova República Popular da China, por outras palavras, era movida por uma combinação de preocupações locais e uma agenda revolucionária inicialmente estabelecida na Alemanha cem anos antes. A Europa Central tinha chegado em dobro ao Extremo Oriente.

Tudo junto, a bomba de Estaline, a sua política alemã e a emergência de um comunismo

militante na Ásia conduziam a um programa muito mais amplo de re-mobilização militar ocidental. Em janeiro de 1950, Truman autorizou a construção de uma arma nuclear ainda mais mortífera – a bomba de hidrogénio. Uns meses depois o governo dos Estados Unidos emitiu a Diretiva de Segurança Nacional 68 (NSC 68) que apelava – em termos por vezes apocalípticos – a um muito maior investimento em armamento a fim de fazer frente ao desafio comunista global. Invocando implicitamente a experiência do «apaziguamento», o memorando alertava contra «retiradas graduais sob pressão» até a União Soviética ter alcançado «o domínio da massa continental euroasiática» (79). Os ecos de Mackinder eram inconfundíveis.

O principal campo de batalha continuava a ser a Europa. A ofensiva «coordenada» do Kremlin

que se temia na Ásia era refratada por lentes europeias. No Norte e no Leste da Ásia, esta ansiedade ditava uma política de apoio a governos como o do Kuomintang de Chiang, em Taiwan, e da ditadura de Syngman Rhee, na Coreia do Sul, para os ajudar a resistir à subversão comunista do interior e à agressão do exterior. Washington teria preferido apoiar forças locais semelhantes nas colónias europeias da Indochina, da Indonésia e da Malásia, acreditando que disfrutavam de uma legitimidade que faltava às autoridades imperiais. A despeito disto, os Estados Unidos apoiaram as tentativas de britânicos, franceses e holandeses para conservarem os seus impérios coloniais, porque precisavam da cooperação europeia na frente central contra Estaline. «A Holanda», explicava o Departamento de Estado, «é um forte proponente da política dos Estados Unidos na Europa (...) a estabilidade do atual governo holandês será seriamente minada se a Holanda não retiver um interesse considerável [na Indonésia] e as consequências políticas do fracasso do presente governo holandês seriam com toda a probabilidade prejudiciais para a posição dos Estados Unidos na Europa Ocidental» (80). A Europa, e especialmente a Alemanha, sobrepunha-se a tudo.

O ponto crítico chegou em fins de junho de 1950, quando Kim Il-sung lançou um ataque de

surpresa contra a Coreia do Sul, com prévio conhecimento e aprovação de Estaline, embora não por instigação sua. O que abalou Washington e especialmente as capitais da Europa Ocidental foi a crença de que o ataque à Coreia do Sul anunciava um assalto muito

mais amplo contra o Ocidente, particularmente na Europa. O novo chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, partilhava fervorosamente esta opinião. Foi por esta razão que os Estados Unidos enviaram imediatamente tropas para escorar as defesas sul-coreanas em risco de derrocada. O ministro dos Estrangeiros francês e ardoroso integracionista europeu, Robert Schuman, reagiu às notícias da intervenção americana com visível emoção, dizendo, «Graças a Deus, isto não vai ser uma repetição do passado» (81), ou seja, dos anos 1930. Pouco depois, os Estados Unidos persuadiram as Nações Unidas a apoiar a guerra contra a República Democrática Popular da Coreia, a primeira operação da nova organização internacional. A Grã-Bretanha e a Austrália enviaram forças substanciais; França, Bélgica, a Holanda, Grécia e Turquia também enviaram tropas. A Alemanha Ocidental não tinha, por enquanto, forças que mandar. Não estavam lá todas para proteger o ditador da Coreia do Sul, Syngman Rhee, mas para combater numa batalha global contra o comunismo mundial que cedo engoliria a Europa se não fosse travado no Extremo Oriente.

> Com a maioria das forças dos Estados Unidos empenhadas agora na Ásia, requeriam-se mais

tropas para dissuadir a União Soviética ao longo do Reno e do Elba. Era preciso alguma forma de integração defensiva europeia, que canalizasse os recursos de Grã-Bretanha, França, Países Baixos e Itália, ou o rearmamento da Alemanha ou alguma combinação das duas abordagens. Nos cinco anos seguintes, a geopolítica europeia e as políticas internas foram dominadas por estas questões interrelacionadas. Devia haver uma Alemanha forte, com todo o respetivo perigo potencial para os seus vizinhos, ou devia a força alemã ser diluída por meio de alguma forma de integração política europeia supranacional em que os alemães renunciassem à sua soberania como todos os outros? À medida que a economia alemã entrava em forte expansão em princípios dos anos 1950, no famoso *Wirtschaftswunder* (o «milagre económico») – de fins de 1951 em diante o seu crescimento ultrapassou o da Grã-Bretanha –, tornou-se cada vez mais premente a questão de quanto tempo levaria a que este músculo financeiro se transformasse em poder político e militar ou se essas capacidades podiam ser canalizadas para a mais vasta causa ocidental.

> A preferência de Washington era clara (82). Só uma Europa política e militarmente unida – ou,

pelo menos, um esforço concertado europeu ocidental – podia mobilizar as energias económicas, morais e militares necessárias para

deter Estaline e aliviar o fardo dos americanos. No aspeto militar era crucial para esse programa o rearmamento alemão, quer unilateralmente quer como parte de um processo mais amplo de integração política. «Não podemos ter qualquer espécie de segurança na Europa Ocidental», sustentava o Secretário de Estado Dean Acheson, «sem usar o poderio alemão». A única questão era se devia «ser integrado no poderio da Europa Ocidental ou evoluir para constituir um poder em si próprio» (83). Em setembro de 1950, por conseguinte, os Estados Unidos fizeram depender o envio de tropas para a Europa da aceitação pela Grã-Bretanha e por França da criação de uma grande força alemã no âmbito da NATO. Ao mesmo tempo, Washington via o projeto europeu como crucial para a gestão do poderio alemão. Em abril de 1950, John McCloy, antigo alto-comissário dos Estados Unidos na Alemanha, avisou que «não parece possível qualquer solução permanente do problema alemão sem uma efetiva União Europeia» (84). A unificação europeia, em suma, era destinada a servir a «dupla contenção» da Alemanha e da União Soviética.

> Os Estados Unidos não só davam ao projeto europeu forte apoio diplomático como também uma vasta assistência financeira encoberta. A nova Central Intelligence Agency, e em menor grau o Serviço Secreto britânico, financiaram um amplo elenco de atividades políticas e culturais em apoio da unificação europeia – ou pelo menos de uma maior unidade europeia (85). Estas incluíam os sindicatos antimoscovitas, «liberais» e esquerdistas anticomunistas, o Congresso para a Liberdade da Cultura (1950) para intelectuais, a Rádio Europa Livre de Munique (fundada em 1951) (86), o grupo de «Bilderberg», confidencial (fundado em 1952), e publicações como *Der Monat* (fundado em 1948) de Melvin Lasky, que era editado na icónica cidade de Berlim, na linha da frente, e a muito lida revista *Encounter* (fundada em 1953). Mais modestamente, o Departamento de Análise de Informação do Ministério dos Estrangeiros britânico subsidiou clandestinamente o *Animal Farm* de George Orwell, uma crítica devastadora do comunismo soviético (87). Conservadores, esquerdistas e «liberais» juntaram-se para defender não tanto o capitalismo – muitos ainda se aferravam à ideia de uma «terceira via» entre os extremos económicos americano e soviético –, mas sim «valores europeus» como a democracia, a liberdade de expressão e os direitos civis. A Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, que era patrocinada tanto por conservadores europeus como por «liberais» e pela esquerda não-comunista, foi assinada em 1950 especificamente para fortalecer moralmente o Ocidente na Guerra Fria (88). A guerra pela alma da Europa, e especialmente pela da

Alemanha, estava em curso.

Em maio de 1950, o ministro dos Estrangeiros francês, Robert Schuman, propôs uma

administração conjunta dos recursos franceses e alemães em carvão e aço. Apresentado como uma forma de racionalização económica, o esquema era na realidade um dispositivo para pôr sob controlo multilateral o potencial bélico da Alemanha. «Não foi conseguida [antes de 1939] uma Europa Unida», argumentava Schuman na sua declaração, «e tivemos uma guerra». Na verdade, Paris queria europeizar a Alemanha antes que esta germanizasse a Europa. A Grã-Bretanha, previsivelmente, era altamente cética, em parte porque se recusava a pôr em comum a soberania necessária e em parte porque a economia britânica ainda estava bastante voltada para a *Commonwealth* e o Império, que em 1951 recebia mais de metade das exportações britânicas, sendo o resto partilhado entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos (89). O governo oeste-alemão chefiado por Konrad Adenauer apoiou o Plano Schuman, em parte como veículo para o regresso do seu país à principal mesa diplomática, mas também por uma fé genuína num destino comum europeu. Washington tinha algumas reservas iniciais sobre o que era na prática um cartel europeu em concorrência com a indústria dos Estados Unidos, mas as vantagens políticas e estratégicas de uma maior cooperação europeia eram tão convincentes que subscreveu o plano; de tal maneira que negociadores americanos trabalharam de perto com Schuman na montagem do esquema (90). Em 1951, nasceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), o primeiro grande passo para uma unificação política.

O cerne do projeto, contudo, foi sempre a defesa comum. O interesse próprio económico e uma

«civilização» europeia comum não bastavam. Só o medo da dominação soviética e – em menor grau, mas em todo o caso substancial – do revanchismo alemão levaria Estados bem estabelecidos como França, Bélgica, Holanda, Itália e talvez mesmo a Grã-Bretanha a renunciar à sua soberania ou a partilhá-la, pelo menos. Em fins de outubro de 1950, o primeiro-ministro francês René Pleven respondeu à pressão americana em favor do rearmamento da Alemanha com a proposta de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED). Esta seria uma «fusão completa de homens e material sob uma única autoridade política e militar», integrando os alemães em formações mais pequenas para operarem na crucial frente central. Em fins de maio de 1952, com forte encorajamento americano, França, Itália, Alemanha Ocidental,

Holanda, Bélgica e Luxemburgo assinaram o Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (91). A princípio, apenas a Grã-Bretanha se manteve distante, rejeitando o projeto como uma diluição inaceitável da sua soberania. Em março de 1953 os signatários da CED concluíram uma proposta de tratado para uma correspondente autoridade europeia supranacional – a Comunidade Política Europeia (CPE) – que governasse a comunidade de defesa e a CECA. Devia incluir não só um Conselho Executivo de Primeiros-Ministros nacionais, um Tribunal de Justiça e um Conselho Económica e Social, mas também um Parlamento europeu com duas câmaras, uma constituída por deputados eleitos diretamente pelos povos da comunidade e outra de senadores em representação dos «povos» de todos os Estados participantes. A CED e a integração política que gerou eram na prática um governo-sombra europeu (92). A muito breve prazo os parlamentos de Bona e dos países do Benelux tinha ratificado o tratado e o de Itália, embora atrasado, esperava-se que lhes seguisse o exemplo. Os europeus ocidentais do continente pareciam estar prestes a criar uma poderosa união para banir a discórdia entre si e apresentar uma frente comum contra o comunismo soviético.

> Moscovo observava estes desenvolvimentos com alarme crescente. Desde as «cruzadas» de

Napoleão e Hitler contra a Rússia que esta sempre vira a união política e militar do continente como uma potencial ameaça e a perspetiva de um rearmamento alemão à sombra dela como um perigo mortal (93). «Os americanos puxarão a Alemanha Ocidental para o Pacto do Atlântico», avisava Estaline em princípios de abril de 1952, dirigindo-se aos comunistas leste-alemães. «Criarão tropas alemãs ocidentais. Adenauer está no bolso dos americanos. Todos os ex-fascistas e generais também lá estão. Está a formar-se, na realidade, um Estado independente na Alemanha Ocidental» (94). Os soviéticos reuniam agora todas as suas energias para obstruir a integração defensiva da Europa Ocidental. Jogavam com os temores britânicos e franceses do rearmamento alemão. Deram instruções aos comunistas europeus, especialmente aos partidos francês e italiano, para impedirem de passar nos parlamentos a legislação necessária. Na frente diplomática, Moscovo abriu uma ofensiva de paz, destinada a mostrar que a decrescente ameaça de guerra tornava a CED redundante. Finalmente, quando naufragou o esforço militar francês na Indochina, os soviéticos, nas conversações de paz de Genebra, ligaram explicitamente à rejeição da comunidade de defesa o seu apoio a uma fórmula de retirada que salvasse as aparências francesas.

O alvo principal, contudo, era a República Federal. Se conseguissem desligá-la do ocidente, a

CED sofreria um rude golpe. Havia uma certa urgência nisto porque a União Soviética tinha começado a desesperar de usar a RDA como íman para atrair a opinião nacionalista para o seu lado. Pelo contrário, era notório que o regime de Walter Ulbricht em Berlim Leste não conseguia satisfazer os apetites materiais dos alemães enfeitiçados pelo «milagre económico« do lado ocidental. Nem conseguia saciar a sua sede espiritual à medida que a natureza ditatorial do governo comunista, apoiado pelos tanques soviéticos, se tornava cada vez mais clara. Milhões de alemães fugiam para ocidente; só muito poucos faziam a viagem no sentido inverso. O que se pensara em tempos ser uma fronteira porosa propícia à infiltração nas zonas de ocupação ocidentais tinha-se transformado numa ferida aberta com a RDAa ser demograficamente sangrada. Afim de privar Adenauer e os americanos de qualquer pretexto para o rearmamento da Alemanha Ocidental, só foi autorizado a Ulbricht um pequeno número de formações policiais paramilitares clandestinas. Eram totalmente dedicadas à repressão interna e por demais fracas para serem de qualquer utilidade ao Exército Vermelho. Ulbricht, em suma, tinha-se tornado um passivo, tanto mais assim quanto mais franco era acerca da sua preferência por uma RDA mais pequena sob seu controlo em vez de se fundir num Estado democrático unido e neutral (95). A base em que assentara a política alemã de Estaline desde as etapas finais da Segunda Guerra Mundial estava a ser rapidamente minada.

De modo que em princípios de março de 1952 o ditador soviético fez uma última tentativa para

romper o impasse. Numa série de comunicados – que ficaram para a história como as «Notas de Estaline» – fez uma proposta ao Ocidente. A troco da desmilitarização e da neutralização da Alemanha, a União Soviética retiraria as suas forças de ocupação e permitiria a reunificação. Isto era muito menos do que a solução ótima que tinha procurado a seguir a 1945, mas tinha o mérito de a livrar de um passivo – o regime de Ulbricht – ao mesmo tempo que forçava os Aliados a sacrificar a florescente Alemanha Ocidental. As notas eram, em aparência, dirigidas às três potências, mas o verdadeiro destinatário era o governo de Bona e o público mais geral da Alemanha Ocidental; ainda estava a tentar servir-se dos seus instintos nacionalistas. Adenauer, contudo, não cedeu à provocação (96). Em vez disso, acelerou o ritmo do rearmamento alemão e do alinhamento da República Federal com o Ocidente – o *Westbindung*, como ficou conhecido. Isto implicou convencer os Aliados de que o militarismo

alemão tinha morrido com Hitler e a classe *Junker,* mas as tradições militares alemãs podiam ser postas ao serviço da causa ocidental (97). Em abril de 1951, por exemplo, afirmou que a *Wehrmacht* tinha saído da guerra com a sua «honra» sem mácula e destacou sempre que teve oportunidade a importância da resistência alemã. Pode ter sido má história mas foi boa política, do ponto de vista de Adenauer. Ao mesmo tempo tentou reparar a imagem da Alemanha até onde era possível junto da opinião mundial e especialmente dos judeus. O chanceler alemão fez assim questão de tentar estabelecer boas relações com Israel e em 1952 chegou a um acordo sobre o pagamento de indemnizações pelos crimes nazis contra os judeus (98). Neste contexto, Adenauer recusou a oferta de Estaline, indicando assim a sua rejeição de uma política de oscilação entre os dois campos, em favor de um compromisso sem reservas com a integração no Ocidente.

> Frustrado, Estaline passou agora para o outro extremo. Afim de apaziguar a opinião

nacionalista da Alemanha Ocidental, tinha mantido a RDA fora do programa intensivo de industrialização, propriedade pública e governo de partido único que tinha imposto nos outros satélites europeus, mas agora deu ordem a Ulbricht, em julho de 1952, para avançar com a «Construção do Socialismo». Anunciada com muita fanfarra pelo seu Partido de Unidade Socialista, esta implicava a construção de mais fábricas, mais expropriações de empresas «burguesas», a supressão das igrejas e a criação formal de formações militares leste-alemães, embora ainda não um exército separado. O efeito de tudo isto foi exatamente o oposto do que Estaline tinha esperado. Em vez de fortalecer o domínio de Ulbricht, o êxodo de refugiados de facto duplicou, com os alemães de leste a escaparem para o ocidente por motivos económicos e políticos. Abundava a deserção nas forças de segurança. Quanto a usar a república de Ulbricht como montra, era coisa que estava agora bastante fora de questão. Os serviços de informações soviéticos relatavam com toda a franqueza que a RDA já não oferecia «o mínimo atrativo para os cidadãos da Alemanha Ocidental» (99).

> O forte aumento na tensão internacional devido à Guerra da Coreia, ao processo de integração

militar europeia e aos desenvolvimentos na Alemanha teve um forte impacto nas políticas internas da Europa e dos Estados Unidos (100). Dominou a campanha presidencial americana de 1952. A decisão do antigo Comandante Supremo Aliado do tempo da guerra e Comandante Supremo para a Europa da NATO, Dwight Eisenhower,

de concorrer à presidência dos EUA, foi fortemente motivada pela sua crença de que o principal candidato republicano, Robert Taft, um proeminente representante da linha «Primeiro a Ásia», não era de confiança em matéria de segurança coletiva e rearmamento, de que só ele podia salvar a NATO e que a Alemanha – «o prémio pelo qual está a ser jogada a partida internacional», como disse em março de 1952 – estava a ser negligenciada (101). Eisenhower prometeu «ir à Coreia» e acabar com a guerra, cada vez mais vista como «a guerra errada, no lugar errado, no momento errado e contra o inimigo errado», como a tinha descrito o chefe do estado-maior general, o general Omar Bradley (102). Em vez disso, Eisenhower comprometeu-se a «fazer recuar» o poder soviético na Europa. Ganhou a eleição confortavelmente. Na União Soviética, a questão de como lidar com a situação que se deteriorava na Alemanha estava logo no topo da agenda da alta política após a morte de Estaline, em princípios de março de 1953 (103). A *troika* que lhe sucedeu – composta por Georgi Malenkov, Lavrenti Beria e Nikita Krushchev – mudou distintamente de rumo quanto à RDA e forçou Ulbricht a abrandar as suas políticas de repressão. Ordenaram que parasse imediatamente o «Programa de Construção do Socialismo», incluindo a marcha atrás na coletivização do campo. Esta reviravolta, que foi iniciada pelo chefe da polícia, Beria, visava reduzir o fluxo de refugiados para o Ocidente. Foi um tiro que saiu pela culatra espetacularmente em questão de poucos meses. A nova linha de Moscovo dividiu o Partido alemão entre aqueles, como Rudolf Herrnstadt, que apoiavam a unificação com o Ocidente, e Ulbricht, que temia estar prestes a ser sacrificado a bem de um ganho estratégico soviético. A 17 de junho de 1953 os trabalhadores leste-alemães tiraram partido das novas liberdades para se manifestarem em favor de melhores condições de trabalho e até da unificação alemã. Ulbricht, por fim, foi forçado a suplicar aos soviéticos que interviessem, o que eles fizeram com pesada perda de vidas e mais perda de reputação. Apolítica alemã de Moscovo estava outra vez em farrapos. No fim do mês Beria foi preso sob falsas acusações e executado. Houve muitas razões para a sua queda, especialmente o medo de que estivesse a planear o assassinato dos seus camaradas, mas foi o fracasso da sua estratégia alemã que tornou tão fácil aos seus inimigos conluiarem-se contra ele. Dois anos mais tarde, Krushchev esmagou o seu principal rival (pós-Beria), Malenkov, que foi forçado a demitir-se como primeiro-ministro. A principal acusação contra ele no Comité Central era o seu apoio no passado a uma política mais liberal na RDA. A ascensão ao poder de Krushchev na União Soviética, por outras palavras, assentou no seu estatuto de paladino dos interesses vitais da nação russa, especialmente na Alemanha.

Na Alemanha Ocidental, a política externa estava também no cerne da polarização política

interna. Os partidos da coligação governamental – a moderadamente conservadora União Cristã Democrata (CDU) e os Democratas Livres (FDP) – apoiavam o rearmamento alemão e a orientação ocidental. Havia alguns dissidentes, porém, como o ministro do Interior de Adenauer, Gustav Heinemann, que se demitiu em 1950 ante a perspetiva do rearmamento alemão, em parte porque temia uma nova guerra, mas também porque prejudicaria as perspetivas de uma unificação alemã. O outro grande partido, os sociais-democratas ainda teoricamente marxistas (SPD), opunha-se fortemente às políticas externas de Adenauer, que acusavam de perpetuar a partição da Alemanha. O seu líder, Kurt Schumacher, fogoso veterano da Primeira Guerra Mundial, condenava rotundamente Adenauer como o «Chanceler dos Aliados». O público alemão respeitava Schumacher e havia também uma vaga de fundo na opinião no sentido de que as ofertas de Estaline para a reunificação deviam ter sido pelo menos consideradas. Muitos eram céticos quanto ao rearmamento, que frequentemente provocava esta resposta: «não contem comigo» (*ohne mich*, sem mim). No fim de contas, todavia, a maioria apoiava o chanceler em matéria de política externa e aceitava que a Alemanha tinha de contribuir militarmente para a sua própria proteção. Em princípios de setembro de 1953, Adenauer cavalgou para a vitória nas eleições federais com uma maioria bastante aumentada. Isto foi em primeiro lugar, é claro, um tributo à sua condução económica, mas foi também uma ratificação do seu compromisso sem hesitações com o Ocidente.

A política britânica também foi profundamente moldada pela nova sensação de crise

internacional após 1950. O aumento em espiral das despesas de defesa (cerca de 12 % do PIB) associado à manutenção de um império ultramarino, à prossecução da Guerra da Coreia, ao desenvolvimento da bomba atómica (conseguido em 1950) e a medidas defensivas contra uma possível invasão soviética da Europa, forçaram o governo a cortes dolorosos nas despesas internas. Quando, na primavera do ano seguinte, o chanceler do Tesouro, Hugh Gaitskell, propôs a introdução de taxas nos tratamentos aos olhos e aos dentes a fim de pagar mais armamentos, o ministro do Trabalho, Aneurin Bevan, demitiu-se em protesto. Foi apoiado por esquerdistas como Michael Foot e Harold Wilson. O Partido Trabalhista estava agora profundamente dividido. Seja como for, os cortes de Gaitskell foram em vão, porque em setembro de 1951 a Grã-Bretanha sofreu uma crise

da balança de pagamentos causada em grande parte pela enorme despesa com a defesa, a começar pelo enorme custo em divisas do exército britânico no Reno (104). Por volta da mesma altura a Grã-Bretanha foi oficialmente ultrapassada pela Alemanha em termos de desempenho económico (105). Em outubro de 1951, o Partido Trabalhista perdeu por pouco umas eleições gerais em que a política externa – a impopular Guerra da Coreia, o custo do rearmamento e a posição britânica tremida no Médio Oriente – foi uma questão central. Os trabalhistas retrataram-se a si mesmos como o partido da «paz» que salvaria a nação dos fautores de guerra conservadores; os conservadores condenaram o declínio do estatuto internacional da Grã-Bretanha e o «apaziguamento» dos seus inimigos. «Que dedo está no gatilho [nuclear]?» perguntava a imprensa. A partir de fins de 1951 seria outra vez o do primeiro-ministro conservador Winston Churchill.

> A polarização da política interna britânica em torno da política externa e de defesa ganhou

velocidade em princípios dos anos 1950. Estalou dentro do Partido Trabalhista uma querela em grande escala acerca da Alemanha (106). Os anticomunistas dominantes, como Healey e Gaitskell, apoiavam fortemente a NATO e estavam dispostos a tolerar o rearmamento alemão no âmbito de um sistema de restrições multilaterais. Salientavam que a CED correspondia ao velho princípio socialista de transcender as estreitas fronteiras e preocupações nacionais. Assim, Gaitskell avisou em 1952 um grupo de sindicalistas de que se as democracias estivessem «divididas» frente a Estaline cairiam «uma por uma como caíram as vítimas de Hitler» (107). Os «Gaitskellistas» alinharam com os americanos, não porque tivessem sido comprados pela CIA, mas porque estavam convencidos de que Washington ainda era a melhor defesa das «instituições livres». Uma significativa minoria do Partido Trabalhista, todavia, desconfiava altamente do que viam como a belicosidade e o materialismo americanos. Opunham-se também profundamente à criação de um novo Exército alemão sob os auspícios da CED ou de qualquer outro guarda-chuva. E enquanto nos Estados Unidos a opinião tendia a dividir-se segundo linhas ideológicas, a questão do que fazer com a Alemanha transcendia a divisão entre esquerda e direita: dois dos mais estridentes opositores do rearmamento alemão eram o esquerdista Bevan e Hugh Dalton, que estava firmemente à direita do partido (108). Em 1954, a Conferência do Partido Trabalhista aprovou por poucos votos o rearmamento da Alemanha, mas só graças ao uso do «voto em bloco» sindical para vencer os votos dos céticos das bases.

A vitória eleitoral de Eisenhower levou à proclamação de uma nova

> política externa e de

defesa dos Estados Unidos. Num discurso impressionante transmitido pela televisão pouco depois de tomar posse, o seu secretário de Estado John Foster Dulles apontou para um mapa que mostrava a «vasta área», da Alemanha ao Leste da Ásia, incluindo o Bloco Soviético e a China, que «os comunistas russos dominavam completamente» (109). Avisava que não só Moscovo estava a prosseguir uma política de «cerco» contra o Ocidente, mas também que a população do mundo comunista tinha quadruplicado, de 200 milhões para 800 milhões, desde a Segunda Guerra Mundial. A maior parte dos recursos da Eurásia estavam em mãos hostis. Isto era de facto a teoria da *heartland* de Mackinder, da «retaguarda continental», com novas roupagens. A contenção, por conseguinte, não bastava: era necessário uma política ativa para «fazer recuar» o poder soviético, para evitar o estrangulamento do mundo livre. O ideológico e o estratégico estavam aqui intimamente ligados: o Conselho da Segurança Nacional sustentava que um domínio soviético permanente da Europa de Leste «representaria uma séria ameaça à segurança da Europa Ocidental e dos Estados Unidos». Por esta razão, Washington reiterava a sua «tradicional política de reconhecer o direito de todos os povos à independência e a um governo de sua própria escolha. A eliminação do domínio soviético sobre os seus satélites é, por conseguinte, de interesse fundamental para os Estados Unidos» (110). Seguiu-se uma barragem de discursos, emissões de rádio e guerra psicológica dirigida à Europa de Leste. Esta abordagem chegou a estender-se ao islamismo, que Washington considerava uma alavanca contra a União Soviética na Ásia Central e no Cáucaso. A CIA começou a cultivar ativistas como Said Ramadan, para todos os efeitos ministro dos Estrangeiros da Irmandade Muçulmana, e patrocinou a construção em Munique de uma mesquita que serviria de ponto de encontro dos muçulmanos sem Estado que se opunham ao comunismo ateu (111).

> No «Terceiro Mundo», por outro lado, a administração Eisenhower e as potências da Europa

Ocidental estavam potencialmente confrontadas com uma nítida contradição entre a ideologia e a *Realpolitik*. Ali, as armas da autodeterminação e dos direitos humanos que podiam ser usadas tão eficazmente para arrastar a opinião interna e fazer ceder a posição soviética na Europa de Leste, tendia a ter um efeito de *boomerang*. Em África e na Ásia, os nacionalistas locais usavam agora esses argumentos contra os imperialistas europeus. Além disso, enquanto a administração dos Estados Unidos começava um alinhamento sistemático com regimes autoritários da América Latina, do Médio

Oriente e da Ásia contra movimentos populares que eram tidos por se inclinarem para o comunismo soviético ou chinês, tornava-se vulnerável a acusações semelhantes. Os impérios, que antes eram ativos europeus, passaram a ser passivos na Europa, enquanto os compromissos globais de Washington enfraqueceram não só o seu empenho militar mas também o seu estatuto moral na Europa.

> A outra vertente da estratégia geral de Eisenhower era a necessidade de reduzir o défice

orçamental, a fim de salvaguardar a saúde a longo prazo da economia da qual dependia a segurança dos Estados Unidos. Como muitos republicanos e libertários, temia também que a máquina do complexo militar-industrial – como depois ele batizou – engolisse lentamente as liberdades que se supunha defender. Assim, o novo Presidente agiu rapidamente para pôr termo à dispendiosa Guerra da Coreia, o que foi conseguido finalmente em fins de julho de 1953. Eisenhower também reduziu a despesa com as forças convencionais, procurando compensar a falta de poder de fogo pelo recurso a uma força nuclear maciça. Esta estratégia – o *New Look*, o novo estilo, anunciado na NSC 162/2 – foi consagrada na MC 48 da NATO, que ameaçava responder a qualquer ataque soviético com uma «retaliação maciça». As suas várias propostas de desarmamento eram jogadas de relações públicas, destinadas a desequilibrar a União Soviética. A Europa, especialmente a Alemanha, era contudo central para esta política de recurso ao armamento nuclear e de poupança financeira. Só seria possível se a NATO ou a CED compensassem o abrandamento resultante, tanto em termos de capacidade convencional como, se possível, nuclear. Por esta razão, a administração Eisenhower apoiava decididamente a integração europeia e especialmente a cooperação militar; o seu secretário de Estado, Dulles, tinha sido patrocinador de Jean Monnet, Presidente da Alta Autoridade da CECA e um dos principais integracionistas desde a Segunda Guerra Mundial. A Comunidade Europeia de Defesa parecia a solução tanto para a ameaça soviética como para as persistentes «dúvidas graves sobre um rearmamento alemão que envolvia a recriação de um Exército nacional alemão e de um estado-maior alemão». Eisenhower, por conseguinte, disse aos britânicos e aos franceses em dezembro de 1953 que a CED era «não só a melhor mas também a única esperança de solução para o problema de um contributo alemão, sem o qual a NATO se desmoronaria» (112).

> O curso da política interna francesa frustrou, contudo, em última instância, os esforços de

Eisenhower. Em junho de 1954 as forças de Ho Chi Minh, o líder nacionalista e comunista do Vietname do Norte, venceu os franceses em Dien Bien Phu. Eisenhower rejeitou os apelos franceses para salvar a sua causa por meio de uma intervenção militar direta. O Governo de Pierre Mendés-France subiu ao poder pouco depois com o mandato de acabar com a guerra e em finais de julho os acordos de Genebra puseram fim a esta fase do conflito. França abandonou o seu império da Indochina. O Laos e o Cambodja tornaram-se Estados independentes. O Vietname foi dividido em dois, um norte comunista, apoiado pela União Soviética e pela China Vermelha e, no sul, um regime de direita com apoio dos Estados Unidos, a República do Vietname.

> Foi na Europa, todavia, que mais agudamente se fez sentir o impacto da política francesa. A

retirada da Indochina diminuiu bastante o interesse em seguir a liderança americana na Europa, especialmente quanto ao rearmamento alemão e à integração militar. Além disso, a morte de Estaline tinha reduzido o sentimento de que havia uma ameaça soviética. Durante um apaixonado debate na Assembleia Nacional francesa, acotovelaram-se os críticos que atacaram a CED por não ter fornecido garantias suficientes contra um ressurgimento do militarismo alemão (113), a começar pela recusa dos britânicos em participar. Numa votação subsequente mesmo no fim de agosto de 1954, o tratado foi rejeitado por uma maioria clara, embora não esmagadora. Foi o *non* decisivo. A Comunidade Europeia de Defesa e, com ela, a integração militar da Europa estava morta. Fosse o que houvesse de ser, a «Europa» não seria uma união poderosa na linha daquela que fora acordada pelos treze estados americanos em fins dos anos 1780.

> A derrota da CDE marcou a geopolítica europeia para o resto da década. A Grã-Bretanha

avançou para o vazio político resultante e apoderou-se do controlo do projeto europeu (114). Em fins de outubro de 1954, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Espanha juntaram-se sob a liderança do Secretário dos Estrangeiros britânico Anthony Eden, para acordarem «promover a unidade e encorajar a progressiva integração da Europa»; em maio do ano seguinte, este pacto foi formalmente batizado União da Europa Ocidental. Ao contrário, todavia, da CDE e da CPE supranacionais, esta era uma organização intergovernamental aceitável por Londres. A Alemanha era de novo um ator da cena europeia e assim consolada do

fracasso da CDE. A sua soberania era ainda, porém, altamente condicional, em deferência para com as exigências francesas. Adenauer foi obrigado a fazer uma declaração unilateral em que abjurava qualquer interesse em armas nucleares ou químicas ou na construção de mísseis teleguiados e em grandes capacidades navais ou aéreas salvo autorização da UEO. O destacamento de tropas alemãs teria um teto e as Forças Aliadas permaneceriam na Alemanha numa base permanente, não só para dissuadir a União Soviética, mas também para evitar qualquer agressão alemã no futuro. Reservavam-se o direito de intervir em defesa da democracia na Alemanha Ocidental, de impedir o desenvolvimento independente de armamentos nucleares ou químicos ou em caso de qualquer tentativa de Bona para realizar a unificação pela força. O futuro da liberdade política na Alemanha Ocidental, por outras palavras, era parte integrante da segurança da Europa Ocidental.

> Jean Monnet ficou tão escaldado pela rejeição parlamentar francesa da CDE que passou a

acreditar que a unidade só poderia ser alcançada por meio de uma cooperação dissimulada entre os principais governos europeus, começando pela economia. Em 1955 fundou um Comité de Ação para os Estados Unidos da Europa – que era formado por destacados líderes democratas-cristãos, socialistas, liberais e sindicais. Nesse mesmo ano, em princípios de junho de 1955, os países da CECA reuniram-se na cidade siciliana de Messina, para aprofundarem os seus laços económicos. Os ministros dos Estrangeiros de França, Alemanha, Itália e países do Benelux acordaram formar uma união aduaneira – conhecida como «Mercado Comum» – e integrar os setores dos transportes e da energia atómica civil. A Grã-Bretanha, que não era membro da Comunidade do Carvão e do Aço, tentou em vão promover uma associação de comércio livre muito mais informal. Argumentava que mais união económica dividiria a Europa Ocidental e, longe de conter a Alemanha, iria na verdade fornecer «um meio de restabelecer a hegemonia da Alemanha» (115). Isto assinalou o princípio de um afastamento daquilo que todas as anteriores uniões bem-sucedidas – desde a de Inglaterra e Escócia, passando pela Constituição Americana, até à criação do Segundo Império Alemão – tinham combinado: a união económica, por um lado, e a integração militar, por outro.

> Washington avançava agora com o rearmamento da Alemanha Ocidental no seio da NATO. Em

princípios de maio de 1955, a Lei Fundamental Alemã era abandonada

para permitir a criação de forças armadas. Não muito depois, Dulles fez uma concessão de monta à opinião nacionalista alemã, e dirigiu aos franceses um remoque acerado, quando reiterou o apoio americano à unificação da Alemanha «em condições que nem "neutralizem" nem "desmilitarizem" uma Alemanha unida, nem a subtraiam à NATO» (116). Foi estabelecido entre Bona e Washington um sistema complexo de transferências financeiras e «compensações» para partilhar a carga da presença militar americana. Por volta da mesma altura, foi organizado o EURATOM para gerir a aquisição europeia de conhecimentos nucleares e assim impedir Bona de desenvolver independentemente armas atómicas. De uma maneira ou de outra, o principal fornecedor de segurança militar era agora a NATO, em vez de qualquer organização europeia. Tinha aliviado os europeus ocidentais da necessidade de maior integração político-militar (117).

> A controvérsia da CED amainou, mas as tensões subjacentes não resolvidas estalaram numa

dupla crise europeia em meados da década. Desenvolvimentos sobrepostos e interligados em Moscovo, Londres, Paris, Cairo e Telavive levaram o continente até à beira de uma conflagração geral. O trilho começou em Moscovo, onde o rearmamento da Alemanha Ocidental abalou até à medula os decisores políticos soviéticos. Em meados de maio de 1955, uma semana apenas depois do anúncio final de Bona, Krushchev respondeu com a criação do Pacto de Varsóvia, que unia todo o Bloco de Leste, incluindo a RDA, numa aliança militar formal com a União Soviética. No dia seguinte o líder russo aprovou o tratado da Áustria. Este acordo para pôr termo à presença das quatro potências no país em troca da sua neutralização não era sobre a Áustria. Era um claro sinal a todos os alemães de que um arranjo semelhante estava à sua disposição. Uma vez mais, Adenauer não mordeu o isco; a Alemanha Ocidental rearmar-se-ia. Tornou-se imediatamente mais afirmativa: em dezembro de 1955, Walter Hallstein, o secretário de Estado, anunciou que a Alemanha Ocidental deixaria de reconhecer qualquer Estado que reconhecesse a RDA, fora a União Soviética (a «Doutrina Hallstein») (118).

> Moscovo ficou profundamente alarmada com tudo isto. «Os alemães ocidentais são os únicos

que podem trazer uma nova guerra à Europa», observou Khrushchev ao filho (119). Este facto dominou a política interna no Pacto de Varsóvia: todos os Estados-membros se caracterizavam por sistemas de partido único, propriedade pública dos principais meios de produção,

militarização de todos os níveis da sociedade e a emergência de uma *nomenklatura*, uma nova aristocracia do partido que era recompensada com privilégios económicos pelos seus serviços ao comunismo e a Moscovo. Tal como a Organização do Tratado do Atlântico Norte, tinha por horizonte operacional estratégico a Alemanha e o Reno. Ao contrário da NATO, que era chefiada pelos Estados Unidos mas era também uma aliança genuína, o Pacto de Varsóvia era completamente dominado por Moscovo.

> Mesmo no fim de maio de 1955, Krushchev e o marechal Bulganin visitaram Belgrado para

remendar as relações com Tito. Dois meses depois Krushchev procurou um entendimento com Eisenhower numa cimeira em Genebra em que o futuro da Alemanha foi o tema principal. Os Estados Unidos, contudo, não estavam dispostos a qualquer solução que não envolvesse eleições livres, que levariam à imediata derrocada da RDA, e também não estavam dispostos a permitir que a Alemanha ficasse em roda livre como Estado neutral. Eisenhower avisou que «Não há qualquer possibilidade de que seja admitida a neutralidade de 80 milhões de trabalhadores industriosos no centro da Europa» (120).

> Este declínio abrupto da influência russa na Alemanha levou Krushchev a abandonar a

tradicional reticência soviética em intervir no Terceiro Mundo. Num famoso discurso de princípios de 1956 o líder soviético saudou a chegada do «novo período da história mundial previsto por Lenine em que os povos da Ásia desempenharão um papel ativo na decisão dos destinos do mundo e se tornarão um novo e potente fator nas relações internacionais» (121). Isto requeria uma recalibragem ideológica: a cooperação «anti-imperialista» com diversos regimes anti-ocidentais em lugar da solidariedade pan-marxista era a nova palavra de ordem. Moscovo cultivou, em particular, as relações com o líder egípcio, o coronel Gamal Nasser, a fim de embaraçar Paris e Londres e frustrar as tentativas de Washington para completar o cerco da União Soviética pelo sul. Os comunistas locais foram abandonados aos cuidados extremosos da polícia secreta egípcia.

> Ao mesmo tempo, Krushchev procurava fortalecer o sistema soviético tornando os satélites

soviéticos mais viáveis e libertando as energias internas sugadas por anos de terror estalinista. No seu notável discurso «secreto» ao Vigésimo Congresso do Partido em Moscovo, em fins de 1956,

Krushchev anunciou uma política nova de destalinização. Foram soltos do Gulag milhões de presos; fizeram-se tentativas para tirar o controlo à burocracia e devolvê-lo ao Partido. O corpo de Estaline foi removido do seu mausoléu na Praça Vermelha. Uns meses depois o líder soviético autorizou a remoção do líder de linha dura do Partido húngaro, Mátyás Rákosi, e a sua substituição por uma figura mais moderada. Não muito depois Krushchev permitiu o regresso do seu exílio interno do líder comunista polaco Wladylsaw Gomulka, conhecido pela sua independência de pensamento. Como foi muitas vezes o caso, estas reformas serviram apenas para abrir o apetite por mais reformas. Em finais de outubro de 1956 já tinha estalado em ambos os países uma crise em grande escala. Na Polónia, os tumultos foram em grande parte dirigidos contra as faltas de abastecimento, embora com um sabor fortemente russófobo. Na Hungria, por outro lado, as coisas depressa subiram de tom, fugindo ao controlo do Partido local e da guarnição russa. Depressa se tornou claro que o líder reformista Imre Nagy, encorajado pelo precedente austríaco, estava a planear tirar o seu país do controlo imediato de Moscovo e talvez mesmo pura e simplesmente do Pacto de Varsóvia. Os trabalhadores e estudantes húngaros – empolgados em grande parte pela propaganda americana do «recuo» soviético – prepararam-se para uma confrontação com o Exército Vermelho. Um ano depois do anúncio do rearmamento da Alemanha, a posição soviética na Europa Central e de Leste estava a entrar numa perigosa espiral descendente.

> Entretanto, os britânicos e os franceses estavam embrulhados com o coronel Nasser do Egito,

que não só recebeu um carregamento de armamento checoslovaco – na realidade soviético –, mas também nacionalizara o canal de Suez. Londres e Paris acreditavam que o que estava em jogo não era apenas o Egito, e o Médio Oriente em geral, mas a própria «Europa». Paris estava abalado pelo começo de uma revolta nacionalista na Argélia em 1954, que, entre outras coisas, ameaçava os campos de experiências do programa nuclear francês. A Grã-Bretanha, pelo seu lado, estava alarmada com a eclosão de uma rebelião greco-cipriota, que ameaçava as áreas cruciais das suas bases do Mediterrâneo Oriental. Além disso, responder ao desafio egípcio era visto como uma questão vital para o êxito do projeto «Euro-africano» de mobilizar coletivamente o continente como suporte do poder europeu (122). Por esta razão, o chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, apoiava fortemente uma intervenção militar fundada na «*raison d'état* europeia» (123). Em princípios de setembro o primeiro-ministro francês, Guy Mollet, propôs secretamente uma união franco-britânica de Estados – uma ressurreição do esquema de Churchill de 1940 – a

fim de apresentar ao mundo uma frente unida. Londres rejeitou estas propostas por serem uma diluição da soberania nacional, mas aceitou abordar Telavive para concertarem uma ação conjunta contra Nasser. Os israelitas – que não tinham conseguido garantir um fornecimento de armas junto dos americanos para fazer frente aos árabes – acolheram estas aberturas de braços abertos. Foi a vez de fluírem armas francesas. Em fins de outubro, britânicos, franceses e israelitas acordaram em Sèvres, um subúrbio de Paris, um protocolo secreto pelo qual os israelitas concordavam em atacar o Egito, depois do que as duas potências europeias interviriam para «separar» os combatentes e restabelecer o controlo internacional sobre o canal.

> Tudo aconteceu agora muito depressa, quando a crise da Europa e a do Médio Oriente

atingiram o auge simultaneamente (124). Mesmo no fim de outubro, os israelitas atacaram o Egito. Um dia depois, temendo que a Hungria estivesse prestes a deixar o Pacto de Varsóvia – o que fez pouco depois – Krushchev fez entrar tanques soviéticos em Budapeste. Em contraste, os polacos – que estavam dispostos a ficar dentro da esfera de influência direta da União Soviética – foram apaziguados com vagas garantias de autonomia nacional. Nesse mesmo dia, britânicos e franceses iniciaram a «Operação Mosqueteiro», a intervenção militar prometida em Sèvres (125). As potências da União da Europa Ocidental – belgas, holandeses, alemães e italianos (a fazer figas por trás das costas) manifestaram um apoio inequívoco. A resistência egípcia rapidamente se desmoronou; os húngaros ofereceram uma resistência desesperada na sua capital. Nas Nações Unidas e na barra do tribunal da opinião mundial Londres e Paris foram impiedosamente postas no pelourinho pela sua aventura «colonialista». Os húngaros foram em grande parte esquecidos. Aguerra (fria) da unificação europeia, que Washington tinha esperado que tivesse lugar contra a União Soviética, estava a ter lugar agora no Egito.

> Eisenhower ficou furioso, em parte porque a crise se intrometia no seu desejo de cooperar

com o nacionalismo árabe onde quer que fosse possível, em parte porque partilhava a repugnância global pelo «imperialismo» anglo-francês, em parte porque se estava a candidatar à reeleição no mês seguinte, mas principalmente porque a crise do Egito afastava os holofotes da Hungria e permitia a Krushchev restabelecer o controlo soviético na Europa de Leste. Os húngaros foram esmagados; os Estados Unidos puseram-se de lado. Eisenhower patrocinou imediatamente uma resolução das Nações Unidas que exigia um

cessar-fogo imediato no Egito. Quando isso falhou devido ao veto anglo-francês no Conselho de Segurança, Eisenhower recorreu a medidas mais duras. Usando uma pressão económica gigantesca – através do Fundo Monetário Internacional e de uma venda maciça de obrigações em libras esterlinas – os Estados Unidos procuraram obrigar as duas potências europeias a retirar. Os franceses, que se tinham preparado financeiramente para a intervenção muito melhor do que os ingleses, ficaram relativamente impávidos, mas Londres – confrontada com um ataque à libra esterlina – depressa se vergou (126). Grã-Bretanha e França recuaram e no fim do ano tinham retirado completamente da região do canal. Foi um golpe devastador na posição anglo-francesa no Médio Oriente e, assim, no seu condomínio da Europa.

> Em França, a intervenção dos Estados Unidos em apoio de Nasser foi tomada como prova de

que nunca se podia confiar em Washington. Os franceses redobraram os seus esforços para garantir uma arma nuclear e aferraram-se lugubremente às suas instalações e campos de experiências da Argélia. Os britânicos, por outro lado, tiraram do Suez um poderoso sentimento de que nunca mais deveriam ver-se do lado contrário em qualquer disputa com os Estados Unidos. Além disso, havia agora em Londres a consciência generalizada de que o Império, outrora um importante baluarte da posição britânica na Europa, era agora um passivo que complicava quaisquer tentativas de unir o mundo contra o comunismo (127). A Grã-Bretanha deixara de poder assumir ao mesmo tempo a defesa da democracia na Europa e a do imperialismo no ultramar, mesmo que a primeira exigisse plausivelmente a segunda. Em 1957 a Grã-Bretanha pôs termo à sua guerra em Chipre e libertou o arcebispo Makarios, líder greco-cipriota. Três anos mais tarde, depois de garantir o uso permanente das áreas das suas bases, Londres largou a ilha à sua independência, embora com as tensões nacionais entre os turcos e a maioria grega ainda por resolver. A Grã-Bretanha abandonou também a maior parte do seu império africano e asiático, que se tinha tornado uma diversão do seu destino europeu e um motivo de suspeita para as capitais amigas de ambos os lados do Atlântico. Tinha edificado o seu império em larga medida com fins estratégicos e foi pela mesma razão que renunciou a ele: por deferência para com os desejos dos Estados Unidos, para fortalecer a argumentação contra os abusos soviéticos em matéria de direitos civis e para aplainar o caminho da Grã-Bretanha de regresso à «Europa».

> O Suez modificou o equilíbrio entre as potências da Europa. Como observou o chanceler do

Tesouro britânico em princípios de janeiro de 1957, o calcanhar de Aquiles da Grã-Bretanha no Suez tinha sido a «fraqueza da [sua] economia no pós-guerra» (128). Nesse verão, Londres foi abalada por mais uma crise da libra: os salários eram altos, a inflação estava a subir e a especulação contra a libra recomeçou. A despesa pública era demasiado alta. Alguma coisa tinha de ceder: tinha de se escolher entre canhões ou manteiga. A Grã-Bretanha escolheu a manteiga. A população foi apaziguada com orçamentos generosos: Macmillan disse-lhes em 1957 que «Nunca estivestes tão bem». O preço foi pago em termos do estatuto europeu da Grã-Bretanha. Em fins dos anos 1950 as pressões financeiras eram tão grandes que o governo foi forçado a cortar na RAF e no exército do Reno. O serviço militar foi abolido por motivos de custo; confiou-se cada vez mais numa dissuasão nuclear independente. Enquanto a Grã-Bretanha caía, a Alemanha ascendia com a sua economia em expansão e começou a reivindicar mais igualdade militar, especialmente no respeitante às armas nucleares.

> O mais importante de tudo foi que os acontecimentos de 1956 deram um novo impulso decisivo

ao projeto europeu. «A Europa será a vossa vingança», disse Adenauer ao primeiro-ministro francês Guy Mollet, logo a seguir à chegada das notícias do ultimato americano a respeito do Suez. Londres – especialmente o ministro dos Estrangeiros Selwyn Lloyd – partilhava a opinião de que a Europa teria de ser unificada economicamente em ordem a contrabalançar tanto a Rússia como os americanos. Para já, contudo, os britânicos ainda recusavam comprometer a sua soberania e antagonizar a *Commonwealth* participando numa união económica. Além do mais, os britânicos temiam que a Alemanha fosse usar o acordo resultante como veículo para o seu regresso ao estatuto de grande potência. Macmillan preveniu que este conduziria a «uma Europa Ocidental dominada de facto pela Alemanha e usada como instrumento para a ressurreição do seu poder através de meios económicos. É dar-lhes de bandeja aquilo que travámos duas guerras para evitar» (129).

> Paris partilhava estas preocupações, mas acreditava agora que a integração política e

económica – mas não militar – com Bona era a melhor maneira de se resguardar contra elas. Em fins de março de 1957, com forte apoio americano, os países de Messina concluíram o «Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia», mais conhecido por Tratado de Roma. França, Alemanha, Itália e os países do Benelux – os Seis – acordaram criar um mercado comum, a partir do princípio do ano seguinte. Na Conferência de Strega, de julho de 1958, os Seis acordaram também uma Política Agrícola Comum (PAC) destinada a gerir excedentes e a evitar a fuga dos campos. Esta Comunidade Económica Europeia (CEE) era uma união económica e aduaneira destinada explicitamente, como a mais modesta *Zollverein* do século XIX, a alcançar uma união política europeia «cada vez mais estreita». A Grã-Bretanha manteve as distâncias; Londres faria a ligação com a CEE via União da Europa Ocidental. O projeto europeu inaugurado pelo Tratado de Roma diferia, contudo, das originais CED e CPE em dois aspetos cruciais. Não existia uma dimensão militar – isso agora ficava inteiramente com a NATO – e havia muito pouca responsabilização política direta. Ao contrário das uniões anglo-escocesa e americana, a integração europeia não seria, além disso, um ato único, mas sim um processo. «A Europa não será feita de uma só vez, nem numa só construção conjunta», observou Robert Schuman, «será feita de passos concretos que criarão primeiro uma solidariedade de facto».

> As crises da Hungria e do Suez também reformularam fundamentalmente as relações de

Moscovo com o mundo comunista independente. O tratamento da Hungria e a subsequente execução de Imre Nagy, que se tinha refugiado na embaixada da Jugoslávia, fez descarrilar a aproximação soviética a Tito. As relações com Mao também se estavam a deteriorar gravemente. Isto devia-se em parte a fatores locais: o ressentimento chinês quanto aos tratados injustos com a Rússia, a recusa em partilhar a tecnologia nuclear e outros agravos reais ou imaginários. O verdadeiro problema, contudo, era ideológico: como melhor promover a revolução mundial e sob chefia de quem? Mao tinha-se conformado em seguir Estaline – cujas credenciais revolucionárias remontavam a muito antes de 1917 – mas considerava-se mais graduado do que Krushchev no mundo do comunismo internacional. Depois da sua rutura «secreta» com o estalinismo, Pequim vituperou o «revisionismo» da União Soviética, ou seja o seu desvio da linha comum do Partido. O

destino dos regimes comunistas da Europa Central e de Leste estava no centro desta discussão. Mao começava agora a intervir nas questões europeias, criticando às vezes a União Soviética por ter a mão pesada, mais frequentemente atacando a sua fraqueza, procurando sempre maximizar o embaraço para Moscovo. Atirou as culpas da agitação da Polónia e do fiasco na Hungria – ambos resultantes diretamente da destalinização – para cima de Krushchev. Primeiro, Mao alegou que as medidas soviéticas contra os polacos refletiam o seu «chauvinismo de grande potência», depois exigiu que os revolucionários húngaros fossem esmagados sem mais delongas. Fez acusações veladas de cobardia ao líder soviético, prometendo erguer o testemunho do comunismo revolucionário mundial que Moscovo deixara cair. Os líderes da Europa de Leste foram céleres em apelar a Pequim a fim de conseguirem alguma independência de Moscovo. Em novembro de 1955, por exemplo, o Partido da RDA adotou ostensivamente o método chinês em vez do soviético para se apoderar das grandes empresas privadas subsistentes (130). Mais espetacularmente, o alto dirigente partidário chinês Chu En-Lai anunciou numa célebre declaração que não o assustava a guerra nuclear e nesse mês Mao foi a presença dominante numa cimeira internacional comunista em Moscovo. O efeito geral de todo este ativismo da China Vermelha foi limitar o espaço de manobra de Krushchev na Europa Central e de Leste.

> Ao aproximar-se o fim da década, abriu-se um novo caminho que levaria a uma outra ronda de

múltiplas detonações europeias e globais. O presidente Charles de Gaulle visou restaurar a *grandeur* francesa reduzindo certos compromissos coloniais dispendiosos, avançando com o desenvolvimento de uma capacidade nuclear própria e adotando uma pose independente na Europa. Em 1958 de Gaulle exigiu a criação na NATO de um «Diretório Tripartido» franco-britânico-americano, em parte com vistas a controlar a Alemanha e em parte para marcar uma reivindicação de igualdade em matéria militar. Quando isto foi rejeitado por Washington, o general manifestou o seu desagrado retirando França do Comando Mediterrânico da NATO, em 1959. Nesse mesmo ano o revolucionário cubano Fidel Castro tomou o poder em Havana, expulsando um ditador pró-americano. Um ano depois a França fez explodir a sua primeira bomba atómica, aumentando bastante a autoconfiança estratégica dos franceses. Em 1961 – sobre o pano de fundo de tumultos argelinos na própria Paris e da furiosa resistência de generais e colonos *pieds noirs* – de Gaulle retirou da Argélia. Isto permitiu-lhe reorientar a política francesa mais completamente para a Europa (131).

> Krushchev, pelo seu lado, estava a debater-se com a contínua ascenção da Alemanha

Ocidental. Na primavera de 1957 o governo de Bona notificou oficialmente Moscovo de que estava prestes a iniciar um programa nuclear militar. Os analistas soviéticos esperavam que no prazo de poucos anos o *Bundeswehr* não só contasse com cerca de meio milhão de homens, mas estivesse também armado com bombas atómicas. Por conseguinte, é pouco surpreendente que os diplomatas e jornalistas em Moscovo registassem o crescente sentimento de paranaoia de Krushschev, as suas sucessivas referências ao ataque de surpresa de 1941, ao ressurgimento do «revanchismo» alemão e a Konrad Adenauer, que ele considerava uma figura ao estilo de Hindenburg que provavelmente facilitaria uma ressurreição do nazismo (132). O que, porém, levava Krushchev a manifestar o seu desespero era o progressivo descalabro da Alemanha de Leste. Desde 1949, mais de dois milhões de refugiados tinham fugido do país e a enxurrada não dava sinais de amainar. Krushchev, no entanto, não ousava remover Ulbricht ou sequer repreendê-lo muito severamente, pois Mao estava lá atrás a exigir a defesa do socialismo contra a agressão imperialista. O líder leste-alemão era agora efetivamente a cauda que abanava o cão russo e em 1959-60 – instigado pela China Vermelha – Ulbricht avançou com a coletivização da agricultura. Isto teve o previsível efeito de reduzir ainda mais o abastecimento de alimentos, embora Mao – para sublinhar o seu apoio aos comunistas alemães da «linha da frente» – tivesse enviado comida de que o seu próprio campesinato tão desesperadamente necessitava. Em suma, em finais da década o líder soviético deparava-se com a perspetiva insuportável de uma derrocada demográfica e económica da RDA, seguida pela reunificação alemã nas condições impostas por Bona, levando ao acesso à NATO de todo o país armado com armas nucleares.

> Krushchev ainda tinha um trunfo para jogar: Berlim. Essa cidade, afirmou numa célebre

tirada, era «os testículos do ocidente. Sempre que quero fazer o Ocidente gritar dou um apertão a Berlim» (133). Em novembro de 1958 o líder soviético emitiu um ultimato. Ou Washington, Londres e Paris concordavam com uma solução final para Berlim mutuamente aceitável ou a União Soviética concluía com a RDA um tratado de paz separado e devolvia a Ulbricht o controlo total do território. A implicação era clara: a RDA fecharia os caminhos de acesso a Berlim e precipitaria um novo bloqueio. Sobre este pano de fundo, o líder soviético abordou à vez as potências europeias ao longo dos dois anos seguintes. Em janeiro de 1959 fez contactos com Washington,

passando por cima de Bona, mas quando isso não produziu resultados instantâneos Krushchev tentou Adenauer. O chanceler alemão, contudo, rejeitou todas as ofertas de uma confederação dos dois Estados alemães – e a opção de uma conferência que pudesse levar à unificação – a troco do reconhecimento da RDA e da fronteira do Oder-Neisse com a Polónia. Krushchev voltou-se então de novo para de Gaulle, mas pela altura em que ambos se encontraram em Paris, em março-abril de 1960, era claro que o francês queria antes manter a partição da Alemanha do que explorar os esquemas soviéticos para uma confederação neutralista. Ao mesmo tempo, Krushchev estava determinado a aumentar o arsenal nuclear soviético para alcançar a paridade com os Estados Unidos o mais depressa possível. Estava convencido de que só isso levaria Washington a tratar com ele de igual para igual. Se tivesse de haver outra prova de força acerca de Berlim, a União Soviética desta vez estaria mais bem preparada do que Estaline em 1948, quando os Estados Unidos disfrutavam de um monopólio nuclear. Foram desviados recursos do exército, da marinha e da força aérea para as Forças de Mísseis Estratégicos, que foram constituídas como serviço separado em 1959.

> Londres manteve-se à parte durante todas as primeiras fases da segunda crise de Berlim e não

mostrou qualquer apetite por uma confrontação com Moscovo. Enquanto Dulles estava preparado para ir até à «beira do abismo», em novembro de 1958 Macmillan avisou Eisenhower que a Grã-Bretanha «não estava disposta a encarar a sua obliteração por causa de dois milhões de alemães de Berlim, seus antigos inimigos»(134). A Grã-Bretanha estava também nas convulsões de um repensar estratégico fundamental. Ao longo dos últimos anos de 1950 tornou-se claro até que ponto a Grã-Bretanha estava a ficar penosamente para trás, financeira e tecnologicamente. Um acordo bilateral de cooperação sobre armas nucleares com os Estados Unidos alcançado em 1957 sublinhou esta inferioridade. Tornou a vir à tona em 1960 quando problemas técnicos forçaram o fecho do muito gabado sistema independente britânico de mísseis *Blue Streak*. Além disso, os custos de manter uma presença «imperial» ameaçavam agora a capacidade da Grã-Bretanha para cumprir as suas obrigações na Europa, campo de batalha principal. Só pela adesão à Comunidade Económica Europeia, pensava Macmillan, podia a nação recuperar o peso que tinha tido na cena internacional. Em julho de 1961, a Grã-Bretanha apresentou formalmente o pedido de entrada na CEE. Em qualquer caso, a manifesta noção britânica da primazia da Europa conduziu a um afastamento cada vez mais profundo da Austrália e da Nova Zelândia (135).

A turbulência internacional por altura da viragem da década também deixou a sua marca nas

políticas internas. Nos Estados Unidos, a perceção americana dos avanços soviéticos no espaço – foram eles que puseram em órbita o primeiro satélite *Sputnik,* em outubro de 1957 – e no terreno nuclear causou uma crise de confiança generalizada na sua própria capacidade de inovar. A criação da National Aeronautics and Space Administration (NASA – a Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço) em fins de junho de 1958 e a aprovação da Lei da Educação de Defesa Nacional nesse mesmo ano (o National Defense Education Act) foram tentativas para resolver este problema. Havia também um sentimento muito difundido nas elites de que a administração não estava a fazer o suficiente para apoiar o governo amigo de Saigão contra a agressão comunista do interior e do exterior. Todos estes fatores – a crise do *Sputnik*, o Vietname e especialmente a «inferioridade em mísseis» – foram questões que John Fitzgerald Kennedy, o candidato democrata à presidência, explorou sem misericórdia na campanha eleitoral. Em novembro de 1960 Kennedy foi eleito por estreita margem – com alguma ajuda dos amigos que o seu falecido pai tinha em Chicago – com um programa político belicoso em matéria de política externa.

Depressa se verificou que a «inferioridade em mísseis», o *missile gap*, que ele tinha imputado

ao candidato republicano – Richard Nixon –, de facto não existia. Dito isso, a segurança nacional estava no cerne da visão de uma «nova fronteira» que a administração Kennedy desfraldou. Acreditava que a chave da defesa dos Estados Unidos residia na modernização socioeconómica do mundo em moldes ocidentais. O novo Conselheiro Nacional de Segurança, Walt Rostow, era um economista académico que acreditava apaixonadamente que a ajuda externa dos Estados Unidos, especialmente para investimentos judiciosos do Estado em infraestruturas, podia estimular a «descolagem» capitalista no mundo em vias de desenvolvimento e ao reduzir a sua pobreza trazê-lo gradualmente para o redil ocidental. Kennedy tinha muito menos interesse na Alemanha – que o seu antecessor considerava «o bastião central da Europa» – e procurou passar por cima da Alemanha na busca de um degelo precoce na Guerra Fria. Os homens da Nova Fronteira viam inicialmente na Alemanha – como lembrou o antigo secretário de Estado George Ball – «uma irritante nota de pé de página» de um confronto mais amplo (136). Estavam prestes a ter um despertar sobressaltado.

Se a «modernização» socioeconómica era uma das vertentes da nova estratégia geral de

Kennedy, a outra era o desvio da ênfase de Eisenhower no uso imediato de armas nucleares em caso de uma crise importante. A nova administração rejeitava a «retaliação maciça» como excessivamente constrangedora, forçando Washington a usar uma marreta atómica para esmigalhar uma noz convencional, e cada vez mais irrealista à medida que as forças nucleares da União Soviética se aproximavam da paridade com as dos Estados Unidos. Em vez disso, os Estados Unidos prosseguiam agora uma política de «resposta flexível», a qual, segundo o principal conselheiro militar de Kennedy, o general Maxwell Taylor, envolvia «a capacidade de reagir ao longo de todo o espetro de possíveis desafios dando conta fosse do que fosse, desde uma guerra atómica geral a infiltrações e agressões». Na Europa, isto significava um aumento das forças convencionais da NATO de modo a conter a União Soviética antes que se tornasse inevitável um confronto nuclear. No resto do mundo, a «resposta flexível» envolvia não só uma maior disposição a empregar forças terrestres normais, mas também o desenvolvimento de capacidades mais substanciais em informações e «contra-subversão». O campo de teste da nova doutrina era cada vez mais a Indochina, para onde se destacava um número cada vez maior de conselheiros civis e militares e, por fim, tropas de combate. Washington temia que uma vitória comunista em Saigão desencadeasse um «efeito dominó» em que uma onda de revoluções comunistas de inspiração soviética varresse a Tailândia e a Malásia até se ligar ao regime radical de Sukarno na Indonésia.

A administração Kennedy depressa se viu em dificuldades. Os programas económicos em

grande escala não conseguiram conciliar a população sul-vietnamita ou reduzir um apoio muito espalhado ao Viet Cong. Além disso, a perceção geral era a de que, a despeito dos melhores esforços da missão militar, o exército sul-vietnamita nunca seria capaz de derrotar a insurreição. Havia agora apelos crescentes em Washington para a remoção do regime impopular de Ngo Dinh Diem e o envio de grandes forças americanas para acabar o trabalho (137). De momento, porém, o Presidente resistia a uma maior escalada no Vietname e rejeitava os pedidos de intervenção no Laos (138). Isto porque, ao contrário de George Ball, considerava a Indochina uma distração da principal frente de batalha da Alemanha (139).

Entretanto, a crise de Berlim tinha atingido o ponto de ebulição; a cidade, como disse aos seus

cidadãos o líder negro dos direitos civis Martin Luther King, tinha-se tornado «o eixo à volta do qual girava a roda da história» (140). O líder soviético esperava agora um colapso imediato da RDA e a sua absorção rápida pela Alemanha Ocidental. Depois, temia Krushchev, «o *Bundeswehr* avançará até às fronteiras da Polónia e da Checoslováquia e por conseguinte para mais perto das nossas fronteiras» (141). Em junho de 1961, Krushchev disse ao Politburo que a Alemanha era «a questão crucial» (142). A sua exigência de que os Estados Unidos reconhecessem as fronteiras dos Estados satélites, especialmente as da RDA, foi rejeitada. Pior ainda, Kennedy jurou defender Berlim, mesmo à custa de uma guerra. Mao ainda estava em cima de Krushchev, exigindo uma ação mais dura. Eram necessárias medidas drásticas. Em meados de agosto de 1961, por conseguinte, Moscovo permitiu finalmente a Ulbricht que construísse uma grande barreira ao longo da fronteira zonal de Berlim para evitar mais emigração. Aqueles que tentaram escapar foram ceifados sem aviso. Nas palavras de um historiador, o líder leste-alemão fez os soviéticos «trepar pelas paredes» (143). A principal função da NVA, o Exército da Alemanha de Leste, já não era a defesa contra a agressão capitalista, mas sim encarcerar a sua própria população. A última fresta na «cortina de ferro» tinha sido tamponada, mas à custa de admitir a inferioridade do sistema comunista no teatro central do conflito estratégico e ideológico.

> Humilhado em Berlim, Krushchev começou a procurar maneiras, como disse ao seu ministro

da Defesa, em abril de 1962, de «atirar um ouriço para dentro das calças do Tio Sam» (144). Autorizou por conseguinte um mês depois o envio de mísseis nucleares de alcance médio e intermédio para a Cuba de Castro. Krushchev queria fazer pressão sobre o flanco sul de Washington e assim enfraquecê-la na Alemanha; esperava, no mínimo, conseguir forçar a retirada dos mísseis americanos instalados ao longo da sua própria fronteira sul com a Turquia. Em meados de outubro de 1962, contudo, o reconhecimento americano detetou a sua instalação antes de estar completa. O presidente Kennedy exigiu a retirada imediata dos mísseis, que podiam atingir cidades americanas quase sem aviso e representavam uma violação flagrante da doutrina Monroe – e impôs um bloqueio naval a Cuba. Viu logo a relação com a Alemanha. «Não preciso de lhe assinalar», disse ele ao primeiro-ministro britânico no auge da crise, «a possível relação com Berlim desta manobra secreta e perigosa por parte de Khrushchev» (145). O mundo movia-se agora rapidamente rumo a um confronto nuclear. Além disso, sem Washington saber, os «conselheiros» soviéticos em Cuba tinham sido autorizados a usar à sua discrição os mísseis táticos

já instalados na ilha. Um ataque americano – mesmo puramente convencional – podia ter provocado um conflito nuclear instantâneo. Castro e Che Guevara, o carismático revolucionário latino-americano, queriam a guerra, que revelaria os americanos como tigres de papel e precipitaria um combate mais amplo pela libertação da América Latina. Krushchev, no entanto, rejeitou os seus pedidos de um ataque preventivo. Informou Castro de que se Moscovo fosse «quem primeiro lançasse um ataque nuclear contra o território do inimigo [isso] seria o começo de uma guerra mundial termonuclear». «Não estamos a lutar contra o imperialismo para morrermos», lembrou ele ao líder cubano (146). Passados poucos dias, Krushchev tinha recuado em troca da promessa da discreta remoção dos mísseis Júpiter da Turquia e a guerra foi evitada.

> As crises de Berlim e de Cuba marcaram a geopolítica mundial durante os três anos seguintes.

Mao acabou por perder a paciência com Krushchev. Acusou os soviéticos de fazerem *bluff* na questão da Alemanha, onde tinham recuado em relação ao seu «prazo limite» (147), e especialmente nas Caraíbas. Felizmente para Moscovo, as consequências disto na Europa eram controláveis. A deserção da Albânia para o campo chinês em fins de 1961 não passou de um incidente isolado num país isolado, embora tivesse custado a Moscovo algumas instalações portuárias preciosas no Adriático. No Extremo Oriente, contudo, a hostilidade de Mao foi uma questão mais séria. Todos os conselheiros soviéticos foram retirados, Moscovo continuou a recusar qualquer cooperação nuclear e Mao acusou os russos de não ajudarem adequadamente Ho Chi Minh. Em outubro-novembro de 1962, aproveitando a preocupação de Krushchev com Cuba, Mao lançou um ataque de surpresa à Índia, que a União Soviética estava a apoiar nas suas disputas fronteiriças com a China. E quando Krushchev cedeu a respeito de Cuba, a irrisão de Mao não conheceu limites. A rotura sino-soviética – com a qual sonhavam desde 1949 os decisores políticos dos Estados Unidos – estalou à luz do dia. Mao não «saberia tomar o seu partido» durante muito mais tempo. Dois anos mais tarde a China Vermelha testou o seu primeiro engenho nuclear em Lop Nor, no deserto de Gobi. A União Soviética estava agora cercada a oeste e a leste por potências nucleares. O sistema bipolar que tinha dominado a geopolítica desde fins dos anos 1940 tinha-se tornado tripolar.

> Na Europa Ocidental, e especialmente na Alemanha, as crises de Berlim e de Cuba também

tiveram um impacto duradouro. Por um lado, a posição firme de

Kennedy no caso dos mísseis animou os públicos e os estadistas ocidentais, particularmente os habitantes de Berlim, que interpretaram a jogada de Krushchev como uma tentativa de renovar a pressão sobre a sua cidade; «Tem a ver connosco» (148), disseram eles, embora os acontecimentos estivessem a ocorrer do outro lado do Atlântico. Por outro lado, muitos alemães, incluindo o chanceler Adenauer, tinham ficado muito desapontados com o presidente americano por não ter adotado uma linha mais dura a respeito da construção do Muro. Suspeitavam-no – e aos britânicos – de desejar perpetuar a partição do seu país. Os alemães estavam também inquietos com as implicações militares da «resposta flexível», que os privava da automática proteção nuclear americana ao mesmo tempo que expunha o país às devastações de uma guerra convencional entre a NATO e o Pacto de Varsóvia. Para tornar as coisas ainda piores, Washington não se tinha dignado consultar os seus aliados a respeito de Cuba: não só Bona, mas também Londres e especialmente Paris ficaram indignadas por terem estado tão perto da obliteração nuclear por causa de uma ilha remota das Caraíbas.

> Estava montado o palco para uma intensa ronda de diplomacia europeia, enquanto os alemães

procuravam escapar à sua inferioridade militar, ao mesmo tempo que as potências ocidentais pretendiam trazer a Alemanha para o seu campo ou pelo menos impedir Bona de ficar mais profundamente comprometida com o campo rival (149). Em finais de 1961 e princípios de 1962, o veterano diplomata francês Christian Fouchet lançou os planos de uma União Política Europeia (UPE). Destinava-se a compensar a perda da Argélia e constituir uma alternativa à eficácia minguante na Europa da dissuasão nuclear dos Estados Unidos por meio de uma maior cooperação diplomática entre os Estados da Europa Ocidental, sob liderança francesa. O plano Fouchet acabou por soçobrar em abril de 1962 porque alguns Estados, como a Itália e a Holanda, rejeitaram o intergovernamentalismo francês em favor de uma união supranacional, enquanto a maioria dos outros Estados da CEE desconfiava da hostilidade de de Gaulle aos Estados Unidos e da sua determinação em manter de fora os britânicos. Tudo isto despertou uma intensa ansiedade em Washington sobre o estado da aliança ocidental, em geral, e o futuro da Alemanha, em particular. O presidente Kennedy respondeu com um «Grande Desígnio Atlântico» para renovar a NATO, amarrar a Alemanha ainda mais estreitamente ao Ocidente, ir ao encontro a meio caminho da exigência de consultas e mobilizar mais energias europeias ao serviço da luta comum contra a União Soviética (150). Apadrinhou também um esquema de Força Multilateral (nuclear) – FML – que Eisenhower tinha concebido nos

meses finais da sua presidência. O plano envolvia um dissuasor atómico naval que estaria sob comando da NATO e não sob comando nacional dos Estados Unidos. Estava previsto que a participação da Alemanha Ocidental fosse total. Kennedy esperava que tudo isto seria acompanhado de uma nova vaga de integração política, de preferência supranacional, e não intergovernamental. Esperava-se que a Grã-Bretanha desempenhasse um papel importante em levar avante este processo, razão pela qual em fins de 1962 Washington apoiou fortemente a segunda candidatura de Londres a membro da CEE. Kennedy, por sua vez, prometeu a Macmillan, na Cimeira de Nassau já mesmo no fim desse ano, que forneceria à Grã-Bretanha mísseis nucleares Polaris, no entendimento de que estes seriam eventualmente postos em campo sob o guarda-chuva da FML. Em meados de janeiro de 1963, contudo, de Gaulle vetou unilateralmente a admissão da Grã-Bretanha na CEE. «Se a Grã-Bretanha fosse admitida», declarou, «a Europa acabaria por ser absorvida numa colossal comunidade atlântica dependente da América e sob controlo americano e isto a França não o podia permitir».

> O plano FML e o programa associado de integração política dominou a geopolítica europeia

nos dois anos seguintes. Para a França, a perspetiva de armas nucleares sob qualquer forma de controlo da Alemanha era profundamente alarmante (151). De Gaulle, por conseguinte, usou a mesma conferência de imprensa em que rejeitou a candidatura britânica à CEE para pôr de parte qualquer participação francesa nesse esquema. Em fins de janeiro de 1963, uma semana depois da rejeição da candidatura britânica à CEE, as suas propostas culminaram no Tratado Franco-Alemão do Eliseu. Este destinava-se a enfiar uma cunha entre Bona e Washington, fazer descarrilar a integração militar e política europeia patrocinada pelos Estados Unidos e inaugurar uma aliança europeia sob liderança francesa. De Gaulle parece ter planeado expandir este acordo até uma muito mais profunda união dual com instituições e política externa comuns e até possivelmente cidadania conjunta. A muito curto prazo, contudo, a pressão dos Estados Unidos e uma rebelião no seio do próprio governo de Adenauer levou o *Bundestag* a acrescentar um preâmbulo cautelar. Este reafirmava o apoio da Alemanha ao laço transatlântico e à FML, o empenho em fazer admitir a Grã-Bretanha na CEE e a visão de uma integração europeia supranacional e, em geral, esvaziava o Tratado do Eliseu de qualquer conteúdo para além da expressão simbólica da amizade franco-alemã. Os Estados Unidos começavam agora a contemplar a integração europeia – que potencialmente tanto podia ser dirigida contra eles como contra a União Soviética – com ambivalência (152),

mas de Gaulle tinha voltado ao ponto de partida.

> Kennedy continuava preocupado com a Questão Alemã em geral e, em particular, com a

questão de Berlim; era a necessidade de forças convencionais em larga escala para defender a cidade que estava subjacente a todo o conceito de «resposta flexível» (153). Em fins de junho de 1963 fez na antiga capital alemã a célebre proclamação de que era um «berlinês» – *ein Berliner*, literalmente, em alemão, uma bola de Berlim – e apelou aos seus cidadãos para que olhassem além da cidade para «o avanço da liberdade em toda a parte». Convidou também quem quer que fosse do mundo exterior que tivesse dúvidas sobre o que estava em jogo a «vir a Berlim» e observar os dois sistemas em primeira mão: liberdade e prosperidade no Ocidente e atraso e opressão no Leste. Como Eisenhower, fez todos os esforços para espicaçar os europeus ocidentais e especialmente os alemães ocidentais a fazerem maiores esforços militares naquela frente central. Como o seu antecessor, porém, o presidente tinha profundas reservas quanto a um ressurgimento do poder alemão. No verão de 1963, a Administração forçou Bona a assinar o NPT – o Tratado de Proibição Parcial de Experiências Nucleares – que na prática traçava um risco sobre a perspetiva de uma dissuasão alemã independente. Bona temia que o Tratado a fosse encerrar numa posição permanente de inferioridade atómica. Numa célebre declaração, Franz Josef Strauss, um importante político conservador e antigo ministro da Defesa, falou de um «Versalhes nuclear». Foi por esta razão que o Tratado foi acompanhado pela concordância entre Estados Unidos e a Alemanha Ocidental em que «desde que o Governo e o povo da Alemanha estejam convencidos de que os Estados Unidos defenderão a Alemanha, a Alemanha não precisa de armas nucleares» (154). Em resumo, o NPT – como muitas outras formas de organização e governança internacional – teve a sua origem na contenção da Alemanha.

> Tudo isto tornou o progresso da FML ainda mais urgente. O presidente Lyndon Johnson – que

tinha sucedido a Kennedy depois do assassinato deste em novembro de 1963 – tinha muita vontade de avançar, em parte porque os custos crescentes da guerra do Vietname o faziam desejar uma mais igual distribuição do fardo militar na Europa. A sua principal preocupação, contudo, era a Alemanha: «O objectivo», observou o Presidente, «era manter os alemães connosco e a mão deles fora do gatilho» (155). Além disso, as questões europeias e especialmente as alemãs e a guerra do

Vietname estavam estreitamente ligadas no espírito da administração americana. Se os Estados Unidos não conseguissem conservar Saigão, raciocinavam eles, os alemães poderiam duvidar da sua capacidade para defender Berlim e procurar uma aproximação a Moscovo. Neste sentido, alegava o subsecretário para os Assuntos Políticos, Eugene Rostow, o bombardeamento do Vietname do Norte «fortaleceria bastante o nosso sistema de alianças». O próprio governo alemão aceitava este argumento. O novo chanceler, Ludwig Erhard, explicou em junho de 1965 que estava a pedir aos americanos que permanecessem no Vietname porque de outro modo «os alemães diriam a si mesmos que tal como os americanos não foram capazes de conservar o Vietname do Sul não seriam capazes de defender (...) Berlim se fosse seriamente ameaçada» (156).

> Em 1963-4, os esforços dos Estados Unidos convergiram com os de Jean Monnet para

ressuscitar o processo de integração europeia. Em princípios de novembro de 1964, o governo alemão convidou por fim os seus parceiros europeus a explorarem os traços gerais do que Monnet estava a propor: uma união política mais profunda, centrada na defesa comum através da FML, em cooperação com Washington; Bona esperava que Paris pudesse ser congraçada por meio de concessões na agricultura. Mais à frente nesse mesmo mês, o Parlamento europeu apelou a que os Estados da CEE convocassem uma conferência para acordarem uma política externa e de defesa comum, para criarem uma federação e para estabelecerem uma parceria de iguais com os Estados Unidos. O continente estava de novo em marcha: um superestado democrático europeu estava outra vez na agenda.

> De Gaulle não hesitou perante nada para puxar as rédeas a Bona, impedir o armamento

nuclear alemão, reduzir o domínio americano sobre a segurança do continente e sabotar qualquer cooperação política europeia que não fosse estritamente intergovernamental ou pelo menos ficasse sob liderança francesa. Repreendeu asperamente o governo de Bona durante uma visita de Estado desastrosa em julho 1964: os alemães foram intimados sem rodeios a escolher entre Paris e Washington. Se os alemães ocidentais não trabalhassem com ele em matérias de segurança na base intergovernamental prevista no Tratado do Elysée, acrescentou de Gaulle, então ele retirar-se-ia de toda a cooperação económica. Assim, longe de ser persuadido a arquivar as suas objeções de segurança a troco de concessões na agricultura, de Gaulle usou a cooperação económica para fins estratégicos. A fim de mostrar que

não estava a brincar, de Gaulle fez também aproximações a Moscovo a partir de 1964. Esta *Ostpolitik* era guiada primariamente mais pela necessidade de intimidar a Alemanha do que por qualquer anseio de uma *détente* este-oeste. Alguns observadores alemães – incluindo Adenauer – começaram a falar de um regresso ao «cerco».

> Em Moscovo, a FML ressuscitou os pesadelos que tinham levado à segunda crise de Berlim do

fim da década anterior. No verão de 1964 Krushchev enviou o seu genro aos alemães ocidentais numa missão especial para os dissuadir de seguir adiante (157). Ao mesmo tempo, autorizou o fornecimento de armas nucleares táticas ao Exército da Alemanha de Leste, que planeava retirar em caso de um acordo com Bona. Em fins de abril de 1965, os governos francês e soviético emitiram um comunicado conjunto em que declaravam que a Alemanha devia renunciar permanentemente às armas nucleares. Pouco depois de Gaulle cumpriu as suas ameaças contra a CEE: a partir de julho de 1965 paralisou a comunidade por meio da sua política da «cadeira vazia», quando os representantes franceses boicotaram as reuniões do Conselho de Ministros. Isto era na aparência um protesto contra as suas políticas em matéria de finanças e de agricultura, mas o seu verdadeiro objetivo era meter Berlim na ordem e bloquear a introdução da votação por maioria no Conselho em matérias económicas, vista como uma diluição da soberania francesa. Também preocupava profundamente os britânicos que a FML pudesse dar aos alemães paridade nuclear com eles (158). Por fim, o presidente Johnson, desgastado pelas objeções francesas, ansioso por evitar provocar a União Soviética mais do que o necessário e cada vez mais ocupado com o Vietname, consentiu que a iniciativa da FML gradualmente morresse. E à medida que as tensões Leste-Oeste baixaram do seu pico de 1961-62 assim baixou a pressão para uma maior cooperação em matéria de segurança. Bona aboliu o seu Ministério dos Assuntos Nucleares. Com a FML não só morreram as ambições nucleares da Alemanha como também todas as esperanças de uma integração militar europeia e, assim, de uma completa união política.

> As políticas internas na Europa e no outro lado do Atlântico foram profundamente

influenciadas por toda esta turbulência internacional. As questões da defesa dominaram os assuntos internos da Alemanha Ocidental, desde as controvérsias sobre o Starfighter – um jacto caro e aparentemente de pouca confiança, cuja utilização inicial se caracterizou por vários

acidentes que causaram uma pesada perda de vidas entre os pilotos alemães – até ao «caso *Spiegel*» de 1962, quando o ministro da Defesa Franz Josef Strauss ordenou a detenção de jornalistas de investigação que tinham questionado a prontidão militar do *Bundeswehr*. O primeiro a pagar o preço do fracasso da política externa foi o veterano chanceler Adenauer. A opinião «atlantista» dominante na sua coligação governante, especialmente representada pelo ministro dos Estrangeiros, Gerhard Schröder, o ministro da Economia, Ludwig Erhard, e o ministro da Defesa, Von Hassel, ficou indignada por ele ter sujeitado a relação com Washington e Londres ao acordo do Elysée. A posição de Adenauer ficou tão enfraquecida que depressa foi obrigado a resignar, sucedendo-lhe Ludwig Erhard, um atlantista convicto.

> Na União Soviética, os fracassos em política externa dos primeiros anos de 1960 destruíram

Krushchev. O rol de acusações contra ele na reunião plenária do Partido, em meados de outubro de 1964, era longo e incluía os seus objetivos muito inflacionados na agricultura, as suas «reformas» confusas e o seu comportamento geralmente boçal e pouco dignificante. No cerne das críticas, porém, estava a segurança nacional. A obsessão de Krushchev com as armas nucleares não salvara a União Soviética da humilhação nos casos de Berlim e de Cuba. Muitos sentiam que em qualquer caso não tinha valido a pena lutar por Cuba. O líder soviético foi também acusado de ter gerido mal a relação com Mao, que não só tinha maltratado os amigos indianos de Moscovo como também levara à concretização de um programa nuclear na sua fronteira oriental. O que realmente liquidou Krushchev, contudo, foi a Alemanha. Quando Alexei Adzhubei foi a Bona, a aparente disponibilidade do seu sogro para sacrificar Ulbricht a um acordo sobre a FML tanto alarmou Pequim como uma classe dirigente soviética, que considerava agora a RDA como a melhor garantia contra o revanchismo alemão. Indignara-os particularmente o que a imprensa alemã noticiara sobre Adzhubei se ter oferecido para «falar com o papá sobre (...) deitar abaixo o muro [de Berlim]». Vergado ao peso de uma avalanche de críticas, Krushchev viu-se obrigado a demitir-se. «Porque foi removido Krushchev?», observou o ministro dos Estrangeiros soviético, Andrei Gromyko, «Porque mandou Adschubei a Bona, é claro» (159). A política alemã soviética, a mesma questão que o tinha impelido para o topo em Moscovo, era o assunto que o derrubava.

> A política externa também desempenhou um papel crucial na eleição presidencial dos Estados

Unidos em 1964. O candidato republicano, Barry Goldwater, afastou muita gente, incluindo muitos conservadores moderados, com o seu apoio ao direito dos estados a resistir à imposição da legislação dos direitos civis. O que realmente demoliu a sua candidatura, no entanto, foi o que foi visto como a sua volubilidade em matéria de política externa. Goldwater já tinha apoiado o uso de armas nucleares táticas no Vietname e gracejara sobre «lançar» uma bomba atómica «para os lavabos de homens do Kremlin». A propaganda eleitoral democrata na televisão sugeriu por várias vezes que a sua ligeireza no gatilho podia levar a uma conflagração nuclear; os *media* questionavam regularmente a sua sanidade mental. Em contraste, o candidato democrata, o presidente em funções Lyndon Baines Johnson, dava uma impressão de ser robusto, mas comedido em política externa (160). Quando elegeram Johnson por uma grande maioria, em novembro de 1964, os americanos acreditaram que estavam a obter o melhor de ambos os mundos: mais manteiga para aqueles que careciam dela e canhões suficientes para proteger os seus valores e a sua prosperidade.

> As tensões internacionais de meados dos anos 1960 também moldaram os desenvolvimentos

sociais e económicos dos dois lados da divisória da Guerra Fria. Nos Estados Unidos, o presidente Johnson visava criar no país uma «Grande Sociedade» que correspondesse, e em última instância servisse de suporte às ambições de grande potência dos Estados Unidos no exterior. Não só promulgou leis ambiciosas em matéria de saúde, assistência e educação como também atacou o cancro que corroía o coração da sociedade americana: a questão da raça. O tratamento dos negros do Sul há muito que era um tema de indignação moral para a opinião progressista. Com o advento da Guerra Fria, porém, a discriminação racial também revelava ser um passivo na cena mundial: embaraçava os amigos da América e dava aos inimigos soviéticos dela um varapau para a fustigar (161). As exigências do sistema internacional requeriam agora que os Estados Unidos sarassem a cisão racial, ajustassem o comportamento interno à retórica externa, mobilizassem todos os segmentos da população para a competição global com o comunismo e premiassem aqueles que já estavam a prestar serviço na frente de combate. Com este fim, o presidente aprovou a Lei dos Direitos Civis de julho de 1964, que consagrava a igualdade de todas as raças, tornava a segregação ilegal e abolia as práticas de recenseamento destinadas a tirar o voto aos negros. A administração Johnson, em suma, iniciou uma profunda transformação nacional destinada não só a permitir aos americanos viverem em paz uns com os outros, mas também a justificar no

estrangeiro o seu destino.

> Em Moscovo, o novo Secretário-Geral, Leonid Brejnev, reverteu os cortes de Krushchev na

despesa militar. Em vez disso deu início a uma nova ronda de produção de armamento destinada a alcançar a muito desejada paridade com os Estados Unidos. As estruturas internas soviéticas pareciam singularmente adaptadas a sustentar este esforço: segundo a sabedoria convencional, a economia dirigista permitia a Moscovo alocar vastos recursos ao objetivo da segurança nacional no exterior sem permitir que, como no Ocidente, o mercado introduzisse os elementos de distorção da concorrência e da reclamação de bens de consumo. Uma enorme proporção da economia era assim dedicada a fins militares (162). A União Soviética, em suma, não tinha um complexo militar-industrial como os Estados Unidos, *era* um complexo militar-industrial (163). É certo que franceses, britânicos e alemães e alguns outros povos europeus continuavam dispostos a fazer grandes sacrifícios para se defenderem contra a agressão; a conscrição em tempo de paz continuava a estar na ordem do dia na maior parte dos países. Mas tinham na sua maioria perdido o seu apetite de grandeza nacional e assim o imperativo de organizar a sociedade em conformidade. Tinha começado a longa desatrelagem do Estado e da sociedade europeus do projeto de fazer a guerra (164). Tal como as intermináveis guerras de séculos passados tinham deixado a sua marca na sociedade europeia também agora a longa paz iria moldar as estruturas nacionais. A tradição do primado da política externa passou para as duas restantes grandes potências europeias, a União Soviética e os Estados Unidos.

> Mal tinha amainado a controvérsia sobre a FML quando a cena internacional foi abalada por

três desenvolvimentos separados, mas interligados. A crise começou na Europa, onde de Gaulle aproveitou duas grandes mudanças no clima internacional para articular uma política externa «europeia» independente sob liderança francesa. Não só as ambições nucleares da Alemanha Ocidental tinham sido finalmente arquivadas como também estava a desvanecer-se uma ameaça russa imediata. Em março de 1966, de Gaulle retirou a França da estrutura de comando da NATO: a sua sede foi mudada de Fontainebleau, nos arredores de Paris, para Mons, perto de Bruxelas. Três meses depois de Gaulle iniciou uma ostentosa visita de Estado a Moscovo e em anos subsequentes fez também viagens à Polónia e à Roménia. Muito embora França continuasse a fazer parte da NATO e se esperasse que estivesse ao lado

da aliança no caso de um ataque russo, a iniciativa de de Gaulle foi um terrível choque para a coesão política e estratégica da organização. Havia incerteza quanto a como se comportariam as tropas francesas colocadas no Baden-Württemberg e no Palatinado. Abrira-se um rombo nas defesas do Ocidente na sua frente mais central: a Alemanha (165).

> Normalmente, estes acontecimentos teriam provocado uma resposta de monta dos Estados

Unidos, mas vieram numa altura em que a escalada da guerra do Vietname significava que o presidente Johnson não podia dar toda a sua atenção à Europa. O novo regime de Saigão mostrou-se ainda menos capaz do que Diem para deter o avanço comunista, que era apoiado maciçamente por Hanói e pelos seus patrocinadores sino-soviéticos. O presidente Johnson tomou então a decisão de intensificar a intervenção dos Estados Unidos (166).

> Enquanto o Sudeste Asiático ardia, o Médio Oriente explodia mais uma vez. De meados dos

anos 1960 em diante os israelitas começaram a sentir cada vez maior pressão nas suas fronteiras, a norte, sul e leste. A Organização de Libertação da Palestina (OLP) foi fundada em 1964, sob a liderança do carismático Yasser Arafat, após o que se intensificaram as operações de guerrilha. A Jordânia e especialmente o Egito afadigavam-se a importar armas, em preparação para o confronto final com Israel. Em maio de 1967, Nasser deu ordem de saída à força de interposição das Nações Unidas no Sinai e fechou o estreito de Tiran mais uma vez. Um mês depois Israel lançou um ataque preventivo de surpresa contra o Egito, a Síria e a Jordânia. Os exércitos árabes foram esmagados numa *Blitzkrieg* que durou menos de uma semana. O financeiro judeu-alemão Siegmund Warburg comparou aprovadoramente Israel, com a sua capacidade de desferir golpes acima da sua categoria e antecipar-se a ameaças, à Prússia do século XVIII. Israel ocupou a Faixa de Gaza, a península do Sinai, a Margem Ocidental do Jordão e os Montes Golan, que antes eram sírios. A guerra transformou não só o Médio Oriente como também a posição da região na geopolítica mundial. Por um lado, Israel tinha-se tornado o *hegemon* regional, em grande parte graças aos seus próprios esforços, e tornara-se assim um parceiro valioso para os Estados Unidos na contenção da influência soviética. Por outro, Israel era agora uma potência ocupante e como tal começou a estar sujeito a um crescente escrutínio internacional, não apenas nas Nações Unidas mas também na Europa.

A retirada francesa da estrutura de comando da NATO, a guerra do Vietname e – em menor

medida, mas ainda importante – a Guerra dos Seis Dias no Médio Oriente dominaram a geopolítica global e as políticas internas até ao princípio da década seguinte. Os Estados Unidos procuraram agora alistar no Vietname o apoio militar dos seus aliados, especialmente – como disse o secretário de Estado Dean Rusk – «pôr alguns alemães no terreno»(167). Esta campanha de «mais bandeiras» assegurou apoio australiano, sul-coreano e taiwanês, mas Johnson deu com o nariz na porta na Europa, onde falhou completamente em persuadir, ou intimidar, o primeiro-ministro britânico, Harold Wilson. Em 1965, o chanceler alemão, Ludwig Erhard, tinha-se recusado a enviar um batalhão de tropas do *Bundeswehr*. Em vez disso, Washington começou a procurar maneiras de reduzir os seus compromissos na Europa (168). Em março de 1966 foram retirados 30 000 homens da Alemanha sem que Bona fosse consultada. Algumas vozes no Congresso, como a do líder da maioria democrata no Senado, Mike Mansfield, chegaram a apelar à retirada total da Alemanha das tropas dos Estados Unidos.

Enquanto os Estados Unidos se afundavam cada vez mais no lamaçal do Sudeste Asiático, a

Grã-Bretanha voltava-se de novo para o seu destino europeu e mais especificamente para a Alemanha e para o exército britânico do Reno (169). A crise da libra de 1966 e os cortes na defesa mostravam como se tornara precária a sua posição na Europa. Em maio de 1967, a Grã-Bretanha fez uma renovada tentativa para aderir à CEE, primariamente por motivos estratégicos. Londres tinha esperança de que desta vez o apoio dos Estados Unidos, o favor da Alemanha Ocidental e o isolamento de de Gaulle dentro da Europa por causa da NATO e a crise da «cadeira vazia» contariam em favor de Londres. A premência de endireitar a economia britânica foi sublinhada seis meses mais tarde, quando um ataque especulativo sustentado levou a uma nova crise do esterlino. Uma semana apenas depois disso, no entanto, o segundo pedido foi vetado por de Gaulle. O presidente francês argumentou, uma vez mais, que a entrada da Grã-Bretanha serviria apenas como cavalo de Tróia para o domínio da Comunidade pelos Estados Unidos (170). A Grã-Bretanha simplesmente redobrou esforços. Em janeiro de 1968, anunciou a sua decisão de retirar de «a leste do Suez» e indicou aos domínios brancos que as tarifas preferenciais de que disfrutavam seriam gradualmente eliminadas. A *Commonwealth* deixava agora de ter muito sentido estratégico ou económico; a relação militar com o Canadá passava pela sede da NATO em Bruxelas, não por Londres.

> A Alemanha Ocidental também via com preocupação a situação internacional em mutação.

Bona sentia-se posta de parte no namoro franco-russo de de Gaulle, o que a tornava mais consciente da sua histórica *Mittellage*. Também se sentia discriminada pelo processo NPT – que reprovava como uma «cumplicidade atómica» em prol da sua permanente inferioridade – e no colapso da FML. Ao mesmo tempo, contudo, causavam ansiedade em Bona a redução no exército britânico do Reno, a transferência regular de tropas da Alemanha para o Vietname e o custo acrescido das que ficavam. Foram desacordos sobre como havia de ser paga a guarnição americana – através de aumentos de impostos ou cortes nas despesas do governo – o que fez cair o governo Erhard em princípios de novembro de 1966. A nova «Grande Coligação» democrata-cristã chefiada pelo chanceler Kurt Kiesinger entrou com o compromisso de explorar as possibilidades de superar a divisão Leste-Oeste, e portanto a partição da Alemanha. «A Alemanha, uma Alemanha reunificada», observou o novo chanceler em junho de 1967, «é grande demais para não desempenhar um papel no equilíbrio de forças e pequena demais para sozinha manter em equilíbrio as forças que a rodeiam», e dado que, se unida, não poderia simplesmente aderir a um lado ou ao outro, «só podemos ver a aproximação das partes separadas da Alemanha integrada no processo de superação do conflito Leste-Oeste na Europa» (171). Um primeiro passo nesta direção foi o abandono da Doutrina Hallstein, segundo a qual a República Federal Alemã se recusava a manter relações diplomáticas com qualquer país – excepto a União Soviética – que reconhecesse a RDA.

> Em suma, todas as potências importantes, com excepção da China Vermelha, estavam

desejosas, por esta ou aquela razão, de reduzir tensões, pelo menos na Europa. Perto do fim de junho de 1967, o presidente Johnson e o primeiro-ministro soviético, Alexei Kosygin, encontraram-se em Glassboro, New Jersey. A atmosfera geral de boa vontade mútua foi amplamente comentada. Seis meses depois, as potências da NATO adotaram o «relatório Harmel». Não haveria redução da segurança militar, mas deveriam ser feitos todos os esforços para explorar uma política de *détente* com a União Soviética a fim de tornar a guerra menos provável (172). O fracasso da FML acrescentou nova premência às negociações sobre a proliferação nuclear. Nisto as potências atómicas estabelecidas, orientais ou ocidentais, estavam determinadas em evitar a diluição do seu monopólio. Estavam preocupados, em particular, em impedir os alemães de desenvolver uma capacidade independente. As principais potências não-nucleares, por outro lado,

estavam ansiosas por evitar um regime internacional que petrificasse a sua inferioridade para todo o sempre. O Tratado de Não-Proliferação acordado em 1968 foi um compromisso entre estas duas posições. Os signatários comprometeram-se com o princípio de que não deveria haver novas potências nucleares. O uso pacífico da energia atómica, contudo, era expressamente permitido.

> A guerra do Vietname, a rotura sino-soviética e a guerra dos Seis Dias causaram um terramoto

nas políticas internas da Europa e em todo o mundo. No decurso de 1968-9 as cidades da Europa Ocidental e dos Estados Unidos entraram em erupção, com os estudantes a confrontarem-se contra a polícia, os responsáveis políticos e educativos e, cada vez mais, a sociedade no seu conjunto. A «Geração de 68», como ficou conhecida, era uma coligação heterogénea de feministas, trabalhadores dos direitos civis, ativistas estudantis e maoistas, motivados por uma antipatia geral pela modernidade ocidental, que faziam suas e transcendiam as divisões de classe e de raça existentes. Construíram uma «contracultura» de vida comunitária, experimentação sexual, música rock e drogas recreativas para contrariar as normas da sociedade «patriarcais» e «exploradoras» das democracias capitalistas ocidentais. No cerne desta crítica global estava, porém, a raiva contra o «imperialismo» dos Estados Unidos – e os seus apoiantes – na Indochina e no mundo inteiro. A sua demonologia abrangia não só o complexo militar-industrial americano, e os seus lacaios na Europa Ocidental, na América Latina e na Ásia, mas cada vez mais Israel e a sua ocupação de territórios árabes. Em 1967, todos estes temas tinham convergido, com a escalada no Vietname e a concomitante carnificina de todas as noites nos écrãs de televisão, o assassinato patrocinado pela CIA do icónico revolucionário Che Guevara na Bolívia e o que era visto como a fanfarronice de Israel depois da sua esmagadora vitória sobre o Egito, a Jordânia e a Síria (173).

> As tropas de choque desta revolução não seriam o proletariado da América do Norte e da

Europa Ocidental. Segundo os radicais, os trabalhadores não só tinham amolecido como tinham também caído em várias formas de falsa consciência, levados pela «tolerância repressiva» do sistema – para usar uma expressão cunhada pelo professor da «Escola de Frankfurt» Herbert Marcuse, em 1965 – a acreditar que disfrutavam de verdadeira democracia. Em vez disso, a carga seria chefiada por uma vanguarda de ativistas estudantis instruídos e conscientes, que provocariam os governos a tomar medidas que radicalizariam a

população. Ao mesmo tempo, a revolução cooperaria com os «movimentos de libertação nacional» do Terceiro Mundo, em parte para desviar os recursos dos imperialistas, mas também para permitir a re-importação da revolução de Che Guevara e daqueles a quem o escritor Frantz Fanon chamava «os danados da terra». Invertendo Marx, esperavam que a grande transformação começasse nos bairros de lata do novo Sul global antes de se espalhar ao Ocidente industrializado. Era esta a razão pela qual a «geração de 68», declaradamente «internacional», apoiava lutas nacionais na Palestina, na Irlanda e, é claro, no Vietname.

> Ao longo de 1968-9, vagas de violência popular e muitas vezes insurrecional fustigaram os

governos ocidentais. Nos Estados Unidos, manifestantes e polícias transformaram a Convenção Democrática de 1968 em Chicago num campo de batalha. Nas margens do rio Hudson, em Nova Iorque, estivadores patriotas, em muitos casos de ascendência leste-europeia, atacaram os estudantes contestatários, que acusavam de estar a vender o país ao comunismo. A nação – que tinha acabado de passar a turbulência dos direitos civis – estava de novo em guerra consigo própria. Em Paris, os *évènements* de 1968 foram de tal forma dramáticos que o presidente de Gaulle, das duas uma: ou foi forçado a refugiar-se na guarnição francesa de Baden-Baden ou deu lá um salto de avião a fim de discutir com o respetivo comandante uma intervenção militar, tal como os emigrados monárquicos tinham em tempos procurado abrigo em Coblença. Na Irlanda do Norte, vastos sectores da população católica – apropriando-se da linguagem dos direitos civis nos Estados Unidos e da agitação estudantil – levantaram-se em protesto e barricaram-se nas suas comunidades. O Exército Republicano Irlandês [IRA] separatista aproveitou a oportunidade para renovar a sua «luta armada» contra o Estado britânico em busca de uma Irlanda Unida. Tudo isto tinha implicações estratégicas de monta para o Ocidente: os Estados Unidos estavam a dilacerar-se internamente ao mesmo tempo que combatiam nos arrozais do Vietname, a França parecia à beira de mais um golpe de Estado revolucionário, enquanto a Grã-Bretanha estava em risco de que lhe pusessem as malas à porta nas bases navais estrategicamente importantes do Ulster.

> A chave, no entanto, era a Alemanha. Muitos dos mais proeminentes revolucionários, como

observou de Gaulle com aspereza, eram alemães, especialmente o líder estudantil Daniel Cohn-Bendit (Danny, o Vermelho) e o líder

estudantil alemão Rudi Dutschke, um refugiado da RDA que nunca se tinha conformado com a partição. «Foi em Berlim», observou mais tarde um dos contestatários franceses, «que aprendemos como manifestarmo-nos nas ruas» (174). Dutschke via a luta na Alemanha tanto como uma «segunda frente» contra a guerra imperialista no Vietname como uma causa em si própria; alguns manifestantes alemães viam-se mesmo como um povo colonizado (175). No verão de 1967, ele especulava num artigo, publicado sob pseudónimo, que a criação de uma «Cidade Livre de Berlim» – como muitos outros, no Leste e no Ocidente, considerava a antiga capital um ponto arquimédico no centro do mundo – poderia servir de «correia de transmissão estratégica para a futura reunificação da Alemanha». Isto geraria o género de «foco» por meio do qual – seguindo o teórico revolucionário francês Régis Debray – «uma vanguarda armada do povo pode criar as condições objetivas para a revolução por meio de uma atividade subjectiva». Na verdade, se o movimento conseguisse derrubar o governo de Bona e forçar a retirada das forças da NATO que perpetuavam a divisão do seu país – «um instrumento para reprimir as revoluções na Europa» (176), na descrição de Dutschke – talvez todo o sistema capitalista desse de si na Europa e fosse possível uma qualquer espécie de acordo com a União Soviética sobre a unificação e a retirada do sistema de alianças armadas. Apolítica externa estava assim no cerne do projeto revolucionário na Alemanha, ainda mais do que no resto do mundo. A partir de 1966, exposições, artigos e manifestações convenceram os estudantes de que Washington estava a travar na Indochina uma «guerra colonialista» ou, como dizia a Liga Estudantil Socialista, um «genocídio que emana dos interesses políticos e económicos imperialistas». As bases americanas – que já estavam nas bocas do mundo depois da crise da compensação – foram o alvo seguinte dos manifestantes, que muitas vezes fizeram causa comum com soldados ativistas do Poder Negro. «USA-SA-SS», cantavam eles, alinhando astutamente Washington com os seus pais «criminosos» (177). Um ano mais tarde, enquanto a guerra da Indochina atingia o auge, o conflito do Médio Oriente servia para inflamar ainda mais os estudantes alemães. Na opinião deles, o sionismo era simplesmente uma testa-de-ponte do imperialismo ocidental no Médio Oriente.

> A situação internacional também provocou turbulência no interior do bloco soviético. Tal como

Estaline tinha sido apanhado de surpresa pelo entusiasmo dos judeus russos pela criação do Estado de Israel em 1948, a euforia com que saudaram a vitória do Estado judaico sobre os aliados árabes do Kremlin em 1967 foi uma nova injúria. Foi desencadeada uma nova

vaga de propaganda antissemita contra os «elementos sionistas», dentro e fora do país. Não houve novas «conspirações dos médicos», mas os judeus soviéticos foram agora sujeitos cada vez mais a uma discriminação sistemática. Ao mesmo tempo, Moscovo via com ansiedade os acontecimentos da Checoslováquia, onde elementos liberais do Partido se aproveitaram do novo espírito de *détente* para desafiar a linha dura. Em janeiro de 1968, o fiável Antonín Novotný foi substituído como Primeiro Secretário do Partido pelo reformista Alexander Dubček. Ao longo dos meses seguintes este introduziu uma série de medidas liberalizadoras, como a abolição da censura e a confirmação do direito de criticar o governo, que depois ficaram conhecidas por «Primavera de Praga». Durante todo o verão – tendo presente a experiência húngara – Dubček assegurou à União Soviética que não fazia tenções de abandonar o Pacto de Varsóvia, mas continuou a preocupar Moscovo que – como no Ocidente – a fagulha da subversão pudesse saltar por cima das fronteiras nacionais e criar uma conflagração que não conseguisse controlar.

> No fim de contas nenhum dos movimentos de protesto conseguiu derrubar qualquer governo.

A União Soviética esmagou a Primavera de Praga pela força em agosto de 1968; depois de «consultas fraternais» intensas, o Partido retirou o seu programa de reformas. Três meses depois, a União Soviética promulgou aquilo que se tornou conhecido como a «Doutrina Brejnev», anunciando que nunca consentiria que qualquer Estado «socialista» abandonasse o socialismo. A inspiração aqui era em grande medida estratégica, claro, mas a declaração também refletia uma profunda crença ideológica em que a marcha em frente do socialismo era inevitável e devia por conseguinte ser irreversível. Os contestatários também não chegaram a parte nenhuma no Ocidente. Os trabalhadores franceses sentiram-se estimulados pelos *évènements*, mas a muito esperada colaboração com os estudantes não se deu. De Gaulle ganhou confortavelmente a eleição seguinte. O sistema da Alemanha Ocidental também foi abalado, mas sobreviveu. A Irlanda do Norte foi convulsionada, mas as tropas britânicas conseguiram manter a situação sob um certo controlo. No Ocidente, os contestatários foram vencidos pelas urnas de voto; a Leste, pelas balas ou a ameaça delas. Uma pequena minoria dos contestatários – em particular as Brigadas Vermelhas italianas e a *Rote Armee Fraktion* alemã – enveredariam agora pela resistência armada contra «o sistema».

> Dito isto, a situação internacional conduziu em todo o caso a alterações internas imediatas no

Ocidente, que por sua vez levaram a mudanças geopolíticas importantes. Estas foram efetuadas através de eleições e não pela violência revolucionária. Em novembro de 1968, os republicanos venceram as eleições presidenciais, até porque a guerra da Indochina tinha feito o público perder a confiança na capacidade da administração democrata para gerir a política externa. A nova administração de Richard Nixon, e do seu Conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, chegou ao poder com ideias claras sobre como os Estados Unidos deviam reconstruir a sua posição global. Em fins de abril de 1969, de Gaulle resignou depois da sua derrota num referendo, um acontecimento que pode não ter sido inspirado pela política externa, mas que teve consideráveis consequências estratégicas, visto que França começou a recuar na política de *grandeur* do general. Seis meses depois, os alemães ocidentais elegeram Willy Brandt, líder do SPD, em parte porque ele prometeu «arriscar mais democracia», mas também porque parecia ter o programa mais coerente para reduzir as tensões da Guerra Fria e, se não acabar com ela, tornar a partição ao menos mais suportável.

> As tarefas que o governo de Nixon se atribuíra em 1969 eram consideráveis: retirar do

Vietname «com honra», deixando atrás de si em Saigão um regime capaz de sobreviver ao renovado assalto comunista; reconstituir as alianças esfarrapadas com os parceiros europeus; e encontrar um novo equilíbrio com Moscovo e Pequim, por mais instável que fosse, num mundo em que os Estados Unidos já não podiam contar com manter uma indefinida primazia. Os cacetes militares – ou a ameaça deles – eram fulcrais nesta estratégia, quanto mais não fosse para manter a credibilidade. O cerne do projeto, no entanto, era a diplomacia. Pelo estabelecimento de relações de cooperação com os russos num certo número de matérias, alguma delas mais importantes para eles do que para Washington, Nixon e Kissinger procuravam criar uma «ligação» que pudesse ser usada para promover os seus interesses, especialmente a sua saída da Indochina. Além disso, pela exploração da rutura sino-soviética, Kissinger esperava «triangular» entre Moscovo e Pequim. Quando a tensão na fronteira sino-soviética explodiu na primavera e verão de 1969, e cresceram os receios chineses de um ataque nuclear «preventivo» russo, Washington tornou claro que qualquer ataque a Mao seria uma ameaça inaceitável ao equilíbrio de poder global (178).

> O modelo de Kissinger era Otto von Bismarck, que ele louvava como um «revolucionário

branco». Havia certamente algo de bismarckiano na maneira como

garantiu que os Estados Unidos seriam sempre um de dois num mundo de três superpotências: América, União Soviética e China Vermelha. Como o chanceler alemão, o novo conselheiro de Segurança Nacional tinha uma relação difícil com as instituições representativas e a sua política interna era guiada pela necessidade de capacitar os Estados Unidos para agir no mundo com «determinação autoritária» (179). Na verdade, porém, a analogia mais aproximada era com Metternich, porque o que Kissinger estava a tentar fazer era adiar aquilo que acreditava ser o declínio dos Estados Unidos, mais do que criar um novo poder dinâmico. De uma ou outra maneira, ao libertar a «geopolítica» – aqui Kissinger queria dizer essencialmente a *Realpolitik* – de distrações ideológicas, tais como um empenho global na democracia e nos direitos humanos, Washington ficava livre para estabelecer relações mais frutuosas com *hegemons* regionais potencialmente amistosos. Em fins de julho de 1969, o presidente anunciou a sua nova doutrina num famoso discurso proferido em Guam. A tese central do que ficou conhecido por «Doutrina Nixon», lembrou ele ao Congresso um ano depois, era que «os Estados Unidos participarão na defesa e no desenvolvimento de aliados e amigos, mas a América não pode conceber e não conceberá todos os planos, nem todos os programas, e não executará todas as decisões nem assumirá toda a defesa das nações livres do mundo» (180).

> Para o novo chanceler de Bona, Willy Brandt, o retraimento americano era ao mesmo tempo

uma ameaça e uma oportunidade. Com os Estados Unidos atolados no Vietname, as relações transatlânticas tensas e baixo moral das tropas no seio da NATO, era claro que a aliança estava incapaz de garantir a segurança da Alemanha Ocidental. Chegar a um arranjo com Moscovo era por conseguinte imperativo. Por outro lado, Brandt esperava explorar a preocupação americana com o Vietname para prosseguir uma política independente destinada a aproximar mais estreitamente os dois Estados alemães e, em geral, o leste e o oeste. O objetivo a longo prazo desta *Ostpolitik* era certamente a reunificação, mas de momento o chanceler contentava-se em tornar mais fácil a vida dos alemães comuns levantando as restrições de viagem e outros «pequenos passos» (181). Os diplomatas alemães ocidentais falavam em «ultrapassar a partição pela sua aceitação». De caminho, Brandt esperava que os dois sistemas – capitalismo e comunismo – se tornariam cada vez mais parecidos. O cerne da *Ostpolitik* era, contudo, uma nova geopolítica. Havia que estabelecer contactos com todos os líderes da Europa de Leste, especialmente os de Moscovo. Ao mesmo tempo, Bona precisava de manter do seu lado os seus aliados da NATO, especialmente a França e os Estados Unidos. Com este intuito,

a Alemanha Ocidental fez concessões consideráveis no domínio da política agrícola da CEE, que beneficiavam os agricultores franceses. A princípio os americanos temiam que a Alemanha saísse da aliança da NATO e tentasse firmar com Moscovo um acordo do estilo «Rapallo» (182). À medida que o tempo foi passando, porém, Nixon e Kissinger convenceram-se de que a *Ostpolitik* até vinha complementar os seus esforços para alcançar um acomodamento com Moscovo (183).

> Em Moscovo, os projetos de *détente* americano e alemão foram recebidos numa atmosfera de

extremo alarme estratégico. Enquanto forças russas e chinesas se encontravam frente a frente, cada qual na sua margem do rio Ussuri, e Mao seguia avante com o fabrico de armas nucleares e convencionais, o cerco da União Soviética pela NATO a ocidente e a China Vermelha a oriente revelava-se penosamente claro. Isto tornava importante conseguir uma aproximação com os americanos e os alemães e absolutamente essencial evitar que Nixon e Mao chegassem a acordo à sua custa. Começava também a afligir Moscovo que a *Ostpolitik* de Brandt amolecesse as defesas a tanto custo erigidas na RDA e levasse mais cedo ou mais tarde à unificação alemã. Nestas circunstâncias, a melhor coisa a fazer era tentar aproveitar a presente posição de força de Moscovo para obter o reconhecimento por Bona do acerto territorial na Europa ou, pelo menos, gerir a absorção da RDA de tal maneira que se garantisse – como disse o chefe do KGB Yuri Andropov – que a Alemanha Ocidental em ascensão «compreendesse» as necessidades soviéticas (184).

> Entretanto, Brandt seguiu em frente com a *Ostpolitik*. Em meados de agosto de 1970 celebrou

o Tratado de Moscovo com a União Soviética, no qual na prática reconhecia a RDA e a controversa fronteira do Oder-Neisse com a Polónia; a Alemanha renunciava explicitamente a qualquer tentativa de procurar a sua revisão pelo uso da força. Em princípios de dezembro foi assinado um acordo semelhante com a Polónia e poucos dias depois Brandt ajoelhou-se no memorial do levantamento do gueto de Varsóvia, num gesto de contrição nacional alemã pelos crimes do nazismo. Em princípios de setembro do ano seguinte as quatro potências acordaram finalmente o estatuto de Berlim. Depois, no fim de 1972, uma vez lançados os alicerces geopolíticos, a República Democrática da Alemanha e a República Federal da Alemanha assinaram um Tratado Básico para regular as relações entre as duas metades de um só povo. A despeito de uma intensa pressão soviética e leste-alemã, Bona recusou-se a reconhecer a RDA e a enviar um

embaixador de pleno direito. Em vez disso acordou estabelecer apenas uma «representação permanente» e criar um Ministério dedicado exclusivamente aos assuntos «inter-alemães». Em troca, o regime da RDA comprometeu-se a permitir algum trânsito cuidadosamente controlado entre os dois Estados, especialmente entre Berlim Ocidental e Berlim Leste e dentro de uma zona de fronteira definida. Um ano depois disso, Bona assinou um tratado com a Checoslováquia no qual concordava em deixar cair o seu apoio aos alemães dos Sudetas. Foram admitidas nas Nações Unidas as duas Alemanhas. Sem discutir uma única fronteira, confirmando mesmo o *statu quo* territorial, Brandt tinha alterado a dinâmica Leste-Oeste e produzido assim uma mudança geopolítica fundamental no coração da Europa.

> A União Soviética, para já, estava bem contente com estes acontecimentos. «Pela primeira vez

desde a guerra», disse Gromyko ao Soviete Supremo em junho de 1972, «um grande Estado capitalista – o herdeiro legal da Alemanha de Hitler, ainda por cima – reconheceu por tratado a fronteira ocidental da República Popular da Polónia e a ordem entre a RDA e a RFA». Isto significava, continuava ele, «o fortalecimento das fronteiras ocidentais da comunidade socialista de Estados» (185). Moscovo podia fazer frente a Pequim no Oriente com muito maior confiança. Ao mesmo tempo, a Rússia ia beneficiar do investimento ocidental e da compra dos excedentes de cereais a preços de saldo, «adoçantes» que Nixon adicionou para os apaziguar (e ao lóbi agrícola caseiro). Não eram, contudo, nem Mao nem os agentes económicos, mas sim a Alemanha a principal preocupação soviética. «Kissinger pensa que foi a China que desempenhou o papel decisivo em nos fazer sentir a necessidade de preservar a nossa relação com os Estados Unidos da América», lembra o especialista soviético em assuntos americanos Georgy Arbatov, «mas foi Berlim que desempenhou de facto um papel muito maior, quase decisivo. Ter a situação da Alemanha de Leste resolvida era para nós o mais importante e não queríamos pôr isso em risco» (186). Os russos, em suma, apoiaram a *détente* porque acreditavam que lhes resolvia a Questão Alemã.

> Se as rivalidades internacionais tinham conformado fundamentalmente as políticas internas

desde a guerra, o abrandamento dessas tensões depois de 1969-70 criou uma dinâmica interna nova e complexa. Na RDA, a *détente* levou a uma mudança de alta política quando Walter Ulbricht foi forçado a ceder o lugar a Erich Honecker, não tanto por diferenças a respeito da *détente* mas porque este último se tinha mostrado mais subserviente

para com Moscovo (187). Do mesmo modo, a *Ostpolitik* dominou a política partidária na República Federal (188). A renúncia às reivindicações territoriais alemãs sobre a Silésia, a Pomerânia e a Prússia Oriental e ao direito ao regresso dos alemães dos Sudetas revelou-se extremamente controversa, entre os nacionalistas em geral e especialmente entre os milhões de refugiados da Polónia e da Checoslováquia. Os partidos conservadores, chefiados por Franz-Josef Strauss, atacaram sem descanso os tratados «orientais». Durante 1970-71, houve várias deserções a alto nível no SPD e no seu parceiro de coligação, o FDP. No entanto, os tratados acabaram por passar no Parlamento e em novembro de 1972 Brandt ganhou calmamente as eleições, num aval popular não só das suas políticas internas como também da *Ostpolitik*, que fora um tema importante na campanha. Em finais de julho do ano seguinte, Brandt tinha sobrevivido a uma impugnação jurídica, grave, dos Tratados no Tribunal Constitucional Federal.

> Entre os palestinos, a derrota de 1967 e o subsequente fracasso dos Estados árabes em tocar

sequer em Israel levou a OLP, não só a confiar mais nos seus próprios esforços, mas também a «globalizar» o conflito do Médio Oriente através do terrorismo. Esta tendência convergiu com a progressiva deriva dos radicais europeus – e particularmente alemães – para a ação armada. A Palestina começou a substituir cada vez mais o Vietname como principal preocupação dos esquerdistas europeus, especialmente na Alemanha. No verão de 1969, uma delegação de estudantes alemães visitou os campos de treino palestinos na Jordânia. A 9 de novembro desse ano, no aniversário da *Kristallnacht*, radicais alemães tentaram fazer explodir uma bomba num centro comunitário judeu em Berlim Ocidental; foram profanados cemitérios judeus. A declaração de responsabilidade que se seguiu explicou que tais ações não eram «excessos da extrema-direita, mas (...) uma parte crucial da solidariedade socialista internacional». Os autores realçavam a «ilegitimidade histórica do Estado de Israel» e proclamavam a sua «clara e simples solidariedade com os combatentes *fedayeen*» (189). O antissemitismo internacional, por outras palavras, estava de volta a casa na Europa.

> Nos Estados Unidos a batalha mudou-se das ruas e dos *campuses* estudantis para um

Congresso irrequieto, cansado do custo em dinheiro e vidas para conter – ou não conseguir conter – a expansão do comunismo no Sudeste Asiático. Em setembro de 1970, Nixon saiu vitorioso de uma

tentativa dos senadores George McGovern e Mark Hatfield para forçar a retirada da Indochina de todas as tropas dos Estados Unidos até ao fim do ano. Em janeiro de 1971, contudo, o Congresso revogou a resolução do golfo de Tonquim, que tinha autorizado originariamente Johnson a envolver-se mais no Vietname. Seis meses depois disso o antigo fuzileiro naval, analista de defesa e em tempos apoiante da guerra do Vietame Daniel Ellsberg conseguiu finamente convencer o *New York Times* a publicar os «Papéis do Pentágono», um registo documental brutalmente franco de como a guerra na Indochina estava a ser perdida. A necessidade que tinha Nixon de manter a credibilidade no exterior levou então a sua administração a medidas cada vez mais extremas, e muitas vezes ilegais, contra os seus opositores internos, incluindo roubos, escutas telefónicas e outros «truques sujos». O foco disto não era tanto uma questão de política partidária como de segurança nacional. A fim de desacreditar Daniel Ellsberg e de o impedir de causar embaraços ao governo durante um momento crítico das negociações com a China, a Casa Branca tinha ordenado o furto do seu processo psiquiátrico em 1971. Quando o mesmo grupo foi apanhado um ano mais tarde a forçar a entrada nos escritórios do Comité Nacional Democrata no Edifício Watergate, em Washington, Nixon foi obrigado a lançar uma manobra desesperada e inicialmente bem-sucedida de encobrimento. Esta destinava-se não a obscurecer o roubo partidário, do qual não tinha anterior conhecimento, mas sim a impedir que o rasto levasse ao crime inicial levado a cabo por motivos de política externa.

> Em janeiro de 1972, vários anos de cuidadosa diplomacia de «bastidores» por parte de Henry

Kissinger deram frutos quando Nixon se avistou com Mao em Pequim. O líder chinês, temendo que a *détente* na Europa levasse a um aumento da pressão soviética na sua fronteira ocidental, estava ansioso por começar a normalizar as relações com Washington. Quatro meses depois o presidente teve uma cimeira com Brejnev em Moscovo, que foi um sucesso retumbante. Foi assinado o primeiro Acordo de Limitação de Armas Estratégicas (SALT I). Um «acordo antimísseis balísticos» que limitava o uso de armas defensivas, fazendo assim que a «destruição mútua assegurada» continuasse garantida. Foi com base neste brilhante palmarés externo, tanto como no programa de esquerda do seu oponente George McGovern, que Nixon arrebatou a eleição presidencial de novembro de 1972, obtendo uma vitória avassaladora.

> O êxito da *détente* levou a França, que tinha assumido um lugar de certo modo secundário

depois da resignação de de Gaulle em 1969, a temer um «condomínio» americano-soviético global, mas sobretudo na Europa. Em resposta, Paris esforçou-se por mobilizar outros Estados europeus, especialmente a República Federal, no sentido de coordenarem mais estreitamente as suas políticas e assim contrabalançarem Moscovo e Washington. Contrariamente às esperanças francesas, a «Europa» não preencheu o vazio deixado pelo poderio americano em declínio. Parecia já não haver uma ameaça alemã a conter ou uma ameaça soviética contra a qual se mobilizarem. Além disso, a política dos Estados Unidos tinha agora mudado. A recessão destruíra a sua confiança económica e temiam a concorrência económica europeia. Psicologicamente, Nixon tinha medo de que os seus aliados se juntassem para o atacar e Kissinger simpatizava intelectualmente com um «concerto» europeu ou mesmo um «Comité Executivo» das maiores potências, não uma união na linha americana (190). Em vez disso, Washington punha agora uma nova ênfase nas relações bilaterais com as diversas capitais. A *détente*, em suma, entravou a integração europeia.

> O único avanço importante durante este período foi a ascensão da Grã-Bretanha. Com de

Gaulle fora do caminho, Londres lançou uma terceira campanha para aderir à CEE em 1969. Isto foi em parte motivado por uma preocupação com as suas baixas taxas de crescimento económico (191). O principal objetivo da canditatura, porém, era político e estratégico: recuperar o histórico papel central da nação na Europa. Irrompeu em todo o país uma tremenda discussão. No início do debate as sondagens de opinião sugeriam que cerca de 70 % da população se opunha à adesão, com menos de um quinto ativamente a favor. Em qualquer caso, havia um ressentimento muito espalhado pela falhada tentativa trabalhista séria de 1969 e na muito disputada eleição de 1970 – em que a Europa desempenhou um papel importante, embora não decisivo – a Grã-Bretanha elegeu um primeiro-ministro conservador fortemente pró-CEE, Edward Heath (192). Além disso, graças aos esforços do Movimento Europeu, do Departamento de Análise de Informação do Ministério dos Estrangeiros, de vários membros do parlamento, de elementos da BBC e graças também à própria força dos argumentos, a maioria dos britânicos foram persuadidos ao longo dos dois anos seguintes a mudar de opinião (193). Exatamente no primeiro dia de 1973, a Grã-Bretanha lá foi admitida na CEE sem um referendo; a Irlanda aderiu ao mesmo tempo. Dados, porém, os instintos fortemente «intergovernamentais» de Londres isto representou mais um «alargamento» do que um «aprofundamento» da Comunidade. De qualquer maneira, a questão de «encontrar o seu papel» continuou a

dominar a política interna e a política externa da Grã-Bretanha.

> No dealbar de 1973 parecia que Nixon e Kissinger iam ser capazes de tirar os Estados Unidos

do Vietname e devotar mais energias a escorar a sua posição tremida na Europa. Em fins de janeiro, Kissinger e os Vietnamitas do Norte chegaram finalmente ao Acordo de Paris. Os Estados Unidos concordavam em retirar as suas forças e trabalhar no sentido de uma reunificação pacífica do Vietname.

> Nixon e Kissinger voltavam-se agora para o muito negligenciado palco europeu, onde desde

1966 os Estados Unidos tinham assumido cada vez mais um papel secundário. O «Ano da Europa» de Kissinger, em 1973, destinava-se a reformar a NATO e avançar através de uma série de afirmações rituais de objetivos comuns para uma nova Carta do Atlântico (194). No princípio do ano seguinte houve conversações em Viena entre a NATO e os soviéticos para conseguir «Reduções Mútuas Equilibradas de Forças» (a MBFR), a fim de refrear a corrida aos armamentos na Europa Central. A esperada renovação de laços entre Washington e as capitais europeias, contudo, não se daria. Houve muitas razões para este fracasso, não sendo a menor delas o ressentimento dos europeus ocidentais pelo que consideravam o maquiavelismo e a condescendência mal disfarçada de Kissinger, mas o principal pomo de discórdia era um novo conflito no Médio Oriente iniciado pelo novo presidente egípcio Anwar al-Sadat. Isto era tanto mais desconcertante quanto Kissinger tinha feito tentativas obstinadas para trazer o Cairo para o redil ocidental em princípios de 1970; em 1971 já tinha aberto outra «porta traseira» de comunicação. De momento, contudo, Sadat não queria saber de nada disso. Em outubro de 1973, aproveitando o feriado judaico do Yom Kippur, os egípcios lançaram um ataque de surpresa através do canal de Suez, enquanto os sírios tomavam a ofensiva contra o flanco norte de Israel.

> O golpe de Sadat e Hafez al-Assad apanhou o Estado judaico completamente desprevenido. Em

poucos dias, porém, em que não pesou pouco uma célere transfusão de armamento dos Estados Unidos, os israelitas conseguiram virar o jogo militarmente ao esmagar os sírios nos montes Golan e imobilizar grandes efetivos egípcios junto ao canal de Suez. Isto transformou uma crise regional numa crise global e europeia. A União Soviética, desesperada por evitar a completa destruição dos seus aliados,

começou a fazer ameaças nucleares (195). Em resposta, Washington entrou em alerta atómico. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) retaliou contra o fornecimento de armas dos Estados Unidos a Israel anunciando uma redução na produção geral de petróleo e o embargo aos Estados Unidos e a todos os Estados europeus que colaborassem nesse fornecimento. Os preços quadruplicaram; formaram-se grandes filas nas bombas. Os governos europeus entraram em pânico e procuraram dissociar-se de Israel e dos Estados Unidos. Os belgas recusaram os seus aeroportos ao esforço de reabastecimento, correu que a Grã-Bretanha tinha temporariamente proibido o uso de Chipre e até os alemães, normalmente prestáveis, se queixaram do uso dos seus portos para o transporte de material de guerra para Israel. As relações entre os Estados Unidos e os europeus caíram a pique. «Não quero saber do que aconteça à NATO», disse Kissinger numa declaração muito citada, «de tal maneira isto me repugna» (196). De qualquer maneira, as geopolíticas do Médio Oriente, da Europa e dos Estados Unidos tinham-se intersectado com consequências que se tornariam claras ao longo dos trinta anos seguintes.

> As três décadas que se seguiram a 1945 foram dominadas pela Guerra Fria entre Leste e

Oeste. Em certas partes do mundo este conflito levou a um confronto militar direto. Os Estados Unidos, por exemplo, entraram em guerra duas vezes no Leste da Ásia, combatendo aliados soviéticos na Coreia e no Vietname e quase se embrulharam num conflito nuclear por causa de Cuba. O verdadeiro prémio, contudo, foi sempre a Alemanha. Foi lá, especialmente em Berlim, que o Armagedão nuclear esteve mais perto e era lá que em primeiro lugar se travaria uma guerra convencional. O controlo desse espaço e dos seus recursos decidiria o conflito; todas as outras frentes eram por conseguinte interpretadas no contexto de um quadro germanocêntrico. Os ganhadores e os perdedores nesta luta ainda não eram claros. A Grã-Bretanha e França tinham perdido a maior parte dos seus impérios ultramarinos e muito do seu peso europeu, mas ainda eram potências nucleares, tinham lugares permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas e mantinham o seu papel de garantes do acordo alemão. A Alemanha Ocidental tinha dado grandes passadas desde o fim da guerra e os tratados a Leste marcavam o seu regresso ao sistema internacional, mas o país continuava num estado de «semi-soberania» e não estava mais perto de conseguir a reunificação com o lado oriental. Os Estados Unidos e a União Soviética, é claro, dominavam os seus respetivos

campos, embora de maneiras diferentes, mas a questão de qual dos dois sistemas que representavam prevaleceria na Europa ainda estava muitíssimo em aberto.

2002), e agora Christopher Andrew, *The defence of the realm. The authorized history of MI5* (Londres, 2010).

23.1.2003, p. 25.

2003), p. 514 e *passim*.

-

1 Citado em Mary N. Hampton, *The Wilsonian impulse. U.S. foreign policy, the alliance, and German unification* (Westport, 1996), p. 18.

2 Anatoly Dobrynin, *In confidence: Moscow's ambassador to America's six Cold War presidents (1962-1986)* (Nova Iorque, 1995), p. 63.

3 'The Yalta Protocol of Proceedings», in T. G. Paterson, *Major problems in American foreign policy since 1914*, vol. II, 3.ª ed. (Lexington, Mass., 1989), pp. 243-4.

4 Neste sentido Melvyn Leffler, *The struggle for Germany and the origins of the Cold War* (Washington, DC, 1996). 5 Citado em Carolyn Woods Eisenberg, *Drawing the line. The American decision to divide Germany, 1944-49* (Cambridge, 1996), p. 38.

6 Ver John Lewis Gaddis, «Repression versus rehabilitation: the problem of Germany», in Gaddis, *The United States and the origins of the Cold War, 1941-1947* (Nova Iorque, 1972), pp. 94-132 (citações pp. 98-9). 7 Mark Kramer, «The Soviet Union and the founding of the German Democratic Republic: 50 years later. A review article», *Europe-Asia Studies*, 51 (1999), pp. 1093-1106 (citação pp. 1097-8). 8 Ver R. C. Raack, *Stalin's drive to the west, 1938-1945. The origins of the Cold War* (Stanford, 1995), pp. 133-4 e *passim*.

9 Ver Fraser J. Harbutt, *Yalta 1945. Europe and America at the crossroads* (Cambridge, 2010). 10 «Yalta Protocol», p. 242.

11*Ibid.*, pp. 239-40.

12*Ibid.*, p. 241.

13 Para um relato épico ver Antony Beevor, *Berlin. The downfall* (Londres, 2002) 14 Citado em Leffler, *Struggle for Germany*, p. 13.

15 Citado em Charles Mee, *Meeting at Potsdam* (Nova Iorque, 1975), p. 320. 16 Citado em Jonathan Haslam, «Soviet war aims», in Ann Lane e Howard Temperley (coords.), *The rise and fall of the Grand Alliance, 1941-45* (Basingstoke e Nova Iorque, 1995), p. 27.

17 Ver agora Jessica Reinisch e Elizabeth White (coords.), *The disentanglement of populations. Migration, expulsion and displacement in post-war Europe, 1944-9* (Basingstoke, 2011), especialmente pp. 3-50.

18 Ver agora Jessica Reinisch e Elizabeth White (coords.), *The disentanglement of populations. Migration, expulsion and displacement in post-war Europe, 1944-9* (Basingstoke, 2011), especialmente pp. 3-50. 19 Citado em Mark Mazower, *No enchanted palace. The end of empire and the ideological origins of the United Nations* (Princeton e Oxford, 2009), p. 7.

20 Ver David J. Dunthorn, «The Paris Conference on Tangier, August 1945. The British response to Soviet interest in the "Tangier Question" », *Diplomacy and Statecraft*, 16, 1 (2005), pp. 117-37 (citação p. 123). 21 Citado em Andreas Hillgruber, *Die Zerstörung Europas. Beiträge zur Weltkriegsepoche, 1914 bis 1945* (Frankfurt am Main e Berlim, 1988), p. 363.

22 Andrew J. Rotter, *Hiroshima. The world's bomb* (Nova Iorque, 2008), pp. 177-228. 23 Caroline Kennedy-Pipe, *Russia and the world, 1917-1991* (Londres e Nova Iorque, 1998), p. 84. Hiroxima tinha «destruído o equilíbrio do mundo».

24 Altiero Spinelli e Ernesto Rossi, «For a free and united Europe. A draft manifesto», in Mette Eilstrup-Sangiovanni (coord.), *Debates on European integration.A reader* (Basingstoke, 2006), pp. 37-42. 25 Ver Scott Kelly, «"The ghost of Neville Chamberlain". Guilty Men and the 1945 election», *Conservative History Journal*, 5 (outono 2005), 18-24, especialmente, 21-2 (citação p. 18).

26 Ver Correlli Barnett, *The audit of war. The illusion and reality of Britain as a great nation* (Londres, 1986). 27 Ver Jim Tomlinson, «Balanced accounts? Constructing the balance of payments problem in post-war Britain», *The English Historical Review*, CXXIV, 509 (2009), pp. 863-84.

28 Ver em geral, Martin Thomas, Bob Moore e L. J. Butler, *Crises of empire. Decolonisation and Europe's imperial states, 1918-1975* (Londres, 2008), especialmente pp. 47-72.

29 Citado em Pablo de Orellana, *Implications of the Cold War for the maintenance of colonialism in Indochina, 1945-1954* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Cambridge, 2009), p. 23. Estou muito grato ao Senhor Orellana por conversas muito interessantes sobre esta matéria.

30 Anne Deighton, «Entente neo-coloniale? Ernest Bevin and the proposals for Anglo-French Third World power, 1945-1949», in Glyn Stone e T. G. Otte (coords.), *Anglo-French relations since the late eighteenth century* (Londres e Nova Iorque, 2008), pp. 200-218 (citação de Bevin p. 208).

31 Ver Kevin McDermott e Matthew Stibbe (coords.), *Stalinist terror in eastern Europe. Elite purges and mass repression* (Manchester e Nova Iorque, 2010), p. 5 e *passim* para o crucial contexto internacional. 32 Neste sentido Norman Naimark e Leonid Gibianskii (coords.), *The establishment of communist regimes in eastern Europe, 1944-1949* (Boulder e Oxford, 1998).

33 Citado em Fernande Scheid Raine, «Stalin and the creation of the Azerbaijan Democratic Party in Iran, 1945», *Cold War History*, 2, 1 (2001), pp. 1-38 (citação p. 1).

34 Compare-se George F. Kennan, «Containment: 40 years later. Containment then and now», *Foreign Affairs*, 65, 4 (Spring 1987).

35 Ver Dirk Spilker, «The Socialist Unity Party of Germany (SED) and the German Question, 1944-1953», *abstract* de dissertação, compilado por Cornelie Usborne, *German History*, 17, 1 (1999), pp. 102-3. 36 Neste sentido Norman Naimark, *TheRussians in Germany. Ahistoryofthe Soviet zone of occupation, 1945-49* (Cambridge, Mass., 1995).

37 Hannes Adomeit, *Imperial overstretch. Germany in Soviet policy from Stalin to Gorbachev* (Baden-Baden, 1998). 38 Richard L. Merritt, *Democracy imposed: US occupation policy and the German public, 1945-1949* (New Haven, 1995). Agradeço ao meu aluno Ross J. Tokola esta e muitas outras referências. 39 Wolfgang Krieger, «Was General Clay a revisionist? Strategic aspects of the United States occupation of Germany», *Journal of Contemporary History*, 18, 2 (1983), pp. 165-84 (citação p. 180). 40 Ver Josef Foschepoth, «British interest in the division of Germany after the Second World War», *Journal of Contemporary History*, 23, 3 (1986), pp. 391-411. Para um panorama geral mais amplo da preocupação britânica com a Alemanha no pós-guerra ver Daniel Gossel, *Briten, Deutsche und Europa. Die deutsche Frage in der britischen Aussenpolitik, 1945-1962* (Estugarda, 1999).

41 William I. Hitchcock, *France restored: Cold War diplomacy and the quest for leadership in Europe, 1944-1954* (Chapel Hill, 1998), pp. 74-7 e *passim*.

42 «X» [George Kennan], «The sources of Soviet conduct», *Foreign Affairs*, 25, 4 (julho 1947), pp. 566-82. 43 Ver John Lewis Gaddis, *The long peace. Inquiries into the history of the Cold War* (Nova Iorque e Oxford, 1987), pp. 41-2.

44 Ver Tony Judt, *Postwar. A history of Europe since 1945* (Londres, 2005). 45 Para a centralidade da Alemanha no pensamento de Truman ver Arnold A. Offner, *Another such victory. President Truman and the Cold War, 1945-1953* (Stanford, 2002), pp. 157-67.

46 Ver Klaus Schwabe, «The Cold War and European integration, 1947-63», *Diplomacy and Statecraft*, 12, 4 (2001), pp. 18-34.

47 Citado em Robert E. Ferrell, «The Truman era and European integration», in Francis H. Heller e John R. Gillingham (cords.), *The United States and the integration of Europe. Legacies of the postwar era* (Nova Iorque, 1996*),* p. 28 48 Ver Avi Shlaim, *Britain and the origins of European unity* (Reading, 1978), pp. 114-42. 49 Ver John W. Young, *Britain, France and the unity of Europe, 1945-1951* (Leicester, 1984), pp. 77-9 e *passim*. 50 Ver Mark Byrnes, «Unfinished business: the United States and Franco's Spain, 1944-47», *Diplomacy and Statecraft*, 11, 1 (2000), pp. 153-6.

51 Citado em Anne Deighton (coord.), *Britain and the First Cold War* (Basingstoke, 1990), p. 58. 52 Ver Moshe Zimmermann, «Militär, Militarismus und Zivilgesellschaft in Israel – eine europäische Erbschaft?», in Ute Frevert (coord.), *Militär und Gesellschaft im 19. und 20. Jahrhundert* (Estugarda, 1997), pp. 342-58. 53 Citado em Moshe Naor, «Israel's 1948 war of independence as a total war», *Journal of Contemporary History*, 43, 2 (2008), pp. 241-57 (citação p. 246).

54 Ver Scott Parrish, «The Marshall Plan and the division of Europe», in Naimark e Gibianskii (coords.), *Establishment of communist regimes in eastern Europe*, pp. 267-90, especialmente pp. 286-7. 55 Silvio Pons, «Stalin, Togliatti, and the origins of the Cold War in Europe», *Journal of Cold War Studies* 3, 2 (2001), pp. 3-27, especialmente pp. 5 e 12.

56 Para a centralidade da Alemanha na Conferência de Moscovo ver Robert H. Van Meter, «Secretary of State Marshall, General Clay, and the Moscow Council of Foreign Ministers meeting of 1947: a response to Philip Zelikow», *Diplomacy and Statecraft*, 16, 1 (2005), pp. 139-67, especialmente pp. 142-3, 145 e 152 (citação de Dulles p. 151). 57 Roger G. Miller, *To save a city. The Berlin airlift, 1948-49* (College Station, Texas, 2000), pp. 36-86. 58 Ver Edmund Spevack, «American pressures on the German constitutional tradition: basic rights in the West German constitution of 1949», *International Journal of Politics, Culture and Society*, 10, 3 (1997), pp. 411-36 (citação p. 424). Para o papel dos Estados Unidos na democratização político-partidária da Alemanha ver Daniel E. Rogers, «Transforming the German party system. The United States and the origins of political moderation, 1945-1949», *Journal of Modern History*, 65, 3 (1993), pp. 512-41.

59 Paul Fritz, «From defeat and division to democracy in Germany», in Mary Fran T. Malone (coord.), *Achieving democracy. Democratization in theory and practice* (Nova Iorque e Londres, 2011), pp. 169-94. 60 Ver Abbott Gleason, *Totalitarianism. The inner history of the Cold War* (Oxford, 1995), pp. 157-66, para o antitotalitarismo como «ideologia quase oficial do Estado alemão ocidental» (p. 157). 61 Neste sentido Ulrich Lappenküper, «Primat der Aussenpolitik! Die Verständigung zwischen der Bundesrepublik Deutschland und Frankreich, 1949-1963», in Eckart Conze, Ulrich Lappenküper e Guido Müller (coords.), *Geschichte der internationalen Beziehungen. Erneuerung und Erweiterung einer historischen Disziplin* (Colónia, Weimar e Viena, 2004), pp. 45-63.

62 Ver Robert A. Divine, «The Cold War and the election of 1948», *Journal of American History*, 59 (1972), pp. 90-110, especialmente pp. 91, 95 e 98-9 (citação Dewey p. 100).

63 Citado em John Callaghan, «The Cold War and the march of capitalism, socialism and democracy», *Contemporary British History*, 15, 3 (2001), pp. 1-25 (citação p. 4).

64 Citado em Dianne Kirby, «Divinely sanctioned. The Anglo-American Cold War alliance and the defence of western civilisation and Christianity, 1945-48», *Journal of Contemporary History*, 35, 3 (2000), pp. 385-412 (citação p. 405). 65 Ver Peter Hennessy, *The secret state. Whitehall and the Cold War* (Londres, 66 Citado em Peter Clarke, «Labour's beachmaster», *London Review of Books*, 67 Neste sentido Aaron L. Friedberg, *In the shadow of the garrison state. America's anti-statism and its Cold War grand strategy* (Princeton, 2000), especialmente pp. 340-45.

68 Citado em Mary L. Dudziak, *Cold War civil rights. Race and the image of American democracy* (Princeton e Oxford, 2000), p. 29.

69 Neste sentido *ibid.*, pp. 2-3 e *passim*.

70 Citado em Maria Höhn e Martin Klimke, *A breath of freedom. The civil rights struggle, African American GIs and Germany* (Basingstoke, 2010), pp. 56 e 76.

71 Geoffrey Marston, «The United Kingdom's part in the preparation of the European Convention on Human Rights, 1950», *International and Comparative Law Quarterly*, 42 (1993), pp. 796-826. 72 Agradeço a Thomas Probert ter trazido este facto à minha atenção. 73 Falando em dezembro de 1952 conforme citação em Timothy Snyder, *Bloodlands. Europe between Hitler and Stalin* (Nova Iorque, 2010), p. 366.

74 Jonathan Brent e Vladimir P. Naumov, *Stalin's last crime. The plot against the Jewish doctors, 1948-1953* (Londres, 2003), especialmente pp. 183-4.

75 Ver Kevin McDermott, «Stalinist terror in Czechoslovakia: origins, processes, responses», in McDermott e Stibbe (coords.), *Stalinist terror in eastern Europe*, pp. 98-118, especialmente pp. 101-11. 76 Ver Kathryn Weathersby, *The Soviet aims in Korea and the origins of the Korean War, 1945-1950. New evidence from Russian archives*, Cold War International History Project, Working Paper No. 8 (Washington, DC, 1993). 77 Ver Michael M. Sheng, *Battling western imperialism. Mao, Stalin, and the United States* (Princeton, 1997), pp. 187-96, que é baseado nos arquivos da China Vermelha, e Lorenz M. Luethi, *The Sino-Soviet split. Cold War in the communist world* (Princeton, 2008), pp. 345-52.

78 Sobre este complexo geral ver Tony Smith, *Thinking like a communist. State and legitimacy in the Soviet Union, China, and Cuba* (Nova Iorque, 1987), pp. 191-2.

79 Citado em Walter Lafeber, *America, Russia and the Cold War, 1945-1996*, 8.ª ed. (Nova Iorque, 1997), p. 96. 80 Ver Robert J. McMahon, «The Cold War comes to south-east Asia», in McMahon e Thomas G. Paterson (coords.), *The origins of the Cold War* (Boston, 1999), pp. 227-43.

81 Citado em William Stueck, *The Korean War. An international history* (Princeton, 1995), p. 373. 82 Ver John Gillingham, *European integration, 1950-2003. Superstate or new market economy?* (Cambridge, 2003) p. 27.

83 Christopher Gehrz, «Dean Acheson, the JCS and the "single package": American policy on German rearmament, 1950», *Diplomacy and Statecraft*, 12, 1 (2001), pp. 135-60, especialmente pp. 137 e 141-3 (citação Acheson p. 141). 84 Citado em Kai Bird, *The chairman. John J. McCloy and the making of the American establishment* (Nova Iorque, 1992), p. 337.

85 Neste sentido Richard J. Aldrich, «OSS, CIA and European unity: the American Committee on United Europe, 1948-60», *Diplomacy and Statecraft*, 8, 1 (1997), pp. 184-227. Agradeço a David Gioe esta referência. 86 Ver Arch Puddington, *Broadcasting freedom. The Cold War triumph of Radio Free Europe and Radio Liberty* (Lexington, 2001), pp. 73-4, sobre a

importância da localização em Munique e Scott Lucas, *Freedom's war. The American crusade against the Soviet Union* (Manchester, 1999), especialmente p. 81 sobre a Alemanha como centro da guerra psicológica.

87 Volker R. Berghahn, *America and the intellectual cold wars in Europe. Shepard Stone between philanthropy, academy, and diplomacy* (Princeton e Oxford, 2001), pp. 108-51.

88 Ver sobre isto Samuel Moyn, *The last Utopia. Human rights in history* (Cambridge, Mass., e Londres, 2010), pp. 78-9. 89 Alan S. Milward, *The United Kingdom and the European Community*. Vol. I: *The rise and fall of a national strategy* (Londres, 2002).

90 Ver A. W. Lovett, «The United States and the Schuman Plan. A study in French diplomacy, 1950-1952», *Historical Journal*, 39, 2 (1996), pp. 425-55.

91 Ver Kevin Ruane, *The rise and fall of the European Defence Community. Anglo-American relations and the crisis of European defence, 1950-55* (Basingstoke, 2000).

92 Neste sentido Gillingham, *European integration*, pp. 29-30. 93 Ver Vladislav Zubok, «The Soviet Union and European integration from Stalin to Gorbachev», *Journal of European Integration History*, 2, 1 (1996), pp. 85-98, especialmente pp. 85-8.

94 Citado em Christoph Bluth, *The two Germanies and military security in Europe* (Basingstoke, 2002), p. 13. 95 Neste sentido Dirk Spilker, *The East German leadership and the division of Germany: patriotism and propaganda, 1945-53* (Oxford, 2006).

96 Ver Hans-Peter Schwarz, *KonradAdenauer. AGermanpolitician and statesman in a period of war, revolution and reconstruction.* Vol. I: *From the German Empire to the Federal Republic, 1876-1952* (Providence e Oxford, 1995), pp. 649-63.

97 Para estes imperativos da Guerra Fria ver Ronald Smelser e Edward J. Davies, *The myth of the eastern front. The Nazi-Soviet war in American popular culture* (Cambridge, 2008), pp. 46-89. 98 Jeffrey Herf, *Divided memory. The Nazi past in the two Germanys* (Cambridge, Mass., 1997). 99 Citado em Mark Kramer, «The early post-Stalin succession struggle and upheavals in east central Europe: internal-external linkages in Soviet policy making», *Journal of Cold War Studies*, 1, 1 (1999), p. 12. 100 Thomas J. Christensen, *Useful adversaries. Grand strategy, domestic mobilization, and Sino-American conflict, 1947-1958* (Princeton, 1996).

101 Ver William B. Pickett, *Eisenhower decides to run. Presidential politics and Cold War strategy* (Chicago, 2000), pp. 213-15 (citação p. 182).

102 Citado em Steven Casey, *Selling the Korean War. Propaganda, politics and public opinion in the United States, 1950-1953* (Nova Iorque, 2008), p. 251.

103 Para o papel da política externa na alta política soviética ver Kramer, «Early post-Stalin succession struggle», pp. 3-55. (Kramer parece-me modesto demais quanto à importância da política externa, p. 9, quando a sua própria documentação parece sugerir o contrário.) Jeremy Smith e Melanie Ilic (coords.), *Khrushchev in the Kremlin. Policy and government in the Soviet Union, 1953-1964* (Londres e Nova iorque, 2011). 104 Ver Hubert Zimmermann, «The sour fruits of victory: sterling and security in Anglo-German relations during the 1950s and 1960s», *Contemporary European History*, 9, 2 (2000), pp. 225-43. 105 Sobre a centralidade da Alemanha para a estratégia económica da Grã-Bretanha ver Geoffrey Owen, *From Empire to Europe. The decline and revival of British industry since the Second World War* (Londres, 1999), pp. 30-56 e *passim*. 106 Sobre isto ver Lawrence Black, «"The bitterest enemies of communism": Labour revisionists, Atlanticism and the Cold War», *Contemporary British History*, 15, 3 (2001), pp. 26-62, especialmente pp. 27-8. 107 Citado em *ibid.*, p. 34.

108 Martin Ceadel, «British parties and the European situation, 1952-1957», in Ennio di Nolfo (coord.), *Power in Europe? II. Great Britain, France, Germany and Italy and the origins of the EEC,*

1952-1957 (Berlim e Nova Iorque, 1992), pp. 309-32.

109 Citado em John Lewis Gaddis, *The United States and the end of the Cold War. Implications, reconsiderations, provocations* (Oxford, 1992), p. 73.

110 Citado em László Borhi, «Rollback, liberation, containment or inaction? U.S. policy and Eastern Europe in the 1950s», *Journal of Cold War Studies*, 1, 3 (1999), pp. 67-110 (citações p. 68). 111 Ver Ian Johnson, *A mosque in Munich. Nazis, the CIA, and the rise of the Muslim Brotherhood in the west* (Nova Iorque, 2010).

112 Ver Kevin Ruane, «Agonizing reappraisals: Anthony Eden, John Foster Dulles and the crisis of European defence, 1953-54», *Diplomacy and Statecraft*, 13, 4 (2002), pp. 151-85 (citações pp. 151, 153, 156-7 e 172). 113 A importância do sentimento anti-alemão é realçada por Arnold Kanter, «The European Defense Community in the French National Assembly: a roll call analysis», *Comparative Politics*, 2, 2 (1970), pp. 206, 212 e *passim*. 114 Ver Anne Deighton, «The last piece of the jigsaw: Britain and the creation of the western European Union, 1954», *Contemporary European History*, 7, 2 (1998), pp. 181-96.

115 Ver Martin Schaad, «Plan G – a "counterblast"? British policy towards the Messina countries, 1956», *Contemporary European History* 7, 1 (1998), pp. 39-60, *passim* (citação p. 46).

116 Citado em Lafeber, *America, Russia and the Cold War*, p. 178. 117 Neste sentido Dieter Krüger, *Sicherheit durch Integration? Die wirtschaftliche und politische Integration Westeuropas 1947 bis 1957/58* (Oldenbourg,

118 Ver William Glenn Gray, *Germany's Cold War. The global campaign to Isolate East Germany, 1949-1969* (Chapel Hill e Londres, 2003).

119 Citado em Sergei N. Krushchev, *Nikita Khrushchev and the creation of a superpower* (University Park, Pa, 2000), p. 63.

120 Citado em Ira Chernus, *Apocalypse management. Eisenhower and the discourse of national insecurity* (Stanford, 2008), p. 141.

121 Citado em Mohamed Heikal, *Sphinx and commissar. The rise and fall of Soviet influence in the Arab world* (Londres, 1978), p. 65.

122 Ver Robert W. Heywood, «West European Community and the Eurafrica concept in the 1950s», *Journal of European Integration*, 4, 2 (1981), pp.199-210.

123 Citado em Ralph Dietl, «Suez 1956: a European intervention?», *Journal of Contemporary History*, 43, 2 (2008), pp. 259-78 (citação p. 261).

124 Ver John C. Campbell, «The Soviet Union, the United States, and the twin crises of Hungary and Suez», in William Roger Louis e Roger Owen (coords.), *Suez 1956. The crisis and its consequences* (Oxford, 1989), pp. 233-53. 125 Ver Simon C. Smith (org.), *Reassessing Suez 1956. New perspectives on the crisis and its aftermath* (Londres, 2008).

126 Ver Diane B. Kunz, *The economic diplomacy of the Suez crisis* (Chapel Hill e Londres, 1991), especialmente pp. 113-14 e 102-3.

127 Ver W. R. Louis, «Public enemy number one: the British Empire in the dock at the United Nations, 1957-1971», in Martin Lynn (coord.), *The British Empire in the 1950s. Retreat or revival?* (Basingstoke, 2006). 128 Citado em Kenneth O. Morgan, *Britain since 1945. The people's peace* (Oxford, 1990), p. 158. 129 Citado em Schaad, «Plan G – a "counterblast"?», p. 50.

130 Ver Yinghong Cheng, «Beyond Moscow-centric interpretation: an examination of the China connection in eastern Europe and North Vietnam during the era of de-Stalinisation», *Journal of World History*, 15, 4 (2004), pp. 487-518, especialmente pp. 489, 492-3 e 496 (citação p. 489).

131 Neste sentido Martin Thomas, *The French North African crisis. Colonial breakdown and Anglo-French relations, 1945-1962* (Basingstoke, 2000).

132 Ver Vladislav Zubok, *Khrushchev and the Berlin crisis (1958-1962)*, Cold War International History Project, Working Paper No. 6 (Washington, DC, 1993), p. 8. Para a centralidade da Alemanha para Krushchev ver p. 3. 133 Citado em Nicholas Thompson, *The hawk and the dove. PaulNitze,George Kennan and the history of the Cold War* (Nova Iorque, 2009), p. 175.

134 Citado em Richard Immerman, *John Foster Dulles. Piety, pragmatism, and power in U.S. foreign policy* (Wilmington, 1999), p. 188.

135 Ver Andrea Benvenuti, *Anglo-Australian relations and the turn to Europe, 1961-1972* (Woodbridge, 2008), pp. 26-41. 136 Citado em Frank A. Mayer, *Adenauer and Kennedy. A study in GermanAmerican relations, 1961-1963* (Basingstoke, 1996), p. 96.

137 Para uma visão positiva revisionista da situação militar em princípios de 1960 ver Mark Moyar, *Triumph forsaken. The Vietnam War, 1954-1965* (Cambridge, 2006).

138 Lawrence Freedman, *Kennedy's wars. Berlin, Cuba, Laos and Vietnam* (Oxford, 2000). 139 Neste sentido David Kaiser, «Men and policies», in Diane B. Kunz (coord.), *The diplomacy of the crucial decade* (Nova Iorque, 1994), pp. 11-41, especialmente pp. 23-9.

140 Höhn e Klimke, *A breath of freedom*, p. 95.

141 Citado em Zubok, *Khrushchev and the Berlin crisis*, p. 25. 142 Citado em Gordon S. Barrass, *The Great Cold War. A journey through the hall of mirrors* (Stanford, 2009), p. 131. 143 Ver Hope M. Harrison, *Driving the Sovietsup the wall. Soviet-East German relations, 1953-1961* (Princeton, 2005). 144 Citado em Robert Cottrell, «L'homme Nikita», *New York Review of Books*, 1.5.2003, pp. 32-5 (citação p. 33). 145 Citado em Tony Judt, «On the brink», *New York Review of Books*, 15.1.1998, citação p. 55. 146 Citado em John Lewis Gaddis, *We now know. Rethinking Cold War history* (Oxford, 1997), p. 277. Sobre a crise em termos mais gerais ver Aleksandr Fursenko e Timothy Naftali, «*One hell of a gamble». Khrushchev, Castro, Kennedy, and the Cuban missile crisis, 1958-1964* (Londres e Nova Iorque, 1997). 147 Ver Hope M. Harrison, *Ulbricht and the concrete «Rose». New archival evidence on the dynamics of Soviet-East German relations and the Berlin crisis, 1958-61*, Cold War International History Project, Working Paper No. 5 (Washington, DC, 1993), p. 59.

148 Segundo o antigo diplomata americano W. R. Smyser citado Gregor Peter Schmitz, «The day Berlin was divided», *Spiegel International*,30.10.2009: http://www.spiegel.de/international/world/the-day-berlin-was-divided-kennedysurprised-by-such-strong-american-outrage-to-the-wall-a-658349.html. 149 Ver Frédéric Bozo, *Two strategies for Europe. De Gaulle, the United States, and the Atlantic alliance* (Lanham e Boulder, 2001), e Jeffrey Glen Giauque, *Grand designs and visions of unity. The Atlantic powers and the reorganization of western Europe, 1955-1963* (Chapel Hill e Londres, 2002).

150 Ver Frank Costigliola, «The failed design: Kennedy, de Gaulle, and the struggle for Europe», *Diplomatic History*, 8, 3 (1984), pp. 227-52.

151 Ver Matthias Schulz, «Integration durch eine europäische Atomstreitmacht? Nuklearambitionen und die deutsche Europa-Initiative vom Herbst 1964», *Vierteljahreshefte für Zeitgeschichte*, 53, 2 (2005), p. 286. 152 Ver Eckart Conze, «Hegemonie durch Integration? Die amerikanische Europapolitik und ihre Herausforderung durch de Gaulle», *Vierteljahreshefte für Zeitgeschichte*, 43 (1995), pp. 297-340. 153 Neste sentido Francis J. Gavin, «The myth of

flexible response: United States strategy in Europe during the 1960s», *International History Review*, 23, 4 (2001), 847-75, especialmente pp. 848, 862-5. 154*Ibid*., p. 869. Ver também Marc Trachtenberg, *A constructed peace. The making of the European settlement, 1945-1963* (Princeton, 1999) pp. 382-98, que vê a inferiorização atómica da Alemanha Ocidental através do NPT como a finalização do acordo do pós-guerra.

155 Citações em Thomas Alan Schwartz, *Lyndon Johnson and Europe. In the shadow of Vietnam* (Cambridge, Mass., 2003), p. 44.

156 Citações em Frank Costigiola, «The Vietnam War and the challenges to American power in Europe», in Lloyd C. Gardner e Ted Gittinger (coords.), *International perspectives on Vietnam* (College Station, Texas, 2000), pp.146-7 e 151. 157 Daniel Kosthorst, «Sowjetische Geheimpolitik in Deutschland? Chruschtschow und die Adschubej-Mission 1964», *Vierteljahreshefte für Zeitge-schichte*, 44 (1996), pp. 257-94.

158 Ver Susanna Schrafstetter, *Die dritte Atommacht. Britische Nichtverbreitungspolitik im Dienst von Statussicherung und Deutschlandpolitik, 1952-1968* (Munique, 1999), pp. 224, 234-6.

159 Ver Paul du Quenoy, «The role of foreign affairs in the fall of Nikita Khrushchev in October 1964», *International History Review*, 25, 2 (2003), pp. 334-56 (citações pp. 339 e 351), e James G. Richter, *Khrushchev's double bind. International pressures and domestic coalition politics* (Baltimore e Londres, 1994). 160 Ver R. D. Johnson, *All the way with LBJ. The 1964 presidential election* (Cambridge, 2009), pp. 77-90 e 124-5. Estou muito grato a Andrew Preston por esta referência.

161 Thomas Borstelmann, *The Cold War and the color line. American race relations in the global arena* (Cambridge, Mass., 2001).

162 Ver Clifford G. Gaddy, *The price of the past. Russia's struggle with the legacy of a militarized economy* (Washington, DC, 1997).

163 Neste sentido Martin Malia, *The Soviet tragedy. A history of socialism in Russia, 1917-1991* (Nova Iorque, 1994). 164 Ver James Sheehan, *The monopoly of violence. Why Europeans hate going to war* (Londres, 2008). 165 Ver Thomas A. Schwartz, «The de Gaulle challenge: the Johnson administration and the NATO crisis of 1966-1967», in Helga Haftendorn, GeorgesHenri Soutou, Stephen F. Szabo e Samuel F. Wells Jnr (coords.), *The strategic triangle. France, Germany, and the United States in the shaping of the new Europe* (Baltimore, 2006), p. 133. 166 Ver Fredrik Logevall, *Choosing war. The lost chance for peace and the escalation of war in Vietnam* (Berkeley, 1999), especialmente pp. 375-498.

167 Ver Mark Atwood Lawrence, *Assuming the burden. Europe and the American commitment to war in Vietnam* (Berkeley, 2007). Citação em Costigiola, «Vietnam War and the challenges to American power in Europe», p. 148. 168 Ver Thomas Alan Schwartz, *Lyndon Johnson and Europe. In the shadow of Vietnam* (Cambridge, Mass., 2003). 169 Ver Saki Dockrill, *Britain's retreat from east of Suez. The choice between Europe and the world?* (Basingstoke, 2002), pp. 196-7 and 218-19.

170 Helen Parr, «Saving the community: the French response to Britain's second EEC application in 1967», *Cold War History*, 6, 4 (2006), pp. 425-54.

171 Citado em Timothy Garton Ash, *In Europe's name. Germany and the divided continent* (Londres, 1993), p. 54. 172 Ver Frédéric Bozo, «Détente versus alliance: France, the United States and the politics of the Harmel Report (1964-1968)», *Contemporary European History*, 7, 3 (1998), pp. 343-60.

173 Sobre a natureza internacional de 1968 e a centralidade da guerra do Viername ver Carole Fink, Philipp Gassert e Detlef Junker (coords.), *1968. The world transformed* (Cambridge, 1998), pp. 8-18 e *passim*, e R. Gildea, James Mark e Niek Pas, «European radicals

and the "Third World": imagined solidarities and radical networks, 1958-73», *Cultural and Social History*, 8 (2011), pp. 449-72.

174 Citado em Hans Kundnani, *Utopia or Auschwitz. Germany's 1968 generation and the Holocaust* (Londres, 2009), p. 64.

175 Sobre a ligação entre o movimento alemão e o americano ver Martin Klimke, *The other alliance. Studentprotestin WestGermanyand the United States in the global sixties* (Princeton, 2010). 176 Citado em Kundnani, *Utopia or Auschwitz*, pp. 42 e 45. 177 Neste sentido Dan Diner, *America in the eyes of the Germans. An essay on anti-Americanism* (Princeton, 1996), pp. 105-50.

178 Ver William Burr, «Sino-American relations, 1969: the Sino-Soviet border war and steps towards *rapprochement*», *Cold War History*, 1, 3 (2001), pp. 73-112, especialmente pp. 87 e 104. 179 Sigo aqui a análise de John Lewis Gaddis, «Rescuing choice from circumstance. The statecraft of Henry Kissinger», em Gordon A. Craig e Francis L. Loewenheim (coords.), *The diplomats, 1939-1979* (Princeton, 1994), pp. 564-92 (a expressão «determinação autoritária» está na p. 571).

180 Citado em G. R. Sloan, *Geopolitics in United States strategic policy, 1890-1987* (Brighton, 1988), p. 173. 181 Ver Carole Fink e Bernd Schaefer (coords.), *Ostpolitik, 1969-1974. European and global responses* (Cambridge, 2009).

182 Citado em Henry Kissinger, *Diplomacy* (Nova Iorque, 1994), p. 735. 183 Ver Jussi Hanhimäki, *The flawed architect. Henry Kissinger and American foreign policy* (Oxford, 2004), pp. 85-90. 184 Citado em Gordon S. Barrass, *The Great Cold War. A journey through the hall of mirrors* (Stanford, 2009), p. 169. 185 Citado em H. G. Linke (coord.), *Quellen zu den deutsch-sowjetischen Beziehungen.* Vol. II: *1945-1991* (Darmstadt, 1999), p. 146.

186 Citado em William Bundy, *A tangled web. The making of foreign policy in the Nixon presidency* (Nova Iorque, 1998), p. 321.

187 Neste sentido, Mary E. Sarotte, *Dealing with the devil. East Germany, détente, and Ostpolitik, 1969-1973* (Chapel Hill, 2001), pp. 109-11.

188 Neste sentido, Garton Ash, *In Europe's name*.

189 Citado em Kundnani, *Utopia or Auschwitz*, p. 90. 190 Ver Jeremy Suri, *Henry Kissinger and the American century* (Cambridge, Mass., 2007), pp. 171-2. 191 Niklas H. Rossbach, *Heath, Nixon and the rebirth of the special relationship. Britain, the US and the EC, 1969-74* (Basingstoke, 2009).

192 Ver Jenna Phillips, «Don't mention the war? History suggests foreign policy can swing voters», *History and Policy*, 22.4.2010, pp. 2-3.

193 Brian Harrison, *Finding a role? The United Kingdom, 1970-1990* (Oxford, 2010), pp. 20-38. 194 Ver Keith Hamilton, «Britain, France, and America's year of Europe, 1973», in Stone e Otte (coords.), *Anglo-French relations*, pp. 237-62.

195 Para uma visão de dentro do Kremlin ver Victor Israelyan, «The October 1973 war: Kissinger in Moscow», *Middle East Journal*, 49 (1995), pp. 248-68.

196 Citado em «Z», «The year of Europe? », *Foreign Affairs*, 52, 2 (janeiro 1974).

8

Democracias, 1974-2011

Os alemães têm de ter cuidado porque se tornaram relativamente mais fortes no

curso dos últimos dez ou quinze anos (...) Temos de ter cuidado em evitar o perigo de que um dia outros considerem que o nosso país se tornou grande demais e importante demais.

Helmut Schmidt, chanceler alemão, numa reunião do partido à porta fechada, fevereiro de 1979

(1)

Em todo o mundo de hoje a revolução democrática está a ganhar novas forças (...)

De Stettin, no Báltico, a Varna no mar Negro, os regimes implantados pelo totalitarismo tiveram mais de trinta anos para firmar a sua legitimidade. Mas nenhum deles – nem um só deles – foi até agora capaz de se arriscar a umas eleições livres. Regimes plantados pelas baionetas não ganham raízes. Devemos ser inabaláveis na nossa convicção de que a liberdade não é prerrogativa exclusiva de uns quantos felizardos, mas um direito inalienável e universal de todos os seres humanos.

Ronald Reagan, junho de 1982 (2)

Que é mais importante para a história do mundo? Os taliban ou a derrocada do

Império Soviético? Alguns muçulmanos agitados ou a libertação da Europa Central e o fim da Guerra Fria?

Zbigniew Brzezinski, antigo conselheiro de Segurança Nacional

dos Estados Unidos, janeiro de

1998 (3)

A resolução da Questão Alemã através da *détente* não durou muito. Passados poucos anos a

Europa foi abalada por uma tentativa soviética de se servir dos seus ganhos globais como alavanca para obter vantagem na Europa. A Alemanha, em particular, tornou-se a arena de uma virulenta «Segunda Guerra Fria». A luta foi decidida por uma nova geopolítica democrática transatlântica que acabou por fazer vir abaixo o Pacto de Varsóvia, estilhaçou a União Soviética e levou à unificação da Alemanha. Ao contrário de previsões muito espalhadas, esta revolução territorial no coração da Europa não perturbou o equilíbrio de poder, em parte porque os próprios alemães não demonstraram ambições hegemónicas e em parte porque o processo de integração europeia foi acelerado a fim de tolher o novo gigante. Foi só com o ressurgimento do poder russo no Leste, a intrusão da crise da dívida soberana do euro e a Primavera árabe que a Alemanha começou a exercitar as suas forças.

Em meados dos anos 1970 a União Soviética tinha boas razões para se sentir satisfeita (4). Os

Estados Unidos tinham sido humilhados no Vietname e estavam profundamente divididos entre si; o mesmo acontecia com as sociedades dos maiores Estados europeus. No Acordo de Vladivostock de novembro de 1974, Moscovo alcançou finalmente a paridade nuclear conservando ao mesmo tempo a sua superioridade em termos convencionais.

O mais importante de tudo era que a Questão Alemã tinha sido resolvida através da *détente*,

ou assim parecia. A prioridade agora era garantir um assentimento geral da NATO à inviolabilidade do acordo de Potsdam. Com esse objetivo, os diplomatas soviéticos insistiram numa Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), que se basearia na integridade das fronteiras vigentes e proporcionaria um foro para a resolução pacífica das diferenças entre os blocos. A fim de conferir peso a esta exigência e, também, de alargar as brechas na aliança

ocidental, a União Soviética procurou explorar a sua forte posição militar na Europa Central. Houve um aumento maciço das forças convencionais estacionadas na RDA. Perto do fim de 1974, além disso, Moscovo aprovou as experiências de uma arma móvel de alcance intermédio, o SS-20, que anularia a suposta vantagem da NATO em sistemas avançados. A sua instalação secreta ao longo dos anos seguintes destinou-se a forçar a retirada dos sistemas avançados dos Estados Unidos na Alemanha Ocidental e a aumentar a pressão sobre Bona, vista agora como o elo mais fraco da cadeia ocidental. «Sob o teto dos SS-20 era possível pensar em operações [convencionais] profundas», recorda o general Danilevich, do estado-maior soviético. «Ficámos imediatamente capazes de manter refém toda a Europa» (5). Este ponto não passou desapercebido em Bona, que, como notou um trabalho sobre defesa da Alemanha Ocidental, «será esta quem primeiro afetará e mais duramente atingirá qualquer ataque na Europa Central» (6).

> Entretanto a União Soviética acelerou o seu apoio a grupos subversivos na Europa,

especialmente na Alemanha (7), e interveio com uma confiança cada vez maior no Terceiro Mundo, encorajada pela retirada americana da Indochina (8). Uma cascata de acontecimentos, em parte inspirados por Moscovo, em parte resultantes de iniciativas independentes dos seus aliados e parcialmente movidas por dinâmicas locais, veio perturbar o equilíbrio instável estabelecido pela *détente*. O governo pró-ocidental do rei Zahir Shah no Afeganistão foi derrubado por uma conjura de esquerda de oficiais do Exército que não só procuraram laços mais estreitos com Moscovo como ressuscitaram velhas reivindicações territoriais sobre o Paquistão, um aliado próximo da América. Em abril de 1974 a ditadura de direita portuguesa foi derrubada por um grupo de oficiais do Exército determinados a acabar com a dispendiosa guerra colonial em África. A União Soviética esperava agora uma vitória eleitoral comunista ou pelo menos um golpe de Estado que enfraquecesse assim o domínio ocidental no Mediterrâneo e pusesse em causa a vital presença da NATO nos Açores. Pouco depois os turcos invadiram Chipre para impedir uma tentativa de extermínio da população turca por parte de nacionalistas radicais gregos. Isto conduziu à imediata queda da junta em Atenas e a uma explosão de antiamericanismo popular; a Grécia deixou a estrutura de comando da NATO em protesto pela falta de medidas disciplinares contra a Turquia, que também fazia parte da aliança. Era ainda mais preocupante, do ponto de vista ocidental, que os comunistas estivessem a ganhar progressivamente terreno nas sondagens e parecesse provável que a qualquer momento num futuro

próximo entrassem para o governo em Roma; falava-se de que o «eurocomunismo» poderia vencer nas urnas e não só em Itália (9). Em novembro de 1975 morreu Franco, o ditador espanhol, e parecia que a decisão do rei Juan Carlos de convocar eleições resultaria num governo hostil a Washington, deixando Gibraltar irremediavelmente exposto; Espanha retirou-se do Sara Ocidental, criando ali um vazio. Por outras palavras, em finais de 1975 todo o flanco sul da NATO estava em crise.

> O sentimento de instabilidade estratégica produzido por este aumento sem precedentes do

poder soviético global provocou reações contraditórias em Washington, nas capitais da Europa Ocidental e no Congresso dos Estados Unidos. Convicto de que o poder global dos Estados Unidos declinava, Henry Kissinger – agora secretário de Estado – estava determinado a defender a credibilidade dos Estados Unidos, fazer frente a todos os avanços da União Soviética e usar as vantagens regionais americanas para ganhar a «alavancagem» necessária para obrigar Moscovo a respeitar os interesses de Washington noutras paragens. Os aliados regionais foram cultivados ainda mais assiduamente do que antes: Israel; a África do Sul, que adquiriu uma renovada importância por causa de Angola; a Indonésia, cuja brutal invasão de Timor-Leste em 1974 foi tolerada; e Marrocos, que foi autorizado a apossar-se do Sara Ocidental em 1975. No Médio Oriente, Kissinger andou num vaivém de capital em capital em 1973-74, tentando mediar o fim das hostilidades entre os exércitos árabes e israelita. O que estava em jogo em todos estes casos não era tanto o equilíbrio regional como a «credibilidade» global dos Estados Unidos. Preocupava Kissinger que «os europeus dissessem de si para consigo que se eles não são sequer capazes de conservar Luanda como podem defender a Europa?» (10)

> O maior desafio, todavia, continuava a ser a Alemanha, onde a frente central estava a dar de

si. Graças à retirada da Indochina as forças dos Estados Unidos lá existentes foram aumentadas 10 % nos primeiros anos da década. Porém, não era suficiente, nem de longe, para igualar a enorme vantagem soviética em armamento convencional (11). Além disso, a qualidade do exército da era do Vietname deixava muito a desejar. «O alcoolismo e o uso das drogas eram graves e muito generalizados», recorda o general Al Haig, que assumiu o cargo de Comandante Supremo da NATO em 1974. «O nosso estado de prontidão estava muito abaixo de padrões aceitáveis». Como se isto não fosse

suficientemente mau, as relações transatlânticas estavam em profunda crise, em parte devido à determinação dos europeus ocidentais em não consentir que a contenda das superpotências em África e no Médio Oriente destruísse a *détente* que tanto custara a conseguir na Europa e em parte devido a temores de que os Estados Unidos já não estivessem completamente empenhados na sua defesa. A fim de sublinhar a determinação americana em manter a sua posição na Europa Central, foram destacados mais uns milhares de soldados diante de Hamburgo.

> Através de tudo isto os Estados Unidos eram presa de uma crise interna que distraía bastante

o governo. A intrusão na sede do Partido Democrata tinha finalmente sido atribuída à Casa Branca, levando a um processo de impugnação contra o presidente Nixon e à sua demissão em 1974. O seu sucessor, o antes vice-presidente Gerald Ford, continuou a política de *détente*; Kissinger permaneceu como secretário de Estado. Entretanto, o braço legislativo estreitou o seu controlo sobre a máquina da política externa. Em novembro de 1974, as eleições intercalares produziram um Congresso de democratas de inclinação pacifista, empenhados em reduzir o envolvimento americano no ultramar. Em princípios do ano seguinte o Congresso votou o corte de toda a ajuda ao governo de Saigão, deixando-o na prática indefeso perante uma renovada investida norte-vietnamita.

> Tudo isto era muito na tradição do clássico «equilíbrio de poder», mas estava prestes a

emergir uma nova geopolítica que pretendia transcendê-lo. A força condutora intelectual era aqui a revolução dos «direitos humanos» que irrompeu na cena política ocidental em princípios dos anos 1970 (12). Depois da descolonização e da retirada do Vietname dos Estados Unidos, o tratamento soviético da oposição interna ganhou um relevo muito mais nítido. Grupos de pressão como a Amnistia Internacional e comités parlamentares de todo o mundo ocidental refletiam e promoviam esta nova moralidade global. Dissidentes soviéticos, como o escritor Alexandre Soljenítsine, eram apaparicados em todo o Ocidente. Esse sentimento foi apadrinhado pelo senador democrata Henry «Scoop» Jackson, um especialista em questões de defesa profundamente desgostoso com aquilo que considerava a capitulação de Kissinger às exigências soviéticas no quadro da *détente*. Invocando Soljenítsine, declarou ao Congresso que «a única salvação da humanidade reside em toda a gente fazer de tudo preocupação sua, em que as pessoas do Leste estejam vitalmente interessadas no que se pensa no Ocidente e as pessoas do Ocidente vitalmente interessadas no

que se pensa no Leste» (13). A partir de meados dos anos 1970 este discurso começou a ter um profundo efeito no sistema internacional.

> Em 1974, Jackson persuadiu o Congresso a passar a Emenda Jackson-Vanik. Esta apostilha à

Lei do Comércio com a URSS da administração Nixon proclamava «a permanente dedicação dos Estados Unidos aos direitos humanos fundamentais» e negava o estatuto de «nação mais favorecida» a qualquer país sem economia de mercado que «negue aos seus cidadãos o direito ou a oportunidade de emigrar». Era um golpe direto na tentativa de Kissinger para criar uma «conexão» com a União Soviética através de laços económicos. Como «realista» convicto, Kissinger resistiu asperamente a todas as tentativas de sugerir que a promoção dos direitos humanos era de interesse nacional para os Estados Unidos. «E se meterem judeus em câmaras de gás na União Soviética», disse ele a Nixon, «não é uma preocupação americana. Quando muito uma preocupação humanitária» (14). A lei não especificava de facto qualquer grupo religioso, mas a legislação teve lugar sobre o pano de fundo da recusa de Moscovo a autorizar os judeus soviéticos a sair do país. Não muito depois a administração Ford foi obrigada pelo Congresso a criar um Gabinete dos Direitos Humanos na Secretaria de Estado. O legislador, por outras palavras, estava a romper com a ideia da não intervenção nos assuntos internos de outro Estado.

> Jackson era um firme apoiante de Israel e do direito a emigrar dos judeus soviéticos, mas a

emenda não era ditada principalmente pela preocupação com o Médio Oriente (15). Jackson planeava usar a questão para inutilizar a *détente*, que ele considerava uma traição dos valores e dos interesses dos Estados Unidos, e como parte de um ataque propagandístico mais amplo à tirania soviética. O calcanhar de Aquiles de Moscovo – de que a construção do Muro de Berlim era a demonstração mais explícita – era a recusa em permitir a livre circulação dos seus cidadãos. Apontar os holofotes a este facto prejudicava o regime internacionalmente e dava ânimo àqueles grupos que tentavam miná-lo por dentro. Em termos mais gerais, Jackson acreditava que os Estados opressores internamente tenderiam à agressão no exterior, de modo que a difusão dos direitos humanos e da democracia serviria para promover a paz no mundo (16). Do que se tratava com a Emenda Jackson-Vanik, por outras palavras, não era do que o Congresso dos Estados Unidos podia fazer pelos judeus soviéticos, mas sim do que os judeus soviéticos podiam fazer pela estratégia geral americana.

Na Europa, a acrescida ameaça soviética também conduziu a uma nova geopolítica. Os

europeus ocidentais voltaram à questão de como fazer ouvir a sua voz coletiva no mundo ou pelo menos no seu próprio continente. Em 1974 estabeleceram o Conselho da Europa, constituído pelos Primeiros-Ministros ou Presidentes dos Estados-membros. Na prática era dominado por Paris, Bona e Londres e proporcionava um foro no qual poderia ser articulada uma estratégia europeia comum. Muitos sentiam que esta cooperação intergovernamental não ia nem por sombras suficientemente longe. Perto do fim de 1974 a CEE encarregou o primeiro-ministro belga, Leo Tindemans, de investigar como concretizar o objetivo da «União Europeia». Segundo o seu relatório, os europeus sentiam-se em geral «vulneráveis e impotentes»; era essencial, por conseguinte, que «apresentassem ao mundo exterior uma frente unida» e usassem a «força coletiva» do continente «em apoio do direito e da justiça nas discussões mundiais» (17). Argumentava que a «União Europeia não estará completa enquanto não tiver estabelecido uma política de defesa comum». Tindemans propunha-se conseguir isto pelo reforço das instituições, a adoção de políticas comuns, a cooperação na produção de armamento e a extensão dos poderes da Comissão Europeia. Em todo o relatório era posta especial ênfase na democracia, tanto como critério de cooperação com os outros Estados europeus como também como modo de proceder dentro da Comunidade. O Presidente da Comissão deveria ser nomeado pelo Conselho da Europa, mas – o que era crucial – com a aprovação do Parlamento Europeu. Isto queria dizer que o Parlamento, até aqui uma assembleia meramente consultiva, teria de ser eleito por sufrágio universal; as primeiras eleições pan-europeias foram agendadas para o fim da década. A Europa, por outras palavras, precisava de adquirir legitimidade democrática em ordem a defender os seus interesses.

Esta nova voz europeia fez-se imediatamente ouvir nas negociações com a União Soviética em

Helsínquia e Genebra sobre o reconhecimento de fronteiras e o estabelecimento da CSCE. A Grã-Bretanha, em particular, usou esse foro para continuar – para citarmos o jovem diplomata britânico George Walden – a «Guerra Fria por outros meios, mais subtis». Isto havia de fazer-se, explicava ele, «assegurando verdadeiras melhorias na redução das barreiras dentro da Europa e “em geral, espalhando o vírus da liberdade”» (18). Kissinger rejeitava esta abordagem: fazia uma distinção clara entre os interesses dos Estados e os dos povos. A sua recusa em participar seriamente nestas conversações deu aos

europeus rédea livre para obrigar a União Soviética ao compromisso formal, pelo menos, de respeitar os direitos civis e religiosos. Tornava-se agora possível um novo acordo vestefaliano.

> A Ata Final de Helsínquia, que foi tornada pública em 1975 e assinada mais tarde nesse

mesmo ano pelos Estados Unidos, pela União Soviética e por todos os Estados-membros da NATO e do Pacto de Varsóvia, refletia tanto a antiga como a nova geopolítica. Por um lado, o acordo comprometia todas as partes a respeitarem a sacralidade das fronteiras existentes e a trabalharem juntas na nova Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Esta garantia dos seus ganhos territoriais desde 1945 e o reconhecimento da sua paridade com os Estados Unidos era uma grande vitória para a União Soviética. O mesmo acontecia com o artigo que estipulava a «não-intervenção em assuntos internos». Isto era contrariado, porém, pelas cláusulas de inspiração europeia que obrigavam os signatários a respeitar «os direitos humanos e as liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, de consciência e de credo». O acordo também garantia maior liberdade de circulação de ideias e de pessoas, um claro gesto no sentido do direito de migração. Muito embora a União Soviética tivesse anuído sob coação a estas cláusulas e não tivesse qualquer intenção de as honrar, tinha assumido um compromisso público internacional de consequências fatídicas (19). De momento, isto não importava muito – não havia nenhum mecanismo para as fazer cumprir –, mas com a passagem do tempo tornou-se claro para Moscovo que a linha com a qual tinha esperado deixar bem cosido o acordo territorial iria de facto desfiar todo o sistema soviético.

> Kissinger prestou pouca atenção à Ata Final de Helsínquia, a qual, disse ele, bem podia ter

sido escrita em «suaíli». Estava mais preocupado com o persistente avanço global do comunismo. Em abril de 1975, Saigão caiu, perante a avançada dos exércitos norte-vietnamitas, por entre cenas de caos humilhantes na embaixada americana. Kissinger iniciou um esforço diplomático intensivo para prevenir o alastramento do comunismo no Mediterrâneo. Os turcos e os gregos foram forçados, se não a fazer as pazes na sua querela a respeito de Chipre, pelo menos a desistirem de entrar em guerra uns com os outros. Em relação a Itália, o presidente Ford avisou que os Estados Unidos «se oporiam vigorosamente a qualquer participação comunista» no governo (20). Fora isso, contudo, os americanos decidiram deixar o processo democrático seguir o seu curso. Na Grécia, à junta seguiu-se não uma tomada do poder pela

esquerda, mas um ministério moderado e pró-europeu. A marcha do comunismo em Portugal terminou abruptamente quando o Partido ganhou um patético quinto dos votos nas eleições de 1975; uma posterior tentativa de golpe de Estado deu em nada. Portugal continuou a ser um membro empenhado da aliança atlântica (21). Em Espanha, a transição para a democracia produziu um governo socialista moderado e abriu caminho à admissão do país na NATO. A democratização do Sul da Europa, em suma, fortaleceu em vez de minar a aliança ocidental (22).

> Os acontecimentos de 1974-6 tiveram um efeito profundo sobre as políticas internas em todo o

mundo. Na Grã-Bretanha surgiu um debate acrimonioso sobre a Europa e as implicações para a política externa de uma crise económica que se agravava. Em princípios de junho de 1975 o Governo trabalhista submeteu a referendo a pertença à CEE. O debate resultante dividiu o país, os partidos e até as famílias. No fim de contas, um pouco mais de dois terços do eleitorado votaram a favor de permanecer na CEE; o apoio em Inglaterra foi superior ao de qualquer outra parte do Reino Unido, de modo substancial em relação à Escócia e à Irlanda do Norte. A situação internacional ameaçadora – a consulta teve lugar à sombra da queda de Saigão e do avanço aparentemente irresistível do comunismo mundial – contribuiu substancialmente para o resultado. Um ano mais tarde o país viu-se abalado por problemas económicos que culminaram numa crise da libra e num resgate pelo Fundo Monetário Internacional. As implicações para a posição estratégica da Grã-Bretanha foram profundas: houve planos para reparar as finanças públicas reduzindo a presença militar na Alemanha e retirando de Chipre (23). Foi este o contexto em que Margaret Thatcher, a nova líder do Partido Conservador, na oposição, lançou a sua vigorosa crítica do declínio britânico. «O primeiro dever de qualquer governo», avisou ela, dirigindo-se ao primeiro-ministro trabalhista Jim Callaghan, em meados de 1976, «é salvaguardar o seu povo contra a agressão exterior; garantir a sobrevivência do nosso modo de vida». Acusou o Partido Trabalhista de «desmantelar a nossa defesa num momento em que a ameaça estratégica para a Grã-Bretanha e os seus aliados de uma potência expansionista é mais grave do que em qualquer momento desde o fim da última guerra» (24). Este discurso fortemente anticomunista granjeou a Thatcher o apodo de «Dama de Ferro» dado pela imprensa soviética.

> Na Alemanha Ocidental a política externa permaneceu no centro da política interna. O

chanceler Willy Brandt foi forçado a resignar quando se soube em maio de 1974 que o seu principal assessor, Günter Guillaume, tinha sido espião soviético. Sucedeu-lhe Helmut Schmidt; o novo ministro dos Estrangeiros era Hans-Dietrich Genscher. Ambos estavam empenhados em prosseguir a *détente* e a *Ostpolitik*, embora com mais ênfase na «estabilidade» do que nos direito humanos. Entretanto, a Rote Armee Fraktion, também conhecida por Grupo Baader-Meinhof em homenagem aos seus dois principais membros, continuou o seu ataque ao Estado. In 1975, os seus líderes foram julgados e condenados. Em 1976 guerrilheiros palestinos e do Baader-Meinhof sequestraram um avião da Air France, desviaram-no para Entebe e exigiram a libertação dos presos das cadeias israelitas. Apartaram os passageiros judeus (incluindo os que não tinham passaportes israelitas) e libertaram os restantes. Um ano mais tarde a escalada de violência na República Federal culminou no «outono alemão», quando o influente industrial alemão Hanns-Martin Schleyer foi raptado e agentes palestinos – agindo independentemente da OLP – fizeram refém um avião da Lufthansa, exigindo a libertação de prisioneiros das cadeias alemãs e turcas. Não muito depois, forças especiais alemãs invadiram o avião e libertaram os cativos, o que levou ao assassinato de Schleyer e ao suicídio dos detidos do Baader-Meinhof. Os acontecimentos de 1976-7 demonstraram assim os fios que ligavam a República Federal à luta radical global contra o Ocidente, Israel e os judeus.

> Os desenvolvimentos internacionais de meados dos anos 1970 também tiveram um profundo

impacto nas políticas internas do bloco comunista, onde os Acordos de Helsínquia – que todos os Estados signatários foram obrigados a publicar – provocaram um aceso debate no Kremlin, nas capitais da Europa de Leste e em toda a sociedade. O chefe do KGB, Iuri Andropov, argumentou que enquanto o «princípio da inviolabilidade das fronteiras [era], é claro, bom, muito bom», preocupava-o que as fronteiras se tornassem transparentes em resultado do «fluxo de informação» e da «expansão dos contactos» (25). Como Andropov temia, Helsínquia foi prontamente invocado por grupos dissidentes que reivindicavam direitos políticos, religiosos e humanos. De meados dos 1970 em diante, os assuntos internos do bloco de Leste foram progressivamente internacionalizados, embaraçando a União Soviética e tornando muito mais difícil a tarefa da repressão. Em 1975, foi atribuído o Prémio Nobel da Paz ao proeminente dissidente Andrei Sakharov, uma enorme bofetada pública na cara do regime. Nesse mesmo ano uma delegação do Congresso dos Estados Unidos visitou a Rússia e avistou-se com outro proeminente crítico do regime, Iuri

Orlov. Em maio de 1976, Sakharov e Orlov criaram o Grupo Público para Assistir a Aplicação dos Acordos de Helsínquia na URSS. Um ano mais tarde dissidentes checoslovacos invocaram a Ata Final na sua famosa Carta 77. O «contágio da liberdade», de que Walden tinha falado, estava de vez, e largamente, à solta.

> O declínio da *détente* e o processo de Helsínquia também mudaram o curso da política

americana. A política externa dominou as primárias de ambos os partidos durante a eleição de 1976. Críticos de ambos os lados da divisória partidária lamentavam a retirada global dos Estados Unidos, exigiam uma linha mais dura em matéria de armas nucleares e repudiavam a Ata Final de Helsínquia como uma traição por meio da qual a União Soviética tinha conseguido os seus fins a troco de garantias sem significado a respeito dos direitos humanos. Em 1976, Henry Jackson, o seu principal ajudante, Richard Perle, e o seu especialista em controlo de armamentos Paul Nitze, que se demitiu em 1974 em protesto contra o SALT II, fundaram o Comité sobre o Perigo Atual para chamar a atenção para uma União Soviética em expansão (26). Jackson montou uma forte campanha pela nomeação democrática, mas foi derrotado por Jimmy Carter, que combinava uma fervorosa dedicação aos direitos humanos com uma visão otimista das possibilidades de entendimento com a União Soviética. A política externa estava também debaixo de fogo no Partido Republicano. Com alguma dificuldade, o presidente Ford venceu um poderoso desafio nas primárias de Ronald Reagan, o carismático e ferozmente antissoviético governador da Califórnia, que o culpava pela queda de Saigão e pelo recuo mais geral perante a agressão russa. Uma *gaffe* terrível durante um dos debates na televisão, quando Ford sugeriu que a União Soviética «não dominava» a Europa de Leste, custou-lhe muitos votos vitais de polacos e de outros grupos étnicos dos centros industriais e, assim, a eleição. Em janeiro de 1977, Jimmy Carter tomou posse como Presidente dos Estados Unidos.

> A nova administração estava empenhada em seguir uma estratégia de dupla via, que cedo se

tornou esquizofrénica. Por um lado, Carter prometeu «regressar aos princípios morais e aos direitos humanos» na política externa dos Estados Unidos, o que anunciava uma rota de colisão com as ditaduras comunistas ou de direita. Os «direitos humanos», de facto, tornaram-se a palavra de ordem da sua presidência. Por outro lado, Carter procurou reduzir a tensão internacional por meio de um entendimento com a União Soviética sobre o controlo de armamentos e da mediação

para pôr fim aos conflitos regionais, especialmente no Médio Oriente.

> A ênfase de Carter nos direitos humanos e no crescente desequilíbrio nuclear cavou uma

divisão funda com os europeus ocidentais. A República Federal, em particular, sentia-se profundamente incomodada com a escalada retórica dos Estados Unidos sobre o tratamento soviético e leste-europeu dos dissidentes (27). O chanceler Helmut Schmidt – que não fazia segredo do facto de que considerava Carter «ingénuo» – temia que o Presidente fosse pôr em risco a cooperação «prática» com a União Soviética, recentemente obtida com tanto esforço, em matéria de viagens, emigração e comércio. O que realmente afastava Washington e os europeus, porém, era o medo de que Carter não fosse de confiança na questão da dissuasão nuclear e não estivesse empenhado em segurar a frente central da Alemanha. O conhecido desejo do Presidente de abolir todas as armas atómicas ameaçava deixar os europeus à mercê de toda a força da superioridade convencional da União Soviética. Mais imediatamente, Bona ficou irritada com os fundados rumores de que os Estados Unidos estavam a pensar em abandonar as regiões avançadas da Alemanha em caso de ataque soviético. Perturbava os alemães, em particular, que os americanos não reagissem adequadamente à instalação pelos soviéticos dos mísseis SS-20, que foi detetada em princípios de 1977.

> A necessidade de um rearmamento moral e físico e a aparente fraqueza de Washington uniu

então entre si os europeus ocidentais (28). As primeiras eleições europeias realizaram-se em princípios de junho de 1979, com uma participação substancial de mais de 60 %. Esse mesmo ano viu a criação do Sistema Monetário Europeu, a fim de preparar os Estados participantes – liderados pela Alemanha e por França, com a Grã-Bretanha a decidir ficar de fora – para cumprirem os «critérios de convergência» para a união monetária. O seu verdadeiro propósito, contudo, era político: mais um passo no caminho para «uma união cada vez mais estreita». Schmidt, em especial, estava apreensivo com a «ascensão não propositada e perigosa [da Alemanha], a segunda potência global do Ocidente na perceção de outros governos (...) particularmente a da liderança soviética» (29). Temia até uma «potencial (...) cooperação entre a liderança soviética e fatores políticos da Europa Ocidental contra os interesses da República Federal da Alemanha». Schmidt procurou, por conseguinte, incluir a Alemanha Ocidental em estruturas europeias mais amplas. O projeto europeu, por outras palavras, continuava a ser um instrumento para

maximizar o poder do continente e limitar o da Alemanha.

> Na cimeira de Guadalupe de janeiro de 1979 os europeus levaram finalmente Carter à

«decisão da dupla via». A NATO proclamou-se disposta a conduzir mais conversações sobre limitação de armas nucleares com a União Soviética, mas comprometeu-se com a instalação de centenas de mísseis Cruise e Pershing II de alcance intermédio, até 1983, na eventualidade de não se alcançar um acordo satisfatório. Mais importante ainda do que agitar cacetes em complemento das cenouras da *détente* era a renovada sensação de empenho americano na Aliança Atlântica. Ao mesmo tempo, em julho de 1979, a administração Carter – instigada por Brzezinski – enviou ajuda militar aos afegãos que se opunham ao governo comunista de Cabul. O plano de Brzezinski era provocar uma intervenção soviética criando na fronteira da Rússia uma úlcera de estilo Vietname que levaria Moscovo a afrouxar o seu domínio na Europa Central e de Leste (30).

> Em 1979, eclodiram em série várias crises que haviam de moldar a geopolítica europeia e

mundial até ao fim da Guerra Fria e para além dele. Em meados de janeiro de 1979, o Xá do Irão fugiu para o exílio após muitos meses de manifestações de protesto contra a sua política interna opressora e o seu alinhamento com os Estados Unidos e Israel. A nova República Islâmica do Irão era uma força confessadamente revolucionária, cuja Constituição se comprometia a «exercer um esforço contínuo até se realizar a unidade política, económica e cultural do mundo islâmico» (31). Não tardou muito que um grupo de estudantes invadisse a embaixada dos Estados Unidos e fizesse reféns 60 diplomatas. Um mês depois, os chineses – com encorajamento dos Estados Unidos – lançaram um ataque militar limitado, mas em grande escala, na fronteira norte-vietnamita, como aviso a Hanói e Moscovo (32). Havia também crescente tensão ao longo da fronteira sino-soviética. Em julho, Sadam Hussein apossou-se do poder absoluto no Iraque, com um programa de domínio regional; um ano depois atacou o Irão. Em meados de novembro de 1979 o Estado da Arábia Saudita, rico em petróleo e aliado dos Estados Unidos, foi abalado pela ocupação da Grande Mesquita de Meca por um grupo internacional de *waabistas* em protesto contra a impiedade da monarquia reinante e a sua alegada subserviência a Washington. A Casa de Saud chamou mercenários franceses como consultores (convertendo-os por breve tempo ao Islão

para este fim), ordenou o assalto à mesquita e decapitou os terroristas sobreviventes (33). Ao mesmo tempo, uma sublevação xiita ao longo da costa das áreas de produção de petróleo foi também dominada.

> O efeito cumulativo destes acontecimentos na geopolítica do Médio Oriente e no equilíbrio

global geral foi sísmico. Teerão começou a apoiar forças islamistas no Iraque e no Afeganistão vizinhos, bem como em paragens tão distantes como o Líbano. Na Arábia Saudita, o uso de estrangeiros pela monarquia para reprimir a insurreição da Grande Mesquita levou muitos para a oposição e alguns – como o jovem Osama Bin Laden – para a resistência armada aos Estados Unidos e aos seus aliados locais. Riade reagiu a estas ameaças demonstrando as suas credenciais muçulmanas através do apoio a pregadores fundamentalistas no país e a causas islamistas no estrangeiro. Tudo isto provocou profundo alarme em Moscovo. A Revolução Islâmica e a difusão das doutrinas waabistas a partir da Arábia Saudita estavam a começar a ter impacto nas repúblicas da Ásia Central. O mais preocupante de tudo, no entanto, era a situação no Afeganistão comunista, que estava exposto a infiltrações de Teerão, de Islamabad e de agentes da CIA no Paquistão. «Consideramos o ressurgimento islâmico terrivelmente importante», observou Brzezinski em meados de março de 1979. «Marca o renascimento da vitalidade árabe, que é o melhor baluarte contra o comunismo» (34). Em março de 1979, a cidade ocidental de Herat assistiu a uma breve mas sangrenta revolta que Moscovo e o Governo afegão atribuíram a interferências iraniana e paquistanesa. A situação agravou-se ao longo desse ano e em novembro a União Soviética já estava aterrorizada com a perspetiva de que o regime de Hafizullah Amin se desmoronasse ou, pior ainda, se passasse para os americanos (35). Por conseguinte, mesmo no fim do ano a União Soviética invadiu o Afeganistão, assassinou o volúvel Amin e instalou no seu lugar o mais maleável Babrak Karmal. A operação foi concebida como um golpe preventivo para manter o Afeganistão dentro do sistema socialista, mais do que como introdução a uma nova expansão em direção ao oceano Índico. Moscovo, contudo, tinha caído direitinha na armadilha que lhe armara Brzezinski. No dia em que os soviéticos atravessaram a fronteira, escreveu a Carter que os Estados Unidos tinham agora a oportunidade de lhes infligir a «eles» uma Guerra do Vietname.

> Em janeiro de 1980 o Presidente proclamou o que se tornou conhecido por «Doutrina Carter».

Carter classificou a «região que está agora ameaçada por tropas

soviéticas no Afeganistão» como «de grande importância estratégica» porque «contém mais de dois terços do petróleo exportável do mundo». Declarava, por conseguinte, que «uma tentativa por qualquer força exterior para ganhar o controlo da região do golfo Pérsico seria considerada um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos, que seria repelido por todos os meios necessários, incluindo a força militar» (36). Nesse mesmo mês retirou do Senado o SALT II, curto-circuitando o processo de ratificação e liquidando assim na prática o acordo. Um programa em larga escala de expansão militar convencional, já em curso, foi acelerado. Mais de 30 000 homens foram destacados permanentemente na Europa. Os membros da NATO foram submetidos a consideráveis pressões para aumentarem as suas despesas militares. Depois de algum debate, tomou-se a decisão de lançar a «Operação Ciclone», o armamento em grande escala da resistência *mujahedin* afegã contra a União Soviética através dos bons ofícios do serviço de informações paquistanês, o ISI. O seu verdadeiro objetivo não era tanto o de manter os soviéticos fora do Afeganistão ou mesmo do golfo, mas sim o de os desgastar globalmente e, em especial, no principal campo de batalha europeu.

> Os choques de 1979 alargaram o fosso entre Washington e os europeus ocidentais, que

queriam conservar os Estados Unidos concentrados na ameaça soviética à Alemanha, mas manter a *détente* global o maior tempo possível. Quando os Estados Unidos, a par da China Vermelha, do Egito, do Irão, de Israel, da Turquia, da Arábia Saudita e de um certo número de outros Estados boicotaram os Jogos Olímpicos de Moscovo de 1980, em protesto contra a invasão do Afeganistão, Bona seguiu-lhes o exemplo com relutância, mas o resto da NATO (com exceção da Noruega) não. A divisão a respeito do Médio Oriente também se tornou mais ampla, quando o «segundo choque petrolífero» de 1979 – uma alta acentuada dos preços do petróleo causada pela Revolução Iraniana – lembrou aos europeus a sua vulnerabilidade na frente da energia. Em junho de 1980, a CEE apelou à criação de um país palestino e à inclusão da Organização para a Libertação da Palestina em todas as futuras conversações israelo-árabes. O colapso da *détente* e os desenvolvimentos do Médio Oriente determinaram as políticas internas. Em princípios de maio de 1979, a líder do Partido Conservador, Margaret Thatcher, obteve uma confortável vitória eleitoral na Grã-Bretanha. A sua campanha baseara-se em grande parte em questões económicas, mas o seu triunfo era também um mandato para uma linha mais dura contra a União Soviética. As posições estavam, além disso, interligadas: a postura churchiliana de Thatcher no estrangeiro andava a par com uma política económica

liberal de mercado livre destinada a reverter o declínio britânico. Depois da invasão do Afeganistão em fins do ano e de um aumento agudo das tensões Leste-Oeste, as políticas europeias polarizaram-se ainda mais. Enquanto à direita e no centro havia tendência entre os europeus para cerrar fileiras com Washington, a esquerda dividiu-se entre aqueles que continuavam empenhados na NATO e um grupo neutral e antiamericano. A instalação em perspetiva dos mísseis Cruise e Pershing II, que tinha de ser ratificada por vários parlamentos nacionais, dominava agora as políticas internas (37). Na Alemanha, Schmidt viu-se sob crescente pressão da ala esquerda do SPD e em janeiro de 1980 a fundação dos Verdes, um partido ecológico empenhado em tornar a Alemanha uma zona livre do nuclear, indicou que o velho consenso se estava a fragmentar. No fim do ano, a eleição acrimoniosa para líder do Partido Trabalhista viu a vitória por estreita margem de Michael Foot, partidário do desarmamento unilateral, sobre um fiel apoiante da NATO, Denis Healey.

> Em toda a Europa Ocidental, de facto, ativistas dos partidos e grupos da sociedade civil

mobilizaram-se contra a acrescida ameaça de uma conflagração atómica. Em abril de 1980 foi lançado em Londres por uma coligação de membros do Parlamento, intelectuais, artistas, líderes religiosos e líderes sindicalistas o movimento para o Desarmamento Nuclear Europeu (END – *European Nuclear Disarmament*). O apelo a suspender a instalação dos mísseis SS-20, dos Cruise e dos Pershing II era teoricamente dirigido a ambas as superpotências, mas na prática a ausência de qualquer efeito na União Soviética significava que se estava a pedir à NATO que exercesse uma moderação unilateral. Moscovo, pressentindo a oportunidade de desligar a Europa Ocidental, ou, pelo menos, partes dela, da aliança da NATO, enveredou por uma campanha sistemática de infiltração e de financiamento encoberto dos grupos a favor do desarmamento nuclear.

> Nos Estados Unidos, a política externa continuou a dominar a política interna (38). Os

democratas da linha «Scoop» Jackson – embora não o próprio senador – começavam agora a alinhar com os republicanos, que consideravam «mais ajuizados» em questões de segurança nacional. O colapso da *détente* foi – juntamente com a economia – a mais importante de todas as questões da campanha eleitoral de 1980. As tentativas de Carter para retratar Reagan como um extremista perigoso e sem experiência foram em grande parte incapazes de fazer mossa no otimismo contagiante do seu antagonista e na sua declarada determinação em

reconstruir os alicerces do poderio económico e militar americano. Os republicanos ganharam assim a votação com uma margem confortável e uma vitória esmagadora no Colégio Eleitoral (39).

> Se o colapso da *détente – per se* – teve relativamente pouco impacto no bloco soviético, os

Acordos de Helsínquia foram outra coisa. Em julho e agosto de 1980, a Polónia foi abalada por uma agitação que começou nos estaleiros navais de Gdansk e levou à fundação do sindicato «Solidariedade» em setembro, liderado pelo carismático trabalhador das docas Lech Walesa. Recebeu um forte apoio encoberto não só de Washington, onde o conselheiro de Segurança Nacional era de origem polaca, mas também do Vaticano, sob um Papa polaco. Durante o resto da década o país esteve num estado de insurreição nacional-religiosa latente contra o regime comunista e os seus patrocinadores russos. Isto representava uma ameaça mortal para Moscovo. O país era uma almofada estratégica vital para a União Soviética, contribuía com forças cruciais para o primeiro escalão estratégico do Pacto de Varsóvia, albergava numerosos mísseis nucleares táticos e, sobretudo, constituía um elo essencial com o Grupo de Forças Soviéticas da República Democrática Alemã. Sem a Polónia, a posição soviética na Alemanha desmoronar-se-ia (40). Por fim, a União Soviética encorajou o general polaco Jaruzelski a impor a lei marcial em meados de dezembro de 1981, o que manteve a situação controlada de momento.

> As mudanças de governo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 1979-80 conduziram a

uma nova abordagem estratégica. Na sua primeira conferência de imprensa, em fins de janeiro de 1981, o novo Presidente assinalou o abandono da *détente* como «uma rua de sentido único que a União Soviética tem usado para prosseguir os seus próprios fins» (41). Convencido de que Moscovo se tinha aproveitado da fraqueza dos Estados Unidos depois do Vietname, Reagan só queria negociar a partir de uma posição de força. O Presidente, aliás, estava determinado a usar a superioridade económica a longo prazo dos Estados Unidos para pôr o sistema soviético sob uma pressão insuportável e assim forçar Moscovo a um acordo «realista» sobre controlo de armamentos. De modo que o Presidente aumentou maciçamente as despesas em armamento tanto convencional como nuclear. Foi neste espírito que o Presidente entrou nas negociações sobre Forças Nucleares de Teatro de Operações – mísseis de alcance

curto e intermédio – de novembro de 1981, em Genebra. Dezoito meses depois anunciou planos para desenvolver um sistema espacial de defesa antimísseis – a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI – *Strategic Defense Initiative*), logo alcunhada «Guerra das Estrelas» – que seria capaz de impedir as ogivas nucleares soviéticas de atingirem os seus alvos nos Estados Unidos.

> Ainda mais importante do que a pressão militar e económica, contudo, foi a ofensiva ideológica

concertada que Reagan desencadeou contra o bloco comunista. A União Soviética foi rotundamente condenada como o «império do mal». Acima de tudo, o Presidente fez-se paladino dos dissidentes religiosos e políticos e pôs a democracia no cerne da sua grande estratégia. A sua administração acreditava que as democracias eram baluartes eficazes contra o expansionismo soviético. Estava também convencida de que uma cultura política democrática partilhada impediria as nações de se guerrearem umas às outras; na literatura da ciência política isto passou a ser conhecido por teoria da «paz democrática». «Os povos livres», sustentava Reagan, «em que o governo assenta no consentimento dos governados, não iniciam guerras com os seus vizinhos. Os povos livres, abençoados pelas oportunidades económicas e protegidos por leis que respeitam a dignidade do indivíduo, não são tentados pela subjugação dos outros». «A liberdade e a democracia são os melhores garantes da paz», observou noutra ocasião. «A história tem mostrado que as nações democráticas não começam guerras» (42).

> A retórica era importante, mas a administração também tomou medidas ativas para promover

a democracia. O Dia das Nações Cativas – em que os Estados Unidos recordavam os povos da Europa de Leste sob domínio comunista – foi ressuscitado em 1982. Por volta da mesma época, em conformidade com o pedido de Reagan para que se promovesse «a infraestrutura da democracia – um sistema de imprensa livre, sindicatos, partidos políticos, universidades», a Administração supervisionou a constituição em 1983 da Dotação Nacional para a Democracia, com a sua missão de encorajar a difusão do governo representativo no mundo inteiro. Reagan estava decidido a usar a democracia e os direitos humanos para desfazer todo o sistema dos satélites soviéticos. Em abril de 1981, a CIA concluiu um acordo clandestino com o serviço secreto israelita, que pôs a sua extensa rede na Europa de Leste, especialmente na Polónia, ao serviço da nova estratégia. Quando Jaruzelski declarou a lei marcial, Reagan viu a sua

oportunidade. Em princípios de junho de 1982 Reagan já se tinha avistado com o Papa para coordenar uma ajuda secreta ao Solidariedade. Também recrutou a colaboração dos líderes sindicais americanos fortemente anticomunistas da AFL-CIO (Confederação Americana do Trabalho-Confederação das Organizações Industriais). Enquanto a União Soviética estava a ser «sangrada» militarmente no Afeganistão, iria também ser forçada a estar na defensiva na Europa de Leste.

A centralidade da Europa foi ainda mais afirmada por duas crises locais que sacudiram o

sistema de Estados em 1982. Em princípios de abril de 1982, a *junta* argentina, desesperada por escorar a sua posição interna vacilante e resolvida a revalidar a antiga reivindicação nacional de «Las Malvinas», invadiu as Ilhas Falkland e expulsou a minúscula guarnição britânica. Londres acreditava que recuar perante a agressão de uma ditadura danificaria seriamente o prestígio britânico e muito provavelmente encorajaria novos ataques mais perto de casa. «A resoluta defesa da liberdade no Atlântico Sul», sustentou o ministro de Estado para as Forças Armadas, Lorde Blaker, «é diretamente relevante para a defesa da liberdade na Europa. A nossa ação terá encorajado os nossos aliados da NATO e melhorado as perspetivas de paz ao mostrar que quando a sorte é adversa os britânicos estão dispostos a lutar por aquilo em que acreditam» (43). Por esta razão, houve um amplo apoio parlamentar e popular – especialmente do líder trabalhista Michael Foot – quando a primeiro-ministro Margaret Thatcher resolveu enviar uma força naval para expulsar os argentinos (44). Pouco depois, em princípios de junho de 1982, Israel respondeu a uma vaga crescente de ataques palestinos dentro e fora do Médio Oriente invadindo o Líbano para destruir as bases que lá tinha a OLP e estabelecer uma zona tampão no Sul. Depois de um rápido avanço até aos arrabaldes de Beirute, o exército israelita começou a bombardear as suspeitadas posições inimigas da cidade, causando inúmeras vítimas civis. No vale de Bekaa a força aérea bateu-se com jatos sírios e houve também trocas de tiros esporádicas de tanques e artilharia. Na capital libanesa o incidente mais horrendo foi o massacre de mulheres e crianças palestinas por milícias cristãs aliadas a Israel. Yasser Arafat aceitou finalmente retirar-se para Tunes, mas o Estado de Israel não obteve a segurança esperada. A população xiita do Sul e do Nordeste acorreu a aderir à nova milícia patrocinada pelo Irão, o Hezbollah, que jurou expulsar os israelitas de todo o Líbano para depois libertar a Palestina.

Ambas as guerras tiveram implicações de monta para as

superpotências. Inicialmente, a

invasão das Falklands e a determinação da Grã-Bretanha em reconquistá-las causaram embaraço em Washington. A Argentina era um parceiro conceituado na luta contra a subversão soviética na América Latina e a *junta* proporcionava uma instrução útil aos «Contras» nicaraguenses, rebeldes que se opunham ao governo sandinista com inclinações soviéticas da Nicarágua. Alguns dos assessores de Reagan, em particular a sua embaixadora na ONU, Jeanne Kirkpatrick, aconselharam-no contra uma associação muito estreita com o «imperialismo» britânico. No fim de contas, contudo, Londres era um aliado muito mais chegado do que Buenos Aires: o seu apoio na Europa era essencial. O presidente, por conseguinte, depressa se decidiu pelo lado de Thatcher, autorizando o envio de uma ajuda militar vital que facilitou a reconquista das ilhas no verão de 1982; também a França proporcionou à Grã-Bretanha uma assistência vital no campo das informações. De igual modo, os Estados Unidos apoiaram Israel no Líbano porque era um aliado-chave na defesa do Mediterrâneo Oriental. Mais do que qualquer imperativo do Médio Oriente, foi a estratégia *europeia* que foi decisiva aqui. Quando os Estados Unidos estabeleceram em 1983 um novo comando unificado para o Médio Oriente – CENTCOM – Israel continuou a fazer parte, a par de Egito, Turquia, Síria e Líbano, do velho Comando Europeu dos Estados Unidos (o USEUCOM). Além disso, os números da ajuda dos Estados Unidos a Israel, apenas cerca de 10 % da que era enviada à Alemanha, durante a Guerra Fria, mostravam por si as quais as prioridades americanas (45).

Moscovo via-se agora, como Gromyko avisou os ministros dos Estrangeiros do Pacto de

Varsóvia, em princípios de abril de 1983, «cercada» por inimigos na Europa, no Extremo Oriente e no oceano Índico. Preocupava-a particularmente o crescente poderio do *Bundeswehr* alemão. Por esta razão, na reunião do Pacto de meados de outubro, em Berlim, acordou-se «usar todos os meios disponíveis para evitar que a NATO [alcance] superioridade militar» (46). Moscovo instalou um número cada vez maior de mísseis de alcance intermédio na frente central. Acenou aos governos europeus ocidentais, especialmente à acossada coligação de Schmidt em Bona, com laços económicos mais apertados e um regresso à *détente*. Qualquer força com possibilidades de enfraquecer a coesão ocidental, como o Sindicato Nacional dos Mineiros britânico, o Partido Trabalhista, vários grupos de políticos de esquerda, os que faziam campanha pelo desarmamento nuclear e luminárias do Partido dos Verdes como Petra Kelly e Gert Bastian,

eram apoiados com financiamento oculto (47). A SDI – Iniciativa de Defesa Estratégica –, contudo, encheu de desespero a elite soviética. Se tivesse êxito, o projeto transformava por completo o quadro temporal dentro do qual teria lugar uma confrontação nuclear. O ataque, temia um general soviético, «poderia chegar em nanossegundos. Consequentemente, o estado-maior general soviético não teria tempo de tomar qualquer decisão». Ameaçava cercar a União Soviética, que já estava rodeada pela NATO e pela China Vermelha, também a partir do espaço (48).

Tudo isto alargava as brechas que já existiam na aliança ocidental. Tal como Carter, Reagan

era muitas vezes depreciado em privado – e às vezes em público – pelos líderes europeus como «ingénuo». Desta vez, porém, a preocupação não era tanto a de que fosse iludido pela União Soviética como a de que o seu robusto anticomunismo pudesse provocar uma conflagração global. No mínimo, muitos europeus, os alemães mais do que quaisquer outros, temiam que o absolutismo moral de Reagan pusesse em risco os ganhos «práticos» da *détente*. Schmidt, em particular, pasmava com a ignorância de Reagan sobre os assuntos europeus e temia que o desdém inicial do Presidente por novas conversações sobre a limitação de armamentos o expusesse aos manifestantes antinucleares internos. Havia também tensão por causa da construção de um gasoduto destinado a transportar gás natural soviético para a Europa Ocidental. Era um projeto que os americanos – aludindo aos perigos estratégicos de uma dependência energética da Rússia – queriam ver liquidado, ao mesmo tempo que vendiam a Moscovo, a preços reduzidos, milho subsidiado. Mais importante ainda, Bona chocou com Washington a respeito do seu apoio ao Solidariedade, um movimento que os alemães consideravam uma ameaça à *détente*. A SDI era mais um abalo: os europeus não tinham sido consultados sobre o programa e não havia qualquer referência à extensão à Europa do escudo contra mísseis (49). Os alemães, especialmente, temiam que a SDI – ao proteger apenas o território americano – pudesse «desemparelhar» a segurança dos Estados Unidos da da Europa e assim deixá-los mais vulneráveis a um ataque.

A «Segunda Guerra Fria» e as diferenças transatlânticas sobre como lidar com ela inspirou

uma nova ronda de integração e cooperação na Europa Ocidental. A Grécia foi admitida na CEE em 1981, expandindo a Comunidade até ao Mediterrâneo Oriental; Espanha e Portugal aderiram cinco anos depois. A ameaça soviética também estimulou uma nova fase da

colaboração política e militar franco-alemã. Em 1983 Paris promoveu uma Iniciativa de Defesa [espacial] Europeia (EDI), batizada EUREKA, destinada a contrabalançar a SDI de Reagan. Em fevereiro de 1984, o Parlamento europeu adotou um Projeto de Tratado sobre a União Europeia, destinado a reformar as instituições da Comunidade e «a preservar [assim] a paz e a liberdade por meio de uma união cada vez mais estreita». Quatro meses mais tarde os franceses lançaram uma iniciativa para incutir nova vida na União da Europa Ocidental, o defunto braço militar do processo de integração europeia. Margaret Thatcher, pelo seu lado, procurava usar a Comunidade para promover a visão de uma Europa de comércio livre. No Conselho da Europa de junho de 1985, em Milão, apoiou os planos de «cooperação política» – «o que, em inglês normal, quer dizer política externa» – por causa da «necessidade de solidariedade europeia nos tratos com o bloco de Leste» (50), especialmente em relação à defesa da Alemanha. O resultante Ato Único Europeu foi acordado em finais de 1985 e assinado em fevereiro do ano seguinte. Simplificava a tomada de decisões na CEE, um gesto para com Londres, e fortalecia a Cooperação Política Europeia, de acordo com os desejos de Paris e Bona.

> Economia neoliberal internamente e uma robusta defesa da liberdade fora de portas

revelaram-se uma fórmula ganhadora para Thatcher e Reagan. A oposição trabalhista dilacerou-se a respeito da questão da defesa. Aqui não era tanto o seu patriotismo que estava em dúvida – o seu líder, Michael Foot, tinha adotado uma linha dura para com a *junta* argentina a propósito das Falklands – como o seu entendimento da segurança europeia. O manifesto trabalhista na campanha eleitoral de 1983, em que o partido se comprometia com o desarmamento nuclear unilateral e a saída da Comunidade Económica Europeia, foi descrito pelo deputado trabalhista Gerald Kaufman como «a mais longa carta de suicídio da história». Thatcher teve uma vitória esmagadora, como era de esperar. Nos Estados Unidos, Reagan fez da defesa uma questão central da sua bem-sucedida campanha de 1984 pela reeleição. A aliança anglo-americana em prol de uma geopolítica democrática estava pronta a continuar por mais quatro anos.

> Foi na Alemanha, contudo, que se travou a verdadeira batalha nacional sobre estratégia geral.

Enquanto o *Bundestag* não ratificasse a decisão da «dupla via», os mísseis Cruise e Pershing não podiam ser instalados e toda a estratégia da NATO estava em suspenso. Schmidt batalhou para convencer o seu

partido e o seu público. A oposição popular à instalação, porém, foi crescendo regularmente. Em outubro de 1981 juntaram-se em Bona uns 300 000 manifestantes; durante as «Marchas da Páscoa» de 1982 cerca de meio milhão de pessoas compareceram na manifestação. Schmidt foi perdendo gradualmente o controlo do seu próprio partido, que tendia cada vez mais para um reatamento incondicional da *détente* e o desarmamento nuclear unilateral. Jovens sociais-democratas como Oskar Lafontaine rejeitavam por completo o conceito da dissuasão e sustentavam que a Alemanha estava obrigada por motivos históricos a prosseguir uma política exclusivamente pacífica. Em 1982, os parceiros de coligação de Schmidt, os Democratas Livres (FDP) liberais, preocupados com a deriva esquerdista do Governo, particularmente em matéria de política de defesa, abandonaram o navio e entraram num acordo com a oposição. O novo chanceler, Helmut Kohl, estava bastante empenhado na instalação dos mísseis, como na sua maior parte estava a sua União Cristã-Democrática, bem como o líder liberal Hans-Dietrich Genscher, que se manteve como ministro dos Estrangeiros. Em março de 1983, a nova coligação obteve uma convincente vitória eleitoral, embora o país continuasse profundamente dividido em matéria de defesa. Em novembro de 1983, o *Bundestag* já tinha dado o seu acordo à instalação dos mísseis Cruise e Pershing II se as negociações não produzissem um compromisso satisfatório. A tentativa soviética para separar Bona da aliança da NATO tinha fracassado.

> Na União Soviética, a turbulência internacional dos primeiros anos 1980 tinha favorecido

inicialmente os «falcões». Quando Brejnev morreu foi substituído pelo antigo líder do KGB Iuri Andropov. Quando este faleceu em fevereiro de 1984, o seu sucessor, Konstantin Chernenko, persistiu na estratégia existente, até ser por sua vez substituído por Mikhail Gorbachev, pouco mais de um ano depois. Sob a superfície, contudo, havia bastante ansiedade entre as elites e o público de todo o Pacto de Varsóvia. Além disso, apesar dos números públicos otimistas de produção, a economia soviética estava estagnada havia uma década; a população russa tinha sido reduzida pelo comunismo a um conjunto de alcoólicos apáticos e pouco dados ao trabalho (51). A distância entre capitalismo e comunismo, que tinha parecido estreitar-se nos anos 1960, estava a crescer outra vez. Não era claro por quanto tempo podia ser suportado o enorme custo do armamento. Além disso, a deterioração das relações com o Ocidente significou que os cidadãos soviéticos passaram grande parte dos primeiros anos de 1980 num estado de psicose de guerra que ainda mais minou o moral nacional.

> Por meados da década a grande estratégia de Brejnev era um beco sem saída. O Exército

Vermelho permanecia atolado no Afeganistão, que se tinha tornado – no dizer do novo líder Gorbachev, em fevereiro de 1986 – uma «ferida a sangrar» (52). Havia descontentamento generalizado entre os soldados recrutados para lá combater e nas suas famílias; nas repúblicas da Ásia Central soviética, assistia-se a um refluxo de fundamentalismo islâmico (53). Na Europa, a superioridade tecnológica ocidental estava a tornar-se cada vez mais penosamente óbvia, nas «armas inteligentes» das forças convencionais da NATO, na Iniciativa de Defesa Estratégica e, em termos mais gerais, na «revolução do microprocessador» que revigorou as economias industriais avançadas. As tentativas pertinazes para desligar a Europa de Washington tinham falhado. Os temidos mísseis Cruise e Pershing II estavam instalados e em 1985 o Governo alemão tinha até aderido ao SDI. O Solidariedade e outros grupos dissidentes eram uma ferida purulenta no Leste da Europa e, cada vez mais, na própria União Soviética. Acima de tudo, a economia soviética era entravada por uma planificação central ineficiente, preços baixos do petróleo (graças aos sauditas), corrupção e incompetência generalizadas (54). A União Soviética já não estava economicamente em posição de sustentar as exigências do Exército Vermelho e de uma gama variada de aliados necessitados da Europa de Leste e do Terceiro Mundo (55). Era preciso uma nova abordagem.

> A União Soviética reagiu ao declínio estratégico como os Estados competitivos sempre

fizeram, através de um programa de reforma interna (56). No seu primeiro discurso como líder Gorbachev anunciou a sua intenção de manter «a paridade militar-estratégica com uma NATO agressiva» (57). Como os modernizadores czaristas de outros tempos, a primeira preocupação de Gorbachev não foi a liberalização económica, os padrões de vida do povo ou a democratização, mas sim o atraso tecnológico e o baixo crescimento económico. O que era inovador na sua abordagem, contudo, era que não concebia a mudança interna apenas como meio de aumentar o poder externo através de uma maior mobilização militar. Em vez disso, Gorbachev procurava expor e corrigir abusos no que considerava um sistema basicamente justo. Esperava também que uma atitude mais conciliatória para com os dissidentes diminuísse a terrível vituperação internacional que a União Soviética vinha recebendo em matéria de direitos humanos desde meados dos anos 1970 (58). Gorbachev proclamava agora uma política de reconstrução (*Perestroika*) – uma «aceleração (...)

revolucionária do desenvolvimento socioeconómico e cultural da sociedade soviética» – e abertura (*Glasnost*). Uma maior liberdade de expressão, acreditava Gorbachev, mobilizaria a *intelligentsia* e reduziria a incompetência e a corrupção. Foram postos em liberdade dissidentes, a repressão policial foi muito afrouxada, emergiram grupos de direitos civis, houve um ressurgimento da Igreja Ortodoxa russa e uma esfera pública vibrante mudou-se da clandestinidade para campo aberto. A estrutura dos ministérios foi simplificada e tornada mais eficiente. Os líderes partidários mais antigos, esclerosados e venais foram despedidos e substituídos por reformistas dinâmicos. Até aqui, porém, não se falava de democracia. De maneira bastante parecida com a velha NEP leninista, Gorbachev estava a promover a modernização económica para fortalecer o Estado sem uma concomitante participação política.

> Na cena internacional, Gorbachev falou uma nova linguagem, não apenas de *détente* mas de

interdependência. O novo líder soviético convidou o Ocidente a reatar as negociações sobre controlo de armamentos, na condição de que os Estados Unidos pusessem na prateleira a SDI, e começou a retirar do Terceiro Mundo. Em cenários cruciais, no entanto, a estratégia inicial de Gorbachev refletia a geopolítica soviética tradicional. Reforçou a campanha no Afeganistão. Na Europa, o líder soviético aumentou a instalação de armas nucleares. Procurou dividir a aliança ocidental visitando Paris na sua primeira viagem ao estrangeiro como Secretário-Geral, em outubro de 1985. A principal preocupação da estratégia de Gorbachev, contudo, era que a RDA e talvez todo o Comecon estavam à beira da derrocada económica. Tornava-se, por conseguinte, uma questão urgente espalhar a *Perestroika* no bloco de Leste, a fim de o tornar mais resistente à pressão de baixo. Ao mesmo tempo, Moscovo tinha de se haver com a crescente importância de Bona. «A Alemanha Ocidental (...) goste-se ou não – e quer gostem ou não os seus aliados da NATO», argumentava Gorbachev, «é um peso enorme na balança de poder mundial e o seu papel nos assuntos internacionais crescerá». «Sem a Alemanha», repetiu uma e outra vez, «não podemos ter uma verdadeira política europeia» (59). Era assim necessário um *rapprochement* entre Bona e Moscovo, mantendo em reserva o «trunfo» da unificação alemã (60). Ao mesmo tempo, Gorbachev acreditava que o crescimento de uma nova cultura política de colaboração tornava menos agudos os temores tradicionais do poderio alemão. Em abril de 1989, Vyacheslav Dashichev, um reformista e especialista em política internacional, redigiu um memorando intitulado «O conceito do “Lar Comum Europeu” e a Questão Alemã», o qual admitia que a RDA estava nas últimas e

contava com Bona para financiar a sua radical reforma económica e política antes que fosse derrubada por manifestações de massas. «Uma coisa é clara», sustentou uns meses mais tarde Aleksandr Yakovlev, a mais potente voz reformista no Politburo, «têm de existir Estados democráticos e pacíficos no coração da Europa, nos territórios alemães, não Estados que estejam a aumentar os seus arsenais». A integração ou, pelo menos, a cooperação europeia era uma parte essencial deste processo. «Os países europeus», profetizava Yakovlev, «terão um parlamento comum, assuntos comuns e relações comerciais; as fronteiras estarão abertas». Se se puder construir um «Lar Comum Europeu», continuava, e «se conseguir criar uma associação económica que funcione, se conseguir seguir os interesses sociais dos trabalhadores, então merece o nosso interesse e estamos dispostos a cooperar com a Europa» (61). A Rússia estava a candidatar-se, efetivamente, a juntar-se de novo a uma Europa que tinha resolvido a Questão Alemã.

> Na Europa Central, a *Glasnost* possibilitava a emergência de uma geopolítica popular. O

público alemão depressa se viu tomado da «Gorbymania» – uma fé messiânica na capacidade do líder para lhe oferecer o fim da Guerra Fria que de tal maneira tinha dominado as suas vidas (62). O seu conceito de um Lar Comum Europeu teve amplo eco. Os historiadores alemães, pela sua parte, começaram a falar mais abertamente sobre a importância da *Mittellage*, a posição central da Alemanha, para a compreensão da sua traumática história (63). Intelectuais húngaros, polacos, checos, romenos, eslovenos, croatas e até lituanos iniciaram um animado intercâmbio com os seus homólogos austríacos e alemães sobre o conceito de *Mitteleuropa* (64). No Leste e no Sudeste da Europa, em contraste, o declínio do comunismo como ideologia integrativa levou a um ressurgimento do nacionalismo. Estónios, letões, lituanos, georgianos, azeris, arménios, centro-asiáticos e até os ucranianos começaram a agitar-se. Ao mesmo tempo, a *Glasnost* libertou o génio nacionalista (65). Os regimes comunistas dos Balcãs até cooptaram o nacionalismo como nova ideologia legitimadora. Na Roménia, Nicolae Ceaușescu procurou o confronto com a substancial minoria húngara, cujas aldeias transilvânicas e do Banato foram destacadas para receber particular atenção na campanha de «sistematização» rural. Na Bulgária, o regime virou-se contra a população turca local em fins de 1984 e forçou-a a mudar os nomes, restringiu o seu uso da língua turca e fechou mesquitas, tudo em nome de exterminar uma alegada «quinta-coluna» de «terroristas» e «separatistas». Na Jugoslávia, o líder sérvio Slobodan Milošević ascendeu ao poder com uma agenda nacionalista sérvia.

> Depressa se tornou claro que a primeira fase da *Perestroika* tinha em grande parte falhado em

atingir os seus objectivos, tanto internamente como no exterior. As reformas económicas não foram suficientemente radicais para aumentar a produtividade. Graças ao êxito da *Glasnost*, além disso, estes fracassos já não podiam ser ocultados e eram amplamente discutidos. As esperanças de que os aliados do Pacto de Varsóvia, especialmente Honecker, abraçariam a *Perestroika* foram desiludidas. Na frente internacional, Gorbachev estabeleceu boas relações de trabalho com o Presidente de França, François Mitterrand, e com Thatcher, que já o tinha declarado um homem com quem se podia negociar. Crucialmente, porém, pouco adiantou com a sua principal presa, o chanceler Kohl, que inicialmente desconsiderou o líder soviético como um propagandista «como Goebbels». Também Reagan foi inicialmente cético, até porque Gorbachev intensificara a guerra no Afeganistão. Em 1986 Washington autorizou o envio aos *mujahedin* de mísseis antiaéreos portáteis Stinger. Além disso, Reagan recusou persistentemente pôr na prateleira a temida SDI como pré-condição para um acordo de limitação de armamento. O líder soviético foi obrigado a reconhecer que estava a perder a corrida aos armamentos. Pior ainda, a Alemanha Ocidental ainda estava para realizar todo o seu potencial militar. Em outubro de 1986, Gorbachev preveniu o Politburo de que a União Soviética «será levada a uma corrida aos armamentos que está para além das nossas possibilidades e vamos perdê-la porque estamos no limite das nossas capacidades. Além disso, podemos esperar que o Japão e RFA [República Federal da Alemanha] possam muito em breve juntar-se ao potencial americano (...) Se começar um novo assalto, a pressão sobre a nossa economia será incrível» (66).

> Gorbachev enveredava agora por reformas internas e iniciativas diplomáticas ainda mais

radicais. Começou a falar da necessidade de uma democratização a fundo do Partido Comunista e da União Soviética. «Precisamos de democracia como do ar que respiramos», declarou por várias vezes (67). Gorbachev não estava a planear, nesta fase, uma democracia no sentido ocidental: o seu plano era regressar aos princípios bolcheviques básicos pela revitalização dos sovietes e a injeção de mecanismos eleitorais no Partido Comunista (68). Em todo o caso, Gorbachev estava a alargar a participação política para salvar o Estado da estagnação permanente e torná-lo mais forte na cena internacional. Em política externa, Gorbachev, desesperado por chegar a um acordo antes de ser avassalado por uma nova geração de

armamento da NATO, deixou cair a sua insistência em que Reagan devia abandonar a SDI. Chegou rapidamente a um acordo com os Estados Unidos na Cimeira de Washington de princípios de dezembro de 1987 sobre a abolição na Europa de todas as armas nucleares de alcance intermédio (Tratado INF). Gorbachev resolveu também retirar do Afeganistão, uma decisão já tomada, mas anunciada publicamente em princípios do ano seguinte (69). Nada disto, contudo, resolvia o verdadeiro problema, que era o progressivo desmoronamento da posição soviética na Europa de Leste, mais obviamente na Polónia, mas mais perigosamente na Alemanha de Leste. Desde 1987 que os especialistas soviéticos estavam a profetizar o colapso iminente do seu aliado.

> Não era apenas em Moscovo, todavia, que a reemergência da Questão Alemã estava a causar

preocupação. Tendo crescido à sombra da Segunda Guerra Mundial, Margaret Thatcher partilhava as preocupações de muitos dos seus compatriotas acerca da Alemanha, em geral, e do crescimento da República Federal em particular. A ressurreição do eixo Paris-Bona sob Kohl e Mitterand e a sua criação de um «Eurocorps» conjunto não contribuíam para a tranquilizar. Esta ansiedade fundia-se no seu espírito com a hostilidade a um Presidente da Comissão Europeia cada vez mais ativista – e na opinião dela *dirigiste* – chamado Jacques Delors (70). Os ministros britânicos começaram a referir-se ao «estatuto de ilha» da Grã-Bretanha e ao «fosso» shakespeariano do Canal com modos que não se viam há décadas (71). Thatcher temia a perda de soberania britânica e a perspetiva de uma preponderância alemã, diretamente ou por procuração europeia. Ao fim da década, por conseguinte, Thatcher tinha acabado por ver a União Soviética como garante do equilíbrio europeu. «Não queremos uma Alemanha unida», disse ela a Gorbachev. «Isso levaria a uma alteração das fronteiras do pós-guerra e não podemos permiti-lo porque uma tal evolução minaria toda a situação internacional e faria perigar a nossa segurança» (72).

> Em Bona, o alívio das tensões com a União Soviética causou novas pressões dentro da aliança

da NATO. Os alemães ocidentais ofenderam-se por Reagan não os ter consultado a respeito do Tratado INF e preocupava-os que a abolição das armas de alcance intermédio pudesse conduzir a uma maior ênfase nos restantes mísseis de curto alcance, como os Lance. O velho espetro do «desemparelhamento» voltou. Era uma questão à volta da qual esquerdistas e direitistas podiam unir-se. «Quanto mais curto o

alcance», observou memoravelmente o velho nacional-conservador Alfred Dregger, «mais mortos os alemães». Parecia que a Alemanha não conseguia escapar às implicações da *Mittellage*. Em termos mais gerais, o crescimento da «Gorbymania» entre o público tornava a militarização da sociedade alemã ocidental cada vez mais difícil de sustentar. A população começou a resmungar cada vez mais a respeito dos voos rasantes da aviação da NATO em exercícios, do tratamento dos locais durante as manobras militares e da conversão de grandes faixas da Planície do Norte da Alemanha em pistas de treino para tanques. O próprio êxito da organização em manter em respeito o Pacto de Varsóvia e a ditadura comunista parecia tê-la tornado supérflua.

> O verão de 1988 viu o início de uma série de transformações internas e geopolíticas

entrelaçadas que transformariam por completo a paisagem territorial e ideológica da Europa (73). À medida que começava a retirada soviética do Afeganistão os jihadistas debatiam o que iriam fazer a seguir. Em agosto de 1988 os combatentes internacionais mais influentes juntaram-se para formar aquilo a que mais tarde se chamaria al-Qaeda («a base»), que se destinava a ressuscitar o califado e a combater a aliança sionista-americana (74). Alguns dos seus membros, como Abdullah Azzam, argumentavam que tinha chegado a hora de levar a luta ao próprio Israel, usando o Afeganistão como uma «base sólida» para as operações jihadistas (75). Afação dominante, chefiada por Ayman al-Zawahiri, insistia na necessidade de consolidar a sua posição no Afeganistão. Em vez de confrontar os judeus directamente, a al-Qaeda decidiu ajudar as várias fações de *mujahedin* a subjugar o regime comunista afegão de Najibullah a fim de criar uma «base» a partir da qual atacar os aliados da América no Médio Oriente e em última instância o «inimigo distante», os próprios Estados Unidos (76). Na Palestina, sinais crescentes de que a OLP estava a planear alguma espécie de acomodamento com Israel levaram à criação do Hamas, uma ramificação da Irmandade Muçulmana. Os seus estatutos – publicados em meados de agosto de 1988 – fundiam a judeofobia islâmica tradicional, o irredentismo palestino e um antissemitismo moderno de estilo europeu. «A nossa luta contra os judeus [sic]», anunciava a introdução, «é muito grande e muito séria». Baseando-se nos «Protocolos dos Sábios de Sião», o Hamas alegava que os judeus tinham estado por trás da Revolução Francesa, da Revolução Russa, da Declaração Balfour, da destruição do califado depois da Primeira Guerra Mundial, da criação da Sociedade das Nações, «através da qual

poderiam governar o mundo» e da Segunda Guerra Mundial. «Não há nenhuma guerra em curso seja onde for», sugeria o documento, «em que não esteja a mão dos judeus».

De momento, porém, todos os olhos estavam postos em Gorbachev. O líder soviético sabia que

já simplesmente não podia permitir-se sustentar a requerida postura militar global. Teria de ser reduzida, especialmente na Europa de Leste e Central, que era a maior verba da despesa militar. O custo punitivo de se manter a par dos programas de armamento de Reagan forçou Moscovo a começar a afrouxar o seu domínio. Em dezembro de 1988, por conseguinte, Gorbachev anunciou que a União Soviética cortaria unilateralmente as suas forças em 500 000 homens, principalmente na Europa de Leste, e retiraria todos os mísseis nucleares de curto alcance. Gorbachev também deu a entender publicamente que permitiria aos países do Pacto de Varsóvia seguirem o seu próprio caminho. A Doutrina Brejnev estava morta. Nesse mesmo mês deu início a um programa de reformas ainda mais radicais para mobilizar a população em apoio da *Perestroika*, estabelecendo um Congresso de Representantes do Povo, de que dois terços seriam eleitos por voto secreto. Podiam apresentar-se candidatos independentes desde que o seu programa não «contradissesse a Constituição ou as leis da União Soviética», mas esta estipulação revelou-se na prática impossível de fazer cumprir (77). Na Polónia, a renovada agitação forçou o Governo a anuir a «uma mesa redonda» de conversações com o Solidariedade e a consentir, não muito depois, eleições livres.

O vácuo ideológico e geopolítico que se abria agora na Europa Central e de Leste foi

rapidamente preenchido por uma revolução democrática cujas ondas varreram todo o Pacto de Varsóvia no decurso de 1989. Em fins de março de 1989 as eleições para o Congresso soviético dos Representantes do Povo fizeram entrar uma vaga de representantes radicais determinados a levar por diante o trabalho da *Perestroika.* Os nacionalistas arrasaram no Báltico, onde daí por diante até os líderes comunistas locais se viram remetidos para uma posição de confronto com Moscovo. Por volta da mesma altura, os comunistas húngaros concordaram em realizar eleições. Em junho de 1989, o Solidariedade desfez absolutamente o Partido nas eleições, o que levou a negociações para a transmissão do poder na Polónia. Nesse mesmo mês, alarmado com o crescimento do ativismo democrático no país e o retraimento global do comunismo, o Governo chinês lançou uma

brutal repressão sobre os manifestantes da Praça Tiananmen. Na Alemanha de Leste, na Checoslováquia, na Roménia e na Bulgária, os líderes do Partido não sabiam ao certo se os ventos vindos de Moscovo representavam uma mudança de política permanente ou se eram apenas um «desvio» temporário – como muitos que tinham visto no passado. Honecker anunciou que o Muro de Berlim se manteria de pé por mais cinquenta ou até cem anos. Ceauşescu, que em qualquer caso fazia a sua própria lei, também se barricou. A questão, agora, era: sem o Exército Vermelho ao seu dispor e a Polónia para todos os efeitos «perdida», iriam as lideranças leste-europeias ceder ou tentar uma solução «chinesa»?

> Em fins de junho de 1989, as autoridades húngaras levaram as coisas a um ponto crítico ao

abrirem a sua fronteira com a Áustria. Dado que os cidadãos do Pacto de Varsóvia podiam ir livremente à Hungria de férias, milhares de turistas leste-alemães aproveitaram a oportunidade para fugir para o Ocidente. Milhares de outros procuraram refúgio na embaixada da Alemanha Ocidental em Praga. Quando o regime de Honecker lhes permitiu emigrar via RDA, milhares de homens e mulheres desesperados tentaram embarcar nos comboios que se dirigiam para o Ocidente. Em outubro de 1989 grandes multidões saíram para as ruas em Leipzig, Berlim Leste e outras cidades, para exigir reformas. Uma remodelação de última hora na liderança do Partido leste-alemão, substituindo Honecker por Egon Krenz, não acalmou os manifestantes. Em princípios de novembro o regime abriu o Muro provocando cenas de júbilo em massa e depressa entrou em diálogo com a oposição (78). Centenas de milhares de leste-alemães emigraram para a Alemanha Ocidental. Pouco depois, os governos comunistas da Checoslováquia e da Bulgária também desistiram e mesmo no fim do ano Ceauşescu foi linchado numa revolta palaciana que acabou por levar à derrocada da ditadura também na Roménia. A lógica da Emenda Jackson-Vanik tinha feito o seu caminho em todo o Império Soviético. Uma vez concedido o direito a emigrar, o sistema desmanchou-se por si próprio. Brzezinski também vira confirmada a sua razão: o envolvimento soviético no Afeganistão tinha enfraquecido o seu controlo sobre os Estados do Pacto de Varsóvia. «Os verdadeiros libertadores da Europa de Leste», escreveu o russo Andrei Piontkovsky, ativista democrático e analista estratégico, «não foram tanto os pensadores dos corredores do Kremlin como os *mujahedin* nas montanhas do Afeganistão» (79).

> O vírus democrático-nacionalista começou agora a sua mutação no corpo político comunista.

Em março de 1990, os democratas-cristãos conservadores obtiveram uma rotunda vitória nas eleições da Alemanha de Leste, pondo fim a qualquer hipótese de que a RDA pudesse sobreviver como Estado independente. Houve enormes manifestações em favor da unidade alemã: «Somos um só povo», entoavam as multidões. Por volta da mesma altura os lituanos fizeram uma declaração unilateral de independência, seguidos não muito depois pela Letónia e pela Estónia. Uma intervenção militar soviética pôs fim abruptamente a essas aspirações, mas não por muito tempo. O Exército Vermelho já era presa de uma profunda crise ideológica de identidade que o tornava um instrumento muito incerto de manutenção do poder soviético, tanto interna como externamente (80). Em junho desse ano o Partido Comunista Soviético foi deposto como partido oficial do governo. Um mês depois radicais cruciais como Boris Yeltsin e Anatoly Sobchak demitiram-se da organização. Por meados de julho de 1990, tanto a própria Rússia como a Ucrânia tinham declarado a sua soberania, pondo em dúvida toda a União. Entretanto, o Partido Comunista da Jugoslávia dividira-se nas suas partes constitutivas em 1990 e as primeiras eleições livres, em abril, levaram os nacionalistas ao poder na Eslovénia e na Croácia, enquanto na Sérvia Slobodan Milošević guiou a candidatura nacionalista à vitória nas urnas, em dezembro de 1990. Só na Bósnia e na Macedónia houve elementos substanciais empenhados em conservar intacta alguma espécie de federação.

> A revolução democrática de 1989-90 precipitou uma crise no sistema de Estados europeu.

Logo no topo da agenda estava a Alemanha (81). O chanceler Kohl tomou a iniciativa em finais de novembro de 1989, com o anúncio de um programa de «dez pontos» para «superar a divisão da Europa e a divisão da Alemanha». Previa uma confederação dos dois Estados alemães «com o objetivo de criar uma federação» e a seu devido tempo uma Alemanha unificada. Isto havia de ser «embutido» no diálogo leste-oeste e no processo de integração europeia. «A CE» [comunidade económica], sustentava Kohl, «não pode acabar no Elba; antes, tem de manter abertura na direção de leste» a fim de «servir como alicerce de uma unificação europeia realmente completa». A urgência de Kohl era ditada por dois fatores. Antes de mais nada, havia que lidar com a vaga de refugiados da Alemanha de Leste: havia o verdadeiro perigo de que todos os alemães acabassem reunidos no solo da República Federal. Em segundo lugar, o chanceler tinha plena consciência da precária situação interna de Gorbachev e do facto de que as suas mudanças podiam ser revertidas a qualquer momento tal como tinham sido as de anteriores reformadores. Procurou por conseguinte tirar proveito do que podia ser apenas uma muito

pequena janela de oportunidade.

> A derrocada da RDA e a iniciativa de Kohl causaram consternação em todas as capitais da

Europa. Um dia depois de o Muro ir abaixo, Gorbachev preveniu George Bush de que as declarações «emocionais» vindas da Alemanha Ocidental representavam uma «rejeição implacável das realidades do pós-guerra, ou seja, a existência de dois Estados alemães», ameaçando provocar uma «destabilização (...) não só da Europa Central, mas também em mais larga escala» (82). Os governos britânico e francês também se opunham firmemente à unificação alemã, que acreditavam que transtornaria o equilíbrio de poder na Europa. O mesmo pensavam os novos governos democráticos da Polónia e da Checoslováquia, que estavam apreensivos com as exigências alemãs de revisão de fronteiras e de regresso de refugiados. Ao longo dos meses seguintes, estas potências procuraram maneiras de evitar, ou pelo menos retardar a unificação das Alemanhas Ocidental e de Leste. Gorbachev declarou por várias vezes que não a aceitaria. O Presidente francês fez mesmo uma viagem especial à RDA com o fim de fortificar o Governo de Hans Modrow na sua resistência a uma absorção rápida pela República Federal. Os polacos tentaram insistir em ser consultados a respeito de qualquer solução. A oposição talvez mais sustentada veio, porém, de Margaret Thatcher, que acreditava que a Alemanha «dominaria, uma vez mais, toda a Europa» (83). Convocou uma conferência especial de peritos na residência de campo do primeiro-ministro em Chequers para que lhe explicassem se se podia «confiar» numa Alemanha unida.

> A atitude americana revelou-se decisiva (84). Washington inclinou-se cedo e claramente a favor

da unificação alemã na esperança de estabelecer uma boa relação de trabalho com o novo Estado. A principal preocupação da Administração americana depois de terem sido levantadas as barreiras era, na verdade, garantir que essa unidade não estilhaçasse a coesão da Aliança Atlântica e assim viesse a possibilitar a realização de um importante objetivo soviético por portas travessas. Por esta razão o Departamento de Estado indicou em meados de novembro que «os Estados Unidos deveriam apoiar a autodeterminação alemã sem patrocinar um seu resultado específico», estipulando apenas que «a unificação deva ser pacífica e gradual», que deveria respeitar todas as outras fronteiras existentes e ser «consistente com a participação da Alemanha na NATO e na Comunidade Europeia» (85).

Em fins de maio de 1990, o líder soviético cedeu finalmente quanto à unidade alemã. Moscovo

continuava desesperada, contudo, para «resolver» a Questão Alemã e aferrolhar o novo gigante na prisão de um quadro europeu. Para o Kremlin, a «Europa» e a Questão Alemã eram uma e a mesma coisa; «não podem ser divorciadas uma da outra», sublinhou Gorbachev a Bush (86). Foram dadas garantias em privado de que a NATO não se expandiria mais para leste (87). A França também se submeteu e Thatcher acabou por fazer o mesmo. A República Federal e a RDA proclamaram uma união monetária em princípios de julho. Nesse mesmo mês Kohl e Gorbachev, na famosa Cimeira do Cáucaso, acordaram os pormenores, entre os quais não era de somenos importância uma substancial ajuda financeira da Alemanha Ocidental à enfermiça economia soviética. A fronteira do Oder-Neisse com a Polónia foi explicitamente reconhecida depois de alguma hesitação causada pela corte feita por Kohl aos refugiados. Em princípios de outubro de 1990 a Alemanha foi unificada, continuando a ser membro da NATO. Um mês depois a União Soviética, os Estados Unidos e as potências europeias acordaram o Tratado das Forças Convencionais na Europa (FCE), no quadro do CSCE. Este reduzia imenso o número de forças americanas e soviéticas estacionadas na Europa. Todas as tropas russas tinham de sair da Alemanha até 1994 (88). Após mais de quarenta anos de partição, o centro europeu tinha sido reconstituído e pacificado.

A reunificação da Alemanha, a reorganização da Europa Central e de Leste e o consequente

salto em frente na integração europeia tiveram um profundo impacto nas políticas internas de todo o continente. Margaret Thatcher já estava debaixo de fogo pelas suas políticas internas impopulares – especialmente o «imposto comunitário», o *poll tax* – mas o que voltou contra si a máquina do Partido Conservador foi a sua política em relação à Europa e especialmente a sua recusa pertinaz em aderir ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (ERM). O ministro dos Estrangeiros, Geoffrey Howe, um firme partidário da Comunidade, demitiu-se a 1 de novembro no meio de grande controvérsia e a própria Thatcher foi substituída umas semanas depois por John Major. Gorbachev também se viu atacado por causa da política externa, no seu caso por ter permitido a unificação da Alemanha e a perda do Império Soviético na Europa (89). Iégor Ligachev, influente Segundo Secretário do Partido Comunista Soviético, alertou o Politburo para «um novo Munique» (90). No mês de agosto que se seguiu à unificação, um grupo de «falcões» descontentes tentou depor Gorbachev como

primeiro passo de um programa de reafirmação do poder soviético; foram frustrados pela pronta intervenção de Boris Iéltsin, Presidente do Praesidum do Soviete Supremo e líder reformista, e pela falta de disposição do Exército para correr o risco de uma guerra civil. O principal beneficiário da unidade alemã foi, é claro, o chanceler Kohl, que rumou serenamente a uma terceira vitória eleitoral consecutiva em princípios de dezembro de 1990.

> Os anos de 1989-90 marcaram um óbvio ponto de viragem na geopolítica europeia. Os custos

da unificação alemã tiveram um profundo impacto no Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (91), por força do qual a maioria das moedas da Comunidade flutuaria apenas dentro de «bandas» pré-determinadas, a fim de se alcançar a harmonização necessária para a subsequente União Monetária. Depois de alguma hesitação, a Grã-Bretanha aderiu por fim ao ERM em outubro de 1990, ao tempo da unificação alemã. O problema era que as taxas de juro alemãs eram altas, a fim de contrabalançarem a enorme ameaça inflacionária dos custos gigantescos da reunificação. Isto fez pressão sobre as outras economias europeias, em especial a britânica, que se viu forçada a intervir para apoiar a libra contra o marco alemão, com custos enormes para o Tesouro numa altura em que uma taxa de juro baixa era desesperadamente necessária às exportações, enquanto o país escorregava para a recessão. Não eram passados dois anos, os britânicos eram forçados, com efeito, a retirar-se do ERM de maneira humilhante depois de um ataque brutal à libra durante a «Quarta-feira Negra». As relações anglo-alemãs caíram a pique enquanto as duas capitais se entregavam a um «jogo de atribuição de culpas»; Londres achava que as fortes insinuações de meados de setembro de 1992 por parte do poderoso presidente do *Bundesbank*, Helmut Schlesinger, de que a libra estava sobrevalorizada é que tinham desencadeado a especulação (92). Para alguns isto era um augúrio de como o enquadramento concebido para diluir e refrear o poder alemão na realidade o aumentava.

> Quanto ao resto, contudo, a nova Alemanha dava poucos sinais de radicalização interna,

aventureirismo estratégico ou liderança construtiva na Europa (93). Após a Unificação, houve uma breve erupção de xenofobia popular contra os imigrantes, que depressa se esfumou. Os partidos de extrema-direita não tiveram melhores resultados nas urnas da Alemanha unida do que tinham tido antes; não houve nenhum surto de antissemitismo (94). A democracia alemã mostrou-se resiliente (95).

Além disso, o simples custo económico da unificação – que se verificou ser muito mais alto do que previsto – absorveu boa parte da atenção do país durante os primeiros anos de 1990 (96). Os políticos alemães não haviam mostrado interesse em adquirir armas nucleares e a cultura política da República Federal era notavelmente avessa ao ativismo em política externa e à intervenção militar. A RF via-se essencialmente como uma «potência civil». Ao mesmo tempo, o empenho sincero da sua elite em trabalhar através das estruturas multilaterais da aliança da NATO e da União Europeia manteve-se inalterado. A reivindicação de um lugar no Conselho de Segurança, que Washington, Londres e Paris apoiaram como maneira de envolver mais estreitamente a nova potência na gestão dos problemas globais, não foi reiterada com qualquer vigor depois de ter sido bloqueada pelos italianos (97). O país inteiro, como disse um historiador, tinha «medo do poder» e, de facto, do conflito militar (98). «A guerra – aí está uma coisa que deixamos aos americanos» era a opinião maioritariamente prevalecente durante a maior parte da década seguinte (99).

> Em princípios de agosto de 1990 Saddam Hussein invadiu o Kuwait e anunciou a anexação do Emirato. Pior ainda, do ponto de vista ocidental, Saddam parecia à beira de avançar mais para sul, para dentro da Arábia Saudita, uma manobra que lhe daria o controlo de uma enorme proporção das reservas de petróleo mundiais. A família real saudita, rejeitando as ofertas e ajuda de Osama bin Laden e de outros veteranos de regresso da *jihad* afegã, voltou-se para os Estados Unidos em busca de ajuda. Por volta da mesma altura, a Jugoslávia desfez-se. No verão e no outono de 1990 paramilitares sérvios apoiados por Belgrado entraram em choque com a polícia croata. Em junho do ano seguinte a Eslovénia e a Croácia declararam a independência, o que levou a uma guerra entre o Exército Popular da Jugoslávia e as forças territoriais eslovenas. Em finais do verão e no outono de 1991 centenas de milhares de croatas foram expulsos de suas casas pelo Exército Popular e por paramilitares sérvios. Em abril de 1992, no entanto, milícias sérvias e o Exército Popular iniciaram o seu ataque às comunidades croata e bósnia muçulmana no Leste da Bósnia, estendendo a sua intervenção a toda a república. No outono já tinham matado dezenas de milhares de muçulmanos e croatas, expulsado centenas de milhares, sitiado a capital, Sarajevo, e controlavam mais de metade do território da Bósnia-Herzegovina (100). O desenvolvimento mais espetacular era, porém, a desintegração da própria União Soviética. A autoridade de Gorbachev nunca se refez da tentativa de golpe e ele via-se cada vez mais ultrapassado pelas

manobras de um Boris Iéltsin resolvido a governar uma Rússia independente (101). Em princípios de dezembro de 1991, o povo da Ucrânia votou pela independência em referendo. Uma semana mais tarde os chefes das repúblicas constitutivas da União Soviética concordaram em dissolvê-la. Rússia, Bielorússia, Ucrânia, Lituânia, Letónia, Estónia, as repúblicas da Ásia Central e do Cáucaso, tornaram-se todas repúblicas independentes. Confrontado com o *fait accompli*, Gorbachev demitiu-se no fim do mês.

O debate sobre como se devia lidar com estas três crises dominou a geopolítica europeia da

nova década. Depois de alguma hesitação, o presidente Bush resolveu que Saddam Hussein devia ser forçado a retirar do Kuwait. Graças ao apoio de Gorbachev, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu um ultimato ao Iraque para retirar até meados de janeiro de 1991 ou enfrentar a expulsão por «todos os meios necessários». França e Grã-Bretanha enviaram contingentes substanciais; os turcos forneceram as bases. A Alemanha recusou-se a enviar tropas, invocando dificuldades constitucionais (102). Após uma breve campanha aérea e uma guerra terrestre fulminante, Saddam Hussein foi totalmente derrotado pela coligação na operação Tempestade no Deserto (103). Não houve igual consenso sobre como preencher o vácuo deixado na Europa Central e de Leste pela partida dos russos (104). Para muitos europeus, o fim da Guerra Fria era uma oportunidade para romper com o velho sistema de alianças e passar a uma nova relação de colaboração com a União Soviética – e depois com o seu sucessor russo. Esperavam também que uma Europa crescentemente integrada poderia assumir muitas das funções da velha Aliança Atlântica e, assim, emancipar-se gradualmente da tutela americana.

Por conseguinte, a maior parte dos membros da Comunidade Europeia opunha-se inicialmente

à expansão para leste da NATO. Havia a opinião muito generalizada de que a aliança era agora «redundante». A França, em particular, procurou substituir a existente hierarquia dominada pelos Estados Unidos por uma NATO em «duas camadas» em que seriam os europeus a tratar de todas as ameaças à Europa Ocidental a não ser as de mais extrema gravidade (105). Isto relegava de facto a segurança do antigo Império Soviético para o segundo escalão. Londres também rejeitava a extensão da aliança, porque o secretário da Defesa, Malcolm Rifkind, acreditava que não estava em condições de assegurar a segurança coletiva na Europa de Leste. Os alemães, em contraste, pediam o

alargamento da NATO para leste pela óbvia razão de que protegeria o seu próprio flanco e os aliviava do estatuto fronteiriço que tinham tido desde a Segunda Guerra Mundial. Estavam também determinados a que forças estrangeiras, especialmente americanas, permanecessem na Alemanha para garantir a sua segurança e a sua orientação ocidental. A segurança da Europa Central permanecia inseparável da do continente como um todo.

> O debate a respeito da integração europeia era essencialmente entre aqueles que queriam

responder ao colapso do comunismo e à unificação da Alemanha pelo «alargamento» da Comunidade, através da admissão de novos membros, e aqueles que queriam «aprofundá-la», reforçando os laços entre os membros existentes. Os britânicos, que temiam ser dominados pela Alemanha através da Europa e estavam resolvidos a salvaguardar a sua soberania nacional, eram «alargadores» fervorosos, na esperança de retardar uma maior integração (106). Os franceses, não menos ansiosos por conter o crescente poder de uma Alemanha unida, eram firmes «aprofundadores», em particular no referente a questões políticas e militares. Mitterrand opunha-se a alargamentos para leste e manifestava a opinião de que passariam «décadas e mais décadas» antes que acontecessem; propunha em vez disso uma «Confederação Europeia» interina. Os próprios alemães favoreciam tanto o alargamento como o aprofundamento, em parte num espírito de compromisso, em parte porque a sua segurança e a sua prosperidade ficavam mais bem garantidas por uma «Europa» mais ampla e mais coesa e em parte porque compreendiam que a sua própria unificação só seria aceite como parte de um processo mais amplo de integração europeia (107). Um mês apenas depois da queda do Muro, por conseguinte, o Conselho da Europa reuniu em Estrasburgo, em princípios de dezembro de 1989, para tratar das mudanças na Europa Central e de Leste e especialmente do crescimento do poder alemão (108). Concordaram em acelerar o processo de criação de uma moeda única pela criação de uma Conferência Intergovernamental sobre a União Monetária Europeia, que iniciou os seus trabalhos no Conselho de Dublin de fins de junho de 1990. De facto, o marco alemão ia ser sacrificado como preço para acabar com a partição da Alemanha.

> As potências continentais europeias avançaram agora não só com a integração económica, mas

também com a integração política. Em outubro de 1991, Paris persuadiu Bona a criar um corpo militar multinacional «que responda à União Europeia» – o Eurocorps (109). Uns meses depois a Cimeira da

Comunidade Europeia de Maastricht em 1992 instituiu a União Europeia, cujo cerne seria constituído pela futura moeda única e a nova Política Externa e de Segurança Comum. Os Estados-Membros acordaram «apoiar ativamente e sem reservas a política externa e de segurança da União num espírito de lealdade e solidariedade mútuas». Uma vez alcançado este acordo, os Estados-Membros assumiram o compromisso de «se assegurarem de que as suas políticas nacionais estivessem em conformidade com as posições comuns». As decisões haviam de ser tomadas por maioria qualificada dos votos, exceto no caso de algum Estado se opor; a exigência de consenso criava de facto um *liberum veto*, paralisando a capacidade de a «Europa» agir coerentemente na cena internacional. Muitos europeus esperavam agora que a Comunidade deixasse de ser aquilo que o ministro dos Estrangeiros belga, Mark Eyskens, lhe tinha chamado, durante a Guerra do Golfo: «um gigante económico, mas um anão político e um verme militar» (110).

> A Jugoslávia foi o primeiro teste (111). O ministro dos Estrangeiros luxemburguês Jacques Poos

chamou-lhe memoravelmente «A hora da Europa». Uma *troika* de ministros pôs-se em campo para negociar um cessar-fogo entre a Croácia e os seus atacantes sérvios. Os seus esforços e todas as iniciativas subsequentes foram subvertidas pela completa falta de consenso entre os Estados-Membros da UE. Inicialmente todos concordaram em que o melhor era manter a Jugoslávia unida em preparação para a sua eventual incorporação na União; alguns chegaram a ver em Milošević um Lincoln balcânico, tentando impedir a secessão. Uma vez, contudo, que se tornou clara a sua ambição de criar uma «Grande Sérvia», as estratégias divergiram amplamente. O Governo britânico não via que estivesse em jogo um «interesse nacional» premente em pôr fim à limpeza étnica nos Balcãs, temia ser arrastado para uma interminável guerra de guerrilha e, em geral, exibiu grande ceticismo quanto às perspetivas de intervir por motivos éticos e não pragmáticos (112). A França estava determinada a impedir a extensão da Alemanha para sul, em impedir a criação de uma *Mitteleuropa* dominada pela Alemanha (113). No fim de 1991, os alemães intimidaram a Comunidade a reconhecer a Eslovénia e a Croácia, uma manobra que ajudou a pôr termo à guerra na Croácia e não teve reais consequências nos acontecimentos posteriores na Bósnia (114), mas convenceu Paris de que Bona albergava ambições secretas na região. Os gregos simpatizavam abertamente com os sérvios (115). Pela altura em que a Guerra da Bósnia estalou na primavera de 1992, por conseguinte, a única coisa em que todos os Estados europeus concordavam era na necessidade de evitar que o conflito alastrasse,

especialmente para sul, para a antiga república jugoslava da Macedónia, um novo Estado envolvido numa disputa com a Grécia com o potencial de envolver potências regionais que podiam chegar a incluir a Turquia.

> O *coup de grâce* à política comum europeia foi dado pela completa falta de qualquer

capacidade coletiva de a fazer cumprir. Grã-Bretanha e França, como vimos, tinham a capacidade militar necessária, mas recusaram-se a intervir contra Milošević. A Alemanha invocou impedimentos constitucionais a uma atuação militar na área da NATO e invocou a «Doutrina Kohl», pela qual a Alemanha estava proibida de empreender ações militares em qualquer país que tivesse sofrido a ocupação nazi durante a Segunda Guerra Mundial. Auschwitz tornou-se um argumento para consentir limpezas étnicas. De uma ou de outra maneira, a «Europa» revelou-se totalmente desdentada. Em resultado desta penosa impotência militar coletiva, os mediadores da UE foram muito simplesmente humilhados por Slobodan Milošević e pelas milícias sérvias. Acidade barroca de Vukovar, na Eslavónia Oriental, foi completamente arrasada, a cidade portuária de Dubrovnik, notável pela sua arquitetura, foi repetidamente bombardeada, num acosso transmitido pela televisão. Um embargo de armamento imposto pelos Estados Unidos no outono de 1991 e inicialmente policiado pelos europeus através da UEO aumentou o desequilíbrio em favor dos sérvios, que já tinham acesso ao armamento do Exército Popular da Jugoslávia. Em princípios de 1992, a União Europeia foi obrigada a reconhecer a derrota. As Nações Unidas foram recrutadas para supervisionar a distribuição de ajuda humanitária e mediar um acordo. Também não fizeram qualquer progresso. A guerra na Bósnia continuou a grassar sem restrição.

> Entretanto, a União Europeia expandiu-se para leste. Foram estabelecidos em 1991-2 acordos

de associação com países do Centro e do Leste da Europa e em 1993 o Conselho da Europa anunciou que «os países associados» seriam acolhidos na União logo que satisfizessem as condições políticas e económicas para tal. Os países do antigo bloco da União Soviética estavam ansiosos, para não dizer desesperados, por aderir ao projeto europeu para acabar com o seu isolamento do movimento central e em 1994 os presidentes da República Checa, da Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia reuniram-se todos em Praga para apresentarem um pedido formal de adesão, com forte apoio alemão. Um ano mais tarde Áustria, Suécia e Finlândia aderiram todas à União, com a

perspetiva de novas adesões a seu tempo. A Alemanha parecia bem encaminhada para ficar rodeada de Estados democráticos amigos, diluindo simultaneamente o seu poderio nacional através de uma cada vez maior partilha de soberania.

A Administração dos Estados Unidos acolheu com satisfação a extensão da UE aos antigos

Estados do Pacto de Varsóvia. Foi também entusiástica quanto ao Tratado de Maastricht porque uma Europa mais forte estaria mais bem colocada para assumir uma parte maior do fardo de sustentar a nova Ordem Mundial. Bush também concordava em que a União Soviética devia ser mantida unida pelo máximo tempo possível. Washington opunha-se veementemente, contudo, a qualquer enfraquecimento da NATO. Ressentia o Eurocorps como uma diluição da aliança. O estabelecimento de uma célula de planeamento militar da UE era mais uma bofetada, agravada pela exclusão da NATO, e portanto de Washington, de toda a monitorização pela força naval totalmente europeia da UEO do embargo de armas à antiga Jugoslávia. Em fins de 1991, as relações com os aliados tinham batido no fundo.

Quando o novo Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, foi empossado em janeiro de 1993

deparou-se com grande pressão do Congresso e do público para reduzir a despesa com a segurança europeia. Isto foi acompanhado da sensação da crescente importância comercial e estratégica da Ásia, onde as economias dos «Tigres» estavam a avançar a todo o vapor. Washington estava fascinada, em especial, pela ascensão da China, cuja espetacular expansão económica e aparentes ambições estratégicas pareciam ameaçar não só o equilíbrio regional como também global (116). De facto, porém, o novo Presidente não só depressa reafirmou a primazia da Europa na estratégia geral dos Estados Unidos como fez dela a peça central de uma nova geopolítica democrática. A política de «alargamento democrático» desenhada pelo seu conselheiro de Segurança Nacional, Tony Lake, postulava que a segurança dos Estados Unidos era mais bem servida pela difusão da democracia de estilo ocidental. A estratégia do alargamento democrático era concebida globalmente, mas a sua principal aplicação havia de ser feita na Europa Central e de Leste. Nesta perspetiva, Clinton era favorável à expansão da União Europeia, declarando essencial em janeiro de 1994 que se «estend[esse] a mão a Estados democráticos do Leste, como parte de um processo evolutivo». O primeiro passo foi o programa da «Parceria para a Paz», em que a ênfase era colocada não apenas na cooperação militar, mas também

nas reformas democráticas, na liberalização económica e no respeito pelos direitos das minorias necessárias para evitar uma nova guerra europeia. «Se a democracia no Leste fracassar», avisava Clinton, «a violência e a disrupção do oriente uma vez mais virão a causar-nos danos, a nós e às outras democracias» (117).

A Rússia também se debatia com a questão de como preencher o vazio aberto no seu flanco

ocidental. Sob a influência de Gennady Burbulis, principal conselheiro de política externa de Iéltsin, a Rússia chegou a ponderar em 1991-2 a ideia de aderir à UE e até à NATO. A situação económica dramática e o baixo preço do petróleo também reduziam a sua eficácia na cena mundial; alguns falavam de uma «Weimar no Volga» (118). Por meados dos 1990, porém, a sensação de que o Ocidente se estava a aproveitar da fraqueza russa e um sentimento geral de perda imperial com o desmoronamento da União Soviética começavam a fazer-se sentir no Kremlin e nos meios da segurança nacional. Para eles, a Rússia estava a ser empurrada para fora do Lar Comum Europeu que Gorbachev tinha imaginado (119). Moscovo opunha-se acerbamente, em particular, à expansão da NATO (120). Perder o controlo da Europa de Leste era uma coisa, mas ver uma aliança potencialmente hostil ali instalada era outra. O próprio Iéltsin tinha aceitado inicialmente o alargamento da NATO, pelo menos à Polónia, mas depressa inverteu o rumo. «Aqueles que insistem numa expansão da NATO estão a cometer um grave erro político», avisou, «as labaredas da guerra podem deflagrar em toda a Europa» (121). Iéltsin enveredou, por conseguinte, por uma política externa mais ativista. Na Bósnia, a Rússia tornou-se crescentemente assertiva em favor dos sérvios, não tanto por uma simpatia intrínseca pela causa deles como a fim de sublinhar o direito de Moscovo a ser consultada. Ao mesmo tempo envolveu-se muito mais naquilo a que chamava o seu estrangeiro «próximo» ou «interior». Em dezembro de 1995, Iéltsin decidiu finalmente reafirmar a sua autoridade na Chechénia. A operação foi um fiasco completo que depressa atolou a Rússia numa guerra de guerrilha virulenta (122).

Entretanto, a estratégia do alargamento democrático de Clinton estava a naufragar nos

escolhos da Bósnia, onde a União Europeia, primeiro, e as Nações Unidas, depois, se tinham mostrado impotentes para travar a criação de uma «Grande Sérvia» etnicamente pura. «Tiranos audazes e minorias temerosas», avisou o secretário de Estado americano Warren Cristopher em fevereiro de 1993, «estão à espera de ver se a “limpeza

étnica" é uma política que o mundo tolerará» (123). Numa reunião mal-humorada da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, em Budapeste, em dezembro de 1994, Václav Havel lembrou à assistência que «há europeus que continuam a sofrer e a morrer na antiga Jugoslávia e com eles está a morrer a esperança de que a Europa seja capaz de pôr termo a estes horrores» (124). No entanto, a NATO, chamada para providenciar apoio aéreo à missão humanitária, viu-se atada de pés e mãos pela gestão ao pormenor a partir da sede da ONU, em Nova Iorque, e pelos governos britânico e francês, preocupados com a segurança das suas tropas e dos trabalhadores humanitários no terreno. «Estou à cabeça da organização militar mais poderosa da história mundial», lamentou-se o Secretário-Geral da NATO, Manfred Wörner, «e não posso fazer nada».

> De modo que, de 1993 em diante, Washington começou a fazer pressão a favor de uma

intervenção militar da NATO em apoio do governo da Bósnia. A Grã-Bretanha e a França, contudo, resistiram às iniciativas americanas, com o fundamento de que constituíam uma interferência indevida numa guerra civil, de que era improvável que dessem resultado e apenas levariam a uma escalada dos combates. Na primavera de 1993, frustraram uma missão de Warren Christopher para persuadir os europeus a prosseguirem uma política de levantamento do embargo de armas ao governo da Bósnia e de ataques aéreos da NATO contra o exército sérvio bósnio – «levantar e atacar». Entretanto, a limpeza étnica continuou, culminando na matança de Srebrenica de julho de 1995, em que milhares de homens e rapazes muçulmanos foram chacinados debaixo do nariz da ONU no enclave oriental de Srebrenica. A administração Clinton decidiu então forçar a mão dos europeus quanto à Bósnia e, em termos mais gerais, quanto à NATO. Diplomatas dos Estados Unidos mediaram um fim da guerra entre o Governo de Sarajevo e os separatistas bósnios croatas; foi enviado apoio militar encoberto aos muçulmanos bósnios, enquanto as forças regulares croatas do presidente Franjo Tudjman eram treinadas por coronéis americanos na reforma. Em dezembro de 1994, Washington forçou finalmente os ministros dos Estrangeiros da NATO a começarem a planear o alargamento a leste. Doravante a questão não era «se» os Estados do antigo bloco soviético seriam admitidos, mas «quando» começaria o processo (125). Em setembro-outubro de 1995 a NATO retaliou contra o bombardeamento sérvio de Sarajevo com uma maciça campanha aérea. O exército bósnio e os regulares croatas avançaram com renovado ímpeto. Num prazo de poucas semanas, com as suas defesas a desmoronarem-se, o presidente Milošević tinha forçado os sérvios bósnios a aceitarem um cessar-fogo e uma paz de

compromisso em Dayton. A NATO tinha travado, e ganho, a sua primeira guerra europeia «sem» liderança americana.

> A maior parte das sociedades europeias, desejosas de tirar proveito do «dividendo da paz» e

pouco dispostas a assumir mais encargos com a defesa, quase não registaram estes acontecimentos. Houve, é certo, grandes manifestações contra o uso da força para expulsar Saddam Hussein do Kuwait, particularmente na Alemanha, e alguns protestos menores contra a matança da Bósnia. É também verdade que a administração conservadora de John Major, em Londres, esteve sob constante ataque de «eurocéticos» dentro do seu próprio partido, decididos a defender a soberania britânica contra «Bruxelas» e um «domínio alemão» pela calada. Isto culminou num desafio à liderança no verão de 1995 a que só sobreviveu com a sua autoridade seriamente prejudicada (126). No entanto os sobressaltos internacionais de 1991-5 não afetaram a eleição federal de 1994 na Alemanha, a quarta e última vitória de Helmut Kohl. Nem tiveram muito impacto no inesperado triunfo de John Major em abril de 1992 ou na sua derrota pelo candidato trabalhista, Tony Blair, cinco anos mais tarde (127). Houve outros fatores dominantes em ambos os casos, normalmente a direção da economia ou questões mais gerais de probidade e competência. A primazia da política externa, que por tanto tempo determinara a políticas internas europeias, já não existia. Do outro lado do Atlântico a política externa também perdeu a sua importância interna. George Bush revelou-se incapaz de capitalizar a sua vitória sobre Saddam Hussein na campanha eleitoral dos Estados Unidos em 1992. «É a economia, estúpido», foi a famosa observação de Clinton. A posição do seu país no mundo não preocupava muito os eleitores americanos nos anos de 1990, a despeito ou talvez por causa do facto de que os Estados Unidos eram o *hegemon* global e incontestado.

> Na Rússia, por outro lado, o impacto da política externa na política interna em princípios e

meados dos anos 1990 foi imenso. A vasta maioria dos cidadãos considerava a fragmentação da União Soviética um golpe no seu estatuto no mundo. A intervenção ocidental na Jugoslávia, a perspetiva da expansão da NATO e um sentimento geral de humilhação nacional alimentou críticas amargas ao Kremlin por parte do público e das elites. O ministro dos Estrangeiros, Andrei Kozyrev, o «Sr. Sim» que tinha prosseguido uma política pró-ocidental após o

golpe falhado de 1991, era um particular alvo delas. Os círculos da gente culta e das elites tiveram um ressurgimento do eurasianismo e do pan-eslavismo; um pequeno número de voluntários partiu para combater ao lado dos sérvios bósnios. Nas eleições parlamentares de dezembro de 1993 partidos nacionalistas e comunistas varreram o campo eleitoral, aproveitando o descontentamento generalizado não só com o desempenho económico de Iéltsin, mas também com o recuo do poder russo. A necessidade de desempenhar um papel maior na cena mundial e o desejo de um regresso do «governo forte» são uma aspiração conhecida na Rússia por *derzhavnost*. Quando o Parlamento capitaneado por Ruslan Khasbulatov desafiou Iéltsin, em fins de setembro e princípios de outubro de 1993, o Presidente mandou-lhes os tanques. Dois meses depois Iéltsin fez aprovar uma nova constituição que reforçava os seus poderes executivos. Por meados dos anos 1990, a retórica ocidentalizadora da primeira parte da década, em que fora dito às regiões que se apoderassem de toda a soberania que fossem capazes de «digerir», tinha sido substituída pela ênfase numa «Grande Rússia» indivisível. Não foi portanto uma surpresa que Iéltsin conseguisse a reeleição em 1996.

> Na Europa Ocidental o legado estratégico da guerra da Bósnia foi enorme. Apesar das

esperanças de que a crise jugoslava se revelaria «a Hora da Europa», a UE e os Estados europeus coletivamente tinham manifestamente falhado em diagnosticar o problema, quanto mais dominá-lo (128). O mesmo acontecera à ONU, que perdeu muita da sua credibilidade entre os Estados ocidentais e muçulmanos. Em contraste, os Estados Unidos, que inicialmente tinham esperado reduzir o envolvimento militar na Europa depois da Guerra Fria, foram confirmados como potência dominante no continente. O novo secretário de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright – uma fervorosa intervencionista que, como representante de Clinton na ONU, tinha por várias vezes chocado com britânicos e franceses acerca da Bósnia – até falou da América como «a nação indispensável». No fim de contas, contudo, Washington tinha persuadido tanto como tinha obrigado. O conceito de «intervenção humanitária» ganhava agora uma ampla aceitação em ambos os lados do Atlântico, não apenas em ordem a aliviar o sofrimento das populações, mas também para defender os valores dos quais dependia em última instância a segurança ocidental. A rigorosa separação entre interesse nacional e preocupações humanitárias, em que os realistas tinham insistido a respeito a Bósnia, já não era sustentável. O «realismo», por outras palavras, já não bastava; não era sequer realista.

A nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos promulgada em fevereiro de

1995 refletia essas preocupações. Baseada na presunção de que «os Estados democráticos têm menos probabilidade de ameaçar os nossos interesses e mais probabilidade de cooperar com os Estados Unidos», o presidente Clinton prometeu lidar com as ameaças movediças aos ideais e hábitos democráticos por meio do «alargamento da comunidade de democracias de mercado», «especialmente em áreas de máximo interesse, como na antiga União Soviética» e no bloco comunista (129). Clinton também se empenhou no apoio ao crescimento do governo participativo no Extremo Oriente – onde a administração rejeitou especificamente a ideia de que «a democracia era de alguma maneira imprópria para a Ásia» – em África e na América Latina. A única exceção a esta estratégia de alargamento democrático era o Médio Oriente. Aqui o documento referia-se apenas à «contenção dual» de Irão e Iraque, a apoiar o «processo de paz», a «garantir a segurança de Israel e dos seus amigos árabes e a manter o livre fluxo do petróleo a preços razoáveis». Não havia referências à promoção da democracia, que os decisores políticos temiam que se limitasse a desencadear um *tsunami* de agressividade popular anti-ocidental e anti-Israel.

Dentro da União Europeia, a Bósnia levou a mudanças estratégicas cruciais na Grã-Bretanha e

na Alemanha. Durante a campanha eleitoral de 1997 o novo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, tinha atacado o fracasso do governo de Major na Jugoslávia, sublinhara a ligação entre moralidade e política externa e reafirmara a ideia do excecionalismo britânico. «Século após século tem sido fado da Grã-Bretanha liderar outras nações», anunciou ele no seu famoso discurso da Bridgwater House, em Manchester. Blair sustentava que a «Europa é hoje a única via através da qual a Grã-Bretanha pode exercer poder e influência. Se há de manter o seu papel histórico como ator global, a Grã-Bretanha tem de ser parte central da política da Europa» (130). Depressa se tornou claro, porém, que a capacidade da Grã-Bretanha para desempenhar um papel preponderante na Europa seria entravada pela sua falta de disposição para participar na planeada moeda única. Em outubro de 1997, o novo governo anunciou que qualquer decisão para aderir ao euro dependia do resultado de cinco «testes» organizados pelo ministro das Finanças, Gordon Brown, para determinar a compatibilidade a longo prazo entre a economia britânica e as da zona euro projetada. Isto dava um especial valor à integração militar como principal veículo da influência britânica na Europa. Estava montado o palco para um

aumento radical do ativismo britânico na Europa e no resto do mundo.

> Na Alemanha, deu-se uma transformação ainda mais espetacular. Depois de uma inicial

postura interventiva no caso da Croácia, Bona, envergonhada, fora reduzida pelas críticas a um silêncio quase total a respeito da Bósnia em razão da sua incapacidade, ou falta de disposição, para participar ela própria em medidas militares. À medida que a guerra foi continuando e foram aumentando as vítimas civis, tanto a opinião pública como a das elites se foi cada vez mais conformando com a ideia de empenhar as forças do país com fins humanitários. O próprio governo estava ansioso por se envolver mais, a fim de reduzir a crescente instabilidade no seu flanco sul, restaurar a credibilidade da aliança atlântica e sublinhar o direito da Alemanha a um lugar permanente no Conselho de Segurança das NU. Em 1994, a questão da intervenção militar deixou de poder ser evitada, quando a NATO precisou da cooperação de tripulações alemãs nos aviões de reconhecimento AWAC que apoiavam a manutenção da zona de interdição aérea na Bósnia. Num exemplo de esquizofrenia política que sublinhou a natureza explosiva da questão, o parceiro de coligação de Kohl, o FDP, concordou com o envio, mas depois levou o Governo – isto é, a si próprio – ao Tribunal Constitucional Federal para verificar a legalidade da medida. Este decretou a contitucionalidade da decisão e um ano depois aviões alemães participaram na armada aérea da NATO que ajudou a por fim à guerra. No subsequente debate parlamentar, a intervenção teve uma forte oposição dos Verdes e dos Sociais-Democratas mas foi apoiada por um certo número de vozes influentes desses partidos. Uma delas foi a do Verde Joschka Fischer, que entrou para o governo como ministro dos Estrangeiros depois da vitória eleitoral da coligação Verde-Rubra em 1998. A guerra da Bósnia, por outras palavras, deu início à remilitarização da política externa da Alemanha.

Uma vez resolvida a Bósnia, o alargamento da NATO prosseguiu a passo acelerado, com forte

apoio dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Alemanha. Em setembro de 1995, dois dias depois de estabelecidas as linhas gerais de um acordo para o pós-guerra, a NATO publicou o seu estudo sobre o alargamento. Era dada ênfase ao aumento da segurança em toda a área euro-atlântica por meio da promoção e proteção da democracia. A disseminação do governo representativo no Leste ajudaria a protegê-lo no Ocidente. Todos os países candidatos tinham, por conseguinte, de demonstrar que possuíam um sistema democrático em bom estado de funcionamento, baseado numa economia de mercado; que tratavam com equidade as minorias; que se comprometiam à resolução pacífica de conflitos; e que tinham capacidade para prestar um contributo militar às operações da NATO, fora da sua região se necessário. Em princípios de julho de 1997, a Cimeira da NATO de Madrid convidou a Polónia, a República Checa e a Hungria a iniciarem conversações de adesão; ficou previsto que a sua entrada se desse antes do fim da década.

O grande beneficiário de tudo isto era a República Federal alargada, com a sua nova capital

em Berlim a partir de 1994. «Pela primeira vez na sua existência», salientou em novembro de 1997 Hans-Friedrich von Ploetz, secretário de Estado do Ministério dos Estrangeiros, «a Alemanha está rodeada de aliados, não de inimigos, que já não nos veem como uma ameaça». Isto, por enquanto, ainda não conduzia a uma complacência estratégica em Berlim, antes pelo contrário. Invocando a velha máxima alemã de que «a política é filha da história e a história é filha da geografia», Ploetz sustentava que os alemães precisavam de mais integração europeia a fim de embutir a sua segurança numa «ordem de paz irreversível» no continente (131). «A Alemanha», avisava o presidente federal Roman Herzog, «pertence ao concerto das grandes democracias, quer goste quer não, e se uma destas democracias se puser de parte danificará inevitavelmente as outras, mas em última análise a si própria também (...) Vemos cada vez mais claramente que a inação por medo do risco pode a longo prazo ser mais arriscada do que uma ação potencialmente arriscada. Se não fizermos frente aos riscos onde eles estão, virão eles ter connosco» (132).

O fracasso coletivo da UE na antiga Jugoslávia e, em menor medida, apreensões relacionadas

com ele acerca do poder dos Estados Unidos também levaram a um importante salto em frente na integração europeia. Humilhados pela necessidade da intervenção americana em 1995 e determinados a nunca mais serem apanhados em falta no seu próprio continente, os líderes europeus fizeram denodados esforços para se munirem da necessária coesão política e do necessário músculo militar. Já não temiam quer os alemães quer os russos ou qualquer outro inimigo exterior. Não havia nenhum «outro» coerente contra o qual se unissem. Em seu lugar, os líderes europeus temiam o passado: a capacidade do continente para se dilacerar com a ressurreição de velhos demónios. A Bósnia era um caso exemplar – e os líderes europeus estavam resolvidos a nunca mais deixar que tornasse a acontecer (133). Para tanto, tinham de tratar do «fosso capacidade-expectativas»: o facto de os europeus quererem ser capazes de resolver os problemas à sua porta, mas não terem meios para tal (134). Por esta razão, o Tratado de Amsterdão de 1997 procurou abordar a fraqueza central da União: o problema da unanimidade no Conselho de Ministros e a falta de continuidade resultante da presidência rotativa. Foi criado um novo Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum. Foi decidido abrir negociações de adesão com Polónia, República Checa, Hungria, Eslovénia, Estónia e Chipre. «O alargamento», anunciou a presidência da UE, «acrescentará o peso da Europa no mundo, proporcionará à União novos vizinhos e tornará a Europa uma área mais pacífica, mais unida e mais estável» (135). Em junho de 1998 foi instituído o Banco Central Europeu, sob a presidência do holandês Wim Duisenberg.

> No mundo muçulmano, a matança dos seus correligionários na Bósnia contribuiu

substancialmente para a emergência de uma consciência comum em matéria de política externa (136). Segundo este discurso global, os muçulmanos estavam agora na defensiva em todo o mundo: na Palestina, na Bósnia, na Caxemira, na Chechénia e noutras paragens. Um grande número de árabes, turcos, caucasianos, centro-asiáticos e outros *mujahedin* – em busca de uma nova *jihad* depois do Afeganistão – foram combater para a Bósnia. Foi entre os muçulmanos europeus, contudo, que a experiência bósnia teve mais forte ressonância (137). «Não importa realmente muito que pereçamos ou sobrevivamos», observou o grande mufti da Bósnia-Herzegovina, em maio de 1994, «a lição será sempre a mesma. E é muito simples: que a comunidade muçulmana deve estar sempre vigilante e deve sempre tomar o seu destino nas suas próprias mãos. Não deve nunca confiar seja em quem for ou no que for para resolver os seus problemas ou vir em seu socorro» (138). Esta mensagem «sionista» teve eco em todas as

comunidades imigrantes da Europa Ocidental, especialmente na Grã-Bretanha. «Bósnia hoje – Brick Lane amanhã» avisavam os cartazes numa manifestação no East London (139). Alguns dos mais proeminentes jihadistas britânicos subsequentes – como o xeque Omar, que foi o cérebro do rapto e assassinato do jornalista Daniel Pearl, e o preso de Guantanamo Mozzam Begg – foram radicalizados na Bósnia. Por outras palavras, a nova geopolítica muçulmana de meados dos anos 1990 foi uma reação, não à interferência ocidental, mas à não-intervenção perante o genocídio e a limpeza étnica.

> Ao mesmo tempo, o islamismo global estava a sofrer uma transformação estratégica. A maior

parte dos combatentes estrangeiros deixaram o Afeganistão pouco depois de os russos se retirarem: Osama bin Laden voltou à Arábia Saudita, outros foram para o Egito, para o Norte de África ou para a Bósnia em busca de pastagens mais verdes. Em 1994, um grupo de estudantes religiosos afegãos (*Talebs*) fundaram os Taliban, que se dedicaram a eliminar os senhores da guerra que dilaceravam o seu país. Dois anos mais tarde, graças a um extenso apoio do Paquistão, que procurava no Afeganistão «profundidade estratégica» contra a Índia, invadiram Cabul. Osama bin Laden regressava agora ao Afeganistão a fim de apoiar a campanha dos Taliban para submeter o resto do país e depois usá-lo como base de onde lançar uma ofensiva devastadora contra os Estados Unidos, os judeus e os seus aliados. Em fins de agosto de 1996, emitiu das montanhas do Hindu Kush uma «Declaração de *Jihad* contra os americanos ocupantes da terra dos dois Santuários Sagrados» (140). O resultado de tudo isto foi uma nova falha geo-religiosa através da Europa e do Médio Oriente até à Ásia Central e Meridional. E não passava, como se poderia ter pensado, pelos Balcãs. É certo que os muçulmanos bósnios e albaneses estavam decididos a proteger-se a si próprios, mas viam os Estados Unidos e a NATO como seus últimos garantes. Eram também altamente resistentes ao radicalismo religioso, especialmente à espécie de waabismo que os sauditas tentavam introduzir pela proibição do porco e do álcool e a reconstrução ao estilo do Médio Oriente de mesquitas barrocas e renascentistas. A al-Qaeda, por conseguinte, não causou grande impressão nos muçulmanos europeus dos Balcãs nascidos na Europa. Nas comunidades imigrantes da Europa Ocidental, em contrapartida, estava a abrir-se uma nova frente na confrontação entre o Islão e o ocidente. Ativistas de todo o mundo muçulmano convergiram para Londres e misturaram-se com os islamistas locais.

Em 1998, a estratégia do alargamento democrático foi posta à prova pela eclosão da guerra

aberta entre Slobodan Milošević, da Sérvia, e o Exército de Libertação do Kosovo. Em Washington e nas capitais europeias o conflito foi visto como um teste para a NATO e para a UE. Se Milošević não fosse travado, rezava o argumento, a limpeza étnica lá ia então voltar aos Balcãs com consequências incalculáveis, não só para a própria região, mas também para a credibilidade das instituições ocidentais. O crescente fluxo de refugiados para a Macedónia ameaçava o frágil equilíbrio ali existente entre eslavos e albaneses. Uma guerra civil ali faria intervir potências exteriores e desencadearia uma conflagração mais vasta envolvendo a Grécia e a Turquia. Quando o líder sérvio ignorou um ultimato para cessar os ataques à população civil, a NATO – incluindo a Alemanha – lançou uma campanha aérea maciça em março de 1999 destinada a fazê-lo obedecer. O efeito cumulativo dos insistentes bombardeamentos aéreos, o início tardio de preparativos da NATO para uma guerra terrestre e a mediação de Moscovo acabaram por persuadir Milošević a recuar em junho de 1999, retirar do Kosovo e aceitar a entrada de uma força internacional chefiada pela NATO. A União Europeia lançou um Pacto de Estabilidade para promover a transição de toda a região para o mercado livre, o respeito pelos direitos humanos e o governo representativo.

O milénio parecia assim pressagiar uma nova era. Era geralmente aceite que a promoção da

democracia aumentava a estabilidade, servia para proteger as minorias e reduzia a ameaça de conflitos armados (141). No ano 2000, 60 % da população mundial vivia em democracias, um número muito mais alto do que em 1974. Na Europa Central e de Leste a autocracia era quase inteiramente uma coisa do passado. As ditaduras que restavam, especialmente a China Vermelha, pareciam estar a remar contra a maré. A história parecia finalmente ter chegado ao fim, embora dez anos depois de Fukuyama o ter anunciado. O novo consenso otimista foi resumido por Tony Blair no seu «Discurso de Chicago» de abril de 1999. Proclamava uma doutrina da «comunidade internacional» em que a interdependência global e o alcance crescente das tecnologias de comunicação tornavam todos os Estados vizinhos uns dos outros. Rompendo com aquilo que entendia ser a insistência vestefaliana na soberania, Blair sustentava que a violação dos direitos humanos não era apenas um escândalo moral mas ameaçava também a segurança do mundo desenvolvido, ao espalhar a instabilidade. «Em última instância», arguia Blair, «os valores e o interesse confundem-se. Se conseguirmos estabelecer e difundir os valores da liberdade, o

primado do direito, os direitos humanos e uma sociedade aberta isso também é, então, do nosso interesse nacional. A difusão dos nossos valores torna-nos mais seguros».

> Na Alemanha, o conceito de «intervenção humanitária» tornou-se o veículo pelo qual o país

aceitou as responsabilidades do estatuto de grande potência (142). «Por fim», anotou no seu diário, no auge da guerra do Kosovo, o ministro da Defesa social-democrata Rudolf Scharping, «não aparecemos, como tantas vezes antes de 1945, como agressores, mas antes como defensores dos direitos humanos»(143). Foi esta determinação de «não desviar o olhar», como disse Scharping, que persuadiu o Governo federal a pôr de parte a sua antiga insistência na santidade do direito internacional. A Doutrina Kohl estipulava que as tropas alemãs nunca deveriam servir em qualquer região onde a *Wehrmacht* tivesse cometido crimes, a nova «Doutrina Fischer» proclamava que era precisamente a existência dos crimes nazis que tornava a Alemanha especialmente responsável por impedir que acontecessem outra vez (144). O novo chanceler alemão deu, contudo, um sentido bastante diferente ao maior ativismo estratégico da República Federal. «A Alemanha», anunciou Gerhard Schröder em meados de setembro de 1999, era agora «uma grande potência na Europa»; esta transição foi sublinhada pela mudança do Parlamento de Bona para Berlim nesse mesmo ano. Por muito que Schröder insistisse que a República Federal se mantinha «ancorada (...) na Europa, pela Europa e da Europa», era claro que a Alemanha ia soltar-se das suas amarras no centro do continente.

> O impacto das crises dos Balcãs na integração europeia foi imenso. O antigo comissário

europeu para as relações externas, Chris Patten, falou delas «como o ponto mais baixo da história da Europa do pós-guerra, pondo a descoberto a distância entre as nossas pretensões como europeus e a nossa capacidade para agir decisivamente em conjunto» (145). O primeiro Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros descreveu a área como «o lugar de nascimento da política externa da EU» (146). A União nunca mais queria ser humilhada como o fora a propósito da Bósnia e embora a guerra do Kosovo tivesse sido uma experiência muito mais feliz, muitos líderes europeus ainda estavam chocados com a grande medida em que de facto tinham dependido nessa campanha do poderio militar americano (147). A viragem do século viu, por conseguinte, um enorme surto de integração político-militar europeia e de alargamento da NATO, com a Alemanha à

cabeça (148). Num discurso ao Parlamento Europeu em Estrasburgo o ministro dos Estrangeiros alemão, Fischer, sugeriu que poderia ser necessário estabelecer uma «Europa nuclear» de Estados empenhados em mais integração a fim de manter o seu ritmo, ao mesmo tempo que a União se expandia, e de a tornar capaz de agir para fazer frente aos desafios vindouros. A fim de o conseguir, porém, sustentava Fischer, precisava de se tornar mais transparente e democrática por meio da atribuição de maiores poderes ao Parlamento Europeu, de maior responsabilização das instituições e da criação de uma presidência eleita diretamente. Fischer esperava que esta integração aprofundada «ultrapassaria os riscos e tentações objetivamente inerentes às dimensões e situação central da Alemanha». A União Europeia, por outras palavras, transcenderia a *Mittellage*.

> Havia divisões acerbas, contudo, sobre que espécie de Europa unida ela havia de ser. Muitos

pensavam que o continente era pioneiro de uma nova forma de poder «civil», transcendendo a geopolítica tradicional e não devia, por conseguinte, tornar-se uma superpotência na linha americana (149). Queriam que a Europa se tornasse, ou permanecesse, uma coisa mais parecida com o velho Sacro Império Romano, uma ordem legal, mais do que uma grande potência. Nesta leitura, a integração europeia era uma solução para a guerra e especialmente para a agressão alemã; não fazia sentido, por conseguinte, dotar a União de capacidade militar. Em vez disso, os europeus deviam jogar no sentido das suas forças económicas, políticas e culturais, nas áreas da prevenção de conflitos, da reconstrução pós-bélica e na difusão dos seus valores por meio de um alargamento pacífico (150). Esta interpretação seduzia em particular os alemães porque os libertava da obrigação de empregar tropas em apoio dos interesses europeus. Ao mesmo tempo, as experiências amargas com a antiga Jugoslávia e os temores sobre a proliferação de armas de destruição maciça persudiam muitos europeus da necessidade de uma abordagem mais robusta.

> O primeiro passo foi dado na reunião do Conselho da UE em Colónia, em junho de 1999, logo a seguir ao fim da guerra do Kosovo. Definia como objetivo da União o estabelecimento de uma Política Europeia de Segurança e Defesa. Os nove meses seguintes foram gastos a organizar um Comité de Segurança Política, um Comité Militar Europeu e um Estado-Maior militar europeu. Nesse mesmo ano a União nomeou finalmente Javier Solana como Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum. Dois meses depois a sessão do Conselho da UE em Helsínquia estabeleceu «objetivos principais» e comprometeu-se a criar uma «Força de

Reação Rápida» de 60 000 homens que seria capaz de efetuar intervenções em conflitos civis complexos. Ao mesmo tempo, prosseguia rapidamente o alargamento e aprofundamento da União. Foi oferecido um Pacto de Estabilidade aos Estados balcânicos e a perspetiva de aderirem à UE após satisfazerem os exigentes critérios estabelecidos por Bruxelas. Em dezembro de 1999, a União decidiu em Nice abrir negociações de adesão com Malta, Roménia, Eslováquia, Letónia, Lituânia e Bulgária, marcadas para começar em meados de janeiro de 2000; este tratado, e assim todo o alargamento, estava sujeito a ratificação pelos Estados-Membros (151).

Tudo isto andava de mãos dadas com o alargamento da NATO. Em março de 1999, a República

Checa, a Hungria e a Polónia juntaram-se à aliança, consolidando o seu domínio na Europa Central. Um mês depois, a Cimeira de Washington lançou o Plano de Ação de Adesão para Roménia, Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia e Lituânia, que se destinava não só a colmatar as lacunas na Europa Central como também a avançar a linha do perímetro da NATO até ao Báltico e ao mar Negro. A participação ou perspetiva de participação na aliança da NATO teve um poderoso efeito de estabilização nestas frágeis novas democracias da Europa de Leste; bem como o teve a perspetiva de «entrar para a Europa» (152). No outono de 2001 os europeus – encabeçados pela Alemanha – conduziram a sua primeira operação militar bem-sucedida levando uma força da NATO à Macedónia para manter a paz entre a minoria albanesa e o governo de predomínio eslavo. A União Europeia também começou a exercitar as suas forças quando o «Partido da Liberdade» austríaco, de extrema-direita, obteve o segundo lugar nas eleições gerais austríacas e, assim, um lugar no governo. Em princípios do ano seguinte os outros 14 membros da União impuseram sanções diplomáticas e culturais à Áustria, incluindo a suspensão dos laços bilaterais normais e de exercícios militares conjuntos, a ostracização dos embaixadores austríacos e a oposição à candidatura da Áustria a lugares internacionais. Jörg Haider foi obrigado a fazer uma humilhante declaração pública de apoio a valores europeus como a tolerância e em última instância foi forçado a resignar como líder do Partido da Liberdade (153).

Enquanto isto, porém, o tempo ia correndo num certo número de cargas explosivas colocadas

no centro do projeto europeu. A União Europeia tinha criado uma União Monetária e estava a tentar estabelecer uma Política Externa e

de Segurança Comum sem primeiro criar paralelamente uma autoridade política única. O estabelecimento da União Monetária em janeiro de 1999 foi acompanhado do acordo em que os Estados que se viessem a encontrar em dificuldades financeiras não seriam automaticamente «resgatados» pela União ou por qualquer outro membro. O novo Banco Central Europeu (BCE), em Frankfurt, só tinha poderes, no entanto, para fixar taxas de juro e controlar a oferta monetária. Não podia superintender as políticas económicas ou os orçamentos dos Estados-Membros, nem o Parlamento Europeu ou qualquer outra instituição tinha autoridade para isso.

> Acima de tudo, o «défice democrático» que Fischer tinha identificado no coração do projeto

europeu continuava por resolver. É certo que a partilha de soberania era acordada por governos eleitos, mas não havia envolvimento direto dos povos (154). Logo no princípio do novo milénio todo o processo de integração embatia agora numa série de obstáculos eleitorais. Em setembro de 2000 os dinamarqueses rejeitaram o euro em referendo; como a Grã-Bretanha, a Dinamarca queria conservar a sua moeda. Nove meses depois, em junho de 2001, a União foi abalada pela inesperada derrota do Tratado de Nice na Irlanda, onde, com uma baixa participação, os eleitores rejeitaram o processo que parecia colocá-los na via para um expandido super-Estado europeu, com um grande exército e menos dinheiro para gastar com eles. Dado que o alargamento da UE requeria a ratificação de todos os Estados-Membros, Bruxelas exerceu considerável pressão sobre Dublin para que votassem outra vez; o sinal, contudo, era claro. À medida que se desvanecia a lembrança da Segunda Guerra Mundial e da ameaça soviética, os povos da Europa estavam a tornar-se cada vez mais desconfiados da «burocracia» da UE e mais céticos quanto à necessidade de sacrificar a sua soberania nacional. Não havia sinal de que a moeda comum conduzisse inexoravelmente a um Estado comum, tal como no século XIX o *Zollverein* não tinha só por si posto a Alemanha na senda da unificação política.

> De modo que se os desafios externos dos anos 1990 tinham criado uma exigência de «mais Europa» ainda não tinham levado à consulta e participação dos povos europeus na gestão da sua própria defesa e economia coletivas. Nem o público europeu tinha – como um todo – afirmado o seu direito a um tal envolvimento. As eleições para o Parlamento europeu em 1999 foram um não-acontecimento (155). Uma «esfera pública» europeia era coisa que praticamente não existia, quanto mais um vigoroso debate público pan-europeu sobre matérias de segurança. A pouca discussão que existisse era mal

> informada, paroquial, fragmentada e de orientação altamente elitista. Já havia sinais de problemas futuros, particularmente a respeito da expansão da NATO. Os enormes alargamentos dos anos 1990 e os que estavam planeados para a nova década ameaçavam criar uma aliança em duas camadas em que os membros do Centro, do Sudeste e do Leste da Europa tinham uma garantia de segurança menos credível do que os originais Estados ocidentais «nucleares». Não havia forças atómicas ou convencionais da aliança colocadas a leste da antiga República Federal da Alemanha e, por enquanto, nenhum efetivo planeamento militar para a defesa da nova linha do perímetro. Além disso, a absorção de boa parte do antigo Império Soviético tornava os restantes Estados sucessores como a Bielorússia ou a Ucrânia menos seguros: Moscovo via com ansiedade que eram os próximos para entrar na NATO e já não a preocupava que intimidá-los empurrasse esses seus vizinhos ocidentais para uma aliança a que eles já tinham aderido (156). A lógica de tudo isto, em suma, era que o alargamento para leste da NATO tinha de continuar indefinidamente, até a aliança chegar à fronteira da Rússia ou incorporá-la.
>
> Isto, é claro, era exatamente o que o Kremlin temia. À medida que a década avançara os

estrategas russos tinham ficado cada vez mais preocupados com o «cerco» do país, a China a leste, o fundamentalismo islâmico no Afeganistão, na Ásia Central, no Irão e no Cáucaso (notoriamente a Chechénia) a sul e, especialmente, a NATO a ocidente. Os intelectuais russos começavam agora a ressuscitar Halford Mackinder e as suas teorias da «massa continental» (a *heartland*) na crença de que o Ocidente procurava dominar a «Ilha Mundo» euroasiática e assim o mundo. Quando a NATO pôs de lado o Conselho de Segurança da ONU – onde a Rússia dava especial importância ao seu direito de veto – na questão do Kosovo e ignorou as objeções de Moscovo, essas apreensões duplicaram. Que impediria a Aliança Atlântica, perguntava a Rússia, de aplicar esse novo conceito de «intervenção humanitária» ou «comunidade internacional» à Chechénia ou até à própria Rússia?

> O impacto interno da guerra do Kosovo, e da política externa em geral, na Europa e do outro

lado do Atlântico, variou consideravelmente. Nas eleições gerais americanas de novembro de 2000 a política externa não foi uma questão de relevo, mas depois de uma década de bipartidarismo estratégico havia uma clara separação entre o candidato democrata, o antigo vice-presidente Al Gore – que tinha sido um proeminente

apoiante da intervenção militar na Bósnia e se propunha prosseguir a política de intervenção da administração Clinton – e o candidato republicano vitorioso, George Bush, filho, que, em contraste, era profundamente cético quanto ao envolvimento americano em «esforços de construção de nações» e manifestava a esperança de que os Estados Unidos se tornassem um «país mais humilde». Da mesma maneira, o Kosovo não desempenhou praticamente nenhum papel na retumbante segunda vitória eleitoral de Tony Blair em junho de 2001, embora fosse claro que a sua defesa vigorosa da intervenção humanitária gozava de amplo apoio popular. Na Rússia, por outro lado, a guerra do Kosovo e o avanço incessante da NATO levaram a uma mudança de governo. Dois meses apenas depois do fim das hostilidades, em agosto de 1999, um Iéltsin fatigado ungiu o desconhecido Vladimir Putin como seu sucessor. O novo presidente, na qualidade de funcionário de patente intermédia dos serviços de informações, tinha prestado serviço na Alemanha, onde a derrocada do poder soviético em 1989 o impressionara profundamente. Era respeitado como especialista alemão, falava bem a língua e estava convencido da importância geopolítica central de Berlim (157). Em fins de março de 2000, Putin ganhou a eleição presidencial com mais de 50 % dos votos e sem necessidade de uma segunda volta, mas com a ajuda da «reserva administrativa», por outras palavras, a manipulação pelos serviços de segurança e pelas autoridades locais. O seu mandato era claro: eliminar a corrupção, deter os avanços da NATO, procurar dividir a Aliança por meio de aproximações aos alemães e aos franceses, pôr na ordem os chechenos e, em geral, restabelecer a Rússia como grande potência (158).

> Ao longo da década seguinte o Governo russo iniciou uma completa transformação interna

para tornar o Estado mais eficaz na cena internacional. Uma nova redistribuição das classes de serviço levou a uma redistribuição de poder em benefício dos *Siloviki*, o aparelho de segurança do Ministério do Interior e o Serviço Federal de Segurança (sucessor do KGB). O país transformou-se numa «democracia soberana», um conceito que tinha pouco a ver com a participação política e tudo a ver com a preservação da integridade do Estado. O controlo dos recursos naturais era agora arrebatado às empresas estrangeiras; os «oligarcas» locais viam cortadas as suas asas por meio de leis, perseguições e, nalguns casos, prisão. Em termos mais gerais, o Estado re-nacionalizava ou exercia maior controlo direto sobre todos os setores internos relevantes para a política externa: transportes, telecomunicações, finanças e, é claro, a indústria de defesa. Em parte, tudo isto era uma resposta ao terrorismo islâmico interno, de origem

chechena, que era usado para justificar o cercear das liberdades civis e uma ampla censura dos *media*; muitos jornalistas críticos proeminentes do Kremlin foram misteriosamente assassinados. Acima de tudo, Moscovo queria proteger-se da manipulação ocidental de revoltas democráticas como as que tinham derrubado Milošević e estavam a devorar os vizinhos da Rússia. O principal objetivo de Putin, contudo, era reafirmar mais geralmente o poderio russo, especialmente contra Washington, e tornar a nação respeitada outra vez no estrangeiro.

> Ao princípio da manhã de 11 de Setembro, membros da al-Qaeda sequestraram quatro aviões

civis de passageiros e usaram-nos como mísseis humanos contra as Torres Gémeas do World Trade Center e o Pentágono. Os perpetradores vinham todos do Médio Oriente, principalmente da Arábia Saudita, e a operação tinha sido inspirada por Osama bin Laden e planeada pela sua al-Qaeda no Afeganistão. Era um ataque não só aos símbolos do poderio político, militar e económico dos Estados Unidos, mas a todo o mundo ocidental. O presidente Bush declarou uma «Guerra Global ao Terror». O primeiro-ministro Tony Blair imediatamente se comprometeu ao apoio da Grã-Bretanha; o líder alemão Gerhard Schröder prometeu «solidariedade ilimitada» com os Estados Unidos; e o jornal francês *Le Monde* até proclamou que «somos todos americanos (agora)». A NATO declarou os ataques da al-Qaeda um ataque ao seu território e por conseguinte ativou o artigo 5.º da sua Carta que comprometia os membros à sua defesa coletiva. Em Berlim, o ministro da Defesa proclamou que a Alemanha estava a ser «defendida no Hindu Kush» e enviou tropas. «Ao dar este contributo», argumentou o chanceler Schröder, «a Alemanha unificada e soberana estará a ir ao encontro das suas crescentes responsabilidades» (159). A geopolítica do Médio Oriente, do islamismo radical, do Afeganistão e da Europa tinham-se finalmente fundido num único campo de batalha. Um processo de radicalização que tinha começado com a derrota muçulmana frente às muralhas de Viena em 1683 e que tinha sido encorajado por Washington nos anos de 1980 a fim de proteger a Europa Central de ataques soviéticos tinha voltado ao princípio.

> Na Europa, os ataques de 11 de setembro de 2001 deram um novo impulso a mais integração

política e militar. A «Guerra Global ao Terror» não era, como podia ter sido no passado, explicitamente travada como uma guerra de

unificação da Europa, embora houvesse sem dúvida alguma autodefinição contra o «outro» muçulmano ou árabe (160). Era amplamente aceite, no entanto, que a ameaça do terrorismo islamista de fora e das comunidades muçulmanas imigrantes radicalizadas, requeria mais unidade e coordenação europeias. Havia quem esperasse que o novo perigo pudesse mesmo induzir os Estados-Nação a compartilharem a sua soberania em prol da segurança comum. O ministro dos Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, fez esta ligação quando observou em dezembro de 2001 que «a Europa só tem crescido graças a crises e pressões e não por causa de estudos e não por força de qualquer convicção» (161). A alusão à famosa asseveração de Bismarck de que a unidade alemã não seria conseguida por «discursos e resoluções» mas «pelo sangue e pelo ferro» era inegável. Fischer argumentava agora que «o peso dos principais Estados europeus já não é, pura e simplesmente, suficiente». Mesmo no fim de 2001, os Estados da União Europeia reuniram-se em Laeken para acordar um Plano de Ação de Capacidades [militares] Europeias. Adotava, além disso, uma definição muito ampla de Europa: o preâmbulo anunciava que «A única fronteira que a União Europeia traça é definida pela democracia e os direitos humanos». Em fevereiro de 2002 reuniu a Convenção de Bruxelas sobre o futuro da Europa para redigir uma Constituição para a Europa.

> Sob a superfície, contudo, enormes diferenças estratégicas estavam já a dilacerar a União.

Não havia consenso sobre prioridades: Espanha, França e Itália concentravam-se firmemente no Mediterrâneo, com a sua cintura de instáveis ditaduras norte-africanas a sul, ameaçando vomitar uma enorme vaga de emigrantes económicos e políticos na sua direção; o Magrebe era também a fonte da maior parte do terrorismo islâmico interno. Os europeus de Leste, em contraste, temiam antes de mais o poder da Rússia e voltavam-se para a União Europeia e especialmente para a Aliança Atlântica para o conter. De acordo com o seu novo conceito estratégico, a NATO fez-lhes a vontade na sua Cimeira de Praga de novembro de 2002, abrindo conversações de adesão com Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia; entraram em fins de março de 2004. Por volta da mesma altura o presidente Leonid Kuchma indicou o seu desejo de trazer a Ucrânia para a aliança. Paris e Berlim, pelo seu lado, eram cada vez mais céticas quanto a uma expansão para leste, que no caso da segunda já não era necessária para garantir a segurança alemã e ameaçava antagonizar Moscovo ainda mais.

> Foram, porém, as diferenças entre os Estados europeus sobre os

passos seguintes da «Guerra

ao Terror» que realmente paralisaram a União. Para alguns americanos e para a maior parte dos europeus, a melhor maneira de lidar com al-Qaeda e o terrorismo islâmico em geral era através de uma ação policial coordenada em todo o mundo. Pediam uma diplomacia cautelosa, meticulosa e «realista» que muitas vezes envolveria acomodamentos com regimes repressivos que também se viam a braços com «o terrorismo». Na sua leitura, era necessário ir ao encontro a meio caminho desses Estados – como Egito, Síria e Arábia Saudita – na necessidade que tinham de pacificar as suas populações irrequietas, adotando uma linha mais dura com Israel. A ideia de que a questão da Palestina estava no cerne da estratégia da al-Qaeda e na raiz da impopularidade global do Ocidente, em particular da América, circulava amplamente entre políticos, estrategas e públicos ocidentais. «Neoconservadores» influentes, como o secretário adjunto da Defesa Paul Wolfowitz, argumentavam, por outro lado, que a baixa mais importante do 11 de setembro era o paradigma «realista» no Médio Oriente. Durante muitas décadas, os governos ocidentais – especialmente os Estados Unidos – tinham mantido no Médio Oriente um contrato fáustico com regimes repressivos «moderados». Os Estados Unidos providenciavam segurança e calavam as suas preocupações com os direitos humanos; esses regimes mantinham o petróleo a fluir e as suas populações sob controlo. A alternativa, era o que sustentava o argumento, seria o fundamentalismo islâmico ou uma anarquia do género da que avassalou a Argélia pouco depois de o Exército ter anulado as eleições em 1992. Mas a 12 de setembro, sustentavam os neoconservadores, tornou-se claro que o «realismo» não funcionava. Longe de manter bem fechada a tampa de um caldeirão fervilhante de sentimento anti-ocidental, essa política tinha-o perpetuado. Os sequestradores, afinal, vinham principalmente de dois Estados «aliados», a Arábia Saudita e o Egito, não da Palestina. A solução, sugeriam os neoconservadores, era romper com a confiança tradicional dos Estados Unidos em regimes repressivos e democratizar o Médio Oriente, pela força se necessário.

O presidente Bush adotou então esta análise. Uma vez mais a noção da «paz democrática»

fundamentou a estratégia dos Estados Unidos (162). Esta nova «Estratégia de Segurança Nacional» estendia agora a doutrina do alargamento democrático ao Médio Oriente; longe de escolher a região para um tratamento especial, o presidente Bush retirou-lhe o seu estatuto excecional. Este discurso fundiu-se com um sentimento crescente de que os Estados Unidos não deviam esperar por um novo

ataque, mas agir mais preventivamente para neutralizar ameaças potenciais. A Administração anunciou que iria ser tomada ação «preventiva» não só contra a al-Qaeda e o jihadismo em geral, mas também contra Estados soberanos com acesso a armas de destruição maciça. Aqui, Washington visava o Iraque de Saddam Hussein, o governo mais ditatorial da região, com um longo cadastro de agressão exterior e de tentar desenvolver um arsenal químico, biológico e nuclear. De modo que em vez exercer pressão sobre a única democracia do Médio Oriente, Israel, os Estados Unidos confrontaram agora o seu Estado menos democrático.

> A elite europeia concordava com muito da nova estratégia americana. Em 2003, a União

publicou a sua primeira *Estratégia Europeia de Segurança*, refletindo um consenso de todo o continente. «O nosso conceito tradicional de autodefesa – até à Guerra Fria e incluindo-a», avisava o documento «era baseado na ameaça de invasão. Com as novas ameaças, a primeira linha de defesa será muitas vezes no estrangeiro». Por outras palavras, não bastava ficar simplesmente a patrulhar a linha do perímetro europeu: a segurança da União requeria envolvimentos e proteções muito para além das suas próprias fronteiras. «Mesmo numa era de globalização», mantinha o documento, «a geografia continua a ser importante. É do interesse da Europa que os países nas nossas fronteiras sejam bem governados» (163). Por tal razão a União não só desejava alargar as suas fronteiras mas também proclamava uma nova Política Europeia de Vizinhança, para criar aquilo a que Romano Prodi, Presidente da Comissão Europeia, chamava um «anel de amigos» que serviria de baluarte ao seu núcleo interior (164). Em suma, a Europa devia expandir-se não só territorialmente, mas também ideologicamente: a difusão dos seus valores, rezava o argumento, tornaria a União mais segura. A decisão de remover Saddam Hussein, contudo, divorciou acrimoniosamente os europeus dos Estados Unidos e uns dos outros. Tony Blair apoiou-a fortemente, até porque Saddam Hussein tinha figurado com destaque no seu Discurso de Chicago em 1999, proferido quando Bush era ainda um mero candidato à nomeação republicana. Mais em geral, Blair viu no choque de 11 de setembro de 2001 uma oportunidade de criar um mundo mais justo e mais seguro: «O caleidoscópio foi abanado, as peças estão em movimento, reordenemos o mundo à nossa volta» (165). Na sua opinião, ditadores como Saddam Hussein provocavam terrorismo ao reprimirem os seus próprios povos e tentarem desviar a hostilidade popular contra o ocidente. O primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, o líder espanhol José María Aznar, os Estados bálticos e a maior parte do antigo bloco soviético – que o secretário da

Defesa americano Donald Rumsfeld alcunhou de «Nova Europa» – seguiram o mote americano quanto ao Iraque. Paris e Berlim, por outro lado, não acreditavam que Saddam Hussein fosse um perigo para o Ocidente e temiam que uma guerra para o destronar fosse uma diversão dispendiosa da luta contra o terrorismo. Estavam também resolvidos a arrebatar a liderança da Europa à Grã-Bretanha e a mobilizar a União como contrapeso ao unilateralismo americano. Na reunião do Conselho de Segurança, onde França dispunha de veto, Chirac frustrou as tentativas anglo-americanas de mobilizar esse corpo para fazer cumprir as cláusulas sobre desarmamento do acordo de cessar-fogo de 1991.

> O chanceler Schröder da Alemanha foi mais longe, assegurando à população durante a

campanha eleitoral de 2002 que a Alemanha não apoiaria um ataque ao Iraque mesmo que fosse autorizado pelas Nações Unidas. Esta decisão era parte integrante de uma resolução muito mais ampla de prosseguir uma «senda alemã» separada da dos Estados Unidos. «A era em que olhávamos para a América e outros como modelos para a nossa economia acabou», disse Schröder a uma grande multidão na Opernplatz, de Hanover. «Tal como estão as coisas nos Estados Unidos, com falências e a exploração da gente humilde que tem agora de se preocupar com quem tomará conta dela quando for velha – deixem-me que vos diga, não é essa a Maneira Alemã que queremos para o nosso povo». Sobre o Iraque, avisou contra «brincar com a guerra e com a intervenção militar (...) não faremos parte disso» (166). Pela primeira vez na história da aliança transatlântica o Governo alemão tinha rompido pública e acrimoniosamente com Washington a respeito de uma questão de crucial importância para a Administração dos Estados Unidos (167).

> Em março de 2003 a coligação aliada invadiu o Iraque, depôs Saddam Hussein e gozou uma

breve lua-de-mel junto da maioria xiita, satisfeita por se ver livre do ditador e da dominação sunita. Ao contrário da Bósnia e do Kosovo, porém, a oposição à intervenção militar não esmoreceu com o fim dos principais combates. Foi, em parte, porque não se encontraram de facto armas de destruição maciça. Mas a persistente controvérsia foi também alimentada por uma sustentada «insurgência» contra a ocupação aliada de antigos baathistas apoiados pela Síria, militantes xiitas patrocinados pelo Irão, sunitas temerosos de perder os seus antigos privilégios e jihadistas internacionais sortidos. Ao longo da última parte de 2003 e de 2004, os americanos esforçaram-se por

controlar a situação. A perspetiva de uma democracia no Iraque e, através dela, da transformação de uma região mais vasta parecia remota. Entretanto, a periferia oriental da Europa estava em agitação. Cedo se tornou claro que a «democracia soberana» do Presidente Putin significava não só uma soberania limitada para os vizinhos da Rússia como também limitava bastante as suas próprias perspetivas democráticas (168). Em setembro de 2003 os russos estabeleceram o «Espaço Económico Único», um acordo muito amplo de cooperação com a Bielorússia, o Cazaquistão e a Ucrânia, que se destinava a substituir a defunta Comunidade de Estados Independentes. Foi tão acerbamente criticado pelos nacionalistas e democratas ucranianos sob a carismática liderança de Victor Yushenko que só a custo foi ratificado pelo Parlamento de Kiev. Moscovo começou a intervir cada vez mais abertamente na Ucrânia, em apoio do seu candidato favorito, Viktor Yanukóvitch, cuja base de poder estava no Leste russófono do país. Na Bielorússia intensificou-se em 2005 a tensão entre a «União dos Polacos», que se voltavam para Varsóvia em busca de proteção, e a autocracia do presidente Lukashenko, apoiada por Moscovo.

> As consequências cumulativas da crise do Iraque e das renovadas aspirações a grande

potência da Rússia foram imensas para a geopolítica europeia. A nível diplomático, Paris e Berlim procuravam uma mais estreita cooperação com Moscovo para contrabalançar o que consideravam ser as pretensões dos Estados Unidos a uma hegemonia global e a fim de salvaguardar o fornecimento de energia russa, especialmente de gás, de que tão grande parte da Europa dependia. Uma declaração conjunta das três potências de março de 2003 mostrava, segundo argumentava o chanceler alemão, que podiam fazer frente aos americanos se se mantivessem unidas. Logo após o fim da Guerra do Iraque as potências da UE opostas à operação anglo-americana reuniram-se no Luxemburgo sob liderança franco-alemã. No fim do ano, Schröder visitou a China, principalmente a fim de garantir acordos comerciais para a indústria alemã na altura em que saía de uma recessão; desdenhando as questões de direitos humanos, apelava para um alívio do embargo de armas da UE a Pequim. A França e a Alemanha concordaram em prescindir temporariamente dos critérios de estabilidade e crescimento estabelecidos pelo Tratado de Maastricht e fazer vista grossa à sua violação por outros países da União. Ao contrário de gerações de líderes alemães que tinham realçado os laços transatlânticos, Schröder falava cada vez mais da missão europeia da Alemanha e de uma «senda alemã» própria. Ele e os seus colegas franceses seguiram agora em frente com mais integração, a fim de dar à Europa o peso de que precisava para

contrabalançar os Estados Unidos. A batalha pela Europa estava a entrar numa nova fase: havia uma esperança e uma expectativa muito espalhadas entre as elites de que o continente encontraria a unidade necessária para se tornar um ator decisivo na cena mundial (169).

> Em meados de abril de 2003, República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria,

Malta, Polónia, Eslovénia e Eslováquia assinaram os procolos de adesão; estava previsto que um total de 100 mihões de pessoas mais se iam juntar à União no prazo de um ano. Em junho de 2004 foi atribuído à Croácia o estatuto de candidata. Seis meses depois começaram negociações com a Bulgária e a Roménia, cuja adesão foi acordada em fins de abril de 2005. Ao mesmo tempo a União procedeu a fortalecer a sua coesão política e o seu braço militar. A Cimeira de Nápoles estabeleceu uma célula de planeamento operacional no quartel-general militar da UE em Bruxelas. Versões preliminares da Convenção Europeia estavam já a circular publicamente pouco depois do fim da Guerra do Iraque. Em fins de outubro de 2004 os governos tinham assinado o Tratado da Constituição Europeia. Previa uma mudança tanto quantitativa como qualitativa nos poderes a transferir do nível nacional para o nível da União. O número de áreas sujeitas a voto por maioria qualificada, que diluía a soberania nacional, quase duplicava, especialmente na Justiça e nos Assuntos Internos. Eram conferidos mais poderes ao Parlamento Europeu, na esperança de aumentar a legitimidade democrática da União (170). Era, contudo, na defesa e na política externa que eram encaradas as maiores inovações. A Constituição criaria os dois novos lugares de Ministro dos Estrangeiros e Presidente da União. Nem haviam de ser estes os dois últimos passos. O preâmbulo reafirmava o compromisso de «uma união cada vez mais estreita» (171). Não faltava senão ratificar a Constituição e torná-la lei.

> Onde isto dependia de uma ação governamental, na Alemanha, na Grã-Bretanha e na maior

parte dos Estados europeus, por exemplo, a Constituição passou calmamente, mais ou menos sem oposição. Naqueles países em que era necessária uma votação do público, porém, o tratado depressa se viu em trabalhos. Ao contrário dos Estados Unidos, a União Europeia foi estabelecida por governos, não pelo povo ou sequer pelos povos (172). Os votantes franceses rejeitaram a Constituição em fins de maio de 2005 e o eleitorado holandês seguiu-lhes o exemplo pouco depois. O «défice democrático» subjacente a todo o projeto de integração foi nitidamente posto à mostra: a União estava a exportar a democracia

sem ser ela própria democrática. Quando interrogados, os públicos europeus não viam razões económicas ou estratégicas de peso para abdicar da sua soberania e o ideal «europeu» como tal não tinha força suficiente para fornecer a dinâmica que faltava (173). No curto prazo, as votações francesa e holandesa obrigaram simplesmente os autores da Constituição a reformular as suas propostas e tentar outra vez. A questão mais de fundo continuava por resolver. Como obrigar o grande poder que estava a ser acumulado no centro a prestar contas aos povos que supostamente servia? Inversamente, como podiam essas populações ser levadas a participar no grande projeto de união, libertando assim as energias cada vez maiores que continuavam a estar adormecidas no coração do continente?

> Havia também persistentes divisões sobre até onde se devia expandir a Europa. Na Alemanha,

a expansão da União para leste completava o processo posto em marcha pelo alargamento da NATO. «É um momento histórico», observou o ministro dos Estrangeiros alemão a respeito da adesão dos Estados bálticos, de Bulgária, Roménia, Eslováquia e Eslovénia. «Será a primeira vez na história moderna que a Alemanha estará no centro da Europa sem ameaças diretas às nossas fronteiras e sem que nós ameacemos seja quem for» (174). Para muitos europeus a «Europa» já tinha cumprido a sua missão e, em vez de estender as suas ameias mais para sul e para leste, preferiam alçar a ponte levadiça e ficar em segurança na sua fortaleza. Este sentimento também se aplicava a mais expansão para leste da NATO. Paris e Berlim, elas próprias agora militarmente seguras, queriam aplacar o Kremlin e salvaguardar os seus fornecimentos de energia da Rússia; os britânicos, juntamente com polacos, bálticos e outras potências diretamente na linha de fogo, procuravam preencher o vazio entre eles e os russos. As coisas atingiram o seu ponto crítico a propósito da Ucrânia. Em fins de abril de 2005, Kiev iniciou finalmente o seu diálogo com a NATO sobre a adesão. Mesmo no fim do ano o país foi atirado para uma crise motivada por umas eleições gerais controversas em que Moscovo não fez segredo do seu apoio ao partido acusado de falsificar os resultados. Na «Revolução Laranja» que se seguiu, os manifestantes democratas levaram a melhor e um governo pró-ocidental chefiado por Viktor Yuschenko assumiu o poder, decidido a aproximar a Ucrânia da Europa.

> O conflito do Iraque e a «Guerra Global ao Terror» também tiveram um profundo efeito nas

políticas internas. Desde 2001, os Estados Unidos eram um país em

guerra, em que a frente interna permanecia num estado de elevada ansiedade e prontidão, dando grande valor político à resiliência. O candidato democrata à Presidência em novembro de 2004, o veterano de guerra John Kerry, não conseguiu convencer o povo americano de que era o mais capaz para lidar com a ameaça terrorista; é amplamente admitido que as considerações de segurança nacional decidiram o resultado. George W. Bush foi por conseguinte reeleito para um segundo mandato com a incumbência de continuar a «Guerra Global ao Terror» e a transformação democrática do Médio Oriente. Na Europa, por outro lado, a Guerra do Iraque radicalizou os públicos, embaraçou os governos que a tinham apoiado e beneficiou aqueles que tinham saído em sua oposição. O chanceler Schröder ganhou inesperadamente as eleições gerais de 2002 na Alemanha, em parte por ter mostrado uma firme liderança durante as inundações nas províncias de Leste, mas principalmente porque tinha aterrorizado os eleitores com a conversa de poderem ser arrastados para uma guerra no Médio Oriente. Em Londres, as políticas partidárias foram muitas vezes dominadas pelas questões internacionais; chegou a haver planos para impugnar Blair por «crimes e delitos graves em relação à invasão do Iraque». As consequências políticas de tudo isto foram mais limitadas, contudo. Na eleição de maio de 2005, Tony Blair garantiu um terceiro mandato trabalhista inédito, embora o descontentamento a respeito da Guerra do Iraque e o que era visto como a sua subserviência a Washington lhe tenham custado em parte a redução sua maioria. Além disso, a oposição a George Bush não poupou o chanceler alemão a uma subsequente derrota eleitoral às mãos de Angela Merkel em 2005 e a mais favorável opinião sobre Washington de Nicolas Sarkozy não foi obstáculo à sua sucessão na Presidência francesa.

> Entre os muçulmanos europeus a «Guerra Global ao Terror» – em que o Iraque muitas vezes

não foi a questão mais saliente – foi amplamente vista como um ataque ao próprio Islão (175). A questão de fazer política externa numa sociedade multicultural tornava-se agora aguda, à medida que os filhos dos imigrantes tomavam por alvo as estratégias dos países «anfitriões» (176). A onda de terrorismo que abalou as sociedades europeias em meados da década foi conduzida por um programa estratégico e ideológico fortemente influenciado pela «Guerra Global ao Terror», mas que lhe era anterior. Os estrategas jihadistas há muito que sustentavam que todas as antigas terras muçulmanas, incluindo o Sul de Espanha e grande parte dos Balcãs, deviam ser reconquistadas e muitos radicais nascidos ou baseados na Grã-Bretanha consideravam que também a Inglaterra estava à mão de semear. Em março de 2004,

bombas islamistas causaram uma carnificina no metro de Madrid; em princípios de julho de 2005 Londres foi atacada por radicais nascidos na Grã-Bretanha, com grande perda de vidas, e conjuras similares foram desmascaradas à última hora noutros países europeus. Tinha aberto uma nova frente de batalha entre o califado e o Ocidente. Mais de 500 anos depois da *Reconquista* e 400 anos depois de os otomanos terem sido repelidos em Viena, o Islão militante tinha mais uma vez o Ocidente na sua mira; desta vez, além disso, os muçulmanos já estavam dentro de portas.

> O antissemitismo que era central na visão do mundo muçulmano era agora reimportado para a

Europa como parte de uma crítica anti-ocidental, que via os Estados Unidos e a União Europeia como aliados ou peões das forças do sionismo e da judiaria global. Aos olhos de muitos ocidentais, de resto, a «Guerra Global ao Terror», a invasão do Iraque e a (pretensa) exportação da democracia faziam parte de uma vasta conspiração dirigida pelos judeus americanos neoconservadores e pelos seus manipuladores de Israel. «Hoje em dia os judeus governam o mundo por procuração», disse em 2003 à Organização da Conferência Islâmica o primeiro-ministro malaio, Mahathir Mohamad. «Arranjam outros para combater e morrer por eles». Os «Protocolos dos Sábios de Sião», uma velha falsificação instigada pela polícia secreta czarista, voltaram a estar em voga (177). A negação do holocausto generalizou-se. Muitos países ocidentais assistiram a um forte aumento nos ataques físicos e verbais aos judeus, especialmente à visível comunidade ortodoxa. Alguns destes eram levados a cabo pela extrema-direita «tradicional», mas a maioria partia das comunidades imigrantes muçulmanas. Esta vaga alimentou a «des-legitimação» política, jurídica e cultural de Israel – que colheu o apoio de muitos europeus que não eram, ou não se viam como, antissemitas.

> A «Guerra Global ao Terror» tinha a capacidade de remodelar as políticas internas tão

profundamente como a tinham tido no passado as ameaças internas e externas (178). Na sua correria para conter a ameaça terrorista e o desafio de comunidades imigrantes hostis, as comunidades políticas foram forçadas a confrontar-se com o clássico equilíbrio entre liberdade e segurança (179). Não houve, no entanto, qualquer tentativa sistemática de reformular a sociedade e a economia. Tirando a Rússia, e a refundição por Putin das relações económico-sociais para proteger a soberania do país contra intromissões ocidentais, o velho primado da política externa, que tinha estado suspenso no decurso dos últimos

anos do século XX, não foi ressuscitado. Ao contrário dos Estados Unidos após 2001, a Europa do novo milénio ainda era uma sociedade em paz mesmo quando os seus homens e mulheres jovens combatiam e morriam em números sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial: no Iraque, no Afeganistão e noutras paragens

> Entretanto, a expansão da NATO e da União Europeia continuava a bom ritmo. Em janeiro de

2007 a Bulgária e a Roménia aderiram à União; a Ucrânia corria a reformar a economia e a sociedade civil, em preparação da sua candidatura a também aderir a seu tempo. Mesmo no fim desse ano os governos europeus acordaram em Lisboa uma versão ligeiramente revista da Constituição, que reafirmava a intenção de transformar a União numa aliança militar. O processo de ratificação ia recomeçar agora do princípio. Em fins de setembro de 2006 foi oferecido pela NATO ao Estado caucasiano da Geórgia um «diálogo intensificado». Paris e Berlim resistiram furiosamente – neste aspeto Merkel seguiu a linha de Schröder – com o fundamento de que provocaria a Rússia e esforçaria demais a Aliança. Dois meses mais tarde a Albânia e a Croácia foram convidadas a iniciar conversações formais de adesão e foram admitidas dois anos depois. Numa cimeira tempestuosa da NATO em Bucareste, em princípios de abril de 2008, a Macedónia recebeu garantias de que se seguiria um convite logo que a sua disputa com a Grécia tivesse sido resolvida, enquanto a Bósnia e o Montenegro eram desafiados a iniciar «diálogos intensificados». O mais controverso de tudo, e passando por cima das objeções de França e Alemanha, foi a comunicação à Ucrânia e à Geórgia de que era possível que se tornassem membros no futuro, embora na condição de resolverem os problemas com as suas minorias.

> Em 2008, porém, a Europa foi abalada pela escalada de uma série de crises. A Assembleia do

Kosovo declarou unilateralmente a sua independência da antiga Jugoslávia em fevereiro, pondo à mostra divisões profundas na União. Vinte e dois membros da UE – incluindo Grã-Bretanha, França e Alemanha – reconheceram o novo Estado, mas a Grécia (com um olho na Macedónia e nos seus cidadãos eslavófonos), Chipre (com a sua população turca), Espanha (com os seus bascos e catalães), Roménia e Eslováquia (ambas com grandes minorias húngaras) recusaram-se a fazê-lo. Uma resolução do Parlamento que exigia o reconhecimento foi pura e simplesmente ignorada. Não muito depois, em julho de 2008, o povo irlandês rejeitou em referendo o Tratado de Lisboa. O resultado da votação foi determinado por uma variedade de fatores: uma baixa

participação, o medo de serem arrastados para «as guerras da Europa» a despeito da tradicional neutralidade da Irlanda, temores de que os fundos estruturais da UE iriam ser desviados para os novos entrantes do Leste, um sentimento geral de alienação de uma Bruxelas «burocrática» e «não democrática» e, acima de tudo, a convicção de que o Tratado de Lisboa ameaçava a soberania irlandesa. Por causa do princípio da unanimidade e porque a União não dispunha de nenhum meio de expulsar um Estado-Membro, o avanço da integração estacou até os irlandeses mudarem de opinião.

> Dois meses depois a Europa foi sacudida por uma outra crise. Depois de ter sido anunciado

pela NATO que a Ucrânia e a Geórgia podiam em princípio ser admitidas, a Rússia tinha aumentado a pressão sobre o Estado caucasiano através das regiões separatistas da Abecásia (que antes tivera uma população maioritariamente georgiana) e da Ossétia do Sul (onde existia ainda uma substancial minoria georgiana). O presidente da Geórgia, Mikhail Saakashvili, decidido a aderir à NATO, animado pelo apoio de mais de três quartos dos votos num referendo sobre a adesão e desesperado por «resolver» as disputas territoriais que a Aliança tinha posto como condição da admissão, tomou então uma decisão fatídica. Em agosto de 2008 lançou um ataque em grande escala contra a Ossétia do Sul, dando a Moscovo o pretexto para responder com uma «intervenção humanitária» para proteger a população civil. Os tanques russos rolaram para sul e começaram a ameaçar não só a integridade da própria Geórgia, mas também o oleoduto leste-oeste. A Europa ainda tremia quando o sistema financeiro ocidental desabou repentinamente em setembro de 2008. A crise começou em Wall Street com a falência do banco de investimento Lehman Brothers, inundou todos os Estados Unidos e galgou o Atlântico. Bancos europeus começaram a afundar-se em todo o continente, especialmente na Grã-Bretanha, na Irlanda, na Grécia e em Espanha. Os mercados da habitação, do retalho e de muitos outros sectores entraram em acentuada queda.

> Washington e as capitais europeias correram a responder à intervenção russa. O presidente

Bush, que estava agora no fim do seu mandato, ainda atolado no Iraque e no Afeganistão e profundamente impopular, não tinha poder para agir. Em Londres havia um consenso bipartidário entre o Governo trabalhista e o novo líder conservador, David Cameron, em favor de uma ação robusta contra Moscovo. Búlgaros, checos, dinamarqueses, bálticos, polacos – todos temerosos da Rússia –

também saíram em defesa de uma ação vigorosa. A Letónia sugeriu o boicote dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 na estância russa de Sochi e até o envio de ajuda militar à Geórgia. A Europa, contudo, não apoiou fosse o que fosse além de medidas simbólicas contra Moscovo, em grande parte por causa da oposição de franceses e alemães. O presidente Sarkozy organizou apressadamente um cessar-fogo que não só não restabeleceu a soberania da Geórgia sobre os territórios em disputa como deixou tropas russas em território da própria Geórgia.

> Também não havia consenso sobre como reagir à crise financeira. George Bush, nos últimos

meses da sua administração, e o primeiro-ministro britânico fizeram passar pacotes legislativos para estabilizar o sistema financeiro e estimular a economia, em grande parte por meio do *quantitative easing* – imprimir mais dinheiro. Na zona euro, contudo, os governos tinham cedido a soberania monetária ao BCE, de modo que os instrumentos à sua disposição eram limitados. A Alemanha – cuja economia requeria inflação baixa, que se opunha fortemente a mais dívida para financiar défices orçamentais e a cujos interesses o BCE em grande parte se submetia – impediu uma atuação mais radical. Aliás, a República Federal continuou a desfrutar de exportações fortes e de um sólido excedente da balança de pagamentos. A Alemanha, que tinha sido em certa medida eclipsada economicamente nos quinze anos anteriores era outra vez o motor industrial e financeiro da Europa. Quase vinte anos depois da queda do Muro de Berlim e do início das Guerras de Sucessão da Jugoslávia, dez anos depois da Guerra do Kosovo e da implantação do euro e oito anos decorridos da «Guerra Global ao Terror», a União ainda estava profundamente dividida a respeito das questões de política económica, externa e de segurança.

> As consequências cumulativas internas destas crises foram profundas. A política externa não

dominou a eleição presidencial de 2008 – que foi decidida pelo grave estado da economia –, mas o povo americano foi chamado a escolher entre duas abordagens estratégicas do mundo exterior fundamentalmente diferentes. John McCain, o concorrente republicano, prometia continuar o trabalho do alargamento democrático, apelava à «solidariedade democrática», exigia uma «Liga de Democracias mundial» e condenava rotundamente a «brutalidade» russa no Cáucaso (180). O candidato democrata à Presidência, Barack Obama, acusava os republicanos de terem mergulhado os Estados Unidos numa guerra desnecessária e ilegal no Iraque, de negligenciarem a guerra «necessária» no Afeganistão, de ignorarem a

cumplicidade do Paquistão com os Taliban e, em geral, de causarem um pronunciado declínio do estatuto da América no mundo; evitou conspicuamente atacar a Rússia a propósito da sua invasão da Geórgia. O democrata também exprimiu ceticismo quanto à moralidade, à sensatez e à viabilidade de exportar a democracia como instrumento da segurança nacional. Em princípios de novembro, Obama – nascido de pai queniano e mãe branca – ganhou confortavelmente a eleição, que fez dele o primeiro presidente mestiço dos Estados Unidos.

> A nova administração deu início a uma alteração radical da política externa. A secretária de

Estado americana, Hillary Clinton, omitiu ostensivamente qualquer referência aos direitos humanos na sua primeira vista à China em 2009. O presidente Obama recusou-se a receber o Dalai Lama quando ele visitou Washington, uma prática que tinha irritado profundamente Pequim durante os anos Bush. Os Estados Unidos também se preocuparam em carregar no botão «reiniciar» na relação com os russos ao abandonarem os planos de um sistema de intercetores terrestres de mísseis na Europa de Leste. Em termos mais gerais, a nova administração indicou a sua intenção de romper com a política de transformação democrática, de confiar mais estreitamente nos seus aliados locais autoritários e não obstante, ao mesmo tempo, melhorar a imagem da América no mundo muçulmano. Quanto à Europa, o novo Presidente concentrou-se na Alemanha. Virando costas à «relação especial» com a Grã-Bretanha tão celebrada por Bush, Obama tornou Berlim a peça central da sua *tournée* europeia, proferindo um discurso empolgante na Porta de Brandeburgo durante a campanha eleitoral. A nova importância da Alemanha foi sublinhada durante a campanha eleitoral por James Rubin, o antigo secretário de Estado Adjunto do presidente Clinton. «A Alemanha, não os Estados Unidos», notou, era o «centro do poder» na NATO, pelo menos no que se referia a mais alargamentos para leste. «Os Estados Unidos», escreveu Rubin, «devem fazer da Alemanha o seu principal foco na reconstrução da aliança da NATO»(181). A Administração alimentava altas esperanças de que Berlim viesse a contribuir mais tropas para uma «arrancada» no Afeganistão.

> Não tardou, porém, que a estratégia geral dos Estados Unidos entrasse em dificuldades. A

decisão de abandonar o escudo contra mísseis por deferência para com Moscovo provocou uma furiosa reação em toda a Europa de Leste e especialmente na Polónia. Com exceção da Grã-Bretanha, os governos

europeus – que já no tempo de Bush se tinham recusado a enviar mais tropas para o Afeganistão – também se recusaram a fazer a vontade a Obama. A breve lua-de-mel transatlântica tinha assentado num mal-entendido: o novo presidente pensava que os europeus iam dar mais enquanto os europeus esperavam que ele pedisse menos (182). Na República Federal, em particular, a Guerra Afegã estava a ser submetida a um intenso escrutínio; a opinião pública e muitos políticos reclamavam a retirada do substancial contingente do *Bundeswehr*. A despeito do facto de que estavam estacionadas numa parte relativamente sossegada do país e mais orientadas para a reconstrução do que para o combate, os alemães tinham sofrido dezenas de mortos, muito menos do que os americanos e os britânicos, sem dúvida, mas mesmo assim um número inimaginavelmente alto para um público em grande parte pacifista. O Partido dos Verdes, que tinha sido conquistado para a intervenção humanitária por Fischer e Cohn-Bendit nos anos de 1990, votava agora contra o envio de mais aviões Tornado. A chanceler Merkel recusou-se repetidamente a enviar mais forças que Washington pedia ou a concordar com regras de intervenção mais robustas. Era claro que a Alemanha já não estava a ser defendida no «Hindu Kusch».

> Entretanto, a Europa voltava com renovado vigor à ratificação do Tratado de Lisboa. Os

irlandeses foram convencidos a votar outra vez em 2009. Desta vez – contra o pano de fundo da grave situação económica e de uma maior participação – o Tratado passou. O Tratado de Lisboa lá entrou em vigor: os cargos de Presidente do Conselho da Europa e de Alto Representante da União para a Política Externa e de Segurança foram oficialmente instituídos. Isto não levou, no entanto, a um substancial aumento do poder e da autoridade da União, antes pelo contrário. Em lugar de serem escolhidas personalidades destacadas como Tony Blair – fortemente apontado por alguns, mas controverso demais depois do Iraque – ou Joschka Fischer, a Presidência foi entregue ao pouco conhecido primeiro-ministro da Bélgica Herman van Rompuy, e o pelouro da política externa à praticamente desconhecida Catherine Ashton, comissária britânica do Comércio. Além disso, as eleições de 2009 caracterizaram-se por não terem sido nem o triunfo do euroceticismo – os partidos hostis à União tiveram resultados uniformemente maus – nem um amplo empenhamento das populações da Europa em relação às grandes ameaças económicas e estratégicas que o continente defrontava, mas sim por uma apatia generalizada. Não só as elites integracionistas tinham feito poucos esforços para arrastar consigo o *demos* como também os povos europeus não tinham reafirmado – mesmo nesta hora de crise – o seu direito a participar na

defesa das suas prosperidade e segurança comuns. Em qualquer caso, o «défice democrático» continuava a corroer todo o projeto europeu. A União continuava a ser uma «democracia composta» (183), uma associação de sistemas representativos, mas não ela própria uma democracia. Estava configurada não para a mobilização, mas sim para a dispersão do poder.

> A União estava por conseguinte mal apetrechada para lidar com um novo conjunto de crises,

que explodiram em 2010-11 (184). Na primavera de 2010, o efeito cumulativo da crise financeira, da incompetência governamental, de receita dos impostos mais baixa, da evasão fiscal sistemática e de gigantescas dívidas em euros incorridas graças aos baixos juros gerados pela União Monetária, conjurou-se para pôr as finanças de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha – os «PIIGS» – sob uma pressão insuportável. Nessa primavera, Atenas explodiu em tumultos quando o Governo tentava equilibrar as contas por meio da redução da despesa. Um ano depois os gregos voltaram a sair à rua para protestar contra uma nova ronda de medidas de austeridade. Na Irlanda, a assunção pelo Estado da enorme dívida bancária ameaçou afundar todo o sistema financeiro, com uma real possibilidade de bancarrota. Aqui, a população aquiesceu de melhor grado aos cortes, na esperança e na expectativa de que a «Europa» viria em seu socorro. Entretanto, as finanças públicas de Portugal, Itália e Espanha também vacilavam, à beira do colapso, e havia até pontos de interrogação a respeito de países «nucleares» como a Bélgica. Os investidores internacionais, muitos deles extremamente expostos a obrigações do tesouro na Irlanda e no Mediterrâneo, ponderaram «despejar» esses seus investimentos a favor de ativos mais estáveis, como títulos alemães. Em princípios de 2011, a Europa estava à beira de uma hecatombe financeira.

> Ao mesmo tempo estalou subitamente a revolta no Médio Oriente. Em janeiro de 2011, o

ditador tunisiano, presidente Zine El Abidine Ben Ali, foi expulso do poder por manifestantes que exigiam o fim da corrupção e do governo autocrático. Um mês depois era a vez do ditador egípcio Hosni Mubarak, há muito no poder, ser derrubado por um movimento semelhante. Não muito depois a Líbia Oriental levantou-se numa insurreição armada contra o ditador Muammar Gadáfi, igualmente há muito no poder, embora as suas forças de segurança depressa tenham recuperado o controlo no oeste do país e iniciado a sua marcha contra a praça-forte dos rebeldes em Tripoli. A partir de março de 2011

também na Síria rebentaram protestos. Esta Primavera Árabe deixou intactas poucas regiões do Médio Oriente e chegou mesmo até ao Estado do Bahrein, no golfo, onde a maioria xiita exigiu mais direitos à família real sunita. Tinha muitas raízes diferentes, locais, culturais, políticas e sectárias e abrangia correntes tão diferentes como grupos de mulheres e islamistas, mas o que unia todos era a reivindicação de participação política e uma responsabilização ao estilo ocidental. De forma altamente inabitual e completamente ao contrário dos acontecimentos que tinham levado à queda do Xá, a política externa não desempenhou quase nenhum papel nestas revoluções. Havia uma crítica generalizada ao apoio dos Estados Unidos e dos europeus aos ditadores do Médio Oriente, mas os manifestantes mostravam pouco apetite pela confrontação com Israel e o Ocidente em geral. Tudo bem visto, a Primavera Árabe parecia, por conseguinte, assemelhar-se mais aos protestos populares democráticos de 1989 na Europa Central e de Leste do que à Revolução islamista iraniana de 1979, mas em meados de 2011 ainda era cedo demais para ter a certeza.

> A Europa e os Estados Unidos foram apanhados desprevenidos. Havia muito que consideravam

os ditadores do Médio Oriente, em especial Mubarak, como forças de estabilidade na região e prezados parceiros na «Guerra Global ao Terror». Gadáfi tinha acabado de ser conquistado para o campo ocidental por Tony Blair e algumas capitais estavam até a olhar com favor a Síria de Bashar al-Assad. A Primavera Árabe desalojou assim velhos e novos amigos no Egito, na Tunísia e na Líbia e ameaçava outros no Iémen, no Bahrein e possivelmente na Arábia Saudita, o pior dos pesadelos. Os líderes ocidentais temiam agora que a ascensão de políticas populares levasse ao triunfo do islamismo, especialmente da Irmandade Muçulmana, e a uma política mais agressiva para com eles e com Israel, jorrando através do Mediterrâneo uma torrente de migrantes económicos e de extremistas rumo ao norte. Por esta razão, Washington e as capitais europeias foram a princípio lentas em abraçar as transformações da Tunísia e do Egito. Uma vez, porém, que as mudanças foram vistas como não só inevitáveis, mas sustentáveis, houve uma concordância generalizada em que a transformação democrática da região aumentaria a segurança ocidental. O que o presidente Bush tentara tão arduamente conseguir parecia agora cair sem esforço no colo do presidente Obama.

> O que realmente mudou a dinâmica foi a Líbia, onde em março de 2011 os rebeldes pareciam à

beira da aniquilação por Gadáfi, que ameaçava «exterminá-los como

ratos». O presidente Obama inicialmente negou-se a intervir, deixando que fossem britânicos e franceses a pugnar por uma operação aérea em defesa de Bengazi. Mercê de pressões de dentro do aparelho de segurança nacional dos Estados Unidos, Washington acabou por se convencer a apoiar a iniciativa da bancada e o mesmo fez a Liga Árabe. A Alemanha, por outro lado, absteve-se inesperadamente na autorização do Conselho de Segurança, argumentando que a intervenção militar era injustificada à luz do direito internacional e provavelmente faria perigar as transformações democráticas na Tunísia, no Egito e noutros lugares ao concitar a opinião contra o Ocidente. Muitos europeus concordavam com esta avaliação, embora poucos quisessem dizê-lo em público. A campanha aérea depressa fez estacar as forças do Governo líbio e acabou por fazer cair o regime do Coronel. Esta intervenção foi justificada em termos «humanitários», mas era também movida pelo medo de que uma vitória de Gadáfi desanimasse os democratas em toda a região e pelo sentimento de que de outra maneira poderia haver uma crise prolongada ao estilo da Bósnia na periferia sul da União. A ligação entre «intervenção humanitária», defesa da democracia no estrangeiro e *Realpolitik* foi assim restabelecida.

> Era a crise da dívida no euro, contudo, o que mais preocupava os líderes europeus. Se a Grécia

ou a Irlanda de facto falissem isto lançaria dúvidas sobre o valor das antes sacrossantas obrigações do tesouro e precipitaria o colapso geral em Espanha, Portugal e Itália quando os investidores fugissem do mercado da dívida soberana. Poderia até destruir todo o próprio euro-sistema e empurrar todo o continente e assim provavelmente o mundo inteiro para a recessão. Por esta razão, a UE e o FMI procuraram escorar as finanças irlandesas e gregas por meio de uma série de «resgates» em grande parte financiados pela Alemanha, que emprestou dinheiro – muitas vezes a taxas de juro altas – para cobrir a falta, a troco de um compromisso de mais medidas de austeridade para pôr as finanças nacionais em ordem. O ator central aqui foi a Alemanha, onde irrompeu um conflito entre a classe dirigente, que temia que uma bancarrota grega ou irlandesa destruísse o seu próprio sistema bancário, que estava pesadamente exposto às obrigações relevantes, e a população geral, que estava crescentemente cansada de financiar «resgates» de economias periféricas imprevidentes e estava a registar esse facto nas eleições regionais. Em meados de 2011, a fim de evitar mais perdas eleitorais, a chanceler Merkel já tinha recuado da posição original partilhada com Paris de defesa dos detentores de obrigações para a insistência em que os investidores internacionais teriam de partilhar algumas dessas perdas. Esta posição, por muito razoável que

fosse em si mesma, não só enfureceu os franceses, cujos bancos estavam ainda mais expostos à dívida grega, mas também aumentou a possibilidade de uma escalada de falências soberanas em zonas substanciais da União.

> Tudo isto, no seu conjunto, representava um desafio severo e possivelmente terminal ao

projeto europeu. À data em que escrevo a Europa permanece numa das suas mais profundas crises desde a Segunda Guerra Mundial. As divisões na Europa acerca da Líbia tornaram uma farsa a gabada Política Externa e de Segurança Comum, como o fez o facto de que a operação não poderia ter sido montada sem um extenso apoio logístico dos Estados Unidos. Esta dependência foi escarnecida num discurso desdenhoso do secretário da Defesa americano demissionário. Se a Europa tinha feito um tal bicho-de-sete-cabeças de lidar com um inimigo relativamente diminuto, pensavam muitos, como poderia esperar estar à altura de uma potência muito maior como uma Rússia ressurgente? Acima de tudo, os Estados europeus ainda não foram capazes de dominar a crise da dívida do euro. O BCE, supostamente absoluto e todo-poderoso, mostrou-se não só dependente em última instância do apoio dos governos nacionais, especialmente o da Alemanha, como também sem músculo financeiro necessário para desafiar os mercados monetários internacionais. A Europa denunciou a sua falta de solidariedade, de mecanismos e de capacidade. De uma maneira ou de outra, os anos 2010-11 revelaram-se uma vez mais um ponto de viragem em que a história da Europa se recusou resolutamente a voltar-se para a unidade política. Os desafios externos que confrontam a Europa continuam a dividir os europeus em vez de os unir mais estreitamente.

> Subjacente a tudo estava a fratura no centro do projeto da UE. A Alemanha, durante muito

tempo esteio da União e seu pagador de último recurso, estava a voltar costas lentamente à União. Em 2009, o respeitado Tribunal Constitucional dispôs que a Alemanha não podia entregar-se a mais integração sem o consentimento do povo. Ao mesmo tempo o povo alemão revoltou-se contra a ideia de uma «união de transferências» pela qual subsidiavam a má gestão crónica de outros Estados. Em termos mais gerais, a Alemanha estava a tornar-se «normal» e assim mais «assertiva», ao deixar para trás o seu passado. Ao contrário dos princípios do século XX, contudo, este processo não levou a um maior ativismo no palco europeu ou mundial, antes pelo contrário. Foi a abstinência militar alemã, não a sua ambição, o que incapacitou

estrategicamente a União. Segura, agora, numa bolha de economias democráticas de mercado, a Alemanha começou a ausentar-se do mundo, concentrando-se cada vez mais na promoção da sua prosperidade e assim, inadvertidamente, do poder económico descomunal que desestabilizou o resto do continente. Os líderes políticos estavam a ficar cada vez menos inclinados a arriscar-se à ira do público por causa do apoio à intervenção militar no Médio Oriente ou à cólera da Rússia a respeito do alargamento a leste, e suas consequentes represálias energéticas, e as eleições regionais alemãs estavam a tornar-se tão importantes para a Europa no seu conjunto como tinha sido em séculos passados a sucessão em obscuros principados do Sacro Império Romano. Uma «secessão central» da UE, pela qual a Alemanha lavasse simplesmente as mãos da Europa e reintroduzisse o *Deutschmark*, já não podia ser completamente excluída. Isto causava consternação nas capitais de toda a Europa e provocou um antigermanismo popular desconhecido desde finais dos anos 1980. Em suma, no começo da segunda década do segundo milénio os europeus não estavam menos preocupados do que noutros tempos com a forma como havia de ser organizado o espaço no coração do continente. A Questão Alemã, eclipsada por mais de uma década depois da unificação, estava de volta.

-

1 Citado em A. James McAdams, «The new diplomacy of the West German *Ostpolitik*», in Gordon A. Craig e Francis L. Loewenheim (coords.), *The diplomats, 1939-1979* (Princeton, 1994), p. 559. 2 Citado em Tony Smith, *America's mission. The United States and the worldwide struggle for democracy in the twentieth century* (Princeton, 1994), p. 266.

3 Entrevista com Zbigniew Brzezinski, *Le Nouvel Observateur*, 15-21.1.1998. 4 Ver Norman Stone, *The Atlantic and its enemies. A personal history of the Cold War* (Londres, 2010), capítulo 19, «The Kremlin consolations», pp. 353-81.

5 Citado em Jonathan Haslam, *Russia's Cold War. From the October Revolution to the fall of the Wall* (New Haven e Londres, 2011), p. 304.

6 Citado em Jonathan Haslam, *The Soviet Union and the politics of nuclear weapons in Europe, 1969-87. The problem of the SS-20* (Basingstoke, 1989), p. 76.

7 Ver Michael Ploetz, «Mit RAF, Roten Brigaden und Action Directe-Terrorismus und Rechtsextremismus in der Strategie von SED und KPdSU», *Zeitschrift des Forschungsverbundes SED-Staat*, 22 (2007), pp. 117-44. 8 Ver Christopher Andrew, *The world was going our way. The KGB and the battle for the Third World* (Nova Iorque, 2005).

9 Ver Paolo Filo della Torre, Edward Mortimer e Jonathan Story (coords.), *Eurocommunism. Myth or reality?* (Harmondsworth, 1979).

10 Citado em Odd Arne Westad, *The global Cold War. Third World interventions and the making of our times* (Cambridge, 2005), p. 245.

11 A centralidade da ameaça *convencional* soviética é sublinhada em Christoph Bluth, *Thetwo*

Germanies and militarysecurityin Europe (Basingstoke, 2002), pp. 99-106, 227 e *passim*. Para as perceções coevas da esmagadora superioridade convencional soviética ver Jack L. Snyder, *The Soviet strategic culture. Implications for limited nuclear options* (Santa Monica, 1977), pp. 23-4.

12 Ver Aryeh Neier, *Taking liberties. Four decades in the struggle for rights* (Nova Iorque, 2003), e Samuel Moyn, *The last Utopia. Human rights in history* (Cambridge, Mass., e Londres 2010). 13 Ver Thomas J. W. Probert, «The innovation of the Jackson-Vanik amendment», in Brendan Simms e D. J. B. Trim (coords.), *Humanitarian intervention. A history* (Cambridge, 2011), pp. 323-42 (citação p. 323). Beneficiei também bastante das conversas com o meu aluno de doutoramento Jonathan Cook, que está a escrever uma tese sobre Jackson. 14 Citado em Clyde Haberman, «Decades later, Kissinger's words stir fresh outrage among Jews», *The New York Times*, 16.12.2010, que passa em revista a última publicação das gravações do Gabinete Oval. 15 Ver Noam Kochavi, «Insights abandoned, flexibility lost: Kissinger, Soviet Jewish emigration, and the demise of détente», *Diplomatic History*, 29, 3 (2005), pp. 503-29, especialmente pp. 521-2. 16 Neste sentido, Robert G. Kaufman, *Henry M. Jackson. A life in politics* (Seattle e Londres, 2000), pp. 251-3. 17 'Report by Mr Leo Tindemans, Prime Minister of Belgium, to the European Council», *Bulletin of the European Communities*, supplement 1/76 (1975), pp. 3, 5 e 11.

18 Citações em Keith Hamilton, «Cold War by other means: British diplomacy and the Conference on Security and Cooperation in Europe, 1972-1975», in Wilfried Loth e Georges-Henri Soutou (coords.), *The making of détente. Eastern and western Europe in the Cold War, 1965-75* (Nova Iorque e Londres, 2008), pp. 169 e 172. Ver também Roger Beetham, «Observations on British diplomacy and the CSCE process», *British Scholar*, III, 1 (2010), pp. 127-32. Agradeço a Thomas Probert esta referência.

19 Ver William Korey, *The promises we keep. Human rights, the Helsinki process, and American foreign policy* (Nova Iorque, 1993), p. xvii.

20 Citado em Olav Njølstad, «The Carter administration and Italy: keeping the communists out of power without interfering», *Journal of Cold War Studies*, 4, 3 (2002), pp. 56-94 (citação p. 64). 21 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy* (Cambridge, 1997) 22 Ver Donald Sassoon, *One hundred years of socialism. The west European left in the twentieth century* (Londres, 1996), especialmente capítulo 21.

23 Ver Douglas Wass, *Decline to fall. The making of British macro-economic policy and the 1976 IMF crisis* (Oxford e Nova Iorque, 2008).

24 Robin Harris (coord.), *The collected speeches of Margaret Thatcher* (Londres, 1997), p. 39. Agradeço a Matthew Jamison esta referência.

25 Citado em Svetlana Savranskaya, «Human rights movement in the USSR after the signing of the Helsinki Final Act, and the reaction of Soviet authorities», in Leopoldo Nuti (coord.), *The crisis of détente in Europe. From Helsinki to Gorbachev, 1975-1985* (Londres e Nova Iorque, 2009), p. 29.

26 Sobre o papel de Jackson em influenciar uma posterior geração de «neoconservadores» ver Justin Vaïsse, *Neoconservatism. The biography of a movement* (Cambridge, Mass., 2010). 27 Ver Klaus Wiegrefe, *Das Zerwürfnis. Helmut Schmidt, Jimmy Carter und die Krise der deutsch-amerikanischen Beziehungen* (Berlim, 2005).

28 Para o contexto da Guerra Fria ver Maria Eleonora Guasconi, «Europe and the SEM challenge: old and new forms of European integration in the 1970s», in Nuti (coord.), *Crisis of détente in Europe*, pp. 177-89, especialmente pp. 177-8 e 181.

29 Citado em Oliver Bange, « "Keeping détente alive": inner-German relations under Helmut Schmidt e Erich Honecker, 1974-1982», in Nuti (coord.), *Crisis of détente in Europe*, pp. 233-4.

30 Ver entrevista com Zbigniew Brzezinski, *Le Nouvel Observateur*, 15-21.1.1998. 31 Ver Ray Takeyh, *Guardians of the revolution. Iran and the world in the age of the ayatollahs* (Oxford e Nova Iorque, 2009), especialmente pp. 11-33 (citações pp. 28, 18, 20 e 21). Agradeço à minha aluna Roseanna Ivory muitas conversas sobre a Revolução Iraniana e as suas ramificações internacionais.

32 Ver Enrico Fardella, «The Sino-American entente of 1978-1979 and its "baptism of fire" in Indochina», in Max Guderzo e Bruna Bagnato (coords.), *The globalization of the Cold War. Diplomacy and local confrontation. 1975-85* (Londres e Nova Iorque, 2010), pp. 154-65, especialmente pp. 158-9.

33 Yaroslav Trofimov, *The siege of Mecca. The forgotten uprising* (Londres, 2007). 34 Citado em Lloyd C. Gardner, *The long road to Baghdad. A history of U.S. foreign policy from the 1970s to the present* (Nova Iorque e Londres, 2008), p. 56.

35 Ver Odd Arne Westad, «The road to Kabul: Soviet policy on Afghanistan, 1978-1979», in Odd Arne Westad (coord.), *The fall of détente. Soviet-American relations during the Carter years* (Oslo, 1997), especialmente pp. 134-5 sobre a preocupação de que Amin pudesse «virar-se para o Ocidente».

36 Citado em G. R. Sloan, *Geopolitics in United States strategic policy, 1890-1987* (Brighton, 1988), p. 191. 37 Ver Jeffrey Herf, *War by other means. Soviet power, West German resistance, and the battle of the Euromissiles* (Nova Iorque, 1991) e Thomas Risse-Kappen, *Zero option. INF, West Germany, and arms control* (Boulder e Londres, 1988).

38 Ver David Skidmore, *Reversing course. Carter's foreign policy, domestic politics and the failure of reform* (Nashville e Londres, 1996),pp. 52-83.

39 Para uma visão cética da importância interna da política externa ver Richard Melanson, *American foreign policy since the Vietnam War. The search for consensus from Nixon to Clinton* (Armonk e Londres, 1996), p. 134. 40 Ver Mark A. Kramer, «Poland, 1980-81. Soviet policy during the Polish crisis», *Cold War International History Project Bulletin*, número 5 (primavera, 1995), pp. 118-23.

41 Citado em Raymond L. Garthoff, *The great transition. American-Soviet relations and the end of the Cold War* (Washington, DC, 1994), p. 8.

42 Citado em Smith, *America's mission*, p. 303.

43 Citado em «Obituary: Lord Blaker», *The Times*, 9.7.2009, p. 57. 44 Ver Lawrence Freedman, *The official history of the Falklands campaign*, 2 vols. (Londres, 2005). 45 Neste sentido A. F. K. Organski, *The $36 billion bargain. Strategy and politics in US assistance to Israel* (Nova Iorque, 1990), p. 204.

46 Citado em Beatrice Heuser, «The Soviet response to the Euromissiles crisis», in Nuti (coord.), *Crisis of détente in Europe*, p. 144. Para a preocupação soviética com o *Bundeswehr* ver p. 143. 47 Sobre a penetração soviética no Partido Trabalhista Britânico e no movimento sindical, ver os artigos de Pavel Stroilov, «Reaching through the Iron Curtain» (baseado nos diários de Antoly Chernyaev, funcionário do Departamento Internacional soviético), e Gerald Kaufman, «How my party was betrayed by KGB boot-lickers», na secção «Labour and the Soviets», *Spectator*, 7.11.2009, pp. 14-17.

48 Ver Peter J. Westwick, «The Strategic Offense Initiative? The Soviets and Star Wars», *Physics Today*, 61, 6 (junho 2008), p. 45.

49 Sobre a reação europeia à SDI ver Sean N. Kalic, «Reagan's SDI announcement and the European reaction: diplomacy in the last decade of the Cold War», in Nuti (coord.), *Crisis of détente in Europe*, pp. 99-110. 50 Margaret Thatcher, *The Downing Street Years* (Londres, 1993),

p. 548. Para a centralidade da segurança na visão europeia de Thatcher ver Hugo Young, *The blessed plot. Britain and Europe from Churchill to Blair* (Basingstoke, 1998), pp. 306-74, especialmente pp. 310 e 358.

51 Neste sentido, o resumo brutal de Richard Hellie, «The structure of Russian imperial history», *History and Theory*, 44, 4 (2005), p. 107.

52 Citado em Amin Saikal e William Maley (coords.), *The Soviet withdrawal from Afghanistan* (Cambridge, 1989), p. 13. 53 Ver agora Rodric Braithwaite, *Afgantsy. The Russians in Afghanistan, 1979-89* (Londres, 2011), especialmente pp. 121-24.

54 Sobre isto ver Stephen Kotkin, *Armageddon averted. The Soviet collapse, 1970-2000* (Oxford, 2001), e Mikhail Gorbachev, *Perestroika. New thinking for our country and the world* (Londres, 1987), p. 19 e *passim*. 55 Citado em Vladislav M. Zubok, «Why did the Cold War end in 1989? Explanations of "the turn"», in Odd Arne Westad (coord.), *Reviewing the Cold War. Approaches, interpretations, theory* (Londres, 2000), p. 347. 56 Ver Boris Meissner, *Vom Sowjetimperium zum eurasischen Staatensystem. Die russische Aussenpolitik im Wandel und in der Wechselbeziehung zur Innenpolitik* (Berlim, 1995), pp. 37-66. 57 Citado em Vladimir Shlapentokh, «A normal system? False and true explanations for the collapse of the USSR», *The Times Literary Supplement*, 15.12.2000, p. 12.

58 Sobre isto ver Daniel Deudney e G. John Ikenberry, «The international sources of Soviet change», *International Security*, 16, 3 (1991-2), pp. 105-6.

59 Citado em Jonathan Haslam, «1989: History *is* rewritten», in S. Pons e F. Romero (coords.), *Reinterpreting the end of the Cold War. Issues, interpretations, periodizations* (Londres e Nova Iorque, 2005), pp. 165-78 (citações p. 167). 60 «Memorandum from Anatoly Chernyaev to Aleksandr Yakovlev on Germany and eastern Europe», 10.3.1986, in Svetlana Savranskaya, Thomas Blanton e Vladislav Zubok (coords.), *Masterpieces of history. The peaceful end of the Cold War in Europe, 1989* (Budapeste e Nova Iorque, 2010), pp. 222-3. 61 Ver «Record of conversation between Aleksandr Yakovlev and Zbigniew Brzezinski», 31.10.1989, in Savranskaya, Blanton e Zubok (coords.), *Masterpieces of history*, pp. 566-7.

62 Sobre a «Gorbymania» ver Thomas Risse-Kappen, «Ideas do not float freely: transnational coalitions, domestic structures, and the end of the Cold War», *International Organization*, 48, 2 (1994), pp. 185-214 (pp. 206-7). 63 Isto constituía um importante enredo secundário na *Historikerstreit* [querela dos historiadores] de meados dos anos 1980. Ver Mark Bassin, «Geopolitics of the *Historikerstreit*: the strange return of the *Mittellage*», in Jost Hermand e James Steakley (coords.), *Heimat, nation, fatherland. The German sense of belonging* (Nova Iorque etc., 1996), pp. 187-228, especialmente pp. 191-4.

64 Erhard Busek e Emil Brix, *Projekt Mitteleuropa* (Viena, 1986). Para uma discussão sobre o significado político ver Robin Okey, «Central Europe/eastern Europe: behind the definitions», *Past and Present*, 137 (1992), pp. 127-9. 65 Yitzhak M. Brudny, *Reinventing Russia. Russian nationalism and the Soviet state, 1953-1991* (Cambridge, Mass., 1998).

66 Citado em Zubok, «Why did the Cold War end in 1989?», p. 349. 67 Ver Richard Sakwa, *Gorbachev and his reforms, 1985-90* (Nova Iorque e Londres, 1990), p. 9. 68 Ver aqui «The new democratic revolution», in *ibid.*, pp. 192-3. 69 Neste sentido Eduard Schewardnadse, *Als der eiserne Vorhang zerriss. Begegnungen und Erinnerungen* (Duisburg, 2007), pp. 76-8.

70 Ver Stephen Wall, *A stranger in Europe. Britain and the EU from Thatcher to Blair* (Oxford, 2008). 71 Ver, por exemplo, Baronesa Young (Ministro de Estado) no Gabinete dos Estrangeiros e da Comunidade, Terceira Conferência Mackinder Lecture, publicada em *Transactions of the Institute of British Geographers*, 12, 4 (1987), pp. 391-7, especialmente p. 393.

72 Tal como é citada no registo oficial soviético de uma reunião de setembro de 1989, antes

da queda do Muro de Berlim: Andrew Roberts, «Why Thatcher feared Germany», *Sunday Telegraph*, 13.9.2009, p. 22. 73 Artemy M. Kalinovsky e Sergey Radchenko (coords.), *The end of the Cold War and the Third World. New perspectives on regional conflict* (Londres e Nova Iorque, 2011).

74 Jason Burke, *Al-Qaeda. Casting a shadow of terror* (Londres, 2004). 75 Abdullah Azzam, «The solid base», abril 1988, extratos in Gilles Kepel e Jean-Pierre Milelli (coords.), *Al Qaeda in its own words* (Cambridge, Mass., 2008), pp. 140-43 (citação p. 143).

76 Neste sentido, Fawaz A. Gerges, *The far enemy. Why jihad went global* (Cambridge, 2005). 77 Citado em Sakwa, *Gorbachev and his reforms*, pp. 134-5. 78 Ver Charles S. Maier, *Dissolution. The crisis of communism and the end of East Germany* (Princeton, 1997). 79 Citado em Douglas A. Borer, *Superpowers defeated. Vietnam and Afghanistan compared* (Londres e Portland, 1999), p. 220. Citado em Douglas A. Borer, *Superpowers defeated. Vietnam and Afghanistan compared* (Londres e Portland, 1999), p. 220.

80 Assim, William E. Odom, *The collapse of the Soviet military* (New Haven, 1998). 81 Para a centralidade da Alemanha ver Jeffrey A. Engel (coord.), *The fall of the Berlin Wall. The revolutionary legacy of 1989* (Oxford, 2009), pp. 52-64, 69, 83-6, 140-41 e *passim*; e Harold James e Marla Stone (coords.), *When the Wall came down. Reactions to German unification* (Londres, 1993).

82 Citado em Daniel Johnson, «Seven minutes that shook the world», *Standpoint*, novembro de 2009, p. 41. 83 Citada em George R. Urban, *Diplomacy and disillusion at the court of Margaret Thatcher. An insider's view* (Londres e Nova Iorque, 1996), pp. 118-50 (especialmente p. 136).

84 Ver Philip Zelikow e Condoleezza Rice, *Germany unified and Europe transformed: a study in statecraft* (Cambridge, Mass., 1995) e Robert L. Hutchings, *American diplomacy and the end of the Cold War: an insider's account of US policy in Europe, 1989-1992* (Washington, DC, Baltimore e Londres).

85 Citado em Michael Cox e Steven Hurst, « "His finest hour?" George Bush and the diplomacy of German unification», *Diplomacy and Statecraft*, 13, 4 (2002), p. 135.

86 A centralidade da Alemanha, e o «desespero» de Moscovo são sublinhados em George Bush e Brent Scowcroft, *A world transformed* (Nova Iorque, 1998), pp. 182-203, 253, 280-81 (citação) e *passim*. 87 Ver Michael R. Beschloss e Strobe Talbott, *At the highest levels. The inside story of the end of the Cold War* (Boston, 1993), pp. 185-6.

88 David Cox, *Retreating from the Cold War. Germany, Russia and the withdrawal of the Western Group of forces* (Londres, 1996).

89 Angela Stent, «From Rapallo to reunification: Russia and Germany in the twentieth century», in Sanford R. Lieberman, David E. Powell, Carol R. Saivetz e Sarah M. Terry (coords.), *The Soviet Empire reconsidered. Essays in honour of Adam B. Ulam* (Boulder, São Francisco e Oxford, 1994).

90 Citado em Cox and Hurst, « "His finest hour?" », p. 140. 91 Stephen F. Frowen e Jens Hölscher (coords.), *The German currency union of 1990. A critical assessment* (Basingstoke, 1997).

92 Anthony Glees, «The diplomacy of Anglo-German relations: a study of the ERM crisis of September 1992», *German Politics*, 3 (1994), pp. 75-90.

93 Ver Ulrich Schlie, «Die ersten fünf Jahre der Wiedervereinigung: von außen betrachtet – eine Bücherauslese», *Die neue Ordnung*, 49, 6 (1995), pp. 474-80; Manfred Görtemaker, *Geschichte der Bundesrepublik Deutschland.Von der Gründung bis zur Gegenwart* (Frankfurt am Main, 2004); Christian Hacke, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland.*

VonKonradAdenauer bis GerhardSchröder, 2.ª ed. (Berlim, 2004); e Eckart Conze*, Die Suche nach Sicherheit. Eine Geschichte der BundesrepublikDeutschland von 1949 bis in die Gegenwart* (Munique, 2009). 94 Ver Arthur Hertzberg, «Is anti-semitism dying out?», *New York Review of Books*, 24.6.1993, pp. 51-7, especialmente p. 56.

95 Para a recusa da Alemanha em corresponder às «histórias de terror académicas» ver Jan Müller, «The old questions and the German Revolution», *Contemporary European History*, 7, 2 (1998), pp. 271-84. 96 Sobre a fraqueza estrutural do federalismo alemão e da economia após 1990, ver Helmut Wiesenthal, «German unification and "Model Germany": an adventure in institutional conservatism», *West European Politics*, 26, 4 (2003), pp. 37-58.

97 Ver Christopher Hill, «The European dimension of the debate on UN Security Council membership», *The International Spectator*, XL, 4 (2005), pp. 31-2. Para a «cultura interna de contenção e reserva» da Alemanha apesar do seu «enorme e crescente poderio estrutural» ver Andrei S. Markovits e Simon Reich, *The German predicament. Memory and power in the new Europe* (Ithaca, 1997), pp. xiii e 3.

98 Gregor Schöllgen, *Angst vor der Macht. Die Deutschen und ihre Aussenpolitik* (Berlim, 1993). 99 A frase está num estudo da RAND do verão de 1990: Ronald D. Asmus,*German strategy and opinion after the Wall, 1990-1993* (Santa Monica, 1994), p. 61.

100 James Gow, *The Serbian project and its adversaries. A strategy of war crimes* (Montreal, 2003), e Gerard Toal and Carl T. Dahlman, *Bosnia remade. Ethnic cleansing and its reversal* (Oxford, 2011). 101 Ver Leon Aron, *Boris Yeltsin. A revolutionary life* (Londres, 2000), pp. 440-93. 102 Ver Karl Kaiser e Klaus Becher, «Germany and the Iraq conflict», in Nicole Gnesotto e John Roper (coords.), *Western Europe and the Gulf. A study ofWest European reactions to the Gulf War* (Paris, 1992), pp. 39-69, especialmente pp. 39-43.

103 Lawrence Freedman e Efraim Karsh (coords.), *The Gulf conflict 1990-1991. Diplomacy and war in the New World Order* (Londres, 1993); Alex Danchev e Dan Keohane (coords.), *International perspectives on the Gulf conflict,1991* (Londres, 1994).

104 Para um panorama coevo deste debate, com particular ênfase na centralidade da Alemanha, ver Josef Joffe, «Collective security and the future of Europe: failed dreams and dead ends», *Survival*, 34, 1 (1992), pp. 36-50. 105 Sobre a «alternativa francesa» ver Kori Schake, «NATO after the Cold War, 1991-1995: institutional competition and the collapse of the French alternative», *Contemporary European History*, 7, 3 (1998), pp. 379-407 (p. 380). 106 D. Allen, «Wider but weaker or the more the merrier? Enlargement and foreign policy cooperation in the EC/EU», in J. Redmond e G. G. Rosenthal (coords.), *The expanding European Union. Past, present, future* (Boulder, 1998). 107 Ver Ludger Kühnhardt, «The fall of the Berlin Wall and European integration», pp. 47-60; http://www.kas.de/upload/Publikationen/Panorama/2009/1/kuehnhardt.pdf.

108 Na recordação de Helmut Kohl, *Ich wollte Deutschlands Einheit* (Berlim, 1996), pp. 194-201. 109 Citado em Schake, «NATO after the Cold War», p. 387. 110 Citado em Jacques E. C. Hymans, «Judgment at Maastricht», *The Harvard Crimson*, 4.12.1991. 111 Ver James Gow, *Triumph of the lack of will. International diplomacy and the Yugoslav war* (Londres, 1997), e Josip Glaurdić, *The hour of Europe. Western powers and the breakup of Yugoslavia* (New Haven e Londres, 2011). 112 Ver Brendan Simms, *Unfinest hour. Britain and the destruction of Bosnia* (Londres, 2001). 113 Baseio-me aqui na tese inédita de Caoimhe ni Chonchuir, «French policy towards Bosnia, 1992-1995» (Dissertação de Mestrado, Universidade de Cambridge, 2008).

114 Ver Richard Caplan, «The European Community's recognition of new states in Yugoslavia: the strategic implications», *Journal of Strategic Studies*, 21, 3 (1998), pp. 24-45.

115 Ver Takis Michas, *Unholy alliance. Greece and Milošević's Serbia* (College Station, Texas, 2002). 116 Para o «debate da China» de meados dos 1990 ver Richard Bernstein e Ross Munro, *The coming conflict with China* (Nova Iorque, 1997). Para a viragem a oriente em

Washington e na NATO ver Philip H. Gordon, «Recasting the Atlantic alliance», *Survival*, 38, 1 (1996), pp. 32-57.

117 Citado em Smith, *America's mission*, p. 325. Clinton falava em janeiro de 1994. 118 Ver Niall Ferguson e Brigitte Granville, « "Weimar on the Volga". Causes and consequences of inflation in 1990s Russia compared with 1920s Germany», *Journal of Economic History*, 60, 4 (2000), pp. 1061-87. 119 Citado em David Kerr, «The new Eurasianism: the rise of geopolitics in Russia's foreign policy», *Europe-Asia Studies*, 47, 6 (1995), p. 986.

120 Para os temores sobre o alargamento da NATO no contexto bósnio ver Hans-Joachim Hoppe, «Moscow and the conflicts in former Yugoslavia», *Aussenpolitik*, 43, 3 (1997), pp. 267-77, especialmente p. 277. 121 Yevgeny Primakov, diretor do Serviço de Informações do Ministério dos Estrangeiros, e Yeltsin (falando em setembro de 1995) são citados em Peter Truscott, *Russia First. Breaking with the west* (Londres e Nova Iorque, 1997), pp. 48-9.

122 Ver John Dunlop e Anatol Lieven, *Chechnya. Tombstone of Russian power* (New Haven, 1998). 123 Citado em Ivo H. Daalder, *Getting to Dayton. The making of America's Bosnia policy* (Washington, DC, 2000), p. 10. 124 Václav Havel, «A new European order?» *New York Review of Books*, 2.3.1995, p. 43. 125 Ver James Goldgeier, *Not whether but when. The U.S. decision to enlarge NATO* (Washington, DC, 1999), e Ronald D. Asmus, *Opening NATO's door. How the alliance remade itself for a new era* (Nova Iorque, 2002). 126 Ver John W. Young, *Britain and European unity, 1945-1999*, 2.ª ed. (Basingstoke, 2000), pp. 150-74. 127 Embora as divisões dos conservadores a respeito da Europa tenham desempenhado o seu papel: ver Christopher Stevens, «Thatcherism, Majorism and the collapse of Tory statecraft», *Contemporary British History*, 16, 1 (2002), pp. 119-50, especialmente p. 139.

128 Sonia Lucarelli, *Europe and the breakup of Yugoslavia. A political failure in search of a scholarly explanation* (Haia e Londres, 2000).

129*A National Security Strategy of engagement and enlargement*, The White House, February 1995, pp. 1, 2, 22, 25, 27, 30 e *passim*.

130 Ver também Oliver Daddow, *New Labour and the European Union. Blair and Brown's logic of history* (Manchester e Nova Iorque, 2011), especialmente pp. 1 e 12.

131 Citado em Paul Gillespie, «History and geography rhyme for new Germany», *Irish Times*, 8.11.1997. 132 Citado em Brendan Simms, «From the Kohl to the Fischer Doctrine: Germany and the Wars of the Yugoslav Succession, 1991-1999», *German History*, 21, 3 (2003), pp. 393-414 (citação p. 414). 133 Thomas Diez, «Europe's others and the return of geopolitics», *Cambridge Review of International Affairs*, 17, 2 (2004), pp. 319-35 (citação p. 327).

134 Ver Christopher Hill, «The capability-expectations gap, or conceptualizing Europe's international role», in Simon Bulmer e Andrew Scott (coords.), *Economic and political integration in Europe. Internal dynamics and globalcontext* (Oxford, 1994), especialmente pp. 104 (sobre a Bósnia) e 116-17 (sobre «a defesa [como] chave para o desenvolvimento do lugar da comunidade no mundo»).

135 Citado em Henrik Larsen, «The EU: a global military actor?», *Cooperation and Conflict. Journal of the Nordic International Studies Association*, 37, 3 (2002), pp. 283-302 (citação p. 293). 136 Ver Tariq Ramadan, *Islam, the west and the challenges of modernity* (Leicester, 2001), p. 277. 137 Gilles Kepel, *Allah in the west. Islamic movements in America and Europe* (Oxford, 1997).

138 Citado em Jonathan Bronitsky, *British foreign policy and Bosnia. The rise of Islamism in Britain, 1992-1995*, publicado pelo International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence (Londres, 2010), p. 9. 139 Neste sentido, Ed Husain, *The Islamist. Why I joined radical Islam in Britain, what I saw inside and why I left* (Londres, 2007), pp. 74-81 e *passim*.

140 Osama bin Laden, «Declaration of Jihad against the Americans occupying the land of the two Holy Sanctuaries», in Gilles Kepel e Jean-Pierre Milelli (coords.), *Al Qaeda in its own words* (Cambridge, Mass., 2008), pp. 47-50. 141 Havia, contudo, consideráveis dúvidas a este respeito na vasta literatura académica: Daniele Conversi, «Demo-skepticism and genocide», *Political Studies Review*, 4 (2006), pp. 247-62, especialmente pp. 247 and 257. 142 Neste sentido Gregor Schöllgen in Wolf-Dieter Eberwein e Karl Kaiser (coords.), *Deutschlands neue Aussenpolitik*. Vol. IV: *Institutionen und Ressourcen* (Munique, 1998), p. 217.

143 Ver Rudolf Scharping, *Wir dürfen nicht wegsehen. Der Kosovo-Krieg und Europa* (Munique, 2001), p. 114. 144 Simms, «From the Kohl to the Fischer Doctrine». 145 Chris Patten, «No more roses», *The Times Literary Supplement*, 1.6.2007, p. 13. 146 Catherine Ashton, discurso ao Parlamento Europeu, 3.3.2010. 147 Para uma análise coeva disto ver Peter Riddell, «Europe must learn to defend itself. Military muscle would give the EU more diplomatic clout», *The Times*, 28.6.1999, p. 20.

148 A centralidade da Alemanha é realçada por Jolyon Howorth, «Discourse, ideas and epistemic communities in European security and defence policy», *West European Politics*, 27 (2004), pp. 211-34 (p. 224). 149 Ver James Rogers, «From "civilian power" to "global power". Explicating the European Union's "Grand Strategy" through the articulation of discourse theory», *Journal of Common Market Studies*, 47, 4 (2009), pp. 831-62, e Jan Zielonka, *Explaining Euro-paralysis. Why Europe is unable to act in international politics* (Basingstoke e Nova Iorque, 1998).

150 Ver Mette Eilstrup-Sangiovanni, «Why a Common Security and Defence Policy is bad for Europe», *Survival*, 45, 4 (2003), pp. 193-206.

151 Ver Heinz Brill, «Geopolitische Motive und Probleme des europäischen Einigungsprozesses», *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 32 (2008), pp. 41-6.

152 Por exemplo, Svitlana Kobzar, «The European Union's impact on democratisation of Ukraine», in David. Bosold, Petr Drulák and Nik Hynek (coords.), *Democratization and security in central and eastern Europe and the post-Soviet states* (Baden-Baden, 2012).

153 Ver Paul Lendvai, *Inside Austria. New challenges, old demons* (Londres, 2010), pp. 149-56. 154 Ver Giandomenico Majone, «Europe's "democratic deficit": the question of standards», *European Law Journal*, 4, 1 (1998), pp. 5-28.

155 Deirdre Kevin, «Coverage of the European parliament elections of 1999: national public spheres and European debates», *Javnost – The Public*, 8, 1 (2001), pp. 21-38.

156 Ver Philipp Borinski, «NATO towards double enlargement: the case of the Balkans», *Journal of European Integration*, 24, 2 (2002), pp. 130-31.

157 Ver Alexander Rahr, *Wladimir Putin. Der «Deutsche» im Kreml* (Munique, 2000). 158 Ver Bobo Lo, *Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign policy* (Londres, 2003), pp. 72-3 e 83-6, e Stephen Blank, «Russia's unending quest for security», in Mark Galeotti (coord.), *The politics of security in modern Russia* (Farnham, 2010), pp. 177-9.

159 Citado em Kundnani, *Utopia or Auschwitz*, p. 268. 160 Ver numa perspetiva de «estudos críticos de segurança» J. Peter Burgess, *The ethical subject of security. Geopolitical reason and the threat against Europe* (Londres e Nova Iorque, 2011), especialmente pp. 183 e 206-7. 161 Discurso do Ministro Federal dos Estrangeiros Joschka Fischer durante o debate de política europeia no *Bundestag* alemão em 12 de dezembro de 2001.

162 Para uma crítica ver Tony Smith, *A pact with the devil. Washington's bid for world supremacy and the betrayal of the American promise* (Nova Iorque, 2007), um *pentito* entre os novos wilsonianos. 163*European Security Strategy*, pp. 7-8: < http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_organised_crime/

r00004_en.htm>. 164 Ver Romano Prodi, *A wider Europe. Proximity as the key to stability*, 6.12.02. Para este novo «perímetro de segurança» ver Michael Smith, «The European Union and international order: European and global dimensions», *European Foreign Affairs Review*, 12, 4 (2007), pp. 437-56 (especialmente p. 449). 165 Discurso de Blair, 2.10.2001.

166 Citado em Kundnani, *Utopia or Auschwitz*, p. 284.

167 Ver Gregor Schöllgen, *Der Auftritt. Deutschlands Rückkehr auf die Weltbühne* (Munique, 2003), e Joschka Fischer, *«I am not convinced.» Der IrakKrieg und die rot-grünen Jahre* (Colónia, 2011), especialmente pp. 169-225. 168 Derek Averre, « "Sovereign democracy" and Russia's relations with the European Union», *Demokratizatsiya*, 15, 2 (2007), pp. 173-90, e Andrew Hurrell, «Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?», *International Affairs*, 82 (2006), pp. 1-19.

169 Por exemplo, Mark Leonard, *Why Europe will run the 21st century* (Londres e Nova Iorque, 2005). 170 Sobre as questões gerais ver Andreas von Gehlen, «Two steps to European party democracy», *European View*, 3 (2006), pp. 161-70.

171 < http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_organised_crime/r00004_en.htm >. 172 Neste sentido Thomas C. Fischer, «An American looks at the European Union», *European Law Journal*, 12, 2 (2006), pp. 226-78, especialmente p. 227.

173 Ver Glyn Morgan, *The idea of a European superstate. Public justification and European integration* (Princeton, 2005).

174 Citado no *International Herald Tribune*, 4.3.2004. 175 Ver Elizabeth Shakman Hurd, «Political Islam and foreign policy in Europe and the United States», *Foreign Policy Analysis*, 3 (2007), pp. 345-67.

176 Christopher Hill, «Bringing war home: making foreign policy in multicultural societies», *International Relations*, 21 (2007), pp. 259-83. Para os casos nacionais ver Sam Cherribi, *In the house of war. Dutch Islam observed* (Oxford, 2010), e Anthony McRoy, *From Rushdie to 7/7. The radicalisation of Islam in Britain* (Londres, 2006), pp. 50-67. 177 Ver Menahem Milson, «A European plot on the Arab stage: the Protocols of the Elders of Zion in the Arab media», *Middle East Research Institute, Inquiry and Analysis*, 20.5.2011.

178 Neste sentido, o diagnóstico de Hanns W. Maull, o mais destacado teórico do «poder civil», de que «a nova situação mundial requer a mobilização da sociedade à volta de um novo primado da política externa»: «Internationaler Terrorismus: diedeutsche Aussenpolitik auf dem Prüfstand», *Internationale Politik*, 56, 12 (2001), pp. 1-10. 179 Ver Samy Cohen (coord.), *Democracies at war against terrorism. A comparative perspective* (Basingstoke, 2008). 180 John McCain, discurso em Stanford, Califórnia, 2.5.2007. 181 James Rubin, «Building a new Atlantic alliance: restoring America's partnership with Europe», *Foreign Affairs*, 87, 4 (2008), pp. 99-110 (citações pp. 99 e 107). Ver também Andrew B. Denison, «Amerika kommt auf Deutschland zu», *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 37-8 (2008), pp. 3-5.

182 Neste sentido George Friedman, «The United States, Germany and beyond», *Stratfor Global Intelligence*, 30.3.2009. 183 Ver Sergio Fabbrini, *Compound democracies. Why the United States and Europe are becoming similiar* (Oxford, 2010).

184 Ver Richard Youngs, *Europe's decline and fall. The struggle against global irrelevance* (Londres, 2010).

Conclusão

A história não é (...) um livro de cozinha que ofereça receitas já experimentadas.

Ensina por analogia, não por máximas. Pode iluminar as consequências de certas ações em situações comparáveis, mas cada geração tem de descobrir por si própria quais as situações que são realmente comparáveis.

Henry Kissinger, 1979 (1)

Este livro cobriu mais de 500 anos de história europeia. Discutiu dúzias de guerras,

intervenções, movimentos de reforma e os debates que lhes estiveram associados. Fomos apresentados a organizações políticas, personalidades e culturas muito diferentes, a começar pelo Sacro Império Romano, passando pelo absolutismo, o governo parlamentar, o III *Reich*, até acabar na União Europeia. Apesar das diferenças de tempo e lugar vimos, no entanto, que há temas geopolíticos que se repetem na história dos Estados europeus. É para esses padrões e para a questão de saber para onde podem apontar no futuro – se apontam para algum lado – que nos voltamos agora.

A questão fundamental tem sido sempre se a Europa seria unida – ou dominada – por uma

única força: a Monarquia Universal atribuída a Carlos V, a Filipe II (a quem o mundo «não bastava») e a Luís XIV; o Califado de Solimão, *o Magnífico* e seus sucessores; o bloco continental que Napoleão esteve tão perto de alcançar; a *Mitteleuropa* da Alemanha Imperial; o *Reich* de «Mil Anos» de Hitler; a utopia socialista abraçada pela União Soviética; e a geopolítica democrática da NATO e da União Europeia de hoje. Em todos os casos o principal terreno de discórdia foi a Alemanha: por causa da sua posição estratégica no coração da Europa, por causa do seu imenso potencial económico e militar e – no período da primeira Era Moderna – por causa da legitimidade política que o seu título imperial lhe conferia. Na última parte do século XIX este

poder latente foi realizado sob a liderança de Bismarck e dominou a política europeia até à queda de Hitler. Durante a subsequente Guerra Fria a luta pelo controlo da Alemanha esteve no cerne da rivalidade entre a União Soviética e o Ocidente. Depois da queda do Muro de Berlim, o poder alemão ressurgiu outra vez com a reunificação – embora mais devagar do que muitos tinham esperado – e agora domina a União Europeia. Uma e outra vez, desde o Tratado de Vestefália, passando pela Convenção de Viena, até ao estabelecimento da União Europeia Ocidental e ao novo impulso de integração europeia depois da queda do Muro, o elo entre a ordem interna da Alemanha e a paz na Europa tornou-se explícito. Algumas das mais importantes instituições internacionais – a Sociedade das Nações, as Nações Unidas, o projeto de integração europeia, o Tratado de Não-proliferação e (em parte) a NATO – foram originariamente concebidas para conter a Alemanha ou para mobilizar as suas energias na causa comum.

> A Alemanha tem sido também a arena do combate ideológico europeu. O flanco sudeste do

Sacro Império Romano era a mais importante frente contra o Islão: os turcos chegaram duas vezes até Viena. Era também o fulcro da batalha entre católicos e protestantes, que culminou na Guerra dos Trinta Anos e continuou a turvar por muito tempo as relações entre Estados e dentro deles. Foi na Alemanha que o confronto entre autocratas conservadores e constitucionalistas liberais foi mais agudo no século XIX. A Alemanha foi a terra natal do marxismo e acolheu o mais poderoso partido socialista anterior à Primeira Guerra Mundial. Foi a Alemanha que produziu o nazismo. Finalmente, o choque entre ditadura e democracia em parte nenhuma foi mais forte do que na Alemanha, e particularmente em Berlim, que adquiriu uma importância simbólica crucial como antiga capital dividida, numa Alemanha dividida, numa Europa dividida, num mundo dividido. A Guerra Fria começou ali e ali acabou. Hoje, se a Europa vai seguir em frente para uma união mais estreita ou continuará a ser uma confederação de Estados-Nação será uma questão decidida principalmente na Alemanha e pela Alemanha.

> O equilíbrio de poder na Europa – e especialmente o futuro da Alemanha – foi também crucial

para a mais importante potência extraeuropeia, os Estados Unidos. A América do Norte foi colonizada como parte de uma competição entre a Grã-Bretanha, França e Espanha; esta luta levou os colonos a procurar a independência e ao mesmo tempo tornou-a possível. A

despeito de tentativas periódicas de isolamento da Europa, a segurança da nova república esteve sempre primacialmente dependente das políticas dos Estados europeus. Estes rivalizavam pela influência no hemisfério ocidental e representaram uma ameaça mortal quando procuraram estabelecer-se nos flancos dos Estados Unidos. Washington habituou-se lentamente a conviver com a presença britânica no Canadá, mas ofereceu uma resistência estrénua a qualquer penetração europeia na América Latina: a da Grã-Bretanha em Cuba, contra a escravatura, a tentativa de Napoleão III para estabelecer um império satélite no México, os laços da Alemanha Imperial com o México e finalmente a jogada soviética em Cuba. Em termos mais gerais, os estrategas americanos temiam que à predominância na Europa de uma qualquer potência depressa se seguiria a tentativa de lhes impor a sua autoridade e a sua ideologia. Acompanharam por conseguinte com profunda preocupação as Guerras Napoleónicas, o choque de princípios do século XIX entre liberalismo e autocracia e as ambições tanto da Alemanha Imperial como do III *Reich*. Por essa mesma razão, após a Segunda Guerra Mundial Washington estava decidida a não permitir que o território continental europeu caísse nas mãos de uma potência rival. Os Estados Unidos emergiram como parte do sistema de Estados europeus e desde então têm-se tornado cada vez mais centrais nele.

> Seria tentador finalizar com uma série de prognósticos e recomendações. Concluirei, em vez

disso, com uma série de perguntas.

> Este livro vai para o prelo durante um período de excecional incerteza na Europa. Ninguém

sabe se a zona euro de direção franco-germânica sobreviverá à investida dos mercados ou será pulverizada pelo mundo exterior tão seguramente como foram no seu tempo esmagados o Sistema Continental, a *Mitteleuropa* e a «Fortaleza Europa». Encontrará a Europa uma posição comum perante os desafios e oportunidades da Primavera Árabe, das ambições russas no oriente e do crescimento do poder chinês ou fragmentar-se-á nas suas partes componentes? Persistirão os europeus em considerar a UE como um Sacro Império Romano dos nossos dias, que lhes permite coexistir mais facilmente do que nunca, mas é incapaz de uma ação coletiva eficaz, ou concluirão que todos estes problemas só podem ser dominados estabelecendo um novo acordo constitucional, na linha de que foram pioneiros os anglo-

americanos no século XVIII: uma poderosa união baseada numa dívida comum, em fortes instituições centrais responsáveis perante um parlamento eleito diretamente e numa defesa comum contra os inimigos comuns?

> Apenas dois Estados têm capacidade para abrir a porta que dá para uma integração mais

profunda: a Grã-Bretanha, porque possui de momento a força de combate mais credível do continente; e a Alemanha, porque a sua força económica é vital para o funcionamento do Mercado Único e do Euro. Darão juntas a volta à chave? Servirá a Grã-Bretanha como uma Prússia do projeto europeu, conduzindo a integração da segurança e fornecendo-lhe a credibilidade militar de que tão desesperadamente carece? Abraçará o destino europeu que os ingleses perseguem desde Herique VIII, Marlborough e Castlereagh, senão antes? Apoiarão, pelo menos, o continente na sua busca de união, mesmo que o façam apenas como uma escora exterior? Ou vai a Grã-Bretanha virar costas à Europa e destruir qualquer esperança de uma poderosa união para a defesa dos valores ocidentais no interior e a sua projeção no exterior? Voltará a Alemanha, por seu lado, às tradições de «Rapallo», bloqueando permanentemente a expansão da NATO e prosseguindo uma política de estreita vantagem financeira, abandonando a moeda comum? Ou aceitará Berlim que a alternativa a uma moeda europeia democraticamente controlada é uma hegemonia económica alemã que a longo prazo destruirá a União Europeia, aumentando desse modo a insegurança económica e estratégica da República Federal? Acatará a Alemanha a lógica de que é «pequena demais para o mundo e grande demais para a Europa», procurando através de uma união democrática o peso crítico que tem fugido aos seus líderes, de Bismarck a Hitler?

> Este livro começou com o apelo à mobilização da «Cristandade» em meados do século XV,

quando se esforçava por responder ao desafio otomano. E sustenta que os europeus apenas sentiram essa unidade frente a uma ameaça interna ou externa, contra, por exemplo, Luís XIV, Napoleão, Hitler ou Estaline. Segue-se que só uma ameaça externa unirá hoje os europeus. Assumirá esta a forma de uma confrontação com a Rússia do Sr. Putin, talvez a respeito dos Estados bálticos, da Bielorrússia ou da Ucrânia? Será um confronto com o califado islamista no Médio Oriente ou na «frente interna» das sociedades ocidentais? Ou será um choque com a China, à medida que esta se expande para áreas de interesse vital para a Europa e se torna um desafio ideológico cada vez mais severo? Enfrentará a União estas ameaças expandindo-se para leste e para sul

até atingir fronteiras geográficas naturais ou fronteiras políticas impermeáveis? Serão absorvidas as «terras intermédias», na Ucrânia e na Bielorrússia, para pôr termo à instabilidade e impedir a sua subversão por Moscovo? Acima de tudo, tornar-se-á a União Europeia um ator internacional europeu mais coeso, em particular na área militar? Servirão o seu exército e a sua marinha como «escola da União»? Ou evitarão os europeus esses desafios, retrair-se-ão para dentro de si próprios e chegarão mesmo a separar-se? Se isso acontecer, a história julgará a União Europeia como uma dispendiosa partida juvenil que o continente nos pregou na sua idade senil, marcando a consumação em vez do ponto de partida de um projeto de grande potência.

-

1 Henry Kissinger, *White House years* (Londres, 1979), p. 54.

Agradecimentos

Muitíssima gente me ajudou a escrever este livro e não posso agradecer a todos. Gostaria, no

entanto, de aproveitar esta oportunidade para exprimir a minha gratidão a Doohwan Ahn, Ilya Berkovich, Tim Blanning, Arndt Brendecke, Christopher Clark, David Cooper, Nicola Craig, Geoffrey Dumbreck, Hazel Dunn, Liam Fitzgerald, Nick Guyatt, Bill Hamilton, Jonathan Haslam, Lara Heimert Christopher Hill, Rachel Hoffman, Charlie Laderman, a lamentada Miranda Long, Roger Lovatt, Scott Mandelbrote, Heinrich Meier, Patrick Milton, William Mulligan, James Carleton Paget, Mateja Peter, Andrew Preston, Daniel Robinson, James Rogers, Christopher Ross, Liza Soutchek, Jan Vermeiren, Bob Wilkinson, Joachim Whaley, Simon Winder. A esta lista tem de se acrescentar o pessoal e os alunos do Departamento de Estudos Políticos e Internacionais da Universidade de Cambridge, o Mestre da Peterhouse, Adrian Dixon, e todos os Membros dessa Escola não mencionados já individualmente. Estou também profundamente em dívida para com a minha família, em especial a minha mulher, Anita Bunyan, e os meus pais, David e Anngret Simms. Agradeço, por fim, aos meus filhos, Hugh, Katherine e Constance, a mais velha, a quem este livro é dedicado.

Índice Remissivo

Os nomes árabes que começam com o artigo definido (al-) são arquivados sob o elemento principal do nome; p. ex., al-Assad é arquivado como Assad, Hafez al-.

Abdul Hamid, Sultão

Abecásia

Aberdeen, George Hamilton-Gordon, 4.º Conde de

Abo, Tratado de

Abissínia

Absolutismo
– francês
– Habsburgo
– modernização austríaca neo-absolutista
– Prussiano
– Russo
Acádia
Acheson, Dean
Ackerman, Convenção de
aço, 395
– Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

Acordo de Dayton

Acordo de Limitação de Armas Estratégicas

– SALT I

– SALT II

Acordo de Munique

Acordo de Potsdam

Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)

Acordos de Helsínquia/Ata Final

Acordo Sykes-Picot

açúcar

– colónias

– Lei do Açúcar britânica

Adams, John Quincy

Adams, John

Adenauer, Konrad

Adrianópolis, Tratado de

Adua (Adowa), batalha de

Adzhubei, Alexei

Aerenthal, Alois Lexa von, Barão

Afeganistão

– como base jihadista

– e a URSS

– e os Estados Unidos

– *modus vivendi* russo-britânico no

– Taliban

AFL–CIO (American Federation of Labor–Confederation of Industrial Organizations)

Afonso de Aragão

África

– Norte, *ver* tráfico de escravos na África do Norte *ver* escravatura/ tráfico de escravos

– Oriental

– soldados coloniais africanos

– sublevação Herrero, Sudeste africano

– Sul *ver* África do Sul

África do Sul

– e os Estados Unidos

– e Primeira Guerra Mundial

– e Segunda Guerra Mundial

– Guerra dos Boéres

África Oriental

Afrikakorps

Afrikaners

Afro-Americanos

Agricultura

– e Reforma das Tarifas Britânica

– explorações coletivas soviéticas

Ahmed III

Aitchison, David R.

Aix-la-Chapelle, Tratado de

Ajuda/Plano Marshall

Aksakov, Ivan Sergeyevich

Aksakov, Konstantin

Alabama

Albânia

– admissão na EU

– muçulmanos da

Alberoni, Giulio, Cardeal

Albert, Charles d', Duque de Luynes

Albigenses

Albright, Madeleine

Alemanha

– a mudança europeia movida pela luta pelo domínio no Império

– a Questão Alemã: pós-Primeira Guerra Mundial; pós-Segunda Guerra Mundial; hoje; e o

Congresso de Viena

– a revolução da imprensa

– Alemanha de Leste *ver* República Democrática Alemã (RDA)

– Alemanha Ocidental/República Federal: Lei Básica; Tratado Básico; *Bundestag*; União

Cristã-Democrata; União Cristã-Democrata; e a Checoslováquia; democracia; *détente*;

Marchas da Páscoa (1982); emigrações da Alemanha de Leste; formação; Democratas Livres;

'outono alemão' (1977); doutrina Hallstein; e Israel; programa de Kohl; doutrina Hallstein; e

Israel; programa de Kohl 521; e a Palestina; polarização política; e o combate radical contra o

ocidente; rearmamento; reunificação com a RDA; *Rote Armee Fraktion* (Grupo Baader–

Meinhof); SDP; caso Spiegel; movimento estudantil; e a URSS; *Westbindung* (alinhamento

ocidental); e a UEO

– ativismo estratégico de fins dos anos 1930

– Ato Federal Alemão

– Bizonia

– caminhos-de-ferro; linha Berlim-Bagdade

– Catolicismo

– CDU *ver* União Critã-Democrata (CDU, Alemanha)

– comércio

– como berço de mudanças ideológicas

– comunidade racial (*Volksgemeinschaft*)

– comunismo *ver* comunismo: alemão

– Confederação Alemã (*Deutsche Bund Deutsche Bund*; e Dinamarca; e os Habsburgos; e a

Guerra Italiana de 1859; movimentos revolucionários dos anos 1830

– Confederação do Norte da Alemanha

– Congresso de Viena e a 'Questão Alemã'

– Conselho Administrativo Central

– Conselho Aliado de Controlo da

– construção do Estado nos principados

– democracia

– *détente*

– direito de voto

– Doutrina Fischer

– Doutrina Kohl

– e a crise do Euro

– e a Grã-Bretanha: e a Quarta-Feira Negra; Exército Britânico do Reno; temores do domínio

da Europa pela Alemanha reunificada; Primeira Guerra Mundial ver Guerra Mundial,

Primeira; Confederação Alemã; e reunificação alemã; e unificação; e reunificação alemã; e

unificação; e o acordo de Munique; Acordo Naval; corrida naval; e a partição da Alemanha; a

Questão Alemã pós-Primeira Guerra Mundial; a Questão Alemã pós-

Segunda Guerra Mundial;

e a ascensão de Hitler; e a segunda crise de Berlim; Segundo *ReichReich*; Segunda Guerra

Mundial; e o rearmamento da Alemanha Ocidental

– e a Grã-Bretanha: e os Habsburgos; e o protestantismo

– e a Guerra da Bósnia

– e a Guerra da Sucessão Espanhola

– e a Guerra do Iraque

– e a Guerra dos Trinta Anos; e o Tratado de Vestefália

– e a Irlanda

– e a Polónia ver Polónia/polacos: e Alemanha

– e a Reforma

– e a Suécia

– e a UE; processo de St. Malo

– e as Guerras Mundiais *ver* Guerra Mundial, Primeira; Guerra Mundial, Segunda

– e China *ver* China: e o colapso da Alemanha

– e França, *ver também* França/franceses: e o Sacro Império Romano; Prússia: e França; e os

Balcãs; depois do colapso do Império britânico em França; conflito durante as guerras

italianas; crise de 1839-40; Tratado do Eliseu; e o equilíbrio europeu contra os Estados

Unidos; medo da unidade alemã; e o *rapprochement* franco-russo dos 1890; alianças

francesas com Príncipes alemães; e a rede francesa de caminhos-de-ferro; Confederação

Alemã; e reunificação alemã; e unidade alemã; período entre-

guerras; asministração conjunta

do carvão e do aço; ‘Eurocorps’ conjunto; Tratado de Locarno; e Luís XIV; e o acordo de

Munique; e as Guerras Napoleónicas; e a partição da Alemanha; a Questão Alemã pós-

Segunda Guerra Mundial; e a ascensão de Hitler; o Plano Schlieffen; Segundo Reich e

Terceira República, ver também Guerra Mundial, Primeira; e influência espanhola na

Alemanha; e a Guerra dos Trinta Anos; após o acordo de Viena; Guerra da Sucessão

Espanhola; pavor da guerra em 1848; relações da Alemanha Ocidental; Primeira Guerra

Mundial ver Guerra Mundial, Primeira; Segunda Guerra Mundial

– e NATO; e sua expansão para leste

– e o acordo de Potsdam

– e o equilíbrio de poder europeu

– e o Império espanhol

– e o Japão *ver* Japão: e Alemanha

– e o Sacro Império Romano, *ver também* Sacro Império Romano; queda do *Reich*

– e os Boéres

– e os Estados Unidos *ver* Estados Unidos da América: e a Alemanha

– e os holandeses

– e os judeus *ver* Judeus: e Alemanha

– e os otomanos

– e Rússia/URSS; Pacto Anti-Comintern; armistício de 1917; comportamento das tropas

soviéticas na Alemanha; bloqueio de Berlim; crise de Berlim de 1958; bolchevismo e a

Questão Alemã depois da Primeira Guerra Mundial; preocupações com a *Bundeswehr*; e a

Guerra Fria; Primeira Guerra mundial ver Guerra Mundial, Primeira; o *rapprochement* franco

– russo dos anos 1890; e a RDA; partição alemã depois da Segunda Guerra Mundial; e a

reunificação alemã; germanofobia; alemães a viver na URSS; e o *Mein Kampf* de Hitler;

período entre-guerras; Pacto Molotov–Ribbentrop; *Nationalkomitee Freies Deutschland*;

Operação Barbarossa; Questão Alemã; Operação Barbarossa; Questão Alemã; Tratado de

Resseguro de 1887; Tratado de Resseguro de 1926; 'Russificação' dos alemães; Plano

Schlieffen; Segunda Guerra Mundial; e as 'Notas de Estaline'; Liga dos três Imperadores;

Tratado de Bjorko; e os Estreitos Turcos; Alemanha Ocidental

– economia *ver* economia: educação alemã

– emigração; de Leste para Oeste

– equilíbrio de poder católico-protestante

– esfera pública; emergência

– eslavos

– exército: abstinência; *Afrikakorps*; Lei do Exército; *Bundeswehr*; NVA da Alemanha de

Leste; e Primeira Guerra Mundial; Exército Imperial Alemão; nazi; rearmamento depois da

Segunda Guerra Mundial; *Reichswehr*; Segundo *Reich*; Sexto Exército; fraqueza em fins do

século dezasseis; *Wehrmacht*; e a UEO

– expulsão em massa de alemães dos países europeus durante e depois da Segunda Guerra

Mundial

– Guerra de Unificação

– 'Guerra dos camponeses'

– humanismo

– imperialismo e *Weltreichlehre*

– industrialização

– integração europeia e a contenção da

– intervenção humanitária

– *Kissinger Diktat*

– *Kulturkampf*

– 'liberdades'/'privilégios' alemães, liberties'

– Liga Pan-germânica

– *Luftwaffe*

– marxismo *ver* marxismo

– movimento revolucionário de 1848

– nacionalismo *ver* nacionalismo: alemão; nazismo/nacionais socialistas

– nacionalismo, liberal

– *Nationalverein*

– Palatinado *ver* Palatinado

– partição depois da Segunda Guerra Mundial; plano; ao abrigo do acordo de Potsdam;

propostas de Roosevelt em 1942; exigências de Estaline em 1942

– Partido do Centro

– Partido dos Verdes

– Partido Nacional Socialista *ver* nazismo/ nacionais socialistas

– Partido Social-Democrata

– patriotismo

– poder naval; *U-boots, U-boots*; *Weltmachtsflotte*

– população ‘romance’ (*Welsch*)

– Primeiro *Reich ver* Sacro Império Romano

– protestantismo

– Prússia *ver* Prussia

– redução de pequenos Estados na dissolução do Sacro Império Romano

– ´reeducação’ dos alemães para os afastar do nazismo

– *Reichstag ver Reichstag*

– *Reichsverfassung* (constituição depois de Vestefália)

– reparações de guerra: Primeira Guerra Mundial; Segunda Guerra Mundial

– República de Weimar; Pacto Anti-Comintern com o Japão, *ver também* potências do Eixo; e

Áustria; preparativos para a Segunda Guerra Mundial (a partir de novembro de 1937);

campos de concentração; greves de Cuno; e Checoslováquia; desarmamento; economia; Lei

de Habilitação (1933); Plano Quadrienal; e o revisionismo alemão; *Gleichschaltung*; com

Hitler como Chanceler; e o *Mein Kampf* de Hitler; e Itália, *ver também* potências do Eixo;

Serviço de Trabalho; admissão na Liga das Nações; Tratado de

Locarno; Partido Nacional

Socialista; resistência passiva; comunidade racial (*Volksgemeinschaft*); rearmamento;

Reichswehrministerium; reparações da Primeira Guerra mundial; crise do Ruhr de 1923;

insurreição espartaquista; e a Frente de Stresa; desemprego; e o Tratado de Versalhes de

1919

– República Federal *ver* Alemanha: Alemanha Ocidental/República Federal

– reunificação da República Federal com a RDA

– Segundo *Reich*/Alemanha Unida/Império alemão; preparativos para a Primeira Guerra;

Burgfrieden; Complexo de Copenhaga; Aliança Dual com a Aústria-Hungria; Primeira Guerra

Mundial ver Guerra Mundial, Primeira; isolamento, Mundial ver Guerra Mundial, Primeira;

isolamento; império ultramarino; *Sammlungpolitik*; Liga dos Três imperadores; Tríplice

Aliança com a Áustria e Itália, ver também Guerra Mundial, Primeira; *Weltpolitik*

– socialistas

– Terceira Alemanha

– Terceiro *Reich ver* nazismo/nacionais socialistas

– Tratado Básico

– Tratado de Moscovo

– Tribunal Federal Constitutional

– tributação

– União Aduaneira (*Zollverein*)

– unidade alemã e Prússia

Alexandre I da Rússia

Alexandre II da Rússia

Alexandre III da Rússia

Argélia

– como vassalo otomano

Alemanha de Leste *ver* República Democrática Alemã (RDA) Alemanha Ocidental *ver* Alemanha: Alemanha Ocidental/República Federal Ali, Ben

Ali, Rashid (Rashid Ali al-Gaylani)

Allgemeine Zeitung

Almansa, batalha de

Argel

Alsácia

– Alsácia-Lorena

Altranstädt, Tratado de

América central

América do Norte

– Confederação

– Congresso de Albany

– discórdia centralizadores/representativos

– e a ameaça francesa

– e a criação dos Estados Unidos da América

– e a Guerra dos Sete Anos na Europa e seu rescaldo

– e o Império Britânico *ver* Império Britânico: e América do Norte

– esfera pública

– expansionismo

– Guerra Civil americana

– Índios *ver* Índios americanos

– Linha da Proclamação

– Revolução; dívidas; impacto na política europeia

– treze colónias

– USA *ver* Estados Unidos da América

América do Sul; *ver também* América Latina

América Latina; *ver também* América Central; Sudamérica Américas

– América Central

– América do Norte *ver* América do Norte

– América do Sul *ver* América do Sul

– América Latina *ver* América Latina

– Caraíbas *ver* Caraíbas

– colonização europeia

– descoberta europeia das

– Império Espanhol nas, *ver* Império Espanhol: nas Américas

– movimentos de independência

– USA ver Estados Unidos da América

Amiens

– batalha de

– Tratado de

Amin, Hafizullah

Amnistia Internacional

Amsterdão

– Tratado de (1997)

Ana da Rússia

Ana de Cleves

Ana, Rainha

Anarquistas

Anatólia/Ásia Menor

ancien régime ver Estados europeus do *ancien régime*

Ancillon, Friedrich

Ancona

Andropov

Angell, Norman

Ansbach

Antissemitismo

– alemão: ataques de Berlim em 1969; Primeira Guerra Mundial; e o *Mein Kampf* de Hitler;

ações de Hitler antes da guerra; Holocausto; *Kristallnacht*; Segunda Guerra Mundial

– do Hamas

– europeu, depois da Segunda Guerra Mundial

– Islamista

– negação do Holocausto

– *pogroms* russos

– *pogroms* ucranianos

– propaganda

– soviéticos

Antoine, Duque de Montpensier

Antonescu, Ion, Roménia sob

Antuérpia, cerco de (1832)

ANZUS

Appomattox

Árabes

– e a Liga das Nações

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial

– e Israel *ver* Israel, Estado de: e as nações árabes

– e o Islão *ver* Islão e muçulmanos

– e os Estados Unidos

– nacionalismo

– OPEP

– Palestinos

– Primavera Árabe

– tráfico de escravos

Arábia Saudita

Arafat, Yassir

Aragão

– união com a coroa de Castela

Aranjuez, Tratado de

Arbatov, Georgy

Argenson, René Louis de Voyer de Paulmy d'

Argentina
– guerra das Falklands (Malvinas)
aristocracia/nobreza
– croata
– e José II
– francesa
– húngara
– Meclemburburguesa
– medieval
– polaca
– prussiana
– revolta contra Carlos XI da Suécia
– russa

armas nucleares
– ‘Guerra das Estrelas’ (‘*Star Wars*’) Iniciativa de Defesa Estratégica
– ‘inferioridade em mísseis’ (‘*missile gap’*)
– Acordo de Limitação de Armas Estratégicas: SALT I; SALT II
– Acordo de Vladivostok
– americanas
– ativistas contra
– britânicas
– chinesas
– Desarmamento Nuclear Europeu
– desarmamento unilateral
– e a Alemanha Ocidental
– e a crise de Cuba
– e o EURATOM
– encorajamento soviético do desarmamento ocidental
– Força Multilateral
– francesas
– Lei da Energia Atómica dos Estados Unidos
– Tratado de Não Proliferação
– Tratado de Proibição Parcial de Experiências Nucleares
– Tratado INF
Arménios
Arnhem, batalha de
Ashton, Catherine

Ásia; *ver também países específicos*

– Extremo-Oriente *ver* Extremo-Oriente

armas atómicas *ver* armas nucleares

Ásia Menor/Anatólia

Asiento

Aspern-Essling, batalha de

Asquith, H. H., 1.º Conde de Oxford e Asquith

Assad, Bashar al-

Assad, Hafez al-

Assekuration

Associação Internacional dos Trabalhadores

Associação patriótica alemã para o apoio da liberdade de imprensa
Atenas

Atlântico, Batalha do

Ato Único Europeu

Auerstedt, batalha de

Aughrim, batalha de

Augsburgo

– Dieta de

– Liga de; Guerra dos Nove Anos;

– Tratado de

Augusto II, Eleitor da Saxónia e Rei da Polónia

Auschwitz, campo de concentração

austeridade

– medidas de

– protestos

Austerlitz, batalha de

Austrália

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial

– e os nazis

Áustria

– a questão da sucessão de Carlos VI; Guerra da Sucessão Austríaca

– Acordo de Münchengrätz

– anexação por Hitler

– Anterior

– burocracia

– caminhos de ferro

– Conselho Privado para os Assuntos Financeiros

– coroa imperial, em oposição a Napoleão

– crise suíça de 1847

– crises socioeconómicas e político-diplomáticas de 1847

– e a Guerra de Sucessão polaca

– e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a República de Weimar

– e a Segunda Coligação

– e a Terceira Coligação

– e a União Europeia

– e Bucovina

– e Espanha; aliança austro-espanhola; e a Quádrupla Aliança

– e Flandres

– e França *ver* França/os franceses: e Áustria; Habsburgos: e França; Guerra dos Sete Anos

– e Itália *ver* Habsburgos: em Itália; Itália e Áustria

– e o Tratado de Viena

– e os Países Baixos espanhóis

– e os polacos

– e Prússia *ver* Prússia: e Áustria/ os Habsburgos

– e Rússia *ver* Rússia: e Áustria

– exclusão da Alemanha no Tratado de Praga

– Guerra da Crimeia

– Habsburgos *ver* Habsburgos

– Hungria, abertura da fronteira (1989)

– impasse político-fiscal

– *Landwehr* (milícia nacional)

– modernização neo-absolutista

– monarquia dual *ver* Império Austro-Húngaro

– movimentos nacionalistas em todo o Império Habsburgo

– partição depois da Segunda Guerra Mundial

– Partido da Liberdade

– Partido Nazi

– Pragmática Sanção

– Quádrupla Aliança de 1815

– *Staatsrat* (Conselho de Estado)

– tentativa austro-espanhola para dominar a Europa; *ver também* Habsburgos e Grã-Bretanha

ver Grã-Bretanha e o Reino Unido: e Áustria

– Tríplice Aliança com a Alemanha e Itália; *ver também* Guerra Mundial, Primeira Guerra

Turca

– União Aduaneira

– União de Frankfurt contra

Autocracia

– debate governo autocrático/governo representativo

– russa; *ver também* Rússia: Império Czarista

Avertinus, Johannes

Avignon

Azeris

Azov

Azzam, Abdullah

Baader–Meinhof, Grupo (*Rote Armee Fraktion*)

Baathistas

Bacia do Congo

Baden

Baden, Ludwig Wilhelm von

Bagdad

Bahrein

Bakunine, Mikhail

Baldwin, Stanley

Balfour, Arthur

Balfour, Declaração

Balfour, Governo

Balcãs

– ataque da Liga Balcânica aos otomanos

– e Rússia/URSS; Segunda Guerra Mundial

– Guerra da Bósnia

– Guerra do Kosovo

– impacto das crises na integração europeia

– limpeza étnica

– nacionalismo

– Pacto de Estabilidade

– Primeira Guerra dos Balcãs

– Segunda Guerra dos Balcãs

– Segunda Guerra Mundial

Ball, George

Báltico; *ver também Estados específicos*

Banato

Banca; *ver também bancos específicos*

– ataque à libra

– crise de 2008,

Banco Central Europeu (BCE)

Banco de França

Banco de Inglaterra

Banco Internacional de Pagamentos

Bar, Confederação de

Barbarossa, Operação

Barcelona

Barra, Franciso León de la

Barthou, Louis

Basileia

– Tratado de

Bascos

Bassermann, Ernst

Bastian, Gert

Bastide, Jules

Batalha de Dorking, A (The battle of Dorking)

Bauer, Otto

Bautzen, batalha de

Baviera, Maximiliano I, Duque e Eleitor da Baviera

– Guerra da Sucessão da Baviera

– República da Baviera

Bayreuth

BCE (Banco Central Europeu)

Bebel, August

Bechuanalândia

Begg, Moazzam

Begin, Menachem

Beirute

Bélgica/belgas; *ver também* Flandres

– caminhos de ferro

– e Alemanha: Tratado de Locarno; crise do Ruhr de 1923

– e França

– economia

– Pacto de Bruxelas

– Primeira Guerra Mundial

– revolta e declaração de independência (1830)

– Segunda Guerra Mundial

– separação da Holanda

Belgrado

Belleau Wood, batalha de

Benelux, países *ver* Baixos/Benelux, Países

Beneš, Edvard

Bengázi

Benim, África

Bennigsen, Rudolf von

Bentov, Mordechai

Berchtold, Leopold, Conde

Berg

Beria, Lavrenti

Berlim

– ataques antissemitas de 1969

– bloqueio

– Conferência do Congo (1884)

– Congresso de

– crise de 1958-62

– Decretos (1806)

– e a Direção Sionista Mundial

– Leste

– manifestações de estudantes

– Muro

– partição de

– Paz de

Berliner Privilegierte Zeitung

Berliner Tageblatt

Berlusconi, Silvio

Berna

Bernis, François-Joachim de Pierre de

Bernstorff, Christian Günther von, Conde

Bert, Paul

Bertoldo von Henneberg

Bessarábia

Betar

Bethmann-Hollweg, Theobald von

Beust, Friedrich Ferdinand von, Conde

Bevan, Aneurin

Bevin, Ernest

Bidault, Georges-Augustin

Bielorússia

Bilderberg (grupo)

Bin Laden, Osama

Bismarck, Otto von

– influência sobre Kissinger

Bizonia

Björkö, Tratado de

Blair, Tony

Blaker, Peter, Lorde

Bleichroeder, Gerson

Blenheim, batalha de

Blomberg, Werner von

Blondel, Louis-Augustin

Blum, Léon

Boémia

– e a Guerra dos Sete Anos

– e a Guerra dos Trinta Anos; *ver também* Guerra dos Trinta Anos

– hussitas

– protestantismo

Bóeres

– Guerra dos Bóeres

boicote olímpico (1980)

Bolena, Ana

Bolingbroke, Henry St John, 1.º Visconde

Bolchevismo/Bolcheviques

– aliança judaico-bolchevique-plutocratas

– Tratado de Brest-Litovsk

Bonaparte, Napoleão *ver* Napoleão I

Borgonha/borgonheses

– alvorecer da consciência nacional

– a rutura de Inglaterra com o Duque de Borgonha

Borodino, batalha de

Bósnia-Herzegovina

– e Rússia

– guerra da Bósnia

– muçulmanos bósnios

Bósforo; *ver também* Estreitos, Turcos

Boswell, James

Boulanger, Georges Ernest, General

Bourassa

Bourbons

– coligação Habsburgo-Bourbon; *ver também* Guerra dos Sete Anos

– e a Guerra dos Sete Anos, *ver* Guerra dos Sete Anos

– França dos Boubons

– Guerra da Sucessão Espanhola, *ver* Guerra da Sucessão Espanhola

– inimizade Habsburgo-Bourbon/Valois

– Reino das Duas Sicílias

– restauração da monarquia sob Luís XVIII

Bourqueney, Adolphe de

Boyne, batalha de

Brabante

– Lei de Devolução

Braddock, Edward

Bradley, Omar

Brandeburgo-Prússia

Brandenburg, Mark

Brandt, Willy

Brasil

Brauchitsch, Walter von

Breisach

Breitenfeld, batalha de

Brejnev, Doutrina

Brejnev, Leonid

Bremen

Bremner, Robert

Brest-Litovsk

– Tratado de

Briand, Aristide

Brienne, Henri-Auguste de Lomenie, Conde de

Brigada Irlandesa

Brihuega, batalha de

Bretanha

Broglie, Victor-François, Conde

Brown, Gordon

Brown, John, Reverendo

Brüning, Heinrich

Brunswick

Brunswick, Charles William Ferdinand, Duque

Brusilov, ofensiva

Brzezinski, Zbigniew

Buchanan, James

Buda

Budapeste

– Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa (1994)
Bucóvina

Buenos Aires

Bukarine, Nikolai Ivanovich

Bulganin, Nikolai, Marechal

Bulgária

– admissão na NATO

– admissão na UE

– derrocada do comunismo na

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial

– e o acordo das Percentagens

– e os otomanos/turcos

Bulletin of the Army of the Reserve

Bülow, Bernhard von

Bund (partido político)

Bundesbank

Bunker Hill, batalha de

Burbulis, Gennady

Burdett, Sir Francis

Burguesia

Burocracia; *ver também* funcionalismo público

– austríaca

Burke, Edmund

Burr, Aaron

Bush, George H. W.

Bush, George W.

Bute, John Stuart, 3.º Conde de

Butler, Pierce, 183

Buxton, Sir Thomas Fowell

Byng, John, Almirante

Byrnes, James F.

Byron, George Gordon, 6.º Barão

Cabet, Étienne

Cabul

Cádiz

Cadogan, Sir Alexander

Caillaux, Joseph

Caimãs

Calais

Callaghan, Jim

Calmuques

Calonne, Charles Alexandre de

Calvary, Moses

Calvinismo

– internacional calvinista

Câmaras de Reunião

Camarões

Cambodja

Cambon, Pierre-Joseph

Cambrai

Cameron, David

Caminho-de-ferro Berlim-Bagdad

Caminho-de-ferro Transiberiano

caminhos-de-ferro

Campanha de Gallipoli

campesinato

Campoformio, Tratado de

Campos de concentração

– campos da morte da Segunda Guerra Mundial

Canadá

– Domínio

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial

– economia

– e Grã-Bretanha; e Primeira Guerra Mundial; e Segunda Guerra Mundial

– e o equilíbrio europeu

– e os nazis

– Nova França

Canal do Suez

– crise do Suez

– e a Guerra do Yom Kippur

capitação (imposto)

Capitalismo

– ‘imperialismo capitalista‘

– e comunismo

Caporetto, batalha de

Caprivi, Georg Leo von, Conde

Caraíbas

– revolta de escravos

Carbonari

Cardwell, Edward

Carélia

Caribenhos

Carlos I de Inglaterra

Carlos II da Grã-Bretanha e Irlanda

Carlos II, Eleitor Palatino

Carlos, Duque de Vieuville

Carlos Alberto do Piemonte-Sardenha

Carlos Alberto, Eleitor da Baviera

Carlos de Áustria *ver* Carlos VI, Imperador Sacro Romano, Arquiduque de Aústria Carlos II de Espanha

Carlos Leopoldo do Mecklemburgo

Carlos Ludwig, Eleitor Palatino

Carlos V, Imperador Sacro Romano, e I de Espanha

– e o império colonial espanhol

Carlos VI, Imperador Sacro Romano, Arquiduque de Áustria Carlos VIII de França

Carlos X de França

Carlos XII da Suécia

Carnot, Lazare

Carranza, Venustiano

Carta do Atlântico (1941)

Cartagena

Carter, Jimmy

Carteret, John, 2.º Conde Granville, Lorde Carteret

Cartismo

Cartum

Carvão

– Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

Casale

Casimir, João, do Palatinado

Caso Spiegel

Castela

– alvorecer da consciência nacional

– *Cortes*

– união com a Coroa de Aragão

Castlereagh, Robert Stewart, Visconde

Castro, Fidel

Catalunha

Catarina de Bragança

Catarina I da Rússia

Catarina II, a Grande

Catolicismo romano
– abusos medievais
– católicos alemães; Partido do Centro; e o Sacro Império Romano
– católicos irlandeses; na Irlanda do Norte
– e França : como 'garante' católico; e Napoleão; e a Revolução
– e os judeus
– na Grã-Bretanha; emancipação de 1829
– polacos
– reformas sob José II
– unidade católica
– *versus* protestantismo
Cáucaso/caucasianos; *ver também* Georgia / georgianos
– Cimeira do Cáucaso
Cavaignac, Louis-Eugène, General
Cavaleiros Hospitalários, 41
Cavaleiros Teutónicos, 60
Cavour, Camillo Benso di, Code
Cazaquistão
CDU *ver* União Cristã-Democrata
CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço)
Ceausescu, Nicolae
Cecil, Robert
Cecil, William, 1.º Barão Burghley
CED (Comunidade Europeia de Defesa)

CEE *ver* Comunidade Económica Europeia

Ceilão

CENTCOM

Ceuta

Chamberlain, Austen

Chamberlain, Joseph; Liga da Reforma das Tarifas

Chamberlain, Neville

Chambord, Tratado de

Charleroi

Chatham, William Pitt o Velho, 1.º Conde de

Chechénia/chechenos

Checoslováquia

– 'Pequena *Entente*'

– admissão na NATO

– alemães dos Sudetas

– anexação por Hitler

– antissemitismo

– colapso do comunismo

– e a Alemanha Ocidental

– e a Polónia

– e a URSS; governo checo no exílio/ Tratado soviético (1943); e Ata Final de Helsínquia; e a

Primavera de Praga

– iniciativa da Carta

– ocupação de Praga por Hitler (março 1939)

– Primavera de Praga

– refugiados

– República Checa; admissão na EU

Chernenko, Konstantin

Chesme, batalha de

Chesney, G. T.

Chiang Kai-shek

China

– a Alemanha; RDA

– armas nucleares

– e a URSS: e Mao; rutura Sino-Soviética; Tratado sino-soviético (1950)

– e Hungria

– e o Vietname

– e os Estados Unidos

– Guerra Civil

– guerra sino-indiana (1962)

– invasão japonesa (1937)

– Kuomintang

– Massacre da Praça Tiananmen

– República da (1912-49)

– República Popular da (1949–); *ver também* Mao Zedong Chipre

– admissão na EU

– admissão na NATO

– e a Grã-Bretanha

– e a Grécia

– e os turcos

Chirac, Jacques

Choiseul, Étienne François, Duque de

Chu En-lai

Chouans

Christopher, Warren

Churchill, John, mais tarde Duque de Marlborough

Churchill, Lorde Randolp

Churchill, Winston

– discurso de ‘Os nervos da paz’

CIA *ver Central Intelligence Agency*

CIA (Central Intelligence Agency)

Ciano, Galeazzo, Conde

Ciclone, Operação

cidades (*ver também* cidades específicas)

– do Sacro Império Romano

Ciganos

Cimeira de Nassau (1962)

Cincinnati, Sociedade de

Círculo Renano

Círculo Suábio

Clarendon, George Villiers, 4.º Conde de

Clarkson, Thomas

Classe

– a transcência das distinções de classes na Alemanha

– aristocrática *ver* aristocracia/nobreza

– conflito

– e a Primeira Guerra Mundial

– médias *ver* classes médias

– Solidariedade

– tensão com nacionalidade

– trabalhadoras *ver* classes trabalhadoras

classes médias

– burguesia

classes trabalhadoras
– alemãs
– Associação Internacional dos Trabalhadores
– e Primeira Guerra Mundial
– e as greves gerais
– mulheres
– proletariado
Clay, Lucius D., General
Clemenceau, Georges
Clémentel, Étienne

Clero

– alemão

– Constituição Civil do Clero

Cleveland, S. Grover

Cléves

Clinton, Bill

Clinton, Hillary

Cobden, Richard

Coblença

Cohn-Bendit, Daniel

Colbert, Jean-Baptiste

Colombo, Cristóvão

Colónia do Cabo

Colónia

colonialismo *ver* imperialismo/colonialismo

Comando Europeu dos Estados Unidos (USEUCOM)

comércio

– alemão-austro-húngaro

– e a paz de Utreque

– e as tarifas de McKinley nos Estados Unidos

– e o equilíbrio de poder europeu

– escravo *ver* escravatura/tráfico de escravos

– Império Britânico

– livre comércio

– na era napoleónica; e os Decretos do Conselho britânicos; Sistema Continental/bloqueio

– tratados de comércio alemães sob Caprivi

comício de Wartburgfest

Cominform

Comintern

– Pacto Anti-Comintern

Comissão Europeia de Aconselhamento, Segunda Guerra Mundial
Comissão Europeia

Comissão Militar Internacional

Comissão Peel

Comissariado Geral da Guerra

Comité Conjunto de Informações

Comité de Ação para uns Estados Unidos da Europa

Comité de Defesa Imperial

Comité Internacional de Coordenação dos Movimentos para a Unidade Europeia Comité Jugoslavo

Comité para a União e o Progresso

Comité sobre o Perigo Atual

Companhia Britânica dos Mares do Sul

Companhia da Índia Oriental (britânica)

Companhia de Ostende

Compromisso do Missouri

Comunidade Britânica de Nações

Comunidade Económica Europeia (CEE)

– admissão da Grécia

– admissão de Espanha

– admissão de Portugal

– Ato Único Europeu

– crise da ‘cadeira vazia’

– e a Grã-Bretanha

– e França

– e Palestina

Comunidade de Nações, Britânica

Comunidade Europeia de Defesa (CED)

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)

Comunidade Inglesa e protectorado

Comunidade Política Europeia (CPE)

Comunismo

– alemão: Alemanha Oriental *ver também* República Democrática Alemã (RDA); Partido

Comunista Alemão

– batalha global contra o comunismo mundial

– chinês

– choque de nacional socialismo, democracia e

– colapso com a revolução democrática

– e 'A Ideologia Alemã' (Marx e Engels)

– e capitalismo

– em Portugal

– grego

– húngaro

– italiano

– Liga dos Comunistas

– marxista *ver* marxismo

– partição democrático.comunista

– Partido Comunista Francês

– preocupação dos Estados Unidos com o avanço do comunismo mundial

– soviético; *ver também* Comintern; União Soviética; Estalinismo Confederação Americana do Trabalho-Confederação das Organizações Industriais *(American Federation of Labor-Confederation of Industrial Organizations* [AFL–CIO]) Confederação da Alemanha do Norte

Conferência de Ialta (1945)

Confederação do Reno (*Rheinbund*)

Conferência de Casablanca (1943)

Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)
Congresso de Albany

Congresso para a Liberdade da Cultura

conscrição, exército

Conselho Áulico

Conselho da Europa

Conselho de Controlo Aliado da Alemanha

Constantine Pavlovich da Rússia

Constantinopla

– e a Rússia

– governo otomano

– queda de

– retenção pelos otomanos

– revolta dos janízaros

Complexo de Copenhaga

Conferência de Lausana (1932)

Conferência de Stresa (1958)

Constituição Cvil do Clero

Constitutionalismo

Conti, François Louis, Príncipe

Contrarreforma

controlo de armamentos *ver* sob corridas aos armamentos militares
Convenção Democrática de Chicago (1968)

Convenção Europeia dos Direitos Humanos

Convenção Mundial contra a Escravatura

Cooke, Edward

Copenhaga

Corão

Coreia

– do Norte

– do Sul

– Guerra da Coreia

– partição

Coreia do Norte

Coreia do Sul

Corfu

– incidente

Corsários

corsários da Berbéria

Córsega

Cortés, Hernán

Cosgrave, W. T.

Cossacos

Coudenhove-Kalergi, Richard, Conde

CPE (Comunidade Política Europeia)

Cracóvia

‘crash’ de Wall Street

Creel, George

Crémieux, Adolphe

Crépy, Paz de

Crimeia

– Canato

– Guerra da Crimeia

Crise do Reno (1840)

crises da libra esterlina

– e o Sacro Império Romano; *ver também* Sacro Império Romano
Cristiano I da Dinamarca, Noruega e Suécia

Cristiano VIII da Dinamarca

Croácia/croatas

– admissão na EU; estatuto de candidato

– e os Habsburgos

– nobreza

– o Estado croata de Pavelic

Cromwell, Oliver

Crowe, Eyre

Cruzadas

CSCE (Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa) Cuba

– crise dos mísseis

– Manifesto de Ostende

– tomada do poder por Castro

cultura política

– e a contracultura da ‘geração de sessenta e oito’

– e as relações entre governo representativo e monárquico

– emergência da esfera pública; *ver também* esfera pública política

– na Baixa Idade Média

Cuno, Wilhelm

Curtius, Julius

Curzon, George Nathaniel, Marquês

D’Annunzio, Gabriele

Daily Mirror

Dalai Lama

Dalberg, Karl von

Dalmácia

Daladier, Édouard

Dalton, Hugh

Damasco, Caso de

Danilevich, Andrian A.

Danilov, Yuri

Danzig

Dardanelos; *ver também* Estreitos, turcos

Dashichev, Vyacheslav

Davies, Sir John

Dawes, Charles

Dawson, William Harbutt

de Gaulle, Charles

Déak, Ferenc

Declaração das Nações Unidas (Segunda Guerra Mundial) Decretos de Trianon

Delcassé, Théophile

Delors, Jacques

Democracia

– ‘défice democrático’

– a ‘democracia soberana’ russa

– alargamento democrático

– alemã

– americana

– choque com comunismo, nacional socialismo

– democratização imposta

– democratização no sul da Europa

– e a fronteira da EU

– e a URSS

– e direito de voto *ver* direito de voto

– e estabilidade

– e independência da Índia

– espanhola

– federal

– francesa

– italiana

– *National Endowment for Democracy* – Dotação Nacional para a Democracia

– partição democrático-comunista

– revolução democrática de 1989-90

– social *ver* social democracia

– teoria da ‘paz democrática’

Democratas Fraternais

Democratas Livres (FDP, Alemanha)

Derby, Edward Smith-Stanley, 14.º Conde de

Derby, Edward, 15.º Cinde de

desarmamento

– Conferência de Desarmamento de Genebra (1932)

– depois da Primeira Guerra Mundial

– Desarmamento Nuclear Europeu (END – DNE)

– encorajamento soviético do desarmamento ocidental

– movimento

– unilateral

Desarmamento Nuclear Europeu (END)

Descolonização

desemprego

– Estados Unidos

– europeu

Despotismo; *ver também* autocracia

– interno

Dettingen, batalha de

Deutsche Zeitung

Devolução, Guerra da

Dewey, Thomas

Dia das Nações Cativas

Dia-D

Díaz, Porfirio

Dien Bien Phu, batalha de

Dinamarca/dinamarqueses

– e a Alemanha

– e a Suécia

– rejeição do Euro

Dinamarqueses *ver* Dinamarca/dinamarqueses

Dinastia Manchu, China

Dinastia Romanov

Diplomacia (*ver também* tratados específicos)

– ‘salto ao eixo’

– Anglo-Hanoveriana

– britânica

– francesa

– holandesa

– inglesa

– italiana

– libertação parlamentar de papéis diplimáticos

– Revolução Diplomática

– russa

– serviço diplomático polaco

diplomacia ‘salto ao eixo’

Direção Sionista Mundial

direito de voto

– alemão

– britânico; Lei da Reforma de 1867

– francês

– para as mulheres

direitos das minorias

Direitos humanos

– e o limite da UE

– violação

Disraeli, Benjamin

Dodecaneso, ilhas

Dollfuss, Engelbert

Dom Filipe, mais tarde Duque de Parma

Don Carlos, mais tarde Carlos III de Espanha

Don Carlos, pretendente Carlos V

Dönitz, Karl, Almirante

Dotação Nacional para a Democracia

Douglass, William

Doutrina Kohl

Doutrina Nixon

Dover, Tratado de

Drake, Sir Francis

Dreadnought (navios de guerra)

Dregger, Alfred

Dresden

– batalha de

– Tratado de

Dreyfus, Alfred

Drouyn de Lhuys, Édouard

Drumont, Édouard

Du Buat-Nançay, Louis-Gabriel

Dubcek, Alexandre

Dubrovnik

Duisenberg, Wim

Dulles, John Foster

Dumouriez, Charles-François

Dunes, batalha de

Dunquerque

Duras, Jacques Henri de Durfort de

Dutschke, Rudi

Ebert, Friedrich

Economia

– Ajuda Marshall e regeneração económica da Europa

– alemã: e a Integração europeia; marco alemão; nazi; Segundo *Reich*; República de Weimar;

Alemanha Ocidental; e a crise financeira ocidental

– austríaca

– britânica; Quarta-feira Negra; e o ERM (mecanismo regulador de taxas de câmbio); crises

do esterlino

– canadiana

– crise da dívida do Euro

– crise dos PIIGS, 616-617

– da Europa ocupada, Segunda Guerra Mundial

– Espanhola

– Estados Unidos: e a campanha eleitoral de 1992; era da Guerra Fria; crise que começou

com a derrocada do Lehman Brothers; Grande Depressão; *New Deal*; proteccionismo;

modernização socioecómica; *crash* de Wall Street

– francesa

– integração económica europeia *ver* integração europeia: económica

– italiana

– liberalismo económico

– medidas de austeridade

– proteccionismo

– recessão

– russa

– soviética

– União Monetária Europeia; *ver também* crise financeira do Euro de 2008 Eden, Anthon

Edirne

Édito de Tolerância (1781)

Educação

Egito

– e a crise do Suez

– e a URSS

– e Israel; Guerra dos Seis Dias; Guerra do Yom Kippur (1973)

– e o USEUCOM

– Primavera Árabe

Einstein, Lewis

Eisenhower, Dwight David

Eisner, Kurt

Eixo, potências do

– Pacto Anti-Comintern

– Pacto Tripartido

– Segunda Guerra Mundial *ver* Segunda Guerra Mundial

El Alamein, batalha de

Elektron, bombas incendiárias

Elizabeth Charlotte, Princesa Palatino

Ellsberg, Daniel

Emenda Jackson–Vanik (à Lei americana de comércio com a URSS)
Encounter

energia a vapor e poder naval

Engels, Frederick

Entebbe, o caso dos reféns de

Entente Cordiale

Equilíbrio de poder europeu

– a Guerra da Sucesão Espanhola

– a seguir à Guerra dos Sete Anos

– depois do acordo de Viena

– e a Grande Guerra do Norte

– e a Guerra da Sucessão Austríaca

– e a hegemonia alemã, Segunda Guerra Mundial; *ver também* Guerra Mundial, Segunda

– e a Liga das Nações

– e a Primeira Guerra Mundial; *ver também* Guerra Mundial, Primeira

– e a proposta da 'Federação Europeia'

– e a Segunda Guerra Mundial; *ver também* Guerra Mundial, Segunda

– e a unificação das duas Alemanhas

– e as revoluções de 1848

– e as revoluções dos anos 1830

– e campanhas pela Monarquia Universal *ver* Monarquia Universal

– e Canadá

– e França; guerras e era napoleónicas

– e Grã-Bretanha

– e imperialismo *ver* imperialismo/ colonialismo

– e o comércio

– e o declínio da República Holandesa

– e o domínio do mundo

– e o grande impasse de 1725–7

– e o poderio naval

– e o rearmamento Alemanha entre-guerras

– e o Sacro Império Romano, *ver também* Guerra da Sucessão Espanhola; e o

Reichsverfassung (Constituição alemã depois de Vestefália)

– e o Sistema do Congresso

– e o Suez

– e o tráfico de escravos

– e o Tratado de Utreque

– e o Tratado de Versalhes de 1756

– e os Estados Unidos

– e a Guerra da Crimeia

– e o Tratado de Versalhes de 1919; *ver também* Versalhes: Tratado de 1919 equilíbrio do poder na Europa

Erfurt

Erhard, Ludwig

ERM (European Exchange Rate Mechanism – Mecanismo das Taxas de Câmbio) Erzberger, Matthias

Escandinávia

– protestantismo

Escócia

– e Inglaterra; Ato de União (1707)

– expropriações

– Parlamento

– protestantismo

escravatura/tráfico de escravos

– abolição otomana

– Compromisso do Missouri

– Convenção Mundial contra a Escravatura

– e Cuba

– e Grã-Bretanha/império britânico; abolição no Império Britânico; abolição do tráfico

internacional; abolição dentro da Grã-Bretanha; Sociedade Britânica e Internacional contra a

escravatura; julgamento de *Le Louis*; e a Marinha Real

– e o Império Espanhol

– e o Império Francês

– e o Tratado de Viena

– nos Estados Unidos e na América do Norte; e a Guerra Civil Americana

– tráfico árabe
esfera pública política
– alemã
– americana
– britânica
– e leitores de jornais
– emergência; pan-europeia liberal
– francesa
– inglesa
– judaica
– liberal nacionalista
– liberal pan-europeia
– otomana
– protonacionalista
– prussiana
– russa
Eslavónia
– muçulmanos da

Eslavos

– e os Otomanos

– pan-eslavismo

Eslováquia

– admissão na NATO

– admissão na UE

Eslovénia

– admissão na NATO

– admissão na UE

Espaço Económico Único

Espanha/espanhóis, *ver também* Império Espanhol

– admissão na UE

– aliança hispano-holandesa

– alterações constitucionais sob Filipe V

– Áustria; ataque aos Habsburgos no norte de Itália; aliança austro-espanhola; e a Quádrupla

Aliança; e a Guerra da Sucessão Austríaca

– bases aéreas americanas em Espanha

– Bourbons *ver* Bourbons

– democracia

– e a Guerra Americana de Independência

– e a NATO

– e a ONU

– e a Segunda Guerra Mundial

– e escravatura

– e França: aliança borbónica; Primeiro Pacto de Família; invasão francesa da Holanda

espanhola; Guerras Revolucionárias francesas; intervenção justificada por *voisinage*; e Luís

XIV; e os Países Baixos; anúncio do casamento de aliança (1738); e as guerras e era

napoleónicas; Quádrupla Aliança contra Espanha; Quádrupla Aliança de 1834; Segundo Pacto

de Família; e a revolução espanhola de 1823; depois do Tratado de Utreque; e os Estados

Unidos; Guerra da Devolução; e a Guerra da Sucessão Polaca; Guerra da Sucessão Espanhola

– e Gibraltar

– e Grã-Bretanha, e a Guerra da Independência Americana; e poder naval; Quádrupla Aliança

contra Espanha; Quádrupla Aliança de 1834; e a escravatura; a Guerra da Orelha de Jenkins;

e a Guerra da Sucessão Espanhola

– e Inglaterra; a cruzada de Cromwell contra Espanha; Guerra da Sucessão Espanhola

– e o Sacro Império Romano

– e Portugal *ver* Portugal/portugueses: e Espanha

– economia

– exército

– expedição da *Armada*

– Frente Popular

– Guerra Civil

– imperialismo; *ver também* Império Espanhol

– liberalismo

– luta pela sucessão em 1833

– mouros/*moriscos*

– muçulmana

– nacionalismo

– poder naval; *armada*

– posição reforçada após a Guerra da Sucessão

– Quádrupla Aliança contra

– Quádrupla Aliança de 1834

– reconhecimento das Províncias Unidas

– sob Franco

– Sucessão Espanhola; e o Tratado de Utreque

– união entre Aragão e Castela

Estado Livre de Orange

Estados europeus do *ancien regime*

– francês

Estados Papais

Estados Unidos da América

– a Guerra da Crimeia

– Administração Carter

– administração Johnson

– administração Kennedy

– administração Nixon

– administração Obama

– administração Reagan

– afro-americanos

– anexação do Texas

– armas nucleares; ‘Guerra das Estrelas’ – Iniciativa de Defesa Estratégica

– Artigos de Confederação

– Ata Final de Helsínquia

– Câmara dos Representantes

– Catorze Pontos de Wilson

– CIA *ver Central Intelligence Agency*

– comércio

– Compromisso do Missouri

– Congresso

– Conselho Nacional de Segurança

– Constituição; Segunda Emenda

– crise bancária de 2008

– Declaração de Independência

– democracia; e ‘alargamento democrático’; teoria da ‘paz democrática’

– desemprego

– Dia das Nações Cativas

– Diretiva de Segurança Nacional (NSC 68)

– Doutrina Monroe

– Doutrina Nixon

– e a África do Sul

– e a Alemanha; pressão franco-alemã para contrapeso europeu aos Estados Unidos; Primeira

Guerra Mundial; e reunificação alemã; e o México; e Obama; partição após Segunda Guerra

Mundial; a Questão Alemã após Segunda Guerra Mundial; rearmamento depois da Segunda

Guerra Mundial; Segunda Guerra Mundial; e a URSS; Alemanha Ocidental; Conferência de

Ialta

– e a as guerras e era napoleónicas

– e a Associação Internacional dos Trabalhadores

– e a Bósnia

– e a China

– e a Coreia

– e a Europa: Tratado FCE (Forças Convencionais Europa); e os impérios coloniais depois da

Segunda Guerra Mundial; e a ‘contenção’ de Estaline; e o ‘alargamento democrático’;

deterioração de relações sob G. H. W. Bush; predomínio em meados

dos anos 1990; e o CDE

(Comunidade de Defesa Europeia); e o *Eurocorps*; e o equilíbrio de poder europeu; pressão

franco-alemã para contrapeso europeu aos Estados Unidos; Acordos de Helsínquia/Ata final;

relações entre-guerras; Pacto Kellogg-Briand; e a Guerra do Kosovo; Plano Marshall; e a FML

(Força Multilateral); e a NATO; e armas nucleares; e a administração Reagan; e a SDI; e a

pressão soviética; e a crise do Suez

– e a Grã-Bretanha: Guerra de 1812; depois da Guerra Civil Americana; Carta do Atlântico;

batalha de Nova Orleães; acordo das Bermudas sobre cooperação nuclear; e Canadá;

Declaração de Independência; nos princípios do século XIX; Guerra das Falkland; e o Império

Francês; Grande Aliança, Segunda Guerra Mundial; crecente entendimento; Guerra do

Iraque; e a crise do Suez; Tratado de Ghent; Tratado de Washington; Guerra ao Terror

– e a Indonésia

– e a Sociedade das Nações

– e as nações árabes

– e avanços comunistas no mundo inteiro

– e Cuba; crise dos mísseis

– e Espanha: bases aéreas americanas; compra da Flórida a Espanha; Império Espanhol

– e França; era da Guerra Fria; pressão franco-alemã para contrapeso europeu aos Estados

Unidos; reações francesas à détente; Pacto Kellogg-Briand; e a NATO; e a crise do Suez;

– e Israel

– e Marrocos

– e México

– e NATO *ver em* Estados Unidos: e Europa

– e o Afeganistão

– e o Japão *ver* Japão: e os Estados Unidos

– e o Médio Oriente; CENTCOM; Guerra do Iraque; Tratado CFE; política da resposta flexível;

forças na Alemanha; 'New Look'

– e o mundo muçulmano, finais do século XVIII, 181

– e o Solidariedade

– e o Tratado de Versalhes de 1919

– e o Vietname

– e Primeira Guerra Mundial

– e Rússia/URSS: controlo de armamentos; corrida aos armamentos; Tratado CFE; Guerra

Fria *ver* Guerra Fria; Comité sobre o Perigo Atual; Guerra da Crimeia; *détente*; e relações

europeias; *Glasnost*; Acordos de Helsínquia/Ata Final; Emenda Jackson-Vanik à Lei do

Comércio; esforços de Kissinger em prol de vantagem negocial dos Estados Unidos; boicote

aos Jogos Olímpicos de Moscovo; deterioração das relações pós-Segunda Guerra Mundial; e

Putin; e a administração Reagan; reconhecimento da União Soviética; Acordos SALT *ver*

Acordo de Limitação de Armas Estratégicas; Segunda Guerra Mundial; *ver também* Grande

Aliança contra o Eixo, Segunda Guerra Mundial; e exploração espacial

– e Saigão

– e Segunda Guerra Mundial; *ver também* Grande Aliança contra o Eixo, Segunda Guerra

Mundial

– economia *ver* economia: Estados Unidos

– Emenda Jackson-Vanik (à Lei de Comércio com a URSS)

– encobrimento do Watergate

– escravatura; e a Guerra Civil Americana

– esfera pública

– Estratégia de Segurança Nacional

– expansionismo; e os Índios americanos

– Flórida comprada a Espanha

– Grande Depressão

– Guerra ao Terror

– Guerra Civil Americana

– Guerra do Iraque

– Guerra Fria *ver* Guerra Fria

– Guerra Revolucionária *ver* Revolução norteamericana

– Índios *ver* Índios, americanos

– Lei da Educação de Defesa Nacional (1958)

– Lei da Energia Atómica

– Lei da Espionagem (1917)

– Lei da Sedição (1918)

– Lei de Segurança Nacional (1947)

– Lei dos Direitos Civis (1964)

– Lei Kansas-Nebrasca (1854)

– *Liberty Bonds*

– Liga da Segurança Nacional

– manifesto de Ostende

– modernização socioeconómica

– NASA

– 'New Deal' de Roosevelt e 'guerra' à Depressão

– Ordenação do Noroeste

– Partido Democrata

– Partido Republicano

– período de entre-guerras

– poder naval; Lei da Marinha

– Progama '*Lend-Lease*'

– protecionismo

– rescaldo da Guerra dos Trinta Anos e criação

– revogação da resolução do Golfo de Tonquim

– Senado

– sindicatos

– tarifas McKinley

– tributação

– tumultos estudantis

estaleiros de Gdansk

Estaline, José

– e a Coreia do Norte

– e a Guerra Fria

– e a ONU

– e Franco

– e Hitler

– e Mao

– e os judeus

– e Tito

– morte

– ‘Notas de Estaline’

Estalinegrado, batalha de

estalinismo

– destalinização

Estanislau August Poniatowski da Polónia

Estanislau Leszczynski da Polónia

estatilidade

– *ancien régime ver* Estados europeus *ancien régime*

– aumento do poder do Esado durante a Primeira Guerra Mundial

– britânica *ver* Grã-Bretanha e Reino Unido: estatilidade

– construção do Estado dos principados alemães

– e a defesa de direitos

– e burocracia

– fiscal-militar

– inglesa

– *laissez-faire*

– Maquiavel sobre os Estados

– monarquia e poder do Estado

– processo de construção do Estado a partir da Alta Idade Média

– sistema europeu de Estados em finais do século XVIII

estatalidade *laissez-faire*

Estocolmo

Estónia

– admissão na NATO

– admissão na UE

Estrasburgo

Estreitos turcos

– e Rússia

Etiópia

Estratégia Europeia de Segurança

Eupen-Malmedy

Eurasianismo

EURATOM

‘EUREKA’ (Iniciativa de Defesa (espacial) Europeia)

Euro

– crise da dívida

Eurocorps

Europa central (*ver também* países e povos específicos)

– cultura política da Baixa Idade Média

– e as crises do oriente de 1839-40

– e o controlo da Europa

– Guerra dos Trinta Anos *ver* Guerra dos Trinta Anos

– 'Mitteleuropa' unificada

– Sacro Império Romano *ver* Sacro Império Romano

Exército

– alemão *ver* Alemanha: exército

– Aliado, Segunda Guerra Mundial

– americano *ver* Estados Unidos da América: exército

– britânico *ver* Grã-Bretanha e o Reino Unido: exército

– conscrição

– controlo de armamentos; Tratado de Não-Proliferação nuclear; SALT I; SALT II

– corrida aos armamentos

– desarmamento *ver* desarmamento

– desempenho como base do sistema feudal

– despesa militar

– espanhol

– francês *ver* França/franceses: exército

– impotência da UE

– indiano

– integração

– *Landwehr* dos Habsburgos

– MBFR (Mutual Balanced Force Reductions – Reduções de Força Mutuamente Equilibradas)

– NATO, forças e armas

– Plano de Ação das Capacidades Europeias

– prussiano

– russo

– soviético *ver* União Soviética: exército

– Tratado FCE

Exército Imperial Alemão

Exército Vermelho

expansão europeia; colonial *ver* imperialismo/colonialismo exploração do espaço

Extremo-Oriente; *ver também países específicos*

Eyskens, Mark

Fachoda

Fadeyev, Rostislav, General

Faixa de Gaza

Falkenhayn, Erich von

Fanon, Frantz

Fascismo

Favier, Jean-Louis

Fawcett, Millicent

FCE (Forças Convencionais na Europa)

– Tratado

FDP (Democratas Livres, Alemanha)

Federalismo

– democracia federal

– Lei federal Alemã

Federalist papers

Fehbrellin, batalha de

Feminismo

Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha

Fernando I de Nápoles e Sicília

Fernando I, Sacro Imperador Romano

Fernando II de Aragão

Fernando II de Estíria, Sacro Imperador Romano

Fernando IV, Rei dos Romanos

Fernando VII de Espanha

Fernando, Duque de Brunswick

Ferry, Jules

Fesch, Joseph, Cardeal

Feudalismo

– abolição francesa

– refeudalização napoleónica

Fez

Filadélfia

Filipe I de Hesse

Filipe II de Espanha

Filipe III de Espanha

Filipe IV de Espanha

Filipe V de Espanha, Philippe d’Anjou

Filipinas, colonização espanhola

Finlândia

– admissão na EU

– sob Mannerheim

Fischer, Joschka

Fisher, Warren

Fiume (Rijeka)

Flandres

– e Áustria

– espanhola

– Primeira Guerra Mundial

– rebeldes holandeses

Fleury, André-Hercule de, Cardeal

Flórida

FMI (Fundo Monetário Internacional)

Foch, Fernando, Marechal

Fontainebleau, Tratado de

Fontenoy, batalha

Foot, Michael

Força Expedicionária Canadiana

Força Multilateral (nuclear) (MLF)

Ford, Gerald

Formosa

Fort Sumter, batalha de

Fouchet, Christian

Fox, Charles James

França/franceses

– absolutismo

– *ancien regime*

– após o acordo de Viena

– aristocracia/nobreza

– armas nucleares

– ascendência na Europa

– assalto à Bastilha

– Assembleia Constituinte

– Assembleia de Notáveis

– Assembleia Nacional

– Câmaras de Reunião

– caminhos-de-ferro

– Catolicismo

– começo da consciência nacional

– Constituição Civil do Clero

– ‘Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão’

– Democracia

– destruição do Segundo império

– diplomacia de ‘salto ao eixo’

– diplomacia

– direitos de voto

– e a Áustria, *ver também* Habsburgos: e França; Guerra dos Sete Anos; participação

austríaca depois da Segunda Guerra Mundial; guerra franco-piemontesa contra a Áustria;

Guerras Revolucionárias francesas; Guerras e era napoleónicas

– e a CEE

– e a Guerra da independência americana

– e a Guerra da Sucessão Austríaca

– e a Guerra da Sucessão Bávara

– e a Guerra da Sucessão Polaca

– e a Guerra do Iraque

– e a Guerra dos Trinta Anos

– e a integração europeia

– e a Liga de Augsburgo

– e a Liga Renana

– e Alemanha *ver* Alemanha: e França

– e as NU

– e Bélgica

– e Espanha ver Espanha/espanhóis: e França

– e Flandres

– e Grã-Bretanha (*ver também* Império Francês: e Grã-Bretanha): aliança con Império

Francês: e Grã-Bretanha): aliança contra os Habsburgos; e a Guerra da Independência

americana; colaboração contra Espanha; e o Sistema Continental; Guerra da Crimeia; e

entrada na CEE; *Entente Cordiale*; Primeira Guerra Vigiada *ver* Guerra Mundial, Primeira; e

o colapso francês de 1871; Guerras Revolucionárias francesas; período entre-guerras; e

invasão por Charles Edward Stuart; alinhamento liberal; Convenção dos Estreitos de Londres;

e os Países Baixos, Countries; Guerras e era napoleónicas, era; e NATO; e poder naval; e

Ordens em Conselho; e os otomanos; Quádrupla Aliança de 1834; Segunda Guerra Mundial; e

a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos; crise do Suez; comércio; Tripla *Entente*

com a Rússia, *ver também* Guerra Mundial, Primeira; e a URSS; após o Acordo de Viena; e a

Guerra da Sucessão Austríaca

– e Inglaterra: aliança com Cromwell; Império Inglês em França; e o Sacro Império Romano;

Guerra dos Cem Anos; e Luís XIV; e a América do Norte; e a Guerra de Devolução; e a Guerra

da Sucessão Espanhola

– e Itália

– e Luxemburgo

– e Monarquia Universal

– e NATO

– e o equilíbrio de poder europeu, guerras e era napoleónicas

– e o Sacro Império Romano *ver também* Habsburgos: e França; e a sucessão austríaca;

estatuto francês de ‘garante’ católico; e coroa imperial; guerra estatuto francês de ‘garante’

católico; e coroa imperial; guerra; guerras e era napoleónicas; Guerra dos Nove Anos; e a

Revolução/Guerras Revolucionárias e expansão; e Rússia; e a Guerra da Sucessão Austríaca;

Guerra da Sucessão Espanhola

– e o Tratado de Viena

– e os Estados Unidos *ver* Estados Unidos da América: e França

– e os Habsburgos *ver* Habsburgos: e França

– e os holandeses *ver* Holanda/holandeses: e França

– e os judeus

– e os otomanos; Guerra da Crimeia

– e os Países Baixos; Guerras Revolucionárias e expansão; e a Guerra da Sucessão Austríaca

– e Polónia

– e Prússia *ver* Prússia: e França

– e Rússia/URSS ver também Guerra dos Sete Anos; Guerra da Crimeia; Primeira Guerra

Mundial *ver* Guerra Mundial, Primeira; Tratado Franco-Soviético (1944); *Glasnost*; período

entre-guerras; e Itália; Convenção dos; período entre-guerras; e Itália; Convenção dos;

Ostpolitik da era da Guerra Fria; e a Alemanha dividida; *rapprochement* dos anos 1890;

tratado de assistência mútua (1935); Tripla *Entente* com a Grã-Bretanha,, *ver também* Guerra

Mundial, Primeira

– e Suécia

– economia

– Egito

– esfera pública

– Estados Gerais

– exército; motim de 1917; conscrição; napoleónico; reformas sob Luís XIV; revolucionário

– feudalismo

– França borbónica; ver também Bourbons; Guerra dos Sete Anos

– Frente Popular

– *Fronde*

– *Grande Peur*

– Guarda Nacional

– Guerra da Crimeia

– Guerra de Devolução

– Guerra dos Nove Anos

– Guerras e era napoleónicas; e reformas internas europeias; resistência popular europeia;

'Cem Dias'; e a Segunda Coligação; e a Terceira Coligação; e os Estados Unidos

– imperialismo, *ver também* Império Francês; sob Luís XIV; napoleónico; expansão

revolucionária; e a Guerra da Sucessão Espanhola

– império *ver* Império Francês

– liberalismo

– monarquia (*ver também* reis específicos): absolutista; situação financeira; poder

monárquico; e a Revolução

– nacionalismo

– Pacto de Bruxelas

– padrão ouro

– Partido Comunista

– período entre-guerras

– poder naval

– política interna pós-Segunda Guerra Mundial

– política interna

– população

– Primeira Guerra Mundial *ver* Guerra Mundial, Primeira

– proclamação da Terceira República

– Quádrupla Aliança de 1834

– Rejeição da Constituição da Europa

– renascimento do poder nos anos 1730

– revanchismo

– *réveil national*

– Revolução (1789–99): abolição do feudalismo; princípios da mudança revolucionária em

finais do século dezoito; Burke; Decreto de Fraternidade e Ajuda a Povos Estrangeiros;

destruição da Vendeia; e política interna; e emigrados; reações europeias; jacobinos; e a

monarquia; Assembleia Nacional *ver* França/franceses: Assembleia Nacional; Convenção

Nacional; e a política para com o Império; poder e expansionismo na Europa; Guerras

Revolucionárias; e Rússia; massacres de setembro

– revolução de 1830

– revolução de 1848

– Rossbach e os seus efeitos

– Segunda Guerra Mundial; regime de Vichy

– segurança das fronteiras

– Sistema Continental/Bloqueio

– sob Luís Napoleão

– socialistas

– tributação

– '*Union Sacrée*'

France Juive, La

Franche-Comté

Francisco I, Sacro Imperador Romano (Francisco Estêvão) Francisco I de França

Francisco II, Sacro Imperador Romano

Francisco/Franz Joseph I da Áustria

Franco, Francisco, General

Frankfurt

– Dieta

Franklin, Benjamin

Franz Ferdinand, Arquiduque da Áustria

Frederico de Württemberg

Frederico Guilherme I da Prússia

Frederico Guilherme II da Prússia

Frederico Guilherme III da Prússia

Frederico Guilherme IV da Prússia

Frederico Guilherme, Eleitor de Brandeburgo (Grande Eleitor)
Frederico I da Prússia

Frederico II da Prússia, Frederico o Grande

Frederico III, Sacro Imperador Romano

Frederico Guilherme IV da Prússia

Frederico V, Eleitor Palatino

Freitag, Gustav

Frente de Stresa

Frente Popular

Friedens-Courier

Friesland

Fronde

Froude, James Anthony

Fugger, casa de

Fulham, East, eleição intercalar (1933)

funcionalismo público

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Gabão

Gabinete do Serviço Secreto

Gabinete Imperial de Guerra

Gaddafi, Muammar

Gage, Thomas

Gaitskell, Hugh

Galicia

Judeus

Gama, Vasco da, navegador português

Gambetta, Léon

Gandhi, Mohandas (Mahatma)

Garibaldi, Giuseppe

Garrison, William Lloyd

Gás

Gastein, Convenção de

GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*)

Gattinara, Mercurino

Gaylani, Rashid Ali al-

Gazeta de Moscovo

Gazette de France

Genebra

– cimeira (1955)

– Conferência de Desarmamento (1932)

– Conferência naval (1927)

Génova

Genscher, Hans-Dietrich

Gentz, Friedrich von

Geórgia (estado americano)

Geórgia/georgianos (Estado caucasiano)

Gertruydenberg

Gervinus, Georg Gottfried

Ghent, Tratado de

Gibraltar

Gladstone, William Ewart

– Midlothian, campanha

Gloriosa Revolução (Inglaterra, 1688)

Godoy, Manuel de

Goebbels, Joseph

Goethe, Johann Wolfgang von

Goldwater, Barry

Gomulka, Wladylsaw

Gorbachev, Mikhail Sergevich, Sergevich

Gorchakov, Alexander

Gordon, Charles George

Gore, Al

Göring, Hermann

Gorlice-Tarnow, batalha de

Görres, Joseph

governo

– a Guerra Fria e a moldagem das estruturas governamentais europeias

– autocracia *ver* autocracia/debate representativo

– colonial

– constitucional

– debates e transformações pós-Guerra dos Sete Anos

– e absolutismo *ver* absolutismo

– monárquico ver *monarquia*

– reformas prussianas

– representativo *ver* governo parlamentar/representativo

governo colonial

Governo parlamentar/representativo

– alastramento através do alargamento da NATO

– constitucionalismo

– debates pós-Guerra dos Sete Anos

– divulgação parlamentar de documentos diplomáticos

– e a monarquia

– e fraqueza externa

– Parlamento britânico

– Parlamento escocês

– Parlamento inglês

– Parlamento Polaco

– Parlamento sueco

– versus autocracia

Governo representativo *ver* governo parlamentar/representativo Grã-Bretanha e Reino Unido (*ver também* Inglaterra/ ingleses; Irlanda do Norte; Escócia)

– armas nucleares

– assistência social

– Ato de União de 1707 (Inglaterra e Escócia)

– Ato de União de 1800 (Grã-Bretanha e Irlanda)

– Câmara dos Comuns

– Câmara dos Lordes

– Cartistas

– Catolicismo

– Comissão Real para a Defesa

– Comité Conjunto de Informações

– Comité de Defesa Imperial

– Companhia das Índias Orientais

– Convenção de Westminster

– Departamento de Análise de Informação

– diplomacia

– e a Bulgária

– e a CEE

– e a Frente de Stresa

– e a Guerra Civil de Espanha

– e a Guerra da Sucessão Austríaca

– e a Guerra da Sucessão Polaca

– e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a integração europeia, 626; após a Segunda Guerra Mundial

– e a Polónia

– e a Prússia *ver* Prússia: e a esfera pública britânica

– e a Segunda Coligação

– e a Suécia

– e a Terceira Coligação

– e a UEO

– e Alemanha *ver* Alemanha: e Grã-Bretanha

– e América *ver* Império Britânico: e América do Norte; Estados Unidos da América: e Grã-

Bretanha

– e Áustria: zona de ocupação britânica depois da Segunda Guerra Mundial; Convenção dos

Estreitos de Londres

– e Dinamarca

– e escravatura *ver* escravatura/tráfico de escravos: e a Grã-Bretanha/Império Britânico

– e Espanha ver Espanha/espanhóis: e Grã-Bretanha

– e França ver França/franceses: e Grã-Bretanha; Império francês: e Grã-Bretanha

– e Gibraltar

– e Grécia

– e Guerra da Coreia

– e Irlanda *ver* Irlanda: e islamistas britânicos na

– e Itália *ver* Itália: e jacobitas britânicos

– e movimento de voluntariado

– e o Báltico

– e o equilíbrio de poder europeu

– e o ERM

– e o Tratado de Viena

– e os Estados Unidos *ver* Estados Unidos da América: e Grã-Bretanha

– e os Habsburgos *ver* Habsburgos: e Grã-Bretanha

– e os holandeses; Tríplice Aliança com a Prússia

– e os otomanos; Guerra da Crimeia

– economia *ver* economia: britânica

– efeitos das crises globais sobre política interna e externa no começo do século XX

– Esquema de Eleição Imperial

– estatalidade; fiscal-militar; *laissez-faire*

– Eurocéticos

– exército; Exército do Reno; conscrição; Oitavo Exército; Força Expedicionária; serviço

militar; Lei das Forças Territoriais e de Reserva

– Gabinete dos Serviços Secretos

– Guerra da Crimeia

– Guerra das Falklands (Malvinas)

– guerra do Iraque

– Hanover; *ver também* Jorge I de Inglaterra e Eleitor de Hanover; sucessão Hanoveriana

– imperialismo

– império *ver* Império Britânico

– industrialização

– Lei da Milícia (1757)

– Lei da Reforma de 1867

– Lei das Parteiras

– Lei do Septenato

– Leis dos Cereais

– liberalismo

– liberdades constitucionais e equilíbrio de poder europeu

– Marinha Real (Royal Navy) *ver* Marinha Real e Rússia/USSR; e a aliança anglo-japonesa;

armistício de Malmo; e a Bulgária; *entente* colonial de 1907; e o acordo das quatro potências

de Julho de 1840; e a Questão Alemã no fim da Primeira Guerra Mundial; *Glasnost*; e a

Grécia; período entre guerras; Convenção dos Estreitos de Londres; e as guerras e era

napoleónicas; e os otomanos; acordo das Percentagens; depois da Segunda Guerra Mundial;

Quádrupla Aliança de 1815; financiamento soviético encoberto de grupos, e Thatcher; Tripla

Entente com França, *ver também* Primeira Guerra Mundial; Primeira Guerra Mundial *ver*

Primeira Guerra Mundial; Segunda Guerra Mundial, *ver também* Grande Aliança contra o

Eixo; Segunda Guerra Mundial

– Ministério das Munições

– Ministério de Todos os Talentos

– Ministério dos Estrangeiros

– monarquia

– movimento da eficiência nacional

– não interferência mas política externa de apoio

– Pacto de Bruxelas

– Parlamento

– Partido Conservador; *ver também* Tories

– Partido Liberal

– Partido Trabalhista

– patriotismo

– período entre-guerras

– poder naval; *ver também* Marinha Real

– política da água azul

– política interna: na Guerra Fria; e a Primeira Guerra Mundial; depois do colapso francês de

1871; e a ascensão de Hitler; depois da Segunda Guerra Mundial

– Primeira Guerra Mundial *ver* Guerra Mundial, Primeira

– Quádrupla Aliança de 1815

– Real Força Aérea (Royal Air Force – RAF)

– reforma das tarifas; Liga da Reforma das Tarifas

– reforma interna, princípios do século XIX

– Relatório Beveridge

– Segunda Guerra Mundial

– Semana Nacional do Bebé

– Serviço militar

– Serviço Nacional de Saúde

– Serviço Secreto de Informações britânico

– socialismo

– Thatcherismo; *ver também* Thatcher, Margaret

– Tories *ve*r Tories

– tributação *ver* tributação: Lei do Chá britânica

– Tríplice Aliança com Holanda e Prússia

– voto, 245, 297, 315; para as mulheres

– *Whigs ver Whigs*

Gramont, Agenor, *duc* de

Granada

Grande Aliança contra Luís XIV

– Guerra dos Nove Anos

Grande Aliança contra o Eixo, Segunda Guerra Mundial

– diferenças entre as potências

Grande Guerra do Norte

Grant, Ulysses S.

Grécia

– admissão na UE

– depois da Segunda Guerra Mundial

– e a Rússia

– e Chipre

– e Grã-Bretanha

– e Macedónia

– e o acordo das Percentagens

– e os otomanos/turcos

– economia

– fundação formal, Tratado de Londres

– guerra civil (1946)

– independência

– invasão por Mussolini

– KKE (Partido Comunista)

– nacionalistas

– protestos contra a austeridade

– retirada da estrutura de comando da NATO

– Segunda Guerra Mundial

– união

Gregorius V de Constantinopla

Grenville, George

Grenville, William, 1.º Barão

Greves de Cuno, Alemanha

Grey, Charles, 2.º Conde

Grey, Sir Edward

Groener, William

Gromyko, Andrei

Groninga

Gross Friedrichsburg

Grossjägerndorf, batalha de

Guadalupe

– cimeira (1979)

Guastalla

Guchkov, Aleksandr Ivanovich

Guerra Civil Americana

Guerra da Devolução

Guerra da Orelha de Jenkins

Guerra da Segunda Coligação

‘Guerra das Estrelas’ – SDI

Guerra da Sucessão Austríaca

Guerra da Sucessão Bávara

Guerra da Sucessão Espanhola

– e o Tratado de Utreque

Guerra da Sucessão Inglesa

Guerra da Sucessão Polaca

Guerra da Terceira Coligação

Guerra da Terceira Coligação

Guerra das Laranjas

Guerra de 1812

Guerra do Golfo, Operação Tempestade no Deserto

Guerra do Kosovo

‘’Guerra dos Camponeses’, Alemanha

Guerra dos Cem Anos

Guerra dos Nove Anos

Guerra dos Seis Dias

Guerra dos Sete Anos

– antecedentes

– e a criação dos Estados Unidos

– rescaldo e legado

Guerra dos Trinta Anos

– Tratado de Vestefália

Guerra do Yom Kippur (1973)

guerra *ver também guerras e batalhas específicas*

– aérea

– conflitos intestinos medievais

– e consciência nacional

– Guerra Global ao Terror

– integração europeia como solução para a guerra

– intervencionismo *ver* intervencionismo

– submarina

Guerra Fria

– a ‘Segunda Guerra Fria’

– e a conformação das estruturas governamentais europeias

– e a crise do Suez

– e a crise dos mísseis em Cuba

– e a *détente*

– e a segunda crise de Berlim

– e as políticas internas

– e o Terceiro Mundo

– emergência nas relações soviético-ocidentais no pós-guerra
Guerras Napoleónicas

– dívidas

Guevara, Che (Ernesto)

Guevara, Iñigo Velez de, 7.º Conde de Oñate

Guilherme de Orange, Guilherme I o Silencioso

Guilherme de Orange, Guilherme III de Inglaterra

Guilherme I, Rei da Prússia e Imperador da Alemanha

Guilherme II da Alemanha

Guilherme IV dos Países Baixos Unidos

Guillaume, Günter

Guizot, François

Gulag

Gustavo Adolfo da Suécia

Gutenberg, Johannes

Habsburgos; *ver também* Áustria

– absolutismo

– ambições de controlar a Europa

– dissolução do Sacro império romano

– divididos em linhas espanhola e austríaca

– e coroa imperial, *ver também* imperadores específicos; em oposição a Napoleão; e

Monarquia Universal

– e a Confederação Alemã

– e a constituição imperial

– e a Guerra da Sucessão Austríaca

– e a Guerra da Sucessão Polaca

– e a Guerra de Sucessão Bávara

– e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a Hungria; monarquia dual *ver* Império Austro-Húngaro

– e a Reforma

– e a Rússia; e a Guerra da Crimeia

– e a Sucessão Espanhola

– e a Suécia

– e França; e Marie Antoinette; guerras e era napoleónicas; Guerras revolucionárias e

expansão; e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos; Tratado de Versalhes; após o

acordo de Viena; e a Guerra da Sucessão Austríaca; Guerra da Sucessão Espanhola

– e Grã-Bretanha; aliança britânica com os franceses; Esquema de Eleição Imperial

– e Inglaterra

– e minorias religiosas

– e o movimento revolucionário de 1848

– e o Novo Mundo

– e os Hohenzollerns

– e os holandeses

– e os judeus

– e os otomanos

– e os sérvios

– e Prússia ver Prússia: e Áustria/os Habsburgos

– em Itália

– espanhóis

– ganhos do Tratado de Utreque

– Guerra da Crimeia

– imperialismo

– movimentos nacionalistas em todo o império Habsburgo

– Pragmática Sanção

– problemas com a cobrança de impostos

– reforma interna sob José II

– reformas administrativas

– reformas sob José II

– reinado de Carlos V

Habsburgos espanhóis

Haganah

Haia, A

– Congresso de 1872

– Congresso de 1948

Haider, Jörg

Haig, Alexander, General

Haiti

Hakluyt, Richard

Halberstadt

Haldane, Richard, 1.º Visconde

Halifax, E. F. L. Wood, 1.º Conde de

Hallstein, Walter

Doutrina Hallstein

Hambach, Festival

Hamburgo

Hamilton, Alexander

Hankey, Maurice

Hanói

Hanover

– Sucessão Hanoveriana

– Tratado de

Hansemann, David

Harden, Maximilian

Hardenberg, Karl August von

Harrington, William Stanhope, 1.º Conde de

Hartley, Livingston

Hasan Kurdi

Hassel, Kai-Uwe von

Hatfield, Mark

Haudesche Zeitung

Haugwitz, Friedrich Wilhelm von, Conde

Havana

Havel, Václav

Hay, John

Healey, Denis

Heath, Edward

Hecker, Friedrich

Heinemann, Gustav

Helesponto *ver* Dardanelos

Henderson, Arthur

Henrique ‘o Navegador’, Príncipe de Portugal

Henrique II de França

Henrique IV de França

Henrique VI de Inglaterra

Henrique VIII de Inglaterra

Herat

Herder, Johann Gottfried

Herrnstadt, Rudolf

Hertling, Georg von, Conde

Hertzberg, Ewald Friedrich von

Herzen, Alexandre

Herzl, Theodor

Herzog, Roman

Hesse, Filipe I, Landgrave de

Hesse (Alemanha)

– Hesse-Cassel

Hezbollah

Hicks, Paxá

Himmler, Heinrich

Hindenburg, Paul von, Marechal de Campo

Programa Hindenburg

Hiroxima

Hitler, Adolf

– acordo de Munique

– anexação da Áustria

– anexação da Checoslováquia

– e a Lei de Habilitação (1933)

– e Estaline

– e Franco

– e Mussolini

– e os judeus

– e Segunda Guerra Mundial

– *Mein Kampf*

– ocupação de Praga

– Pacro Molotov–Ribbentrop

– período entre-guerras

– Plano Quadrienal

– *Segundo Livro*

– suicídio

Ho Chi Minh

Hohenzollerns

– e os Habsburgos

Holanda/holandeses *ver também* Países Baixos/Benelux

– aliança hispano-holandesa

– e a Alemanha

– e a Grã-Bretanha; Tríplice Aliança com a Prússia

– e a Guerra da Sucessão Espanhola

– e França; *gangs* anti-franceses; Guerras Revolucionárias Francesas e expansão; invasão da

Holanda espanhola; invasões das Províncias Unidas; cerco de Antuérpia (1832); e a Guerra da

Sucessão austríaca; e a Guerra da Sucessão Espanhola

– e Inglaterra; Tríplice Aliança com a Repúbica Holandesa e a Suécia

– e o Sacro Império Romano

– e Viena

– Estados Gerais

– Holanda austríaca

– Holanda espanhola

– Índias Orientais Holandesas

– Pacto de Bruxelas

– Primeira Guerra Mundial

– Províncias Unidas *ver* Províncias Unidas/República Holandesa

– rebeldes/rebeliões contra Espanha

– Reino dos Países Baixos Unidos

– rejeição da Constituição europeia

– Segunda Guerra Mundial

– separação da Bélgica

– Solimão e os rebeldes da Flandres

– Tratado de Varsóvia

– tributação

– Zelândia

Holocausto

– negação

Holstein

Holstein, Friedrich von

Honecker, Erich

Hong Kong

Horthy, Miklós

– Hungria sob

Hötzendorf, Franz Conrad von, Conde

House, Edward

Howe, Geoffrey

Hubertusburgo, Tratado de

Huerta, Victoriano, General

Hugenberg, Alfred

Hughes, Charles Evans

Hugo, Victor

Huguenotes

Hull, Cordell

Humanismo

Hungria

– abertura da fronteira com a Áustria (1989)

– admissão na NATO

– admissão na UE

– batalha de Mohacs

– comunistas

– Dieta

– e a Eslováquia

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial

– e China

– e o acordo das Percentagens

– e o Sacro Império Romano

– e os Habsburgos; monarquia dual *ver* Império Austro-Húngaro

– e os otomanos

– e Prússia

– e Rússia /URSS; acordo das Percentagens; revolução de 1956; Liga dos Três Imperadores

– nobreza

– Patente Sylvester

– período entre-guerras

– Protestantismo

– radicalismo

– revoluções: movimento de 1848; revolução de 1956

– sob Horthy

– tributação

– turistas leste-alemães fogem

Hussein bin Ali

Hussein, Saddam

Husseini, Haj Amin al-

Hussitas

Hutten, Ulrich von

Huxelles, Nicolas Chalon du Blé, Marquês d’

Ibn Abdul Wahhab, Muhammad

Ibn Saud, Muhammad

IDE (Iniciativa de Defesa Europeia (espaço), ‘EUREKA’)

Ideologia Alemã, A

Iéltsin, Boris

Iémen

Iena, batalha de

Ignatiev, Nikolay Pavlovich, Conde

Igreja

– alemã

– Católica Romana *ver* Catolicismo Romano

– clero *ver* clero

– e Estado: e a Revolução Francesa: e a Reforma *ver* Reforma, Protestante

– Ortodoxa *ver* propriedades da Igreja Ortodoxa

– Protestante *ver* Protestantismo

– terras

Igreja Alemã

Igreja Ortodoxa

– russa

Igreja Ortodoxa Russa

Igreja Uniata

Ilhas Falkland

– Guerra das Falklands

Ilhas Marshall

Ilhas Salomão

imperialismo/colonialismo; *ver também impérios específicos*

– americano; expansionismo e os índios

– britânico; *ver também* Império Britânico

– e a revolta Mahdista

– espanhol; *ver também* Império Espanhol

– francês *ver* França/franceses: imperialismo

– governo colonial

– Habsburgo; *ver também* Habsburgos

– 'imperialismo capitalista'

– modernização imperial

– russo; *ver também* Rússia: império czarista

– *Weltreichlehre* alemão

Império Austro-Húngaro

– Aliança Dual com a Alemanha; Novo Rumo de Caprivi

– e a Bósnia-Herzegovina

– e Itália

– e os magiares

– e os sérvios

– formação da monarquia dual

– Liga dos Três Imperadores

– Primeira Guerra Mundial *ver* Primeira Guerra Mundial

Império Bizantino

– colapso de Bizâncio

– e os otomanos

– queda de Constantinopla

Império Britânico

– construção do segundo império

– descolonização

– e a África do Sul

– e a Alemanha

– e a campanha de Gladstone em Midlothian

– e a escravatura *ver* escravatura/tráfico de escravos e Grã-Bretanha/Império Britânico

– e a Guerra dos Sete Anos

– e a Lei do Selo

– e a URSS

– e África

– e América do Norte, *ver também* Estados Unidos da América: e Grã-Bretanha; Guerra de

1812; e a independência americana; batalha de Nova Orleães; em princípios do século XIX;

treze colónias

– e Austrália

– e Chipre

– e Cuba

– e Itália *ver* Itália: e Grã-Bretanha

– e Japão

– e nazismo em meados dos anos 1930

– e o Canadá; e a Primeira Guerra Mundial; e a Segunda Guerra Mundial

– e o Eixo

– e o Império Francês *ver* Primeira Guerra Mundial e o Império Francês *ver* Império Francês:

e Grã-Bretanha

– e o Médio Oriente; Palestina *ver* Palestina: e Grã-Bretanha; Segunda Guerra Mundial; crise

do Suez

– e o socialismo

– e o Tratado de Viena

– e Palestina *ver* Palestina: e Grã-Bretanha

– Gabinete Imperial de Guerra

– Guerra da Crimeia

– Guerra das Falklands

– igualdade dos domínios

– na Índia; e o Partido do Congresso; Companhia da Índia Oriental; e a Primeira Guerra

Mundial; e a independência; Ato da Índia (1935); Motim de 1857; e Segunda Guerra Mundial;

Vitória feita 'Imperatriz da Índia'

– partição no Tratado de Paris

– período entre-guerras

– Primeira Guerra Mundial *ver* Primeira Guerra Mundial

– Segunda Guerra Mundial; e rescaldo

Império Espanhol

– declínio de poder na Europa

– depois da Guerra de Sucessão

– e a Guerra da Sucessão Espanhola *ver* Guerra da Sucessão Espanhola

– e a Guerra dos Sete Anos

– e a Guerra dos Trinta Anos

– e a Sardenha

– e a Sicília

– e Alemanha

– e Flandres

– e Grã-Bretanha

– e imperativos europeus

– e Inglaterra

– e o ‘Caminho Espanhol’

– e o tráfico de escravos

– e os Estados Unidos

– e os Países Baixos

– Holanda espanhola

– nas Américas; Caraíbas; movimentos de independência; Nova Espanha/México

– Rebeldes holandeses/revolta

– revolta de Messina

– sob Filipe II

Império francês

– acadianos franceses

– após a Segunda Guerra Mundial

– crise do Suez

– e a Argélia

– e a escravatura

– e a Grã-Bretanha; e África; e as colónias americanas; Guerra da Crimeia; e Gibraltar; e

Grécia; e as colónias açucareiras; acordo Sykes–Picot

– e a Guerra da Sucessão Espanhola

– e África

– e Itália

– e Marrocos

– e México

– e o Médio Oriente

– e o Norte de África

– e os Estados Unidos

– e os nazis

– e Primeira Guerra Mundial

– Guerra da Crimeia

– guerra franco-piemontesa contra Áustria

– napoleónico

– Nova França

– período entre-guerras

Imposto sobre as terras

Imprensa *ver* jornais

Índia

– britânica *ver* Império Britânico: na Índia

– Guerra Sino-Indiana (1962)

– independência

– partição

– Primeira Guerra Mundial

– Segunda Guerra Mundial

Índias Orientais holandesas

Índios americanos

– a revolta índia de Pontiac

– e a Guerra dos Sete Anos

– Linha da Proclamação

Indochina

– batalha de Dien Bien Phu

– Tonquim

– Vietname ver Vietname

Indonésia; *ver também* Índias Orientais Holandesas

– invasão de Timor Leste

industrialização/indústria

– desmantelamento soviético da indústria alemã

– movimentos de protesto

– soviética

Inglaterra/ingleses

– a cruzada protestante de Cromwell na Europa

– a Gloriosa Revolução

– *Act of Settlement*

– Câmara dos Comuns

– Câmara dos Lordes

– catolicismo

– colonização americana

– começo da consciência nacional

– Companhia da Índia Oriental

– e a Guerra da Sucessão espanhola

– e a Guerra dos Trinta Anos

– e a luta pela supremacia na Europa

– e a Suécia

– e Alemanha *ver* Alemanha: e Inglaterra

– e Espanha ver Espanha/espanhóis: e Inglaterra

– e França *ver* França/franceses: e Inglaterra

– e Irlanda

– e o Império Espanhol

– e o Sacro Império Romano; e a coroa imperial

– e os Habsburgos

– e os holandeses; Tríplice Aliança com a República Holandesa e a Suécia

– e Portugal

– esfera pública; emergência

– estatalidade

– Guerra Civil (a Grande Rebelião)

– Guerra da Sucessão Inglesa

– jacobitas

– Lei da Navegação

– Lei trienal

– lollardos

– Marinha Real (Royal Navy) *ver* Marinha Real; e Escócia; Ato de União (1707)

– mercado de valores

– Parlamento

– protestantismo; a internacional calvinista; e a Guerra Civil inglesa

– Protetorado e Comunidade

– Reforma Inglesa

– Stuarts *ver* Stuarts

– Tories *ver* Tories

– tributação

– Tríplice Aliança com a República da Holanda e a Suécia

– Tudors

– *Whigs ver* Whigs

Inglaterra, batalha de Iniciativa de Defesa (espacial) Europeia, ‘EUREKA’

Inocêncio XI, Papa

Insurreição espartaquista

integração Europeia

– Comité de Ação para os Estados Unidos da Europa

– como solução para a guerra

– depois da Segunda Guerra Mundial

– e a CECA

– e a CED

– e a CEE

– e a contenção da Alemanha

– e a CPE

– e a emancipação da tutela americana

– e a era da Guerra Fria

– e a Grã-Bretanha

– e a NATO; *ver também* NATO (North Atlantic Treaty Organization)

– e a PAC

– e a Política de Segurança e Defesa da EU

– e a Política Externa e de Segurança Comum europeia

– e a reunificação da Alemanha

– e a UEO

– e o 'intervalo capacidade-expectativas'

– e o colapso do comunismo

– e o Conselho da Europa

– e o ERM

– e o *establishment* da EU

– e o futuro

– e o Parlamento Europeu *ver* Parlamento Europeu

– e o Sistema Monetário Europeu

– e o Tratado da UE para uma Constituição da Europa

– e o Tratado de Roma

– e os Estados Unidos

– económica; Banco Central Europeu; União Monetária Europeia, *ver também* Euro; moeda

única; *ver também* Euro

– impacto da crise dos Balcãs

– plano Fouchet

– Projeto de Tratado da União (1984)

– Tratado de Amsterdão

– Tratado de Maastricht

– união aduaneira/mercado comum

intervenção humanitária

Intervencionismo; *ver também* intervenção humanitária

IRA (Irish Republican Army – Exército Republicano Irlandês) Irão

Iraque

– e Israel

– Guerra

Irgun

Irlanda

– Ascendência Protestante

– católicos

– e a Alemanha

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial

– e a UE

– e Grã-Bretanha; levantamento; Ato de União; Revolta da Páscoa

– e Inglaterra

– e o Tratado de Lisboa

– economia

– expedição napoleónica

– 'Home Rule' – governo autónomo: Partido; Terceira Lei de 'Home Rule'

– Irlanda do Norte *ver* Parlamento da Irlanda do Norte

– Irlandeses Unidos

– referendo do Tratado de Nice

– Sinn Féin

– Unionistas

Irlanda do Norte

– Ulster *ver* Ulster

Irmandade Muçulmana

– ramificação Hamas

Isabel da Rússia

Isabel Farnese, Rainha consorte de Espanha

Isabel I de Castela

Isabel I

Isabel II de Espanha

ISI (Pakistan intelligence agency – Serviço de informações paquistanês) Islamismo

– e a Guerra da Bósnia

– e a Primavera Árabe

– e antissemitismo

– Hamas

– Hezbollah

– Irmandade Muçulmana *ver* Irmandade Muçulmana

– jihadismo

– terrorismo

– waabismo *ver* waabismo

Islão e muçulmanos

– Cruzadas contra

– e os Estados Unidos, fins do século dezoito

– em Espanha

– Guerra Global ao Terror vista como ataque ao Islão

– massacre de Srebrenica

– movimento waabista *ver* waabismo

– muçulmanos albaneses

– muçulmanos bósnios

– muçulmanos da Eslavónia

– oposição europeia

– radicalismo *ver* Islamismo

– radicalização otomana

– Revolução Islâmica no Irão

– sunitas; *ver também* waabismo

– xiitas

Ismail Paxá (quediva)

Ismay, Hastings ‘Pug’, 1.º Barão

Isonzo

Israel, Estado de

– crise do Suez

– e a Alemanha Ocidental

– e a contracultura da geração de ‘sessenta e oito’

– e a URSS

– e as nações árabes: guerras árabes de 1948; Guerra dos Seis Dias (1967); Guerra do Yom

Kippur (1973)

– e o Líbano

– e os Estados Unidos; CIA

– nascimento; e a alimentação do antissemitismo internacional Ístria

Isvestia

Itália

– Acordo de Plombières de 1858

– Brigadas Vermelhas

– *Carbonari*

– comunistas

– Confederação Italiana

– democracia

– depois do acordo de Viena

– diplomacia

– e a Áustria; *ver também* Primeira Guerra Mundial; Habsburgos em Itália; Tríplice Aliança

com a Alemanha

– e a Etiópia

– e a Grã-Bretanha; Incidente de Corfu; e a Guerra Italiana de 1859; Segunda Guerra Mundial

– e a Guerra da Crimeia

– e a Prússia

– e a República alemã de Weimar; aliança do Eixo, *ver também* potências do Eixo

– e Alemanha, Segunda Guerra Mundial

– e Áustria-Hungria

– e França

– e Grécia, Segunda Guerra Mundial

– e o Sacro Império Romano

– e o Tratado de Versalhes de 1919

– e Primeira Guerra Mundial

– economia

– expulsão dos exércitos franco-italianos (1746)

– Guerra dos Nove Anos no norte de Itália; e os otomanos

– Guerra Italiana de 1859

– Habsburgos na; ataque espanhol

– nvasão da Abissínia

– Japão, Pacto Tripartido

– movimentos revolucionários: dos anos 1820; de 1831; de 1848

– nacionalismo liberal

– nacionalismo *ver* nacionalismo: italiano e Alemanha Nazi, Pacto Tripartido

– o acordo de Utreque

– período entre-guerras

– proclamação do Reino de Itália (1860)

– Reino da Itália Central

– Reino napoleónico

– revolução liberal de princípios dos anos 1820

– *Risorgimento*

– Segunda Guerra Mundial

– sob Mussolini

– Sociedade Nacional

– Tríplice Aliança com Alemanha e Áustria

– unificação

Jackson, Andrew

Jackson, Henry ‘Scoop’

Jacobinos

Jacobitas

Jagow, Gottlieb von

Jaime I de Inglaterra e VI da Escócia

Jaime II de Inglaterra e Irlanda e VII da Escócia

Jamaica

Jan III Sobieski da Polónia

Janízaros, revolta, Constantinopla

Japão

– aliança anglo-japonesa

– e a Alemanha: Pacto Anti-Comintern, *ver também* potências do Eixo; Pacto Tripartido;

Segunda Guerra Mundial

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial; Pacto Tripartido

– e a URSS

– e Itália, Pacto Tripartido

– e os Estados Unidos; internamento de americanos de ascendência japonesa; ataque a Pearl

Harbor; conversações de Washington; Segunda Guerra Mundial

– invasão da China (1937)

Jaruzelski, Wojciech

Javits, Jacob

Jay, John

Jay, Tratado

Jefferson, Thomas

Jenkins, Guerra da Orelha de

Jerusalém

Jihadismo

JNA (Exército Nacional Jugoslavo)

João Frederico I da Saxónia

João Segismundo, Eleitor de Brandeburgo

Joffre, Joseph, General

Johan Georg I da Saxónia

Johnson, Andrew

Johnson, Lyndon Baines

Jordânia

– campos de treino palestinos

Jorge Guilherme, Eleitor de Brandeburgo

Jorge I da Grã-Bretanha, e Eleitor de Hanover

Jorge III da Grã-Bretanha, Irlanda e Hanover

jornais

– leitores

José I, Sacro Imperador Romano

José II, Sacro Imperador Romano

– reformas

Joseph Clemens de Colónia

Joseph, Père (François Leclerc du Tremblay)

Joseph zu Salm-Dick, Príncipe

Journal de Berlin ou nouvelles politiques et littéraire

Jovem Europa

Jovem Itália, movimento

Jovens Turcos

Juan Carlos de Espanha

Judenstaat, Der

Judeus

– aliança judaico-bolchevique-plutocrata

– antissemitismo *ver* antissemitismo

– Caso de Damasco

– caso Dreyfus

– diáspora

– e a Alemanha; ataques de Berlim em 1969; e o *Mein Kampf* de Hitler; ações de Hitler contra

os judeus antes da guerra; *Kristallnacht*; pagamentos de de reparação pelos crimes nazis;

Segunda Guerra Mundial

– e a Palestina *ver* Israel, Estado de: Declaração Balfour; sionistas *ver* sionismo

– e catolicismo

– e França

– e Maria Teresa

– e o Hamas

– e os otomanos

– e Primeira Guerra Mundial

– e Segunda Guerra Mundial

– Édito de Tolerância (1781)

– emancipação prussiana de

– expulsão de Praga

– galiciano

– internacionalismo judaico; esfera pública judaica internacional

– organizações de auto-defesa
– polaco
– proteção/emancipação
– reféns de Entebbe
– refugiados
– russo/soviético
– sionista ver sionismo
– União Geral de Trabalhadores Judeus
– Wolf e os direitos civis
Jugoslávia
– declaração de independência da Assembleia do Kosovo
– desintegração
– e a Guerra da Bósnia
– e a UE
– e a URSS: relações com Tito; tratado (1945)
– e o acordo das Percentagens
– Exército Popular
– Guerra do Kosovo
– Partido Comunista
– 'Pequena *Entente*'
Jülich

Kaganovich, Lazar
Kalisch, Tratado de

Kamenev, Lev

Kamenice

Kammin

Karl Theodor do Palatinado

Karlowitz, Tratado

Karlsbad, Decretos

Karmal, Babrak

Katkov, Mikhail Nikiforovich

Katyn, massacre do bosque de

Kaufman, Gerald

Kaunitz, Wenzel Anton, Conde

Kehl

Keitel, Wilhelm

Kelly, Petra

Kennan, George

Kennedy, John Fitzgerald

Kerry, John

Keynes, John Maynard

Khalkhin Gol, batalha de

Khasbulatov, Ruslan

Khrushchev, Nikita

Kiauchau, China

Kiel, motim

Kiesinger, Kurt Georg

Kiev

Kim Il Sung

King, Martin Luther

Kipling, Rudyard

Kirkpatrick, Jeane

Kissinger, Henry

Kitchener, Herbert, 1.º Conde

Klein-Schnellendorf, Trégua de

Kloster-Zeven, Convenção

Kohl, Helmut

Kolin, batalha de

Kölnische Zeitung

Konya, batalha de

Kosciuszko, Tadeusz

Kosovo, Assembleia

Kosovo, Exército de Libertação do

Kossuth, Lajos

Kosygin (Kossiguine), Alexei Kotzebue, August von

Kozyrev, Andrei

Krenz, Egon

Kristallnach

Kruger, Paul

Kuchma, Leonid

Kühlmann, Richard von

Kulaks

Kuomintang

Kurakin, Alexander Borisovich

Kursk, batalha de

Kutchuk Kainarji, Tratado de

Kuwait

la Farina, Giuseppe

La Galissonière, Roland-Michel Barrin de

la Valette, Charles, Marquês de

Lafontaine, Oskar

Lagos, Baía de

Laibach, Congresso

Lake, Tony

Lamarque, Jean Maximilien

Lamartine, Alphonse de

Landau

Landdtag

Landsdowne,, Henry Petty-Fitzmaurice, 5.º Marquês de

Languedoque

Lansing, Robert

Lasky, Melvin: *Der Monat*

Latim

Laval, Pierre

LeBrun, Pierre

Lee, Robert E., General

Leeds, Francis Osborne, 5.º Duque de

Leeser, Isaac, Rabino

Legião de Honra

Legião Estrangeira

Lehman Brothers

Leibniz, Gottfried Wilhelm

Lei da Espionagem (Estados Unidos, 1917)

Lei da Milícia (Grã-Bretanha, 1757)

Lei da Navegação (1651)

Lei da Reforma (1867, Grã-Bretanha)

Lei da Reforma Militar (Grã-Bretanha, 1901)

Lei da Sedição (Estados Unidos, 1918)

Lei da Segurança Nacional (National Security Act, Estados Unidos, 1947) Lei das Forças Territoriais e de Reserva (Grã-Bretanha, 1907) Lei das Parteiras (Grã-Bretanha)

Lei do Chá

Lei do Quebeque (1774)

Leis dos Cereais Lei dos Direitos Civis (Estados Unidos, 1964)

Lei do Septenato, britânica

Lei Kansas-Nebraska (1854)

Leipzig
– batalha de
Lei Sálica
Lei Trienal (1694)
Lenine, Vladimir Ilyich
Leopoldo I, Sacro Imperador Romano
Leopoldo II, Sacro Imperador Romano
Leopoldo II da Bélgica
Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen
Lepanto, batalha de
Lerma, Francisco Gomez de Sandoval, Duque de
Letónia
– admissão na NATO
Leuthen, batalha de

Levantamento Boxer

Levantamento Herrero, Sudoeste Africano

Lexington Green, batalha de

Líbano

– e Israel

Liberalismo
– alemão
– anti-comunista
– britânico
– económico
– emergência de uma esfera pública liberal pan-europeia
– espanhol
– feito em estilhaços pelo brutal processo da unificação alemã
– francês
– italiano
– nacionalismo liberal; esfera pública
– revoluções liberais *ver* movimentos liberais revolucionários
– russo
Liberator, The
Liberty Bonds
Líbia
– defesa de Bengázi
– divisões europeias
– Primavera Árabe
Liebknecht, Karl
Liga Árabe
Liga Católica
Ligachev, Yegor

Liga da Neutralidade Armada

– segunda

Liga da Reforma das Tarifas

Liga de Augsburgo

– Guerra dos Nove Anos

Liga de Esmalcalda

Liga dos Comunistas

Liga do Serviço Nacional

Liga dos Príncipes

Liga dos Três Imperadores

Liga Estudantil Socialista

Liga Internacional das Mulheres pela Paz e pela Liberdade Liga Pan-germânica

Liga Renana

Lillieroth, Nils

Limpeza étnica

Lincoln, Abraham

língua, e consciência nacional

Linz

Littleton, Sir Thomas

Lituânia

– admissão na NATO

– admissão na UE

– Polónia-Lituânia

Litvinov, Maxim

Livingstone, David

Livónia

livre comércio

Lloyd George, David, 1.º Conde

Lloyd, Selwyn

Locarno, Tratado de

Locke, John

Lodge, Henry Cabot

Loftus, Lorde Augustus

Lolardos

Lombardia

Londres

– 1830 Conferência/Tratado de

– 1913 Tratado de

– 1915 Tratado de

– bombas islamistas

– Comité Jugoslavo

– Convençao dos Estreitos

– islamistas

‘Longo Telegrama’

Lop Nor

Lorena

– Alsácia-Lorena

Louis, Duque de Nemours

Louis, Grande Delfim

Louisburg

Louis-Philippe I

Louvois, François Michel le Tellier, Marquês de

Lowe, Robert

Lübeck

Lublin, União de

Lublin-Majdanek, campo de concentração Lucretelle, Pierre-Louis

Ludendorff, Erich, General

Luftwaffe

Luis I da Baviera

Luís II da Hungria

Luís XIV

– Grande Aliança contra

Luís XV

Luís XVI

Luís XVIII

Luisa Fernanda de Espanha

Luisiana

Lukaschenko, Alexander

Lunéville, Tratado de

Lusitania

Luteranismo

– e os otomanos

Lutero, Martinho

Luxemburgo

– Pacto de Bruxelas

Luxemburg, Rosa

Luynes, Charles d’Albert, Duque de

Lvov

Maastricht

– Tratado da União Europeia

Mably, Gabriel de, *Abbé*

Macdonald, Ramsay

Macedónia

Mackinder, Sir Halford

Macmillan, Harold

Madagáscar

Madero, Francisco

Madison, James

Madrid

– bomba no metro

Magdeburgo

Magenta, batalha de

Magiares

Maginot, André

magistrados

Magrebe

Mahan, Alfred Thayer

Maine

Mainz

– República

Major, John

Makarios III, Arcebispo

Malásia

Malenkov, Georgi

Malmo, armistício de Malplaquet, batalha de

Malta

– admissão na UE

– e os otomanos

Malvy, Louis-Jean

Mamude II, Sultão

Manchúria

Mangin, Charles, general

manifestações estudantis/tumultos; *Freikorps*

Manifesto Comunista

Manifesto de Ostende

Manila

Manin, Daniel

Mannerheim, Carl Gustaf, Finlândia sob

Mansfield, Mike

Mão Negra

Mao Zedong

Mar, John Erskine, 22.º Conde de

Marchand, Jean-Baptiste

Marco Polo

Marcuse, Herbert

Mar do Coral, batalha do

Marengo, batalha de

Margarida de Parma

Margem Oeste

Maria II de Inglaterra

Maria Leszczynska

Maria Luísa

Maria Teresa

Marie Antoinette

Marlborough, John Churchill, 1.º Duque de

Marne, batalha do

– segunda batalha

Mar Negro, cláusulas do Tratado de Paris

Marrocos

– segunda crise de Marrocos

Marshall, George

Marx, Karl

Marx, Wilhelm

Marxismo

– chinês

– e a Associação Internacional de Trabalhadores

– origem alemã

– sociais-democratas marxistas (SPD, Alemanha)

– *Sozialdemokrat*

Maryland

Masaryk, Tomáš Garrigue

Massachusetts

– Senado

Maquiavel, Nicolau

Marinha Real

– e a Guerra da Sucessão Austríaca

– e a Segunda Coligação

– e os navios negreiros

– Frota Territorial – '*Home Fleet*'

– Incidente de Corfu

– 'padrão das duas potências'

Massacre da Praça Tiananmen

Mather, Cotton

Maupeou, René Nicolas de

Maury, Jean-Sifrein

Max Emanuel da Baviera

Max von Baden, Princípe

Maximiliano I do México

Maximiliano I, Duque da Baviera

Maximiliano I, Sacro Imperador Romano

Maximiliano II, Sacro Imperador Romano

Mazarino, cardeal Jules

Mazzini, Giuseppe

McCain, John

McCloy, John

McGovern, George

McKinley, William

McMahon, Sir Henry

McSherry, Louis, general

Mecanismo de Taxas de Câmbio (ERM)

Mecklemburgo

Médio Oriente (*ver também* países específicos)

– acordo Sykes-Picot

– CENTCOM

– crise do Suez

– e a Grã-Bretanha ver Império Britânico: e o Médio Oriente; Palestina: e Grã-Bretanha

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial

– e o 9/11

– e os Estados Unidos

– e petróleo

– Guerra do Iraque

– guerras árabo-israelitas *ver* Israel, Estado de: e as nações árabes

– Hezbollah

– OLP

– paradigma ‘realista’

– Primavera Árabe

– USEUCOM

Mehmet Ali do Egito

Meir, Golda

Memel

mencheviques

Mendès, Pierre

Menshikov, Alexander Sergeievich

mercado de valores

Mercure

Merkel, Angela

Mesopotâmia

Messina

– revolta

Metternich, Klemens von, Conde

Metz

México/Nova Espanha

– e Primeira Guerra Mundial

– guerra civil

Meyendorff, Peter von, Barão

MFL (Multi-Lateral Force – Força Multilateral)

Michaelis, Georg

Midlothian, campanha

Midway, batalha de

‘milagre’ do Vístula (batalha de Varsóvia)

Milão

– Conselho da Europa em (1985)

Milbanke, Sir John

Miliukov, Pavel Nikolayevich

Milner, Alfred, 1.º Visconde

Miloševic´, Slobodan

Minden

minério de ferro

Minorca

Miquelon

Mísseis Cruise

Mísseis Lance

Mississippi, rio

Mitteleuropa

Mitterrand, François

Moamed II, ‘Sultan I Rum’

Moamede

Módena

Modrow, Hans

Mohacs, batalha de

Mohamad, Mahathir

Moldávia

Mollet, Guy

Mollwitz, batalha de

Molotov, Vyacheslav

Moltke, Helmuth von, o Jovem

monarquia *ver também* alguns monarcas específicos

– absolutista *ver* absolutismo

– britânica

– coroa imperial ver Sacro Império Romano: coroa imperial

– debates pós-Guerra dos Sete Anos

– e poder estatal

– francesa

– Habsburgo *ver* Hansburgos

– hereditária

– Hohenzollern *ver* Hohenzollern

– monarquia dual (Austro-Húngara) *ver* Império Austro-Húngaro

– 'princípio monárquico' do Acordo de Viena

– Sucessão Espanhola *ver* Espanha/espanhóis: Sucessão Espanhola

– Sucessão Hanoveriana

– sucessão polaca *ver* Polónia/polacos: sucessão Polaca

– sueca

– universal *ver* Monarquia Universal

Monarquia Universal

– ameaça Habsburga

– objetivo francês/ameaça da

– otomana

Monat, Der

Mongólia

Moniteur

Monnet, Jean

Monongahela, batalha de

Monroe, doutrina

Monroe, James

Mons

Montagu, Edwin Samuel

Montanha Branca, batalha da

Montbeliard

Montefiore, Sir Moses

Montenegro

Montmorin, Armand Marc, conde de

Montreal

Morávia

Morgan, John Pierpont

Morgenthau, plano

Morier, Robert

Moriscos

Morley, John

Morley, Samuel

Morris, Edward

Moscóvia

Moscovo

– Jogos Olímpicos (1980)

– Tratado

Moser, Friedrich Karl von

Moser, Johan Jacob

Mosqueteiro, operação

Motz, Friedrich von

Mouros

– *Moriscos*

Movimento Dezembrista, Rússia

movimentos revolucionários liberais

– dos anos 1830, e contra-revoluções

– dos anos 1840

– início dos anos 1820

Mubarak, Hosni

Muçulmanos *ver* Islão e muçulmanos Mühlberg, batalha de

Mujahedin

Mukden, batalha de

mulheres

– americanas

– classe trabalhadora

– direitos das mulheres; direito de voto

– e a Segunda Guerra Mundial

– feministas

– movimento internacional das mulheres

– mulheres alemãs sob Hitler

– patriotismo

Müller, Hermann

Münchengrätz, acordo de

Munique

– acordo

– mesquita

Münnich, Burkhard Christoph von

Münster, tratado de

Mussolini, Benito

– e Hitler

Mustafá II

nacional socialismo

– a Associação Internacional dos Trabalhadores

– choque entre comunismo, democracia e

– nazismo *ver* nazismo/nacionaisl socialistas

nacionalismo *ver também* patriotismo

– africano

– alemão; *ver também* nazismo/nacionais socialistas; e o *Mein Kampf* de Hitler; e o Segundo

Livro de Hitler; e a Guerra Italiana de 1859; nacionalismo liberal; *Nationalverein*;

– árabe

– asiático

– azerí

– balcânico

– báltico

– búlgaro

– checo

– chinês

– chinês

– curdo

– e independência indiana

– eslovaco

– espanhol

– francês

– grego

– hindu

– irlandês

– italiano; movimento Jovem Itália

– liberal

– movimentos revolucionários liberais/nacionais *ver* movimentos revolucionários liberais

– prussiano

– russo

– sérvio

– sionista *ver* sionismo

– soviético

nacionalistas curdos

Nagasáqui

Nagy, Imre

Namur

Nantes, Édito de

Napoleão I

Napoleão III, Luís Napoleão

Nápoles

Narva

NASA (*National Aeronautics and Space Administration*)

Nasser, Gamal

Nationalkomitee Freies Deutschland

Nationalverein

NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

– alargamento; expansão para leste

– Ata Final de Helsínquia

– cimeira de (1997)

– crise do Sul de meados dos anos 1970

– e a Força Multilateral (nuclear)

– e a Guerra da Bósnia

– e a Guerra do Kosovo

– e a Macedónia

– e a ONU

– e a Rússia

– e a URSS

– e Alemanha

– e Espanha

– e França

– e o movimento de desarmamento

– e os Estados Unidos

– Programa da Parceria para a Paz

– Relatório Harmel

– retirada grega da estrutura de comando

Naumann, Friedrich

Navarino, batalha de

Navarra

nazismo/nacionais socialistas

– acordo de Munique

– campos de morte

– comunidade racial (*Volksgemeinschaft*)

– e o Império Britânico

– e o legado do Sacro Império Romano

– e os judeus; 'solução final'; pagamento de reparações pelos crimes nazis

– *Generalplan Ost*

– Hitler *ver* Hitler, Adolf

– na Áustria

– Plano Quadrienal

– preparativos para a Segunda Guerra Mundial (a partir de novembro de 1937)

– programa de eutanásia

– propaganda

– 'reeducação' dos alemães para os afastar do nazismo

– *Reichsicherheitshauptamt*

– Segunda Guerra Mundial; e a República de Weimar; crescimento do partido em princípio

dos anos 1930; com Hitler como Chanceler

– SS

Necker, Jacques

Nedic´, Milan

– Sérvia sob

Nesselrode, Charles de

Neurath, Konstantin von

New Deal (Estados Unidos)

New York Times

Newcastle, Thomas Pelham-Holles, 1.º duque de

Nice

Nicolau I da Rússia

Nicolau II da Rússia

Nijmegen, Tratado de

Nitti, Francesco

Nitze, Paul

Nixon, Richard

– e Mao

– encobrimento de Watergate

– impugnação

NKVD

nobreza *ver* aristocracia/nobreza

Nootka, estuário

Normandia

Norte de África

– corsários da Barbaria *ver* corsários da Barbaria

– e França

– e Itália

– otomanos

– Segunda Guerra Mundial

North, Frederick, Lorde North

Noruega/Noruegueses

Nova Escócia

Nova Espanha *ver* México/Nova Espanha

Nova Gales do Sul

Nova Guiné

Nova Orleães, batalha de

Nova Zelândia

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Segunda Guerra Mundial

– e os nazis

Novgorod

Novikov, Nikolai

Novo Mundo

Novotný, Antonin

NPT (Nuclear Partial Test Ban Treaty – Tratado de Proibição Parcial de Experiências Nucleares) Nuremberga

NUWSS (União Nacional das Sociedades pelo Sufrágio das Mulheres) Nystad, Tratado de

O’Connell, Daniel

Obama, Barack

Odessa

Oldenburgo

oligarquia

Oliva, Tratado de

Olivares, Gaspar de Guzmán, Conde

Ollivier, Émile

OLP *ver* Organizção para a Libertação da Palestina

Omar Paxá de Argel

Omar Saeed Sheikh

Oñate, Iñigo Velez de Guevara, 7.º Conde de

OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) Operação Barbarossa

Operação Ciclone

Operação Mosqueteiro

Operação Tempestade no Deserto

Oppenheim, Max von

Orange, Casa de

Ordens do Conselho (Grã-Bretanha, 1807)

Ordin-Nashchokin, Afanasin

Organização das Nações Unidas (ONU)

– admissão das duas Alemanhas

– Assembleia Geral

– Conselho de Segurança

– Declaração Universal dos Direitos Humanos

– e a Coreia

– e a crise do Suez

– e a Guerra da Bósnia

– e a Guerra do Iraque

– e a Líbia

– e a NATO

– e a Palestina

– e a Rússia

– e Espanha

– e o rearmamento da Alemanha Ocidental

– nascimento

– origens

– perda de credibilidade

Organização do Tratado do Atlântico Norte *ver* NATO

Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa Orlando, Vittorio

Orleães, Ferdinand Philippe, Duque de

Orlov, Yuri

Orwell, George: *Animal Farm*

Osiander, Andreas

Osnabrück, Tratado de

Ossétia do Sul

Ostermann, Andrei Ivanovich, Conde

Otomanos

– abolição da escravatura

– avanço na Europa

– Comité para a União e o Progresso

– derrota na batalha de Viena

– e a expansão europeia

– e a Grã-Bretanha

– e a Grécia

– e a Guerra da Sucessão Espanhola

– e a Hungria

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Prússia

– e a queda de Constantinopla

– e a Reforma

– e a Rússia *ver* Rússia: e os otomanos

– e a Santa Liga

– e as Guerras dos Balcãs

– e Bizâncio

– e França; Guerra da Crimeia

– e Mehmet Ali

– e o acordo das quatro potências de julho de 1840

– e o Sacro Império Romano

– e os arménios

– e os eslavos

– e os judeus
– e os luteranos
– em Espanha
– esfera pública
– fim do Império Otomano na Europa
– Guerra da Crimeia
– Igreja Ortodoxa no Império Otomano
– Jovens Turcos
– na Bósnia-Herzegovina
– na Bulgária
– Porta (governo)
– reforma islâmica
– revolta dos Janízaros
Oudenaarde, batalha de

Ouro

– Padrão ouro

ouro ou prata em barras

Oxenstierna, Axel

PAC (Política Agrícola Comum)

Pacto de Bruxelas

Pacto de Varsóvia

– Ata Final de Helsínquia

– e a revolução democrática de 1989-90

Pacto Kellogg–Briand

Pacto Molotov-Ribbentrop

Pacto Tripartido

Paine, Thomas

Painlevé, Paul

Países Baixos/Benelux; *ver também* Bélgica/belgas; Luxemburgo; Holanda/holandeses

– e a Guerra da Sucessão Espanhola

– e a Guerra dos Nove Anos

– e Espanha; *ver também* Império Espanhol: Estados Gerais da Holanda Espanhola

– e França; Guerras Revolucionárias e expansão; e a Guerra da Sucessão Austríaca

– e o Sacro Império Romano

– e os otomanos

– Estados Gerais

– fortalezas da barreira

– Protestantismo

– Segunda Guerra Mundial

– tributação

Países Baixos austríacos

Palatinado

– e a Guerra da Sucessão Polaca

– Eleitor Palatino

– Guerra dos Nove Anos

– João Casimiro do Palatinado

– protestantes palatinos

Paléologue, Maurice

Palermo

Palestina

– a Terra Santa como centro do mundo

– árabes palestinos

– e a Alemanha Ocidental

– e a CEE

– e a 'geração de sessenta e oito'

– e a Grã-Bretanha; revolta árabe (1936-39); Declaração Balfour; Primeira Guerra Mundial;

Comissão Peel; retirada

– e al-Qaeda

– e o nascimento do Estado de Israel

– e o sionismo *ver* sionismo

– e ONU

– Faixa de Gaza

– guerrilhas palestinas

– Margem Ocidental

– partição

Palm, Johann Philipp

Palmerston, John Henry Temple, 3.º Visconde

Paneuropa

Pankhurst, Christabel

Pankhurst, Emmeline

Panther (couraçado)

Paoli, Pasquale

Papado

– restauração do Papa por Napoleão III

‘Papéis do Pentágono’

Papen, Franz von

Paquistão

– Serviços de Informações do Paquistão (ISI)

Paris

– Acordo (1973)

– coroação de Napoleão

– revolta da Comuna

– revolução de 1848

– Tratado de 1763

– Tratado de 1783

– Tratado de 1814

– Tratado de 1856; cláusulas do Mar Negro

– tumultos de 1968

Parkes, Sir Henry

Parlamento Europeu

Parma

Partido Cadete, Rússia

Partido da Unidade Socialista, RDA

Partido Outubrista, Rússia

Partido Patriótico

Passarovitz, Tratado de

Passchendaele, campanhas de

Patente Sylvester (1851)

Patkul, Johan, Conde

patriotismo
– alemão
– americano
– britânico
– e criminalidade
– feminino
– francês
– imperial
– italiano
– polaco
– russo
Patten, Chris
Paul-Boncour, Joseph
Paulo I da Rússia
Paulus, Friedrich
Pavelic, Ante
– Estado croata sob
Pearl Harbor, ataque
Pearl, Daniel
Pedro III da Rússia
Pedro, o Grande
– reformas
Península de Liaotung Península Ibérica
Percentagens, acordo das

Perle, Richard

Pershing II, mísseis

Pershing, John J.

Pérsia

Peru

Pétain, Philippe, Marechal

petróleo

– crise da Guerra do Yom Kippur

Peyssonnel, Claude-Charles

Pfeiffer, Christoph Ludwig

Piemonte

PIIGS, crise económica

Pillnitz, Convenção

Pilsudski, Joseph

Pinerolo

Pinsk

Pio VII, papa

Piontkovsky, Andrei

Pirenéus, Paz dos

Pitt, William, o Jovem

Pitt, William, o Velho

Placência

Plano Dawes

Plano Schlieffen

Plano Welles

Plano Young

Plantação do Ulster

Plehwe, Vyacheslav

Plevin, René

Ploetz, Hans-Friedrich von

Plombières, Acordo de (1858)

poder naval

– alemão; *U-boots*

– britânico; *ver também* Marinha Real

– corrida entre a Alemanha e a Grã-Bretanha

– dos Estados Unidos

– e o equilíbrio de poder europeu

– espanhol; *Armada*; e vapor,

– francês

Podolia

pogroms de Kishinev

Poincaré, Raymond

Pole, William de la, 1.º Duque de Suffolk

Política Agrícola Comum (PAC)

Polk, James

Polo, Marco

Polónia/Polacos

– admissão na NATO

– admissão na UE

– alvorecer da consciência nacional

– Bielorrússia e a 'União dos Polacos'

– catolicismo

– Comunidade da Polónia

– Congresso da Polónia

– deportações polacas, depois da Segunda Guerra Mundial

– Dieta polaca

– e a Áustria; revolta na Galícia

– e a Checoslováquia

– e a Grã-Bretanha

– e a Prússia

– e a Rússia/URSS; execuções sob Estaline; massacre do Bosque de Katyn; partição; Tratado

Perpétuo; Exército Vermelho; revolta de 1863; tumultos e reformas (1956); 'russificação';

Segunda Guerra Mundial; depois da Segunda Guerra Mundial; e o

Solidariedade; tratado de

1945

– e a Saxónia

– e a Segunda Guerra Mundial

– e a Suécia

– e Alemanha; pacto de não-agressão de Hitler em 1934; ataque de Hitler em setembro de

1939; período entre-guerras; rejeição da abordagem de Hitler (1938); Segunda Guerra

Mundial; depois da Segunda Guerra Mundial;

– e França

– e Napoleão

– e o legado da Guerra dos Sete Anos

– e o Tratado de Viena

– e os otomanos

– Exército Nacional Polaco

– fim da renascença sob Jan Sobieski

– Grande Guerra do Norte

– Grão-Ducado de Varsóvia

– guerra civil após a Confederação do Bar

– judeus

– 'liberdades' polacas

– *liberum veto*

– monarquia

– nobreza

– ortodoxos
– Parlamento (*Sejm*)
– partição da Polónia
– partido da ‘reforma’
– período de entre-guerras
– Polónia-Lituânia
– protestantismo
– refugiados
– Reino da Polónia
– serviço diplomático
– Solidariedade
– sucessão polaca
– tributação
– Uniatas
Poltava, batalha de
Pomerânia
Pompadour, Madame de
Pontiac, Chefe
populações

Port Arthur

Portland, William Cavendish-Bentinck, 3r.º Duque de

Portobello

Portugal/portugueses

– adesão à CEE

– e a França napoleónica

– e Ceuta

– e comunismo

– e Espanha; Quádrupla Aliança de 1834; Guerra das Laranjas,

– e Inglaterra

– e os mouros

– economia

– guerra civil

– Império Português

– Quádrupla Aliança de 1834

– e a escravatura

– revolução de 1974

Praga

– expulsão dos judeus

– ocupação por Hitler (março de 1939)

– Tratado de

Pragmática Sanção, Habsburgo

Prata, presbiterianismo

Pressburg

– Dieta de

– Tratado de

‘Preste João’, governante lendário

Preuss, Hugo

‘Primavera de Praga’

Primeira Guerra Mundial

– a Questão Alemã no pós-guerra

– baixas francesas

– bloqueio marítimo

– Conselho Supremo de Guerra dos Aliados

– crise de munições

– e o poder estatal

– e os Estreitos

– efeitos sociais

– guerra submarina

– preparativos

– reparações

Primeira internacional

Principados do Danúbio; *ver também* Bósnia-Herzegovina; Bulgária; Moldávia; Sérvia/sérvios; Valáquia

Príncipe Carlos Eduardo (Bonnie Prince Charlie)

Prittwitz, Ernst von, General

Prodi, Romano

Programa '*Lend-Lease*'

Proletariado

ver também classes trabalhadoras propaganda

– antissemita

– nazi,

Protestantismo
– a cruzada protestante de Cromwell na Europa
– a Suécia como ‘garante’ protestante
– alemão
– Ascendência Protestante na Irlanda
– calvinismo; *versus* catolicismo
– Édito da Tolerância (1781)
– em Inglaterra; e a Guerra Civil Inglesa
– luteranismo *ver* luteranismo
– polaco
– presbitarianismo
– protestantes da Silésia
– protestantes irlandeses
– Reforma *ver* Reforma, Protestante
– União Evangélica
‘Protocolos dos Sábios de Sião’
Província do Cabo
Províncias Unidas/República Holandesa
– e a Guerra da Sucessão Austríaca
– e a Guerra da Sucessão Espanhola
– e a Prússia
– e França
– esfera pública
– Guerras Revolucionárias Francesas

– oligarquia

– Partido Patriótico

– Tríplice Aliança com Inglaterra e Suécia

Prússia

– abolição do Estado (1947)

– absolutismo

– Acordo de Münchengrätz

– Brandeburgo-Prússia

– caminhos-de-ferro

– Decretos de Karlsbad

– Dieta

– dimensão do exército

– Diretório Geral

– Ducal (Leste)

– e a Áustria/Habsburgos; sucessão austríaca; Guerra Austro-prussiana de 1866; Congressos

de princípios dos anos 1920; Convenção de Gastein; Convenção de Reichenbach; e os acordo

das quatro potências de Julho de de 1840; Quádrupla Aliança de 1815; e a Guerra dos Sete

Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a Boémia

– e a Guerra da Sucessão Bávara

– e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a liderança da Alemanha

– e a Polónia

– e a Saxónia

– e a Suécia

– e a Terceira Alemanha

– e a unidade alemã

– e as Províncias Unidas

– e França; guerra franco-prussiana de 1870; guerras e era napoleónicas

– e Grã-Bretanha: armistício de Malmo; e o acordo das quatro potências de Julho de 1840;

Quádrupla Aliança de 1815

– e Hungria

– e Itália

– e o Luxemburgo

– e o Sacro Império Romano; *ver também* Prússia: e Áustria/ Habsburgos

– e o Tratado de Versalhes de 1919

– e o Tratado de Viena

– e os otomanos

– e Rússia *ver* Rússia: e Prússia

– e Viena

– emancipação dos judeus

– esfera pública

– exército

– Hohenzollerns *ver* Hohenzollerns

– impasse político-fiscal

– *Landtag*

– nacionalismo liberal
– nacionalismo
– nobreza
– partição depois da Segunda Guerra Mundial
– *Provinziallandstände*
– Quádrupla Aliança de 1815
– reformas governamentais
– reformas internas
– ressurgimento de poder
– servidão
– sistema cantonal
– *Staatschuldengesetz* (Lei do Endividamento do Estado)
– tributação
– Tríplice Aliança com Holanda e Grã-Bretanha
– União Aduaneira (*Zollverein*)
Prutz, Robert

Pueblo

Pufendorf, Samuel von

Pulteney, William

puritanos

Putin, Vladimir

Qaeda, al-

Quádrupla Aliança contra Espanha

Quádrupla Aliança de 1815 e o Sistema do Congresso

Quádrupla Aliança de 1834

Québecois

Quebeque

Quios

Quito

Radek, Karl

Radetzky von Radetz, Joseph

Rádio Europa Livre

Radziwill, Michael

RAF (Royal Air Force)

Raide Jameson

Rákosi, Mátyás

Raleigh, Sir Walter

Ramadan, Said

Rapallo, Tratado de

Rasputin, Grigori

Rastatt

– Congresso de

– Tratado de

Rathenau, Walther

RDA *ver* República Democrática da Alemanha

Reagan, Ronald

Realpolitik

Rebelião de Shays

Redmond, John

Reduções de Forças Mutuamente Equilibradas (MBFR)

Reforma Protestante

Regensburg

regime de Vichy, França

Reichenbach, Convenção de

Reichsexecutionsarmee

Reichstag

Reino dos Países Baixos Unidos

Reino Unido *ver* Grã-Bretanha e o Reino Unido

Relatório Beveridge

Relatório Harmel

religião, *ver também* Igreja

– catolicismo *ver* catolicismo romano

– compromisso religioso

– e a geopolítica

– e a Revolução Francesa

– Islão *ver* Islão e muçulmanos

– nacionalismo hindu

– ortodoxa *ver* Igreja Ortodoxa

– protestantismo *ver* protestantismo; Reforma Protestante

– tolerância religiosa; Édito de Tolerância (1781)

– tratamento das minorias religiosas

Renânia

Renascimento

República Cisalpina

República cispadana

República da Batávia

República Democrática Alemã (RDA)

– derrocada

– *détente*

– e a China

– e a URSS

– emigrações para a Alemanha ocidental

– exército

– formação

– fuga de refugiados

– Partido de Unidade Socialista

– Programa de Construção socialista

– reunificação com a República Federal

– Tratado Básico

– turista leste-alemães a fugir da Hungria

– vitória cristã-democrata (1990)

República de Weimar *ver em* Alemanha

República Helénica

República Helvética

República Holandesa *ver* Províncias Unidas/República holandesa
República Ligúria

República Partenopeia

República Romana

Revolta Mahdista

Revolução Americana *ver* América do Norte: Revolução

revolução da imprensa

Revolução Francesa ver França/franceses: Revolução (1789–99) *Revue des deux mondes*

Rhee, Syngman

Rheinbund (Confederação do Reno)

Rhodes, Cecil

Ribbentrop, Joachim von

Ribot, Alexandre

Richelieu, Cardeal (Armand Jean du Plessis)

Rifkind, Malcolm

Riga, Tratado de

Risorgimento

Robertson, Sir William

Robespierre, Maximilien de

Rockwell, Norman

Rodes

Rodésia

Röhm, Ernst

Roma

– tomada por Mussolini

– Tratado de

Roménia

– adesão à UE

– admissão na NATO

– colapso do comunismo

– e o acordo das Percentagens

– 'Pequena *Entente*'

– sob Antonescu

Rommel, Erwin

Rompuy, Herman van

Roosevelt, Eleanor

Roosevelt, Franklin D.

Roosevelt, Theodore

Root, Elihu

Rossbach, batalha de

Rossi, Ernesto

Rostopchin, Fedor

Rostow, Eugene

Rostow, Walt

Rote Armee Fraktion (Grupo Baader–Meinhof)

Rothschilds

Rousseau, Jean Jacques

Rubin, James

Rudyerd, Sir Benjamin

Ruhr

Rumbold, George

Rumélia oriental

Rumsfeld, Donald

Rusk, Dean

Russell, John, 1.º Conde

Russell, Odo

Rússia

– absolutismo

– Acordo de Münchengrätz

– aristocracia

– autocracia; *ver também* Rússia: império czarista

– Bloco Progressista

– bolchevismo *ver* bolchevismo/bolcheviques

– caminho-de-ferro Trans-Siberiano

– 'democracia soberana'

– depois do Acordo de Viena

– *derzhavnost*

– Dinastia Romanov

– diplomacia

– *Duma* boiarda (conselho)

– *Duma*

– e a Alemanha *ver* Alemanha: e Rússia/URSS

– e a Crimeia; Guerra da Crimeia

– e a Geórgia

– e a Guerra da Sucessão Polaca

– e a Guerra do Kosovo

– e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a Hungria *ver* Hungria: e Rússia/URSS

– e a ONU

– e a Prússia; aliança; armistício de Malmo; e Bismarck; e o acordo das quatro potências de

julho de 1840; e as guerras napoleónicas; e a partição da Polónia; Quádrupla Aliança de 1815;

e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a Segunda Coligação

– e a Suécia

– e a Terceira Coligação

– e a Ucrânia

– e Áustria; e a Bulgária; Congressos em princípios dos anos 1820; e a Guerra da Crimeia; e o

acordo das quatro potências de julho de 1840; Convenção dos Estreitos de Londres; Acordo

de Münchengrätz; e as guerras e era napoleónicas; Quádrupla Aliança de 1815; e a Guerra

dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos; Liga dos Três Imperadores

– e Bósnia

– e Bulgária

– e Chechénia

– e França *ver* França/franceses: e Rússia/URSS

– e Grã-Bretanha *ver* Grã-Bretanha e o Reino Unido: e Rússia/URSS

– e Grécia; ‘projeto grego’

– e NATO

– e o Congresso de Berlim

– e o Sacro Império Romano; e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e o Tratado de Paris (1856); cláusulas do Mar Negro

– e os Balcãs *ver* Balcãs: e Rússia/URSS

– e os Cossacos

– e os Eslavos

– e os Estados Unidos *ver* Estados Unidos da América: e Rússia/URSS

– e os Estreitos

– e os Habsburgos; *ver também* Rússia: e a Áustria

– e os otomanos; e Constantinopla; Guerra da Crimeia; Primeira Guerra Mundial

– e os polacos *ver* Polónia/polacos: e Rússia/URSS

– e os Sérvios

– economia

– esfera pública

– Espaço Económico Único

– exército; despesas militares

– exército

– fornecimentos de energia da

– gás

– Grande Guerra do Norte

– imperialismo

– Império Czarista; Guerra da Crimeia; Guerra da Sucessão Czarista;

– Japão

– judeus

– Liga dos Três Imperadores

– marinha

– mencheviques

– movimento dezembrista

– nacionalismo liberal

– nacionalismo

– ofensiva Brusilov

– Partido Cadete

– partido outubrista

– política interna em meados dos anos 1990

– política interna moldada pela aliança contra a Alemanha

– Primeira Guerra Mundial *ver* Guerra Mundial, Primeira

– Quádrupla Aliança de 1815

– reformas sob Pedro, o Grande

– Revolução (1917)

– Rússia Branca

– servidão; lei da servidão

– *Siloviki*

– sob Putin

– Sociedade Sulista

– 'Tempo dos Tumultos' (1598-1613)

– Tratado de Brest-Litovsk

– tributação

– *Zemskii Sobor* (Assembleia da Terra)

Rússia Branca

Ryswick, Tratado de

Saakashvili, Mikhail

Saboia

– Piemonte-Saboia

sacerdotes *ver* clero

Sacheverell, Henry

Sacro Império Romano; *ver também imperadores específicos*

– comércio

– confissões religiosas e compromisso

– conselho imperial

– coroa imperial; e ameaça da Monarquia Universal

– Dietas imperiais

– dissolução

– divisões regionais, Dieta de Augsburgo

– e Suécia

– e a Grande Guerra do Norte

– e a Guerra da Sucessão Austríaca

– e a Guerra da Sucessão Bávara

– e a Guerra da Sucessão Espanhola

– e a Guerra da Sucessão Polaca

– e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a Prússia; *ver também* Prússia: e Áustria/os Habsburgos

– e a Rússia; e a Guerra dos Sete Anos *ver* Guerra dos Sete Anos

– e a Sucessão Austríaca; Guerra da Sucessão Austríaca

– e a sucessão dinástica (1649-1755)

– e França *ver* França/franceses: e o Sacro Império Romano

– e Inglaterra; e a coroa imperial

– e Itália

– e o colapso do Império Bizantino

– e o colapso do Império Inglês em França

– e o equilíbrio de poder europeu

– e o grande impasse de 1725-7

– e o Tratado de Vestefália

– e os otomanos

– Exército Imperial Alemão

– extensão geográfica

– garantes

– governo Habsburgo *ver* Habsburgos e Hungria

– Grande Aliança *ver* Grande Aliança contra Luís XIV

– Guerra dos Trinta Anos *ver* Guerra dos Trinta Anos

– importância ideológica

– intervenções imperiais (*Reichsexekutionen*)

– laços do Nacional Socialismo

– Liga dos Príncipes

– mudança europeia movida pela luta pelo domínio no

– neutralização

– população

– Recesso Imperial

– recursos militares

– reforma do Estado sob Leopoldo I, I99-100

– Regensburgo como capital constitucional

– *Reichskriegsverfassung* (constituição militar imperial)

– *Reichstag*

– riqueza do

– tentativas de regeneração pela Alemanha no século quinze

– tratamento das minorias religiosas

– União de Eleitores

Sadat, Anwar al-

Saddam Hussein

Sadowa, batalha de

Saigão

Saint-Domingue

Saint-Omer

Saint-Pierre, Charles-Irénée Castel, *Abbé de*

Saint-Pierre, ilhas

Sakharov, Andrei

Salandra, Antonio

Salisbury, Robert Gascoyne-Cecil, 3.º marquês de

Salm, Príncipe

Salm-Dyck, Joseph zu

SALT I

SALT II

Salvius, Johan Adler

San Ildefonso, Tratado de

San Stefano, Tratado de

Sanders, Liman von

Sandoval, Francisco Gomez de, Duque de Lerma

Sandwich, John Montagu, 4.º Conde de

Santa Liga

Santo Domingo

São Gotardo, batalha de

São Petersburgo

– Convenção de

Sarajevo

Saratoga, batalha de

Sardenha; *ver também* Piemonte

Sargent, Sir Orme

Sarkozy, Nicolas

Sarraut, Albert

Saxónia, João Frederico I da

Saxónia/saxões

Scharping, Rudolf

Scheidemann, Philip

Scheldt, Rio

Schinderhannes (Johannes Bückler)

Schleicher, Kurt von, General

Schlesinger, Helmut

Schleswig

Schleyer, Hanns-Martin

Schlieffen, Alfred von, Conde

Schmidt, Helmut

Schmoller, Gustav

Schönbrunn, Tratado

Schröder, Gerhard (n.1910, Ministro dos Estrangeiros alemão)
Schröder, Gerhard (n.1944, Chanceler alemão)

Schumacher, Kurt

Schuman, Maurice

Schuman, Robert

Schuschnigg, Kurt

Schwarzenberg, Felix de, Príncipe

Schwendi, Lazarus von

SDI ('Strategic Defence Initiative') *ver* Iniciativa de Defesa Estratégica
Sebastopol secularização

Sedan, batalha de

Segismundo Vasa III da Polónia e da Suécia

Segunda Coligação, Guerra da

Segunda Guerra Mundial

– a Questão Alemã no pós-guerra

– baixas civis: alemãs; japonesas

– Carta do Atlântico

– Dia D

– e a transformação étnica da Europa

– e a transformação geopolítica da Europa

– Grande Aliança *ver* Grande Aliança contra o Eixo, Segunda Guerra Mundial

– guerra submarina

– o equilíbrio de poder europeu

– preparativos a partir de novembro de 1937

– reconstrução no pós-guerra

– reparações

Segunda Internacional

Ségur, Louis Philippe, conde de

Selkirk, Thomas Douglas, 5.º conde de

Semana Nacional do Bebé

Senckenberg, Renatus Karl von

Senegal

Sequestro de aviões

Sérvia/sérvios

– e a Primeira Guerra Mundial

– e a Rússia

– e a Segunda Guerra Mundial

– e as Guerras dos Balcãs

– e os Habsburgos

– e os Otomanos

– Guerra do Kosovo

servidão, 189

– e José II, 179

– na Prússia, 130, 162

– na Rússia, 83, 285

Settlement, Act of (Inglaterra, 1701)

Seward, William

Shirley, William

Sibéria

ver também Gulag

Sicília

– Reino das Duas Sicílias

– revolta de Messina

Sieyés, Emmanuel

Silésia

– protestantes

Sindicato Nacional dos Mineiros britânico

sindicatos

– sindicatos dos Estados Unidos

– Solidariedade

Singapura

Sinn Féin

Sinope, batalha de

Sionismo

Guerras árabes contra os sionistas em 1948; e a revolta árabe palestina; e a URSS Síria

– e Israel

– Primavera Árabe

Sistema continental/bloqueio

Sistema de corporações

– abolição prussiana

– membros das corporações

– restrições das corporações

Sistema do Congresso

Sistema Monetário Europeu

– ‘sessenta e oito’, contracultura da geração de

Slansky, Rudolf

Slingelandt, Simon van

Sobchak, Anatoly

social-democracia

– Partido Social-Democrata alemão (SPD)

socialismo

– alemão; *ver também* Repúlica Democrática Alemã (RDA)

– bolchevique *ver* bolchevismo/bolcheviques

– britânico

– comunista *ver* comunismo

– Doutrina Brejnev

– francês

– internacionalismo socialista

– marxista *ver* marxismo

– nacional *ver* nacional socialismo; nazismo/nacionais socialistas

– Segunda Internacional

Sociedade Britânica e Internacional Anti-escravatura

Sociedade das Nações

– Conferência de Desarmamento

– entrada da Alemanha

– entrada soviética

Sociedade dos Cincinnatti

Sociedade Sulista

Sofia, Rumélia Oriental

Solana, Javier

Solferino, batalha de

Solidariedade

Solimão I, o Magnífico

Solimão II

Soljenitsine, Alexander

Somalilândia, britânica

Somme, batalha do

Sozialdemokrat

Spandounes, Theodore

SPD, Alemanha

Spectateur en Allemagne

Speer, Albert

Speyer
– Dieta de
Spieler, Kaspar
Spinelli, Altiero
Sputnik, satélites

Srebrenica

St John, Henry, 1.º Visconde Bolingbroke

St Vincent

Stainville, François Joseph de Choiseul, Marquês de

Starfighter, jacto

Stein, Heinrich Friedrich vom und zum

Stern, bando

Stettin

Stewart, Charles Vane, 3.º marquês de

Stimson, Henry

Stinger, mísseis anti-aéreos

Stinnes, Hugo

Strauss, Franz Josef

Stresemann, Gustav

Stuarts

– exclusão por força do *Act of Settlement*

– Jaime Francisco Stuart, pretendente Jacobita

Sudão

Sudetas, alemães

Suécia/suecos

– admissão na UE

– anexação do que é hoje a Estónia

– batalha de Poltava

– Dieta sueca

– e a Alemanha

– e a Aliança de Hanover

– e a Dinamarca

– e a Grã-Bretanha

– e a Guerra dos Sete Anos

– e a Guerra dos Trinta Anos

– e a Liga da Neutralidade Armada

– e a Pomerânia Ocidental

– e a Rússia

– e França

– e o Tratado de Vestefália

– e os Habsburgos

– e Polónia

– e Prússia

– Grande Guerra do Norte
– *Indelnighsverk* (sistema de posse de terras)
– monarquia
– nobreza
– parlamento (*Rijkstag*)
– *Reduktion* (recuperação de terras da Coroa)
– reformas políticas depois da Guerra dos Trinta Anos
– Tríplice Aliança
Suffolk, William de la Pole, 1.º Duque de
sufrágio *ver* direito de voto
Suíça
– a Áustria e a crise suíça de 1847
– neutralidade perpétua
– República Helvética
Sumner, Charles

Sun Yat Sen

sunitas; *ver também* wahabismo

Supilo, Frano

Swanwick, Helena Lucy Maria

Széchenyi, István

Taft, Robert

Taft, William Howard

Taiwan

taliban

Talleyrand-Périgord, Charles-Maurice de

Tânger

Tarifas McKinley

Tasmânia

taxas de juro

Taylor, Maxwell

Tempestade no Deserto, operação

Tennessee Valley Authority

Teplitz, Tratado

Terceira Alemanha

Terceiro Mundo

Terra Nova

Terra Santa; *ver também* Palestina terrorismo

– ataques do 9/11

– e a Guerra do Iraque

– e a política interna dos Estados Unidos

– Guerra Global ao Terror

– islamista

Teschen, Tratado de

Texas

Thatcher, Margaret

Thiers, Adolphe

Thil, Freiherr von

Thile, Ludwig von

Thorez, Maurice

Thugut, Johann Amadeus Franz von, Barão

Tibete

Tilsit, Tratado de

Timor Leste

Tindemans, Leo

Tiroleses

Tirpitz, Alfred von, almirante

Tisza, István

Tito, Josip Broz

Tocqueville, Alexis de

Togo

Tonquim, Indochina

Tordesilhas, Tratado de

Tories

– Partido Conservador

Toscana

Toul

Tournai

Townshend, Charles

– taxas alfandegárias

Tracy, Philemon

Trafalgar, batalha de

Transilvânia

Transjordânia

Transval

Tratado das Forças Convencionais na Europa (FCE)

Tratado de Lisboa

Tratado de Não Proliferação

Tratado de Resseguro (1887)

Tratado de Resseguro (1926)

Tratado do Eliseu

Tratado INF

Trescothick, Barlow

tributação

– alemã

– americana União Cristã-Democrata (CDU, Alemanha)

– britânica

– *capitação*

– 'centavo comum' (imposto imperial)

– dificuldades dos Habsburgos na cobrança de impostos

– direitos Townshend

– francesa

– húngara

– Imposto de Selo

– imposto sobre terras

– polaca

– prussiana

– russa

Troppau, Congresso de

Trotha, Lothar von

Trotsky, Leon

Truman, Harry

Tsushima, batalha de

Tudjman, Franjo

Tudors

Tukachevski, Mikhail

Tunes

'Tunisgrado'

Tunísia

Turcos, Otomano *ver* otomanos

Turíngia

Turquia – *ver também* otomanos

– e a Grécia

– e a Primeira Guerra Mundial

– e Chipre

– Guerra da Crimeia

Twesten, Carl

Ucrânia

– Cossacos

– e a Rússia

– e a UE, 612; reformas para a candidatura à entrada

– e o Espaço Económico Único

– e NATO

– independência

– polacos

– Primeira Guerra Mundial

– Revolução Laranja

– Segunda Guerra Mundial

– soberania

UE *ver* União Europeia

UEO (União da Europa Ocidental)

Ulbricht, Walter

Ulm, batalha de

Ulster

União Aduaneira, austríaca

União aduaneira, prussiana (*Zollverein*)

– vitória de 1990 na Alemanha de Leste

União da Europa Ocidental (UEO)

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas *ver* União Soviética União de Frankfurt

União Europeia (UE)

– admissão

– Comité de Segurança Política

– Comité Militar

– Constituição revista

– crise económica

– e a Alemanha

– e a declaração de independência da Assembleia do Kosovo

– e a Irlanda

– e a Jugoslávia

– e Áustria

– e o ‘défice democrático’

– e o futuro

– e os Estados Unidos

– *Estratégia Europeia de Segurança*

– Força de Reação Rápida

– impotência militar

– manobras para uma União *ver* integração europeia

– originação/estabelecimento

– Pacto de Estabilidade

– paralisia a respeito da Guerra ao Terror

– Plano de Ação de Capacidades

– Planos de Ação de Adesão

– Política de Segurança e Defesa

– Política Externa e de Segurança Comum

– prioridades contraditórias

– Projeto de Tratado (1984)

– referendo do Tratado de Nice

– Tratado de Lisboa

– Tratado para uma Constituição da Europa

– zona Euro

União Evangélica

União Geral de Trabalhadores Judeus

União Monetária Europeia; *ver também* Euro

União Nacional das Sociedades pelo Sufrágio das Mulheres (NUWSS)
União Pan-europeia

União pela Libertação da Ucrânia

União pela Salvação

União Social e Política das Mulheres (WPSU)

União Soviética

– Acordo de Vladivostok

– Acordos de Helsínquia/Ata Final

– admissão na Sociedade das Nações

– agricultura coletiva

– antissemitismo

– armas nucleares; encorajamento ao desarmamento ocidental; e a ‘Guerra das Estrelas’,

Iniciativa de Defesa Estratégica

– boicote olímpico, Moscovo

– Congresso dos Representantes do Povo

– destalinização

– deterioração das relações com os aliados ocidentais após a Segunda Guerra Mundial

– dissolução

– Doutrina Brejnev

– e a CDE

– e a Checoslováquia *ver* Checoslováquia: e a URSS

– e a crise dos mísseis de Cuba

– e a CSCE

– e a democracia

– e a Grã-Bretanha; *ver também* Grande Aliança contra o Eixo, Segunda Guerra Mundial;

Acordo das Percentagens; e Thatcher

– e a Guerra Civil Espanhola

– e a Polónia *ver* Polónia/polacos: e Rússia/URSS

– e Afeganistão

– e Alemanha *ver* Alemanha: e Rússia/URSS

– e China *ver* China: e a URSS

– e Coreia do Norte

– e direitos humanos

– e França

– e Hungria *ver* Hungria: e Rússia/URSS

– e Israel

– e Japão

– e Jugoslávia *ver* Jugoslávia: e a URSS

– e NATO

– e o Egito

– e o Terceiro Mundo

– e os Estados Unidos *ver* Estados Unidos da América: e Rússia/URSS

– e Roménia

– economia

– estalinismo

– exército: comportamento das forças soviéticas na Alemanha; Tratado FCE; cortes sob

Gorbachev; em meados dos anos 1970; e NATO; Exército Vermelho; Forças de Mísseis

Estratégicos; militarização da juventude

– expansão russa ao fim da Segunda Guerra Mundial

– exploração do espaço

– financiamento encoberto de grupos ocidentais

– *Glasnost*

– Guerra Fria *ver* Guerra Fria

– Gulag

– industrialização
– Judeus
– nacionalismo
– NKVD
– Nova Política Económica
– Partido Comunista
– Partido de Unidade Socialista
– *Perestroika*
– período de entre-guerras
– Primeiro Plano Quinquenal
– Segunda Guerra Mundial
– sob Gorbachev
Univers
Unkiar Skelessi, Tratado de
Upshur, Abel P.
Urbanização
URSS *ver* União Soviética
USA *ver* Estados Unidos da América

Usedom

Utreque

– Tratado de

– União de

Valáquia

Vale de Bekaa

vale do Reno

Valencia

Valmy, batalha de

Valónia *ver* Império Espanhol: Holanda Espanhola Valois, Casa de

– Inimizade Habsburgo-Bourbon/Valois

Vandália

Vansittart, Sir Robert

Varsóvia

– 1745 Tratado de

– 1970 Tratado

– batalha de (‘milagre do Vístula’)

– Grão Ducado de

– levantamento de

– Segunda Guerra Mundial

Vauban, Sébastien Le Prestre de

Vendeia

Vendôme, Louis Joseph, Marechal

Véneto

Veneza

Veracruz

Verdun, batalha de

Vergennes, Charles Gravier, Conde de

Verona, Congresso de

Versalhes

– 1756 (Primeiro) Tratado de

– 1757 (Segundo) Tratado de

– 1919 Tratado de; desafios dos anos 20 ao Tratado; cláusulas de desarmamento; Hitler e a

destruição de

Vestefália

– Tratado de

Victoria, Austrália

Viena *ver também* Áustria

– 1725 Tratado de

– 1731 Tratado de

– 1731 Tratado de

– acordo Curtius (1931)

– avanços otomanos

– batalha de

– Conferência Privada

– Congresso; Ata Final; ‘princípio monárquico’

– e a Prússia

– e Espanha; *ver também* Guerra da Sucessão Espanhola

– e os holandeses

– Habsburgos *ver* Habsburgos

– partição após a Segunda Guerra Mundial

Vietcong

Vietname

– Acordo de Paris

– batalha de Dien Bien Phu

– do Norte

– do Sul (República do Vietname); *ver também* Saigão

– e a China

– e a geração de ‘sessenta e oito’

– e os Estados Unidos; acordo de Paris; Guerra

– partição

– Tonquim

Vietname do Norte; *ver também* Vietname: Guerra

Vietname do Sul; *ver também* Saigão

Vieuville, Charles, Duque

Villa Viciosa, batalha de

Villa, ‘Pancho’ (Doroteo Arango)

Villafranca, Tratado de (1859)

Virgínia

Vítor Amadeu II de Saboia

Vítor Emanuel I da Sardenha

Vítor Emanuel II de Itália

Vitória, Rainha

Vittorio Veneto, batalha de

Voltaire

Vorontsov, Mikhail Illarionovich, Conde

Voz, A

Vukovar

Muhammad ibn Abdul Wahhab

Wagram, batalha de

Wahlkapitulationen

Walden, George

Waldmühlen, batalha de

Walesa, Lech

Wallace, Henry

Walpole, Horace

Walpole, Sir Robert

Warburg, Siegmund

Wartheland

Washington, George

Washington, Tratado de

Watergate, encobrimento

Waterloo, batalha de

Weber, Max

Webster, Charles

Weizmann, Chaim

Welles, Sumner

Wellington, Arthur Wellesley, 1.º Duque de

Werden

Westminster

– Convenção (1756)

– Conferência Imperial (1926)

– Estatuto (1931)

Wettin, Casa de

Whigs

– colonos norteamericanos

Wiener Kreditanstalt

Wilberforce, William

Wilhelmsbad

Wilkins, Roy

Williams, William

Wilson, Harold

Wilson, Sir Henry

Wilson, Woodrow

Windsor, Casa de

Winthrop, Stephen

Wirth, Johan Georg

Witt, Cornelis de

Witt, Johann de

Witte, Sergei

Wittenberg

Witwatersrand

Wolf, Lucien

Wolfe, James, General

Wolfowitz, Paul

Wolsey, Thomas, Cardeal

Worms, Dieta de

Wörner, Manfred

WPA – Works Progress Administration (Estados Unidos)

WPSU (Women's Social and Political Union – União Social e Política das Mulheres) Württemberg

Xá do Irão, Mohammad Reza Pahlavi

xiitas

Yakovlev, Aleksandr

Yorktown, batalha de

Young, Owen D.

Ypsilanti, Alexander

Yuschenko, Victor

Zahir Shah do Afeganistão

Zapolya, John

Zawahiri, Ayman al-

Zelândia

Zeune, August,

Zimmermann, Arthur

– Telegrama Zimmermann

Zinoviev, Grigory

Zola, Émile

Zollverein (União Aduaneira, Prússia)

Zorndorf, batalha de

Zsitva, Paz de

Zulus

Zúniga, Don Baltasar de

História Narrativa

Títulos publicados na colecção:

1 – *História dos Estados Unidos desde 1865*, Pierre Melandri

2 – *A Grande Guerra – 1914-1918*, Marc Ferro

3 – *História de Roma*, Indro Montanelli

4 – *História Narrativa da II Guerra Mundial*, John Ray

5 – *Hitler – Perfil de um Ditador*, David Welch

6 – *A Vida de Maomé*, Virgil Gheorghiu

7 – *Nicolau II*, Marc Ferro

8 – *História dos Gregos*, Indro Montanelli

9 – *O Império Otomano*, Donald Quataert

10 – *A Guerra Secreta*, Ladislas Farago

11 – *A Guerra de Secessão*, Farid Ameur

12 – *A Guerra Civil de Espanha*, Paul Preston

13 – *A Vida Quotidiana no Egipto no tempo das Pirâmides*, Guillemette Andreu 14 – *O Amor em Roma*, Pierre Grimal

15 – *Os Templários*, Barbara Frale

16 – *No Rasto dos Tesouros Nazis*, Jean-Paul Picaper

17 – *História do Japão*, Kenneth G. Henshall

18 – *Artur, Rei dos Bretões*, Daniel Mersey

19 – *O Islão e o Ocidente. Uma Harmonia Dissonante de Civilizações*, Christophe J. Walker 20 – *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*, Tony Judt

21 – *A Guerra Fria*, John Lewis Gaddis

22 – *História da União Soviética*, Peter Kenez

23 – *História do Tibete*, Thomas Laird

24 – *A Europa em Guerra*, Norman Davies

25 – *Santos e Pecadores. História dos Papas*, Eamon Duffy

26 – *A Grande Guerra pela Civilização. A Conquista do Médio Oriente*, Robert Fisk 27 – *O Sabor da Conquista*, Michael Krondl

28 – *Mundos em Guerra*, Anthony Pagden

29 – *História de Israel*, Martin Gilbert

30 – *O Parlamento do Homem. História das Nações Unidas*, Paul Kennedy 31 – *Os Celtas*, John Haywood

32 – *História da África*, J.D. Fage e William Tordoff

33 – *História da Polónia*, Adam Zamoyski

34 – *Fascistas*, Michael Mann

35 – *História de França*, Marc Ferro

36 – *História da América Latina*, Edwin Williamson

37 – *O Império de Hitler*, Mark Mazower

38 – *As Cuzadas vistas pelos Árabes*, Amin Maalouf

39 – *História Alemã*, Ulf Dirlmeier, Andreas Gestrich, Ulrich Herrmann, Ernst Hinrichs, Konrad H. Jarausch, Christoph Kleßmann, Jürgen Reulecke

40 – *O Continente das Trevas*, Mark Mazower

41 – *História de Espanha*, Julio Valdéon, Joseph Pérez, Santos Juliá

42 – *Ascensão e Queda dos Impérios Globais. 1400-2000*, John Darwin

43 – *A Águia e o Dragão. Portugueses e Espanhóis na Globalização do Século XVI*, Serge Gruzinski 44 – *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, António Costa Pinto 45 – *Europa. A Luta pela Supremacia. De 1453 aos nossos dias*, Brendan Simms